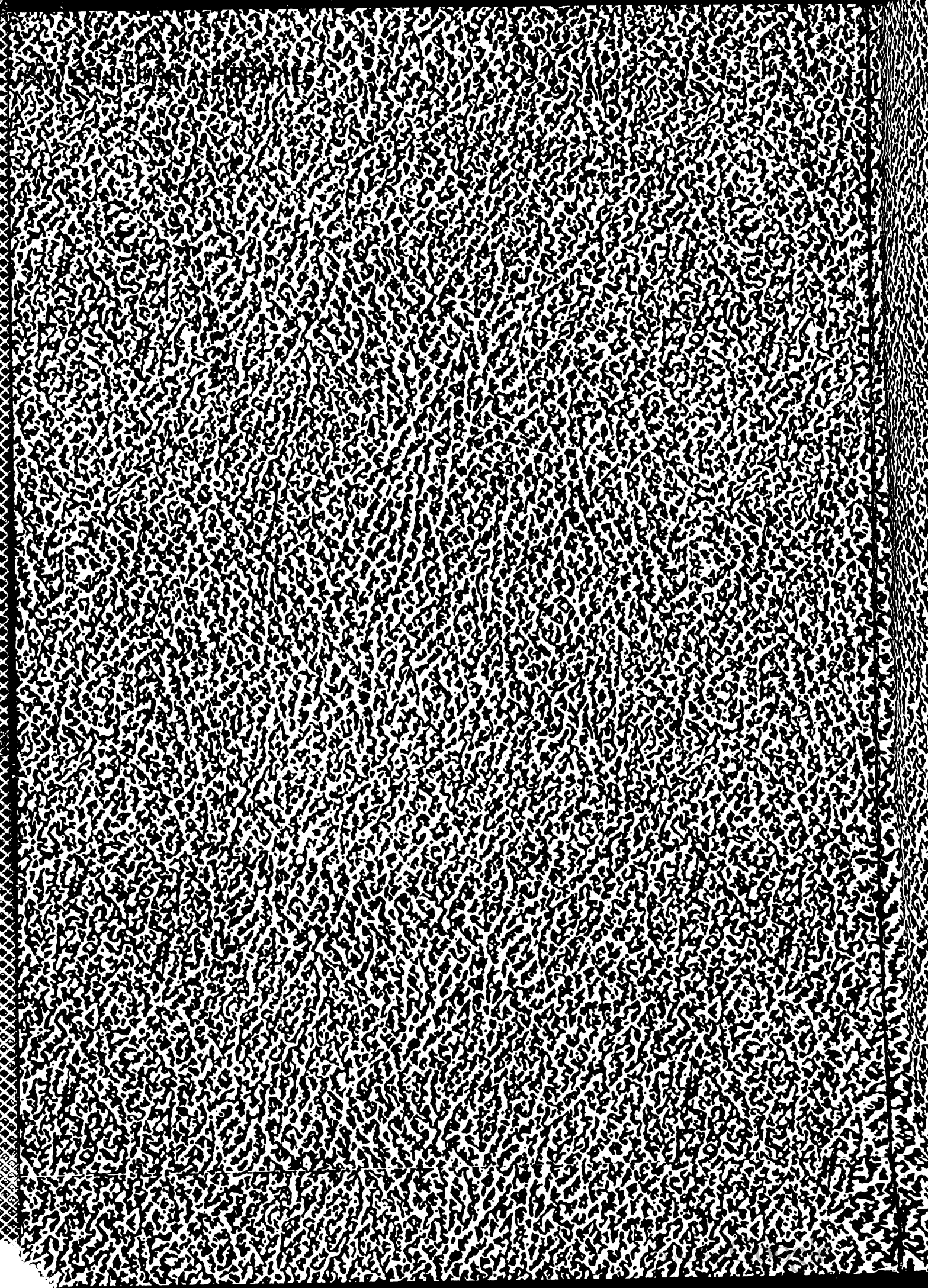


Digitized by Google

UNIV. OF GEORGIA LIBRARIES

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

HISTORIA

DE

PORTUGAL

Digitized by Google

Digitized by Google

MANUEL PINHEIRO CHAGAS

HISTORIA

DE

PORTUGAL

POPULAR E ILLUSTRADA

TERCEIRA EDIÇÃO

TERCEIRO VOLUME

LISBOA
EMPREZA DA HISTORIA DE PORTUGAL
SOCIEDADE EDITORA
LIVRARIA MODERNA — *95, Rua Augusta, 95*
TYPOGRAPHIA — *35, Rua Ivens, 37*
MDCCCC

Digitized by Google

HSFO
DP
538
.P6
1899
V. 3

Digitized by Google

HISTORIA DE PORTUGAL

VOLUME TERCEIRO

CAPITULO I

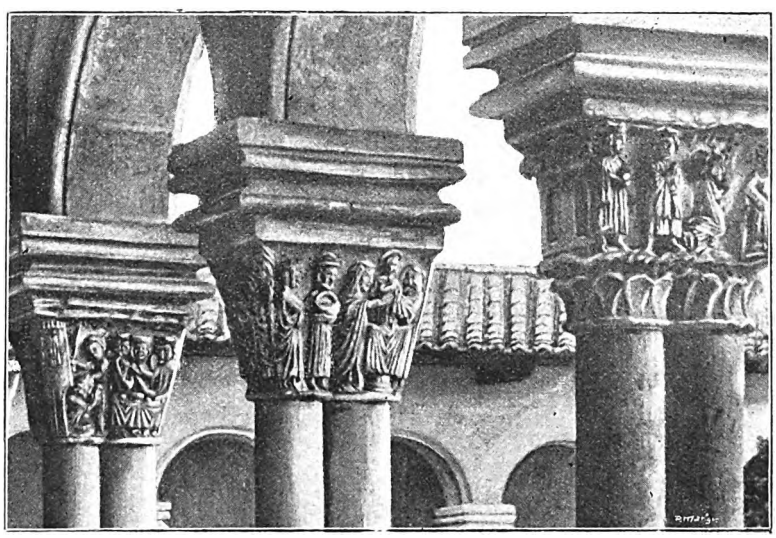
D. João II.—Principio do seu reinado —Cortes de Evora

O reinado que principiava abria uma era nova. A 31 de agosto de 1481 foi D. João II acclamado rei; logo mandou que se reunissem côrtes em Evora, e foram essas côrtes o destinado campo de batalha em que se ia travar a lucta entre o monarcha e a nobreza.

O espirito, com que D. João II entendia dever governar, manifestou-se logo no modo como elle determinou que os alcaides lhe prestassem as menagens das suas fortalezas, impondo uma fórmula que prendia, muito mais do que as que até então eram usadas, o vassalo ao soberano, o que prestava a menagem áquelle que a recebia.

A menagem devia ser dada nos seguintes termos:

«Mui alto, mui excellente, mui poderoso e meu natural rei e senhor. Eu N. vos faço preito e menagem pelo vosso castello e fortaleza N. de que me ora novamente encarregaes, e daes carrego que a tenha e guarde por vós; e vos accolherei no alto e no baixo d'ella de noite e dia, a quaesquer horas e tempo que seja, irado e pagado com poucos e com muitos, vindo em vosso livre poder, e d'elle farei guerra e manterei tre-



COIMBRA — CAPITEIS DO CLAUSTRO DE CELLAS

Digitized by Google

gua e paz, segundo me por vós, senhor, fôr mandado, e o não entregarei a alguma pessoa de qualquer estado, gráu, dignidade, proeminencia que seja, senão a vós meu senhor, ou a vosso certo recado. Logo sem delonga, arte, nem cautélla a todo o tempo que qualquer pessoa me dér vossa carta assignada por vós, e assellada com vosso sello, ou sinete de vossas armas, porque me tiraes este dito preito menagem. E se acontecer que eu no castello haja de deixar alguma pessoa por alcaide e guarda d'elle, eu lhe tomarei este dito preito, e menagem na dita fórma e maneira, e com as clausulas, e condições e obrigações n'elle conteúdas. E eu por isso não ficarei desobrigado d'este dito preito e menagem e das obrigações e coisas que n'elle se contêem; mas antes me obrigo que o dito alcaide ou pessoa que assim deixar, tenha e mantenha, cumpra e guarde todas estas coisas, e cada uma d'ellas inteiramente. E eu sobredito N. faço preito e menagem em mãos de V. Alteza, que de mim a recebe uma, duas e tres vezes, segundo vosso costume d'estes vossos reinos. E vos prometto e me obrigo, que tenha e mantenha, guarde e cumpra inteiramente este dito preito e menagem, e todas as clausulas, condições e obrigações, e todas as coisas, e cada uma d'ellas em ella conteúdas sem arte, cautella, fraude, engano, nem minguamento, e por firmeza d'isso assignei aqui, testemunhas N. N.

—E eu N. escrivão da Puridade, que esta menagem por mandado do dito senhor fez escrever, e estive ao assignar d'ella e tambem assignei [1].»

Foi o principio das hostilidades. Assim que uma tal ordem e uma tal fórmula se declarou, a fidalguia toda se insurgiu, e começou murmurando contra similhante decreto, que os reduzia, logo que fossem alcaides de uma fortaleza, a simples delegados do poder central, e por conseguinte lhes coarctava as exempções, a que estavam habituados, e que os tornavam em cada castello uns verdadeiros soberanos. Mas D. João II não parou aqui, e, proseguindo inflexivelmente no seu intento, revogou logo por um decreto os alvarás que outorgavam mercês, remunerações, etc., e que dispendiam á larga bens da corôa.

Como vimos já, esta medida, além de inaugurar a politica que D. João II tencionava seguir, era urgentemente reclamada pelo estado financeiro do reino. Nem por isso deixou tambem de excitar os clamores e a indignação da nobreza. Mas as côrtes de Evora iam abrir-se, e mostrar aos nobres mais claramente o que tinham que receiar do novo soberano.

Se as medidas de D. João II haviam descontentado a fidalguia, tinham pelo contrario levantado ao mais alto grau o enthusiasmo do povo. Percebeu essa classe, até ahi tão opprimida, que podia contar na corôa um novo alliado.

Não foram só esses indicios que lh'o revelaram; é natural tambem que os emissarios de D. João II animassem os procuradores dos concelhos a articularem as suas queixas, com a certeza de que seriam ouvidas e attendidas.

«A assembléa de 1481, escreve Rebello da Silva, foi doutrinada decerto pelos conselheiros e partidarios de D. João II, que, nos seus calculos politicos, recorreu ao appoio das classes médias para fortificar o poder real.

«Antes de descarregar os golpes que premeditava, o novo soberano quiz que a voz dos concelhos se levantasse livre e exempta no recinto dos Estados, e que as suas accusações, justas e irrespondiveis em muitos pontos, dessem o pri-

[1] Garcia de Rezende, *Chronica dos valorosos e insignes feitos de el-rei D. João II, de gloriosa memoria*, cap. 28.º — Ruy de Pina, *Chronica de el-rei D. João II*, cap. 5.º

Digitized by Google

meiro rebate, provocando as reformas exigidas pelas urgencias publicas, as quaes elle sabia que eram ao mesmo tempo tão favoraveis ao engrandecimento da sua auctoridade.

«Não admira, portanto, que os concelhos repetissem com maior energia ainda as mesmas queixas e advertencias, que inutilmente tinham sido formuladas nas côrtes reunidas diversas vezes durante o longo reinado do seu antecessor [1].»

Até ahi, a nobreza não fizera grande caso das queixas do povo, porque só no tempo de D. João I é que este encontrára na realeza um apoio decidido; mas n'essa mesma época o prestigio de Nuno Alvares Pereira, chefe da fidalguia e amigo intimo do rei, contrabalançara as tendencias populares do soberano e do seu chanceller-mór. O infante D. Pedro tambem quizera seguir a politica popular, mas succumbira na lucta contra o immenso poder da casa de Bragança. D. Affonso V não fizera senão robustecer a classe privilegiada, e D. João II achava-se em presença de uma nobreza orgulhosa, capitaneada pelos representantes de duas casas poderosissimas, organizadas depois da época de D. João I: a casa de Bragança, que herdára o apanagio de D. Affonso o Bastardo, o apanagio immenso do famoso condestavel, e a casa de Vizeu, que reunira em si o producto das dadivas prodigas de D. Duarte e de D. Affonso V, e das ricas heranças dos infantes D. Henrique e D. Fernando.

Tal era a situação de D. João II e da nobreza, quando em novembro de 1481 se abriram as côrtes d'Evora. Logo no começo do reinado, sem trégua d'um instante, collocavam-se os combatentes a postos para travarem o duello de morte.

D. João II, frio e impenetravel, promulgava os decretos que dissémos ácerca das menagens e da revogação das mercês, e parecia disposto apenas a escutar com a devida attenção as queixas que os procuradores dos povos quizessem articular.

A nobreza, inquieta e tumultuosa, agrupava-se em torno dos seus dois chefes naturaes, o duque de Bragança e o duque de Vizeu, e não suspeitava sequer, apezar do caracter bem conhecido do soberano, que aquelle moço de vinte e seis annos ousaria perseverar nas suas intenções, quando elles em pé, de sobr'olho franzido, e com a mão na espada, o ameaçassem de desfraldar ao vento a bandeira da revolta.

Bem se via que não sabiam ainda que casta d'homem era el-rei D. João II.

Os procuradores do povo, entretanto, abertas as côrtes começaram as hostilidades.

Os primeiros capitulos que apresentaram foram todos contra a nobreza.

Queixavam-se elles de que, bastantes vezes, haviam representado a D. Affonso V o mal que resultava para a justiça de estarem muitas villas e logares importantes separados do dominio da corôa, e entregues por doações a fidalgos, que pouco se importavam com o que era justo e de direito, e que tractavam os moradores d'um modo impossivel de se supportar.

Propunham, em consequencia d'isto, que el-rei mandasse fazer uma inquirição, para se saber quantas e quaes d'essas terras andavam usurpadas, e ordenar que voltassem immediatamente á corôa as que se provasse estarem n'este caso.

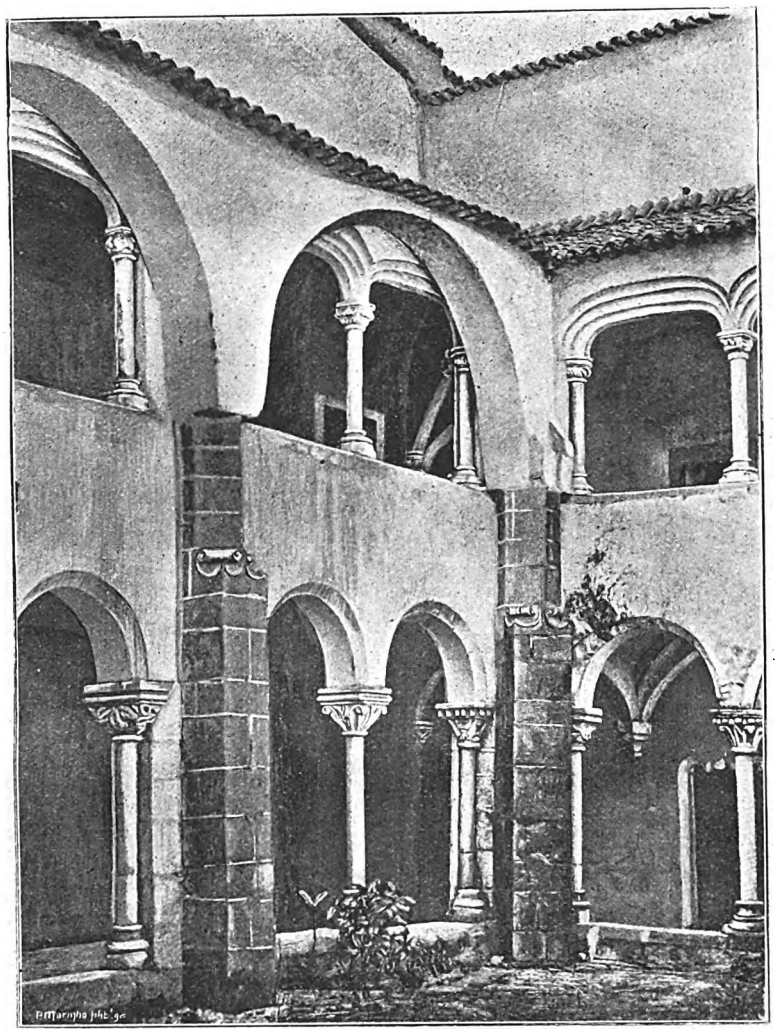
As outras, as legalmente possuidas, deviam continuar a ser usufruidas pelos seus donos, com a condição de que tambem voltariam á corôa, assim que a morte dos possuidores actuaes o permitisse.

As propostas eram evidentemente in-

[1] Rebello da Silva, *D. João II e a nobreza*, artigo publicado nos *Annaes das sciencias e lettras* da Academia, tomo I, pag. 742.

Digitized by Google

spiradas por D. João II, como os procuradores confessavam que faziam taes queixas *por mandado do soberano*. Sorria evidentemente ao filho de D. Affonso V esse modo de deixar de ser, como elle dizia, «rei das estradas de Portugal».



PORTALEGRE — CLAUSTRO DO CONVENTO DE S. BERNARDO

A resposta de D. João II confirma esta supposição, agradecendo extremamente aos procuradores dos concelhos as propostas que faziam para remediarem os males provenientes da excessiva liberalidade dos seus antepassados. D. João II completava a sua declaração de guerra á nobreza, affirmando aos procuradores não só que já tomara medidas para que se investigasse a regularidade dos titulos que legalizavam a posse de bens da corôa nas mãos de muitos fidalgos, mas tambem que enviaria os seus corregedores a inquirirem as violações de justiça, que se practicavam nas terras contadas e honradas.

E ambas as promessas cumpriu, máu grado a irritação dos fidalgos.

«Estas resoluções, diz ainda Rebello da Silva, tomadas logo no principio do reinado, foram a base da revolução começada por D. João II em favor da unidade monarchica.

«Se os senhores obedecessem, a unidade monarchica estava reconhecida, e a estrada ficava desimpedida para eguaes ou para maiores commettimentos; se resistissem e rebentasse a lucta civil, o principe preferia o combate e o perigo ao envilecimento do poder, e á forçada abdicação das mais preciosas prerogativas.

«Apresentando-se como defensor natural dos opprimidos, e moderando em beneficio d'elles a prepotencia e as extorsões dos privilegiados, tornava popular a sua causa, e embora alienasse as sympathias da parte mais elevada dos grandes donatarios, para compensar a sua falta, podia attrahir em volta do throno os concelhos do reino e a nobreza menos bem dotada e menos opulenta, que não olhava sem emulação para as graças e favores distribuidos pelo pequeno numero dos chefes e familias estreitamente vinculadas aos seus interesses por

Digitized by Google

D. JOÃO II — O PRINCIPE PERFEITO

Digitized by Google

conveniencias e allianças communs[1].»

Succedeu o que era de esperar: o descontentamento da nobreza augmentou. O duque de Bragança, D. Fernando, foi mais adeante, e, tomando como base do protesto que entendeu dever fazer, a nova formula de menagem que lhe exigiam pelas fortalezas que d'el-rei tinha, declarou que prestava sim essa menagem pelas suas fortalezas e pelas do seu cunhado D. Diogo duque de Vizeu, que estava em Castella, mas, resalvando o direito de prestal-as d'um modo menos obrigatorio, e só como até ahi as exigiam todos os reis antecessores de D. João II. E para provar tal direito, encarregou um bacharel, João Affonso, védor da sua fazenda, de ir a Villa Viçosa buscar as doações e escripturas encerradas n'um cofre secreto que possuia.

O bacharel, occupado com outras coisas, não pôde ir, e teve o imperdoavel descuido de confiar a chave do cofre a seu filho, que, para procurar os papeis, acceitou o auxilio de Lopo de Figueiredo, escrivão da fazenda do duque, e decerto espia de D. João II, posto que n'um tractado que elle escreveu, e que foi ultimamente publicado por L. A. Rebello da Silva, nos *Annaes das sciencias e lettras*, affirma e declara que á denuncia, que fez e de que vamos falar, o compelliu apenas o seu dever de bom cidadão. D'estes bons cidadãos, que sacrificavam á patria a vida e a honra de seus amos, encontrâmol-os á farta no reinado de D. João II, todos remunerados amplamente pelos cofres secretos de sua alteza.

Lopo de Figueiredo encontrou no cofre de D. Fernando muitas cartas, que provavam irrefutavelmente que o duque tinha intelligencias secretas com os reis de Castella. Tomou-as ás occultas, e, sahindo de Villa Viçosa, «partiu escondidamente, diz Ruy de Pina, e veiu a Evora, onde teve maneira de secretamente falar com el-rei, a quem com cautellas e protestações que primeiro fez de bom portuguez e leal vassallo, mostrou tudo, affirmando que, para o fazer, não fôra commovido por odio, nem por outra paixão que contra o duque tivesse, para quem tinha muita obrigação de amar e servir. Nem menos se movêra com esperança de mercê, nem de accrescentamento que d'el-rei por isso esperasse: sómente porque era leal vassallo e bom Christão, principalmente temendo dar a Deus conta de fundamentos de tanto mal, se por sua culpa se não atalhassem[1].»

Estas cartas eram uma do conde de Athouguia ao duque de Bragança, uma do mesmo duque a Lopo de Athouguia, outra de Lopo de Athouguia ao duque, uma do duque á infanta D. Beatriz, e outra da rainha D. Izabel ao duque. Sem revelarem positivamente uma traição, mostravam que o duque não escrupulizava em procurar em Castella alliados contra a inimizade que já esperava do novo soberano, e que a infanta D. Beatriz, mãe do duque de Vizeu, alliciada pela perspectiva de um casamento de seu filho com uma filha dos reis de Castella, prestava-se um pouco a auxiliar os planos do duque de Bragança[2].

El-rei dissimulou o jubilo que lhe causava esta descoberta, e mostrou-se, como diz Ruy de Pina, *triste e pensoso* falando com o seu valido Antão de Faria. É possivel que elle no momento em

---

[1] Rebello da Silva, *D. João II e a nobreza*, art.° publicado nos *Annaes das sciencias e lettras* da Academia, p. 747.

[1] Ruy de Pina, *Chronica d'el-rei D. João II*, no t. 2.° da *Colleção de livros ineditos d'historia portugueza*, publicada pela Academia real das sciencias, (Lisboa, 1892) p. 21.

[2] Estas cartas transcreve-as Lopo de Figueiredo. O manuscripto do *Tratado de Lopo de Figueiredo* existia na Livraria das Necessidades no T. IV, de *Papeis Varios*, pag. 29, v. e seguintes. Sahiu publicado nos *Annaes das sciencias e lettras*, pag. 412 a 423, e pag. 551 a 561 do tomo I. Lisboa, 1857.

Digitized by Google

que ia travar uma lucta de morte com o mais poderoso senhor de Portugal, sentisse uma leve hesitação, que não podia ser senão momentanea na alma intrepida do guerreiro de Arzilla e Toro.

Dando as cartas a Lopo de Figueiredo para que as repozesse no mesmo logar, afim de poder continual-o a servir sem que o duque desconfiasse, D. João II deixou tranquillamente correr os acontecimentos. Já tinha nas mãos o fio com que os havia de dirigir.

Desde que Lopo de Figueiredo, honrado cidadão! entrega a D. João II as cartas, que punham nas mãos do soberano a honra e a vida do homem que sempre beneficiára o ingrato, a lucta entre D. João II e os fidalgos toma um caracter especial, que faz estremecer a posteridade, que conhece o desenlace da tragedia.

Sem revelar de modo algum, no rosto ou nas maneiras, que está ao facto dos mais intimos segredos do duque, D. João deixa-o envolver-se cada vez mais nos fios que insensivelmente o algemam.

Causa uma sinistra impressão vêr o fidalgo estouvado, ainda que ancião, mostrar cada vez mais arrogancia, fazer cada vez mais claras as suas tramas contra o rei, e este, mancebo de vinte e seis annos, mas dissimulado e frio, conservar-se silencioso, impassivel, ás vezes apparentar-se timido, outras affectuoso e ao mesmo tempo ir levantando na sombre o cadafalso de Evora.

Entretanto os procuradores do povo continuavam a propôr nas côrtes, e o rei a adoptar, diversas medidas tendentes a abaterem a preponderancia da nobreza.

Os adeantados, instituidos por D. Affonso V, altos funccionarios pertencentes á fidalguia, que punham ouvidores com tanta auctoridade como os corregedores d'el-rei, os adeantados foram abolidos.

O systema de fazenda publica tambem foi ordenado melhor, attendidas as queixas que o povo formulou contra a prodigalidade de D. Affonso V, e repartidos pelas comarcas os contadores e officiaes das terças, capellas, hospitaes e orphãos.

Brazão de armas da cidade de S. Paulo de Loanda

N'este meio tempo sobreveiu em Evora uma peste, que obrigou el-rei a transferir as côrtes para Montemór-o-Novo.

Ahi teve elle o primeiro symptoma evidente da má vontade dos fidalgos.

Em casa de um criado do marquez de Montemór foi aposentado o arcebispo de Braga; o marquez, irritado, tractou mal o arcebispo, que se queixou a el-rei. El-rei procedeu com energia, mas sem passar além dos termos da justiça. Logo ordenou que o marquez se considerasse preso no castello, onde eram as suas casas, e que d'ahi a cinco dias passasse para o outro lado do Tejo, até receber ordem em contrario. O marquez obedeceu, mas não sem se ter mostrado summamente queixoso do procedimento do monarcha. Este, comtudo, para o julgar, juntára o seu conselho, submettêra-lhe o caso, e tomára a resolução conforme com o parecer dos conselheiros. Não déra nenhum apparato ao castigo; e, julgando o marquez que podia impunemente revoltar-se contra a mão que o punia, de Castello Branco, para onde se retirou, enviou um mensageiro aos reis de Castella, para com elles tramar intelligencias. D. João II seguia-o passo a passo: o emissario do marquez de Montemór foi um tal Pero Juzarte, cidadão tão honrado como Lopo de Figueiredo, e que não levou muito tempo a transformar-se em espia de D. João II.

Antes, porém, de dar o golpe que premeditava, quiz D. João II realizar um

Digitized by Google

projecto que lhe interessava muito. O seu filho unico, D. Affonso, estava, como refem, da mesma forma que a princeza D. Izabel, filha dos reis de Castella, em Moura, nas mãos da infanta D. Beatriz, sobre a qual, pelas cartas apprehendidas por Lopo de Figueiredo, não deixavam de recahir suspeitas de cumplicidade com o duque de Bragança. Era possivel, por conseguinte, que a segurança do principe D. Affonso perigasse, logo que o duque fosse ameaçado pelo cutello impaciente de D. João II. O grande desejo do soberano era por conseguinte desfazer as *terçarias;* não seria menor o dos reis de Castella, que estremeciam a filha, e que a viam longe de si, em Moura, sitio n'essa épocha, segundo parece, pouco salubre. Enviou-lhes D. João II uma embaixada composta do barão de Alvito e de Ruy de Pina, o proprio que devia consignar depois na sua chronica a historia de todo este drama, em que fôra a um tempo espectador e actor.

A embaixada não teve logo o despacho que el-rei queria. Os soberanos de Castella, prevenidos pelo duque de Bragança e pelos seus adherentes, que nada desejavam menos do que a annullação das terçarias, receiosos de que D. João II tivesse alguns pensamentos reservados de guerra, sabedores do bulicio que ia já em Portugal, e confirmados nas suas desconfianças pela prisão de uns homens que se diziam emissarios do rei de Portugal, e por elle encarregados de negociarem o casamento de D. Joanna, a Excellente Senhora, com o rei Phebo de Navarra, estavam pouco dispostos a acceder aos desejos manifestados pelos embaixadores. Era verdade que D. João II, que conservava a Excellente Senhora, como uma ameaça suspensa sempre sobre a cabeça dos reis de Castella, mostrara querer tractar d'esse casamento, para assim responder ás intelligencias tramadas pelos reis de Castella com os principaes fidalgos da côrte portugueza. Fernando e Izabel não quizeram por conseguinte ouvir falar em negociações de paz, emquanto o rei de Portugal não punisse os homens que se diziam seus emissarios para o rei de Navarra, dando-lhes assim uma satisfação. Com esse recado foi Ruy de Pina enviado a Portugal; el-rei esquivou-se por muito tempo a satisfazer o pedido de Fernando e Izabel; mas em janeiro de 1483 enviou outra vez o seu confessor fr. Antonio, da ordem de S. Francisco, e Ruy de Pina, a darem todas as desculpas possiveis, com as quaes Fernando e Izabel houveram de se contentar. Anciosos estavam por terem para isso um pretexto, porque desejavam immensamente vêr sua filha outra vez ao seu lado, e ao abrigo da insalubridade de Moura.

Entretanto continuava el-rei temporizando com os fidalgos, que, cégos pela sua propria arrogancia, tomavam essas tempozisações como provas de fraqueza e de receio. No principio de 1483, adoeceu em Almeirim a rainha D. Leonor; os duques de Bragança e de Vizeu foram visital-a; el-rei tomou d'isso occasião para lhes falar com uma fingida franqueza, dirigindo ao duque de Bragança, em presença do bispo de Vizeu D. Fernão Gonçalves de Miranda, seu capellão-mór, as seguintes palavras, de que Ruy de Pina nos dá a substancia d'este modo:

«Muito honrado duque, as coisas que vos agora direi por serem na casa em que vol-as falo, haveis de crêr que são tão verdadeiras, como se ante Deus vol-as dissesse. Eu sou informado que vós, contra o que deveis a mim, a meu Estado e serviço, e sem resguardo ao que a vossa honra e lealdade pertence, tendes em Castella algumas practicas e intelligencias, ao que não sei como dê fé; pois tantas razões para mim e para vós lhe são tão contrarias. E porém, se n'isto

Digitized by Google

A PROVA DE FOGO

alguma coisa com alguma imaginação errada entendestes, sabei que minha vontade e verdadeiro desejo é esquecer-me de tudo, e assim vol-o perdoar, como se as culpas d'isso foram louvados merecimentos, pelo qual, com toda a efficacia que posso, e mais da que devo, vos rogo que, posposto tudo, queiraes ser conforme commigo, pois que me Deus fez, e deixou por herdeiro d'esta corôa de Portu-

Digitized by Google

gal, que em tantas coisas, por merecimentos vossos, e dos de que descendeis, vos foi e é tão liberal; e por isso, apoz mim, sois n'este reino o principal esteio que o deve suster; porque, além do Patrimonio Real que partiu comvosco e commigo pouco menos de permeio, sabeis bem que da nobre geração das duas irmãs, que do infante D. Fernando e da infanta D. Beatriz nasceram, deu a mim uma por mulher, e a vós juntamente não negou a outra. E porém d'aqui não me escuso da culpa geral, que com rigores dão a juizes e officiaes novos; e assim será, a rei novo, de que em seus principios não se escusam alguns aggravos; mas estes, quando aggravassem, vós sobre todos por singular exemplo de obediencia, os haveis de comportar, e soffrel-os sem paixão; quanto mais que os meus para vós, que são o degredo de vosso irmão, e a entrada dos corregedores em vossas terras, não são tão crimes que na razão e honestidade não tenham muita parte, e, que a não tivessem, soffrendo-os sem escandalo, tanto mais me obrigarieis; porque, sendo assim, bem sei que, por vossa grandeza e merecimentos, e por vosso saber e lealdade, emfim, sempre hei de fazer o que vós quizerdes. E portanto a mim, a quem esta Casa de Portugal coube por graça de Deus em successão, haveis sempre em tudo ajudar e favorecer, não sómente com o bom conselho que tendes, mas com as armas e forças quando me cumprir, e assim vos rogo e encommendo outra vez que façaes.»

Eis a resposta do duque:

«Senhor, eu beijo as mãos a Vossa Alteza por esta, que para mim, por muitas causas, hei por muito grande e mui singular mercê. E por que breve lhe responda, saiba que de tudo o que me dizeis para vos muito dever e servir, e eu sou em muito verdadeiro conhecimento, e certamente assim é; e por isso vos peço por mercê que de mim não creiaes senão que sempre hei de viver e morrer pòr vosso serviço; e a isto não contradiz ser eu porventura aggravado de vós em coisas de que Vossa Alteza me desaggravará com mercê, honra, e accrescentamento, como espero; porque os achaques não se escusam entre os senhores e servidores, pois os ha entre os paes e filhos; mas os meus não são de gravesa nem de qualidade que minguem em mim o grande amor, e muita lealdade, com que vos sempre hei de obedecer e servir em tudo o que a vossa honra, Estado, e serviço, e bem de vossos reinos cumprir[1].»

Quem diria que d'estes homens, que trocavam entre si tão boas palavras, seria um d'elles por ordem do outro decapitado d'ahi a bem pouco tempo? Que n'esse mesmo instante, em que se faziam taes cumprimentos, apertavam com mãos convulsas o punhal escondido, desejosos de se desembaraçarem um do outro! Porque não era só a antiga lucta entre a realeza e a fidalguia que se personalizava n'aquelles dois homens: um odio pessoal e inextinguivel ardia tambem entre o filho de D. Affonso V, e o chefe da casa de Bragança.

Datava de longe essa inimizade. O duque de Bragança fôra quasi amigo de infancia de D. Affonso V; pouco mais novo do que elle, companheiro da sua adolescencia, a sua intrepidez e as suas brilhantes qualidades faziam-n'o mais do que todos querido do rei-cavalleiro.

Esta predilecção levou-o a tractal-o como egual de seu filho, e, quando determinou casar as suas duas sobrinhas, filhas do infante D. Fernando, deu uma ao duque de Bragança, outra ao principe D. João.

O orgulho do principe nunca perdoou

---

[1] Ruy de Pina, *Chronica d'el-rei D. João II*, IX e X, pag. 31 do tom, 2.º da *Collecção de ineditos da historia portugueza*.

Digitized by Google

nem a seu pae, nem ao valido, esta audaciosa egualdade.

Devia uma ironia bem funda transparecer na linguagem de D. João II, quando, no discurso que dirigia em Almeirim a D. Fernando, alludia aos laços atados por seu pae, e que os faziam tão proximos parentes.

Quando, morto D. Henrique IV de Castella, se discutiu em Evora a conveniencia de D. Affonso V acceitar ou não acceitar a herança do rei fallecido, outra vez se encontraram frente a frente os maridos das duas irmãs. O duque de Bragança aconselhava a el-rei que não se mettesse nos revoltos negocios de Castella; D. João II, ambiciosissimo, e vendo em perspectiva duas corôas, incitava-o a que tentasse os lances da fortuna.

O antagonismo recrescia.

O principe D. João, em pleno conselho, lançou em rosto a D. Fernando o que a maledicencia allegava para explicar seu voto, que as suas relações de parentesco com a rainha D. Izabel influiam mais na sua decisão do que o interesse pela prosperidade e gloria do seu rei e da sua patria.

Quando, depois da batalha de Toro, D. João II recolheu as tropas dispersas, e salvou as reliquias do exercito, mantendo-se como vencedor no campo de batalha, houve momento em que ninguem soube de D. Affonso V. O duque de Brangança, amigo sincero do monarcha, e julgando-o morto ou prisioneiro, soltou queixas acerbas, accusando em altas vozes o principe D. João de mau filho e de ambicioso sem alma, que assim desamparava seu pae, esperando talvez levantar do chão de Toro, manchado do sangue paternal, a dupla corôa castelhana e portugueza.

«A accusação era cruel e immerecida, diz Rebello da Silva, e D. João II, offendido no seu orgulho de vencedor e na ternura do filho, assim mesmo reprimiu-se e procurou moderar-lhe a paixão exhortando-o a que se calasse; mas a magua do duque não admittia razões, e continuou a soltar-se em queixas acerbas, que não socegaram senão depois de lhe constar, que el-rei estava salvo e a coberto das ameias de um castello forte.

«A memoria d'este conflicto publico nunca se apagou, porém, do animo do principe, e provavelmente D. João jurou comsigo mesmo humilhar o soberbo vassallo, que ousára falar ao herdeiro da corôa nos termos asperos com que poderia falar ao mais obscuro cavalleiro da sua casa.»

Aggravada cada vez mais por estas querellas, a inimizade redobrou entre o duque e o rei. Quando D. Affonso V partiu para França, quiz, antes de partir, abdicar a corôa portugueza em seu filho. Oppôz-se fortemente a essa resolução no conselho o duque de Bragança. A ser verdadeira a anecdota do passeio á beira do Tejo, novamente mostrou o duque de Bragança pouco desejo de vêr D. João II no throno.

Taes eram os motivos de pessoal inimizade, que se juntavam aos odios da politica para fazerem de D. João II um inimigo figadal do duque de Bragança. Quando em Almeirim lhe falou com aquella fingida franqueza, forçoso era que o duque de Bragança estivesse completamente cego pela arrogancia, para que não visse em cada palavra a ironia açacalada. D. João II conhecia-lhe bem o caracter, e, falando-lhe assim, não tinha outra intenção que não fosse a de o adormecer na mais completa segurança.

Foi o que succedeu, suppondo vêr n'aquella fala a revelação da fraqueza de D. João II, D. Fernando ousou juntar-se com seus irmãos e com o duque de Vizeu no Vimieiro, para ahi, de commum accordo, deliberarem sobre o que haviam de fazer para impedirem que en-

Digitized by Google

trassem nas suas terras os corregedores de el-rei a inquirirem sobre as coisas da justiça, e então determinaram resistir a isso inclusivamente com mão armada. Houve n'este ponto um desaccordo entre os membros da familia Bragança: ao passo que o duque e seu irmão, o marquez de Montemór, não recuavam deante do pensamento de chamarem os castelhanos para se vingarem, D. Alvaro e o conde de Faro, mais leaes ou menos cegos pela ira, opinavam que se entregassem primeiro a D. João II todas as terras da corôa que elles possuiam, e que depois se proclamassem altamente seus inimigos. Ninguem tinha o animo sufficientemente frio para attender a estes conselhos generosos e cavalheirescos, e o marquez de Montemór enviou a Castella Affonso Vaz, seu secretario, com um Tristão de Villaruel, que de lá viera a conferenciar secretamente com o duque, a levar as suas ultimas propostas. Queriam elles que os reis de Castella reclamassem de D. João II que a Excellente Senhora, D. Joanna, fosse entregue nas mãos dos Braganças, que se permittisse aos subditos castelhanos o negociarem em Guiné. Sabiam que D. João II não consentiria; então, Fernando e Izabel teriam um pretexto para declararem a guerra, e o duque e seus irmãos teriam um pretexto tambem para declararem que, achando rasoaveis as exigencias dos reis de Castella, não lhes permittia a sua consciencia servirem contra elles.

Não sabia D. João II d'esta ultima circumstancia, mas sabia das conferencias que se haviam effectuado entre os Braganças e o duque de Vizeu para impedirem a entrada dos corregedores d'el-rei nas suas terras; e, como seu filho D. Affonso ainda se conservava nas terçarias, entendeu D. João que devia dissimular, e ordenou aos corregedores que não proseguissem na sua tarefa, o que ainda augmentou a confiança e o orgulho dos chefes da nobreza.

Mas D. João II tinha por tal forma nas suas mãos os fios d'esta pobre conspiração, e eram tão inhabeis os conspiradores, que não podia passar-se muito tempo sem que estes ultimos tramas fossem descobertos. Aqui nos apparecem outros dois honrados cidadãos, Gaspar e José Juzarte, que, da mesma forma que Lopo de Figueiredo, entendem que, para bem da patria, e descanço das suas almas, devem trahir os seus amos e bemfeitores. No principio da quaresma do anno de 1483, veiu Gaspar Juzarte a Santarem ter com el-rei, e revelou-lhe que seu irmão estava em Castella como emissario da casa de Bragança, e que entendia que era dever seu de leal vassallo revelar tudo ao soberano, o que effectivamente fez em Aviz. Estes dois honrados cidadãos foram recompensados, como era de esperar; e o rei, proseguindo na encetada dissimulação, continuou preparando tudo para prender o duque de Bragança, mas sem revelar a pessoa alguma, a não ser ao seu favorito Antão de Faria, os projectos que alimentava.

Por esta occasião veiu noticia de que os reis de Castella consentiam emfim que se desfizessem as terçarias, concordando-se ao mesmo tempo que o principe D. Affonso, em vez de desposar a princeza D. Izabel, que era a mais proxima herdeira do reino de Castella, desposasse a princeza D. Joanna, que não estava tão proxima do throno, mas cujo dote, em compensação, era augmentado com dez milhões de reaes. Ao mesmo tempo concordou-se que, se, quando D. Affonso chegasse aos quinze annos, estivesse D. Izabel ainda solteira, o casamento se realizasse, como fôra primeiro combinado.

Estava pois levantado o ultimo obstaculo que se oppunha a que el-rei exe-

Digitized by Google

HEROISMO DE «O DECEPADO»

Digitized by Google

cutasse contra o duque de Bragança os seus projectos sanguinarios.

Para sahir de Moura para Evora, onde el-rei o esperava, tinha o principe de passar pelas terras de Bragança. Hesitou o duque se iria ou não acompanhar á côrte o herdeiro do throno; obrigavam-n'o a isso a cortezia e o dever de vassallo: mas por outro lado estranhava que o não tivesse el-rei convidado, como parecia natural. Consultou os seus amigos, que o aconselharam a que fosse, mas, depois, meio arrependidos, e receiosos de que succedesse alguma desgraça que ao seu conselho se pudesse attribuir, mandaram perguntar ao rei se folgaria com a ida do duque. «A resposta de el-rei, diz Ruy de Pina, não tardou muito, approvando e louvando com palavras doces e fingidas a determinação e conselho que o duque tomára; dando n'ellas algumas escusas, que pareciam honestas, porque para isso o não convidara, reportando-o principalmente a ser certificado o duque não estar em boa disposição de sua saude[1].» Tranquillo com esta resposta, assistiu o duque ao desfazimento das terçarias, que se realizou a 24 de maio de 1483, e com o principe partiu de Moura para Evora, onde a côrte o esperava.

Como o passaro estouvado, que nas solidões da America volteia, ufano dos mil cambiantes da sua esplendida plumagem, emquanto a serpente fascinadora, muda e immovel, o espera na orla da floresta, até que, attrahido por ignoto magnetismo, lá vae procurar a morte, assim o imprudente fidalgo, fiando-se na grandeza da sua casa, no esplendor do seu nome, descurava o perigo, e, cedendo como que a uma attracção indefinivel, lá se ia precipitar na voragem junto da qual o esperava, terrivel na sua mudez serena e sombria, o vulto severo de D. João II.

CAPITULO II

Morte do Duque de Bragança

E seguissemos a maxima jesuitica de que os fins desculpam os meios, só teriamos n'este ponto que louvar el-rei D. João II. Na lucta que se travára entre o monarcha e a nobreza, elle defendia a causa justa, e pugnava pela civilização contra as ultimas reliquias da barbaria feudal; pelo povo, que se alliára com a realeza, contra a fidalguia oppressora; pela nacionalidade portugueza, que n'essa época só uma centralização forte podia salvar, contra os nobres egoistas, a quem pouco se lhes dava da patria, e que, para salvarem os seus privilegios, ousavam chamar monarchas estranhos em seu auxilio, e combater contra a autonomia nacional.

O duque de Bragança era culpado: a publicação do *Tratado de Lopo de Figueiredo* demonstrou plenamente as suas intelligencias com Fernando e Izabel[2].

---

[1] *Chronica de el-rei D. João II*, cap. XI, pag. 30, ed. cit.

[2] Referindo-se ao julgamento do duque de Bragança e ao assassinio do duque de Vizeu, Ferdinand Denis escreve o seguinte:

«Não é de certo na chronica de Garcia de Rezende que devemos estudar estes dois pontos historicos, e comtudo os outros escriptores contemporaneos não mostram mais liberdade na apreciação dos factos.

Digitized by Google

Concedamos que seria estouvamento de homem irado, e que, no momento de voltar a espada contra a sua patria, hesitaria, e não se atreveria a desembainhal-a; mas a verdade é que deu um pretexto sério ao odio e á politica de D. João II. Isso ainda não absolve o monarcha. Vamos assistir agora a uma comedia indigna, a um verdadeiro assassinio judiciario, em que o algoz não se peja de chamar a hypocrisia em seu auxilio, e de banhar de lagrimas fingidas o cadaver da sua victima.

Dil-o-hemos? Repugna-nos muito menos o assassinio do duque de Vizeu do que a condemnação do duque de Bragança. Ao menos então o vulto de D. João II apresenta-se com uma selvagem grandeza; é ainda o valente de Arzilla e de Toro, que vibra o punhal em vez da espada, mas que não affronta menos perigos do que no campo de batalha. Aqui no tribunal que condemna o duque de Bragança, não é D. João II que nós vêmos, é a livida sombra de Luiz XI.

Na vespera do Corpo de Deus, entrou o principe em Evora, onde seu pae o esperava, e foi recebido com grandes festejos. O duque de Bragança foi tambem accolhido com aspecto risonho, e mostrou-se tão affavel como o soberano. Comtudo, quando está para succeder uma d'estas sinistras catastrophes, parece que ha presentimentos vagos que as denunciam a todos, menos aos que devem ser victimas. São aquelles presagios dos idos de março, que não desviaram Cesar de ir á curia, onde tinha de ser assassinado. O duque de Bragança, apezar do segredo completo da determinação de el-rei, recebeu de muitas partes aviso do que estava para lhe succeder. No dia 29 de maio de 1483 dirigiu-se ao Paço a despedir-se de el-rei para voltar ás suas terras; el-rei recebeu-o muito bem, ordenou a todos os que se achavam presentes que os deixassem sós, e depois ouviu em silencio o duque de Bragança, que, renovando os protestos de fidelidade que lhe fizera em Almeirim, instou com elle para que fossem castigadas as pessoas que tinham feito com que o soberano concebesse suspeitas da sua lealdade. El-rei levantou-se, e pediu-lhe que o seguisse á guarda-roupa, porque a sala em que estavam era bastante escura. O duque seguiu-o, e, apenas chegaram á guarda-roupa, el-rei, sempre com o mesmo semblante prazenteiro, declarou-lhe que, para se averiguar melhor o que havia de verdadeiro ou falso nas informações que recebêra, e poder com segurança castigar os informadores, convinha que o duque se considerasse preso, tendo a certeza de que seria tractado com toda a honra, e que não se lhe negaria nem defeza, nem justiça. Logo appareceram Ayres da Silva, e o valido Antão de Faria, o Tristram l'Ermite d'este novo Luiz XI, e a guarda do preso foi-lhes confiada. Nada mais! Com esta simplicidade se effectuou a prisão do duque de Bragança, do mais poderoso fidalgo de todas as Hespanhas.

Assim que a nova correu, os fidalgos accumularam-se no paço; os que se julgavam culpados procuraram pôr-se em fuga, e os que desejavam merecer as boas graças de el-rei foram juntar-se a Antão de Faria, para guardarem o preso. El-rei logo reuniu o conselho para deliberar sobre o caso. Ao mesmo tempo o povo de Evora, levantado naturalmente

---

Nenhuma voz fala a favor das victimas, nenhum historiador as defende. Engano-me; uma auctoridade, que ordinariamente se não invoca, levanta o brado a favor de um d'elles; a velha poesia popular proclama a innocencia do primeiro.»

Depois accrescenta em nota

«Veja-se no *Romancero general* as queixas da condessa de Guimarães. Parece que o velho poeta popular quiz esconder com um titulo menos conhecido, mas real, o personagem que faz falar.»

A poesia popular lamentou a victima, como era natural, mas, se proclamou a innocencia, enganou-se. D. Fernando foi martyr, mas não innocente.

Digitized by Google

por secretos emissarios de el-rei, corria ao paço em armas e furioso, porque lhe tinham feito acreditar que os fidalgos tramavam contra a vida do monarcha. A noite cahira de todo, e Evora apresentava um aspecto sinistro, illuminada pelos archotes que a multidão trouxera comsigo, alvorotada pela confusa gritaria da turba apinhada emtorno do Paço, e sulcada em todas as direcções pelos mensageiros que el-rei enviava a galope a espalharem a noticia, e a darem as ordens necessarias.

Quanto era já immenso nos fins do seculo xv o prestigio da realeza! Como se via que findára para sempre na Europa a época feudal! De tantas fortalezas que tinham voz pelo duque de Bragança, nenhuma ousou resistir! Todos os alcaides receberam submissamente as ordens de el-rei, e lhe prestaram menagem. Os irmãos fugitivos do duque de Bragança quizeram refugiar-se em Portel; o alcaide negou-lhes asylo. E comtudo D. João II reinava apenas havia dois annos, e a força do seu braço ainda se não fizera sentir; mas a força das coisas era por elle. O seculo tendia para a centralização, que a realeza representava; D. João II, na lucta que travava, tinha a seu favor a fatalidade das leis providenciaes da historia.

Os irmãos do duque de Bragança fugiram para Hespanha; o marquez de Montemór e o conde de Faro para Andaluzia, onde o conde falleceu pouco tempo depois, devorado por melancholia profunda; D. Alvaro para a côrte de Castella, onde foi muito favorecido, assim como os tres filhos do duque, D. Philippe, D. Jayme e D. Diniz, que a duqueza, sua mãe, para lá mandou, conservando apenas comsigo a filha.

Começa o assassinio judiciario do duque de Bragança, e el-rei D. João II não se mostra o altivo personagem que estamos habituados a vêr, mostra-se o tigre que brinca com a presa, que a acaricia, que parece soltal-a, para de novo a empolgar nas garras, quando a pobresinha já se julga livre. No conselho que se reuniu para ouvir a communicação que el-rei lhe queria fazer ácerca da prisão do duque, el-rei ousou chorar!! Derramou lagrimas, em presença dos nobres cheios de temor e espanto, dizendo que o que mais n'este mundo desejava era que o duque podesse livrar-se, provando a sua innocencia. Muitos fidalgos, amigos do duque de Bragança, intercederam por elle, pedindo ao soberano que guardasse em seu poder tanto as fortalezas do duque, como as dos proprios fidalgos que intercediam, para segurança e penhor da sua fidelidade. Não recusou el-rei a proposta; e porque a não recusou elle? Porque ainda não sabia com certeza se não houvera alguma resistencia da parte dos alcaides do duque; porque temia que os reis de Castella tomassem o seu partido. Mas, apenas se convenceu de que Fernando e Izabel não intervinham, e de que a auctoridade régia era por toda a parte reconhecida, regeitou desdenhosamente o offerecimento dos fidalgos, e fez condemnar sem piedade o duque de Bragança.

Não nos parece vêr Luiz XI acariciando todos, emquanto não tem a certeza de que as praças de Borgonha se lhe entregam quasi sem resistencia, e afinal, erguendo-se audacioso e despojando, sem vergonha, da melhor parte da sua herança a pobre duqueza Maria?

Nada faltou para que se representasse com todo o primor essa comedia sanguinaria. Promettera-se ao duque de Bragança que não lhe faltaria justiça nem defeza, e não lhe faltou. Foi nomeado juiz o licenciado Ruy da Grã, procurador d'el-rei, o doutor João d'Elvas, advogados do duque, o doutor Diogo Pinheiro e Affonso de Barros. «Aos quaes, diz Ruy de Pina, el-rei encommendou e

Digitized by Google

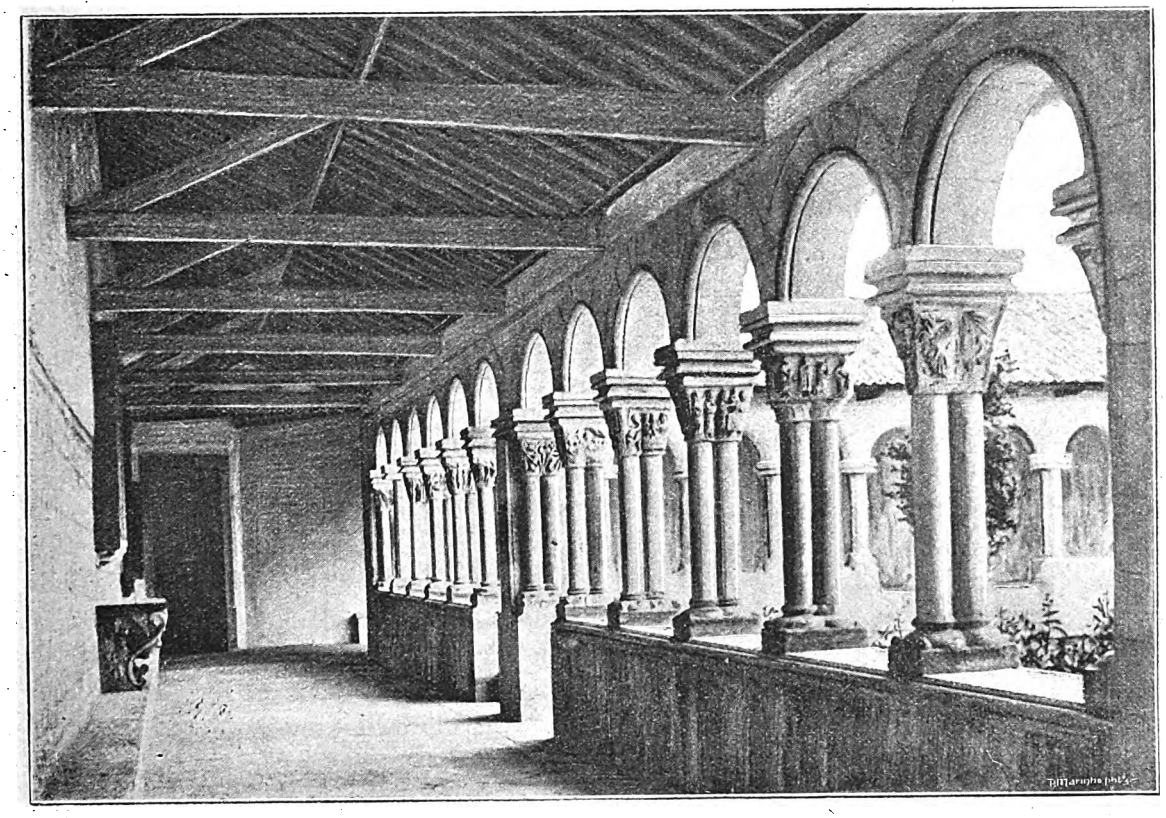
mandou que com muito cuidado e estudo procurassem, e defendessem a causa do duque, e *que por isso lhes faria muita mercê*[1].» Vejam que extremosa solicitude! Procura-lhe com a sua propria mão advogados, a quem recommenda muito particularmente que defendam bem a causa de D. Fernando, e que serão por isso recompensados! É verdade que melhor provaria esses extremos, deixando o duque escolher os seus advogados, e principalmente depois, quando a justiça pronunciasse a sentença, appellando para a misericordia, e usando da prerogativa régia de perdoar. Que quereis? Nem tudo lembra, e a razão de Estado é tão rigorosa!...

Logo se formulou em vinte e dois artigos o libello contra o duque, libello que foi lido ao accusado, que o ouviu com alguma perturbação, porque, não suspeitava tambem que já estivessem descobertas as suas machinações em Castella. Comtudo bem depressa percebeu que essas culpas em nada podiam peiorar a sua causa, porque condemnado estava elle de antemão, e as unicas palavras que respondeu foram as do versiculo da Biblia, que disse a Ruy de Pina para que Ruy de Pina as transmittisse a el-rei:

Et non intres in judicium cum servo tuo, quia non justificabitur in conspectu tuo omnis vivens[1].

Era a expressão justa dos seus presentimentos, presentimentos que o não illudiram.

Pedia elle tambem, mas, desprezando as suas hypocritas formulas de amor e de justiça, negou-lh'o el-rei redonda-



COIMBRA — CLAUSTRO DO MOSTEIRO DE CELLAS DEPOIS DA RESTAURAÇÃO HA POUCO REALIZADA

[1] Ruy de Pina, *Chronica de D. João II*, cap XIV, pag. 47.

[1] Não entres em juizo com o teu servo, porque ninguem se justificará na tua presença.

Digitized by Google

mente, pedia-lhe para ser julgado pelos seus pares. Recusou-lh'o el-rei, como dissemos, e como era de esperar; juntou logo testemunhas de accusação, não se admittindo testemunhas de defeza, que é isso o que se deve deduzir das seguintes palavras de Ruy de Pina, que depois de ter citado os nomes das pessoas chamadas, accrescenta: «cujos testemunhos parece que faziam ao libello provas inteiras, nem havia a elle contraditas, *nem lh'as receberam*[1].»

Em vinte e dois dias se fulminou o libello e se deram como provados todos os seus artigos; e é muito de notar a ingenuidade com que Ruy de Pina observa que para isso não foi necessario fazer fóra da côrte a minima diligencia! Caminhou, segundo se vê, o processo com a maior simplicidade, logo que se dispensaram testemunhas de defeza, e todas e quaesquer diligencias.

Concluido o feito, reuniram-se os juizes n'uma sala do paço, armada austeramente e de um modo proprio do acto que n'ella se devia representar. Forravam a sala razes que representavam a justiça de Trajano, monarcha mais celebre pela clemencia, e ao qual n'aquelle caso não podia D. João II dizer-se muito similhante. Duas vezes alli se reuniram os juizes, em numero de vinte e um, e el-rei e o duque, para ouvirem os advogados debater a causa, e sempre el-rei, não desmentindo o papel que entendera dever assumir, mostrára ao duque a maxima cortezia. Da terceira vez deviam ser perguntadas as testemunhas em presença do duque; mas este, desdenhando essa formalidade escusada, encarregou com um melancholico sorriso Ruy de Pina de dizer a el-rei que se estava occupando, juntamente com o seu confessor, de cousas que tendiam á salvação da sua alma, e que já não pensava nas d'este mundo.

[1] *Chronica de D. João II*, cap. XIV, pag. 48.

Ouvida esta resposta, el-rei mandou despejar a sala e procedeu-se á sentença. Os juizes, com uma tocante unanimidade, votaram a morte e «a cada voto, diz Ruy de Pina, em que cada juiz concluia na morte do duque, el-rei chorava com grandes soluços e muita tristeza![1]» Confessamol-o: o duque de Bragança, perante a historia imparcial, é bem pequeno ao lado do grande vulto de D. João II; mas n'este momento, quando o duque de Bragança, resignado á sua sorte, nem quer assistir ao ignobil espectaculo de testemunhas, muitas das quaes lhe deviam o pão e a criação, a condemnarem-n'o á uma, e quando el-rei derrama lagrimas hypocritas sobre o destino do homem, que elle mesmo devotou á morte, a grandeza moral está do lado da victima, a pequenez é a do algoz.

Dois dias e duas noites estiveram os juizes encerrados a deliberarem, e na segunda noite, quando vinha já proxima a romper a manhã, quando as luzes que allumiavam essa funebre vigilia, iam esmorecendo e projectando tremulas sombras nos razes do aposento, cujas figuras pareciam agitar-se e, saltando da tella, confundir-se com os pallidos vultos do rei e dos juizes sanguinarios, a sentença proferiu-se emfim. Era uma sentença de morte, condemnando o duque de Bragança a ser degolado publicamente na praça d'Evora, e confiscando todos os seus bens para a corôa. Pronunciada esta sentença, afinal, que não foi logo communicada ao duque, sahiram todos, e no dia 20 de junho de 1483 representou-se emfim o ultimo acto da sanguinolenta tragedia.

Montado n'uma mula coberta de gualdrapas de dó, sahiu o duque D. Fernando do paço onde estivera preso, e foi conduzido a umas casas da praça de Evora. Até então julgou elle que, recuan-

[1] *Chronica de D. João II*, cap. XIV, pag. 49.

Digitized by Google

do no momento de pronunciar a sentença, el-rei se contentasse de o encarcerar n'alguma fortaleza, mas, quando viu aonde o levavam, perdeu essa ultima esperança. Um cadafalso foi levantado prestes, communicando por uma corrediça com as janellas das casas, onde D. Fernando recebia a sua ultima aposentadoria, logo forrado tambem de pannos luctuosos. Tropas numerosas cercavam a praça; apinhava-se o povo que correra para presenciar tão estranho caso. Sem temor, mas tambem sem mostrar altivez, encaminhou-se D. Fernando para o cadafalso, depois de ter feito a ultima cédula do seu testamento, que só encerrava palavras de paz e de misericordia. Tinham-n'o avisado para que se não impressionasse com o extraordinario concurso de povo que dava ao panorama tumultuoso, que se divisava do cadafalso, um aspecto tremendo; mas o aviso era escusado: mostrou até ao ultimo momento a constancia e a resignação de um martyr. Levando até á crueldade a vingança, D. João II não lhe poupou a derradeira humilhação das mãos atadas, a que elle se sujeitou, dizendo, com melancholica ironia, que estava disposto a consentir até na ignominia do baraço ao pescoço. Vestido com um longo ferragoulo de lucto, pousou a cabeça no cêpo; logo depois scintillou ao sol de junho um relampago no ferro do cutello, e a cabeça de D. Fernando voou decepada pela mão de um algoz mysterioso, e tambem vestido de dó. Nada mais. Ouviu-se um longo rumor na praça, depois o povo dispersou-se, commentando entre si a crueldade do caso, os grandes apartaram-se torvos e sombrios, e, sem dobres de sinos, sem manifestações funereas, o corpo do duque, depois de estar uma hora em exposição no cadafalso, foi conduzido á derradeira morada. Prohibiu-se que na côrte se vestisse lucto por tão nobre fidalgo, que dos mais illustres era parente; só el-rei vestiu dó trez dias, ultima das suas hypocritas manifestações[1].

O grande acto do seu reinado estava consummado, mancha indelevel no seu caracter, mas sem contestação profundamente caracteristica da feição energica do seu governo. O cutello do algoz de Evora não decepou só a cabeça do duque de Bragança, decepou tambem as cem cabeças sempre renascentes da hydra do feudalismo.

Alfarrobeira tirava a sua desforra: o infante D. Pedro estava vingado. O reinado de D. Affonso V fôra, politicamente, um retrocesso: com este golpe de Estado realizado em Evora, D. João II ganhava de repente todo o terreno perdido.

Mas, se não podemos deixar de curvar-nos deante do systema politico de D. João II, tambem não ignoramos que a indole cruel do monarcha lhe tingiu a purpura com sangue inutilmente derramado. A humilhação do duque bastava: perdoar-lhe era nobre, era grande, e era principalmente de uma politica habil. Logo que elle prendera o duque de Bragança, e obtivera que, sem a minima resistencia, se lhe entregassem todos os castellos do duque, a supremacia da corôa estava segura, e um perdão generosamente concedido não faria senão sanccional-a.

Assim, aquelle primeiro sangue, derramado na praça de Evora, impelliu fatalmente D. João II por um caminho sanguinolento. Os martyres geram os vingadores. Em torno do cadafalso ligou-se a conspiração do duque de Vizeu. Foi necessario de novo derramar o sangue, foi necessario que a crueldade e a desconfiança se sentassem á cabeceira de D. João II, até que vingança occulta

[1] Um formoso romance, publicado no 2.º vol. do *Panorama*, o *Mestre Gil*, aproveita no 2.º e 3.º capitulo esta dramatica scena da nossa historia.

Digitized by Google

lhe propinasse o veneno, que o matou em Alvor, como parece indubitavel.

A politica de D. João II foi grande, a sua vingança foi pequena. As resoluções tomadas pelas côrtes de Evora, as fórmulas das menagens, a inquirição dos corregedores, a humilhação do duque de Bragança, tudo isso eram actos que davam honra ao tacto e á energia do estadista. A morte de D. Fernando, e principalmente a comedia judiciaria que a precedeu, sem assegurarem o exito da politica, mancham o caracter do homem. *Principe Perfeito* chamou a posteridade a D. João II; mas as imperfeições da humanidade é que lhe não pode negar.

Quer a fatalidade que as qualidades do homem não parem nunca no limite exacto, em que pelo excesso se transformam em defeitos, e é raro que nos homens de Estado a energia não degenere em crueldade. Richelieu não seria egualmente grande, dando a vida a Montmorency, o marquez de Pombal poupando os Tavoras, D. João II perdoando ao duque de Bragança? E comtudo o cuidado da sua gloria não soube mostrar a esses grandes homens que o cepo da praça da Gréve, o patibulo de Belem, o cadafalso de Evora, banhados com o sangue das victimas, ergueriam perante a posteridade um clamor contra elles, quasi tão forte, como o hymno que em seu louvor entoam as gerações gratas aos fructos beneficos da sua politica.

CAPITULO III

Execução em effigie do Marquez de Montemor

A EXECUÇÃO e morte do duque de Bragança produziram em todos os fidalgos um assombro e um terror tal, que ninguem ousou no primeiro momento levantar a voz para increpar o soberano pela sua crueldade; antes os que se sentiam cumplices do duque de Bragança tremiam por si, e receiavam padecer egual sorte. Não era dos menos assustados o duque de Vizeu, cunhado d'el-rei, que receiava que nem o parentesco lhe valesse para o subtrahir ás iras de D. João II; mas d'esta vez valeu, porque el-rei, chamando-o, e falando-lhe com severo porte, disse-lhe apenas que estava informado dos seus tramas de cumplicidade com o duque de Bragança, mas que, attendendo á sua extrema juventude, e principalmente á memoria de seu pae, o infante D. Fernando, e ao respeito de sua irmã, a rainha D. Leonor, a quem muito estimava e presava, lhe perdoava então, advertindo-o apenas, para que não ousasse mostrar-se rebelde e ingrato, porque podia vêr, no exemplo do duque de Bragança, que elle não temia decepar as cabeças mais altas, e que entendia que d'ahi em deante não haveria em Portugal outro rei senão elle.

Ao mesmo tempo, tractava D. João II com a maior distincção seu outro cunhado D. Manuel, que mal cuidava ainda que lhe havia de succeder no throno, pondo-lhe casa, e dando-lhe por armas uma esphera, symbolo e presagio da sua estupenda fortuna.

Tudo isto animou talvez o duque de Vizeu a acreditar na sua impunidade, e compelliu-o a tomar parte na malaventurada conspiração, que tinha de lhe custar a vida.

Digitized by Google

Mas porque os respeitos do parentesco, e a contemplação pela mocidade de seu cunhado obrigaram n'essa occasião D. João II a perdoar a offensa ao duque de Vizeu, não estava comtudo ainda a sua vingança satisfeita, e não se podia consolar principalmente de que lhe houvesse escapado, refugiando-se em Castella, o marquez de Montemór, que fôra verdadeiramente a alma da conspiração do duque de Bragança. Não conseguindo 'alcançal-o, desceu D. João II a fazer representar a comedia burlesca de uma execução em effigie, a que deu a maxima solemnidade, que ainda assim não poude encubrir o ridiculo que sempre 'cahe sobre estas execuções de vinganças frustradas.

Em julho de 1483 foi el-rei D. João II para Abrantes, e ahi levou a effeito a execução em effigie, de que Ruy de Pina não faz menção, mas que Garcia de Rezende narra com todas as particularidades na sua chronica, que é aliás, quasi sempre, uma copia da de Ruy de Pina[1].

Tomada a resolução de executar o marquez de Montemór em effigie, quiz el-rei que tudo se fizesse com o maior apparato. Levantou-se na praça de Abrantes um cadafalso de madeira, forrado de pannos de lucto, e alli se fizeram assentos para corregedores, juizes, meirinhos, desembargadores, etc.

De pé agrupava-se a turba dos meirinhos, alcaides e officiaes de justiça. Veiu então uma estatua, representando o marquez de Montemór, o mais parecido que a poude fazer o artista incumbido d'essa lugubre obra. Vestia as armas todas e

D. JOANNA DE CASTELLA (A «EXCELLENTE SENHORA»)

por cima uma cota; empunhava na mão direita uma espada; ondeava na esquerda uma bandeira com as suas armas.

Os juizes leram-lhe as suas culpas, os desembargadores promulgaram a sentença, condemnando-o a morrer decapitado. Avançou então um rei de armas, e proferiu as seguintes palavras:

«Porquanto vós, Condestavel, por vosso tão grande officio, ereis obrigado a terdes muita lealdade a vosso rei; e

[1] *Chronica dos valorosos e insignes feitos d'el-rei D. João II, de gloriosa memoria*, cap. XLIX (Lisboa, 1752). Este capitulo vem transcripto na *Livraria classica portugueza. Excerptos de todos os principaes auctores portuguezes de boa nota, assim prosadores como poetas, por Castilho (Antonio e José)* — Tit. IX *Garcia de Resende*—Parte II, pag. 95 (Lisboa, 1845).

Digitized by Google

servil-o e ajudar a defender seus reinos, e vós não n'o fizestes; antes trabalhastes e procurastes por lhe offender e lhe fostes desleal; não mereceis essa espada».

E o rei d'armas arrancou-lhe a espada.

E logo continuou:

«Porquanto vós, marquez, por vossa grande dignidade, vos foi dada bandeira quadrada como a principe, e por esta honra e dignidade, que recebestes, ereis obrigado guardar a honra e estado de el-rei vosso senhor, e servil-o e acatal-o, como natural e verdadeiro rei e senhor, e vós tudo isto fizestes ao contrario: tal bandeira não deveis ter porque a não mereceis.»

Arrancaram-lhe assim a espada, e o capacete, e a cota de armas, e todas as outras peças de armadura, deixando-o apenas com gibão.

Seguiram-se as varias ceremonias das decapitações. O pregoeiro alçou o pregão de justiça, e veiu o algoz, que decepou a cabeça da estatua, de que saltou sangue, pois até a essa ridicula façanha de prestidigitador se rebaixou o genio inventivo de quem ordenou a ceremonia. Feito isto, sahiram todos do cadafalso, e deitou-se-lhe fogo, consumindo em breve tempo as chammas o theatro onde se representára essa tragi-comedia.

Teve ella porém consequencias tristes. O pobre marquez de Montemór, sabedor da sua propria decapitação, em vez de se rir, como devia fazer, tomou o caso a sério, e não tardou muito que morresse, victima do desgosto que esta noticia lhe causou.

Devemos acreditar que esta consequencia da sua vingança alegrou o animo implacavel de D. João II, e que folgou ao vêr que os seus golpes, mesmo vibrados de longe, feriam a sua victima? Podemos pensal-o, porque D. João II não perdoava facilmente, e ai de quem o tivesse por inimigo!

Mas de que lhe aproveitavam as suas vinganças, e as suas crueldades? Por acaso julgava elle afogar em sangue as conspirações sempre renascentes da fidalguia? Enganava-se; o sangue não apaga, ateia mais os incendios. O terror pairava sobre a nobreza, é verdade; mas esse proprio terror lhe dava armas, com que procurasse livrar-se da tyrannia que sempre a ameaçava. A existencia de D. João II seria tão atormentada como a de Tiberio, que nunca dormia duas noites no mesmo quarto, se elle não juntasse, e é o que resgata a sua crueldade, á rispidez da sua indole a intrepidez de um brioso cavalleiro. Mais do que estas vinganças executadas nos cadafalsos, reprimiu as audacias da nobreza a inexcedivel bravura com que D. João II a desafiava, não empallidecendo nunca deante das suas ameaças, e affrontando serenamente o punhal dos conspiradores. Sirva de prova o seguinte caso, narrado por Garcia de Rezende.

«Nos paços de Santarem, estando el-rei com a rainha na cama, depois de todos repousados, ácerca de meia noite, dormindo já el-rei, bateram á porta da camara onde jazia. Acordando, perguntou quem era e não lhe respoderam: ficou então enleiado, cuidando o que podia ser: d'ahi a pouco tornaram a bater e elle se levantou mui manso, e vestiu um roupão, e tomou uma espada e uma adarga, e uma tocha accesa na sua mão, e foi muito passo só abrir a porta; e em n'a abrindo sentiu ir deante de si homem que abriu outra porta, e elle depoz elle lhe foi o homem fugindo, abrindo todas as portas até aos desvãos dos paços, que é cousa tão carregada que de dia se carrega qualquer pessoa de andar só por elles, quanto mais de noite e a taes horas, e mais havendo ahi suspeita que alli sentia cousa má. A rainha bradou alto, e aos brados lhe accudiram mulheres, que a grande pressa chamaram os fidalgos da guarda e monteiros, que logo accudiram todos

Digitized by Google

com armas e tochas accesas, e foram achar só el-rei nos desvãos buscando todos os cantos d'elles, tão seguro e sem receio, que mais não pudera ser, se fôra no meio do dia. E então perante si fez buscar tudo sem ficar nada, e não se achou cousa alguma: por onde elle e todos affirmaram ser cousa passada d'esta vida; e tornou-se el-rei então com todos, fazendo fechar as portas, tão despejado e o rosto tão seguro e alegre, que todos vinham espantados. Deu boas noites, e tornou-se a lançar na cama com a rainha, como d'antes jazia, e não deixou por isso de repousar e dormir[1] ».

A intrepidez de D. João II é tanto mais notavel, quanto havendo-se convencido de que as mysteriosas pancadas eram sobrenaturaes, não hesitou ainda assim em percorrer na sombra o palacio, e em ir affrontar o espectro do duque de Bragança, que vinha talvez para o arrastar com as mãos descarnadas para o tumulo, onde a crueldade do rei o sepultára. Esta serenidade de animo n'um homem, cujo espirito cultivado não era apesar d'isso cumpletamente superior ás superstições do tempo em que vivia, n'um homem, que demais a mais não podia ter a consciencia tranquilla, revelam uma vontade de ferro incontestavelmente admiravel. D. João II está bem longe de ser um d'aquelles pallidos tyrannos de Roma, que derramavam o sangue e tremiam da sua propria sombra; é um despota sim, mas um despota gigante, deante do qual tudo se curva, porque ninguem ousa encaral-o face a face.

O que ia tentar essa pobre creança do duque de Vizeu contra este homem, de tão rija tempera que até vergava e vencia a propria sombra do remorso?

CAPITULO IV

Morte do duque de Vizeu

Foi em Santarem que a conspiração do duque de Vizeu se tramou definitivamente. Entrava n'ella quasi toda a fidalguia do reino, tendo por chefe nominal o duque de Vizeu, mas por chefe verdadeiro o bispo de Evora, D. Garcia de Menezes. O duque era uma verdadeira creança enfatuada, cuja vaga physionomia mal se distingue nas narrativas dos chronistas, e cujo vulto só vive na historia, graças á punhalada, com que D. João II accrescentou á lista dos martyres da sua politica o nome de um personagem insignificante.

Embalavam-n'o os fidalgos, que do seu nome se serviam, e que se acobertavam com a sua supposta impunidade, embalavam-n'o com a esperança de lhe cingirem a corôa, devotando a um captiveiro perpetuo o principe D. Affonso, legitimo herdeiro do throno portuguez, vergontea condemnada d'esse odiado tronco. Afagado por taes perspectivas ambiciosas, o duque de Vizeu lançou-se de olhos fechados na conspiração, julgando-se o vingador predestinado do duque de Bragança, e o homem que devia salvar o reino da tyrannia.

Entravam na conspiração, como dissemos, os principaes fidalgos do reino, o bispo de Evora, D. Garcia de Menezes, o irmão, D. Fernando de Menezes,

[1] Garcia de Rezende *Chronica dos valorosos e insignes feitos de el-rei D. João II*, cap, LI.

Digitized by Google

que ainda assim nunca approvou o plano dos conspiradores, como claramente se demonstrou, e o filho do barão de Alvito, Fernão da Silveira, e D. Guterres Coutinho filho do marechal do reino, e D. Alvaro de Athayde, e seu filho D. Pedro de Athayde, e Pero de Albuquerque, e seu irmão o conde de Penamacôr.

Era o escol da nobreza do reino que ia travar de novo a lucta com o gigante; eram os vingadores do duque de Bragança, que desejavam tirar a desforra da primeira partida perdida em Evora.

Não tardou muito que D. João II tivesse conhecimento de todos os projectos dos conspiradores. Os fortes são sempre bem servidos: ha em todas as conspirações um certo numero de homens que pensam nos seus interesses, e que acham melhor collocar-se do lado d'aquelles a quem a victoria costuma sorrir. A primeira informação, que D. João II teve d'esta conjuração, foi-lhe dada por um Diogo Tinoco, irmão de uma mulher, que era amante do bispo de Evora D. Garcia de Menezes. Não teve segredos para a sua idolatrada o reverendo bispo, que assim cumpria com tanto rigor as leis canonicas, fiel servo de Deus que dizia missa pela manhã, projectava de tarde assassinar el-rei, e descansava á noite das suas fadigas no leito da voluptuosidade. A mulher, que se chamava Margarida, ou por indiscrição feminil, ou porque entendeu que valia a pena vender um segredo rendoso, contou o caso a seu irmão, e este, que negociára com a honra d'ella, vendendo-a ao bispo, entendeu que resgataria a sua primeira vergonha, vendendo o bispo a el-rei[1].

Primeiro contou o caso a Antão de Faria, a *alma damnada* de D. João II; depois contou-o ao proprio rei, indo, para mais disfarce, falar com elle, vestido de frade, a um mosteiro de Setubal. D. João II, que sabia recompensar os vis que o serviam, e a quem despresava profundamente, deu-lhe logo, de mão beijada, cinco mil cruzados de ouro, quantia para essa época muito consideravel, e lhe prometteu egualmente beneficios que completassem um rendimento de seiscentos mil réis annuaes, promessa que não chegou a ser cumprida, porque antes d'isso morreu Diogo Tinoco. Em boa occasião ia dar contas a Deus.

Outro aviso teve ainda D. João II da mesma conspiração. Um irmão de D. Guterres Coutinho, D. Vasco, tivéra d'el-rei alguns aggravos, e determinou sahir da côrte, ou el-rei mesmo o exilou.

Em todo o caso, foi-se despedir de seu irmão, a Cezimbra, onde elle estava, e de que era commendador. D. Guterres, explicando-se apenas por meias palavras, disse-lhe comtudo que não partisse ainda, porque não tardaria ensejo de poder ficar em Portugal com honra e proveito.

Espantou-se D. Vasco, pediu explicações, e D. Guterres, não podendo decidil-o d'outro modo, contou-lhe tudo.

Calou-se o irmão, e logo pensou que era esse um optimo ensejo para se reconciliar com D. João II, e obter recompensas em vez de exilio. Mandou falar a Antão de Faria, e por intermedio d'elle falou ao monarcha, e revelou-lhe o que sabia. «Leal vassallo» lhe chamam á uma Ruy de Pina e Garcia de Rezende; vil, ambicioso, lhe chamaremos nós. Se entendia, effectivamente, que essa conspiração era um mal para o reino e uma atrocidade indesculpavel, declarasse ao irmão que a ia descobrir, e désse tempo aos fidalgos para se pôrem a salvo, procedendo lealmente, como o devia fazer com todos, e muito mais com o seu proprio irmão. Calar-se porém, e ir denun-

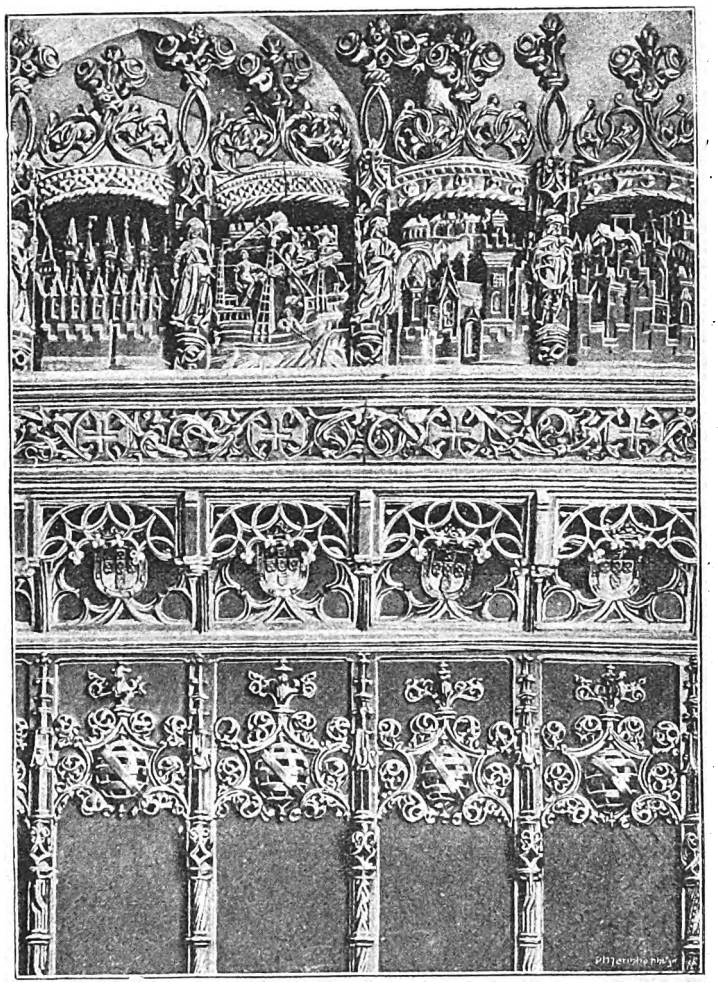
[1] Quer-se no *Mestre Gil* suppôr que Diogo Tinoco, trahindo o bispo, intentava apenas vingar a honra da sua familia, ultrajada pela seducção de sua irmã; não nos parece admissivel a supposição; o homem que vinga o seu pundonor, não acceita dinheiro por isso

Digitized by Google

ciar baixamente o homem que se confiára n'elle, é uma villania sem nome. Estipulou, é certo, com el-rei que seu irmão não seria punido com a pena de morte; mas a vingança de D. João II soube illudir a estipulação, e D. Guterres morreu mysteriosamente no seu carcere. D. Vasco Coutinho, recebendo pouco depois de D. João II o titulo de conde de Borba, cingiu uma corôa de conde, manchada com o sangue de seu irmão, e que lhe devia deixar na fronte o estygma dos fratricidas.

Assim prevenido, seguiu D. João II o mesmo systema que seguira quando fôra o caso do duque de Bragança. A dissimulação perfeita, que adoptava, fazia com que os fidalgos estivessem n'um completo engano, e esperassem de um instante para o outro ver a realização do seu desejo. Mais de uma vez tentaram executar o projecto mas D. João II, que era avisado de todos os planos da conspiração, prevenia-se sempre disfarçadamente, sem lhes dar a entender que os adivinhava. Depois da paschoa de 1484, fôra elle para Setubal, e alli passou o tempo com a rainha e o principe em festas e em caçadas. Mas, sempre bem armado e acautelado, era raro sahir que o não acompanhassem os seus ginetes, commandados por Fernão Martins de Mascarenhas, especie de guarda escoceza d'este nosso Luiz XI, ao menos muito mais destemido do que o voluntario captivo de Plessis-les-Tours.

Conta Garcia de Rezende que uma vez n'um passeio ao campo estiveram os fidalgos resolvidos a matal-o; mas elle, que tudo via n'um lance de olhos, e que lhes presentiu no olhar, nas maneiras, nos segredos trocados, na pallidez dos rostos, o proposito que tomavam, approximou-se pouco a pouco da egreja de Nossa Senhora da Annunciada, e, collocando-se com as costas para ella em posição defensiva, mas como se o acaso ou um capricho o levasse a isso, esperou, com a serenidade do seu espirito resoluto, que chegassem os ginetes de Fernão Martins. Uma outra vez, descia elle de noite a escada da camara da rainha, quando tentaram de novo levar ao fim o seu projecto; mas parece que tremiam todos, como o Cimbro deante de Mario, ao estarem prestes a vibrar-lhe



COIMBRA — FRAGMENTO DO CÔRO DE SANTA CRUZ

Digitized by Google

o punhal. Ainda uma terceira vez, o que nem Garcia de Rezende nem Ruy de Pina relatam, mas que outros referem, tentaram assassinal-o na procissão de Corpus Christi em Setubal, quando o cortejo passava pela rua de Troino: el-rei, prevenido, frustrou-lhes o intento[1].

Era comtudo necessario que este drama, silencioso mas palpitante, chegasse emfim a um desfecho. El-rei sahira de Setubal, e fôra a Alcacer do Sal, d'onde determinára voltar pelo Sado; os fidalgos combinaram então que o esperariam na praia, e que, apenas elle desembarcasse, o matariam sem esperarem mais propicia occasião. Mas Vasco Coutinho avisou, segundo o costume, el-rei, que mudou de subito o seu plano, e entrou em Setubal, vindo por terra, pelo lado da Landeira, acompanhado de uma boa escolta de cavallaria. O duque de Vizeu, quando soube que mais uma vez se lhes frustrára o plano, sahiu de Setubal, e foi a Palmella visitar sua mãe a infanta D. Beatriz. Mas el-rei determinára pôr fim á conspiração, e debellal-a de um golpe.

Era o dia 23 de agosto de 1484; na vespera chegára el-rei a Setubal, e fôra pousar, como de costume, nas casas de Nuno da Cunha. Tendo tomado a sua resolução, mandou chamar a Palmella o duque de Vizeu. Hesitou este, porque a sua consciencia lhe mostrava o perigo; mas temeu com a sua desobediencia dar armas á vingança de el-rei. Veiu, e foi recebido por D. João II na guarda-roupa, onde estavam tambem o alcaide-mór de Moura D. Pedro d'Eça, Diogo d'Azambuja e Lopo Mendes do Rio, chamados para serem testemunhas da scena terrivel que se ía passar. Chamando seu cunhado de parte, el-rei parece que lhe lançou em rosto a sua perfidia e ingratidão, mas foi em poucas palavras, porque logo, arrancando um punhal, cravou-o no peito do infeliz mancebo, e extendeu-o morto no chão. Procedendo immediatamente com a energia que dava uma terribilidade immensa a estes golpes subitos, que succediam a uma longa dissimulação, el-rei expediu ordens para que fossem presos todos os cumplices de D. Diogo, duque de Vizeu.

Era noite, e a guarda de el-rei, posta em movimento, atravessava as ruas a galope, ou para ir fechar as portas da villa, ou para guardar todos os caminhos. Pairava o terror sobre Setubal adormecida, e sentia-se como que um lugubre som que fazia estremecer os pallidos burguezes, e fazia desmaiar os mais intrepidos fidalgos. O que era esse vago pavor que se coava nas veias de todos, e como que lhes gelava o sangue? Era a justiça de D. João II que passava, terrivel como a justiça de Deus, cruel como a vingança do inferno.

D. Garcia de Menezes, seu irmão D. Fernando, D. Guterres Coutinho, foram logo presos, e todas as diligencias se empregaram para se colherem os outros ás mãos. «Foi uma noite de muito grande terror e espanto, diz Garcia de Rezende, e sobretudo muito grande tristeza, porque quasi a todo Portugal tocava a desventura d'aquelles, que n'isso eram culpados, por serem pessoas tão principaes[1].»

Como sempre, a justiça de D. João II

---

[1] No sitio em que D. João II escapou da morte, vê-se ainda hoje na parede uma cabeça esculpida com esta legenda:

Si Deus pro nobis, quis contra nos?

Por baixo uma pedra de tres quinas com tres cabeças esculpidas. O desenho d'este padrão deu-o o *Panorama* no vol. 2.º da 1.ª série pag. 407, para acompanhar o formoso romance *Mestre Gil*, que já citámos, e que, assim como nos primeiros capitulos aponta o caso do duque de Bragança, aproveita, nos ultimos, os dramaticos episodios das tentativas dos fidalgos e do assassinio do duque de Vizeu.

[1] Garcia de Rezende, *Chronica dos valorosos e insignes feitos de el-rei D. João II*, cap. LII, pag. 127 da *Livraria classica portugueza*, tom. IX, part. 2.ª

Digitized by Google

degenerou em vingança: D. Garcia de Menezes, bispo de Evora, foi levado a Palmella, e, como o seu caracter sagrado não permittia que se lhe tocasse na cabeça ungida com os santos oleos, foi mettido n'uma masmorra subterranea e humida «uma cisterna, diz Ruy de Pina, onde a poucos dias e dizem que com peçonha acabou sua vida[1].» D. Guterres Coutinho, que el-rei promettêra a seu irmão D. Vasco deixar com vida, foi preso na torre de Aviz, onde morreu pouco depois mysteriosamente, não de morte natural, mas artificial, segundo a expressão de Ruy de Pina. D. Fernando de Menezes, que mostrára uma grande altivez, foi processado, decapitado e esquartejado. O mesmo aconteceu a D. Pedro de Athayde, que, fugindo de Setubal para Santarem, foi preso no caminho. Seu pae, Alvaro de Athayde, que ficára em Santarem, segundo o plano dos conjurados, para, logo que el-rei morresse, se apoderar da pessoa da Excellente Senhora, recebendo aviso a tempo, fugiu para Castella e conseguiu salvar-se. Fernão da Silveira esteve muito tempo escondido em Setubal n'uma cova, seguro, graças á fidelidade de um creado antigo, que o não obrigaram a trahir nem promessas de mercês, nem ameaças de castigo. Afinal fugiu para Castella; mas D. João II fez da sua extradição um negocio diplomatico; o pobre Fernão da Silveira teve de se asylar em Avinhão, na França, e lá mesmo o foi perseguir a vingança implacavel e incansavel do rei de Portugal. Um emigrado, a quem Ruy de Pina chama o conde de Palhais Catalam, comprado por D. João II, assassinou no dia 8 de dezembro de 1489 o desgraçado Fernão da Silveira; é verdade que o rei de França, indignado com esta violação da hospitalidade, puniu severamente o conde; mas a vingança do nosso monarcha estava satisfeita.

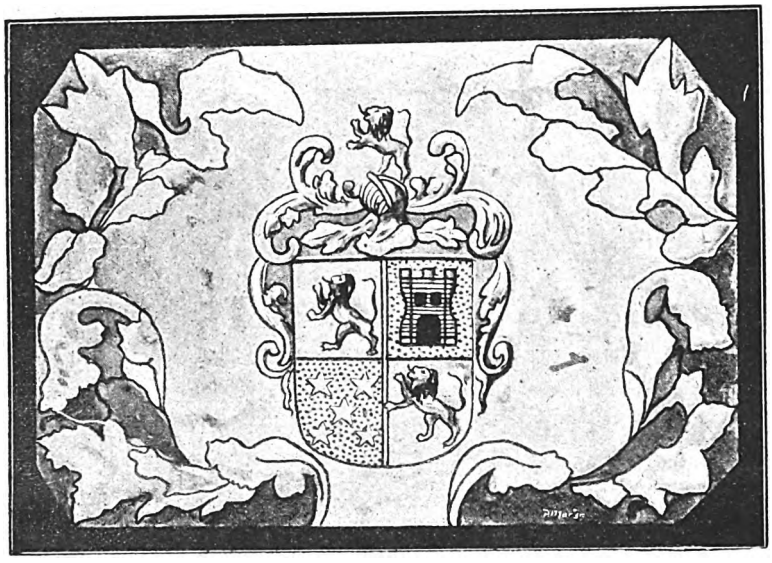
Restavam os dois irmãos Pero de Albuquerque, e Lopo, conde de Penamacôr. Tiveram sorte diversa; Pero de Albuquerque foi preso, condemnado á morte e executado; o conde de Penamacôr sahiu do reino, e andou, por toda a Europa, creando inimigos a D. João II, e levando de côrte para côrte o seu odio inextinguivel, que, transpondo os limites desculpaveis, como sempre succede nas más paixões, o levou a conspirar até contra a sua patria, pois que na Inglaterra aconselhou elle mercadores britannicos a prepararem navios com que fossem a Guiné, o que não se effectuou graças ás reclamações energicas, dirigidas por D. João II ao governo inglez.

Mas voltemos á guarda-roupa, onde jaz o corpo do pobre duque de Vizeu. Mandou alli chamar el-rei seu outro cunhado, e seu futuro successor, D. Manuel, que veiu, posto que estivesse doente, acompanhado pelo seu aio Diogo da Silva. O terror, produzido por D. João II em todos os que o rodeavam, tolhia a fala a D. Manuel, e impedia-o de se abraçar, com soluços que desejavam irromper, ao cadaver de seu irmão. A propria rainha, irmã do duque de Vizeu, sabedora do acontecido, chorava silenciosamente na sua camara, e não se atrevia a soltar uma queixa unica. D. Manuel, pallido e trémulo, ouviu D. João II dizer-lhe: «Que elle tinha morto o duque, seu irmão, porque o quizera matar, e como quer que todas as coisas que elle em sua vida tinha, ficassem por sua morte livremente á sua corôa; porém, que de todas d'alli em deante lhe fazia pura doação para sempre; porque Deus sabia que elle o amava como a proprio filho; para prova do qual, lhe dizia que, se o principe seu filho fallecesse, e elle não tivesse outro filho legitimo, que o succedesse, que d'aquella hora para en-

[1] Ruy de Pina, *Chronica d'el-rei D. João II*, cap. XVIII, pag. 60.

Digitized by Google

tão o havia por seu filho e herdeiro de todos seus reinos e senhorios[1].» Mal sabia D. João II que prophetizava com tanta verdade! Não era elle homem, comtudo, que assim deixasse passar a occasião de opulentar a corôa, e de fazer voltar ao Estado os bens, que andavam d'elle distrahidos por pouco justas doações. Por isso logo foi dizendo a D. Manuel que era razoavel que voltassem á corôa as villas de Serpa e Moura, que houvesse modificação no regimen das saboarias do reino, cujos redditos o duque de Vizeu recebia, e que eram oppressivos para o povo, e que além d'isso lhe deixava durante a vida a ilha da Madeira; mas que depois da sua morte, devia tambem engastar-se outra vez no diadema essa perola da herança do infante D. Henrique. D. Manuel ajoelhou e beijou em silencio a mão tinta com o sangue do seu mais proximo parente. Devia ser uma scena lugubre, e digna de um grande pintor de historia, essa em que o irmão da victima beijava, pallido e convulso, a mão do assassino.



PEDRA TUMULAR DA FAMILIA SOLLA TELLES, EXISTENTE EM TRANCOSO

Segundo conta Garcia de Rezende logo n'essa noite foi o corpo do duque de Vizeu levado para a egreja principal da villa, e sobre um cadafalso forrado de panno de dó esteve exposto ás vistas do povo até que foi enterrado de tarde.

É facil de imaginar quaes seriam os commentarios e a estranheza d'aquelles que presenciavam espectaculo tão novo.

El-rei, que nunca recuava deante das acções por elle practicadas, não tentou sequer esconder na sombra o seu crime; pelo contrario mandou lavrar um auto pelos doutores Nuno Gonçalves e Gil Fernandes, expondo as causas que o tinham levado a proceder d'aquelle modo, e justificando-se com os depoimentos de Diogo Tinoco e de D. Vasco Coutinho, que foram perguntados e confirmaram tudo o que el-rei dissera, e que já antecipadamente lhe fôra por elles revelado.

Restava cumprir uma missão penosa até para D. João II, que, na verdade, tinha cabellos no coração. Era a de communicar á infanta D. Beatriz, que estava em Palmella, a morte de seu filho.

A communicação fez-se-lhe comtudo, e póde-se imaginar como a afflicta mãe a receberia. Mas o terror, que inspirava el-rei, era bastante profundo para que nem a dôr maternal desabafasse nas imprecações, que se podiam esperar em tão doloroso transe. Ao homem, que assim dilacerava um coração de mãe, reservava a Providencia justo castigo, punindo-o com a perda do filho extremecido.

[1] Ruy de Pina, *Chronica d'el-rei D. João II*, cap. XVIII, pag. 59.

[1] *Chronica dos valorosos e insignes feitos d'el-rei D. João II*, cap. 53, *in fine*.

Digitized by Google

O JANTAR DE UM PRINCIPE (COSTUMES DO SECULO XV)

Como succedera no caso do duque de Bragança, todas as fortalezas do duque de Vizeu e dos seus adherentes se renderam de prompto, á excepção da de Sabugal, onde se fechou D. Catharina, mulher de Pedro d'Albuquerque, sem a querer entregar, logo que soube da prisão do marido. Foi el-rei em pessoa cercal-a; mas, antes d'isso, D. Catharina, vendo que a resistencia era inutil, ren-

Digitized by Google

deu-se, e el-rei, a quem não desagradou esta firmeza varonil, fez-lhe mercê dos bens de seu marido, que fôra, como dissemos, decapitado.

Era mercê excepcional. Por essa mesma occasião vieram embaixadores dos reis de Castella pedir que se restituissem aos filhos do duque de Bragança os bens da sua casa. El-rei francamente lh'o negou, dizendo que era do interesse de seus filhos, que deviam casar e reinar em Portugal, não estabelecer, com a preponderancia que tivera, essa casa tão proxima do throno. Fernando e Izabel, que faziam no seu reino o que D João II executava em Portugal, se desejavam proteger os Braganças, comprehendiam a politica do seu collega na realeza, e por conseguinte não insistiram.

Afogavam-se mais uma vez em sangue as tentativas da fidalguia portugueza para resistir ao despotismo do monarcha. Estamos bem longe de applaudir, com Ruy de Pina e Garcia de Rezende, estas ferocissimas repressões; mas tambem não podemos concordar com o sr. Camillo Castello Branco, que escreve o seguinte a respeito d'el-rei D. João II:

«O real carrasco, a quem infamissimos aduladores da corôa chamaram *Principe Perfeito,* surge hediondo deante da posteridade, alçando-se por sobre a nuvem dos incensos, com que thuribulos abjectos cuidavam escondel-o á execração dos vindoiros. Raro ha quem se canse em esgaravatar razões d'Estado, que contrapesem a ferocidade do filho d'Affonso V. A historia, á volta d'elle, o que encontra é cadaveres, oitenta cadaveres d'homens illustres, uns estrangulados, outros decapitados, estes mortos a punhal, aquelles a peçonha. *Oitenta*, confessou elle o numero, quando a morte lhe acenava de perto, e se lhe desabafava a consciencia, supplicando ao papa contrictamente o perdão dos seus peccados.

«Os lances capitaes de tão má alma contou-os a historia á tragedia. O theatro portuguez já se enluctou com os quadros de cannibalismo, trazidos á rampa e ao grande brilho dos lustres, para que o povo visse justificada a razão que teve a villanagem dos chronistas d'alligarem ao assassino do duque de Vizeu o antonomasta epitheto de *principe perfeito*[1].»

O illustre escriptor é demasiadamente severo com o grande rei a quem Portugal deve tanto. Que a energia de D. João II degenerava em ferocidade é incontestavel e não pretendemos absolvel-o dos crimes que pesam sobre a sua memoria. Mas qual dos grandes homens, que figuram na historia, se apresenta immaculado no tribunal da posteridade? No assassinio do duque de Vizeu achâmos, devemos confessal-o, em attenção aos costumes da época, D. João II menos *hediondo* do que no caso do duque de Bragança. É uma lucta a todo o transe entre D. João II e a nobreza, e el-rei, que teve por tantas vezes a morte deante dos olhos e que sempre a affrontou sem empallidecer, pôde, quando se lhe offereceu ensejo, antecipar-se aos seus adversarios, e voltar contra elles o punhal com que o ameaçavam. O duque de Vizeu foi ferido pela catastrophe que trazia pendente sobre a cabeça do seu adversario; foi vencido na batalha. Se D. João II abusou da victoria, e não soube, como nunca soubéra, perdoar, culpêmos d'isso a imperfeição humana. Perdoar! Parece que no mundo só Christo soube cumprir essa maxima sublime, que de balde prégou na sua santa doutrina. A civilização, abrandando os costumes e modificando as paixões, tem introduzido felizmente, no espirito do homem, o horror do sangue derramado, mas, nos fins do seculo xv, ainda a vida das

[1] C. Castello-Branco, art. *Justificação d'um frade* na *Gazeta litteraria do Porto*, pag. 152 (Porto. 1868).

Digitized by Google

creaturas da nossa especie estava longe de ter o caracter inviolavel que hoje possue. Portanto D. João II, acceitando de rosto descoberto a batalha, e vibrando o punhal como vibraria a espada, tem uma certa grandeza selvagem, que não desculpa mas attenúa o crime. Onde elle nos apparece mesquinho, é nos paços d'Evora, derramando lagrimas hypocritas sobre o destino do duque de Bragança, a quem devotou de sangue frio a ignominiosa morte[1].

CAPITULO V

Fundação do castello de S. Jorge da Mina.—As bullas de Roma.—Novas explorações

Entremos finalmente no periodo luminoso do reinado de D. João II. Largo tempo seguimos o filho d'Affonso V pelo caminho sanguinolento que percorreu no principio do seu reinado, caminho onde a cada passo tropeçámos em cadaveres. Vamos vêl-o agora, depois de subjugada a nobreza, quando o reino, conhecendo emfim que mão vigorosa o governava, lhe entrega cégamente os seus destinos, tomar medidas acertadas e reparadoras, dar ás navegações portuguezas um impulso tamanho, que bastará ao seu successor deixar correr as coisas o seu caminho, para que o esplendido Oriente abra de par em par as suas portas d'oiro á audacia de Vasco da Gama.

Logo depois de ter reprimido a conspiração do duque de Vizeu, tractou D. João II de reformar o escudo do reino segundo as leis heraldicas, que tinham sido um pouco menospresadas pelos pintores e officiaes encarregados da sua manutenção. A cruz d'Aviz, que fôra ficando desde o tempo de D. João I, desappareceu das armas reaes, e outras modificações se fizeram que hoje nos parecem de bem pouca importancia, mas que Ruy de Pina e Garcia de Rezende exaltam, quasi tanto como o descobrimento do cabo da Boa Esperança.

Ao mesmo tempo mandou D. João II lavrar novas moedas, em que as duas faces do seu reinado estavam representadas. Foram os *Justos* e os *Espadins*. N'aquelles, que eram de oiro de lei de 22 quilates, e valendo 600 réis cada um, parece que desejou commemorar a repressão dos fidalgos, porque n'uma das faces da moeda via-se o escudo real com o titulo em volta, e na outra a figura do rei, sentado no throno com o sceptro da justiça, e a seguinte lettra, *Justos*, *sicut*

[1] Camillo Castello Branco fez-nos a honra de responder a este trecho do nosso livro. Insistia o grande escriptor em affirmar que fôra um acto de cobardia o assassinio do duque de Vizeu, e citava uma anecdota de umas Memorias ineditas de Diogo de Paiva de Andrade, para provar que o alcaide-mór de Moura segurára por traz o duque de Vizeu, emquanto D. João II o assassinava.

«Não temos o desvanecimento, concluia o sr. Camillo, de sobre-excitar contra D. João II o animo do nosso talentoso amigo; todavia insinuamos-lhe a suspeita de que o homem não era capaz de matar outro sem lh'o agarrarem pelas costas, tendo ainda por cautella mais dois bravos que se chamavam Diogo de Azambuja e Lopo Mendes do Rio». *Noites de insomnia* n.º 2, pag. 82 (Porto, 1874).

Perdôe-nos o nosso eminente amigo. A anecdota do alcaide-mór de Moura era superflua. Para matar uma creança, não precisava D. João II de quem lh'a segurasse, e para apunhalar um homem desprevenido não era necessaria a intervenção do robusto alcaide.

D. João II nada tinha que temer pessoalmente e directamente do duque de Vizeu. No vão da janella de Setubal, immolou uma victima, não procurou um duello. Ahi está o crime, ahi está a atrocidade, que

Digitized by Google

palma, florebit. Nos *Espadins* commemora-se a feição conquistadora e audaciosa do seu governo; eram tambem de oiro, do mesmo quilate dos *Justos*, mas tinham metade do valor e do peso. N'uma face figurava o escudo real, na outra uma espada com a ponta voltada para cima, e com a seguinte lettra: *Dominus protector vitæ meæ, a quo trepidabo!* Era, como se vê, quasi a mesma idéa que a que se traduzia na inscripção de Setubal: *Si Deus pro nobis, quis contra nos?*

Além d'estas moedas mandou lavrar reaes e meios reaes de prata. Eram de lei de onze dinheiros, e cada real de prata valia vinte réis, e por isso ficaram sendo chamados vulgarmente *vintens*. O marco de prata no seu reinado teve de valor dois mil duzentos e oitenta réis.

Dois projectos tinha el-rei muito a peito para gloria do seu reinado e dilatação dos seus dominios; um d'elles era o proseguimento das conquistas africanas emprehendidas por D. Affonso V, o segundo o proseguimento das descobertas do infante D. Henrique. Para executar esses dois planos, ia elle tomando com antecipação as medidas necessarias, e uma d'ellas foi o armamento geral do reino, que lhe podia facilitar o arrojar, quando lhe fosse necessario, um numeroso exercito á Africa septemtrional. Por isso mandou vir de fóra, segundo conta Ruy de Pina, lanças compridas e jubanetes, que distribuiu pelo reino, pondo larga espera nos pagamentos. Ou fosse noticia exagerada d'este facto, ou fosse receio das continuadas correrias das guarnições portuguezas das praças d'Africa, no anno de 1486 a praça d'Azamor entregou-se voluntariamente a D. João II, ficando assim a bandeira das quinas a fluctuar em cinco fortalezas das principaes de Marrocos: Ceuta, Alcacer-Ceguer, Arzilla, Azamor e Tanger.

O proseguimento das descobertas não deveu menos cuidados a el-rei D. João II: emquanto principe, déra-lhe D. Affonso V, para sustentação da sua casa, os redditos do commercio da Mina; logo que subiu ao throno, pensou D. João II que lhe convinha muito possuir na costa da Mina uma fortaleza, onde se tractasse com segurança o resgate do oiro e de outras mercadorias que da Africa provinham. Esse resgate haviam-n'o estabelecido em 1461 Pero d'Escobar e João de Santarem no porto de Saama[1], situado a 5° de latitude norte; mas desprezou-se esse sitio por menos conveniente, e D. João II encarregou Diogo d'Azambuja, fidalgo da sua casa, de fundar no local que julgasse mais apropriado a fortaleza que projectava.

Partiu Diogo d'Azambuja de Lisboa no dia 11 de dezembro de 1481, levando dez caravellas e duas urcas, e a bordo seiscentos homens, cem dos quaes eram operarios que deviam dirigir a construcção da fortaleza. Para tudo se fazer com mais rapidez, iam já de Lisboa

não desculpamos. Mas atirar com o cadaver do chefe da nobreza aos nobres conjurados, provocar a tormenta que o ameaçava, expôr-se a terriveis e immediatas represalias, lançar-se de cabeça baixa no meio da conjuração formidavel em que entrava quasi toda a nobreza do reino, esse é que era o acto denodado que nos impressionou vivamente. Se não fôsse o prestigio pessoal de D. João II, a rapidez das suas medidas, quem sabe o que resultaria d'essa provocação temeraria? A nobreza era poderosissima ainda, estava toda fremente e exaltada, e nem a robustez herculea do alcaide-mór de Moura, nem os ginetes de Fernão Martins de Mascarenhas valeriam a D. João II, se os conjurados tivessem tido o accordo necessario para se juntarem em massa contra o audacioso soberano, que detestavam e que os esmagava a todos.

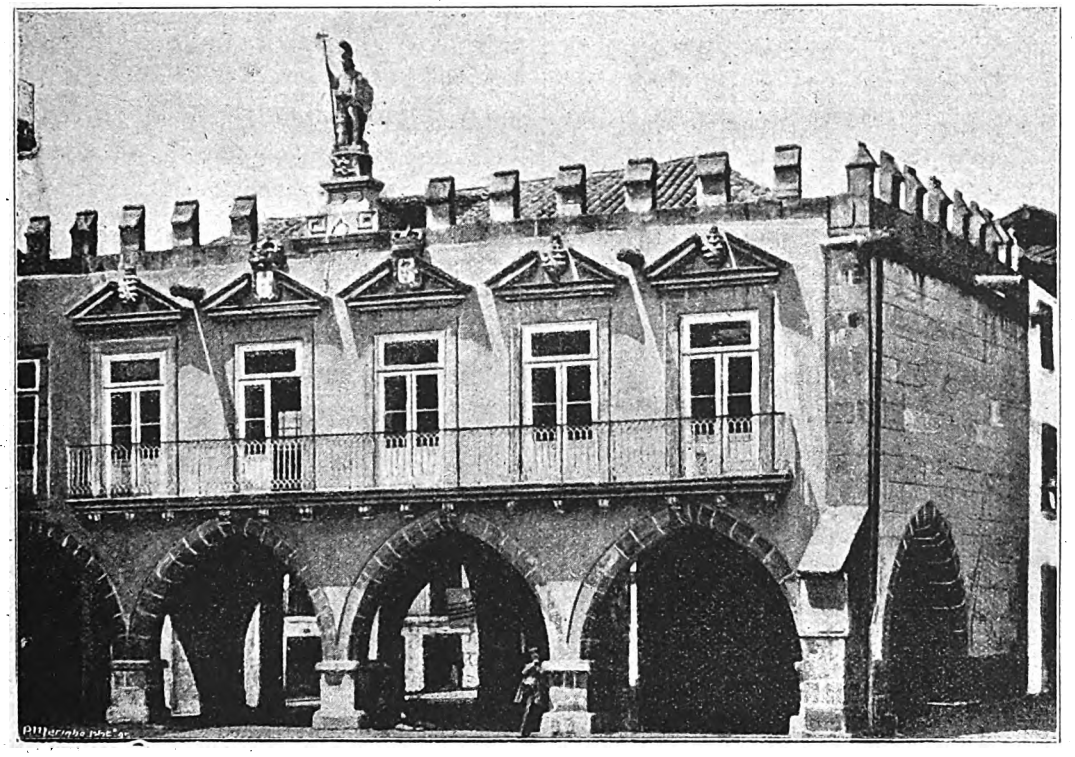
A morte do duque de Bragança foi preparada manhosa e hypocritamente; a do duque de Vizeu foi um acto de arrojo incontestavel, não pela resistencia que o pobre duque poderia oppôr, que essa seria sempre insignificante, mas pelas represalias immediatas e terriveis que ella podia provocar e para as quaes estavam perfeitamente preparados os amigos e os cumplices do principe infeliz.

[1] «N'este sitio, diz A. M. de Castilho, construiram depois os Portuguezes a fortaleza, a que pozeram o nome da S. Sebastião, e, passados annos, cahiu em poder dos Hollandezes, que ainda hoje são senhores d'ella». *Descripção e roteiro da costa occidental d'Africa*, t. 2.°, pag. 44.

Digitized by Google

as pedras lavradas e dispostas, tijolos, madeiras e todos os aviamentos necessarios. As instrucções de Diogo d'Azambuja eram que edificasse uma fortaleza no sitio que mais conveniente lhe parecesse, entre o cabo das Tres Pontas e o cabo das Redes[1].

Afastando-se do resto da esquadra, e explorando cuidadosamente a costa, escolheu Diogo d'Azambuja, emfim, o sitio em que existia uma aldeia conhecida pelo nome de *Duas Partes*, situada a 5°, 4′, 48″, de latitude norte. Alli aportou no dia 19 de janeiro de 1472, e encontrou, felizmente para o que desejava, um Portuguez que andava negociando, e que lhe serviu de interprete. Chamava-se João Bernardes. Por intermedio d'elle, pôde convocar o negro chefe d'aquellas tribus, a que os nossos chronistas chamam Caramansa, e expôr-lhe o grande poder do rei de Portugal, o desejo que tinha de o converter á fé christã, e de ligar com elle mais solidas relações, para o que muito contribuiria decerto a fundação de uma fortaleza. A entrevista não deixava de ser curiosa; os Portuguezes trajavam sedas e brocados, os negros estavam, como diz humoristicamente Major, «com os melhores fatos de que a natureza os provêra[1]». Como se póde imaginar, essa *toilette* primitiva devia ser d'uma extrema simplicidade. Caramansa, comtudo, para realçar o negro da pelle, pozera uns ornatos d'oiro, que deviam excitar fortemente a cubiça dos Portuguezes; bastante esperto, percebeu o negro que nada conseguiria, se quizesse oppôr-se pela força ao estabelecimento do castello: preferiu então mostrar a melhor vontade, e apanhar quantos presentes podesse. Diogo d'Azambuja ia



GUIMARÃES — CASA DA CAMARA

[1] Hoje conhecido pelo nome de Devil's Hill ou Mamquady Hill. *Descripção e roteiro*, etc., pag. 53.

[1] *Life of the prince Henry*, etc., pag. 323.

Digitized by Google

d'isso muito provido; mas, como os não deu com a promptidão que os negros esperavam, o principio da construcção da fortaleza soffreu as suas difficuldades, que logo foram removidas, quando a cubiça dos subditos do rei Caramansa se viu satisfeita. Proseguiu com rapidez o levantamento da fortaleza, de fórma que em vinte dias se achava concluida, pondo-se-lhe o nome de *Castello de S. Jorge*, por devoção do padroeiro invocado pelos Portuguezes nas suas batalhas. «Mas depois, diz Ruy de Pina, estando el-rei em Santarem a quinze dias de março de mil quatrocentos e oitenta e seis, a fez por sua carta patente cidade, e com privilegios e preeminencias de cidade[1]». Na egreja, que logo juntamente se erigiu, fundou-se uma missa perpetua por alma do infante D. Henrique, o immortal iniciador de todos estes descobrimentos.

Terminada a construcção da fortaleza, depois de terem os tripulantes da esquadra mercadejado á sua vontade, Diogo d'Azambuja destinou sessenta homens e tres mulheres para ficarem na nova colonia, e expediu os restantes para Portugal. Ficou ainda tambem dois annos e tanto[2], e, passados elles, veiu para Portugal a tempo de assistir como testemunha ao assassinio do duque de Vizeu, o que mostra a consideração em que el-rei o tinha, consideração que lhe provou de um modo mais agradavel com repetidas recompensas.

Em que pese aos phantasiadores de Petit-Dieppe e de Petit-Paris, era esta a primeira fortaleza européa que se erigia nas terras africanas desconhecidas dos antigos.

---

[1] *Chronica de D. João II*, cap. 2.º, pag. 17.

[2] Ruy de Pina diz dois annos e sete mezes, mas é engano evidente Com effeito dá Diogo de Azambuja como testemunha da morte do duque de Vizeu, que foi a 23 de agosto de 1484; o castello da Mina construiu-se em fevereiro de 1482; se Diogo de Azambuja ainda se tivesse demorado dois annos e sete mezes, só podia estar em Portugal em setembro de 1484.

Tomando assim posse dos paizes descobertos pela feliz audacia dos seus subditos, D. João II quiz affirmar á face do mundo inteiro o direito que lhe assistia de possuir esses vastos territorios, e alterou de novo o dictado dos reis de Portugal, accrescentando-lhe o titulo de Senhor de Guiné, intitulando-se pois: D. João, por graça de Deus, rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquem de alemmar em Africa, senhor de Guiné. E já que estamos em dictados e mottos, diremos tambem que, assim como D. Affonso V tomára por divisa, quando casou com sua prima D. Izabel, um rodizio de moinho com gotas d'agua espargidas emtorno, assim tambem D. João II, ao casar, ainda emquanto principe, com sua prima D. Leonor, tomara por divisa um pelicano, ave da qual se phantasia que rasga o seio para alimentar os filhos, com a seguinte lettra: «*Pola lei e pola grei*».

Foi em 1485 que el-rei toma o novo titulo de Senhor de Guiné. Por esta occasião morreu o papa Xisto IV, e succedeu-lhe um Genovez, o cardeal Giambattista Cibó, debaixo do nome de Innocencio VIII. Logo D. João II lhe enviou uma embaixada, em que ia Ruy de Pina, como secretario, que devia obter do novo pontifice a sancção d'estes accrescentamentos de territorio e outras providencias importantes, taes como a bulla da cruzada, que proporcionaria vastos recursos para as guerras africanas.

Logo depois da volta de Diogo de Azambuja a Portugal, e depois da morte do duque de Vizeu, os descobrimentos proseguiram com dobrada actividade. No fim do anno de 1484, Diogo Cão sahiu de Lisboa com duas caravellas; ia com elle o celebre Martim Behaim, o inventor do astrolabio applicado á navegação, e o auctor do famigerado globo de Nuremberg.

Até essa epocha limitavam-se os Por-

Digitized by Google

tuguezes a levantar cruzes, muitas vezes de madeira, nos sitios que descobriam, ou a gravarem na cortiça das arvores a divisa do infante D. Henrique: *Talent de bien faire*. Eram esses fracos signaes de posse. N'esta viagem de Diogo Cão, pela primeira vez se usou de padrões, que eram uns pilares de pedra de quinze pés de altura, tendo n'uma das faces esculpidas as armas reaes e na outra o nome do rei e o do descobridor, e a data do descobrimento em latim e em portuguez[1].

Os descobrimentos dos Portuguezes até ao fim do reinado de D. Affonso V tinham parado, como vimos, no cabo de Santa Catharina, situado a 1°,52′ de latitude sul; Diogo Cão transpôz esse novo limite, e, proseguindo para o sul até o sexto gráu de latitude meridional, encontrou um grande rio, a que os naturaes chamavam Zaire, que hoje os estrangeiros chamam Congo, e que elle denominou rio do Padrão, porque foi o primeiro sitio em que erigiu um dos padrões, que chamou de S. Jorge[2].

Subiu Diogo Cão o rio, e encontrou indigenas que se familiarizaram promptamente, mas a sua lingua não era entendida pelos interpretes, e o descobridor desejou e conseguiu trazer alguns a Portugal para aprenderem a nossa lingua. Vieram effectivamente, e foram bem recebidos por D. João II, que os carregou de presentes para o seu chefe. Depois de dezenove mezes de viagem, voltou Diogo Cão a Lisboa.

Em 1486 tornou, levando os negros que trouxéra, e, depois de receber os emboras do rei do Congo, proseguiu a sua viagem, que levou, segundo parece, até 22° de latitude sul. Transpozéra Diogo Cão na sua primeira viagem toda a costa de Loango, transpunha agora a do Congo e Angola, a de Benguella e Mossamedes, onde deixou um segundo padrão no cabo de Santa Maria a 13°, 27′, 15″, padrão que ainda hoje existe, posto que gasto pelos seculos, e terceiro no Cabo Negro, denominado padrão de Santo Agostinho, tambem ainda hoje existente a 15°, 40′, 30″ de latitude sul; correu finalmente ao longo da deserta costa da Cimbebasia, até ao cabo Serra que a termina, a que os Inglezes chamam actualmente Cape Cross, e onde, segundo assevera William Messem (no *Nautical Magazine* de 1855, p. 211) citado por H. Major, ainda existe em bom estado de conservação, apenas com um braço de menos, a cruz plantada pelo navegador portuguez. O cabo Serra fica a 21°, 58′ de latitude S[1].

---

[1] A pag. 417 do 1.° vol. d'esta obra se encontra uma gravura representando a collocação de um d'esses padrões, em territorio africano. *N. dos E.*

[2] A sorte d'este padrão, primeiro que os Portuguezes levantaram, é digna de ser conhecida: «Obra de duas milhas e dois terços, diz-nos A. M. Castilho, para SO4O da ponta de Santo Antonio, e em 6°, 6′ S e 21°, 18′, 15″ E, está a ponta do Padrão (Turtle's) baixa, pouco resahida, apresentando um como degrau; não tem vegetação alguma na extremidade, mas cobre-se d'ella na parte mais alta, onde se vêem seus arbustos, separados uns dos outros e copados por cima, e quatro arvores que fazem como calix. Foi alli que Digo Cão, cavalleiro da real casa de D. João II, levantou, para perpetuar a memoria do descobrimento, e attestar a posse que tomava, um comprido padrão de pedra, a que deu o nome de S. Jorge, tendo de uma parte as quinas reaes de Portugal, com uma cruz por cima, e da outra lettras portuguezas e latinas, que mostravam qual o rei que mandára descobrir aquella terra, em que tempo e qual o capitão que pozera o marco; ha tambem quem assevere ter tido aquelle padrão terceiro letreiro em lingua arabe. A elle deve o rio de Congo ou Zaire o nome de rio do Padrão, que tambem alguns lhe chamam. Tendo sido destruido esse monumento pela acção do tempo, se collocou segundo a 13 de setembro de 1859; compunha-se de dois degraus, onde assentavam duas pedras, na superior das quaes se via a cruz da Ordem de Christo, um letreiro em portuguez que dizia qual o motivo por que se levantára esse novo padrão, em que tempo, e qual o rei que o mandára fazer, e na face opposta as armas reaes d'estes reinos, com a divisa em volta: *In hoc signo vinces*. Sobre essa pedra se érguia uma cruz.

«Consta-nos ter sido levada por uma cheia ha pouco tempo». *Descripção e roteiro*, etc., t. II, pag. 149.

[1] Ha n'este ponto uma notavel discordancia entre o sr. Major e A. M. de Castilho. O escriptor inglez diz o seguinte: «Proseguiu para o sul e ergueu dois padrões dominados por cruzes, um chamado Santo Agostinho a 15°, 50′ sul, e outro n'uma ponta chama-

Digitized by Google

Antes de proseguirmos na historia dos descobrimentos portuguezes no tempo de D. João II, dêmos conta rapidamente dos successos immediatos no Congo. Ao voltar da sua digressão para o sul, Diogo Cão, passando outra vez pela foz do Zaire, encontrou o negro soberano cada vez com maiores desejos de se alliar com o rei de Portugal, e de abraçar a fé christã. Pediu que lhe mandassem padres, e enviou á Europa nos navios de Diogo Cão um dos seus subditos, chamado Çacuta, que foi baptisado em presença da côrte portugueza, tomando d'el-rei o nome de João, e o appellido de Ayres da Silva, camarista do monarcha. Com Çacuta, agora João da Silva, tinham vindo outros negros, que tambem foram baptisados, e instruidos na fé christã, para o que se demoraram no reino até 1490. A 19 de dezembro de 1490 foram enviados para o seu paiz acompanhados por alguns padres da congregação de Santo Eloy, n'uma pequena esquadra, commandada por Gonçalo de Sousa[1], que morreu em Cabo Verde, ficando o commando a seu sobrinho Ruy de Sousa. Chegando ao Congo, foram os Portuguezes muito bem recebidos por um tio do rei, que se baptisou logo, tomando o nome de Manuel, e um seu filho o de Antonio. A residencia do rei não era na côrte, mas mandou elle pedir aos Portuguezes que o fossem visitar, o que elles fizeram, sendo recebidos com grandes provas de regosijo, baptisando-se logo o monarcha negro, tomando o nome de João e a sua preta favorita o nome de Leonor. Consentiu elle logo tambem que os Portuguezes construissem uma egreja, o que não tardou a executar-se.

Andavam então sublevados os negros, e o seu chefe, depois de se ter baptisado juntamente com a sua negra predilecta e com o seu filho mais velho, que recebeu o nome de Affonso, fez em pedaços as turbas rebeldes, o que deu grande prestigio á nova religião. Mas o segundo filho do rei escuro, chamado, segundo escrevem os nossos chronistas, Panso Aquitino, revelou-se um jurado inimigo do Christianismo, e dissuadiu muitos dos vassallos de seu pae de curvarem a cabeça ás aguas regeneradoras do baptismo. As razões que elle allegava não deixavam de ter o seu peso, e tanto que o proprio negro chefe principiou a achar pouco agradavel a sua nova crença. Effectivamente a prohibição da polygamia, imposta pelos sacerdotes christãos, não sorria muito ao velho negro, que não se podia costumar a ter, em clima tão ardente, uma só negra ao seu dispôr. Tanto lhe feriu esta regra do christianismo as suas tendencias usuaes, que, vendo o filho mais velho firme na sua nova fé, tirou-lhe o direito de herança, e escolheu para lhe succeder no governo o filho segundo. Affonso comtudo era sufficien-

---

da Manga das Areias, a 22°, a que os Inglezes dão agora o nome de Cape Cross.» *Life*, etc., pag. 321. Castilho declara no seu 2.° volume, a pag. 254, que no cabo de Santa Maria pôz Diogo Cão «um pilar de pedra, que ao todo terá dois metros d'alto, formado de dois corpos, o inferior cylindrico e o superior cúbico d'uns 0m,3 d'aresta; alardeia as armas portuguezas antigas na face do cubo que olha para N., e percebem-se-lhe ainda lettras gothicas nas outras tres faces; apenas se lê o numero XXXI em caracter romano, na face que olha para O.» Fica, como dissemos, o cabo de Santa Maria a 13° e tanto de latitude sul. No cabo Negro a 15° e 40' lá aponta Castilho o padrão de Santo Agostinho. Mas a Manga das Areias colloca-a o nosso compatriota no sitio hoje chamado *Porto Alexander*, pouco abaixo do cabo Negro a 15°, 48'. Para assim fazer baseia-se, como declara na nota 2 pag. 267, no mappa de Diogo Homem; Major não aponta prova de supposição que faz de que seja a Manga das Areias o Cabo Cross. O provavel é que o escriptor inglez, confundindo n'um so dois padrões, suppozesse ser o de Santa Maria o de Santo Agostinho, e fosse juntar este que estava proximo da Manga das Areias com o do cabo Serra, transportando 6 gráus para o sul a Manga das Areias.

[1] Fr. Francisco de Santa-Maria dá como existentes no archivo do convento de Xabregas umas provisões de D. João II, de 5 de abril e de 11 de junho de 1492, para se pagarem á congregação de Santo Eloy as despezas feitas com essa missão — *Ceu aberto na terra*, p. 269 (Lisboa, 1697).

Digitized by Google

temente esperto para saber que, tendo de seu lado os Christãos, podia zombar dos testamentos, por mais olographos que fossem, de seu escuro pae. E, com effeito, quando este morreu, os Portuguezes ajudaram Affonso a derrotar seu irmão, e o novo rei, grato ao seu auxilio, conservou sempre grande amisade pelos nossos, que se radicaram mais no Congo do que em todos os outros pontos da costa[1].

Mais de cincoenta annos tinham gasto os Portuguezes em explorar a Africa Occidental, e uma enorme extensão de costa, mais ou menos rica de vegetação, e de metaes preciosos, mais ou menos povoada, se desenrolára deante d'elles, sem terem encontrado ainda indicios de que estivessem proximos do presentido caminho do Oriente. Não desanimavam comtudo os nossos; pelo contrario, D. João II, inflammado pelo ardor do seu genio, cada vez perseverava com mais enthusiasmo. A recompensa das suas fadigas estava proxima, por que deante da prôa do navio de Bartholomeu Dias, aos olhos da pavida marinhagem, ia apparecer, envolta n'um véu procelloso, a figura gigante do velho Adamastor, que a phantasia de Camões devaneiou na ponta meridional da Africa, torvo e carrancudo guarda das encantadas regiões do Oriente.

D. LEONOR DE LENCASTRE, MULHER DE D. JOÃO II

[1] Vieram no tempo de D. João II por mais de uma vez enviados do rei do Congo a Portugal, e sempre el-rei lhes mandou dar presentes de fato, e mandou-os ensinar a ler e escrever, como se prova pelo seguinte trecho de um alvará de 10 de dezembro de 1493:

«Ruy Gil, mandamos-vos que deis a Jacome Indio e a João de Santa Maria e a Caravelinha e a João Gonçalves e a Simão e a D. Francisco negros e a Christovão, e a Cabreira e a João de Pontevel enxertados *que Martim Affonso ensina a ler e a escrever* senhas capas e pelotes e calças de fustão etc.» Visconde de Paiva Manso *Historia do Congo — Documento* — V — pag. 3 (Lisboa, 1877). N'esta mesma obra se encontram transcriptos mais tres alvarás de D. João II, mandando dar fato a differentes negros.

Digitized by Google

CAPITULO VI

Descobrimento do Cabo da Boa Esperança

Após o estabelecimento do Christianismo no reino do Congo, um novo incidente veiu avivar a memoria do Prestes João, e incitar o rei de Portugal a proseguir nas suas explorações para encontrar o phantasiado monarcha.

O rei dos negros na costa de Bissáo, com quem João Affonso de Aveiro contrahira relações de alliança e amisade, encarregou-o de trazer comsigo a Portugal um embaixador, que pediria ao nosso monarcha padres que lá fossem instruil-os no Christianismo. O verdadeiro fim d'este enthusiasmo pela fé christã, que os negros mostravam de quando em quando, era arranjarem presentes, e principalmente conciliarem a adherencia dos Portuguezes, cuja superioridade militar á sua custa reconheciam, nas guerras que lá travavam entre si. Estavam como aquelles saxonios do tempo de Carlos Magno, que abraçavam o christianismo, sempre que precisavam d'uma tunica nova.

O embaixador veiu a Portugal, e deu ao rei Portuguez, que o interrogára ácerca do sertão africano, as seguintes noticias.

Disse elle que para o interior, a trezentas e tantas leguas da costa, havia um poderoso soberano, chamado Ogane, cuja supremacia era reconhecida por todos os regulos; que de cada vez que um dos senhores de Benin tomava o poder, enviava embaixadores ao tal Ogane, para d'elle receber a investidura, sem a qual não podiam governar legitimamente, investidura que lhes era conferida por meio d'um bordão e um capacete de bronze, com que os presenteava, e uma cruz, tambem de bronze, que traziam ao peito. Accrescentava mais que tudo isto se fazia sem que o temivel soberano mostrasse mais do que um pé, porque o envolviam amplas cortinas, que mantinham n'um mysterio sagrado a pessoa d'este pontifice-rei africano.

Tudo isto concordava tanto com as noticias que vogavam ácerca do Prestes João, as dissimilhanças que houvesse estavam tão resolvidos os Portuguezes a pôl-as de parte, que D. João II, consultando os mappas de Ptolemeu, comparando a distancia a que o negro dizia que ficava da costa a côrte d'Ogane com a situação marcada nos mappas da eda-de-media ao reino do Prestes João, viu que tudo combinava perfeitamente, e achou-se revestido de novo animo para obter emfim collocar-se em relações seguidas com esse incoercivel monarcha.

Ao ler-se nos nossos chronistas a relação do negro, tal como Barros a apresenta, póde-se imaginar que alguma verosimilhança tinha effectivamente a supposição de D. João II; mas temos de descontar os additamentos feitos á narrativa pelos Portuguezes, e encontraremos decerto uma relação muito vaga e embrulhada. Calcule-se o que poderia dizer acerca da investidura e do dominio temporal e espiritual um negro da costa d'Africa, ainda mais boçal e menos civilizado do que os da actualidade. Estamos convencidos de que, se o preto se referia a alguem, falando de Ogane, era decerto ao rei de Dahomé[1].

[1] Veja-se ácerca da organização d'este poderoso e barbaro reino, o bello e curioso livro do sr. Carlos

Digitized by Google

Incitado, pois, pelo ardente desejo de encontrar os reinos do Prestes João, preparou o eminente soberano portuguez duas expedições, uma por mar, outra por terra. Tractaremos agora da primeira, que foi a que deu immediatos e maravilhosos resultados.

No dia 2 de agosto de 1486, sahiram de Lisboa dois navios de cincoenta toneladas, commandados por Bartholomeu Dias e Pero ou João Infante, sendo, além d'isso, o primeiro o chefe da expedição. Uma barca mais pequena, carregada de provisões, acompanhava-os, commandando-a Pero Dias, irmão de Bartholomeu. Levaram os navios expedicionarios negros e negras, que deviam deixar espalhados pela costa, afim de que pudessem dar aos seus compatriotas noticias favoraveis de Portugal, e do poder do seu monarcha. Vemos n'isto uma das feições mais notaveis do caracter de D. João II. Se elle era effectivamente cruel por indole, ao menos os calculos d'esta politica, muitas vezes sã, sobrepujavam as tendencias do seu espirito, e aconselhavam-lhe a brandura, quando a brandura lhe era necessaria. Entendendo que só pelo terror podia domar a fidalguia rebelde, levou a repressão a extremos de crueldade; mas, longe de ceder ao fanatismo que turvava os calculos governativos de Fernando e Izabel, soube antepôr ao zêlo religioso o exito da sua politica, e, tanto com os negros como depois com os judeus, segundo veremos, seguiu os dictames da suavidade.

Todos os historiadores modernos, estrangeiros e nacionaes, notam com louvor o differente caracter que D. João II imprimiu ás expedições africanas. Até então os nossos saltavam em terra, matando, escravizando, ou roubando os pretos indefesos; mas, no tempo de D. João II, tiveram os nossos ordem de tractar com amenidade os negros, de travar com elles relações amigas, e de lhes dar optima idéa do paiz a que pertenciam.

Bartholomeu Dias levava tambem por instrucção, se podesse chegar a algumas das cidades do mysterioso soberano que procurava, apresentar-se-lhe ricamente vestido, offerecendo-lhe presentes valiosos. Este fidalgo, segundo escreve Major, não sabemos com que fundamento, pertencia a uma familia de navegadores, e contava entre os seus ascendentes o famoso Diniz Dias, descobridor de Cabo Verde. É possivel que a identidade do appellido illudisse Major, porque não sabemos que elle tivesse outra base para as suas asserções.

Um homem frequentemente olvidado pelos nossos historiadores, mas ao qual decerto compete a maior gloria, é o piloto da expedição, Pero d'Alemquer, o mesmo que foi depois piloto de Vasco da Gama. E comtudo já n'essa época aos pilotos cabia a maxima parte na direcção das expedições maritimas. Haviam-se desdobrado em duas entidades, o piloto instruido e o capitão, muitas vezes fidalgo alheio aos conhecimentos nauticos, os antigos commandantes dos navios exploradores. Reivindiquemos pois para Pero d'Alemquer uma boa parte da gloria que illustra o nome de Bartholomeu Dias.

N'um dos sitios a que Diogo Cão aportára, e que denominára Angra do Salto[1], porque alli tomára elle prisioneiros, deixou Bartholomeu Dias alguns dos negros que trouxéra: proseguindo para

---

Eugenio Correia da Silva, intitulado *Uma viagem ao estabelecimento portuguez de S. João Baptista de Ajudá na costa da Mina em 1865*, cap. V, p. 43 a 53 (Lisboa, 1866). O sr. Carlos Eugenio, hoje visconde de Paço d'Arcos e governador da India portugueza, distincto official da nossa marinha, é um dos que a honram, tanto nas armas como nas lettras.

[1] Não nos foi possivel demarcar a situação da Angra do Salto. Não dá noticia d'ella A. M. de Castilho.

Digitized by Google

o sul aportou a uma angra situada a 26° e 35′ de latitude sul, a que chamou Angra dos Ilhéos ou Angra Pequena, e que é hoje conhecida no estrangeiro pelo nome de bahia Spencer. Ahi levantou o seu primeiro padrão, o padrão de Santiago[1] e deixou uma negra. Dominam uma das pontas da angra, chamada hoje Ponta do Pedestal, dois monticulos escuros a que Bartholomeu Dias pôz o nome de Serra Parda. Transposta emfim a costa dos Hottentotes, velejou ao longo da do cabo da Boa-Esperança, e chegou a um cabo, que fica a 28°, 44′ de latitude sul, onde esteve cinco dias, luctando com o vento sem poder proseguir viagem, apesar de continuadas tentativas, e por isso deu a esse cabo o nome de cabo das Voltas: conserva ainda hoje o nome, e fórma a ponta meridional da foz do rio de Orange.

D'esse momento em deante, foi a tempestade o piloto de Bartholomeu Dias. Correndo adeante do vento, por treze dias foi a expedição á mercê de Deus, voando pela superficie dos mares desconhecidos. Espantavam-se os tripulantes da mudança de temperatura, que esfriára de subito, mas pensavam ainda que iam caminhando parallelamente á costa, quando, abatendo o vento, e procurando elles terra a leste, como devia ser se a costa se prolongasse para o sul do Cabo da Boa-Esperança, não encontraram senão a onda. Tinham passado além do cabo, sem o vêrem, envoltos como iam no manto da procella, e achavam-se emfim, isolados, na amplidão ignota d'esse vasto Oceano meridional, nunca até alli sulcado por atrevidas quilhas.

Espantado com esta estranheza, velejou Bartholomeu Dias para o norte, e chegou a uma angra, onde pastava numeroso rebanho de vaccas. Os vaqueiros fugiram apenas divisaram os navios portuguezes. Por isso chamou Bartholomeu Dias a esta enseada Angra dos Vaqueiros; é hoje conhecida pelo nome de Flesh Bay e fica proxima do rio Gauritz, já para além do Cabo das Agulhas[1].

Seguiu Bartholomeu Dias para leste, e encontrou uma outra enseada, a que deu o nome de S. Braz e que é hoje conhecida pelo nome de Mossel-Bay. Continuando ainda para Oriente chegou á enseada conhecida hoje pelo nome de Algoa-Bay, e ahi erigiu um padrão a que pôz o nome de Santa Cruz. As equipagens começaram a murmurar e a queixar-se da obstinação de Bartholomeu Dias em proseguir ao longo de uma terra ingrata, onde já tinham tido que combater com os naturaes na bahia de S. Braz. O illustre navegador, ancioso de continuar, e esperando pela mudança de direcção da costa que algum descobrimento importante se lhe podia deparar, rogou instantemente aos tripulantes que o deixassem proseguir no mesmo rumo por mais dois ou tres dias, e que, se então nada encontrassem que justificasse a sua insistencia, voltariam a Portugal. O mesmo pedido devia dirigir d'ahi a annos Christovam Colombo ás equipagens revoltadas; mas, mais feliz do que o navegador Portuguez, ao cabo do praso marcado, surgiu-lhe das aguas a America: Bartholomeu Dias apenas descobriu um novo rio, a que chamou do Infante, porque foi Lopo ou João Infante, capitão da segunda caravella, que tinha por nome *S. Pantaleão*, o primeiro que saltou em terra. Figura hoje nas cartas com o nome de *Great Fish River*. Ahi as equipagens, conjuradas, protestaram solemnemente que não proseguiriam mais. Lembravam-se com terror da immensa extensão de mar que haviam atravessado, das procellas que os tinham

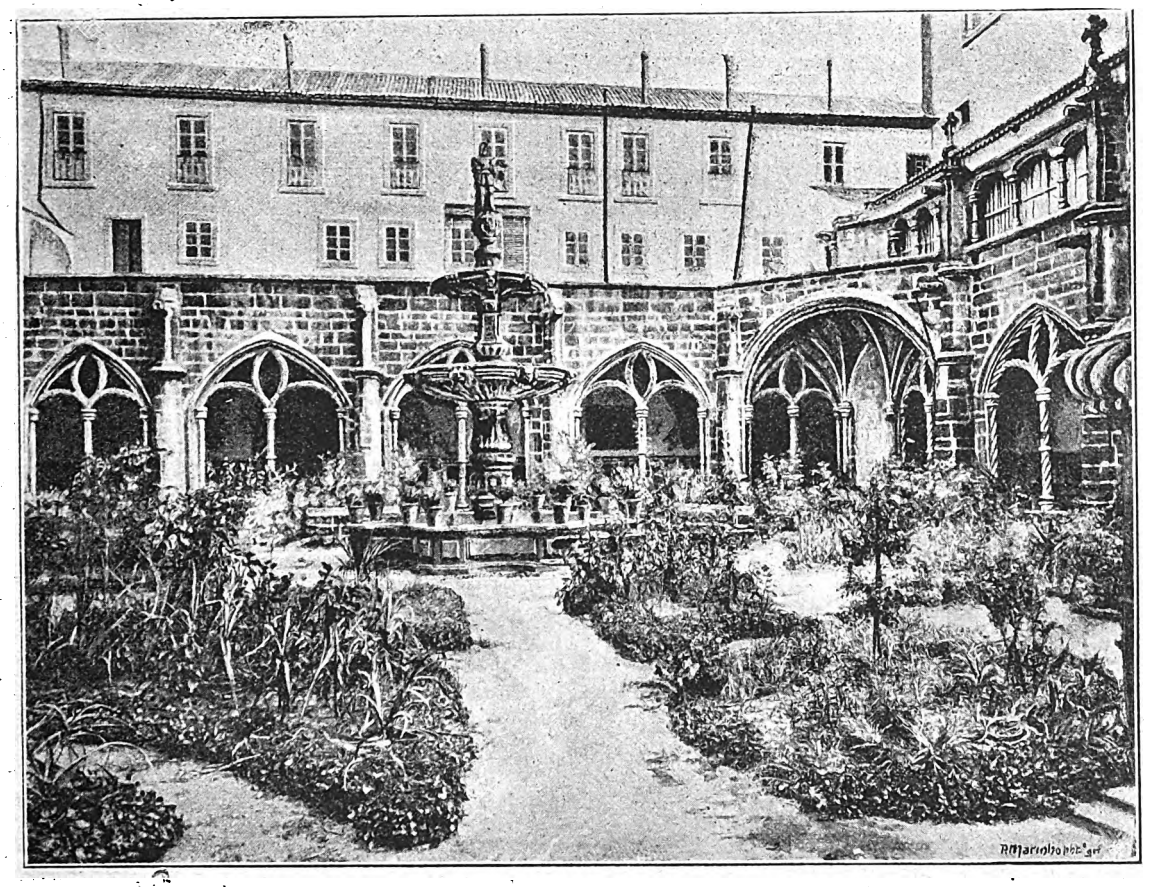
[1] Existia ainda ha 50 annos, diz A. M. de Castilho.

[1] No cabo das Agulhas termina infelizmente o magnifico roteiro de Castilho.

Digitized by Google

envolvido, dos longos trabalhos, das angustias supremas da sua audaciosa peregrinação. Tremiam de augmentarem ainda o espaço vastissimo que os separava da patria, e julgavam que nunca mais tornariam a ver a ridente Lisboa, se se obstinassem a seguir mais além por esses mares desconhecidos. A nova direcção das terras fazia-os presentir que tinham dobrado, sem o verem, algum cabo, haviam transposto alguma temerosa balisa, imposta por Deus á audacia dos navegadores, e involuntariamente acudia-lhes de novo á imaginação a lenda do Mar Tenebroso, dissipada pelo atrevimento dos seus antepassados e pelo seu proprio atrevimento, mas que não fizera talvez senão transportar-se para essas longinquas regiões, a cujas portas estavam. Mal sabiam que não era o Mar Tenebroso, mas sim o luminoso Oriente, o resplandecente Oceano Indico, essa região, esse pélago em que não ousavam penetrar.

Não o sabiam elles, mas presentia-o a grande alma de Bartholomeu Dias, e, por isso, cheio de dôr, vendo escaparlhe o fructo da sua perseverança, compellido comtudo a ceder, fez com que os seus officiaes assignassem um papel em que declaravam que fôra para comprazer com as suas reclamações que Bartholomeu Dias deixára de proseguir ávante. Voltando para traz, e, ao passarem de novo por deante do padrão de Santa Cruz, conta João de Barros que sentiu Bartholomcu Dias tanta dôr ao ver sumir-se no horizonte esse pilar singello, como se deixasse em longes terras um filho exilado. E não era tambem es-



COIMBRA — MOSTEIRO DE SANTA CRUZ (VISTA GERAL DO CLAUSTRO)

Digitized by Google

se padrão um filho bem querido, filho da sua audacia, do seu genio, penhor das suas esperanças e das suas ambições?

Foi á volta que descobriram o famoso cabo, que na ida lhes ficára encoberto. Situado a 34°, 22′ de latitude S, e 27°, 36′, 45″ de longitude E.,[1] apresentou-se-lhes coroado de tempestades o promotorio, que fórma a extrema ponta meridional da Africa. Levantou ahi Bartholomeu Dias o padrão, chamado de S. Philippe, e depois de ter posto ao cabo o nome de Tormentoso[2], em lembrança das constantes procellas que o cercavam e como que o protegiam da vista dos homens, velejou para o reino, e tendo recolhido bastante ouro em S. Jorge da Mina, chegou a Lisboa no dia 19 de dezembro de 1487, tendo gasto na viagem dezeseis mezes e dezesete dias. Vinha mais ufano, depois do descobrimento do cabo, porque tinha a consciencia de que prestára á geographia, á patria e á civilização o serviço mais eminente que lhes fôra feito desde que Gil Eanes quebrara o encanto que suspendia no cabo Bojador os navios de todas as nações.

D João II recebeu Bartholomeu Dias com muitas provas de affecto, e não lhe faltou com as recompensas devidas; mas depois de ter ouvido o que Bartholomeu Dias lhe disse da nova direcção da costa, e do que elle mesmo presentira ácerca da significação d'esse facto, e depois de ter consultado os seus mathematicos, deduziu de tudo isso que estava traçado o novo caminho para a India, e que não tardaria a desvelar-se o Oriente. Por isso, jubiloso com a noticia, e querendo arrancar ao cabo a temerosa denominação que lhe fôra imposta pelo navegador, mudou-lh'a n'outra mais ridente, que a fortuna justificou, e que portanto ficou, sem que os estrangeiros n'essa ousassem tocar. Chamou-lhe D. João II o Cabo da Boa Esperança.

Antes de chegar ao reino, um episodio dramatico agitára profundamente a alma de Bartholomeu Dias e dos seus companheiros, que a tantas provações se haviam sujeitado durante essa viagem. A barca, que acompanhára a expedição, carregada de provisões, deixára-a Bartholomeu Dias na altura do Cabo das Voltas, para não a arriscar, sem necessidade, á contingencia dos temporaes, afim de que a encontrassem á volta com os refrescos convenientes. Mas os tripulantes, talvez por imprudencia, tinham tido repetidas collisões com os negros da costa, que haviam roubado o navio, e morto uma grande parte d'elles, de fórma que, apenas restavam tres, e um tão fraco e doente que morreu de alegria ao ver de novo os seus companheiros. Era o escrivão da barca, chamava-se Fernando Collaço, natural do Lumiar.

Mas todas essas agonias e todas essas tribulações foram esquecidas por elles, ao chegarem ao reino com a fausta nova que abria um campo sem limite á ambição dos Portuguezes. Devia estremecer no seu tumulo da Batalha o infante D. Henrique, ao realizarem-se assim os seus presentimentos e as suas esperanças, ao irem as suas caravellas, depois de terem arrancado, por assim dizer, do seio do Occeano um continente novo, passar nas azas da tempestade por deante d'esse gigante sombrio e severo, guarda mysterioso de mundos novos, e voltando a prôa ao Oriente, seguir radiantes e triumphaes o ultimo lanço da liquida estrada, que as devia conduzir ás encantadas regiões da India maravilhosa.

---

[1] A. M. de Castilho, *Descripção e roteiro*, etc. T. II, pag. 325.

[2] Assim diz João de Barros, Camões diz *Tormentorio*, D. Fr. Francisco de S. Luiz *Cabo das Tormentas*.

Digitized by Google

CAPITULO VII

Expedição de Pero da Covilhã e Affonso de Paiva —O Prestes João

Pouco tempo depois de ter Bartholomeu Dias partido para a fructuosa viagem, em que havia de encontrar o Cabo da Boa-Esperança, enviou D. João II dois emissarios por terra a procurarem descobrir as terras d'aquelle mesmo Prestes João, que Bartholomeu Dias procurava por mar.

Na mesma occasião em que o navegador sahia de Lisboa, partiam para a Asia por terra dois emissarios, que eram um fr. Antonio de Lisboa, e um Pedro de Montarroyo; mas a escolha fôra má, porque nem um nem outro sabiam arabe; ora, sem o conhecimento d'essa lingua, perceberam elles que não podiam passar para além do littoral do Mediterraneo. Voltaram, pois, tendo-se limitado a fazer uma peregrinação religiosa a Jerusalem.

Escolheu por conseguinte D. João II outros mais idoneos, que foram Pero da Covilhã e Affonso de Paiva, que partiram de Santarem, estando presente á sua despedida o futuro rei D. Manuel, no dia 7 de maio de 1487.

Agora que elles vão procurar o famoso Prestes João, é bom que digâmos em que estado permanecia, nos fins do seculo xv, esse mytho, a cujo nascimento assistimos. Transcreveremos pois uma nota, a esse respeito, do livro de Ferdinand Denis:

«Entre as narrativas maravilhosas, que tiveram curso durante a edade média, não ha talvez mytho mais geralmente espalhado do que o do Prestes João; circula não só em toda a Europa, mas fére todas as imaginações, e amplia o circulo das ficções poeticas que se extendem até á Renascença; á imitação das grandes tradições fabulosas da antiguidade, contribue desde a origem para ampliar o campo dos descobridores do mundo real. Mas, se reune a maior parte das ficções que se acham espalhadas nos livros dos seculos xiii, xiv, xv, se resume um grande numero d'ellas n'um curto espaço, o facto historico que primeiro lhe deu origem apresenta em si mesmo demasiadas questões aridas para que nos seja possivel tractarmos d'elle aqui. Demais, um dos nossos mais sabios geographos, M. d'Avezac, expôz recentemente os pontos difficeis da discussão, e fel-o com tal lucidez que não hesitâmos em enviar para elle os nossos leitores. Contentar-nos-hemos em dizer que é pouco mais ou menos no meiado do seculo xii, alli por 1145, que se vê apparecer o nome de Prestes João. N'essa épocha o bispo de Gabala, enviado da Egreja da Armenia, revela ao papa Eugenio III a existencia d'um principe chamado João, cujo imperio estava situado detraz da Armenia e da Persia, na extremidade do Oriente, e que, reunindo o imperio e o sacerdocio, fizéra numerosas conquistas: elle e os seus subditos professavam o nestorianismo. Dizer como, a partir d'esse periodo, o nome de Prestes João figura em innumeras narrativas, como suppostas cartas que elle escrevêra ao Papa são objecto de mil discussões, ultrapassaria o fim que nos propozemos. Esses pormenores puramente scientificos não poderiam caber n'esta noticia. Contentêmo-nos em saber

Digitized by Google

que «Jacques de Vitry, Matheus Paris, du Plan de Carpin, Joinville, Marco Polo, e tantos outros, falam diversamente do Prestes João, e que, se a Europa recebeu, desde o meiado do seculo XII, uma vaga noção da existencia na Asia d'um soberano, principe e pontifice a um tempo entregue a crenças que eram ou pareciam ser as d'uma seita christã, essa noção, verdadeira talvez quando se espalhou pelo Occidente, cessou logo, por effeito dos cataclysmos politicos, de ser susceptivel d'uma applicação real». Accrescentaremos a estas palavras tão claras de M. d'Avezac, que a tradição moderna, que põe o Prestes João na Abyssinia é devida sobretudo, depois de João de Lastic, aos viajantes portuguezes, e que desde o principio do seculo XVI os vêmos darem officialmente esse nome ao Négus da Abyssinia. Mas sente-se aliás que vasta liberdade deixam á imaginação as denominações tão vagas de *India maior*, *India menor*, e *India terceira*.

UM TRECHO DO CASTELLO DE MONTEMÓR-O-VELHO

Como vimos anteriormente, o reino d'este fabulado principe foi passando do extremo Oriente até se fixar na Africa, proximo do Egypto. Como diz M. de Avezac, é possivel que a algum principe oriental n'essas remotas eras fossem applicaveis as tradições do Prestes João; mas, se depois combinaram bem com a entidade real do *négus* christão da Abyssinia, foi isso mera coincidencia que nada prova a favor da origem veridica d'esse mytho dos viajantes.

Ouçâmos agora o que diz Guilherme Lejean, que foi consul da França na Abyssinia:

«Todos os que leram Marco Polo sabem que o verdadeiro *Prestes João* da edade média é um principe da Asia Central; mas os Portuguezes, no tempo das suas primeiras relações com a Abyssinia, impressionados por verem na Africa um imperador christão, cujo poder era tanto theocratico como civil, deram ao *né-*

Digitized by Google

gus um nome cuja primeira significação tinha perdido. Bruce propõe pela sua parte uma etymologia que tem certa probabilidade; pensa que a palavra se deriva do grito de appello dos demandistas abyssinios *Rête ô djan-hoi* (escutae, ó Magestade) d'onde prestes joão. Effectivamente essa palavra *djan* póde ter auxiliado o quiproquo[1].»

A etymologia é mais engenhosa do que verosimil; muito antes de terem podido ouvir os demandistas abyssinios, já os Portuguezes procuravam o reino do Prestes João pouco mais ou menos no sitio onde existiam os dominios do *négus*. Pero da Covilhã levava instrucções determinadas, e sabia perfeitamente que regiões devia explorar.

Partiram pois Pero de Covilhã e Affonso de Paiva com amplas instrucções, e com uma carta de el-rei para o Prestes João, em que lhe dizia que os seus navios corriam ao longo da costa de Guiné, e que, se por acaso algumas das suas cidades estavam situadas a pouca distancia do littoral, muito folgaria se quizesse ligar-se com elle para exaltarem ambos a fé de Christo[2].

Iam tambem os dois Portuguezes munidos de lettras de cambio, que lhes foram pagas, em Napoles, por um dos membros d'essa poderosa familia dos Medicis, politicos e negociantes, que regiam Florença, e que eram ao mesmo tempo os banqueiros de todos os Estados. De Napoles passaram a Rhodes, séde n'essa época da ordem dos Hospitalarios, e onde dois cavalleiros portuguezes da religião de S. João de Jerusalem lhes facilitaram os meios de passarem a Alexandria. N'esta cidade adoeceram ambos das febres, e estiveram em perigo de vida; mas, assim que melhoraram, passaram ao Cairo, e do Cairo foram

PRINCEZA SANTA JOANNA, FILHA DE D. AFFONSO V

n'uma caravana a Tor, situada ao sopé do Monte Sinai, e nas margens do Mar Vermelho. Ahi algumas informações colheram ácerca do commercio com Calicut; navegaram para Aden na bocca do Mar Roxo, e, separando-se então, proseguiram separados na sua dupla missão, que era por uma parte saberem o que havia ácerca do commercio da India, por outra parte relacionarem-se com o famigerado Prestes João. Affonso de Paiva foi que se dirigiu para Suakim na Abyssinia; Pero da Covilhã, esse embarcou para a India e foi desembarcar em Cananor,

[1] Guilherme Lejean, *Voyage en Abyssinie*, publicado no jornal *Tour du monde* (1857) pag. 359.

[2] Lá diz Garcia de Rezende:

E vimos communicar
El-rei com o Prestes João
Embaixadas se mandar
Coisa que n'ella fallar
Parecia admiração.

Miscellanea, pag. 63 da *Livraria Classica Portugueza*, T. IX, part. 2.ª

Digitized by Google

d'onde passou a Calicut e a Gôa. Tinham aprazado o Cairo como o seu futuro ponto de reunião.

Sigâmos Pero da Covilhã, que passa da India ás minas d'ouro de Sofala. Ahi deram-lhe conhecimento os Mouros da ilha a que chamavam da Lua, e que não era outra senão a de Madagascar. Colheu tambem valiosas noticias ácerca das especiarias, que os Portuguezes procuravam com tanto affinco, e, julgando que eram bastante importantes essas novas para que as trouxesse a Portugal, regressou ao Cairo, onde soube que Affonso de Paiva morrêra algum tempo antes. Ahi encontrou dois emissarios d'el-rei D. João II, que eram dois Judeus, Rabbi Abraham, natural de Beja, e mestre José, sapateiro de Lamego. Este ultimo, levado pela fortuna a regiões distantes, estivera em Bagdad—a antiga Babylonia, e ahi ouvira falar na riqueza immensa da ilha d'Ormuz, centro do commercio da India, aonde as caravanas d'Alepo e Damasco iam buscar as riquezas do extremo Oriente para as transportarem aos portos asiaticos do Mediterraneo. Estas informações, preciosas para D. João II, communicou-lh'as o Judeu, quando chegou a Portugal, e logo o monarcha o enviou ao Egypto, para que transmittisse essas noticias a Pero da Covilhã, e, juntamente com elle, mandou o rabbi Abraham, homem de sciencia, mais habilitado do que o sapateiro para colher da viagem alguns fructos proveitosos.

Juntamente com estas noticias recebeu Pero da Covilhã ordem de não desanimar, de proseguir nas suas investigações até encontrar o Prestes João. Pero da Covilhã aproveitou o ensejo para mandar a el-rei, pelo sapateiro José, as noticias que obtivera, communicando-lhe ao mesmo tempo a seguinte conjectura sua, que os factos n'essa mesma occasião confirmavam d'um modo tão brilhante, e que revela os conhecimentos e o talento d'este illustrado viajante. Dizia elle: «Que os navios, que navegavam ao longo da costa da Guiné, proseguindo, podiam ter quasi a certeza de que chegariam ao extremo do continente africano, e que, se aproassem depois para léste em direcção a Sofala e a Madagascar, estariam no caminho verdadeiro da India». Mal sabia elle que n'essa mesma occasião Bartholomeu Dias, descobrindo o cabo da Boa Esperança, justificava a sua conjectura, e dava de todo o ponto razão ás suas prophecias, que tinham ainda de illuminar o roteiro de Vasco da Gama.

Depois de ter enviado ao Brazil o judeu José, embarcou Pero da Covilhã com o rabbi Abraham para Ormuz, e, demorando-se alli bastante tempo, deixou o judeu n'essa cidade, afim de poder voltar á Europa com as caravanas d'Alepo, e elle dirigiu-se a Aden, d'onde passou a Abyssinia.

N'este ponto diz-nos Major que o négus, que se chamava Alexandre, recebeu o viajante portuguez em Shoa, onde era a sua côrte, e folgou muito em ver o embaixador d'um principe christão. Devemos dizer comtudo que Guilherme Lejean, que residiu muito tempo na Abyssinia, e que mostra conhecer perfeitamente a historia d'esse paiz, escreve o seguinte ácerca dos antigos imperadores: «Meio cesares, meio pontifices, com e sua corôa ornada d'uma triplice ordem de diamantes dominada por uma mitra, que tinha uma cruz, os velhos négus viviam em acampamentos, sem residencia fixa e por conseguinte *sem verdadeira capital*, rodeiados d'um exercito prompto sempre a defender a integridade de um imperio demasiadamente vasto[1]». Ao mesmo tempo vemos que Shoa é o no-

[1] G. Lejean, *Theodore II et le nouvel empire de l'Abyssinie*, na *Revue des deux mondes*, de 1 de novembro de 1864 pag. 203.

Digitized by Google

me d'uma das provincias da Abyssinia; é natural pois que o escriptor inglez, seguindo o velho chronista portuguez, tomasse o nome d'uma região pelo nome d'uma cidade.

O négus, como dissémos, recebeu optimamente Pero da Covilhã; mas esse négus morreu, e o seu successor não quiz deixar sahir Pero da Covilhã dos seus estados. O cavalleiro portuguez casou na Abyssinia, e lá acabou os seus dias. Ainda vivia em 1515 quando D. Rodrigo de Lima, embaixador enviado por el-rei D. Manuel, appareceu na côrte do négus David.

Pero da Covilhã debulhou-se em lagrimas ao divisar os seus compatriotas; debalde D. Rodrigo de Lima insistiu por que se permitisse ao antigo enviado de D. João II regressar á sua patria; nunca David quiz n'isso consentir. É notavel a permanencia d'este caracter da politica dos soberanos da Abyssinia. Theodoro II, o selvagem mas esperto imperador que morreu em 1868, fazendo saltar os miolos com um tiro de pistola, quando o exercito inglez, commandado por sir Robert Napier (agora lord Napier de Magdala) entrou por assalto na sua capital, deveu todos os seus infortunios á sua persistencia em não deixar sahir da Abyssinia o consul inglez, e em tel-o prisioneiro. Antes que a sua teima lhe acarretasse a catastrophe, seguira elle o mesmo systema com todos os Europeus que appareciam no seu imperio, e Guilherme Lejean, que foi consul da França, só a muito custo conseguiu escapar-lhe.

Caminhavam pois os Portuguezes a passos agigantados para a realização da grande empreza que o infante D. Henrique iniciára: Bartholomeu Dias, dobrando o cabo Tormentoso, sulcava as ondas virgens do Oceano em cujas aguas se mirava o Indostão; pelo outro lado Pero da Covilhã, penetrando audacioso nas mais remotas regiões, tomava como que antecipadamente posse das cidades, onde poucos annos depois tremularia o pendão das quinas. Se não fosse o acaso e a obstinação das equipagens de Bartholomeu Dias, esses 'dois Portuguezes intrepidos, havendo partido um pelo Oriente, outro pelo Occidente, podiam ter-se encontrado em Sofala, concluindo n'um grito d'espanto e de jubilo esse poema d'audacia, que tinha Vasco da Gama o destino de cerrar. Então a gloria, que illuminou D. Manuel o Feliz, com mais razão cingiria d'uma auréola esplendida a fronte pensativa de D. João II o Grande!

Digitized by Google

CAPITULO VIII

Guerra da Barbaria.—Chegada a Lisboa de um principe jalofo

O reino continuava entretanto D. João II a manter com mão firme as redeas do governo. A fidalguia, subjugada definitivamente, não se atrevia a levantar a fronte, e os conspiradores, transformados em cortezãos, disputavam entre si um olhar e um sorriso de D. João II. Em 1486 um escudeiro, por nome João Dagualda, movido talvez por vingança particular, denunciou a el-rei, como conspirando contra a sua vida, D. Alvaro de Souto-Maior, conde de Caminha, cujo pae (nobre gallego que passára a Portugal) o denunciante servira. A innocencia de D. Alvaro provou-se evidentemente, e o calumniador foi punido de morte, e esquartejado em Salvaterra[1].

As conspirações fidalgas estavam acabadas definitivamente; se as vinganças não dormiam, é porque procuravam na sombra satisfazer-se.

Não era só o proseguimento das navegações portuguezas que chamava a attenção d'el-rei; não lhe mereciam menos cuidado as fortalezas africanas tomadas por seu pae e por seu bisavô, e que estavam sendo uma excellente eschola de cavallaria, onde se adextravam nas artes da guerra os fidalgos ociosos. Todos os dias alli se travavam pelejas mais ou menos gloriosas, em que a victoria quasi sempre nos favorecia, mas que tambem eram de vez em quando cortadas de revezes. Em agosto de 1487 passou D. Diogo Fernandes de Almeida á Africa, á testa de cento e cincoenta fidalgos, e mil peões, entre bésteiros, espingardeiros e lanceiros; a esquadra que os transportava compunha-se de trinta navios pequenos. Parece que iam com intento de surprehender alguma praça importante, mas, encontrando os Mouros acautellados, saltaram em Anafé, arrazaram-n'a, matando novecentos Mouros, e trazendo quatrocentos prisioneiros. Quasi trinta annos antes, egual desastre fizera soffrer á mesma cidade o infante D. Fernando, tio e sogro d'el-rei D. João. Anafé era decididamente a victima expiatoria das expedições portuguezas.

N'esse mesmo anno, D. João de Menezes, governador de Tanger, tornou prisioneiro, em uma feliz sortida, um dos principaes chefes dos Mouros, chamado Ali-Barraie, e ajustou por elle um grande resgate, que não pôde haver, porque, no principio do seguinte anno de 1488, D. Antonio de Menezes, governador de Ceuta, menos feliz do que o seu collega de Tanger, caiu prisioneiro dos Mouros, de fórma que em vez de resgate houve uma simples troca de prisioneiros.

Este desastre, succedido ao capitão de Ceuta, excitou os antigos brios guerreiros d'el-rei, que, desejoso de renovar as proezas da sua adolescencia, tencionou passar á Africa; mas, como soube que, tendo noticia d'esse projecto, as cidades mouras se acautellavam, desistiu d'elle, e mandou simplesmente o seu capitão de ginetes Fernão Martins de

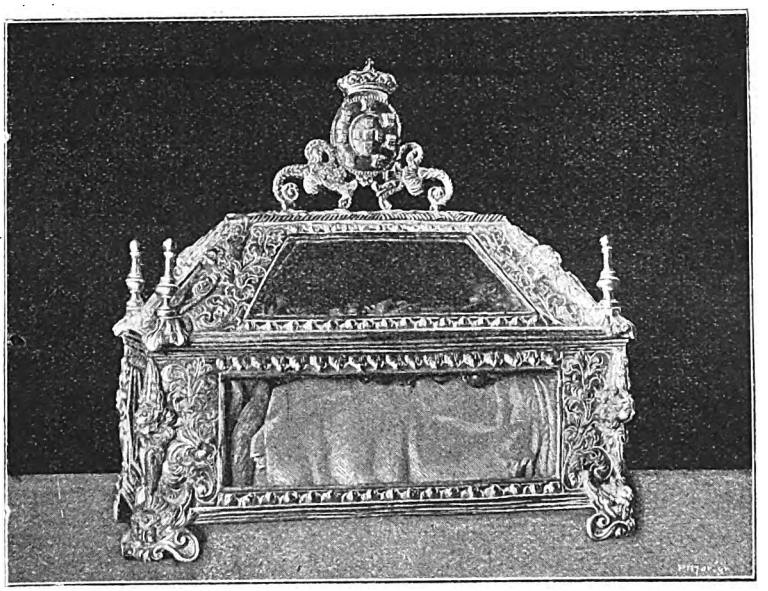
[1] Este caso deu assumpto a um bonito romancinho do sr. Bernardino Pinheiro, que se intitula *A Filha do Povo*, e que foi publicado na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, t. IV (1864), p. 121 a 136.

Digitized by Google

Mascarenhas, que, juntando-se com D. João de Menezes governador de Tanger, e com D. Vasco Coutinho, conde de Borba e governador d'Arzilla, fez uma razzia em Alcacer-Kibir, voltando depois ao reino.

Assim, n'estes bellicosos passatempos se preparavam os Portuguezes para as épicas façanhas do Oriente.

A energia do governo de D. João II conciliára-lhe a admiração e o respeito da Europa, de fórma que, nas discordias que reinavam entre Carlos VIII de França e Maximiliano de Allemanha, este ultimo, primo de D. João II por ser filho de sua tia D. Leonor, rogou-lhe que fosse medianeiro da paz. Acceitou D. João o encargo, e preparava-se para o desempenhar, quando soube que Maximiliano fôra preso pelos burguezes de Bruges, seus vassallos, visto que elle casára com Maria de Borgonha, filha de Carlos o Temerario. Suspeitando que isso era devido a influencia do rei de França, D. João II indignou-se a ponto de querer declarar a guerra a Carlos VIII, e para esse fim enviou como embaixador Duarte Galvão, mas entretanto Maximiliano foi solto, e a nuvem tempestuosa dissipou-se.



RELICARIO CONTENDO AS ROUPAS DA PRINCEZA SANTA JOANNA

Por esta occasião presenciaram os portuguezes um espectaculo novo, e que por isso se lhes affigurou mais admiravel, do que se vissem o proprio Carlos VIII vir a Lisboa pedir a paz a D. João II. Foi o caso que um rei preto, um chefe dos Jalofos das margens de Senegal, Bemohi, andando em guerra com os seus, por varias vezes pedira auxilio a el-rei de Portugal, que sempre lhe respondera que o não podia soccorrer, senão no caso d'elle se fazer christão. Expulso emfim por uma revolta victoriosa, Bemohi metteu-se com uns poucos de negros, seus parentes e apaniguados, n'uma caravella portugueza, e veiu a Portugal apresentar-se a el-rei, que estava em Setubal, terra muito da sua predilecção. Quiz D. João II que o preto fosse tractado com todas as honras devidas á gerarchia regia, mandou-o apresentar no palacio de Palmella, e ordenou que o servissem com todo o luxo e etiqueta. Deu-lhe depois audiencia em apparato, apresentando-se rodeado com todos os seus fidalgos, e vestido de fatos resplandecentes. Bemohi, que, a acreditarmos as descripções dos nossos chronistas, era um preto sagaz, andava no meio de tudo aquillo com extrema gravidade, como se entendesse a honra que lhe faziam, e a recebesse com a dignidade de quem sabe que tudo lhe é devido. Prestou a D. João II os maximos respeitos, lançando-se por terra, e fingindo que deitava pó sobre a cabeça. «Mas el-rei, escreve Ruy de Pina, com muita honra e cortezia o levantou, e, por negros in-

Digitized by Google

terpretes, que para isso já estavam presentes, lhe mandou que dissesse. O qual, com grande repouso, discreção e muita gravidade, fez uma fala publica, que durou por grande espaço, em que para seu caso metteu palavras e sentenças tão notaveis que não pareciam de negro barbaro, mas de principe grego creado em Athenas, cuja substancia foi: recontar a el-rei com apressados suspiros e muitas lagrimas seu desventurado infortunio, causado de traição que em seu reino contra elle se fizéra, que por extenso declarou».

Ou o bom do chronista zombou da posteridade, ou só nos resta admirar os beneficios da civilização. Aqui temos um negro, a quem ainda não civilizámos e que parece um principe grego creado em Athenas; vamos nós, derramamos a civilisação, e os negros da actualidade, principes ou não principes, o caracteristico principal que os distingue dos macacos é o furor com que adoram a aguardente. É verdade que foi este liquido bemfazejo o principal agente da nossa civilisação.

Demorou-se muito tempo em Portugal o rei Bemohi, sempre seguido com muita curiosidade, convertendo-se á fé christã, e instruindo-se n'ella até que voltou á Africa. No dia 3 de novembro de 1458 baptisou-se, recebendo o nome de D. João; no dia 7 do mesmo mez foi armado cavalleiro, e deu-lhe el-rei de Portugal por armas uma cruz doirada em campo vermelho com o escudo das quinas bordado; prestou ao mesmo tempo menagem ao soberano portuguez, recouhecendo-se seu vassallo. Partiu, depois, como dissémos, para a Africa, levando para o soccorrerem vinte caravellas commandadas por Pedro Vaz da Cunha, por sobrenome o Bisagudo, que tinha ordem tambem de levantar uma fortaleza na foz do Senegal. Com elle iam muitos padres, capitaneados pelo prégador d'el-rei, fr. Alvaro, da ordem de S. Domingos, que deviam missionar, e fundar egrejas. Apenas chegaram ao Senegal, desavieram-se logo e Pedro Vaz matou o pobre negro, por suspeitas de traição, disse elle, porque tinha pressa de voltar a Portugal, diz Ruy de Pina. Tambem nos parece pouco verosimil. Houve decerto no Senegal um mysterioso drama, em que não caberia o papel mais nobre ao homem da civilização. Como se vê, os subditos de Bemohi deviam ficar edificados com este acto do seu civilizador, e deviam acceitar de braços abertos a fé que lhes prégavam dando-lhes estes exemplos!

E o que é mais notavel é que D. João II, apesar de se desgostar com o facto, não puniu o criminoso. Diz-se que estavam envolvidas no crime bastantes pessoas importantes, e que então el-rei preferiu não punir ninguem. Mas claramente se vê que o Bemohi, máu grado a todas as distincções que recebeu, não excitára bastante interesse, para que D. João II, que não se prendia com os escrupulos que lhe attribuem, achasse necessario impôr-lhes a morte.

Isto succedeu em 1480. N'esse mesmo anno intentou el-rei fundar uma fortaleza em Africa no rio de Larache, afim de melhor senhorear Marrocos, e poder proseguir nas conquistas que devaneiava. Em julho d'esse anno foi pois Gaspar Zuzarte fundar a fortaleza, a que chamou Graciosa, coisa que tanto assustou Muley-scheick, rei de Fez, que, reunindo logo um numerosissimo exercito, mandou seu proprio filho cercar a nova fortaleza. Gaspar Zuzarte adoecera, e por isso el-rei enviou para o substituir D. João de Sousa, que tambem adoeceu, porque a terra era insalubre. Atraz de D. João de Sousa seguiram Fernão Martins de Mascarenhas, D. Diogo de Almeida, e D. Martinho de Castello Branco, á testa de um poderoso reforço.

Digitized by Google

Como D. João de Sousa enfermára, segundo dissémos, tiraram á sorte quem havia de commandar, e coube o encargo a D. Diogo de Almeida, que defendeu a praça energicamente, repellindo os ataques dos Mouros, e causando-lhes graves perdas.

Mas o sitio onde se fundára a Graciosa, fôra pessimamente escolhido. Não era na foz do rio de Larache, era mais para o interior, e em local até onde nem sempre o rio era navegavel; de forma que os Mouros, aproveitando isso, construiram no proprio rio, entre a fortaleza e o mar, uma estacada, que impediria a vinda de qualquer soccorro. Que fôra essa uma optima idéa dos sitiadores, logo os cercados, por seu mal, souberam, porque Ayres da Silva, camareiro-mór d'el-rei, que viera com uma armada, por mais que insistisse, não podera romper as estacas, de fórma que os defensores da Graciosa quasi que perderam de todo as esperanças. Chegou a noticia d'isso a Portugal, e el-rei tanto se commoveu, que determinou passar em pessoa a Africa, e mandou lançar pregão por todo o reino para que se alistasse um numeroso exercito. Era tão popular D. João II, que logo accudiram em tropel voluntarios, até os velhos e os adolescentes, desejosos de acompanharem o rei dos concelhos, o intrepido vencedor de Arzilla e Toro. Não foi necessario aproveitar essa dedicação, porque o rei de Fez não querendo reduzir os Portuguezes ao desespero, propôz-lhes uma capitulação em que os deixava sahir livremente, levando tudo quanto tivessem na fortaleza, e exigindo só que a fortaleza se arrazasse. D. João II, que estava já resolvido a fazel-o, acceitou

ANNEL DE D. JOÃO II

gostoso a condição, e o cêrco levantou-se, assignando-se o contracto a 27 de agosto de 1489. A guarnição voltou a Portugal, e a fortaleza, tão mal situada, foi destruida.

Era isto, comtudo, um pequeno revez; mas a fortuna, que preparava a D. João II desastre muito maior, quiz ainda sorrir-lhe para o illudir, fazendo-lhe ver de longe em prestigiosa miragem a reunião das corôas de Castella e Portugal na cabeça de seu filho querido, D. Affonso.

Vamos assistir agora a nunca vistas pompas, em que a ventura parece trasbordar por toda a parte, e comtudo n'esses luzidos banquetes, como o ataúde nos festins egypciacos, veremos que surge, presente mas invisivel, o phantasma livido da morte.

Digitized by Google

CAPITULO IX

Casamento do principe D. Affonso — Festas memoraveis — Um jantar de bodas na corte de D. João II

Depois que a morte dos duques de Bragança e de Vizeu mostrou aos reis catholicos que seriam baldadas todas as suas tentativas para derribarem do throno D. João II, julgaram melhor deixar-se de conspirações obscuras e manter fielmente a paz que haviam jurado. Começaram então a estabelecer-se leaes relações de amisade entre as duas côrtes, e em 1487, quando os reis catholicos andavam empenhados na guerra de Granada, faltando-lhes a polvora durante o cerco de Malaga, mandaram por toda a parte procurar munições, e tambem as mandaram pedir a D. João II, que logo lhes enviou prompta e cortezmente um navio carregado com todos os aviamentos[1].

No anno de 1488, tendo o principe D. Affonso completado quatorze annos, e, estando ainda solteira a infanta D. Izabel, mandou D. João II perguntar a Castella se, na conformidade do accordo feito quando se desmancharam as terçarias, estavam resolvidos a celebrar os desposorios.

A resposta dos reis catholicos foi plenamente affirmativa; tinham regeitado elles propostas dos principes mais poderosos da Europa unicamente afim de reservarem D. Izabel para o principe de Portugal. A explicação d'esta preferencia dá-a Prescott nas seguintes linhas:

«Uma alliança com este reino, que pela sua contiguidade tão promptos meios possuia de fazer mal a Castella, e que mostrára tanta vontade de fazer uso d'elles para sustentar as pretenções da Beltraneja, era objecto de grande importancia. Não menor consideração podia ter obrigado a rainha a resignar-se a uma separação da sua amada filha, da sua primogenita, cuja meiga e extraordinariamente amavel disposição parece que lh'a fazia mais cara ainda do que são habitualmente os filhos aos paes.

«A ceremonia dos esponsaes, continúa o escriptor americano, realizou-se em Sevilha no mez de abril, apparecendo Fernão da Silveira como representante do principe de Portugal; foi seguida por uma longa série de esplendidas festas, e brilhantes torneios. Fecharam-se liças a alguma distancia de Sevilha nas praias do Guadalquivir, rodearam-se de galerias forradas de seda e ouro, e protegidas do ardor do sol por doceis, em que estavam ricamente bordados os brazões das mais antigas casas de Castella. O espectaculo foi embellezado por todas as formosuras da côrte, com a princeza Izabel no meio, servida por setenta damas nobres, e cem pagens do Paço. Os cavalleiros de Hespanha, novos e velhos, correram ao torneio tão desejosos de ganharem louros no mimico theatro da guerra, em presença de tão brilhante assembléa, como o tinham sido nas mais asperas contendas com os Mou-

[1] Lá diz Prescott: A canhonada incessante, que o exercito sitiador mantivera, tinha exhausto as munições por tal fórma que foram obrigados a prover-se até nas partes mais longinquas do seu reino e nos paizes estrangeiros. *History of the reign of Ferdinand and Izabella*, vol. 1.º, pag. 306.

Digitized by Google

ros. O rei Fernando, que quebrou varias lanças n'essa occasião, foi um dos mais distinctos entre os combatentes, pela sua dextreza usual, e elegancia de equitação. Aos marciaes exercicios do dia, davam descanso os mais feminis recreios da dança e da musica, á noite; e todos pareciam ter desejo de dar as boas vindas á alegre estação, depois das longas fadigas da guerra[1].»

Andavam com effeito n'essa occasião os reis catholicos em lucta com o reino de Granada, que d'ahi a dois annos lhes havia de cahir nas mãos completamente. D. João II estava em plena paz. Para se consolar um pouco do pequeno revez da Graciosa, mandára D. Fernando de Menezes dar uma saltada a Africa, onde o valente fidalgo arrazára duas villas, uma no littoral, que era Targa, outra nos recessos das montanhas do interior, que foi Samice. Entretanto el-rei reunia as côrtes, dizia-lhes que despesas tinha a fazer para celebrar o casamento de seu filho, e obtinha dos representantes dos concelhos o dom de cem mil cruzados.

Tractou logo de celebrar as festas com uma pompa até ahi nunca vista, e de que em toda a Europa não havia exemplo, a não ser na faustosissima côrte de Borgonha. Logo que recebeu a noticia de estarem as bodas feitas em Sevilha, celebrou elle a noticia em Evora com estrondosas festas, e deu as ordens necessarias para que as que se fizessem á chegada da princeza não tivessem outras *que com ellas podessem rivalizar*.

«E por isto, diz Ruy de Pina, logo tanto que el-rei foi por seus embaixadores certificado que o dito casamento era feito e do tempo em que havia de ser consumado, logo ordenou de ter sempre em seus Paços casa deputada, que se chamava das festas, de que deu principalmente cargo a D. Martinho de Castello Branco, védor da fazenda, em quem

AVEIRO — TUMULO DA PRINCEZA SANTA JOANNA

havia tanta confiança que, assim nas coisas graves e de muita importancia, como nas similhantes de festas e prazer sempre em siso, discreção e saber foi dos reis que serviu muito estimado. Na qual casa sempre estava e com elle outros officiaes, para isso deputados, e escolhidos, que entendiam em ordenar, imaginar e praticar aquellas coisas, que sentiam ser convenientes, e necessarias para cumprimento e perfeição maior das festas. Porque el-rei ordenou, e mandou que fossem as maiores e mais excellentes, que se podessem fazer, como disse, n'aquellas coisas que tocavam a cere-

[1] *History of the reign of Ferdinand and Izabella*, t. 1.º, p. 334.

Digitized by Google

monias reaes, que nas visitações e recebimentos se esperavam, como nos aposentamentos e outras policias, e principalmente em provimento de mantimentos para tanta gente, e salla de madeira para banquetes, e consoadas, momos, toiros, caças, e justas e outros entremezes; e assim principalmente d'oiro, prata e sedas para el-rei fazer mercês e assim brocados, e mais sedas, tapeçarias, cavallos, arnezes, lanças, officiaes de broslar e chapar, cêra, fructas, conservas, especiarias, caças, pescados, ginetes, jaezes, e tudo o mais que cumpria. Ao qual tudo se logô proveu com tempo, e assentou com determinação por escripto, e, repartidos os cargos de cada coisa por aquellas pessoas do reino que sentiam para isso pertencentes, e tudo se cumpriu com tanta diligencia, e abundancia e perfeição; e as festas foram em tudo tão ricas e tão reaes que já sempre em Hespanha serão lembradas por sós e sem comparação; e, entre as muitas coisas que com prazer e consentimento do dito senhor rei accordaram, foram algumas as seguintes, que para memoria d'estas e exemplo d'outras aqui tocarei[1].»

Resumiremos brevemente essas providencias, que não só mostram a magnificencia dos festejos, mas tambem a riqueza do reino, porque não foram decerto os cem mil cruzados das côrtes que chegaram para tantos e tão loucos dispendios. Ia já longe, segundo se verá, a indigencia de D. Affonso V, mas tambem os povos começavam a sentir o peso d'esse despotismo, unico mas enorme, que sobre elles pesou durante tres seculos e meio, que, se arrancava das mãos dos fidalgos o fructo do suor dos pobres, era para se locupletar com elle, e dispôr a seu belprazer, como se fosse seu, do dinheiro da nação.

Mandou pois el-rei convidar todos os fidalgos para que viessem á côrte e preparados o melhor que podessem, tanto para abrilhantarem as festas, como para hospedarem os senhores estrangeiros que a Portugal acudissem. Mandou comprar depois ao estrangeiro as coisas mais ricas de que precisava, notificando até aos negociantes de todas as nações que podiam por essa occasião mandar a Portugal, livres de todos os direitos, sedas, brocados e joias, cujo preço poderiam receber a dinheiro, sem serem obrigados a levar em troca outros generos do paiz. A Italia mandou uma caravella comprar brocados, sedas e pedrarias, e tanta abundancia quiz que não chegaram para lhe satisfazer os pedidos os generos existentes nos vastos e opulentissimos mercados de Florença, Genova e Veneza, pois que ainda ficaram muitas peças encommendadas que vieram depois.

Como em Lisboa havia peste, foi necessario celebrarem-se as festas em Evora, que era n'esse tempo, em importancia, a segunda cidade do reino. Não chegavam os Paços de S. Francisco para a accommodação dos novos hospedes, mas, com magica rapidez, e á custa de muitos esforços empregados e muito dinheiro derramado, construiram-se aposentos pegados com o palacio, para a princeza.

Mandou além d'isso el-rei vir de Flandres, Inglaterra, Irlanda e Allemanha tapeçarias magnificas, finos pannos de lã, hacaneas, pratas, arminhos, martas e outras pelles riquissimas, e cosinheiros e menestreis, que eram celeberrimos os da côrte de Borgonha, como se póde vêr em Barante, na descripção do opulentissimo banquete dado por Philippe o Bom quando foi do voto do faisão[1]. Estes brocados e pannos e sedas não eram só para as festas, mas tambem para pre-

[1] *Chronica d'el-rei D. João II*, cap. 44, pag. 162.

[1] Voto que Philippe de Borgonha fez depois de 1453, mas que não chegou a cumprir, de livrar Constantinopla do poder dos turcos.

Digitized by Google

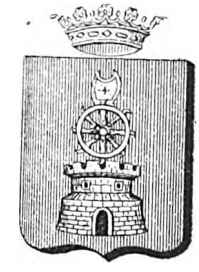
sentes e emprestimos, porque o thesoureiro tinha ordem de dar a todos os fidalgos o que elles lhe pedissem, devendo estes pagar tudo, n'um praso de dois annos, pelas tenças que recebessem da corôa. Mas aos fidalgos que quizessem entrar nos torneios, mandava el-rei dar armas de graça, e duzentos cruzados, como ajuda de custo, aos que figurassem nos bailes de mascaras, ou momos, como então se dizia.

Tomou D. João II outra providencia, que nos faz sorrir. «Segurou mais el-rei, diz Ruy de Pina, por dois annos as rendas de todos aquelles que para despesa das festas as arrecadassem, antecipadas, ora fossem ecclesiasticos, ora seculares[1]» Isto chama-se, em bom portuguez, proteger a agiotagem, e incitar, dando-se como fiador, os fidalgos todos a empenharem-se. Quasi que se poderia pensar que esta medida era o complemento das côrtes d'Evora, e que el-rei tinha na mente arruinar os fidalgos, tirando-lhes assim a riqueza, como já lhes tirára a preponderancia.

Tambem ordenou que as pessoas que viessem ás festas tivessem o praso d'um anno para pagarem as suas dividas, fossem quaes fossem, excepto sendo os credores pessoas que tambem viessem ás festas.

Continuou D. João II a abastecer-se com incrivel profusão, e em todas as partes do mundo, do que lhe era necessario. Da Barbaria mandou vir cêra: fructas verdes e seccas, tamaras, conserva, assucar, mel, manteiga, especiarias, de todos os seus dominios lhe acudiam a flux. Tinha agentes em todos os portos do mar para comprarem os mais bellos peixes que se pescassem.

Como temia que não chegassem as camas de Evora para a gente que de todos os pontos alli se juntaria, mandou-as vir de todas as comarcas do arredor. Os lavradores foram obrigados a contribuir com trigo, cevada, farinhas, carneiros, vaccas, e outros mantimentos; caçadores e pescadores deviam nas proximidades das festas não descançar um instante para mandarem á côrte o producto da caça e da pesca. Tantas aves alli estiveram, mandadas pelos almoxarifes do reino todo, que, diz Ruy de Pina (e fique elle com a responsabilidade do dito) «foi certo que as ditas aves, durante sómente as festas, comeram mais de cem moios de trigo, *porque tanto se levou em rasoada conta, e despeza aos officiaes que d'ellas tinham cargo*[1]. Esta ultima razão não é lá das mais fortes; porque resta saber quem afinal comeu mais, se as gallinhas e capões, se os officiaes que as sustentavam.



Brazão de armas da cidade de Gôa

Foram obrigados os lavradores dos arredores de Evora a levarem para a cidade vaccas leiteiras, afim de fornecerem durante os banquetes o leite indispensavel, e porcas com leitões, e outras vaccas com os vitellos.

Devemos dizer em honra de D. João II que tudo isto era pago aos seus donos, e que era por conseguinte dinheiro que fructificava; mas o que se ia sepultar no estrangeiro, de um modo completamente improficuo...?

Mandou tambem que viessem de todas as mourarias do reino Mouros e Mouras que soubessem cantar, dançar e tocar; foram pagos, no fim da festa, dando-se-lhes ricos vestidos e mantimentos em abundancia. Sem as *danças mouriscas* não havia festas com geito no seculo XV, nem ainda no seculo XVI. Tambem se mandou que dos logares mais proxi-

[1] *Chronica d'el-rei D. João II*, cap. XLIV, pag. 115.

[1] *Chronica d'el-rei D. João II*, cap. XLIV, pag. 117.

Digitized by Google

mos viessem rapazes *foliões* e raparigas formosas, que receberam egualmente ricas recompensas.

Como não havia nos Paços sala bastante grande para os momos e espectaculos qne se tencionavam representar, construiu-se na horta de S. Francisco uma vastissima sala de madeira com estrados altos para menestreis, e musicos e copa, toda forrada de magnificas tapeçarias. E estavam n'esta sala dispostas as luzes de maneira que sempre ardiam cento e vinte tochas suspensas, além das que os pagens tinham nas mãos, projectando-se um immenso esplendor no vasto e opulentissimo salão, onde tumultuavam as mascaras, e que deveria parecer aposento de palacio de fadas.

Quando terminaram os preparativos, avisou D. João II para Cordova, onde estavam os reis de Castella, que acompanharam sua filha até ao logar de Constantina, onde se separaram d'ella a 10 de novembro de 1490. A 19 do mesmo mez chegou a Badajoz, aonde foi ao seu encontro o duque de Beja acompanhado por muitos fidalgos. A 29 entrou em Extremoz, aonde el-rei a foi vêr, ficando encantado com a sua affabilidade e cortezia. A 27 de novembro fez ella a sua entrada em Evora, sendo recebida logo por magnificas representações e mysterios, á maneira do que tambem se fazia em Paris na entrada das rainhas. Em Evora estava tudo arranjado com extremo bom gosto, como o leitor poderá avaliar quando lhe dissermos que a rua que ia ter á Sé, toldada por doceis riquissimos, era além d'isso perfumada de larangeiras e outras arvores fragrantes, que transformavam a rua em jardim.

Não acabariamos, se quizessemos referir todas as festas que se celebraram para solemnizar o casamento. Apenas relataremos uma, que é a mais original e a que melhor dá idéa do gosto do tempo. Cederemos para isso a palavra a Garcia de Rezende. Foi na terça feira 7 de dezembro que tal festa se celebrou:

«Logo á terça feira seguinte, diz o moço da escrevaninha d'el-rei D. João II, houve na sala de madeira muito excellentes e singulares momos reaes, tantos, tão ricos, e galantes com tanta novidade e differença d'entremezes, que creio que nunca outros taes foram vistos. Entre os quaes el-rei entrou primeiro para desafiar a justa que havia de manter com invenção e nome do cavalleiro do Cysne; e veiu com tanta riqueza e galanteria quanta no mundo podia ser. Entrou pelas portas da sala com nove bateis grandes; em cada seu mantenedor, e os bateis mettidos em ondas do mar feitas de panno de linho e pintadas de maneira que parecia agua. Com grande estrondo de artilheria que tirava, e trombetas, atabales, e menestreis altos que tangiam, e com muitas gritas e alvoroços de muitos apitos de mestres, contramestres e marinheiros vestidos de brocados e sedas com trajos de Allemães, e os bateis cheios de tochas e muitas vellas doiradas accesas, com toldos de brocado e muitas e ricas bandeiras. E assim vinha uma náu á vella, coisa espantosa, com muitos homens dentro e muitas bombardas, sem ninguem ver o artificio como andava, que era cousa maravilhosa. O toldo e toldos das gaveas de brocado, e as vellas de tafetá branco e roxo, a cordoalha de ouro e seda e as ancoras douradas, e assim a nau como bateis com muitas vellas de cera douradas, todas accesas e as bandeiras e estandartes eram das armas de el-rei e do principe, todas de damasco e douradas; e vinha deante do batel de el-rei, que era o primeiro sobre as ondas, um muito grande e formoso cysne, com as pennas brancas e douradas; e após elle na prôa do batel vinha o seu cavalleiro em pé, armado de ricas armas e guiado d'elle e em nome de el-rei sahiu com sua fala e em joe-

Digitized by Google

lhos deu á princeza um breve conforme a sua tenção, que era querel-a servir nas festas de seu casamento, e sobre conclusão de amores, desafiou para justas de armas com oito mantenedores a todos os que o contrario quizessem combater. E por rei de armas, trombetas e officiaes para isso ordenados se publicou em alta voz o breve e desafio com as condições das justas e grados d'ellas, assim para o que mais galante viesse á teia, como para quem melhor justasse. E acabado, os bateis botaram pranchas fóra, e sahiu el-rei com seus riquissimos momos e a nau e bateis, que enchiam toda a sala, se sahiram com grandes gritos e estrondo de artilherias, trombetas, atabales e charamellas e sacabuxas, que parecia que a sala tremia e queria cair em terra.

«El-rei dançou com a princeza, e os seus mantenedores com damas que tomaram; e logo veiu o duque com fidalgos de sua casa com outros riquissimos momos. E veiu outro entremez muito grande em que vinham muitos momos mettidos em uma fortaleza, entre uma rocha e matta de muito verdes arvores e dois grandes selvagens á porta, com os quaes um homem de armas pelejou e desbaratou e cortou umas cadeias e cadeiados que tinham cerradas as portas do castello, que logo foram abertas e por uma ponte levadiça sahiram muitos e mui ricos momos; e em se abrindo as portas, sahiram de dentro tantas perdizes vivas e outras aves, que toda a sala foi posta em revolta e cheia d'aves que andavam voando por ella até que as tomavam.

«E, sahindo este grande e custoso entremez, veiu outro, em que vinham vinte fidalgos, todos em trajos de peregrinos, com bordões dourados nas mãos e grandes ramos de contas douradas ao pescoço, e seus chapéus com muitas imagens, todos com mantéos, que os cobriam até ao joelho, debruados, e por cima com remendos de velludo e setim; e, dado seu breve, deitaram os mantéos e tudo o mais tomavam moços da camara, e reposteiros e chocarreiros, tudo quem mais podia, e valiam muito,

EGREJA MATRIZ DA TROFA

que cada mantéo tinha muitos covados de brocado. E, assim vieram outros muitos e ricos momos que não digo, com singulares entremezes, riqueza, galantaria, e muitos com palavras e invenções d'ardileza acceitavam o desafio com as mesmas condições, e dançavam todos até ante-manhã: e foi tamanha a festa, que se não fôra vista de muitos, que ao presente são vivos, eu não ousaria descrever.

«E á quarta-feira o principe e a princeza, com muita pompa e grande estado, se foram aposentar no meio da praça, e tambem a rainha, que andava mal sentida, para d'ahi vêrem as justas. E á tarde partiu el-rei de seus paços, e foi tomar a teia com tanta realeza, e tantas

Digitized by Google

novidades e ceremonias de grandeza, como nunca outra se viu tomar.

«El-rei, com seus mantenedores, foi descer á fortaleza já de noite, onde todos ceiaram com elle em mezas junto da sua; e todos dormiam no castello e comiam com elle e dentro tinham suas armas e muitos cavallos sempre sellados, e elles armados a giros para que, em vindo o aventureiro, tanto que o facho fosse derribado, sahissem com muita diligencia sem detença alguma, e assim se fazia, e fez emquanto as justas duraram[1].»

Uma outra festa, que tambem deu que falar, foi a de quinta-feira seguinte, em que el-rei, segundo diz Garcia de Rezende, *deu sua mostra*. Foi um cortejo esplendido e extravagante, que principiava com o desfilar de um grande numero de trombeteiros, seguidos por dois cadafalsos com rodas em que vinham outros muitos, disfarçados em macacos e leões, depois tocadores de charamellas e sacabuxas, logo um gigante montado n'uma cavalgadura que figurava um urso descommunal, depois homens d'armas e porteiros da maça, e o porteiro-mór, e o mordomo-mór e quatro mestre-sallas, vestidos d'opas de brocados e tellas de ouro, depois cavallos á mão ricamente apparelhados; seguia-se um formoso pagem d'el-rei chamado D. Jorge de Castro, todo coberto de ouro e pedraria com uma grinalda de diamantes, e um penacho branco e em seguida el-rei com a corôa no elmo, coberto de diamantes e perolas, e seguido pelos mantenedores tambem ricamente ataviados.

O povo, que assistia a estas festividades com assombro, tambem não foi esquecido, e pôde regalar-se com as sumptuosas migalhas dos festins. É ainda Garcia de Rezende, mais minucioso do que Ruy de Pina na descripção das festas, quem nos conta como n'um d'esses jantares appareceu na salla do banquete um carro, puxado por dois grandes bois assados inteiros, com os pés e as armas douradas. O carro, que tinha umas rodas bem disfarçadas, de modo que pudesse parecer que os bois o puxavam, vinha cheio de carneiros assados, tambem com as pontas douradas. Na frente caminhava um moço fidalgo vestido de carreiro com o aguilhão em punho, mas com o gabão de brocado, e todo elle ouro e sedas. O carro deu a volta á salla, depois sahiu e foi entregue ao povo, que fez bois e carneiros em mil pedaços, levando cada um o que podia com grande jubilo e folgança.

Era assim que se divertiam os nossos antepassados no seculo XV.

Mas em que deviam terminar tão esplendidos festins, tanto luxo, tantas despezas! Sinistro agouro do futuro, já a peste vinha interromper, com a sua funebre apparição, a alegria dos convivas, e esse principe, alegre noivo, radiante de todo o esplendor da mocidade e da ventura, não tardaria um pae, que se revia n'elle, a contemplal-o, golfando sangue em borbotões, com a lividez da morte a desbotar-lhe na face as rosas da juventude.

---

[1] *Chronica dos feitos*, etc., cap. CXXVI. *Dos ricos momos que el-rei fez da salla da madeira para desafiar a justa.*

Digitized by Google

CAPITULO X

A peste. — Subita doença do rei. — Morte do infante D. Affonso

EGUNDO um costume hygienico, muito adoptado na edade-média para se evitar a peste, houvera ordem para que antes do casamento estivessem as ruas de Evora constantemente cheias de vaccas; mas, apesar da precaução, a peste, que ardia em Lisboa, ameaçou Evora, e D. João II sahiu, com a côrte, para uma herdade proxima, que se chamava Fonte-Coberta.

Devia a herdade esse nome a uma fonte d'aguas fresquissimas e puras, que D. João II bebia sempre, ao regresso da caça, com muito gosto, porque de vinho só fez uso nos ultimos annos da sua vida. N'esta sahida de Evora, uma vez que fôra, segundo o seu costume, beber agua á fonte, sentiu-se incommodado gravemente, com symptomas de doença mortal. Occorreu primeiro á lembrança de todos a idéa da peste; mas D. João II attribuiu o caso a veneno, lembrando-se de um aviso, que lhe fôra dado por uma religiosa, de que tramavam contra a sua vida. As suspeitas comtudo dissiparam-se, porque a doença não progrediu, mas reviveram com muita força, quando Fernão de Lima, copeiro-mór d'el-rei, e Estevão de Sequeira, seu copeiro menor, adoeceram de repente, e morreram com os symptomas que el-rei tivera. Investigou-se então, abriu-se inquerito, mas nada se descobriu. O crime, se houvera crime, ficára envolto no mais profundo segredo.

Não quiz el-rei que se divulgasse o caso, porque temia que diminuisse o respeito e o terror que elle inspirava, se suspeitassem que a sua vida estava á mercê de qualquer envenenador traiçoeiro. Todos os despotas querem que se lhes supponha a vida inviolavel, e ainda, em annos bem proximos de nós, e quando a theoria dos homens invulneraveis, por serem instrumentos da Providencia, já encontrava bastantes incredulos, ainda Napoleão desejava occultar na sombra mais profunda as tentativas dos assassinos contra a sua vida.

A 14 de junho de 1491 partiu a côrte para Santarem, onde o principe e a princeza foram recebidos com festas esplendidas e o costumado enthusiasmo. Era em Santarem comtudo que o infortunio emboscado esperava D. João II, era em Santarem que a sua alma tão forte devia sentir a mão da Providencia quebral-a pela primeira vez.

No dia 11 de julho de 1491 foram o rei e o principe caçar a Almeirim; no dia 12, el-rei, que folgava muito com todos os divertimentos varonis, saiu para ir nadar ao Tejo, como costumava, e, como costumava tambem, mandou convidar seu filho para o acompanhar. Este mandou-lhe dizer que estava muito fatigado da montaria da vespera e que, se el-rei lh'o permittisse, preferia ficar esse dia em descanço. D. João II, de mais alegre humor do que nunca (e digam que ha presentimentos!) passou pela camara do principe, que o veiu receber á porta, com a bocca cheia de riso e já com os trajos leves de quem ia dormir a sésta. El-rei motejou d'elle um pouco, e, despedindo-se, partiu. Ao atravessar o ter-

Digitized by Google

reiro para montar a cavallo, viu a uma janella o principe e a princeza de mãos enlaçadas, ridentes e arrulhadores como dois noivos e dois pombos enamorados que elles eram. Cortejou-os debaixo com uma rasgada mesura, e os alegres ado-

AMBULA CONTENDO CABELLOS DE SANTA JOANNA

lescentes corresponderam-lhe com egual cumprimento; mas o principe, que sabia quanto o pae o amava e que lhe correspondia tambem com fino amor filial, ficou scismando no desejo que elle tinha de que o acompanhasse, e não lhe querendo dar nem o mais leve desprazer, resolveu seguil-o. Mandou apparelhar a mula em que tinha costume de dar os seus passeios, mas encontrando já apparelhado um cavallo garboso, rinchão e ligeiro, não esperou a mula, e, montando, partiu a galope.

El-rei já estava no rio, nadando e banhando-se; a tarde principiava a declinar; o principe entendeu que não era tempo de se metter no Tejo, e folgando de apertar entre os joelhos um ginete brioso, começou a galopar ao longo da margem. Appareceu n'essa occasião, egualmente bem montado, D. João de Menezes, commendador de Aljezur, e o principe, com todo o ardor da sua edade, convidou-o para correr com elle o *pareo*[1]. D. João de Menezes escusou-se, o principe insistiu, e ambos correram um pedaço de mãos dadas.

Era tempo de voltar a palacio, e a mula, que D. Affonso mandára preparar, estava alli esperando. Quando porém o principe se desmontou do cavallo para passar para a mula, rompeu-se o loro de um dos estribos e forçoso lhe foi voltar a cavalgar no ginete. Parecia que era a fatalidade quem se oppunha assim a que se salvasse o principe. Garcia de Rezende conta que, n'esse dia, costumando aliás D. Affonso andar sempre vestido de côres brilhantes, vestira um tabardo negro aberto e um gibão tambem negro; o ginete vinha tambem todo arreado de negro, cousa que eu nunca lhe vira, accrescenta Rezende. Parecia que vestia o principe o seu proprio lucto.

Vendo-se outra vez no cavallo, outra vez teve o principe a diabolica tentação de correr o *Pareo*. Era desafiar o destino. D. João de Menezes condescendeu tambem, mas com repugnancia. Correram e de repente o cavallo do principe cahiu, levando debaixo o seu cavalleiro. Quando o levantaram, estava já o principe sem fala. Aterrado por esta catastrophe, de que fôra involuntario cumplice, D. João

[1] Parece que era um exercicio em que dois cavalleiros, dando-se uma das mãos, galopavam a par um do outro.

Digitized by Google

D. JOÃO II DIRIGINDO OS PREPARATIVOS DA EXPEDIÇÃO Á INDIA

Digitized by Google

de Menezes fugiu, e só annos depois tornou a apparecer na côrte por ordem expressa de el-rei.

Metteram logo o principe na pobre choupana de um pescador, «que a triste fortuna, diz Ruy de Pina, quiz então fazer novo Paço[1];» avisaram el-rei, avisaram a rainha e a princeza, que partiram logo, desvairadas, a pé, taes como estavam, perfeitamente fulminadas por esta subita e horrivel desgraça. O rei appareceu tambem, e aquella alma, de tempera mais do que varonil, succumbiu completamente, ao vêr já quasi nos braços da morte o filho que tanto amava. Sentou-se, e alli ficou abstrahido, enlevado no principe, sem vêr, sem ouvir o que emtorno d'elle se dizia.

Era o seu filho extremecido, o ente que lhe dava n'este mundo a unica alegria, a consolação unica. Não podia passar um dia sem o vêr, sem conversar com elle, iniciando-o nos mysterios da politica, nos segredos da governação. E tinha-o alli prostrado, exanime, nas palhas de um pobre leito, na choupana de um humilde pescador!

Bem diz Victor Hugo:

Oh! les cœurs de lion sont les vrais cœurs de père

O principe não falava; quando a rainha e a princeza chegaram, por mais doces palavras de carinho e de amor que lhe dissessem, não deu o principe signal de vida. E tinha comtudo alli a esposa, que tanto amava, a mãe que o extremecia!

Era tão doloroso o espectaculo, que os fidalgos, apezar do seu odio secreto a el-rei, não podiam deixar de chorar, esquecendo tudo, n'aquella angustia suprema. Por toda a parte, em Santarem, se faziam preces e procissões; el-rei, recobrando-se emfim da atonia, e comprimindo a sua dôr com a vontade de ferro, que um instante o desalento lhe vergára, rodeado de todos os seus medicos, fazia executar o tratamento, e incitava-os a que procurassem salvar o principe tão caro. Ai! os esforços da sciencia humana eram impotentes, ainda que a sciencia estivesse n'essa época mais adeantada do que estava!

Toda essa noite e o dia seguinte alli estiveram os tres desgraçados, sem poderem descravar os olhos do ente querido que lhes fugia; afinal, ás nove horas da noite, os medicos fizeram sentir respeitosamente a el-rei que a morte já vinha proxima, que nenhum esforço humano lhe podia suspender os passos. A princeza D. Izabel não se podia separar do marido que tanto amor lhe merecêra, e que tão pouco gozára: o rei e a rainha, ajoelhando-se, cada um do seu lado, junto do corpo quasi cadaver, apertaram-lhe muito ao peito os braços já cahidos e frouxos; depois el-rei beijou-o na face, e chegou-lhe a mão direita á bocca, deitando-lhe a ultima benção. A mãe, a pobre mãe, que sentia fugir-lhe a alma com a alma do filho, voltando a elle n'um impeto de cégo amor, que tão bem se comprehende, descobriu-lhe o peito, e, sem poder articular uma palavra, beijou-lh'o repetidas vezes no sitio em que o coração já não pulsava quasi. Pobre rainha angustiada, que diadema, por mais esplendido que fosse, a podia consolar de não sentir de encontro aos labios as pulsações d'esse coração que ella formára, e ao qual ligára todas as suas esperanças de porvir!

Sahiram pois, e o rei, ao chegar á porta da pobre choupana, voltou-se e disse apenas: *Ahi vos fica o principe meu filho!* Não poude dizer mais. Suffocavam-n'o as lagrimas e os soluços. Chorava, chorava com angustia immensa, o assassinio do duque de Vizeu! Ó Provi-

[1] *Chronica de el-rei D. João II*, cap. 5o p. 132.

Digitized by Google

dencia, que punições reservas nos teus insondaveis decretos![1]

Foram para umas casas, que ficavam na ribeira, e que pertenciam a um sujeito por nome Vasco Palha. Não tardou a chegar a el-rei a noticia que elle esperava da morte de seu filho, e, querendo mostrar-se emfim o varão forte que sempre fôra, procurou confortar a rainha e a princeza; mas debalde, porque elle precisava mais de conforto ainda do que os outros. E era um espectaculo tristemente doloroso o d'esse pae, o d'essa mãe tão pungidos por um golpe cruel, que procuravam, sem o conseguirem, confortar-se reciprocamente. E quem foi que os veiu amparar? Foi a duqueza de Bragança, a viuva do decapitado de Evora, que soube cumprir, n'esse doloroso ensejo, a mais grandiosa maxima do Evangelho: Perdoar!

Morreu o principe D. Affonso no dia 13 de julho de 1491, nascêra em Lisboa no dia 18 de maio de 1475: tinha por conseguinte pouco mais de dezeseis annos, e fôra casado pouco mais de sete mezes. Enterrou-se na Batalha ao lado de seu avô D. Affonso V, e devemos pensar que ou uma hypocrisia immensa cobria o reino inteiro com as suas rêdes repugnantes, ou que era o principe herdeiro da corôa um dos mais sympathicos, um dos mais queridos que jámais pousaram nos degráus do throno portuguez. A desolação foi geral, e podia-se dizer, como o nosso grande poeta Antonio Feliciano de Castilho disse d'um outro principe, egualmente affavel, e egualmente pranteado, el-rei D. Pedro V:

> Cada um no seu lar sente um vasio horrendo,
> Como quando, alta noite, a morte andou correndo
> De poisada em poisada o Egypto á voz de Deus!

[1] Esta scena e a descripção que d'ella fizemos inspiraram a Gonçalves Crespo uma admiravel poesia intitulada as *Primeiras lagrimas d'el-rei*, que vem publicada nos *Nocturnos*, e que o grande poeta teve a amabilidade de dedicar ao auctor da presente *Historia de Portugal*.

Mas o que mais é para notar é que não só a duqueza de Bragança, que podia considerar o caso como justa vingança do destino, se mostrou afflictissima, porém até o proprio D. Manuel, duque de Beja, que por morte do filho de D. João II ficava herdeiro da corôa, mostrou grande pezar, que realmente o devia pungir, porque elle e o principe eram desde a infancia companheiros de casa e de mesa. A ambição podia falar mais alto no espirito de D. Manuel, que tinha de herdar do principe a corôa e a esposa, e, comtudo, mostrou-se tão dolorosamente affectado que, repetimos, ou havia n'essa epocha muito hypocrita no reino, ou o principe D. Affonso era, pelas suas virtudes, merecedor das saudades d'um povo inteiro.

Nunca mais a alma energica de D. João II recuperou aquella tempera forte que a distinguia: continuou a reger o Estado com mão firme e segura, mas, frequentes vezes, quando lhe occorria a idéa do filho tão amado, arrazavam-se-lhe os olhos de agua, e o espirito abstrahido parecia conversar, em mudo extasi, com esse meigo espirito que da terra fugira. Pouco depois da morte do filho, disse elle ao sahir da casa, onde bastantes dias se conservára encerrado: «Avisem o principe meu filho para que cavalgue commigo.» Os prantos não o deixaram continuar.

Passaram-se os tempos, e todos julgavam que os cuidados do governo tinham, senão apagado, pelo menos amortecido a dôr paternal, quando um dia, em que D. João II caminhava, acompanhado por luzida cavalgada, voltou-se de subito para o seu sequito, ficou suspenso e correndo os olhos por todos. Perguntaram-lhe se procurava alguem, ou se queria alguma coisa, e elle, com profunda tristeza, respondeu: «Queria vêr o que não vejo, que é o principe meu filho; porque era o meu espelho em

Digitized by Google

que me via, que por meus peccados se quebrou.»

E, voltando o rosto, proseguiu tristemente o seu caminho, com a fronte enrugada pelos cuidados, e a nuvem da saudade a obumbrar-lhe o semblante pensativo!

E o remorso a confundir com a saudade os seus espinhos! Que expiação dos crimes! Que pesada justiça do Invisivel!

CAPITULO XI

Mudanças politicas.— Regresso para Castella da viuva de D. Affonso — Entrada dos Judeus hespanhoes em Portugal

Todas as affeições do rei, depois da morte do principe D. Affonso, se voltaram para um filho bastardo que tivéra de uma senhora fidalga, que se chamava D. Anna de Mendonça. O filho tinha o nome de D. Jorge, e D. João II tudo era procurar legitimal-o, mas não o conseguiu nunca; oppondo-se a isso principalmente a rainha D. Leonor, que não queria vêr seu irmão D. Manuel privado da corôa, que lhe pertencia pela desgraçada morte do herdeiro directo.

Foi isto causa de graves desavenças entre os dois esposos, que a morte de um tão estimado filho parecia dever ter unido ainda mais. Comtudo o animo, facilmente irritavel, de D. João II, não podia supportar os obstaculos, com que sua esposa se oppunha ao seu projecto mais querido, e ella não se podia resignar a vêr o filho do adulterio elevado ao throno que pertencia ao legitimo.

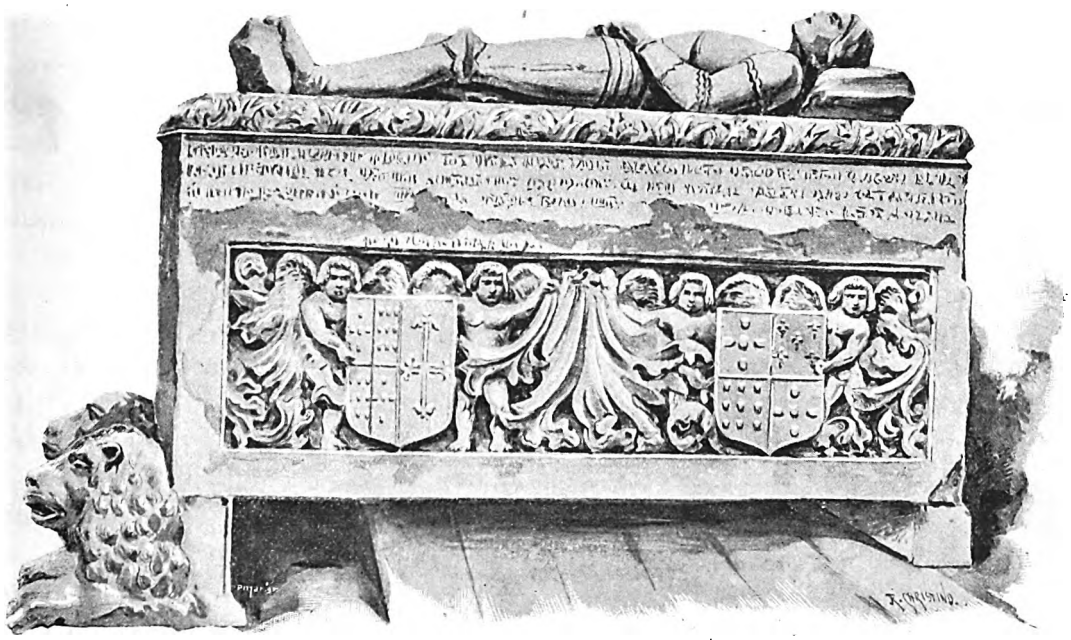
Começou a discordia por um acto, aliás bem intencionado de el-rei. O seu filho D. Jorge fôra creado longe da côrte, debaixo da vigilancia de sua tia D. Joanna, que foi depois Santa Joanna; mas, quando esta morreu, el-rei pediu, quasi com humildade, á rainha, se consentia que elle viesse á côrte. D. Leonor, esquecida das passadas offensas, e desejosa de agradar ao marido, consentiu e recebeu D. Jorge com todo o carinho, tractando-o como a filho. Quando morreu D. Affonso, el-rei, temendo que a vista de D. Jorge augmentasse o desgosto de sua esposa, ordenou-lhe que se afastasse da côrte. A rainha suspeitou pelo contrario que D. João II fazia isso, porque não julgava o filho em segurança, temendo-se d'ella e de seu irmão. Portanto mostrou-se muito aggravada, e começou d'aqui a prolongada discordia.

El-rei procurava conciliar ao seu partido os nobres do reino: achava porém em todos, senão resistencia aberta, pelo menos uma inercia indicativa da sua repugnancia em auxiliarem-n'o. Afim de dar mais força ao partido do seu bastardo, conseguiu do papa Innocencio VIII que lhe permittisse investir na cabeça de D. Jorge os mestrados d'Aviz e de Santiago. Assim foi, celebrando-se a ceremonia no dia 12 de abril de 1492.

Antes d'isso, porém, déra-se um facto que redobrára os desgostos de D. João II. Morto o principe D. Affonso, e tendo ficado viuva a princeza D. Izabel, seus paes, que, como dissemos, a extremeciam, quizeram ao menos colher d'esse infortunio a dita de terem sua filha junto de si. Fôra essa uma das condições

Digitized by Google

das escripturas do casamento, e os reis catholicos reclamaram o cumprimento d'ella. Partiu pois para Hespanha a princeza D. Izabel, e foi ter com seus paes, que estavam concluindo a conquista da Granada. «O seu dote, diz-nos Prescott, excedera o que se dava habitualmente ás infantas de Castella, uns quinhentos marcos de ouro e mil de prata, e a sua guarda-roupa fôra avaliada em cento e



TUMULO DE D. JOÃO DE ALBUQUERQUE, EM S. DOMINGOS DE AVEIRO

vinte mil florins de ouro[1].» Ainda a princeza tinha de voltar a Portugal, porque foi ella a primeira mulher d'el-rei D. Manuel.

D. João II acompanhou-a até Ponte de Sôr «d'onde el-rei, diz Ruy de Pina, apartado só por um soveral, deu a todos os que o viam claros signaes de dobrada tristeza[2].» Affeiçoára-se extremamente á sua gentil nora, e ia voltar para os Paços, onde se via só, porque o desgraçado negocio da legitimação de D. Jorge erguia entre elle e sua mulher uma barreira insuperavel. As agonias eram muito fortes para um coração, por mais robusto que elle fosse; tambem nunca mais o rei teve saude. Ou em consequencia das afflicções que o haviam pungido, ou de veneno que lhe dessem, ou, o que é mais natural ainda, das consequencias do antigo envenenamento, quasi incontestavel, pelas aguas da *Fonte Coberta*, a verdade é que el-rei andava sempre em desmaios e afflicções, sendo obrigado pelos medicos a beber vinho de que até então nunca fizera uso.

A situação de espirito de D. João II depois da morte do filho, descreve-a bem Ferdinand Denis no seguinte periodo:

«A partir da época, em que se realisou este acontecimento tão desastroso para D. João II, visivel mudança se manifestou nas relações que esse principe teve com a rainha, cujas nobres qualidades e alta prudencia tanto apreciava, mas cuja vontade perseverante parece ter receiado, nos ultimos annos da sua vida. Preoccupado com a idéa de fazer subir ao throno um filho illegitimo, para

[1] *History of the reign of Ferdinand and Izabella.* vol. 1.° pag. 345.

[2] *Chronica d'el-rei D. João II*, cap. 55, pag. 142.

Digitized by Google

o qual transferira toda a sua ternura, não viu sem desgosto as tentativas de D. Leonor para assegurar o throno a seu irmão. Logo Izabel de Castella quiz tornar a vêr junto de si a joven esposa afflicta, que nada mais podia reter em Portugal: os cuidados do reino poderam preoccupal-o ainda, mas a politica deixou de exercer sobre elle o imperio que até ahi exercia.»

Comtudo teve ainda occasião de mostrar que em todos os seus actos, quando a paixão ou a lucta o não exacerbava, se deixava guiar pela mais alta e mais esclarecida razão, como se prova pelo seu procedimento com relação aos Judeus, que vinham fugindo da proxima Hespanha.

Não vêmos então ainda, nem poderiamos vêr, o principio abstracto da tolerancia inaugurado na politica de D. João II; seria ir muito além do seu tempo, mas o que vêmos é o fanatismo vencido e subjugado pelas considerações mais elevadas das vantagens politicas, dos sãos principios administrativos.

Os louvores que D. João II merece n'esta circumstancia, são tanto mais insuspeitos, quanto o seu chronista Ruy de Pina, que não cessa de o louvar. desculpando-lhe as crueldades, attenuando-lhe os crimes, d'esta vez não refreia a sua indignação, e censura asperamente el-rei pela sua peccaminosa tolerancia. Accrescenta mesmo o digno chronista que alguns conselheiros de el-rei, em quem a consciencia podia mais que a lisonja, ousaram reprehendel-o em pleno conselho por se mostrar clemente com os Judeus e não seguir o exemplo dos seus visinhos! Que santos varões aquelles! Mudos, quando se tractára de assassinar juridicamente o duque de Bragança, e extra-judiciariamente o duque de Vizeu, erguiam a voz austera quando o caso sujeito á sua decisão versava sobre o tractamento benigno dos Judeus!

Já se vê, por conseguinte, que D. João II era muito mais illustrado do que os seus contemporaneos, e que o seu vulto se erguia grandioso acima dos pygmeus que o cercavam.

Havia muito tempo que os Judeus de Castella estavam sujeitos a um regimen insupportavel; a rainha Izabel, entre tantas brilhantes qualidades que a illustravam, tinha um defeito que empanava o fulgor de todos os seus predicados, o fanatismo. Fernando era peior ainda, era supersticioso e avarento. Estavam mal por conseguinte os Judeus com estes dois soberanos, aliás tão beneficos para a Hespanha, porque tinham as duas qualidades que mais depressa poderiam attrahir sobre elles os raios fulminados pela corôa: eram ricos, e não seguiam a lei de Christo.

Posto que sujeitos a leis aviltantes e oppressoras, os Judeus, como vimos, tanto em Castella como em Portugal, haviam adquirido uma legitima preponderancia pela sua intelligencia e a sua illustração superiores, e pelas suas muitas riquezas. O povo christão odiava-os, é verdade; mas os reis, que frequentemente precisavam d'elles, protegiam-n'os tambem contra esse odio, e o perigo mais sério que os desgraçados filhos da raça hebraica podiam temer era o das sublevações populares, punidas ás vezes, até com bastante severidade, pelos monarchas.

Izabel I tivéra comtudo por confessor nos primeiros annos da sua adolescencia Torquemada, e este homem, cujo nome se tornou o symbolo odioso da intolerancia, levava o fanatismo verdadeiramente a extremos de insania. Imaginem que idéas elle poderia introduzir no animo da sua joven penitente, e como conseguiria destruir os effeitos beneficos da sua naturalmente humana disposição.

Não foi difficil, pois, a alguns fanati-

Digitized by Google

cos dominicanos, ordem que sempre se tornou conspicua em toda a parte por uma inacreditavel intolerancia e ignorancia, ordem que conservava zelosamente as tradições do seu fundador S. Domingos de Gusmão, não lhe foi difficil, principalmente quando o ardor pela fé se reaccendeu mais vivido com a guerra de Granada, excitar os reis catholicos a fundarem, ou antes a restaurarem na Hespanha o santo officio. Effectivamente esse tribunal infame, creado em França em 1233 durante o reinado de S. Luiz, cuja auréola de incontestaveis virtudes esta nodoa bastante escurece, e durante o pontificado de Gregorio IX, adoptado depois na Allemanha e na Italia, foi transplantado para o Aragão em 1242. Quiz-se attribuir a S. Domingos de Gusmão a idéa d'este tribunal, de que os frades da sua ordem foram sempre e em toda a parte os principaes sustentaculos; essa honra não lhe pertence, porque o santo officio só foi instituido depois da sua morte. Mas o padre Lacordaire, o illustre dominicano, que tentou debalde reconciliar com as idéas justas e liberaes do presente seculo as tradições sanguinarias da egreja, não salvou a honra de S. Domingos, demonstrando claramente o facto que apontâmos. Se elle não foi o fundador do tribunal, foi o seu espirito fanatico e feroz, que esteve presente sempre ás decisões do santo officio.

Creado contra os hereges do seculo XIII, Albigenses e outros, quando as heresias foram em grande parte destruidas, entenderam os piedosos catholicos que o deviam voltar contra a raça indefesa dos Judeus. Alonso de Ojeda, prior do mosteiro dominicano de S. Paulo em Sevilha, e Diogo de Merlo, auxiliados pelo legado do papa Nicolo Franco, tanto instaram com a rainha Izabel, que esta, apezar do seu natural bom senso se revoltar contra a creação d'um tribunal assim, deixou-se vencer pelos escrupulos da sua timorata e illudida consciencia, e, por uma bulla de Xisto IV, de 1 de novembro de 1478, a Inquisição foi fundada em Castella.

Não é intenção nossa seguirmos a historia d'este tribunal no reino visinho; póde facilmente o leitor imaginar que terrivel flagello cahiu sobre esse paiz, ao lembrar-se de que os amplissimos podêres, que a Inquisição disfructava, foram logo no principio exercidos por um homen tal como fr. Thomaz de Torquemada!

Tambem Fernando quiz restaurar nos seus dominios patrimoniaes do Aragão o Santo-Officio, cahido em desuso. Os Aragonezes protestaram energicamente contra isso; apesar de tudo, Fernando o Catholico insistiu, e um dominicano, fr. Gaspar Juglar, e Pedro Arbués d'Ecila, conego da sé metropolitana de Saragoça, foram collocados á testa da Inquisição d'essa diocese, succursal da de Castella, que tinha, como sabemos, fr. Thomaz de Torquemada por inquisidor-mór.

As barbaridades commettidas em Castella renovaram-se no Aragão, e um dos inquisidores, Pedro Arbués, tornou-se por tal fórma odioso, que os Aragonezes resolveram a todo o custo livrar-se d'elle. Conspiraram, poderam emfim encontral-o á meia noite na egreja, e assasinaram-n'o. O meio era máu, e as represalias mais legitimas nunca justificam um assassinio. O que resultou d'ahi? Resultou que os reis, em vez de recuarem deante d'esta formidavel manifestação do desagrado popular, tomando, pelo contrario, o caso a peito, como envolvendo, juntamente com o crime, um desacato á auctoridade soberana, estabeleceram a Inquisição radicada ainda em mais solidos fundamentos. Ao mesmo tempo a Egreja aproveitou com enthusiasmo o ensejo de juntar mais um nome á lista dos martyres, e S. Pedro

Digitized by Google

de Arbués, o assassino assassinado, canonizado em 1644 pelo papa Alexandre VII, figurou no kalendario, e nós todos, piedosos catholicos, temos de curvar o joelho perante o inquisidor que espalhou a desolação n'uma cidade inteira.

É assim que a Egreja se desauctoriza, é assim que se torna inconciliavel com a razão humana, porque até ousa desmentir a historia, que, serena e impassivel, conta simplesmente os factos como elles se effectuaram.

Quatorze annos esteve a Inquisição em Hespanha, fazendo victimas e espalhando o terror entre a pobre raça hebraica, até que afinal ainda não satisfeito o fanatismo dos reis Fernando e Izabel com o impolitico estabelecimento de tão nefasto tribunal, projectaram expulsar os Judeus dos seus Estados, privando-se assim voluntariamente elles, os politicos habeis, que tanto haviam procurado restituir a prosperidade ao reino empobrecido, d'uma raça industriosa, rica e intelligente, cuja partída devia forçosamente produzir um abalo enorme no paiz que deixavam.

Aterrados com a noticia de que se tramava contra elles, os Judeus cotizaram-se e offereceram aos reis Catholicos a somma redondâ de trinta mil ducados para que os deixassem em paz. Apezar da Inquisição e dos seus insuportaveis flagicios, tal era o affêrro da pobre raça proscripta ao paiz que a havia adoptado, que não se podiam resignar á idéa de o desampararem.

Fernando e Izabel tiveram um lampejo de razão, e estiveram meio resolvidos a acceitar a proposta, mas Torquemada, entrando no aposento onde elles discutiam as condições da amnistia com o emissario dos Judeus, atirou para cima da mesa um crucifixo, exclamando: «Judas vendeu Christo por trinta dinheiros, Vossas Altezas querem vendel-o por trinta mil; ahi o têem, realizem o mercado.» E, deixando o crucifixo em cima da mesa, sahiu! Esta apparição theatral, este gesto emphatico, este sophisma absurdo subjugaram o animo, aliás tão esclarecido, de Fernando e Izabel. A sentença do exilio assignou-se definitivamente em Granada no dia 30 de março de 1492. Ordenava que todos os Judeus sahissem do reino antes do fim de julho, e até então era expressamente prohibido maltractal-os, ou roubal-os. D'esse praso em deante não só deixavam de estar as suas pessoas e as suas propriedades debaixo da protecção da lei, mas era até prohibido soccorrel-os, ou protegel-os. Podiam entretanto vender as suas propriedades, e levar as suas riquezas comsigo, mas não em ouro nem em prata, só em letras de cambio ou n'outras mercadorias, cuja sahida não fosse defeza pelas leis.

«A sentença do exilio, diz Prescott, cahiu como um raio sobre a cabeça dos Israelitas. Uma grande porção d'elles tinham conseguido esquivar-se ao olhar investigador da Inquisição, affectando a maior veneração pelas fórmas do culto catholico, e abstendo-se discretamente de tudo quanto podesse offender os prejuizos dos seus irmãos do Christianismo. Tinham até alimentado a esperança de que a sua lealdade inabalavel, e um socegado e constante desempenho dos seus deveres sociaes, lhes asseguraria, com o tempo, immunidades mais amplas. Muitos haviam attingido a um alto grau de opulencia por meio da dextreza peculiar da sua raça, e essa opulencia ligava-os mais fortemente ao paiz em que residiam. As suas familias estavam habituadas a todas as elegancias e commodidades da vida, e a sua riqueza e a sua educação muitas vezes as levavam a occuparem-se com trabalhos intellectuaes, que ennobreciam o espirito sem duvida, mas que as tornavam pessoal-

Digitized by Google

mente mais sensiveis aos incommodos physicos, e menos proprias para arrostarem os perigos e as privações da sua assustadora romaria. A massa do vulgo entre elles occupava-se tambem em varias artes manuaes, com uma dextreza que lhes dava para terem mais conchego, mais bem-estar do que as classes analogas n'outras nações, as quaes podiam promptamente ser arrancadas do solo a que a ventura as arrojasse, com um sacrificio de interesses locaes comparativamente muito menor. Estes laços de repente se despedaçavam todos. Deviam sahir como exilados da terra do seu nascimento, a terra, onde todos os que amavam tinham vivido ou morrido, a terra, não tanto adoptiva como hereditaria, que tinha sido por seculos a patria dos seus antepassados, e a cuja prosperidade e gloria estavam por conseguinte tão associados como quaesquer outros Hespanhoes. Deviam por conseguinte ser lançados sem ajuda nem defeza com um estygma infame, entre nações que sempre lhes tinham mostrado odio e escarneo[1].»

Viam-se por conseguinte os Judeus n'uma situação dolorosissima. Além do profundo dissabor que sentiam ao terem de largar a terra a que os prendiam tantos affectos, tantos interesses, accresciam ainda as disposições do decreto, que os punha completamente á mercê dos Christãos, e lhes apresentava a perspectiva de terem de sahir roubados, pobres e miseraveis, para irem procurar a morte quasi inevitavel n'uma terra estranha. Com effeito, embora se declarasse no decreto que os Judeus podiam levar as suas riquezas, todas as disposições tendiam a annullar essa determinação, e a tornal-a irrisoria.

Em primeiro logar, prohibia-se que levassem os seus bens em ouro ou prata, permittindo-se-lhes as lettras de cambio. Mas n'esse tempo, em que as relações commerciaes estavam muito menos desenvolvidas do que o estão agora, como era possivel obter-se de subito lettras de cambio no valor enorme que deviam representar as propriedades de cento e sessenta mil pessoas, que tantos foram, segundo os melhores calculos, os Judeus expulsos da Hespanha, posto que Llorente os faça subir a oitocentos mil, o que é inverosimil? E note-se que entre essas cento e sessenta mil pessoas, quasi todas mais ou menos abastadas, contavam-se as familias mais ricas da pe-

AYRES DA SILVA (O DA GRACIOSA)

[1] *History of the reign of Ferdinand and Izabella*, vol. 1.º, pag. 369.

Digitized by Google

ninsula. Depois, sendo uma lei invariavel de economia politica que diminue a procura quando augmenta a offerta, por que preço venderiam os Judeus as suas propriedades, correndo todas ellas á praça no limitado espaço de quatro mezes?

Mais ainda, sabendo-se que, depois de julho, perderiam os Judeus todo o direito ás suas propriedades na Hespanha, quem iria dar uma quantia mais ou menos rasoavel por esses bens, que d'ahi a mezes poderia obter de graça? Succedia que, segundo asseveram os chronistas contemporaneos, se davam frequentes casos n'este genero; um predio trocava-se por um jumento, uma vinha por uma andaina de fato.

Parecia que, por meio d'estas ignobeis perseguições, conseguiria Izabel o seu fim, que era converter á fé christã os Judeus reduzidos á miseria extrema, e ao extremo desespero. Mas acontecia o contrario, como era facil de suppôr pelo estudo attento da historia, se n'esse tempo se soubessem da historia aproveitar as licções: a perseguição despertava o enthusiasmo, o infortunio retemperava a piedade, a insania abjecta da intolerancia acordava essa loucura sublime a que os primeiros Christãos chamavam a loucura da Cruz, e que se podia chamar agora a loucura do Talmud; os algozes provocavam os martyres. Aquella raça, mesquinha, interesseira e timida no seu viver quotidiano entre os Christãos, assumia agora uma grandeza notavel, mostrava desprendimento dos bens terrenos, e ancia do martyrio. Foram as perseguições dos cesares romanos que deram ao Christianismo mais vida e mais vigor: as perseguições dos soberanos christãos, a Inquisição e o seu cortejo de torturas, contribuiram, talvez ainda mais do que as tendencias do espirito semitico, para esta perseverança, quasi incrivel, da crença judaica no meio de um mundo affeiçoado todo por outros moldes religiosos.

Acontecia pois que debalde os padres christãos prégavam em toda a parte, incitando os Judeus a converterem-se, promettendo-lhes em recompensa todos os bens possiveis da terra e do paraizo! Do outro lado, os rabbinos exaltados lembravam as grandes scenas da historia da raça de Judá, mostravam Deus velando sempre pelo seu povo, e excitavam os crentes a encetarem o caminho do exilio, a trilharem a senda das peregrinações d'outr'ora, a terem emfim um novo Exodo, com a certeza de que lhes não faltaria a columna de fogo, se lhes faltasse Moysés.

O mais certo comtudo eram as privações e a morte. Sabiam-n'o os Judeus, e apezar d'isso seguiam os seus rabbinos, «não querendo, diz Ruy de Pina, com sua damnada dureza converter-se á fé[1]». Bernaldez, cura de Los Palacios, na historia manuscripta de que Prescott se serviu, classifica de perfidia, incredulidade, e insupportavel teima, o que nós chamaremos hoje heroica abnegação.

Procuraram os pobres proscriptos fugir por conseguinte para toda a parte onde suspeitavam que não seriam mal recebidos. Uns, julgando que os Mouros africanos seriam tolerantes como os seus correligionarios de Granada, embarcaram em Cadix para Arzilla, e d'Arzilla internaram-se na Barbaria. Mas os Mouros tractaram-n'os não menos desapiedadamente do que os Christãos. Roubaram-lhes o ouro e a prata que elles tinham conseguido levar escondidamente, violaram-lhes as mulheres e as filhas, e taes tractamentos lhe fizeram emfim, que os Judeus, reduzidos a extremos de desesperação, preferiram voltar a Arzilla e receber esse baptismo odiado, a que ti-

---

[1] *Chronica d'el-rei D. João II*, cap, LXV. pag. 173.

Digitized by Google

nham sido compellidos por tão repugnantes meios.

Outros foram para a Italia, desembarcando a maior parte d'elles em Napoles; mas os capitães dos navios, que os roubavam escandalosamente, tinham'os accumulado de tal fórma nas embarcações, e em condições tão pouco hygienicas, que a peste, desenvolvendo-se entre elles, com elles se introduziu em Napoles, onde matou mais de vinte mil pessoas. Fugiram outros para a Turquia, e para o Levante, que enriqueceram com a sua industria, a ponto de dizer o Sultão Bajazet: «E alcunham-se de bons politicos os soberanos que assim empobrecem os seus Estados para opulentarem os meus!» O desprêso d'um barbaro era o merecido castigo da iniqua e estupida medida de Fernando e Izabel.

Uma grande porção do povo passou a França e a Inglaterra, mas a maior parte lançava os olhos para Portugal, que lhes ficava tanto á mão, e onde poderiam pelo menos esperar ensejo de passarem commodamente ao utras partes menos eivadas de fanatismo.

Bem desejavam elles ficar em Portugal, mas temiam que o fanatismo, que cegava Fernando e Izabel, tambem não houvesse poupado o animo esclarecido de D. João II. Mandaram-lhe offerecer comtudo uma grande somma de dinheiro, para que os deixasse esperar no seu reino ensejo propicio de passarem a Africa.

Estava em Cintra el-rei, quando reuniu o conselho para deliberar sobre esse caso; mas, antes d'abrir a discussão, mostrou-se logo muito inclinado a fazer aos Judeus o que elles pediam. «A que os mais, escreve Ruy de Pina, vendo já a sua determinação ir deante do conselho, proposto o inteiro conhecimento da verdade, sómente por lhe comprazer se inclinaram e a approvaram. E porém este erro entre os discretos e prudentes, especialmente nas coisas graves, sempre aos reis e principes se estranhou, e julgou por certa quéda de reinos e senhorios; porque menos é, e menos reprehensão merece o que as coisas faz sem conselho que contra conselho. E porém alguns, em que havia juizo limpo, e d'alguma paixão não corrupta, despresando lisonjaria ou temor que a outros guiavam substancialmente o contradisseram[1]».

Ora vejamos o que allegaram estes sujeitos *de juizo limpo e de paixão não corrupta*. Disseram os illustres fanaticos, applaudidos pelo honrado Ruy de Pina, que escrevia no tempo do sr. D. Manuel o *Grande*, o qual arrancava os filhos ás mães, disseram pois que Portugal fôra sempre celebre pela fidelidade dos subditos aos reis, e pela pureza da sua fé, e que já que, por infortunio, durante o seu reinado se quebrantára a antiga lealdade, de que os Portuguezes blasonavam, com as repetidas conspirações, que fôra necessario subjugar, que ao menos a pureza da fé se conservasse illibada. E não sabemos com que direito, accrescentavam os prudentes e sentenciosos varões, vos podereis chamar Defensor da Fé, fazendo de vossos reinos coito e seguro porto aos tão inimigos d'ella. Pelo qual nosso conselho seria, se vossa determinação o permittisse, que de tão vergonhoso proveito e *falsa piedade* vos escusasseis; ao menos, com vossa escusa e negação póde ser que estes Judeus perseguidos de suas naturezas e desesperados já de salvação para os corpos a podessem receber e requerer para as almas. E que se esse duro callo, de sua antiga e errada porfia, com agua nos velhos inteiramente não amolleça, não é de duvidar que nos moços e meninos seus filhos, em que a carne e inclinação é molle, aproveitará de todo[2]». E era para darem estes ignobeis conselhos, que os cor-

[1] *Chronica d'el-rei D. João II*, cap. LXV, pag. 174.
[2] Ibid., pag. 175.

Digitized by Google

tezãos largavam uma vez os habitos lisongeadores, e falavam com entono e altiva severidade! Era por isso que os exaltava Ruy de Pina! Felizmente D. João II foi, mais do que elles, illustrado e piedoso, e, não fazendo caso de taes e tão estupidas advertencias, permittiu aos Judeus, impondo-lhes um tributo de tantos cruzados por cabeça, que entrassem no reino, e que se demorassem aqui durante um praso de oito mezes, para passarem a Africa, permittindo até a bastantes, artistas dextros, que estabelecessem a sua residencia no reino, d'onde os havia de expulsar, com applauso de Ruy de Pina, o successor de D. João II, o excelso senhor rei D. Manuel!

O mesmo historiador conta ainda, como justo castigo da Providencia, que a peste entrou no reino com os Judeus emigrados.

Era ainda um resultado da crueldade de Fernando e Izabel: as mesmas causas que produziam no mar a peste que os Judeus levaram para Napoles, a produziam em terra no caminho da emigração, onde os pobres proscriptos não encontravam abrigo, nem amparo, nem caridade.

«Nem elles ficaram *sem um piedoso estrago*», accrescenta Ruy de Pina, com uma barbaridade que revolta o senso moral, contando que muitos foram encontrados mortos ao desamparo pelas estradas. Parece impossivel que estas duas palavras *piedade* e *estrago* se possam associar! Não censurariamos tão asperamente o chronista fanatico, se não vissemos que no seu tempo, e do alto do throno, um homem illustre lhes dava a elles todos e á Europa uma grande licção de tolerancia e de sã politica. Ufanêmo-nos com isso, que o merece. Ao passo que o fanatismo impéra em Hespanha, ao passo que Fernando e Izabel, tão exaltados pelos historiadores, estampam na chronica do seu reinado duas maculas indeleveis, a do estabelecimento da Inquisição, e a da expulsão dos Judeus, em Portugal, um soberano, que a Europa conhece muito menos, lava as nodoas do seu reinado com este acto, que basta para redimir muitas faltas. Sim! D. João II foi cruel, foi atroz nas suas vinganças; mas esse excesso de energia foi a degeneração de um predicado, degeneração a que a imperfeita humanidade nunca se esquiva; muito porém se deve perdoar ao homem que, superior ao fanatismo do seu tempo, soube inscrever no seu codigo politico a palavra *tolerancia,* palavra que tão depressa haviam de apagar os successores pigmeus d'este monarcha gigante.

Digitized by Google

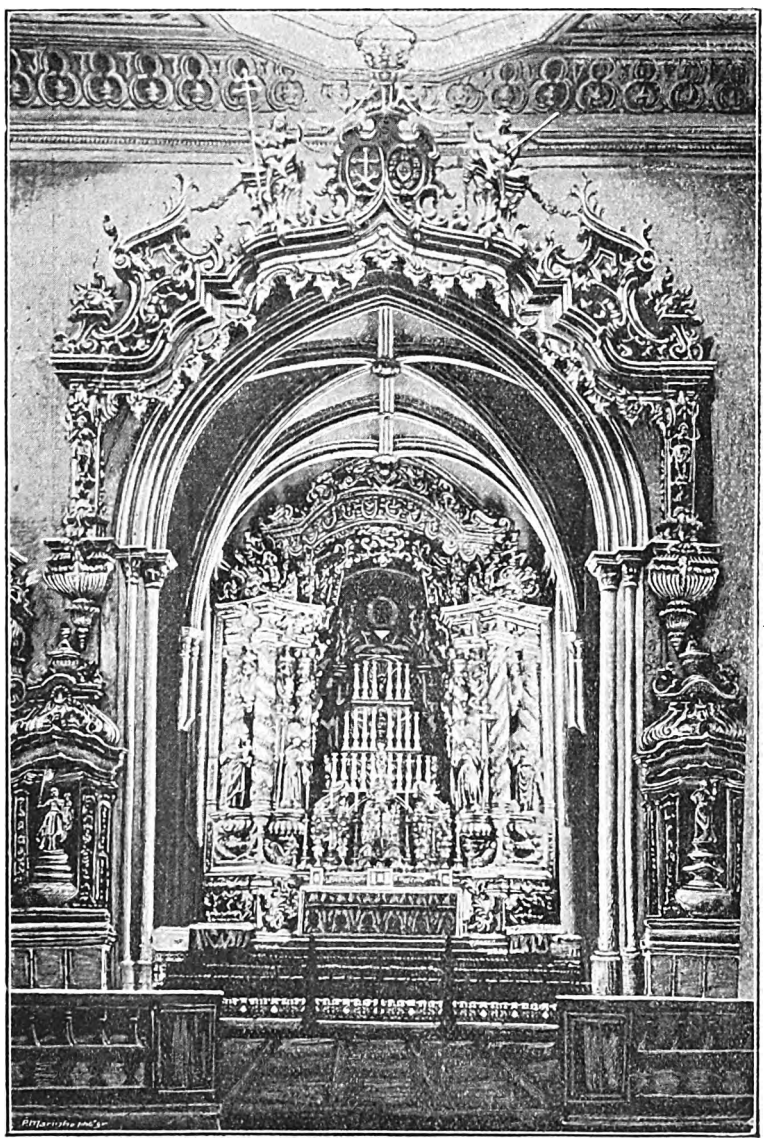
CAPITULO XII

Chegada de Christovam Colombo a Lisboa

Antes que este principe, escreve Ferdinand Denis, fatigado do seu officio de rei, fosse morrer a uma pequena cidade isolada do seu reino, foi marcado o seu governo por um acontecimento memoravel, em que então se fez pouco reparo, mas que ia mudar a face do mundo, e cujo alcance D. João adivinhou. Um pobre Italiano, que viera outr'ora a Portugal, um inventor de projectos que por ahi estivéra em 1486[1], desembarcou em Lisboa, voltando de Guanahani, com ouro, com Indios, com palmas ainda verdejantes, que diziam a sua maravilhosa peregrinação.»

Este pobre Italiano, este inventor de projectos, era Christovam Colombo, o descobridor da America.

«Entre os estrangeiros, diz Robertson, que a fama dos descobrimentos, feitos pelos Portuguezes, attrahira ao seu serviço, estava Christovam Colon ou Colombo, subdito da republica de Genova. Nem o tempo nem o logar do seu nascimento são conhecidos com certeza, mas descendia de honrada familia[1], posto que reduzida á indigencia por varios infortunios. Tendo os seus avoengos seguido a vida maritima, Colombo mostrou, logo na primeira mocidade, a indole peculiar e os talentos que destinam um homem para essa profissão. Seus paes, em vez de se oppô-



CAPELLA MÓR DA EGREJA DE S. FRANCISCO DE GUIMARÃES

[1] Engana-se F. Denis. Christovam Colombo sahiu de Portugal em 1484.

[1] Prescott suppõe que não seria muito nobre a sua familia, porque o filho de Colombo, na biogra-

Digitized by Google

rem a essa tendencia do seu espirito, parecem tel-a animado e confirmado, pela educação que lhe deram. Depois de adquirir algum conhecimento do idioma latino, unica lingua em que a sciencia n'aquelle tempo se ensinava, instruiu-se em geometria, cosmographia, astronomia e desenho.

Applicou-se a estas artes com tal ardor e predilecção, por causa da sua ligação com a nautica, seu objecto favorito, que avançou com rapida proficiencia no estudo d'ellas. Assim qualificado, sahiu ao mar na edade de quatorze annos, e começou a sua carreira n'aquelle elemento, que o conduziu a tanta gloria. As suas primeiras viagens foram áquelles portos do Mediterraneo que os Genovezes, seus compatriotas, frequentavam. Sendo isto uma espera demasiadamente estreita para o seu activo espirito, fez uma excursão aos mares do Norte, e visitou as costas da Islandia, aonde os Inglezes e outras nações tinham costume d'ir por causa das pescarias. Como a navegação, em todas as direcções, se tornava agora emprehendedora, caminhou para além d'essa ilha, a Thule dos antigos, e avançou varios gráus para dentro do circulo polar. Tendo satisfeito a sua curiosidade, por uma viagem que tendia mais a alargar o seu conhecimento dos assumptos navaes do que a melhorar a sua fortuna, entrou ao serviço d'um famoso capitão do mar, do seu nome e familia. Este homem, que commandava uma pequena esquadra armada em guerra, e em cruzeiros, algumas vezes contra os Venezianos, rivaes do seu paiz no commercio, tinha adquirido a um tempo opulencia e reputação. Com elle esteve Colombo por varios annos distinguindo-se tanto pelo seu valor, como pela sua experiencia de navegante.

«Afinal, n'um obstinado combate, na altura de Portugal, com algumas caravellas venezianas, que voltavam dos Paizes Baixos carregadas ricamente, pegou fogo no navio a cujo bordo servia juntamente com um dos navios inimigos a que lançára os arpéos. N'esta extremidade terrivel, a sua intrepidez e presença d'espirito não o abandonaram. Atirou-se ao mar, lançou mão d'um remo que fluctuava, e, segurando-se a elle, e aproveitando a sua dextreza na arte da natação, chegou á praia, posto que distante mais de duas leguas, e salvou uma vida para grandes emprezas reservada[1].»

Aqui temos pois Colombo lançado por um desastre na costa de Portugal. Nenhum paiz podia sorrir, melhor do que este, ao seu genio e á sua audacia. Muitos Genovezes, que estavam em Lisboa, aconselharam-lhe que ficasse aqui, e elle, vendo que effectivamente em Portugal é que podia dar largas aos projectos que tinha, condescendeu com isso.

Relacionando-se, como era de esperar pelas suas predilecções, principalmente com os navegadores Portuguezes, veiu Christovam Colombo a casar com uma filha de Bartholomeu Perestrello, donatario de Porto Santo. Com elle passou para a ilha pertencente á familia dos Perestrellos, onde mais facil lhe seria meditar nos seus estudos favoritos, e encetar a sua viagem[2].

Foi Christovam Colombo com frequen-

---

phia que de seu pae escreveu, nada diz com certeza a esse respeito, sendo natural que não deixasse de apresentar os seus pergaminhos, se d'elles se pudesse vangloriar.

[1] Robertson, *History of America*, tomo I, liv. II, pag. 43.

[2] Diz Major que Christovam Colombo casou com Philippa Moniz Perestrello. *Life of the prince Henry*, cap. XIX, pag. 347. E' notavel comtudo que o padre Antonio Cordeiro diga o seguinte: «Superviveu este primeiro capitão á sua mulher primeira, e casou segunda vez com Izabel Moniz... *e d'esta segunda mulher houve só a Bartholomeu Perestrello, segundo do nome*». *Historia Insulana*, tom. I, liv. III, cap. III, pag. 94.

Digitized by Google

cia á costa de Guiné, e adquiriu n'essas viagens muito maior pratica de navegação do que poderia ter adquirido a bordo dos navios da sua patria. Não havia então no mundo marinheiros que estivessem tanto ao facto, como os Portuguezes, das sciencias applicadas á nautica. Como provou o celebre Pedro Nunes, na sua obra *Defensão da carta de marear*, não sahiam nunca de Portugal descobridores, que não soubessem a fundo a astronomia e a geometria, e que não fossem munidos de instrumentos e de cartas. O astrolabio, que o sabio Martim Behaim, juntamente com os judeus Portuguezes Rodrigo e José, medicos e astronomos de D. João II, applicára á navegação, dava ainda ás viagens dos Portuguezes maior segurança, e permittia-lhes aventurarem-se arrojadamente ás solidões do Atlantico[1].

Foi alli, face a face com a magestosa amplidão do Oceano, que a idéa de encontrar a India, caminhando pelo Occidente, afagou mais d'uma vez a imaginação ardente, e entrou no vasto espirito de Colombo. Educado intellectualmente na universidade de Pavia, conhecia o grande Genovez a fundo a litteratura antiga e moderna e não lhe eram estranhas todas as allusões, que se encontram nos differentes escriptores da antiguidade, e do medio evo, a um mundo ignoto, situado para o Occidente, mundo, cujo presentimento vago povoou, como um sonho ridente, a imaginação dos poetas e o pensamento dos philosophos.

[1] Major attribue a invenção da applicação do astrolabio a Behaim. Um erudito escriptor estrangeiro, de passagem, comtudo e como se fosse um facto irrefutavel, fala na collaboração dos astronomos portuguezes: «Por fortuna, iniciaron la marcha de los progresos scientificos aquelles sabios portugueses maestros Rodrigo y Josef, que, asociados al insigne Behem, y bajo los auspicios de D. Juan II, inventaron el astrolabio para navegar por la altura del sol, y las tablas de sus decinaciones.» Ferrer do Couto, *De Oporto a Lisboa*, artigo publicado na *Revista Peninsular*, tom. I, pag. 177 (Lisboa, 1855).

Um dos seus livros favoritos, e que elle com mais frequencia consultava, era a *Imago mundi* de Pedro d'Ailly, onde se encontrava colligido tudo o que os antigos disseram ácerca da existencia das regiões ignoradas, desde os presentimentos d'Aristoteles até aos famosos versos da *Medéa* de Seneca, que principiam:

Venient annis sæcula, etc.

Segundo pensa H. Major, foi esse livro o que mais excitou a imaginação de Colombo. «O exemplar d'esta obra que pertenceu a Colombo, continua o douto escriptor britannico, ainda existe na cathedral de Sevilha, e fórma um dos mais preciosos items da valiosa livraria colligida por seu filho Fernando, e doada á cathedral, com a condição de estar sempre á disposição do publico. Contém muitas notas marginaes da sua propria lettra, mas de importancia comparativamente pequena[1].»

O mesmo presentimento se encontrava nos escriptores anteriores a Colombo, ou seus contemporaneos. Dante, no canto 26 do *Inferno*, dizia:

Non vogliate negar l'esperienza
Dè vostri sensi, ch'è del rimanente,
Diretro al sol, del mondo senza gente

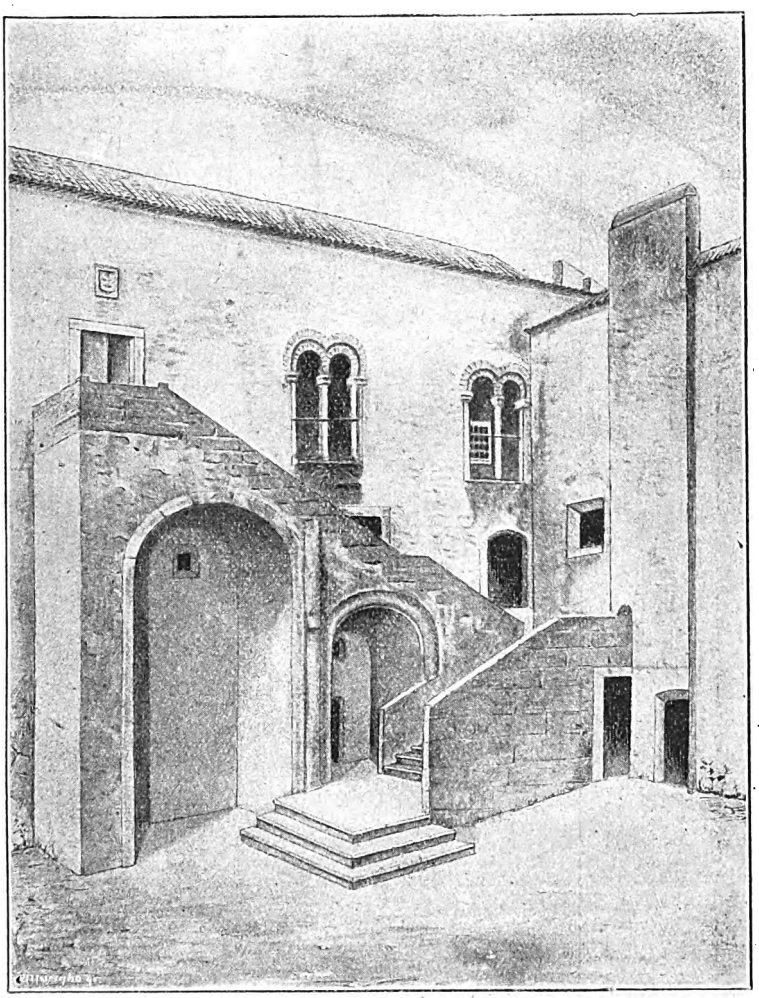
Pulci, no seu *Morgante Maggiore*, canto 25, ainda é muito mais explicito, e põe na bocca do Diabo, dirigindo-se a Rinaldo, a affirmação positiva de que, para além do Oceano, do lado do poente, existe um mundo ainda não descoberto.

Tudo isto fazia scismar Christovam Colombo n'uma coisa, que se tornava incontestavel desde que fosse perfeitamente admittida a esphericidade da terra, isto é, que a India, que ficava para o Oriente da Europa, tambem se poderia encontrar indo pelo Occidente, e que esse no-

[1] *Life of the prince Henry of the Portugal*, cap. XIX p. 349.

Digitized by Google

vo caminho seria muito mais curto do que o procurado pelos Portuguezes. O que o fazia pensar assim eram as relações de Marco Polo e de sir John Mandeville, que davam da grandeza da Asia uma idéa exaggerada. Esse seu calculo era erroneo, como hoje se sabe, e é certo que, se a ventura lhe não põe a America no intervallo como um obstaculo, os acontecimentos davam razão ás desconfianças de D. João II e dos seus astronomos.



PATEO DO CASTELLO DE ALVITO

A tudo isto juntava-se uma outra razão, que parecia a Colombo decisiva: era impossivel, pensava elle, que o Oceano se extendesse tão longe para o poente, sem que defronte da Europa houvesse uma região que fizesse, para assim dizermos, contrapêso ao continente europeu.

Em tudo isso pensava elle quando, sósinho nas praias do Porto-Santo, passeiava cravando olhos longos nas vagas, que desdobravam no horisonte a sua cortina espumea. O tracto com os navegadores Portuguezes ainda mais o confirmou n'essa supposição. Os papeis de seu sogro, e as relações dos marinheiros com quem falava, robusteciam cada vez mais a convicção que o possuia. Um piloto, Martim Vicente, disse-lhe que, navegando a oeste dos Açores, tomára das ondas um pedaço de madeira lavrado artisticamente, posto que não fosse com um instrumento de ferro; o mesmo succedêra a Pedro Corrêa, casado com uma irmã da mulher de Christovam Colombo, que tambem o disse ao Genovez. Os colonos disseram-lhe da mesma fórma que, quando o vento soprava do poente, o mar arrojava-lhes ás praias arvores exoticas, e uma vez até cadaveres de homens de estranhas physionomias.

«O transporte d'aquelles objectos, accrescenta Major, era attribuido á acção dos ventos d'oeste. A verdadeira causa, comtudo, era a corrente da Florida, o Gulf-Stream. Os ventos d'oeste e de noroeste não fazem mais do que augmentar a rapidez da corrente oceanica, prolongar a sua acção para leste até á bahia da Biscaya, e misturar as aguas do Gulf-

Digitized by Google

EXECUÇÃO DO DUQUE DE BRAGANÇA

Digitized by Google

Stream com as do estreito de Davis e da Africa septemtrional. O mesmo movimento do Oceano na direcção oriental, que no seculo xv arrojava bambús e pinheiros ás praias dos Açores e de Porto Santo, deposita annualmente na Irlanda, nas Hebridas e na Noruega, as sementes das plantas dos tropicos, e os restos das cargas de navios que naufragaram nas Indias Occidentaes[1]».

Tinha, pois, a convicção de Colombo tres bases, que seu filho explica na sua biographia, e que Prescott nos expõe da seguinte maneira:

«Primeira, a razão natural, ou conclusões tiradas da sciencia; segunda, auctoridade de escriptores, sommando pouco mais do que vagas especulações dos antigos; terceira, testemunho dos navegantes, comprehendendo, além de rumores populares de terra descoberta em viagens para oeste, alguns restos fluctuantes nos mares europeus e vindos do outro lado do Atlantico[2]».

Era possivel que, n'uma terra como Portugal, onde todos se occupavam mais ou menos de emprehendimentos maritimos, onde havia, mais do que em nenhum paiz do globo, sabios que tinham um profundo conhecimento de todas as especulações geographicas do seu tempo, era possivel, repetimos, que a mesma idéa que salteava o espirito de Colombo, não tivesse occorrido a algum dos nossos pilotos, tão experientes, tão audazes? Occorrêra decerto; parece mesmo que a Terra Nova estava descoberta desde 1463 por João Vaz Cortereal, acompanhado por Affonso Martins Homem, que tinham dado a essa ilha o nome de Terra dos Bacalhaus. É pena que não esteja bem averiguado esse facto, aliás importantissimo, e que provaria que fomos nós tambem os primeiros descobridores da America, sem isso diminuir n'um apice a gloria de Colombo, como lh'a não diminuiram as expedições dos Escandinavos, pela Islandia, ao extremo septemtrional do continente americano, expedições de que elle decerto teve conhecimento, quando fez uma viagem a essa Thule dos antigos, mas que em nada influiram no seu projecto, porque o que elle desejava e procurava era chegar á India pelo occidente, e foi n'esse intuito que navegou, sem o saber, na direcção das Antilhas.

Mas, além d'essa expedição controversa, é certo que os Portuguezes mais de uma vez pensaram em mudar de rumo, e procuraram a India pelo poente. «Antes da subida ao throno de D. João II, diz o visconde de Santarem, Affonso V, seu pae, consultára o famoso astronomo florentino Toscanelli (1474) ácerca da passagem por oeste *para o paiz onde nascem as especiarias*. Temos, pois, n'essa carta de Toscanelli a prova de que os Portuguezes se occupavam, mais de vinte annos antes do descobrimento da America por Colombo, de procurarem uma passagem ao occidente para passarem á India[1].» Mas o impulso dado pelo infante D. Henrique, foi mais forte do que essa nova idéa, e os portuguezes continuaram a navegar, ao longo da costa africana, em direcção ao sul.

Foi tambem a Toscanelli que se dirigiu Christovam Colombo para saber se o seu projecto merecia séria attenção. O sabio florentino approvou-lh'o com toda a intimativa, e, para lhe mostrar quanto era rasoavel e practico, enviou-lhe um mappa, em que a costa da Asia ficava pouco distante da Europa, entre os dois continentes as ilhas de Cipango e de Antilia, de que Marco Polo contava maravilhas.

---

[1] *Life of the prince Henry*, cap. XIX, pag. 349.

[2] *History of the reign of Ferdinand and Isabella*, vol. 1.º, cap. XVI, pag. 356.

[1] *Recherches historiques, critiques et bibliographiques sur Américc-Vespuce, et ses voyages*, p. 240 (Paris 1 volume, edição sem data.)

Digitized by Google

Forte com esta approvação, Christovam Colombo apresentou-se a el-rei D. João II, pouco depois d'elle subir ao throno, e offereceu-se para lhe descobrir um caminho mais curto e mais facil para as Indias Orientaes. El-rei submetteu o projecto ao parecer dos seus astronomos predilectos, os judeus Rodrigo e José, e Diogo Calçadilha, bispo de Ceuta. Singular associação, que, n'essa epocha fanatica, ligava comtudo, como sacerdotes do mesmo culto da sciencia, um bispo e dois judeus!

Este conselho regeitou o plano de Colombo como impraticavel e absurdo. El-rei, não satisfeito com isto, submetteu ainda o projecto á approvação de uma nova junta scientifica e essa nova junta mais uma vez o regeitou.

Assim, D. João II desdenhava um mundo, que o ousado italiano lhe vinha lançar aos pés.

Vejâmos agora as circumstancias attenuantes.

Christovam Colombo tinha inimigos, nem podia deixar de os ter, como todos os homens verdadeiramente superiores.

A influencia d'estes inimigos no conselho não seria decerto limitada. Com um outro inimigo mais terrivel tinha ainda Christovam Colombo que luctar: o preconceito scientifico, e, o que é mais, até certo ponto justificado.

Tinham constantemente os Portuguezes navegado para o sul em demanda do termo da costa africana, para a dobrarem depois e velejarem em direcção á India. Encravára-se-lhes na imaginação a idéa de que por ahi é que podiam attingir o desejado ponto; fôra esse impulso o que o infante D. Henrique lhes déra: as informações colhidas dos Africanos, o mytho de Prestes João, tudo se combinava para os fazer persistir. Vinha um estrangeiro alterar estas idéas geralmente recebidas, mudar o sentido de todas as emprezas: era natural que houvesse contra similhante novidade uma prevenção antecipada.

Mas uma tentativa nada custava, e um povo, que todos os dias enviava caravellas a procurarem paizes ignotos, podia arriscar facilmente mais duas ou tres para irem, debaixo da direcção de Colombo, em demanda de radiosos paizes. Foi n'este ponto que se fez sentir de certo a má vontade dos inimigos de Colombo; mas foi aqui tambem que o Genovez se mostrou impaciente e não esperou a occasião propicia para voltar a insistir.

Sabemos quanto tempo Christovam Colombo seguiu a côrte de Hespanha com pretenções e supplicas sem obter despacho. E quando foi que o obteve? Foi apenas quando, depois da feliz conclusão da guerra de Granada, poderam os reis catholicos dar attenção ás sublimes importunidades do Genovez illustre.

Ora, em Portugal não teve Christovam Colombo a mesma paciencia; não quiz esperar que D. João II houvesse subjugado a nobreza, organizado o reino, e pudesse dar-lhe attento ouvido. Os seus requerimentos foram feitos quando ferviam as conspirações e as repressões arbitrarias, quando o duque de Bragança era executado, quando el-rei, distrahido de tudo o mais, seguia com olhar vigilante os tramas do duque de Vizeu.

Conta Fernando Colon, filho do grande Genovez, e depois todos os biographos do descobridor da America o repetiram baseados n'essa auctoridade, que o que motivou a partida de Colombo da côrte de Portugal foi uma acção indigna que com elle practicaram. Ao passo que lhe desapprovavam o projecto, tentaram arrancar-lhe o segredo do modo como entendia realizal-o e, mysteriosamente, mandaram uma caravella procurar ao Occidente as regiões que o Genovez tencionava demandar. Contam mais que foi D. João II quem deu as mãos a essa in-

Digitized by Google

famia, demais a mais infructifera, porque o piloto portuguez, encontrando ventos ponteiros, e não podendo vencer a vaga, voltou desanimado, allegando que o projecto de Colombo era uma verdadeira loucura. Colombo, indignado com esta traição, largou a côrte e foi a outras terras offerecer um mundo.

Não podemos deixar de lavar a memoria de D. João II d'esta accusação infamante. Se a caravella partiu com effeito a demandar as terras procuradas por Christovam Colombo (e confessamos não ter d'esse facto conhecimento senão pelo que dizem os escriptores estrangeiros, baseados na auctoridade da *Vida del Almirante*, não é decerto a D. João II que podemos attribuir a idéa, ou mesmo o consentimento. A simples razão nol-o mostra. Ou o projecto de Colombo era justo, ou insensato. Se era justo, e d'elle podia resultar proveito para Portugal, que importava a D. João II que o chefe da expedição fosse Colombo, ou outro qualquer? Devia desejar até que fosse Colombo, porque o auctor do projecto era quem melhor o poderia dirigir. A qualidade de estrangeiro não impedia decerto que D. João II lhe aproveitasse o prestimo. O homem que pedia a Lourenço de Medicis um dos seus artistas mais notaveis para vir opulentar Portugal, com as suas obras primas, pedido que o celebre Florentino satisfazia enviando-lhe Andrea Contucci[1], o homem que instava com Angelo Policiano para que viesse a Portugal afim de escrever no idioma latino, que falava e escrevia com tanta correcção e elegancia, a chronica dos nossos feitos[2], não desprezava decerto Christovam Colombo, só porque elle era um Genovez. O que podemos por conseguinte admittir, só isso, nada mais, é que os inimigos de Colombo procuraram á sua conta frustrar-lhe a gloria, mas que D. João II prestasse as mãos a um acto, além de indigno, estupido, é o que absolutamente regeitamos.

Desanimado e irritado, foi pois Colombo a Genova e a Hespanha, e ainda a outros paizes, offerecendo por toda a parte riqueza e dilatação de dominios, e foi por toda a parte repellido, expiou amargamente a pressa com que desamparára o paiz a que devia tudo! o paiz onde encontrára os elementos proprios para lhe desenvolverem a germinação do seu vasto projecto!

Foi em 1484 que elle sahiu de Portugal, foi só a 17 de abril de 1492 que os soberanos hespanhoes acceitaram definitivamente as suas propostas, na cidade de Granada, onde tinham, havia pouco, arvorado a bandeira da cruz, e foi a 3 de agosto de 1492, que, á testa das suas tres caravellas, sahiu Christovam Colombo do pequeno porto de Palos na Andaluzia, para ir do seio das aguas arrancar um hemispherio ignoto!

Foi o infortunio de Portugal ter sido esta côrte a primeira a que Christovam Colombo se apresentou. Cheio ainda do primeiro ardor, confiado plenamente no seu projecto, julgava que bastava enuncial-o para que chovessem sobre elle as recompensas e as alviçaras. Não pensou que D. João II tinha n'essa época a attenção absorvida por negocios muito differentes, ou entendeu que tudo deveria largar para lhe dar ouvidos. Irritado por não encontrar essa prompta adhesão, sahiu de Portugal, levando aos outros paizes as suas esperanças de gloria e de vingança. Oito annos de esforços infructiferos deviam convencel-o de que por toda a parte as paixões são as mesmas, e de que a inveja e a mesquinhez seguem fielmente todas as côrtes. Affrontado por desdens e despresos, foi só quando a fa-

[1] Roscoe, *Life of Lorenze de Medici*, cap. IX, pag. 318, (10.ª edição, Londres, 1862).

[2] Não o conseguiu pela grande affeição que unia Policiano á familia dos Medicis, mas outro escriptor notavel, Cataldo Siculo, teve-o elle em Portugal.

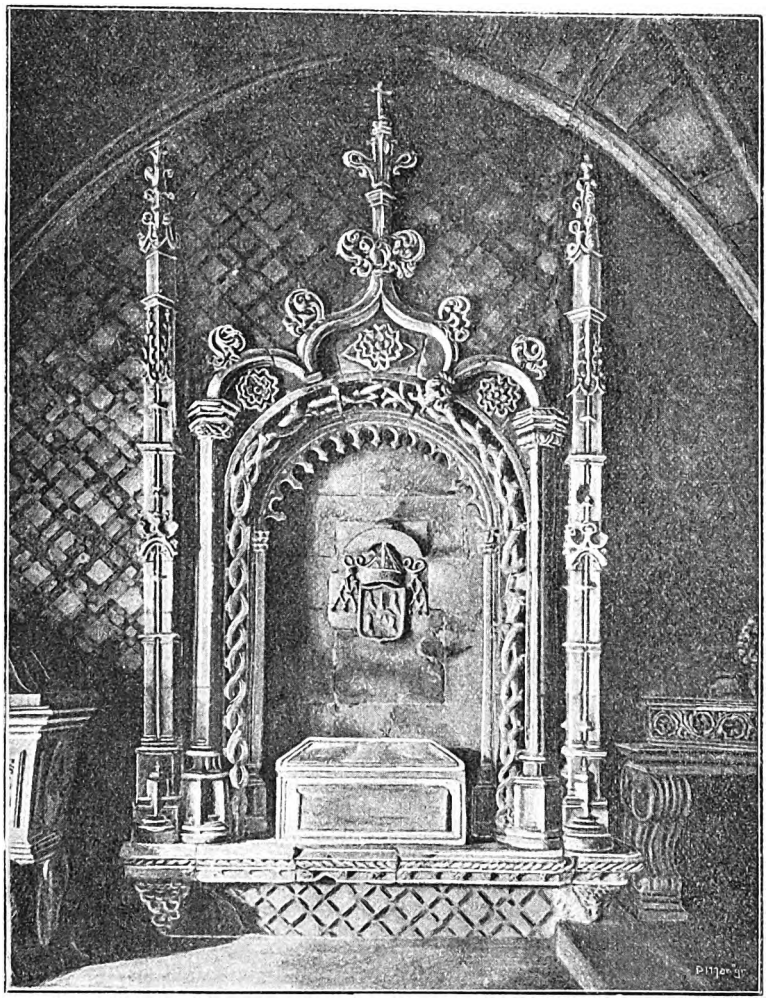
Digitized by Google

diga e a desesperança lhe começavam a encanecer os cabellos e a enrugar a fronte que recebeu emfim, quasi como esmola, os tres navios de que precisava para encontrar um mundo.

Não contâmos a historia de Colombo senão na parte que tem intima relação com Portugal; passaremos pois, sem nos demorarmos, pela narrativa dos seus requerimentos, das suas instancias; deixal-o-hemos sulcar as ondas, vencer as tempestades, subjugar o desanimo e a revolta das equipagens, pedir-lhes, como Bartholomeu Dias, mas com mais felicidade do que elle, um curto praso de espera [1], vêr surgir emfim das aguas a ridente Hispaniola ou S. Domingos, que toma pela Cipango ou Antilia de Marco Polo, voltar emfim á Europa, cheio de orgulhoso jubilo, e tomal-o-hemos quando a tempestade o arroja á ilha de Santa Maria nos Açores.

Conta Washington Irving, o mimosissimo escriptor americano, na eloquente biographia que traçou do descobridor da America, que Christovam Colombo chegou á ilha de Santa Maria a 18 de fevereiro de 1493, e que foi feito prisioneiro pelo donatario da ilha só pelo facto de ser estrangeiro, e estar navegando em mares que exclusivamente pertenciam aos Portuguezes. Foi comtudo libertado, e mais uma nova tempestade o fez arribar a Lisboa.

Estava el-rei no Valparaizo, quando soube da chegada de Christovam Colombo, que foi no dia 6 de março. Mandou-o ir á sua presença, e tractou-o affavelmente, posto que bastante mortificado no intimo de ter desdenhado o mundo, que fôra Colombo lançar aos pés dos seus mais felizes rivaes. O Genovez não teve modestia bastante para conter as explosões do seu orgulho justamente satisfeito, e os fidalgos, irritados com a jactancia do estrangeiro, aconselharam a el-rei que o mandasse matar, prometendo-lhe que o matariam elles, sem que



COIMBRA — MOSTEIRO DE SANTA CRUZ (TUMULO DO BISPO D. PEDRO GAVIÃO)

[1] N'uma bella poesia Casimiro Delavigne aproveitou admiravelmente este soberbo assumpto: *Tre dias de Christovam Colombo.*

«—En Europe, en Europe!—Espérez!—Plus d'espoir!
—Trois jours, leur dit Colomb, et je vous donne un monde
Et son doigt le montrait, et son œil, pour le voir,
Perçait de l'horizon l'immensité profonde, etc.

Digitized by Google

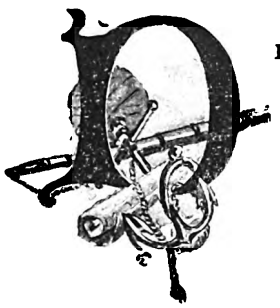
se podesse suspeitar que tivera Sua Magestade a minima culpa; mas D. João II, com o seu animo verdadeiramente grande e régio, não quiz em tal consentir. Pelo contrario, tractou Christovam Colombo com as maiores honras, viu com curiosidade os specimens que elle trazia dos habitantes e dos productos dos paizes novamente descobertos, e despediu-o no dia 13 de março, deixando-o partir livremente para Hespanha, aonde o almirante chegou no dia 15 d'esse mez, espalhando-se logo a noticia por todo o reino, acompanhada de indescriptivel enthusiasmo e alvoroço.

Perdêramos pois infelizmente o ensejo de juntarmos essa perola mais á corôa dos nossos reis, mais essa pagina gloriosa á historia da nossa patria. Mas devemos por isso ter inveja aos nossos visinhos? Por acaso se poderá dizer com Robertson que no seu primeiro ensaio eclipsaram os Hespanhoes a nossa fama? Por acaso a descoberta do Cabo da Boa Esperança não vale tanto como a descoberta de Hispaniola? Por acaso, como depois os poetas phantasiaram, adivinhou Christovam Colombo que existia no seio das aguas um mundo desconhecido? Não: suppôz, como já por cá se suppozéra tambem, como os mais eminentes homens de sciencia geralmente reconheceram, deduzindo-se isso facilmente do principio da esphericidade da terra, que havia pelo lado occidental um caminho para as Indias. Nós suppunhamos o caminho longo, e tinhamos razão, porque, se a America não existisse, a extensão de mar entre a Europa e a Asia seria enorme; Christovam Colombo teve apenas o presentimento sublime que se transformou, como todos os presentimentos do genio, em arreigada convicção, de que o mar não podia ser tão amplo, e de que devia haver terra mais proxima. Surgiu-lhe a America, exactamente como, annos depois, surgiu o Brazil aos olhos de Pedro Alvares Cabral, como talvez, annos antes, surgira ás vistas de Corte-Real a ilha da Terra Nova. Nem este facto, se fosse plenamente averiguado, prejudicaria a gloria de Colombo, nem a gloria de Colombo prejudica a de Cabral. Mas o que não podemos admittir é que estrangeiros escriptores façam de Colombo o symbolo do genio das descobertas; Colombo foi mais um d'esses heroicos navegadores, que, desde Gil Eanes até Vasco da Gama e Alvares Cabral, proseguiram infatigavelmente no caminho que lhes fôra traçado pelo infante D. Henrique. Mas, se ha figura que se levante acima d'esse grupo glorioso, não é a de Colombo, é a do infante D. Henrique. Foi elle o iniciador, foi elle o sonhador de novos mundos, foi elle emfim que rasgou com mão ousada a cortina, que escondia aos olhos da Europa uma grande parte do globo. Christovam Colombo, Bartholomeu Dias, Vasco da Gama e Alvares Cabral não fizeram senão seguir com audacia e perseverança o caminho que lhes era indicado por esse gigante, em pé no promontorio de Sagres!

Digitized by Google

CAPITULO XIII

Intervenção da Santa-Sé — O tractado de Tordesillas



Depois da volta de Christovam Colombo, um espinho pungia o coração de D. João II e não era sem custo, devemos confessal-o, que elle se resignava a desistir d'esse novo mundo, que devia figurar nas armas do ennobrecido Genovez, com a celebre legenda:

A Castilla y á Leon
Nuevo mundo dió Colon

Demais o ciume do monopolio das descobertas impedia-o de ver com satisfação entrar na liça o reino visinho e rival. Esperando ao menos que as terras descobertas por Christovam Colombo estivessem dentro dos limites marcados pelos tractados para campo exclusivo da actividade dos navegadores portuguezes, aprestou logo em seguida á partida d'este para Hespanha uma armada, que tencionava confiar a D. Francisco de Almeida, e que devia investigar o paiz novamente descoberto. Mas, quando a armada estava para se fazer de véla, appareceu em Lisboa um enviado dos reis catholicos, protestando contra o projecto de D. João II e vindicando os seus direitos á plena liberdade de navegação na direcção occidental, que fôra a que Colombo adoptára. A discordia azedava-se, e era necessario um arbitro que, chamando a um tribunal excepcional as duas partes, pronunciasse a sentença formidavel que ia dividir entre dois senhores o mundo inteiro. Era isso o que fazia dizer com chiste a Francisco I de França, que desejava conhecer o artigo do testamento de Adão, que legava exclusivamente aos reis de Portugal e de Hespanha uma parte enorme do mundo.

N'essa epocha o arbitro natural para taes e tão estranhas demandas era o papa; foi pois ao papa que recorreram.

Em 1402 subira ao solio dos pontifices o hespanhol Rodrigo Borgia, cujo nome devia ser na historia tão tristemente celebre. Quem mais concorreu para a sua nomeação, foi o cardeal portuguez D. Jorge da Costa, conhecido pelo nome de cardeal de Alpedrinha. O nome que tomou quando cingiu a thiara foi o de Alexandre VI, e esse nome, como o de Nero no throno de Roma imperial, lembra logo no solio de Roma christã todos os crimes e todas as devassidões.

Ao devasso, ao criminoso Alexandre VI coube pois a honra estranha de repartir por uma bulla mais de metade do mundo entre dois reis christãos.

A historia da divisão do mundo entre Portugal e a Hespanha é das mais curiosas que podem imaginar-se, e foi completamente esclarecida pelo sr. João Andrade Corvo, que, tendo sido encarregado pela Academia de escrever a *Historia dos descobrimentos portuguezes*, está preparando, como trabalho preliminar, uma edição do *Roteiro de João de Castro*, que acompanha com magnificas notas. Algumas d'essas notas publicou-as no *Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes*, da Academia das Sciencias, e uma d'ellas diz directamente respeito ao ponto de que nos occupamos[1].

Foi em 1436 que o papa Eugenio IV

---

[1] *Algumas notas ao Roteiro da Viagem da India por D. João de Castro*—I—*Historia da linha de demarcação que repartia o mundo entre Portugal e Castella*, pag. 197 a 207 do Jornal das sciencias mathematicas, etc., t. XXVII (Maio de 1880).

Digitized by Google

concedeu a D. Duarte, por uma bulla, as terras que os seus navegadores descobrissem. Protestou D. João II de Castella por causa das Canarias, a que suppunha ter direito, e o papa accudiu pedindo a D. Duarte que examinasse com prudencia as lettras apostolicas, para que alguma interpretação latitudinaria não redundasse em prejuizo do rei de Castella.

A questão das Canarias cá se ajustou entre as duas corôas, e a curia por então não tornou a intervir. Nos capitulos addicionaes á paz de 1431, que se assignaram em Toledo em 1480, entre Portugal e Castella, consagrou-se a doutrina das bullas de Eugenio IV, e de outra de Nicolau V, de 8 de janeiro de 1454, que concedia aos reis de Portugal, e ao infante D. Henrique e seus successores, as terras já descobertas e conquistadas, e as que descobrissem e conquistassem para o sul até ás Indias. Esses capitulos addicionaes de Toledo foram sanccionados ainda por uma bulla do papa Xisto IV, em 1481.

A feliz viagem de Christovam Colombo veiu alterar completamente a situação. D. João II, como dissémos, quiz mandar uma esquadra demandar as terras que Colombo descobrira, e que lhe pertenciam, no seu entender, pela concessão do papa. Oppozeram-se a isso, como dissemos tambem, os reis catholicos e appellaram para o papa Alexandre VI.

As razões por que se reconhecia então ao pontifice o direito para elle dar ou tirar as novas terras não deixam de ser curiosas. Em primeiro logar devemos dizer que a curia de Roma conservava ainda um resto d'aquelle prestigio immenso que tivera na edade media, e que a habilitára a desthronar, por exemplo, D. Sancho II de Portugal. Mas sobretudo o que o papa era, era o medianeiro natural, o medianeiro nato por assim dizer de todas as questões entre os governos catholicos, já se vê quando estes não preferiam resolvel-as pela força das armas.

Havia, porém, uma theoria para explicar essa intervenção pontificia, e essa theoria expôl-a da seguinte fórma o bacharel Enciso:

«A Abrahão e a seus descendentes deu Deus a terra de Promissão, habitada e possuida por idolatras que adoravam o diabo e blasphemavam de Deus. N'esta terra viveram Abrahão, Isaac seu filho e seu neto Jacob, até Jacob, suas mulheres e seus doze filhos e seus netos irem para o Egypto. Estiveram os descendentes de Jacob setenta annos no Egypto, d'onde os tirou Moysés, conduzindo-os á terra da Promissão, que conquistaram a ferro e fogo, lançando no captiveiro quantos escaparam á morte. E tudo isto se fez pela vontade de Deus porque eram idolatras». Exposta esta allegação, prosegue Enciso, direi que «tendo nós o papa em logar de Deus, e elle, como senhor universal, havendo dado as terras das Indias que possuiam idolatras ao rei catholico para que plantasse n'ellas o nome de Deus e a nossa fé, o rei muito justamente podia mandar requerer a estes indios idolatras que lhe entregassem a terra, pois o papa lh'a déra, e, se a não quizessem dar, lhes podia fazer a guerra e tomar-lh'a á força e ainda por cima matal-os e prendel-os, e dar como escravos os que fossem presos, como Josué fizera aos da terra da Promissão[1]».

Taes eram as doutrinas correntes por esse tempo, e era assim que procurava cobrir-se o direito brutal de conquista. Recorreram pois os reis de Hespanha a Alexandre VI e a elle recorreu tambem D. João II, e Alexandre VI promulgou no dia 4 de maio de 1493 duas bullas, uma concedendo aos reis de Hespanha as terras descobertas e por descobrir pa-

[1] *Jornal das sciencias mathemathicas*, etc., tom. XXVIII, pag. 198.

Digitized by Google

ra as partes occidentaes do mar Oceano, outra mandando traçar do polo arctico ao antarctico uma linha de separação, «quæ linea distet a qualibet insularum, quæ vulgariter nuncupantur de los Azores et Cabo Verde, centum leucis versus occidentem et Meridiem».

Para realizar as concessões da bulla de Alexandre VI, reuniram-se em Tordesillas commissarios das duas nações, e formularam a 7 de junho de 1494 um tractado, em que se interpretava de um modo muito latitudinario a bulla de Alexandre VI, porque se determinava que a famosa linha de separação passasse a 370 leguas ao occidente de Cabo Verde, sendo as terras e mares que ficassem ao nascente d'esta linha para Portugal, e que ficassem ao poente para Castella. Se a linha tivesse de passar por algumas ilhas ou terras firmes, ahi se levantariam umas torres ou signaes, que serviriam como de pontos de reparo para a imaginaria fronteira. Combinou-se que sairiam de Cabo Verde ao mesmo tempo um numero egual de navios hespanhoes e de navios portuguezes para fazerem a famosa medição, que afinal de contas nunca se fez, por varias razões, sendo a principal a de se não saber fazer. A sciencia do tempo ainda não encontrára meio de medir as longitudes; ora, para demarcar uma distancia a oeste de Cabo Verde, era necessario ir determinar a longitude do sitio por onde devia passar a famosa linha, que não seria afinal mais do que um meridiano.

Accrescia a essa difficuldade a repugnancia que tinham os marinheiros de uma e de outra nação em se sugeitar a essas restricções. Segundo o que se lê no *Esmeraldo de situ orbis* do famoso Duarte Pacheco, e d'essa revelação importante, mas para nós ainda muito duvidosa, adeante nos occuparemos, foram em 1498 navios portuguezes á America; em 1500 sabemos que Pedro Alvares

ALEXANDRE VI

Digitized by Google

Cabral aportou ao Brazil, e são conhecidas tambem por esse tempo as expedições dos Cortes-Reaes á America do Norte. Isso tudo não mostrava uma grande preoccupação com a questão do meridiano, que nunca se conseguira traçar, o que não impedia o governo portuguez de castigar severamente os Hespanhoes que se aventuravam nos mares por onde navegávamos. D. João II mandára justiçar sem mais ceremonia varios subditos dos reis catholicos, e um tal Diogo de Lepe e os seus companheiros foram encarcerados pelo mesmo motivo. D'isso se queixava amargamente o governo hespanhol em 1513, quando notava que ao mesmo tempo que isto succedia varios Portuguezes não hesitavam em entrar na America Hespanhola. No fundo, porém, o governo hespanhol, mais preoccupado com os negocios de Italia, pouca importancia dava a esses assumptos.

Mas, quando em 1522 a feliz expedição de Fernão de Magalhães levou os Hespanhoes ás Molucas por um novo caminho, esse rico emporio do commercio das especiarias tentou por tal forma a cubiça de Carlos V, que voltou a occupar-se seriamente da questão do meridiano, que tambem preoccupou pelo mesmo motivo o governo de D. João III.

Juntaram-se então emissarios dos dois governos na fronteira, e fizeram-se varias conferencias em Elvas e Badajoz, mas nunca se pôde chegar a um accordo. A difficuldade era sempre a mesma; notemos que o papa Julio II confirmára por uma bulla de 24 de janeiro de 1506 as decisões do tractado de Tordesillas, mas nem por isso ellas se cumpriam. Agora queixavam-se os delegados (os portuguezes principalmente) de que as cartas de marear que se apresentavam nas conferencias eram todas erradas. Acontecia o mesmo de uma e de outra parte. Cada um incluia as Molucas na zona que devia caber ao seu paiz. O duque de Bragança, que se occupava de cosmographia, propunha a D. João III os meios que suppunha mais proprios para se chegar a um accordo. Era tudo inutil. Que importava que se marcassem os graus de longitude, se não se sabiam medir esses graus? A conferencia dissolveu-se, sem se ter podido chegar a um accordo, até que D. João III e Carlos V terminaram a questão, dando o rei de Portugal ao imperador, n'uma occasião de apuro, 350:000 ducados de ouro e desistindo o imperador das suas pretenções sobre as Molucas.

A determinação das longitudes foi o grande problema da arte de navegação do seculo XV, do seculo XVI e ainda do seculo XVII. No seculo XVI Fernão de Magalhães e Cabot suppozeram ter encontrado o meio de marcar os meredianos, mas todos o guardavam secretamente, e Sebastião Cabot suppunha até que fôra uma inspiração divina que lh'o revelára. Esse meio, hoje reconhecido como falso, era fundado na declinação da agulha magnetica que Christovam Colombo primeiro observára, e que os nossos pilotos reconheceram todos tambem. Consiste a declinação na variação que tem a agulha da bussola, que se não dirige propriamente para o N., mas um pouco para nordeste ou para noroeste, variação que os nossos pilotos do seculo XVI designavam, dizendo que a agulha *nordesteia* ou *noroesteia*. Suppunham elles que havia um meridiano, onde o angulo formado pela direcção da agulha com a linha norte-sul do globo era de 0°, e que esse meridiano passava por Teneriffe. Ora os mareantes do seculo XVI e inda do seculo XVII commettiam o erro de suppôr que as *linhas isogonicas*, quer dizer as linhas em que é identica a declinação da agulha, coincidiam com os meridianos, e por essa supposição se queriam guiar para marcar as longitudes, e é

Digitized by Google

por isso tambem que por muito tempo, e ainda hoje um pouco, o meridiano das Canarias serviu de ponto de partida para a demarcação das longitudes. Não sabiam portanto, e ainda no seculo XVII se não sabia, que as linhas isogonicas mudam de posição, e que todos os calculos de longitude baseados n'uma supposição erronea eram por conseguinte inexactos.

Mas, antes de Fernão de Magalhães, nem mesmo esse processo erroneo se empregava, e por isso o tractado de Tordesillas nunca se pôde cumprir, não só, como dissémos, porque os nossos navegadores não queriam restricções, mas tambem porque o unico meio a que recorriam nos fins do seculo XV e principios do seculo XVI para medir no mar uma distancia qualquer de leste a oeste, era o da marcha dos navios, meio perfeitamente incorrecto, que aos proprios que o empregavam não inspirava a minima confiança[1].

Foi por isso que ficou sempre lettra morta a famosa convenção assignada em Tordesillas, da mesma forma que o ficaram as bullas de Alexandre VI e de Julio II. O desejo de dar conta desenvolvida e completa d'esses assumpto fez com que transpozessemos os limites do reinado que vamos narrando para ir contar o que se passou no reinado de D. João III. Voltemos agora aos acontecimentos do periodo que vamos historiando.

Da sala do palacio de Tordesillas, onde se assignára o tractado, que entre os dois reis dividia o mundo, passêmos agora á funebre alcova, onde um d'esses poderosos senhores, despojando o envolucro carnal, deixa a terra, em que imperou, para ir, humilde e timido réu, escutar da bocca do Rei dos reis a temerosa sentença.

CAPITULO XIV

Grave enfermidade de D. João II. — Seu testamento Morte d'este soberano Particularidades e anecdotas da sua vida

Em maio de 1494 adoeceu gravemente a rainha D. Leonor, e esteve em perigo de vida; por isso el-rei, apesar da discordia que tivéra com ella, por causa de D. Jorge seu bastardo, foi logo de Alcochete a Setubal onde sua mulher residia, esquecendo as suas proprias enfermidades, para a tractar com todo o carinho e amor. Restabeleceu-se comtudo a rainha, e foi pelo contrario el-rei quem peiorou cada vez mais, mostrando todos e claros symptomas de hydropisia. O desfallecimento, a tristeza profunda augmentavam a cada instante, vendo-se obrigado, elle tão altivo e que tanto queria vêr tudo por seus olhos e decidir por si, a entregar em parte o governo a officiaes de despacho. Era tão intensa a sua melancholia que o incommodava vêr gente, e não desejava senão estar só.

Os medicos, afflictos com estes symptomas graves, entenderam que o uso

---

[1] O que acabamos de dizer, a respeito das linhas isogonicas, baseia-se principalmente n'um outro magnifico estudo do sr. Andrade Corvo, que parece tambem destinado a ser uma das notas do *Roteiro de D. João de Castro*, mas que o nosso illustre compatriota publicou em francez no *Jornal das Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, da Academia Real das Sciencias, de pag. 145 a 176 do n.º XXXI (Dezembro de 1881). O artigo intitula-se *Des lignes isogoniques au seizième siècle.*

Digitized by Google

das caldas lhe podia ser util, mas hesitaram entre Monchique e Obidos[1]. Para tomarem uma decisão usaram d'um meio caracteristico do despotismo; procuraram por todo o reino hydropicos que enviaram, uns ás caldas de Monchique e outros ás d'Obidos. Eram experiencias *in anima vili*. O resultado da experiencia foi aconselharem a D. João II os banhos do Algarve.

Um negocio importante o atormentava nos ultimos annos da sua vida: era o da legitimação de seu filho D. Jorge. Em torno do seu leito d'enfermo agitava-se a intriga, e as ambições erguiam-se tremendas, disputando umas ás outras o poder que ia escapar das fracas mãos do moribundo, que fôra tão energico. Não tinha, n'essas ultimas horas, as consolações dos affectos de familia a minorarem-lhe os soffrimentos, e não via senão rostos inquietos e carregados, não ouvia senão vozes, que lhe lembravam a obrigação de nomear um herdeiro.

Os frios da serra de Monchique não fizeram bem a D. João II, que desceu para Alvôr. Ahi perdeu todas as esperanças de vida, e teve as suas ultimas horas atormentadas pelo mallogro definitivo das suas esperanças. Encontrava em Roma para a legitimação de seu filho D. Jorge a mais perseverante resistencia, de certo aconselhada ao papa pelo nosso cardeal de Alpedrinha D. Jorge da Costa. Escreve F. Denis, baseando-se na narrativa de alguns escriptores portuguezes, que não são nem Garcia de Rezende nem Ruy de Pina, os dois chronistas contemporaneos dos successos, que não foi sem viva resistencia que D. João II se resolveu a deixar o throno a seu primo e cunhado, o duque de Beja.

Assevera que, ao dictar o seu testamento a Antão de Faria, chegára a pronunciar o nome do seu bastardo D. Jorge de Lencastre, designando-o para herdeiro do throno, e que Antão de Faria se recusára a escrevel-o, fazendo sentir ao rei os perigos que d'ahi resultariam. D. João II revoltou-se, dizendo que não podia resignar-se a tamanho sacrificio, mas Antão de Faria insistiu, fazendo notar ao rei que, advogando a causa do duque de Beja, falava contra os seus proprios interesses, porque muito mais lhe convinha que reinasse D. Jorge do que o irmão do duque de Vizeu, para cuja perda tanto contribuira, mas que a consciencia era que lhe dictava esse conselho. Então D. João II resignou-se e cedeu.

Não podêmos acreditar muito, a falarmos a verdade, na consciencia de Antão de Faria; preferimos suppôr que a sua finura lhe fez prevêr que o reino e a nobreza se não sujeitariam facilmente a obedecer, por um simples testamento do rei fallecido, ao bastardo, que não tinha, de mais a mais, para o reconhecerem, como depois exuberantemente demonstrou, as qualidades brilhantes do Mestre d'Aviz. Como politico manhoso que elle era, e educado em boa escola, Antão de Faria não quiz remar contra a maré, e collocou-se ao lado do pretendente que tinha maiores esperanças a seu favor.

Mas nem Garcia de Rezende nem Ruy de Pina contam que similhantes coisas se passassem; ambos declaram que D. João II se resignou a fazer o seu testamento n'um sentido contrario ás suas intimas vontades. Nem por isso deixa comtudo de ser verosimil a narrativa de Ferdinand Denis, porque não é provavel que a grande alma de D. João II se

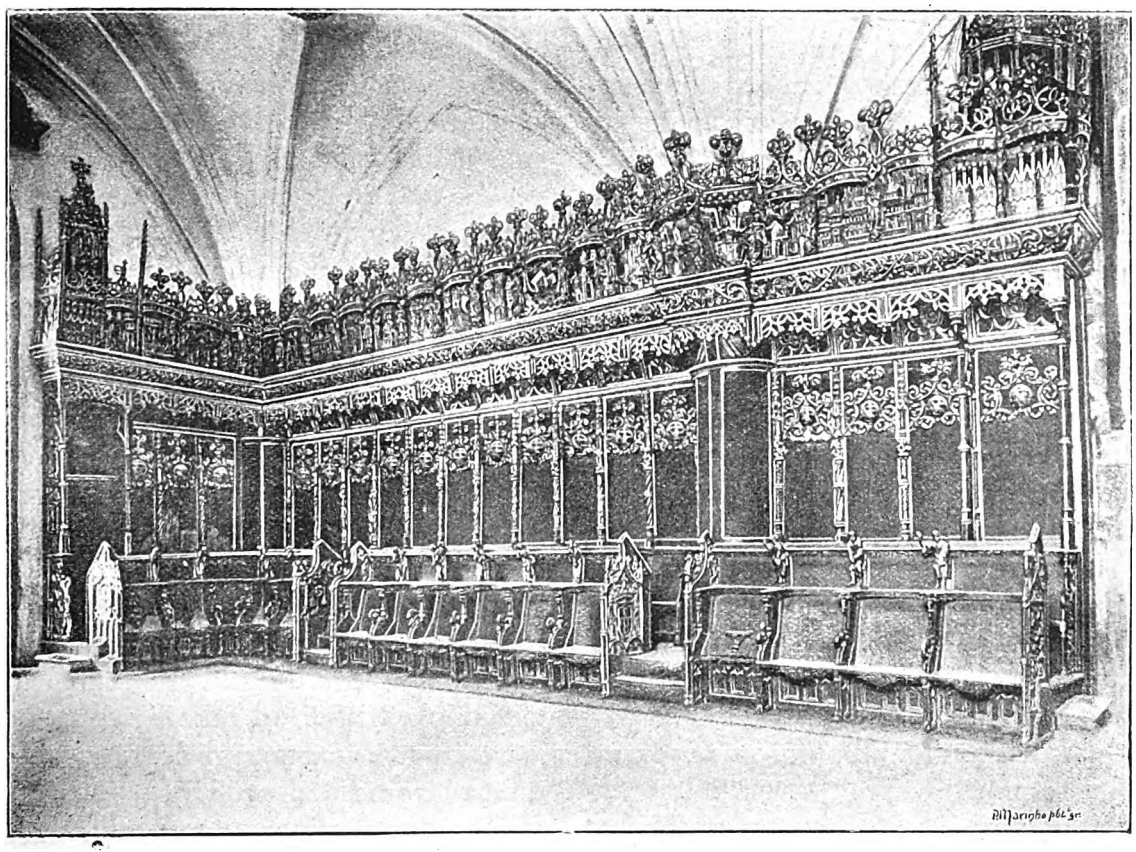
[1] As aguas ou caldas de Obidos eram as que são hoje conhecidas pelo nome de Caldas da Rainha. A villa d'este nome ainda não existia, e as aguas thermaes da Copa, de que a propria rainha, D. Leonor, mulher de D. João II, tivera conhecimento quando estivera em Obidos, ficavam effectivamente, como ainda hoje ficam, a pequena distancia d'esta ultima villa. Foi n'esse sitio da Copa e por causa da rainha D. Leonor que se fundou a povoação, que tomou o nome de Caldas da Rainha.

Digitized by Google

deixasse quebrar sem lucta formidavel entre o bom senso, que lhe aconselhava que cedesse, sob pena de ser o seu testamento dilacerado depois da sua morte, como no principio do seculo XVII e em França o testamento de Luiz XIV, e o amor paternal, que lhe aconselhava que defendesse intrepidamente os interesses do seu filho querido contra a ambição d'um collateral, mais ou menos disfarçadamente inimigo:

Continúa Ferdinand Denis:

«Os ultimos instantes de D. João II foram o que deviam ser: o *homem*[1] mostrou na hora suprema uma mistura de resignação christã, de nobreza e de firmeza, que o pintam admiravelmente. Se, alguns dias antes, deixára vêr o orgulho de senhor lembrando, com altivez, ao prior do Crato, que um rei moribundo ainda é rei, quando a hora ultima chegou, deu ordens para que se despojasse o quarto, onde ia expirar, de tudo o que podia lembrar a pompa soberana; como S. Fernando, quiz que lhe puzessem a cama no chão, e respondeu humildemente aos que lhe davam o titulo de Alteza: «Deixae, deixae, sou apenas cinza e podridão.» Tudo isso, contado minuciosamente por testemunhas oculares, e com pormenores, que aqui não podemos reproduzir, prova até á evidencia que, a despeito das asserções de Damião de Goes, esse espirito firme não affrouxou no derradeiro momento. Não só recebeu com serenidade da mão do bispo de Tanger o sacramento da Eucharistia e os oleos santos, mas até á ultima hora meditou sobre a Paixão de Christo, e, quando o prelado, que lhe assistiu, en-



COIMBRA — CORO DO MOSTEIRO DE SANTA CRUZ

[1] Sabe-se que era assim que lhe chamava sem periphrase a rainha Izabel de Castella.

Digitized by Google

ganado por um symptoma sinistro, lhe quiz fechar os olhos, suspendeu-o com uma palavra cheia de resignação: «Bispo, disse elle, ainda não é tempo». Um momento antes perguntára em que altura estava a maré, e ouvindo a resposta, replicára: *Ainda viverei duas horas;* não o enganou o presentimento, continuou a resar, e, quando o Oceano acabava de retrahir das praias as suas ondas moribundas, soltou o ultimo suspiro.

«Foi esse acontecimento ao domingo, no dia 25 d'outubro de 1495, ao pôr do sol.»

Ferdinand Denis omitte algumas circumstancias que julgamos essenciaes, e que augmentam o caracter dramatico d'esta scena solemne. D. João II morreu, como se vê, com todos os caracteres de devoção commum no seu tempo, e que n'elle felizmente era isenta de fanatismo. Na hora extrema é verdade que mostrou arrepender-se das medidas severas do seu governo, e, confessando que peccára por crueldade, mandou pedir perdão áquelles que orphanára, entre outros a sua sogra, a mãe do duque de Vizeu, das afflicções de que para elles fôra causa.

Absolvel-o-hia a Providencia? Não o poderiamos dizer; mas é certo que, durante a vida, tambem expiou cruelmente os excessos das suas vinganças, porque a morte feriu-lhe o primogenito, o seu estremecido D. Affonso, e a razão d'Estado obrigava-o a deixar o seu outro filho, o fructo dos seus amores com D. Anna de Mendonça, á mercê do seu inimigo, do irmão d'aquelle a quem assassinára.

Digâmol-o comtudo, em honra de D. Manuel, D. Jorge foi tractado durante o seu governo com as maximas distincções, e o ducado de Coimbra, os mestrados de Santiago e Aviz, foram o esplendido apanagio do bastardo de D. João II.

No seu leito de morte, comtudo, viu-se o grande rei bastante desamparado. Esse desamparo transluz a cada instante por baixo das narrativas officiaes dos chronistas contemporaneos. Não teve D. João II mão de parente que apertasse no transito supremo, a não ser a de seu filho D. Jorge. A rainha, doente em Alcacer do Sal, não o acompanhou ao Algarve, nem fez um esforço para isso, graças á malfadada discordia que entre elles se levantára. Mandou el-rei chamar o seu herdeiro, duque de Beja; este veiu, mas quando chegou ao sitio dos Collos, recebeu a noticia de que morrêra el-rei. Sem se dar ao trabalho de a verificar, voltou rédeas ao cavallo, e partiu para ir ter com sua irmã, e tomar posse da corôa. E comtudo a noticia era falsa!

É incrivel a pressa com que todos estavam, a anciedade com que os mais intimos de D. João II esperavam, antecipavam a sua morte. O bispo de Tanger, D. Diogo Ortiz, fechava-lhe os olhos em vida! e Fernão Martins Mascarenhas, o capitão dos seus ginetes, o impassivel executor das suas ordens sanguinarias, ao presencear um pequeno deliquio d'el-rei, mandou logo avisar para Lisboa, pedindo que lhe enviassem tochas e pannos de dó para as exequias. Foi esta noticia que fez com que D. Manuel desistisse da viagem. El-rei, voltando a si, e sabendo das ordens que se tinham dado, mandou escrever cartas para todo o reino annunciando as suas melhoras: «As quaes cartas com muita pressa foram dadas em todo o reino, e muitos, *principalmente os de casa do duque*, havendo-as por cautelosas, e não verdadeiras, lhe não davam fé[1].»

Se os apaniguados da casa do duque podiam acreditar na noticia, que, a ser verdadeira, lhes destruia todas as esperanças ambiciosas!

---

[1] *Chronica de D. João II*, cap. 79, pag. 189.

Digitized by Google

Que dramas sinistros se enlaçam e desenlaçam em torno do leito de morte dos reis, e principalmente dos reis como D. João II!

«Foi el-rei D. João, diz Ruy de Pina, homem de corpo mais grande que pequeno, mui bem feito e em todos os seus membros mui proporcionado; teve o rosto mais comprido que redondo, e de barba em boa conveniencia povoado. Teve os cabellos da cabeça castanhos e corredios; porém, em edade de 37 annos, na cabeça e na barba era já muito encanecido, de que mostrava receber grande contentamento, pela muita auctoridade que a sua dignidade real as suas cãs accrescentavam, e os olhos de perfeita vista, e ás vezes mostrava nos brancos d'elles umas veias e magoas de sangue; nas coisas d'honra, prazer, e gasalhado foi mui alegre, de mui real, e excellente graça; o nariz teve um pouco comprido e derribado algum tanto com fealdade. Era em tudo mui alvo, salvo no rosto, que era corado em boa maneira. E até á edade de trinta annos foi mui enxuto das carnes, e depois foi n'ellas mais revolto. Foi principe de maravilhoso engenho e subida agudeza e muito mistico para todas as coisas; e a confiança grande que d'isso tinha, muitas vezes lhe fazia confiar mais de seu saber, e crêr conselhos d'outrem menos do que devia. Foi de mui viva e esperta memoria, e teve o juizo claro e profundo; porém suas sentenças e falas que inventava e dizia, .inham sempre na invenção mais de verdade, agudeza, e auctoridade que de doçura; nem elegancia nas palavras, cuja pronunciação foi vagarosa, entoada algum tanto pelos narizes, que lhe tiravam alguma graça[1]».

De vêrmos o rei D. João II punir tão severamente os fidalgos não devemos adduzir que era homem sem clemencia, e de o vêrmos tão apertado em doações de bens da corôa, e tão ancioso pelos recobrar, não podêmos tambem adduzir que não fosse generoso. Era-o pelo contrario e muito, sabendo principalmente recompensar com largueza aquelles que bem o serviam, e tendo grande tacto e finura para descobrir o merito e para o apreciar. Os fructos da sua administração não os aproveitou elle, aproveitou-os D. Manuel, que tudo encontrou preparado. Os homens que encheram de gloria o reinado seguinte, estavam todos designados por D. João para as grandes coisas que tencionava emprehender, e a pleiade sublime, que D. Manuel empregou e despresou, cercava de brilhante auréola o throno de D. João II, que admittia na sua intimidade Vasco da Gama, D. Francisco d'Almeida, Affonso de Albuquerque, Duarte Pacheco, Fernão de Magalhães e tantos outros varões, que foram a gloria e o lustre do feliz reinado de D. Manuel.

Citaremos alguns exemplos de largueza d'animo e de clemencia de D. João II, taes como Garcia de Rezende os narra:

«No tempo do soccorro da Graciosa, por el-rei se achar em Tavira sem dinheiro, por lhe tardar de Lisboa da casa da Mina, onde por elle tinha mandado, e cumprir fazer-se logo prestes um navio para ir com um recado, mandou dizer a Pedro Pantoja, que lhe agradeceria mandar-lhe emprestar por sete ou oito dias mil justos, que eram seiscentos mil réis, os quaes lhe Pero Pantoja logo mandou e lhe offereceu muito mais que tinha, pedindo-lhe muito por mercê, que o não tomasse d'outrem, senão d'elle, pois quanto tinha, sua alteza lh'o déra; o que el-rei muito agradeceu.

«E d'ahi a cinco dias veiu o dinheiro, que el-rei esperava, e mandou logo dar a Pero Pantoja setecentos mil réis, e elle os não quiz tomar, e se veiu logo aggravar a el-rei, dizendo que pois servia

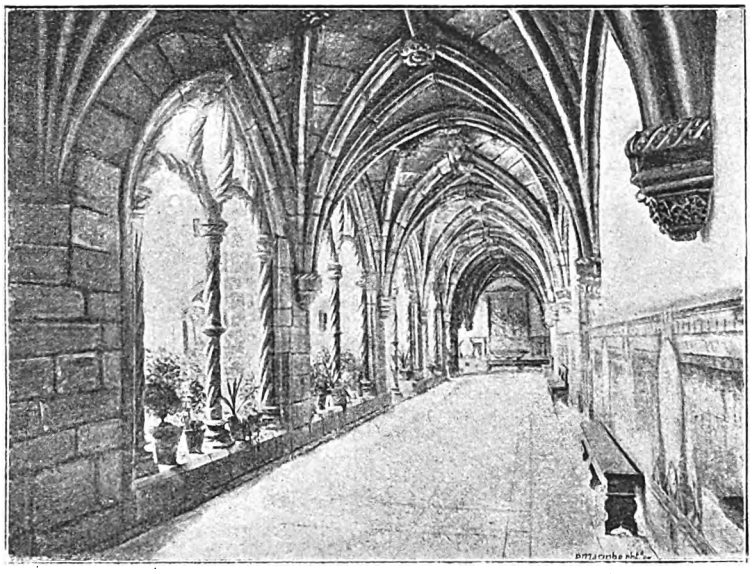
[1] *Chronica d'el-rei D. João II*, cap. 82, p. 193.

Digitized by Google

Sua Alteza com tão verdadeira vontade, e tinha para o servir muito de que lhe elle fizéra mercê, como lhe dava ganho do seu dinheiro em cinco dias que o tivéra, que não se faria mais a um mercador cubiçoso?

«El-rei lhe respondeu:

«Ora, pois que vos aggravaes, tomae oitocentos mil réis, e, se mais falaes palavra, tomareis novecentos mil: e mandou-lhe dar oitocentos mil réis, emprestando-lhe seiscentos mil; que d'esta maneira agradecia os serviços que lhe faziam, e tambem por isso, quando lhe cumpria dinheiro, sem interesses lh'o emprestavam[1].»



COIMBRA — CLAUSTRO DO SILENCIO NO MOSTEIRO DE SANTA CRUZ

Quereis um exemplo da clemencia que el-rei mostrava, quando a paixão ou um interesse forte o não cegavam, impellindo-o a despedaçar sem piedade todos os obstaculos? Será ainda Garcia de Rezende quem nos fornecerá esse exemplo.

«Em Lisboa, no Limoeiro, estava preso um homem estrangeiro muito rico, e estava julgado á morte: concertou-se com o carcereiro, que se chamava João Baço, e por seu consentimento se fez muito doente, e confessado, e, feitos seus autos, fez que morria. Vieram homens por elle em uma tumba, e o levaram a enterrar, indo vivo e são, e da egreja fugiu e se salvou, e o carcereiro se pôz a salvo.

«Quando o el-rei soube houve d'isso desprazer, e mandou pôr tanta diligencia, que houve o carcereiro á mão; e, desejando muito de o castigar, quiz estar, ao julgar de seu feito, com certos desembargadores, os quaes foram differentes nos votos, tanto d'uma parte como d'outra. Que uns o julgavam á morte, e outros o remettiam ás ordens, e disseram a el-rei:

«Senhor, agora fica o feito em vossa alteza sómente, para o castigar como quizer.

«Elle ficou um pouco cuidoso sem falar, como homem a que pesára muito com isso, e disse:

«Eu certo desejava muito castigar este homem por o caso que fez ser feio; porém, pois sois tantos a uma parte, como a outra, ao rei não pertence senão ir á parte da clemencia, e dar a vida, e eu sou em lh'a dar, e dou a isso meu voto, desejando muito o contrario[1].»

De como elle sabia descobrir e recompensar o verdadeiro mérito, dá pleno testemunho a celebre anecdota de um valente soldado, que, pelejando intrepidamente na Africa, nunca por timidez ousára pedir mercês a el-rei: «Como, disse-lhe este, pois tendes braços para me servir, e não tendes lingua para me falar?»

[1] *Chronica dos feitos*, etc., cap. 83. *De que el-rei passou com Pero Pantoja em Tavira.*

[1] *Chronica dos feitos*, etc., cap. 100. *Do que el-rei fez no feito do carcereiro João Baço.*

Digitized by Google

ASSASSINIO DO DUQUE DE VIZEU

Digitized by Google

Do seu espirito fino e prompto ha tambem um exemplo chistoso n'outra anecdota conhecida.

Odiava el-rei, mais do que todos os outros, o vicio da embriaguez, e tanto menos o desculpava e comprehendia quanto era pouco o seu gosto pelo vinho, que só aos trinta e sete annos começou a beber por ordem dos medicos. Um fidalgo, que para isso nunca precisára de receitas, uma vez que ia falar a el-rei, depois de ter conferenciado com a botelha mais do que seria justo, mascou uma porção de louro para disfarçar o cheiro. Era já n'esse tempo, como agora, o ramo de louro a insignia ovante dos templos de Baccho. El-rei percebeu logo o louro e o que elle occultava, e, virando-se para o fidalgo, perguntou-lhe com um sorriso: Fulano, debaixo d'esse louro, quanto vale a canada?»

As muitas anecdotas correntes, relativas a este rei, revelam com grande evidencia a sua popularidade. D. João II e D. Pedro I, ambos crueis, ambos o terror dos grandes, são tambem aquelles de que mais se lembra o povo.

E agora, para fecharmos o capitulo, vejâmos como D. João II era no seu tempo lá fóra apreciado, e como ainda hoje o avalia um escriptor estrangeiro.

Conta-se que Izabel a Catholica, ao receber a noticia da morte de D. João II, exclamára simplesmente: «Morreu o homem». O cardeal de Alpedrinha disse em Roma: «Acabou a morte de levar o maior rei que nasceu do melhor dos homens».

D. João II morreu, sem duvida alguma, victima das consequencias do veneno que lhe fôra propinado em tempo. Não recuára por mais de uma vez deante d'esse meio D. João II para se desfazer dos seus inimigos, como fez com o bispo de Evora; era um dos meios empregados no seu tempo, era um dos recursos d'essa terrivel politica italiana, cujo codigo implacavel Machiavello redigiu no seu *Principe* com uma simplicidade que se nos affigura cynismo. Serviam-se contra elle das armas de que elle se servia tambem. Dizem que o bispo de Tanger encontrára na caixa em que se suppunha que elle guardava os venenos de que se servia umas disciplinas e um cilicio ensanguentado. Esta revelação é demasiadamente theatral para que lhe dêmos credito; mas o que é verdade tambem é que, sendo bem conhecidas as crueldades de D. João II, só entre ellas se cita um envenenamento—o do bispo D. Garcia de Menezes. Não duvidamos do cilicio e das disciplinas; D. João II tinha os sentimentos religiosos do seu tempo[1].

Mas sobretudo o que fez grande D. João II foi o seu genio politico e administrativo, o modo como soube concentrar nas suas mãos, nas mãos do poder central a auctoridade suprema, e como soube exercel-a depois em proveito publico, administrando com economia, evitando o mais possivel o lançar tributos novos, descobrindo os homens de verdadeiro merito para os encarregar das grandes emprezas, e concorrendo de todas as formas para o desenvolvimento da civilização portugueza, já dando novo impulso ás navegações, já chamando a Portugal as artes e as sciencias da Italia. D. João II era além de tudo um homem extremamente instruido.

Tinha grandes conhecimentos mathematicos e cosmographicos, e não lhe eram estranhas algumas noções da arte de construir navios. Foi no seu tempo que se construiu em Portugal o maior navio que até ahi apparecera na Europa, que se fizeram experiencias importantes sobre o emprego da artilharia a bordo dos navios.

---

[1] Foi seu confessor um austero padre chamado fr. João, que não quiz nunca ser bispo, e que apenas aproveitou o seu valimento em conseguir que se désem os foros de villa á sua terra natal.

Digitized by Google

O homem que se correspondia activamente com Policiano e Torricelli, que chamava Contucci a Portugal, que sabia reunir na sua côrte, por occasião de festas, todas as pompas e esplendores da sua epocha, era devéras um rei que se não conservava estranho ao grande movimento da Renascença europêa.

«D. Manuel, escreve F. Denis, devia realmente chamar-se o rei afortunado, porque subiu ao throno depois de um homem como este.»

E' essa uma grande verdade admiravelmente expressa, mas a historia ainda não reconheceu bastantemente que foi o reinado de D. João II o foco do immenso esplendor, que illuminou a fronte impassivel e acanhada do dissimulado duque de Beja.

CAPITULO XV

Reinado de D. Manuel. — Expulsão dos Judeus — Casamento de el-rei com a viuva do principe D. Affonso

O soberano que subia ao throno, por morte de el-rei D. João II, estava na florescente edade de vinte e seis annos. Nascera na villa de Alcochete no dia 31 de maio de 1469, e era o ultimo dos nove filhos do infante D. Fernando, irmão de D. Affonso V, e de D. Beatriz, filha do infante D. João e neta de D. João I. Os outros irmãos de D. Manuel eram: D. Leonor, mulher de D. João II; D. Izabel, duqueza de Bragança; D. Catharina, que morrera na edade infantil; D. João, que succedeu a seu pae nos ducados de Vizeu e Beja, mas que falleceu pouco depois; D. Diogo, que foi o duque de Vizeu assassinado por D. João II; e finalmente D. Duarte, D. Simão e D. Diniz, que morreram em creanças.

Quando seu irmão o duque de Vizeu caiu aos golpes de el-rei, foi D. Manuel, como vimos, chamado á presença de D. João II, que o tranquillizou e lhe fez plena doação dos bens e titulos de seu irmão, reservando comtudo para a corôa uma boa parte d'esses bens. Ainda assim era por tal fórma opulento o apanagio do duque de Vizeu, que os réditos de D. Manuel subiam, apesar das reducções, á somma, enorme para esse tempo, de vinte e sete contos quinhentos e noventa e um mil réis. Era D. Manuel duque de Beja, senhor de Vizeu, Covilhã e Villa Viçosa, governador do mestrado da ordem de Christo, e fronteiro-mór de Entre-Tejo e Guadiana. D. João II quizera sanar um pouco as feridas que fizera na familia de sua mulher, com o punhal que matára o duque de Vizeu.

Como vimos tambem, D. Manuel, que partira para Alvor, chamado por D. João II, ao receber em Collos a noticia falsa da sua morte, apressára-se a ir ter com a rainha, que estava em Alcacer do Sal, e ahi tivera a nova de que D. João II fallecera emfim. Foi n'um domingo que el-rei morreu, na segunda feira soube-se em Alcacer do Sal e logo na terça feira se acclamou D. Manuel, expedindo-se ordens para que se reunissem as côrtes em Montemór-o-Novo, e para que os alcaides das fortalezas viessem por ellas prestar homenagem ao seu novo soberano. Para Montemór-o-Novo partiu tam-

Digitized by Google

bem D. Manuel, e ahi veiu ter com elle D. Jorge, o filho bastardo de D. João II, que este lhe recommendára muito expressamente no seu testamento. O moço principe, que estivera por um pouco a ser rei, contava então 14 annos de edade, e vinha acompanhado pelo seu aio D. Diogo Fernandes de Almeida, prior do Crato. Recebeu-o D. Manuel com muito carinho, e sempre assim o tractou, entendendo que alguma compensação devia áquelle a quem privava de uma corôa. D. Jorge tambem, devemos confessal-o, nunca revelou qualidades que dissessem com as de seu illustre pae, nem practicou acções que fizessem com que se lamentasse o não ter elle subido ao throno.

Reunidas as côrtes em Montemór-o-Novo, e tomadas algumas medidas mais ou menos importantes, de que depois daremos conta quando falarmos das Ordenações Manuelinas, onde se acham consignadas, mandou el-rei Gonçalo de Azevedo a Hespanha a dar parte a Fernando e Izabel da sua exaltação ao solio, e talvez já a sondar os animos para vêr se o seu casamento com a princeza D. Izabel, viuva de seu sobrinho D. Affonso, teria a approvação dos soberanos d'aquelle reino. Ao mesmo tempo avisava o embaixador os parentes do duque de Bragança, que andavam exilados, para que voltassem a Portugal onde lhes seriam todos os seus bens restituidos.

É sina dos governos novos seguirem em tudo norma differente d'aquella que foi seguida pelos governos que os precederam, e muito mais se devia esperar isso de el-rei D. Manuel, do irmão do duque de Vizeu, que tinha quasi obrigação de acolher com boa sombra os que tinham sido companheiros do infortunio de seu irmão. Não estranhamos pois que D. Manuel abrisse as portas do reino aos filhos e parentes do duque de Bragança, aos cumplices de seu desgraçado irmão, apezar de uma clausula odienta do testamento de D. João II, que dizia assim, dirigindo-se ao seu successor:

«Que lhe encommendava e mandava por justos respeitos que todos aquelles, que contra elle foram traidores e desleaes, que andavam fóra d'estes reinos, nem a elles nem a seus filhos recolhesse n'elles, e que encommendava a todos os do seu conselho e do dito duque seu primo que sempre lhe lembrassem que devia isto muito fazer[1]».

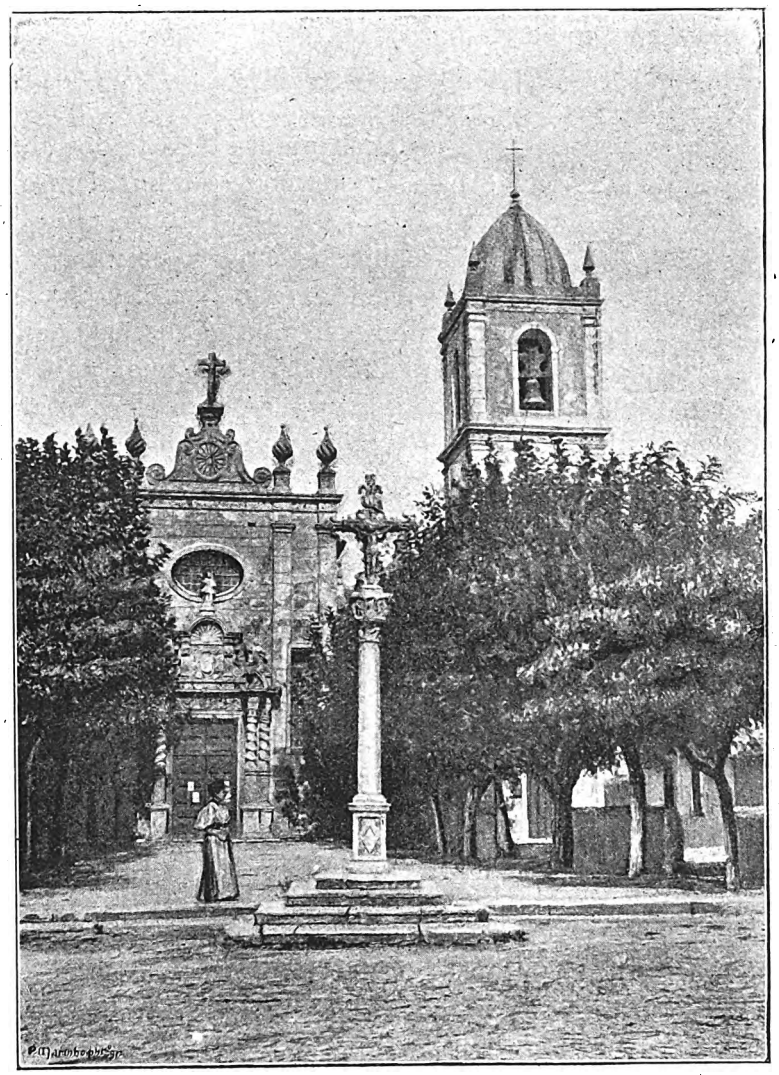
Não estranhamos, pois, que D. Manuel não cumprisse essa clausula pouco christã do testamento do seu predecessor; mas, se elle tivesse o genio de D. João II, devia reflectir maduramente antes de restituir á casa de Bragança o poderio que tivera outr'ora. Não foi assim que procedeu: apenas D. Jayme e D. Diniz voltaram para Portugal, foi-lhes restituido todo o seu patrimonio, e os duques de Bragança, que não possuiam em 1495 uma pollegada de terra em Portugal, estavam senhores em 1496 de mais de cincoenta villas e castellos. Todo o fructo da politica de D. João II, colhido á custa de tantas crueldades, era malbaratado pelo seu imprevidente herdeiro. A nobreza, se não recuperava a preponderancia que tivera, voltava a sugar á vontade a substancia do povo, que, habituado por D. João II a não supportar exacções, reagia comtudo, e mostrava entender melhor os interesses da corôa do que o proprio rei. Quiz este dar ao seu aio, Diogo da Silva de Menezes, que fizera conde de Portalegre, a villa de Setubal de juro e herdade; mas os setubalenses recalcitraram, allegando que uma villa tão importante não devia ser sepa-

[1] Damião de Goes, *Chronica do felicissimo rei D. Emmanuel, dividida em quatro partes das quaes esta é a primeira.— Em Lisboa em casa de Francisco Correia, impressor do serenissimo cardeal infante aos 17 dias do mez de julho de 1566.*—Cap. I, fol. 3.

Digitized by Google

rada da corôa, D. Manuel, irritado, intentou punil-os; mas elles, apezar d'isso, persistiram na sua sensata opposição. D. Manuel, cahindo em si, condescendeu com os desejos dos setubalenses e deu ao conde de Portalegre apenas a alcaidaria do castello.

Voltou então D. Manuel a sua attenção para os negocios da Africa, emquanto preparava as cousas da India, que tão prosperas lhe haviam de correr. Na Africa as armas portuguezas colhiam novos louros; D. João de Menezes, governador de Arzilla, ganhou contra os Mouros uma victoria, que foi assignalada desforra de um desastre que succedera nos fins do reinado de D. João II, a Rodrigo Coutinho, sobrinho de Vasco Coutinho, conde de Borba, e antecessor de D. João de Menezes no governo da praça. D. Manuel recebeu em Montemór-o-Novo esta noticia, e, desejoso de manter sempre na Africa o seu senhorio, occupou-se, com todo o cuidado, das praças marroquinas, augmentando os soldos das guarnições e tomando outras providencias justas.



AVEIRO — CONVENTO E CRUZEIRO DE S. DOMINGOS

Mas o principio do reinado do senhor D. Manuel não tardou a ser assignalado por um acto de tal fórma odioso, que basta para empanar todos os esplendores d'este periodo feliz, e para estampar indelevel stygma na fronte do soberano, a quem chronistas sem alma nem criterio chamaram Grande, como outr'ora historiadores de eguaes quilates chamaram Grande a Luiz XIV, que assignou a revogação do edito de Nantes, expulsando de França os huguenotes, que eram para esse paiz o que foram para Portugal e Hespanha os judeus e os mouros, a vida e a alma da industria, do commercio e da agricultura.

Dissémos, quando tractámos do reinado de D. João II, que não fôra o principio abstracto da tolerancia, mas sim o seu superior instincto administrativo, que

Digitized by Google

dictára as leis protectoras dos Judeus. Não exijâmos nunca dos homens, por muito grandes que sejam, qualidades muito superiores ás do seu tempo; já é bastante, já é muito quando vão tão adeante d'elle, como ia D. João II. Mas o homem que vestia cilicio e usava disciplinas, não podia ter para com os Judeus tolerancia, que ainda no seculo XVIII não mostrava a essa raça infeliz o proprio Frederico II da Prussia, o amigo de Voltaire, o sceptico monarcha, pouco menos que atheu!

Portanto, D. João II, se insistiu em receber os Judeus em Portugal, apezar da opposição do seu conselho, exigindo oito cruzados por cabeça, concedendo-lhes oito mezes para aqui se demorarem, e apenas quatro cruzados por cabeça para aquelles que desejassem aqui ficar, no caso de serem bons latoeiros ou armeiros, ou dextros em qualquer outra das artes mechanicas, não foi, comtudo, tão illustrado que tivesse exactamente um procedimento inverso do de Fernando e Izabel. Ou porque cedesse a um resto de fanatismo, ou porque entendesse dever condescender n'esse ponto com a opinião publica, tão opposta aos Judeus, o que é mais natural, D. João II, concedendo o praso de oito mezes aos Judeus para sahirem dos seus dominios, ordenou ao mesmo tempo que fossem vendidos como escravos os que, declarando que não queriam aqui ficar, fossem encontrados em Portugal, depois d'esse praso. Ora os officiaes encarregados de fornecerem aos Judeus navios para sahirem do reino, e os capitães d'esses navios, practicaram com os Judeus as maiores exacções e violencias, tratando-os tão mal ou peior do que os Mouros da Barbaria, roubando-os, violando-lhes as filhas e mulheres, e fazendo-lhes toda a casta de insultos, que Damião de Goes estygmatiza com energia, o que nos consola um pouco dos *piedosos estragos* de Ruy de Pina. É verdade que por isso Ruy de Pina morreu honrado e respeitado por todos, emquanto Damião de Goes teve que soffrer as atrozes perseguições da Inquisição, e isso, ainda assim, apezar da cautella com que o chronista de D. Manuel tracta essas questões perigosas.

Ora, em consequencia dos maus tractos a que se expunham, uma grande parte dos Judeus não poderam sahir do reino dentro da praso marcado, e, por conseguinte, D. João II mandou cumprir a lei; mas, tolerante ainda n'esse rigor, executou-a brandamente. D. Manuel, quando subiu ao throno, talvez unicamente para destruir o que D. João II fizera, derogou-a. Abençoado seria elle pela posteridade se todos os seus actos, dictasse-os o capricho ou o pundonor, se moldassem por este primeiro.

Dizendo que D. João II executou pouco rigorosamente uma lei, que elle reconhecia absurda, e não promulgára senão para condescender com o voto do seu conselho e os escrupulos d'uma consciencia indecisa, não supponham os leitores que nos céga a admiração que votâmos a esse homem verdadeiramente grande. Ainda que Damião de Goes o não contasse, bastava-nos a auctoridade de Coelho da Rocha, o erudito e intelligente investigador da historia da nossa legislação, que, a pag. 150 do seu *Ensaio sobre a historia da legislação e governo de Portugal*, declara que o governo não insistiu na pena da escravidão. É verdade que accrescenta que ainda se tentou tirar-lhes os filhos para os mandar á ilha de S. Thomé, mas isso mesmo se não realizou.

D. Manuel, pois, deixou os Judeus hespanhoes residir no reino, protegidos, como os Judeus portuguezes, pelas leis do paiz. Começava o seu reinado com os mais felizes auspicios. Não devia infelizmente perseverar assim. O amor, es-

Digitized by Google

tranha coisa! foi o amor que trouxe aos Judeus a ruina.

Desde que D. Izabel viera para Portugal como noiva do mallogrado principe D. Affonso, entre os muitos a quem encantou a suave gentileza da filha dos reis catholicos, não foi o joven D. Manuel, então simples duque de Beja, o que menos se deixou impressionar. Encarregado de a ir receber á fronteira, viu-a antes que a visse o principe seu destinado noivo. Tão radiante formosura feriu-lhe o coração, mas, comprimindo esse amor, que era um crime, D. Manuel acompanhou respeitosamente a Extremoz a mulher que elle desejaria para esposa, e que a sorte lhe dava para sobrinha.

Quem poderia adivinhar o tenebroso drama, que se agitou no espirito d'este dissimulado moço, que tivera animo de beijar a mão d'el-rei ainda tinta no sangue do duque de Vizeu, quando o pobre moço, que era para elle um duplo obstaculo, succumbiu tão desastradamente? Derramou lagrimas sentidas sobre o cadaver do principe herdeiro o duque de Beja, que fôra, desde a infancia, seu companheiro de casa e meza. Queremos acreditar que essas lagrimas foram sinceras; mas depressa as devia enxugar o pensamento de que, morto o principe, abria-se-lhe a dupla e radiosa perspectiva do amor de Izabel, de novo livre, e da corôa de Portugal, que era no seculo XV das mais invejaveis da Christandade.

Uma d'essas duas esperanças não tardou a realizar-se: D. João II falleceu, e D. Manuel subiu ao throno. Agora que podia offertar a D. Izabel a corôa, que a morte de D. Affonso lhe fizera perder, não pensava D. Manuel senão em obter a mão da mulher que idolatrava. Fernando e Izabel, desejosos de contrahirem uma alliança com a casa real portugueza, e ignorando o amor secreto que devorava o coração de D. Manuel, mandaram-lhe offerecer uma outra das suas filhas, a infanta D. Maria. D. Manuel regeitou a offerta, declarando então que amava a infanta D. Izabel; os reis catholicos acceitaram jubilosamente a proposta, que lhes rasgava de novo, para a sua filha predilecta, a perspectiva ambiciosa de tão magnifico throno.

Mas D. Izabel amára, com todo o ardor das primeiras inclinações, o principe D. Affonso, tão simillhante a ella em edade e em gentileza. Não cessára de o prantear, e os escriptores contemporaneos celebram a sua casta viuvez. Pedro Martyr, na sua *Opus Epistolarum*, epistola 174, datada dos fins de 1496, e dirigida, segundo parece, a um Portuguez, diz o seguinte: *Mira fuit hujus fœminæ in abjiciendis secundis nuptiis constantia. Tanta est ejus modestia, tanta vidualis castitas, ut nec mensâ post mariti mortem comederit, nec lauti quidquam degustaverit. Jejuniis sese vigiliisque ita maceravit, ut sicco stipite siccior sit effecta. Suffulta rubore perturbatur, quandocumque de conjugati thalamo sermo intexitur. Parentum tamen aliquando precibus, veluti offacimus, inflectetur. Viget fama, futuram vestri regis Emmanuelis uxorem*[1].

Quem assim se macerava, e passava a existencia em lagrimas por causa da morte do primeiro marido, não podia estar disposta a contrahir segundas nupcias. Effectivamente, debalde os paes insistiram, debalde el-rei D. Manuel lhe pintou, por embaixadores, a paixão que ella lhe inspirára; D. Izabel ficou inflexivel. Afinal tanto se obstinaram os paes que a princeza consentiu, pondo comtudo ao seu consentimento a mais inesperada e mais horrivel condição: Exigia

[1] Citado por W. Prescott na *History of the reign of Ferdinand and Isabella*, vol. 2.º, cap. IV, p. 55, not. 3. Suppômos que é a carta dirigida a algum Portuguez, por causa das palavras *vestri regis Emmanuelis.*

Digitized by Google

ella que D. Manuel expulsasse do seu reino os Judeus; á tolerancia com que D. João II os tractára attribuia a fanatica e desgraçada princeza os infortunios da casa real.

Tinha a futura rainha no caracter a mesma nodoa de fanatismo, que empanava as brilhantes qualidades de sua mãe; era hereditaria na familia aquella sombria tendencia. Parecia que Torquemada os educára a todos.

Infelizmente el-rei D. Manuel ou tinha já o espirito eivado tambem pelo fanatismo, ou tinha coração bastante fraco ou bastante devorado pelo amor para assim sacrificar milhares de familias ao sorriso d'uma mulher. É talvez este, diz Prescott, «o unico exemplo de ser o amor um dos milhares de motivos pelos quaes se perseguia esta desgraçada raça.»

Lisongeia comtudo Prescott o nosso monarcha quando suppõe que o seu espirito liberal se revoltava contra esta medida impolitica; a prova de que isso assim não era é que, não contente com expulsar os Judeus como a sua noiva lhe pedia, expulsou tambem os Mouros, precedendo, n'essa outra medida não menos impolitica, os seus fanaticos visinhos.

Vimos que D. João II, contra a opinião d'uma parte do seu conselho (que não era decerto a maioria, como Ruy de Pina o quer dar a entender, sem o dizer expressamente) admittira os Judeus no reino; agora era contra o voto da maioria do seu conselho, imbuida nas sãs tradições da politica do *Principe Perfeito*, composta dos discretos auxiliares da sua sabia administração, era contra o voto da maioria que D. Manuel tomava a medida de que tractâmos. A minoria estupida regalava-se de dizer absurdos com applauso do presidente, e Ruy de Pina esfregava as mãos de satisfeito, mas não sabia de certo como conciliar esta resolução de D. Manuel, mirifica no seu entender, com a sua celebre theoria de que é menos censuravel proceder sem conselho do que contra conselho, theoria de que elle fizéra, segundo vimos, uma tão apropriada applicação.

Vejamos em Damião de Goes, que mal disfarça a sua sympathia pelos opprimidos, a discussão que se travou no conselho, e espantêmo-nos ao observar com que frivolos e estupidissimos argumentos se combatiam e se venciam as razões sensatas, allegadas pela maioria.

E não se supponha que estamos julgando, segundo as idéas do nosso tempo, homens que pensavam e decidiam segundo as idéas do seu; não! indignamo-nos ao ver que havia no seculo XVI quem defendesse com solidas razões a causa da verdade e da justiça, e que o rei D. Manuel não os attendia, não attendia aos velhos conselheiros de D. João II, para dar ouvidos aos fanaticos, a quem D. João II nem se dignava responder, mas que lisonjeavam a paixão intensa de D. Manuel.

O capitulo de Damião de Goes, que vamos transcrever, cotejado com os trechos de Ruy de Pina, que transcrevemos anteriormente, é o documento que nos serve para condemnarmos D. Manuel, como nos serviu para glorificarmos D. João II.

«Depois que os reis de Castella, escreve o illustre chronista, amigo d'Erasmo, e victima da Inquisição, lançaram os Judeus de seus reinos e senhorios, como atraz fica dito, el-rei D. Manuel, requerido por cartas dos mesmos reis, determinou de fazer o mesmo; mas, como o negocio fosse de qualidade para se d'elle não tomar resolução sem bom conselho, houve sobre isso varios pareceres, porque uns diziam que pois o Papa consentia esta gente em todas as terras da Egreja, permittindo-lhes viverem em sua lei, e que o mesmo faziam todos os principes e republicas de Italia, Hungria,

Digitized by Google

Bohemia e Polonia, o que se podia cuidar que não faziam sem causa, a cuja imitação, em toda a Allemanha e outros reinos e provincias de Christãos, os deixavam tambem viver, que causa haveria para os lançarem do reino que não repugnasse com a razão que est'outras nações tinham para o consentirem, e que além d'isso pelos lançarem da terra, nem por isso lhes davam aso de nas alheias se tornarem Christãos, mas antes se se fossem para a dos Mouros, se perdia de todo a esperança de nenhum se converter, o que muitos d'elles, vivendo entre nós, movidos de nossa religião e do bom uso d'ella, se podia esperar que fizessem, e que havia ainda n'isto outros inconvenientes, porque, além dos serviços, e tributos que el-rei perdia, ficava obrigado a satisfazer ás pessoas a que elle e os reis passados d'elle fizeram mercê, e que não tamsómente levavam comsigo da terra muitos haveres e riquezas, mas ainda, o que era mais de estimar, levavam subtis e delicados espiritos com que saberiam dar aos Mouros os avisos que lhes necessarios fossem contra nós, e sobretudo lhes ensinariam seus officios mechanicos, em que eram muito dextros, principalmente no fazer das armas, do que se poderia seguir muito damno, trabalhos e perdas, assim de gente, como de bens a toda a Christandade. Este foi o parecer e opinião de alguns do conselho, a que outros repugnaram, dizendo que bem era verdade o que diziam, mas que os reis de França, Inglaterra, Escocia, Dinamarca, Noruega e Suecia, com muitas outras provincias visinhas a estas, e todo o Estado de Flandres e Borgonha não lançaram os Judeus de entre si muitos annos havia sem para o fazerem terem boas causas e de receber, e que o mesmo se devia cuidar dos reis de Castella, o que bastaria para haverem de lançar esta nação fóra do reino, tanto mais que não parecia bom conselho estando estes reinos cercados dos de Castella, e os de Castella dos de França, permittirem-se n'elles Judeus, sendo lançados das terras de taes visinhos, e tão poderosos, os quaes poderiam tomar a mal parecer-nos que tinhamos melhor

DAMIÃO DE GOES

conselho em deixar viver esta gente entre nós do que elles tiveram em os lançarem de si, o qual desgosto porventura teriam secreto para, quando vissem tempo opportuno, abrirem as azas á tyrannia, e, debaixo de côr de Catholicos e Christianissimos, nos fazerem o mal e o damno que podessem (!) e que sobretudo o bom conselho era perder a saudade a todos os proveitos e tributos que se d'esta gente tiravam, e pôr o interesse em só Deus e sua santa fé porque elle dobraria com suas mercês o que se n'isto perdesse, e que pois este negocio por sua

Digitized by Google

vontade viéra a se pôr a determinação de conselho, que a resoluta conclusão d'elle fosse lançarem logo do reino aquelles que não quizessem receber as aguas do baptismo, e crêr o que crê a Egreja catholica christã. Na qual opinião e parecer foi el-rei, sem ter conta com o que se n'isso perdia, nem com as satisfações que ficava obrigado a fazer, como depois por inteiro fez. E logo se assignou tempo certo para a notificação d'este negocio, o qual foi declarado e publicado, estando el-rei ainda em Muge, no mez de dezembro de 1496 em uma prégação que se sobre isso fez, e não tamsómente se assentou no conselho que os Judeus se fossem do reino com suas mulheres e filhos, mas tambem os Mouros, pelo mesmo modo, para o que lhes el-rei limitou logo a todos tempo certo, e nomeou portos seus de seus reinos para suas embarcações[1]».

Era primeiramente á simples expulsão dos Mouros e dos Judeus que se limitava a condescendencia de D. Manuel com os desejos do seu coração, e com os seus proprios instinctos de fanatico. Mas é terrivel pôr-se um pé na ladeira fatal do fanatismo religioso: o espirito, arrastado por verdadeira vertigem, não pára, nem sequer nas fronteiras da loucura. Ah! que terrivel é o absolutismo! que desastrosos effeitos produz a concentração do poder nas mãos de um só homem! «Sou apenas um accidente feliz», dizia Alexandre I da Russia, n'um dos seus accessos de liberalismo, á celebre M.me de Stael; e exprimia realmente, com admiravel concisão e energia, o vicio innato do regimen pessoal. A sorte de uma grande parte da população de um reino dependente dos caprichos amorosos de um homem! sacrificada a um galanteio, e depois verdadeiramente immolada, com extremos de crueldade que horrorizam, a uma febre de fanatismo que se apodera do acanhado espirito do senhor rei D. Manuel!

Effectivamente, D. Manuel arrependeu-se logo da extrema benevolencia que mostrava aos Judeus, expulsando-os pura e simplesmente dos seus Estados, e, com o piedoso intuito de salvar as almas dos tenros filhos de Israel, ordenou que por todo o reino se arrancassem aos paes e ás mães as creanças judaicas de menos de 14 annos. Este decreto, quasi sem exemplo na historia das perseguições religiosas, foi lavrado em Extremoz de accordo com o conselho, e no maior segredo; mas, como sempre alguma coisa transpirou, el-rei D. Manuel deu ordem para que a execução se fizesse a um tempo e de subito em toda a extensão do paiz.

Póde-se imaginar qual seria a afflicção e o terror dos Judeus! Este decreto execrando feria por tal fórma todos os sentimentos da natureza, que os mesmos Christãos velhos, os mesmos fanaticos do Catholicismo, se sentiram revoltados contra tão barbara ordem, tão friamente promulgada! Os Judeus tractavam de esconder os filhos, para os furtarem ás perseguições dos rudes sicarios de D. Manuel, e muitos Christãos velhos n'isso os ajudavam, porque o sentimento paternal é de todos comprehendido, e não ha pae que possa ver com animo sereno um outro pae ser privado violentamente dos filhos do seu amor. Queremos acreditar, para honra da natureza humana, que D. Manuel, esse moço de vinte e oito annos, que logo no primeiro passo deixava a perder de vista as crueldades de D. João II, não promulgaria similhante decreto, se já fosse casado, e já tivesse filhos!

Era pois um espectaculo miserando esse que se podia observar em todo o reino no domingo de Paschoella do anno de 1497! Aqui os Judeus escondendo

[1] Damião de Goes, *Chronica do rei D. Manuel.* Parte 1.ª, cap. XVIII, fo .13.

Digitized by Google

os filhos, ajudados por muitos Christãos velhos, que se compadeciam d'elles, e sentiam, como sua, a dôr d'aquelles paes e d'aquellas mães! além outros, loucos de dôr, e levados pelo excesso do despotismo a um estado de selvageria, que se comprehende, de puro desespero matavam os innocentes, já que o destino os condemnava a separarem-se d'elles para sempre, sem esperança de os tornarem a ver, outros suicidavam-se para fugirem d'um mundo, onde tantas infamias, tantas villanias se practicavam em nome do instincto mais nobre da creatura humana, o instincto religioso.

E entretanto D. Manuel, com a consciencia tranquilla, redigia talvez um bilhete d'amor para D. Izabel, a quem offerecia, em presente de noivado, as lagrimas, a desesperação, o sangue de milhares de familias.

Não parou ainda aqui a engenhosa piedade do senhor rei D. Manuel. Como elle marcára tres portos do seu reino para, n'um determinado praso, sahirem d'aqui os Judeus, entendeu que podia, por uma devota fraude, tirar-lhes com uma das mãos o que lhes dava com a outra, e forçal-os a acceitarem, com vontade ou sem ella, as aguas do baptismo. Tantos obstaculos lhes suscitou que os Judeus não poderam embarcar, e afinal, vedando-lhes dois dos tres portos que lhes marcára, deixou-lhes apenas um livre, que foi Lisboa. Aqui se accumularam os desgraçados em numero de mais de vinte mil, e el-rei deu-lhes por alojamento os Estáos, onde tinha depois de ser a Inquisição. Porque se não lembrou D. Manuel de mandar deitar fogo ao edificio, para fazer um enorme auto de fé com vinte mil Judeus? Acabava d'uma vez com essa raça proscripta, e simplificava o trabalho do sombrio tribunal que n'esse mesmo sitio se havia de estabelecer.

Tendo-os aqui reunidos, ainda mais facil foi impedir-lhes a sahida. Terminou entretanto o praso, que findava em outubro de 1497, e declarou-se aos Judeus que pesava sobre elles a pena da escravidão. Collocados, por uma armadilha infame, entre o baptismo e o captiveiro, e a pobreza e a privação dos filhos que el-rei mandava educar á sua custa na fé catholica, os desgraçados cederam emfim e declararam-se convertidos, pedindo só a D. Manuel, que durante vinte annos se não devassasse do seu modo de vida, para se saber se cumpriam fielmente os deveres de christãos! Eram uns optimos cathecumenos, e esta ultima condição de sobejo demonstrava a boa fé com que acceitavam o baptismo! A astucia respondia á astucia; era de boa guerra.

Contra este acto infamissimo, que tão mal estreiava o reinado de D. Manuel, protestou felizmente um dos nossos historiadores do seculo XVI, o Cicero portuguez, o eloquente, evangelico e sabio bispo de Silves, D. Jeronymo Osorio, no seu livro *De rebus Emmanuelis*[1]. Damião de Goes, ainda que o facto d'elle ser suspeito á Inquisição por ter convivido lá fóra com os campeões do protestantismo e do livre pensamento, o obrigasse a ser um pouco mais cautelloso, não deixa comtudo de se entremostrar opposto ás medidas de D. Manuel. Transluz do seu livro uma commoção mal disfarçada, uma piedade incontestavel pelos padecimentos dos Judeus, que o faro apurado dos inquisidores não deixou escapar, e que não seria das menores arguições entre as que serviram de base ao processo do chronista.

Mas querem saber o que remata dignamente esta obra de infamia? Lembrados estão de que não foram só os Judeus, mas os Mouros expulsos do reino. Lembra logo perguntar por que motivo

[1] Lib. 1.º Esta chronica latina do reinado de D. Manuel foi traduzida em portuguez por Filinto Elysio.

Digitized by Google

eram arrancados os filhos aos Judeus e não o eram aos Mouros. Sabem o motivo? Estava simplesmente em que os Judeus, perseguidos por toda a parte, por toda a parte proscriptos, sem territorio seu nem patria onde dominassem, não podiam exercer represalias; emquanto os Mouros, possuidores de vastos paizes, povos guerreiros e poderosos, estavam no caso de vingar as affrontas feitas aos seus correligionarios, nos christãos que em seus dominios residissem!!!

E ousaram os perseguidores confessar, no cavalheiresco seculo XVI, este motivo ignobil e covarde! Assim, porque os pobres Judeus, raça desgraçada que vagueava por todo o mundo, proscripta e sem amparo, eram fracos e desprotegidos, e não podiam recalcitrar, fazia-lhes um rei portuguez toda a qualidade de villanias, sujeitava-os ás mais incomportaveis torturas, mas não se atrevia a fazer o mesmo aos Mouros, porque estes tinham quem os defendesse e quem os vingasse, e sabiam manejar a lança e a espada, e, como os leões do deserto, morreriam matando, se lhes arrancassem a prole.

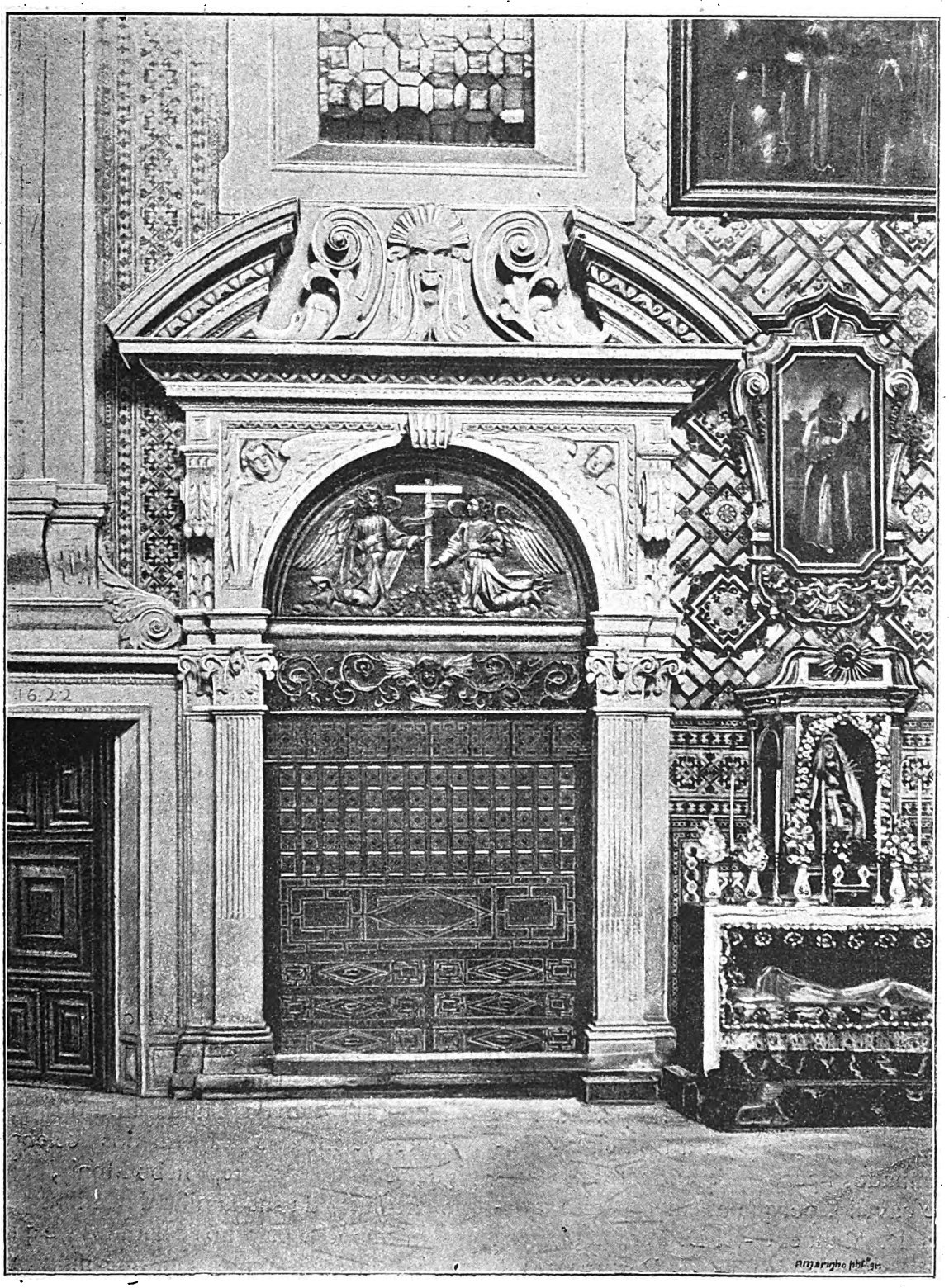
E era christão, e era cavalleiro, e era portuguez, este rei de tão baixos sentimentos, de alma tão pequena, a quem aduladores chronistas chamaram, decerto por anti-phrase, o *Grande!*

Era justo, depois d'isto, que el-rei D. Manuel colhesse ao menos o fructo do seu galanteio tão cruel; insistiu por que se cumprisse a promessa feita, e para que se effectuasse o casamento que os reis de Castella addiavam de momento para momento. Resolveu-se então que o casamento se effectuasse na fronteira, em Valencia de Alcantara, mas sem pompa nem apparato, não assistindo a elle senão a rainha D. Izabel, porque o rei D. Fernando ficára em Salamanca junto do leito de seu filho enfermo.

Tinham os reis catholicos um filho e quatro filhas. O filho chamava-se D. João; as filhas eram D. Izabel, D. Joanna, D. Maria e D. Catharina; foram todas quatro rainhas: D. Izabel e D. Maria, em seguida uma á outra, rainhas de Portugal, D. Joanna rainha de Hespanha, porque succedeu no throno a seus paes, e finalmente D. Catharina rainha de Inglaterra, porque foi a primeira das muitas mulheres de Henrique VIII.

O principe D. João, herdeiro do throno, casára com Margarida de Austria, filha do imperador Maximiliano e de Maria de Borgonha, tinha vinte annos de edade, e era muito estimado por todos. Nas festas do seu casamento apanhou umas febres, que logo o prostraram no leito, que não tardou a ser leito de morte. Estava casando sua irmã com o rei de Portugal, quando elle agonizava; foi por causa d'esta doença que não houve pompas no matrimonio. Não a julgava comtudo a rainha Izabel tão perigosa, e não suspeitava que emquanto assistia ao casamento de sua filha primogenita, já as tochas funerarias velavam no quarto onde o seu unico filho varão expirava. Foi no dia 4 de outubro de 1497 que o principe D. João morreu, foi tambem no principio de outubro que D. Izabel casou com o rei de Portugal; mas D. Fernando, para não entristecer o casamento com tão sombria noticia, demorou alguns dias a communicação da catastrophe a sua esposa. Esta, com o seu animo varonil, reprimiu a dôr immensa que a pungia, e não quiz enluctar a assembléa, emquanto D. Manuel estivesse em Hespanha. Mas o rei de Portugal, que soube do acontecido, pediu logo licença para se retirar para o seu paiz com a rainha sua esposa, a quem se occultára cuidadosamente a triste nova da morte do irmão. Izabel a Catholica pôde então correr a Salamanca, e nos braços do marido desafogar a sua dôr. Que dupla catastrophe esta que fulminava quasi ao

Digitized by Google



PORTICO DA SACRISTIA DO MOSTEIRO DE SANTA CRUZ

mesmo tempo os dois thronos da peninsula!

Deixava o principe D. João gravida sua mulher Margarida de Austria, mas a creança, que ella teve ao cabo de pouco tempo, nasceu morta. Passou por con-

Digitized by Google

seguinte a rainha D. Izabel de Portugal a ser a herdeira presumptiva do throno. Por isso, e para firmarem o seu direito, logo ella e seu marido el-rei D. Manuel se nomearam principes de Aragão, Leão, e Castella. Ahi vinha de novo a idéa da união iberica affagar a mente ambiciosa d'um novo monarcha, e d'esta vez com todas as probabilidades de exito, segundo parecia.

A segunda filha de Fernando e Izabel, D. Joanna, era casada com o archiduque Philippe de Austria, irmão de Margarida. Vivia nos Estados de seu marido, e, como este era ambicioso bastante, começou a agitar-se quando soube da morte do principe, e a apresentar-se como candidato á successão. Receiosos das suas intrigas, os reis catholicos, de quem a rainha Izabel era, como sabemos, a filha predilecta, e aos quaes além d'isso sorria muito a esperança de reunirem na cabeça de sua filha o triplice diadema da peninsula, mandaram dizer a D. Manuel que se apressasse a ir a Hespanha fazer-se reconhecer como principe herdeiro dos dois reinos. Expôz o rei de Portugal o negocio em côrtes, que se abriram em Lisboa no dia 11 de fevereiro de 1497 e se fecharam no dia 13 de março do mesmo anno, e onde se tractaram muitos negocios, de que daremos conta em logar competente. As côrtes approvaram a ida dos soberanos a Castella, e, depois de se ter concordado que ficaria como regente a rainha D Leonor, viuva de D. João II, partiram os reis portuguezes para a fronteira acompanhados apenas por trezentos homens de cavallo, porque assim o pedira a el-rei D. Manuel el-rei D. Fernando, para evitar contendas entre Portuguezes e Hespanhoes.

Os principaes fidalgos que acompanhavam D. Manuel eram os seguintes: D. Jorge filho bastardo d'el-rei D. João II, que depois foi duque de Coimbra; D. Diniz, irmão de D. Jayme duque de Bragança; D. Alvaro, seu tio; o conde de Portalegre; D. Diogo da Silva; os bispos da Guarda, de Tanger e de Vizeu; o mordomo-mór D. João de Menezes; D. Francisco, depois conde de Vimioso e que era filho do bispo de Evora, como D. João Manuel camareiro-mór e D. Nuno Manuel, almotacé-mór, que tambem iam na comitiva, eram filhos do bispo da Guarda; D. Martinho de Castello Branco, depois conde de Villanova de Portimão; o capitão de ginetes, D. Fernão Martins de Mascarenhas, que apanhára o titulo de *Dom* ao deixar de ser o aguasil de D. João II para ser o cortezão de D. Manuel; Ruy de Sousa; D. João de Sousa, senhor de Niza e de Sagres, fidalgo notavel pela sua robustez, a sua bravura e a sua cortezania, e que era muito favorito dos reis de Hespanha, que o conheciam desde as guerras de Granada em que militára como voluntario; D. Francisco d'Almeida, que tambem militára em Granada, e que foi d'ahi a annos o primeiro vice-rei da India, que Vasco da Gama n'essa occasião procurava atravez das solidões do Atlantico; João da Silva, que foi depois regedor da casa da Supplicação; D. Affonso d'Athayde, senhor d'Athouguia; D. Pedro da Silva, commendador-mór d'Aviz; Nuno Fernandes d'Athayde, que foi o terror dos Mouros d'Africa; o marechal D. Fernando Coutinho, que tinha de fallecer em Calicut tão heroica e desgraçadamente; Tristão da Cunha, futuro navegante célebre, e não menos célebre guerreiro no Oriente; Phebo Moniz, cujo nome outro da sua familia devia illustrar n'uma epocha para nós calamitosa, e que já não distava muito, sem que ninguem o presentisse, d'esse periodo de ventura; João Fogaça; Vasco Eannes Corte Real, védor; os pagens D. Antonio d'Almeida, D. Manuel de Menezes e Jorge Barreto; Pero Correia, estribeiro-mór; João Rodri-

Digitized by Google

gues Pereira e outros, que formavam um cortejo brilhantissimo ao feliz herdeiro de D. João II, e agora tambem herdeiro presumptivo de Fernando e Izabel.

Passaremos, sem nos demorarmos n'isso, pela brilhante recepção que os soberanos portuguezes tiveram tanto dos principaes fidalgos castelhanos, como do duque de Medina-Sidonia e duque d'Alba, que positivamente se arruinaram para os receberem bem; não citaremos as questões de etiqueta que houve entre os procuradores de Toledo e os procuradores de Burgos, nem falaremos na extraordinaria cortezia com que D. Fernando e D. Izabel receberam D. Jorge, filho de D. João II, prestando assim, ainda além do tumulo, uma ultima homenagem ao grande homem, de quem tinham sido adversarios, mas a quem haviam sempre respeitado; essas ceremonias, de que Damião de Goes e Faria e Sousa tão largamente se occupam, só se tornam dignas da attenção do historiador, uma ou outra vez, quando quer fazer sentir, pelo esplendor d'essas pompas, o esplendor de uma côrte ou a opulencia de um paiz.

Sem a minima difficuldade prestaram as côrtes de Leão e Castella o juramento requerido aos reis de Portugal. Era nas altivas côrtes aragonezas que os soberanos catholicos receiavam alguma opposição.

Ouçâmos Prescott, que é melhor de consultar do que Damião de Goes n'estas questões, onde estão em jogo as liberdades populares.

«Depois que os usuaes juramentos foram feitos (em Toledo) pelos differentes braços aos principes portuguezes, a côrte passou para Saragoça, onde estava reunida a legislatura de Aragão para similhante fim.

«Algumas apprehensões havia, comtudo, ácerca da desfavoravel disposição d'aquelle corpo, visto que a successão de mulheres não estava auctorizada pelo antigo uso do paiz, e os Aragonezes, como Pedro Martyr conta n'uma das suas epistolas, «eram bem conhecidos por serem uma raça pertinaz, que não deixaria pedra sobre pedra para manterem os seus direitos constitucionaes».

«Essas apprehensões foram plenamente realizadas, porque, apenas o objecto da presente convocação foi exposto ás côrtes na fala da corôa, com que sempre se abriam no Aragão os trabalhos parlamentares, logo se manifestou decidida opposição a um caso que se declarava sem precedente na historia. A successão do throno, repetiam os procuradores do povo, fôra limitada por testamentos repetidos dos seus principes a herdeiros varões; e a practica e o sentimento publico tanto coincidiam, que a intentada violação da regra por Pedro IV, em favor de suas filhas, mergulhára a nação n'uma guerra civil. Accrescentava-se além d'isso que, por testamento do fallecido monarcha João II, se providenciára que passaria a corôa para a prole varonil de Fernando, e, á falta d'ella, para a prole varonil das filhas de Fernando, com inteira exclusão de mulheres, que por isso era melhor pospôr a consideração d'esta materia até saber o resultado da gravidez da rainha de Portugal, já n'essa época mui adeantada; porque, se fosse um filho, ficavam removidas todas as duvidas de validade constitucional.

«Dizia-se, em resposta a estas objecções, que nenhuma lei expressa existia no Aragão excluindo as mulheres da successão; que já occorrera um exemplo, é verdade que fôra no seculo XII, d'uma rainha que cingiu a corôa por direito proprio; que do reconhecido poder das mulheres para transmittirem o direito da successão, necessariamente se inferia que esse direito existia n'ellas mesmas; que o presente monarcha tinha,

Digitized by Google

sem duvida, auctoridade tão competente como os seus predecessores para regular a lei da herança, e que o seu acto, sustentado pela suprema auctoridade das côrtes, podia derogar qualquer anterior disposição da corôa; que esta interferencia era reclamada pela presente opportunidade de manter a permanente união de Aragão e Castella, sem a qual deviam

CÓSTUMES DO SECULO XV

d'outro modo voltar ao seu antigo estado dividido, e á sua comparativa insignificancia.

«Estes argumentos, ainda que fortes, estavam longe de parecer concludentes á parte opposta; e o debate protrahiu-se de tal modo, que Izabel, impaciente d'uma opposição ao que a practica usada nos seus dominios patrimoniaes lhe ensinára a considerar como o direito inalienavel de sua filha, inconsideradamente exclamou: «Preferia reduzir d'uma vez pelas armas o paiz á obediencia do que soffrer a insolencia das côrtes». Ao que Antonio da Fonseca, o mesmo cavalleiro que tão destemidamente disse o que pensava ao rei Carlos VIII na sua marcha para Napoles, teve a independencia de replicar: «Que os Aragonezes tinham procedido unicamente como bons e leaes subditos, que, assim como estavam costumados a cumprir os seus juramentos, assim consideravam bem antes de os prestarem; e que deviam certamente ser desculpados se andavam cautelosamente n'um negocio, que achavam tão difficultoso de justificar com precedentes na sua historia».

«Esta advertencia austera do honrado cortezão, egualmente honrosa para os soberanos que a souberam supportar e para o subdito que ousou fazel-a, foi recebida com a franqueza com que foi dada, e provavelmente abriu os olhos d'Izabel, emquanto á precipitação com que falára, porque não achâmos mais allusões a medidas coercitivas[1]».

É assim que Prescott narra este caso fundando-se principalmente nas auctoridades de Blancas, Pedro Martyr, Alvares e Zurita: Damião de Goes narra-o egualmente com poucas variantes; apenas diminue um pouco a nobre aspereza das côrtes, dizendo que ellas, antes com subterfugios do que a face descoberta, se esquivaram a jurar por herdeiros os reis de Portugal, allegando que não tinham chegado ainda os procuradores do reino de Valença e da Catalunha. Mas nós, que sabemos quanto os Aragonezes eram gente altiva e ciosa dos seus fóros, e que trabalho tiveram para os fazer vergar o imperador Car-

[1] *History of the reign of Ferdinand and Izabella*, t. II, pag. 63.

Digitized by Google

D. MANUEL BEIJANDO A MÃO DE D. JOÃO II, APÓS O ASSASSINIO DO DUQUE DE VIZEU

los V e o rei Philippe II, podemos dar fé completa á narrativa de Prescott, baseada principalmente nos historiadores do Aragão.

A discussão terminou comtudo por um acontecimento feliz e desgraçado.

A rainha de Portugal deu á luz no dia

Digitized by Google

de S. Miguel um filho varão, que por isso recebeu o nome de Miguel.

A nova foi logo annunciada á cidade, que a saudou enthusiasticamente com luminarias e repiques de sinos. Era aquella creança que trazia no regaço infantil a solução das difficuldades, e que devia um dia cingir a triplice corôa de Portugal, Castella e Aragão. Principe herdeiro de Portugal, Castella, Aragão, Leão e Sicilia foi logo acclamado o infante, cujos vagidos eram escutados já com respeito por fidalgos que a mão de ferro de D. João II de Portugal e dos reis catholicos transformára em cortezãos. Mas o nascimento d'esse principe devia custar bem caro aos reis que o saudavam com tanto enthusiasmo; a rainha de Portugal, a esposa idolatrada de D. Manuel, a filha predilecta de Fernando e Izabel, que tivera sempre tendencias para doença de pulmão, não poude resistir ao trabalho do parto, e succumbiu entre as lagrimas de todos, no dia 23 de agosto de 1498! Morria na flôr dos annos a gentil viuva do principe D. Affonso, que parecia arrastal-a para o tumulo, como o espectro de Affonso a Izolina, na ballada que Herculano tão bem versificou. Mas elle morrera sem uma nodoa na sua curta vida, e, se algumas culpas expiou, eram as culpas de seu pae. Izabel, pelo contrario, posto que de indole boa e virtuosa, já tinha sobre a pallida fronte a responsabilidade das lagrimas de tantas mães, da miseria de tantas familias, do sangue de tantos Isrealitas. Não era a ella comtudo, a ella tenra flôr tão batida pelo vendaval da desventura, tão cedo murcha e prostrada pelo tufão da morte, que Deus tornaria responsavel pelo nefando crime da perseguição da raça hebraica, mas sim aos seus educadores, a essa pleiade fanatica de monges sinistros, que pousavam, como outros tantos morcegos, nos degraus do throno dos reis catholicos.

Póde-se imaginar qual seria a dôr da pobre mãe, que perdia successivamente dois filhos estremecidos, e esta principalmente que era a sua filha predilecta, a filha do seu amor na sua flôr primeira! Mostrou comtudo a sua habitual constancia, mas nunca mais se poude consolar da immensa dôr que a pungira.

D. Manuel partiu para Portugal deixando ficar em companhia dos avós seu filho D. Miguel, que foi logo jurado principe herdeiro em Saragoça e em Toledo, e em Lisboa em fevereiro de 1490. Era esse principe infantil o penhor da união iberica, effectuada pacificamente, ainda que logo nas côrtes de Lisboa, os procuradores portuguezes não se descuidaram de exigir que, em se effectuando a união, os cargos de Portugal e das colonias fossem dados unicamente a nacionaes. Mas em todo o caso ninguem ousou recalcitrar, e não é possivel prever-se ainda no seculo XVI se a união seria effectuada sem resistencia, e se conseguiria formar-se em nação unica essa Iberia, que é hoje o sonho dos utopistas, e o terror dos Portuguezes. Tudo isso, porém, ambições e esperanças, se dissipou como fumo, com a morte do principe D. Miguel, que falleceu em Granada, tendo perto de 23 mezes de edade, no dia 19 de julho de 1500: «do que el-rei, diz Damião de Goes, mostrou pouco sentimento, e o mesmo se fez em Castella, porque nem lá nem cá se pôz por elle dó, nem se fizeram por seu fallecimento as costumadas ceremonias que se usam fazer pelos principes quando morrem[1]».

Não admira, D. Manuel não podia ter grande affeição a um filho que não tornára a vêr desde que elle nascêra, e, emquanto aos sonhos de ambição, estava n'essa época tão plenamente satisfeito que nem sequer o podia tentar a pers-

[1] Damião de Goes, *Chronica de el-rei D. Manuel*, cap. 44, fol 42.

Digitized by Google

pectiva do throno das Hespanhas. Effectivamente, em 1500 já Vasco da Gama descobrira o caminho do Oriente, já Pedro Alvares Cabral descobrira o Brazil; deslumbrado por tantos esplendores, via D. Manuel a seus pés dois mundos, a India radiante, e a esplendida e virginal America; o que importava ao senhor das regiões onde nasce o sol e onde o sol se esconde, um throno na Peninsula? É tempo que deixemos, nós tambem, estas miserias européas, e que sigâmos os navios de Vasco da Gama, que vogam a plenas vellas, dobrando o Cabo da Boa Esperança, em demanda do maravilhoso Indostão.

CAPITULO XVI

Preparativos para a expedição das Indias

Não quiz Deus que D. João II colhesse o fructo pelo seu genio sazonado. Quando morreu, deixára tudo em caminho para que a expedição da India se effectuasse. Dos esclarecimentos dados por Bartholomeu Dias, combinados com os outros que Pero da Covilhã enviára, communicados aos astronomos que formavam a celebre junta, que regeitára o projecto de Colombo, mas que, apezar d'isso, era muito illustrada, formara-se um verdadeiro roteiro, que, entregue ao chefe da expedição, o habilitava a dirigir-se com segurança á India. Os editores do *Roteiro de Vasco da Gama* dizem o seguinte, que merece ser tido em muita consideração:

«Vasco da Gama ia munido de quantas instrucções e soccorros lhe podiam subministrar a observação, a politica e a sciencia d'aquelle tempo; que de tudo fazem fé os nossos historiadores. O seu destino lhe foi d'antemão marcado, a saber Calicut, para cujo rei elle levava uma carta de D. Manuel. Reunida a frota nas ilhas de Cabo Verde, elle d'ahi partiu engolfando-se no Oceano Atlantico Austral por um rumo que não se afastava muito do sul, para o que se aproveitou do conhecimento dos ventos geraes da costa occidental de Africa, que eram contrarios á sua derrota, e da direcção que a costa oriental, já descoberta, até certa distancia, por Bartholomeu Dias, seguia do sul para o norte. Chegado a uma latitude sul proxima á do Cabo da Boa-Esperança, dirigiu-se no rumo do oeste, o que, ao passo que mostra como elle se estribava em principios scientificos, em nada diminue a audacia da empresa. Que o seguir tal carreira não era casual prova-se pelos conhecimentos que já então havia sobre a materia, pelo presente *Roteiro* e por todas as subsequentes *navegações* á India; e, se Cabral em 1500 descobriu o Brazil, foi que, conforme o exemplo de Vasco da Gama, elle seguiu o rumo do sul, apartando-se porém demasiadamente para oeste. No mar Indico, que lhe era desconhecido, achamos o almirante correndo ao longo da costa d'Africa, do sul ao norte, até encontrar piloto que o conduziu a seu destino, e com cujo soccorro o vêmos aproveitar-se das monções, tanto para a sua ida a Calicut como na volta, bem que na primeira viagem fosse mais feliz que na segunda. N'esta, depois de dobrado o Cabo da Boa-Esperança, achamol-o mettendo-se

Digitized by Google

na corrente dos ventos geraes do sudoeste da costa occidental d'Africa afim de chegar ás ilhas de Cabo-Verde[1].»

Ja se vê pois que presidia um espirito verdadeiramente scientifico ás navegações dos Portuguezes, e que não iamos ao acaso, simples aventureiros audaciosos, em demanda de novos climas e de novas terras. A tradição scientifica, partindo do infante D. Henrique, viera ininterrupta até D. Manuel, e o cabedal dos conhecimentos geographicos iamn'o opulentando todos os descobridores, devendo trazer como consequencia necessaria, como corollario indisputavel, a navegação feliz de Vasco da Gama. A esta grande eschola veiu aprender Colombo, e comtudo os escriptores estrangeiros exaltam por tal fórma a gloria do illustre Genovez, cujo immenso genio nós acatâmos tambem, que se diria que antes de Colombo não havia navegadores, e que estavam ainda o mundo e a geographia mergulhados nas trévas da edade-média.

Deixára pois D. João II tudo preparado para a expedição da India, e parece que tambem deixára designado o seu commandante, ainda que n'esse ponto andam discordes os nossos historiadores. Damião de Goes assevera que foi D. Manuel quem se lembrou de Vasco da Gama, e quem o mandou chamar a Extremoz, onde elle então residia; João de Barros que foi D. João II quem o designou, e Pedro de Mariz nos seus *Dialogos de varia historia* conta uma anecdota, que tem os seus visos de romantica[1]. Assevera que D. Manuel, estando a scismar na expedição da India, e no homem que devia escolher para seu chefe, viu entrar Vasco da Gama no pateo do palacio. Um raio de luz lhe illuminou o espirito: Vasco da Gama foi o chefe escolhido.

Mas, ou o designasse D. João II, ou se lembrasse d'elle D. Manuel, é certo que já durante o reinado do Principe Perfeito fôra Vasco da Gama designado, mais ou menos vagamente, para alguma das grandes emprezas em que elle meditava. Nascêra este homem illustre em Sines, no anno de 1469, descendia d'uma familia illustre, cujo primeiro representante, conhecido pela historia, foi um Alvaro Eannes da Gama, que viveu no tempo de Affonso III, e que militou na conquista do Algarve. Um dos seus descendentes, natural de Olivença, e alcaide-mór de Sines e Silves, commendador do Seixal, foi Estevam da Gama, casado com D. Izabel Sodré, filha de João Rezende. Um dos filhos do alcaide-mór foi Vasco da Gama, que recebeu, além da educação cavalheiresca e militar commum a todos os fidalgos, uma vasta instrucção nas sciencias nauticas, para as quaes o devia attrahir não só a tendencia geral dos Portuguezes n'essa época, mas tambem a influencia do Oceano, que banhava com as suas aguas revoltas o pequeno porto, onde se ia robustecendo a criança que iria buscar ao seio das vagas a chave do Oriente.

Logo no principio do seu reinado, em dezembro de 1495, pensou el-rei D. Manuel em proseguir por deante com o projecto de D. João II; em Montemór-o-Novo, onde estava então fazendo côrtes, reuniu o conselho para tractar d'esse objecto, e achou uma grande opposição. Diziam-lhe os conselheiros que a tentativa, sendo feliz, ia excitar contra

---

[1] *Roteiro da viagem de Vasco da Gama em MCCCCXCVII. Segunda edição, correcta e augmentada d'algumas observações principalmente philologicas por A. Herculano e o barão do Castello de Paiva* (Lisboa. 1861), *Prologo da primeira edição*, pag. XXXIX. Essa primeira edição foi feita no Porto em 1838, e acompanhada tambem de notas de A. Herculano e Paiva. Em conformidade com as indicações do *Roteiro*, traçou um erudito moço, que teve prematura morte, o sr. Kopke, um bem elaborado mappa da derrota, que acompanha as duas edições.

[1] Devemos notar que tambem Gaspar Correia conta a mesma historia.

Digitized by Google

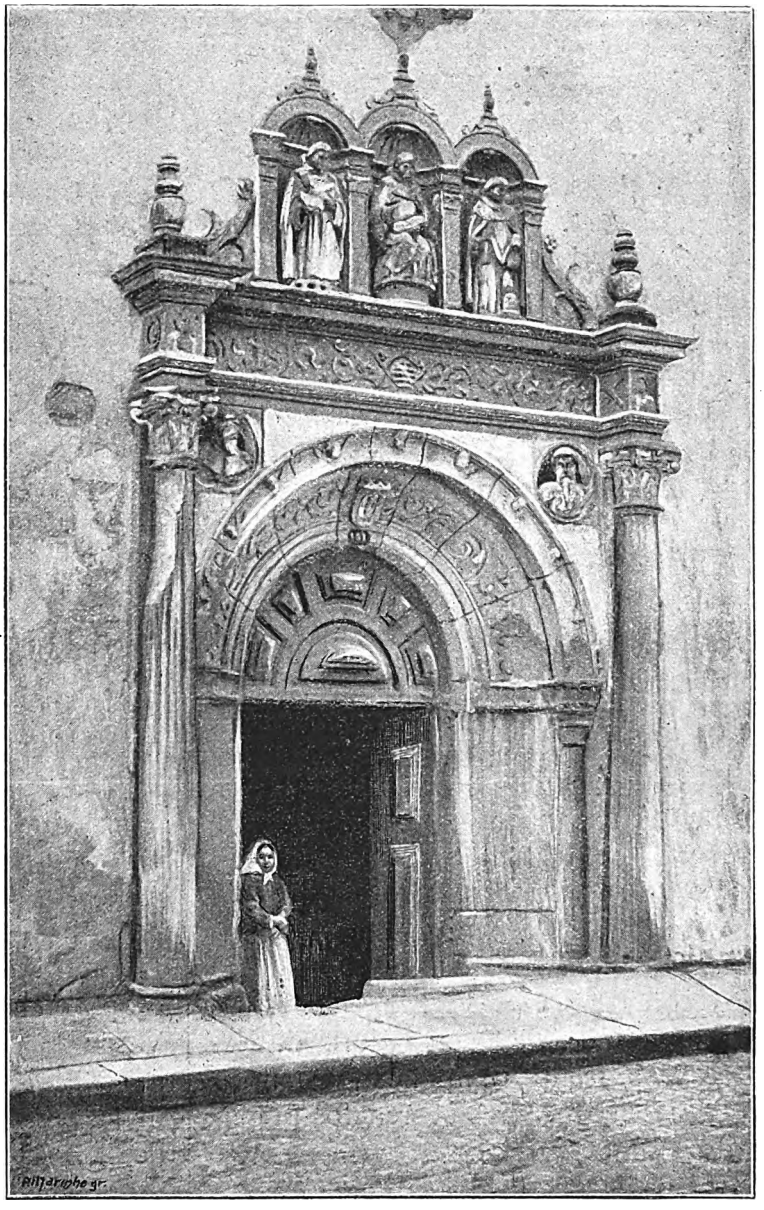
Portugal a inveja d'uns e a colera dos outros; que os principes musulmanos e as poderosas republicas italianas se collocariam entre os nossos inimigos, e as outras nações da Europa entre os invejosos e os malevolos. D. Manuel teve o bom senso de regeitar esses timidos conselhos, e de começar, logo no anno seguinte, os seus preparativos para a gloriosa expedição.

Um homem notavel, para quem essa India que se procurava devia ser theatro das mais gloriosas façanhas de que um braço humano se podia ufanar, o homem de cujos feitos illustres devia dizer Camões:

Ou parecerão fabulas sonhadas,
Ou que os celestes coros invocados
Descerão a ajudal-o e lhe darão
Esforço, força, ardil e coração.

Duarte Pacheco, emfim, assistia, ainda na sombra, mas já descortinado tambem pela vista d'aguia de D. João II, aos preparativos da viagem. N'um livro, que posteriormente escreveu, e se intitulava *Esmeraldo de situ orbis*, livro que ainda hoje se conserva inedito, mas do qual J. H. da Cunha Rivara deu no *Panorama* alguns extractos interessantissimos, conservou-nos ácerca d'esses preparativos as seguintes particularidades, que mostram o cuidado, o zêlo com que se previa tudo.

«Não convinha que para este descobrimento e viagem, diz Duarte Pacheco, se excedesse o modo da grandura das náus e quantidade d'ellas, e por isso mandou el-rei nosso senhor que se fizessem quatro navios pequenos, que o maior d'elles não passasse de cem toneis para cima, porque para terra não sabida e tão incognita como aquella então era, não era necessario serem maiores: e isto se fez assim, porque mais ligeiramente podessem entrar e sahir em todo o logar, o que, sendo grandes, não podiam fazer; e estas se fizeram por sin-



COIMBRA — PORTA DO CONVENTO DE S. THOMAZ

Digitized by Google

gulares mestres e officiaes, e assaz fortes de madeira e pregadura; e com tres esquipações de vellas cada náu, e assim amarras e outros apparelhos, e cordoalha trez e quatro vezes dobrado, além do que costumam trazer; a lança dos toneis, pipas, barris, assim de vinho, como d'agua, vinagre e azeite, toda foi arqueada com muitos arcos de ferro, que cada peça levava por segurar o que dentro tinha: os mantimentos de pão, vinho, farinhas, carnes, legumes, e coisas de botica, e assim armaria e bombardaria, tudo isto foi dado em tanta abastança quanto a necessidade do caso convinha, e muito mais; e assim foram mandados n'esta viagem os principaes pilotos e mareantes, e mais sabedores na arte da marinharia, que se n'esta patria acharam; aos quaes foram ordenados tão grandes soldos com outras mercês, e tão bem pagos, que precederam todos os outros salarios, que toda a outra gente do mar pelas outras provincias costumam haver; n'esta viagem se fizeram tantas e tão grandes despezas com tão poucas náus, que, por não parecerem graves de ouvir e crêr, o deixo de dizer pelo miudo, das quaes o nosso principe então não houve mais utilidade que sómente ser descoberta e novamente sabida alguma parte d'aquella Ethiopia sob Egypto e o principio da India inferior[1].»

Agora os eruditos annotadores do *Roteiro de Vasco da Gama* nos prestam os restantes pormenores ácerca dos preparativos da expedição.

Os navios eram quatro, como sabemos; dois, que tinham por nome *S. Gabriel* e *S Raphael*, foram construidos debaixo da direcção de Bartholomeu Dias, com madeira que D. João II para isso destinára, que mandára cortar pelo seu moço do monte João de Bragança, e que estava guardada na casa da Mina; o thesoureiro, que dirigiu a parte financeira dos aprestos da expedição, foi o thesoureiro da Casa da Mina, chamado Fernão Lourenço. Os outros navios, um dos quaes era uma caravella de 80 toneladas, e o segundo uma náu de 200 toneladas destinada á conducção dos mantimentos, foram comprados por el-rei D. Manuel — a caravella a um piloto de Lagos, chamado Berrio, e por isso a caravella se chamou *Berrio*, a náu dos mantimentos, que, segundo assevera Gaspar Correia, se chamava *S. Miguel*, foi comprada a Ayres Correia. Vasco da Gama levava por instrucção queimal-a na angra de S. Braz, repartindo pelos outros navios os mantimentos que restassem, e os tripulantes. Do arranjo d'estes navios já Duarte Pacheco deu aos leitores copiosissima noticia.

Vejâmos quaes eram os heroes principaes, e mesmo os humildes, cujos nomes sobreviveram, d'esta maravilhosa Odysséa.

O capitão do navio *S. Gabriel* era o proprio chefe da expedição, o illustre Vasco da Gama; o seu piloto era o mesmo que, dirigindo a expedição de Bartholomeu Dias, primeiro affrontára as iras do Tormentorio, era Pero d'Alemquer, tão olvidado pelos nossos historiadores, e comtudo tão digno de ser illu-

---

[1] *Esmeraldo de situ orbis*, I. 4.°, cap. 2.°, citado por Cunha Rivara no artigo *Duarte Pacheco*, publicado ns vol. 5.° da 1.ª série do *Panorama*, pag. 11. O original d'este livro declara Diogo Barbosa Machado que existia na livraria do marquez d'Abrantes. «A linguagem e o estylo, diz Rivara, são os melhores, que se sabiam no principio do seculo de quinhentos, antes do grande mestre da lingua João de Barros ter eternizado nas suas Décadas, não inferiores ás de Livio, a memoria d'este mesmo Alcides Lusitano, e dos outros nossos grandes capitães do Oriente »

«Alli vereis tractadas e decididas acertadamente as grandes questões cosmographicas dos antigos tempos. Alli vereis a narração singella do mareante enlaçada com a vária erudição sagrada e profana do hemem curtido sobre os livros. Alli achareis mui curiosas, verdadeiras, e porventura novas noticias de nossas primeiras navegações, que, como de contemporaneo, e tão entendido, são muito d'aproveitar para desmanchar conjecturas de criticos de má morte.»

Digitized by Google

minado por uma porção da gloria que illumina quasi exclusivamente as figuras sublimes dos seus dois illustres chefes —Bartholomeu Dias e Vasco da Gama! O escrivão d'este navio era Diogo Dias, irmão do descobridor do cabo da Boa-Esperança.

O *S. Raphael* era commandado por Paulo da Gama, irmão de Vasco; o piloto era João de Coimbra; escrivão João de Sá.

O *Berrio* tinha por commandante Nicolau Coelho, o piloto era Pero Escobar, e o escrivão Alvaro de Braga.

Um criado da casa dos Gamas, chamado Gonçalo Nunes, governava a náu *S. Miguel*.

Levava a armada dois interpretes, um da lingua arabe, chamado Fernão Martins, outro da lingua dos negros, chamado Martim Affonso.

O capellão da armada, diz Faria e Souza, baseando-se (segundo assevera) n'uns papeis antigos, que pôde consultar e eram dignos de fé, o capellão da armada pois, segundo o testemunho um pouco suspeito de Faria de Souza, era um religioso trinitario chamado Pero de Cobillones.

Vejâmos agora quaes os nomes que podemos apontar, de simples soldados e marinheiros d'essa cruzada heroica. Encontral-os-hemos dispersos em Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, Faria e Souza, no *Roteiro de Vasco da Gama* e nos *Commentos aos Lusiadas* de Manuel Correia. Juntemos esses membros d'uma pleiade que tanta gloria adquiriu para si e para a patria.

Temos pois Alvaro Velho, segundo todas as probabilidades auctor do *Roteiro*, Fernão Velloso, que Camões escolheu para alegrar o seu quadro épico e sublime ao pintal-o dèscendo o outeiro perseguido pelos negros, e ouvindo as chufas dos companheiros que lhe bradavam:

Olá Velloso amigo, aquelle outeiro
É melhor de descer que de subir,

Temos ainda Gonçalo Pires, Gonçalo Alvares, mestres da *S. Gabriel*, Sancho Mexia, Pedro de Faria e Figueiredo e Francisco de Faria e Figueiredo, e Leonardo Ribeiro, que Luiz de Camões nos

MORABITINO, DE D. AFFONSO I

pinta galanteador acerrimo, voluvel adorador do bello sexo, verdadeiro heroe d'Ariosto, que se regala, mais do que ninguem, perseguindo aquella caça tão pouco esquiva e tão linda da *Ilha dos Amores*.

Leonardo mancebo bem disposto,
Brioso cavalleiro e enamorado,
A quem amor não déra um só desgosto,
Mas sempre fôra d'elle maltratado.

Eis quaes foram os heroes, cujos nomes sobreviveram ao olvido. Eram 160!

D'esses cento e sessenta devemos descontar dez ou doze degredados, que Vasco da Gama levava com ordem de os ir deixando pelo caminho ao longo das costas descobertas[1]. Dos cento e quarenta e oito restantes a Portugal apenas voltaram sessenta e sete; á posteridade apenas chegaram os nomes de vinte e um!

A todos estes marinheiros mandou Vasco da Gama que, emquanto preparavam os navios, se instruissem o mais que podessem em carpintaria, serralharia e outros officios, que lhes podiam ser uteis no mar. Por isso tambem el-rei D. Manuel lhes augmentou os soldos,

[1] D'esses infelizes conservou-nos Gaspar Correia o nome d'um, que ficou em Moçambique, e se chamava João Machado.

Digitized by Google

que eram enormes para o tempo, porque, segundo affirmações de Gaspar Corrêa, os marinheiros ganhavam por mez cinco cruzados! e n'esta expedição se lhes augmentaram dois cruzados. Além d'isso, D. Manuel deu cem cruzados a cada homem casado, para deixar á familia, e a cada solteiro quarenta, para comprar o que julgasse necessario. Vasco da Gama e seu irmão Paulo da Gama receberam cada um dois mil cruzados d'ajuda de custo, Nicoláu Coelho mil.

Era prodigo D. Manuel, emquanto não recebia serviços; depois olvidava-os facilmente.

Dirão por acaso os leitores que nos demoramos demasiadamente em pormenores que nada importam? que não valia a pena particularisarmos tanto, e que era escusado, por exemplo, arrancarmos do olvido em que jaziam, os nomes dos infimos marinheiros da expedição? Não o entendemos assim: n'essa gigante Odysséa cada particularidade é digna de reparo e de veneração; cada um d'esses homens obscuros fez mais para a gloria da sua patria, do que gerações inteiras que se lhes seguiram, e, se os antigos poétas épicos memoravam, na descripção dos combates, os nomes e as acções dos mais insignificantes pelejadores, n'esta outra gloriosa epopéa não devemos esquecer tambem nem um só dos que escreveram tão sublimes estrophes nas paginas espumosas do Oceano, nem um só d'aquelles que, n'uma lucta quotidiana com as vagas enfurecidas, obraram prodigios de coragem, e perseveraram até completarem o seu poema sublime, fazendo tremular nas aguas de Calicut o pendão ovante das quinas.

CAPITULO XVII

Primeira expedição dos Portuguezes á India — A partida

NUMEROSOS historiadores tractam d'este importante assumpto da expedição de Vasco da Gama á India. Estrangeiros e nacionaes se occuparam de o relatar; falaremos aqui unicamente dos contemporaneos, ou dos que escreveram em tempos muito proximos dos acontecimentos.

Temos Damião de Goes, na *Chronica d'el-rei D. Manuel*. Escriptor digno de credito, e possuidor de um bom criterio e de muita erudição, as suas obrigações de chronista de um reinado completo, e não de uma expedição particular, impunham-lhe o dever de ser conciso; e muitas vezes tambem não ousaria dizer a verdade toda ácerca de successos de navegação, que poderiam parecer menos honrosos para os expedicionarios. Julgâmos, comtudo, que é muito digno de ser consultado, e com proveito, especialmente no que diz respeito ás relações dos Portuguezes com os estrangeiros: porque as suas longas viagens, a sua convivencia intima com sabios de muitos paizes, e a sua erudição profunda haviam-n'o dotado da faculdade da generalização, que era rarissima no seu tempo. N'este acontecimento especial da viagem de Vasco da Gama, Damião de Goes, comtudo, não póde ser nunca a primeira auctoridade.

A posição especial de João de Barros, encarregado officialmente de escrever a

Digitized by Google

historia da Asia portugueza, e senhor, na sua qualidade de feitor da casa da India, Mina e Ceuta, de todos os documentos relativos ao assumpto que tractava, torna-o precioso para a historia das nossas navegações. Comtudo a sua tendencia para seguir Tito Livio, a sua preoccupação do bom estylo e da boa linguagem, uma por outra vez o conduziria a embellezar os factos. Além d'isso, sujeito ás conveniencias de côrte, como Damião de Goes, nem sempre fala com bastante desembaraço, e expõe unicamente o lado brilhante dos acontecimentos que narra. Devemos, por conseguinte, aproveitar as *Décadas*, mas sempre com certa prevenção.

De todos os historiadores cujos livros foram impressos antes do seculo em que vivemos, o mais digno de fé, principalmente no que respeita á expedição de Vasco da Gama, é sem duvida Fernão Lopes de Castanheda. Além d'elle ser naturalmente severo e veridico, de ter viajado na India em tempos não muito posteriores ao descobrimento, succede que evidentemente foi elle o unico de todos os historiadores que teve presente o *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, escripto por um dos que n'ella tomaram parte. A sua *Historia da India* é portanto, n'esse ponto, digna de mais credito do que as *Décadas* de Barros ou a *Chronica de D. Manuel*, de Damião de Goes. Mas, apezar d'elle não ser historiador official, historiador cortezão, a sua obra, publicada no tempo de D. João III, foi sujeita á régia censura, porque, segundo nos diz Couto, d'ella se expungiram passagens que feriam, com verdades desagradaveis, alguns dos fidalgos de mais polpa.

Eis as palavras do continuador de João de Barros:

«Este homem, diz elle referindo-se a Castanheda, andou na India quasi dez annos, correndo a mór parte d'ella, até chegar a Malaca, escrevendo as coisas d'aquelle tempo mui diligentemente, que

D. BRITES DE MENEZES, FUNDADORA DO MOSTEIRO DE S. MARCOS

recopilou em dez livros, acabando o seu decimo com o governador D. João de Castro. Este volume nos disseram algumas pessoas dignas de fé, que el-rei D. João mandára recolher, a requerimento d'alguns fidalgos que se acharam n'aquelle raro e espantoso cêrco (o segundo de Diu) porque n'elle falava verdades.

«A estes e outros riscos se expõem os escriptores que as escrevem, emquan-

Digitized by Google

to vivam os homens de quem o fazem[1].»

Eis por conseguinte o que torna tambem Castanheda um tanto suspeito por alguns casos.

O bispo de Silves D. Jeronymo Osorio, livre d'essas preoccupações e d'essas censuras, em alguns pontos differe das narrativas de Barros e de Castanheda, e de Damião de Góes, e mostra por conseguinte que obteve informações, que os outros não tiveram, ou que se viram obrigados a desdenhar. Mas, em geral, escrevendo em Portugal, e posteriormente a Barros e a Castanheda, quasi sempre lhes segue a narrativa, e a sua historia *De rebus Emmanuelis* não nos elucida muito mais ácerca dos pontos que nos interessam.

Dos escriptores estrangeiros foi Maffei quem tractou mais especialmente do descobrimento da India pelos Portuguezes, e veiu a Portugal de proposito para colher informações fidedignas. Não temos á vista a sua Historia das Indias, mas temos a obra do padre Lafitau, que tomou para guia principal o escriptor italiano. No prologo da traducção portugueza do livro de Lafitau, lê-se o seguinte, quando se enumeram as obras que subsidiaram Lafitau no seu trabalho: «A Historia das Indias elegantemente escripta, em latim, por Maffêo, de nação italiana, o qual veiu de proposito a Portugal para ahi se estabelecer, e compôr aquella historia, a qual elle conduziu até ao reinado de D. João III. Esta obra foi depois traduzida na lingua portugueza por fr. Antonio de S. Romão; Maffêo passa por escriptor fiel e moderado[2]».

Apezar d'isso Maffêo não fez mais do que aproveitar o que fôra escripto antes d'elle pelos historiadores portuguezes.

Outro italiano, Ramusio, publicando uma importante collecção de viagens, não quiz deixar d'incluir a viagem de Vasco da Gama. Vejâmos comtudo o que dizem a esse respeito os editores do *Roteiro de Vasco da Gama*, combatendo a opinião de que fôra este illustre Portuguez quem escrevêra o livro:

«Quando Ramusio fez a sua Collecção de Viagens, não poupou diligencias para alcançar os impressos e manuscriptos de nomeada e veracidade, que fizessem a seu intento de dar reunidas n'um corpo todas as noticias relativas aos descobrimentos e navegações dos modernos. Não só quem lêr os prologos dos *Giuntas*, editores da collecção, ficará convencido d'isso, mas tambem quem se lembrar de que alli apparecem algumas relações, escriptas por Portuguezes, e cuja existencia ignorariamos se lá se não encontrassem. Sendo isto certo, não nos parece de crêr que a narração da viagem de Vasco da Gama, por elle proprio escripta, fosse tão desconhecida que escapasse ás indagações de Ramusio; e tanto mais que não foi por abundancia d'outras relações que elle a omittiu, visto que para inserir na sua collecção alguma coisa tocante ao descobrimento da India, aproveitou o livro III da 1.ª Década de João de Barros, que havia pouco tinha publicado as duas primeiras Décadas da sua Asia[1]».

Temos portanto que os livros a con-

---

[1] Diogo de Couto, *Décadas* — Dec. IV, t. V, cap. I. (Ed. de 1602).

[2] «Historia das descobertas e conquistas dos Portuguezes em Africa, Asia e America, textualmente coordenada sobre aquella (!) do P. Lafitau e distribuida sob um plano melhor, e mais conveniente com a natureza da materia, e illustrada com notas e estampas por um Portuguez zeloso para gloria e reputação nacional», tomo I. Prefação, pag. IV (Lisboa, 1843).

Como se vê do titulo, este Portuguez zeloso da gloria nacional era-o muito menos da pureza do idioma. O livro póde-se dizer que está escripto em francez com terminações portuguezas. A linguagem do traductor era muito menos patriotica do que as suas intenções.

[1] *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama* — Prologo da 1.ª edição, pag. XX (2.ª edição. Lisboa 1861).

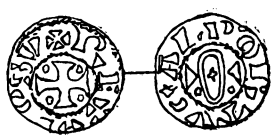
Digitized by Google

sultar ácerca d'esta importantissima expedição eram até ao presente seculo as *Décadas* de João de Barros, a *Historia da India* de Fernão Lopes de Castanheda, a *Chronica de D. Manuel* de Damião de Goes, e o *De rebus Emmanuelis* de D. Jeronymo Osorio. Mas n'este seculo duas publicações importantissimas vieram encher as lacunas que se sentiam nas narrativas dos chronistas officiaes. A primeira foi a do *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, a segunda a das *Lendas da India* de Gaspar Correia.

Impresso primeiramente no Porto em 1838, e depois, em 1861, em Lisboa, d'ambas as vezes por A. Herculano e barão de Castello de Paiva, o *Roteiro da viagem de Vasco da Gama* é uma relação importantissima, por ter sido escripta por uma testemunha ocular, evidentemente marinheiro, como se deduz do contexto da obra. Só por conjecturas se poderá determinar o nome do auctor; mas todas as probabilidades se reunem a favor da supposição dos editores, que attribuem o *Roteiro* a Alvaro Velho.

As *Lendas da India* foram começadas a publicar em 1858, por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, debaixo da direcção de Rodrigo Felner. Fôra seu auctor Gaspar Correia, que serviu d'amanuense ao grande Affonso d'Albuquerque e muito tempo viveu na India, escrevendo a historia do que se passava deante dos seus olhos, e tomando com o maior escrupulo, dos documentos officiaes e da narrativa das testemunhas oculares, os elementos para a historia do que não presenceára. Acerca da navegação de Vasco da Gama deram-lhe informações alguns dos expedicionarios, que poude ainda conhecer e tractar. Não tendo nunca impresso as *Lendas*, não teve que guardar conveniencias, nem que soffrer os cortes da censura, e os manuscriptos chegaram até nós como lh'os dictou o seu amor sincero da verdade. Com pouquissimos predicados litterarios, a sua narração comtudo tem muita vida, sentem-se n'ella, se assim nos podêmos exprimir, palpitar os acontecimentos.

«Gaspar Correia, diz Felner, pisando as terras do Oriente quinze annos antes de Fernão Lopes de Castanheda e começando primeiro que elle a lançar os alicerces da sua historia, conquistou para si os fóros de decano dos historiadores dos feitos da India; e porque viu a maior parte dos successos que relata, e mesmo os que não viu narrar por miudo, guiando-se não por tradições remotas e incertas, mas por informações fidedignas, tem um valor immenso para o estudo do periodo que abrangem as suas *Lendas*. Realça-lhe ainda o preço não deslisar, movido por injuria ou beneficio, da restricta imparcialidade que é a alma da historia. Promette-o elle com a vehemencia da verdade e um tão sincero respeito religioso que excluem toda a suspeita de fingimento; e, satisfazendo a promessa, mitiga a dôr causada pela perda de um importantissimo escripto contemporaneo, e de muitos documentos relativos á primitiva épocha da conquista[1]». Podia-se observar talvez que a auctoridade de Felner é um pouco suspeita, como editor da obra que elogia, e naturalmente disposto a aprecial-a d'um mo-



Mealha, de D. Affonso I

[1] «Lendas da India por Gaspar Correia, publicadas d'ordem da classe de sciencias moraes, politicas e bellas-lettras da Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a direcção de Rodrigo José de Lima Felner, socio effectivo da mesma academia, obra subsidiada pelo governo de Portugal. Livro primeiro, contendo as acções de Vasco da Gama, Pedralvares Cabral, João da Nova, Francisco d'Albuquerque, Vicente Sodré, Duarte Pacheco, Lopo Soares, Manuel Telles, D. Francisco d'Almeida, Lenda de 13 annos, desde o primeiro descobrimento da India até ao anno de 1510,» — T. I, p. 1.ª—«Noticia preliminar» pag. XII, (Lisboa 1858).

Digitized by Google

do favoravel. Mas eis a opinião d'um juiz insuspeito que avalia ao mesmo tempo as duas obras, as *Lendas* de Gaspar Correia e o *Roteiro de Vasco da Gama*.

«A publicação d'este livro (o das Lendas) emprehendida pela Academia, veiu, digâmos assim, augmentar a valia do Roteiro da Viagem de Vasco da Gama. As Lendas, inferiores pela fórma ás Décadas de Barros, e até, se quizerem, á rude historia de Castanheda, são, quanto á substancia, muito superiores áquella, e ainda á humilde, mas evidentemente sincera, narrativa de Castanheda. Á maior auctoridade d'um homem que tinha intervindo em grande parte dos successos que narra, e que estivera collocado por muito tempo n'uma situação vantajosa para apreciar bem os acontecimentos da India, associa-se no livro de Correia a candura que transparece nos seus periodos singellos, e uma pontualidade e naturalidade em descrever os factos, que inspiram confiança no mais subido gráu. Em relação á viagem do descobrimento, como em relação a outros tantos pontos da nossa historia da India, as Lendas levam decisiva vantagem ao que escreveram Barros e Castanheda. A vida intima dos homens que emprehenderam e levaram a cabo aquella arriscadissima empresa, as phases moraes, as peripecias da expedição, a lucta das paixões humanas no resumido theatro de tres navios, tudo se desenha com vivas côres e firmes contornos na relação de Gaspar Correia. Mas os factos externos, por assim nos exprimirmos, da expedição, são ahi muitas vezes fluctuantes, omissos e indecisos. É o roteiro que completa o trabalho do chronista, e que, com elle, torna logo perfeitamente conhecido em todas as suas circumstancias um dos principaes assumptos da historia das nações modernas[1]».

Antes de entrarmos, tanto na historia da expedição que ia mudar em grande parte a face do mundo, como na do nosso imperio indiano, quizemos marcar bem as differentes qualidades dos escriptores que tinham de nos servir de guia. Pelo que dissemos, parece-nos que está o caminho apontado. Sem desdenharmos Barros, Castanheda, Damião de Goes e Jeronymo Osorio, serão as Lendas e o Roteiro que seguiremos de preferencia, não cessando de os cotejar com os outros livros dos escriptores do seculo XVI[1]. Depois encostar-nos-hemos a Diogo do Couto, que tem muitas qualidades de Gaspar Correia, com predicados litterarios muito mais notaveis. Entremos agora na historia cujos materiaes indicamos.

Estava já tudo preparado; no dia 7 de julho de 1497, uma sexta-feira, Vasco da Gama, seu irmão Paulo da Gama e Nicoláu Coelho foram velar a noite na capella de Nossa Senhora de Belem, situada no Restello, no local onde se ergueu depois o magnifico edificio de Santa Maria de Belem. Construida por ordem do infante D. Henrique para irem alli os marinheiros, antes d'encetarem as suas viagens, invocar o auxilio do céu, a pobre ermidinha erguia-se defrontando com o rio, melancholica e solitaria. Alli resou Vasco da Gama devotamente para que a Providencia lhe fosse propicia, para que a Virgem, orago da capellinha, lhe fosse nas tribulações do Oceano a *stella maris* que os Christãos invocam nas litanias.

No dia seguinte, sabbado, reuniu-se turba immensa no Restello, veiu el-rei, vieram padres para dizer a missa, e, de-

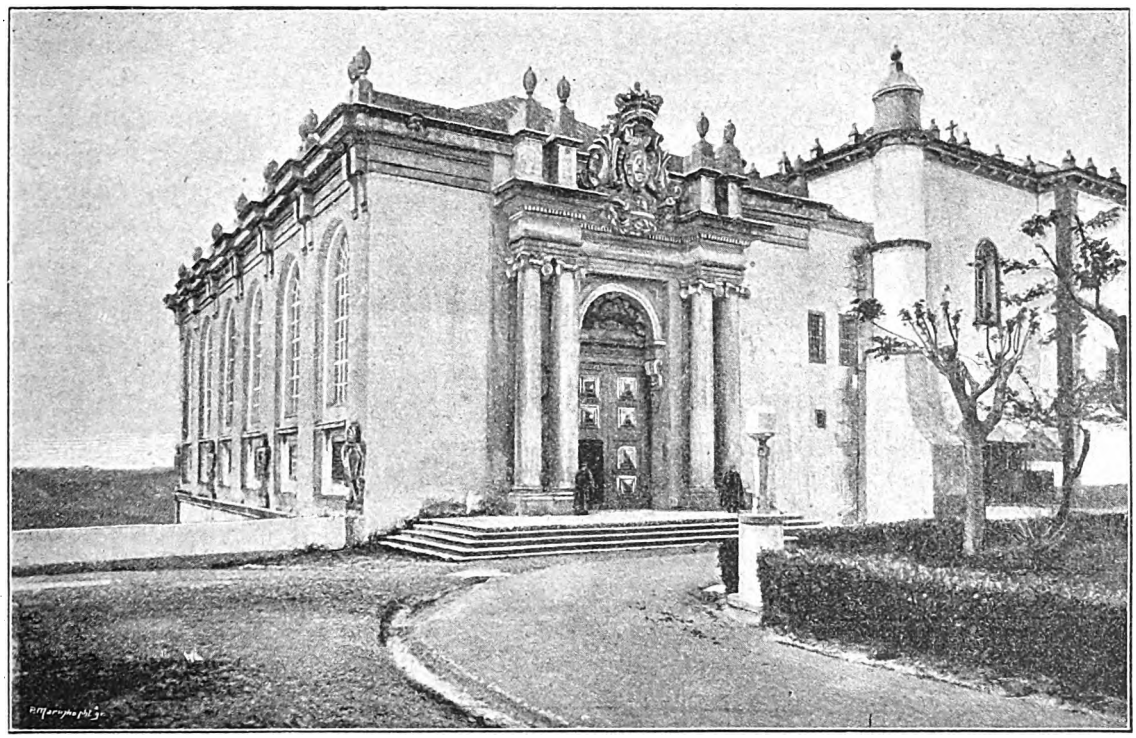
---

[1] *Roteiro da viagem de Vasco da Gama. Advertencia da segunda edição*, p. IX. Parece-nos que é devida á penna de A. Herculano.

[1] Lendas, ainda assim só as seguiremos quando tractarem de coisas que Gaspar Correia viu ou que succederam em tempos muito proximos do seu. Quando conta o que lhe contaram, Gaspar Correia escreve com fidelidade, mas sem criterio.

Digitized by Google

pois, os navegantes caminhando em procissão devota na direcção do rio, empunhando cada um d'elles uma tocha, encaminharam-se para os navios. A solemnidade religiosa accrescentava a sua magestade ao acto já de si tão solemne. Os marinheiros embarcaram. A' beira do rio a multidão derramava lagrimas copiosas. Quantos (senão todos) d'aquelles que partiam não tornariam a vêr terras da patria? Que sorte os esperava nas longinquas regiões que demandavam? Levariam a cabo a sua aventurosa empreza? João de Barros descreve com a sua costumada eloquencia esta scena magnifica. El-rei metteu-se n'um escaler, e foi até junto dos navios da expedição para assistir á partida. Emfim soou o signal esperado; os navios, levantando ferro, voltaram a prôa ao poente. Uma fraca brisa lhes enfunou as velas; a multidão enviou da praia um immenso adeus, envolto n'um clamor d'angustia e d'esperança; responderam os marinheiros com uma saudação alegre de despedida; e a esquadrilha de Vasco da Gama, sulcando as aguas do Tejo, que o sol de julho inundava d'esplendor, vogou ufana em direcção da barra.



COIMBRA — EXTERIOR DA BIBLIOTHECA DA UNIVERSIDADE

Era o dia 8 de julho de 1497.

Desfere as pandas vélas á viração do Oceano, ó nova e mais audaciosa Argos. O vello d'ouro, que os teus tripulantes vão conquistar, virá talvez ser para a patria a semente iniqua do aviltamento; mas, pela vossa audacia, náus que levaes no seio o futuro da civilização do mundo, merecieis, mais do que o navio dos Argonautas, que a posteridade agradecida vos collocasse no céu, baixeis de luz agrupados em constellação radiosa!

Digitized by Google

CAPITULO XVIII

A viagem. — A Bahia de Santa Helena O Cabo da Boa Esperanca. — Quiloa. — Mombaça

Além dos quatro navios, que compunham a esquadrilha de Vasco da Gama, ia com elles tambem Bartholomeu Dias, não, como alguns escriptores sem fundamento dizem, para pôr a esquadrilha a caminho do Cabo da Boa Esperança, mas simplesmente para ir á costa da Mina fazer o resgate do ouro. Era bem escusado ir Bartholomeu Dias até ao Cabo da Boa-Esperança, quando o seu piloto, Pero d'Alemquer, era tambem o piloto de Vasco da Gama.

No dia 15 de julho chegou a frota á altura das Canarias, demoraram-se pescando n'aquellas alturas, e chegaram pouco depois á vista do Rio do Ouro. Veiu uma cerração espessa, que fez com que o *S. Raphael,* a nau dos mantimentos *S. Miguel*, o *Berrio* e a caravella de Bartholomeu Dias se perdessem do capitão-mór. O caso fôra previsto comtudo, e aprasado como ponto de reunião para todos os navios da frota o archipelago de Cabo Verde. No dia 23 de julho acharam-se, menos o capitão-mór, todos reunidos á vista da ilha do Sal, no dia 26 appareceu Vasco da Gama, e a assembléa geral dos navios expedicionarios foi festejada por todos com muito alvoroço; no dia 27 chegaram á ilha de Santiago, onde se proveram de agua e lenha.

No dia 3 de agosto partiram de novo, e, separando-se de Bartholomeu Dias, que seguiu caminho da Mina, cortaram ao sul, tomando muito ao largo, e voltaram depois a les-sueste, descrevendo assim um angulo obtuso, pouco mais do que recto[1]. No dia 4 de novembro de 1497 houveram vista de terra: tinham chegado á angra a que pozeram o nome de Santa Helena.

Era um sabbado, na terça-feira seguinte mandou Vasco da Gama Pero d'Alemquer[2] sondar a enseada, e, achando-a boa o experimentado piloto, lançaram ferro e prepararam-se para repousar da sua longa fadiga. Quatro leguas ao sueste da bahia de Santa Helena viram um rio que chamaram de Santiago[3].

A terra era habitada, segundo a descripção, em todo o ponto conforme, que d'ella fazem Damião de Goes, João de Barros, Gaspar Correia e Alvaro Velho (o auctor provavel do *Roteiro*) por essa raça apparentada com a dos Hottentotes, e que é conhecida pelo nome de Bosjesmans ou Bushmen. No dia 9 saltaram em terra alguns dos expedicionarios para tomarem a altura do sol, diz João de Barros, o que os instrumentos, ainda então bastante grosseiros, de nautica lhes não permittiam fazer com sufficiente exactidão durante a viagem. Encontraram negros, e tomaram um d'elles, que estava apanhando mel na concavidade de uma arvore, e que, segundo Alvaro Velho assevera, se parecia com Sancho Mexia, o que não prova

---

[1] Veja-se o bello mappa demonstrativo da viagem de Vasco da Gama, de que vêm acompanhadas as duas edições do *Roteiro*.

[2] Todos os historiadores dizem uniformemente que o encarregado fôra Nicolau Coelho; mas o auctor do *Roteiro* declara que foi Pero d'Alemquer, e a sua auctoridade vence a de todos os outros, além de ser mais natural que ao piloto da expedição fosse incumbida essa tarefa.

[3] Chama-se hoje rio Berg.

Digitized by Google

muito a favor da formosura do sobredito Sancho.

Trouxeram os marinheiros o negro á nau do capitão-mór, que o recebeu com muito agrado e o sentou á sua mesa. O preto estava tranquillo e não fez ceremonia. Adornado com fatos de côres vistosas, e levando como presentes as coisas que lhe agradaram, e que eram principalmente cascaveis e outras ninharias, foi o negro para terra, e, segundo parece, contou aos seus compatriotas maravilhas a nosso respeito, porque no dia seguinte, 10, appareceram uns quatorze ou quinze pretos, com os quaes foi ter o capitão-mór, mostrando-lhes canella, ouro e outras especiarias, para vêr se elles diziam que tinham d'aquella fazenda em suas terras; mas os negros mostraram evidentemente que não conheciam similhantes coisas. No dia immediato voltaram em numero de quarenta ou cincoenta, e os marinheiros foram a terra para lhes comprarem differentes curiosidades a troco de ceitis, que elles apreciavam, por gostarem muito de cobre; no dia seguinte fizeram o mesmo; um Portuguez comtudo, valente de primeira ordem, até mesmo um pouco fanfarrão, o Velloso, que tanto conhecemos das magnificas oitavas de Camões, desejou ir com elles, para vêr como viviam: o capitão-mór não lhe queria conceder licença, mas Fernão Velloso tanto insistiu que afinal foi. Não tardou muito que reapparecesse correndo, e dando brados, para que lhe acudissem.

Primeiro não fizeram os companheiros muito caso, por elle ser, segundo assevera Damião de Goes, «rebolão, assomado, e falar sempre de valentias[1].» Mas quando viram os negros apparecer com azagaias, correram em auxilio do companhelro. Ou começassem os negros as hostilidades, como diz o auctor do *Roteiro*, ou se pozessem em defensiva contra a attitude bellicosa dos nossos, como querem Barros e Damião de Goes, é certo que se travou um combate em que os Portuguezes não levaram a melhor, porque tiveram de recolher aos bateis com alguns feridos, entre os quaes o proprio Vasco da Gama. Esclarecido o caso, soube-se que Fernão Velloso tomára parte com os negros n'um banquete, cujo principal manjar fôra lobo marinho, e que depois os quizera acompanhar a suas casas; mas elles não consentiram, e accommetteram-n'o, obrigando-o a fugir.

Estas hostilidades tinham tornado mais demorada a persistencia na angra de Santa-Helena. No dia 16 de novembro, quinta-feira, levantaram ferro, e proseguiram o seu caminho. Não sabiam a que distancia estavam do Cabo da Boa-Esperança; Pero d'Alemquer suppunha que estariam, quando muito, a trinta leguas. Effectivamente, no dia 19 avistaram o Cabo; o gigante Adamastor erguia-se de novo do seio das aguas, procurando defender, contra os audaciosos navegadores, o mundo cuja guarda lhe fôra confiada por tantos seculos.

---

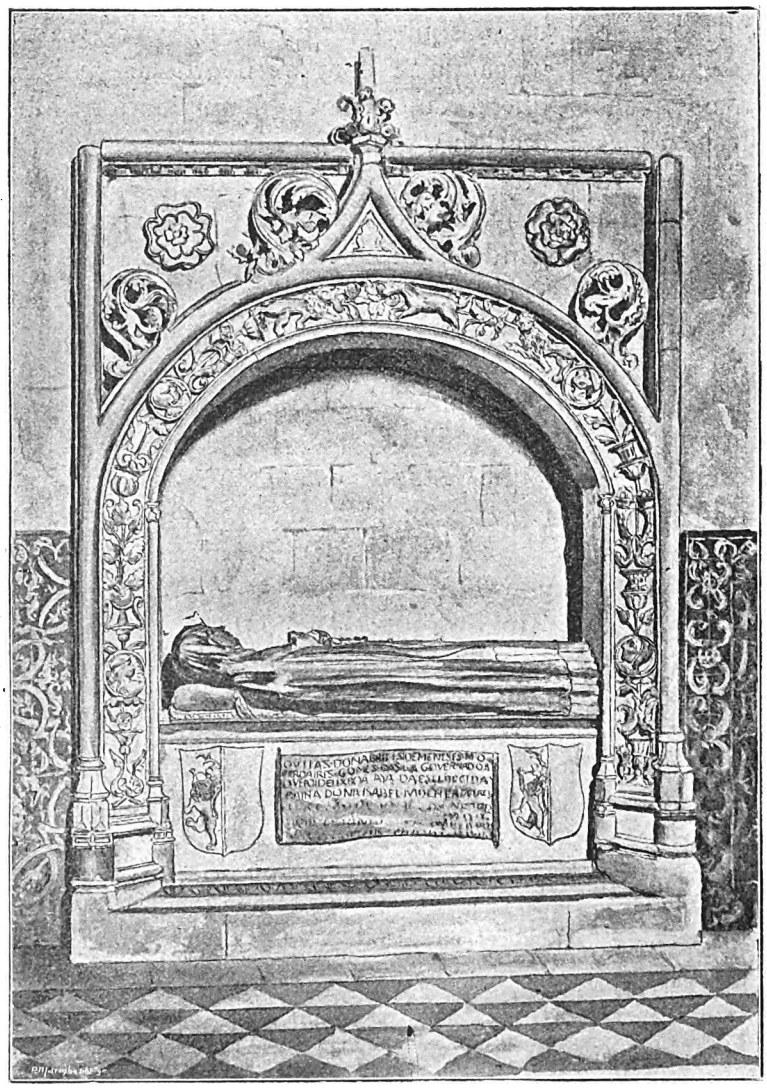
[1] Este caso de Fernão Velloso é contado de diversas maneiras. Jeronymo Osorio assevera que os negros o quizeram obrigar a comer lobo marinho, e que elle, revoltando-se contra essa exigencia gastronomica, deitára a fugir; Barros e Goes affirmam que o homem, depois de comer o lobo, não achando do seu agrado nem o banquete nem os convivas, retirava á pressa, e que os pretos o seguiram sem intenções hostis. Seguimos, como de unica testemunha ocular, a versão do auctor do *Roteiro*. Devemos aqui fazer notar aos leitores quanto o nosso grande poeta Camões é, nas mais leves particularidades, fiel ao texto dos chronistas, que sempre consulta e lê. A Velloso podia, usando do seu direito de poeta, dar o caracter que entendesse; mas não, pintou-o tal qual como era. Que bem se manifesta a indole fanfarrã, descripta em dois traços por Damião de Goes, na sua resposta aos companheiros, que lhe diziam motejando:

«Olá Velloso amigo, aquelle outeiro
É melhor de descer que de subir.»
Sim, é, respondeu o ousado aventureiro:
«Mas quando eu para cá vi tantos vir
D'aquelles cães, á pressa um pouco vim,
Por me lembrar que estaveis cá sem mim!»

Digitized by Google

Tres dias estiveram tentando dobrar o cabo sem o conseguirem; os ventos ponteiros faziam-n'os constantemente voltar desanimados; o cabo Tormentorio afferrava-se no seu antigo nome, e queria justifical-o; a magnifica ficção de Camões tinha o seu fundamento na realidade, e alli a intuição do poeta venceu o historiador, porque, adoptando como mais dramatica e mais propria do seu assumpto a versão de Castanheda do com bonança; mas o auctor do *Roteiro* contradiz, asseverando que estiveram tres dias sem o poderem dobrar. Constantemente os repellia a tempestade, essa nuvem que trazia no bojo a procella.

Tão temerosa vinha e carregada
Que poz nos corações um grande medo;
Bramindo o rouco mar ao longe brada,
Como se desse, em vão, n'algum rochedo.
«Ó Potestade, disse, sublimada
Que ameaça divina ou que segredo
Este clima e este mar nos apresenta,
Que mór coisa parece que tormenta?



TUMULO DE D. BRITES DE MENEZES, NO MOSTEIRO DE S. MARCOS

que a de Barros, escolheu tambem, sem o saber talvez, ou sabendo-o da tradição dos navegantes, a verdadeira. João de Barros affirma que passaram o cabo

E essa grandiosa figura creada pela imaginação do poeta, o vulto de Adamastor, surgia das brumas que envolviam o Cabo da Boa-Esperança[1].

No dia 22 de novembro pelo meio-dia foi dobrado o Cabo, e vencido o Adamastor. Entravam agora n'esse mar oriental que os devia conduzir á tão desejada India.

No dia 25 fundeava a esquadra na angra de S. Braz.

O tempo abrandára, depois de dobrado o temeroso cabo, e a esquadra ia correndo ao longo da costa, deleitando-se com o viçoso aspecto d'essa região, habitada por povos pastores, cujos rebanhos se viam pastar ao longo das montanhas, que banhavam no mar as suas faldas verdejantes. Na angra de S. Braz, onde Vasco da Gama se demorou treze dias, e onde queimou, como lhe fôra ordenado, a náu

[1] Ainda que nos merece muito credito Gaspar Correia, comtudo devemos confessar que na narrativa

Digitized by Google

QUEDA MORTAL DO PRINCIPE D. AFFONSO, FILHO DE D. JOÃO II

dos mantimentos *S. Miguel*, entraram os Portuguezes em amigaveis relações

da expedição de Vasco da Gama não nos parece que deva servir de guia, sem que n'isso haja muita cautella. Achâmol-o mais d'uma vez em contradicção aberta com o *Roteiro*, que é nas circumstancias ex-

Digitized by Google

com os Hottentotes, que aliás com Bartholomeu Dias tinham tido sérias desavenças. A terra era abundante em elephantes. Os habitantes, que pareciam pertencer á tribu dos Boschis, trocavam por cascaveis e outras ninharias, que os nossos lhes davam, manilhas de marfim, que traziam nos pulsos. Possuiam tambem os indigenas bois d'um magnifico tamanho, de que os nossos se proveram emquanto faziam aguada.

Alguns dias alli se conservaram os Portuguezes e os negros, em muito boa paz uns com os outros; mas uma vez accendeu-se entre elles a desconfiança, e houve um instante em que se receiou que fosse necessario travarem combate; o capitão-mór, porém, portando-se com a alta prudencia que o distinguia a par d'uma coragem a toda a prova, evitou que rompessem as hostilidades, e, depois de entrar com os marinheiros nos escaleres, mandou disparar duas bombardas carregadas com polvora sêcca, o que affugentou os negros, atterrados com a estranheza do som. Vasco da Gama levantou um padrão na praia, e uma cruz feita com um mastro de mesena, provavelmente da náu dos mantimentos que alli se queimou, e depois apparelhou para se fazer de vella, porque a demora, com as más disposições em que estavam os naturaes, podia ser perigosa. Os negros, assim que viram os navios levantar ferro, vieram ao padrão e á cruz, e derribaram-n'os, ainda á vista dos Portuguezes.

O auctor do *Roteiro*[1], João de Barros[2], e Damião de Goes[3], declaram que estes negros tinham doces habitos de viver, e que a sua musica era agradavel, tocando elles umas *frautas pastoris*, segundo a phrase de João de Barros, *que em seu modo pareciam bem;* a desintelligencia que houve entre elles e os Portuguezes proveiu apenas d'uns movimentos dos negros, mal comprehendidos pelos nossos, e da desconfiança em que Vasco da Gama ficára por causa do que lhe succedêra na bahia de Santa Helena.

No dia 7 de dezembro partiu Vasco da Gama da angra de S. Braz, e, encontrando calmaria, teve de fundear duas leguas mais adeante, partindo outra vez na sexta-feira, 8 de dezembro.

Na terça-feira seguinte, 12, sobreveiu um temporal furioso que fez com que os navios se perdessem uns dos outros; foi necessario accenderem-se faroes para se distinguirem entre a cerração do temporal. Afinal passou a tempestade, e na sexta-feira 15 chegaram aos ilhéos Chãos, cinco leguas adeante do ilhéo da Cruz, onde Bartholomeu Dias puzera o ultimo padrão, e quinze leguas atraz do rio Infante, ultimo logar a que chegára o mesmo audacioso navegador.

O inverno envolvia no seu manto procelloso a pequena esquadra, que levava a bordo a fortuna da patria e o futuro da civilização. Os dias que decorreram desde que deixaram pela pôpa o ultimo padrão de Bartholomeu Dias, e aquelle em que lhes appareceu terra habitada, foram terriveis para a expedição. Perdendo de vista o derradeiro signal dos seus antecessores, arrojavam-se ao desconhecido, e os mais bravos desmaiavam ao pensarem que iam affrontar os mares verdes e terriveis, que tinham assustado os heroes de Bartholomeu Dias. O inverno justificava-lhes o pavor, desencadeiando todos os seus temporaes; as correntes levavam á sua mercê os navios, que perdiam o rumo e não sabiam aonde a tempestade os arrojaria. Alli é que

---

ternas da viagem a unica auctoridade incontroversa. N'este ponto da passagem do Cabo da Boa-Esperança affirma Gaspar Correia que estiveram os navegantes mezes sem poderem vencer o mar, e que afinal dobraram o Cabo *sem o vêrem*, quando é positivo que estiveram apenas dias em lucta com as ondas, e dobraram o Cabo tendo-o perfeitamente á vista.

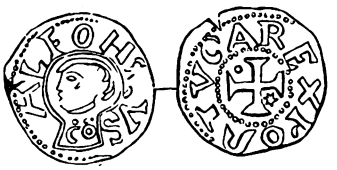
[1] *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, p. 11.

[2] *Asia*, Década 1.ª, liv. IV, fol. 65.

[3] *Chronica do Felicissimo Rei D. Manuel*, part I, cap. XXXV, fol. 28.

Digitized by Google

verdadeiramente os sustinha o espumoso rebanho de que era guarda esse terrivel Adamastor, novo Protheu phantasiado por Camões. Quando já se julgavam muito adeante do padrão de Bartholomeu Dias, acharam-se de novo junto ao ilhéo da Cruz, ainda para traz d'esse monumento singello da audacia do grande navegador. Joguete das correntes, a esquadra de Vasco da Gama retrogradára depois de ter avançado. Mas era inquebrantavel a coragem de Vasco da Gama. Arrojando-se de novo ao mar, tanto se afastou da terra que, partindo-se com os balanços dos navios açoutados pelo temporal muitas pipas d'agua, acharam-se os tripulantes sem ella, expostos a todos os horrores da sêde. Foi então que as tripulações, aterradas por esta furia indomita das ondas e dos temporaes, conspiraram contra Vasco da Gama e os capitães, projectando obrigal-os a voltar á patria: mas elle, procedendo com a energia que o caracterizava em supremo grau, não se deixando intimidar pela perspectiva d'uma revolta em pleno Oceano, avisado da conspiração por Nicoláu Coelho, a quem um moço marinheiro, que lhe era muito affeiçoado, a revelára, pôz a ferros os chefes, e subjugou a insurreição incipiente com uma assombrosa audacia[1]. Quem sabe porém o que succederia, se as terriveis provações se prolongassem mais alguns dias! Felizmente no dia 10 de janeiro de 1498 viram terra, e descortinaram a foz d'um pequeno rio, que desaguava no Oceano. Póde-se imaginar o jubilo d'esses heroicos marinheiros, que, se tinham tido um momento de desanimação, fôra só em presença de provações superiores ás forças humanas, momento de desanimação que veiu parece que a ponto de dar esplendido realce á estoica intrepidez de Vasco da Gama.



Mealha, de D. Affonso I

Este rio, que Major suppõe ser o Inhambane, foi por Vasco da Gama denominado o rio do Cobre, porque os Cafres, que habitam as suas margens, pareciam ter uma grande predilecção por este metal. Bem differentes dos timidos Hottentotes, estes negros eram audaciosos, robustos, e bem armados com azagaias e arcos. Martim Affonso, o interprete da lingua do Congo, entendendo-se com elles, acompanhou-os á sua aldeia, e foi muito bem tractado. Os Portuguezes déram-se amigavelmente com os Cafres, presentearam-n'os com fatos vermelhos, muito da sua predilecção, como succede a todos os negros, e receberam em compensação gallinhas e cobre. Vasco da Gama apartou-se com saudades d'esta terra, a que poz o nome de terra da Boa-Gente.

No dia 22 de janeiro chegaram a um outro rio, que era o Quilimane. Os habitantes tinham almadias com que vinham a vêr os navios de perto. «Depois

[1] Barros, Goes e Castanheda não dizem uma palavra ácerca d'esta revolta dos marinheiros; o auctor do *Roteiro* tambem guarda silencio a esse respeito; Jeronymo Osorio e Gaspar Correia referem-se a ella, contando-a este ultimo com muitas particularidades nas *Lendas da India* (t. I, P. I, cap. VIII da *Lenda de Vasco da Gama*, p. 20). O motivo do silencio dos tres historiadores acima citados é facil de explicar; esse facto lançava um tal ou qual desdouro sobre os heroes do descobrimento; o auctor do *Roteiro*, que talvez fosse um dos amotinados, não folgaria muito de recordar essa circumstancia. Comtudo uma palavra d'elle é um lampejo de luz que illumina toda a narretiva de Gaspar Correia. Quando fala das correntes, que fizeram retrogradar os navios diz «a que nós haviamos grande medo» (*Roteiro*, pag. 17). D'esta vez comtudo acceitamos a versão de Gaspar Correia, sem darmos grande credito ás particularidades. Homem pouco illustrado, o amanuense de Albuquerque narrava fielmente o que via e o que ouvia contar, mas dava por conseguinte logar na sua narrativa a todas as exaggerações dos informadores, e, como elles tambem, é pouquissimo exacto nas circumstancias externas, sendo-o muitissimo nas circumstancias intimas da expedição. Na narrativa de Gaspar Correia vêmos homens, nas de João de Barros vêmos apenas estatuas.

Digitized by Google

de haver dois ou tres dias que aqui estavamos, diz o auctor do *Roteiro*, vieram dois senhores d'esta terra a vêr-nos, os quaes eram tão alterados que não presavam coisa que lhes dessem, e um d'elles trazia uma touca posta na cabeça com uns vivos lavrados de seda, e o outro trazia uma carapuça de setim verde. Isso mesmo vinha em sua companhia um mancebo, que, segundo elles acenavam, era d'outra terra d'ahi longe, e dizia que já vira navios grandes como aquelles que nós levavamos, com os quaes signaes nós folgavamos muito, porque nos parecia que iamos chegando para onde desejavamos. E estes fidalgos mandaram fazer em terra, ao longo do rio, a par dos navios, umas ramadas em que estiveram obra de sete dias, onde cada dia mandavam aos navios resgatar pannos, os quaes traziam umas marcas d'almagre, e depois que se enfadaram d'estar alli se foram em almadias pelo rio acima[1]».

Depois de tanta desanimação, de tão longos trabalhos, de tão continuadas fadigas, era para todos os companheiros de Vasco da Gama um jubilo inexprimivel o encontrarem afinal signaes de commercio, d'esse grande agente da civilização. Esses dois homens altivos, usando seda nos seus trajos e negociando com os Portuguezes, denunciavam a proximidade de terra civilizada, da India que procuravam com tanto afinco, por isso ao rio, onde tão boa fortuna lhe succedêra, chamou Vasco da Gama o rio dos Bons Signaes; alli erigiu um padrão, que vinha a bordo do navio commandado por seu irmão Paulo, e por isso tomou o padrão o nome de S. Raphael, do nome do baixel que o trouxéra.

E mal sabia Vasco da Gama que, se tivesse seguido a costa desde o rio do Cobre, teria abordado á opulenta Sofala, a antiga Ophyr de Salomão, segundo se assevera, a cidade em que já estivéra Pero da Covilhã, o enviado de D. João II. Mas, sahindo do Inhambane, aventurára-se ao mar alto, e, descrevendo um angulo agudo com o vertice para a amplidão do Oceano, viéra de novo tomar terra na foz do Quilimane.

Trinta e dois dias se demorou a frota no rio dos Bons Signaes, concertando os navios e repousando da longa viagem. Infelizmente o escorbuto, molestia terrivel que perseguia n'essa época implacavelmente os navegantes, que não sabiam conservar a bordo os preceitos da hygiene, atacou a esquadra, e fez horriveis estragos.

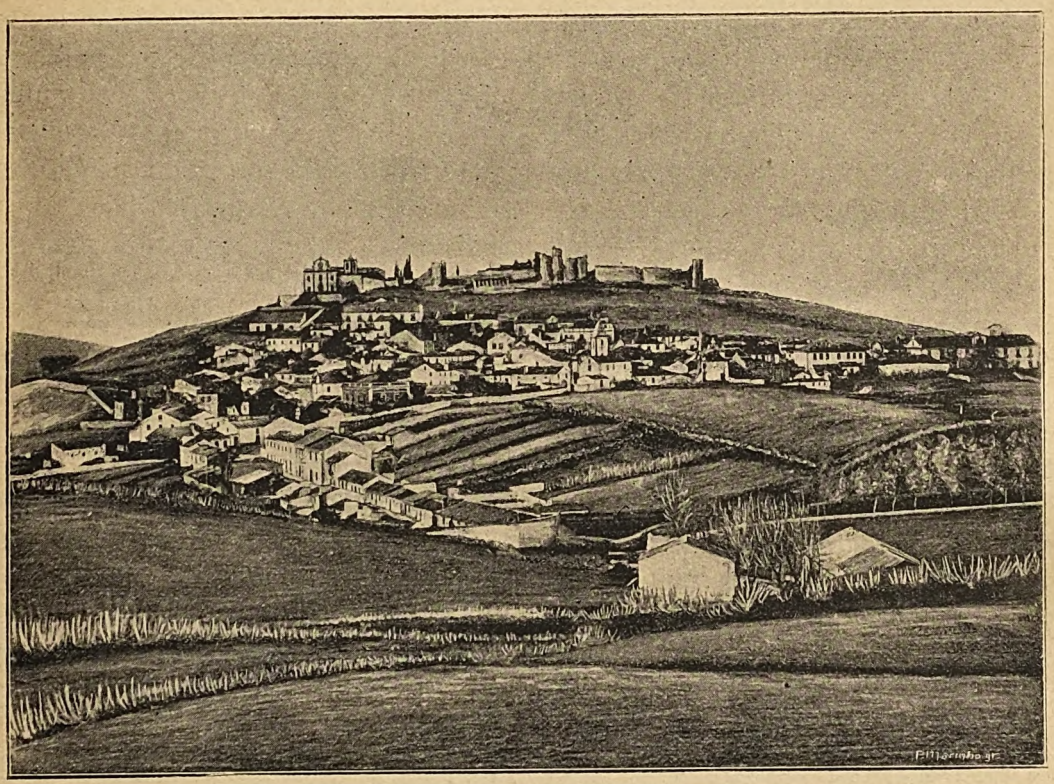
No dia 24 de fevereiro de 1498 partiu Vasco da Gama, e no dia 2 de março chegou a Moçambique. Ao divisar as tres ilhas do canal, Vasco da Gama ordenou a Nicolau Coelho que entrasse primeiro. Achando pouco fundo, Nicolau Coelho virava de bordo para avisar os outros, quando sahiram da ilha umas sete ou oito almadias carregadas de gente, que bradava que os esperassem. Quando os navios deram fundo, mas sem entrarem no canal, as almadias chegaram-se e os indigenas entraram nos navios, cheios de curiosidade, mas não de espanto.

Agora os indicios de proximidades da India eram innumeraveis: estava-se evidentemente em plena civilização. Os homens eram negros sim, mas trajavam pannos de linho e de algodão de varias côres, e usavam na cabeça toucas listadas de seda com fios de ouro, tocavam uns anafis, muito similhantes aos instrumentos de musica européa. Comeram e beberam socegadamente, inquiriram muitas coisas, mas não eram parcos em dar informações. Segundo elles diziam, muitos Mouros alli vinham mercadejar, e o oiro, os rubins, os topasios, as sedas, as especiarias eram generos usuaes no com-

[1] *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, pag. 21

Digitized by Google

mercio: estava-se com a India em trafico permanente. Foi aqui tambem que pela primeira vez se colheram informações exactas ácerca do Prestes, que elles disseram que vivia no interior, mas que tinha muitas cidades á beira-mar, povoadas de riquissimos negociantes. Referiam-se evidentemente ao negus da Abyssinia. O que elles não cessavam de perses Mouros negociantes, curiosos de saber que gente era esta. Tudo era perguntarem a Vasco da Gama se trazia comsigo livros da sua lei, e que lh'os mostrasse. Vasco da Gama evitava responder-lhes directamente, e pediu ao sultão que lhe désse pilotos que o conduzissem á India. Accedeu a isso o negro, dizendo que contractasse com elles, o que ef-



VISTA GERAL DE S. THIAGO DO CACEM

guntar era se os navios eram de Turcos ou Mouros, ao que Vasco da Gama, com a sua habitual finura, se esquivava a responder.

O cheick, ou antes o sultão, como elles lhe chamavam, quiz vir em pessoa visitar os navios. Vasco da Gama recebeu-o com toda a pompa, fazendo com que elle entrasse na tolda por entre duas alas de homens armados, os melhores e mais vistosos que tinha a bordo. Os capitães, sentados em cadeiras, vestidos com todo o luxo, esperavam o sultão, que vinha acompanhado de muitos d'esfectivamente Vasco da Gama fez, ajustando dois pilotos por trinta miticaes de ouro[1], e dando-lhes além d'isso fato que os satisfez muito. Mas, como se estabeleceu tracto amigavel entre os navios e a terra, não tardaram os Mouros mercadores a saber que lidavam com Christãos, e logo projectaram a sua perda[2].

Vasco da Gama comtudo, incapaz de

---

[1] Gaspar Correia diz 4 cruzados d'ouro.

[2] Damião de Goes, *Chronica d'el-rei D. Manuel*, parte 1.ª, cap. 37, fl. 31; Gaspar Correia, *Lendas da India*, tomo 1.º, P. 1.ª; *Lenda de Vasco da Gama*, cap. 12, pag. 36.

Digitized by Google

commetter uma imprudencia, ordenou que os dois pilotos não estivessem nunca juntos em terra, e que ficasse um sempre a bordo. Temendo um d'elles servir de refem e pagar com a vida o mal que os seus compatriotas fizessem aos nossos, revelou a Vasco da Gama a hostilidade surda do sultão de Moçambique. Essa hostilidade não tardou a manifestar-se. Vasco da Gama levantou ferro, e foi ancorar junto d'outra ilha, onde tencionava ouvir missa no domingo 11 de março. Como um dos pilotos estava em terra, Vasco da Gama enviou dois escaleres a buscarem-n'o, mas sahiram-lhe ao encontro umas almadias, que parecia quererem obrigar nossos a voltar para junto da villa. O capitão-mór fez-lhes fogo com as bombardas, e Paulo da Gama, levantando ferro, investiu para elles com o *Berrio*. Os barcos fugiram, e Vasco da Gama, percebendo que nada tinha a esperar do sultão, agora manifestamente inimigo, fez-se de vella com tenção de ir a Quilôa, onde, segundo lhe dizia o piloto, havia muitos pilotos que não faziam outra coisa senão navegar para Calicut.

O vento, porém, foi-lhes contrario, e tiveram de arribar de novo a Moçambique; o sultão, assim que o viu voltar, mandou-lhe dizer que não tinha a mais leve intenção de o offender. Vasco da Gama, sem se deixar captivar por estas falsas mostras de amizade, aproveitou o ensejo para fazer aguada. A' meia-noite sahiram os escaleres, e foram a terra com o piloto para este lhes ensinar onde eram as fontes; mas o piloto, que não pensava senão em fugir, não atinou ou não quiz atinar com ellas. No dia seguinte voltaram lá, e encontraram a praia defendida com muitos indigenas embrenhados n'aquellas massas labyrinthicas de verdura, que abundam nas regiões tropicaes. Os Portuguezes varejaram a praia com as bombardas, e, querendo mostrar então que eram inimigos perigosos, tomaram duas almadias, e foram dar uma salva de bombardas á villa, onde os habitantes, cheios de pavor, se escondiam nas casas sem ousarem descer á praia. Depois foram ancorar junto de uma ilhota, a que Vasco da Gama chamára de S. Jorge, e depois d'ahi estarem algum tempo esperando vento favoravel, deram á vella no dia 29 de março, e partiram com o piloto que levavam prisioneiro, mas depois de terem escarmentado bem os perfidos habitantes de Moçambique[1]. Alli tivera Vasco da Gama o primeiro symptoma d'essa hostilidade que até na India o havia de embaraçar, e que os Mouros instinctivamente nutriam contra nós, porque bem sabiam que os iamos desapossar do seu monopolio commercial.

No dia 1 de abril avistaram terra; na vespera dissera o piloto de Moçambique a Vasco da Gama que era terra firme; descobriram, porém, que era uma ilha, e Vasco da Gama, querendo punir a mentira do piloto, mandou-o açoutar, d'onde ficou á ilha o nome de ilha do Açoutado. Não era esse, devemos confessal-o, o melhor modo de dissipar as más tenções do piloto; por isso este jurava entre si conduzir os Portuguezes á sua perda. Não fazia elle senão dizer-lhes que estavam proximos de uma terra, onde havia Mouros, mas tambem Christãos, e onde por conseguinte achariam os nossos boa acolheita. Queria elle designar d'esta maneira Quilôa, porto exiguo, onde facilmente conseguiria entregar os navios aos Mouros da terra; mas o vento contrario poude felizmente apartar os navios d'esse porto, o que não fez desistir o piloto das suas pessimas intenções, mudando apenas de Quilôa para Mombaça o theatro da sua perfidia. Para Mombaça pois se dirigiram, e depois do

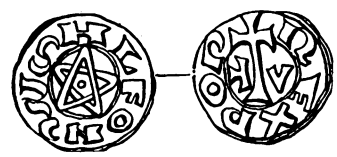
[1] *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, pag. 32 a 34.

Digitized by Google

S. Raphael ter tocado n'uns baixos, em que esteve quasi perdendo-se, a que por isso Vasco da Gama deu o nome de baixos de S. Raphael[1], chegaram finalmente na vespera de domingo de Ramos, 7 de abril de 1498, a Mombaça.

A vista da cidade era deleitosa, cada passo que os Portuguezes davam ao longo da costa parecia approximal-os da civilização. Moçambique era uma povoação toda de choças, Mombaça, pelo contrario, apresentava um aspecto opulento, com as suas casas de cantaria, os seus terraços, que lhe davam a apparencia de uma cidade européa. Deliciavam-se os olhos dos navegantes ao repousarem n'essa magnifica perspectiva, e, se como homens se rejubilavam, não menos se alegravum como christãos, pensando que poderiam no dia seguinte ouvir missa em terra com os seus correligionarios, porque o piloto de Moçambique não cessava de lhes dizer que alli os havia em abundancia[2]. Na disposição em que os nossos estavam era facillima a traição que o piloto intentava; felizmente o espirito perspicaz de Vasco da Gama, sempre álerta, não se deixava illudir por estas miragens européas, e tudo precavia e de tudo se acautellava. Comtudo devemos dizer que a fortuna tambem, n'estas criticas circumstancias, o ajudou bastante.

Assim qua elles se approximaram de Mombaça, veiu um navio, carregado de mais de cem homens armados, para visitar os nossos; mas Vasco da Gama não os deixou entrar senão depois de terem largado as armas, o que elles muito louvaram, dizendo que em terras estranhas isso ordenava a prudencia. No dia seguinte o scheick de Mombaça mandou-lhes muitos presentes, entre outros optimas laranjas e verduras, que alegraram os doentes, que havia muitos a bordo, tendo já morrido metade dos tripulantes que haviam partido de Lisboa. Com estas demonstrações de affecto, Vasco da Gama foi perdendo a desconfiança, mas, quando mandou a terra dois portuguezes para verem com os seus proprios olhos a cidade, escolheu para essa missão perigosa dois degredados. Viram elles tudo, falaram ao scheick, e, emquanto um d'elles vinha a bordo dar conta ao capitão-mór da riqueza da cidade, da sua fortaleza, das boas disposições do chefe, trazendo-lhe ao mesmo tempo amostras de especiarias e metaes preciosos que o scheick lhe enviava, o outro ficou em terra[1]. O que voltou aos navios disse a Vasco da Gama que havia effectivamente muitos christãos na cidade; e, dissipadas assim as ultimas duvidas do capitão-mór, resolveu este entrar no porto. A verdade era que o scheick de Mombaça já fôra avisado por terra pelo de Moçambique, e a traição era feita de conluio entre ambos.



Mealha, de D. Affonso I

Os Mouros estavam constantemente ou nos navios, ou emtorno d'elles, dentro das suas almadias. Vasco da Gama, já sem a minima suspeita, mandou levantar ferro e, asseverando-lhe o piloto de Moçambique e os Mouros de Mombaça que havia agua bastante para a manobra, determinou-se a entrar no porto. Os pilotos portuguezes objectaram que era melhor que se esperasse a maré cheia, mas os Mouros insistiram, dizendo que havia fundo mais que sufficiente.

---

[1] São hoje conhecidos pelo nome de *Waasen reefs*. Major, *Life of the prince Henry*, pag. 397 nota.

[2] Barros, *Decada primeira*, I. IV. Goes, *Chronica d'el-rei D. Manuel*, pag. 1.ª, cap. 37. Gaspar Correia, *Lendas da India*, tomo 1.º, p. 1.ª, cap. XIII. *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, pag. 37.

[1] É Gaspar Correia quem menciona esta particularidade. Um dos degredados, o que ficou, chamava-se Pedro Dias; é mais um nome que sobrevive. *Lendas da India*, tomo 1.º, P. 1.ª, cap. 15, pag. 46.

Digitized by Google

Comtudo logo o *S. Gabriel* tocou; Pero d'Alemquer, encolerizado, mandou fundear. O rumor da manobra, o alvoroço que ha sempre a bordo quando se lança ferro, e a subita paragem do navio assustaram de tal modo os Mouros, que, julgando-se descobertos, lançaram-se todos ao mar, começando pelo piloto de Moçambique, e revelando assim pela fuga o que Vasco da Gama nem por sombras suspeitava. Este acto inesperado fel-o immediatamente suspender, e, como dois dos Mouros não tinham conseguido fugir, mandou-os pôr a tormentos, e confessaram logo a traição premeditada. Vasco da Gama deu muitas graças a Deus pela salvação inesperada, e, sem entrar no porto, deixou-se ainda alli ficar dois dias, durante os quaes os Mouros, impacientes de vingança, vinham de noite á surdina para procurarem picar as amarras dos navios, tentativa que foi frustrada pela vigilancia dos nossos [1].

Afinal estavam salvos, mas sem piloto. Valeu-lhe um Mouro, que em Moçambique pedira para entrar a bordo com um seu filho pequeno, dizendo que era piloto de Meca, e desejava tornar para a sua patria. Foi esse que guiou os navios á hospitaleira Melinde, onde encontraram finalmente boa fé, e o piloto fiel, que debalde tinham procurado até ahi, e que os levou directamente á desejada Calicut.

Depois de tão longos trabalhos, de tão permanente lucta, sorria emfim a esperança a esses homens de ferro, que tinham atravessado tão intrepidamente as mais rudes provações, a que se póde sujeitar a humanidade. Affrontando sem descórar as furias do Tormentorio, as ameaças do Adamastor, haviam sulcado com a quilha audaciosa a espuma virginal d'esses temerosos mares, que tinham feito recuar os intrepidos navegadores de Bartholomeu Dias. Houve um momento tambem em que, batidos pelo vendaval incessante, vencidos pelas correntes, perseguidos pela fome e a sêde, ainda mais pungitiva, tinham sentido desfallecer a sua coragem e haviam erguido o brado sedicioso que fizéra outr'ora recuar Bartholomeu Dias, que estivera por um pouco para roubar a Christovam Colombo a gloria que lhe inunda o nome de esplendor immortal, e que ainda havia de se quebrar deante da energia de Fernão de Magalhães. N'esse apertado theatro, vacillante sobre as ondas, estivera para se representar um drama tenebroso; mas a coragem e inflexibilidade de Vasco da Gama impõem silencio á rugidora revolta. O seu vulto apparece-nos então verdadeiramente deslumbrante, quando, como que illuminado por intima visão, radioso de orgulho e serenidade, ergue a voz potente e curva perante a sua força de vontade a audacia dos marinheiros. Um homem só tem força bastante para aplacar uma turba, não timida, mas heroica. É que em Vasco da Gama se incarnára n'esse momento a idéa imperiosa do dever e da patria. Como Cesar, e melhor do que Cesar, pozera elle a mão firme no leme do baixel, e bradára: «Não nos perdemos, porque vae comnosco a fortuna de Portugal».

Depois dos horrores da tempestade a traição dos Mouros, a inimizade latente dos antigos senhores do commercio oriental, que prevêem a perda do seu dominio. Agora Vasco da Gama desenvolve a um tempo coragem, prudencia, e sagacidade; é elle quem prevê tudo, é elle quem impede as suas equipagens de se entregarem muitas vezes a uma temeraria confiança. Ao inverso do que succede habitualmente, quanto mais se penetra na intimidade d'esta grande figura, mais se admira a sua épica grandeza. Nos quadros familiares de

[1] Gaspar Correia, Barros, Damião de Goes e *Roteiro*.

Digitized by Google

Gaspar Correia, o vulto de Vasco da Gama, perdendo a rigidez heroica dos varões de Plutarcho, ainda mais se alteia, porque o vêmos homem como os outros, mas dotado das grandes qualidades que immortalizam um nome, que o fazem justamente venerado das gerações porvindouras. E, comtudo, a praça de Belem, que viu partir a esquadra e que a viu voltar triumphante, espera debalde ha seculos a estatua d'esse homem, a quem deveu tanto Portugal e o mundo, do homem que tornou em realidade o sonho mais esplendido da edade média, que levou a cabo esse feito grandioso, de que dizia o nosso grande lyrico Mendes Leal:

Esse feito audaz que inflamma
Foi preciso á nossa fama,
Para commettel-o um Gama,
Um Camões para o cantar!

SÉ DE BRAGA — TRIUMPHO DA EGREJA

CAPITULO XIX

Melinde — Chegada a Calicut

Um grande acto, escreve Ferdinand Denis, acabava de ser realizado não só para Portugal, mas para todos os paizes da Christandade, como se dizia então. Apenas chegado a Melinde, todas as difficuldades d'esta prodigiosa expedição se aplanaram, como por encanto. O rei d'estes paizes é Musulmano, é verdade, mas tem alma de Christão, dizem os poetas e os chronistas. Demais tudo denota, no seu procedimento, umas vistas sensatas, umas intenções rectas que fazem d'elle um homem á parte. Convida Gama a ir visital-o ao seu palacio, e, dizendo-lhe o capitão-mór que uma ordem positiva do seu soberano o impede d'ir a terra antes de chegar aos dominios do rei de Calicut, não hesita em confiar-se a estrangeiros, cuja coragem admira. Então a pompa oriental desenrola, pela primeira vez, a sua magnificencia aos olhos dos Europeus, e deixa os Portuguezes adivinharem riquezas, de que só as narrativas de Marco Polo e as de Pero da Covilhã lhes tinham podido dar uma ligeira idéa».

Partindo de Mombaça na sexta-feira de Paixão, 13 de abril de 1498, dirigiram-se para Melinde, aonde os conduziu o piloto, e aonde chegaram no dia 14, tendo n'esse mesmo dia aprisionado um barco de Mouros, onde estava um opulento velho, que foi o mais precioso

Digitized by Google

captivo. No sabbado e no domingo 15 estiveram os navios fundeados deante de Melinde, mas sem os nossos ousarem entrar no porto, porque um recife tornava perigosa a entrada, e sem os habitantes da cidade ousarem vir a bordo, porque sabiam da tomada dos botes, e da traição de Mombaça, e temiam que os nossos continuassem com as represalias[1].

Comtudo, Vasco da Gama estava ancioso por alcançar um piloto que o levasse a Calicut, e como os seus prisioneiros lhe diziam que havia na cidade fundeados quatro navios de Christãos da India[2], resolveu-se a entabolar negociações com o scheick de Melinde.

Na segunda-feira, pois, 16 d'abril, mandou Vasco da Gama a terra o seu velho prisioneiro, que se apresentou ao scheick, e foi por elle tractado com a maior amabilidade, mostrando-se o chefe arabe muito disposto a estar em paz com os Portuguezes. N'esse mesmo dia voltou o Mouro a bordo, acompanhado por dois principaes da terra, que traziam muitos presentes para os Portuguezes, e vinham encarregados por el-rei de dizerem a Vasco da Gama que entrasse no porto, e que tomasse tudo o que lhe fosse necessario. No dia seguinte novos presentes, e Vasco da Gama entrou no porto. Na quarta-feira, 18, veiu el-rei de Melinde visitar os navios, mas não entrou a bordo, andando no seu barco á roda da esquadra, admirando tudo. O capitão-mór foi tambem, dentro do seu escaler, ao encontro d'elle, mas nem o rei de Melinde quiz entrar a bordo, nem Vasco da Gama ir a terra, allegando este que o seu soberano lh'o prohibira expressamente. Comtudo as suas relações tornaram-se cada vez mais intimas. Dos navios dos suppostos Christãos indios festejavam muito os nossos, julgando uns e outros terem crenças communs, porque os Indios prostravam-se deante d'um retabulo da Virgem, o que não nos deve admirar, se nos lembrarmos de que Vasco da Gama em Calicut adorou os idolos brahmanicos, tomando uma das deusas pela Virgem Maria.

Deram-se perfeitamente os Portuguezes com o rei de Melinde, mas a narrativa de Camões não nos deve illudir; o poeta pinta-nos, a seu bel-prazer, uma figura ideal de rei mouro, e apresenta-o extremamente benevolo e cheio de confiança para com os Portuguezes; a verdade, porém, é que nem Vasco da Gama nem o rei se atreveram nunca, este a entrar nos navios, aquelle a ir á cidade e, afinal, as relações iam-se azedando, porque o rei não se apressava a mandar o piloto *christão* que promettêra. Vasco da Gama no domingo de Paschoella, 22 d'abril, reteve um Mouro nobre que veiu a bordo, e não o largou emquanto o rei não enviou o piloto, que se chamava Malemo Canaca. No dia 24 d'abril a frota levantou ferro, e partiu emfim na direcção de Calicut. Durante os nove dias que alli se demoraram, graças ás precauções d'uns e d'outros, passou-se tudo em harmonia, e, se compararmos o procedimento do rei de Melinde com o do scheick de Mombaça e o do sultão de Moçambique, não podêmos deixar de reconhecer a lealdade do monarcha melindano[1].

No dia 24 d'abril sahiram os nossos de Melinde, e, graças ao seu piloto fiel, navegaram direitos a Calicut, seguindo o rumo de nordeste. A 17 de maio avis-

[1] *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, pag. 42 e 43.

[2] Estes Christãos da India estamos intimamente convencidos de que eram buddhistas. São espantosas as similhanças entre o culto buddhista e o culto christão, entre a lenda de Sakhya-Muni, o *Buddha* por excellencia, e a historia de Jesus Christo. N'uma noticia sobre os reinos da India, com que o auctor do *Roteiro* conclue a sua obra, a pag. 107, apresenta nada menos do que onze como professando o Christianismo, entre elles Ceylão e Pegu, onde sabemos positivamente que se professava o buddhismo. Portanto parece-nos que a nossa conjectura tem todos os visos de verdadeira.

[1] *Roteiro de Vasco da Gama*, pag. 45 a 49.

Digitized by Google

taram a terra desejada da India e o piloto veiu pedir as alviçaras a Vasco da Gama. Qual seria o jubilo do capitão-mór, póde-se facilmente imaginar! Via, emfim, a dois passos o premio dos seus trabalhos, a gloria immortal da sua patria e do seu nome, a satisfação do seu rei; e a ufania da volta, e a admiração da Europa, e o regosijo dos seus, e a inveja dos estranhos, tudo se desenrolava para elle em magica prespectiva n'esse horizonte, onde se desenhavam, douradas pelo sol oriental, as vagas fórmas das montanhas da India.

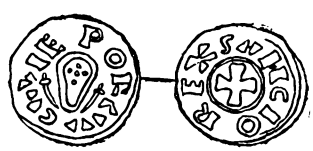
No dia 20 de maio de 1498 fundeava a esquadra portugueza n'um porto indiano. O piloto illudira-se comtudo, e, em vez de ir fundear a Calicut, fôra lançar ferro a Capocate, pequeno porto situado duas leguas ao sul da cidade que procuravam. Logo que fundearam, vieram muitos barcos da terra, e informaram-n'os do engano. Vasco da Gama então, antes de levantar ferro, mandou, n'esses barcos, ao outro dia, um dos degredados a Calicut. A chegada do homem causou muita estranheza; julgaram-n'o Mouro, mas, como lhe falavam em arabe, e elle não os entendia, levaram-n'o a casa d'uns Mouros de Tunis, que falavam italiano e hespanhol.

Quando os Mouros viram o degredado, e conheceram que era portuguez, ficaram pasmados, e um d'elles disse-lhe no nosso idioma:

—Ao diabo que te dou; quem te trouxe cá?

Foi immenso o jubilo do degredado ouvindo estas palavras proferidas na sua lingua em terra tão distante, e, ainda que a saudação estivesse muito longe de ser das mais hospitaleiras, soou-lhe tão agradavelmente como se fosse o mais suave cumprimento. Respondeu logo que vinham procurar Christãos e especiarias. Tornou o Mouro perguntando por que não mandára o rei de Hespanha, o rei de França, ou a senhoria de Veneza navios á India; o degredado disse-lhe que el-rei de Portugal não lh'o consentia. «Faz bem», tornou um dos Mouros, e acompanhou o degredado a bordo. Apenas entrou no navio, exclamou em portuguez:

—Boa ventura! boa ventura! muitos rubis, muitas esmeraldas! muitas graças deveis de dar a Deus que vos trouxe a terra onde ha tanta riqueza.



Dinheiro de D. Sancho I

Imagine-se a alegria e o enthusiasmo de Vasco da Gama e dos seus companheiros, ao ouvirem estas palavras proferidas em portuguez. Havia perto de onze mezes que tinham partido de Lisboa, e, durante esse longo lapso de tempo, só tinham escutado o bramir das vagas enfurecidas, a fala guttural e ininteligivel dos negros, ou, quando muito, a lingua arabe, que era a lingua dos inimigos. Ouviam agora, n'essa terra opulenta que procuravam, o som amado da lingua patria. Era um jubilo tamanho que tocava as raias da dôr; foram as lagrimas a sua expressão. Choravam todos de alegria.

Este Mouro, que prestou depois grandes serviços aos Portuguezes, e que, voltando a Portugal, se fez Christão, é chamado por João de Barros e Damião de de Goes, Monçaide; por Fernão Lopes de Castanheda, Bontaibo, Major suppõe com bastante probabilidade que o seu verdadeiro nome seria Bou-Said[1].

Conhecia os Portuguezes por ter tido negocios com elles em Oran, aonde el-rei D. João II mandára navios comprar differentes coisas, naturalmente por occasião das festas com que foi celebrado o casamento do principe D. Affonso.

[1] *Life of the prince Henry*, pag. 299.

Digitized by Google

Deu elle então muitas informações a Vasco da Gama, ácerca do grande tracto que se fazia em Calicut, e das probabilidades que os Portuguezes tinham d'alli fazerem bom negocio. O rei, que não estava então em Calicut, mas n'uma cidade que se chamava Panane, era conhecido pelo nome de Samoudri-Rajah[1], que quer dizer rei da costa, por ser o mais poderoso da visinhança. Foi este nome que os nossos corromperam, chamando-lhe Samorim.

Vasco da Gama logo ajustou com elle, para servir de interprete aos Portuguezes que enviasse a darem noticia da sua chegada ao rei de Calicut, pagando-lhe bem. Foram pois dois Portuguezes a Panane, sendo um d'elles Fernão Martins, interprete de lingua arabe, e acompanhados por Bou-Said. O Samoudri-Rajah recebeu-os bem, deu presentes aos enviados, e, despedindo-os mandou-os acompanhar por um piloto, que os levasse a Pandarane, porto mais seguro. Vasco da Gama, desferindo as vélas partiu para o sitio indicado, e alli fundeou, mas não muito dentro do porto, como o piloto queria. Com a sua habitual prudencia, Vasco da Gama desejava estar preparado para levantar ferro, logo que isso fosse necessario.

No domingo 27 de maio, veiu recado ao capitão-mór de que o rajah viéra a Calicut, e estava prompto a recebel-o. Quem lhe trouxe a noticia, vindo ao mesmo tempo com ordem de o acompanhar, foi um dos principaes officiaes do soberano indio, a que Gaspar Correia chama *Gozil*[1], o auctor do *Roteiro Bale*[2] e os outros historiadores *Catual*[3]. Este ultimo nome é o que mais se approxima do verdadeiro, que é *Catwal*, cargo que ainda hoje existe, e que tem attribuições puramente civis[4].

Combinou-se que no dia seguinte, 28, partiriam os Portuguezes para Calicut. Vasco da Gama nomeou doze homens para o acompanharem, de seis dos quaes nos transmittiram noticia os historiadores. Eram Gonçalo Pires, marinheiro, Diogo Dias, irmão de Bartholomeu Dias e escrivão do navio *S. Gabriel*, João de Sá, que foi depois thesoureiro da casa da India, Alvaro de Braga posteriormente empregado superior da alfandega do Porto, Alvaro Velho, auctor do *Roteiro*, segundo todas as probabilidades, e Fernão Martins, interprete. Debalde Paulo da Gama insistiu para que seu irmão não fosse, allegando os perigos que podia correr: o capitão-mór fez-lhe sentir que era dever seu cumprir pessoalmente as ordens de el-rei D. Manuel, e, depois de deixar todas as ordens para o caso de lhe acontecer algum infortunio, partiu.

Seguiam-n'o todos os tripulantes com os olhos rasos d'agua; chegados ao fim da sua maravilhosa expedição, quem poderia prevêr que de contra-tempos lhe não estariam ainda reservados. Quem sabia se os não esperava o naufragio no porto, e se não seria o tumulo do descobridor que tomaria posse da cubiçada India?

[1] *Life of the prince Henry*, pag. 400.

[1] *Lendas da India*, tomo 1.º, P. 1., *Lendas*, 1.ª, cap. 17.

[2] *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, pag. 54.

[3] Damião de Goes, João de Barros, Castanheda, etc.

[4] Warren, *A India* em 1843.

Digitized by Google

CAPITULO XX

Desembarque dos Portuguezes em Calicut. — Devoção dos Europeus n'um templo indio — Audiencia do rajah de Calicut

PARTIRAM os Portuguezes vestidos com todo o luxo, mas bem armados por baixo das suas gallas. Os escaleres iam com bombardas.

Quando desembarcaram encontraram um palanquim levado por seis homens, a que subiu o capitão-mór, e o catwal a outro, acompanhando-os a pé os Portuguezes tambem e precedendo-os a abrir-lhes caminho duzentos naires da guarda do catwal. Estes naires, ou antes «nairs», são os membros da casta dos guerreiros, cujo nome em geral é «kchatryas», mas que na costa do Malabar, onde está situada Calicut, tem esse nome de «nairs[1]».

Chegaram os Portuguezes a Capocate, onde estava preparada uma refeição, que Vasco da Gama tomou e com elle os outros Portuguezes. Depois, sendo-lhes necessario seguirem viagem por um rio acima, entraram n'uma jangada, e foram n'ella vendo e admirando os signaes evidentes da approximação de uma grande cidade. Divisavam-se entre as palmeiras grandes edificios, navios em construcção á beira do rio, e muitos ancorados. Desembarcando de novo, subiu Vasco da Gama a outro palanquim, e dirigiu-se

JOÃO DA SILVA (O GALINDO)

[1] F. J. B. Clavel, «Histoire pittoresque des religions, doctrines, cérémonies et coutumes religieuses de tous les peuples du monde anciens et modernes.» tom. I, pag, 150, liv. I, cap. VIII (Paris, 1844.) As

Digitized by Google

para Calicut. De cada vez se accumulava mais gente á roda do cortejo para observar tão estranhas pessoas, e os «naires» tinham d'abrir caminho á cutilada, o que faziam sem escrupulo, graças aos espantosos privilegios das duas classes superiores. Ao approximarem-se d'um pagode, o catwal avisou Vasco da Gama de que estavam chegados a um templo, e perguntou-lhe se desejava fazer oração. É necessario lembrarmo-nos de que estavam os nossos intimamente convencidos de que os habitantes de Calicut eram Christãos. Entraram pois sem desconfiança. Vejamos qual foi a impressão produzida pelo templo no animo dos Portuguezes.

«Aqui nos levaram, escreve Alvaro Velho, o auctor do *Roteiro*, que segundo vimos, ia na comitiva, a uma grande egreja em a qual estavam as coisas seguintes:

«Primeiramente o corpo da egreja é da grandura de um mosteiro, toda lavrada de cantaria, telhada de ladrilho, e tinha á porta principal um padrão de bronze de altura de um mastro, e em cima d'este padrão está uma ave que parece gallo, e outro padrão d'altura de um homem, e muito grosso. Em o meio do corpo da egreja está um coruchéo todo de cantaria, e tinha uma porta quanto um homem cabia, e uma escada de pedra, porque subiam a esta porta, a qual porta era de bronze, e dentro estava uma imagem pequena, a qual elles diziam que era Nossa Senhora, e deante da porta principal da egreja, ao longo da parede, estavam sete sinos pequenos. Aqui fez o capitão-mór oração e nós outros com elle, e nós não entrámos dentro em esta capella, porque seu costume é não entrarem n'ella senão homens certos, que servem as egrejas aos quaes elles chamam cafres. Estes cafres trazem umas linhas por cima do hombro lançadas (o hombro é o esquerdo) e por debaixo do hombro do braço direito, assim como trazem os clerigos d'evangelhos a estolla.

«Estes nos lançaram agua benta; dão um barro branco que os Christãos d'esta terra costumam de pôr em as testas e nos peitos e de redor do pescoço e em os buchos dos braços. Toda esta ceremonia fizeram ao capitão, e lhe davam aquelle barro que pozesse, e o capitão o tomou e o deu a guardar, dando a entender que depois o poria. E outros muitos santos estavam pintados pelas paredes da egreja, os quaes tinham diadema e a sua pintura era em diversa maneira, porque os dentes eram tão grandes que sahiam da bocca uma pollegada, e cada santo tinha quatro e cinco braços, e abaixo d'esta egreja estava um grande tanque[1] lavrado de cantaria, assim como outros muitos que pelo caminho tinhamos visto[2]».

Como se vê, os Portuguezes, apezar de resarem, estavam um pouco desconfiados. O capitão não quiz pôr na testa o barro branco, segundo lhe chama Alvaro Velho, e que não era outra coisa senão pó de sandalo[3], com que os indios fazem as suas lustrações. Quando se pozeram de joelhos, o escrivão João de Sá que, segundo parece, era homem faceto, por descargo de consciencia sempre foi dizendo ao capitão-mór: Note-se que se estes idolos são diabos, a minha resa é

---

quatro classes principaes são os «Brahmanes» ou sacerdotes, os «kchatryas» ou guerreiros, os «vaischias» ou cultivadores negociantes, etc., e os «sudras» ou servos. Ha tambem os «parias», classe despresada. Além d'isso ha muitas sub-divisões: os «naires» subdividem-se em tres classes: «nambiers, curpus, e naires propriamente ditos.

[1] «No Malabar, diz Clavel, chamam-se «tanques» os reservatorios d'agua, que servem para as praticas purificatorias». Foi decerto palavra da nossa lingua que ficou em uso entre os Indios.

[2] *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, p. 56.

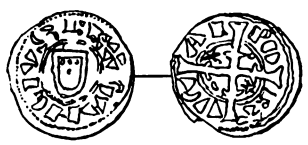
[3] Castanheda diz que os nossos pozeram na testa o pó de sandalo; preferimos a auctoridade d'Alvaro Velho, como de testemunha ocular.

Digitized by Google

dirigida ao verdadeiro Deus. O capitão não pôde deixar de se sorrir; porque os idolos na verdade não tinham grande aspecto de santos; as extravagancias disformes da esculptura india manifestavam-se amplamente na representação dos habitantes do Olympo oriental.

Havia, comtudo, muitas coisas que contribuiam para illudir os nossos. A agua benta é usada no brahmanismo, da mesma fórma que no catholicismo. «Os brahmanes, diz Clavel, fazem egualmente aspersões com a agua consagrada por meio d'uma ceremonia chamada *pounia avatehana*, quer dizer evocação da virtude. *Os padres de Kalikut, principalmente, offerecem essa agua santa aos fieis que entram nos seus templos, exactamente do mesmo modo que se offerece agua benta nas egrejas catholicas*[1]. A estatua da deusa Mahâ-Mayá foi tomada pelos nossos pela estatua da Virgem Maria, tanto mais que os Indios, repetindo o nome d'ella, pareciam dizer *Maria*, *Maria* mal pronunciado[2]. No mais os Portuguezes viram bem as coisas, e na sua narração facilmente distinguimos os costumes indios. O cordão sagrado dos brahmanes, dos brahmanes a que Alvaro Velho chama cafres, naturalmente porque foi assim que os designou o interprete Bou-Said, significando a palavra cafre *(kafir)* infiel, e sendo assim que um Mouro devia considerar um Brahmane, o cordão sagrado, pois, foi observado pelos Portuguezes.

Depois de sahirem de um segundo pagode, entraram os nossos n'uma casa, onde tiveram de esperar que viesse uma escolta mais numerosa, porque o transito era impossivel no meio dos innumeraveis curiosos. Chegaram emfim ao palacio, e, depois de atravessarem um grande numero de portas, acharam-se em presença do Samoudri Rajah.



Dinheiro, de D. Sancho I

O aspecto da sala devia de ser esplendido. Rodeado de toda a magnificencia oriental, de que na Europa se não fazia uma leve idéa, nem nas côrtes mais faustuosas como as da Italia, o monarcha indiano, recostado, com a indolencia caracteristica da sua raça, n'uma camilha de seda e ouro, mascava folhas de *betel*[1], que deitava depois fóra, cuspindo-as n'um vaso de ouro macisso. Todos os seus principaes dignitarios o cercavam, e as sedas e o ouro resplendiam por toda a parte. Era uma scena de Mil e Uma Noites. Vasco da Gama e os seus doze companheiros, apezar de levarem as mais custosas galas, não podiam fazer uma figura muito brilhante ao lado d'esses Orientaes, trajados com uma magnificencia que sempre deixou a perder de vista a singeleza dos trajos europeus, ainda no tempo em que elles estavam longe da severidade actual.

Vasco da Gama cortejou, segundo o uso da terra, guardando todos os respeitos exigidos pela etiqueta indiana, e depois que aos seus companheiros foi servida uma merenda de varias fructas, taes como *jacas*, figos, etc., disse ao rajah quem era, e pediu-lhe, com todo o

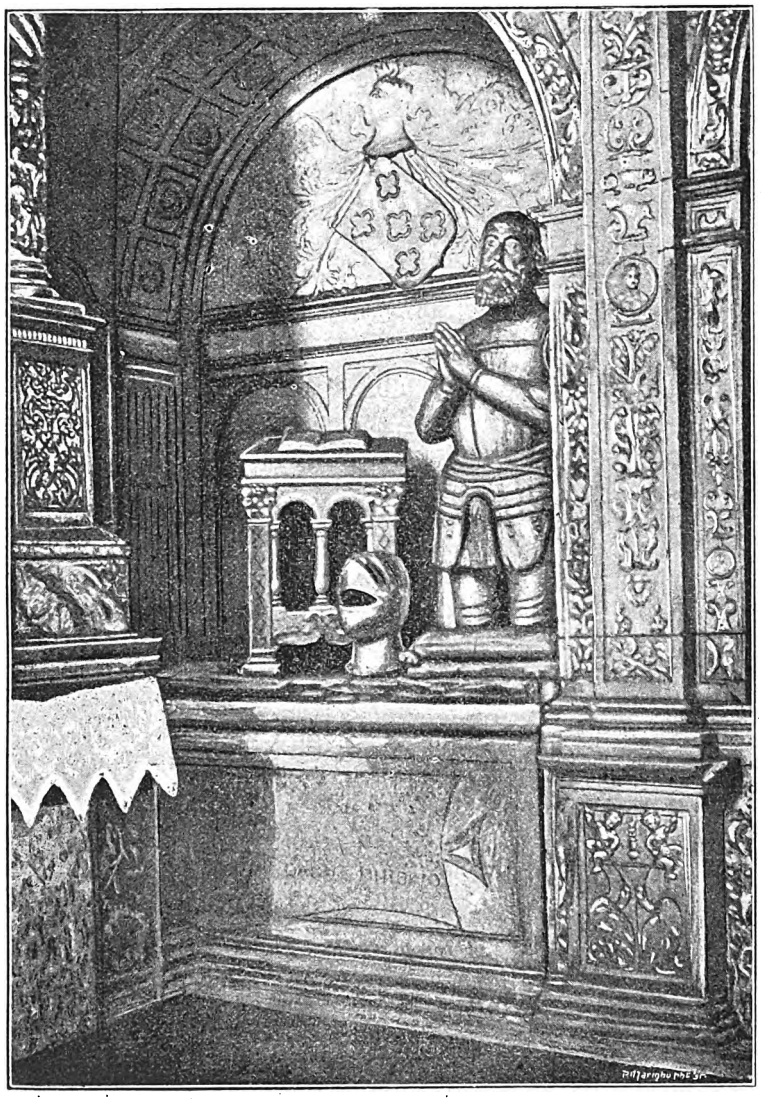
[1] *Histoire pittoresque des religions*, tomo 1.°, l. 1.°, cap. IX, pag. 175.

[2] Ferdinand Denis suppõe que seria a mãe de Çakya-Mouni, 'que effectivamente se chamava Mayâ e que concebeu, sendo virgem, esse Christo indiano. Já fizemos notar a espantosa similhança que ha entre o buddhismo e o christianismo. Admittindo pois a supposição de Ferdinand Denis, temos de imaginar que os habitantes de Calicut eram buddhistas, o que nos parece pouco verdadeiro. Seria antes a deusa Mayâ uma das doze que presidem aos signos do zodiaco. Veja-se Castanheda.

[1] «O *nagbel* é uma planta reptil do genero pimenteira. A sua folha, chamada *pan* em hindustani, e *betel* pelos Europeus, serve para envolver uma preparação composta de nós d'arek, de conchas calcinadas, e de cardamomo. Une-se tudo com um fragmento de cravo. Os Indios mascam esta preparação e sempre a offerecem aos seus visitantes». Alexandre Bonneau *Introducção historica da «Révolte de l'Inde»* pag. 5, nota 1. O auctor do *Roteiro* chama-lhe *atambor*, corruptella da palavra arabe *tambul*.

Digitized by Google

desassombro, uma audiencia particular. Concedeu-lh'a o rajah, um pouco espantado do sangue frio de homem que tão pouco inculcava, e, passando para outra sala, ouviu da bocca de Vasco da Gama a descripção pomposa do poder e riqueza do rei de Portugal, que, dizia o capitão-mór, o mandára a elle para ligar relações de amizade com o rei de Calicut, para quem trazia cartas que no outro dia lhe enviaria. O rei oriental respondeu que estava prompto a acceitar a amizade do seu irmão occidental e que lhe enviaria embaixadores; despediu Vasco da Gama, marcando-lhe um alojamento na cidade, e disfarçando mal o desdem que lhe inspirava a pouca magnificencia da embaixada portugueza, elle que estava costumado a vêr mais opulentamente vestidos simples mercadores arabes.



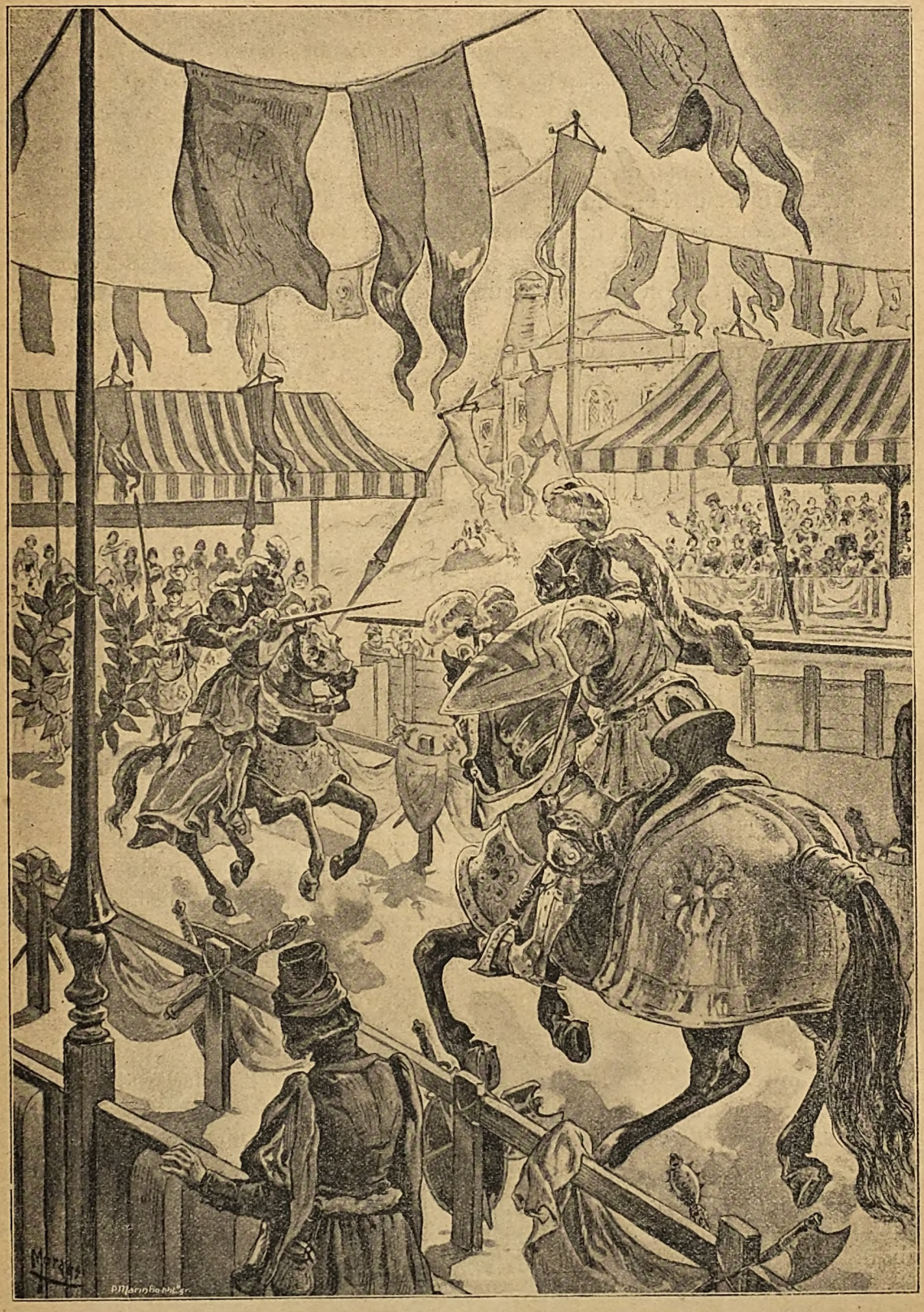
TUMULO DA FAMILIA LEMOS, NA EGREJA DE TROFA

O alojamento marcado ficava no extremo da cidade, a noite ia adeantada, e desabava nas ruas uma d'essas chuvas torrentuosas dos tropicos. Vasco da Gama e os seus, a pé, acompanhados por um Mouro, que lhes deram para guia, sentia com amargura que o não tractavam com a devida consideração. Dizendo-se fatigado, trouxeram-lhe um cavallo que nem sequer tinha sella; Vasco da Gama regeitou-o com surda irritação. Chegaram afinal á casa que lhes fôra destinada. Eram quatro horas da manhã.

No dia seguinte vieram de bordo os presentes, que Vasco da Gama tencionava offerecer a el-rei. Empobrecido pelas dadivas que fizera em Melinde, pouco tinha que offerecesse digno de tão magnifico monarcha; os presentes eram realmente mesquinhos. Consistiam, diz-nos o auctor do *Roteiro*, em «doze lambeis e quatro capuzes de grã, seis chapéos e quatro ramaes de coral, e um fardo de bacias em que havia seis peças, e uma caixa de assucar e quatro barris cheios, dois de azeite e dois de mel[1]».

[1] *Roteiro de viagem de Vasco da Gama*, pag. 63

Digitized by Google



FESTEJOS POR OCCASIÃO DO CASAMENTO DO INFANTE D. AFFONSO. — OS TORNEIOS

Digitized by Google

O catwal, quando os viu, desatou a rir, e declarou que o mais pobre dos mercadores de Méca trazia dadivas mais esplendidas. O altivo capitão-mór respondeu com sobranceria que elle não era mercador, mas sim embaixador, e que, se el-rei não quizesse os seus presentes, não lhe daria nenhuns. A desintelligencia começava, e com ella a prolongada inimizade que houve sempre entre os rajahs de Calicut e os Portuguezes.

«Desde esse momento, escreve Ferdinand Denis, deram fructo as plantas perfidas dos Musulmanos. Effectivamente os Arabes tinham grande interesse em não deixarem esses estrangeiros pôr pé na costa do Malabar, e punham em jogo com o rajah d'esse paiz tudo o que uma politica astuciosa lhe sabia inspirar, e, desde o dia em que os Portuguezes desembarcaram nas praias de Calicut, um systema de surda opposição e de perfidas intrigas, que iam mudar-se em breve em ataques abertos, se oppoz aos seus esforços».

CAPITULO XXI

Estada em Calicut. — Desaccordos. — Regresso de Vasco da Gama a Portugal

Depois que o catwal manifestou o seu desdem pelos presentes que Vasco da Gama trazia, não tornou a apparecer aos nossos, que se podiam considerar verdadeiramente prisioneiros, senão no dia seguinte pela manhã. Levou-os então de novo ao palacio, mas a desconsideração, que os Arabes tinham inspirado ao rei de Calicut pelos nossos, tornava-se cada vez mais manifesta. Quatro horas estiveram á espera, sem que lhes abrissem uma porta, e, quando afinal Vasco da Gama foi introduzido, só se lhe permittiu que o acompanhassem dois homens, que foram Fernão Martins e Diogo Dias. O Samori recebeu-os friamente, queixou-se da pobreza das dadivas, e quiz vêr as cartas do rei de Portugal; depois, abrandando um pouco, disse a Vasco da Gama que voltasse aos navios, e que mandasse para terra as amostras de mercadorias que trouxéra, afim de as trocar pelas especiarias indianas.

Vasco da Gama partiu, inquieto mas sem mostrar no rosto nem nas maneiras o mais leve symptoma das preoccupações que o dilaceravam. Tão altivo, como se o rodeasse um exercito, repellia energicamente qualquer signal de desconsideração que elle podia perceber; quizeram-lhe dar de novo um cavallo sem sella, exigiu imperiosamente um palanquim. Sem saber, e obedecendo apenas á inflexibilidade do seu caracter, seguia Vasco da Gama a politica melhor que podia seguir com os fracos e irresolutos Indios.

Quando chegaram a Pandarane, o catwal recusou-se obstinadamente a dar almadias, que levassem os Portuguezes a bordo dos seus navios. Obstinava-se o perfido indiano a exigir de Vasco da Gama que mandasse entrar os navios mais para dentro do porto, e que entregasse á auctoridade as vellas e os lemes. Vasco da Gama, com uma obstinação heroica, não só se recusou constantemente a todas essas exigencias, mas até

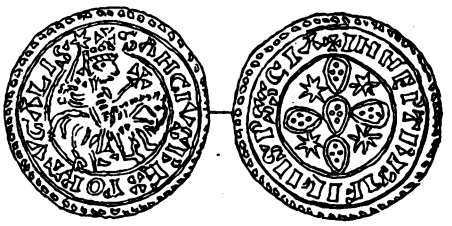
Digitized by Google

procurou avisar secretamente seu irmão e Nicoláu Coelho, para que, ao mais leve symptoma de hostilidade, desferissem as vellas, e partissem para Portugal.

Encerrados n'uma casa, e guardados á vista por innumeros naires, que se revesavam, estiveram os Portuguezes muito tempo, sem que Vasco da Gama désse o mais leve signal de que perdia a coragem. Chegaram a passar fome, e sempre de semblante sereno, riam e folgavam imitando em estoicismo o seu destemido chefe[1]. Tanta energia subjugou os Indios, que a 2 de junho afinal disseram a Vasco da Gama que mandasse vir para terra as mercadorias, e que então o deixariam voltar a bordo. Vasco da Gama deu a ordem pedida: ficaram com as mercadorias Diogo Dias e Alvaro de Braga, e o capitão-mór tornou á frota. Devêra a sua salvação á sua rara presença de espirito e á sua intrepida firmeza.

Mas a hostilidade entre os Mouros e os Portuguezes era cada vez maior; Vasco da Gama, para dissipar as prevenções que os Mouros semeavam, mandou os marinheiros a terra, a dois e dois e a tres e tres, com ordem de se mostrarem affaveis, de comprarem quaesquer coisas, de darem emfim boa idéa de si. Os Gentios accolhiam-n'os bem, mas os Mouros mostravam a mais profunda animadversão. Comtudo os Portuguezes faziam tudo o que podiam para conciliarem as sympathias dos indigenas, recebiam-n'os bem a bordo, davam-lhes de comer, e não eram poucos os que levava lá a curiosidade e a cubiça. Mas em compensação os Mouros e os negociantes da terra não só não compravam as mercadorias mas aviltavam-n'as quanto podiam.

Chegou entretanto a épocha de monção, e Vasco da Gama quiz partir, e fêl-o saber ao rajah. Este tractou com desprêzo o enviado, que era Diogo Dias, e exigiu de Vasco da Gama seiscentos xerafins, que eram cento e oitenta mil réis, por direito d'ancoragem. Diogo Dias voltava com a resposta, quando se viu seguido por muitos naires, que o não deixavam sahir, nem a elle nem a Alvaro de Braga,



Morabitino, aureo ou soldo de ouro, de D. Sancho I

da estancia das mercadorias. Vendo-se presos, conseguiram despachar um negro, que tinham comsigo a avisar Vasco da Gama. Havia ordem para que nenhum barco se dirigisse aos navios portuguezes, mas o negro teve artes, indo procurar o bote a grande distancia da cidade, de conseguir que uns pescadores o levassem a bordo; Vasco da Gama jurou vingar-se, mas dissimulou esperando ensejo. D'ahi a dois dias foram a bordo quatro homens, naturalmente sudras ou talvez mesmo párias, para sondarem as disposições de Vasco da Gama. Encarregavam-n'os d'essa missão perigosa, como os Portuguezes aos degredados. Vasco da Gama percebeu a astucia perfeitamente, e deixou-os sair depois de os tractar muito bem. Colheu o estratagema; os mercadores voltaram a frequentar os navios; mas assim que Vasco da Gama apanhou a bordo doze dos mais principaes, prendeu-os juntamente com outros sete inferiores, e, como tinha vinte e cinco a bordo n'essa occasião, mandou os seis restantes a terra afim de dizerem que não seriam soltos os outros, emquanto não voltassem a bordo os dois Portuguezes e as mercadorias.

Isto causou grande alvoroço na cidade; mas, como não surtiu effeito immediato, Vasco da Gama ordenou que se

[1] *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama*, pag. 73.

Digitized by Google

levantasse ferro, dizendo que voltava a Portugal, e que tornaria á India, mas com tal podêr que daria uma licção ao rajah, para lhe ensinar que não tractava com piratas, como elle suppunha. Isto foi no dia 23 d'agosto. Não se arredou muito Vasco da Gama, e, depois de ter bordejado no alto mar, no dia 26 veiu fundear á vista da cidade; no dia 27 procurou-o um barco, trazendo-lhe a noticia de que o rajah estava resolvido a mandar a bordo os dois Portuguezes. No dia seguinte vieram elles effectivamente, sendo portadores d'uma carta do rajah para el-rei D. Manuel. Vasco da Gama despediu seis mercadores, e declarou que os outros os daria quando recebesse as mercadorias.

Ou como diz o auctor do *Roteiro*[1], porque os barcos no dia seguinte, fingindo que traziam as mercadorias, traziam apenas umas amostras, ou porque Vasco da Gama quizesse punir as longas astucias dos Indios, é certo que o capitão-mór negou-se a fazer a troca, proposta por elle primeiro, e fez-se de vella para Portugal, no dia 29 de agosto de 1498. Levava comsigo o Mouro Bou Said, que fugira para bordo porque os seus correligionarios em terra accusavam-n'o de traidor, e treze Indios prisioneiros. Estivéra em Calicut tres mezes.

Se nos demorámos em todas as particularidades da viagem de Vasco da Gama, agora não temos o mesmo interesse em o seguir passo a passo na sua volta, que aliás não foi menos fertil em circumstancias dramaticas. Diremos, portanto que, depois de ter afugentado com a artilheria uma esquadrilha d'almadias de Calicut, que parecia perseguir os navios portuguezes, chegou Vasco da Gama a umas ilhotas, onde collocou o padrão de Santa Maria, terceiro dos que el-rei lhe entregára, e um dos quaes, o *S. Gabriel*, fôra mandado pôr em Calicut, com consentimento do rajah, dias antes da partida. A estas ilhas chamou Vasco da Gama de Santa Maria. A principal do grupo chama-se hoje Durrah ou Derick Bahauder Ghur, e está situada a 13°, 20′ de latitude N. a 70°, 40′ de longitude E., seis leguas para o sul do rio de Cundapor.

O vento era pouco, e a esquadra navegava lentamente ao longo da costa. No dia 23 de setembro chegou a Anchediva, e, tendo-se Vasco da Gama esquivado ainda a algumas traições preparadas pelos Indios da costa, que estavam avisados do que se passára em Calicut, fez-se de novo á vella no dia 5 d'outubro. Ventos contrarios, tempestades, calmaria, o escorbuto que salteou as equipagens e deixou apenas sete ou oito homens validos em cada navio, tudo o fez andar bordejando á mercê da procella, no mar das Indias, até que afinal, quando já não sabiam onde estavam, aportaram a Magadoxo, na costa d'Africa, no dia 2 de janeiro de 1499. Não sabiam a que distancia estavam de Melinde, quando inesperadamente se encontraram n'esse porto no dia 7 de janeiro. O rei tractou-os admiravelmente, e elles, fazendo-se á vella no dia 11, passaram por Mombaça a 12, e foram ancorar no dia 13 nos baixos de S. Raphael, onde queimaram esse navio, por ser dos tres o mais velho, e não terem gente que chegasse para a manobra de todos. No dia 27 passaram pela ilha de Zanzibar, e no dia 1 de fevereiro fundearam nas ilhas de S. Jorge ao pé de Moçambique. Estavam no dia 3 na angra de S. Braz, onde se demoraram algum tempo, dobrando de novo o temivel cabo da Boa-Esperança a 20 de março. Em vez de tomarem muito ao largo, como á ida, navegaram direitos a Cabo Verde, achando-se no dia 25 d'abril a

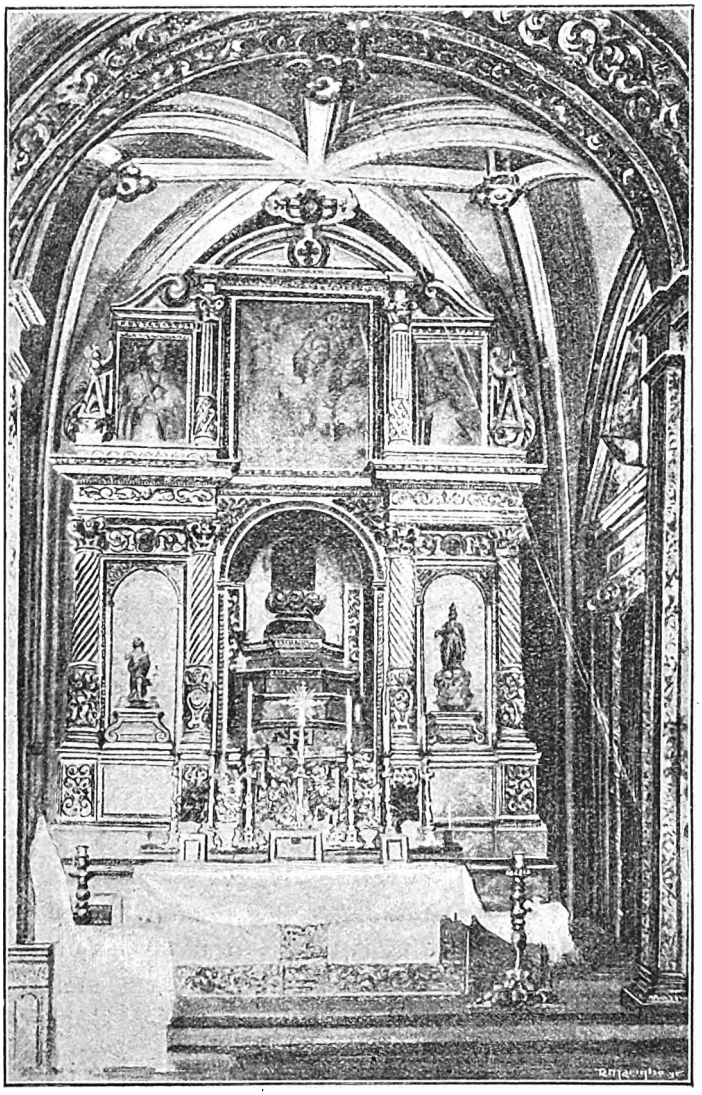
[1] Pag. 86.—Ferdinand Denis clama contra a perfidia de Vasco da Gama. Parece-nos que as prolongadas traições dos Indios justificavam a represalia.

Digitized by Google

100 leguas da ilha de Santiago. Por desconhecidos motivos interrompeu aqui Alvaro Velho o seu roteiro; sabemos comtudo, pela narrativa dos historiadores, que uma terrivel tempestade salteou nas alturas de Cabo Verde a esquadra, separando os navios de fórma que Nicolau Coelho foi direito a Lisboa, aonde chegou no dia 29 de julho de 1499, emquanto Vasco da Gama ia aos Açores onde um pungente desgosto o esperava[1]. Seu irmão Paulo da Gama, que tão affeiçoado lhe era, adoeceu gravemente, e morreu na ilha Terceira. Profundamente affectado por este dissabor, Vasco da Gama confiou o commando do seu navio a João de Sá e elle, fretando uma caravella, embarcou para Lisboa, aonde chegou no dia 29 d'agosto de 1499. Partira da capital do reino no dia 8 de julho de 1497; durára por conseguinte a sua viagem vinte e cinco mezes e vinte e um dias.

Com que jubilo accolheria el-rei D. Manuel a noticia d'esse portentoso descobrimento que illuminava de tanta gloria o seu reinado, e que preparava tão amplas messes de louros e de riquezas aos Portuguezes e a Portugal! Qual devia ser o espanto da Europa, a inveja dos reis catholicos, e tambem, o que não deixaria de lisongear os nossos cosmographos, a confusão de Christovão Colombo!

N'esse tempo, em que ainda senão descobrira nem o Peru nem o Mexico, a terra descoberta pelo ousado Genovez não era mais do que um paiz fertil, promettedor de lucros, mas que não podia soffrer comparação com a India resplandecente. Por isso D. Manuel que, bastantes vezes, do alto dos rochedos de Cintra, espreitára o horizonte solita-



CAPELLA-MÓR DA EGREJA DA TROFA

[1] Discordam muito os historiadores no que diz respeito a este ponto da viagem. Suppõem uns que foi a tempestade que separou os navios, outros que Nicoláu Coelho aproveitou o andamento superior do seu navio para vir a Lisboa apanhar as alviçaras. Gaspar Correia separa-se de todos os outros, e declara que Nicoláu Coelho e Vasco da Gama arribaram ambos aos Açores, e que a primeira pessoa que trouxe a noticia a Lisboa foi um mercador açoriano chamado Arthur Rodrigues! E infelizmente o *Roteiro* interrompeu-se antes d'este acontecimento.

Digitized by Google

rio, em procura das cubiçadas vellas de Vasco da Gama, ao descortinar emfim o *Berrio* de Nicoláu Coelho a demandar o porto, sentira um jubilo immenso inundar-lhe o coração, e logo pensára em erigir esse monumento magnifico de gratidão ao Omnipotente, que se intitula o mosteiro de Belem, e, além d'isso, o convento da Pena nos rochedos magestosos de Cintra. Quando Vasco da Gama appareceu, as recompensas choveram-lhe aos pés. Era a surpresa do primeiro momento; mas a ingratidão não tardaria.

Uma doação de trezentos mil réis de renda de juro e herdade lhe foi conferida para elle e seus successores, provenientes dos dizimos do pescado de Sines e Villa Nova de Milfontes, avaliados então em sessenta mil réis annuaes, e de mais cento e trinta mil réis annuaes pelas sisas da villa de Sines, e de quarenta mil pelas sisas da villa de S. Thiago, e os outros setenta mil pagos directamente por el-rei. Foi além d'isso nomeado almirante do mar da India, e concedeu-se-lhe que podesse em cada armada que fosse á India enviar duzentos cruzados que lhe voltariam empregados em mercadorias, que não pagariam outros direitos, a não serem os de vintena da ordem de Christo. A elle e a seus descendentes e a seus irmãos Ayres e Thereza concedeu-se que podessem usar do distinctivo de dom[1]. Nicoláu Coelho, que fôra o primeiro a chegar com a noticia, foi nomeado fidalgo da casa real, e os marinheiros sobreviventes, que eram apenas sessenta e cinco, receberam todos adequadas recompensas.

CAPITULO XXII

Refutação de pretenções francezas á prioridade do descobrimento do novo caminho para as Indias

Os Francezes tambem nos quizeram privar d'esta gloria, é verdade que n'um livro quasi desconhecido, e de que ninguem faz caso. Descubriu-o comtudo o sr. Major, e com a sua habitual perspicacia refutou-o completamente. O livro apparecera em 1785, era escripto por M. J. A. Desmarquets, e intitulava-se *Mémoires chronologiques pour servir á l'histoire de Dieppe.* Assevera o auctor que em 1488 um navegador, Cousin, graças ás licções d'um astronomo, Descaliers, achára meio de chegar á India, conservára secreto o seu descobrimento para assegurar aos seus conterraneos toda a gloria e todos os proveitos, o que não conseguiu, pois que os proveitos não os teve a cidade, e a gloria só lh'a apreciou dignamente M. Desmarquets, sendo ainda assim tão desgraçado que logo o barbaro Inglez M. Major provou triumphantemente que o cosmographo abbade Descaliers viveu em 1550, o que torna pouco verosimeis as suas licções de 1488. Tanto mais que Desmarquets affirma que o digno abbade nascêra em 1440. Não nos demorêmos n'esta ridicula pretenção; consulte a obra de Major[2] quem a quizer vêr triumphal e com-

[1] Veja-se o documento official extrahido do livro III de D. João III, fol. 166, e transcripto pelos editores do *Roteiro de Vasco da Gama* de paginas 179 a 175 da 2.ª edição. Tem o documento a data de 10 de janeiro de 1502.

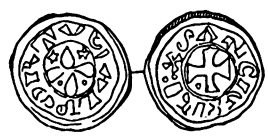
[2] *Life of ihe prince Henry*, pag. 406 a 408.

Digitized by Google

pletamente esmagada. Causa-nos uma certa repugnancia, devemos confessal-o, esta vaidade franceza, que em tudo se mette a torto e a direito, que tudo quer roubar aos outros, sem curar sequer dos fundamentos das suas estultas pretenções.

Não, essa gloria immortal pertence-nos indubitavelmente; se nos arrancaram das mãos enfraquecidas o fructo das conquistas pela espada, não nos podem decerto arrancar a gloria das conquistas do pensamento e da audacia. Essas inscrevem-se no livro immortal da historia com lettras flammejantes, que tanto mais resplandecem quanto mais as pretendem apagar alheios invejosos. O descobrimento da India teve além d'isso dois monumentos que o assignalaram para a posteridade; um lavrado em pedra pelo architecto Boutaca, e por João de Castilho, o outro lavrado em harmoniosos versos por Luiz de Camões; aquelle foi o mosteiro de Belem, este o poema dos *Luziadas*, duas epopéas immortaes que descantam, no silencio da nossa decadencia, ao ouvido do estrangeiro, o hymno immortal da nossa gloria. Deus véla por elles com protectora mão; quando o terramoto de 1755 arrazou Lisboa, o mosteiro de Belem ficou erecto e altivo, dominando as ruinas accumuladas emtorno de si com a sua fronte arrendada e maravilhosa; quando o esquecimento e o desdem da Europa affundaram a nossa litteratura, o poema dos *Lusiadas* sobreviveu sempre na veneração dos estrangeiros.

Em dois monumentos maravilhosos se cifra a historia grandiosa de Portugal —o mosteiro da Batalha, e o mosteiro de Belem. Resume-se n'aquelle o poema da nossa independencia, n'este o da nossa gloria. Quando pesava sobre nós a oppressão castelhana, o mosteiro da Batalha era como que um protesto mudo a favor da nossa autonomia, e, quando os estrangeiros lhe pisavam insolentemente as sonoras lages, aterrava-os o écho dos seus passos, e acreditavam a cada instante ver surgir do fundo do seu tumulo a épica figura de D. João I; o mosteiro de Belem esse é, entre as humilhações que o estrangeiro nos impõe, um mudo protesto a favor do respeito, que os nossos illustres fastos nos deviam conciliar. Quando as náus insultadoras da França ou da Inglaterra sulcam desdenhosamente o Tejo, ao surgir-lhes de subito o vulto, empallidecido pelos seculos, da velha e arrendada basilica, hão de os seus mareantes descobrir-se com respeito, porque lhes ha de lembrar então que os mares que elles agora dominam fomos nós os primeiros que os sulcámos, e que, na phrase valentissima d'Antonio Vieira, não ha por essas costas rochedos, em que tremule hoje a sua bandeira conquistadora, «que não fosse infamada por miserabilissimos naufragios dos Portuguezes». Hão de pensar que a India, que lhes rende tributo, viu primeiro do que as suas, primeiro do que todas, a nossa bandeira audaciosa levar-lhe a noticia, a civilização, e o dominio do Occidente; que a Africa, onde nos insultam, está marcada de norte a sul e de sul a norte com os padrões portuguezes, que no continente americano fomos nós dos primeiros que atravessámos as florestas virginaes do novo mundo, levando nas mãos o facho de luz, de preferencia ao facho do incendio. Hão de pensar isso tudo, e, se ainda assim persistirem em nos cuspir um derradeiro ultraje, ao franquearem as portas da velha egreja, ao cruzarem a nave silenciosa, onde os columnellos esguios, indo entestar com a abobada, se perdem na sombra vaga como uma aspiração indefinida para Deus, hão de sentir a voz



Mealha, de D. Sancho I

Digitized by Google

dos seculos dizer-lhes que se aviltam os neophytos que ultrajam o iniciador, e que a patria de Vasco da Gama merece os respeitos dos que tudo devem á audacia d'esse grande homem, d'aquelles cujas náus orgulhosas, cruzando e recruzando os mares, não conseguem apagar o sulco immortal dos tres baixeis aventureiros, que, dobrando o Tormentorio, foram aportar, fatigados de luctar com a procella, á mysteriosa terra que Alexandre o Magno apenas entrevira.

CAPITULO XXIII

A India desde a antiguidade.—Calicut e o Samori

NTES de proseguirmos na historia da conquista do descobrimento da India pelos Portuguezes, paremos um instante no ádito d'essa magnifica epopéa, e vejâmos o que era o paiz que os Portuguezes iam avassallar e submetter:

«A India, diz Eugenio Pelletan com aquelle magnifico estylo que deu tamanha popularidade a um livro scientifico *Profissão de fé do seculo* XIX, a India era a terra escolhida, onde a humanidade devia representar as primeiras scenas da civilisação. Predestinada, por mysteriosa lei de transição, a resumir em si todas as edades e todos os seres do planeta, recebera as reliquias vivas dos ultimos cataclysmos, o elephante e o hippopotamo, e, por esses transfugas escapos do diluvio, ligava-se com as primeiras gerações. Da mesma fórma que o homem, resumo intelligente de todas as vidas, reproduzia no seu organismo os diversos reinos da natureza, da mesma fórma a India, synthese brilhante da geographia, conciliava no seu territorio, na vasta extensão das suas fronteiras, as producções de todos os paizes: ao sul a vegetação dos tropicos, ao norte a vegetação da Europa.

«A natureza rodeára de montanhas essa primeira officina da civilização. A India, abrigada assim contra as primeiras irrupções com mão armada que podiam interromper os seus estudos, era, por que assim o digâmos, o campo entrincheirado do pensamento. Mas esse campo era vasto bastante para que a intelligencia, constantemente activada e avivada pelo contacto e o conflicto de raças diversas, não cahisse n'essa uniformidade, n'essa paz de uma raça unica, que é a negação do progresso e a morte lenta de uma sociedade.

«Protegida pelo seu clima, e auxiliada pela amizade da natureza, foi a primeira a subir á civilização, ao pensamento. Creou os codigos e os dogmas, ou antes confundiu na sua theologia os dogmas e os codigos, porque n'essa época a religião era a sciencia. O padre monopolizava a sciencia, interpretava o céu, falava em nome da inspiração. Como só elle sabia reflectir, observar, generalizar, tomou em toda a parte, pelo invencivel dominio da intelligencia sobre a ignorancia, o titulo de confidente de Deus e de legislador sagrado da humanidade[1].»

Foi, pois, a India a mãe de toda a civilização, berço predestinado da ideia progressiva, que alli se devia conservar sempre infantil, mas que lá irradiou,

[1] Eug. Pelletan. *Profession de foi au dix-neuviéme siècle*, cap. XI, p. 106 (4.ª edição—Paris, 1857).

Digitized by Google

para ir nos climas severos da Europa adquirir a virilidade.

«A abrigo das mais altas montanhas do globo, escreve Cesar Cantu, que se vão abaixando gradualmente em fecundas e risonhas collinas, está situada a India, tendo de um lado o espectaculo do Oceano, do outro o do Himalaya. Regam-n'a um numero infinito de riachos, e grandes rios, em cujas margens um sol potente sazona toda a especie de fructos deliciosos que a mão do homem não semeou. Innumeraveis rebanhos pastam nos immensos e verdes prados que se inclinam para o mar, cujas aguas limpidas penetram no interior das terras, multiplicando os abrigos para os navegadores, que, desde os tempos mais remotos, alli vão levar dinheiro em troca dos generos com que a natureza dotou esse privilegiado solo. Nas planicies chegam-se a fazer cinco colheitas por anno; as collinas, cobertas de palmeiras, de ananazes, de canelleiras, de pimenteiras, de vinhas, de roseiras sempre em flôr, vêem amadurecer tres vezes por anno os fructos mais deliciosos[1].»

Este quadro formosissimo, pintado pelo magico pincel do grande artista italiano, tem tambem as suas sombras e os seus contrastes. Montanhas enormes e aridas, charnecas extensissimas cingem muitas vezes estes valles deliciosos e essas planicies fecundas. São terriveis na India os furacões, as inundações de rios torrentuosos são tremendas. A natureza tem alli, escondidas debaixo dos seus mais encantadores sorrisos, as suas catastrophes mais formidaveis.

Apertada ao norte, ao noroeste e nordeste por montes altissimos como o Himalaya, como o Dawalagiri, ao sul pelo mar, a India, diz Weber, forma um «continente completo debaixo do ponto de vista geographico, climaterico e historico, e destinado pela natureza para o desenvolvimento, no seu interior, de uma civilização particular[1]. Divide-se a India em duas regiões diversas, o Indostão propriamente dito, ou paiz do Indo e do Ganges, banhado por estes dois grandes rios, e a peninsula do Dekkan. O Indostão póde dividir-se em occidental, a

FR. MIGUEL CONTREIRAS
(Fundador da Santa Casa da Misericordia)

região do Indo com o Pendjab, ou paiz das cinco torrentes; a central com o rio sagrado do Ganges, séde da industria, da theocracia e da religião da India; a oriental, que comprehende principalmente o Bihar e o Bengala. A grandeza antiga da India com as suas maravilhosas cidades, com a sua civilização notavel, concentrava-se principalmente no Indostão Central. O Dekkan, finalmente, com-

[1] Cesar Cantu, *Historia Universal*, tr. fr., t. I, pag. 287 (3.ª edição, Paris 1866).

[1] J. Weber, *Historia Universal, Historia Antiga. Os povos orientaes*, t. I, pag. 56—tr. fr. de J. Guillaume (Paris, 1870).

Digitized by Google

prehende o Pendjab, onde ha o cabo Comorin; o Mysore, que veiu a ser o celebre reino de Tippoe Saib; o territorio do rio Krisna com as minas de Golconda e as grutas d'Ellora; o Carnata, o Orissa. A costa oriental de Dekkan ou costa de Coromandel comprehendia na antiguidade varios reinos indios, finalmente a costa occidental comprehendia o littoral de Kankara, e de Calicut e de Malabar. Ao sul ficava defronte da peninsula a ilha de Ceylão, onde as lendas mahometanas collocaram o paraizo terrestre.

A primeira emigração d'esses povos aryos, que irradiaram da Asia Central, de um lado para a Europa, do outro para a India, parou no paiz dos cinco rios ou Pendjab, foi depois progredindo para o sul, até chegar á emboccadura do Indo. Até ahi, porém, a emigração fôra perfeitamente pacifica. Os Indios caminhavam como os povos pastores que vão procurando novas pastagens para os seus rebanhos, e o *Rig-Véda*, a parte mais antiga dos Védas, que constituiam a antiga litteratura sanscrita, dá perfeita idéa d'esse estado primitivo dos Aryos; o estabelecimento nas margens do Ganges é já precedido pela conquista e conquista sanguinolenta, cujas peripecias se encontram descriptas na grande epopéa indiana do Mahabaratta. Finalmente a conquista de Dekkan parece ser mais a conquista civilizadora, com lucta ainda sim, mas sem os grandes feitos heroicos, a conquista da colonização mais do que a conquista da espada. Esse novo periodo da primitiva historia indiana acha-se representado no *Ramayana* — a outra celebre epopéa da India legendaria. Emfim sobre os povos autochtonos vencidos e subjugados estabeleceram o seu dominio os vencedores, e a religião naturalista dos Védas, espiritualizando-se debaixo da influencia do clima enervante das margens do Ganges, perdendo-se em vagos mysticismos, dirigindo-se toda para os sonhos de uma vida futura e para o desprezo do mundo e da vida practica, transformou-se n'essa monstruosa religião brahmanica, cuja influencia estrangulou os progressos da civilização indiana.

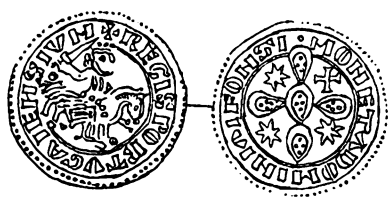
O desprezo da vida practica, e a concentração nos devaneios do mysticismo, fizeram com que os *brahamanes* desprezassem todos os que tractavam de cuidados do mundo, e assim foram elles, os contempladores, os philosophos, os sacerdotes, a casta purissima por excellencia; mas os guerreiros que conquistaram a India com a força do seu braço, e mantinham na obediencia os povos subjugados, não podiam de certo ser postos de parte com desprezo, por isso constituiram com o nome de *Kchatryas* ou *naires* a segunda classe, e finalmente no ultimo degrau da hierarchia social achavam-se os *Waisyas*, quer dizer, os lavradores, os industriaes, os commerciantes. Os *brahamanes* eram a casta que saira da bocca de Brahma, os *Kchatryas* tinham saido dos braços, os *Waisyas* dos pés. Além d'estas castas, consideradas puras, e que puras se mantinham porque se formavam pela descendencia regular proveniente de casamentos entre individuos de egual condição, além d'estas castas existia uma outra, desprezada e vil, mas não ainda impura, que era formada pelos primitivos habitantes da India que tinham acceitado a religião brahmanica. Era d'essa casta, denominada dos *Sudras*, que sahiam em geral os criados. Emfim, completamente fóra da sociedade brahmanica, existia não a casta dos *parias*, como geralmente se imagina, mas um numero infinito de castas impuras e vis, ligadas entre si unicamente pelo desprezo que a todas as flagellava; n'ellas figuravam os descendentes dos primitivos habitantes da India, que não tinham acceitado as leis de Brahma, os filhos de allianças matrimoniaes illicitas,

Digitized by Google

os membros das castas puras, que, por qualquer violação voluntaria das prescripções severissimas que mantinham em vigor essa organização desastrosa, tinham perdido a casta. Ora d'essas castas a mais desprezada, a mais vil, era a dos *Tschandalas* ou *Parias*, que se occupavam na execução dos criminosos e em todos os misteres odiosos ou immundos que póde haver nas sociedades. Para se dar uma idéa da extrema vileza d'estes desgraçados, basta dizer-se que, se um brahmane com a sua comitiva os encontrava no meio de uma estrada, mandava logo dar-lhes caça, para serem mortos sem piedade, porque bastava respirar-se o mesmo ar que elles respiravam para se ficar manchado!

Uma organização religiosa assim, que tornavam implacavel uma multidão de formulas severissimas e estreitas, não podia deixar de promover uma reacção violenta. Essa reacção operou-se; o *buddhismo* foi, para a religião dos brahmanes, o que foi o *christianismo* para a religião dos judeus. Nas proprias lendas da origem de Buddha ha uma relação intima com a historia evangelica do nascimento de Christo. Não entraremos n'essa analyse demorada. Diremos apenas que Buddha, filho de um soberano de um dos reinos do Himalaya, Buddha, ou antes, Çakia-Mouni, foi o propagador da doutrina redemptora que logo conquistou immensos adeptos.

«Buddha, diz Weber, vibrou um golpe decisivo no systema do mundo dos brahmanes, negando Brahma e todos os deuses do céu, contestando aos Védas a sua virtude sanctificadora, recommendando, em vez do ascetismo cruel, leis de sacrificio e de purificação, uma moral de benevolencia, de misericordia e de caridade com todas as creaturas. Derrubou a hierarchia das castas e o orgulho das classes superiores com a doutrina da egualdade de todos os homens; mas, encerrado no circulo dos pensamentos da India, viu tambem o fim da existencia terrestre n'um anniquilamento de todas as paixões e de todos os desejos, n'uma inercia cheia de virtudes passivas. Buddha renunciou á sua alta condição, retirou-se coberto de farrapos para a solidão das florestas, onde se entregou á pesquiza das verdades eternas no meio das penitencias e das macerações mais duras. Quando recebeu emfim a luz apresentou-se como fundador da religião; não viveu como os Brahmanes no retiro e nos desertos, mas, acompanhado por alguns discipulos, percorreu a região do Ganges, e annunciou a sua doutrina da afflicção e da salvação do mundo. Não se voltou para as classes superiores como os Brahmanes, mas para o povo todo sem distincção, para os «regenerados», para os Sudras e para os Tschandalas; ensinou uma lei de graça para todos, e attrahiu assim os que estavam humilhados e oppressos, e que esperavam d'elle que os emancipasse do jugo das castas e dos laços hereditarios. A doutrina da egualdade de todos os homens, a promessa de um descanço eterno como coroação de uma vida cheia de virtudes e de caridade, e a emancipação dos systemas phantasticos e da sanctificação pelas obras, produziram uma impressão profunda[1]».



Morabitino, aureo ou soldo, de D. Affonso II

Os pontos de contacto entre o buddhismo e o christianismo são, como se vê, numerosissimos; faltavam, porém, á religião buddhica os elementos de acção de expansividade que existiam na reli-

[1] *Historia Universal*, t. I, *Povos Orientaes*, § 20 pag, 89.

Digitized by Google

gião christã. Era uma religião consoladora e não uma religião civilizadora. Dava a resignação aos tristes e aos humilhados, mas não as esperanças infinitas que levaram os apostolos á conquista do mundo. Por isso degenerou logo n'uma religião contemplativa, bastante similhante na essencia á dos brahmanes, n'um verdadeiro quietismo enervante que esterilizou todos os resultados que se podiam esperar da immensa acção que exerceu na India. Bastou que os brahmanes introduzissem algumas modificações na sua propria religião, recorrendo á doutrina das encarnações, bastou que acceitassem a idéa dos buddhistas que, erigindo os *stoupas* ou *pagodes* que serviam para preservar as reliquias venerandas de Buddha, dispersas, diz a tradição, por 84:000 cidades ou aldeias, tinham percebido a influencia do culto externo, para que recuperassem o prestigio, por um instante abalado. É d'esse periodo que data a edificação dos maravilhosos templos e pagodes indianos, a construcção d'esses portentosos monumentos d'Ellora, de Elephantina, de Salsette. Depois uma perseguição atroz, implacavel, furiosa, conseguiu arrancar o buddhismo quasi completamente da India arrojando-o para Ceylão, para o Thibet, para a China e a Indo-China. O sangue dos martyres do buddhismo foi perfeitamente infecundo; se alguma coisa preparou foi o terreno onde colheram amplas messes depois os missionarios christãos, e onde mais colheriam ainda, se o christianismo dos jesuitas e da inquisição não tivesse tomado tambem um caracter verdadeiramente buddhico e brahmanico, buddhico pelas doutrinas enervantes, brahmanico pelas perseguições ferozes.

Assim os Portuguezes, quando chegaram á India, encontraram o brahmanismo na sua fórma *post-buddhica,* o brahmanismo em os templos onde se viam representadas as imagens phantasticas dos seus deuses. O fundo, a essencia d'essa religião era o pantheismo puro. Brahma é a alma do mundo, e a aspiração do homem deve ser confundir-se com essa alma immortal. «A base d'essa religião, diz ainda Weber, é a doutrina da transmigração das almas (metempsychose) segundo a qual a alma humana não está associada ao corpo terrestre, senão em castigo dos erros que commetteu n'uma existencia anterior (pre-existencia), tem por fim e por tendencia reunir-se de novo á alma divina do universo. Por isso é que o Indio considera a vida d'este mundo como um periodo de castigo e de provação, que só se póde abreviar por meio de um procedimento santo, de orações, ou de uma vida contemplativa, ascetica, que se compraz na adoração da Divindade, e procura preservar-se do contagio de um mundo manchado.

«Quando o homem deixa de se purificar assim, e, afastando-se da Divindade, se immerge, cada vez mais profundamente, no mal, a sua alma, depois de ter deixado a vestimenta gasta da carne, passa, em virtude da sentença do juiz dos mortos, para outro corpo, muitas vezes inferior, para um corpo de animal, e recomeça uma nova migração; ao passo que a alma do sabio, do heroe ou do penitente, principia a sua ascensão atravez de brilhantes constellações, e acaba por se reunir á essencia espiritual d'onde emana[1]».

A natureza tem uma triplice manifestação: o principio, a duração e o fim; d'ahi a trindade indiana Brahma, o deus creador; Vichnú, o conservador; Siva, o destruidor.

D'esta trindade indiana, o Filho, como nós diriamos em theologia catholica, é Vichnú. Foi elle que se fez homem, não

[1] Weber, *Hist. Universal*, t. I da tr. franceza, pag. XXIII da *Introducção.*

Digitized by Google

uma vez, mas muitas, para redimir a humanidade. Vichnú é o deus inspirador de toda a litteratura indiana, é da seita que especialmente o adora que o buddhismo se deriva. O deus a um tempo destruidor e gerador, porque representa a natureza no seu aspecto violento e fecundo, que corresponde a todos esses deuses geradores, que teem por symbolo o *phallus* ou o *lingam*, que exigem um culto sanguinolento e obsceno, ou os sacrificios humanos, como o Moloch phenicio, ou a prostituição, como Astarté, esse deus é *Siva*. Escusamos de dizer que o Olympo indiano se povôa de uma enorme multidão de deuses, que representam os multiplos aspectos da natureza; eram esses os deuses physicos, os que personalizavam directamente as forças da natureza, como *Indra*, que reinava sobre o sol, e o vento e a aurora e a chuva; *Agni*, que era o fogo com a essencia da luz, etc. Quando a religião philosophica dos brahmanes substituiu a estes deuses umas divindades mais abstractas, continuaram elles a ser os objectos principaes do culto popular, como entre os povos catholicos os santos occupam na adoração popular um logar bem superior á entidade sublime e mysteriosa de Deus omnipotente.

Com uma religião assim, com o systema das castas, o que a India não podia era constituir uma nacionalidade. Esteve sempre dividida n'uma multidão de reinos independentes uns dos outros, e de republicas aristocraticas, e foi assim que a encontrou Alexandre o Magno, quando, depois de ter conquistado toda a Persia, chegou á India onde Dario já estabelecera a 20.ª satrapia do seu vasto imperio; encontrou o grande conquistador a parte da India aonde chegára dividida n'uma multidão de pequenos Estados, sendo o mais importante o que era governado pelo famoso rei Porus. Foi então que o mundo occidental teve as primeiras noções mais definidas ácerca

COIMBRA — CONVENTO DE SANTA CLARA

Digitized by Google

d'essa terra maravilhosa, d'onde a Grecia e o Egypto colheram a sua civilização e que olvidaram depois como filhas ingratas; mas o sonho oriental vivera sempre na imaginação dos povos da Europa envolto nas brumas da distancia. Atravez da interpretação grega vê-se perfeitamente a tradição indiana, hoje bem conhecida. Confundem, pela identidade do nome, Brahma com Bromios, o nome hellenico de Baccho, e d'ahi provém a fabula grega da conquista da India pelo deus Baccho.

Nas narrativas dos companheiros de Alexandre encontra-se perfeitamente a descripção da India como hoje a vemos. Os Catheus vencidos por Alexandre são evidentemente os Kchatryas. Então, como seculos depois, os Indios empregavam elephantes nas suas guerras, pintavam as barbas com as côres do arco iris, usavam argolas de marfim, lançavam aos hombros e enrolavam emtorno da cabeça os finos tecidos de algodão.

«Depois da morte de Alexandre, diz um escriptor francez, elevou-se na India a dynastia poderosa dos Mauryas, cuja capital era a cidade celebre de Polibotra (Patalipontra, hoje Patuna, onde Megacthines, embaixador de Seleuco Nicator, foi recebido pelo rei Sandracottus (Tchandragupta, protegido pela lua) fundador d'essa dynastia. O segundo successor d'esse principe, Açoka (no anno 160 antes de Jesus Christo) trocou o brahmanismo pela religião de Buddha, e cobriu a India de conventos e de frades. Mandou construir uma multidão de monumentos consagrados ao novo culto, e entre os quaes devem ser citados esses hypogeus immensos, chamados *stoupas*, e vulgarmente *topes*, destinados a receberem um fragmento de osso, um dente, cabellos ou alguma outra reliquia de um santo venerado. Conforme os principios de caridade, que distinguem o ensino buddhico, tambem dotou o paiz com uma quantidade innumeravel de hospitaes, de depositos de medicina, de asylos para os animaes; fez estabelecer por toda a parte poços, fontes e cisternas, e mandou plantar arvores ao longo das estradas para descanço dos viajantes. Foi tambem durante o seu reinado que se principiaram a cavar esses templos subterraneos, que, pelas suas proporções colossaes, e pela prodigiosa variedade das suas estatuas e dos seus ornamentos esculpidos, fazem ainda a admiração dos Europeus[1].

O reino poderoso, fundado por Sandracottus sobre as ruinas do dominio grego, desappareceu no temporal que desabou sobre a India no anno 160 antes de Christo. Succedia alli o mesmo que havia de succeder seculos depois na Europa. As emigrações das tribus nomadas succediam-se umas ás outras e os povos barbaros das steppes do norte, deslocados por alguma onda que vinha ou mais do norte ainda ou do oriente, arrojavam-se com impeto sobre as regiões mais civilizadas do sul. Tribus tartaras se apoderaram da Bactriana, de Cabul, do Pendjab, de Radjputana. Apenas em Malwa ficou um reino hindhú, o de Vicramaditya, mas os vencedores espalham-se a pouco e pouco para o norte do Himalaya, para o Thibet, para a China, convertem-se ao buddhismo, fundem-se com as raças vencidas. A conquista romana, que se espraiára de um modo extraordinario para o occidente, não vai tão longe como a de Alexandre para as regiões da aurora; mas uma nova raça conquistadora nos surge no septimo seculo depois do nascimento de Christo, é a raça arabe, ou antes a seita musulmana, porque o fanatismo de conquista é inspirado não tanto pela raça como pela crença dos sectarios. O Afghanistan cáe nas mãos da dynastia dos Ghaznévides.

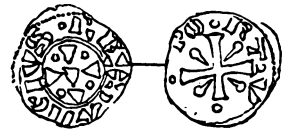
[1] Alexandre Bonneau, *Introducção Historica* da *Révolte de l'Inde*, pag. 10 (Paris, 1857).

Digitized by Google

Em 1001, Mahomet, neto de Alptekin, sultão ghaznévide, atravessa o Indo, submette as regiões que demoram ao sul d'esse rio, e em expedições successivas destroe e arraza e saqueia os templos, assassina os brahmanes em massa, converte á viva força as populações ao islamismo, sujeita a India ao seu dominio. Nos fins do seculo XII um delegado d'estes sultões, Kutb ud din Ibak i Shil, proclamou-se independente e estabeleceu a sua residencia em Dehli. Os terriveis Mongoes precipitam-se sobre a India, primeiro nos principios do seculo XIII, depois no seculo XIV guiados por Tamerlan.

Eis aqui pois qual fôra a historia da India desde a conquista de Alexandre até ao seculo XV. Em 1517, quando já os Portuguezes tinham fundado no Malabar o imperio que Affonso de Albuquerque devaneiára, a dynastia dos Grão-Mogoes predominou em toda a India e estabeleceu-se em Dehli. Innumeraveis principes, uns indigenas, outros musulmanos, dividiam entre si a peninsula. Os mercadores musulmanos que levavam as mercadorias do Oriente á Persia, á Arabia e d'ahi por caravanas ás margens do Mediterraneo, aonde as iam buscar os Venezianos e os Genovezes, exerciam nas côrtes d'esses radjahs ou pequenos principes uma influencia quasi decisiva, tanto pela sua riqueza como pela communidade de crenças e de interesses com as dynastias conquistadoras, que, antes de 1517, ameaçavam de Cabul a India sujeita a governadores gourides, mas sempre trementes com a lembrança de Tamerlan, e que depois de 1517 as governaram, estabelecidas em Dehli.

Entre esses Estados hindús, que subsistiam ao lado dos Estados musulmanos, avultavam os do Malabar, que os Portuguezes encontraram nas suas primeiras viagens: era o Kanará, onde brilhavam Calicut, Cananor, Mangalor, Bidjapur, que tinha Gôa por sua capital; Travancor, onde se notava Cochin, a cidade amiga em que os nossos encontraram sempre o melhor accolhimento; o Karnatik, o Mysore, a Costa da Pescaria, o paiz de Madura, o Marawah, o Tanjaour, onde nunca os Musulmanos tinham conseguido dominar, e outros emfim que se desdobravam por essas costas do Maliwár, ou Malabar como os Europeus lhe chamavam, e que ia até ao cabo Comorim ou Djebel Kamoroun, focos de grande commercio de pimenta, que ia ser o grande attractivo dos Portuguezes.



Dinheiro, de D. Sancho II

Calicut, como sabemos, não fôra encontrada por acaso por Vasco da Gama. Procurava-a, porque sabia que era essa cidade o principal emporio do commercio da India. Apesar de opulenta, não era comtudo Calicut uma cidade sumptuosa. A não serem os templos e o palacio do rajah, tudo o mais eram edificações mediocres ou miseraveis. O rajah de Calicut, que tinha a denominação de *Samoudri Rajah*, que os nossos adulteraram chamando-lhe Samorim, ou Çamorim, ou Zamorim, ou Camolim, exercia uma influencia incontestavel sobre os outros rajahs do Kanará e de Travancor. O rajah que recebeu Vasco da Gama, parece que pertencia á casta dos brahmanes, porque, ao ver-se vencido e humilhado por esses estrangeiros que ao principio desprezara, retirou-se, ao que parece, para uma especie de convento de *Brahmatchari* ou brahmanes penitentes. O seu nome dizem alguns que era Glafer, mas não é facil imaginar qual seria o nome indio que corresponderia a esse nome evidentemente adulterado.

Eis o paiz em que os Portuguezes iam entrar, ignorando completamente os seus usos, os seus costumes e as suas leis.

Digitized by Google

A India durante a edade média fôra profundamente ignorada. As viagens de Benjamim de Tudela, de Marco Polo, de Ibn-Batuta, não faziam senão tornar mais maravilhosos e mysteriosos os paizes que tinham percorrido. Marco Polo era entre os seus patricios como aquelle Sindbad o maritimo das *Mil e Uma Noites*. Escutavam-n'o com attenção e com espanto, uns com um sorriso de incredulidade nos labios, outros com o as-

DIVISA DE D. JOÃO II

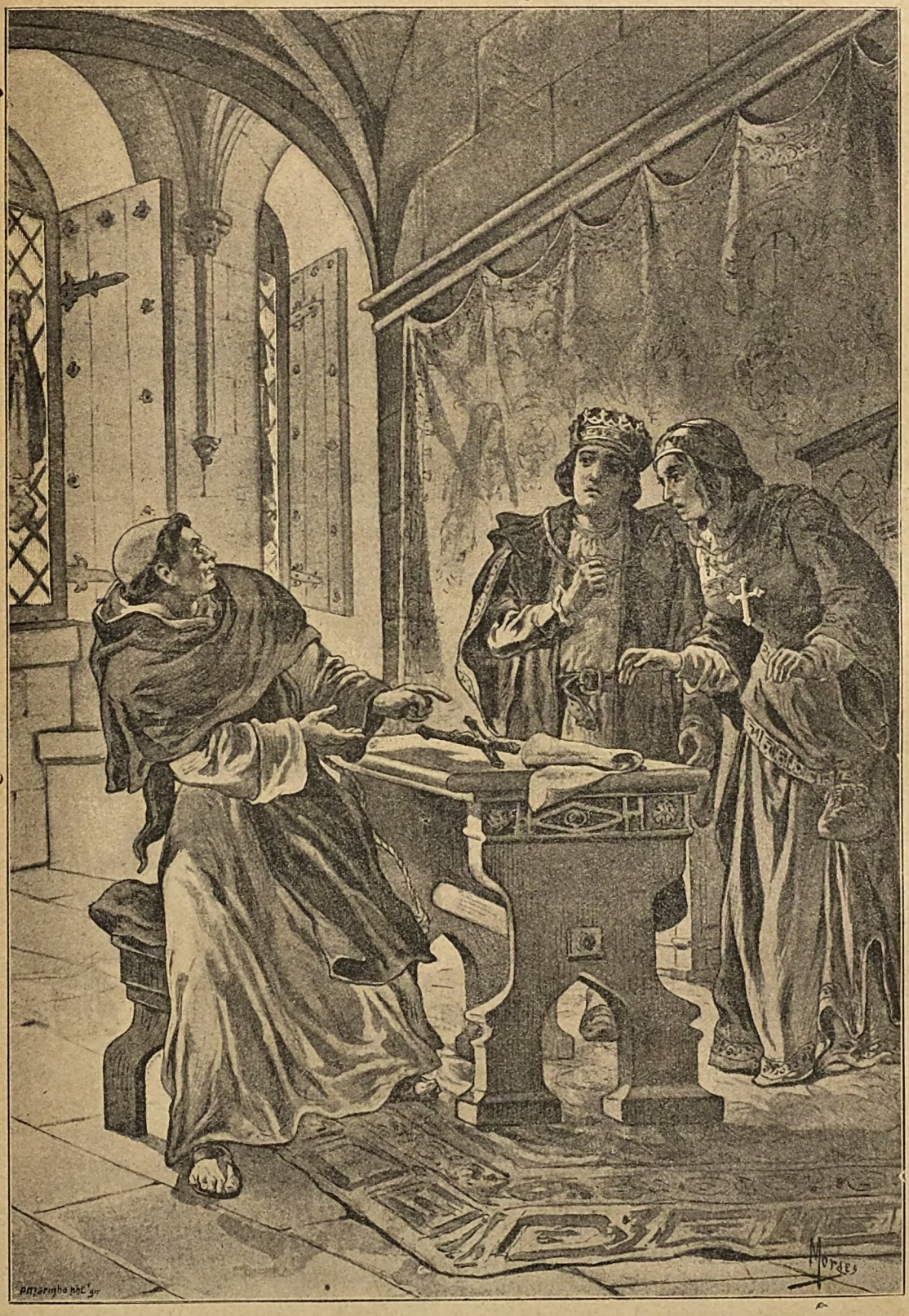
sombro de quem ouve historias maravilhosas que julga comtudo verdadeiras. Como Marco Polo falava com frequencia nos milhões do grão Khan, que governava milhões de homens, começaram a chamar-lhe em Veneza *messer Milione*. Quando n'uma batalha naval cahiu prisioneiro dos Genovezes «foi conduzido a Genova, onde as mais nobres familias, diz Julio Verne, avidas de ouvir as suas narrativas, lhe fizeram o mais gracioso accolhimento[1]».

Viagens assim excitavam ardentemente o desejo de visitar os paizes que os viajantes tinham percorrido, mas não enriqueciam a sciencia, porque todas as suas noticias, ainda as mais verdadeiras, se envolviam n'um elemento de maravilhas. Os encyclopedistas da edade média preferiam acceitar as asseverações de Plinio, que era menos digno de fé do que viajantes como Marco Polo, mas que tinha o prestigio todo da antiguidade classica. Vicente de Beauvais, Brunetto Latini, Alberto Magno conservam as idéas erroneas de Isidoro de Sevilha ácerca da India maior e menor. Pedro d'Ailly segue Plinio passo a passo e desenvolve-o, mas seguindo-lhe as pisadas e accolhendo as lendas dos *monoculos*, dos *cynocéphalos*, dos pygmeus e dos seus combates com os grous, dos homens que vivem do perfume das flores, das enguias do Ganges que medem 300 pés de comprimento.

Alberto Magno tem algumas noções exactas ácerca dos brahmanes indianos, mas em geral tudo se ignorava, e os Portuguezes desembarcavam em Calicut, sem conhecerem nem o poder real do soberano d'esse paiz, nem o regimen das castas, nem a religião dos Indios, tomando provavelmente muitas vezes buddhistas por christãos, outras vezes considerando como seus irmãos de crença, como puros catholicos, aquelles herejes nestorianos, chamados christãos de S. Thomé, que se tinham espalhado pelo Oriente e haviam chegado á India, não comprehendendo o regimen das castas, e commettendo por isso ás vezes graves inconveniencias, e offendendo os mais intimos sentimentos dos habitantes da India. Mas se tudo ignoravam, se tinham a respeito da India, dos seus habitantes, das suas religiões, da sua fauna e da sua flora as idéas mais falsas, que eram as idéas correntes na Europa no seu tempo, foram elles tambem que déram á Europa as primeiras idéas positivas e scientificas a respeito de todas essas circum-

[1] J. Verne, *A Descoberta da Terra*. T. I cap. IV, pag. 23 da traducção portugueza (Lisboa, 1879).

Digitized by Google



TORQUEMADA ATIRANDO O CRUCIFIXO A FERNANDO E ISABEL

Digitized by Google

stancias, como demonstraremos em logar proprio. Agora, depois d'este rapido esboço do theatro da scena e dos povos que o occupavam antes da chegada dos Portuguezes, continuemos a desenrolar as peripecias d'essa espectaculosa e epica tragedia da conquista da India pelos Portuguezes.

CAPITULO XXIV

Segunda expedição ás Indias Orientaes — Descobrimento do Brazil

OMEÇAVAM os acontecimentos a justificar o sobre-nome de venturoso, que a posteridade havia de dar a D. Manuel. A primeira expedição maritima, que ordenára, lançára-lhe aos pés a India; a segunda tinha de lhe dar o Brazil.

Como vimos, a esquadrilha de Vasco da Gama, composta apenas de tres navios, tripulada por marinheiros extenuados por uma longa viagem, pouco abastecida de munições de guerra, não levando grandes mostras de riqueza, produzira uma fraca impressão na magnificente côrte de Calicut. Os Mouros tinham ficado aterrados com a audacia, que levára os Portuguezes a affrontarem tantos e tão grossos mares para descobrirem um caminho novo que os conduzisse á India; mas tinham por outro lado pensado que não seriam frequentes as viagens dos Portuguezes, e que não podiam por conseguinte ser concorrentes perigosos. Tudo isso motivára o desdem manifesto, com que fôra tractado Vasco da Gama. Tractava-se de lhes dar a um tempo um desengano e uma licção.

Preparando uma poderosa armada que levasse a tão longinquas partes o nome portuguez, e o fizesse respeitado, el-rei D. Manuel procurou emtorno de si homem que fosse proprio para commandal-a, e, segundo nos diz Gaspar Correia[1], foi o proprio Vasco da Gama quem lhe indigitou Pedro Alvares Cabral. Era este fidalgo filho de Fernão Cabral, alcaide-mór de Belmonte, e neto de Fernão Alvares Cabral que fôra guarda-mór do Infante D. Henrique. A esquadra, cujo commando lhe confiava, compunha-se de treze navios, cujos capitães eram os seguintes: Sancho de Toar, Castelhano, que devia succeder no commando se acontecesse alguma desgraça ao chefe nomeado; Simão de Miranda, Ayres Gomes da Silva, Nicoláu Coelho, o companheiro de Vasco da Gama; Bartholomeu Dias, o descobridor do cabo da Boa Esperança; Pedro Dias, seu irmão; Gaspar de Lemos, Luiz Pires, Simão de Pina, Pero d'Athayde Inferno. Da feitoria da armada iam encarregados Ayres Correia, como feitor, e Gonçalo Gil Barbosa e Pero Vaz Caminha, como escrivães[2]. Era capellão-mór da armada o Franciscano fr. Henrique, o qual ia acompanhado d'outros frades da sua ordem para darem principio á conquista religiosa.

D'esta viagem, que o descobrimento do Brazil fez tão importante para a nossa

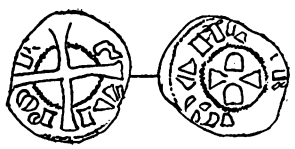
[1] Gaspar Correia, *Lendas da India*, tom. I, P. 1.ª, *Lenda de Pedro Alvares Cabral*, cap. I, pag. 146.

[2] Damião de Goes, *Chronica d'el-rei D. Manuel*, part. 1.ª, cap. 54, fol. 50. Não seguimos a versão de Gaspar Correia, que differe alguma cousa na relação dos nomes, porque Damião de Goes e João de Barros tinham de certo á vista documentos officiaes, que faltavam a Gaspar Correia, o qual trabalhava por proprio gosto e não por encargo do governo.

Digitized by Google

historia, restam-nos felizmente duas relações authenticas, contemporaneas e de testemunhas oculares. A primeira é ao mesmo tempo um documento official, pois que vem a ser nada menos do que uma carta escripta de ordem de Pedro Alvares Cabral pelo escrivão Pero Vaz Caminha a el-rei D. Manuel, a dar-lhe conta do descobrimento do Brazil; a segunda é a *Navegação de Pedro Alvares Cabral*, escripta por um dos pilotos que o acompanharam, e cuja traducção italiana fôra inserida na optima collecção de Ramusio. Ambas estas relações foram publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, sendo a *Navegação de Pedro Alvares Cabral* retraduzida do italiano, porque não apparece em parte alguma o original portuguez. Por conseguinte tomaremos para guia, de preferencia aos outros chronistas, estas duas narrativas contemporaneas.

«Vasco da Gama abrira as portas maritimas do Oriente e tornára ao heroico paiz natal para dar conta ao rei e á posteridade da sua ousada e para sempre maravilhosa empreza. El-rei D. Manuel, querendo tirar proveito de tantos trabalhos, resolvera em conselho de fazer aprestar uma armada capaz de infundir respeito, de ostentar na India a sua grandeza, com destino de ir a Calicut entabolar relações com o Samori e estabelecer uma feitoria em que se hasteasse o pendão das quinas, ou antes da ordem de Christo, para proteger os seus vassalos que alli quizessem ir mercadejar. D'esta armada, constante de treze vellas e de mil e duzentos homens, déra a capitania-mór a Pedro Alvares Cabral, varão conhecido pela sua illustre linhagem, e que para este encargo se offerecera por suggestões do seu amigo, o grande descobridor da India, que o recommendára a el-rei. Dadas as instrucções e regimentos, tinha chegado o mez de março, proprio da monção, e no segundo domingo d'este mez do ultimo anno do 15.º seculo, no dia 8 de março do anno de Christo de 1500, as náus, de todo equipadas, que tinham barlaventeado largando de Lisboa, estavam fundeadas no ancoradouro do Restello. No começado sumptuoso convento de Belem se disse missa e prégação, a que el-rei assistiu com toda a côrte, fazendo a Pedro Alvares a distincção de o ter comsigo na tribuna real, e de o acompanhar até ao embarque, despedindo-se no meio de um grande concurso de povo que na terra e no mar se apinhoava.


Dinheiro, de D. Sancho II

«No dia seguinte pela manhã, ao repontar da vasante, todas as náus levaram ferro. Ouvia-se a grita cadenciada dos marinheiros feita de proposito para alarem ao mesmo tempo, applicando com regularidade os viradores nos cabrestantes, e esta bulha suffocava todos os mais sons, excepto o do rouco roçar da amarra pelos escovens e o do agudo apito do mestre, que fazia largar e caçar as vellas. Da banda de bombordo via-se avultar, por entre os andares d'ameias, a guarnição de uma formosa torre, construida por el-rei D. João II para defender a entrada do Tejo, a qual parecia despedir-se de muitos dos seus que deixavam de a defender para sempre. Da banda do Restello apenas existia em projecto a magnifica torre de S. Vicente de Belem, construida no meio das ondas, que a principio arrebentavam, d'envolta com as areias douradas do Tejo, contra os seus alicerces, como querendo vingar-se de lhe usurpar impunemente os seus campos essa «torre antiga e veneranda» testemunha ha tantos tempos das glorias navaes das armadas do Tejo, e não indifferente aos seus desastres e decadencia.

«A armada sahiu de mar em fóra e,

Digitized by Google

tomando para o Cabo d'Espichel foi desapparecendo pouco a pouco. Andados treze dias, estava tanto ávante como as ilhas de Cabo Verde, tendo passado juncto ás Canarias. Porém, tendo logo desapparecido uma das náus, proseguiram as doze restantes pelo Oceano, afastando-se das costas de Africa, e amarando-se para oeste cada vez mais. É sem fundamento a opinião dos que acreditam que foram por tempestade obrigadas a seguir este rumo; tem mais probabilidades a de Barros, que houve intenção de fugirem ás calmarias de Guiné, como já o practicára Vasco da Gama. E, se na verdade foi este o fim, vento de mais e bem fatal veiu a ter depois a armada. Porém, se attentarmos em que para sempre tinham desapparecido os receios do *mar tenebroso*, que em Portugal se conhecia a existencia das terras occidentaes achadas por Colombo e, maiormente, que Gaspar Côrte Real diligenciava a doação da terra firme ou ilhas que encontrasse, e que lhe foi concedida a doze de maio d'este anno, se attentarmos, repetimos, em tudo isto, não podemos deixar de nos persuadir que no seguimento de tal rumo entrou o quer que é das esperanças, curiosidade, e vertigem descobridora dos Portuguezes d'aquella edade. Esta consideração tão simples poderá para o futuro concorrer a diminuir as difficuldades na composição d'uma epopêa cujo assumpto seja o d'esta chronica e Pedro Alvares o heroe[1]».

Tambem Major suppõe que Pedro Alvares Cabral teve mais ou menos a intenção de descobrir novas terras situadas para o Occidente[2]. Gaspar Correia affirma que foi Vasco da Gama quem aconselhou a Pedro Alvares Cabral que navegasse muito ao largo da costa de Africa, porque lhe seria immensamente mais facil dobrar o cabo da Boa-Esperança[1]. Rocha Pitta esse é dos que suppõem que foi a tormenta quem arrojou Cabral ao Brazil[2]. Mas este escriptor, que redigia no seculo XVIII a sua *Historia da America portugueza*, não é auctoridade que se contraponha á já citada de Barros, e tambem de Damião de Goes[3], ainda menos á do piloto portuguez que escreveu a narrativa publicada na collecção de Ramusio[4].

Foi no dia 22 de abril que a armada passou na altura de Cabo Verde, no dia 23 desgarrou-se um dos navios, que era commandado por Luiz Pires e de que a armada não teve mais noticia, mas que, pouco tempo depois, veiu arribado a Lisboa; no dia 24, navegando sempre a oeste, descobriram terra de subito. Houve a um tempo grande espanto e grande jubilo. O que primeiro descobriram os navegadores foi uma alta montanha redonda, que por um declive suave se continuava com os outros montes. A montanha, toda vestida de arvoredo, apresentava um aspecto viçosissimo.

Foi pois no dia 24 d'abril que pela primeira vez surgiu terra brazileira aos olhos dos Portuguezes. Estava-se no oitavario da Paschoa, e o monte verdejante, que faz parte da cordilheira hoje chamada dos Aymorés, recebeu por isso do descobridor o nome de *Monte Paschoal;* á terra toda deu Pedro Alvares, segundo as idéas devotas do tempo, o nome de *Vera Cruz*[5].

---

[1] F. A. Varnhagem, *Chronica do descobrimento do Brazil*, artigo publicado no *Panorama*, 4.º vol. da 1.ª serie, pag. 21. Tendo a fórma romantica, é comtudo este artigo um quadro historico, escrupulosissimo na veracidade dos factos.

[2] *Life of the prince Henry*, pag, 409.

[1] *Lendas da India*, tomo I, parte I, *Lenda de Pedralvares Cabral*, cap. I, pag. 149.

[2] *Chronica d'el-rei D. Manuel*, parte I, cap. LV, fl. 51.

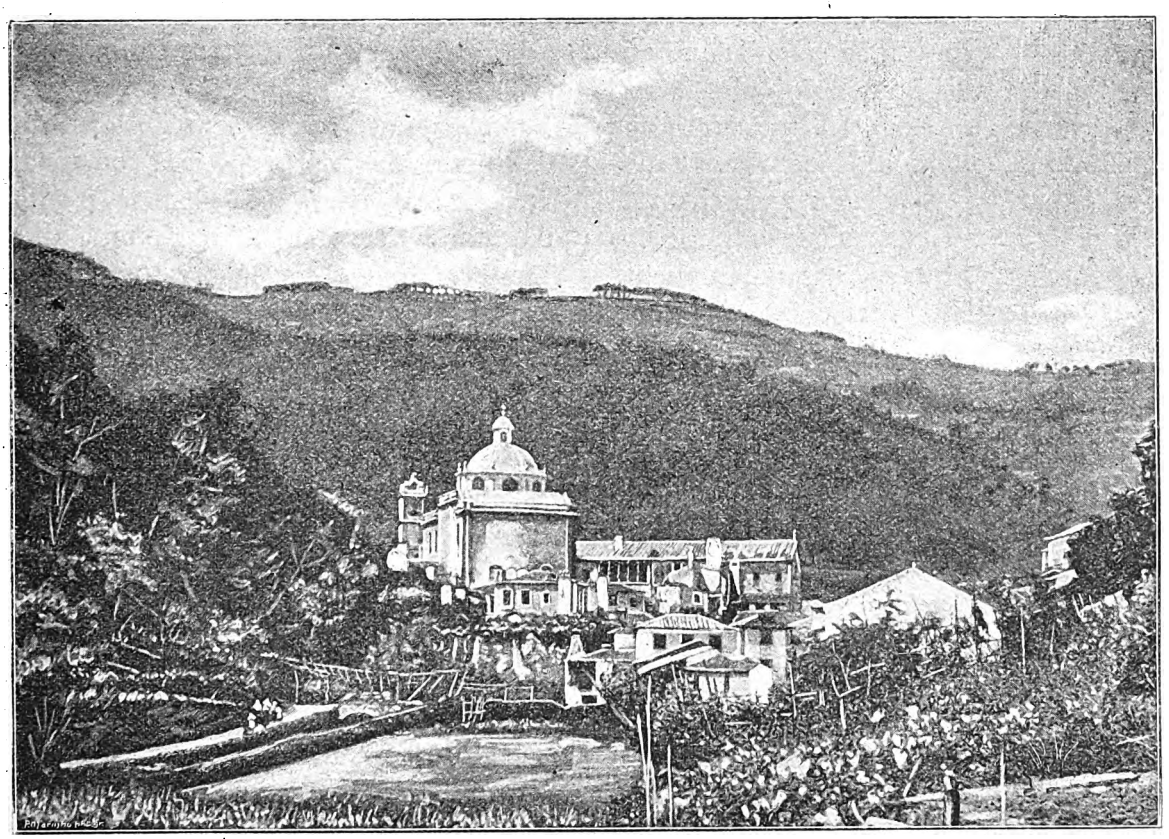
[3] *Historia da America Portugueza desde o anno de 1500, até o de 1724, offerecida á magestade augusta d'el-rei D. João V Nosso Senhor* (Lisboa Occidental, 1730), livro I, pag. 6.

[4] *Navegação do capitão Pedro Alvares Cabral;* n.º 3 do tomo II das *Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, pag. 108 (Lisboa, 1812).

[5] Damião de Goes e outros historiadores dizem

Digitized by Google

Imagine-se a impressão que produziria no animo dos Portuguezes essa natureza magnificente do Brazil; as suas vastas e virginaes florestas, povoadas de passaros de mil côres, essas verdejantes cordas dos cipós que enleiam as arvores, as escarlates bromelias, perfumadas parasitas que ornam os gigantes das selvas com o seu purpureo diadema, e os aromas que se exhalam, como d'um vastissimo thuribulo, d'esses copados arvoredos que á noite o luar branqueia. Pela praia andavam os indigenas completamente nús, d'alta e desempenada estatura, mostrando-se d'um typo muito diverso dos negros africanos. Tomaram os Portuguezes dois n'uma canoa, e levaram-n'os a bordo. O seu modo altivo e desdenhoso espantou profundamente os nossos; eram de côr morena, e usavam diademas de pennas variegadas. Pero Vaz Caminha já nos dá relação de todos os costumes, com que depois nos familiarizaram os viajantes; a *maraca* sagrada, que era o distinctivo dos *pagés* ou sacerdotes, a *janubia* ou trombeta com que elles regiam as suas danças religiosas, a *arassoya*, especie de saia pomposa que os chefes envergavam, e os cachimbos que elles accendiam, e a que Pero Vaz Caminha chama *fachos*, de tudo nos dá noticia o ingenuo e fidedigno escrivão.



MOSTEIRO DE LORVÃO

Pedro Alvares Cabral recebeu os dois indigenas, como receberia os enviados de um rei do Oriente. Sentado n'uma poltrona com uma longa cadeia de ouro ao pescoço, tinha emtorno de si, sentados no chão sobre uma alcatifa, Sancho

Santa Cruz, e foi esse nome o que se vulgarizou; comtudo nas relações contemporaneas vem o nome que se adopta no texto.

Digitized by Google

de Toar, Simão de Miranda, Nicoláu Coelho, Ayres Correia, Pero Vaz Caminha, e outros dos seus officiaes. Os Indios[1] entraram com silencio cheio de dignidade que os caracteriza, e accenderam logo o cachimbo da hospitalidade. Ao vêrem a cadeia d'ouro do capitão, indicaram com o gesto que havia ouro na terra; o mesmo fizeram vendo um castiçal de prata e um papagaio. Não se importaram com um carneiro, e sobresaltaram-se vendo uma gallinha, em que nem quizeram pôr a mão. Mostraram repugnancia por todos os alimentos que lhes offereceram, taes como peixe, doces, passas e figos, e, ao beberem vinho, enxaguaram a bocca, manifestando muito pouco gosto por essa bebida. Logo depois adormeceram com a mais tranquilla confiança.

No sabbado seguinte entraram os navios na bahia, a que Pedro Alvares deu o nome de Porto Seguro, que ainda hoje conserva. Os Portuguezes desembarcaram, e entre elles e os indigenas estabeleceram-se relações amigaveis. Para honra nossa, devemos dizer que nenhuma das scenas sanguinarias, que assignalam a chegada dos Hespanhoes á America, mancha as nossas primeiras relações com os Brazileiros. Perceberam os navegantes que a madeira de uma grande parte das arvores tingia de vermelho a agua em que se lançava. A essa madeira chamavam os indigenas *ibirapitanga*, e já era conhecida na Europa pelo nome de *páu brazil*, que tirava de *brasa* a sua etymologia; o instincto commercial, vencendo a devoção, trocou pelo nome de Brazil o nome de Vera-Cruz, o que indignava summamente os piedosos chronistas do seculo XVI.

[1] Como Christovam Colombo, chegando a Hispaniola, julgára ter chegado á India, deu aos habitantes o nome de Indios, nome que ficou, mesmo depois de se ter reconhecido o engano, assim como a America foi, até ha muito pouco tempo, conhecida pela denominação de Indias Occidentaes.

Tambem os Portuguezes repararam na herva a que chamaram posteriormente *herva santa*, porque a julgavam extremamente medicinal, e que não era outra senão o tabaco, já observado tambem pelo Hespanhoes, e que d'elles recebera esse nome. É notar que, ainda que os Hespanhoes foram os primeiros a observal-a, foi por intermedio dos Portuguezes que ella se espalhou na Europa[1].

«A residencia momentanea dos Portuguezes n'esta costa, escreve Ferdinand Denis, passou, graças á moderação do almirante, da maneira mais pacifica. Umas vezes celebrava-se missa n'uma ilhota da bahia, e os Indios, reunidos ao som da *janubia,* executavam danças sagradas; outras vezes, o almoxarife Diogo Dias, homem dotado d'um caracter mui prazenteiro, diz o chronista, acompanhado de um tocador de guitarra, ia sem temor no meio dos Indios dançar com elles. Notámos, accrescenta Vaz Caminha, que elles seguiam perfeitamente o compasso do instrumento, Diogo Dias fez sobre a areia varios giros, entre elles o salto mortal, do que os Indios manifestaram grande admiração.

«Estranha inercia dos povos na infancia! Emquanto estas scenas alegres teem logar, e os Tupiniquins n'ellas tomam parte, o acto mais solemne se prepara, sem lhes merecer a menor attenção. Uma arvore das suas florestas é derribada, a cruz está fabricada, e elles vão

[1] Quem primeiro trouxe a Portugal o tabaco, entre os indigenas conhecido pelo nome de *petun*, foi um Luiz de Goes, que entrou posteriormente na companhia de Jesus. O embaixador de França em Portugal, João Nicot, levou-o para a sua patria e espalhou-o na Europa. O nome scientifico *nicociana*, lembra o nome do Francez, emquanto o do Portuguez é esquecido, segundo o costume dos estrangeiros. Veja-se, para a historia do tabaco, dois magnificos estudos publicados na *Revista dos dois mundos* do anno de 1868. Um é escripto por Maxime du Camp, e intula-se *Les manufactures du tabac en France*, do outro é autor Ed. Grimaud, e intitula-se *Les solanées, essai de physiologie végétale.*

Digitized by Google

beijar com os Europeus o signal que lhes ha de annunciar um dia a perda da sua independencia. Vejâmos ainda a carta escripta a el-rei D. Manuel:

«Hoje sexta-feira primeiro de maio, fomos a terra pela manhã, com a nossa bandeira, e desembarcámos ao sul do rio, onde nos pareceu mais conveniente arvorar a cruz, por se vêr melhor que n'outro algum logar. O commandante, havendo designado o sitio em que se devia excavar, voltou para a embocca-dura do rio, onde estava a sobredita cruz; nós a encontrámos rodeada de religiosos e outros sacerdotes da expedição, que entoavam orações. Juntos se achavam já sessenta ou oitenta Indios, os quaes tanto que nos viram dispostos a levar a cruz do sitio em que estava, vieram ajudar-nos a conduzil-a para o logar em que se devia arvorar.

«No transito, que tinhamos de fazer, o seu numero augmentou até perto de duzentos. A referida cruz foi collocada com as armas e a divisa de vossa alteza: erigiu-se junto d'ella um altar em que o padre Henrique celebrou missa, assistido por todos os religiosos. Sessenta selvagens, pouco mais ou menos, estavam de joelhos; davam a maior attenção a tudo o que viam fazer, e, começado o Evangelho, quando nos levantávamos, erguendo-se, nos imitaram, esperando, para tornar a ajoelhar, que nós o fizessemos. Posso affirmar a vossa alteza que nos edificaram pelo modo por que se houveram... Parece-nos a todos, accrescenta um pouco mais longe o ingenuo chronista, que bastaria, para que estes povos abraçassem o christianismo, a facilidade de nos entender, porque executaram absolutamente quanto nos viam practicar, o que parece provar que elles não têem adoptado genero algum d'idolatria [1].»

[1] Fernando Denis, *Brazil pittoresco*, traduzido do francez por (***) vol. 1.º, pag. 11, Lisboa, 1844.

A deducção, devemos confessal-o, não era lá das mais logicas.

No dia seguinte áquelle em que esta cerimonia se celebrou, isto é, no dia 2 de maio, Pedro Alvares Cabral desferiu as vellas, e proseguiu na sua viagem. Continuava apenas com onze navios; um, o que era commandado por Luiz Pires, desgarrára-se da esquadra, como já vimos, outro, commandado por Gaspar de Lemos, mandou-o Pedro Alvares Cabral para Lisboa, afim de levar a el-rei D. Manuel a noticia do descobrimento juntamente com a carta, redigida por Pero Vaz Caminha[1]. Na terra novamente descoberta ficavam dois degredados para aprenderem a lingua dos indigenas, e familiarizarem-se com elles. Os infelizes, ao verem afastar-se a armada, que os deixava desamparados n'esse paiz desconhecido, choravam a bom chorar, e os Indios, comprehendendo a sua dôr, procuravam consolal-os.

Toda absorvida na preciosa descoberta da India, não fez primeiro a côrte portugueza grande caso do continente opulentissimo que Alvares Cabral, de passagem, lhe lançava aos pés. Mal suspeitavam então os proceres de D. Manuel que esse paiz maravilhoso viria a ser, por espaço de dois seculos, a reliquia esplendida do nosso vasto imperio colonial, que uma raça, filha da nossa, alli havia de fundar uma monarchia, a que estavam destinados os mais prosperos destinos, e que uma vergontea do nosso carcomido tronco, indo plantar-se n'esse fucundo solo, floresceria, fructificaria, e, bracejando por dezoito immensas provincias, faria reviver, n'um mundo novo, em mais vasto ambito, o velho e glorioso Portugal da decrepita Europa.

[1] Dois d'estes navios eram destinados para Sofala, mas Pedro Alvares Cabral não os pôde dispensar, porque, além d'estes dois navios que se separaram, a tempestade roubou-lhe quatro.

Digitized by Google

CAPITULO XXV

Pedro Alvares Cabral na India, Cochim e Cananor

Já tinham passado vinte e dois dias depois que Pedro Alvares partira da terra de Santa Cruz, quando, a 24 de maio, uma furiosa tempestade salteou a esquadra, afundando quatro dos onze navios que ainda a compunham. Succedeu isto na altura do cabo da Boa-Esperança, e os navios afundados foram os d'Ayres Gomes da Silva, Simão de Pina, Vasco d'Athayde e Bartholomeu Dias, cumprindo-se assim a prophecia do gigante Adamastor:

> Aqui espero tomar, se não me engano,
> De quem me descobriu crua vingança,

As outras sete naus foram separadas pela procella, e uma, a de Pero Dias, foi arremessada a Magadoxo, d'onde voltou ao reino, sem ter podido encontrar as outras, e depois de ter passado muitos trabalhos; as seis restantes poderam reunir-se, emfim, no dia 16 de julho. Alvares Cabral proseguiu ao longo da costa d'Africa, sem poder tocar em Sofala, como desejava, e indo arribar a Moçambique, onde chegou no dia 20 de julho, e onde o sultão, escarmentado por Vasco da Gama, o recebeu maravilhosamente e lhe deu piloto que o levou a Quitos, onde foi tambem accolhido com amizade, porque a energia de Vasco da Gama, apezar da exiguidade dos seus recursos, produzira o seu effeito no animo dos régulos africanos. A 2 d'agosto chegou a Melinde, terra hospitaleira em que renovou com o chefe as boas relações de paz e amizade que tivera com elle Vasco da Gama. A 7 partiu de Melinde, em direcção á India, mas, em vez de navegar immediatamente para Calicut, foi lançar ferro nas ilhas d'Anchediva, para alli se refazer dos trabalhos da viagem, chegando, emfim, a Calicut no dia 13 de setembro de 1500[1].

«Assim que chegou, mandou Pedro Alvares Cabral a terra quatro dos refens que Vasco da Gama levára para Portugal, afim de verem as disposições d'el-rei. Ia com elles João de Sá e um interprete do arabe, Gaspar da Gama. Este Gaspar da Gama era um Judeu polaco que viéra ter á India, e que a esquadra do descobrimento aprisionára junto d'Anchediva; mas, tendo-se mostrado affeiçoado aos Portuguezes, converteu-se ao catholicismo, e foi depois um grande auxiliar nosso. Voltaram elles, pois, trazendo a noticia de que o rei de Calicut estava prompto a receber na melhor paz os Portuguezes. Comtudo, Pedro Alvares não quiz ir a terra sem que o Samori lhe mandasse para bordo alguns dos seus principaes como refens. Houve n'isso grandes difficuldades; como se póde suppôr, os principaes pertenciam á casta dos brahmanes, e a sua lei prohibia-lhes o polluirem-se estando em contacto com estrangeiros. A ignorancia d'estes costumes em que os nossos laboravam, ou a sua indifferença em violarem-n'os, não foi das menores causas das graves complicações que houve logo no principio entre os Portuguezes e os Indianos.

Decidiu-se, emfim, o rajah a mandar os refens exigidos, e Pedro Alvares Cabral foi então a terra. Ia acompanhado por uma brilhante escolta, ricamente

[1] Damião de Goes, *Chronica d'elrei D. Manuel*, cap. 56, fol, 57.

Digitized by Google

ataviada, e deixou o commando das náus a Sancho de Toar.

Se Pedro Alvares quiz deslumbrar o monarcha indiano com a magnificencia dos seus trajos, o Samori desenvolveu tambem pompa ainda maior do que a que mostrára a Vasco da Gama. Recebeu Pedro Alvares n'um palacio á beira-mar. A sala estava esplendidamente illuminada com vasos de prata e bronze dourados, cheios d'azeite, que derramavam um brilhantissimo fulgor; enchiam a sala musicos, tocando em trombetas de prata e d'ouro, com rubins e topasios na emboccadura. A cadeira em que Pedro Alvares se sentou era de prata e ouro e pedras preciosas; o trajo de Samori descreve-o da seguinte maneira Damião de Goes.

«Estava el-rei vestido de pannos d'algodão, seda e oiro, e arraiado de tanta e tão rica pedraria, que não sómente lhe fez espanto quando a elle chegou, mas inda as chammas que d'ella sahiam impediam a vista[1].» Pedro Alvares appareceu dignamente perante essa magnifica assembléa, e, com a sobranceria que o caracterizava, não menos do que a Vasco da Gama, expôz a sua embaixada, que tinha ainda por fim estabelecer trato seguido de mercancia entre Portugal e a India, e pediu que se lhe désse casa, onde fizesse feitoria. Depois apresentou as dadivas, que D. Manuel enviava, e que, bem differentes das que Vasco da Gama trouxera, eram dignas de serem apresentadas a um soberano oriental. Consistiam, diz-nos o piloto que mandou a sua narrativa para a collecção de Ramusio, em «uma bacia de prata para as mãos lavrada; de bastiões todos dourados; um gomil dourado com a sua tampa tambem de bastiões; uma taça grande de prata com as suas cadeias do mesmo metal para os maceiros, e quatro almofadas grandes, duas de brocado e duas de veludo carmesim; demais d'isto, um docel de brocado com franjas d'ouro e carmezim, um tapete grande e dois pannos d'Arras muito ricos, um de figuras, e outro de verdura[1].» Estes presentes sim, eram para deslumbrar o rajah, mais pela novidade do que pela riqueza. Os pannos d'Arras principalmente deviam captival-o.

CHRISTOVAM COLOMBO

[1] Damião de Goes, *Chronica d'el-rei D. Manuel*, cap. 57, fol 56.

[1] *Navegação de Pedro Alvares Cabral*, cap. 9 pag. 121.

Digitized by Google

Concedeu pois tudo quanto Pedro Alvares Cabral pedia, e mandou-o voltar a bordo; mas a ignorancia dos costumes indios, a que já alludimos, continuava a fazer das suas. Apenas se soube que Pedro Alvares Cabral voltava a bordo, um Indiano zeloso foi avisar os refens; estes, anciosos por escaparem o mais depressa posssivel ao contacto deshonroso dos estrangeiros, deitaram-se ao mar para virem a nado com mais presteza. Os Portuguezes, que nem sequer suspeitavam o motivo de similhante fuga, suspeitaram traição, e lançaram a mão aos que poderam agarrar. Eram cinco os refens principaes, foram dois os que não conseguiram escapar-se.

Quando Pedro Alvares chegou, encontrou aquella desordem, e, como tinha ainda Portuguezes desembarcados, mandou dizer ao rajah, que não lhe restituiria os dois brahmanes emquanto não viessem os Portuguezes e a fazenda que tinha em terra. Depois de varias negociações, motivadas principalmente porque não se entendiam uns com os outros, e os interpretes arabes ainda mais embrulhavam o caso, determinou-se que viriam os nossos em almadias, e que os refens indianos iriam nos escaleres dos navios portuguezes, e a troca se effectuaria no mar. Mas era tal a tocante confiança que depositavam uns nos outros, que estiveram um dia inteiro sem ousarem approximar-se os escaleres das almadias, e as almadias dos escaleres. A scena tinha a sua feição comica. No dia seguinte voltaram a vêr se poderia realizar-se a troca: um dos Brahmanes atirou-se á agua, os Portuguezes que vinham nas almadias vendo isto, desesperaram-se, lançaram á agua os Indianos que os conduziam e tomaram posse das almadias. Apenas ficaram dois Portuguezes moços que não poderam seguir o exemplo dos seus companheiros: da nossa parte restava apenas um refem, velho Brahmane que passava pelas mais crueis provações. O desgraçado havia tres dias que não comia, para não se polluir com os manjares dos estrangeiros; Pedro Alvares afinal teve dó d'elle e mandou-o embora. Isto serviu um pouco para esclarecer as coisas; o rajah de Calicut apromptou uma casa para a feitoria; Ayres Correia foi estabelecer-se em terra, começou a negociar, e os nossos começaram a estabelecer boas relações com os naturaes.

Tudo parecia caminhar ás mil maravilhas; Pedro Alvares Cabral, para comprazer com o rajah de Calicut, mandára tomar por uma das suas naus um navio d'outro rajah seu inimigo; o rajah de Calicut mostrava-se summamente agradecido, e admirado do heroismo dos nossos, quando de repente veiu uma catastrophe tremenda macular com o sangue portuguez as terras indianas, e abrir caminho a horridas vinganças. A conquista começava por justas represalias.

Os negociantes arabes, que havia em Calicut, não viam com bons olhos o negocio que os nossos começavam a fazer, e, querendo sustentar a todo o custo o seu monopolio, o que lhes não era difficil, porque tinham a seu favor a longa residencia e a muita riqueza, atravessaram-se, impedindo por toda a fórma que os nossos comprassem as especiarias de que necessitavam. Assim, havia tres mezes que estava Pedro Alrares em Calicut, sem conseguir carregar as naus. D'um genio naturalmente irritavel, Pedro Alvares tomou uma decisão, que se não póde facilmente justificar: apresou uma nau d'Arabes que ia a sahir. A noticia logo chegou á cidade, e produziu um alvoroço grande entre os Mouros, que, tendo obtido o consentimento, pelo menos tacito, do rajah, começaram a agrupar-se ameaçadores em torno da feitoria, onde os nossos estavam, em numero de setenta, completamente descuidados, por-

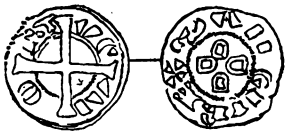
Digitized by Google

que ignoravam o que se passára na enseada. Alguns dos que andavam pela cidade foram salteados pelos Mouros, que traziam naturalmente comsigo bastantes dos indigenas: os da feitoria, sabendo isto, fizeram uma sortida vigorosa, e conseguiram recolher-se ao edificio, depois de perderem dois ou tres homens, e tendo morto sete ou oito dos inimigos. O numero d'estes crescia cada vez mais. Seis ou sete dos nossos ainda foram feridos no caminho da feitoria, onde se encerraram conseguindo fechar a porta, e arvorando logo uma bandeira para avisarem a frota. Pedro Alvares Cabral estava doente, e foi Sancho de Toar quem accudiu com uns bateis; mas, vendo a gente numerosa que rodeava a feitoria, não ousou desembarcar, e limitou-se a bombardear a cidade, o que não fazia grande mal aos sitiadores, porque os escaleres não se approximavam muito da terra.

Foi uma desgraça estar doente o energico Pedro Alvares Cabral, porque, se elle tivesse vindo em pessoa commandando os escaleres, as coisas decerto correriam d'outra maneira.

Entretanto os Mouros apertavam o cêrco, e principiavam a derrubar as muralhas da feitoria. Ayres Correia, que era um valente, não quiz morrer fechado n'uma casa, e propoz abrirem caminho á cutilada até á praia. Assim fizeram; mas os sitiadores eram mais de tres mil, os escaleres, por um procedimento pouco louvavel, e que, emquanto a nós, mereceria que Sancho Toar fosse punido, não se approximavam de terra, e alguns dos nossos mettiam-se n'agua, sem ainda assim haver a bordo quem lhe désse a mão. N'este combate heroico morreram cincoenta Portuguezes, entre elles Ayres Correia; salvaram-se vinte, entre os quaes ia o piloto que escreveu a relação que temos citado, e um filho d'Ayres Correia, Antonio, criança de onze para doze annos, que um marinheiro salvou por compaixão, e que foi posteriormente um dos heroes das nossas guerras indianas.

O desastre era grande, mas a vingança foi terrivel. Pedro Alvares Cabral indignado mandou tomar dez naus dos Mouros que estavam no porto, e que os nossos saquearam, não poupando as tripulações, matando mais de quinhentos Mouros, que foram offerecidos em holocausto sangrento aos manes d'Ayres Correia e de seus companheiros. Outras naus, que estavam varadas em terra, bombardeou-as, e bombardeou tambem a cidade, produzindo immenso terror no rajah, que nunca esperára tão formidavel desenlace para a tragedia que preparára. Depois Pedro Alvares levantou ferro; mas, antes d'isso, mandou queimar as dez naus, e esse incendio que avermelhou por largo espaço o mar e o ceu, e que illuminou, como pharol da nossa vingança, a cidade muda e pavida, foi o epilogo das tremendas exequias feitas por Cabral aos Portuguezes assassinados. Esses navios incendiados foram as immensas tochas funerarias que Pedro Alvares Cabral accendeu [1].



Dinheiro, de D. Sancho II

Succedêra isto no dia 16 de dezembro; Pedro Alvares partiu logo em seguida para Cochim, cidade que fica trinta leguas ao sul de Calicut, e onde o rajah recebeu os navios com muito boa sombra. Menos poderoso que o rajah de Calicut, e sabendo já que os Portuguezes não eram alliados para despresar, quiz conciliar a sua amisade. Assim succedeu, e, da mesma fórma que os rajahs

[1] Ainda que a narrativa do piloto contradiga um pouco Barros, seguimol-a sempre, porque era testemunha ocular, e porque se vê que foi companheiro de Ayres Correia, não na fortuna, mas no combate.

Digitized by Google

de Calicut foram nossos perpetuos inimigos, foram tambem sempre os de Cochim nossos fieis alliados. Alli estabeleceu Pedro Alvares uma feitoria, cujo feitor foi Gonçalo Gil Barbosa; mas por esta occasião chegou uma esquadra de Calicut, que parecia vir com intenção de perseguir-nos; Pedro Alvares levantou ferro e foi em seu seguimento, porque ella fugiu logo; levado pelo anceio de a alcançar, afastou-se bastante de Cochim ao mesmo tempo o vento mostrou-se favoravel para a viagem para o reino, e desfavoravel para voltar a Cochim. Pedro Alvares determinou aproveital-o, consideração que realmente nos parece bastante futil para que assim determinasse Pedro Alvares a deixar em terra uns poucos de Portuguezes. É assim comtudo que o piloto, cuja narrativa seguimos, explica esta resolução.

Procuremos nós explicação que mais nos contente.

Desejava Pedro Alvares Cabral deixar na India uma feitoria estabelecida; mas queria levar comsigo refens que lhe respondessem pela vida dos seus compatriotas. Como já ia comprehendendo os usos dos Indios, percebeu que de boa vontade não conseguiria nunca levar para a Europa membros das castas principaes; já lhes conhecia a repugnancia em estarem a bordo, manifestada de um modo bastante expressivo, porque recusavam tomar qualquer alimento [1]. Aproveitou por conseguinte o ensejo de ter a bordo dois principes de Cochim (*Kutchin*) para se fazer de véla. Assim, estava tranquillo sobre a sorte dos Portuguezes que deixava em terra.

É o que nos parece mais plausivel.

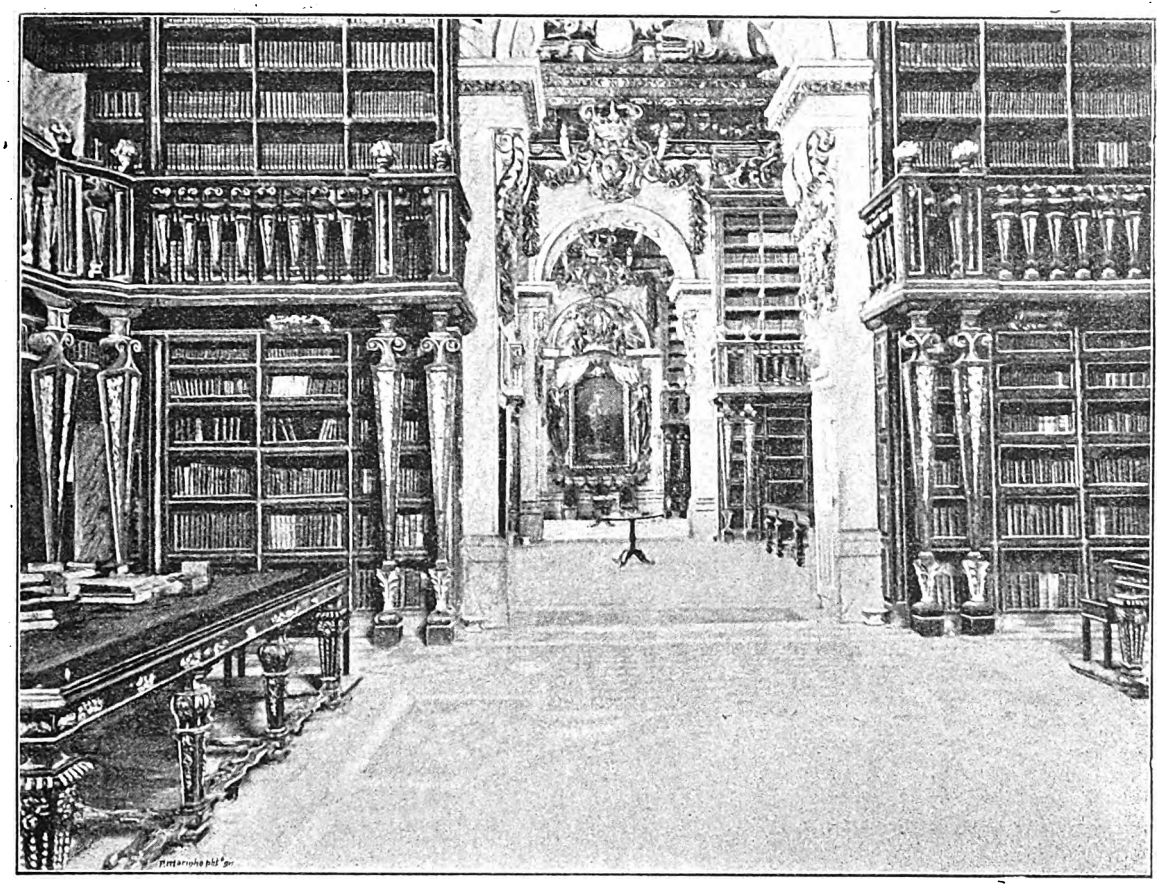
A prova d'isso é que, passando na altura de Cananor, arribou a essa cidade, cujo rajah o recebeu optimamente; completou a sua provisão de pimenta com outra de canella, que não havia em Cochim; e d'alli escreveu a Gonçalo Gil Barbosa, dizendo-lhe o que fizera. Já se vê que o vento, que o não impedira de ir a Cananor, tambem o não impedia de ir a Cochim.

Fôra no dia 24 de dezembro que elle chegára a esta ultima cidade; no dia 15 de janeiro de 1501 entrára em Cananor, e no fim d'esse mez estava na altura de Melinde; ahi se perdeu o navio de Sancho de Toar, salvando-se comtudo a tripulação. O mesmo Sancho de Toar foi enviado n'uma caravella a Sofala, para tomar conhecimento da terra. A 22 de maio de 1501, dia de Paschoa florida, dobraram o Cabo da Boa Esperança. Eram já tres navios apenas, porque outra nau se desgarrára, e foram esses tres navios os que entraram em Lisboa no dia 31 de julho de 1501, tendo sahido treze no dia 9 de março de 1500!

Dias depois chegou a nau que se desgarrára, e a caravella de Sancho de Toar que fôra a Sofala; a de Pero Dias, que se desgarrára á ida, voltára a Lisboa, antes de Pedro Alvares; a de Luiz Pires, como sabemos, regressára ainda antes de descoberto o Brazil; a de Gaspar de Lemos fôra enviada por Pedro Alvares a dar noticia do descobrimento d'esse paiz americano. Eram por conseguinte ao todo oito navios os que tinham escapado ás furias do Oceano; cinco os sorvêra o pélago, e quantas vidas não se tinham perdido! D. Manuel recebeu a um tempo com jubilo e tristeza o descobridor do Brazil e o heroe da India; ia percebendo que bem caro lhe haviam de custar a gloria e o proveito da conquista asiatica. Realizava-se de ponto a ponto a prophecia d'aquelle velho, que Luiz de Camões phantasiára, sombrio e tetrico, a agourar na praia do Restello, quando Vasco da Gama partira, as

[1] Os nossos chronistas suppõem que a lei dos brahmanes lhes prohibia comerem no mar: o que lhes prohibia era comerem com estrangeiros, perdendo os privilegios da sua casta quem assim se polluisse.

Digitized by Google



COIMBRA — BIBLIOTHECA DA UNIVERSIDADE

angustias e os males[1] que haviam de marcar a gloria da ousada expedição.

[1] Na edição recentissima do *Roteiro de D. João de Castro*, feita debaixo da direcção do sr. Andrade Corvo, transcreve-se em nota um trecho do famoso manuscripto de Duarte Pacheco— o *Esmeraldo de situ orbis*, que parece mostrar que o Brazil já estava descoberto antes de Pedro Alvares Cabral. O trecho è o seguinte:

»Bemaventurado principe (fala a el-rei D. Manuel) temos sabido e visto como no terceiro anno do vosso reinado no anno de Nosso Senhor de 1498, d'onde nos vossa alteza mandou descobrir a parte occidental passando além a grandeza do mar oceano onde ha achada e navegada uma tão grande terra firme com muitas e grandes ilhas adjacentes a ella, que se estende a setenta graus de ladeza da linha equinoxial contra o polo arctico, e posto que seja assaz fora (*frio?*) é grandemente povoada, e do mesmo circulo equinoxial torna outra vez e vai além de vinte e oito graus e meio de ladeza contra o polo antarctico, e tanto se dilata sua grandeza, corre com muita longura que de uma parte nem da outra não foi visto nem sabido o fim e cabo d'ella, pelo qual segundo a ordem que leva é certo que vai em circulo por toda a redondeza, assim que temos sabido que das praias e costas do mar d'estes reinos de Portugal e do promontorio de Finisterra, e de qualquer outro logar da Europa, de Africa e de Asia, atravessando alem todo o Oceano direitamente a occidente ou a loeste segundo ordem de marinharia por trinta e seís graus de longura que serão 648 leguas de caminho, contando a 18 leguas por grau e a logares algum tanto mais longe é achada esta terra não navegada pelos navios de Vossa Alteza e por vosso mandado e licença os dos vossos vassallos e naturaes, e findo por esta costa sobredita do mesmo circulo equinoxial em diante por 28 graus de ladeza contra o polo antarctico é achado n'ella muito e fino *brazil* com outras muitas coisas de que os navios n'estes reinos vem grandemente carregados.» *Esmeraldo*, liv. I, cap. X, fl. 6, citado pelo sr. Andrade Corvo em nota a pag. 98 do *Roteiro de Lisboa a Goa por D. João de Castro* (Lisboa 1882).

Notando que *ladeza* quer dizer *latitude* e longura *longitude*, temos aqui uma perfeita descripção da America, desde o Canadá até ao Brazil, e a 28 graus de lat. S. (28 de ladeza contra o polo antarctico) lá diz Duarte Pacheco que se encontra pau brazil. Iriam pois lá navios portuguezes em 1498, dois annos antes de Alvares Cabral? Parece-nos impossivel, porque, se assim fosse, não podia Caminha falar a D. Manuel no Brazil como em terra novamente descoberta, nem Pedro Alvares lhe daria nome como quem pisa terra desconhecida. Se o sr. Andrade Corvo nos permitte, parece-nos porém que do trecho mencio-

Digitized by Google

CAPITULO XXVI

Expedição de João da Nova.— Descobrimento da ilha da Ascensão e de Santa Helena

ntes que chegasse Pedro Alvares Cabral, partira já para a India uma nova esquadra, commandada por João da Nova, alcaide de Lisboa, e fidalgo natural da Galliza. Com effeito D. Manuel reflectira que Pedro Alvares Cabral não poderia voltar a tempo de que os navios, que enviasse depois d'elle chegar, aproveitassem a monção de 1501. Decidiu-se por conseguinte que todos os annos, em março, partisse uma armada para a India, afim de que sempre fluctuasse no Oriente a bandeira portugueza. «Sobre a qual determinação, diz Gaspar Correia, foi accordado que para el-rei não arriscar tanto cabedal, e porque não podia supprir tantos gastos, como cumpria em tantas e tão grossas armadas como se requeria, que cada anno se fizessem armações e contractos com ricos mercadores estrangeiros que havia em Lisboa, que folgariam de contractar e armar para a India, o que seria sómente com boas naus grossas, para bem carregar para seus fretes; pelo que ficava a el-rei mór poder para a conquista que esperava fazer. Sobre o que logo el-rei moveu contractos com mercadores ricos estantes de muito tempo em Lisboa, que entre si fizeram armador-mór a um Bartholomeu Florentino[1], homem de grossa fazenda, que fizeram seus apontamentos de seus proveitos que esperavam muito mais proveito que de Flandres, nem outras muitas partes em que tractavam por todo o poente, e levante, sobre o que assentaram contracto, que el-rei armou duas náus, e os mercadores outras duas de seu dinheiro, de todo acabadas e postas á vella, e amarinhadas com todos os officiaes que lhes pertenciam, que haviam de ser a contentamento d'el-rei, todos naturaes do reino, e el-rei as havia de armar de artilheria, armas, munições e fazer os mantimentos para toda a viagem, e mettia as mercadorias que se haviam de carregar de pimenta e de cada sorte de drogas, segundo o que a náu podia carregar; e o pagamento havia de ser em dinheiro de contado descarregada e entregue a fazenda na casa, emprestando-lhe logo a cada náu sobre seu frete oito mil cruzados[1].»

Apesar de todos os erros da narrativa de Gaspar Correia, só no seu precioso livro é que se encontram estas noticias, que os outros historiadores despresam como de interesse muito secundario.

A 5 de março de 1501 partiu de Lisboa a frota, composta de quatro navios, commandada por João da Nova, e levando como capitães dos outros navios, Fernando Vinet, criado de Bartholomeu Marchione, chefe da companhia dos armadores; Francisco de Novaes e Diogo Barbosa. Segundo nos diz Gaspar Correia, a esquadra foi ao longo da costa do Brazil, e, ainda que nenhum outro chronista repita esta asserção, é comtudo pos-

nado só se se póde deduzir que em 1498 navegaram caravellas por ordem de D. Manuel para os lados onde Christovam Colombo encontrára terras novas, mas não que essas caravellas tivessem sido tão felizes como o foi depois Pedro Alvares Cabral.

[1] Era Florentino de nação, mas chamava-se Bartholomeu Marchione. — Damião de Goes, *Chronica d'el-rei D. Manuel*, cap. 63, fol. 62.

[1] Gaspar Correia, *Lendas da India*, tom. I, parte 1.ª *Lenda de João da Nova*, cap. I, pag. 234.

Digitized by Google

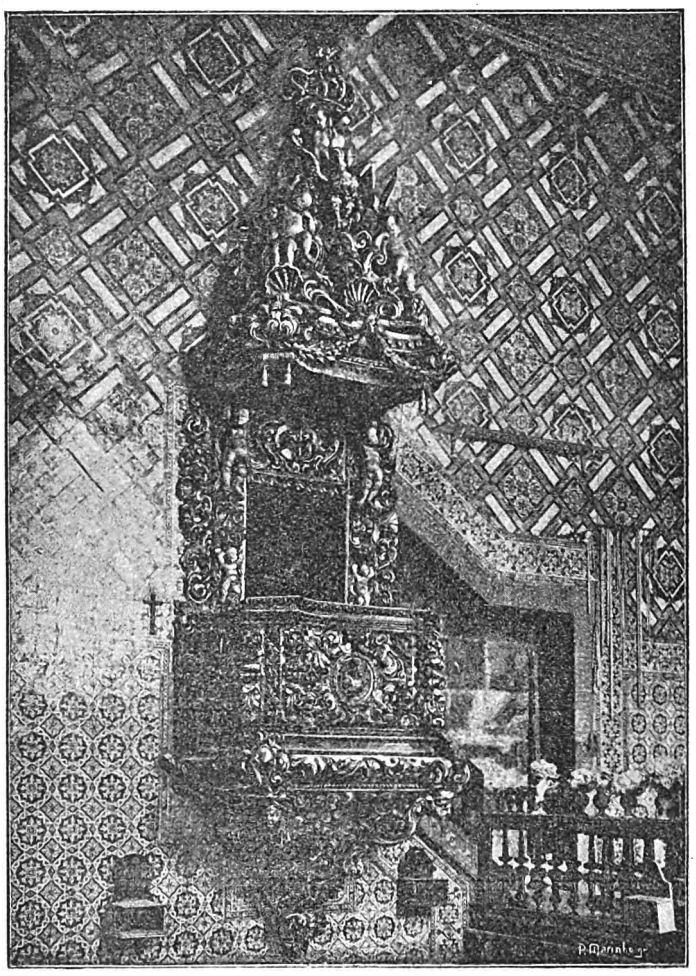
sivel que assim fosse, porque a esquadra de João da Nova cortou muito ao largo da costa d'Africa, descobrindo a ilha a que chamou da Conceição, e a que Affonso d'Albuquerque deu depois o nome de Ascensão, nome que ainda hoje conserva. Esta ilha fica pouco mais ou menos entre 7° e 8° de latitude sul, e em longitude ainda fica para oeste do meridiano de Lisboa. Dirigindo-se depois á angra de S. Braz, encontraram alli mettida n'um sapato uma carta deixada pelo capitão da nau que se desgarrára á volta da esquadra de Cabral, e em que se contava o que succedera em Calicut. Em Quilôa ficára um degredado e esse tinha uma carta do proprio Alvares Cabral, em que narrava exactamente as mesmas coisas. Temendo que o temporal dispersasse as naus, ou não consentisse que voltasse a Lisboa nem uma só, Cabral não queria morrer sem vingança, e deixava assim recommendado o rajah de Calicut aos navegantes portuguezes, que sulcassem depois d'elle o mar do Oriente.

De Quilôa partiu João da Nova para Melinde, e d'ahi para a India, aonde chegou no mez de novembro de 1501, aportando primeiro ás ilhas d'Anchediva, d'onde se dirigiu a Cananor, onde fundou uma nova feitoria. De Cananor passou a Cochim, e ahi encheu de jubilo os Portuguezes que Pedro Alvares Cabral deixára ficar em terra, e que não esperavam tornar a vêr tão cedo compatriotas seus. Em Cochim tambem havia grande cópia de negociantes arabes, que se mostravam hostis aos nossos, mas o rajah, tanto porque se nos affeiçoára, como porque se lembrava dos refens que Alvares Cabral lhe levára, sempre os protegeu, e até, segundo parece, recusou entregal-os ao rajah de Calicut, que lh'os pedia imperiosamente.

João da Nova mostrou aos rajahs de Cananor e Cochim todo o affecto e consideração, mas quantos navios de Calicut pôde encontrar apresou-os e saqueou-os. O astuto rajah ainda quiz vêr se podia illudir o novo capitão, e mandou-lhe representar que a traição, de que resultára a morte do feitor Ayres Correia e dos seus companheiros, fôra feita sem seu consentimento. Mas João da Nova, que era homem brusco e azedo, não se deu por satisfeito com estas desculpas, e então o rajah de Calicut, rasgando a mascara, enviou contra elle uma esquadra, que se compunha de mais de cem vellas, sendo comtudo a maior parte uns barcos pequenos a que os nossos chronistas chamam paráos, e que Major designa com o nome de *prôas*. A esquadra encontrou-se com João da Nova, quando este, depois de ter partido de Cochim, e de ter ido a Cananor completar a sua carregação, se fazia de vella para Portugal. Era no dia 16 de dezembro de 1501. A esquadrilha de Calicut apresentava um aspecto formidavel, e, no meio d'aquella nuvem de embarcações, pareciam apenas um ponto negro as quatro naus de João da Nova. O rajah de Cananor preveniu o commandante portuguez para que não sahisse do porto, mas o valente alcaide de Lisboa, sem se intimidar, dispoz os navios de maneira que podessem jogar toda a sua artilheria, e ordenando aos capitães que principalmente não se deixassem abalroar, rompeu com intrepidez, varejando os paráos, e afundando um ou dois a cada descarga. Quando cahiu a noite, estavam já muitos dos navios inimigos fóra de combate, e tinham a bordo da esquadrilha mais de quatrocentos homens mortos e feridos. Vieram então pedir treguas; João da Nova concedeu-as, estabelecendo, como condição, que lhe deixassem a sahida perfeitamente livre, e que se aafstassem para bem longe, o que elles logo fizeram, levando-os adeante de si os nossos quatro navios, como os pastores que vão enxotando um timido rebanho. No dia seguinte a esquadrilha de

Digitized by Google

Calicut dissipára-se como o navio phantasma da tradição hollandeza, e João da Nova seguiu para Portugal, sem nem sequer voltar a Cananor a receber as felicitações do maravilhado rajah. Tão simples parecia ao altivo fidalgo essa victoria, que aos Indianos se affigurava maravilhosa, e que em todo o Oriente espalhou a fama e o terror das armas portuguezas!



BRAGA — PULPITO DA EGREJA DO SALVADOR (SEC. XVII)

Voltando emfim á Europa, chegou a Lisboa no dia 11 de setembro de 1502. Na viagem de regresso descobriu elle a ilha de Santa Helena, «ilha de muito bons ares, diz Damião de Goes, posto que pequena, muito proveitosa a todas as nossas naus que a ella vão ter, pela boa agua, fructas e carnes que n'ella acham[1].» Só por ser um bom porto para aguada é que no seculo XVI se apreciava a ilha de Santa Helena. E era alludindo tambem ao conhecimento que d'ella tinham os navegantes dos mares orientaes que Antonio Galvão dizia: «Santa Helena, coisa pequena, mas muito nomeada[2].» Nenhum de elles previa comtudo que formidavel écho devia despertar no mundo esse ponto negro perdido na amplidão do Atlantico. Mal sonhavam que n'esse pequeno theatro se devia desenrolar um dia o epilogo de uma epopéa sublime, o ultimo acto de uma tragedia, qual nunca a tinham visto os Athenienses evocada nos seus proscenios pela voz rugidora d'Éschylo. N'essa ilha que se deparava por acaso ao desdenhoso João da Nova, havia de ir terminar Napoleão o seu destino maravilhoso; alli tinha de ser o calvario de um grande homem, e o patibulo da gloria de um grande povo; porque Santa Helena é a expiação de Bonaparte, e a deshonra de Inglaterra. Alli, n'uma gaiola entre vagas, tinha de ir morrer a aguia ferida na Moscovia, e que fôra largando as suas pennas ensanguentadas em Leipsick e em Waterloo; alli, n'esse novo e solitario Caucaso, um novo e mais sublime Prometheu, que por instantes se julgára um deus, tinha de morrer, devorado em silencio por um terrivel abutre, o do desengano, que segue os sonhos apagados da ambição e da gloria!

---

[1] *Chronica d'el-rei D. Manuel*, cap. 63, fl. 64.

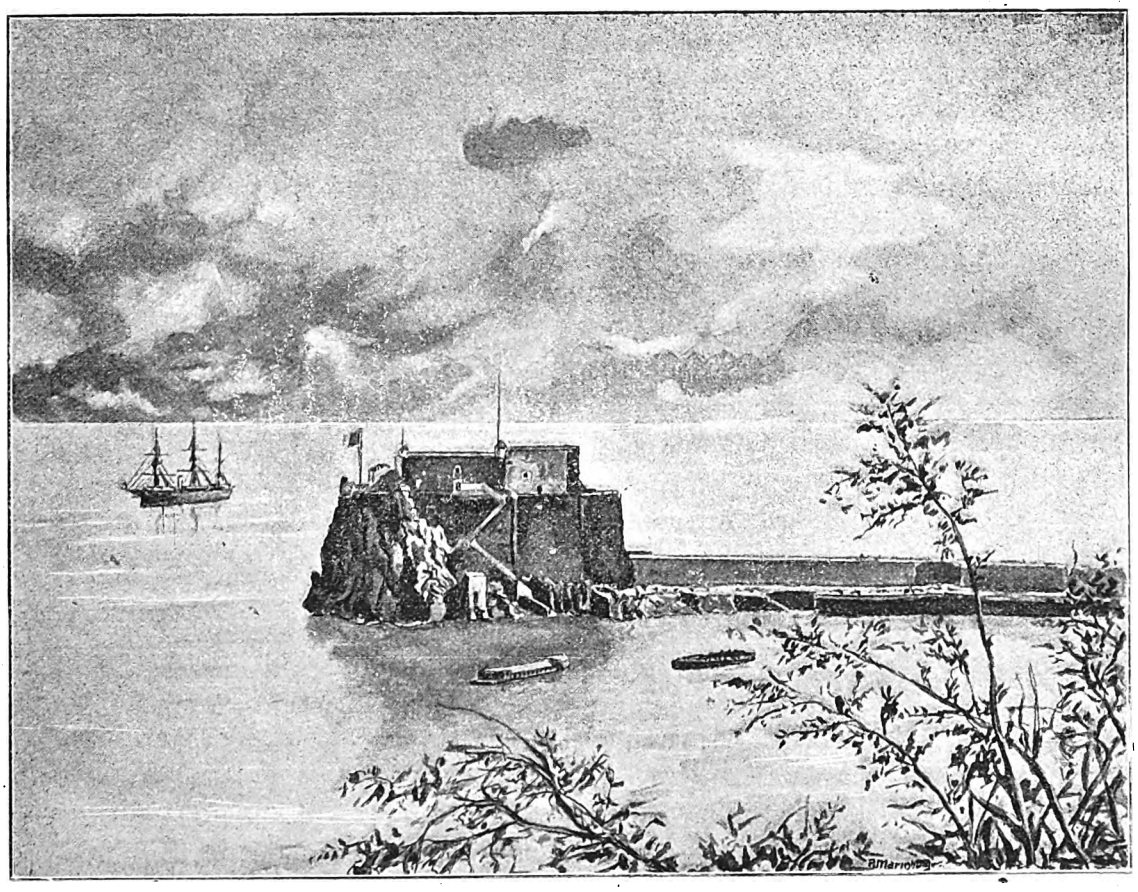
[2] *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, pag. 36.

Digitized by Google

CAPITULO XXVII

Cortereal e os seus descobrimentos — Americo Vespucio

É ser verdade o que o padre Cordeiro declara na sua *Historia insulana*, já em 1463 um dos membros da familia de Cortereal, João Vaz Cortereal, donatario da capitania de Angra na ilha Terceira, navegando ao noroeste dos Açores, encontrára uma ilha, que não era outra senão a conhecida actualmente pelo nome de Terra Nova, e a que elle chamou Terra dos Bacalhaus. Ainda que Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, n'uma memoria escripta expressamente[1], procure demonstrar que esse descobrimento é verdadeiro, não nos parece que ficasse positivamente estabelecido um facto que tenderia a attribuir aos Portuguezes a prioridade do descobrimento da America, e deve ser tido muito em conta o silencio de Damião de Goes, que, falando nos Cortereaes, e dizendo que elle conhecia o representante da familia e sobrinho dos



FORTE DO ILHÉU NO FUNCHAL

[1] *Ensaio sobre os descobrimentos e commercio dos Portuguezes nas terras septemtrionaes da America*, publicado no tom. VIII das *Memorias de litteratura*

Digitized by Google

dois descobridores, não diga uma palavra ácerca da supposta descoberta da Terra dos Bacalhaus.

Deixemos por conseguinte o que é muito controverso e passemos ao que é indubitavel. Depois dos descobrimentos de Christovam Colombo e de Cabral, as attenções voltavam-se cada vez mais para o Occidente, e a irrequieta actividade dos nossos antepassados procurava tambem para esse lado campo em que se manifestar.

No principio do verão de 1500, provavelmente quando chegou a Lisboa a nau de Gaspar de Lemos trazendo a noticia do descobrimento do Brazil, um fidalgo, que fôra da casa de D. Manuel, quando este era simplesmente duque de Beja, e que se chamava Gaspar Cortereal, filho do já citado João Vaz, e irmão de Vasco Eannes Cortereal, donatario de Angra na ilha Terceira, determinou navegar a noroeste, provavelmente porque nos Açôres alguns indicios tivéra da existencia de terra para aquelle lado, indicios similhantes aos que já tinham guiado Colombo. Partiu pois, e encontrou finalmente uma terra, que era o que hoje se chama Canadá, a que elle deu o nome de Terra-Verde, de muito verdejante que era.

Em 1501 voltou ao reino trazendo essas alegres noticias. Gaspar Cortereal fôra muito ao norte, e encontrára os povos, de que Damião de Goes nos dá noticia com a sua erudição segura, e em que logo reconhecemos os Esquimáos. «A gente, diz o sabio chronista... é muito barbara e agreste, quasi ao modo dos da terra de Santa-Cruz, senão que são alvos e tão curtidos de frio, que a alvura se lhes perde com a edade, e ficam como baços. São de corpo meãos, muito ligeiros, e grandes frécheiros, servem-se de paus tostados em logar de azagaias, com que ferem de arremêsso como se foram de aço fino; vestem-se de pelles de alimarias, de que na terra ha muitas, vivem em cavernas de rochas e choupanas, não teem lei, crêem muito em agouros, guardam matrimonio, e são muito ciosos de suas mulheres, nas quaes coisas se parecem com os Lapões, que tambem vivem debaixo do Norte, de 70 até 85 graus, sujeitos aos Reis da Noruega e Suecia, aos quaes pagam tributo, ficando sempre em sua gentilidade, por falta de doutrina».[1]

No anno de 1501 voltou Gaspar Cortereal á Terra Verde, ou Canadá, como depois se lhe chamou; mas parece que tanto se aventurou para o norte que lá se perdeu entre os gelos; o certo é que nunca mais se soube nem de Gaspar Cortereal nem dos seus dois navios. No anno de 1502, um irmão de Gaspar Corte real, que lhe era muito affeiçoado, Miguel Cortereal, porteiro-mór d'el-rei, foi á sua procura com duas naus, que sahiram de Lisboa a 10 de maio de 1502. Tambem d'esta segunda expedição não tornou a haver noticia; el-rei D. Manuel, no anno de 1503, enviou duas naus a demandarem os dois Cortereaes, sem que Damião de Goes nos diga quem as commandava. O que é seguro é que tiveram o mesmo destino. Percebe-se facilmente como estas desgraças succediam. Embrenhavam-se entre os desconhecidos gelos das regiões boreaes, e lá se perdiam successivamente.

O unico sobrevivente d'esta familia aventurosa e desgraçada, Vasco Eannes Cortereal, veador da casa do rei, donatario d'Angra e da ilha de S. Jorge, alcaide-mór da cidade de Tavira, não se podendo consolar da perda de seus dois irmãos, desejou ainda procural-os, mas el-rei D. Manuel positivamente lh'o prohibiu. Uma sorte fatal pesava sobre as expedições que se faziam n'aquella di-

portugueza da Academia Real das Sciencias (Lisboa, 1792-1814).

[1] Damião de Goes, *Chronica d'el-rei D. Manuel*, cap. 66, fl. 65.

Digitized by Google

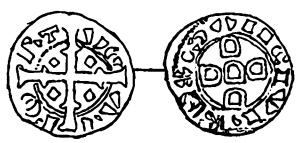
recção, e D. Manuel justamente entendia que não devia arriscar vidas tão preciosas n'essas viagens, por muito fructiferas que ellas podessem ser.

Comprehende-se agora facilmente qual o motivo por que os Portuguezes não se estabeleceram no Canadá, como no Brazil, e outros paizes que descobriram. A indole nimio aventurosa de Gaspar Cortereal foi causa do terror que principiou a inspirar aos nossos o nome d'essa região.

Nos mappas geographicos do seculo XVI diz-nos Major [1], figura esse paiz com o nome de *Corterealis*; o nome portuguez de Terra do Lavrador [2], esse ainda hoje o conserva uma parte da costa septemtrional da America, e os geographos estrangeiros reconhecem unanimemente que foi o nosso heroico e desgraçado compatriota Gaspar Cortereal que primeiro descobriu o Canadá, gloria de que se quiz por algum tempo appropriar a França, attribuindo-a ao seu celebre navegador Jacques Cartier.

Assim, emquanto Vasco da Gama descobria o novo caminho para a India, emquanto Alvares Cabral descobria o Brazil, os Cortereaes, explorando as gélidas regiões da America do norte, abriam, com portuguezes nomes, a longa lista dos martyres da navegação polar. Em tudo eram os nossos audaciosos antepassados os primeiros exploradores, e á frente da funebre lista em que brilham os nomes do capitão Franklin, e de tantas outras victimas da sciencia, que encontraram um ignorado tumulo nos gelos boreaes, resplandecem os nomes dos dois desafortunados heroes, Gaspar e Miguel Cortereal.

Não succedia o mesmo no Brazil, que continuava a ser explorado, como posteriormente veremos em capitulo especial; agora aproveitaremos este como que tragico entreacto, que as expedições dos Cortereaes estabeleceram entre as expedições indianas, para destruirmos as pretenções com que o Florentino Americo Vespucio pretendia esbulhar surrateiramente Pedro Alvares Cabral da gloria de ter descoberto o Brazil, como esbulhou Christovão Colombo da gloria de dar o seu nome á terra que descobriu.



Dinheiro, de D. Sancho II

Americo Vespucio era um Florentino que nascera em 1451, e que adquiriu fóros de geographo e astronomo distincto. Veiu servir o rei d'Hespanha n'essa qualidade, e navegou para o Novo Mundo nas expedições que se seguiram ás de Colombo. D'ahi principia a sua vaidosa tendencia para se apoderar da gloria dos outros. Em 1499 foi, *como passageiro*, a bordo dos navios d'Hojeda, como se provou juridicamente, e, comtudo, nas suas cartas attribue a si mesmo o descobrimento d'Hojeda. Passando ao serviço de Portugal, navega, como subalterno ou como piloto, a bordo dos navios portuguezes que partem a investigar as terras descobertas por Alvares Cabral, e n'essas viagens, que são, como veremos, as de Gonçalo Coelho e Christovam Jacques, não só attribue a si toda a gloria que a esses capitães pertence, mas, guardando completo silencio ácerca de Pedro Alvares Cabral, dá indirectamente a entender que foi elle o primeiro que descobriu o Brazil [1].

---

[1] *Life of the prince Henry*, pag. 374, nota.

[2] Damião de Goes affirma que recebeu essa terra dos Cortereaes o nome de Terra-Verde; não é provavel que fosse Gaspar Cortereal quem descobrisse tambem a ilha da Terra Nova, e que lhe desse o nome de Terra dos Bacalhaus, a uma parte do continente o de Terra do Lavrador, e que fosse o de Terra Verde o nome generico de todo o paiz descoberto pelo infeliz navegante? Tudo isto são conjecturas, mas que nos parece que teem alguns visos de probabilidade.

[1] «Apresentando-me a el-rei D. Manuel, diz o audacioso Florentino, mostrou elle grande prazer com a minha chegada, e rogou-me que fosse com tres naus, que estavam a pique, *a descobrir terras*

Digitized by Google

O traductor das cartas acceitou plenamente as asserções d'Americo Vespucio, e correu por bastante tempo como certo que fôra elle o primeiro visitador do Brazil depois de descoberto; já, comtudo, M. d'Humboldt, e depois D. Martin Navarrete, auxiliado este ultimo pelos esclarecimentos do visconde de Santarem, tinham posto muito em duvida a veracidade d'Americo Vespucio. Veiu, emfim, o visconde de Santarem com um volume destinado expressamente a examinar a questão[1], e, com a grande cópia de erudição que distinguia o nosso eminente compatriota, deixou resolvido contra o Florentino o problema de que se tractava.

Diremos por alto quaes foram os pontos que o visconde de Santarem deixou demonstrados.

Provou elle que não se acha o nome d'Americo Vespucio em nenhum dos documentos existentes nos archivos de Portugal, nem nos manuscriptos da Bibliotheca Regia de Paris relativos ás nossas navegações[2]; que, se fez parte das duas expedições portuguezas, immediatas á de Cabral, foi como subalterno[3]; que os embaixadores de Veneza[4], que em cartas ao seu governo falavam das expedições portuguezas, guardam o mais completo silencio ácerca d'Americo Vespucio, o que ainda é mais de estranhar por este ser italiano[5]; que umas cartas, que elle diz haver recebido em Sevilha d'el-rei D. Manuel, convidando-o a vir a Portugal, não existem nos nossos archivos, como succede a todas as outras cartas dos soberanos portuguezes[1]; que tanto João de Barros como Jeronymo Osorio e Damião de Goes observam o mesmo silencio[2]; que a altura marcada por Americo Vespucio na relação d'uma das viagens é tão erronea que, a ser verdadeira, deviam os navios estar a 165 leguas para o interior do continente brazileiro, o que é demonstrado amplamente por D. Martin Navarrete[3]; que o barco, em que elle diz ter embarcado, e que tripulavam apenas, segundo a sua narrativa, quatro ou cinco marinheiros, não podia de fórma alguma ter feito viagem tão longa[4], etc., etc., tudo isto commentado e authenticado, destróe tão completamente as pretenções d'Americo Vespucio, que Ferdinand Denis escreve o seguinte, referindo-se á primeira expedição do Florentino a serviço do rei de Portugal:

«Uma memoria publicada em 1846 pelo sr. visconde de Santarem estabelece as provas que podem fazer negar esta expedição. Devemos confessal-o, o exame attento de muitas fontes preciosas nada nos fez descobrir que se podesse allegar com seriedade a favor de Vespucio n'este grande processo. Baseando-nos outr'ora na opinião de sabios taes como Casal e Pizarro, tinhamos considerado como verdadeira a expedição d'Americo Vespucio em 1501; somos obrigados hoje a regeitar as fontes de que fizeram uso.»

Como foi que este insigne charlatão conseguiu immortalizar o seu nome dando-o á terra que o genio de Colombo descobrira? Contaremos resumidamente essa curiosa historia, ainda que só muito de leve se prenda com o assumpto d'este livro.

---

novas.» Cartas d'Americo Vespucio a Pedro Soderini, gonfaloneiro perpetuo da republica de Florença, sobre duas viagens feitas por ordem do Serenissimo rei de Portugal, traduzidas do italiano e publicadas no tomo II da *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*. Carta 1.ª pag. 141.

[1] *Recherches historiques, critiques et bibliographiques sur Améric-Vespuce et ses voyages par M. le vicomte de Santarem.* Paris. (Arthur Bertrand, libraire de la société de géographie.)

[2] Ibid. pag. 7.

[3] Ibid. pag. 16.

[4] Pedro Pascoaligo e Domingos Cretie.

[5] *Recherches* etc., pag. 12 e 24.

[1] *Recherches*, etc., pag. 19.

[2] Ibid. pag. 9, 22 e 25.

[3] Ibid. pag. 49.

[4] Ibid. pag. 51.

Digitized by Google

Um amigo de Vespucio, fr. Giovanni Giocondo, traduziu uma das suas cartas em latim, e levou a traducção para Paris, aonde Luiz XII o chamara para o empregar como architecto distincto que elle era. Ahi relacionára-se com um joven Alsaciano, chamado Mathias Ringmann, que logo partilhou a sua admiração por Americo, e, ao voltar á sua patria, a fez partilhar a alguns dos seus compatriotas. Succedeu que este Ringmann foi ser professor de latim na cidade de Saint-Dié, cidade episcopal onde um illustrado capitulo de conegos, possuidor d'uma pequena imprensa, se entregava com ardor a publicações e especulações litterarias. Em parte por intervenção d'elle, que era revisor na imprensa capitular, publicase ahi um livro intitulado *Cosmographiæ introductio*, a que vem appensa uma traducção latina das quatro viagens d'Americo Vespucio, n'uma das quaes declarava ter sido o primeiro a descobrir terra firme do novo mundo, de que o Genovez Colombo só primeiro descobrira as ilhas. Era uma

D. MANUEL O «VENTUROSO»

das habituaes sem-ceremonias de Vespucio.

Em conformidade com esta declaração

Digitized by Google

dizia o auctor da *Cosmographiæ introductio:* «E a quarta parte do mundo tendo sido descoberta por Americo, póde bem ser chamada Amerigen, que é o mesmo que dizer a terra d'Americo ou America[1].» O livro publicou-se em 1507; em 1509 tinha já tres edições; n'esse mesmo anno um outro livro de geographia, intitulado *Globus mundi*, empregava o nome d'America como geralmente adoptado.

Colombo morrêra em 1506, seu filho Fernando não tinha conhecimento do que se passava na Alsacia, na Hespanha o novo mundo era conhecido pelo nome de Indias Occidentaes; ninguem protestava contra a usurpação que o uso geral foi sanccionando, e que afinal triumphou. A terra de Colombo ficou sendo decididamente America.

De pequenas causas grandes effeitos. O revisor das provas da imprensa d'esses conegos, isolada entre a cordilheira dos Vosges, roubava um mundo a um grande homem, para o ir dar a um fanfarrão, cujas narrativas mentirosas tinham encantado a sua phantasia d'estudante.

CAPITULO XXVIII

Segunda expedição de Vasco da Gama.— Incendio de um navio de Calicut —Bombardeamento d'esta cidade

A viagem de Pedro Alvares Cabral, escreve Ferdinand Denis, mudou completamente certas idéas admittidas até então, e que as noções imperfeitas colhidas por Vasco da Gama não tinham podido modificar. O monarcha seguidor do Christianismo que ornavam com o nome de Prestes João, e que revestiam d'um poder imaginario, desappareceu das Indias; soube-se emfim o que se havia de pensar ácerca d'estes sectarios de S. Thomé, com que povoavam as ricas regiões orientaes, e viram-se obrigados a reduzir esse povo innumeravel a vinte mil individuos pouco mais ou menos[2], mais tolerados do que vivendo em independencia detraz das montanhas do Cochim. Principiou-se a adivinhar o que havia d'immutavel nas instituições de Bralma, e o jejum severo, que se impozeram os refens deixados a bordo da esquadra christã, revelou resistencias religiosas, que longe estavam de suspeitar. O regimen das castas offereceu-se aos Europeus na sua essencia real, com as suas leis inflexiveis e os seus principios rigorosos. Percebeu-se melhor ao mesmo tempo a influencia musulmana sobre essas populações timidas; e, quando o rajah, forçado pelas exigencias dos estrangeiros a explicar-se d'um modo positivo ácerca do partido que ia tomar para com os seus antigos hospedes, declarou que não podia expulsar assim cinco mil familias do seu imperio, com uma palavra só fez saber aos Portuguezes a terrivel lucta que os Mouros iam travar. Cabral tinha a bordo da esquadra, de que era commandante, muitos

[1] *Et quarta orbis pars quam quis Americus invenite Amerigen quasi Americ terram, sive Americam muncupare li cet.*

[2] Muitos escriptores do seculo xvi reduzem até singularmente esse algarismo, porque o fazem descer a tres mil individuos, o que nos parece uma exaggeração contraria.

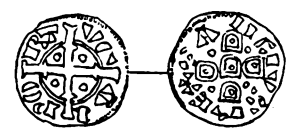
Digitized by Google

homens sabios e dotados d'um espirito real d'observação; a carta de Pedro Vaz Caminha, escripta durante a arribação ao Brazil, o prova até á evidencia. Esses officiaes, no meio das magnificencias indianas, descortinaram o espirito particular e profundamente original que anima essa sociedade. Á primeira vista adivinharam a superioridade que lhes ia dar a sua artilheria sobre esses povos, habeis cavalleiros, que possuiam apenas algumas boccas de fogo de difficil manobra e que respondiam ás suas descargas de bacamarte e d'escopetas com saraivadas de settas, de que os Europeus se garantiam apenas com as rêdes d'abordagem.

Desde então a conquista deixou de ser para estes duvidosa, e não tardaram a fazer com que o seu soberano partilhasse a mesma persuasão.»

A quarta esquadra, que partiu de Lisboa para a India, levava por commandante supremo o descobridor, D. Vasco da Gama. O primeiro nomeado fôra Pedro Alvares Cabral, mas, ou fosse porque este não se resignasse a condescender com alguns desejos de sua alteza, relativamente a uma separação de esquadras no mar da India, como quer Damião de Goes [1], ou porque d'um lado D. Manuel tivesse um certo preconceito contra Pedro Alvares por causa dos infortunios maritimos da sua primeira viagem e lh'o fizesse sentir indirectamente, e do outro porque D. Vasco da Gama desejasse voltar á India com poder bastante para se vingar dos desdens com que fôra tractado, como affirma Gaspar Correia [2], a verdade é que Pedro Alvares desistiu do commando, que foi incumbido a D. Vasco da Gama.

Pedro Alvares Cabral não tornou a exercer commando importante! Começa a fazer-se sentir o frio egoismo, a desdenhosa ingratidão d'el-rei D. Manuel. Já olvidava que Pedro Alvares descobrira o Brazil, e fizera respeitado na India o nome portuguez, para se lembrar apenas dos desastres da navegação, cuja culpa devia imputar unicamente ao temporal, e quando muito aos pilotos! Nunca se viu um desprezador assim de grandes homens, e ao mesmo tempo um soberano mais feliz, porque a cada vulto eminente que punha de banda surgia-lhe logo outro mais eminente ainda. A Pedro Alvares Cabral, que foi o primeiro desprezado, a D. Vasco da Gama que tambem não tornou a ser aproveitado, seguiram-se logo D. Francisco de Almeida, e Affonso de Albuquerque! Tantos gigantes a servirem um pygmeu!



Dinheiro, de D. Sancho II

Era a mais poderosa das que tinham ido para a India a esquadra de D. Vasco da Gama. Compunha-se de tres divisões; a primeira e a mais numerosa era commandada pelo proprio almirante; a segunda por Vicente Sodré, seu tio materno, a terceira tambem por um seu primo, Estevão da Gama, que devia sahir depois das outras, para vêr se, indo em differente monção, encontraria melhor tempo no mar.

D'esta expedição temos tambem a narrativa transmittida por uma testemunha ocular, que foi Thomé Lopes, escrivão de uma das naus da esquadra de Estevão da Gama. A sua narrativa foi traduzida no manuscripto para a collecção italiana de Ramusio, e depois retraduzida para portuguez, afim de figurar nas *Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*.

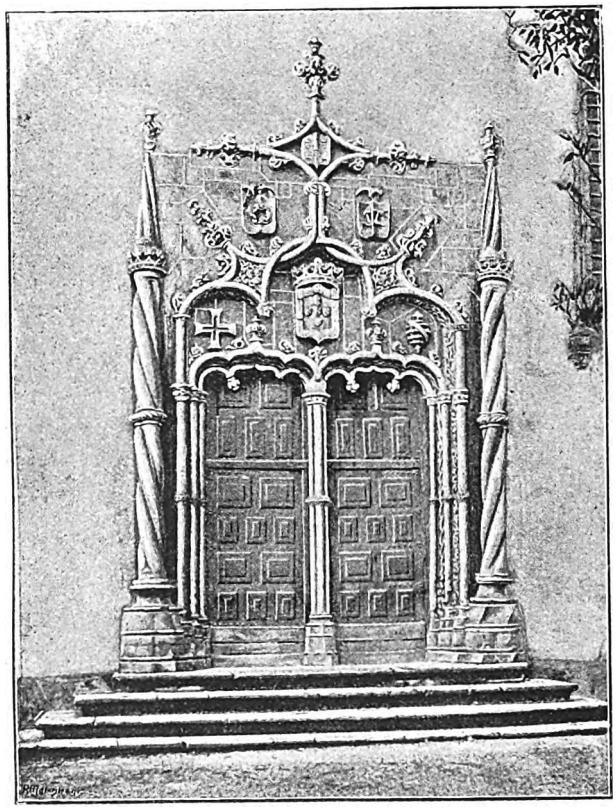
[1] *Chronica d'el-rei D. Manuel*, cap. 68, fol. 56. El-rei queria que Vicente Sodré, commandante de uma das divisões da esquadra, ficasse na India, com bandeira independente para proteger os Portuguezes das feitorias.

[2] Lendas da India, t. 1.º, part. 1.ª Lenda 4.ª, cap. 1.º, pag. 267.

Digitized by Google

Será ella que nos servirá de guia.

A esquadra compunha-se ao todo de vinte vélas. Os nomes dos seus capitães são diversamente referidos pelos differentes historiadores; cingir-nos-hemos á lista dada por Damião de Goes. Da divisão de Vasco da Gama eram, além d'elle, D. Luiz Coutinho, Pedro Affonso de Aguiar,



COIMBRA — PORTICO DA CAPELLA DA UNIVERSIDADE

Francisco da Cunha, João Lopes Perestrello, Ruy de Castanheda, Gil Mattoso, Luiz Fernandes, Antonio do Campo e Diogo Pires. Da de Vicente Sodré, além do chefe, eram capitães de navios seu irmão Braz Sodré, Pero d'Athayde, João Rodrigues Bardaças e João Raphael. Da de Estevão da Gama eram, além do commandante da divisão, Lopo Mendes de Vasconcellos, Lopo Dias, Thomaz de Carmona, e o italiano João Buonagrazia[1]. No navio d'este, que pertencia a Ruy Mendes de Brito, porque já vimos que nem todos os navios eram armados á custa do Estado, é que ia o escrivão Thomé Lopes, narrador da expedição.

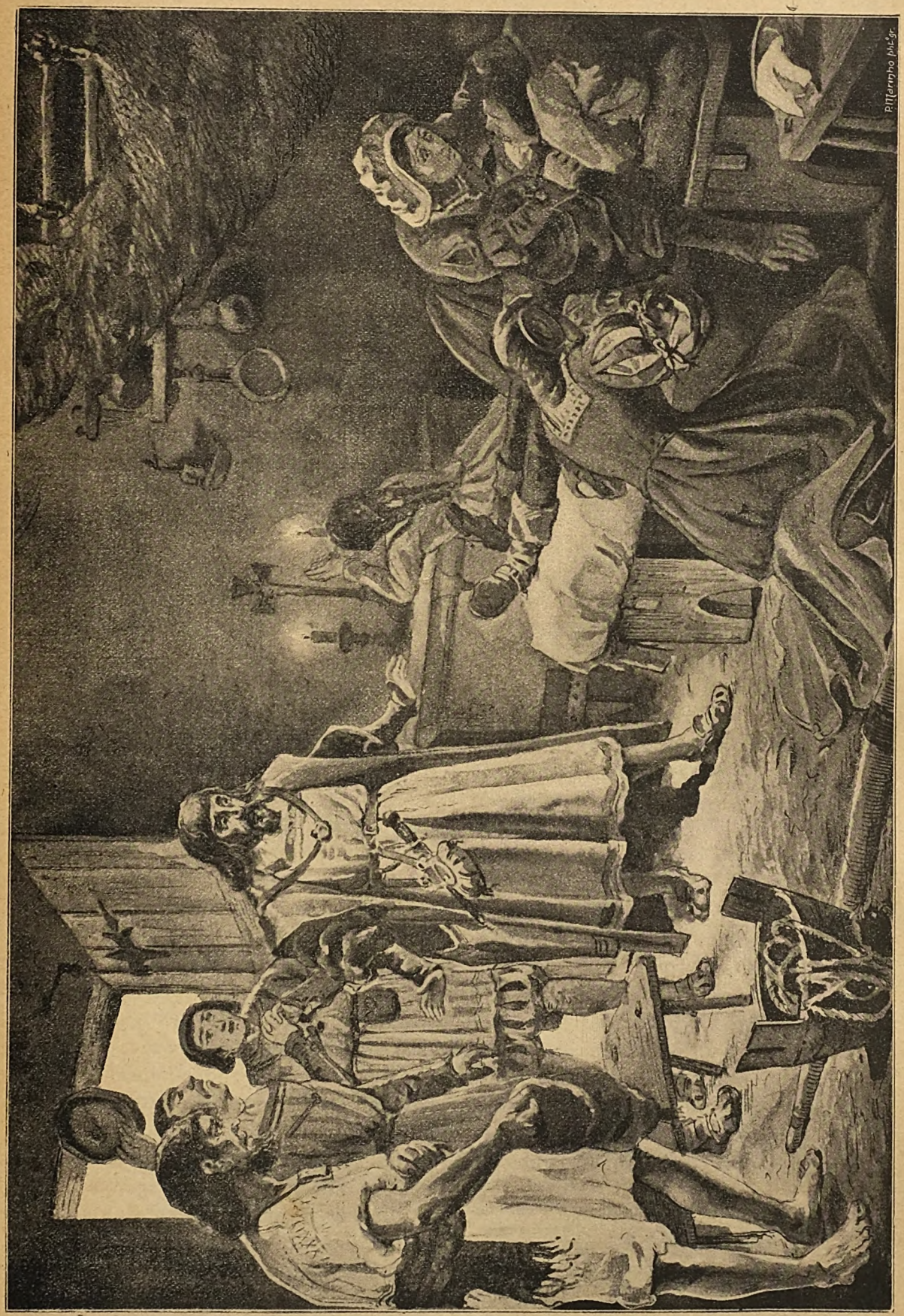
É necessario que antes de a contar, vejâmos quaes eram as disposições em que partia Vasco da Gama, porque elle practicou estranhas coisas em boa verdade.

Vasco da Gama era um homem extraordinariamente energico, mas da extrema energia á crueldade vae um passo que se transpõe quasi sempre. O homem que não empallidecia deante do temporal, nem deante da revolta, nem deante de turbas innumeras de inimigos, tambem olhava com bastante indifferença para espectaculos que hoje revoltam corações medianamente sensiveis. Demais elle vira-se tractado com desdem pelo soberano de Calicut, percebia que esse desdem fôra causa da morte de Ayres Correia, porque o rajah de Calicut nunca suppozera as esquadras portuguezas capazes de tirarem tão formidaveis vinganças como a que Pedro Alvares Cabral tirára. O nome d'este ultimo causava um profundo terror, como o de Vasco da Gama só desdem inspirára. Por isso o almirante ia decidido a deixar uma impressão indelevel no animo dos soberanos da India.

A sua esquadra e a de Vicente Sodré partiram de Lisboa no dia 10 de fevereiro de 1502, a de Estevam da Gama no dia 1 de abril, sendo dadas para ponto de reunião de todos os navios, reunidos debaixo do commando superior de Vasco da Gama, as ilhas de Anchediva. Dobraram felizmente o Cabo da Boa Esperança, arribaram a Moçambique onde o sultão recebeu Vasco da Gama com a maior humildade, o que lhe desarmou as iras, tendo estado primeiro em Sofala onde o scheick o recebêra perfeitamente; passando depois por Quilôa impoz um tri-

[1] *Chronica d'el-rei D. Manuel*, cap. 68, fol. 66.

Digitized by Google



D. JOÃO II ANTE O CORPO INANIMADO DE SEU FILHO

Digitized by Google

buto pezado de dois mil miticaes de oiro por anno ao scheick d'essa cidade, para o punir da traição intentada na primeira viagem; não podendo arribar a Melinde foi ter ás Anchedivas e esperou a esquadra de Estevam da Gama[1].

Esta esquadra seguiu o mesmo rumo sem lhe acontecer coisa notavel, e chegou ás Anchedivas no dia 21 de agosto de 1502. Estava reunida toda a armada de Vasco da Gama, constante de vinte navios, porque, ainda que se perdêra uma náu junto de Sofala, armára-se em Moçambique uma caravella, cujo commando foi dado a João Serrão.

Alli se demoraram mais de um mez á espreita das naus que vinham de Méca, e ahi practicou D. Vasco da Gama uma atrocidade indesculpavel, que lhe macularia indelevelmente a immensa gloria, se não attenuassem o crime as influencias da época, do meio em que vivia, e a propria rudeza da sua indole de ferro.

No dia 3 de outubro de 1502, *de que me lembrarei toda a minha vida*, escreve, ainda com um estremecimento, o bom do Thomé Lopes, appareceu uma nau de Calicut, que vinha de Méca, trazendo muitos passageiros mouros, que seriam ao todo duzentos e quarenta homens válidos, além d'uma infinidade de mulheres e creanças. A náu *S. Gabriel* deu-lhe caça, e rendeu-a facilmente, porque os Mouros preferiam resgatar-se a combater; o almirante comtudo projectára annunciar com uma vingança tremenda a sua chegada aos Mouros de Calicut. Por isso, debalde o principal passageiro offereceu em nome d'estes um resgate enorme; o almirante ordenou apenas que todos os Mouros lhe entregassem os objectos preciosos que tinham comsigo, mas não foi muito rigoroso na busca, não se importando que elles sonegassem a maxima parte das suas riquezas. Todo o seu interesse tencionava concentral-o na scena atroz com que projectára rematar aquelle verdadeiro melodrama de piratas.

Deu ordem para que os escaleres tirassem a nau a reboque para fóra da esquadra e a queimassem depois com tudo o que ia dentro, fazendas e passageiros; mas os executores da ordem, ou porque lhes repugnasse cumpril-a, ou porque se receiassem do incendio, deitaram-lhe fogo á pressa, e retiraram-se aos escaleres. Sobresaltados com esta imprevista traição, os Mouros tentam apagar o fogo, e ao mesmo tempo as mulheres sobem á tolda, e, soltando gritos clamorosos, mostram os filhinhos aos Portuguezes, para abrandarem com a innocencia a crueldade. Mas D. Vasco da Gama, que tudo observava por uma escotilha da sua nau, nem por sombras se mostra commovido. Então os Mouros redobram d'esforços, subjugam o incendio, lançam mão das armas, e não procuram fugir, arrojam-se elles mesmos á primeira nau que encontram, que é exactamente aquella em que Thomé Lopes estava, afferram-n'a, e, sequiosos de vingança, combatem como desesperados. Na India quasi sempre nós combatemos na proporção d'um contra dez, vinte ou cem, mas agora são os Mouros que se batem n'essa desproporção tremenda, são elles os heroes, os leões, são os Portuguezes que não se atrevem a approximar-se d'elles, tal é a furia que manifestam esses paes, esses maridos exacerbados pela raiva de pensarem que havia quem não perdoasse nem a sexo nem a edade, quem estivesse resolvido a queimar-lhes as mulheres e os filhos n'uma fogueira atroz. Sim, no meio da esquadra portugueza, composta de vinte navios, aquella nau mourisca fazia pro-

[1] Todos os historiadores affirmam que em Quilôa se reuniram as esquadras, mas diz o contrario, e muito circumstanciadamente, o escrivão Thomé Lopes, testemunha ocular. *Navegação ás Indias Orientaes*, cap. VI, pag. 171 do tom. II das *Noticias para a historia e geographia*, etc.

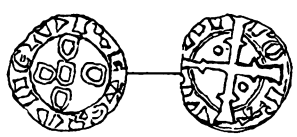
Digitized by Google

digios de valor, e teve quasi tomada uma das nossas, obrigando os defensores a abandonarem em fuga precipitada o castello da prôa, sendo os ultimos a retirarem-se o capitão Buonagrazia e o escrivão Thomé Lopes. Ah! se S. Thiago obedecesse ás leis da eterna justiça e do eterno bem, devia n'esse dia pelejar, montado no seu cavallo branco, ao lado dos Mouros e contra os Christãos, porque aquelles defendiam a innocencia e a fraqueza, estes calcavam aos pés as leis mais santas.

Perseguida por toda a esquadra, retirou a nau dos Mouros gloriosamente durante quatro ou cinco dias, e já estavam resolvidos a deixal-a, quando veiu a nado um Mouro traidor para vender os seus irmãos, propondo atar um cabo ao leme da nau, para que os nossos a podessem incendiar. Assim se fez, e a ignobil fogueira accendeu-se no meio do mar, consumindo homens, mulheres e creanças, á excepção d'uns vinte pequenos que Vasco da Gama ordenou que fossem tirados para se fazerem Christãos. Seguia o nobre almirante o exemplo e as licções de seu augusto amo.

É triste a missão do historiador quando tem de narrar factos como este que lançam uma sombra immensa em vida tão gloriosa como a de Vasco da Gama; a verdade, porém, é a sua obrigação mais austera, e devemos confessar que esse acto iniquo e infame, que abria a longa série de piratarias e de crueldades sem nome de que na India nos tornariamos réus, foi practicado pelo mesmo que descerrou as portas do Oriente á audacia dos Portuguezes; devemos confessar que este inquisidor armado é o heroe dos *Luziadas*. Tristes contradicções da natureza humana, ou antes tristissimas consequencias da sua imperfeição!

A 18 d'outubro d'esse anno chegou D. Vasco da Gama a Cananor, e teve com o rajah uma entrevista em que ambos desenvolveram a maior sumptuosidade. O velho brahmane, que governava Cananor, tinha as melhores disposições para com os Portuguezes, mas a irritabilidade de Vasco da Gama e ligeiras difficuldades, provenientes dos preços das especiarias, fizeram com que o almirante partisse arrebatadamente de Cananor, jurando guerra e vingança. A humildade do rajah, que presenciára a victoria obtida por João da Nova tendo apenas quatro navios, e que tremia deante das vinte naus de D. Vasco da Gama, e a intervenção de Paio Rodrigues, feitor que João da Nova deixára em Cananor, apaziguaram o almirante, mas ainda assim não voltou logo á cidade. É verdade tambem que tinha pressa de chegar a Calicut; o Samori enviára-lhe um recado propondo-lhe a paz debaixo de certas condições.



Dinheiro, de D. Sancho II

Foi, mas logo nas primeiras negociações se percebeu que era impossivel chegar-se a um accordo; o rei de Calicut queria dar e receber indemnizações; D. Vasco da Gama principiava por exigir que o rajah expulsasse dos seus Estados todos os Mouros. O rajah respondeu-lhe que lhe era completamente impossivel expulsar do seu reino quatro ou cinco mil familias das mais opulentas e das mais prestaveis. Vasco da Gama, ouvindo esta resposta, aprisionou uns poucos de barcos de pescadores, o que por tal fórma irritou o rajah que, perdendo as suas habituaes irresoluções, positivamente ordenou a D. Vasco da Gama que sahisse immediatamente do seu porto, porque não queria allianças nem contractos com tão perfidas gentes.

«A resposta do almirante, diz-nos Thomé Lopes, foi muito altiva, pois lhe dizia que elle era criado do poderosissimo rei D. Manuel, seu senhor, e que só

Digitized by Google

por ser seu criado, valia mais que elle rei de Calicut; pois seu amo d'uma palmeira faria um rei similhante a elle; e que tanto lhe importava a sua ordem para partir, quanto a elle a sua licença para mastigar o seu betel; que em prova d'isso chegar-se-hia mais á cidade, dando-lhe tempo até ao meio-dia seguinte para haver a sua resposta; que desde logo lhe promettia mandar algumas d'aquellas naus carregadas de especiarias a el-rei de Portugal seu senhor; e que as outras ficariam n'aquellas paragens afim de fazer-lhe guerra: pois o seu rei era tão poderoso e grande que lhe mandaria quantas naus e gentes fossem necessarias para o combater por mar e terra e destruil-o totalmente[1]». A resposta era uma verdadeira fanfarronada, mas Vasco da Gama tinha forças, resolução e energia bastante para a tornar em realidade.

Logo effectivamente as naus se pozeram em linha muito chegadas á terra, á excepção da *Helena*, a *Esmeralda*, a *Leonarda* e a *Flôr de la mar*, que, sendo as quatro naus maiores, ficaram ao largo. Primeiro deu o almirante aos habitantes de Calicut um espectaculo cruel. A um signal dado foram enforcados, nas gaveas de todos os navios onde estavam, os Mouros aprisionados em differentes almadias; depois, como o povo se agrupava na praia para presenciar tão lastimoso caso, dispararam-lhe algumas bombardas que logo dispersaram os grupos, ao som das apupadas dos nossos, que estavam bastante proximos de terra para presenciarem os episodios burlescos da fuga. O almirante, requintando cada vez mais nas suas invenções de crueldade, mandou cortar os pés e as mãos e as cabeças dos enforcados, metteu esses restos horridos n'um barco, e mandou-o varar em terra. Depois o bombardeamento começou terrivel e continuado. Era no dia 2 de novembro de 1502; dezeseis naus, algumas com dez peças, cada uma das quaes atirou de trinta a quarenta tiros, estiveram varejando a cidade. Os pobres Indianos mal respondiam, e as fortificações, que levantavam á pressa, eram facilmente derribadas pelos nossos. O sinistro clarão do bombardeamento, o som temeroso da artilheria durante esse dia inteiro, encheram de terror os habitantes de Calicut, que vagueavam chorosos entre as ruinas da cidade e os cadaveres dos muitos que os balasios alcançavam. Proximo da noite vieram as quatro naus maiores render as primeiras; depois, satisfeita a sua vingança, D. Vasco da Gama partiu, deixando o bloqueio do porto a Vicente Sodré com seis naus e uma caravella. Aos estragos do bombardeamento accrescentaram-se os horrores da fome causada pelo bloqueio; o rajah de Calicut amargou cruelmentes o altivo desdem com que tractára aquelles tres navios, acossados pela procella, que tinham vindo de longes terras a demandar-lhe o porto.

Partiram no dia 3 de novembro as naus portuguezas para Cochim, onde foram bem accolhidas como sempre, e onde receberam recado do rei de Cananor para que lá fossem algumas procurar carga. Veiu tambem um enviado do rajah de Calicut pedir de novo paz, affirmando que estava o monarcha indiano nas disposições de restituir a fazenda que tinha d'el-rei de Portugal. Era uma nova traição que elle armava, porque, depois de muitas negociações dilatorias, appareceu de subito uma noite uma esquadra de mais de oitenta barcos, a que os nossos chronistas chamam *sabusamos*, para surprehenderem o navio portuguez. Perceberam-n'os, felizmente, os nossos, mas já quando estavam tão proximos que os não podiam varejar com a artilheria. Vasco da Gama commettera a imprudencia de voltar a Calicut apenas com-

[1] Thomé Lopes, *Navegação ás Indias Orientaes*, cap. XIV, pag. 188 do t. 2.º das *Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas.*

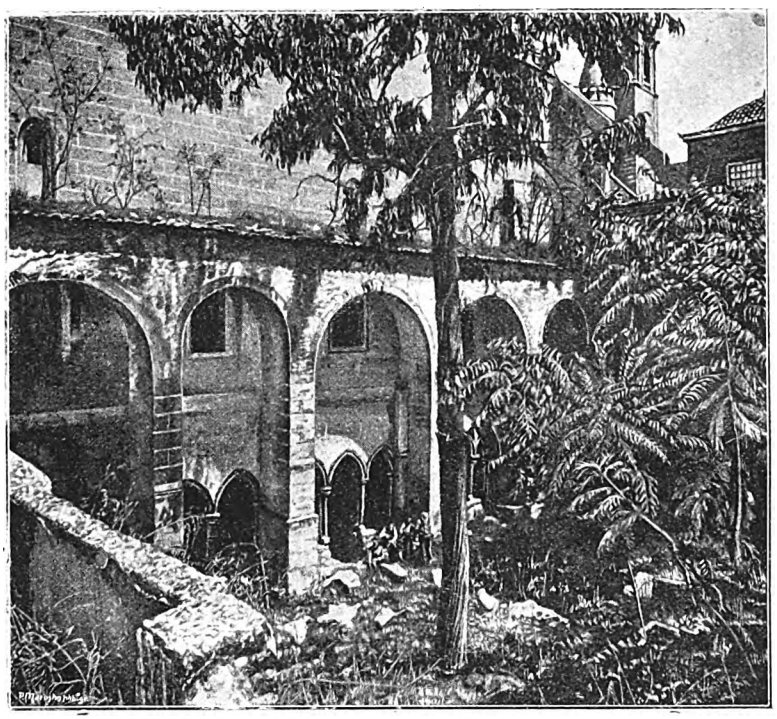
Digitized by Google

uma nau, mas mandára chamar Vicente Sodré, que estava então em Cananor[1], e, felizmente, este chegou com duas caravellas a tempo de desembaraçar Vasco da Gama. A punição não se fez esperar; os refens que tinha a bordo foram logo embarcados, e mandados para terra.

A 10 de fevereiro de 1503 partiu a esquadra de Vasco da Gama de Cochim, onde se reunira toda, para Cananor, afim de atravessar d'ahi para Portugal. Ao passarem deante de Calicut, o rajah mandou-lhes uma esquadra ao encontro, que apenas lhe valeu uma nova licção, e perder algumas das suas naus. Depois de tocar, emfim, em Cananor, desferiu Vasco da Gama as vélas para o reino a 20 de fevereiro de 1503, deixando na India a esquadra de Vicente Sodré, composta de tres naus e duas caravellas.

Atravessando o golfo para seguirem o caminho da Africa oriental, encontrou a frota algumas das muitas ilhas pequenas que semeiam o Oceano Indico. Já á ida a esquadra de Estevam da Gama encontrára as Laquedivas. Seguiram-se bastantes temporaes, fomes, sêdes, depois de terem arribado á ilha de Santa Helena, que tomaram como não achada ainda, por não terem conhecimento da descoberta de João da Nova, que chegou a Portugal depois d'elles partirem.

No dia 1 de setembro de 1503 aportou Vasco da Gama a Lisboa, sendo recebido com muita solemnidade por el-rei, a quem entregou, entre outras coisas, os dois mil miticaes de ouro do tributo de Quilôa. D'esse ouro, que era o primeiro que se obtinha de pareas, foi depois lavrada a custodia preciosa de Belem, que faz ainda hoje a admiração de todos os que a vêem, e que na Exposição Universal de Paris de 1867 causou profunda sensação.



EVORA—RUINAS DO CONVENTO DE S. FRANCISCO

Emquanto a nós, esta segunda viagem de Vasco da Gama é uma nodoa na sua vida, é uma pagina de sangue depois de uma pagina de ouro, um melodrama ignobil depois de uma epopéa resplandecente[1].

Póde allegar-se de certo que Vasco da Gama não encontrára nos rajahs de Calicut e de Cananor senão perfidia e traição, que precisava de infundir um verdadeiro terror a esses covardes orien-

[1] Cochim fica ao sul e Cananor ao norte de Calicut, e as tres cidades ficam proximas da extremidade meridional do Malabar.

[1] Consultámos na narrativa d'esta expedição, além de Thomé Lopes, Damião de Goes, cap. 68 e 69, João de Barros, *Decada* primeira, liv. VI, pag. 114 e seguintes, Gaspar Correia, Lenda quarta.

Digitized by Google

taes, que tão desdenhosamente o tinham tractado quando elle apparecera, protegido pelos sagrados principios da hospitalidade, e que se curvavam agora humildemente deante das suas bombardas devastadoras; mas em todo o caso um homem da altivez de espirito de Vasco da Gama não devia descer a essas atrocidades iniquissimas, que são tanto mais lamentaveis quanto maculam uma campanha dirigida, debaixo do ponto de vista diplomatico e militar, com o mais perfeito acerto.

«Graças á sua coragem, escreve F. Denis, referindo-se á ultima apparição de Vasco da Gama deante de Calicut, escapa aos milhares de barcos inimigos que o rodeiam, e ao incendio que vae consumir o seu navio; sem duvida pune a cidade perfida, realizando um acto deploravel de vingança, mas sabe, no fim de alguns mezes, entrar triumphante no porto de Lisboa, e d'esta vez, quando se apresenta a D. Manuel, ha de assegurar-lhe que d'ora ávante a conquista da India não é já um sonho para os Portuguezes. Com effeito, á excepção de um unico rajah, que se póde considerar como um alliado fiel, os soberanos indios estão aterrados, e os mercadores arabes reconhecem a sua insufficiencia assim que se tracta de luctar com os Christãos. Os pequenos soberanos do littoral percebem que de riquezas podem roubar ao imperio do Samori, aproveitando-se das transacções commerciaes que os estrangeiros lhes offerecem. Cada bahar de pimenta custou até agora o sangue de muitos homens, mas uma expedição vigorosa póde fazer calar de subito esses ataques, e arruinar emfim Veneza. Isto pelo que respeita ás riquezas da terra e ao poder temporal. Podemos lembrar tambem as conquistas espirituaes, que Vasco da Gama póde prometter ao espirito religioso do tempo. O Prestes João e a sua missa miraculosa fugiram decididamente das Indias; sabe-se emfim o que se ha de pensar ácerca dos Christãos d'este paiz, que pela primeira vez em Cochim vieram prestar um tributo de respeito ao almirante portuguez. Roma, depois de seculos de esquecimento, vae tornar a encontrar estes filhos desvairados. Mas ainda não é tudo, uma terceira armada, que deve ir invernar nas costas da Arabia, e que estará prompta sempre a soccorrer os Portuguezes deixados por Vasco da Gama no Malabar, prova que o almirante não tem só a habilidade das conquistas, mas que sabe assegural-as. Tudo isso era grande sem duvida, e isso tudo realizado em tão poucos mezes, podia considerar-se quasi um prodigio. Vasco da Gama não foi comtudo encarregado de proseguir o que principiára com tanto esplendor. Qual foi o motivo d'este apparente olvido? Quaes foram as causas d'esta especie de esquecimento? É um dos mil problemas que a historia nos deixa para adivinhar; o que é certo é que, durante mais de vinte annos, D. Vasco da Gama, o almirante dos mares da India, entra no esquecimento. Será necessario outro reinado para se reparar essa injustiça.»

Este problema resolve-se com facilidade logo que se encarar no seu todo a politica de D. Manuel, acanhada e sujeita ás influencias da camarilha que o rodeava. Parecia que el-rei D. Manuel, seguindo o exemplo da politica atheniense no que ella tinha de peior, condemnava ao ostracismo todos os seus homens notaveis, logo que ultrapassavam a craveira a que elle tentava reduzil-os. Morriam uns em silencio, outros, porém, iam, como Themistocles, sentar-se nos lares do estrangeiro, levando no coração o odio immenso á patria e ao rei que os menospresava. Foi o que fez Fernão de Magalhães, cujos serviços el-rei D. Manuel despresou, e que os foi offerecer a Carlos V.

Digitized by Google

Ainda se o desvalimento de Vasco da Gama fosse uma punição das suas crueldades, absolveriamos o rigorismo do integro monarcha; mas o perseguidor dos Judeus applaudia decerto o incendio da nau de Calicut, e não fazia caso das provas de valor e de intelligencia que Vasco da Gama déra, e que Ferdinand Denis põe habilmente em relevo. Associamo-nos completamente ás opiniões do illustrado escriptor francez, e comtudo não podemos dissimular que todas essas brilhantes façanhas são obscurecidas pelo fanatismo, pela crueldade, que mancham de um modo horroroso essa pagina da vida de Vasco da Gama, como tantas outras paginas da historia das Indias portuguezas.

CAPITULO XXIX

Vicente Sodré na India—Expedições que partem de Lisboa em 1503 — Francisco e Affonso de Albuquerque — Antonio Saldanha

Dissemos que Vicente Sodré, tio materno de Vasco da Gama, ficára na India para proteger os Portuguezes e ao mesmo tempo para perseguir as naus de Méca.

Vejâmos como elle cumpriu essa dupla missão.

Vae tambem começar n'este homem a segunda parte da historia infamante das nossas conquistas indianas. Assim como na semente de uma planta se encerra como que o germen de todas as qualidades bemfazejas e nocivas do vegetal que ha de brotar depois, assim n'estas primeiras expedições dos Portuguezes vem o germen das brilhantes qualidades e dos vicios que hão de assignalar depois a nossa conquista. O valor e a audacia já de sobejo se manifestaram, a crueldade e o fanatismo tambem já se patentearam na segunda expedição de Vasco da Gama: Vicente Sodré apresenta-nos o primeiro exemplo d'essa avareza insaciavel, que ha de macular as paginas esplendentes dos nossos fastos orientaes.

Depois de ter cruzado nas costas da India, e de ter aprezado algumas naus de Calicut, Vicente Sodré foi ancorar em Cochim, onde encontrou a maior agitação. O soberano de Calicut, desassombrado da presença de D. Vasco da Gama, e ardendo em sede de vingança, exigiu do rajah de Cochim que lhe entregasse os Portuguezes que tinha na sua cidade. O nosso alliado fiel recusou. O Samoudri Rajah ameaçou-o com uma terrivel guerra; appellando para as crenças religiosas dos seus compatriotas, e sublevando contra Triumpara toda a repugnancia das castas brahmanicas pelos estrangeiros, pôde o Samoudri formar uma colligação ameaçadora para o soberano de Cochim. Era o caso para Vicente Sodré empregar todos os seus esforços em preservar o heroico Indiano dos perigos que a sua fidelidade lhe attrahia; mas debalde o feitor de Cochim, Diogo Fernandes Correia, insistiu para que elle ficasse no porto, Vicente Sodré, que não queria perder a rica preza das naus de Méca, e que, além d'isso, era homem de dura condição, obstinado, e

Digitized by Google

que se irritava com contradicções[1], não accedeu aos rogos, e persistiu apenas em levar para Cananor os Portuguezes que estavam em Cochim, e que eram causa da guerra, livrando o Indio ameaçado das difficuldades que a sua presença lhe causava. Mas a isso é que Triumpara não accedeu, dizendo que não queria que se suppozesse que elle abandonára os estrangeiros que se tinham confiado á sua lealdade. Nem esta grandeza de

GUIMARÃES — A SANTA VERONICA

alma do monarcha indiano envergonhou o capitão portuguez, que insistiu em partir para as costas da Arabia. Os Portuguezes residentes em Cananor mostraram-se tambem indignados com este procedimento de Vicente Sodré; é provavel porém, que os da esquadra o approvassem tacitamente. A perspectiva das presas não lhes devia sorrir menos do que ao seu chefe[2].

O resultado d'isto foi que o soberano de Calicut invadiu o reino do seu visinho, o rei de Cochim; derrotou o exercito que defendia as fronteiras, e obrigou o nobre e leal Triumpara a desamparar a sua capital. A Providencia, porém, reservava um terrivel castigo ao avarento Portuguez, que tão má idéa déra de nós aos soberanos do Malabar.

Indo fundear junto ao cabo Guardafui, n'umas ilhas que Damião de Goes chama Curia e Muria, foi avisado pelos habitantes de que o porto não era seguro com as tempestades de maio. Vicente Sodré não os quiz attender, nem aos conselhos dos capitães. Veiu uma tormenta no principio de maio de 1503. Vendo a louca pertinacia do seu capitão, os outros commandantes das naus e das caravellas foram procurar outro asylo, e só ficaram nas ilhas fataes as naus de Vicente Sodré e de Braz Sodré, que foram arrojadas á costa pela violencia do vento, e alli se despedaçaram sem se salvarem nem a carga nem a tripulação.

Assim morreu Vicente Sodré, que fôra o primeiro a revelar aos Indios a feição avara e perfida dos Portuguezes do seculo XVI.

N'esse anno de 1503 partiram de Lisboa tres expedições, duas das quaes, commandadas pelo grande Affonso d'Albuquerque e por seu primo Francisco d'Albuquerque, se haviam d'encaminhar directamente á India, e a terceira, commandada por Antonio de Saldanha, tinha por missão especial cruzar na bocca do Mar Roxo, e apresar as naus da India.

As esquadras d'Affonso d'Albuquerque e de Francisco d'Albuquerque partiram de Portugal, a primeira a 6 e a segunda a 13 d'abril de 1503. Foi comtudo a segunda que chegou primeiro á India. Seguil-a-hemos por conseguinte.

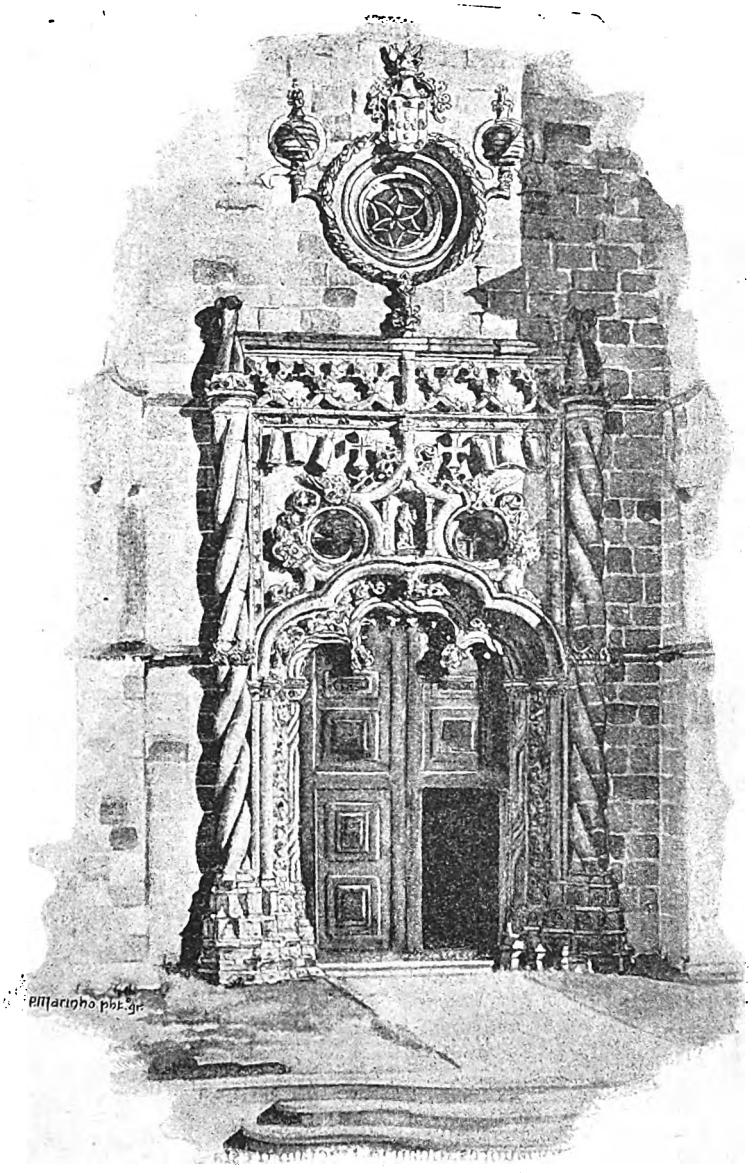
Compunha-se apenas de tres navios,

[1] Damião de Goes, *Chronica d'el-rei D. Manuel*, cap. 73. João de Barros, *Asia*, *Decada* 1.ª, livro 6.º Gaspar Correia, *Lendas da India*, Lenda V.

[2] A divisão das presas era feita da seguinte maneira: metade para a corôa, a outra metade dividia-se em cinco partes, uma para os capitães, as outras quatro para a tripulação na seguinte proporção: homens de armas 1, homens de mar 2, bombardeiros 2, pilotos 4, mestre 4. Gaspar Correia, *Lenda de Vicente Sodré*, cap. 1, pag. 340 da parte 1 do tomo 1.

Digitized by Google

um commandado pelo chefe da expedição, o outro por Pedro Vaz da Veiga, e o terceiro pelo companheiro de Vasco da Gama — Nicolau Coelho. O navio de Pero Vaz perdeu-se, e não houve d'elle mais noticias; os outros dois chegaram a Anchediva e encontraram os navios que tinham escapado ao desastre de Vicente Sodré, e outro commandado por Antonio do Campo, que se desgarrára da esquadra de Vasco da Gama. Soube então Francisco d'Albuquerque do que se passára na India depois da partida do almirante; partiu sem demora para Cananor, e ahi teve a confirmação de noticias tão desastrosas para o nosso alliado o rajah de Cochim, e tão desairosas para a honra do nome portuguez, e, dirigindo-se sem demora ao theatro da guerra logo mudou a face dos acontecimentos. Passando por deante de Calicut, assignalou a sua passagem lançando alguns balasios n'essa desgraçada cidade, que attrahira sobre si a animadversão dos nossos; depois, chegando a Cochim, encontrou-a já desamparada pelos inimigos, que as novas da sua approximação bastaram para affugentar; trouxe o rajah Triumpara, que parecia louco d'alegria, para a sua capital, e, desembarcando as tropas, em poucos dias desapossou de quasi todas as posições conquistadas o exercito do Samoudri-Rajah e dos seus alliados.



PORTICO DA EGREJA MATRIZ DA GOLLEGÃ

O rajah de Cochim não sabia como agradecer a Francisco d'Albuquerque o seu tão prompto livramento. O Portuguez comtudo, influenciado pelas idéas de conquista que já principiavam a dominar a politica de D. Manuel, resolveu aproveitar as boas disposições do Indio para edificar uma fortaleza, senão de pedra e cal, pelo menos de troncos d'arvore, uma tranqueira, como justamente lhe chama Gaspar Correia[1]. O rajah de Cochim mostrou por isso uma repu-

[1] *Lendas da India*, t. I, p. 1.ª Lenda 6.ª

Digitized by Google

gnancia instinctiva; bem percebia elle que, se uma vez deixasse os audaciosos Europeus pôr o pé nos seus dominios, seriam elles os tyrannos e elle o vassallo, mas a desunião, a politica erronea dos rajahs do Malabar iam produzir os seus fructos. Em vez de nos receberem benevolamente como a quaesquer outros mercadores, tinham-nos hostilizado e tinham-nos envolvido nas suas discordias intestinas. Começavam a soffrer-lhe as desastrosas consequencias; o rajah de Calicut, de negociantes que o enriqueciam, fizera inimigos que o arruinavam; o rajah de Cochim ia vendo os alliados transformar-se insensivelmente em dominadores.

Quando Francisco de Albuquerque andava todo azafamado na construcção da sua tranqueira, appareceu a esquadra de seu primo Affonso de Albuquerque[1]. Era no mez de setembro de 1503.

Partira elle de Lisboa no dia 6 de abril, como dissemos; compunha-se a esquadra de quatro navios, chamados S. Thiago, Espirito Santo, S. Christovam e Catharina Dias[1]. Os capitães da esquadra, segundo Damião de Goes, eram Affonso de Albuquerque, Duarte Pacheco Pereira e Fernão Martins de Almada[2]. Em logar d'este, menciona Gaspar Correia, Vicente de Albuquerque, sobrinho do capitão-mór; mas, como cada um dos escriptores citados enumera unicamente tres navios, sendo elles quatro na realidade, é possivel que não devamos substituir Vicente de Albuquerque a Fernão Martins de Almada, mas sim accrescental-o.

A esquadra navegou muito ao largo, visitou a costa do Brazil, e aportou no dia d'Ascensão á ilha que tomou esse nome, e que era a mesma a que João da Nova déra o nome de Conceição. Passando depois por Sofala, chegaram á India, tendo perdido na viagem uma nau, que foi a *Catharina Dias*. Em Cochim foram recebidos com muito alvoroço; e, ainda que o reino de Cochim estivesse já liberto d'inimigos, comtudo mostraram tanto desgosto de se verem privados da gloria que tencionavam ganhar, Affonso d'Albuquerque e Duarte Pacheco principalmente, que se resolveram ainda a fazer umas correrias contra o inimigo, correrias em que principiou a estabelecer-se a fama de Duarte Pacheco Pereira, o que moveu o Samori a pedir a paz, que logo se quebrou, parece que por culpa dos nossos, que, orgulhosos com as sus faceis victorias, começavam a tractar os Indios com o maximo despreso.

Algumas discordias se levantaram en-

---

[1] Da viagem de Affonso de Albuquerque, e do mais que se passou depois de reunidos os dois primos, temos tambem uma relação contemporanea e authentica, extrahida ainda da vasta e bella collecção de Ramusio. Essa relação é escripta por João d'Empoli, *feitor de uma náu portugueza, armada por conta dos Marchiones de Lisboa*, como o classifica o traductor portuguez d'essa relação, que a inseriu no t. 2.º das *Noticias para a historia das nações ultramarinas*. Intitula-se *Viagem ás Indias Orientaes*.

«A viagem de João d'Empoli, diz o traductor, que fórma o n.º 6.º d'esta collecção, foi emprehendida em o anno de 1503 em uma das náus em que a primeira vez foi á India o grande Affonso de Albuquerque; todos os nossos historiadores, quando tractam d'esta viagem, dizem que o dito capitão partira do Tejo em o dia 6 de abril d'aquelle anno, levando tres navios debaixo do seu commando, sem que nenhum fale no quarto, nem no feitor João d'Empoli.

«Um silencio tão uniforme faria suspeitoso este escripto, se o nome do auctor não fosse tão conhecido nas nossas historias pela segunda viagem que depois fez ás mesmas Indias como logo veremos; este motivo, e o modo abbreviado por que todos os nossos tractam esta primeira navegação de Albuquerque tiram a suspeita que póde haver sobre a sua authenticidade, ainda quando não houvesse outras razões que a demonstrassem.

Talvez que uma das causas d'este silencio procedesse de ter sido João d'Empoli empregado n'esta primeira viagem em um navio armado, não por conta da corôa, mas sim de armadores, e estes estrangeiros, como eram os Marchiones, grossos e ricos commerciantes, Florentinos de nação, então estabelecidos em Lisboa.

[1] João d'Empoli, *Viagem ás Indias Orientaes*, pag. 219 do t. 2.º da *Collecção de noticias para a historia das nações ultramarinas*.

[2] *Chronica d'el-rei D. Manuel*, cap. 77, fol. 67

[3] *Lendas da India*, t. 1.º, P. 1.ª *Armada dos Albuquerques*, cap. 1.º, pag. 374.

Digitized by Google

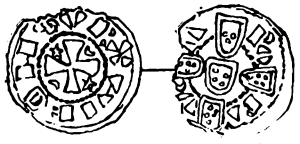
tre os dois capitães e primos ácerca da carregação de pimenta, que Francisco d'Albuquerque toda angariára para si, sem cuidar dos que viriam depois. Foi este, segundo assevera João d'Empoli [1], o motivo que levou Affonso d'Albuquerque á cidade de Coulam (hoje Quilon)[2] capital d'um outro pequeno estado indiano, que desejava muito a nossa alliança, e onde Affonso d'Albuquerque foi recebido maravilhosamente, estabelecendo lá uma feitoria, de que fez chefe Antonio de Sá de Santarem, sendo ao todo 20 Portuguezes os que ficaram[3].

Depois d'isto voltou Affonso d'Albuquerque a reunir-se com a esquadra de seu primo, e ambos partiram para o reino, deixando na India Duarte Pacheco Pereira, tanto como capitão de mar para proteger os Portuguezes, como tambem para auxiliar o rei de Cochim na guerra que o de Calicut não tardaria a fazer-lhe. As forças, de que Duarte Pacheco ficou por commandante, reduziam-se a uma nau, duas caravellas, e a chalupa d'outra nau, tripuladas por pouco mais de cem homens; a tranqueira de Cochim guarneciam-n'a outros cincoenta. Pois era com este punhado de soldados que Duarte Pacheco devia maravilhar a India, illustrar com immorredoura gloria o nome da sua patria, e merecer o nome d'Achilles portuguez.

Francisco e Affonso d'Albuquerque partiram para o reino nos fins de janeiro de 1501. A volta foi-lhes fatal, e novos naufragios a assignalaram. A tempestade dispersou-os, e nunca mais houve noticias nem de Francisco d'Albuquerque, nem de Nicolau Coelho. Nos mares, que primeiro sulcára, encontrou este companheiro heroico de Vasco da Gama um ignorado tumulo. Era a quinta vez que os Portuguezes cruzavam essa carreira fatidica, e de quantos desastres não estava já comtudo assignalada! É o caso d'exclamar com o poeta:

> Pelos nossos desastres és famoso!
> Maldito Adamastor! maldita fama!

° Tambem a nau de Pero d'Athayde se perdeu, e, com as restantes, depois de passar ainda muitos trabalhos, chegou Affonso d'Albuquerque a Lisboa no dia 24 de agosto de 1504, segundo diz Damião de Goes[1], a 16 de setembro d'esse anno, segundo assevera João d'Empoli [2], cujo testemunho se deve preferir, a não ser que ambas as datas sejam verdadeiras, marcando a chegada de differentes navios da armada, que não aportaria junta, vindo no fim aquelle em que o Florentino embarcára.



Dinheiro, de D. Affonso III

Affonso d'Albuquerque trouxe ao reino dois cavallos da Persia, que foram muito apreciados, como os primeiros que vinham a Lisboa. Graças a essas sumptuosas pareas pôde el-rei D. Manuel enviar, annos depois, ao papa Leão X a mais faustosa embaixada de que ha noticia nos annaes da diplomacia européa.

Resta-nos ainda dar conta d'uma outra armada, que n'esse mesmo anno partiu para o Oriente, e que foi a de Antonio de Saldanha. Partiu de Lisboa em maio de 1503, compondo-se de tres navios, que levavam por commandantes, além d'Antonio de Saldanha, Ruy Lourenço Ravasco e Diogo Fernandes Piteira de Setubal. A tempestade dispersou esses tres navios, que não puderam cumprir a sua missão, e que seguiram destino diverso. Antonio de Saldanha, julgando ter dobrado já o Cabo da Boa-Esperança,

[1] *Viagens ás Indias Orientaes*, cap. 2.°, pag. 223 do t. 2.° da *Collecção de noticias*, etc.

[2] Major, *Life of the prince Henry*.

[3] Damião de Goes, *Chr. d'el-rei D. Manuel*, c. 79, f. 77.

[1] *Chronica d'el-rei D. Manuel*, p. 1.ª, cap. 80 e fol 78.

[2] *Viagens ás Indias Orientaes*, cap. 4.°, pag. 228.

Digitized by Google

foi aportar a uma enseada que fica áquem d'elle, e que d'este capitão fazer alli aguada tomou o nome d'Aguada de Saldanha[1]. Diogo Fernandes foi ter á India, depois de ser o primeiro Portuguez que aportou a Socotorá; Ruy Lourenço andou pela costa d'Africa practicando verdadeiras piratarias, porque ao sultão de Zanzibar, que sempre nos tractara benevolamente, tomou elle navios, e afinal impôz tributo.

Aos olhos de D. Manuel isto tudo se desculpava. A proposito das exacções de Ruy Lourenço faz o illustrado chronista Damião de Goes as seguintes sensatas reflexões.

«Com que aução isto podia fazer, diz elle, defenda-o o mau direito da guerra e tyrannia d'elle, porque o sultão de Zanzibar estava de paz com nós outros, e nunca d'elle receberamos damno. Feitos estes males com os quaes, assim este capitão como muitos outros Portuguezes, deram mais aso de sermos malquistos em toda a costa da Ethiopia, Arabia, Persia, India até os Chins, que bem queridos, nem amados, Ruy Lourenço costeou a ilha, etc.[2]»

Estas reflexões são justissimas; devemos comtudo dizer que o que principiou a incitar a avareza dos Portuguezes e todas as más paixões que d'ellas se derivam, foi a politica adoptada por D. Manuel, de mandar os seus navios a tomarem as naus de Méca, dando-lhes assim verdadeira carta de corso, de que elles facilmente abusavam. De corsario a pirata a distancia é pouca, e logo se transpõe. Foi isso o que felizmente comprehenderam as nações modernas, quando convencionaram quasi todas ha pouco tempo supprimir completamente as cartas de corso nas guerras que entre ellas se travassem. Por causa das malditas náus de Méca, vêmos Vicente Sodré desamparar a defeza do nosso fiel alliado o rei de Cochim; por causa d'ellas vêmos ainda a esquadra d'Antonio de Saldanha dispersar-se, para assim dizermos, em forrageadores, e andar pirateando na costa d'Africa em vez de se dirigir para a India a auxiliar os heroicos esforços de Duarte Pacheco.

Mas desviemos os olhos d'estes quadros repellentes, e fitemol-os no esplendor das façanhas, verdadeiramente homericas, de Duarte Pacheco. Foi um escriptor estrangeiro, Ferdinand Denis, que chamou ás acções de Duarte Pacheco «prodigiosos feitos d'armas cuja lembrança domina a historia da conquista, e de que as narrativas contemporaneas não offerecem segundo exemplo».

Esse heroismo sobre-humano era digno de que a musa de Camões lhe consagrasse exclusivamente um poema; era porém mais alto o intuito do nosso grande poeta nacional, e, por muito que elle exalte o valor dos individuos, sente-se que o heroe do seu poema, o que faz com que a sua lyra se desate em canticos immortaes, é esse heróe, personagem collectiva, é a raça de valentes que vivia na terra lusitana. «Para Eschylo, diz um célebre critico e academico francez analysando a tragedia dos *Persas*, a grande batalha da Salamina tem apenas um heroe, que não é nem Themistocles, nem Aristides, mas o proprio povo atheniense[1]».

Da mesma fórma, para Camões o heróe de todas essas homericas batalhas, que tão bem descreve, não é este ou aquelle general, mas sim o povo portuguez, esse povo intrepido, cuja alma épica n'elle revivia, e que lhe deve o monumento immortal da sua gloria extincta.

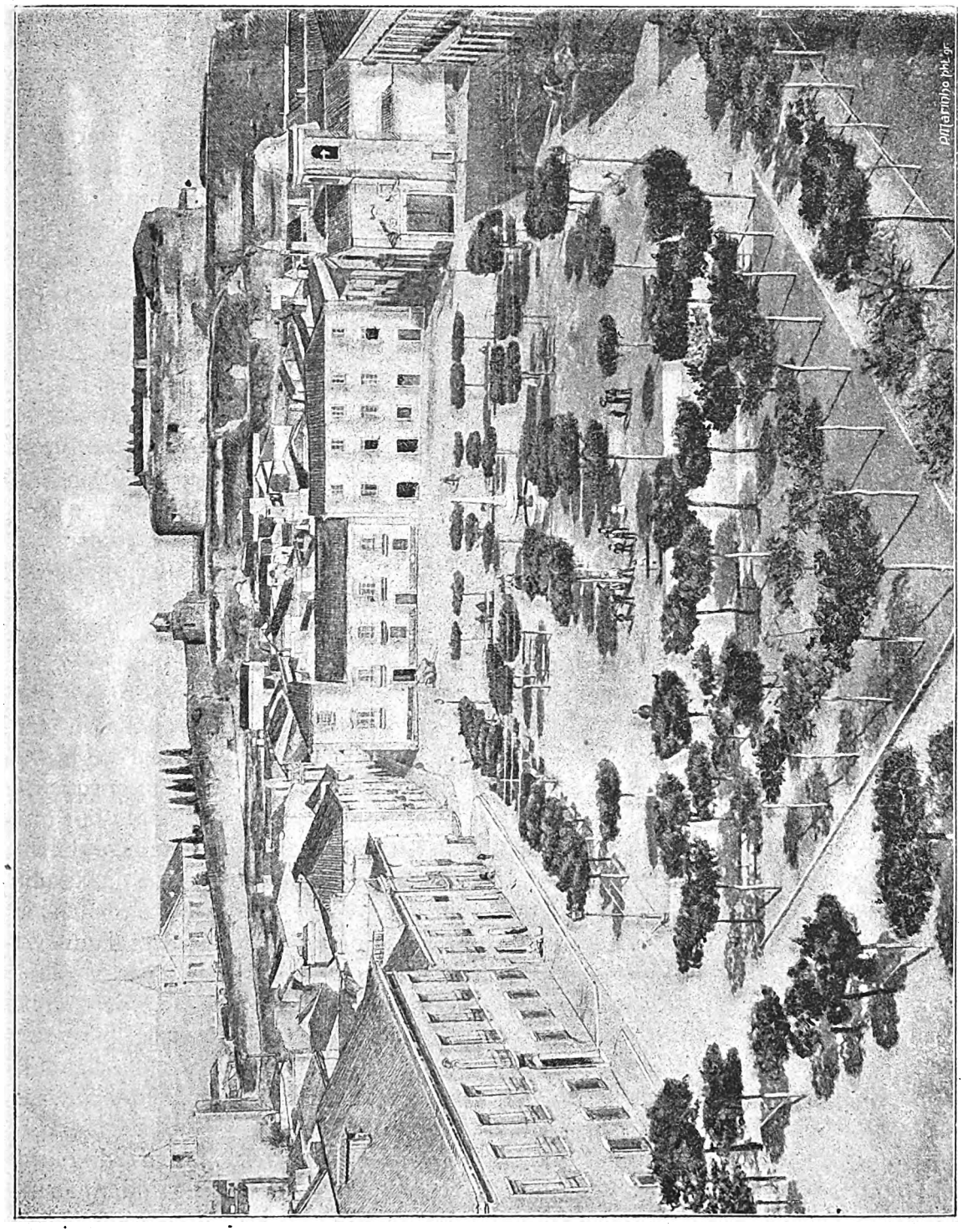
---

[1] Alexandre Magno de Castilho deduz do que escreve João de Barros, que a Aguada de Saldanha fica onde hoje se chama Bahia da Meza. *Descripção e roteiro*, etc., tomo 2.º, pag. 308, nota 1.

[2] Damião de Goes, *Chronica d'El-rei D. Manuel*, cap. 81, fl. 79.

[1] M. Patin, *Etudes sur les tragiques grecs Eschyle*, pag. 243. (3.ª edição, Paris, 1865).

Digitized by Google



VISTA DE VILLA VIÇOSA

Digitized by Google

CAPITULO XXX

Victorias de Duarte Pacheco.—Expedição de Lopes Soares de Albergaria

EIXANDO, por abbreviarmos, as pequenas expedições maritimas de Duarte Pacheco, expedições em que fez importantes presas, cheguemos já ao momento decisivo para a conquista portugueza, aquelle em que o Samoudri-Rajah, pondo-se á frente de uma colligação de quasi todos os soberanos do Sul do Malabar, se preparou para destruir Cochim, e encontrou na sua frente o heroe portuguez a contrastar-lhe as iras com um punhado d'homens, que mal equivaliam a uma companhia d'um regimento francez da actualidade.

O exercito de Calicut sommava ao todo cincoenta mil homens, e uma esquadra de cento e sessenta navios de remo. Ainda que estejamos habituados a desconfiar das exaggerações dos nossos chronistas, não podemos achar inverosimil este numero logo que pensarmos que o Samori, como o seu titulo de rei da costa o indicava, era o mais poderoso de todos os soberanos do Malabar, e que os alistára todos debaixo da sua bandeira, á excepção do de Cananor e de Coulam, pelo menos ostensivamente; porque, a falarmos a verdade, a paz que o Samori conservava com estes dois rajahs, emquanto guerreava com tanta tenacidade o de Cochim, faz-nos suspeitar que elles seguiram a politica de temporizações, tão favorita dos Orientaes, e conservariam assim a tolerancia das duas potencias contendoras.

Em março de 1504 este formidavel exercito pôz-se em marcha para Cochim, onde todos se julgaram perdidos, a ponto do pobre rajah dizer a Duarte Pacheco Pereira que era excusado sacrificar-se n'aquella ruina completa, e que mais valia que fosse invernar ás costas da Arabia, como fizéra Vicente Sodré. «Duarte Pacheco, diz Damião de Goes, que, sobre ser muito bom cavalleiro, era demasiadamente colerico e agastado; movido d'estas palavras, segundo se n'elle viu, esteve quasi para arremetter a el-rei: comtudo, cheio de colera, lhe disse que confiava tanto em Deus que havia de prender el-rei de Calicut, e preso o mandar a Portugal, que descançasse e fizesse a sua gente prestes, que quanto á portugueza não tinha que duvidar[1]». Devia ser curioso se o pobre Triumpara ainda levava pancada para ser defendido!

A cidade de Cochim está situada n'uma peninsula junto da foz d'um rio, de forma que é de facil defeza, porque demais a mais a foz é defendida por muitos bancos d'areia. Ha principalmente n'esse rio um váu chamado de Cambalam, onde um punhado de homens intrepidos póde suster o impeto d'um exercito. Foi ahi que Duarte Pacheco dispôz a principal defeza; no passo de Cambalam tinham de ser as novas Thermopylas, onde um novo e mais feliz Leonidas havia de destroçar o immenso poder do Xerxes indiano.

As suas pequenas forças dividiu-as Duarte Pacheco da seguinte maneira: deixou a bordo da nau o mestre Diogo Pereira commandando vinte e cinco homens, munidos de artilheria bastante

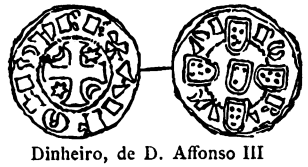
[1] Damião de Goes, *Chronica del-rei D. Manuel*, p. 1.ª, cap. 85, fol. 82.

Digitized by Google

para defeza da cidade; na tranqueira ficou governando o feitor Diogo Fernandes Correia á testa de trinta e nove homens. Comsigo levou Duarte Pacheco uma caravella e as duas chalupas, porque a outra caravella estava a concertar-se. Na caravella, commandada por Pero Raphael, iam vinte e seis homens, n'uma das chalupas Diogo Pires com vinte e tres homens, e na outra o mesmo Duarte Pacheco Pereira á testa de vinte e um homens. Eram ao todo setenta, fóra os tres capitães. Acompanhavam-n'o tambem quinhentos naires do rei de Cochim, a que depois vieram juntar-se outros quinhentos e mais quatro espingardeiros portuguezes, que lhe levou um tal Lourenço Moreno. Sem descontar os chefes, eram ao todo setenta e oito portuguezes, e mil naires os que Duarte Pacheco Pereira commandava[1].

Foi no dia 17 de março de 1504 que Duarte Pacheco chegou ao passo de Cambalam. Logo teve que affugentar uma pequena vanguarda do exercito de Calicut, e não tardou que apparecesse o Samori á testa das suas numerosas tropas.

Tinha elle ao seu serviço dois habeis bombardeiros italianos, que foram á India nas nossas naus, e que, ou attrahidos pelas riquezas do Samori, ou atemorizados pelo seu grande poder, para lá lhe passaram da primeira vez que o Samori veiu tomar Cochim. Quando houve um principio de negociações de pazes entre Francisco de Albuquerque e o Samori, debalde o capitão portuguez exigiu a entrega dos transfugas. Prestavam-lhe bastantes serviços para que o rajah de Calicut facilmente os dispensasse, e foram elles effectivamente que n'esta campanha lhe combinaram os melhores estratagemas, e o habilitaram a servir-se soffrivelmente da sua numerosa artilheria e a seguir, o melhor que podia, a tactica europea.



Dinheiro, de D. Affonso III

Vinham bem preparados os paráos e outros navios de remo que formavam a esquadra do rei de Calicut, mas o passo era estreito, e Duarte Pacheco, atando umas ás outras a caravella e as suas chalupas com grossas cadeias de ferro, tomou-o completamente e anniquillou assim a superioridade do inimigo. Formára o rei de Calicut uma especie de jangada com oito paráos unidos, que deviam romper a passagem com a força do impulso, mas a nossa artilharia bem montada, e melhor dirigida do que a do inimigo, arrombou-lhe uma parte dos paráos, e dispersou-lhe a jangada. Pelo lado de terra não foi o Samori mais feliz; aos seus ataques sem ordem oppunha Duarte Pacheco a solida resistencia da sua disciplinada e bem unida, posto que pequenissima, phalange. Esta superioridade da constancia e da firmeza foi sempre o que deu aos Europeus, desde o tempo das guerras dos Gregos com os Persas, uma decidida vantagem sobre os numerosos, tumultuosos e desligados Orientaes.

Os Indios do nosso lado tambem não tinham mostrado muito mais firmeza do que os inimigos; aquelles que pelejavam

[1] Ferdinand Denis, elogiando immensamente os feitos de Duarte Pacheco, attribue comtudo ás suas forças o algarismo de novecentos Portuguezes! N'esse caso nada teriam de maravilhoso taes feitos. Que novecentos Europeus, bem fortificados, bem disciplinados, repulsem um exercito de cincoenta mil Indios, aggregados confusamente, não é caso que espante, e rarissimas vezes, em circumstancias mais criticas, attingiu a esse algarismo um exercito portuguez na India. Demais, a inverosimilhança é patente. A esquadra dos Albuquerques chegou á India com cinco navios, com outros quatro que juntou a si perfez nove. Se nos lembrarmos de que a esquadra de Pedro Alvares Cabral, composta de treze navios dos maiores, apenas levava a bordo mil e duzentos homens, facilmente nos convenceremos de que a esquadra toda dos Albuquerques estaria muito longe de ter novecentos homens. Voltou quasi toda ao reino; vinha sem gente? Alem d'isso os algarismos apresentados por Damião de Goes, que decerto os colheu das participações officiaes, da mesma fórma que João de Barros, são precisos e circumstanciados.

Digitized by Google

na caravella, rodeados pelos Portuguezes, tinham feito das fraquezas forças e da necessidade virtude; os outros, porém, aos primeiros tiros, fugiram a bom fugir, caminho de Cochim.

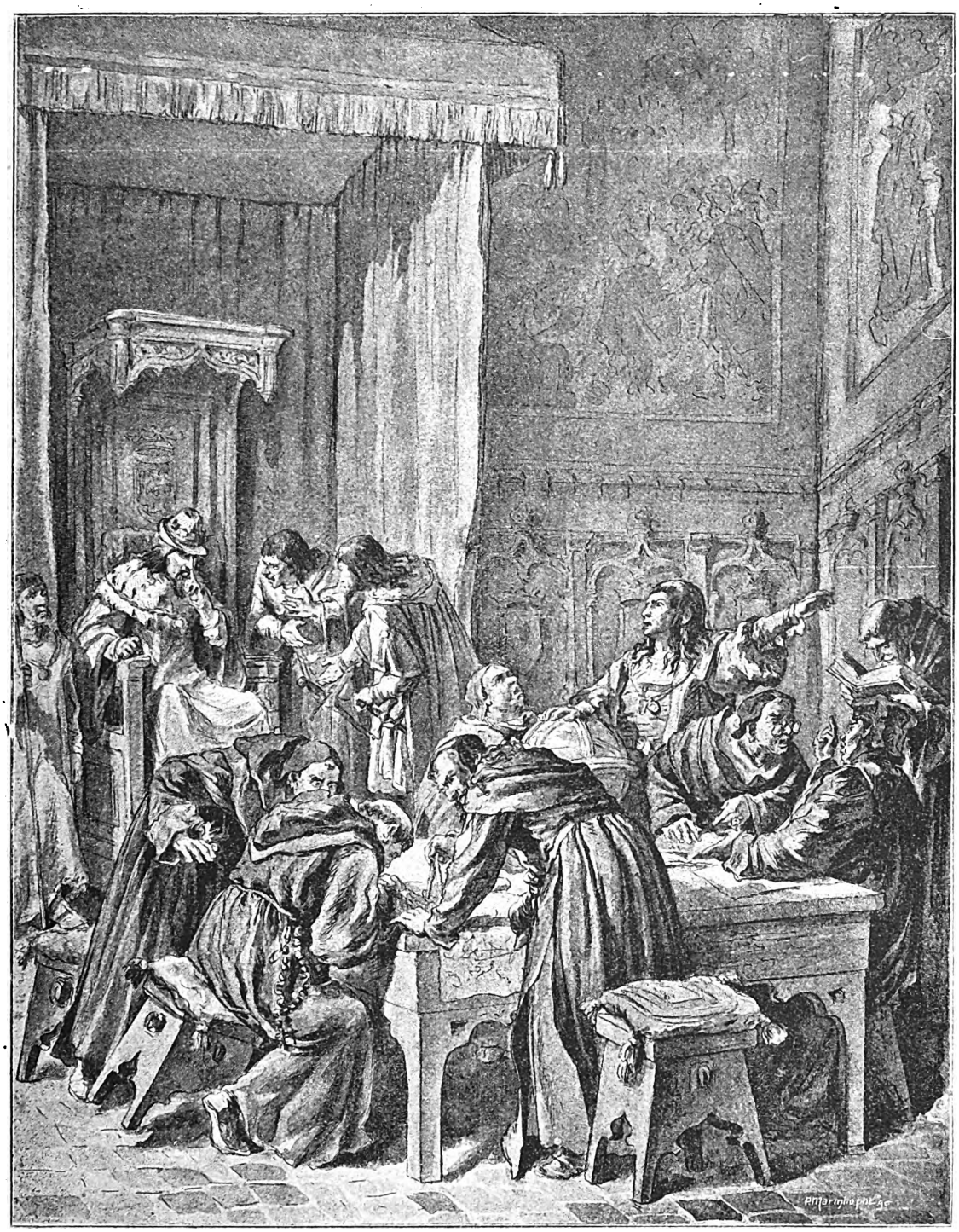
O resultado d'este primeiro combate foi motivo de grande espanto para os Indios, tanto alliados como inimigos; não podiam elles comprehender como um punhado d'homens tinha ousado resistir a tão numerosa hoste. Factos d'esses foram sempre para elles incomprehensiveis, e comtudo sempre se renovaram, porque bastava para que se dessem, a consciencia que os Europeus tinham da sua superioridade, a sua natural constancia e a disciplina a que deviam a maior parte dos seus triumphos, o que fez tambem que elles rareassem quando a indisciplina, juntamente com outros vicios, se inoculou nas legiões portuguezas.

A primeira batalha do passo de Cambalam fôra effectivamente maravilhosa; as perdas tinham sido immensamente desproporcionadas, enormes da parte dos inimigos, diminutissimas da nossa parte. El-rei de Calicut não se podia recobrar do assombro, e comprehende-se bem como todas as outras victorias, que se seguiram a esta, deviam ser faceis em comparação da primeira. O inimigo perdera logo completamente a força moral.

D'ahi a dias voltou effectivamente o rajah de Calicut a intentar a empreza, e, para ser n'ella melhor succedido, como suppunha que do valor pessoal de Duarte Pacheco é que toda a resistencia procedia, procurou chamal-o a outro sitio com uma diversão, mandando uma parte da esquadra por um outro braço do rio de Cochim atacar a nau que estava em frente da cidade. O ardil colheu, porque Duarte Pacheco voou em soccorro da nau; mas a parte principal da esquadra de Calicut encontrou na caravella e na chalupa que ficára em Cambalam a mesma resistencia tenaz, e Duarte Pacheco, voltando logo á primeira posição, restabeleceu o combate, e fez recuar a armada inimiga, que no dia seguinte voltou á carga. Então Duarte Pacheco empregou nova tactica, deixou os inimigos approximar-se quasi a alcance de lançada, e disparou-lhes á queima roupa toda a sua artilheria. Pode-se imaginar o estrago produzido; desanimou por muito tempo o Samori de tentar novas emprezas.

Este espectaculo d'uma lucta por tal fórma desproporcionada entre setenta homens e cincoenta mil, é, á primeira vista, d'uma estranheza tal, que faz com que o accusemos de inverosimil. Essa estranheza comtudo desapparece, logo que se reflicta por um momento na situação dos dois antagonistas. Estava demonstradissimo, desde o primeiro combate, que o passo de Cambalam era por tal fórma defensavel, que, sem perdas immensas, não era possivel rompel-o, por muito diminuto que fosse o numero dos defensores. Um general que conhecesse os mais rudimentares elementos de estrategia, em vez de operar uma diversão, como fez no primeiro dia, torneava a posição de Duarte Pacheco, envolvia-o, e obrigava-o forçosamente a render-se ou a morrer com os seus setenta homens e os seus naires fieis, desde o primeiro até ao ultimo. Porém o rei de Calicut, como um touro bravo, obstinava-se a romper de frente o obstaculo, julgando impossivel que um punhado de homens lhe resistisse, e com essa obstinação perdia uma grande parte das vantagens que lhe podiam provir da superioridade do numero; em cada batalha ia diminuindo a força moral do seu exercito, o numero dos seus soldados, o dos seus navios, e ao mesmo tempo augmentando a confiança dos Portuguezes e augmentando tambem o numero dos defensores, porque os naires de Cochim, animados por tão inesperadas victorias, enthusiasma-

Digitized by Google



ENTREVISTA DE D. JOÃO II COM CHRISTOVAM COLOMBO

dos e um pouco envergonhados pela coragem dos seus alliados, vinham a cada instante juntar-se-lhes, e combater (porque emfim o valor é mais ou menos contagioso) quasi com tanta firmeza como as tropas europêas. N'estes combates, e intervallos procedentes da desanimação do Samori, foi correndo o tempo e chegava-se já aos fins de abril de 1504.

No principio de maio tentou o rei de

Digitized by Google

Calicut passar por outro vau, aonde as nossas caravellas não podiam chegar, porque, vasando a maré, ficava o sitio quasi a secco. Mas ainda Duarte Pacheco manobrou de modo, que o rajah de Calicut apenas ganhou com a mudança de local uma nova derrota. Effectivamente, como já tinha a segunda caravella concertada, Duarte Pacheco deixou-se ficar a meia legua do vau enviando os bateis ao proprio sitio onde o rajah tencionava passar. Debalde a esquadra tentou forçar a passagem; encontrou deante de si, como um muro de ferro, as duas caravellas, que a varejavam com a sua artilheria sempre certeira; as chalupas vieram logo ajudal-o deixando o váu simplesmente defendido pela maré cheia. Quando vasou a maré, e que houve noticia de que o exercito da terra ia começar a atravessar o passo, Duarte Pacheco fez um supremo esforço, repelliu de subito, por uma violenta investida, a esquadra indiana, e, subindo o rio, foi apparecer repentinamente no vau, aterrando com a rapidez da sua apparição os Indios, que mal podiam conceber esta como que ubiquidade de Duarte Pacheco. Era n'isto que fazia maravilhas o valente Portuguez. Tão depressa estava n'um ponto como apparecia n'outro; a tudo fazia frente com a sua pequena phalange, que parecia multiplicar-se, e aproveitando habilmente cada incidente de terreno, cada banco d'areia, cada desfiladeiro, se assim nos podemos exprimir, de um rio tão defensavel, derrotava todos os projectos d'esses pobres Indianos, que não tinham as mais leves noções de estrategia, e que desanimavam com a maior facilidade.

Tornava-se necessario comtudo que Duarte Pacheco empregasse todos os recursos da tactica européa para contrastar tantos inimigos. Ha um dito de Gaspar Correia que explica qual o motivo por que estas maravilhas poderam ser realidades. «Porque viu, diz elle, que toda a festa havia de ser artilheria[1]». Effectivamente, ao passo que o exercito de Calicut se compunha, pela maior parte, de frécheiros e homens armados de lanças de arremesso, tendo quando muito trezentos ou quatrocentos espingardeiros, e trinta bombardas de que mal se serviam, os nossos estavam bem munidos de peças de differentes calibres, que, pela conta de Damião de Goes, eram dezoito ao todo, e além d'isso de panellas de polvora, e de quantos inventos conhecia a arte pyrotechnica do seculo XVI. Empregára tambem os soldados de Cochim, que para pouco mais lhe serviam, em fortificar de todos os modos os vaus, erriçando-os d'estacaria, e tornando-os impossiveis de atravessar, sem grande trabalho, para o exercito de Calicut. Comtudo a quinta batalha, que se deu nos vaus, foi aquella em que esteve mais em perigo Duarte Pacheco e os seus bravos companheiros, que estiveram quasi a convencer-se de que era chegado o seu ultimo dia. Como effectivamente a pequena força de Duarte Pacheco estava já muito reduzida pelos successivos combates, em que, apezar da sua perda ser sempre quasi nenhuma em comparação da do inimigo, lhe falleciam soldados que elle não podia substituir, teve o capitão portuguez de confiar a defeza da estacaria aos naires de Cochim, que abandonaram o seu posto no mais importante ensejo. Era tal o estrondo dos tiros e a fumarada que enchia o ar, que estiveram os Portuguezes das chalupas muito tempo sem perceberem que os Indios tinham fugido. Quando perceberam, já o perigo era enorme, e, apezar das amiudadas descargas com que os nossos rareavam os assaltantes, estes, animados pela esperança da victoria, seguiam para deante, cortando as estacas e

[1] Gaspar Correia, *Lendas da India*, t. 1.º, P. 1.ª, Lenda 7.ª, pag 438.

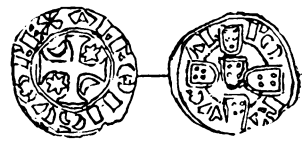
Digitized by Google

sempre ganhando terreno. Já os nossos se julgavam perdidos, porque a chalupa de Duarte Pacheco estava completamente cercada de inimigos, a ponto d'estes deitarem as mãos aos remos; a outra chalupa era commandada por Christovam Juzarte, que ficára com esse commando quando Diogo Pires fôra reassumir o da sua caravella concertada. E' claro que, em tão deseguaes pelejas, o modo como os nossos conservavam a sua superioridade era tendo sempre com a sua artilheria o inimigo a distancia, porque a lucta corpo a corpo tornava-se impossivel, ainda que fosse cada um dos nossos soldados um Hercules. Ora, foi isso exactamente o que succedeu n'essa batalha, graças á covardia dos guerreiros de Cochim: Duarte Pacheco achou-se envolvido e perdido na massa immensa dos inimigos.

Mas ao mesmo tempo a maré vinha a encher, a apparição das ondas espumeas que referviam subindo pela foz do rio, e que lhes annunciavam a salvação, redobrou a coragem dos nossos; os braços como que se multiplicavam para darem fogo ás peças e para apontarem as espingardas, tornando ininterrupta a fuzilaria e a canhonada.

Ao mesmo tempo as caravellas, que por falta de fundo não podiam vir ajudar Duarte Pacheco, pozeram-se em movimento; a força da agua, invadindo a estacada, obrigou os Indios a retrocederem, e a victoria coroava mais uma vez os esforços sobre-humanos de Duarte Pacheco e dos seus companheiros.

O rei de Calicut estava completamente desanimado, porque demais a mais uma doença cruel entrou-lhe no acampamento, e fez immensos estragos. Não podendo vencer pela força, quiz recorrer á manha, e procurou envenenar os poços que forneciam d'agua os Portuguezes. Estes, porém, eram avisados de tudo pelos espiões, o que facilmente se percebe quando reflectirmos na organização das castas na India, que, annullando a idéa da patria nos membros das castas inferiores, faz com que estes, sem o minimo escrupulo, atraiçoem os seus. Vendo que o estratagema não colhia, quiz o Samori dar um ultimo e mais terrivel combate em que empenhou todas as suas forças.



Dinheiro, de D. Affonso III

N'esta sexta batalha vieram, na frente da esquadra, uns brulotes cheios de estopa e alcatrão e outros combustiveis, que deviam ser arrojados ás caravellas, e no fim da esquadra oito altos castellos de madeira bem precavidos contra as ballas de artilheria dos nossos e forrados de ferro, de uma altura tal que dominavam completamente a nossa esquadra. Ao mesmo tempo marchava por terra o exercito. Estes ardís, por fim de contas bastante primitivos, todos foram logrados pela intelligencia de Duarte Pacheco. Mandára elle pôr na frente das caravellas, e a tiro de pedra de distancia, uma jangada amarrada solidamente, e chapeada de ferro. Alli esbarraram os brulotes, e consumiram-se inoffensivamente, proporcionando até descanço aos nossos. Os castellos lá deram mais que fazer, porque os primeiros tiros da nossa artilheria encontraram-n'os invulneraveis, e entretanto choviam sobre as caravellas as ballas e as settas, mas ao sexto ou ao septimo tiro de um camello, que assim se chamavam umas peças d'artilheria de calibre mais forte, os castellos foram derrubados.

Entretanto os naires do rei de Cochim, envergonhados da sua fuga anterior, e sustentados por alguns Portuguezes, defenderam valentemente o passo ao exercito de Calicut, e o Samoudri-rajah teve de retirar mais uma vez, vergonhosamente derrotado.

Ainda outros dois combates, d'essa

Digitized by Google

vez insignificantes, tentou o soberano de Calicut; mas o desengano apoderára-se d'elle, e afinal retirou, de tal modo desanimado que, deixando a corôa, se recolheu ao seio d'essa especie de conventos, onde alguns brahmanes, designados pelo nome de *Bramatchari*, passam a vida em penitencia. Dizem os nossos chronistas que perdera dezoito mil homens, treze mil por doenças, e cinco mil nos combates, que foram seis principaes. A campanha durou desde o meiado de março até ao fim de julho. A perda dos nossos não a dão ao certo os chronistas que temos agora á vista, mas devia estar bastante reduzida a pequena força, em cujo numero exacto os chronistas tambem discordam, chegando Gaspar Correia a attribuir-lhes seis caravellas, e umas poucas de chalupas, e muito mais de duzentos Portuguezes de peleja. Este ultimo numero seria decerto mais verosimil, á vista das façanhas practicadas, se não pensassemos: 1.º que a armada dos Albuquerques, pequena como era, não podia ter deixado mais de duzentos homens a Duarte Pacheco; 2.º que Gaspar Correia enumera muito por alto, emquanto Damião de Goes, tendo á vista as participações officiaes, marca os algarismos; 3.º que além de Gaspar Correia ser evidentemente inexactissimo em tudo quanto narra por ouvir dizer, é ainda menos digno de credito na historia de Duarte Pacheco, onde lhe inventa um filho, Lisuarte Pacheco, reconhecido como perfeitamente fabuloso pelo proprio Rodrigo Felner, panegyrista e editor do amanuense d'Albuquerque.

Embora comtudo não possâmos fixar com absoluta certeza o numero dos Portuguezes que pelejaram debaixo das ordens de Duarte Pacheco, vemos que o escriptor que mais se alarga n'esse algarismo, lhe dá apenas novecentos homens para resistir a cincoenta mil. Ora, esse algarismo é que é absolutamente impossivel, e devemos confessar que acreditâmos firmemente nos setenta e oito de Damião de Goes, acaso reforçados successivamente pelos que guarneciam a tranqueira de Cochim, quando se percebeu que a sorte da guerra se devia decidir nos váus. Em todo o caso o nosso grande poeta Mendes Leal, ao exaltar as façanhas dos Portuguezes na India, não só não exaggera, mas ainda fica muito áquem da verdade quando fala.

Nas homericas bataihas
De quarenta contra mil

Salvo Cochim do perigo, partiu Duarte Pacheco logo para Coulam, onde os negociantes arabes, por julgarem o nosso poder arruinado, se tinham sublevado contra o feitor Antonio de Sá, sublevação que foi immediatamente applacada, quando se teve a noticia da primeira victoria de Duarte Pacheco. Este não encontrou senão gente a humilhar-se, e, vendo que não era possivel esclarecer o que se passára, contentou-se d'arranjar carga, voltando depois a cruzar nas costas do Malabar, onde chegou d'ahi a pouco tempo Lopo Soares d'Albergaria com uma poderosa esquadra de treze vélas e mil e duzentos homens, que partira de Lisboa em abril de 1504. Sabendo em Quilôa do que se passava na India, apressou a viagem, e chegou a Cochim em setembro d'esse anno, tendo primeiro bombardeado Calicut. O rei de Cochim recebeu o novo capitão com as maximas honras, e Lopo Soares tambem tractou Duarte Pacheco Pereira, como ao homem que mais honrára na India o nome portuguez. Foram ambos depois dar uma saltada a Cranganor, onde estavam as reliquias do exercito do Samori, que derrotaram, completando assim os desastres do malaventurado soberano de Calicut. Depois de completa a carregação, Lopo Soares preparou-se para partir para o reino, levando comsigo Duarte Pacheco, apezar da

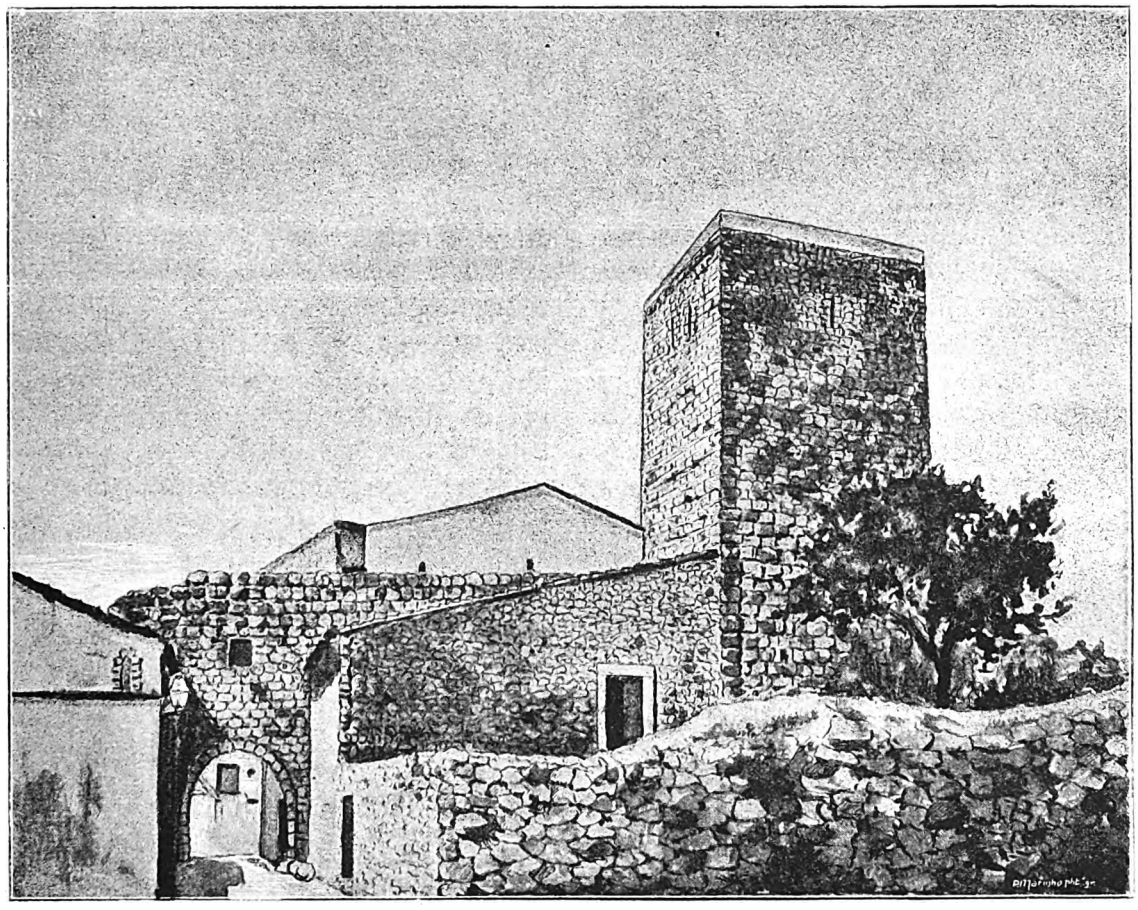
Digitized by Google

resistencia do rei de Cochim, que se julgava perdido com a partida do seu heroico defensor. Quiz elle recompensal-o dando-lhe terras e riquezas, mas o heroico portuguez, com o desinteresse d'um heroe de Plutarcho, tudo regeitou, allegando que não fizera senão servir a el-rei D. Manuel, e que d'elle esperava a recompensa. Fazia bem!

O rei de Cochim, não querendo comtudo deixar sem premio o heroe a quem elle vira practicar estupendas façanhas, informando-se dos costumes dos Europeus em taes circumstacias, pediu a algum portuguez, perito em heraldica, a idéa d'um brasão que podesse outhorgar a Duarte Pacheco, e que lembrasse as suas victorias. Depois concedeu-lhe o uso d'elle n'um diploma que lhe fez passar. Ingenua prova de reconhecimento d'esse pobre régulo indiano, cujo coração singelo e bom envergonha as almas orgulhosas dos altivos soberanos portuguezes!

Voltando a Portugal, ainda Lopo Soares destruiu umas náus dos Mouros, que se achavam preparando para partir para a Arabia. A 22 de julho de 1505 entrou Lopo Soares em Lisboa, tendo deixado na India por capitão de mar Manuel Telles Barreto, com quatro náus.

El-rei recebeu com muito jubilo Lopo Soares, porque foi a sua frota a que trouxe a Portugal mais preciosa carga d'especiarias. Duarte Pacheco foi tambem recebido com muita honra: a sua fama precedêra-o. Foi levado em procissão pelo proprio monarcha de bordo á Sé, e da



PORTA DE MONTALVÃO

Digitized by Google

Sé a S. Domingos, indo ao lado do rei D. Manuel. O bispo de Vizeu, D. Diogo Ortiz, fez uma eloquente predica em que exaltou as façanhas do grande capitão, e por algum tempo foi o *Achilles Lusitano* o heroe da voga. «Mas, diz Damião de Goes, o fim d'estas honras, em galardão de tantos serviços e d'outros que Duarte Pacheco depois fez a el-rei, como se ao deante dirá, foi de qualidade que se póde d'elle tomar exemplo para os homens se guardarem dos revezes dos reis e principes, e da pouca lembrança que muitas vezes têem d'aquelles a que são em obrigação, porque a maior mercê que Duarte Pacheco alcançou pelo premio dos taes serviços foi a capitania de S. Jorge da Mina, d'onde por capitulos que d'elle deram o mandou el-rei trazer ao reino em ferros, e, sem lh'os tirarem dos pés, esteve muito tempo preso na cadeia, até que, por se saber serem parte das culpas que lhe punham falsas, e as outras tão leves, que em um tal homem não podiam ter nome de culpas, o soltaram, tão pobre como o era quando foi para a Mina. Assim viveu todo o mais decurso da sua vida, com muito desgosto e em tanta pobreza, que seu filho unico legitimo, João Fernandes Pacheco, e sua mãe, que ao presente vivem, por lhes elle não deixar fazenda para se poderem manter como devem, passam tão estreita vida que são constrangidos a viver, elle não como os seus proprios serviços (além dos de seu pae) merecem, e ella do pouco que lhe elle póde dar, e d'esmolas que lhe fazem pessoas honradas. Este foi o galardão que Duarte Pacheco houve em satisfação de tão grandes e memoraveis serviços como foram os que fez á corôa d'estes reinos. [1]»

Que palavras nossas poderiam substituir esta pagina eloquente? Que invectivas de historiador democratico podem valer tanto como estes singelos periodos, em que o chronista palaciano, quasi sem proferir o nome d'el-rei D. Manuel, lhe dirige comtudo mudamente uma tão vigorosa accusação!

CAPITULO XXXI

Continuação do reinado de D. Manuel — Seu casamento com a infanta D. Maria de Hespanha —As praças da Africa

DISTRAHIDOS com os negocios da India, temos deixado correr a politica portugueza sem lhe seguirmos as vicissitudes. A razão tambem é simples: não as tinha; desde que se descobriu o caminho para a India, toda a attenção do governo portuguez alli se concentrou; passaram a ser-nos completamente indifferentes os negocios da Europa, e como que nos separámos da parte do mundo a que pertenciamos, erro grave que, se nos arredou das complicações da politica europêa, fez com que tambem a Europa se fosse esquecendo de nós, e nos desamparasse completamente, quando soou a hora fatal em que perdemos a independencia.

Dois annos depois da morte da rainha D. Izabel, casou el-rei de Portugal com sua cunhada D. Maria, filha dos reis catholicos. Foi no dia 24 de agosto de 1500 que este casamento se effectuou; nego-

[1] Damião de Goes, *Chronica d'el-rei D. Manuel*, P. 1.ª cap. 100, fl. 102.

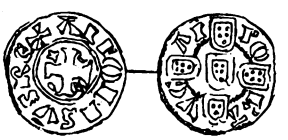
Digitized by Google

ciára-o Ruy de Sande, que recebera por isso em recompensa o titulo de Dom, e varias tenças e commendas. Era pouco mais ou menos o mesmo que se déra a Vasco da Gama! No tempo d'el-rei D. Manuel merecia a pena ser-se heroe em Portugal!

Por essa occasião tambem D. Manuel accrescentava ao dictado de que até então usavam os reis, o seu complemento definitivo. Foi desde o principio do seculo XVI que os nossos soberanos tomaram os seguintes titulos: «F. por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves d'áquem e d'além mar em Africa, senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India.» Bem podia dizer el-rei D. Manuel que tudo isso era por graça de Deus e de tantos heroes, que deixava morrer ao desdem e ao desamparo.

Da indifferença habitual de D. Manuel pela politica europêa sahiu, uma vez, á voz do Papa, afim de soccorrer os Venezianos ameaçados nas suas possesões da Grecia pelos Turcos. D. Manuel enviou em soccorro da republica italiana uma esquadra composta de trinta vellas, e de tres mil e quinhentos homens de peleja, debaixo do commando de D. João de Menezes, conde de Tarouca. Partiu a esquadra de Lisboa a 15 de junho de 1501, e voltou a Portugal no dia 25 de dezembro do mesmo anno. Foi desnecessaria a sua ida, porque o sultão, vendo que os principes christãos se moviam para defender o Papa, achou mais prudente desistir da empreza. O que torna curiosa esta expedição é que, partindo a esquadra para combater os Turcos, a unica preza que fez foram dois navios genovezes, e a unica batalha que travou foi uma desordem com os Venezianos em Corfú, onde morreram setenta dos nossos, e muitos tambem dos estrangeiros.

A partida d'esta esquadra impedira D. Manuel de realizar o projecto favorito dos reis portuguezes, de passarem á Africa, para emprehenderem algumas conquistas. A guerra da Africa era incessante, como foi nos primeiros vinte annos de conquista para os Francezes a campanha d'Alger. Era uma optima eschola guerreira, onde se adextravam os nossos cavalleiros da India. Aqui os adversarios eram muito mais sérios do que os do Oriente, e o proveito muito menor; combatia-se pela honra; mas que façanhas os nossos alli practicavam! Nas continuadas razzias das fortalezas africanas encontrâmos a cada instante nomes de cavalleiros, que depois se illustraram na India. N'estes primeiros annos do seculo XVI D. João de Menezes, commandante d'Arzilla, foi heróe d'essa pequena guerra, e o terror dos Mouros. Ousou ir ao porto de Larache com tres navios aprisionar oito nas barbas dos Mouros, e Alcacer Kibir mais de uma vez padeceu cruelmente com as suas expedições. Auxiliaram-n'o valentemente os dois capitães successivos de Tanger, D. Rodrigo de Monsanto, e o conde de Tarouca, depois de voltar de Corfú. Na guarnição de Arzilla, como aquella onde mais probabilidades havia de se practicarem bellos feitos de armas, serviam os mais valentes dos cavalleiros portuguezes, taes como Francisco Pereira Pestana, e Diogo Viegas, que era um verdadeiro Ferrabraz. N'estas campanhas sanguinolentas, infructiferas, mas não inglorias, encontramos fazendo as suas primeiras armas D. Lourenço de Almeida, o filho de D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da India. Mas este grande nome chama de novo a nossa attenção para os negocios do Oriente. D. Manuel decide-se a tomar definitivamente pé n'essa vasta peninsula, onde o commercio se não



Dinheiro, de D. Affonso III

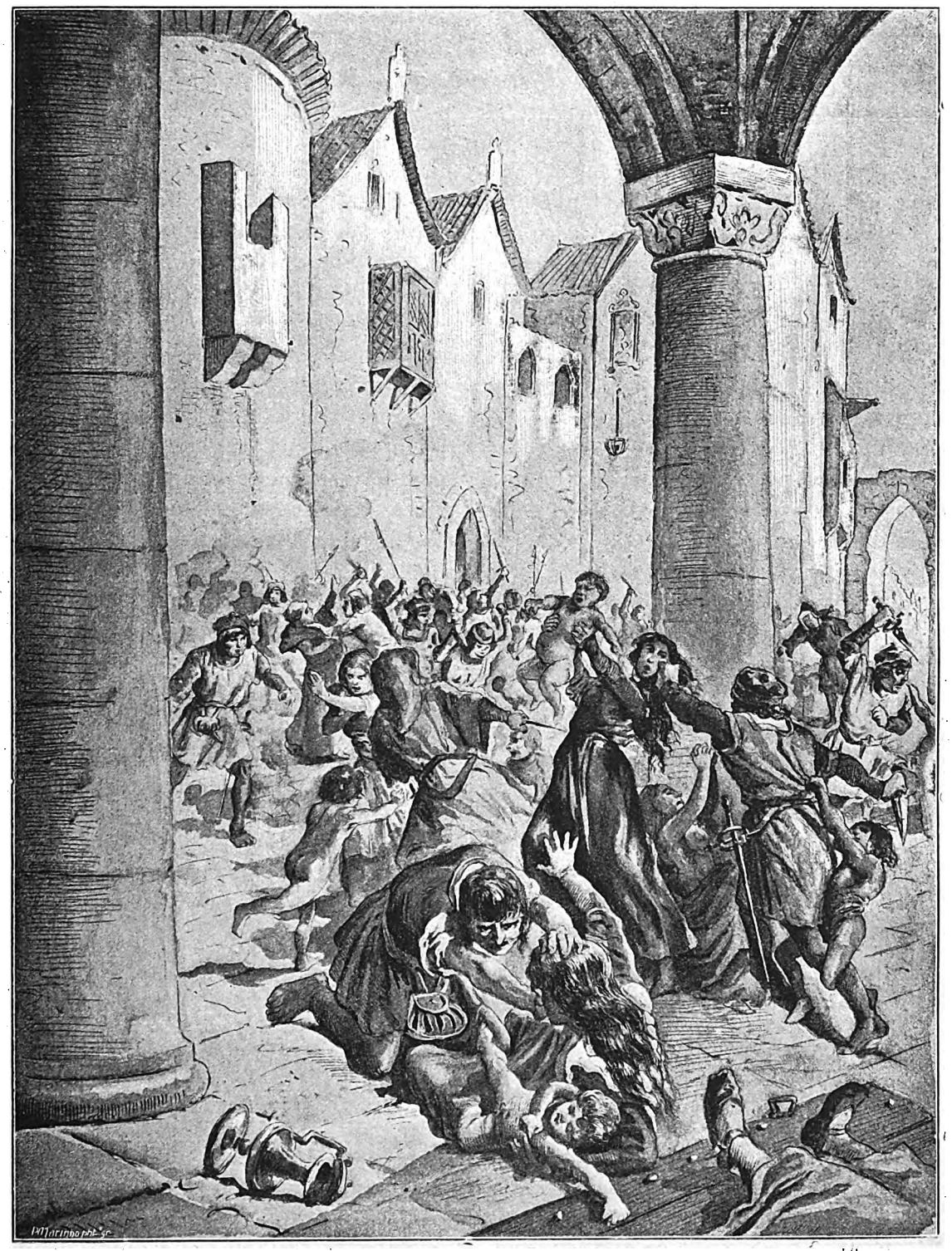
Digitized by Google

póde fazer senão com as armas na mão. Um novo Estado se accrescenta á corôa, e para governador d'esse novo Estado, surge-lhe ainda um homem novo, D. Francisco de Almeida. Aquelle que na sua primeira mocidade fôra escolhido por D. Affonso V para levar a Luiz XI a noticia da sua chegada, aquelle que se distinguira nas guerras granadinas á vista do Grão Capitão, aquelle emfim, que o olhar perspicaz de D. João II distinguira entre todos, e destinara para altas emprezas, apparecia ao venturoso monarcha na occasião em que, tendo posto de banda já tres heroes, Vasco da Gama, Cabral e Duarte Pacheco, procurava outro a quem podesse aproveitar e desprezar.

VISTA GERAL DE CEZIMBRA

A natureza prodiga apresentava-lhe D. Francisco de Almeida, o homem dotado dos mais raros talentos administrativos e militares, e ainda depois d'esse lhe havia de apresentar um genio, Affonso de Albuquerque o Grande! Que feliz rei, mas sobretudo que fecunda geração; que glorioso paiz!

Digitized by Google



OS CHRISTÃOS ARRANCANDO OS FILHOS ÁS MÃES HEBRAICAS

Digitized by Google

CAPITULO XXXII

D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da India.—Partida da sua esquadra.—Tomada de Mombaça —Sua politica e administração

Já Vasco da Gama, por duas vezes, Pedro Alvares Cabral, João da Nova, Francisco e Affonso d'Albuquerque, Lopo Soares, tinham ido, á testa de esquadras mais ou menos numerosas, pedir ao Indostão os thesouros que a Europa cubiçava, e cujo tracto enriquecera as duas republicas maritimas italianas, Veneza e Genova, e era uma das fontes de riqueza do sultão do Egypto, e em geral de todos os povos musulmanos que habitavam os paizes intermediarios ao Oceano Indico e ao Mediterraneo, paizes que eram forçosamente a escala que esses productos, alimentadores do luxo europeu, haviam de atravessar. A chegada dos Portuguezes á India por um caminho desconhecido aterrára os Arabes, os Persas, e o proprio sultão do Egypto, que ameaçára até, n'uma carta que dirigira ao papa[1], arrazar o Santo Sepulchro se os atrevidos marinheiros d'este canto da Europa Occidental ousassem levar por deante os seus audazes projectos. Com estas disposições hostis que os Portuguezes encontravam na raça preponderante nos sitios onde desejavam ir mercadejar, claro está que, ainda que a isso os não movesse o desejo de poderio e riquezas e a ambição natural de uma raça aventurosa, ver-se-hiam obrigados a empregar a conquista como auxiliar dos seus projectos mercantis. Para o estabelecimento de feitorias era necessario o estabelecimento de fortalezas; precisavam estas de ser numerosas, tendo de dominar tamanha extensão de costa; e, para que, entre os seus governadores e os commandantes das esquadras que cruzassem no mar, houvesse a indispensavel união e conformidade de planos, tornava-se urgente a nomeação de um chefe, a cujo mando se submettessem todos os Portuguezes, combatentes ou não combatentes, que por essas longes terras andassem, e que fosse o representante legitimo do rei junto dos rajahs indios com quem estivessemos ou entrassemos em relações.

A tudo isto attendeu el-rei D. Manuel, tomando a resolução de fundar na India um estabelecimento solido e de dar a direcção d'elle a homem capaz de poder com tão pesado encargo. Lançou para isso os olhos sobre Tristão da Cunha, fidalgo respeitado pela sua bravura e prudencia; mas quando principiaram os preparativos da armada, cegou de subito o general escolhido, e por tal fórma que chegaram os medicos a receiar que não recuperasse a vista.

No impedimento d'este, lembrou-se el-rei de D. Francisco de Almeida, filho segundo do primeiro conde de Abrantes, lembrança tão feliz, como foi estranho e venturoso (digâmol-o assim) o acaso que, arredando Tristão da Cunha (sem o inutilizar para o serviço do paiz, porque, depois de partir a armada, foi melhorando por tal fórma que se restabeleceu e pôde sahir á testa d'outra esquadra) permittiu que a lista dos vice-reis da India se abrisse

[1] O Papa era n'essa occasião Julio II. A carta do sultão vem na *Chronica de D. Manuel*, de Damião de Goes.

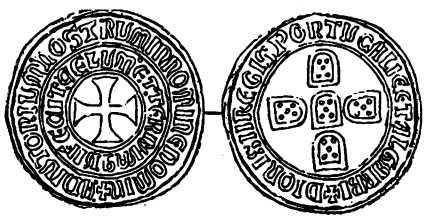
Digitized by Google

com tão glorioso nome como foi o de D. Francisco de Almeida, e que no frontispicio d'essa maravilhosa epopéa, que a espada portugueza escreveu nos fraguedos do Himalaya, e nas ondas dos mares orientaes, se desenhasse vulto por tal fórma nobre, grandioso e illustre, que os annaes da velha Roma não apresentam outro que dispute com este primazias.

Homem que tal representação havia de ter na India, forçosamente devia de levar luzida armada e luxuosa comitiva. Assim aconteceu com effeito. A esquadra constava de trinta vellas, e ia provida de tudo quanto era necessario: petrechos e munições de guerra, pedra já lavrada e trabalhada para as fortalezas que se haviam de levantar, abastecimentos com abundancia e homens de todos os officios, que podiam ser necessarios na mais imprevista occorrencia. Ao municiamento dos navios presidira el-rei em pessoa, que descia muitas vezes dos seus paços a presencear o trabalho que se fazia nos armazens, trabalho dirigido por D. Vasco da Gama, a quem essas occupações competiam, pelo cargo que tinha de almirantemór do mar das Indias.

Isto pelo que tocava aos recursos materiaes, que se punham á disposição do illustre representante do monarcha portuguez. Honras fez-lh'as el-rei D. Manuel não vulgares por occasião da despedida. Se o leitor quizer folhear as *Lendas da India* de Gaspar Correia, verá que basta razão tinha o povo para contemplar com avidez o magnifico espectaculo da partida da esquadra, porque apresentava em si todas as condições que podem captivar os olhos e prender a attenção. Ainda hoje nos arfa o peito de orgulho e enthusiasmo, ao contemplarmos com os olhos da phantasia o esplendido panorama que devia apresentar esse cortejo de heroes.

Atravessemos as ruas uniformes e monotonas da moderna Lisboa, paremos defronte d'essa velha sé, melancholica e impassivel testemunha de tanta grandeza e de tanto opprobrio, e, fitando bem os olhos no seu antigo portal, transportemo-nos em imaginação a essa grande era da Renascença. Vejamos o rei D. Ma-



Tornez, de D. Diniz

nuel, pobre rei que mal podia com o peso das suas venturas e com a herança de seu cunhado e da governança da geração dos gigantes que se lhe curvava aos pés do throno; vejâmol-o cercado de luzido bando de fidalgos com os seus tabardos e pelotes de brocados, com as suas mangas tufadas, todos resplandecentes d'ouro e pedraria nas roupas e, mais ainda, nas frontes e nos olhos, do reflexo das grandes façanhas por todos elles practicadas. Que se os diamantes indianos, incendidos pelo sol, espalhavam luz no templo, maior lustre derramam na patria, illuminados pelo sol da historia, os feitos d'homens taes como Vasco da Gama, Alvares Cabral e quantos outros! Se attentarmos bem, talvez n'um recanto da egreja vejâmos o velho e folgazão Garcia de Rezende, reservando o assumpto para a sua *Miscellanea*, e palestrando com Gil Vicente, quasi ainda desconhecido. Ondeia no ambiente do templo, com a sua haste dourada nas mãos d'um rei d'armas, a bandeira real de damasco branco, onde brilha a cruz de setim carmezim, com borlas d'ouro, a cruz de Christo, a que sempre tem fulgurado na tella d'esses pendões audazes, que devassam, desde o tempo do infante D. Henrique, as ignoradas solidões do Oceano. Defronte d'el-rei, e recebendo

Digitized by Google

das suas reaes mãos a bandeira que ha de illustrar, veremos D. Francisco d'Almeida, vestido como Gaspar Correia com toda a minuciosidade nol-o descreve: «em um tabardo frisado e pelote de setim preto e barrete de duas voltas, e uma quadea d'ombros muito delgada[1]». Ouçâmos com acatamento as palavras que entre si trocam o homem feliz e o grande homem, e, relanceando a vista para o futuro d'elles, já nosso passado e passado que vae tão longe, e, lendo n'essas paginas mysteriosas o magnifico poema, de que todos esses vultos alli presentes hão de escrever alguma estrophe, curvemo-nos com respeito, e deixemos passar, netos degenerados, o cortejo luminoso d'esses heroes que, na phrase d'um grande poeta moderno[2], ganharam com as armas d'Achilles o imperio d'Alexandre.

Depois, se quereis ver desfilar o cortejo em direcção ás naus, tereis occasião d'observar as grandes honrarias que D. Manuel concede ao seu vice-rei, porque lhe dá guarda d'alabardeiros que formam no sequito, com as suas jaquetas de velludo preto, mangas de setim roxo e espadas douradas; e vereis tambem o gentil D. Lourenço d'Almeida, o bravo e sympatico moço que leva os olhos das enamoradas damas portuguezas, e em cuja louçã presença se enleva o pae, que outra cousa não vê n'este mundo a que mais queira do que ao filho, de todos tão estimado, e fadado para tão triste destino. Vêde-o como vae, guapo e risonho, cam os seus cabellos louros e annellados que lhe caem, contra a moda do tempo, sobre o pelote francez de mangas de brocado, montado n'um formoso cavallo branco, arreiado de prata com xaireis de brocado enfeitados de rosas! Pobre D. Lourenço, todo resplandecente de vida, de mocidade, de belleza, com o riso nos labios e a esperança nos olhos que relanceia descuidoso por essas ruas e praças que não tornára a vêr!

Assim vão n'esta ordem até á Ribeira, onde embarcam nos bateis, e se dirigem ás náus, emquanto el-rei, com toda a sua côrte, os está vendo passar das janellas dos paços das Alcaçovas. E, ainda que os leitores nos accusem de demorados em futeis preliminares, não nos podemos esquivar a contemplar por algum tempo este magico espectaculo, este especimen das pompas e luzimento do Portugal antigo: e el-rei, a rainha e os cortezãos nas varandas; o sol da primavera dourando sa ondas azues do Tejo; o povo atulhando os caes; ao fundo as náus da esquadra embandeiradas e empavezadas cobrindo uma vasta extensão do rio; o resto da enseada coalhada de navios mercantes de todos os paizes e lotações, tambem festivos, com os marinheiros curiosos trepados nas vergas; e deslisando ao longo da praia a frota dos bateis capitaneados pelo escaler do vice-rei, que leva toldo de velludo roxo e branco, franjado d'ouro, e na prôa, solta á brisa do largo, a bandeira abençoada, a sacrosanta bandeira, que ora fluctua nas mãos do louro D. Lourenço, cuja estatura elegante e desempenada se estampa na atmosphera luminosa d'um formoso dia de primavera; depois chegam as náus, salva a artilheria... e com o fumo dos tiros dissipa-se a visão, e ficâmos em frente do ermo Tejo, nas praças da abatida Lisboa, vendo as quinas fluctuar n'uma pobre corveta de guerra, que mal se descortina entre os formidaveis bojos das náus d'alguma esquadra ingleza; contemplando ao longe o vulto indistincto de Belem, ultimo raio d'estes extinctos esplendores.

. . . . . .

No dia 25 de março de 1505 partiu para a India a esquadra do vice-rei.

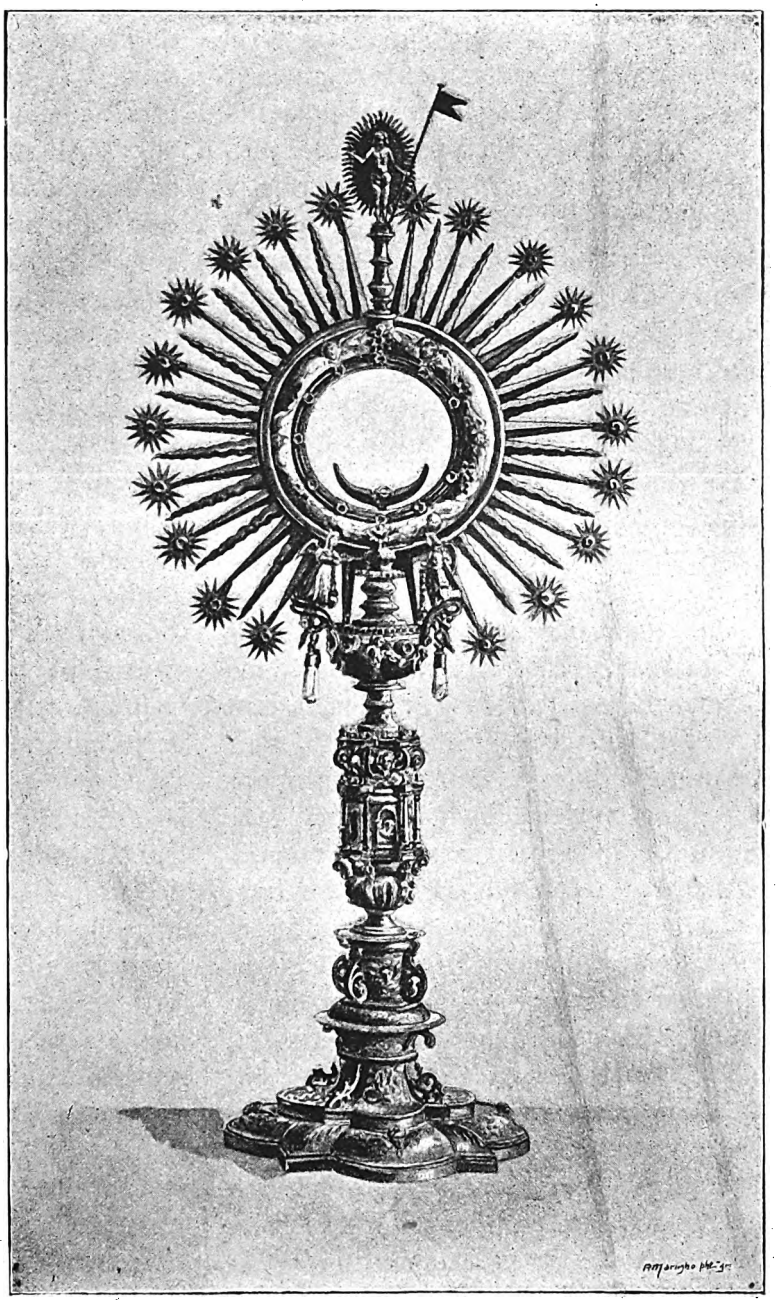
[1] *Lendas da India*, t. 1.º, p. 2.º, *Armada de D. Francisco d'Almeida*, cap. 1.º.

[2] Mendes Leal, *Pavilhão Negro*.

Digitized by Google

Levava D. Francisco d'Almeida ordem para construir quatro fortalezas para além do cabo da Boa-Esperança, uma em Quilôa, outra em Cananor, outra em Cochim, e a quarta nas ilhas d'Anchediva. Iam com elle quatro fidalgos nomeados para commandantes d'ellas, Pero Ferreira para Quilôa, Lourenço de Brito para Cananor, D. Alvaro de Noronha para Cochim, e Manuel Pessanha para as ilhas d'Anchediva. Tractou D. Francisco de Almeida de cumprir a ordem que levava, aportando a Quilôa, terra de grosso tracto, povoada de mercadores musulmanos, que alli iam negociar, da Arabia, do Egypto, e até de Tunis e Marrocos. Dissensões que havia na cidade entre os partidarios do scheik reinante e os descontentes, que tinham por chefe um dos mais opulentos mercadores da terra, chamado Mehemet, favoreceram tanto os projectos do vice-rei que, sem dar um tiro, se assenhoreou de Quilôa, por terem fugido o scheik e os que podiam ser defensores da cidade. Aproveitou-se d'isto o astuto Mehemet para fazer com que o vice-rei lhe appoiasse as pretenções e lhe désse a auctoridade, reconhecendo-se elle vassallo da corôa de Portugal e consentindo que erigisse a fortaleza.

Principiou a construcção d'esta primeira fortaleza [1], em que ficaram cem homens! cousa que os nossos chronistas re-



CUSTODIA DE ILHAVO

latam como tão natural que, sem vangloria, nos vemos obrigados a admirar

[1] João de Barros affirma que foi D. Francisco d'Almeida quem tirou espontaneamente da sua obscuridade o mercador e o elevou ao throno. Pa ece-

Digitized by Google

esta singular heroicidade dos nossos maiores.

E tanto se ufanam os Francezes da sua defeza de Mazagran, e tanto exaltam o valor do capitão Leliévre e da sua companhia, quando nós na nossa historia não encontrâmos senão Mazagrans, e não vemos senão Leliévres! Apenas deixou a fortaleza em bom andamento, partiu o vice-rei para Mombaça, aonde já chegára a nova dos successos de Quilôa. Mais guerreiros do que os habitantes d'esta ultima cidade, os Musulmanos de Mombaça prepararam-se para se defenderem, ainda que o scheik, por conselho d'alguns mais cordatos, tentou conservar-se em paz; e com tanta ingenuidade fez o seu enviado o protesto contra o direito de conquista que os nossos se arrogavam, que o vice-rei não pôde deixar de dizer: «As palavras d'estes Mouros são tão chegadas á razão que hei dó de lhes fazer mal, mas minha obrigação me salva[1]». E requereu-lhes que se fizessem vassallos d'el-rei de Portugal.

Paremos um instante, e admiremos esta nobre physionomia, que avulta de um modo tão honroso na galeria dos governadores da India. Houve um que, pela alteza das suas vistas politicas, pelo seu talento de general, merece occupar o primeiro logar na nossa historia, e esse foi Affonso d'Albuquerque; mas vulto mais sympathico, mais cavalheiroso do que o de D. Francisco d'Almeida, difficil será encontral-o. Despido da maior parte dos preconceitos que escureciam a vista dos seus contemporaneos, integro, justiceiro, liberal, affectuoso, appareceu aos Indios como digno representante da magestade suprema. Se um dia a benevolencia do seu caracter parece alterar-se e transformar-se em ferocidade, é porque o leão recebeu uma ferida envenenada que o desvairou e entonteceu, é porque o seu coração de pae foi lacerado pelo profundissimo golpe da morte de seu filho. Mas até essa época fatal, que nobreza, que serena doçura, que affavel urbanidade! Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral e o mesmo Affonso d'Albuquerque, practicam actos de crueldade. Julgam que tudo lhes é permittido, em se tractando de vantagens a colher para a sua patria; mas D. Francisco d'Almeida encara as cousas de um ponto de vista mais elevado, combate com a moderação que aprendeu nas guerras cortezes de Granada, e, cumprindo as ordens arbitrarias que trouxe da côrte, protesta com um leve sorriso e com algumas palavras bem pensadas contra as iniquidades que se vê forçado a commetter. Só elle, entre todos esses audazes guerreiros, parece conhecer e respeitar os principios do direito das gentes e do direito natural.

Regeitada pelos de Mombaça a vassalagem que el-rei de Portugal lhes queria impôr, teve D. Francisco d'Almeida de recorrer á força das armas. Assim fez, e na peleja se mostrou tão habil e denodado capitão como fôra primeiro justo e prudente negociador. Os Musulmanos haviam preparado uma séria resistencia, similhante á que Puebla apresentou na campanha do Mexico ás tropas de Napoleão III.

Mombaça era uma linda cidade, cercada de densas florestas de mangueiras, e construida á moda das cidades arabes do sul da Hespanha, tanto que os Portuguezes de Vasco da Gama, como anteriormente dissemos, quando viram aquella terra surgir-lhes das aguas, diamante engastado n'um annel de verdura, com a sua casaria branca, os seus terraços povoados de curiosos, julgaram-se transportados pela varinha d'alguma

---

nos mais verosimil a versão de Gaspar Correia do que essa que nos apresenta Mehemet como uma especie de Wamba mouro.

[1] Gaspar Correia, *Lendas da India*, tomo I, parte II. *Armada de D. Francisco de Almeida*, cap. III.

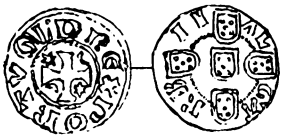
Digitized by Google

fada a terras proximas da sua patria, ou suppozeram que o seu piloto, como o d'Ulysses, os illudia com aquelles prestigios, como o sabio grego era todas as vezes enganado pela visão da sua Ithaca. Provinha isto de serem numerosos os habitantes mouros de Mombaça, e de ser tão opulento o commercio d'esta cidade, que bem podia considerar-se como princeza no meio dos grupos de cabanas de folhas que constituiam a maioria das povoações africanas.

D'estes terraços se serviram os defensores da cidade para guerrearem o punhado de Portuguezes que tentavam invadil-a. Quebraram as escadas das casas para que os assaltantes não podessem ir desalojal-os, e, juntando nos terraços grande provisão de pedras, e armando-se de fréchas, prepararam-se para resistir ao assalto. Começou elle assim que rompeu a aurora, tendo estado toda a noite a artilheria a varejar os muros da cidade, obrigando os Africanos a conservarem-se abrigados, e protegendo d'esta fórma o desembarque dos nossos. Mas, assim que estes, divididos em duas esquadras, debaixo do commando do vice-rei e de seu filho, penetraram nas ruas, viram-se esmagados por penedos, que mãos invisiveis impelliam, e varados por nuvens de fréchas, que os perseguiam n'essas vias estreitas.

Tão violenta foi a defeza, que não podendo os Portuguezes entrar nas casas, porque encontravam as escadas quebradas, foram obrigados a recuar e retirar-se para a praia, collocando-se debaixo da protecção da artilheria, que continuava a troar incessantemente, derrubando os muros e acossando dos terraços os defensores da cidade. Como se vê, não se tinham perdido as licções de Granada, onde a artilheria desempenhou pela primeira vez um papel principal, e a tactica hespanhola, que expulsára da peninsula os Mouros d'Abu-Abdallah[1], ia tambem perseguir os correligionarios dos proscriptos na Africa Oriental.

Alli o vice-rei ordenou que desembarcassem os carpinteiros que trazia a bordo, e que fizessem escadas de mão, que substituissem as que os Africanos haviam quebrado, e mandando vir tambem para terra duas peças d'artilheria, que se chamavam *berços*, e mantimentos para os combatentes refazerem as suas forças, jantou serenamente rodeado pelos seus guerreiros, tendo ao lado o filho, cujos louros cabellos ondeavam ao sopro das batalhas, e em cujos olhos fulgurava a chamma do heroismo. Espectaculo verdadeiramente magestoso na sua simplicidade! O sol ardente dos tropicos inundando a praia e accendendo milhares de lampejos nas armas luzentes dos Portuguezes; a cidade, espraiando-se silenciosa e aterrada, a alvejar no meio do verdejante cinto das mangueiras e dos palmares; as amuradas das caravellas envoltas n'um diadema de fumo, sulcado de quando em quando pelos relampagos dos tiros; e no meio d'este scenario de tão original grandeza um homem de nobre semblante, sereno e affavel, cercado por um punhado d'heroes, sorrindo-se para todos, dando com toda a tranquillidade as suas ordens, e tomando repousadamente a sua refeição, como se estivesse no paço dos Estáos ou da Alcaçova ao lado do seu poderoso soberano el-rei D. Manuel.



Dinheiro, de D. Diniz

Acabada a refeição e chegada a artilheria, retomou o vice-rei a offensiva. Encostadas as escadas ás primeiras casas, subiram a ellas alguns valentes, que foram acossando os Mouros, e que, tra-

[1] E' este o verdadeiro nome do ultimo rei mouro de Granada, que habitualmente e por corruptella se chama Boahdil.

Digitized by Google

vados com elles em combate aéreo, os despenhavam d'essa altura no meio da rua. Logo após esta vanguarda foi João da Nova com a sua companhia, levando nos braços os *berços*, emquanto o vice-rei, precedido pelas trombetas que iam atroando os ares com os seus clangores, irrompia pelas differentes ruas. E assim caminhando João da Nova pelos terraços na direcção em que ia ouvindo os toques das trombetas, e varrendo d'inimigos esse campo de batalha, que dominava o das ruas, e indo o vice-rei e seu filho, levando deante de si os raros que tentavam oppôr-se-lhes frente a frente, conseguiram chegar á habitação do scheick, expulsando os possuidores de Mombaça e tornando-se senhores da cidade africana.

Demorámo-nos mais n'este combate (que foi a 14 d'agosto de 1505) porque é um d'aquelles em que melhor se revela a pericia militar e o sangue-frio de D. Francisco d'Almeida. Olhar d'aguia, rapida concepção d'um plano justo, emprego bem combinado dos meios d'ataque de que dispunha, intrepidez na execução, tudo se nota n'este assalto, que mostra logo aos Portuguezes que não é só um valente cavalleiro, mas um habil general esse que teem á sua frente, um Bayard na bravura e na magnanimidade, um Antonio de Leyva ou um condestavel de Bourbon na arte militar.

Vencida Mombaça, reduzido o seu rei a vassalagem, e deixando junto da cidade um padrão commemorativo de tudo isto, levantou ferro a armada e proseguiu o seu caminho para a India, aonde chegou sem mais inconveniente, a 13 de setembro de 1505, indo fundear nas ilhas d'Anchediva, nas quaes el-rei mandára que levantasse fortaleza.

Alli se lhe vieram apresentar os navios de Manuel Telles, que tinham andado occupados no santo emprego de correr as naus de Méca. Alli tambem, antes de se dirigir a Cochim, tomou D. Francisco d'Almeida algumas disposições preliminares, como foi conceder o perdão do degredo aos degredados que se haviam portado com valor notavel na tomada de Mombaça, e ordenar a todos os homens das suas tripulações que apresentassem as mercadorias defezas que traziam comsigo, afim de lhes serem pagas, poupando-lhes por essa fórma a perda que teriam se depois lhes fossem apprehendidas.

Estes dois actos revelam-nos já a politica generosa, ampla, desinteressada, leal. Os seus maiores desejos são que os Portuguezes imponham, só pela sua attitude e procedimento, um certo respeito aos povos orientaes, e que sejam recompensados convenientemente os serviços prestados á corôa. N'uma carta que, dois annos depois, dirigiu a el-rei, carta notabilissima pelo desassombro e nobre altivez com que expõe as suas idéas e aponta ao monarcha os erros que a sua camarilha o obriga a commetter, indica o nobre vice-rei os dois males principaes que vão já corroendo o poder nascente dos Portuguezes; e, notavel previsão do genio, são ainda hoje esses dois males os flagellos das nossas provincias ultramarinas. Em primeiro logar, pede que não enviem degredados com a armada, porque esses criminosos, valentes sim (nada tendo a perder e tudo a ganhar) não fazem senão manchar a bandeira a cuja sombra pelejam, corromper as fileiras dos soldados bons que formam com elles, e arrastar pelos tremedaes, deante dos olhos dos soberanos indios anojados, a honra e a gloria dos Portuguezes. Em segundo logar, insta por que se paguem grandes ordenados e se arbitrem grandes recompensas aos combatentes, e se lhes não consinta mercadejarem. Repugna-lhe, e com razão, vêr os soldados conquistadores lançar a espada na balança em que se pesam os

Digitized by Google

bahares de pimenta. A nobre profissão das armas não deve, entende elle, ser deslustrada com o tracto mercantil, nobre por si só tambem, mas vil quando se faz com a espada em punho, porque n'essa occasião tem diabolicas parecenças com a pirataria. Protectores do commercio quer elle que sejam, não commerciantes. Quer que levem o seu fito em bem servir a patria, não os seus interesses, e para isso exige que a patria pése a ouro cada gota de sangue que se derrame para gloria sua e para sua prosperidade.

Nobres pensamentos, e, além de nobres, justos, que decididamente nos revelam em D. Francisco d'Almeida um homem muito acima do vulgar.

Mas, admittida a existencia d'estas duas pragas, queria ao menos D. Francisco d'Almeida que fossem tractados com benignidade os homens que, impellidos por um motivo qualquer, practicavam tão heroicas acções e davam tanta gloria ao nome portuguez. Não queria forjar da espada, que, empunhada por mãos criminosas mas valentes, entrára no mais basto das fileiras mouriscas, a grilheta que lhes atasse aos pés, mal que findasse o combate; não queria que os vencedores remassem nas galés ao lado dos vencidos; não queria tambem que esses soldados, mercadores mas heroes, perdessem como soldados o sangue e como mercadores a fazenda, e que a patria, que lhes não recompensava as façanhas, fosse, em nome d'uma lei tão lata com os grandes, tão restricta com os pequenos, prival-os dos fructos do seu suor.

D IZABEL DE CASTELLA, PRIMEIRA MULHER DE D. MANUEL
(Segundo um quadro contemporaneo do Museu de Madrid)

Estas idéas não lh'as comprehendia, ou não lh'as queria comprehender a gente que o cercava, e foi quando elle as pôz em practica que principiou a opposição surda que lhe fizeram alguns dos seus subalternos, incitados por um tal Gaspar Pereira, seu escrivão, homem d'alma

Digitized by Google

pequenina, *bureaucrata* (permittam-nos o termo, que representa uma idéa toda moderna, mas que traduz perfeitamente o caracter e a posição do homem), antepassado de todos esses vermes que mordem os calcanhares dos gigantes, d'esses homens de penna que todos os governos põem ao lado dos homens d'espada, espiões covardes, que, escondidos durante a batalha, empunham depois da victoria o estylete, e começam a rasgar a honra e a fama dos que trabalham, dos que luctam, dos que são uteis e prestantes ao seu paiz.

Coisa notavel! Em todos os tempos, em todos os paizes, todos os governos attendem a estes miseraveis, de preferencia aos grandes homens que elles calumniam; Gaspar Pereira junto de D. Francisco d'Almeida, Faypoult junto de Championnet, enviado aquelle por um rei absoluto, este pelo directorio d'uma republica, este no fim do seculo XVIII, aquelle no principio do seculo XVI, são as duas provas mais frisantes de que os homens não mudam, e de que a civilização, transformando todas as condições da existencia, não arranca uma só das más paixões que vivem no coração do homem.

Viçam, colhem-se e renovam-se as messes, o joio, porém, sempre se insinua no meio das cerradas legiões das aureas espigas.

CAPITULO XXXIII

Victoria naval de D. Francisco d'Almeida

PASSÊMOS rapidamente os acontecimentos menos importantes que se realizaram depois do vice-rei partir d'Anchediva, taes como a sua entrevista em Cananor com o rajah d'este pequeno reino; o ataque da fortaleza d'Anchediva, repellido por D. Lourenço d'Almeida, a quem seu pae enviou em soccorro da fortaleza ameaçada, cheguemos já á gloriosa façanha, com que D. Francisco d'Almeida assignalou na India o principio do seu vice-reinado.

Com a chegada de tão poderosa armada, sobresaltára-se o Samori de Calicut, sabendo que os Portuguezes não costumavam deixar por muito tempo em aberto dividas tamanhas como as de que elle estava sendo credor. Estes receios foram dextramente alimentados pelos negociantes musulmanos, estabelecidos na India, que viam o seu commercio arruinado, e interceptado até o caminho das suas romarias religiosas. Aconselharam-lhe elles pois que não esperasse o estalar do raio, e que, tomando audazmente a iniciativa, armasse uma forte esquadra para surprehender o vice-rei, emquanto este ainda estava occupado com os preparativos da expedição que inevitavelmente dirigiria contra Calicut, e fatigado da longa viagem, e desprevenido emfim. Offereceram-se a concorrerem com o seu cabedal para os gastos da armada, e com as suas pessoas para sua tripulação. Os interesses eram communs, e, por conseguinte, n'essa occasião indispensavel a solidariedade.

Conhecendo a verdade do que se lhe dizia, desejoso de lavar a affronta que Duarte Pacheco em terra lhe havia infligido, e, mais que tudo, ancioso d'expulsar para sempre da India esses audazes aventureiros, que tinham vindo

Digitized by Google

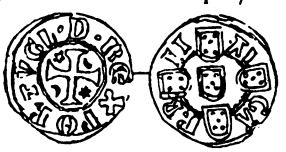
perturbar a serena tranquillidade dos adoradores de Brahma, tractou o Samori de fazer prestes uma esquadra com o auxilio dos Musulmanos residentes, não só no seu reino, mas em toda a costa do Malabar, que todos eram egualmente prejudicados pelas correrias dos Portuguezes.

Com tanto segredo se fizeram os preparativos, que, a não serem algumas leves desconfianças do feitor de Coulam, ninguem suspeitava da conspiração que se estava urdindo, e, se não fosse um aviso que lhe foi enviado de Cochim, ficaria o vice-rei devéras surprehendido com a apparição da armada de Calicut. Teve tempo, ainda assim, de chamar a toda a pressa a esquadrilha de D. Lourenço, de concentrar as suas forças, e de sahir ao encontro dos Indios, á testa de vinte velas, em que iam embarcados perto de dois mil homens.

Com esta pequenissima força, que os Portuguezes d'esse tempo consideravam uma potente esquadra, com a qual se julgariam capazes d'avassalar o mundo, foi D. Francisco d'Almeida combater os Indios e os Musulmanos, cuja armada, composta de muitos navios d'alto bordo e d'uma infinidade de paráos, orçava, segundo assevera Gaspar Correia, por quatrocentas velas.

Fazia-se ao largo a frota portugueza, quando avistou, lá muito ao longe, a armada inimiga, que vinha terra a terra, impellida por uma branda viração que lhe infunava o panno e lhe favorecia o andamento, e que, mal divisou tambem os nossos navios, quiz tomar-lhes a deanteira para voltar depois sobre elles. Adivinhou-lhe a intenção D. Francisco d'Almeida, e, não lhe querendo deixar completa a manobra, e desemmaranhar a teia vastissima das suas naves, de fórma que lhe enlaçasse depois nas innumeras malhas a pequena esquadra, deliberou, como habil almirante, surprehendel-a no meio do movimento, e varejar com a artilheria essa profunda columna de navios, onde nem um só tiro seria perdido.

Compunha-se a esquadra portugueza de oito náus grossas, e o resto galés, caravellas e navetas, e um bergantim, que fazia o officio de ajudante de campo, levando a todos os capitães as ordens do chefe. Marcharam na frente as galés,



Dinheiro, de D. Diniz

fazendo força de remos, para irem dar em cheio na vanguarda do inimigo; seguiram-se-lhes as caravellas em segunda linha, curvando-se graciosamente ao sopro do vento; em terceira linha, as navetas e as oito náus grossas, formando a reserva, agruparam-se em torno da capitania, em cuja tolda se desenhava o nobre vulto do vice-rei, com semblante risonho, e nos olhos esse fulgor sereno que presagia a victoria, e influe animo e confiança nos mais timidos e nos mais incredulos.

A manobra foi executada audaciosamente. As galés, como essas peças de artilheria ligeira que vão em atiradores abrir sulco profundo nos quadrados que as grandes massas de cavallaria se preparam para desmoronar, avançaram quasi á queima-roupa, e, arrojando a um tempo uma nuvem de balas sobre a esquadra inimiga, fizeram-n'a logo estacar e de fórma que, parando de subito as naus, que vogavam com certos intervallos, as que iam na deanteira ficaram amontoadas e emmaranhadas n'uma confusa massa, que seria fulminada só pelas galés, se os paráos não acudissem d'um e outro lado a saltear as estouvadas que tanto desbarato haviam produzido com uma simples descarga. Não commetteram ellas a imprudencia de esperar o ataque; tinham cumprido a sua missão, e, portanto, retiraram para junto das caravellas, que se encarregaram de

Digitized by Google

receber os paráos com uma salva de artilheria que os destroçou.

Então o vice-rei, não querendo desaproveitar a confusão que ainda reinava na esquadra inimiga, ordenou ao bergantim que fosse tomar uma das caravellas, e ás suas galés que fizessem o mesmo a outras, e as fossem collocar para além das naus indianas, e era dada esta ordem porque as caravellas não se podiam mover se não as rebocassem os navios de remos.

Assim fizeram os tres barcos e em duas viagens pozeram as caravellas no flanco da esquadra inimiga, deixando-se as galés ficar, e voltando o bergantim a pôr-se ás ordens do vice-rei. E assim caravellas e galés, tendo as naus indianas alli amontoadas e immoveis por causa da calmaria, varejaram-n'as muito a seu gosto, ainda que o inimigo respondia com artilheria que tambem molestava bastante os nossos navios; mas o vice-rei tivera a habilidade de, com força tão menor, apresentar em linha de combate maior numero de navios. O mesmo fez com os batalhões em terra o imperador Napoleão na batalha de Austerlitz, e quando o imperador Alexandre, por occasião de se concluir o armisticio, perguntava ao general Savary qual era o motivo d'esse milagre: *Sire, c'est l'art de la guerre*, dizia o futuro duque de Rovigo.

Vêem os leitores claramente a situação das duas esquadras. A indiana, accumulada e confusa, tem a maior parte da sua artilheria inutil, e só póde entrar em combate com os navios que formam um dos lados do seu quadrado. Os paráos nada mais fazem do que percorrer os intervallos das naus, recolhendo os combatentes cahidos ao mar. As caravellas e as galés portuguezas, espraiadas muito á vontade ao longo da esquadra inimiga, não perdem um só tiro, e, afundando os baixeis a que pódem atirar ao lume d'agua, e destroçando os mastros d'aquelles a que atiravam de ricochete, ou por cima da mastreação das mais proximas, espalham um immenso terror na frota de Calicut. As navetas, immoveis entre os navios inimigos e as naus da nossa reserva, ameaçam a frente da esquadra indiana, e preparam-se para operar uma divisão util, apenas se levante alguma brisa. A bordo das naus, a flôr da fidalguia portugueza, e principalmente os fidalgos moços, entre os quaes sobresáe D. Lourenço d'Almeida, fremem de impaciencia por não poderem tomar parte mais activa no combate. D. Francisco, sereno e imperturbavel, vigia attento o horizonte, espreitando o minimo indicio que lhe revele o levantar do vento; e, afim de prevenir esse caso, manda ás navetas o seguinte aviso:

«Assim que soprar alguma brisa, desfiram as velas, e entrem rapidamente na esquadra inimiga. Passem-n'a de parte a parte, disparando para um e outro lado a sua artilheria. Depois, mal chegarem ao fim, virem de bordo e pelo sulco aberto voltem fazendo o mesmo estrago.» Ordem audaciosa que os capitães das navetas ouviram com a heroica singeleza, que é a mais caracteristica feição do valor lusitano d'essas éras.

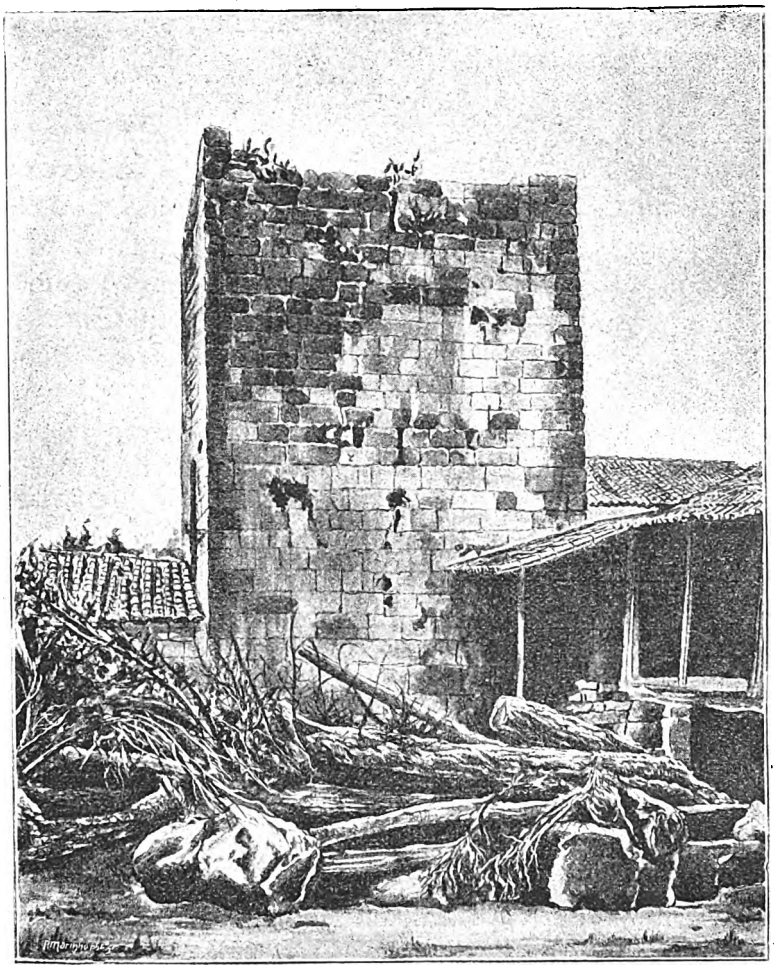
Executou-se promptamente a ordem. Assim que soprou o vento, os Indios, que ardiam por vingança, desfraldaram panno, e marcharam sobre as caravellas para as esmagarem, mas era necessario tempo para desembrulhar a esquadra, fatigada pela maior parte d'um combate inglorio, e toda avariada. Antes que o podesse fazer, corriam sobre ella as navetas frescas e intactas, passavam-lhe pelo meio como um turbilhão de fogo e ferro, e cumprindo, sem discreparem n'um só ponto, as ordens do vice-rei, voltavam de novo, semeando por todo os lados o estrago e a morte.

Digitized by Google

Vendo a desordem que reinava a bordo da esquadra inimiga, D. Francisco d'Almeida tractou de lhe dar o ultimo golpe, fazendo avançar uma porção da reserva. Recebida essa ordem, por que estavam tão anciosos os jovens fidalgos, subirám aos ares, de bordo das naus de D. Lourenço, Ruy Freire e Bastião de Sousa, que foram as escolhidas para a ultima carga, estrondosos vivas, grande vozearia e estrepitoso clangor de trombetas com que os heroicos moços manifestavam o jubilo que sentiam por poderem, finalmente, tomar parte no combate. E tão contagioso foi o enthusiasmo que muitos dos fidalgos que estavam com o vice-rei lhe pediram licença para passarem para as naus escolhidas; e, assim que a obtiveram, metteram-se no bergantim, e foram juntar-se aos seus companheiros d'armas, que os receberam de braços abertos.

Deu-se finalmente o signal, e as tres naus portuguezas, soltando ao vento as velas, passaram ufanas por deante da capitania, onde o vice-rei, procurando domar os varios sentimentos que lhe tumultuavam no peito, mostrava rosto sereno e risonho ao filho, ao filho querido que elle enviava talvez á morte. Saudou-o D. Lourenço revelando na physionomia o enthusiasmo guerreiro que o abrazava, e, seguido pelas outras duas naus, entrou na confusa massa da esquadra indiana, tão desordenada já em consequencia das habeis manobras do vice-rei.

Então não se tractava senão de terminar o combate pela abordagem; D. Lourenço escolheu a capitania do inimigo, Ruy Freire e Bastião de Sousa lançaram os arpéos a dois outros navios,



TORRE DE ORNELLAS

e o combate, corpo a corpo, travou-se com renovada furia.

Entretanto as naus de Méca, vendo o combate perdido, procuraram ao menos esquivar-se, mas D. Francisco de Almeida, que, como vigilante general, a tudo attendia, assim que lhes percebeu a intenção, ordenou ao bergantim que avisasse as caravellas e as galés, cujo concurso estava sendo inutil, para que lhes fossem no alcance e as apresassem, or-

Digitized by Google

dem que não chegaram a cumprir, o que muito agastou o vice-rei, que as viu no dia seguinte voltar, sem trazerem a preciosa presa com que elle já contava.

Estava a batalha ganha; fôra curto o combate de D. Lourenço. Os Indios e Mouros, fatigados e descoroçoados, não poderam resistir ao bravo impeto da flor da fidalguia portugueza. Quando findou o dia, abraçou D. Francisco de Almeida o filho, que voltava são e salvo e coberto de gloria.

Tal foi a primeira batalha maritima que o vice-rei ganhou. Eram enormes as perdas dos de Calicut. Foi immenso o effeito produzido pela noticia da victoria; o terror do nome portuguez espalhou-se por todo o Indostão; tremeram os nossos inimigos, cobraram novo animo os nossos alliados, e os indecisos vieram logo procurar a nossa amizade. Adquiriram os Portuguezes fama de invenciveis, e o seu valor, exaltado pelos vencidos, chegou a considerar-se como sobre-humano. Pois não fôra sobre-natural a victoria: fôra simplesmente devida á pericia militar e ao genio de D. Francisco de Almeida[1].

Vimol-o grande general na tomada de Mombaça; vimol-o notavel almirante no combate que narrámos; vêl-o-hemos agora habil politico e diplomata.

Recapitulemos rapidamente o que era, quando D. Francisco de Almeida ganhou esta grande victoria naval, o imperio portuguez na India, e quaes os réditos que o reino auferia de tão distantes estabelecimentos.

Era necessario ser-se Portuguez do seculo XVI, isto é, ter a audaciosa confiança que esses poucos aventureiros depositavam na força do seu braço, e talvez tambem na sua estrella, para se não tremer quando se punha o pé n'essa terra inimiga, no meio de uma população fremente, que só esperava um revez das nossas armas, até ahi tão felizes, para se sublevar em massa e despedaçar os atrevidos estrangeiros que ousavam passar por entre elles, impondo-lhes a sua vontade, como se cada Portuguez podesse, a um simples aceno, fazer brotar do solo phalanges armadas, que appoiassem as suas pretenções.

Os Portuguezes não se apresentavam ainda com intenções conquistadoras; foi Affonso de Albuquerque o primeiro, cuja ardente imaginação concebeu o vasto plano de um imperio oriental, fundado pelo pequeno povo do extremo da Europa, imperio cuja cabeça seria Gôa, e cujos braços potentes, cingindo com uma cadeia de esquadras as costas asiaticas, apresentariam de um lado aos Persas a cidadella de Ormuz, do outro lado aos ferozes Malaios a fortaleza de Malaca. Os Portuguezes, no tempo de D. Francisco de Almeida, ainda não tinham tão giganteas pretenções; queriam simplesmente ser commerciantes; mas, commerciantes repellidos pela desconfiança instinctiva dos rajahs indianos, e pela riva-

[1] A historia do vice-reinado de D. Francisco de Almeida fazemol-a constantemente seguindo a versão de Gaspar Coreia. Por isso eliminamos as notas; fica entendido, quando não fizermos advertencia differente, que a nossa auctoridade, na narrativa do governo de D. Francisco, é a das *Lendas da India*, t. 1 °, p. 2.ª Era necessario effectivamente optarmos por algum dos historiadores, que se contradizem de tal modo que se tornam muitas vezes inconciliaveis as suas differentes versões. Assim, esta batalha tão importante só Correia a refere!

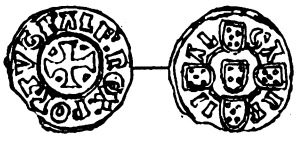
Os outros attribuem-n'a a Lourenço de Almeida, e comtudo a narrativa das *Lendas da India* é por tal fórma circumstanciada, clara, intelligivel; seguem-se n'ella tão facilmente as grandes manobras do vice-rei, que não podemos deixar de lhe dar credito. Não seria decerto o valente, mas inexperto D. Lourenço que dirigiria a batalha com aquella segurança de vistas, e supremo tacto, nem Gaspar Correia, coitado! poderia inventar tão bellas manobras. Demais, as razões que militam muitas vezes contra este ingenuo chronista, que erra frequentemente, mas quando os seus informadores erravam, aqui não colhem, porque os factos que narra se tinham passado pouco tempo antes d'elle chegar á India. Esta batalha foi travada junto de Cananor no principio de 1506.

Digitized by Google

lidade dos antigos mercadores arabicos, tinham de impôr á força as suas relações commerciaes, e de presidir a cada carregação de pimenta com o mosquete em punho e a artilheria assestada.

A pimenta era a grande preoccupação dos Portuguezes; aspiravam a possuir o monopolio d'esse trafico, que até então enriquecera Veneza; para o favorecerem, haviam fundado feitorias em Cochim, Coulam e Cananor; uma grande parte dos navios das esquadras devia voltar carregada d'essa especiaria; faziam-se as carregações sem difficuldade, emquanto os vasos portuguezes cruzavam por deante das costas com os morrões accesos e as peças em bateria; mas, apenas chegava a monção favoravel, e os navios se dispersavam, uns para voltarem á patria, outros para irem procurar as naus de Méca, os odios comprimidos principiavam a rugir, os Mouros desassombrados recomeçavam a influir no animo dos chefes indiaticos, e a posição dos feitores, alojados em casas não fortificadas, protegidos por uma força diminutissima, que raras vezes subia a mais de cincoenta ou cem homens, tornava-se verdadeiramente critica. Podemos dizer, imitando a phrase de M. de Salvandy, que esses valentes negociavam sobre um vulcão, e não podemos deixar de venerar os singulares heroes, que tão despreoccupadamente se deixavam ficar n'essa terra inimiga, ameaçados a cada instante pelas insurreições, antes fomentadas do que reprimidas pelos rajahs, que muito contra vontade sua haviam dado asylo a tão perigosos hospedes.

A vida d'esses homens era um continuo sobresalto, não podiam sahir de casa sem verem brilhar uma scentelha de odio em cada olho negro que se fitava n'elles, sem verem contrahir-se ferozmente o rosto bronzeado de um adorador de Brahma, sem verem a mão de algum Arabe apertar, fremente, por baixo do branco albornoz, o cabo do punhal occulto. Não podiam deitar-se sem receiarem que as chammas de um incendio os despertassem; não podiam comer socegados sem temer a cada instante que o bramido da revolta os obrigasse a deixar os manjares em meio, para lançarem mão dos arcabuzes e defenderem a vida contra uma turba facciosa.



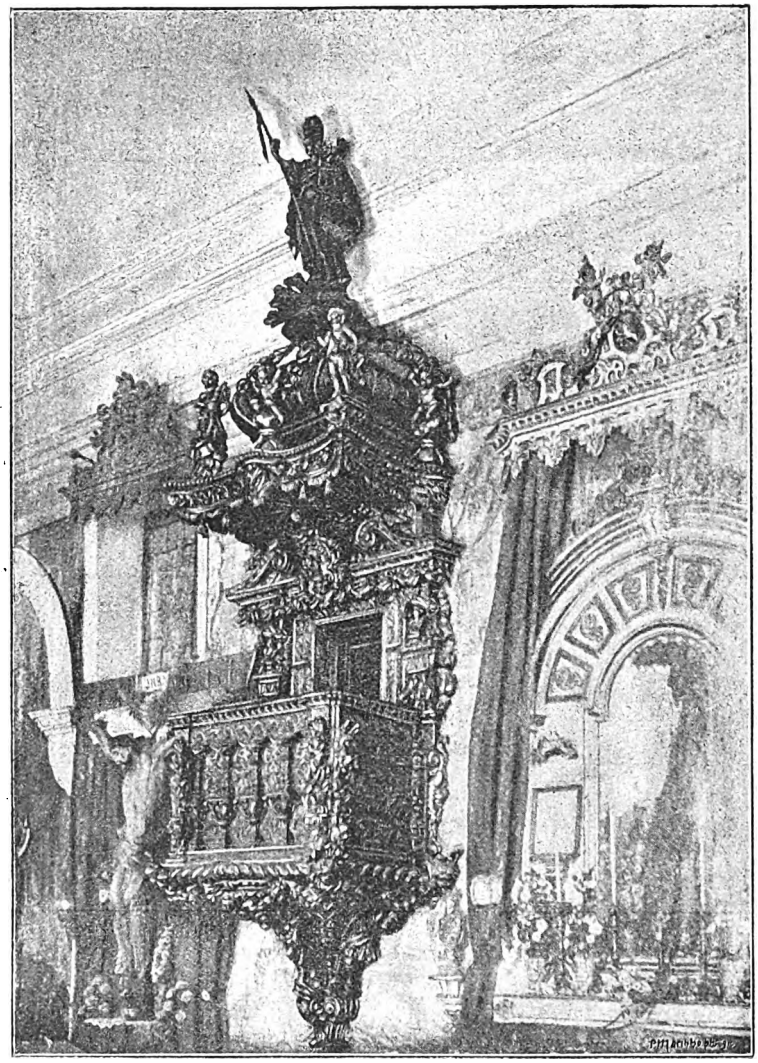
Dinheiro, de D. Affonso IV

Quasi sempre esta existencia intoleravel tinha um funesto desenlace: o feitor morria assassinado, e, quando os navios portuguezes appareciam de novo pedindo vingança, os rajahs humilhavam-se aos pés dos seus commandantes, e, lançando a culpa aos Mouros, bodes emissarios de todas as traições, preferiam dizer-se fracos e incapazes de conter os seus subditos na obediencia a provocar as iras dos temiveis vassallos d'elrei D. Manuel. Não pretendemos desculpar as ferocidades dos nossos antepassados; quando a sêde do ouro substituir a ambição da gloria, quando o fanatismo religioso accender em Gôa as fogueiras da inquisição, é justo que infligâmos o merecido estygma na fronte dos que perpetravam esses crimes de lesa-humanidade; mas n'esta primeira época da conquista, se rigorosas execuções maculam a gloria d'alguns vultos, não deve o historiador, verberando a crueldade dos vencedores, pôr tambem em relevo o odio encarniçado dos vencidos, o seu resentimento implacavel e a guerra traiçoeira que promoviam aos nossos?

A estes males procurou remedio D. Manuel, ordenando que, em vez de simples feitorias, se fundassem fortalezas, onde os Portuguezes estivessem ao abrigo dos insultos dos Mouros. Uma das fortalezas devia ser fundada em Cochim, outra em Cananor. Mas era grande a opposição

Digitized by Google

dos Indios a este projecto, e o mesmo rajah de Cochim, nosso fidelissimo alliado, mostrava uma grande repugnancia em acceder a esse pedido dos Portuguezes, consentindo muito a custo que Francisco d'Albuquerque levantasse apenas



BRAGA — PULPITO DA PENHA

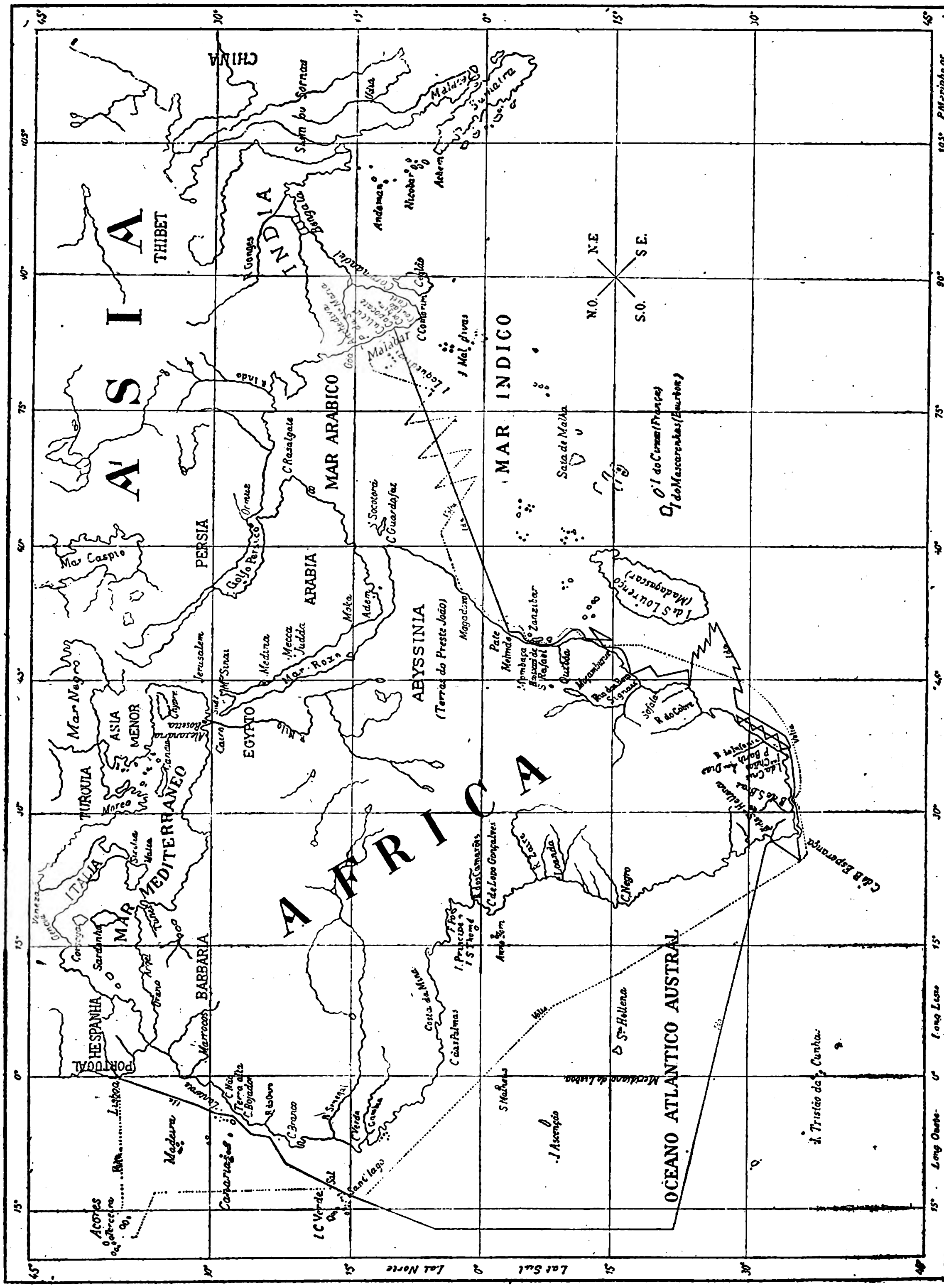
uma simples tranqueira de troncos de arvores. Parecia-lhes que a creação d'esses castellos era a consagração do predominio que os Christãos procuravam estabelecer, que o consentirem elles n'essa construcção equivalia a reconhecerem tacitamente a sua vassallagem, e que, se os seus novos hospedes já impunham respeito em campo aberto, ou por traz das frageis paredes das feitorias, exerceriam as maiores prepotencias, logo que se podessem esteiar em solidos muros, e dictar pelas boccas dos canhões das setteiras das suas fortalezas a lei aos imprudentes, que em tal cousa consentissem.

Não os enganava o instincto: era bem fundada a sua repugnancia, mas a Providencia queria que o imperio lusitano chegasse ao auge da prosperidade, para ser depois mais espantosa e mais terrivel a licção.

O caso que vamos referir veiu a ponto de justificar o pedido dos Portuguezes e tornar plausiveis as suas pretenções.

Quando se espalhou na India a noticia da frota que o Samori havia preparado contra os Portuguezes, ninguem duvidou do exito da tentativa, e todos se julgaram livres do pesado jugo dos Europeus. Os negociantes musulmanos, estabelecidos em Cananor, Coulam e mesmo em Cochim, levantaram a cabeça, e passaram dos murmurios á proclamação aberta contra os Portuguezes. Não ousaram mais em Cananor, porque ainda estava proxima a esquadra do vice-rei, e da cidade podiam ouvir distinctamente o troar do canhão da batalha naval; em Cochim protegia os Portuguezes a amizade do monarcha; mas em Coulam deram os Musulmanos largas á sua furia. Julgaram o vice-rei perdido; não temendo o castigo, insurgiram-se os imprudentes, e, correndo em massa á

Digitized by Google



ROTEIRO DE VASCO DA GAMA NA SUA PRIMEIRA VIAGEM Á INDIA

feitoria, surprehendèram os poucos Portuguezes que alli se abrigavam, e exterminaram-n'os, apezar da sua desesperada resistencia.

Subito espalha-se a noticia da victoria de D. Francisco; tremem os criminosos, e o rajah de Coulam, que provavelmente déra as mãos ao crime, recorre ao artificio habitual, mostra-se summamente indignado, e dá ao vice-rei toda a casta de satisfacções. Não se contentou com isso D. Francisco d'Almeida, e, assim que entrou triumphante em Cochim, que era o centro do nosso poder n'essa época, enviou seu filho D. Lourenço a castigar o attentado. Cumpriu D. Lourenço fielmente as ordens que recebera. Os navios dos Mouros, incendiados dentro do porto de Coulam, foram os cirios com que o heróe illuminou as exequias dos seus compatriotas.

Eis o nobre vice-rei chegado ao auge da sua gloria; o seu nome infunde pavor a todos os chefes da costa do Malabar; vôa a fama das suas victorias ao Egypto, e sobresalta o sultão, que vê finalmente a necessidade de se oppôr ás expedições dos Portuguezes que primeiro considerára ephemeras; os seus compatriotas reconhecem o seu elevadissimo genio militar e veneram a sua magnanimidade; os nossos alliados louvam a sua moderação e leal procedimento, de que déra provas em Coulam, ordenando a seu filho que respeitasse escrupulosamente os navios pertencentes aos subditos do rajah de Cochim; a sua administração habil e imparcial produz os melhores resultados, conseguindo preparar sem exacções a carregação mais rica de que até ahi havia noticia em Portugal; póde repousar no seio da sua gloria, póde esperar tranquillo as recompensas, que decerto choverão sobre elle, assim que a Portugal chegar a noticia dos seus feitos... Ah! se D. Francisco d'Almeida se embalasse com essas doces illusões, não conheceria o caracter do seu monarcha, mas os acontecimentos não lhe consentem que chegue mesmo a formar esses devaneios, e vão já mostrar-lhe o que tem que soffrer um homem de genio, quando o acaso do nascimento o faz dependente da mediocridade coroada e sentada no throno, incapaz de comprehender as grandes almas, e desconfiando dos grandes vultos, como quem teme vêl-os elevar-se, nos seus vôos arrojados, ás regiões desconhecidas, aonde um espirito acanhado os não possa acompanhar.

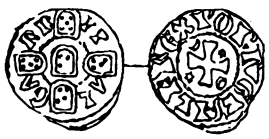
Supponham um bando d'aguias sujeito ás ordens d'um timido gerifalte; vel-o-hão cortar-lhes a cada instante as azas para que se não elevem tanto acima d'elle, que lhes não possa seguir o vôo alteroso por entre as nuvens onde se elabora o raio.

Era chegada a monsão favoravel para voltarem á patria as naus que deviam regressar a Portugal com as riquezas da India. Estava-se em fevereiro de 1506. Tractou D. Francisco d'Almeida d'embarcar a pimenta, que tinha com abundancia, e de prover ao mesmo tempo os seus officiaes nos diversos commandos, que lhes estavam destinados. Aqui era sempre o desencadeiarem-se as ambições, o surgir a indisciplina motivada pela cubiça, o revelarem-se as paixões humanas d'esses heroes, que pareciam semi-deuses nas pelejas, e que, depois do combate, desciam muitas vezes á condição de piratas. Bem dizia D. Francisco d'Almeida, pedindo a el-rei que remunerasse largamente os serviços dos guerreiros, mas que lhes não permittisse mercadejar; porque o soffrego desejo de se locupletarem não fazia senão promover a lucta e as rixas entre elles, as intrigas e a desobediencia aberta contra os seus chefes, accender, emfim, todas as más paixões que referviam no animo d'esses heroicos aventureiros.

Digitized by Google

Imaginam talvez que, em terras tão distantes da metropole, aonde não podiam chegar as ordens immediatas do governo, e onde era indispensavel a união completa entre os poucos Portuguezes sumidos n'esse mar de nações inimigas, imaginam que D. Manuel, percebendo isto, daria a força conveniente ao seu representante e procuraria evitar-lhe dissabores que redundariam em prejuizo da patria? Imaginam que lhe daria poderes discricionarios, reservando-se ainda assim a fiscalização suprema e o castigar depois as arbitrariedades, se algumas arbitrariedades se tivessem commettido? Enganam-se; podiam contar com isso se o rei se chamasse ainda D. João II, o *Principe Perfeito;* infelizmente chamava-se D. Manuel, o *Venturoso.* Ora, como sabem, raras vezes são os atilados os favoritos da fortuna.

Chegára pois, como dissemos, a occasião de satisfazer as ambições dos capitães portuguezes; mas qual foi o espanto do vice-rei, quando, a cada nomeação que fazia, se essa nomeação desagradava ao interessado, o via tirar do bolso um diploma sellado com as armas reaes, em que D. Manuel, ás occultas de D. Francisco, provêra d'antemão estes e aquelles officiaes nos cargos mais importantes da India. Assim, João da Nova que, de mais a mais, vinha do reino apparentemente provido no posto de commandante da esquadra que devia cruzar no cabo Comorim, trazia um diploma secreto que o nomeava capitão-mór do mar da India, o posto mais importante depois do de vice-rei, que fôra prometido a D. Lourenço d'Almeida; Vasco Gomes d'Abreu, que devia cruzar no cabo Guardafui, trazia outro diploma secreto que o nomeava capitão-mór d'outra qualquer esquadra, que tivesse d'andar apartada da principal. Conteve D. Francisco d'Almeida a sua ira, e apenas disse, voltando-se para alguns dos fidalgos: «Muito folgára de saber que informações se dão a el-rei para que elle faça estas provisões». depois, mostrando submetter-se ás ordens reaes, aproveitou algumas irregularidades de fórma para suspender a execução dos decretos, emquanto não viesse nova decisão do reino. Isto dá motivo a que se accenda a mais furiosa intriga que é possivel imaginar-se. Vasco Gomes d'Abreu e João da Nova pediram licença para voltarem á patria; Gaspar Pereira, o escrivão em que já falámos, incitava os descontentamentos, e escrevia em segredo longas cartas para Portugal, cartas todas cheias d'accusações contra D. Francisco d'Almeida, o qual, dizia elle, recusava cumprir as ordens d'el-rei; e D. Francisco, o heroe, o triumphador, o homem cujo nome fazia tremer a India, sabedor d'estas intrigas, dissimulava mas sentia inundarem lhe o peito as ondas d'amargura, e o seu grande espirito, pungido por estas mesquinhezas, via, talvez, nas sombras do futuro, as desgraças que ameaçavam o imperio fundado por elle, desgraças que em grande parte haviam de provir d'essa politica falsa, iniqua e suspeitosa, que paralyzava o poder nas mãos das auctoridades supremas, e abria campo largo ás intrigas, á indisciplina e á cubiça dos subordinados.



Dinheiro, de D. Affonso IV

Partiram finalmente as naus para o reino. Foi D. Lourenço acompanhal-as até ás alturas d'Anchediva, onde, como dissemos, se fundára fortaleza. Depois, regressando pela costa de Cambaya, deu caça aos navios de Calicut, castigou alguns atrevimentos de piratas que ousavam insultar a fortaleza d'Anchediva, e, reunindo em comboio todos os navios de Cochim, Cananor e Coulam (os nossos tres alliados) que pelo caminho en-

Digitized by Google

controu, veiu-os escoltando; satisfazendo d'essa fórma as intenções de seu pae, o qual, ainda que soubesse de sciencia certa que os rajahs de Cananor e Coulam anciavam por se vêrem livres da nossa alliança, seguia o systema de se mostrar terrivel aos nossos inimigos, justo, leal, benefico aos nossos amigos, ainda que estes só o fossem na apparencia, e lhe não pagassem com lealdade.

CAPITULO XXXIV

Fundação da fortaleza de Cochim.—Cerco de Cananor

Era já porém tempo de dar começo a uma negociação em cujo bom resultado muito se empenhava o vice-rei, mas que apresentava (não o ignorava elle) innumeras difficuldades. Tractava-se de fundar fortaleza em Cochim com pleno assentimento do soberano, sem que, para obter essa annuencia, se empregasse a força ou a ameaça. O valente guerreiro de Mombaça, o habil almirante de Cananor, o energico chefe que sabia conter na obediencia os seus insoffridos subordinados, vae-se-nos apresentar debaixo d'outro aspecto. Vamos vêl-o negociador flexivel, cordato, inoffensivamente astucioso, vencendo, com as seducções da brandura e da cortezia, as repugnancias do brahmane, e conquistando-lhe de todo as affeições, como egualmente conquistou o respeito da posteridade, correspondendo com lealdade e cavalheirismo ás provas de estima e affecto que o rajah de Cochim lhes dava, a elle e á nação portugueza.

Demoremo-nos algum tempo nas particularidades d'esta negociação: sabendo o que o provir esconde no seu mysterioso seio, as crueldades, as traições, as perfidias que hão de tornar execrado o nome portuguez, vemos com certa complacencia no espelho da phantasia esta scena, tal como nol-a descreve, com a sua ingenuidade habitual, o bom Gaspar Correia; ha um perfume primitivo e como que infantil n'esta negociação, mais domestica do que diplomatica, e os estratagemas transparentes de D. Francisco d'Almeida, a terna confiança do rajah de Cochim distrahem-nos suavemente das scenas ferozes da guerra, das repugnantes luctas da ambição.

Como dissemos, era Cochim o centro da administração portugueza; alli estava, por conseguinte, reunida a maxima parte dos aventureiros, cujas casas, ou antes choupanas, cobertas de folhas de palmeiras, á moda do paiz, se agrupavam emtorno da tranqueira onde morava D. Francisco d'Almeida. Como os nossos soldados inspirassem aos habitantes de Cochim a maxima confiança, alguns moradores da terra tinham vindo estabelecer as suas lojas no meio do bairro europeu, e viviam com os Portuguezes na mais completa intimidade.

Comtudo em Cochim não escasseavam os negociantes arabicos; demais, o espirito da população não estava tão favoravelmente disposto para os novos hospedes como o do seu monarcha, e por varias vezes, quando julgavam os Portuguezes em perigo, tinham feito os Mouros algumas manifestações, logo comprimidas pelo soberano, e mais ainda pela volta constantemente triumphal das esquadras portuguezas. D'esta malevola disposição dos Mouros, conhecida por

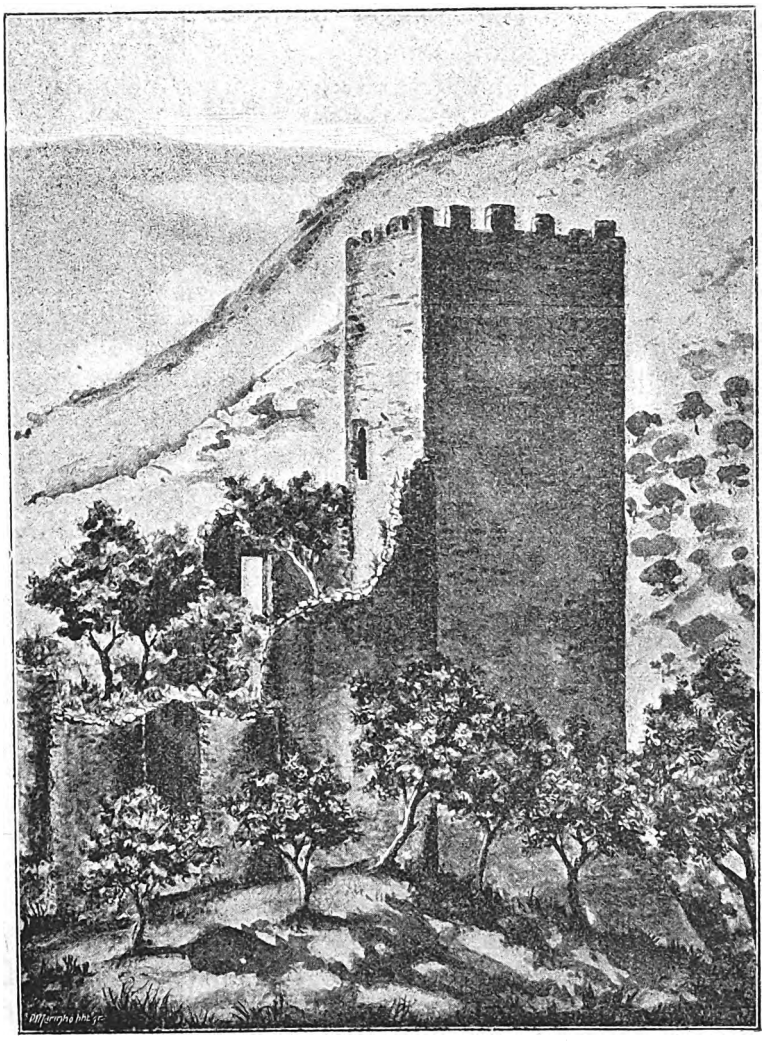
Digitized by Google

todos, intentou o vice-rei servir-se para os seus fins.

Uma noite mandou secretamente deitar fogo a uma porção de casas portuguezas, tendo previamente avisado os habitantes para salvarem os seus bens, e prestando-se a pagar as perdas que houvesse apezar do aviso. Sobresaltou-se a cidade, e correram os Indios juntamente com os Portuguezes para extinguirem o incendio, o que facilmente conseguiram; mas logo no dia seguinte o bondoso rajah tractou de inquirir quem tinha sido o incendiario. Como é facil de imaginar, foi impossivel descobril-o.

D'ahi a algumas noites novo incendio, novos sustos, novas inquirições inuteis. Mas d'esta vez o vice-rei julgou que era tempo de fazer uma insinuação, e, queixando-se do constante sobresalto em que o tinham os Mouros, a quem era impossivel deixar de attribuir a perpetração do crime, accrescentou que estaria livre d'esses receios, se podesse morar em casas de pedra, em cujos muros iriam esbarrar mallogradas as perfidas tentativas dos seus secretos inimigos. Affligiu-se o rajah com a proposta; era este o ponto sensivel, onde não gostava que lhe tocassem. Objectou que os usos do paiz não permittiam que a pedra se empregasse n'outras construcções que não fossem os pagodes e os palacios dos soberanos.

D. Francisco d'Almeida allegou-lhe cortezmente que a fortaleza pertenceria ao soberano de Cochim, que não estariam os Portuguezes n'ella senão emquanto isso fosse do agrado dos seus hospedeiros, e que elle, vice-rei, sempre que tivesse de se ausentar, nunca entregaria as chaves senão ao proprio rajah.



CASTELLO DA LOUZÃ

Apezar de commovido por estas obsequiosas razões, o brahmane esquivou-se a dar uma resposta directa, e prometteu tomar medidas taes, e ameaçar os incendiarios com castigos tão terriveis, que não tornasse a dar-se similhante caso. Mal sabia o ingenuo Indio que tinha diante de si o criminoso que a *sua poli-*

Digitized by Google

cia em vão procurava por toda a parte.

Retirou-se o vice-rei, fingindo-se descontente, e premeditando para essa mesma noite um golpe decisivo. Havia junto da tranqueira uma casa que fôra consagrada pelos padres e transformada em egreja provisoria. Nos domingos e dias de festa dizia-se alli a missa e ornava-se com os paramentos sumptuosos, que para esse fim tinham vindo do reino. Concorria sempre grande multidão d'indigenas, attrahidos pela novidade do espectaculo, e de poucos seria desconhecida a magnificencia interna do improvisado templo christão; mas o que os Indios não sabiam é que, mal terminava a missa, os paramentos eram com todo o cuidado armazenados, e que não ficava na egreja senão o altar com a sua cruz singella.

N'essa noite ouviu-se o brado «fogo» já conhecido dos habitantes de Cochim, que não podiam socegar havia uma semana, e viu-se irromperem chammas da egreja. Foi grande a commoção produzida por este espectaculo; todos julgavam que os pomposos paramentos haviam sido devorados pelo incendio, e logo no dia seguinte veiu o sobrinho do rajah, que lhe devia succeder no throno, procurar o vice-rei, saber quaes tinham sido as perdas, mostrando-se ao mesmo tempo summamente indignado com a audacia dos Mouros, que não temiam ultrajar os fieis alliados do senhor de Cochim.

O vice-rei fingira-se doente. Quando soube quem o procurava, levantou-se muito a custo, e foi ao encontro do seu hospede, que o censurou amigavelmente por não se ter deixado ficar na cama, commettendo a imprudencia de o vir receber assim fraco e abatido. A comedia representava-se com tal perfeição, que se diria que fôra ensaiada pelo proprio Gil Vicente.

O vice-rei disse-lhe que estes sobresaltos continuados lhe estavam minando a saude, que não podia viver n'estes constantes receios, e que, se lhe não fosse permittido pôr-se ao abrigo do fogo, recolhendo-se a uma fortaleza de pedra, preferiria ir invernar a Anchediva, apezar dos grandes incommodos e transtornos que trazia comsigo essa resolução, porque principiava a temer sériamente que os Mouros, animados pela impunidade, chegassem um dia aos extremos de lhe lançarem fogo á esquadra.

Ouvia o juvenil Indio estes queixumes, encostado indolentemente ao hombro de D. Lourenço d'Almeida. Uma forte sympathia ligava estes dois moços oriundos de duas raças tão differentes; um educado na praia onde o sol se esconde, outro nascido no berço da aurora; um forte, energico, resoluto, como digno filho que era d'essa patria d'heróes; outro effeminado, timido, lascivo, como quem nascera n'essas terras perfumadas, onde o ardor d'um céu de fogo incende a imaginação, mas extenúa o espirito, e onde as brisas morbidas do Oriente inspiram uma languidez voluptuosa a essa raça mais scismadora do que activa, mais propria para a contemplação do que para a lucta. Apezar d'essa differença d'organizações, os dois mancebos sympathizavam um com o outro. O Indio admirava ingenuamente em D. Lourenço o valor e a robustez ligados com essa belleza esculptural de fórmas que deslumbra os povos orientaes; D. Lourenço estimava no Indio a bondade extrema e a ingenua confiança com que se lançava nos braços dos Europeus.

Quando o vice-rei terminou o seu discurso, o principe indiano, abalado pelas suas razões, jurou-lhe que obteria de seu tio a licença pedida. «Se assim o fizeres, tornou D. Francisco sorrindo-se, dou-te meu filho por captivo.» «E eu que acceito, redarguiu o joven Indio, abraçando o seu valente amigo.»

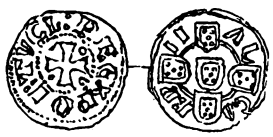
Digitized by Google

N'esse mesmo dia chegava a licença, d'ahi a oito dias principiava a construcção, d'ahi a dois ou tres mezes erguia-se no continente indiano a primeira fortaleza européa, sem que as suas pedras fossem cimentadas com sangue e lagrimas, como depois havia de succeder quando a crueldade, a cubiça e o fanatismo pozessem em olvido as gloriosas tradições, legadas aos seus successores por este homem verdadeiramente grande.

Parece que D. Francisco mesmo o previra quando disse aos fidalgos, que estranhavam o elle ter tomado com o rajah de Cochim os compromissos mais leaes, sem deixar uma porta aberta ás interpretações traiçoeiras: «Que elle com a verdade esperava em Deus ganhar a India que nunca teria perdição senão com enganos e mentiras.»

Estava a findar o primeiro anno do vice-reinado de D. Francisco d'Almeida. Terminou gloriosamente com uma expedição de D. Lourenço, o qual, dirigindo-se ás Maldivas, foi, por engano do piloto, aportar a Ceylão. Aproveitou-lhe o engano, porque tão espalhada estava já a fama das armas portuguezas, e era tamanho o terror que inspirava o nome do vice-rei, que bastou apparecer a esquadra de D. Lourenço para que o chefe indio, que residia no porto de Columbo, se reconhecesse tributario da corôa de Portugal, promettendo enviar annualmente uma grande carregação de canella, e um certo numero d'elephantes, dando por essa fórma latitude muito maior ao tracto que principiava a enriquecer o mais pequeno reino da peninsula hispanica.

Ainda por causa d'essa armada teve D. Francisco de Almeida dissabores com um dos seus subordinados, Lourenço de Brito; ainda d'esta vez appareceu, com grande desgosto do vice-rei, mais um diploma secreto. O historiador imparcial deve comtudo confessar, depois de ter verberado o systema politico de D. Manuel, que excitava á insubordinação os officiaes das suas armadas, deve confessar, repito, que D. Francisco d'Almeida não andava bem, confiando constantemente a seu filho o commando de todas as expedições, por mais merecedor que fosse d'esse commando o heroico mancebo.



Dinheiro, de D Pedro I

Mas quem ousa condemnar esta fraqueza de um pae extremosissimo, fraqueza que, de mais a mais, não revertia em prejuizo publico? Estas fraquezas são proprias das grandes almas; não disse Victor Hugo, no verso admiravel que já aqui citámos,

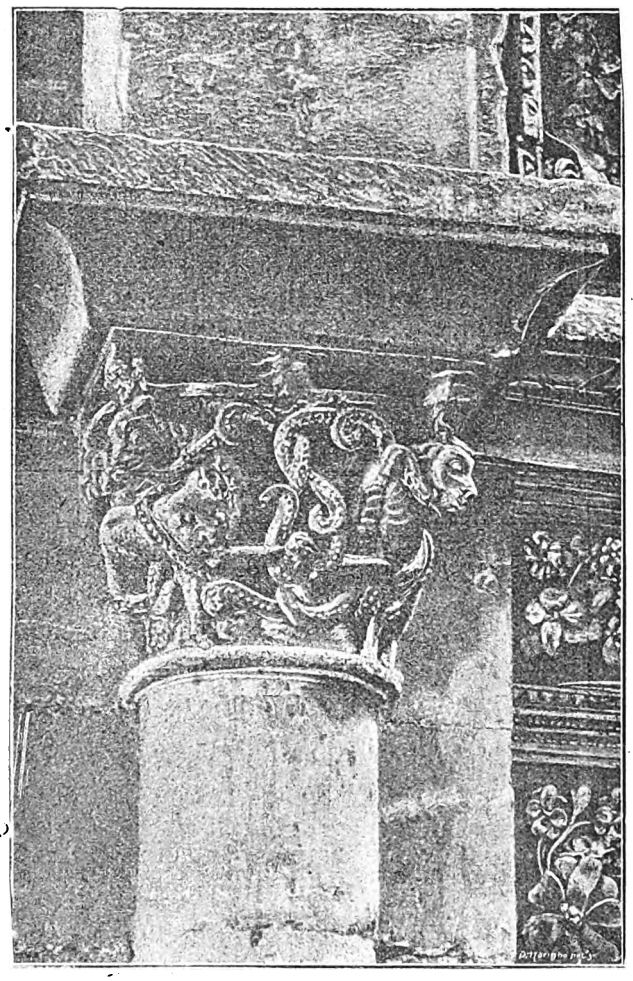
Oh! les cœurs de lion sont les vrais cœurs de pére?

Não se limitaram á que citámos as injustiças inspiradas a D. Francisco d'Almeida pelo louco amor que tinha ao filho. Poderemos até dizer que foi a causa unica de algumas faltas que macularam o seu procedimento, aliás tão justiceiro, prudente e leal. Emquanto D. Lourenço viveu, sempre lhe confiou os mais honrosos commandos, em prejuizo d'outros officiaes não menos dignos. Depois da desastrosa morte do mancebo, a dôr profunda, que esse acontecimento lhe causou, transformou a sua natural humanidade n'uma ferocidade sanguinaria, que encheu de pavor a India, e contribuiu para accender contra os Portuguezes os odios mais implacaveis.

Commetteu, pois, o vice-rei outra injustiça. Fôra D. Lourenço com a sua esquadra cruzar deante das costas de Cambaya; constou-lhe que no reino de Dabul estavam muitas naus de Calicut; levado pelo seu enthusiasmo juvenil, quiz forçar a barra para as ir queimar; segundo parece, o moço general tinha effectivamente razão, e a empreza, sendo gloriosa, não apresentava difficuldades in-

Digitized by Google

superaveis; mas os capitães dos seus navios, que elle reuniu em conselho, ou por demasiada prudencia, ou, o que é mais provavel, porque, descontentes do vice-rei e ciosos de seu filho, quizessem a todo o custo contradizel-o, foram unanimemente de opinião que se não fizesse a tentativa; debalde D. Lourenço exaltado lhes expôz as razões que militavam a favor do seu desejo; o conselho persistiu no seu voto. Ora o vice-rei, para colorir a falta que commettia, subordinando a um chefe tão novo capitães mais velhos e experimentados, ordenára-lhe que nada fizesse sem consentimento dos seus subalternos. Portanto, D. Lourenço, chorando de raiva, mandou lavrar acta da decisão do conselho, fel-os assignar a todos e assignou tambem vencido. Depois fez-se de vella para Cochim, onde contou ao pae tudo quanto se passára.



CAPITEL DE SANTA CRUZ DE COIMBRA

O vice-rei, adivinhando o motivo que dirigira os fidalgos, encolerizou-se extremamente, e practicou um acto que era uma verdadeira arbitrariedade. Mandou-os pôr a ferros *por terem aconselhado mal o seu capitão-mór*.

Ora, esta injustiça era uma consequencia necessaria do erro commettido, dando a D. Lourenço o commando nominal, e, portanto, a gloria da expedição, e a um corpo collectivo as difficuldades verdadeiras da suprema direcção dos movimentos. Era tirar a responsabilidade ao chefe, a quem na realidade competia, para a ir dar a um corpo, por sua natureza irresponsavel, cujas attribuições devem ser simplesmente esclarecer o commandante, e cujo voto não póde passar de consultivo. Se assim não fosse, seria escusada a nomeação de um capitão-mór.

Mas acontecimentos mais graves iam surgir e desviar a attenção dos Portuguezes de lamentaveis dissidencias, onde todos eram dignos de censura. Devemos dizer tambem que a desculpa d'esta injustiça do vice-rei está na má vontade manifesta dos fidalgos, mais occupados dos seus resentimentos do que do serviço da patria, e na disposição constante que mostravam de contrariar e embaraçar a administração de D. Francisco de Almeida.

Morrêra o rajah de Cananor e o que lhe succedeu, ainda que não ousasse insurgir-se abertamente contra a nossa preponderancia, mostrava-se muito inclinado a favorecer os Mouros. O vice-rei, conhecendo estas disposições, e não tendo ainda podido construir fortaleza

Digitized by Google

em Cananor, apressou-se em mandar para lá o capitão nomeado para essa fortaleza, Lourenço de Brito, com um reforço que habilitasse os Portuguezes a resistirem a qualquer ataque imprevisto, emquanto o vice-rei, avisado da revolta, não corresse a auxilial-os.

Não tardou muito a rebentar a explosão; o rajah de Cananor, mostrando sempre grande desejo de conservar a alliança portugueza, afastou-se da capital, pretextando a necessidade de tractar da sua saude vacillante, e, para melhor lançar fóra dos seus hombros a responsabilidade, fingiu cahir doente no sitio para onde fôra residir. Passava-se isto em abril de 1507.

Logo os Mouros se sublevaram, e cercaram os Portuguezes na feitoria, apenas defendida por uma fragil tranqueira. Para cumulo de desventuras, entrava a estação das procellas com cujo auxilio os Mouros haviam contado, e o soccorro promettido pelo vice-rei não pôde, por mais esforços que tentasse, affrontar as iras do mar tempestuoso.

Mas Lourenço de Brito e os seus soldados mostraram-se dignos das gloriosas tradições de Duarte Pacheco. Foi o cerco de Cananor um dos mais brilhantes feitos de armas das nossas guerras indianas. Abrigados apenas por um pequeno e provisorio entrincheiramento, protegido por algumas peças de artilheria, reduzidos á força de trezentos homens, e lastimando até não serem menos numerosos, porque a fome fazia-se sentir e as poucas provisões que obtinham eram conquistadas á ponta da espada nos entrincheiramentos dos Mouros, sustentaram os nossos valentes maiores, dirigidos por Lourenço de Brito, um longo cerco todo o inverno, vendo o horizonte cerrado pelas procellas, não tendo a minima esperança de soccorro, e expondo-se a perigos incriveis para obterem os alimentos, desde que os inimigos, percebendo que as nossas sortidas tinham apenas por fim abastecerem-se os sitiados de provisões de bocca, haviam tomado a resolução de não conservar nos entrincheiramentos avançados o mais pequeno deposito de mantimentos. Depois de soffrerem privações, incle-

D. MARIA DE CASTELLA, SEGUNDA MULHER DE D. MANUEL

Digitized by Google

mencias, depois de repellirem muitos assaltos furiosos, foram afinal os valentes descercados por um soccorro imprevisto. Um acaso feliz fizéra aportar a Cananor, no dia 27 de agosto de 1507, a esquadra que vinha do reino, que invernára nas costas africanas, e que tinha por commandante Tristão da Cunha, o mesmo que estivera nomeado para vice-rei da India, nomeação que fôra impedida por uma doença que o cegára, e o qual vinha agora, completamente restabelecido, servir a sua patria debaixo das ordens de outro homem, no sitio onde elle estivera para exercer o supremo commando.

Louva-se muito, e justamente se louva, o procedimento do marechal Canrobert, o qual, vendo, no cerco de Sebastopol, que se não podia entender com lord Raglan, commandante do exercito inglez, e não querendo, por essa desintelligencia, prejudicar o serviço da França, resignára o commando nas mãos do general Pélissier, e fôra, serena e simplesmente, pôr-se á testa da sua antiga divisão, continuando a servir, no exercito que commandára, debaixo das ordens do seu antigo subordinado.

Como vêem, não podem os estrangeiros apontar-nos uma acção heroica dos seus annaes, sem que lhes mostremos nos nossos acção identica. O procedimento de Tristão da Cunha parece-nos que póde affoitamente competir com a abnegação do marechal Canrobert.

CAPITULO XXXV

O sultão do Egypto manda uma esquadra á India — Morte de D. Lourenço d'Almeida

Logo depois de Tristão da Cunha, como levantára a invernia, appareceu o vice-rei em pessoa, seguido, com poucos dias de intervallo, por seu filho D. Lourenço. É facil de imaginar qual fôra o terror dos Mouros. Haviam desapparecido como por encanto. Entretanto o rajah de Cananor punha em practica a politica habitual dos chefes indianos. Jurou que tudo se fizera contra sua vontade, que de nada fôra sabedor, porque estava longe da sua capital, doente, enganado pelas pessoas que o rodeavam, mas que iria castigar exemplarmente os Musulmanos, se elles não se tinham posto já a abrigo da sua colera. O vice-rei, habil como sempre, dissimulou, e fingiu acceitar as desculpas do Indio, fazendo-lhe comtudo sentir, por algumas insinuações transparentes, que não fôra logrado por uma astucia já velha. Assim, mostrando-se satisfeito com as desculpas do rajah, salvaguardava a honra da bandeira portugueza, sem se envolver em nova guerra, que seria prejudicial ao nosso commercio, principalmente n'essa epocha do anno, em que se principiavam a fazer as carregações; por outro lado, empregando uma linguagem ambigua, mas em que se sentia a ameaça, como n'um céu nebuloso e carregado se presente o relampago e o trovão, infundia um vago terror no chefe indiano, que não tinha a consciencia tranquilla, suspendia-lhe sobre a cabeça uma verdadeira espada de Damocles, e obrigava-o a fazer quanto os Portuguezes quizessem, para evitar que a tempestade rebentasse. D'esta fórma se construiu a

Digitized by Google

fortaleza de Cananor, sem que o rajah ousasse pôr a minima duvida, e apezar de todas as tentativas que os Mouros subrepticamente fizeram para embaraçar o proseguimento da obra.

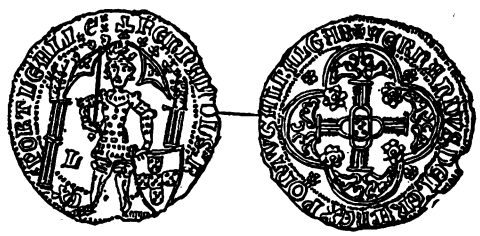
Terminado este negocio, voltou D. Francisco para Cochim, levando debaixo das suas ordens Tristão da Cunha. Duas cousas tinha de fazer em seguida: destruir uma nova esquadra que o Samori preparava para se vingar da terrivel derrota que o vice-rei lhe infligira, como estreias do seu governo, e desfazer a fortaleza d'Anchediva, que se reconhecera inutil e dispendiosa. A armada do Samori queimou-a toda em Panane a 25 de novembro de 1507, depois de um brilhante combate, em que seu filho, como sempre, muito se distinguiu, e em que tambem se tornou notavel pela sua precoce bravura o futuro e celebre governador da India, Nuno da Cunha, filho de Tristão da Cunha, criança então de uns doze ou treze annos, e que tivera a honra de fazer as suas primeiras armas ao lado de Affonso de Albuquerque, por quem fôra armado cavalleiro. A este, mais do que a nenhum outro, se póde applicar o formoso verso do tragico francez, que tantas applicações tem recebido:

La valeur n'attend point le nombre des années

Desfeita a fortaleza d'Anchediva, recolheu-se o vice-rei a Cochim, onde o esperava um negocio para cuja resolução era necessaria toda a sua energia e toda a sua finura, negocio em que os funestos germens da insubordinação, que vimos lavrar nas fileiras portuguezas, principiavam a dar o seu fructo amaldiçoado.

Queremos falar da celebre dissidencia que houvera entre Affonso d'Albuquerque e os seus capitães, dissidencia cujo resultado fôra o ter-se visto o grande capitão obrigado a levantar o cêrco d'Ormuz, por lhe desertar a maior parte dos navios da sua esquadra.

Contaremos depois esse incidente, que não narramos agora para nos não afastarmos da seguida exposição do governo de D. Francisco d'Almeida, e diremos apenas que tres capitães da frota



Dobra pé-terra, de D. Fernando

de Albuquerque, frota que partira do reino juntamente com a de Tristão da Cunha, mas que era destinada especialmente a cruzar na bocca do Mar Roxo e a abrir relações com Ormuz, tres capitães d'essa frota desertaram de noite, e vieram a Cochim apresentar-se ao vice-rei, accusando Affonso d'Albuquerque de traidor, de concussionario, e de quantos crimes lhes aprouve attribuir a essa aguia sublime, cujo vôo elles não ousavam acompanhar. Esses tres capitães chamavam-se: Affonso Lopes, Manuel Telles e Antonio do Campo.

Eis os funestos effeitos do procedimento real. Nunca elles ousariam commetter uma acção d'estas, se não soubessem por experiencia como na côrte de Lisboa se estava prompto sempre a dar ouvidos á intriga, a fazer obra por ella, e a tirar a força aos delegados supremos do poder real!

D. Francisco d'Almeida não era da laia dos cortezãos, e estava pouco disposto, pelo que succedia a cada passo com elle, a proteger insubordinados. Demais, conhecia Affonso d'Albuquerque e prestava-lhe justiça. Se depois teve com elle dissensões lamentaveis, foi porque o desgosto immenso que lhe causou a morte de seu filho, exacerbára, azedára

Digitized by Google

o seu genio e o tornára sombrio e irritavel.

Comtudo as accusações que os tres capitães formulavam contra Affonso d'Albuquerque eram tão graves, que D. Francisco d'Almeida não ousou proceder contra elles antes que a chegada d'Affonso d'Albuquerque esclarecesse a questão. Entretanto, tractou-os com muita severidade, estygmatizou vivamente o seu procedimento, que a injuria mais violenta não podia justificar, e mandou-os unir-se á fróta de D. Lourenço, que sahira de Cochim para ir, como de costume, perseguir os navios de Calicut, e escoltar os navios alliados que negociavam na costa de Guzarate.

Quem diria ao extremoso pae, quando, á porta da fortaleza de Cochim, debaixo da ramada, abraçava esse mancebo cheio de vida, de ardor e de mocidade, que seria esse o ultimo abraço, e que não mais tornaria a ver n'este mundo o filho que adorava.

Com effeito o desastre estava imminente, e vamos enunciar as causas que o motivaram.

A descoberta do novo caminho para as Indias Orientaes, o commercio activissimo dos Portuguezes com essas regiões distantes, o estabelecimento permanente que lá tinham feito, e o predominio que exerciam em toda a costa indiana, e que lhes assegurava o monopolio commercial, haviam sobresaltado o sultão do Egypto, e atemorizado a republica de Veneza. Effectivamente a fonte principal da opulencia d'estes dois estados era exactamente esse monopolio de que os Portuguezes se haviam apoderado. Já o sultão do Egypto reclamára, como vimos, perante o Papa, mas com isso nada conseguira.

Desenganados por esse lado, viram os interessados que só a força lhes podia valer. Não hesitaram em a empregar, o sultão do Egypto abertamente, Veneza em segredo auxiliando os Musulmanos com munições de guerra, enviando-lhes habeis artilheiros e engenheiros, que os serviam, dando-se como desertores, ou amestravam os soldados na tactica europêa. Quando D. Lourenço de Almeida sahia de Cochim, não prevendo a sorte que o esperava, partia do Mar-Roxo uma poderosa armada commandada por Mir-Hussein, e ia lançar ferro em Diu, cujo chefe, Melek-Iaz, lhe promettera auxilio e gasalhado.

Este Melek-Iaz era um dos Indios mais astutos que então dominavam nas costas do Malabar. Odiando egualmente os Portuguezes e os Rumes (como na India se chamava aos valentes janizaros do sultão do Egypto), formára o indiano o atrevido projecto de os destruir uns pelos outros, conservando-se neutral, mas de maneira que podesse cahir nas boas graças do vencedor e colher tambem os fructos da victoria. A victoria previa elle que pertenceria aos Portuguezes; reconhecia a superioridade dos soldados do sultão do Egypto sobre os Indios indolentes e os Mouros do Malabar, mas tinha ainda orgulho bastante para suppôr que os heroes, deante de quem os seus compatriotas fugiam sempre, não se deixariam vencer facilmente pelos novos combatentes. Comtudo, por outro lado, havia algumas probabilidades a favor d'estes; a sua bravura era incontestavel, a sua artilheria, servida por bombardeiros venezianos, rivalizava com a portugueza e era muito mais numerosa; o Malabar, que acceitava fremente o jugo dos Christãos, sublevar-se-hia todo, apenas estes soffressem o mais leve revez; só talvez Cochim lhes ficasse fiel, mas esse pequeno paiz seria esmagado pelos seus visinhos; o Samori preparava grandes armamentos para auxiliar Mir-Hussein. Decididamente era necessario tomar cautella e tirar o maximo proveito do conflicto.

Digitized by Google

CASAMENTO DE D. MANUEL COM SUA TERCEIRA MULHER D. LEONOR D'AUSTRIA
(Quadro existente na Misericordia de Lisboa)

Emquanto se não accendia a guerra, ia elle auferindo grandes proventos da reunião em Diu, tanto da esquadra de Mir-Hussein como dos navios mercantes que vinham buscar o auxilio e a escolta da armada. D. Lourenço estava n'essa occasião no porto de Chaul. Queria Mir-Hussein ir procural-o, mas Melek-Iaz

Digitized by Google

preferia que o combate se travasse nas proximidades de Diu, porque assim melhor podia seguir as eventualidades da peleja e inclinar-se para o lado que mais lhe conviesse. Sahindo Mir-Hussein, teria o manhoso Indio de o seguir ou de ficar. No primeiro caso, estava perdido se os Portuguezes vencessem; no segundo caso estava-o egualmente se fossem os Rumes os vencedores.

Rendera-se quasi Mir-Hussein aos seus conselhos, quando a chegada de um Mouro, que, tendo sido maltractado pelos Portuguezes, jurára vingar-se, veiu transtornar todo o seu projecto. O Mouro conseguiu inflammar não só o vaidoso Mir-Hussein, mas até o proprio astuto Melek-Iaz no ardor que o animava. Representou a esquadra de D. Lourenço como fraca e desprevenida, e tanto fez que Mir-Hussein sahiu do porto, e Melek-Iaz, sempre mais cauteloso, prometteu seguil-o depois á testa de uma numerosa esquadrilha de fustas.

Ora, D. Lourenço não estava desprevenido, avisára-o um brahmane da chegada da esquadra turca; mas os seus capitães tinham alcunhado de mentirosos taes avisos, e, apezar dos desejos de D. Lourenço, a armada conservára-se em Chaul. Os acontecimentos pareciam ter confirmado o parecer dos capitães; decorrêra muito tempo sem que houvesse novas de tal armada; portanto não foi pequeno o seu espanto quando um bello dia viram apparecer, na barra do rio de Chaul, uma nau mourisca, logo outra e outra. Estavam os Portuguezes já tão longe de pensar na esquadra de Mir-Hussein, que o tomaram primeiro por Affonso d'Albuquerque e esses navios por algumas prêsas que elle tivesse feito. Enviou-se um ligeiro esquife para saber novas, mas as almadias que encontrou, ou por estarem feitas com os inimigos, ou porque effectivamente não soubessem quem elles eram, nada esclareceram. Entretanto a armada fôra-se approximando a ponto de já se descortinarem as bandeiras, e de se distinguir a meia lua mahometana em vez da cruz de Christo. Foi só então que os Portuguezes sahiram do descanso em que jaziam, descanso tal que alguns dos navios de menos lote, estando proximos de uma das margens, que era alcantilada, tinham-se posto em communicação com a terra por meio de pranchas, e assim permaneciam desamparados pelas guarnições, que se tinham ido divertir!

Este descuido foi a causa principal das desgraças que succederam, porque, se tivessem mandado espiões a Diu, logo que receberam aviso, ainda mesmo que não quizessem sahir do rio de Chaul, podiam ter defendido a entrada da barra e combatido com muito maior vantagem.

Emfim, já não havia remedio; os navios da esquadra de Mir-Hussein passaram, em seguida, uns aos outros, por deante da armada de D. Lourenço, para irem surgir no interior do rio, mais proximos da cidade, que d'essa fórma contavam pôr do seu partido. Emquanto desfilavam, trocaram alguns tiros d'artilheria com os Portuguezes, tendo, porém, sido infelizes n'esse bombardeamento, porque não só quasi todos os navios ficaram mais ou menos maltractados, mas até duas galés e uma nau vieram cahir no meio da nossa armada e foram aprisionadas.

Como vêem, apesar de todos os descuidos e de todas as imprudencias, começava o combate com felizes presagios; mas logo a sizania, que foi sempre o nosso grande flagello nas cousas indianas, se introduziu entre os capitães e deu os seus fructos de maldição. Decidira-se que se tripulassem as duas galés tomadas aos Turcos, porque tinham a sua artilheria e podiam ser muito uteis; mas, quando se tractou de

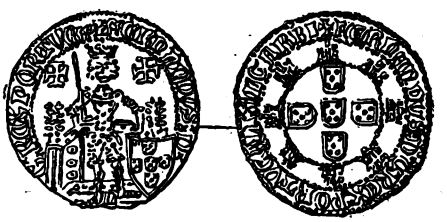
Digitized by Google

nomear commandantes para esses navios, começou a discussão, e tão accesa foi ella que terminou quasi em briga. Vergonhoso espectaculo que bastantes vezes se nos depara, estygma indelevel que bastantes vezes macúla a gloria dos nossos heroes! D'isto, digâmol-o ainda, não deixava de ser culpado o vice-rei, porque, nomeando seu filho para chefe d'expedições importantes, ordenava-lhe que tudo decidisse d'accordo com o seu conselho, e tirava d'essa fórma a força ao commando, abria campo á discordia, e impedia o chefe d'interpôr a sua auctoridade para terminar estas deploraveis luctas!

Tanto se prolongou a discussão que teve de se addiar para o dia seguinte a continuação do combate, que os Rumes não estavam muito dispostos a encetar. Elles esperavam Melek-Iaz, e o astuto Indiano, que tencionava chegar quando tudo estivesse terminado, appareceu involuntariamente quando a peleja ainda devéras não começára.

Outra imprudencia se commetteu: um bombardeiro allemão, que servia na esquadra portugueza, propoz a D. Lourenço ir n'uma das galés arrombar as naus dos Mouros a tiro de canhão, e consentia que lhe cortassem as mãos se antes do meio dia não estivesse uma no fundo. Não era para despresar a tentativa, porque o fleugmatico filho da Germania não fazia promessas ao de leve. Mas os Portuguezes, inflamados pelo espirito de cavallaria, que ainda estonteava muitas cabeças exaltadas, e fazia a um tempo doidos e heróes, protestaram contra a idéa de serem simples espectadores da peleja, e instaram com D. Lourenço para que fosse abalroar a esquadra mahometana. Ah! como o vice-rei, o habil estrategico educado na eschola de Granada, morderia os labios, raivoso, ao saber que absurdas considerações tinham causado a morte de seu filho!

No dia seguinte pôz-se a esquadra portugueza em marcha para ir abalroar os navios dos Mouros. Para a entrada da barra foram destacadas duas galés e uma caravella, afim d'obstarem á entrada de Melek-Iaz. O Indio não estava resolvido a arriscar-se a combater; ficou,



Dobra gentil, de D. Fernando

por conseguinte, d'observação, mas, só pela sua presença, obrigou tres navios da pequena esquadra portugueza a não tomarem parte na peleja

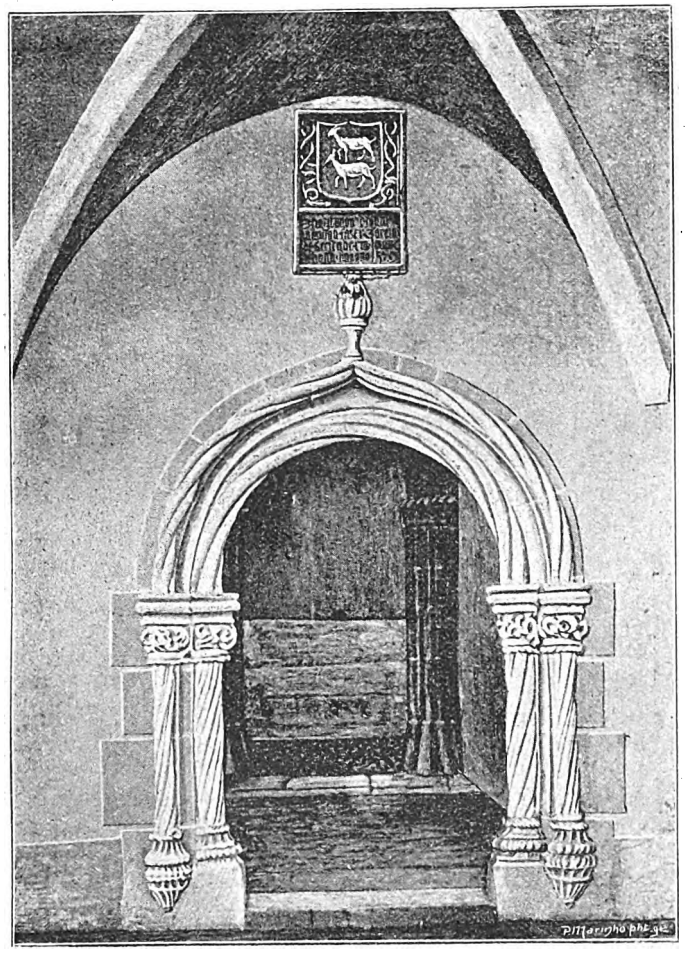
Entretanto a nau de D. Lourenço subia o rio para ir abalroar a capitania dos Turcos; mas, quando principiou a virar para isso, ficou de repente immovel. Inquirida a causa, soube-se que o contramestre, ou por medo, ou por qualquer razão desconhecida, lançára ferro. Já a artilheria do inimigo começava a varejar a nau, e era impossivel deixar de se lhe responder. Ficou d'esta fórma frustrado o projecto d'abalroamento.... Desesperados, os Portuguezes quizeram matar o contra-mestre; mas o homem, conscio do mal que fizera, deitara-se a nado e fugira para terra. Ainda assim não escapou ao seu destino, porque foi morto pelos Indios.

A fatalidade parecia n'essa malfadada expedição perseguir as nossas armas: no barulho que este successo occasionára, esqueceu-se D. Lourenço de fazer signal aos outros navios para que continuassem a sua marcha; os capitães, vendo surgir a nau do filho do vice-rei julgaram que o seu chefe mudára de proposito e surgiram tambem. Era ou não a fatalidade? Estes homens, tão insubordinados, tão rebeldes ás ordens do seu

Digitized by Google

commandante, mostraram-se timidos exactamente quando deviam tomar a iniciativa.

Assim a projectada abordagem transformou-se n'um combate d'artilheria que durou até á noite. E' verdade que n'esse combate aprisionámos duas galés ao inimigo, fizemos-lhe gravissimas avarias, e obrigámol-o a gastar quasi toda a sua polvora; mas as nossas avarias eram graves tambem, e a falta de polvora prejudicava-nos mais, porque não podiamos renovar a provisão, emquanto o inimigo tinha ao seu dispôr a de Chaul, e a da frota de Melek-Iaz, que obtêve, como vamos vêr.



INTERIOR DA CAPELLA DE GARCIA DE REZENDE

N'essa noite expediu Mir-Hussein um mensageiro ao Indio (que fizera uma tentativa *pro forma* para forçar a entrada, mas que, depois de ligeiro combate, se conservára ao largo) estranhando-lhe o seu procedimento, e convidando-o a entrar no porto, porque a frota portugueza estava quasi desbaratada. Melek-Iaz, apesar d'astuto, cahiu no laço, temeu ter-se pronunciado demasiadamente n'um sentido, e não quiz perder, por nimia timidez, a sua parte nos despojos. N'essa mesma noite forçou a entrada do porto, depois d'um combate em que as duas galés e a caravella portugueza combateram como desesperadas, destroçando-lhe a terça parte da sua esquadra. Apenas se collocou ao lado de Mir-Hussein, percebeu o engano, viu que a frota portugueza estava bastante avariada, mas que a frota dos Rumes ainda o estava mais. Mir-Hussein pediu-lhe polvora; o Indio esbravejou contra elle, mas não teve remedio senão resignar-se. Já não havia meio de temporizar.

Entretanto na esquadra portugueza decidira-se fazer-se no dia seguinte o que se não podéra fazer n'esse: determinou D. Lourenço descer de novo o rio com a nau, para tomar campo e voltar á abordagem. Assim fez, mal rompeu a aurora. Mas o destino não estava ainda aplacado, precisava de victima illustre. O navio avariado, descendo o rio, foi esbarrar n'uma estacada e tombou todo sobre ella; os outros navios continuaram a descer o rio esperando que a capitania se desembaraçasse facilmente; quando viram que era mais sério o perigo, quizeram vir soccorrel-a, mas a força da corrente não lh'o permittiu. Vendo isto, uma nau

Digitized by Google

dos Rumes e muitas fustas de Melek-Iaz vieram surgir junto do navio de D. Lourenço, e começaram a bombardeal-o, avariando-o cada vez mais, e em tal destroço o pozeram que ousaram dar-lhe abordagem. Sahiram-se mal do commettimento, porque foram repellidos com o valor habitual dos Portuguezes, duplicado pelo desespero. Finalmente, uma balla do inimigo realizou a grande catastrophe, quebrando ambas as pernas de D. Lourenço. A ferida fôra mortal, e o infeliz moço, o filho querido do vice-rei, o louro e valente Portuguez, cuja formosura deslumbrava os Orientaes, e cuja bravura os aterrava, falleceu na aurora da vida, quando tudo lhe presagiava um esplendido porvir.

Morto D. Lourenço, pouco se protrahiu o combate: os Portuguezes fiaram-se nas promessas de Melek-laz, que promettia dar-lhes honrado captiveiro, não os entregar aos Rumes, e renderem-se a elle só. O indiano cumpriu escrupulosamente as suas promessas; habil e previdente, adivinhou que esta derrota dos Portuguezes não era senão um desastre passageiro; apenas uma nau fôra tomada, e, em troca d'essa victoria, tinham perdido os vencedores cinco ou seis vasos, que os Portuguezes, não podendo leval-os, incendiaram.

Os capitães dos outros navios, sabendo a fatal noticia, quizeram vingar o seu chefe, cuja perda deploravam agora com muitas lagrimas depois de terem concorrido para ella; mas faltava-lhes pol-

D. LEONOR D'AUSTRIA, TERCEIRA MULHER DE D. MANUEL

vora. Sahiram, pois, a barra esperando encontrar alguns navios da esquadra de Affonso d'Albuquerque para voltarem depois a Chaul. Encontraram effectivamente os tres navios desertores, que D. Francisco d'Almeida lhes mandava

Digitized by Google

de soccorro. Apezar de ter principiado a invernia, e de se vêrem obrigados a luctar com ventos contrarios, não quizeram perder a vingança. Voltaram a Chaul, mas o inimigo, temendo isso mesmo, assim que vira a barra desaffrontada, levantára ferro e dirigira-se para Diu.

Restava-lhes cumprir uma dolorosa missão; informarem o vice-rei da morte de seu filho. Foi immensa a dôr de D. Francisco, mas só se lhe conheceu a afflicção no desejo de vingança e na rapidez com que envelheceu. A noticia fatal recebeu-a elle d'olhos enxutos e tranquillo como um heróe romano; mas o golpe fôra mortal, só o fazia viver a sêde de vingança: activava todos os preparativos de nova expedição com um ardor febril, mas o homem antigo morrera, o seu espirito, nobre e sereno, azedou-se, tornou-se feroz, injusto, irritavel. As crueldades de Dabul e as luctas com Affonso d'Albuquerque são a prova mais evidente da transfiguração que dizemos. O leão sacudia a juba enfurecido, mas não podia arrojar para longe de si a setta envenenada que se lhe cravára no amago do peito.

CAPITULO XXXVI

Carta do vice-rei a D. Manuel.—Expedição contra as esquadras de Melek-Iaz, de Mir Huissen e do Samori —Fim do governo e morte do vice-rei

Chegada agora a occasião de falarmos n'um curioso documento, que ministra por si só mais subsidios para a historia da India no tempo de D. Francisco d'Almeida e para o estudo do caracter do vice-rei, do que o poderiam fazer dezenas de chronicas e biographias. Queremos falar da famosa carta que D. Francisco d'Almeida escreveu a el-rei D. Manuel, precioso autographo que já Gaspar Correia transcrevera, e que, tendo sido encontrado nos nossos archivos por Lopes de Mendonça, foi publicado por elle nos *Annaes das sciencias e lettras* da Academia.

Quando D. Francisco d'Almeida escreveu esta carta, já tinha morrido D. Lourenço. Sente-se a cada instante a ira do homem que deseja viver embevecido n'um pensamento unico, saboreando a sua dôr, e que se vê obrigado a occupar-se das cousas da vida, a tractar d'interesses que parecem bem mesquinhos a quem tem já metade do espirito absorvido na contemplação da eternidade.

D. Manuel escrevêra frequentes vezes ao vice-rei; sempre este lhe respondia muito laconicamente, entregando a Gaspar Pereira o cuidado de narrar as suas acções, encarregando os seus subordinados, quando voltavam ao reino, de contarem de viva voz os combates e as expedições em que tinham tomado parte.

Quando o vice-rei, sentado debaixo da ramada da fortaleza de Cochim, conversava em practica desenfadada e amena com os seus fidalgos, dava-lhes a razão d'isto, dizendo que lhe não parecia bem um homem falar de si, e allegando o exemplo de Gonçalo Fernandes de Cordova, de quem fôra grande amigo e de quem era grande admirador.

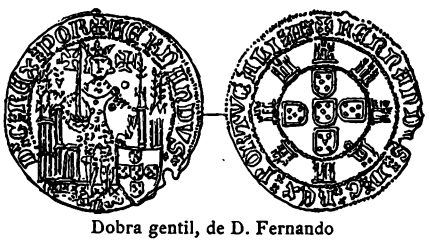
Digitized by Google

Mas D. Manuel insistia com elle seccamente para que lhe escrevesse, e o vice-rei viu-se obrigado a enviar-lhe uma longa carta, em que lhe falava n'um tom altivo e franco, no tom em que já n'essa epocha não era costume falar aos reis. Lendo-a, parece que estamos ouvindo um d'aquelles poderosos vassallos da edade-média, que, em plenas côrtes, se não ensaiavam para dizer ao soberano, que não era mais do que o primeiro entre elles, as verdades nuas, por mais asperas que fossem.

Esta carta brada mais alto do que todos os elogios que podessemos fazer a D. Francisco de Almeida, e é ao mesmo tempo um documento de eterna vergonha para D. Manuel. Quando vemos quaes eram os actos da administração de D. Francisco de Almeida que sua alteza condemnava, espantâmo-nos a um tempo da superioridade de espirito do vice-rei, e da estreiteza de vistas e da pessima indole do monarcha, que os nossos historiadores nos ensinam a venerar.

Passemos uma rapida revista a esses actos:

1.º O filho d'um corregedor de Lisboa, que viéra na sua armada, trouxera uma grande carregação de biblias, porque sabia que os Judeus da India tinham grande falta d'ellas, e que, portanto, podia fazer com elles grande negocio. Assim aconteceu: os Judeus de Cochim correram logo a comprar os livros da sua religião, pagando-os a peso de ouro. O vice-rei era um espirito superior, mas era um homem do seu tempo. Indignou-se com este acto, deu ordem aos Judeus para que entregassem as biblias ao vendedor, restituindo-se-lhes o dinheiro, e ordenou que se não vendesse uma só, podendo o filho do corregedor, quando voltasse ao reino, levar outra vez a sua carregação. Um avarento confiscava-as e vendia-as por sua conta; um fanatico mandava-as queimar: D. Francisco apenas prohibiu a venda. Querem saber o que fez el-rei D. Manuel, o que fez o homem que em Portugal mandava arrancar ás pobres mães hebraicas os filhinhos extremecidos para os educar na fé catholica, e que depois expulsava barbaramente do reino as familias privadas d'es-



Dobra gentil, de D. Fernando

ses entes adorados que seriam a sua alegria e a sua consolação no exilio? Ordenou ao vice-rei que mandasse restituir as biblias ao filho do corregedor, e que lh'as deixasse vender muito a seu gosto. Isto é d'uma inconsequencia que faz pasmar.

2.º D. Francisco d'Almeida, achando injusto que os escravos dos homens de guerra, que se batiam como elles e derramavam como elles o seu sangue em defeza da patria, não recebessem a mais leve recompensa, ordenou que se lhes désse soldo. Foi-lhe isto muito estranhado por sua alteza, que lhe prohibiu que o continuasse a fazer.

3.º Perdoára o vice-rei o degredo a alguns degredados que tinham combatido valentemente em diversas pelejas. Tambem estes perdões irritaram D. Manuel.

4.º Como o grande principio do vice-rei era que se devia recompensar largamente os que serviam bem, augmentou os soldos a alguns officiaes, e mandou pagar adeantado a outros, porque, sendo muito pobres, quando chegava o tempo de irem as naus para o reino, não tinham com que comprar alguma carregação. Note-se que o vice-rei fazia muitas liberalidades com os seus proprios dinheiros, e que, para não sobrecarregar a fa-

Digitized by Google

zenda real, não quizéra levantar o seu ordenado nos dois ultimos annos do seu governo. Note-se tambem que na India andavam os soldos atrazados, dois e tres annos, e que muitos soldados, vendo-se miseraveis, no meio da opulencia que os rodeava, fugiam para o inimigo, que lhes pagava por isso grossas quantias. Sua alteza punha em Lisboa as mãos na cabeça sabendo d'estas loucas prodigalidades do vice-rei!

Não protrahiremos a analyse; podem os leitores vêr por estes quatro quesitos quaes eram as honrosas culpas do vice-rei, e o modo como o successor do Principe Perfeito entendia dever pagar aos que na India tão bem o serviam. Sabemos quantas intrigas rodeavam o monarcha, como os seus cortezãos lhe desfiguravam a verdade, narrando-lhe como arbitrariedades os actos mais simples de D. Francisco de Almeida, mas sabemos tambem que, ainda que o vice-rei exorbitasse das suas attribuições, practicando actos tão nobres, como eram recompensar e perdoar, não devia o monarcha representar perante os seus valentes servidores o papel de ingrato, annullando sêccamente as mercês feitas aos homens que lhe arrojavam aos pés todas as riquezas do Indostão, e cujos grandes feitos lhe douraram o diadema aos olhos da posteridade.

N'esta preciosa carta, expõe tambem D. Francisco de Almeida as suas idéas ácerca da politica a seguir na India, e do modo como se deviam administrar aquelles vastos estados. Os seus planos não têem a grandeza assustadora dos projectos de Affonso de Albuquerque, mas são talvez de um bom senso mais practico.

Affonso de Albuquerque formára o projecto de um vasto imperio no Oriente, imperio fundado na intima alliança dos Portuguezes com as raças indigenas. Os Portuguezes deviam sim domina o mar, mas deviam tambem occupar alguns pontos principaes na India, d'onde podessem extender o seu protectorado sobre os differentes rajahs agrupados á sombra da nossa bandeira.

O projecto seria realizavel, se o fanatismo e as exacções dos Portuguezes não acirrassem a cada passo o odio, em que os Indios transformaram o affecto que o grande vulto de Affonso de Albuquerque lhes conseguiu inspirar.

D. Francisco de Almeida não ousaria conceber este plano. Temia que Portugal se enfraquecesse com tão distantes colonias. Não só não queria estabelecer-se na India, mas até não desejava que se fundassem fortalezas. O seu projecto era proteger o commercio portuguez com fortes esquadras, cujos soldados se não occupassem em mercadejar, mas a cuja sombra os vencedores podessem conquistar o monopolio dos negocios indianos. Este plano era mui terra a terra, mas tinha grandes vantagens practicas; para executar o outro era necessario que sempre houvesse homens de genio a regerem a India, e Affonsos de Albuquerque só uma vez apparecem na historia de uma nação.

Prosigâmos na narrativa.

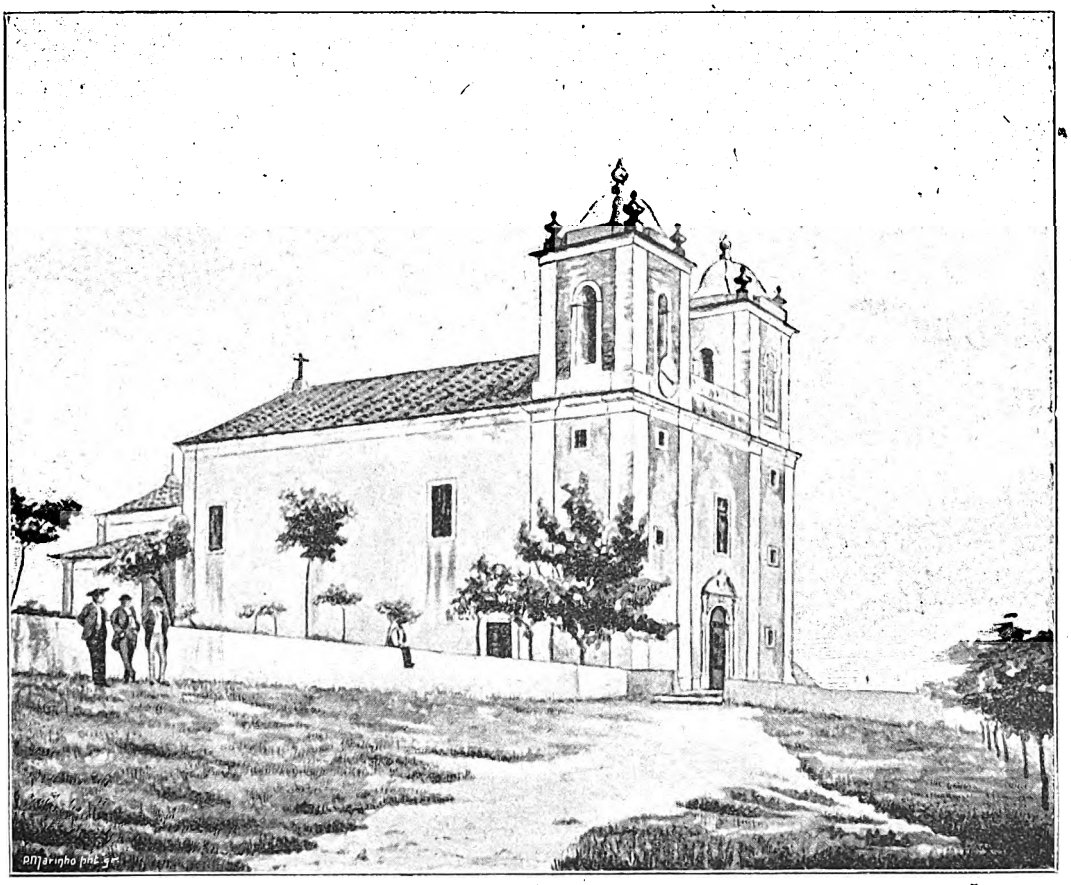
Chegára n'este meio tempo a Cochim Affonso de Albuquerque. Todos sabiam ou suspeitavam que era elle o designado para substituir o vice-rei, quando terminassem os tres annos do seu governo, que estavam a findar. Por conseguinte, como era natural, a intriga não dormitou, principiou logo a enleiar o novo chefe lisongeando-o servilmente, e martellando-lhe todos os dias os ouvidos com as accusações dirigidas ao vice-rei. Infelizmente a occasião era propicia aos intrigantes: Affonso de Albuquerque vinha desejoso de castigar os capitães que lhe tinham desertado, e estava descontente por vêr que o vice-rei tardava em fazer justiça. Por outro lado o vice-rei,

Digitized by Google

absorvido n'um pensamento unico, addiava a solução do negocio, de maneira que podia fazer suppôr que desejava proteger os criminosos. Bem longe estava isso da sua mente: o que elle queria era que o deixassem occupar-se apenas da sua viagem.

Aqui principiaram as deploraveis dispoder, que fôra para elle uma cruz bem dolorosa.

Affonso d'Albuquerque, em presença d'aquelle velho pae curvado por dôr tão funda, sentiu a injustiça e a inopportunidade das suas reclamações, e, resgatando nobremente os seus erros, pediu desculpa ao vice-rei, e offereceu-se para



EGREJA MATRIZ DE CASTRO VERDE

cordias que ruins cortezãos accenderam entre estes dois grandes homens. D'esta vez cabem as culpas a Affonso de Albuquerque; depois se inverterão os papeis.

O novo governador, temendo que lhe fugissem os seus, reclamou a entrega do poder. Francisco de Almeida pediu-lhe com toda a moderação que o deixasse satisfazer o mais vivo desejo da sua alma—vingar-se dos Rumes,—que depois com jubilo se descarregaria d'esse

o acompanhar pessoalmente na sua expedição. Não o acceitou o vice-rei, dizendo-lhe que não convinha exporem-se n'uma batalha, que devia ser mais rija que as habituaes, as duas pessoas a quem el-rei confiara os destinos da India.

Entretanto a nova da batalha de Chaul, exaggerada pela fama e pelo desejo que os Mouros tinham de engrandecer os seus feitos, correra de bocca em bocca toda a costa do Malabar, espa-

Digitized by Google

lhára por toda a parte immenso jubilo, e reanimára o espirito dos nossos inimigos. Não eram invenciveis os leões dos mares. Melek-Iaz é que sabia a verdade, e temia as consequencias da empreza que a India toda acclamava com enthusiasmo. Para se resguardar dos perigos futuros, tractava com immenso carinho os captivos portuguezes, e procurava persuadir-lhes que se entrára em Chaul, fôra com intenção de rematar a derrota dos Rumes, se os Portuguezes fossem victoriosos, e de proteger estes quanto podesse, no caso contrario. Ao mesmo tempo, como sabia dos preparativos que o vice-rei estava fazendo, receioso de que o leão desagrilhoado, se não encontrasse a esquadra dos Rumes, cevasse as suas iras na cidade de Diu, fazia todos os esforços para reter Mir-Hussein. Não era difficil: este, ufano com a meia victoria que alcançára, e mais ainda com os exaggerados gabos que de toda a parte lhe faziam, não pensava em se retirar. Das alturas, a que o destino o guindára, devia ser dolorosa a queda; depois de devaneiar a gloria de libertador da India, devia ser terrivel a desillusão do fugitivo.

Entretanto o vice-rei apromptára a sua armada, que constava de vinte e uma vellas tripuladas por mil Portuguezes[1]. Com esta pequena esquadra ia elle affrontar a armada dos Rumes, ainda poderosa; as forças de Melek-Iaz, que se inclinaria decerto para o partido que tivesse mais probabilidades de victoria, e as fustas de Calicut, que, esperando vêr-se livres dos seus implacaveis inimigos, tinham ido, em numero de trezentas, collocar-se ás ordens de Mir-Hussein.

A navegação de D. Francisco d'Almeida foi a passagem do javali ferido por entre a matilha de cães que ousa affrontar-lhe as iras.

Os incendios das cidades inimigas que encontrava no seu caminho, taes como Dabul, onde os nossos practicaram inauditas crueldades, foram os pharoes que lhe illuminaram a derrota. Deixando atraz de si um rasto de fogo e de sangue, appareceu finalmente em frente da barra de Diu. Assustado com estes preludios, Mir-Hussein, já um pouco abatido, tinha desejos de se esquivar a um combate e de se retirar para a sua patria com os louros do seu primeiro triumpho, ainda intactos. Mas, pelo mesmo motivo, oppôz-se Melek-Iaz á sua determinação, e, temendo a furia do vice-rei, decidiu-se a combatel-o com todo o seu poder, confiando na sua astucia para se sahir da posição difficil no caso de derrota.

Primeiro que tudo, o habil Indiano desejava poupar á cidade os horrores de um bombardeamento. Vendo a pequena esquadra do vice-rei, Mir-Hussein cobrára animo. Melek-Iaz persuadiu-lhe que seria mais conveniente sahir a barra e offerecer batalha ao vice-rei. Assim se decidiu, combinando-se o seguinte plano: as náus sahiriam do rio, mas iriam cozendo-se com a terra e lançariam ancora: se os navios portuguezes as abalroassem, cortariam a ancora, e deixar-se-hiam atrevidamente dar á costa, onde as suas tripulações encontrariam abrigo e auxilio, e onde os navios portuguezes, enlaçados com elles, e arrastados nos seus movimentos, encontrariam a perdição.

O plano era desesperado, mas não despeciendo. Felizmente adivinhou-o o genio militar do vice-rei, e resguardou os seus navios do perigo, ordenando aos mestres que, mesmo abalroando, conservassem ancoras de pôpa, a que se podessem segurar quando as naus inimigas tentassem arrastal-as, de fórma que o

[1] E' este o algarismo apresentado por Gaspar Correia; Damião de Goes dá a D. Francisco d'Almeida dezenove navios, mil e trezentos Portuguezes e quatrocentos Malabares de Cochim.

Digitized by Google

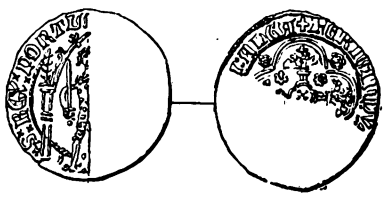
plano dos Mouros se tornava só prejudicial a elles mesmos, e seria a causa da sua propria derrota.

Foi esse o ultimo clarão do grande espirito vacillante e prestes a apagar-se, combatido pelo vento de má ventura. Depois de ter providenciado d'esta fórma, o seu unico desejo foi morrer vingando-se. Pediu, como grande favor, aos seus capitães, que o deixassem ir na deanteira. Não lh'o consentiram elles, e instaram respeitosamente para que conservasse o seu posto de commandante.

Foi no dia 3 de fevereiro de 1509 que se travou esta grande batalha. Renhida foi ella, e custou muito sangue. Os Rumes combatiam como guerreiros costumados a fazerem tremer a Europa; a sua artilheria em nada era inferior á portugueza. Mas a manobra que tinham imaginado foi, como o vice-rei previra, a causa da sua destruição. Os navios portuguezes soltaram-se das naus, que tinham abalroado, apenas estas cortaram as amarras para darem á costa, e os Rumes, que tencionavam deitar-se a nado protegidos pelo fogo da terra, viram-se pelo contrario obrigados a procurar salvar-se debaixo do fogo da artilheria portugueza. Então é que o combate se transformou em verdadeira carnificina. Debalde as fustas tentaram sahir do rio para operarem uma diversão: a náu do vice-rei, collocada junto da barra, deixando-as approximar-se a tiro de peça, e varejando-as depois com a artilheria, que, em cada descarga, destroçava quinze ou vinte, obrigou-as sempre a voltarem para dentro do rio com perdas consideraveis.

Saciára amplamente o vice-rei a sêde de vingança que o devorava. Foi só então que o seu espirito desfalleceu e que mostrou a dôr profundissima que o lacerára. Quando os tripulantes da náu de D. Lourenço, captivos de Melek-Iaz, vieram para bordo da esquadra portugueza, carregados de presentes que o Indiano lhes déra com a liberalidade que o medo inspira, sentiu o vice-rei finalmente romperem-lhe as lagrimas dos olhos abrazados.

Por mais eloquente que fosse a nossa prosa, não poderia competir com a sin-



Meia dobra, de D. Fernando

gela narração do velho chronista, que conta esta scena com despretenciosa ingenuidade, e que sabe arrancar lagrimas sem aspirar a isso.

Ouçâmos Gaspar Correia:

«Chegados os capitães á náu do vice-rei, lhe tangeram as trombetas e os atabales, e o vice-rei, com os capitães, os veiu receber a bordo da náu, os abraçou a todos com muitas lagrimas, que então o vice-rei não pôde suster, porque todos choravam dizendo: «Senhor, nós somos desaventurados que ficámos vivos, não morrendo com o vosso bom filho, que está em gloria.» O vice-rei, com as lagrimas que lhe corriam pelas barbas compridas, encobrindo sua grande dôr, com o rosto e palavra alegre, lhes respondeu:

«Meus filhos, isso já passou e traspassou minha alma; agora nos alegremos com esta boa vingança que Nosso Senhor por sua misericordia nos deu.» E se foi assentar na tolda, com um lenço na mão que não podia estancar as lagrimas que lhe corriam. Disse, falando com os fidalgos e capitães: «Ver estes homens me causou lembrança com que a fraqueza da carne não pôde resistir á dôr do coração, que deu causa a minhas lagrimas, que até agora, por mór tormento meu, nunca sahiram senão n'esta hora, vendo estes parceiros que foram no

Digitized by Google

convite em que meu filho acabou seus dias, e eu comecei meus males, que me atormentarão até minha alma se apartar d'esta fraca carne, que não tem forças contra os trabalhos d'este triste mundo[1].»

Que pungitiva scena! e como vemos com os olhos da phantasia este heroe, este velho, rodeado dos trophéos da victoria, e deixando correr as lagrimas em fio pelas longas barbas alvas de neve, no meio dos fidalgos, que, esquecidas as offensas, os aggravos, as intrigas, contemplam respeitosos esta dôr immensa, esta agonia indescriptivel de um pae!

Que podemos accrescentar depois d'isto ácerca de D. Francisco d'Almeida? Não nos diz bem claramente esta scena que o grande espirito morreu para o mundo, que o vice-rei, brilhante e energico, jaz no fundo das aguas de Chaul, abraçado ao cadaver do filho, e que o homem, que volta para Cochim á frente da armada vencedora, não é já senão o reflexo de si mesmo, um automato cuja vida é apenas uma irritabilidade nervosa e sombria de que todos se aproveitam para o fazerem adoptar a causa das suas paixões, dos seus resentimentos e dos seus receios?

É isso o que explica as lamentaveis discordias que de novo se accenderam entre Affonso de Albuquerque e elle, mas em que d'esta vez foi o vice-rei o culpado. Nós que seguimos passo a passo a vida do vice-rei desde que chegou á India, que o vimos sempre dar provas de tanto bom senso, tanta moderação, tanta nobreza d'alma, tanta elevação d'espirito, espantamo-nos de o vêr de subito mudar, travando luctas mesquinhas, recusando entregar o governo (que, dizia elle mesmo, lhe estava sendo antes pesado encargo, do que gloriosa corôa), mostrando uma incerteza, uma hesitação, uma irritação pueril, affligindo os que sinceramente presavam a sua boa reputação, e terminando afinal quasi vergonhosamente essa lucta indigna d'elle, porque cedeu não ao direito, representado pelo vulto d'Affonso d'Albuquerque, mas á força representada por uma esquadra que chegára do reino, e que vinha commandada pelo *mariscal* sobrinho do novo governador.

É tão visivel o contraste, que é facil, parece-nos, vêr os fios occultos que dirigem o enredo.

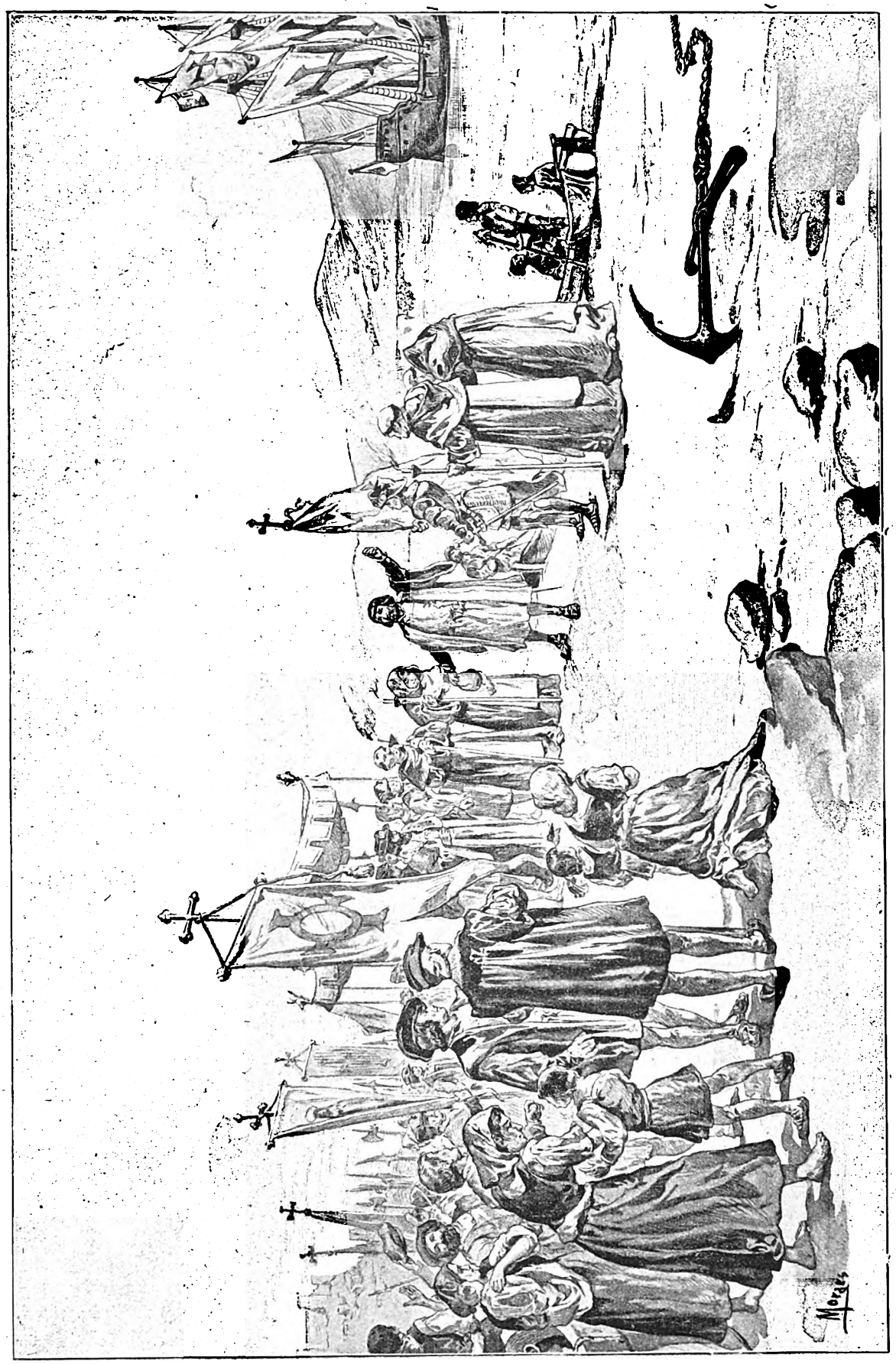
Os officiaes, que tinham servido com Affonso d'Albuquerque em Ormuz, receiosos do seu genio severo, instigaram o vice-rei a que não entregasse o governo; por outro lado, Gaspar Pereira e alguns seus apaniguados insistiram com Affonso d'Albuquerque para que o reclamasse. E taes cousas disseram d'um ao outro, valendo-se da atonia em que estava immerso o vice-rei e do desejo que Affonso d'Albuquerque tinha de punir os capitães desertores, que deu isso origem ás scenas escandalosas que n'essa épocha pungiram o coração de todos os bons Portuguezes, e do seu fiel e judicioso alliado, o rajah de Cochim.

Contal-as-hemos depois; agora não temos animo, depois de havermos estado immersos no immenso esplendor d'esta gloria, de analyzar pausadamente as manchas que lhe empanavam o brilho.

Finalmente, partiu o vice-rei para a Europa a 1 de dezembro de 1509; no fim do seu vice-reinado practicára algumas crueldades que explica, mas não desculpa, a dôr causada pela morte do filho; porém, ao menos, levava as mãos limpas d'ouro indiano: ainda havia pouco, em Diu, recusára magnificos diamantes que Melek-Iaz lhe offerecêra. Digâmos sempre que o astuto Indiano conseguiu livrar-se da vingança do vice-rei, entregando-lhe todos os seus alliados que pôde apanhar, e pagando uma contribuição de trezentos mil xerafins,

[1] *Lendas da India*, t. 1.º, pag. 2.ª

Digitized by Google



PARTIDA DE VASCO DA GAMA PARA A INDIA

Digitized by Google

que foram em parte consagrados a recompensar generosamente os que haviam pelejado, e a valer ás viuvas dos que tinham morrido no combate.

Não quiz o destino que D. Francisco d'Almeida tornasse a vêr a terra onde nascera: uma setta obscura, despedida por um troço de cafres selvagens com quem os nossos travaram uma lucta escusada na Aguada do Saldanha, proximo ao cabo da Boa-Esperança, pôz fim a esta gloriosa vida, a 1 de março de 1510. Talvez fosse compadecida a sorte: poupou-lhe a dôr immensa de entrar sósinho no Tejo, d'onde partira levando ao seu lado o filho valente e airoso que todos os paes lhe invejavam.

Nem o cadaver poderam salvar os Portuguezes, e alli ficou abandonado, nos areiaes africanos, o homem que fizera tremer a Asia.

Foi só então, como sempre acontece, que os governantes d'esta terra conheceram o valor immenso do homem que a patria perdia. Quando a nova chegou ao reino, fecharam-se as janellas do paço em signal de lucto, e D. Manuel pranteou a morte do seu honrado servidor.

Dois grandes homens teve a India, dois robles augustos que dominam essa espessa floresta d'heroes: D. Francisco d'Almeida e Affonso de Albuquerque. Ambos morreram longe da patria, a ambos encheu d'amarguras o rei ingrato, a quem a posteridade chamou venturoso.

Como havia de ser perduravel a nossa gloria, se os que enlaçavam no diadema portuguez as joias mais fulgentes só recebiam em recompensa a corôa dos espinhos e a palma do martyrio?...

CAPITULO XXXVII

Acontecimentos d'Africa.—Armadas com destino ao Oriente no vice-reinado de D. Francisco de Almeida

A historia de Portugal no tempo d'el-rei D. Manuel e dos seus successores dispersa-se de tal fórma por todo o mundo, que temos de correr de norte a sul, de oriente a occidente, para seguirmos o fio dos acontecimentos. Depois de termos contado a victoria naval de D. Francisco d'Almeida na India Oriental, e a sua morte na Africa do Sul, torna-se mister que vamos á Africa septemtrional ver que brilhantes acções por lá practicam esses cavalleiros que tanto illustravam a sua patria.

Apezar das conquistas orientaes, não despresava D. Manuel a sustentação das praças africanas, empreza ruinosa em que se consumiam, sem outra utilidade que não fosse a d'adextrar os soldados que iam depois ganhar a India, tantas vidas e tantas fazendas.

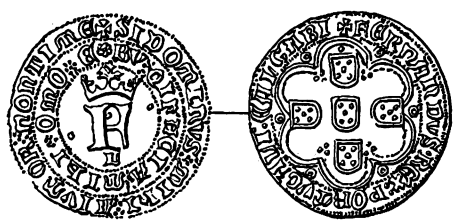
Em 1505 mandou el-rei D. Manuel construir junto da praça africana do Mogador um castello a que se chamou Real[1]. Foi encarregado da sua constru-

[1] Mogador é hoje capital da provincia da Illecha; recebeu de um sultão que vivia no seculo XVIII o nome de Suira ou Suerrah, que quer dizer *Linda Pintura*. A. M. de Castilho, *Des ription*, etc., t. I, p. 54 Este *Castello Real* foi depois a celebre Mazagão.

Digitized by Google

cção e governo o velho fidalgo Diogo d'Azambuja, o mesmo que fundára na Africa Occidental o castello da Mina. Alli tambem se lançaram os fundamentos d'uma povoação cujas ruinas ainda hoje se divisam, e que teve o nome de Santa Cruz[1].

Não se descuidavam os Portuguezes de continuar as conquistas em Marrocos, e, não contentes com as praças que já mantinham, aproveitavam todos os ensejos para fazerem tremular n'outras ainda o pendão das Quinas. Succedeu, alli por 1505, que houve discordias graves entre os Mouros na cidade d'Azaafi[2], e os partidos, que se combatiam, tiveram a desastrada idéa de chamar Diogo d'Azambuja para intervir nas suas contendas. O resultado d'isso foi a conquista, primeiro disfarçada; mas D. Manuel, informado por Diogo d'Azambuja, enviou-lhe reforços, e os chefes mouros, que apenas estavam dispostos a reconhecer-se vassallos de D. Manuel, foram obrigados a ceder aos Portuguezes a cidade, depois d'alguns combates sanguinolentos. Foi em 1506 que os Mouros reclamaram a intervenção de Diogo d'Azambuja, em 1508 estavam definitivamente desapossados da cidade, e uma nova praça se juntava ás quatro já existentes. As possessões dos Portuguezes em Marrocos cifravam-se por consequencia em Ceuta, Arzilla, Alcacer-Ceguer, Tanger e Zafim. Nos combates, que renderam esta ultima cidade, e nos outros que se lhes seguiram quando os Mouros a pretenderam reconquistar, começou a distinguir-se um homem, que tanto se devia assignalar na Africa septemtrional pelo seu valor quasi sobre-humano, como Duarte Pacheco Pereira na India.



Real de 11 dinheiros, de D. Fernando

Foi o celebre Lopo Barriga, intrepido adail, homem dotado de grandes forças, de valor e audacia inconcebiveis, cujo nome ainda viria a ser o terror dos Mouros, e tanto que, segundo se assevera, chegou a ser praga usada em Marrocos a seguinte: *Lançadas de Lopo Barrigate colham!*

Desejoso de continuar as suas conquistas africanas, e seduzido pelas promessas d'um scheick mouro descontente, Zeyam, que se queria assenhorear d'Azamor, enviou el-rei D. Manuel uma esquadra contra esta cidade, commandada por D. João de Menezes, que fôra capitão d'Arzilla e de cujas façanhas já falámos n'um capitulo anterior. A esquadra não era muito numerosa, levava comtudo a bordo quatrocentas lanças e dois mil espingardeiros, besteiros, e outros soldados de pé, força ainda assim bastante diminuta para a empreza que se tentava, porque Azamor, como depois se soube, era defendida por oito mil homens armados; e perto de dezeseis mil commandados pelo proprio scheick, que aconselhára a expedição e que assim nos atraiçoára, corriam o campo, afim de defenderem a cidade.

A armada portugueza (em que iam muitos fidalgos e cavalleiros de distincção, entre os quaes podêmos contar dois que

[1] Os Mouros chamam-lhe Agadir.

[2] Azaafi, Safim, Safi, Zafim, ou Cafim, fica a 12 milhas ao sul do cabo Cantim. É uma das principaes da provincia de Duecala; hoje apenas conta 7 ou 8:000 almas. Está edificada no declivio d'um monte. A. M. de Castilho, *loc. cit.*, p. 52. «Ainda hoje se conservam entre outros vestigios da dominação portugueza em Safi parte de uma egreja, cuja abobada está intacta, e em cujo centro, assim como aos lados se vêem as armas de Portugal e outros escudos grandes de pedra. Tambem se observa sobre a porta que conduz á praia uma corôa real portugueza, e existem fragmentos de rotulos, armas, cruzes esculpidas nas solidas muralhas que estão perto do caes, entre a povoação e o mar. Safi tem tres portas.» *Viagens em Marrocos*, pag. 235 (Lisboa 1879).

Digitized by Google

foram posteriormente governadores da India, Pero Mascarenhas e D. Henrique de Menezes) a armada portugueza, pois, chegou a Azamor a 12 d'agosto de 1508 e logo o capitão-mór tentou um desembarque e uma investida á praça; mas, deante das forças superiores do inimigo, viu-se obrigado a retirar, e, conhecendo que se enganára pensando que obteria Azamor de surpreza e de chofre, percebeu tambem que lhe falhára a empreza, e retirou-se com a sua armada, caminho do estreito de Gibraltar[1].

Não queria comtudo D. João de Menezes voltar a Portugal, sem trazer ao menos um trophéo, e por isso, encaminhando-se para Tanger, onde governava D. Duarte de Menezes, chamou ahi a conselho o conde de Borba, governador d'Arzilla, afim de todos combinarem os meios de se tomar Larache ou El-Araish[2], cidade situada ao sul d'Arzila. O conde de Borba encaminhou-se logo para Tanger, mas sinistras novas não tardaram a surprehender os tres capitães reunidos. O rei de Fez juntára um formidavel exercito e marchára contra Arzilla.

Era já no mez de outubro de 1508; o conde de Borba voltou logo para a cidade de que era governador, e chegou ainda a tempo de repellir vigorosamente alguns ataques; mas as forças do rei de Fez eram muito numerosas, e o conde de Borba viu-se compellido a refugiar-se no castello, esperando com anciedade o soccorro de D. João de Menezes. Este não tardou a apparecer: reunindo á pressa toda a sua esquadra, que estava dispersa, uma porção em Tanger, outra em Alcacer-Ceguer, fez-se de vella em socorro da cidade sitiada.

Surgiu a 23 de outubro fóra do recife que fecha o porto, porque as baterias dos sitiadores o impediam de se approximar de terra. Além d'isso, vinha na incerteza de saber se o castello estava ou não ainda em poder dos Portuguezes. Dois heroes, cujo nome devemos conservar, Ruy Garcia e João de Mendonça, aventuraram-se para saberem o que havia, e felizmente foram percebidos do castello, onde a propria condessa de Borba fez signal de uma janella de que ainda não estava perdida a causa. Sabido isto, D. João de Menezes resolveu tentar a entrada, e atravez de mil perigos conseguiu-o; logo, favorecido por uma sortida da guarnição, intentou um desembarque, introduziu um reforço no castello, e d'ahi a poucos dias, novo desembarque e novo soccorro. Os Mouros estavam já um pouco desorientados com esta audacia dos nossos, e principalmente com a chegada de D. João de Menezes, que tinha entre elles alta reputação. O almirante portuguez participou logo o perigo da cidade não só a el-rei de Portugal, mas tambem ao almirante hespanhol D. Pedro Navarro, cuja esquadra cruzava no estreito de Gibraltar, e aos governadores das praças da Andaluzia. Com effeito a causa era commum, não só porque, segundo as idéas do tempo, era a causa do Christianismo contra os infieis, mas tambem porque os Hespanhoes começavam, a nosso exemplo, a estabelecer-se na Africa, e as suas praças perigavam com os perigos das nossas. Effectivamente, logo os Hespanhoes correram em nosso auxilio, o corregedor de Xerez com uma caravella, que prestou grandes serviços, e em seguida D. Pedro Navarro com a esquadra.

Em Portugal tambem causaram grande commoção as noticias do perigo de

[1] Azamor é cidade que hoje conta apenas 1:000 habitantes. Fica situada um pouco ao norte do cabo de Mazagão na emboccadura do rio Um-Er-Rebiah.

[2] El-Araish, nome que em arabe quer dizer quinta agradavel, é hoje um dos principaes portos militares de Marrocos. A sua população apenas sobe comtudo a 2:000 almas.

Digitized by Google

Arzilla. D. Manuel, que estava em Evora, montou logo a cavallo, e partiu a marchas forçadas em direcção ao Algarve, afim de dirigir promptos soccorros a Africa. Fez o appellido de guerra, como tencionando elle mesmo ir defender Arzilla, e reuniram-se perto de vinte mil homens, «porque todos accudiram a este rebate, diz Damião de Goes, como se fôra pela principal cidade d'este reino[1]». Não foi necessario comtudo tanto esforço; logo que chegou a esquadra de D. Pedro Navarro, que trazia a bordo tres mil e quinhentos homens, o rei de Fez percebeu que estava frustrada a sua empreza, e levantou o cerco, servindo apenas todo este rebate para ser exaltada a constancia do conde de Borba, e a bravura e a reputação terrivel de D. João de Menezes.

E, deixando agora a Africa septemtrional, voltemos a occupar-nos das cousas do Oriente.

Quando D. Francisco de Almeida partiu para a India, encarregára-o el-rei de fundar não só as fortalezas de Quilôa, Anchediva, Cananor e Coulam, mas tambem uma em Sofala, onde se fazia um grande negocio do ouro do imperio de Monomotapa. Mas a nau, cujo commandante era Pero d'Anaya, que ia provido na capitania d'essa nova fortaleza, tinha soffrido avarias ainda no Tejo, e el-rei avisou D. Francisco para que não fizesse fortaleza em Sofala, trabalho que elle encarregaria depois a uma armada especial. Effectivamente, dois mezes depois da partida do vice-rei, no dia 18 de maio de 1508, partiu directamente para Sofala uma esquadra de seis navios, commandada pelo dito Pero d'Anaya. Depois de passarem bastantes trabalhos no mar, chegaram as seis naus a Sofala, e, com consentimento do senhor da terra, fundaram a fortaleza. Não tardou porém que os Cafres percebessem o erro que haviam commettido, deixando assim implantar-se no seu territorio hospede tão perigoso, que logo se transformou em senhor. Tentaram então expulsar-nos, mas Pero d'Anaya, com a sua artilheria, destroçou-os completamente, e, desterrando o régulo, pôz em seu logar outro ambicioso, que percebera a superioridade dos Portuguezes e que se bandeára com elles. Não tardou porém o clima da terra a vingar os Cafres da sua derrota: a guarnição da fortaleza estava d'ahi a pouco tempo reduzida a menos de quarenta homens lividos e enfermos, e Pero d'Anaya morrera. D. Francisco d'Almeida, comtudo, da India lhe nomeou successor, e taes foram os mal agourados

D. ALVARO DA COSTA, CHANCELLER DO TEMPO DE D. MANUEL

[1] Damião de Goes, *Cronica d'el-rei D. Manuel*, part. II, cap. XXIX, fl. 56.

Digitized by Google

principios d'essa desastrosa colonia de Moçambique, da qual não temos tirado até hoje senão ruina e opprobrio.

Era a ambição desmesurada que não se fartava de extender as conquistas, e, que, depois de nos dar um periodo de inexcedivel gloria e immensa prosperidade, nos conduziu ao estado de abatimento em que estamos, e de que difficilmente nos levantaremos.

Em 1506 partiu para a India a armada de Tristão da Cunha, a qual, depois de ter invernado na costa africana, chegou, segundo vimos já, ao Malabar, a tempo de descercar os Portuguezes de Cananor. Como ia de conserva n'essa armada a do grande Affonso de Albuquerque, reservámos para capitulo especial a narrativa dos seus feitos.

Em 1507 mandou el-rei á India quatorze naus, divididas em quatro capitanias, de que eram commandantes Jorge de Mello Pereira, Philippe de Castro, Fernão Soares, e Vasco Gomes de Abreu. Este ultimo ia provido na capitania da fortaleza de Sofala, por ter chegado ao reino a noticia da morte de Pero d'Anaya, e levava ordem ao mesmo tempo de fundar uma fortaleza em Moçambique. Todas as quatro divisões d'esta poderosa armada soffreram grandes revezes no mar, mas enfim a fortaleza de Moçambique foi construida. Era mais uma. Tinhamos na costa d'Africa septemtrional cinco fortalezas: Tanger, Arzilla, Ceuta, Alcacer e Zafim; na occidental S. Jorge de Mina; na oriental tres: Sofala, Quilôa e Moçambique; duas na India: Cananor e Cochim, e cada vez era maior a ambição de desperdiçar vidas e fazendas para abrangermos, com os nossos braços heroicos mas pequenos, o mundo inteiro n'um immenso amplexo.

Em 1508 partiram de Lisboa dezeseis naus, quatro debaixo do commando de Diogo Lopes de Sequeira, com ordem expressa de se dirigirem a Malaca, cidade de cuja riqueza tinham vindo a Portugal muito lisongeiras noticias; as outras doze, commandadas por Jorge de Aguiar, iam para cruzar na Africa oriental e no cabo Guardafui, onde lhes succederam numerosos desastres maritimos, frequentes n'esses tempos.

Diogo Lopes de Sequeira navegou direito á India, e, depois de se ter demorado algum tempo em Cochim, seguiu para o Indo-China, e foi aportar a Malaca. Recebido bem pelos naturaes, esse acolhimento logo se modificou debaixo da influencia dos mercadores arabes, hostis como sempre. Diogo Lopes de Sequeira, um pouco descuidado, ia sendo victima das suas traições; valeu-lhe o acaso e não decerto a Providencia, como piedosamente assevera Damião de Goes[1], porque a Providencia não via seguramente com muito bons olhos a ambição e a crueldade dos Portuguezes. Escapando pois aos ardis dos Arabes, e ás traições dos Malaios, veiu Diogo Lopes de Sequeira ter a Lisboa em abril de 1510.

N'esta expedição apparece pela primeira vez um nome que a gloria ainda tem de illuminar, mas que se ha de tambem manchar com uma traição á patria. Fernão de Magalhães foi um dos companheiros de Diogo Lopes de Sequeira.

Reconhecia-se pois cada vez mais que dos Arabes provinha toda a a opposição ao nosso estabelecimento na India: se os naturaes nos acolhiam favoravelmente, logo esses mercadores estrangeiros manifestavam hostilidade que nos indispunha. Entendeu-se por conseguinte no conselho d'el-rei D. Manuel que era necessario ferir no coração aquelles inimigos constantes, era necessario ir procural-os á propria casa, aos portos d'Ara-

[1] «Deus que guiou os nossos áquellas partes para se conhecer a sua santa fé, os quiz guardar da traição...» *Chronica d'el-rei D. Manuel*, part. III, cap. II, fl. 4, (Lisboa, 1567).

Digitized by Google

bia e do Golfo Persico, e neutralizar os seus esforços. Foi essa intenção que presidiu ao regimento dado por el-rei a Tristão da Cunha, e a Affonso de Albuquerque, secretamente nomeado tambem para successor de D. Francisco de Almeida no governo da India. Vae-nos surgir na nossa historia, em toda a grandeza da sua estatura de gigante, o vulto de Affonso de Albuquerque, do grande Albuquerque, como ainda hoje o chamam nacionaes e estrangeiros, unanimes em reconhecerem a gloria d'esse homem, o maior que o Oriente contemplou desde os tempos remotos e quasi legendarios d'Alexandre o Magno.

CAPITULO XXXVIII

Expedição de Tristão da Cunha —Armada de Affonso de Albuquerque.—Tomada da fortaleza de Socotorá

No mez de abril de 1506 partira para a India Tristão da Cunha capitaneando dezeseis vellas, onze debaixo do seu commando immediato, e cinco ás ordens de Affonso d'Albuquerque. A armada devia caminhar junta até Socotorá, onde se devia construir uma fortaleza, e depois Tristão da Cunha partiria para a India, ficando Affonso de Albuquerque no cabo Guardafui, para correr ás náus de Meca, e tambem para procurar estabelecer relações com a riquissima Ormuz, centro de todo o commercio oriental.

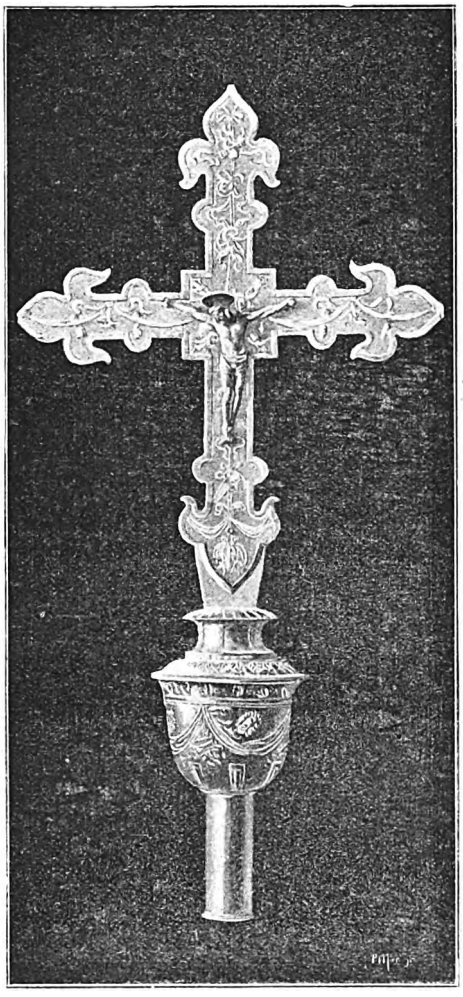
Segundo nos diz o auctor dos Commentarios[1], logo á sahida de Lisboa houve indisposição entre Affonso de Albuquerque e Tristão da Cunha. O immortal fundador do imperio luso-indiano supportava com dificuldade o commando dos outros; inflexivel mantenedor da disciplina, Affonso d'Albuquerque não era egualmente seu respeitador. Conscio do seu genio, e da sua superioridade incontestavel sobre todos os que o rodeavam, Affonso d'Albuquerque nascera para o commando supremo, sentia-o, e não podia resignar-se a obedecer. Da estatura dos Cesares e dos Bonapartes, Albuquerque, se vivesse, como elles, em tempos anormaes, se lhe bastasse passar o Rubicon, ou fazer o 18 de brumario para adquirir o poder, não hesitaria decerto, e então os grandes rasgos do seu genio

[1] *Commentarios do grande Affonso d'Albuquerque, capitão geral que foi das Indias Orientaes em tempo do mui poderoso rei D. Manuel, o primeiro d'este nome*—Lisboa *Na Régia Officina Typographica. Anno MDCCLXXIV.* Esta edição, emprehendida por Nicolau Pagliarini, e por elle dedicada ao marquez de Pombal, é a terceira. Foi a primeira edição feita em 1557, a segunda em 1576. No anno de 1579 traduziu os *Commentarios* em francez João Marnef. O seu auctor não é, como o titulo, similhante ao do livro das campanhas de Cesar, parece indical-o, o proprio Affonso de Albuquerque, mas sim seu filho Braz de Albuquerque, nascido em 1500 e morto em 1580. Mudou-lhe el-rei D. Manuel o nome de Braz no de Affonso em homenagem a seu illustre pae, homenagem posthuma e pouco dispendiosa, que não deveria consolar muito no tumulo o grande homem, cuja existencia o rei venturoso enchêra de amarguras. Os *Commentarios de Affonso d'Albuquerque,* por não serem escriptos por elle, não deixam comtudo de ter egual valor historico, ou quasi egual, ao que teriam se o proprio Affonso d'Albuquerque os houvesse redigido, como se prova pelas seguintes palavras da dedicatoria do auctor a el-rei D. Sebastião: «Offereci estes Commentarios a Vossa Alteza, *que colligi dos proprios originaes que o grande Affonso de Albuquerque no meio de seus acontecimentos escrevia a el-rei D. Manuel, vosso bisavô.*»

Digitized by Google

deslumbrariam o mundo. Vivendo no seculo XVI, subdito d'um rei de vistas acanhadas, Affonso de Albuquerque passou a existencia debatendo-se constantemente contra os liames sem conta em que procurayam envolvel-o[1].

Em constante desaccordo com Tris-



CRUZ PROCESSIONAL DE S. MARTINHO DA SARDOURA

tão da Cunha, e obedecendo-lhe com muito mau humor, foi Affonso de Albuquerque de conserva com o seu capitão-mór até Moçambique, tendo a esquadra pelo caminho descoberto as ilhas de Tristão da Cunha, ainda hoje conhecidas por esse nome nos mappas tanto portuguezes como estrangeiros. Caso rarissimo este de respeito dos cartographos estrangeiros pela gloria dos nossos descobridores.

O desaccordo augmentou quando, chegado a Moçambique, Tristão da Cunha insistiu em esperar uma nau que se desgarrára, e em que vinha a sua fazenda. Debalde Affonso d'Albuquerque lhe representou que perdia as monções com a demora, e que não poderia passar á India n'esse anno: a opinião de Affonso d'Albuquerque não podia ter grande influencia em Tristão da Cunha, e concorreu talvez mais ainda para este se obstinar na sua idéa.

As naus da esquadra, depois de atravessarem o cabo da Boa-Esperança, tinham-se dispersado e foram chegando successivamente a Moçambique. Uma caravella, commandada por um tal Ruy Pereira, fôra arribar á immensa ilha de Madagascar, entrando n'um dos portos da costa meridional. Esta ilha, já conhecida dos Portuguezes pelo nome de ilha da Lua, que assim vinha denominada nas informações enviadas a D. João II por Pero da Covilhã, ainda não fôra por elles visitada. O acaso conduzira lá n'esse mesmo anno, mas pelo lado do norte, Fernão Soares, commandante das naus de carga que D. Francisco de Almeida devolvia para o reino; agora Ruy Pereira arribava a ella no dia de S. Lourenço, e dava-lhe esse nome, pelo qual muito tempo foi conhecida, até que prevaleceu o que os seus proprios naturaes lhe tinham dado, e que era o de Madagascar.

---

[1] Affonso d'Albuquerque era filho de Gonçalo d'Albuquerque, senhor de Villa-Verde, e de D. Leonor de Menezes, filha do conde de Athouguia. Nasceu em Alhandra no anno de 1453. Foi em 1480 n'uma expedição que D. Affonso V enviou em soccorro do rei de Napoles contra os Turcos. Em 1480 militou na expedição que passou de Portugal á Africa, para defender a fortaleza de Graciosa, mandada construir por D. João II junto de Larache. *O Principe Perfeito* soubéra apreciar o merecimento de Affonso d'Albuquerque e nomeara-o seu estribeiro-mór. Como sempre, era D. Manuel quem aproveitava os fructos da perspicacia do seu antecessor.

Digitized by Google

VASCO DA GAMA SUBJUGANDO UMA INSURREIÇÃO A BORDO

Digitized by Google

Com tal noticia partiu Ruy Pereira para Moçambique, e, dando-a a Tristão da Cunha, tanto se enthusiasmou este com a nova que tractou logo de ir visitar a ilha. Affonso de Albuquerque, impaciente por chegar á Arabia e poder libertar-se da sujeição em que vinha, não viu com bons olhos esta determinação de Tristão da Cunha, e como o capitão-mór, depois de ter aportado á ilha de S. Lourenço, se dispunha a costeal-a bem, muito de seu vagar para a conhecer, Affonso d'Albuquerque fez-lhe observar, com certo azedume, que se perdia tempo inutilmente, que já se estava em janeiro de 1507, e que, d'esta fórma, nunca se chegaria á India. Declarou-lhe mais que, se persistia em descobrir a ilha, consentisse ao menos que elle partisse com a sua armada para desempenhar a sua missão, como lhe cumpria, no cabo Gurdafui. Tristão da Cunha logo lhe concedeu a licença pedida, tão irritado provavelmente com a insubordinação do seu subalterno, como este com os caprichos do seu commandante. Que deslumbramento não teria Tristão da Cunha se podesse adivinhar que projectos grandiosos se revolviam, refervendo em tempestuoso cachão, no fundo insondavel d'aquella alma orgulhosa, d'aquelle espirito sublime e aventuroso!

Comtudo, a esquadra não tardou a reunir-se outra vez, porque Tristão da Cunha, desgostou-se da sua expedição de descobrimento, não só em virtude das disposições hostis dos naturaes, mas tambem porque ia perdendo uns poucos de navios nos baixos da costa, ainda mal conhecida. Os naturaes de Madagascar eram, n'essa epocha, o que ainda hoje são, intrepidos, ferozes, e decididamente rebeldes a estabelecimentos estrangeiros. Todos os Europeus tentaram arraigar-se no solo d'aquella ilha fertil e opulenta, e não o conseguiram verdadeiramente e com estabilidade, nem mesmo os Francezes, que mais se obstinaram na tentativa.

Reunida de novo a esquadra na altura das ilhas Comores, voltou a Moçambique toda juncta, e alli encontrou João da Nova, que viéra da India, como sabemos, desgostoso com o vice-rei, e que, não podendo seguir viagem, por ter avarias graves no seu navio, deixou-se estar na costa de Africa oriental, á espera d'alguma esquadra do reino. Tristão da Cunha, que lhe era affeiçoado, deu-lhe logo o commando de uma das suas naus, e incorporou-o na esquadra. Ficou depois ás ordens de Affonso d'Albuquerque; teve com elle, como veremos, graves dissabores.

Partiu a armada para Melinde, onde os Portuguezes continuavam sempre a encontrar boa e franca hospitalidade; e logo em seguida, como os nossos começavam a dizer-se por direito de conquista, senhores de todo o Oriente, e quasi consideravam como rebeldes os que não lhes rendiam obediencia, foi Tristão da Cunha arrasando e incendiando as cidades da costa africana. A primeira foi Oja, que não offereceu a menor resistencia, tendo os habitantes fugido para o sertão mas isso de nada lhes valeu, porque viram da mesma fórma a sua cidade presa das chammas[1]. A immediata foi Brava; o scheick d'essa cidade recusou pagar o tributo que Tristão da Cunha lhe queria impôr, mas, como a fama dos nossos era já grande bastante para que elle soubesse a que se expunha recusando acceder ás suas injustas exigencias, o scheick de Brava procurou temporizar, demorando a esquadra com diversos pretextos, sem lhe dar uma resposta decisiva. Já desconfiando das subtilezas africanas, Tristão da Cunha, apanhando um dos embaixadores, ameaçou-o com os tratos, e obri-

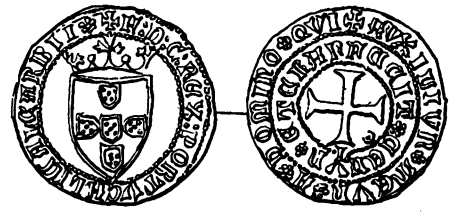
[1] Nos *Commentarios d'Affonso d'Albuquerque* dá-se a esta cidade o nome de Angoja. T. I, capitulo XII, p. 44 a 48. (Lisboa, 1774).

Digitized by Google

gou-o a confessar a verdadeira causa da dilação, que era a esperança que o scheick tinha de que se levantasse uma ventania violenta, que em certas epochas do anno costuma soprar n'aquellas paragens e a que elles denominam *vara do Coromandel*, ventania tão violenta que não ha navio desprevenido que lhe resista[1]. Sabedor d'isto, Tristão da Cunha resolveu atacar logo a cidade, e n'essa mesma noite o desembarque se effectuou.

Em Brava encontraram os nossos uma resistencia desesperada; os Mouros defenderam-se valentemente. Ainda que o desembarque foi nocturno e subito, os Mouros estavam álerta, e, apesar do impeto com que Affonso d'Albuquerque os investiu, á testa de quatrocentos Portuguezes, sustentado por Tristão da Cunha capitaneando outros seiscentos, houve á entrada da cidade uma tão intrepida resistencia, que foi necessario accudirem de bordo os marinheiros com panellas de polvora e outros artificios de fogos, com que decidiram a contenda a nosso favor. O ardor da lucta fôra grande, e os Portuguezes, exaltados pela victoria e pelas más paixões que a lucta brutal desperta no coração dos homens, commetteram actos de atrocidade, que Tristão da Cunha se viu obrigado a reprimir severamente. Junctando-se á cubiça o ardor sanguinario, não houve excesso a que não se deixassem arrastar. Triste macula que ennodôa os nossos mais brilhantes feitos d'armas!

Depois do combate, o incendio devorou Brava, como devorára Oja. Tristão da Cunha, tomando gosto n'estas execuções, estava disposto a atacar Magadoxo, que se preparava para apresentar resistencia, e que era mais digna de castigo do que as outras duas cidades, porque navio portuguez que alli aportasse era navio condemnado; mas os pilotos fizeram-lhe observar que, se mais se demorasse, não teria occasião de navegar para Socotorá, porque já se estava em abril de 1507. Rendendo-se a essas razões, deixou Tristão da Cunha Magadoxo impune, e navegou para a ilha, onde el-rei



Real de 10 dinheiros, de D. Fernando

D. Manuel lhe ordenára que fundasse uma fortaleza. Depois da tomada de Brava pedira Tristão da Cunha a Affonso d'Albuquerque que o armasse cavalleiro, assim como a seu filho Nuno da Cunha, criança que já fomos encontrar na India, onde se illustrou na batalha de Panane, distinguindo-se, pelas suas façanhas, ao lado do infeliz D. Lourenço de Almeida. A ilha de Socotorá, a Dioscorides dos antigos, fica situada juncto do cabo Guardafui, e em optima posição para d'alli vigiar a entrada do Mar-Roxo. Fôra, por conseguinte, bem escolhido o sitio para se fundar uma fortaleza; mas a idéa que occorrêra a el-rei D. Manuel, já occorrêra, havia muito, aos Arabes, e a fortaleza existia. Tristão da Cunha resolveu tomal-a. A empreza era, comtudo, mais difficil do que suppunha; defendiam-na aquelles valentissimos Arabes do sul da peninsula, raça intrepida, rebelde ao jugo, raça a que pertencem os Wahabitas, que as tropas disciplinadas de Mehemet-Ali, e a estrategia perfeitamente européa de seu filho Ibrahim-Pachá, o vencedor de Nezib, a muito custo, e só depois de sanguinolentas derrotas, conseguiram subjugar. Por conseguinte, as propostas feitas por Tristão da Cunha foram perfeitamente escusadas: o commandante persistiu na

[1] Damião de Goes, *Chronicà d'el-rei D. Manuel*. P. 2.ª, cap. XXII. Affonso d'Albuquerque, *Commentarios*. T. 1.º, cap. XIII.

Digitized by Google

intenção de se defender. Dispostas as cousas todas para o assalto, Tristão da Cunha atacou por um lado onde havia um palmar; Affonso d'Albuquerque, porém, que n'essa occasião commandava a rectaguarda, em vez de o seguir, foi ao longo da costa, n'um escaler, sondando sitio melhor e mais proximo da fortaleza para um desembarque. Isto fez elle por sua conta e sem dar parte ao capitão-mór. Era uma das inspirações do seu genio, e foi o que entregou nas nossas mãos a fortaleza. Effectivamente, o palmar estava defendido por uma fortificação avançada, escondida pelas arvores, para onde o commandante da fortaleza se dirigiu, afim de resistir ao ataque de Tristão da Cunha; mas, de subito, Affonso d'Albuquerque desembarcou em sitio mais proximo da fortaleza, e os Arabes, que tinham feito uma sortida, viram que elle lhes cortava a retirada; voltaram atraz, á pressa, e combateram como desesperados, mas Tristão da Cunha, não encontrando grande resistencia, graças á diversão espontanea do seu subalterno, veiu ajudal-o, no seu bem inspirado movimento. O commandante arabe cahiu morto; porém, cada vez mais intrepidos, os sobreviventes recusaram toda e qualquer capitulação. Os nossos arrojaram-se ao assalto com a bravura habitual, e encontraram uma defeza digna dos seus esforços. Emfim, a fortaleza foi entrada, porém tornou-se necessario conquistal-a ainda torre a torre, estancia a estancia, palmo a palmo. A fortaleza só foi nossa quando a guarnição morreu toda! «Espertado Affonso d'Albuquerque, escreve o filho do heroe, da vergonha que todos passavam, por haver tres horas que alli estavam, sem podêrem entrar na torre, defendida por quatro Mouros, mandou trazer do seu batel dois padres biscainhos, e no amparo d'elles que levavam dois soldados começaram a subir animosamente pela escada acima os que podiam caber, e todos os foram seguindo, sendo bem servidos de fréchadas e lançadas d'arremesso; mas nem por isso lhes valeu para os nossos deixarem de os entrar; e os que estavam em cima, no terrado, como viam a revolta que havia no sobrado e a portinha desamparada, quebraram-n'a, desceram pela escada abaixo, e uns e outros entraram de roldão com os Mouros, *e mataram todos sem ficar nenhum*, e foi á custa de cinco ou seis dos nossos, que morreram, e muitos feridos, e captivaram um que se deu, do qual Affonso d'Albuquerque depois se aproveitou na costa d'Arabia onde andou, porque este Mouro era grande piloto d'aquella costa e deu-lhe um roteiro de todos aquelles logares do reino d'Ormuz, que um piloto, que se chamava Omar, andando alli, em cuja companhia elle andára por marinheiro, fizéra[1].»

Este roteiro ha de depois servir immensamente a Affonso d'Albuquerque (ácerca do qual devemos notar a particularidade de ser muito perito em nautica) na sua expedição contra Ormuz.

A resistencia, pois, da fortaleza de Socotorá fôra uma das mais audaciosas que até ahi tinhamos encontrado no Oriente. Não eram inimigos para desprezar esses que, durante seis horas, sustentaram o impeto dos nossos, e que, preferindo morrer a renderem-se, cahiam todos, desde o primeiro até ao ultimo, tingindo com o seu sangue os muros que não tinham podido proteger.

Como Napoleão, devemos inclinar-nos perante este grande feito d'armas dos vencidos, exclamando: *honneur au courage malheureux!*

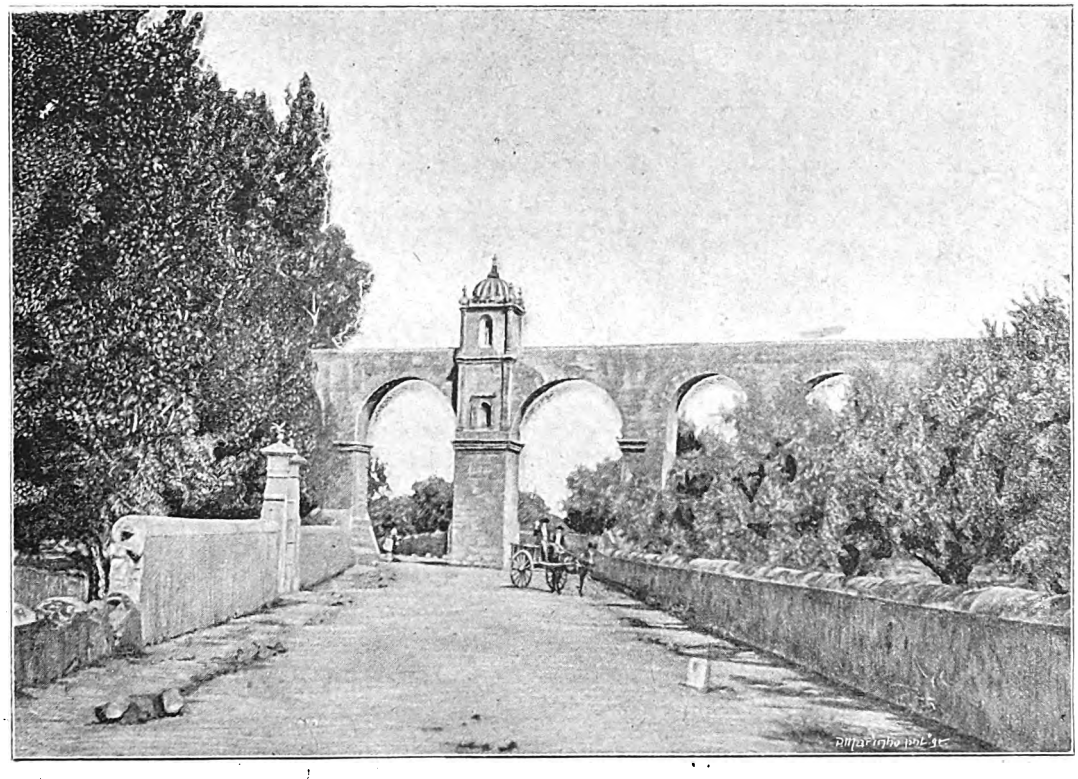
Tomada a fortaleza, tractou logo Tristão da Cunha de a fazer mais defensavel, e depois de lhe ter dado o nome de *S. Miguel*, entregou o commando a D. Af-

[1] *Commentarios do grande Affonso d'Albuquerque*, t. 1.º, cap. XVI, p. 69 da 3.ª edição (Lisboa 1774).

Digitized by Google

fonso de Noronha, sobrinho d'Affonso d'Albuquerque, e deixando-lhe por alcaide-mór Ferrão Jacome, tudo segundo as ordens que trazia de Lisboa, pensou em partir para a India deixando Affonso d'Albuquerque no seu posto. Logo lhe entregou seis navios que deviam compôr a sua esquadra, e de que eram commandantes o proprio Affonso d'Albuquerque, Francisco de Tavora, Manuel Telles, Affonso Lopes de Castro, Antonio do Campo, e João da Nova. Estes navios deviam ficar providos de tudo quanto lhes fosse necessario, mas, como já vamos vêr, Tristão da Cunha esteve longe de executar fielmente as ordens d'el-rei.

Foi no dia 1 d'agosto de 1507 que Tristão da Cunha partiu para a India. Depois de se terem separado os dois commandantes, mandou Affonso d'Albuquerque revistar o abastecimento dos seus navios, e notou que Tristão da Cunha não lhe deixara provisões senão quando muito para quinze dias. Mal sabia Tristão da Cunha que, em vez de o estorvar, lhe favorecêra os secretos designios. Quem sabe mesmo se, prevendo o proceder de Tristão da Cunha, Affonso d'Albuquerque se guardava com todo o cuidado de reclamar, na certeza de que essa falta de mantimentos seria o auxiliar dos seus projectos?



AQUEDUCTO DE ÉVORA

Nenhum dos seus subalternos conhecia o que se agitava no vasto espirito d'Albuquerque, nem elle ousaria confiar o segredo de tão audaciosa tentativa, como a que ia emprehender, a esses homens heroicos, mas de limitadas concepções, e que, sem o saberem, o deviam segundar.

Affonso d'Albuquerque fôra encarregado, como sabemos, de cruzar no cabo Guardafui, e correr ás náus de Meca, missão que decerto lhe não sorria muito, mas que era summamente agradavel aos seus cubiçosos subalternos. Já com-

Digitized by Google

tudo Affonso d'Albuquerque levava, traçado na mente, o grandioso plano, de que devia sahir um imperio deslumbrante, o imperio luso-indiatico.

Eram reconhecidamente na India os Arabes os nossos inimigos capitaes; o seu commercio, prejudicado pela nossa concorrencia, incitava-os a constantes hostilidades. Ora, o entreposto principal das suas mercadorias, que ligava com as caravanas da Syria, e d'ahi com os portos mediterraneos os centros commerciaes da India, era Ormuz. Quem se assenhoreasse d'esta cidade, e podesse ao mesmo tempo dominar os mares, tinha nas mãos o trato do Oriente. Fôra esse o atrevido projecto que Affonso d'Albuquerque concebera, tomar o reino de Ormuz; tendo á sua disposição seis navios tripulados por quatrocentos e cincoenta homens!

CAPITULO XXXIX

Façanhas de Affonso de Albuquerque —Tomada de Ormuz

Ormuz, hoje completamente anniquilado e pertencente á Persia, era então um reino florescente. O soberano d'esta pequena ilha, vassallo quasi simplesmente nominal do schah da Persia, dominava então as ilhas do Golfo Persico, e toda a costa d'Oman, que é a provincia arabica limitrophe da Persia, e que hoje o iman de Mascate senhoreia[1]. Situada no fundo do golfo Ormuz *(Ormuz)* era defendida, como por guardas avançadas, por Calayate, Curiate, Mascate, Orfacate, Soar *(Sohhar)*[2], que todas hoje pertencem ao soberano de Oman, e que então obedeciam ao soberano de Ormuz.

Reduzir á obediencia do rei de Portugal estas cidades todas, bem defendidas por guarnições, que estavam muito longe de ser covardes, como se vira pela defeza de Socotorá, era uma empreza ardua, e deante da qual recuariam os capitães d'Affonso d'Albuquerque, se elle lhes communicasse o plano que imaginára.

A malevolencia de Tristão da Cunha favoreceu-o. Estando sem mantimentos, nada mais natural do que ir buscal-os á costa da Arabia, e, como os Arabes não os cederiam de muito boa vontade, o pretexto de guerra estava achado.

Estava decidida a empreza! Como Cesar, e mais do que Cesar, ia Affonso d'Albuquerque arrojar-se a sobre humanas tentativas.

Agora que se vae desenrolar deante de nós este drama heroico, esta epopéa sublime e sanguinolenta, façamos primeiro uma observoção. Confessemos que se Affonso d'Albuquerque nos deslumbra, como um d'esses grandes vultos que apparecem de seculos a seculos no mundo, inspira-nos maior sympathia o vulto, grandioso tambem, mas mais humano, mais modesto, de D. Francisco de Almeida. Homem de vontade de ferro, Albuquerque não vê senão o resultado, não é capaz de commetter uma traição,

---

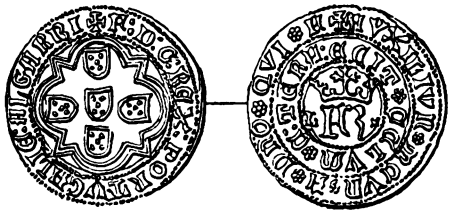
[1] C. Lavallée—*Un voyage dans l'Arabie centrale*—«Revue des deux mondes». T. 69, p. 374 (15 de maio de 1867).

[2] *A General description of Arabia by sultan Ishmael Abulfeda, translated from the best manuscripts with notes;* p. 342 (London 1718).—Anda annexo á segunda edição da traducção ingleza das *Viagens do cavalheiro de Arvieux na Arabia Deserta.*

Digitized by Google

mas não recúa deante da crueldade. Jogador sublime, toma o Oriente para taboleiro de xadrez, e os homens não são para elle outra cousa senão as peças do jogo. Caminha sempre, domando todas as resistencias dos seus e dos inimigos, arrastando-os comsigo para o sublime desenlace da sua tragedia épica, sem ouvir os gritos dos inimigos, os gemidos de cansaço que os seus proprios soltam; absorvido todo elle na contemplação dos seus maravilhosos planos, indifferente a tudo o mais, seguia, com uma persistencia heroica, o fio das suas concepções, e os capitães, que o não podiam comprehender, irritavam-se, escandalizavam-se, gemiam, choravam, revoltavam-se, e elle sempre a domal-os, até que os pobres homens, que eram comtudo talvez os mais valentes da Europa, fugiam fatigados de voarem pela esphera vertiginosa a que Affonso d'Albuquerque os arrastava! Um Persa d'Orfacate comparou Affonso d'Albuquerque a Alexandre o Magno, e nunca houve comparação mais exacta! Como o heroe da Macedonia teve de suspender a carreira das suas conquistas, porque os soldados, fatigados e aterrados, recusaram seguil-o para além do Indo, assim vêmos tambem Affonso d'Albuquerque forçado a addiar a sua maravilhosa empreza, porque lhe fugiam os navios, tal era o terror que inspiravam as suas tentativas sobre-humanas aos seus, aliás heroicos, companheiros.

No dia 10 d'agosto partiu Affonso de Albuquerque de Socotorá, e encaminhou-se para a costa do Golfo Persico, afim d'obter mantimentos, segundo soube persuadir aos capitães. Em Melinde tomára a precaução de se munir de pilotos arabes, conhecedores d'aquellas paragens, e, como Affonso d'Albuquerque era tambem, como dissemos, optimo navegador, e tinha demais a mais nas mãos o roteiro d'Omar, pôde vigial-os attentamente, e fazel-os entrar no seu dever, assim que elles procuravam desmandar-se. Esta pericia na arte nautica era mais um dos motivos do ascendente que Affonso d'Albuquerque soube sempre exercer sobre os subalternos, ascendente que só perdeu quando o perigo se



Real de 10 dinheiros, de D. Fernando

tornou por tal forma aterrador que tudo cedeu no espirito d'elles ao instincto da conservação; exactamente como o corcel brioso que obedece ao cavalleiro até que, vendo-se á beira d'um precipicio, e sentindo-se ainda incitado pela espora, o horror da morte vence a habitual sujeição, e, empinando-se furioso, retrograda n'um impeto de medo, e arroja de si o dono obstinado.

A primeira cidade a que chegaram foi Calayate, e os governadores portaram-se com tal prudencia, que, por muito grande que fosse o desejo d'Affonso de Albuquerque de começar a guerra, não pôde achar para isso pretexto razoavel. Pediu mantimentos; deram-lhe todos quanto quiz: ordenou-lhes que se reconhecessem vassallos do rei de Portugal; responderam-lhe que, já que elle ia a Ormuz, de cujo soberano eram subditos, tractasse lá essa questão de vassallagem; era uma resposta justa, e Affonso d'Albuquerque não teve que retrucar. Entendeu pois que ao menos devia angariar alliados, já que não podia aterrar inimigos, e, recebendo os mantimentos, pagou-os pontualmente, apezar dos governadores teimarem em dal-os de graça.

A 22 d'agosto partiu de Calayate, e chegando logo depois a Curiate, viu que os Arabes se preparavam para fazer re-

Digitized by Google

sistencia, e que tinham até fortificado e artilhado uma estancia que defendia a cidade. Notando que era esse o ponto principal da defesa, Affonso d'Albuquerque alli concentrou o ataque, e, sem dividir a sua pequena força, tomou esta fortificação, graças ao impeto, e principalmente á disciplina dos seus, e, de-

CAPITEIS DA SÉ DE COIMBRA

pois de a tomar, fortificou-se elle mesmo alli. Voltando depois a artilheria dos Arabes contra a cidade, que esses canhões até alli defendiam, n'um instante a despojou de defensores. Mandando em seguida recolher os mantimentos, deitou fogo á cidade, e, cortando aos prisioneiros o nariz e as orelhas, mandou-os soltar. Começam as crueldades: que remedio! Temos d'acceitar os homens como elles são: a cada predicado corresponde um defeito, que é d'esse predicado o excesso.

O que devemos observar nas manobras d'Albuquerque, é que o segredo das suas victorias consiste na severissima disciplina a que sujeita os soldados. Aquellas tropas desordenadas do seculo XVI, conduzidas por uma vontade de ferro, manobram e combatem como um regimento prussiano, industriado pelo principe d'Anhalt. Os *Commentarios*, no ataque de Curiate, deixam-nos perceber a disciplina pontual dos soldados do conquistador. Na investida da estancia foram os nossos subitamente salteados na marcha por uma turba d'Arabes, que desceram dos outeiros circumvisinhos. Affonso de Albuquerque fez alto, enviou sessenta homens, commandados por Affonso Lopes da Costa, a dispersarem-n'os, esperou que voltassem, e continuou depois com a sua pequena força unida e compacta, na direcção do forte[1]. Com outro qualquer chefe os soldados tinham-se desmandado na perseguição dos Arabes.

De Curiate partiu Affonso d'Albuquerque na direcção de Mascate, cidade muito mais forte, cuja preponderancia ainda hoje não decahiu, e que ainda domina a costa. Ahi os Arabes quizeram tergiversar com os nossos, emquanto não chegava um reforço que esperavam. Foram illudidos os Portuguezes com promessas de mantimentos e de vassallagem, e, quando emfim lhes chegou o reforço, tiraram a mascara e fizeram fogo contra um escaler dos nossos que se approximava da terra. Affonso d'Albuquerque entendeu que devia pu-

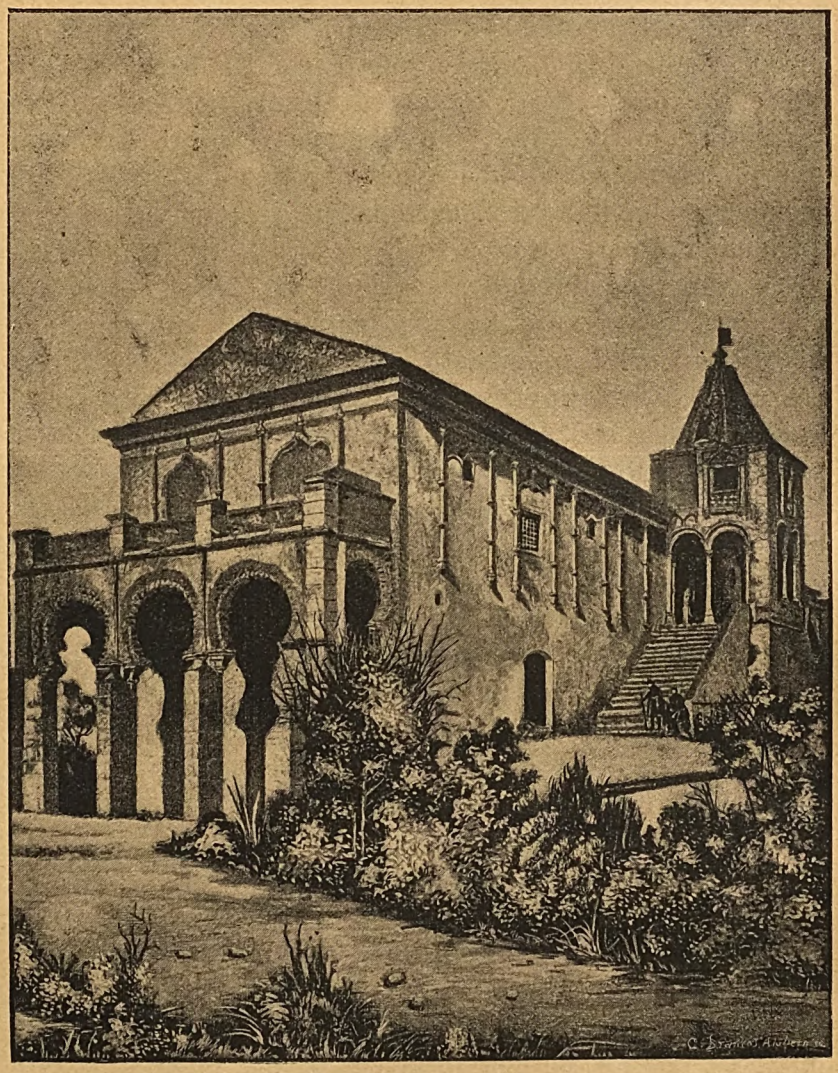
[1] *Commentarios*, etc. P. 1.ª, cap. 21, pag. 29.

Digitized by Google

nil-os, e dar um exemplo tal que a noticia do castigo o precedesse em Ormuz, espalhando o terror na cidade que cubiçava.

Os capitães, porém, achavam a tentativa imprudente, e começavam a estar um pouco espantados d'estes successivos combates, sem ousarem ainda revoltar-se. Obedeceram comtudo quando Affonso d'Albuquerque deu ordem para o ataque, e portaram-se n'elle com todo o valor, e até com valor demasiado, porque Affonso d'Albuquerque teve de reprehender uns poucos e reprehendel-os muito severamente, por não terem cumprido á risca as suas ordens, e terem perdido a união e a disciplina, que elle mais recommendava. A cidade foi tomada, saqueada, incendiada, e todos os Arabes que se encontraram passados ao fio da espada sem escaparem nem mulheres nem crianças. E não era isto porque Affonso d'Albuquerque fosse naturalmente impiedoso e cruel; muitos actos de clemencia contam d'elle os nossos historiadores; mas attendendo unicamente ao fim a que aspirava, aterrar os inimigos, eram-lhe indifferentes os meios, e consentia que estes actos se practicassem. Não era Napoleão naturalmente bondoso, e não derramou comtudo o sangue dos prisioneiros de Jaffa só porque entendeu que as necessidades da guerra o forçavam a esse rigor?

Começa a lucta d'Affonso d'Albuquerque e dos seus capitães. Vendo que elle se resolvia a proseguir no caminho de Ormuz, e com esse systema de conquista, João da Nova, tacitamente apoiado pelos seus camaradas, pediu-lhe licença para partir para a India. Affonso d'Albuquerque dissimulou, e propôz o caso ao conselho. Os capitães disseram que, se elle tencionasse conquistar todas as cidades do Golfo Persico, e inclusivamente Ormuz, não lhe seria necessario



PAÇOS DE D. MANUEL, EM EVORA

Digitized by Google

só a *Flor de la Mar* (nome do navio commandado por João da Nova) mas até outras vinte naus além das que tinha. Affonso d'Albuquerque não levantou a insinuação, e, fundando-se apenas em que os capitães tinham declarado que não podiam dispensar João da Nova, ordenou-lhe positivamente que o acompanhasse, e, como este fidalgo, homem de pouca sujeição e muito recalcitrante, se mostrava descontente, Affonso d'Albuquerque prendeu-o, dando-lhe o navio por menagem, e continuou socegadamente o seu caminho para Ormuz.

Se com uma das mãos reprimia os capitães, com a outra continha os pilotos que procuravam enganal-o, passando em claro por alguns portos do Golfo Persico; mas elle advertiu-os severamente, dizendo-lhes que tinha nas mãos o roteiro d'Omar, e por conseguinte sabia perfeitamente quaes eram as cidades que as aguas d'este golfo banhavam; que, se os apanhasse em flagrante delicto de mentira, os mandaria deitar á agua com duas ballas aos pés. Effectivamente elles tinham querido occultar-lhe que passavam á vista de Sohhar, cidade forte, hoje completamente decahida e arruinada. Ahi os Arabes tambem intentaram defender-se, fiados em que lhe viria soccorro d'Ormuz; como porém o soccorro lhes falhou, mudaram de tom, e reconheceram-se vassallos de el-rei de Portugal. Bem desejaria Affonso d'Albuquerque levantar alli uma fortaleza, mas faltava-lhe gente para distrahir assim do objecto principal, e por isso continuou a dirigir-se para Ormuz, levando, para assim dizermos, arrastados comsigo os capitães, os pilotos e as tripulações. Esta expedição tem isso de maravilhoso, que parece que foi Albuquerque só quem a emprehendeu; todos os outros seguem-n'o de má vontade, e procuram entorpecer-lhe as operações, mas elle a tudo suppre. É verdade que, mal sôa o signal de combate, logo os Portuguezes olvidam as suas rivalidades anteriores, para só se lembrarem do que são e do que devem á gloria da sua patria, e á sua velha reputação.

De Sohhar partiu Affonso d'Albuquerque para Orfacate[1]. Ahi foi necessario travar combate, e não chegou mesmo a haver conferencia entre os nossos e os naturaes. Os incendios nas cidades antecedentes annunciavam bem a chegada d'Affonso d'Albuquerque. O terror precedia-o. Os Portuguezes portaram-se com o seu valor habitual, e entre outros João da Nova, que resgatou com a bravura a insubordinação. Orfacate foi tomada depressa, incendiada, e aos captivos cortaram-se, segundo o costume, os narizes e as orelhas. Estes mutilados, dispersos pela costa arabica, levavam a toda a parte a noticia aterradora da chegada de uma esquadra invencivel, e faziam suppôr a todos que era uma formidavel armada essa que assim assignalava a sua passagem, destruindo e arrasando as mais poderosas cidades. Affonso d'Albuquerque desejava impressionar fortemente as imaginações orientaes, e supprir d'esse modo, pelas exaggerações que as victimas naturalmente faziam, narrando o seu miserando caso, a incrivel fraqueza numerica da frota de que dispúnha.

Foi em Orfacate que elle encontrou um erudito Persa que lhe deu um livro em que se narravam os feitos de Alexandre. O Persa comparava-o com o grande conquistador grego; Affonso de Albuquerque, homem instruido, e que tinha Quinto Curcio entre os seus livros predilectos, não foi insensivel á lisonja, e premiou o velho Persa, que se foi embora muito satisfeito, principalmente por ter conservado as orelhas e o nariz, co-

[1] *Commentarios*, etc., cap. XXVII, pag. 125 a 135 do tom. I.

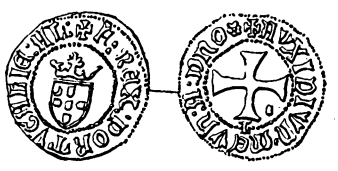
Digitized by Google

mo nota com certo geito humoristico o auctor dos *Commentarios*.

Em Orfacate Affonso de Albuquerque tomou um novo piloto, que o informou de que em Ormuz já se sabia da sua chegada, e que se tinham feito grandes preparativos de defeza. Affonso de Albuquerque ordenou-lhe imperiosamente que não dissesse d'isso nem uma palavra aos outros capitães e proseguiu com toda a tranquillidade no seu caminho. D'ahi a dois dias, depois de terem dobrado o cabo de Mocendon, acharam-se, quando vinha a romper a aurora, na proximidade de tres ilhas que formam triangulo, uma das quaes é aquella em que está situada Ormuz. As brumas matinaes encobriam ainda no seu manto os confusos lineamentos do panorama; quando porém o sol rompeu, dissipando as nuvens, os seus aureos raios banharam de deslumbrante esplendor os contornos da cidade persa, do emporio do commercio oriental, surgindo, radiosa, do seio das aguas e da noite, como uma d'essas cidades das *Mil e uma noites* edificadas e ornadas de maravilhas sem conto pela mão dos genios e das fadas.

O grande numero de casas opulentas, os minaretes que as dominavam, os numerosos navios que se achavam fundeados juncto da praia, e as grandes massas de cavalleiros brilhantemente vestidos que galopavam nas ruas, se causaram um deslumbramento aos capitães portuguezes, não deixaram tambem de lhes coar nos animos o terror que esses heróes tão raras vezes conheciam. Com effeito a idéa de que Affonso d'Albuquerque, á testa das suas seis naus, e dos seus quatrocentos homens, decerto já muito diminuidos pelos tres combates, ainda que victoriosos, de Curiate, Mascate e Orfacate, iria atacar uma cidade da grandeza d'Ormuz e tão poderosamente defendida, devia produzir no animo dos seus subalternos uma impressão exactamente similhante á que teria o capitão d'uma fragata actual, ingleza, franceza ou hespanhola, a quem o ministro da marinha da sua nação dissesse tranquillamente: Vá-me tomar Lisboa.

O simile é exactissimo; porque a tripulação e a artilheria dos seis navios d'Affonso de Albuquerque equivaliam, quando muito, ás d'uma fragata moderna.



Meio real de 10 dinheiros, de D. Fernando

E comtudo era esse effectivamente o pensamento do conquistador, e, quando os seus subalternos, passando-lhe junto da nau, lhe lembraram que não commettesse alguma imprudencia, fazendo-lhe notar que Ormuz não era como qualquer das cidades que tinham até ahi tomado e arrasado, Albuquerque respondeu-lhes tranquilla e friamente: «Que lhes confessava que aquelle negocio era muito grande, e muito para arreceiar; mas que elles eram já mettidos em logar, que lhes cumpria mais boa determinação que bom conselho, e não quiz ter mais praticas com elles sobre isso[1]». Effectivamente deu logo as suas ordens, sem attender as representações dos capitães.

Vejamos agora o que era Ormuz, essa joia da corôa da Persia, quando Affonso d'Albuquerque se preparava para a conquistar.

«O aspecto geral da Persia, escreve um articulista francez analysando as obras de dois viajantes inglezes, contrasta singularmente com as risonhas idéas que deixa no espirito a lembrança das poesias e dos contos do Oriente. Onde estão esses jardins de rosas povoados de rouxinoes, essas vinhas ferteis celebradas pelo poeta Hafiz, essas frescas

[1] *Commentarios*, etc, t. I, cap, 28, pag. 139.

Digitized by Google

mattas, essas aguas correntes, esses palacios d'estio, onde, como Horacio em Tibur, contemplava as pallidas realidades da vida atravez do prisma doirado d'um frasco de Chiraz? A montanhas aridas e nuas succedem planices, umas vezes incrustadas d'argila dura, outras vezes revestidas d'espessa areia. No principio da primavera, no mez d'abril e maio, debaixo da influencia benefica das chuvas, que então cahem em torrentes, o paiz illumina-se com algumas côres mais suaves, a relva aponta aqui e além entre os granitos e o cascalho; mas aos primeiros calores do estio tudo secca, o solo retoma a sua libré uniformemente cinzenta ou pardacenta. Falta a agua á cultura, que n'alguns sitios fórma apenas alguns dispersos oasis. Emtorno das aldeias apenas, e ao longo das raras correntes d'agua, se mantém uma vegetação insufficiente; no primeiro caso, são arvores de fructo, e no segundo as que fornecem a pequena quantidade de madeira de carpintaria reclamada pelas construcções; o magestoso *shinar* (platano do Oriente), o alamo esbelto, o negro cypreste, que, se chegam a aggrupar-se, accrescentam á tristeza d'essas immensas planicies pardacentas a dos seus sombrios macissos. N'esses vastos espaços, quando a vista os percorre do alto d'alguma montanha, nada fixa ou suspende o olhar. Apenas a primavera passou, os campos cultivados confundem-se com os que a charrua deixou baldios, as aldeias d'argila com o barro de que os seus muros são. No todo d'essas paizagens, uma cidade, ainda que seja consideravel, traça apenas o seu confuso relevo entre as ruinas amontoadas, no seio das quaes persiste em viver, e cuja extensão attesta a sua decadencia. Quando muito, ao chegar ao limite d'essas monotonas planicies, distingue-as o viajante dos vastos desertos a cujo limiar pouco a pouco o levaram. Só reconhece estas pelo esplendor cambiante das suas efflorescencias salinas, que se extendem a perder de vista, e d'onde brota subitamente, aqui ou além, algum macisso de rocha negra, transformado pela refracção solar, e tomando successivamente os mais phantasticos aspectos[1]».

Esta triste descripção da Persia é de todo o ponto applicavel a Ormuz, ou antes Hormuz, como já indicámos[2]. Na pequena ilha de Djérum[3], onde a cidade está edificada, não viça uma arvore, não brota uma flôr, nem uma fonte murmurante refrigera a atmosphera abrazada com as suas humidas exhalações. A agua necessaria para os habitantes vem da pequena ilha de Kischmisch, a que os nossos chronistas chamam Qeixame, e que é uma das tres do triangulo. Assim como a agua lhe vem de fóra, é o mar quem lhe fornece o combustivel que lhe substitue a lenha. Esse combustivel é um fossil designado pelo nome de *hoira*.

O primeiro soberano independente, porque apenas reconhecia a suzerania da Persia, pagando-lhe um tributo annual, foi *Malek Caez*, o que significa senhor de Caez, porque o reino assim se chamava, por ter a sua capital na ilha d'esse nome. Ormuz foi-lhe comprada em 1283 por Godrum Schah, principe de Magostan, que depois destruiu o reino de Caez, e, fixando em Ormuz a sua residencia, fez d'essa cidade o emporio commercial do Golfo Persico. O reino passára aos seus descendentes, que o occuparam, sem interrupção, até á vinda d'Albuquerque. Pouco tempo antes da chegada do conquistador, desenrola-se em Ormuz um d'esses dramas tão frequentes nos despoticos Estados orientaes. Shah-Caez, rei legitimo d'Ormuz,

[1] E. D. Forgues, *Téhéran et la Perse en 1863. Revue des deux mondes*, tom. 51, pag. 286. (15 de maio de 1864).

[2] Abulfeda chama-lhe Harmuz.

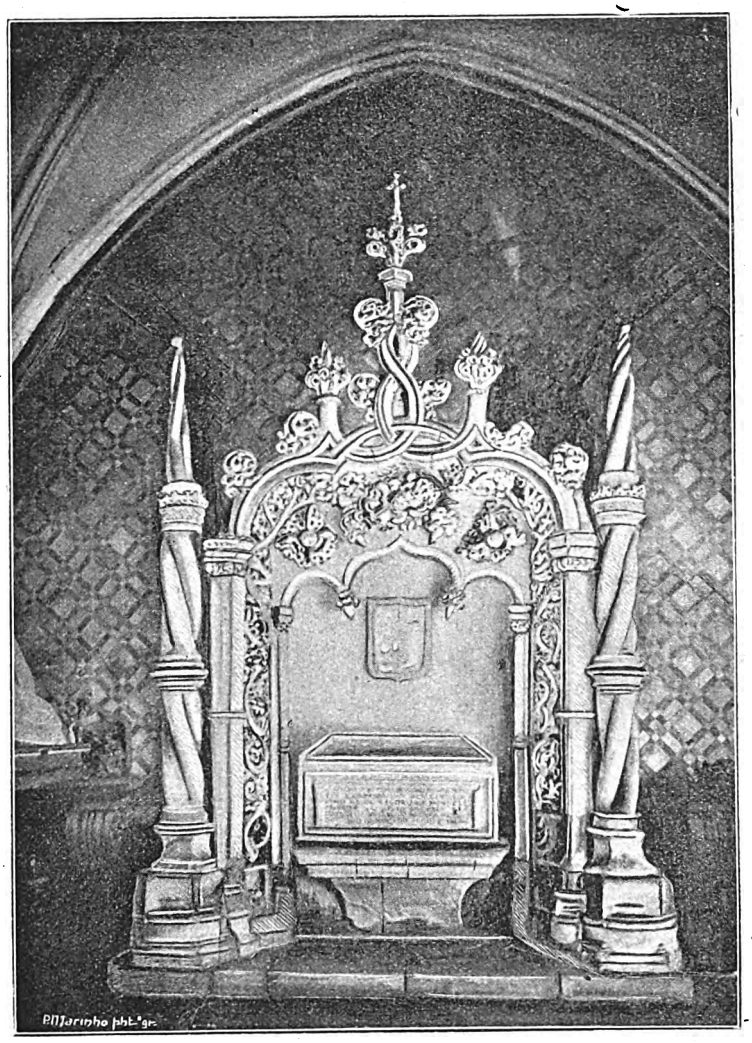
[3] João de Barros dá a esta ilha tres leguas de circumferencia; a verdade é que tem de oito a nove.

Digitized by Google

fôra desthronado por seu irmão Sargol; mas, quando este morreu, succedeu-lhe Seif-ed-Din, (o Ceifadim das chronicas portuguezas) filho do rei desthronado e sobrinho do usurpador. Khodja-Atar, valido de Shah-Vaez e seu companheiro d'infortunio, fôra quem mais concorrera para essa restauração, e como o soberano reinante, Seif-ed-Din, era ainda um adolescente, governava Khodja-Atar o reino em seu nome. É este personagem habil e astucioso, que as nossas chronicas chamam Cogeatar, que entra em lucta com o genio d'Affonso de Albuquerque.

Á vista, pois, d'esta grande e opulenta cidade, em cujo magnifico porto se accumulavam os navios, sentiram os capitães desfallecer-lhes a coragem, e, vendo que não podiam afastal-o da sua determinação, rogaram-lhe ao menos que, nas conferencias que iam começar entre elle e os governadores do reino d'Ormuz, não fosse exigente em demasia e que procurasse todos os meios justos e honrosos de levar as cousas por bem. Affonso d'Albuquerque respondeu-lhes unicamente, determinando que estivessem promptos a obedecer-lhe em tudo, porque tal era o seu dever, e que elle a el-rei só daria conta das suas acções.

A qualidade predominante d'Affonso d'Albuquerque, já decerto os leitores o notaram, é a energia, a iniciativa arrojada na concepção, e o vigor e a serenidade na execução. O seu motto podia ser *Audaces-fortuna juvat*. É o motto de todos os conquistadores, e se é muitas vezes causa dos grandes desastres, é, pela maior parte, a origem dos grandes successos. O homem de vontade firme, que não recúa deante dos obstaculos, que tem o segredo das manobras impre-



TUMULO DE D. JOÃO DE NORONHA NO MOSTEIRO DE SANTA CRUZ DE COIMBRA

vistas e arrojadas, póde na guerra contar seguramente com a victoria. Veja-se Bonaparte na Italia. A cada uma das suas incriveis, das suas inverosimeis victorias, exclamavam os prudentes: Foi a fortuna, foi uma temeridade feliz. Mas a verdade é que Albuquerque nas Indias, Alexandre na Asia, Cesar na Gallia, na Hespanha e na Grecia, deveram todos as suas victorias a esse grande arrojo

Digitized by Google

das *temeridades felizes*. Se a fortuna tão constantemente ama os audaciosos, é porque elles, por alguma cousa, lhe merecem amor. A verdade é que, com a temporização de Fabio Cunctator, podem evitar-se derrotas, mas só se conseguem os grandes exitos com o arrojo dos Annibaes. Na guerra, quem toma a iniciativa constantemente, quem obriga sempre o adversario a defender-se, adquire já, por esse simples facto, uma grande vantagem. D'isso vamos ver um exemplo n'esta maravilhosa campanha d'Affonso d'Albuquerque.

Apezar, pois, dos pedidos dos seus capitães, o grande general não desistiu, ainda em presença das sessenta naus, duzentos galeões, e infinidade de terradas que enchiam o porto, de exigir, como se não commandasse elle apenas seis naus, que o rei d'Ormuz se reconhecesse vassallo do rei de Portugal. A resposta a uma proposição que, na verdade, podia considerar-se insolentissima, devia ser logo uma descarga da armada d'Ormuz, que afundasse as seis naus portuguezas. Não são, porém, os habitos do Oriente para essas rapidas decisões, e a temporização é o elemento essencial de toda a politica asiatica. Ainda Khodja-Atar achava pouco o immenso poder de que dispunha, e desejava protrahir as negociações até que chegasse da terra-firme um reforço que esperava. Quanto elle se illudia com Affonso d'Albuquerque! Estes tres dias de negociações, terminados por tão subito desastre, fazem lembrar as horas que os Philisteus gastavam em tecer laços fortissimos para algemar os pulsos de Samsão, laços que elle logo despedaçava apenas accordava do somno passageiro.

Effectivamente Affonso d'Albuquerque percebeu immediatamente, assim que recebeu a resposta dilatoria de Khodja-Atar, que elle não queria senão ganhar tempo afim de melhor se defender, e por isso tornou as suas propostas cada vez mais altivas e imperiosas. Sempre o regente d'Ormuz achava meio de protrahir a negociação. Ao mesmo tempo os capitães portuguezes indignavam-se em segredo com as respostas altivas de Affonso d'Albuquerque aos emissarios de Ormuz, e diziam que elle queria enviar a esquadra a ruina certa. Albuquerque persistia no seu plano, mandava fortificar bem e artilhar as amuradas das naus, e não fazia caso dos murmurios dos seus. Afinal, as naus dos Mouros, que estavam proximas dos nossos, foram fundear mais longe, naturalmente afim de irem preparando pouco a pouco o plano da batalha que fôra combinado em terra. Mas Affonso d'Albuquerque, que não queria as naus longe de si, quando ellas levantaram ferro, levantou ferro tambem, e foi fundear juncto do seu novo ancoradouro. Debalde o capitão d'uma nau de Cambaya, de mais de mil toneladas, que estava no porto e fazia causa commum com o rei de Ormuz, lhe bradava da pôpa do seu navio que a mudança do ancoradouro não era manifestação hostil: Affonso d'Albuquerque persistia na sua manobra, que era d'uma alta previsão, como se viu do successo do seguinte dia.

Com effeito, emquanto Khodja-Atar temporizava afim de reunir todos os elementos de successo, Affonso d'Albuquerque, depois de ter prevenido todos os seus capitães, rompia de subito o fogo contra a armada inimiga. Era uma audacia tal que os inimigos levaram tempo antes que se recobrassem do espanto; mas o exito d'essa audacia fôra preparada com tanta arte, que facilmente se percebe como as temeridades inacreditaveis, de que sempre se sahem bem os Albuquerques e os Bonapartes, são infallivelmente a ruina d'outros quaesquer.

Em primeiro logar, obstinando-se em não deixar afastarem-se as naus inimi-

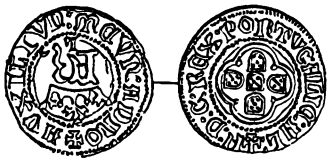
Digitized by Google

gas, tinha-as Affonso d'Albuquerque alli á queima roupa; tomando a iniciativa, cousa que elles nunca imaginaram possivel, apanhava-os desprevenidos, sem ordem, e sem plano definitivamente combinado. O successo mostrou como fôra feliz e exacto nas suas previsões. Assestando a sua artilheria de maior calibre contra os navios maiores e que tinha mais proximos, logo no principio do combate os seus habeis bombardeiros metteram a pique duas naus grossas. João da Nova produziu o mesmo estrago nas naus que lhe estavam ao alcance, que eram as ancoradas mais para o lado da terra. Antonio do Campo, Francisco de Tavora, e Affonso Lopes da Costa destroçaram uma grande parte dos galeões. Manuel Telles Barreto, que estava mais distante, levantou ferro, e foi abalroar uma nau com tal impeto que obrigou a tripulação a procurar a nado salvar-se.

Este era o primeiro resultado da iniciativa subita, e incrivelmente audaciosa de Affonso d'Albuquerque. A esquadra desorganizada, as suas melhores naus avariadas, ou mettidas a pique, os galeões dispersos, eis quaes os fructos do feliz e bem calculado arrojo do grande general portuguez.

Imagina-se qual o espanto, a desordem, e terror que um ataque tão subito espalhou a bordo da frota d'Ormuz. A sua artilheria logo respondeu á nossa, mas Affonso de Albuquerque fortificára solidamente as amuradas, como já dissemos, e não foram as primeiras descargas que fizeram nem a avaria mais leve no casco dos nossos navios. Ao mesmo tempo Affonso d'Albuquerque, para impedir que a esquadra inimiga, recobrada do primeiro encontro, se juntasse, se combinasse e o envolvesse na sua massa ainda consideravel, metteu-se nos escaleres, e ordenando aos outros capitães que fizessem o mesmo, multiplicou d'esta fórma o ataque, exactamente como em terra se póde um batalhão dispersar em atiradores para lançar a desordem n'uma columna já abalada pelo fogo do inimigo.

Descrever a confusão, o ruido d'esta batalha tumultuosa, minudenciar os grandes feitos d'armas de todos esses heroes, que, ao invez do que habitualmente succede, eram tão pusillanimes no conselho, quanto valentes no campo da batalha, pintar o grande vulto d'Albuquerque, dirigindo, n'um escaler collocado mesmo no centro da esquadra inimiga, o combate com tanto sangue-frio como se não désse as suas ordens debaixo de uma chuva incessante de ballas e de fréchas, é tarefa de que o historiador se tem de abster, sob pena de invadir demasiadamente os dominios da chronica. Basta que digâmos que nunca houve mais completa e ao mesmo tempo mais miraculosa derrota, que a esquadra inimiga não conseguiu jamais tornar a unir-se, que os barcos, vindos de terra, e dirigidos pelo proprio Khodja-Atar, tiveram de fugir precipitadamente, accossados pelos nossos escaleres, e que emfim Affonso d'Albuquerque e os outros capitães, seguindo ao longo da cidade, foram queimando navios e edificios que encontravam, emquanto a guarnição, que ficára a bordo das naus portuguezas, não cessava de varejar com a sua artilheria as dispersas reliquias da formidavel esquadra mahometana, e que até os proprios grumetes matavam muito á sua vontade nos inimigos, que fugiram a nado dos navios, de fórma que o Golfo Persico alli se transformára verdadeiramente n'um mar de sangue.



Meio real de 10 dinheiros de D. Fernando

Khodja-Atar, perfeitamente fulminado com esta subita explosão do genio d'Al-

Digitized by Google

buquerque, mandou-lhe pedir paz em nome de Seif ed-Din, e foram os encarregados de a negociar uns Mouros naturaes de Oran, segundo assevera o auctor dos *Commentarios*[1], de Granada segundo a narrativa de Goes[2].

Depois de muitas conferencias, em que Affonso d'Albuquerque teve ainda que luctar de um lado contra a astucia do regente, ou antes do primeiro ministro de Seif ed-Din, do outro contra a impa-

D. MARTINHO DA COSTA, ARCEBISPO DE LISBOA

ciencia dos seus proprios capitães, que anciavam por se verem longe de Ormuz, estabeleceu-se definitivamente a paz, obrigando-se o rei de Ormuz a pagar annualmente quinze mil xerafins de ouro a el-rei D. Manuel, e cinco mil para supprir as despezas da armada, e a consentir, além d'isso, que se erigisse fortaleza no sitio que a Affonso de Albuquerque mais conviesse. «E d'este concerto, accrescentam os *Commentarios*, se fizeram duas cartas, uma em folha de ouro do tamanho de uma folha de papel, feita a modo de livro, escripta em arabigo, com letras abertas a buril, e suas brochas de ouro com tres sellos de ouro dependurados por cadeias, a saber um do rei, outro de Cogeatar, seu governador, e outro da cidade. A outra carta quiz o rei que fosse em persa, que é a lingua commum da terra, e esta se fez em papel com lettras de ouro e pontos de azul, e ambas estas cartas mandou Affonso de Albuquerque, mettidas em caixas de prata, a el-rei D. Manuel e devem estar na torre do Tombo (se não houve descuido em deixar perder uma antiguidade como esta, digna de muita memoria)»[1].

A reflexão infelizmente foi mais do que justificada; onde param agora esses monumentos sublimes da nossa epopéa indiana, esses brazões immortaes da nossa gloria? Ah! e estranhamos que a Europa nos esqueça, a nós que assim olvidamos os pergaminhos da nossa nobreza de nação!

Pois se havia feito de que se devesse conservar authentica memoria, era decerto este do rendimento d'Ormuz! Nunca façanha mais sublime foi executada por um grande capitão! Luctando com a insubordinação dos seus inferiores, com o poder immenso dos inimigos, Affonso d'Albuquerque sempre firme, sempre intrepido, seguindo, com uma lucidez e uma segurança de espirito inacreditaveis, o plano audacioso que concebera, derrubou todos os obstaculos, e poude destruir, pelo imprevisto das suas manobras, uma esquadra trinta vezes superior á sua, em presença de uma grande cidade defendida por mais de dez mil homens, manifestamente hostil, e obrigada afinal a render-se.

A campanha de Bonaparte no Egypto e na Syria póde até certo ponto comparar-se com esta, porque tambem o grande general francez combateu alli sempre á

[1] *Commentarios*, cap. 32, pag. 162 do t. 1.º
[2] *Chronica d'el rei D. Manuel*, P. 2.ª, cap. 35, fol. 56.

[1] *Commentarios*, etc., cap., 34, pag. 176, do t. 1.º

Digitized by Google

RECEPÇÃO DE VASCO DA GAMA POR EL-REI D. MANUEL

Digitized by Google

testa de um exercito descontente, murmurador e enfadado. No Egypto, como no Golfo Persico, os Francezes, da mesma fórma que os Portuguezes, quando soava o clarim da batalha, tudo esqueciam para se portarem com o seu valor habitual; mas Bonaparte commandava afinal um exercito de vinte ou trina mil homens, tinha para o domar o prestigio immenso das suas victorias na India, o seu exercito tinha já, como elle, a confiança na sua estrella, e no Golfo Persico fazia Affonso de Albuquerque a sua primeira campanha, e commandava uma esquadra de seis navios, e tripulados por tão diminuta força que elle prohibiu aos soldados irem a terra emquanto não se assignava o tractado, para que o inimigo nem podesse suspeitar que pequena força elle capitaneava. Para os soldados de Bonaparte, posto que devorados pela nostalgia, a victoria não era duvidosa, tinham já no seu general a cega confiança que impede de imaginar sequer que se possa ser derrotado; para os soldados de Affonso de Albuquerque a victoria é que era sempre muito duvidosa, e, ainda depois de a terem ganho, não podiam acreditar que um tal milagre se tivesse operado. Que nação nos póde apresentar feitos d'esta magnanimidade e que vulto de primeira ordem na historia universal póde vencer, em grandeza épica, o vulto de Affonso de Albuquerque?

CAPITULO XL

Dissenções com Affonso de Albuquerque — Renovação da guerra. — Deserção de tres naus — Affonso de Albuquerque governador da India

Logo depois de se ter assignado a paz, quando os Portuguezes começavam a ir livremente a terra, e poude Khodja-Atar saber qual era a força verdadeira da esquadra que o vencêra, ficou inconsolavel ao perceber que um punhado de estrangeiros lhe dictára a lei. Astucioso e dissimulado, procurou rehaver pela manha o que a força lhe fizera perder. Quando se tractou de edificar fortaleza, Khodja-Atar não fazia senão insistir para que Albuquerque a levantasse ou na terra firme, ou n'alguma das outras ilhas do estreito de Ormuz; Affonso de Albuquerque não era homem comtudo que se deixasse illudir por estas astucias orientaes. Khodja-Atar já o devia saber. Por isso, depois de milhares de rodeios, viu-se obrigado a ceder á vontade inflexivel de Albuquerque; a fortaleza erigiu-se em Ormuz. Lançaram-se logo os alicerces (outubro de 1507) e a obra caminhou rapidamente, porque Affonso de Albuquerque lhe applicou toda a sua attenção. Debalde Khodja-Atar procurava empecer o trabalho, com dilatações e escusas: Affonso de Albuquerque tranquillamente, com o seu modo imperioso, as suas ordens que não admittiam réplica, desfazia todos os obstaculos, com grande desespero do pobre Musulmano, que em toda a sua vida nunca encontrára um homem assim! um homem em cuja impenetravel couraça resvalavam todos os ardis e todas as traições.

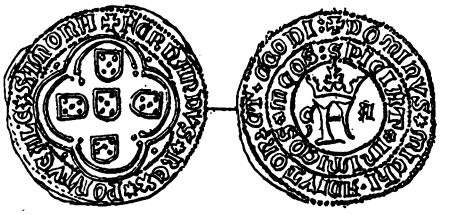
Foi por esta occasião que se realizou uma scena caracteristica, e que devia impressionar altamente aquellas imagi-

Digitized by Google

nações orientaes, que a verdadeira grandeza sempre deslumbra. Appareceu um emissario do shah da Persia, Ishmael, reclamando o tributo annual que os reis de Ormuz pagavam ao seu suzerano. Khodja-Atar avisou Affonso d'Albuquerque, por intermedio de um astuto Persa que os nossos chronistas chamam Rexordum, e cujo verdadeiro nome era Bas-Nour-ed-Din. O esperto ministro, julgando embaraçar muito Affonso d'Albuquerque, mandava-lhe dizer que o reino de Ormuz não podia pagar dois tributos, e que visse a resposta que devia dar ao embaixador do seu antigo soberano. «A resposta, accudiu Affonso d'Albuquerque rindo, e a sua alta estatura parecia ao pasmado Persa que tomava dimensões descommunaes, a resposta eu já vol-a dou». E, mandando trazer, á tolda do seu navio, ballas, espadas e outros petrechos de guerra: «Dizei ao embaixador do xeque Ishmael, continuou elle, que são estas as pareas que el-rei de Portugal envia a quem ousa pedir tributo aos seus vassallos». Quando relemos nos *Commentarios* essa pagina magnifica, parece-nos que é sempre uma estrophe da *Iliada* que alli jaz engastada, e que, em vez de Affonso de Albuquerque e do embaixador da Persia, Achilles e algum dos filhos de Priamo é que são os heroes d'essa magestosa scena, digna das grandes epopéas dos tempos heroicos.

Infelizmente nem todos, ou antes nenhum dos que o rodeavam, eram da sua tempera, e as cubiças, as ambições pequeninas dos seus subalternos iam encher de desgosto o grande capitão, e roubar-lhe a gloria e o proveito que a tanto custo adquirira.

Estava-se no mez de janeiro de 1508; os capitães viam que Affonso de Albuquerque se mostrava cada vez menos disposto a afastar-se de Ormuz, antes de ter alli assentado solidamente o seu dominio, e comtudo elles, mais cuidadosos dos interesses particulares do que do bem da patria, não se podiam resignar a perder a carregação da India, e a presa das naus de Meca. Sabiam que Affonso de Albuquerque, por intermedio de um navio de Onor, que regressava á India, mandara pedir ao vice-rei soccorros em



Tornez, de D. Fernando

munições, gente e navios; isto indignava-os, e Antonio do Campo, de todos elles o mais insubordinado, ainda os exaltava, dizendo-lhes que na carta por Affonso de Albuquerque expedida ao vice-rei se faziam de todos elles infinitas queixas. Tudo isso fez com que os murmurios se transformassem quasi em revolta aberta, e o clamor dos interesses lesados falou n'elles tão alto que os ia tornando traidores á patria, porque não se pejaram de dar a entender a Khodja-Atar que tudo quanto Affonso de Albuquerque fizéra fôra sem ordem d'el-rei, e que talvez o verdadeiro motivo d'aquella insistencia em construir a fortaleza seria o querer levantar-se com ella, e fundar, aventureiro ousado, um reino independente de que elle seria senhor. Entre as tripulações espalhavam ao mesmo tempo que Affonso d'Albuquerque os defraudava da sua parte no tributo dos vinte mil xerafins de ouro, pois que el-rei D. Manuel ordenára que o primeiro tributo que em qualquer parte recebesse o deveria distribuir pelas tripulações. Khodja-Atar folgava immensamente com estas discordias dos Portuguezes, e previa que chegaria depressa o momento em que poderia livrar de jugo tão vergonhoso a humilhada Ormuz.

Digitized by Google

Já um pouco ameaçadores, os capitães insistiram com Affonso d'Albuquerque para que deixasse Ormuz e fosse ao mar Vermelho: Affonso d'Albuquerque nem lhes respondeu. Fizeram-lhe um requerimento por escripto: rasgou-o. Fizeram outro: quando o recebeu, estava fiscalizando as obras da fortaleza, mandou-o metter nos alicerces de uma porta que se construia, e a que os marinheiros ficaram chamando a Porta dos requerimentos. Afinal, ultrapassando todos os limites, incitaram os mestres, pilotos, bombardeiros, etc., a irem em chusma pedir a Affonso d'Albuquerque o seu quinhão de tributo: Affonso d'Albuquerque respondeu-lhes ironicamente que lh'o daria se os capitães o requeressem por escripto. Nenhum se atreveu a isso: quem o fizesse documentava com o seu proprio punho as accusações de insubordinação e de mentira propalada com fim sedicioso, que Affonso d'Albuquerque lhe podia dirigir.

Sente-se que o auctor dos *Commentarios* é n'este caso um pouco parcial; quem o lêr dirá que Affonso d'Albuquerque era todo prudencia e mansidão, e os capitães todos insubordinados e rebeldia. Ora, isso discorda bastante do caracter d'Affonso d'Albuquerque, tal como nos proprios *Commentarios* se nos revela, e com effeito quem confrontar com o livro que citamos a obra de Gaspar Correia[1], é que percebe bem as peripecias d'este drama. E' certo que Affonso d'Albuquerque, primeiro receiou-se de que em Ormuz se aproveitassem das suas dissensões, conseguindo dominar-se bastante, e vencer a sua natural severidade a ponto de se mostrar moderado. Mas os capitães, que aliás tremiam deante d'elle, ainda os mais intrepidos, vendo-o disposto a fazer concessões, tornaram-se exigentes. Então Affonso d'Albuquerque, reassumindo de novo o seu aspecto leonino, fazia-os recuar a todos, e, subjugando-os com o seu terrivel ascendente, impunha-lhes de novo a sujeição e a disciplina como se verá.

As discordias dos capitães tinham animado Khodja-Atar, que era d'ellas sabedor, a quebrar a vassallagem que á força lhe fôra imposta, e, depois de diversas manifestações visivelmente hostis, posto que elle declarasse quando Affonso d'Albuquerque o interpellou, que não tinham tal caracter, deu asylo emfim a quatro ou cinco marinheiros[1] que fugiram da esquadra, e que Affonso debalde lhe reclamou. Primeiro usou do seu habitual expediente de respostas dilatorias; afinal, sem o declarar positivamente, mostrou que os não queria entregar, porque tendo-os junto de si, em presença de todos, vestidos ricamente, não deu senão respostas frivolas ao homem que Affonso d'Albuquerque enviára a pedir-lh'os. Albuquerque bem percebia que elle se fiava em que os capitães da frota negariam o seu concurso ao capitão-mór, se a guerra se reaccendesse. Por algumas insinuações que elle lhe fizera anteriormente, dando-lhe a entender que a fortaleza não fôra construida por ordem d'el-rei de Portugal, percebera D. Affonso que estava o Persa bem informado das disposições dos espiritos na frota. Resolveu comtudo punil-o severamente.

Quando preparára a sua frota para atacar a cidade, recebia um requerimento assignado por todos os seus subalternos, em que lhe pediam, allegando muitas razões, que não fizesse por então guerra a Ormuz, declarando terminantemente que, se em tal persistisse, nenhum d'elles o acompanharia. Era uma

[1] *Lendas da India*, tom. 1.º, P. 2.ª

[1] Damião de Goes diz que eram cinco: tres Levantiscos, um Biscainho fundidor d'artilheria, chamado mestre Martins, e um Pedro Eannes, mulato e natural da ilha da Madeira.

Digitized by Google

insubrodinação formal, uma revolta aberta. Affonso d'Albuquerque, levando na mão a carta, chamou-os a conselho. Ao verem o grande homem, de labio desdenhoso, de fronte altiva, a pedir-lhes ponder. D'ahi a uma hora, os capitães mandavam todos pedir-lhe perdão, e declarar-lhe que estavam promptos a acompanhal-o aonde elle os quizesse levar. Tal era a força irresistivel do ascendente

CASA ONDE, SEGUNDO A TRADIÇÃO, NASCEU CHRISTOVAM COLOMBO, NO FUNCHAL

contas da sua disciplina, os capitães sentiram-se logo pouco á sua vontade, e, quando Albuquerque lhes perguntou se estavam resolvidos a effectuarem o que diziam na carta, hesitaram, balbuciaram, e procuraram convencer o capitão-mór a que não encetasse a guerra. Affonso d'Albuquerque retirou-se sem lhes responder. D'ahi a uma hora, os capitães mandavam todos pedir-lhe perdão, e declarar-lhe que estavam promptos a acompanhal-o aonde elle os quizesse levar. Tal era a força irresistivel do ascendente exercido por esse homem de vontade de ferro nos seus recalcitrantes subordinados!

Mas o arrependimento dos capitães não durou muito tempo, e, como a persistencia d'Albuquerque não cessava, continuaram elles tambem a semear a sisania entre as tripulações, e a mostrar-

Digitized by Google

se descontentes. Khodja-Atar colhia n'essas discordias animo para se defender, apezar das tribulações em que o cêrco, posto por Albuquerque, o mergulhára. Effectivamente, depois de dois dias de bombardeamento, Affonso d'Albuquerque transformou o cêrco em rigoroso bloqueio, e a sêde não tardou a fazer-se sentir em Ormuz. As raras cisternas que havia na cidade, era necessario guardal-as com força armada, e os que ousavam ir procural-as ás outras ilhas encontravam-se quasi sempre com os marinheiros portuguezes, que os desbaratavam. Algumas almadias, cozendo-se de noite com a terra, conseguiam ir buscar gotas do liquido precioso. E comtudo Khodja-Atar não cedia; era porque estava bem informado do que se passava na frota, e previa que não tardaria a haver uma explosão. A irritação dos capitães, que augmentava surdamente, e a rebeldia dos marinheiros eram mais do que manifestas.

Effectivamente, a explosão não tardou. Uma vez, que Affonso d'Albuquerque déra ordem a João da Nova para ir á terra firme a uma expedição, João da Nova recusou-se positivamente, allegando apenas que a gente da nau lhe desobedecia e que então não havia de ir só. Effectivamente a tripulação da nau estava sublevada; mas João da Nova, em vez de reprimir a sublevação, atiçava-a. Cégo de colera, Affonso d'Albuquerque entrou n'um escaler, dirigiu-se á nau dos amotinados. Sosinho subiu á tolda, e reprehendeu severamente João da Nova pelo exemplo de insubordinação que estava dando. João da Nova respondeu-lhe com toda a insolencia que a tripulação é que desobedecia, mas que lhe mandasse dar a parte que lhe cabia nos vinte mil xerafins do tributo d'Ormuz, que tudo entraria na ordem. Affonso de Albuquerque, rodeado por aquella turba furiosa, não baixou o tom, e ordenou a João da Nova que mandasse embarcar para a expedição a tropa nomeada. Insistiu uma, tres, quatro vezes: o alarido em torno d'elle tomava as proporções de uma verdadeira assuada, a ponto que se ouvia em terra, e que os defensores d'Ormuz saudavam com gritos d'alegria a revolta. Vergonhoso espectaculo que estavamos dando aos que nos tinham visto heróes, aos que nos estavam vendo corsarios indisciplinados! Mas a figura de Affonso d'Albuquerque domina por tal fórma esse quadro tumultuoso que o opprobrio dos soldados parece que vem apenas para dar realce ao seu heroismo sobre-humano. Arrancando uma espada das mãos de um grumete, Affonso de Albuquerque, entendendo que mais lhe valia morrer do que soffrer a affronta de uma desobediencia formal, á espadeirada obrigou, elle só, a turba rebelde a entrar no escaler. Era um leão rugidor, em toda a plenitude da sua força e da sua magestade. Assombrada por esse rasgo repentino de louca temeridade, tanto maior quanto as tripulações das outras naus estariam mais dispostas a entrar na revolta do que a reprimil-a, subjugada pelos raios que aquelles olhos de aguia dardejavam, pelo ascendente magnetico d'aquella coragem sublime, a mó dos rebeldes começou a embarcar. E elle, dirigindo-se, ainda cégo de colera, a João da Nova, exclamou: «Embarque já!» E impellindo-o pelos peitos, e parece mesmo que puxando-lhe pelas barbas, obrigou-o a embarcar. Era uma affronta de que sempre João da Nova amargamente se queixava, e que até lhe arrancou lagrimas; n'aquelle instante porém não fez mais do que obedecer, mudo e submisso. Um homem só domára a revolta, levára adeante de si cincoenta d'esses heróes que ousavam combater e derrotar forças trinta, quarenta ou cincoenta vezes superiores. É verdade que esse homem tinha o nome, o prestigio,

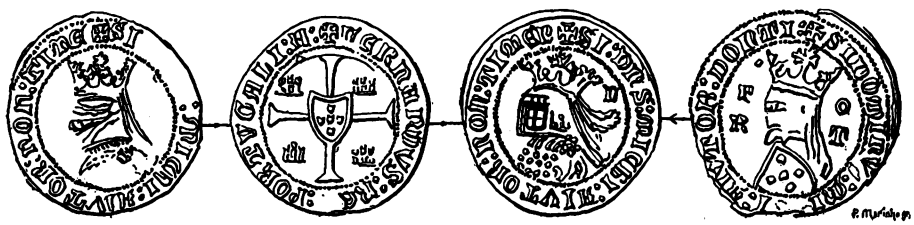
Digitized by Google

a rara bravura e a rarissima energia de Affonso d'Albuquerque![1]

O espirito da insubordinação chegára, como se vê, ao mais elevado gráu. Depois da tentativa frustrada de João da Nova para se revoltar abertamente, ninguem ousou mais todavia erguer a voz deante do terrivel Albuquerque; mas nem por isso deixava de lavrar no animo de todos o desejo de se esquivarem a essa lucta de gigantes em que o seu capitão-mór os empenhava, com prejuizo dos pequeninos interesses da sua cubiça. Houve noticia por esta occasião de que uma esquadra persa, chamada secretamente por Khodja-Atar, vinha em soccorro d'Ormuz. Affonso de Albuquerque enviou tres dos seus navios para lhe vigiarem os movimentos: os capitães aproveitaram o ensejo, e fugiram para a India. Eram Manuel Telles Barreto, Affonso Lopes da Costa e Antonio do Campo. Este ultimo fôra sempre o chefe occulto ou declarado da opposição dos capitães.

Póde-se imaginar que tumultuosos pensamentos se atropellariam no espirito de Affonso d'Albuquerque, vendo a sua heroica empreza frustrada pela obstinação malevola dos seus subalternos. Com que raiva surda não baixaria, dos céus onde pairava, á prosa da realidade essa aguia sublime que se immergia triumphal na região onde se elabora o raio, que assusta os timidos mortaes, mas onde se comprazem os Alexandres e os Napoleões!

Se percorrermos a *Historia do consulado e do imperio* de Thiers, encontraremos um outro exemplo d'egual desapontamento d'um homem de genio



Barbuda, de D. Fernando

compellido a curvar-se perante as vulgares concepções das mediocridades que o rodeiam.

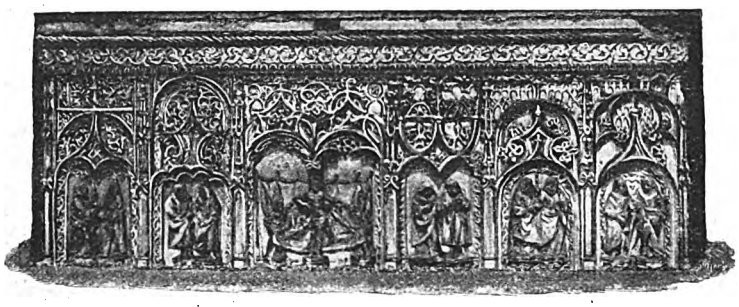
Quando Napoleão, na campanha da Russia, tendo visto arder-lhe Moscow, pensava em salvar o exercito e o fructo das suas emprezas herculeas, concebeu um plano gigante, que o levaria ainda mais ao coração da Russia, e que, fazendo, para assim dizermos, a sua retirada aggressiva, lhe evitaria os horrores que se seguiram; mas os seus marechaes, atterrados pela enormidade do projecto, recusaram positivamente secundal-o, e pela primeira vez a vontade de ferro do grande imperador teve de se curvar perante os seus subordinados. Quando o despotico imperador se viu obrigado a ceder a esta conjuração d'homens que não percebiam as audacias da sua imaginação, o que podia fazer Affonso de Albuquerque, revestido apenas da auctoridade incerta, ephemera e limitada de capitão mór d'uma das nossas esquadras?

O cêrco d'Ormuz era impossivel continual-o; depois de ter promettido a Khodja-Atar que não tardaria a vir punir a sua má fé e a sua perfidia, Affonso d'Albuquerque levantou ferro, e dirigiu-se a Socotorá. Alli abasteceu a fortaleza, e, cruzando depois no cabo Guardafui, to-

[1] O auctor dos *Commentarios* quer-nos fazer acreditar que Affonso d'Albuquerque não arrancou as barbas de João da Nova, e que foi este que inventou o facto para lançar o odioso sobre o capitão-mór. Cingir-nos-hemos de preferencia á versão de Gaspar Correia, que é muito mais verosimil. O genio irascivel de Affonso d'Albuquerque é bastante conhecido, e a exaltação em que devia estar n'esse momento terrivel tornava-o decerto capaz de todos os excessos.

Digitized by Google

mou algumas naus d'Arabes, não cessando nunca as suas desintelligencias com os seus subalternos, e reprimindo-os elle sempre com a sua habitual energia, João da Nova, seguindo o exemplo dos tres seus collegas, fugiu para a India, e comtudo Affonso d'Albuquerque, não desistindo ainda do seu projecto de reduzir Ormuz, tornava a ir pairar deante da cidade, tomando e arrazando pelo caminho Calayate, como para mostrar a Khodja-Atar que não era menos temivel depois da desapparição dos seus quatro navios, do que o fôra antes. Comtudo o astuto regente bem sabia que Affonso d'Albuquerque não lhe podia fazer grande mal e persistiu na sua obstinação; de fórma que o capitão-mór, depois de ter derrotado algumas tropas persas que vinham em soccorro d'Ormuz, partiu finalmente caminho da India, chegando a Cananor no principio de novembro de 1508.



ALTAR-MÓR DE PEDRA D'ANÇÃ, NA SÉ DE BRAGA

Já alli era sabida a sua nomeação para governador da India, e os desertores d'Ormuz revolviam céus e terra para que o vice-rei lhe não entregasse o governo. Essas deploraveis intrigas contal-as-hemos no capitulo seguinte; relanceando os olhos para essa primeira campanha d'Ormuz, campanha por fim de contas infeliz, porque não conseguira o que intentára, admiremos o genio d'esse homem que illustra a nossa historia, e digâmos com Ferdinand Denis, que nunca se revelaram mais brilhantemente as suas altas qualidades.

Temos com effeito um homem que enceta uma empreza colossal com as forças mais diminutas; que, sem revelar a pessoa alguma o segredo do seu plano, o prosegue intrepidamente, e desenvolve todos os recursos do genio humano para o executar. Os seus proprios subordinados levantam deante d'elle immensos obstaculos; a insubordinação, a deserção lavram nas suas fileiras; os seus inimigos, conhecedores d'este estado de cousas, cobram novo animo depois de cada derrota; da India não lhe vem soccorro, do reino não lhe enviam animação, as suas provisões de futuro governador da India guarda-as Affonso d'Albuquerque escrupulosamente selladas, para só as abrir quando chegar o praso marcado; e, apezar de tudo isto, apezar d'estas revoltas constantes que a sua energia doma, d'estas batalhas continuadas em que as suas altas combinações estrategicas lhe asseguram a victoria; d'estas intrigas do inimigo que o seu genio percebe e a sua firmeza destroe, apezar da conjuração de todas as difficuldades que se podem suscitar a uma empreza humana, Affonso d'Albuquerque lança os alicerces da sua obra, espalha o terror do seu nome na Persia, e na Arabia, estabelece em bases inabalaveis a preponderancia dos Portuguezes n'aquelle ponto do Oriente; embora se veja obrigado a levantar mão do emprehendimento começado, o caminho d'Ormuz, já elle o conhece, e não tardará muitos annos que a mão victoriosa do segundo governador da India venha hastear nas muralhas da cidadella, agora interrompida, o pendão glorioso de que elle foi o mais intrepido sustentador.

Digitized by Google

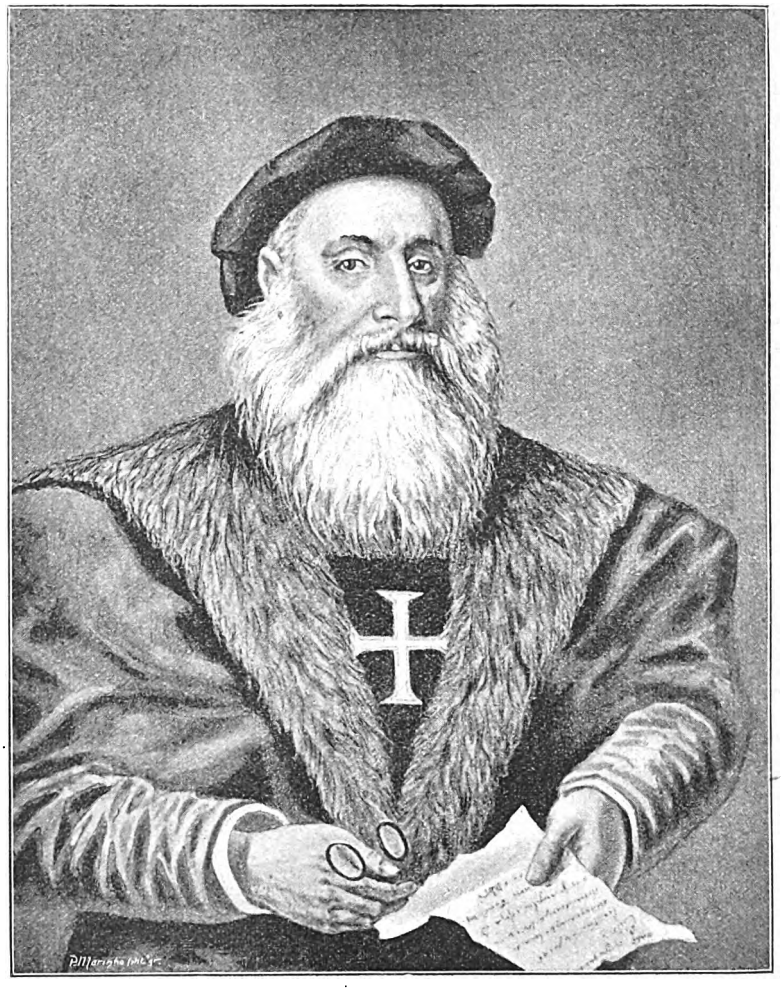
CAPITULO LXI

Dissensões entre D. Affonso d'Albuquerque e D. Francisco d'Almeida.—Expedição contra Calicut

Já démos noticia muito por alto da deploravel sisania que vis cortezãos semearam entre os dois vultos mais notaveis da India Portugueza, aproveitando a irritabilidade e a atonia produzidas no espirito do vice-rei pela morte de seu filho, e a rudeza natural d'Affonso d'Albuquerque, homem pouco soffredor, como tivemos occasião de vêr.

Até aqui os historiadores, tendo apenas para os guiar, na narrativa d'estas dissensões, os *Commentarios* de Affonso d'Albuquerque, attribuiram ao vice-rei todas as culpas. Os chronistas officiaes passam tanto de leve por estes negocios, com medo de lançarem descredito sobre os nossos illustres compatriotas, que das suas narrativas pouco se póde deduzir. Assim, a unica testemunha n'esta causa perante a posteridade era uma das partes, e acceitava-se como juizo definitivo a apologia d'um dos contendores! Felizmente a publicação das *Lendas da India*, de Gaspar Correia, veiu-nos dar meio de julgarmos esta causa com mais imparcialidade.

Quando Affonso d'Albuquerque chegou a Cananor, onde então estava o vice-rei, encontrou-o immerso na dôr profunda que a morte de seu filho D. Lourenço lhe causára, e todo absorvido nos preparativos da expedição com que intentava vingal-o. Não era occasião muito propria para lhe pedir justiça contra os officiaes desertores, mas Affonso d'Al-



VASCO DA GAMA

Digitized by Google

buquerque, irritado por vêr que ainda não estavam punidos, exigiu essa punição com altivez. Como o vice-rei não deu attenção immediata a esse negocio, requereu-lhe logo que lhe entregasse o governo da India, pois que o seu tempo era findo, e que, emquanto á expedição contra os Rumes, elle a dirigiria como governador da India, podendo o vice-rei partir immediatamente para a Europa, já que tinha naus promptas e boa monção. D. Francisco d'Almeida rogou-lhe que lhe deixasse ainda esse cuidado, porque era uma vingança que tinha muito a peito tomar dos matadores do seu filho e que, assim que tivesse cumprido esse desejo, lhe entregaria o governo. Affonso d'Albuquerque accedeu promptamente, e até, como dissemos, lhe rogou que o deixasse acompanhal-o como voluntario.

Sabemos já qual foi a cortez recusa do vice-rei, e, em consequencia d'isso, Affonso d'Albuquerque partiu para Cochim, deixando o vice-rei occupado em Cananor com os preparativos da armada.

E' esta a versão de Gaspar Correia, que nos parece muito mais verosimil do que a dos *Commentarios*. Quem ler simplesmente este ultimo livro fica suppondo que o vice-rei era um tyranno feroz e Affonso d'Albuquerque uma victima paciente, que todos os bons cidadãos se agruparam em torno d'elle, e que todos os invejosos e indisciplinados se bandearam com o vice-rei. Ora, quando pensarmos que esta figura era tambem a de D. Francisco d'Almeida, quando nos lembrar que miseravel intrigante era esse escrivão Gaspar Pereira, que nos apparece á testa dos partidarios de Albuquerque, e sobre o qual por conseguinte chovem os louvores dos *Commentarios*, não podemos deixar de reflectir que nenhum dos dois partidos foi absolutamente exempto de culpas n'esta deploravel discordia. O auctor dos *Commentarios* nem vê que, pintando o vice-rei debaixo das mais feias côres, se contradiz chamando-lhe adeante «homem tão honrado e tão cavalheiro [1].»

Parece-me, pois, que n'esta primeira entrevista o vice-rei mostrou uma certa moderação, e Affonso d'Albuquerque uma impaciencia um tanto descortez. Mas os papeis vão mudar rapidamente, e os capitães desertores e outros inimigos de Albuquerque não tardarão a indispôr de tal modo o vice-rei, que a mais furiosa intriga, a discordia mais vergonhosa, e a mais injustificada obstinação de D. Francisco d'Almeida em conservar um governo, que aliás lhe pesava, assignalam, d'um modo deploravel, o anno de 1509.

Apenas o vice-rei chegou a Cochim victorioso, logo na frieza com que recebeu Affonso d'Albuquerque se pôde conhecer o effeito das prevenções que os inimigos do novo governador tinham lançado no seu espirito. Affonso d'Albuquerque, sentido, reclamou o governo com mais energia, e a pessoa que encarregou de fazer valer os seus direitos foi infelizmente Gaspar Pereira. Bem se póde imaginar que não era elle o mais proprio para conciliar estes dois inimigos; effectivamente, as malquerenças redobraram, o vice-rei manifestou abertamente a sua intenção de não entregar o governo a Affonso d'Albuquerque até virem novas ordens do reino, porque, dizia elle, não queria assumir a responsabilidade da perda da India! Quanto o odio torna injustos os mais claros espiritos! Temia D. Francisco d'Almeida que deixasse perder a India... quem? Affonso d'Albuquerque, verdadeiramente o seu primeiro conquistador, o fundador do nosso vasto imperio oriental.

Cochim estava dividida em dois partidos, que não só trocavam entre si as

[1] *Commentarios do grande Affonso de Albuquerque*. P. II, cap. 8.º, pag. 48 do 2.º tomo da edição de Lisboa de 1774.

Digitized by Google

maximas injurias, mas que chegavam a vias de facto, havendo entre uns e outros frequentes rixas e desafios. O pobre rajah, assistindo com espanto a espectaculo tão novo, ouvindo as queixas de Affonso d'Albuquerque e as razões de D. Francisco d'Almeida, intimado muitas vezes por elle para que se pronunciasse, instigado pelos partidarios de Affonso d'Albuquerque a não dar a D. Francisco d'Almeida a pimenta para a carregação das naus, accusado por D. Francisco d'Almeida de se deixar peitar pelas promessas de Albuquerque, não percebia cousa alguma do que se passava, e não sabia o que havia de fazer. Separados um do outro, D. Francisco d'Almeida pela irritação que lhe causavam as reclamações do seu competidor, Affonso d'Albuquerque pelo seu orgulho e o sentimento da sua dignidade, que o impediam de se ir expôr a inevitaveis affrontas, estes dois grandes homens não podiam conseguir explicar-se, e não communicavam senão pelo intermedio dos seus parciaes, que desfiguravam as palavras de um e de outro, e azedavam cada vez mais a disputa. D. Francisco d'Almeida, irritavel ao ultimo ponto, mandava prender todos os parciaes de Affonso d'Albuquerque apenas os apanhava em flagrante opposição ás suas medidas; Affonso d'Albuquerque e os seus parciaes cada vez desabafavam com mais indignação, e soltavam queixas mais acres. D. Francisco d'Almeida, no auge da colera, tomou uma resolução injustificavel: mandou prender Affonso d'Albuquerque, e enviou-o para Cananor, com ordem a Lourenço de Brito, commandante da fortaleza, de o conservar preso até nova ordem. E sabem o que nos prova que não era a ambição do governo, mas sim a intriga dos que o cercavam que impellia D. Francisco d'Almeida a commetter estes actos? é que todo o seu desejo se resumia em voltar á Europa, levando comsigo Affonso d'Albuquerque, tanto assim que, tendo arribado a Cochim Diogo Lopes de Sequeira, que ia descobrir Malaca, D. Francisco d'Almeida lhe pediu, com muita instancia, que tomasse elle o governo da India, ao que Sequeira se recusou, allegando que não trouxera instrucções algumas n'esse sentido[1].

Barbuda, de D. Fernando

Os homens que teciam principalmente esta intriga eram, do lado do vice-rei: Antonio do Campo, Affonso Lopes da Costa, Manuel Telles Barreto, Francisco de Tavora, Jorge Barreto, governador da fortaleza de Cochim, e João da Nova, que partira primeiro da India, aggravado do vice-rei, mas que, mais recentemente offendido por Affonso de Albuquerque, olvidava os odios antigos para se vingar da nova affronta; os que tomavam as partes d'Affonso de Albuquerque eram, principalmente, Gaspar Pereira, o eterno inimigo do vice-rei, que não cessára de intrigar para Lisboa, Ruy d'Araujo, Jorge de Mello Pereira, fr. João de Christus, frade loyo, Garcia de Sousa. Estes, comtudo, não faziam senão protestar em altas vozes contra o procedimento do vice-rei, e não tinham força bastante para protegerem as pretenções d'Albuquerque. Estava preso em Cananor havia tres mezes, quando de subito aportou a essa cidade uma esquadra, vinda de Lisboa e commandada pelo marechal D. Fernando Coutinho, parente de Affonso d'Albuquerque. A esquadra era de quinze navios. D. Fernando Coutinho nem sequer gastou tempo a indagar o que se passára: as ordens que trazia de Lisboa indicavam-lhe simplesmente que obedecesse a Af-

[1] *Commentarios*, etc., t. 2.º, cap. XVII, p. 41.

Digitized by Google

fonso d'Albuquerque. Não esteve, por conseguinte, com mais reflexões: pôz ás ordens d'elle a frota. Lourenço de Brito não ousou protestar, e Albuquerque sahiu triumphantemente da cidade onde entrára prisioneiro. A sua chegada a Cochim foi como que o desabar de um raio: quando Antonio de Cintra, um dos cortezãos do vice-rei, vindo a bordo da esquadra para cumprimentar, em nome de D. Francisco d'Almeida, o commandante, deu de cara com Affonso d'Albuquerque, ficou verdadeiramente fulminado. A sua perturbação chegou até a ser risivel. Não foi menor o alvoroço em terra quando Antonio de Cintra chegou com a noticia. O vice-rei percebeu, um pouco tarde, que indigno papel lhe tinham feito representar, e logo, sem fazer a mais leve observação, sem provocar disputa, entregou o governo ao seu successor. Devemos dizer que só a presença de D. Fernando Coutinho bastára para fazer cair no sentimento da sua dignidade esses fidalgos militantes. Era elle a expressão mais perfeita do *grand seigneur*, soberanamente desdenhoso de interesses e intrigas de arraial, e transportando para bordo da sua esquadra a etiqueta da côrte. Ao verem-n'o, sentiram-se todos como que de subito transportados aos paços da Ribeira, e como que se envergonharam de dar a conhecer a esse aprimorado fidalgo as indignas disputas em que tinham andado envolvidos.

Conseguiu, pois, D. Fernando Coutinho extinguir a discordia sem o mais leve esforço, mas não conseguiu egualmente congraçar os dois rivaes. D. Francisco d'Almeida entregou o governo mas partiu immediatamente para Cananor, fugindo a uma reconciliação com Affonso d'Albuquerque. Seguiram-n'o todos os que poderam esquivar-se a ficar na India, depois de terem feito uma opposição tão declarada ao novo governador. Enganavam-se, comtudo, julgando que teriam que temer as suas vinganças. A grande alma de Affonso d'Albuquerque era incapaz de alojar tão baixos sentimentos. Longe de procurar vingar-se, deu aos seus adversarios muitas provas de estima, e, tendo fallecido João da Nova em Cochim, acompanhou elle mesmo o enterro vestido de lucto, olvidando todos os seus resentimentos para se lembrar unicamente de que devia honrar a memoria de um dos heroes da India [1].

Está pois, Affonso d'Albuquerque, sem contestação, governador; vae começar para a India portugueza uma epocha de inexcedivel prosperidade; acções immortaes vão allumiar, com deslumbrante luz, as paginas da historia portugueza.

Infelizmente, a imprudencia de D. Fernando Coutinho fez com que esse brilhante governo se inaugurasse com um desastre: a frustrada expedição de Calicut.

Valido de el-rei, representante de uma das primeiras familias do reino, e possuidor de um dos mais altos cargos militares, D. Fernando Coutinho appareceu na India, exactamente como um principe que passa das salas do palacio aos acampamentos, e que, sem se importar com os planos dos velhos generaes, quer logo e depressa uma batalha, onde possa dar uma carga brilhante, para a vir contar no paço, a uma roda attenta de damas enthusiasmadas. O marechal, que já tractára com certa sobranceria a questão do governo entre os dois competidores, tambem falava com desdem nas preoccupações commerciaes dos Portuguezes, e não cessava de repetir: «Os meus avós nunca foram mercadores, eu não vim á India buscar pimenta mas destruir Calicut.» Sentia-se que não desgostaria tambem de mostrar aos batalhadores da India como um cortezão de D. Manuel destruia, n'um abrir e fechar d'olhos, os

[1] *Commentarios*, etc., t. 2.º, cap. XVII, pag. 41.

Digitized by Google

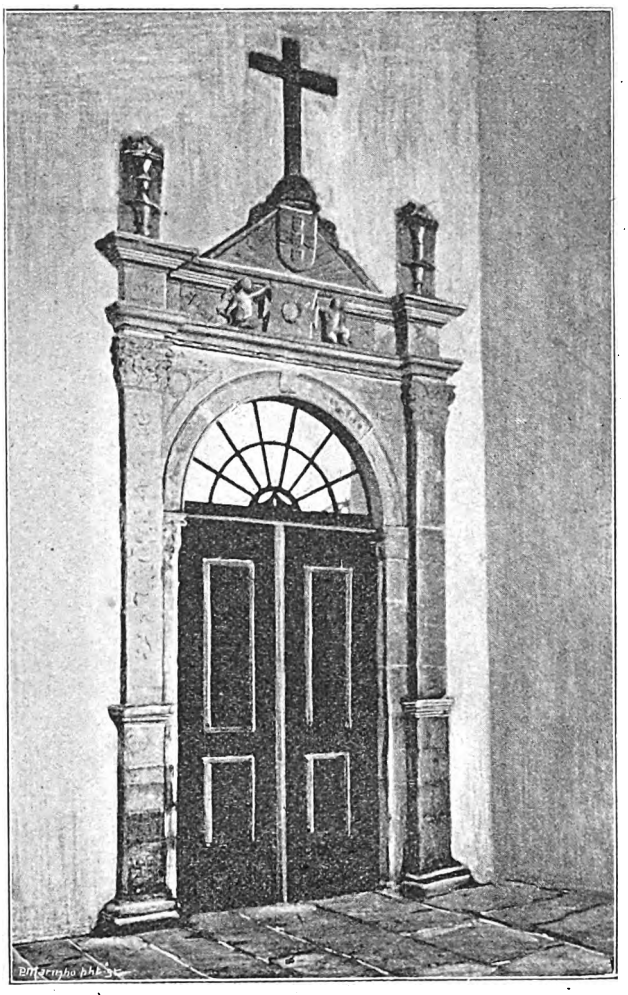
obstaculos, que a elles lhes pareciam insuperaveis. Demais, queria partir para Portugal, e instava com Affonso d'Albuquerque para que emprehendesse a expedição.

Ainda que a tomada de Calicut não entrava no vasto plano que Affonso d'Albuquerque já concebera, as ordens de D. Manuel e o desejo de comprazer com o marechal, a quem devia um importante serviço, fizeram com que accedesse ao pedido do seu parente. Depois de tomar emfim as informações mais completas ácerca dos meios de defeza da cidade e preparar uma esquadra de vinte navios, acompanhados de bastantes paráos que o rajah de Cochim pozera á sua disposição, e embarcando n'elles dois mil soldados, partiu para Calicut no fim do anno de 1509, chegando ao seu destino a 3 de janeiro de 1510.

Eram tanto façanhas cavalheirescas as que o marechal D. Fernando Coutinho tencionava praticar, que no conselho, que se reuniu a bordo, disse em alta voz, que mandaria cortar a cabeça a qualquer capitão da sua armada que ousasse desembarcar antes d'elle, e que se o contraventor d'essa ordem fosse da jurisdicção de Affonso d'Albuquerque, ficaria de mal com este se lhe não désse o mesmo castigo. Apezar d'esta solemne ameaça, a ordem não se poude manter: a maré fez descahir differentemente os escaleres, e o marechal foi desembarcar longe da cidade, de fórma que teve Affonso d'Albuquerque de o esperar muito tempo na praia.

A cidade estava mal defendida. O Samori andava em guerra com outro principe, vassallos do rajah de Cochim, e, se o ataque fosse dirigido unicamente por Affonso d'Albuquerque, a cidade seria destruida com a maior facilidade. Infelizmente o estouvado orgulho de D. Fernando Coutinho produziu tristes resultados.

O calor era excessivo, e os soldados



COIMBRA — MOSTEIRO DE CELLAS
Portal mandado fazer pela abbadessa D. Leonor de Vasconcellos

de Affonso d'Albuquerque principiaram a desmandar-se. Vendo isto e temendo que elles se fossem expôr inutilmente na cidade, Affonso d'Albuquerque moveu-se para os reunir a si, e foi encontral-os já em combate com os Indios que defendiam umas tranqueiras guarnecidas de artilheria. O que havia melhor a fazer era ajudal-os a tomar o que tinham investido. Em pouco tempo os Indios

Digitized by Google

foram postos em debandada, e Affonso d'Albuquerque, depois de ter assegurado assim a entrada da cidade, voltou ao encontro do marechal. Achou-o furioso por lhe roubarem a gloria que elle queria toda para si, e por tal fórma irritado, que lhe disse injurias, e afinal, sem querer ouvir os seus conselhos, sem lhe responder sequer, avançou desordenadamente sobre Calicut. Affonso d'Albuquerque viu que o unico remedio que tinha tal loucura era elle acompanhal-o com uma reserva compacta, que o protegesse nas peripecias do combate.

D. Fernando Coutinho avançava affogueado pelo calor, fatigadissimo, a ponto de irem dois homens a sobraçal-o, mas incontestavelmente intrepido, e afugentando os *Naires* que lhe sahiam ao encontro, e que elle tractava com um supremo desdem, parecendo-lhe impossivel, dizia elle, que de tão despreziveis inimigos fizessem os Portuguezes caso. Mas entretanto os soldados fatigados, esfomeados, encalmados, desmandavam-se, e entravam pelas casas a roubar, e, quando o marechal chegou ao palacio do Samori, levava já pouca gente, que ainda assim derrotou os Naires que defendiam a habitação do rajah, e fez n'elles grande mortandade. Mas os outros, que andavam dispersos pela cidade, recobrando-se do panico e vendo os nossos desordenados, vieram accommettel-os. Affonso d'Albuquerque, porém, vendo isto, accudiu com uma peça de artilheria e restabeleceu o combate. Mas os Naires recresciam a cada momento, a gente da cidade aproveitava a dispersão dos Portuguezes, ou para os matar onde os apanhava isolados, ou para arrojar de longe projectis de toda a especie contra a força reunida do marechal. Duas vezes Affonso d'Albuquerque o avisou para que se retirasse, e elle sem fazer caso; e afinal, sentindo já invadil-o aquella terrivel colera que fazia tremer em Ormuz capitães, soldados e marinheiros, Affonso d'Albuquerque chegou-se ao marechal e ordenou-lhe imperiosamente que se retirasse. O marechal, obedeceu emfim. Como a retirada não era pouco perigosa por entre os habitantes hostis, Affonso d'Albuquerque foi adeante e abriu caminho; o marechal seguiu-o, mas ainda por um resto d'obstinação voltou atraz, porque se esquecera de deitar fogo ao palacio. Foi a sua perda: depois d'atear o incendio, quando marchava a reunir-se a Affonso d'Albuquerque, os Naires envolveram-n'o, e travou-se um combate desegual, em que elle cahiu morto, juntamente com mais dez ou doze fidalgos. Apenas Affonso d'Albuquerque soube da nova imprudencia, voltou atraz, mas já não poude salval-o, e elle mesmo ia sendo victima da loucura do seu parente, porque recebeu duas feridas, e morreria infallivelmente se não fosse a dedicação d'um dos seus fidalgos, Diogo Fernandes de Beja. Restava só a retirada, que se fez em boa ordem, recolhendo-se os nossos aos navios depois de terem reduzido a cinzas uma boa porção da cidade de Calicut, de terem juncado as suas ruas dos cadaveres dos seus defensores, mas tendo tambem comprado essa gloria com a morte d'oitenta homens, entre os quaes se contava o imprudente, o orgulhoso, mas bravo e cavalheiresco marechal.

Affonso d'Albuquerque sentiu isto duplamente, não só pela morte de D. Fernando Coutinho, mas tambem pelo desastre das armas portuguezas; e o desaire que lançava no seu governo uma tão deploravel estreia. Esta *échaffourée* realizou-se a 4 de janeiro de 1510. Começava mal o anno, mas os acontecimentos haviam de desmentir tão deploravel prognostico.

Ainda o anno não seria findo, já a bandeira portugueza havia de tremular na esplendida Gôa, a destinada capital

Digitized by Google

do vasto imperio devaneiado por Affonso d'Albuquerque, a aurea Gôa que, hoje misera reliquia das nossas grandezas orientaes, serve comtudo para attestar ao mundo o que fomos e o que valemos, como derrocado capitel d'uma columna gigante ainda attesta ao viageiro pensativo o que foram outr'ora essas cidades Palmyra e Balbek, em torno das quaes se estende o deserto e o silencio.

CAPITULO XLII

Tomada de Goa

PENAS se pôde Affonso d'Albuquerque entregar de corpo e alma aos seus planos favoritos, pensou logo em tentar uma expedição sobre Ormuz. Attrahia-o para lá não só o desejo de levar a cabo o seu vasto projecto, mas tambem o de se vingar da ultima affronta que ali recebêra. Accrescia a isso o ter-lhe mandado pedir Duarte de Lemos, que andava cruzando no cabo de Guardafui, alguns reforços para desempenhar a sua missão. Preparou pois uma esquadra de vinte e tres vellas [1] tripulada por dois mil soldados portuguezes, além dos Indios auxiliares [2]. Quando, porém, aportou ás Anchedivas, recebeu a visita d'um homem a quem os nossos chronistas chamam Timoia, e cuja posição, se assim nos podemos exprimir, não nos é muito facil determinar. O que sabemos é que elle, desde as primeiras expedições dos Portuguezes, tivera o bom senso de reconhecer a sua superioridade militar e de sempre se collocar do seu lado em todas as questões. O que podemos suppôr, na impossibilidade em que estamos de estudar a fundo estes problemas deixados em suspensão pelos chronistas, é que Timoia não era senão um d'esses senhores, que hoje são conhecidos pelo nome de nababos, especie de feudatarios dos pequenos rajahs do Malabar.

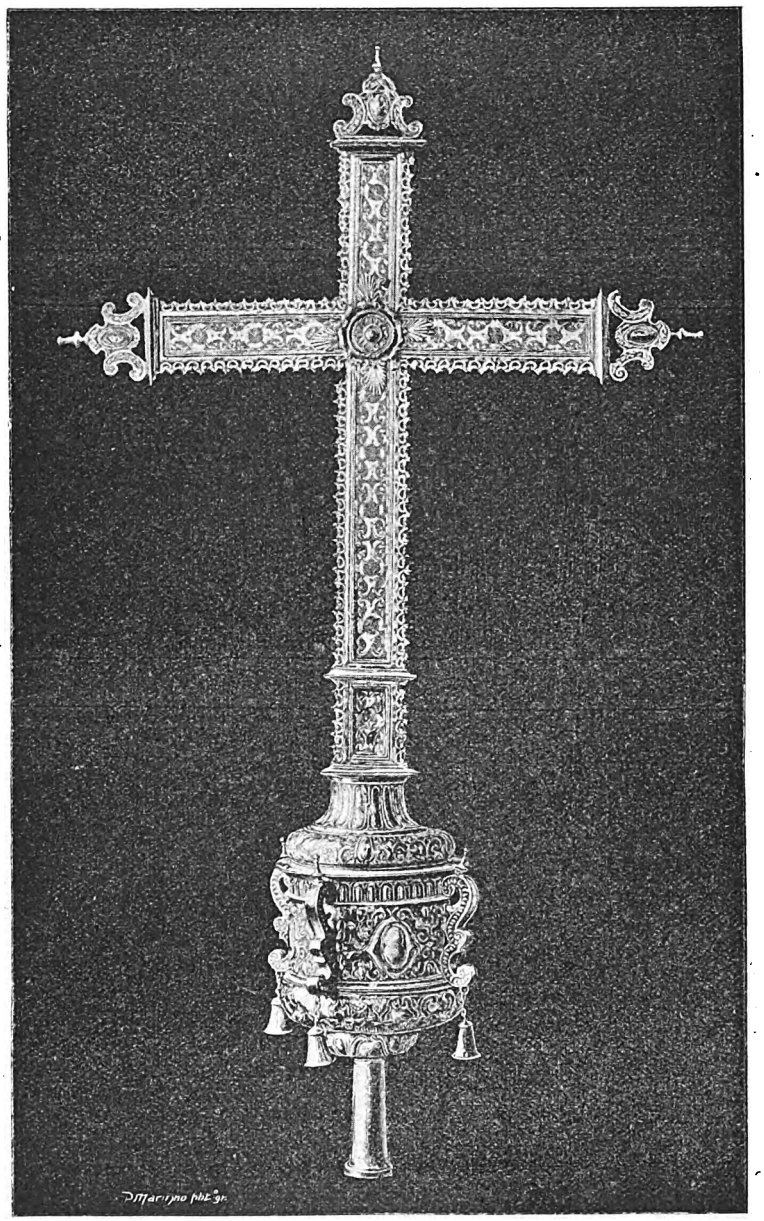
Seja como fôr, a apparição d'este Timoia produziu uma grande mudança nos planos de Affonso d'Albuquerque, porque, dizendo-lhe o astucioso Indio (que esperava tomar alguma cousa para si nas aguas revoltas) que em Gôa tinham ido buscar asylo alguns dos Rumes fugitivos do desbarate de Diu, e que ahi, com auxilio do senhor da terra, procuravam refazer uma esquadra que pudesse voltar contra os Portuguezes, dizendo-lhe além d'isso que estava desprevenida Gôa, porque o senhor da terra andava guerreando com o rei de Narsinga, Affonso de Albuquerque mudou subitamente de plano, e resolveu ir tomar Gôa.

Gôa *(Gouâ)* era a cidade mais propria que se podia deparar a Affonso d'Albuquerque para capital do imperio que devaneiava. Situada n'uma ilha a que os indigenas chamavam Tissuari, banhada pelos dois braços de um rio, o Mandovi, que alli fórma dois magnificos portos, Gôa apresentava um amplo abrigo ás esquadras portuguezas, e ao mesmo tempo uma facil defeza. Collocada no meio das costas do Malabar, alli affluia o commercio do interior da peninsula, e, povoada por homens de todas as raças e de todas as religiões, em que até se contavam sectarios da religião de Zoroas-

[1] *Commentarios*, etc., tomo II, cap. 18, pag. 99.
[2] *Chronica d'El-Rei D. Manuel*, part. 3.ª, cap. 3.º, fol. 5.

Digitized by Google

tro, os seus moradores não tinham pela maior parte um grande interesse nacional em se defenderem contra o estrangeiro dominador, que seria sempre bem accolhido, comtanto que lhes désse tranquillidade e segurança.



CRUZ PROCESSIONAL DE ROCAS

Não sabemos se Affonso d'Albuquerque já lançára as vistas para esta cidade, ou se foi a proposta de Timoia que lhe despertou esse pensamento; o que é certo é que apenas uma tal idéa se apoderou d'elle, logo o seu plano se formou com a rapidez do relampago. Debalde Timoia pensava que ia conquistar uma soberania, com a facil condição de se reconhecer vassallo de Portugal, e de deixar os Portuguezes levantarem alli uma fortaleza; na mente d'Albuquerque devia ser Gôa uma cidade exclusivamente européa, a futura capital do nosso vastissimo imperio.

Mas a quem pertencia Gôa? É o que vamos procurar saber.

A India, fragmentada em immensos Estados, até á invasão mongolica, que se ia approximando, dividia-se em duas regiões principaes: o Industan, ao norte, e o Dekkan, ao sul. O nome da parte septemtrional applica-se habitualmente, como temos visto, á penninsula inteira. Os Afghans dominavam uma grande parte do Norte, aonde os Portuguezes não levaram os seus esforços; o paiz em que elles mais concentraram a sua attenção, tinha cinco reinos principaes: o de Cambaia, que se extendia pela costa de Guzarate; o de Calicut, nosso inimigo; o de Narsinga, com o qual D. Francisco d'Almeida e Affonso d'Albuquerque poderam sustentar amigaveis relações e até mesmo uma alliança; e Dehli, onde depois o Grão-Mogol estabeleceu o seu imperio, e que estava fóra da esphera da actividade portugueza; e, finalmente, o do Dekkan propriamente dito. Era

Digitized by Google

PARTIDA DE ALVARES CABRAL

Digitized by Google

n'este ultimo que estava Gôa encravada[1].

Sabemos que havia na India um verdadeiro feudalismo, e por isso facilmente comprehenderão os leitores que, apezar de estar situada no Dekkan, não dependesse Gôa directamente do soberano d'esse reino. O titulo que os nossos chronistas dão ao senhor de Gôa é *Sabaio; Sobah* é o que nos parece que será o verdadeiro nome indio[2]; o que então governava tinha por nome Hidal, ou Adel-Khan; d'este nome fizeram os nossos Hidalcão, que, segundo nos parece evidente, foi considerado depois pelos nossos chronistas como titulo dos seus successores, porque diziam o Hidalcão como diziam o Samori. Ora, se *Khan* é o nome dignidade, o *Hidal* é, incontestavelmente, o nome proprio, que decerto variava com os differentes *Sobahs*[3]. Não apresentâmos isto como positivo, mas é a conjectura que mais verosimil nos parece.

Vassallo, pois, dos reis de Dekkan, o *sobah*, que era de religião musulmana, andava guerreando o rei de Narsinga, inimigo do seu suzerano, quando, cedendo ás indicações de Timoia, appareceu de subito Affonso d'Albuquerque deante de Gôa. A sua resolução fôra tomada com presteza e com presteza fôra executada. No dia 10 de fevereiro de 1510 partira elle de Cochim com direcção a Ormuz, no dia 28 de fevereiro d'esse anno D. Antonio de Noronha, seu sobrinho, atacava e tomava a fortaleza de Pangim. O governador de Gôa, na ausencia d'Hidal-Khan, chamado Melek-Çufergugi, nem quasi tentou oppôr resistencia, e offereceu capitular. Albuquerque concedeu-lhe as mais favoraveis condições: respeito das vidas, das propriedades, e ampla tolerancia para as crenças religiosas dos habitantes de Gôa. As condições foram cumpridas fielmente, e Affonso d'Albuquerque via-se quasi pacificamente senhor da sua ambicionada capital.

Repetidas vezes lhe pediu Timoia que o investisse na soberania de Gôa, promettendo pagar um grande tributo a el-rei de Portugal; chegou mesmo a falar aos capitães para que estes defendessem a sua causa, e os capitães, desejosos de voltarem a Cochim, e fatigados por este ardor de conquista que devorava sempre Affonso d'Albuquerque, foram effectivamente de voto que se fizesse o que elle pedia. Affonso d'Albuquerque reprehendeu-os por isso severamente, e, recompensando largamente Timoia, nomeando-o mesmo governador, ou catwal da gente da terra, dando-lhe riquezas e arrendando-lhe, por cem mil cruzados, todas as terras de Gôa, á excepção da ilha de Tissuari, não quiz nunca largar a soberania directa de Gôa. Era a base do seu plano, e vamos já vêl-o, desenvolvendo altas qualidades administrativas, pôl-o em execução de um modo admiravel.

Quando narrámos as crueldades practicadas por Affonso d'Albuquerque na costa da Arabia, depois de as verberarmos, como ellas mereciam, dissémos ao mesmo tempo que não eram filhas de uma indole naturalmente feroz, mas sim

---

[1] Augusto Bouchot, *Histoire du Portugal et de ses colonies*, 3.º periodo, cap. X, pag. 114. (Paris, 1854.) Este volume fez parte da collecção intitulada *Histoire universelle publiée par une société de professeurs et de savants sous la direction de M. V. Duruy.* Em vez do reino de Dekkan, Augusto Bouchot colloca o reino de Bisnaga. É erro evidente: Bisnaga ou Vishnaga era a cidade capital do reino de Narsinga. V. *Commentarios* de Affonso de Albuquerque, e Damião de Goes, *Chronica de D. Manuel.* (Loc. cit.)

[2] Julgámos primeiro que *Sabaio* seria a corruptella de *Sahib*, que quer dizer senhor, mas no bello livro *Confessions of a thug by captain Meadows Taylor* (London. 1858) encontrámos a seguinte linha a pag. 117: «*the representative of the once proud Sobhahs of the Dekkan*». Ora o capitão Taylor, apezar da sua obra ter a fórma romantica, é em Inglaterra considerado como auctorizado nas cousas do Indostão.

[3] No mesmo livro do capitão Taylor encontrâmos a cada passo nomes assim: Dildar-Kan, Peer-Khan, Sorduraz-Kan, Subzee-Khan.

Digitized by Google

consequencias de um plano que elle executava com a frieza dos homens, que tudo sacrificam á realização de uma idéa, mas que practicava apenas quando as julgava necessarias para o exito da sua causa.

A prova d'isso temol-a aqui em Gôa. Nem a mais pequena violencia se pratica, as propriedades são respeitadas escrupulosamente, e, apezar do espirito propagandista dos nossos antepassados, Affonso d'Albuquerque não permitte que se inquiete, que se offenda ninguem por motivos religiosos. E' que se tracta de consolidar a união intima entre Portuguezes e Indios, é que se tracta, emfim, de fundar um imperio que se sustente pelas suas proprias forças, e que, longe de ser encargo para a metropole, lhe dê força e grandeza, vivendo ao mesmo tempo vida larga e vida propria.

Poder immenso do genio! Um homem só concebeu e executou, quasi de um jacto, completo e perfeito, o plano que os Inglezes presentiram, e foram de anno para anno aperfeiçoando, atravez de mil obstaculos e de mil decepções. A India ingleza, tal como hoje existe, foi a que Affonso d'Albuquerque esboçou para Portugal, de um traço sem hesitação.

A união dos Portuguezes com os indigenas era a base principal do seu plano; é o que os Inglezes tambem procuraram realizar, mas o seu orgulho, as exacções da antiga Companhia, trouxeram á execução de um tal plano mil obstaculos, e a revolta sanguinolenta dos Cypayos, em 1857, veiu mostrar o que havia de ficticio n'essa sonhada união.

Em Gôa logo Affonso d'Albuquerque dá provas do supremo tacto com que dirigira esse trabalho. Os tributos diminuidos, os antigos usos respeitados, os cargos da terra conservados, e os gentios tractados por elle com a maior benevolencia, logo mostraram qual seria a fecunda politica de D. Manuel. Ao mesmo tempo, verdadeiro missionario da civilização, Affonso d'Albuquerque tractou de desarreigar barbaros preconceitos que a religião brahmanica implantára no espirito dos povos indios. As viuvas, segundo o uso do Malabar, queimavam-se nas pyras onde ardiam os cadaveres dos maridos. Affonso d'Albuquerque prohibiu que um tal sacrificio se operasse em Gôa. Era o que os Inglezes tambem depois tentaram, e conseguiram; Affonso d'Albuquerque em tudo os precedia. Ah! mas se o grande homem apagava essas barbaras fogueiras, onde as miseras *Sati*, como os Indios chamam a essas victimas da superstição, iam procurar uma horrivel morte, não viriam os seus successores accender outras fogueiras não menos crueis, as fogueiras da Inquisição?

Barbuda, de D. Fernando

Todas as medidas de Affonso d'Albuquerque n'este ensejo trazem o cunho das suas largas vistas; manda lavrar moeda portugueza, mas correspondente exactamente ao valor da moeda da terra, e substitue-a na circulação á de Hidal-Khan. Eram *espheras*, *meias espheras*, *leaes* e *dinheiros*. Satisfazia assim á necessidade de numerario, que se fazia sentir, e ao mesmo tempo impunha, por assim dizermos, a marca portugueza n'essa Gôa ainda hesitante.

Estavam em Gôa dois embaixadores, um do schah da Persia, outro de Ormuz, que esperavam Hidal-Khan, e que foram surprehendidos pela subita tomada de Gôa. Affonso d'Albuquerque recebe-os em logar do Sabaio, ouve-os, tracta-os magnificamente, mas com uma altivez de protector. Ao schah da Persia manda em nome de el-rei D. Manuel offerecer paz, amizade, e alliança, e as instrucções que dá a Ruy Gomes, que se deve dirigir a Teheran, são admiraveis de tacto

Digitized by Google

politico e de finura diplomatica: sente-se a ameaça nas phrases altivamente cortezes que envia ao rei de Ormuz. Os embaixadores, quando partem, vão já convencidos de que uma nova potencia, e potencia dominadora, se levantou no Oriente. Essa supremacia, que Affonso d'Albuquerque impunha aos despotas asiaticos, nunca mais elles a poderam sacudir. Passámos o sceptro, é verdade, para as mãos dos Hollandezes, e d'estas para as dos Inglezes; mas em todo o caso era sempre a Europa que imperava, e esse imperio fomos nós os primeiros que o démos ao Occidente, que o recebeu estupefacto das nossas mãos heroicas.

Emquanto Affonso de Albuquerque lança em Gôa os alicerces do nosso poder, emquanto desenvolve, aos olhos do mundo oriental, os multiplos recursos do seu genio vastissimo, uma tempestade terrivel se prepara contra elle. Hidal-Khan não se resigna a perder a sua boa cidade, e, reunindo forças consideraveis, entre as quaes brilham um grande numero de Turcos vindos do Egypto, magnificos soldados que faziam tremer a Europa, marcha contra Affonso d'Albuquerque.

Este não estava desprevenido: bem suspeitára elle que a sua conquista preciosa não custaria apenas os leves sacrificios do primeiro combate; por isso tractára de fortificar Goa, e, se a não tinha completamente abaluartada, adeantára comtudo bastante a fortaleza para que já alli podesse defender-se contra forças numerosas.

Mas não é só com o inimigo que tem de luctar: os Musulmanos, residentes em Goa, e são numerosissimos, fazem secretamente causa commum com Hidal-Khan, auxiliando-o á traição, e ao mesmo tempo entre os nossos reina a discordia porque os subalternos d'Albuquerque, parece que obrigados a practicarem de má vontade feitos heroicos, obstinavam-se em quererem partir para Cochim abandonando Gôa. Elle só a tudo suppria com a sua energica vontade; e o seu genio prompto e seguro, suggerindo-lhe sempre optimos expedientes, ajudava-o na lucta que elle emprehendia, vencendo difficuldade sobre difficuldade.

Apezar de que Affonso d'Albuquerque tractára com egual carinho os Indios e os Musulmanos, estes comtudo eram sempre seus inimigos mortaes, porque os seus interesses e os dos Portuguezes não podiam deixar de ser irreconciliaveis; e por isso vemos que, n'esta guerra, ao passo que os Indios de Timoia combatem com grande valor ao lado dos Portuguezes, os Musulmanos, pelo contrario, ou fogem, ou tractam intelligencias com os sitiadores.

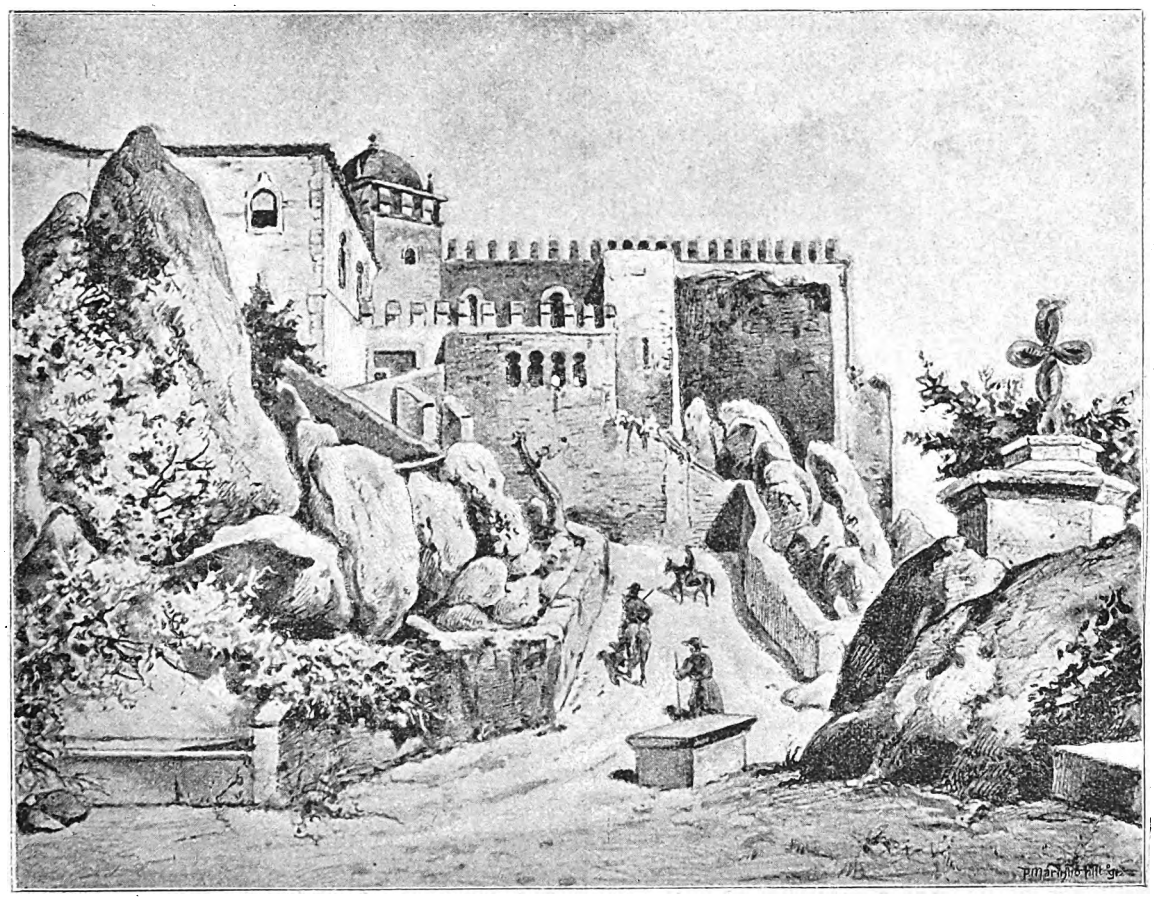
Assim que Affonso d'Albuquerque soube da manha de Hidal-Khan, tractou logo de guarnecer os passos da ilha, confiando a defeza aos seus melhores capitães; aos Musulmanos infundiu um salutar terror, mandando executar um dos seus magistrados, que se mostrára muito remisso na defeza, e ao mesmo tempo ordenou que trouxessem todos os Musulmanos principaes, as mulheres e os filhos para a fortaleza, tendo assim debaixo de mão refens que lhe respondiam pela fidelidade dos maridos e paes. Depois de tomadas todas estas medidas, foi rondar os passos, animando os timidos, redobrando a coragem dos valentes, e preparando-se emfim para uma defeza séria.

Mas o inimigo era por tal maneira superior em forças e os defensores da cidade eram tão remissos, que logo no primeiro ataque, a 17 de maio de 1510, forçou Hidal-Khan os passos e entrou na cidade. Affonso d'Albuquerque, depois de ter feito prodigios na defeza, viu-se obrigado a recolher-se á fortaleza, onde

Digitized by Google

ainda assim tencionava sustentar-se, até que chegasse de Cochim o soccorro que mandára vir. Mas começam os capitães a fazer o mesmo que já tinham feito em Ormuz, a sublevar-se, a requerer-lhe que embarcasse na esquadra e que sahisse a barra. Affonso d'Albuquerque impôz-lhes silencio, e declarou-lhes que havia de defender a fortaleza, quer elles quizessem quer não, ameaçando com graves castigos os que ousassem desobedecer. Entre todos esses capitães insubordinados, havia dois que eram os fieis seguidores do governador geral e que o ajudavam a reprimir os collegas. Esses dois verdadeiros benemeritos da patria eram seu sobrinho D. Antonio de Noronha e Diogo Fernandes de Beja, que já em Calicut lhe salvára a vida.

Mas um acaso infeliz veiu conspirar a favor dos amedrontados capitães, e forçar Affonso d'Albuquerque a abandonar a fortaleza. O exercito que occupava Gôa era numerosissimo, e os Portuguezes, encerrados na fortaleza, ainda tão pouco segura, não se podiam eximir a um certo terror, contemplando as cerradas legiões que os cercavam, e ouvindo os seus selvagens clamores e o barbaro estridor dos seus instrumentos de guerra. O descontentamento dos capitães augmentava com a perspectiva dos horrores de um assedio, e a insubordinação começava tambem a lavrar entre os soldados. Estava Affonso d'Albuquerque á porta da fortaleza conferenciando com um parlamentario inimigo, quando um dos capitães, Francisco de Sousa, lhe veiu dizer altanado que era voto unanime dos seus collegas o abandonar a fortaleza, e que,



CINTRA — O CONVENTO DA PENA NO SECULO XVI, SEGUNDO O LIVRO DUARTE D'ARMAS

Digitized by Google

se elle em tal cousa não consentisse, estavam resolvidos a desampararem-n'o.

Para se conhecer o alcance d'este insolente recado, é necessario que saibamos quem era o parlamentario que o ouvia tambem com secreto jubilo. Era um Portuguez! João Machado, degredado, que viéra na armada de Vasco da Gama (a do descobrimento) segundo assevera Gaspar Correia, ou na de Pedro Alvares Cabral, segundo dizem os outros chronistas, ficára em Mombaça e passára d'ahi á India, fora muito bem accolhido na corte dos *sobahs* de Goa, e merecera sobretudo a confiança de Hidal-Khan. Estranho acaso que punha assim, quasi no mesmo pé, negociando uma capitulação, o filho d'uma das mais nobres familias portuguezas, e o misero degredado plebeu, que tão longe estava d'elle na escala social europêa!

Póde-se por conseguinte imaginar qual seria a furia de Affonso d'Albuquerque, ouvindo o recado que os seus capitães lhe enviavam, e que assim revelava ao inimigo, que não perdia uma palavra, o verdadeiro estado dos Portuguezes, e as discordias que entre elles lavravam. Por isso, n'um impeto de ira, exclamou: «Como, Francisco de Sousa, tanto desejaes entregar esta fortaleza aos Turcos? Ora ide a entregar-lh'a, e fazei o que quizerdes.» Francisco de Sousa aproveitou o dito, e foi logo transmittil-o como ordem positiva a D. Antonio de Noronha. Este, que no fundo do coração tambem desejava partir para Cochim, não teve o escrupulo que devia de ter em acceitar uma ordem vocal, e, como Affonso d'Albuquerque, sempre que desamparava uma estancia, mandava deitar-lhe fogo para que os inimigos a não aproveitassem, mandou tambem incendiar uma tercena, e logo começaram os soldados a embarcar. Quando Albuquerque appareceu, e o caso se deslindou, ainda á voz do governador, muitos Portuguezes retrogradaram; mas Albuquerque percebeu com amargura que a desanimação era profunda, pois que até chegava o contagio a seu sobrinho, e resignou-se a desamparar a conquista. Mas ainda assim resolveu demorar-se algum tempo no rio para que a sua retirada não parecesse uma fuga. Os capitães porém estavam de tal fórma anciosos por voltar a Cochim, que, apezar de saberem que o inverno apertava n'essa occasião e as tempestades se desencadeiavam, tudo era instarem com Albuquerque para que sahisse a barra.

Logo este lhes demonstrou que o que pediam era impossivel, porque, tendo consentido que uma das náus, commandada por Fernão Peres d'Andrade, sahisse do rio e fosse a Anchediva, perdeu-se o navio na barra, e a muito custo se salvou a tripulação. Tiveram pois de se resignar, e de esperar a bordo, expostos ao fogo da fortaleza de Pangim, á fome que os salteava, e aos ataques do inimigo, que voltasse o bom tempo. Isso mesmo podiam elles ter feito com mais exito e mais gloria dentro da fortaleza. Amargavam a sua desastrada insubordinação.

Em paga encontrou-os Affonso d'Albuquerque verdadeiros leões, quando pensou em tomar a fortaleza de Pangim, defendida por mais de quatro mil homens. Tinham os nossos que resgatar as suas culpas passadas, e por isso foi tal o seu impeto, que não houve resistencia possivel. Apezar de ter sido reforçada por Hidal-Khan, Pangim foi tomada n'um abrir e fechar d'olhos. Se quinhentos Portuguezes, que tantos foram os que deram o assalto, poderam derrotar um exercito oito vezes superior defendido por solidas muralhas, não poderiam mil dentro da fortaleza sustentar um prolongado assedio?

Assim Hidal-Khan pôde vêr que os Portuguezes eram terriveis quando re-

Digitized by Google

duzidos á ultima extremidade. Senhor de Gôa, senhor de todos os passos da ilha, dominando o rio, não ousava atacar a esquadra portugueza imponentemente fundeada junto da barra. Elles é que o vinham insultar junto á cidade, e n'uma d'essas expedições teve Affonso d'Albuquerque a dôr de perder seu sobrinho D. Antonio de Noronha, que era ao mesmo tempo um dos seus mais valentes subalternos.

Por isso Hidal-Khan desejava assentar pazes com Affonso d'Albuquerque, e offerecia-lhe as condições mais favoraveis, tanto que até chegou a dizer que lhe daria Goa, se quizesse em troca entregar Timoia, nas suas mãos, o que Affonso d'Albuquerque recusou indignado. Elle bem sabia que, se permanecesse na barra, teria Goa sem o minimo trabalho, porque o rei de Narsinga tomava cidades sobre cidades a Hidal-Khan, e este, impaciente de ir em soccorro das suas terras, procurava fazer com Affonso d'Albuquerque algum concerto que lhe permittisse deixar Goa.

Mas os capitães é que não percebiam ou não queriam perceber estes altos calculos da politica do seu chefe, e tudo era insistirem em que elle sahisse a barra. Traziam com a sua insubordinação a esquadra amotinada, e ainda que Affonso d'Albuquerque sabia perfeitamente domal-os, e não recuava deante das medidas de rigor, tendo chegado uma vez a pol-os a ferros debaixo da coberta, comtudo, vendo que podia mais do que o seu vigor e a sua persistencia a opinião geral da armada, a fadiga dos marinheiros, a cubiça dos capitães, desistiu do seu intento, e no dia 10 de agosto de 1510 sahiu emfim do rio. Havia de voltar em breve, e Goa, tomada pela segunda vez, nunca mais sahiria das mãos dos Portuguezes.

Lendo-se os *Commentarios* d'Affonso d'Albuquerque, é que bem se avaliam as difficuldades enormes com que tinha de luctar quem pretendia levar a cabo um plano, e fundar algum estabelecimento perduravel na Asia portugueza. De mais a mais Affonso d'Albuquerque, não tendo o titulo de vice-rei, e sendo simplesmente governador geral da India, não podia, como D. Francisco d'Almeida, sujeitar ao seu poder todos os commandantes das esquadras que sulcavam os mares do Oriente. Sem essa unidade de commando, de que modo poderia elle curvar ás suas ordens tantos capitães que iam á India procurar principalmente riquezas? O que lhes importavam a elles os planos de Affonso de Albuquerque? Distrahidos pelos seus interesses particulares, como podiam concentrar todos os seus esforços na execução do projecto gigante que Albuquerque concebêra? E entretanto esse projecto conseguiu elle executal-o, tal era a energia da sua vontade e o vigor do seu genio.

Barbuda, de D. Fernando

Assim, n'esta occasião, todos os seus desejos aspiravam a retomar Gôa. Para isso precisava de reforço, e tencionava esperar as naus do reino, mas corria nova que vinha do Egypto uma armada turca, e era necessario ter forças para lhe resistir. É verdade que Duarte de Lemos chegára do Estreito de Bab-el-Mendeb com a sua esquadra, e que Diogo Mendes de Vasconcellos viéra do reino para se dirigir a Malaca; mas este instava porque o deixassem partir para o seu destino, e pouco lhe importava que a India perigasse ou não: e Duarte de Lemos queria voltar ao Estreito, e pediu reforços. Depois vinham as discussões de competencia: queria Affonso d'Albuquerque negociar um tractado com o rei de Cambaya, accudia Duarte de Lemos declarando que a terra de Cambaya estava dentro dos limites da sua jurisdicção, como capitão-mór da costa da

Digitized by Google

Arabia e de Cambaya; enviava Affonso d'Albuquerque dois capitães, que eram Garcia de Sousa e Simão Martins, a cruzarem no Estreito: nenhum dos dois queria obedecer ao outro. Eis as mesquinharias que a cada instante se oppunham aos projectos de Affonso de Albuquerque!

Em geral havia nos seus conselhos sempre dois votos diversos: um era o dos capitães da India, que, com mais ou menos repugnancia, accediam ás ordens e planos de Affonso d'Albuquerque; outro era o dos capitães das naus do reino, que se oppunham a elles com toda a violencia e que até recusavam tomar parte nas suas expedições. Áquelles, ainda que não fosse por ambição e cubiça, sempre sorria a idéa de novas conquistas; estes não pensavam senão em carregar as suas naus e voltar á patria a gozar em paz o fructo da sua expedição.

Espantâmo-nos quando lêmos a cada instante nos *Commentarios* narrativas de revoltas dos subalternos d'Affonso d'Albuquerque, e seguindo a historia das rigorosas repressões que este sempre exercia, chegâmos a convencer-nos de que a rudeza do governador contribuiu tambem para essa continuada lucta. É incontestavel que a energia d'Affonso d'Albuquerque ultrapassava ás vezes os justos limites; mas o motivo principal d'estes factos era o seguinte: Os outros governadores cediam a maior parte das vezes ás exigencias dos subordinados. Affonso d'Albuquerque nunca. Os seus planos havia de os executar por força. Revoltavam-se os capitães? Punha-os a ferros, tirava-lhes o commando. Sublevavam-se as equipagens? Logo o meirinho accudia a alçar a forca. Era inabalavel. D'ahi resultavam clamores sem conto, que Albuquerque desprezava, e entre esses clamores, iam-se executando grandes cousas, até que elle morreu fatigado da lucta.

Emmudeceu tudo então perante o gigante prostrado, e os mesmos que tantas vezes lhe tinham suscitado embaraços, foram os primeiros a confessar entre lagrimas que nunca mais illustre varão resplandecêra nos fastos da nossa patria.

Eis o que succedeu, agora que Affonso d'Albuquerque todo se empenhava em retomar Gôa: foi-lhe necessario mandar prender Diogo Mendes de Vasconcellos e os capitães dos seus navios, que ás occultas se queriam partir para Malaca; mas as naus de carga, que haviam de voltar para o reino, e eram commandadas por Gonçalo de Sequeira, essas é que positivamente recusaram acompanhal-o na sua expedição. Affonso d'Albuquerque resignou-se a partir sem ellas, e ainda assim pôde juntar uma armada de vinte e tres vélas, com dois mil homens de desembarque.

Tomadas as informações ácerca do estado de Goa, soube que era defendida por nove mil homens de guarnição, não timidos Indios, mas Turcos valentes que promettiam offerecer muito séria resistencia; mas Affonso d'Albuquerque estava resolvido a não recuar agora deante de obstaculo algum para lançar em Goa os solidos fundamentos do imperio, de que devia ser essa cidade a soberba capital.

Depois de varios conselhos, em que Affonso d'Albuquerque, grande general como sempre, adoptou o melhor plano contra o voto dos seus capitães, deu-se finalmente o assalto no dia 25 de novembro de 1510. Iam divididos os Portuguezes em tres batalhas, duas deviam atacar as diversas estancias que defendiam a cidade; Affonso d'Albuquerque reservára para si operar uma diversão decisiva. Queriam os capitães que se concentrassem todos os esforços na fortaleza, porque, diziam, tomada ella, as estancias cahiriam por si; mas a difficuldade era tomal-a; por isso Affonso d'Albuquerque entendeu que era melhor investir a

Digitized by Google

cidade; porque no ardor do assalto, nada seria mais facil do que entrar na fortaleza de envolta com os defensores.

O acontecimento deu-lhe plena razão: quando os capitães atacavam as estancias que os Mouros defendiam valorosamente, Affonso d'Albuquerque ia silenciosamente demandar um ponto que os Mouros defendiam fracamente, porque o julgavam inexpugnavel, graças a uma forte estacada de madeira que interceptava a corrente do Mandovi; mas Affonso d'Albuquerque tivera a precaução de mandar antecipadamente alguns escaleres a voga surda, para serrarem a estacada, sem a demolirem de todo, de modo que bastou a Affonso d'Albuquerque tocar-lhe para ter passagem franca; e de subito, quando os Turcos menos esperavam, viram-se salteados pela rectaguarda, e a confusão introduziu-se logo nas suas fileiras. Os nossos investiram com redobrado vigor: os Turcos desmandaram-se, e foram os Portuguezes de envolta com elles pelejando pela cidade, sempre sustentados pelo governador, que, não deixando sahir da fórma nem um soldado do seu corpo de reserva, accudia a toda a parte, restabelecendo o combate onde elle parecia indeciso. Os nossos faziam prodigios de valor; Manuel de Lacerda, com uma setta cravada no rosto, mas sem pensar em curar-se, era o primeiro a dar o exemplo de bravura: tinham isso de bom aquelles insubordinados capitães que, recusando-se constantemente a novas emprezas e a novas pelejas, assim que soava o signal de combate, esqueciam as suas repugnancias, e batiam-se como uns heroes.

Estava pois Goa tomada: e para punir os habitantes das passadas traições, mandou Affonso d'Albuquerque pol-a a saque, e, sem piedade, com a crueza que lhe conhecemos quando se tractava de executar um plano da sua politica «disse aos capitães que corressem toda a ilha, e os Mouros, mulheres e meninos que achassem trouxessem todos á espada, e não dessem vida a ninguem, porque sua determinação era não deixar nenhuma semente d'esta praga em toda a ilha; porque, além de ser necessario, para

PEDRO ALVARES CABRAL

socego da terra, não haver n'ella outra gente senão Gentios, fez tambem isto por castigo da traição que lhe fizeram, quando tomou a primeira vez a cidade, e por quatro dias continuos fizeram sangue em todos os Mouros que n'ella acharam; e soube-se por certeza que entre homens, mulheres e meninos morreriam passante de seis mil!»[1] Ah! congratulemo-nos por vivermos n'um seculo em que não ha necessidades politicas, planos largamente concebidos, grandiosos pro-

[1] *Commentarios do grande Affonso d'Albuquerque*, t. 3.º, cap. 4.º, pag. 20.

Digitized by Google

jectos que possam desculpar aos olhos da humanidade estes sanguinolentos holocaustos.

Mas d'esta vez era Goa definitivamente nossa, e logo Affonso d'Albuquerque tractou de a fortificar á européa, e de transformar o palacio do *sobah* em palacio dos governadores. Esta conquista infundiu tamanho terror em toda a India que o rei de Cambaya logo pediu uma alliança, e, como penhor da sua boa fé, mandou a Affonso d'Albuquerque uns Portuguezes que lá tinha captivos.

Eram estes Portuguezes da guarnição da fortaleza de Socotorá, que tinham abandonado por não a poderem sustentar, e que haviam naufragado nas costas do Guzarate. O seu commandante era D. Affonso de Noronha, que morreu, como seu irmão D. Antonio. Affonso de Albuquerque teve assim a dôr de perder, durante o tempo do seu governo, estes dois sobrinhos que muito estimava, e que eram dos mais valentes dos seus officiaes.

Ao rei de Cambaya seguiram-se logo a pedir paz e alliança o rei de Calicut e o de Narsinga. Com o primeiro nada se conseguiu ajustar, porque a inimizade estava muito entranhada para que assim a desfizesse o terror de um momento.

Conquistada Gôa, e defendida contra algumas tentativas infructiferas dos capitães d'Hidal-Khan, tractou Affonso d'Albuquerque de fundar alli solidamente a capital da India portugueza. Mandou por conseguinte fundar casa de moeda, e proveu em todos os officios de preferencia homens casados que se ligavam com as filhas dos principaes d'entre os Gentios. A estes deu chefes por elles mesmos escolhidos, e aos moradores portuguezes outorgou todos os privilegios do municipio, e fixou a maneira que haviam de ter na eleição dos vereadores, juizes, etc., tudo isto, já se vê, com a costumada opposição dos seus subalternos, entre os quaes se distinguiu Gaspar Pereira, que, depois de ter intrigado constantemente D. Francisco d'Almeida, começava tambem agora a intrigar com el-rei Affonso d'Albuquerque. Era vicio antigo.

Mas, apezar de toda essa opposição, Affonso d'Albuquerque não desistiu do seu projecto: Gôa, definitivamente portugueza, deu ao nosso imperio asiatico um centro e um ponto de apoio. Era tempo agora de conquistar as outras duas cidades, que, na Indo-China, e ás portas do Golfo Persico, seriam como que os dois pontos extremos da alavanca com que se levantaria o mundo oriental, se Affonso d'Albuquerque tivesse successores dignos d'elle. Infelizmente não succedeu assim: o grande homem não deixou herdeiros, e o seu projecto herculeo foi um sonho deslumbrante, que ainda hoje nos fascina, quando o vêmos passar por deante dos olhos, esmaltando com os seus resplendores as paginas épicas da nossa historia.

Digitized by Google

CAPITULO XLIII

Tomada de Malaca

O effeito, produzido pela conquista definitiva de Gôa, foi, como dissémos, immenso; chegou á Indo-China tão formidavel noticia, e o soberano de Malaca reflectiu que não era bom estar em hostilidade com os Portuguezes. Diogo Lopes de Sequeira foi, como vimos, mal recebido; alguns dos seus Portuguezes tinham ficado prisioneiros em Malaca, e tinham sido tractados com o mais insultante desprezo. Quando porém chegou a noticia da tomada de Goa, o soberano de Malaca mudou de procedimento, e quiz vêr se, por intermedio dos seus prisioneiros, se podia reconciliar com o governador da India. Este, porém, já lançava para Malaca a sua vista d'aguia, e tencionava aproveitar o insulto feito á bandeira portugueza para alli dominar, como dominava em Goa.

Por isso, quando Mendes de Vasconcellos lhe pediu para que o deixasse seguir o seu destino, Affonso d'Albuquerque respondeu-lhe que esperasse algum tempo, porque haviam de ir ambos, não já simplesmente a negociar, mas a punir. Com a habitual insubordinação dos capitães Portuguezes, todos absorvidos pelos interesses immediatos do commercio, Diogo Mendes quiz sahir ás occultas, mas Affonso d'Albuquerque tambem com a sua costumada energia, obrigou-o a voltar ao porto, e castigal-o-hia severamente se elle não mostrasse arrepender-se do que practicára, e principalmente se as forças de que dispunha lhe permittissem privar-se d'um navio só que fosse n'uma expedição tão momentosa.

Effectivamente a tomada de Malaca era uma das emprezas mais sérias que se podiam imaginar. Os Malaios não eram, como os Indios, máus soldados, indolentes, e indisciplinados; eram os mais temiveis combatentes d'aquellas regiões. Todos os povos que successivamente occuparam depois de nós esse paiz, Hollandezes, Inglezes e Francezes, teem reconhecido a indomavel bravura, a ferocidade d'aquelles piratas malaios, que só usam armas envenenadas, e que combatem até á morte, desenvolvendo todos os recursos da força aberta e da perfidia. São o terror d'aquelles mares, os demonios malfazejos que habitam as ilhas d'esse resplandecente archipelago, que parecem fragmentos do Paraizo, dispersos pela mão de Deus nas vagas banhadas de sol.

«A tactica dos piratas malaios, diz um celebre escriptor francez para quem o Oriente foi objecto de um estudo particular, é muito temida pelos navios que a calmaria surprehende nas costas de Bornéo e no archipelago visinho. Se não é navio d'alto bordo, tripulado por numerosa equipagem e defendido por numerosas peças de artilheria, deve desesperar da salvação. As pirogas, navegando á flor d'agua, levando cada uma tres homens bem armados e invisiveis, porque muitas vezes nadam ao lado das embarcações, formam um circulo immenso emtorno do navio, depois approximam-se e estreitam-se, e, a certa distancia, os piratas nadam entre duas aguas, chegam ao navio, invadem-n'o pelas portinholas com uma furia d'aves de prêsa, e, n'um abrir e fechar d'olhos, a equipagem, esmagada pelo numero, é assassinada sem misericordia. Nas ex-

Digitized by Google

pedições os piratas são sempre pelo menos cem contra um. A defeza, apezar dos actos de heroismo e de todos os esforços de uma coragem de desespero, succumbe quasi sempre. Os nossos velhos ataques de diligencia, com mão armada, nas estradas reaes, são jogos de creanças junto d'estas terriveis scenas do Oceano Indico[1].»

Estes povos é que Affonso d'Albuquerque ia sem receio affrontar. Temendo porém que os Rumes se aproveitassem da sua ausencia para virem atacar a India, resolveu intentar a expedição d'Aden, tão recommendada por D. Manuel. O vento comtudo foi-lhe desfavoravel, e Affonso d'Albuquerque, sabendo de mais a mais que a tomada de Goa desanimára bastante os Turcos, e não querendo addiar a expedição, partiu finalmente para Malaca.

Em Goa ficára por commandante da fortaleza um valente fidalgo portuguez chamado Rodrigo Rebello. Aos Gentios dera-lhes Affonso d'Albuquerque por magistrados os seus proprios chefes, e ordenára aos Portuguezes que lhes respeitassem fielmente os costumes e a religião, sensata politica, adoptada tambem pelos Inglezes, e cujo esquecimento momentaneo foi a causa da terrivel revolta dos Cypayos em 1857.

Tendo tomado outras precauções para segurança da India, e tendo confiado a Manuel de Lacerda o cargo de capitão-mór dos mares da India, fez-se Affonso d'Albuquerque á vela para Malaca, levando dezoito navios, em abril de 1511.

Tendo pelo caminho luctado victoriosamente, mas não sem encontrar grande resistencia, com os temiveis juncos dos Malaios, chegou finalmente Affonso de Albuquerque a Malaca, e os seus capitães tiveram, como em Ormuz, um deslumbramento, ao presencearem a fortaleza da esplendida cidade.

Dividida ao meio por um rio, sobre o qual existia uma ponte que ligava os dois bairros, Malaca tinha n'esta occasião perto de cem mil habitantes. Outr'ora pertencente ao reino de Sião, a muita riqueza proveniente do grande commercio, déra força aos sultões para se sublevarem, e proclamarem-se independentes. Governava então esse reino o sultão Mahomet, musulmano como muitos outros principes d'aquellas terras. O commercio era alli grandissimo, porque Malaca vinha a ser o entreposto natural das mercadorias do extremo Oriente, China, Japão, Cochinchina, etc., das riquissimas ilhas da Oceania, e, por outro lado, da India, Persia e Arabia. Hoje, completamente decahida, cedeu o seu logar a Singapura, onde os Inglezes dominam, e o que é notavel é que no tempo d'Affonso d'Albuquerque estava pelo contrario Singapura em completa decadencia, depois de ter sido muito prospera outr'ora[1]. Taes são as vicissitudes dos imperios e das cidades. Chegam ao auge da fortuna, decahem e renascem; brota da morte a vida, de novo se desfaz a vida nos abysmos da morte.

Com a chegada d'Affonso d'Albuquerque sobresaltou-se o sultão, e mandou saber a que vinha tão grande armada. Affonso d'Albuquerque respondeu que vinha a pedir justiça do modo como fôra tractado Diogo Lopes de Sequeira, e a reclamar os prisioneiros portuguezes que havia na cidade, e que, depois d'obtida condigna satisfacção, tractaria de ajustar pazes definitivas, se o sultão de Malaca as desejasse. Replicou este allegando que

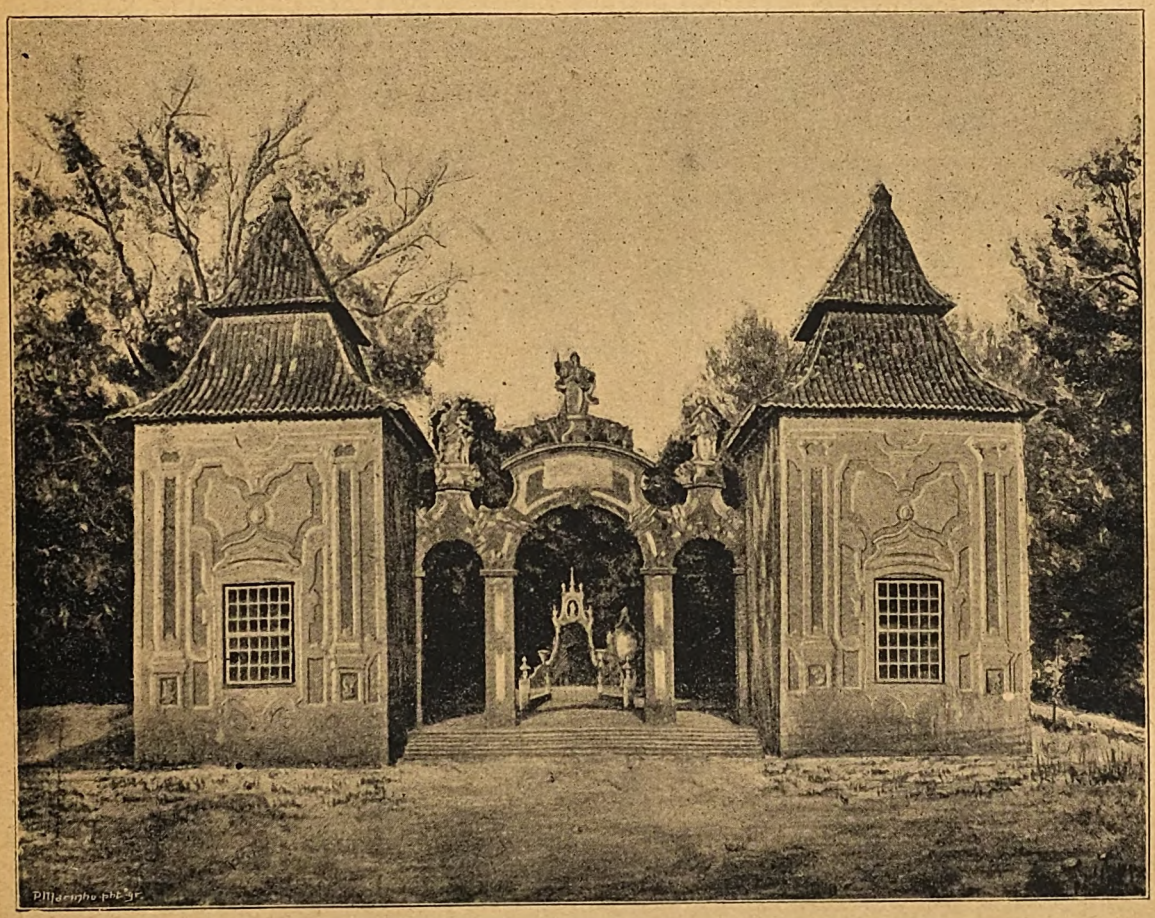
[1] Méry, *Les Damnés de l'Inde*, pag. 226, (Paris, 1856). Jacques Arago no seu livro *D'un pole à l'autre*, parte I, cap. XII, tambem dá particularidades curiosas ácerca do terrivel modo de combater d'estes ferozes Malaios.

[1] «... Singapura, que era uma cidade mui grande e mui povoada; dão testemunho d'isso as grandes ruinas que hoje em dia parecem» *Commentarios*, etc. Tomo 3.º, cap. 17, pag 85.

Digitized by Google

já punira de morte o seu Bandará[1] que fora causa unica do mau tractamento que se fizéra a Diogo Lopes, e que, logo que se assentassem as pazes, restituiria Ruy d'Araujo e os outros prisioneiros que tinha em seu poder. Treplicou o governador da India que o estabelecimento das pazes era questão á parte, e a entrega dos prisioneiros satisfacção immediata que elle exigia, em nome do rei de Portugal. Percebeu comtudo logo que o sultão Mahomet[2], segundo a practica geral e traiçoeira dos soberanos do Oriente, o que desejava era ganhar tempo, e ir reunindo as forças necessarias para resistir á armada portugueza.

Não estando resolvido a acceitar estas desculpas temporizadoras, Affonso d'Albuquerque fez manifestações hostis, e mandou alguns escaleres queimar os navios que estavam no porto, pertencentes a Arabes ou a soberanos da India inimigos dos Portuguezes. Os prisioneiros foram logo entregues; não convinha ao sultão de Malaca principiar ainda a guerra; mas a sua tenção occulta era essa, do que dava prova a entrada constante de pirogas malaias que vinham ajudar a defeza da cidade. Muitos mercadores chins que alli residiam, e que, pacatos por indole nacional, estavam muito pouco resolvidos a affrontar os horrores



COIMBRA — PORTICO DO JOGO DA BOLA NA QUINTA DE SANTA CRUZ

[1] *Bendarra*, escreve F. Diniz, e accrescenta que significa litteralmente ministro da justiça. Os *Commentarios* declaram que significa ministro da fazenda. Não nos achamos habilitados para resolver a questão.

[2] O titulo de sultão é ainda hoje dado pelos viajantes aos soberanos de Malaia. Assim falam sempre no sultão de Bornéo, etc.

Digitized by Google

d'um assalto, fugiram a pouco e pouco, e vieram pedir a Affonso d'Albuquerque licença para partirem para a sua terra. Logo este lh'a concedeu, e soube d'elles que em Malaca estavam mais de vinte mil soldados javanezes, etc., além da gente da cidade, e de muitos elephantes armados. Não se assustou com a noticia Affonso d'Albuquerque, e, seguindo a tactica já adoptada em Ormuz com tanta felicidade, resolveu tomar elle a offensiva.

Consultou os seus capitães e achou-os todos d'accordo e submissos. Devemos notar o effeito da energia de Affonso de Albuquerque, e do exito das suas ultimas emprezas. A insubordinação vae desapparecendo, e os seus capitães vão-se convencendo de que nada lucram com a indisciplina.

Por conselho de Ruy d'Araujo, que conhecia a cidade e contra a opinião de muitos dos capitães, resolveu Affonso d'Albuquerque investir a ponte, porque fortificando-se alli tinha separadas as forças que guarneciam os dois bairros.

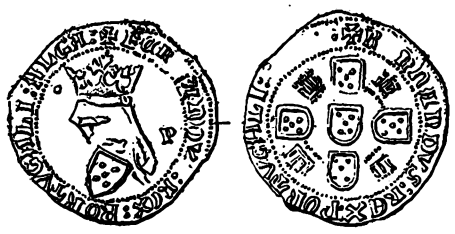
No dia de Santhiago, 1 de maio de 1511, deu-se o assalto á cidade, indo os nossos divididos em duas batalhas, uma das quaes devia atacar a ponte pelo lado principal da cidade, e a outra pelo lado opposto onde se erguia a mesquita. O impeto dos Portuguezes, e ainda mais a surpreza d'este subito rompimento das hostilidades, fizeram com que os defensores da ponte a desamparassem, depois de terem procurado resistir por algum tempo. A estrategia de Affonso d'Albuquerque tivera os seus fructos; não julgando ninguem que uma tão pequena armada podesse accommetter em vez de se defender, não havia ordem nem preparativos entre a numerosa guarnição. Quando correu voz entre os Malaios de que estava a ponte conquistada, accudiu o sultão e um dos seus capitães, Bandan, para repellirem os nossos. Mas, continuando no seu systema d'iniciativa, Affonso d'Albuquerque não os esperou nas estancias, carregou-os de subito á testa dos seus soldados victoriosos, e dispersou-os rapidamente. Logo depois mandou varejar a artilheria a rua principal da cidade, emquanto do lado da mesquita os Portuguezes perseguiam o sultão que fugia, e que a muito custo escapou montado n'um elephante. Immediatamente Affonso d'Albuquerque deu ordem para que se deitasse fogo á cidade e a Upi, de maneira que ficassem desaffrontados os dois extremos da ponte. A ordem foi executada, e, emquanto ella se cumpria, mandava o governador levantar fortes tranqueiras para sua defeza. Ainda ellas estavam incompletas, quando os soldados fatigados do longo combate, famintos, exhaustos, pediram em altos gritos para se recolherem aos navios. Albuquerque procurou contel-os, mas isso foi-lhe impossivel: o cansaço era grande, e teve de ceder ás queixas transmittidas pelos chefes. Foi decerto com grande dor, porque se perdia o fructo de uma rude e quasi miraculosa batalha. Parece-nos até imcomprehensivel como o governador, cuja energia conhecemos, cedeu n'essa occasião ás reclamações dos seus subordinados. Foi porque naturalmente sentiu que elles precisavam com effeito de descançarem e recobrarem forças; mas n'esse caso faltára a Affonso d'Albuquerque a sua habitual previdencia, e não tomára as medidas necessarias para que os seus podessem repousar sem desampararem a ponte. Fosse como fosse, o valor desenvolvido pelos Portuguezes n'esse dia, as habeis manobras de Affonso d'Albuquerque, nada d'isso aproveitou, e foi necessario no dia seguinte recomeçar o assalto. Albuquerque, ainda assim, incutira a desanimação nas fileiras inimigas, fizera uma grande mortandade, e apoderára-se d'um grande numero de peças d'artilheria, que todas

Digitized by Google

levou para as náus; mas tambem tivera perdas consideraveis e de terrivel influencia moral, porque dos setenta e dois feridos que teve, só um escapou. As fréchas envenenadas dos Mouros produziam os seus resultados, e devia ser altamente desanimadora para os nossos a perspectiva de se medirem com inimigos que não faziam senão feridas mortaes. E comtudo continuaram a bater-se maravilhosamente. Era uma grande raça aquella, uma raça d'heroes.

Effectivamente, logo que os Portuguezes deixaram a cidade, o sultão mandou occupar de novo a ponte, e redobrar as fortificações, artilhando-as convenientemente, semeando as praias de desembarque d'uma infinidade d'abrolhos envenenados, e tomando emfim todas as precauções para resistir melhor a um segundo ataque de Affonso d'Albuquerque. Este desenvolvia ao mesmo tempo todos os recursos do seu talento diplomatico e militar para reparar o erro que os seus capitães lhe tinham feito commetter. Emquanto preparava novos meios de ataque, não se descuidava de semear a discordia na cidade, travando relações secretas com um Jáo, astucioso e intrigante, que se chamava Utimutaraia [1], e mandando dizer aos mercadores estrangeiros que estava muito disposto a protegel-os e que não queria senão punir el-rei da traição que armara a Diogo Lopes de Sequeira.

Depois de occupar alguns dias em preparativos, determinou investir de novo a ponte, e, para isso, mandou armar um junco, barco muito alteroso, de cima do qual os nossos dominariam a guarnição atacada. D'este junco fez commandante Antonio d'Abreu. Para prevenir successo similhante ao do primeiro dia, ordenou que o junco levasse muitos mantimentos e munições de guerra, de fórma que se podesse fortificar na ponte, depois de tomada, sem ter de se recolher á esquadra. Este junco devia ir rebocado por uma caravella e uma galé, de que eram commandantes Simão Affonso e Duarte da Silva. Mas, quando Albuquerque ordenou que o junco se pozesse em marcha, não pôde este passar d'uma corôa d'areia onde esbarrou, por ser occasião d'aguas mortas. Albuquerque impaciente com a nova demora, preparou outro junco mais pequeno, mas ainda a esse aconteceu o mesmo. Era forçoso esperar que viessem as aguas vivas. Affonso d'Albuquerque aproveitou o ensejo para mandar concertar armas e apromptar a ferramenta necessaria á fortificação das estancias. O sultão de Malaca entretanto, fazia todo o possivel para queimar o junco forçadamente immovel; mas os Portuguezes fizeram boa guarda, e o sultão não conseguiu o seu intento. Procurou tambem queimar a esquadra por meio de pequenas embarcações a que os *Commentarios* chamam lancharas: encontrou sempre a frustrar-lhe os planos a vigilancia d'Albuquerque.



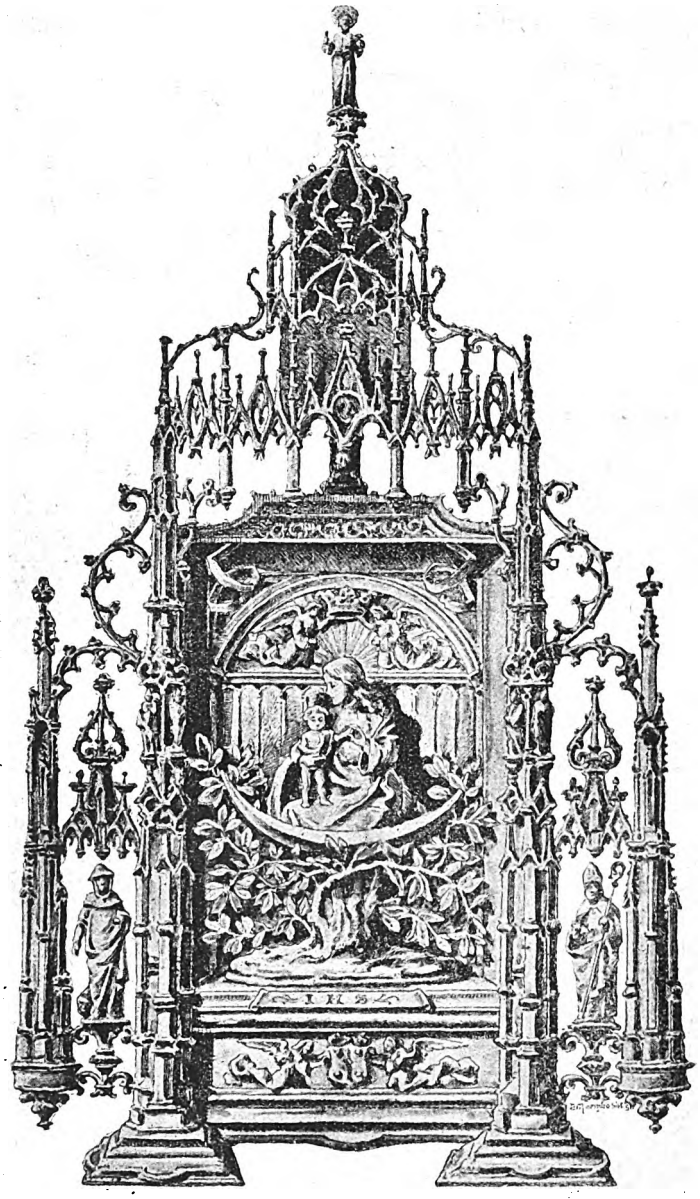
Barbuda, de D. Fernando

Finalmente, chegaram as aguas vivas, e a cidade foi de novo investida. O junco passou, e atracou á ponte. Debalde trovejava na extensão d'uma legua a numerosissima artilheria que Malaca possuia; debalde choviam as settas, as ballas, as armas d'arremesso sobre os nossos va-

[1] Não é das menores difficuldades que encontramos n'esta parte da nossa historia a de restabelecer os nomes indios, malaios, arabes ou persas, adulterados pelos nossos chronistas. A este Utimutaraia chamam os nossos chronistas Utimutaraja, que se approxima muito ao verdadeiro, a julgarmos pelas dessinencias similhantes que vêm no livro de viagens de M. de Moulins— *Sourabaia*, etc.

Digitized by Google

lentes. O junco fulminava sobranceiro os defensores da ponte, e ninguem pensava em arredar pé. Affonso d'Albuquerque precisava empregar toda a sua auctoridade para que Antonio d'Abreu, ferido gravemente no queixo, entregasse a Pero d'Alpoem o commando do junco. A estrategia d'Albuquerque tinha pleno resultado: os Malaios, não podendo supportar a torrente de ferro e de fogo que sobre elles desabava do alto do junco, desamparavam a ponte e refugiavam-se nas estancias fortificadas que defendiam as das extremidades. O governador, que esperava este momento, operou immediatamente o desembarque e, vencendo todos os obstaculos, assenhoreou-se da ponte. Logo depois mandou os capitães investirem d'um lado uma tranqueira construida pelos Malaios na rua principal da cidade, do outro lado a mesquita fortificada, onde o proprio sultão combatia com elephantes armados, e a flôr das suas tropas. De nada lhes valeu a defeza: o impeto dos nossos, animados pela victoria, mantidos em columna cerrada pelo grande general que os commandava, e que os não deixava desmandarem-se, inutilizou toda a resistencia. O mesmo Albuquerque dava-lhes ordem para que se conservassem em defensiva simplesmente, emquanto elle fortificava melhor a ponte, para o que mandou vir logo do junco todos os utensilios necessarios. Dirigido em pessoa por Albuquerque, esse trabalho fez-se com rapidez, e o governador, soccorrendo com promptidão os capitães, que obedeciam escrupulosamente, mas difficultosamente ás suas ordens, porque os Malaios recresciam a cada instante, acabou o desbarato por elles começado. As tropas da guarnição fugiam, muitos mercadores vinham pedir protecção aos Portuguezes; mas ainda assim durante dez dias um bombardeamento formidavel espalhou o terror no animo dos habitantes, já desamparados pelo sultão, que fugira amaldiçoando o seu destino, que lhe dera por inimigos homens assim capazes de titanicas emprezas.



PORTA-PAZ DE PRATA, DE EVORA

Digitized by Google

PEDRO ALVARES CABRAL RECEBENDO A BORDO DOIS INDIGENAS

Digitized by Google

Posta a cidade a saque para satisfação dos soldados, alli se encontrou grande riqueza, de que Affonso d'Albuquerque para si tomou apenas seis leões de bronze que destinava para o seu tumulo, e algumas dadivas que desejava offerecer a el-rei D. Manuel. Segundo referem os *Commentarios* encontraram-se em Malaca tres mil peças de artilheria.

A cidade estava decididamente nossa. Debalde o sultão de Malaca, esperando que os Portuguezes se contentassem em saquear a cidade, esperou ainda algum tempo alli proximo; debalde seu filho se fortificou, levantando estacas no rio: Affonso d'Albuquerque mandou contra elle quatrocentos Portuguezes e seiscentos Jaos d'Utimutaraia, commandados por Fernão Peres d'Andrade e seu irmão Simão d'Andrade, Francisco Serrão, Ayres Pereira, Gaspar de Paiva, Jorge Nunes de Leão, e Ruy d'Araujo, que lhe arrancaram a estacada e os pozeram em fuga. Então, de todo desanimado, Mohamed partiu para o reino visinho de Pam, e alli morreu, perdida a esperança de recobrar o throno.

Entretanto Affonso d'Albuquerque tomava raiz em Malaca, e empregava o systema já adoptado em Gôa, dando aos habitantes chefes escolhidos entre os seus, um dos quaes foi Utimutaraia, declarando-se protector de todos os Gentios, e mesmo Musulmanos, só considerando como inimigos os mercadores arabes. Ah! se estas grandes ideias do illustrado conquistador fossem seguidas pelos seus successores, se a intolerancia religiosa não viesse destruir o fructo da politica d'Albuquerque, haveria alguma difficuldade que se oppozesse a que o vasto imperio, que hoje pertence á Inglaterra, nos pertencesse a nós? Não teriamos um exercito de Cipayos que quadruplicaria as pequenas forças que nós alli poderiamos mandar?

Logo tractou Albuquerque de construir fortalezas, e ha a esse proposito um facto curioso narrado da seguinte maneira pelos *Commentarios*: «Para que ficasse memoria para sempre das pessoas que foram na conquista d'este reino e fundação da fortaleza, mandou fazer uma pedra muito grande, em que se escreveram os nomes de todos os principaes; e, como a natureza de todos os Portuguezes é serem invejosos de honra, não soffreram a Affonso d'Albuquerque que se fizesse mais conta d'uns que d'outros, pois todos foram eguaes no trabalho e conquista d'aquella cidade, e elle, pelos não descontentar, nem tornar atraz com o que tinha feito, mandou assentar a pedra sobre a porta com nomes virados para dentro, e nas costas d'ella aquelle verso de David que diz: *Lapidem, quem reprobaverunt edificantes*[1].»

A sahida era espirituosa, e a citação bem escolhida, e a proposito digamos que Affonso d'Albuquerque, além dos seus talentos nauticos, politicos e militares, possuia uma vasta erudição litteraria, e que se comprazia muitas vezes em citar, sempre com acerto, não só passagens dos livros santos, mas tambem trechos dos grandes escriptores gregos e latinos.

Exercendo logo amplamente os direitos da soberania, tractou Affonso d'Albuquerque de mandar lavrar moedas a que deu os nomes de dinheiros, soldos, catholicos e malaquezes. Solicito em estabelecer boas relações com os soberanos indigenas, enviou um embaixador a Sião, protegeu os mercadores chins, favoreceu os de Java, os do reino de Pegu, e a todos dizia que el-rei de Portugal os estimava, por elles não serem Mouros, mas Gentios, o que era um pouco arriscado debaixo do ponto de vista orthodoxo, mas justissimo debaixo do ponto de vista politico. Effectivamente, os theologos ha-

[1] *Commentarios*, tit. 3.º, cap. 31, pag. 155.

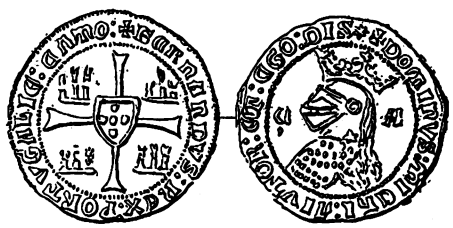
Digitized by Google

viam de pôr as mãos na cabeça quando soubessem que um catholico romano achava preferivel o polytheismo ao monotheismo, uma religião pagã á crença mahometana que reverencia Jesus, posto que o não considere como o Redemptor.

Ainda estando em Malaca deu Affonso d'Albuquerque uma prova da sua indomavel energia, mandando executar publicamente o Jáo Utimutaraia, homem entre os seus de grande influencia, mas perfido, e que, depois de atraiçoar o sultão Mohamed, procurava agora atraiçoar Albuquerque. E, mandando a familia do condemnado offerecer ao governador portuguez uma somma consideravelissima para que elle lhe perdoasse, Albuquerque respondeu que os Portuguezes não vendiam a justiça por dinheiro, o que era mais sentencioso do que exacto em geral, mas com relação a elle exactissimo, que nunca o ouro indiano lhe manchou as mãos heroicas.

Construida a fortaleza, e tomadas todas as medidas necessarias para um estabelecimento definitivo, partiu Affonso d'Albuquerque para a India, deixando para capitão da cidade Ruy de Brito Patalim, e para capitão do mar Fernão Peres d'Andrade. Era tempo que voltasse: os negocios da India resentiam-se da sua ausencia.

Um general d'Hidal-Khan assaltára os Indios da terra firme de Gôa sujeitos ao nosso poder, e desbaratára-os, tomando-lhes Benastarim. Rodrigo Rebello fizera uma sortida para os desalojar; porém, não só não fôra bem succedido, mas até morrera no infructuoso ataque. O successor natural de Rodrigo Rebello era Francisco Pantoja, alcaide-mór da fortaleza; mas Francisco Pantoja não tinha sympathias entre a guarnição, que, soltando Diogo Mendes de Vasconcellos, preso por ordem de Affonso d'Albuquerque, em consequencia de ter querido partir para Malaca sem licença, elegeu-o capitão. Diogo Mendes, homem naturalmente recto, deixava-se guiar facilmente por influencias alheias, como já fizera no negocio de Malaca, e não só acceitou a capitania, mas andou no commando com falta de tino. Houve uma discordia entre dois capitães inimigos, e Diogo Mendes,



Barbuda, de D. Fernando

em vez de se aproveitar d'ella, deixou-se seduzir pelas promessas de um, e auxiliou-o contra o outro; mas percebeu o logro quando este ultimo, Rossal-Khan, assenhoreando-se de Benastarim, se mostrou hostil aos Portuguezes. Felizmente, Affonso d'Albuquerque estava proximo.

A sua viagem fôra infeliz: a náu em que vinha, *Flôr de la mar*, perdera-se proximo da ilha de Sumatra, e elle a muito custo se salvára n'uma jangada, passando para a náu *Trindade*. Devemos aqui registar um acto que honra sobremaneira o grande capitão. Vendo-o partir acompanhado apenas por dois marinheiros n'uma fragil e pequena jangada, a tripulação julgou que elle a desamparava; mas Albuquerque assegurou-lhes que só os largava para lhes trazer promptos soccorros, e effectivamente obrigou a *Trindade*, que estava a isso muito pouco disposta, a voar em auxilio do navio perdido, salvando-se toda a tripulação, mas perdendo-se toda a carga, que era riquissima, porque vinham alli os despojos de Malaca. Escapo a este perigo, chegou o governador a Cochim, onde encontrou as más noticias de Gôa, mas tambem felizmente uma esquadra vinda do reino, e commandada por seu sobrinho D. Garcia de Noronha.

A noticia da sua volta accommodou

Digitized by Google

como por encanto a India, que, toda fremente, se preparava para se sublevar contra nós. A longa demora de Affonso d'Albuquerque em Malaca, a falta de noticias, tudo fizera suppôr que lhe succedera desastre. A sua apparição repentina, ainda que viesse naufrago e quasi só, porque a maior parte da esquadra ficára cruzando no golfo de Bengala, foi um talisman que aplacou todas as tentativas de sublevação, e que restituiu a confiança aos nossos. O prestigio de Affonso d'Albuquerque era já agora inabalavel.

Enviou logo ordem a Manuel de Lacerda para tomar o commando da cidade de Gôa, entregando a capitania do mar a Duarte de Mello. Depois marchou em soccorro da cidade. Não queremos fazer d'esta historia uma longa narrativa de batalhas e de cercos. Basta-nos dizermos pois que Benastarim foi tomada, mas depois de uma prolongadissima lucta e de uma defeza realmente heroica de Rossal-Khan e dos seus soldados. Citaremos comtudo uma anecdota que nos parece summamente caracteristica.

Era Duarte de Lemos um dos capitães que tinham recusado a Affonso d'Albuquerque tomar parte na conquista de Gôa, e com qúem o governador andara sempre mal avindo.

Tornava-se este homem notavel por ser de estatura descommunal, e ter os dentes deanteiros muito compridos[1]. Esta explicação preliminar serve apenas para intelligencia da anecdota que vae seguir.

Entre os cavalleiros que acompanharam Affonso d'Albuquerque na tomada da fortaleza de Benastarim, figurava Francisco Pereira Pestana, esse heróe das guerras africanas, que já aqui tivemos occasião de mencionar como distinctissimo entre os valentes d'Arzilla. Continuando a dar na India provas do mesmo valor indomavel, n'um dos assaltos á fortaleza, foi por bravata, entre uma chuva de ballas, bater uma palmada na muralha, exclamando: «Quero vêr se dirão em Portugal as regateiras de Lisboa, que chegou aqui Francisco Pereira.» O governador, que apreciava a coragem, mas que preferia a disciplina a valentias escusadas, reprehendeu-o severamente por esta absurda temeridade. O insoffrido cavalleiro respondeu-lhe estouvadamente que o reprehendera a elle, mas que não faria o mesmo a Duarte de Lemos, porque esse mostrava-lhe os dentes. A accusação, dirigida a Affonso d'Albuquerque, o homem d'Ormuz, era tão destemperada que todos por força se sorriram; mas o sorriso transformou-se em gargalhada, quando Affonso d'Albuquerque, sem se irritar, lhe respondeu serenamente:

—Mostraria, mostraria, que bem compridos os tinha elle[1].

Já vêem que Affonso d'Albuquerque era, como hoje afrancezadamente dizemos, homem de espirito.

A fortaleza de Benastarim foi tomada por capitulação, sendo permittido a Rossal-Khan sahir com os seus soldados, levando apenas o fato, e entregando a Affonso d'Albuquerque esses Portuguezes renegados que tinha comsigo, debaixo da condição de não serem punidos de morte. Já eram infelizmente numerosos os exemplos de Portuguezes que passavam ao inimigo, levados pela cubiça, e Affonso d'Albuquerque desejava punir estes severamente; mas, escravo da sua palavra, conservou-lhes a vida, mandou-lhes cortar os narizes e as orelhas para escarmento de traidores. É notavel que um d'estes renegados, chamado Fernão Lopes, voltando ao reino, envergonhou-se d'apparecer em Portugal, e deixou-se ficar com um escravo na ilha de Santa Helena, de que foi o primeiro habitante.

[1] *Commentarios*, etc., t. 2.º, *in fine*.

[1] *Commentarios*, t. 3.º, cap. XLVIII, pag. 248.

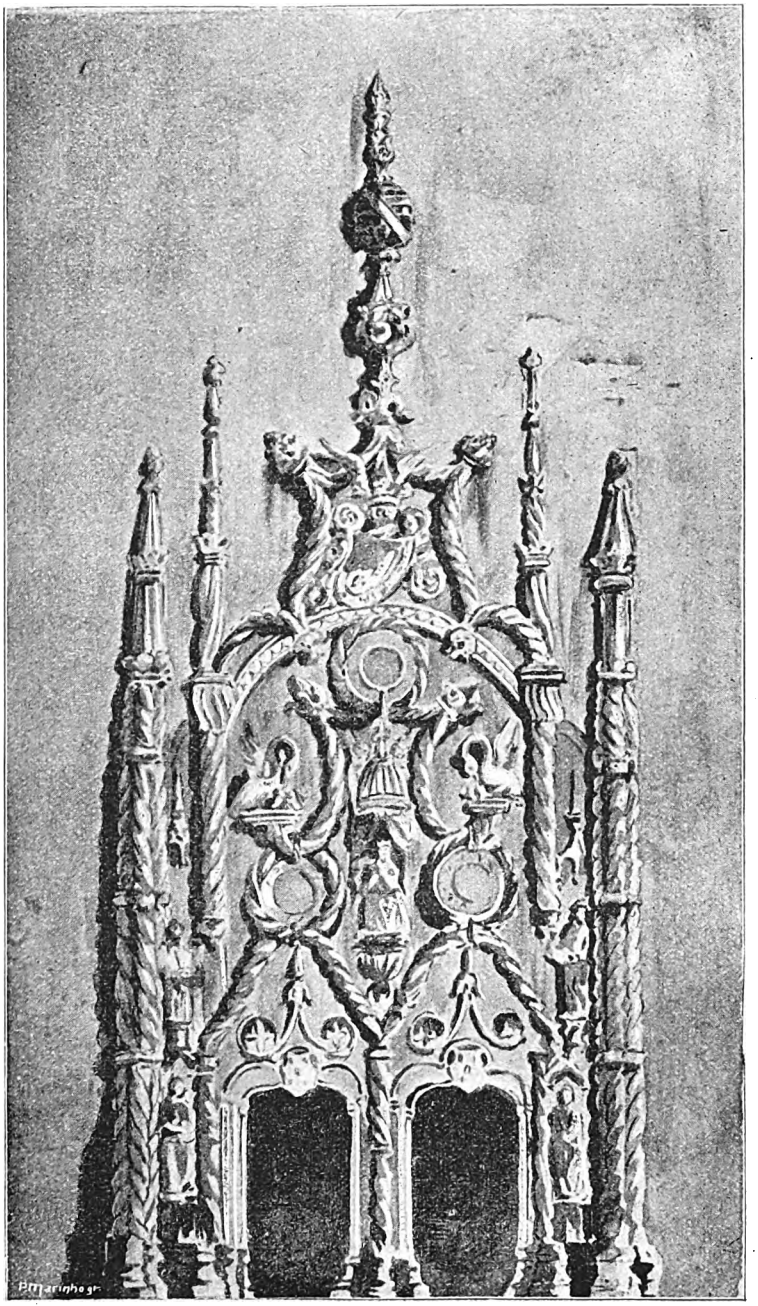
Digitized by Google

Um homem perjuro á sua fé e á sua patria, e por isso punido cruelmente, foi pois o primeiro habitante de uma ilha que devia ser o theatro do perjurio de uma grande nação!

Os Portuguezes fortificaram-se em Benastarim, e Gôa ficou inconquistavel. Estava-se nos fins de 1512. Chegára ao seu auge a gloria de Albuquerque. De todos os lados vinham embaixadores a pedir-lhe a amizade. O radjah de Bidjapor, o de Narsinga, o de Calicut, o do proprio Hidal-Khan desejavam obter a protecção do grande general portuguez; o primeiro embaixador do négus da Abyssinia, do famigerado Prestes João, abordava á India, e era n'este tempo que el-rei D. Manuel lhe mandava ordem para que desamparasse Gôa, como impossivel de sustentar! Affonso d'Albuquerque expôz as suas razões, confirmadas por um parecer que todos os seus capitães assignaram, e D. Manuel desistiu do projecto que lhe fôra aconselhado pelos inimigos do governador, que se vingavam em Portugal do silencio a que elle na India os forçava. Por isso Albuquerque «dizia muitas vezes que mais mercê devia a el-rei D. Manuel por lhe defender Goa dos Portuguezes, que pela tomar duas vezes aos Turcos[1].»

[1] *Commentarios*, t. 3.º, *in fine*.

Mas o vasto espirito de Albuquerque não descançava nunca: tinha a India segura, a Indo-China e todo o extremo Oriente dominado pela sua nova conquista de Malaca; ainda faltava Ormuz para remate do seu grandioso plano. O golfo Persico e a Arabia iam agora chamar-lhe a attenção. Podia morrer des-



PORTAL GÔTHICO DO HOSPITAL DE TODOS OS SANTOS

Digitized by Google

cançado logo que juntasse á coroa portugueza esse diamante esplendido de Ormuz; cumpria a sua missão, e não era culpa d'elle se o imperio tão gloriosamente cimentado pelas suas victorias, se desfazia ao sopro destruidor dos vicios, do fanatismo e inhabilidade dos seus successores.

CAPITULO XLIV

Affonso de Albuquerque no Mar Roxo.—Segunda expedição contra Ormuz

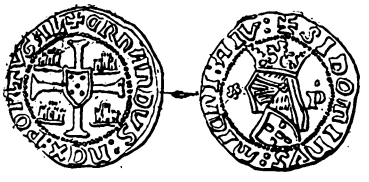
PARA destruir completamente o commercio dos Arabes na India, era necessario tomar Aden, e frequentemente Affonso d'Albuquerque recebera de el-rei D. Manuel ordem para o fazer. Reconhecendo a justiça do que se lhe recommendava, Affonso de Albuquerque, depois de deixar Gôa segura, e confiado o commando da fortaleza a Pedro de Mascarenhas, reuniu uma armada de vinte navios, tripulados por mil e setecentos Portuguezes e oitocentos Malabares, e partiu a 1 de fevereiro de 1513. Chegado a Aden, reuniu conselho para saber se se entraria em negociações com os Arabes, ou se logo se começaria a guerra. Albuquerque foi de voto que se tomasse a iniciativa, como quem já sabia que isso lhe déra sempre bom resultado. Não lhe succedeu aqui o mesmo: os Arabes defenderam-se valentemente, e a desgraça de se quebrarem as escadas, cortando em duas partes o exercito assaltante, uma que já pelejava sobre o muro, outra que, immovel na praia, a não podia soccorrer, fez com que os planos de Albuquerque não tivessem exito. E' digna de commemoração a obstinação intrépida, e louca á força de heroica, de Garcia de Sousa, que preferiu deixar-se matar n'um cubello que tomára, a retirar-se por umas cordas, como por mais de uma vez Albuquerque lhe bradára que fizesse. Apezar de todos estes prodigios de valor, Aden manteve-se inexpugnavel, e Affonso de Albuquerque, depois de obter algumas vantagens secundarias entrou no Mar-Roxo, e percorreu-o todo, fazendo tremular a sua bandeira nos portos do Egypto e da Arabia, atterrando os romeiros de Meca, e chegando quasi a Suez. D'alli enviou um homem que foi, disfarçado, pelo Cairo e Alexandria, levar a D. Manuel a noticia de que o seu glorioso logar-tenente estava apenas separado d'elle pelo isthmo que hoje Lesseps rasgou com sublime perseverança, e pela pequena extensão do Mediterraneo. Do cuidado com que Affonso de Albuquerque visitou, debaixo do ponto de vista scientifico, aquelles mares e paizes dão amplo testemunho as largas e exactissimas noticias registradas nos *Commentarios*[1].

[1] Tivemos o cuidado de cotejar este precioso livro com as *Taboas* de Albufeda, o mais estimado dos geographos arabes, na traducção ingleza, e com satisfação observámos que, fóra da orthographia sempre falsa dos nomes, o escriptor portuguez era de todo o ponto confirmado pelo arabe. Assim encontrâmos nos *Commentarios* Otor por *Attour*, Liumbo por *Yanbo*, Zebir por *Zabit*, Judá por *Dgioddah*, mas as noticias geographicas são perfeitamente fidedignas. Citâmos para prova o seguinte: Dizem os *Commentarios* da cidade de Aden: «N'esta cidade não ha agua senão a que lhe vem de carreto .. Ao longo d'este caminho vem um cano de agua, que passa pela ilharga da ponte e vae cahir em um tanque grande de pedraria que está uma legua da cidade, e alli veem os camellos por ella... Além d'esta serventia da ponte, tem uma estrada larga que vem do sertão ter

Digitized by Google

Esta expedição, comtudo, não foi de todo infructifera, porque espalhou o terror na costa da Arabia, e a noticia de que Affonso d'Albuquerque sulcava impunemente o mar Roxo em todas as direcções, e alli estivera uns poucos de mezes, dominando o estreito nas barbas dos Turcos do Egypto, chegando á India, produziu um tal effeito que todos temiam descontental-o e procuravam a sua amizade. A Gôa accudiam embaixadores da Persia, de Sião, de Pegu, de Narsinga, de Cambaya, de Bidjapour, emfim, de quasi todos os Estados orientaes, e o que mais espanto causa, e o que mais revela o immenso prestigio do nome do glorioso governador, é que o Samori, o rajah de Calicut, resignou-se emfim, depois de tão perserverantes luctas com os nossos, a consentir que levantassemos alli fortaleza, triumpho inaudito que devia, mais do que qualquer outro, lisongear o amor proprio de Affonso d'Albuquerque. A fortaleza de Calicut foi confiada a Francisco Nogueira.

Chegavam ao mesmo tempo de Malaca, annunciando uma victoria de Fernão Peres de Andrade, capitão do mar, sobre uma armada javaneza, que queria vingar a morte de Utimutaraia. Só Ormuz é que se conservava rebelde, ainda que não abertamente. Pero de Albuquerque fôra exigir os tributos atrazados, e reclamar a fortaleza. A uma e outra cousa se esquivou o rei, declarando sempre, comtudo, que a sua intenção era conservar-se vassallo da corôa de Portugal. Começava o anno de 1514, o quinto do governo de Affonso d'Albuquerque; el-rei D. Manuel, apezar das intrigas dos cortezãos, inimigos natos do genio, deslumbrado emfim pelo esplendor das victorias do grande homem que lhe governava a India, não lhe mandára substituto no fim dos tres annos. Tinha por conseguinte ainda tempo Affonso d'Albuquerque de punir a ousadia do rei de Ormuz, e de completar a execução do seu vasto plano. A isso se resolveu, depois de ter tomado todas as providencias necessarias para a segurança da India.



Meia barbuda, de D. Fernando

A 10 de fevereiro de 1514 partiu Affonso d'Albuquerque á testa de uma esquadra de vinte e seis velas, e dirigiu-se a Ormuz. Havia grandes novidades na politica interna d'esse cubiçado paiz.

O rei, que reinava quando Affonso d'Albuquerque alli estivera pela primeira vez, morrera envenenado; Khodja-Atar já tambem não existia, e succedera no reino o irmão do monarcha fallecido, Torun-Schah, no valimento da corôa o velho Persa, Bas-Nour-ed-Din (o Rais Nordim dos *Commentarios).* Quando porém Affonso d'Albuquerque chegou a Mascate, ainda outra revolução se effectuára. Um sobrinho de Bas-Nour-ed-Din, Bas-Ahmed (Rais Hamed dos nossos chronistas), homem na força da edade, e de uma raça energica, prendera o rei, desapossára seu tio, e, verdadeiro *maire du palais*, condemnava o monarcha persano a uma posição de *roi fainéant.*

Affonso d'Albuquerque resolveu aproveitar-se d'estas discordias internas, e com

---

a uma porta que está na serra, com duas torres muito fortes, e por alli se servem os camellos, etc.» *Commentarios*, tom. IV, cap. II, pag. 12 e 13. Diz Albufeda: «O muro de Aden tem uma porta do lado do mar, e outra do lado da terra, esta ultima é chamada *Babalsofin ou Porta dos aguadeiros.* É por alli que elles vão buscar agua a outros sitios. E o traductor inglez nota (em 1718): «Abulfeda confirma no final d'este artigo que não ha agua fresca em Aden, e que portanto erram os nossos geographos, collocando alli um rio, como já n'outro ponto observámos». *A General description of Arabia*, pag. 330 (London. 1718). Quer dizer: os geographos inglezes commettiam no seculo XVIII um erro que já os *Commentarios* de Affonso de Albuquerque rectificavam plenamente no seculo XVI. Mil outros exemplos podiamos citar da exactidão das descripções dos *Commentarios.*

Digitized by Google

effeito, logo a influencia da sua chegada se fez sentir, porque Bas-Ahmed restituiu seu tio e o rei a uma meia liberdade. Affonso d'Albuquerque exigiu a entrega da fortaleza, e, depois de muitas hesitações dos governantes, conseguiu-a emfim, porque ambos os partidos desejavam concilial-o a seu favor. Não era comtudo duvidosa a escolha de Affonso d'Albuquerque: Bas-Ahmed era um homem energico, insoffrido, inimigo conseguintemente do dominio estrangeiro; Nour-ed-Din era um velho; e Torun-Schah um monarcha sem iniciativa. Foram estes os protegidos d'Albuquerque.

N'esta segunda expedição de Ormuz não assistimos, como na primeira, como na tomada de Goa, ou na de Malaca, a grandes quadros de batalhas. O drama substitue a epopéa, e scenas dignas das côrtes agitadas da Europa n'este turbulento seculo XVI se passam n'este canto do Oriente: Affonso d'Albuquerque representa n'ellas, como sempre o primeiro papel: mas d'esta vez não é o grande homem que nos surge, é o homem do seu seculo, o contemporaneo dos Medicis, dos Borgias, dos Sforzas, dos Valois, tragicas familias, em cujos membros vemos a cada instante heroes de sanguinolentas scenas.

Bas-Nour-ed-Din, e Torun-Schah deixaram-se fascinar pela esperança de se vingarem do seu dominador, graças ao auxilio do capitão estrangeiro. Affonso d'Albuquerque, desejoso de se livrar de Bas-Ahmed, procurava attrahil-o á fortaleza; este, que alimentava os mesmos projectos contra Affonso d'Albuquerque, só queria ir á entrevista acompanhado pelo rei, e por seu tio. Os dois, comtudo, estavam secretamente de accordo com o governador da India para prenderem e deportarem o astucioso ministro. Pobres homens, que julgavam dirigir Affonso d'Albuquerque, sendo na mão d'elle meros instrumentos! A entrevista effectuou-se, mas teve resultados bem differentes do que Ahmed, Nour-ed-Din, e Torun-Schah esperavam cada um pela sua banda.

Accordára-se que ninguem fosse armado á conferencia que se devia effectuar nos alojamentos de Affonso d'Albuquerque; tocante demonstração da confiança que uns nos outros depositavam! Albuquerque morava na antiga fortaleza, agora quasi concluida graças á sua actividade. Mandou armar uma salla toda de brocado, com duas cadeiras d'espaldar, e muitos bancos emtorno para os capitães portuguezes, e os personagens d'Ormuz. Ao mesmo tempo tomava todas as medidas para o golpe decisivo que premeditava.

Aos que o deviam acompanhar na entrevista ordenou que trouxessem punhaes escondidos; a seu sobrinho D. Garcia de Noronha mandou que ficasse com cincoenta homens á porta da fortaleza e que, logo que Bas-Ahmed, Bas-Nour-ed-Din e Torun Schah estivessem dentro, fechasse a porta sobre elles, e não deixasse entrar o restante da sua comitiva. Aos outros capitães que não deviam assistir á conferencia deu ordem que, logo que sentissem um tiro de bombarda, accudissem com as suas tropas á porta da fortaleza.

Avisado Torun-Schah de que estava tudo prompto para o receber, veiu elle com os seus dois companheiros; mas ao chegar á porta da fortaleza, Bas-Ahmed, que era, como temos visto, homem energico e valente, desconfiando de que Affonso d'Albuquerque não teria cumprido as condições impostas, como aliás tambem elle as não cumpríra, entrou com toda a audacia, dizendo ao rei que o esperasse. Levára ao lado o alfange, e por isso o interprete Alexandre d'Athayde lhe disse, por ordem do governador, que se desarmasse. *Isto não se entende em mim*,

Digitized by Google

respondeu o altivo Persa, e, suspeitando o que succedia, voltou a avizar Torun-Schah para que decididamente não entrasse; mas Alexandre d'Athayde, tomando-lhe o braço, a pretexto de lhe mostrar que tudo estava conforme se combinara, levou-o para dentro, e chegou com elle á presença de Affonso d'Albuquerque. Este disse-lhe asperamente que se desarmasse, Bas-Ahmed, assomado, levou a mão ao alfange. Affonso d'Albuquerque, «vendo-o assim desatinado, escrevem os *Commentarios* com uma simplicidade que tem o seu que de sinistro, e o tempo disposto para o matar, como tinha determinado, disse a Pero d'Albuquerque, que para isso estava avisado: *Tomae-o lá*, o qual accudiu rijo e metteu-se entre Affonso d'Albuquerque e Reys Hamed, e n'este tempo lançou-lhe Reys Hamed a mão a uma béca de velludo que trazia. Affonso d'Albuquerque o botou de si e disse a Pero d'Albuquerque: *Matae-o*, e n'aquelle instante foram tantos os punhaes, que, sem lhe darem logar para bradar, foi morto, e pelo não vêr virou-lhe as costas, e começou a andar para onde o rei vinha, e disse contra D. Garcia e outros capitães que o vinham acompanhando: *Não é nada, tudo é feito*. D. Garcia, como deixou o rei com Affonso d'Albuquerque, tornou rijo á porta ter a gente que não entrassem, e fel-o já com muito trabalho. O rei, quando viu Reys Hamed morto, porque seu fundamento não era matarem-n'o, senão lançal-o fóra do reino ficou fóra de si, cuidando que lhe haviam de fazer outro tanto[1].»

Eis aqui uma verdadeira scena do seculo XVI! O auctor dos *Commentarios* esforça-se por attenuar o horror que esse assassinio premeditado póde inspirar, allegando que Affonso d'Albuquerque não fez senão antecipar-se ao seu adversario, que egual destino lhe tinha preparado. Não tentêmos comtudo apagar da brilhante epopéa de Affonso d'Albuquerque esta mácula, que bem caracteriza a sua politica despiedosa, a energica politica de D. João II, que parece ter sido

D. CHRISTOVAM DA GAMA

frequentemente o modelo do eminente governador. Ao lêrmos esta scena descripta com tanta simplicidade, o seculo XVI como que nos surge deante dos olhos com o seu duplo aspecto, esplendido e sombrio, com o resto das tradições sanguinarias que o seculo XV lhe legára. Vendo este rei desvairado e temendo que lhe vá succeder o mesmo que ao seu ministro succede, parece que estamos vendo Maria Stuart assistindo toda tremula ao assassinio do seu amante Rizzio por seu marido Darnley. Representa-se-nos a scena sombria dos Estados de Blois, quando o duque de Guise

[1] *Commentarios*, etc., t. 4.°, cap. 35, pag. 84.

Digitized by Google

cahe apunhalado aos pés de Henrique III, que o repelle de si como Albuquerque repelle Bas-Ahmed; ou então que, remontando um seculo atraz, presenciamos a entrevista de Montereau, que tem com esta tão espantosa similhança, em que tambem se tomaram tantas precauções para segurança reciproca do delphim de França (depois Carlos VII) e do duque de Borgonha, e em que este comtudo, João sem-medo, cahiu a um signal dado, debaixo dos golpes de Tanneguy Duchâtel e dos seus cumplices.

Não desculpemos pois o acto d'Affonso d'Albuquerque, e expliquemol-o apenas, dizendo que o eminente governador era homem do seu tempo, e que nos dois seculos em que viveu, o seculo XV e o seculo XVI, o punhal sempre representa um papel terrivel em todas as combinações da politica.

Tendo o assassinio de Bas-Ahmed livrado Affonso d'Albuquerque do unico homem energico e intelligente que se podia oppôr aos seus planos, continuou elle, com uma rara sagacidade e uma politica astuciosa, a transformar Ormuz em uma cidade completamente portugueza. O pobre rei, irresoluto e não sabendo o que havia de fazer, entregou-se nas suas mãos, e logo Affonso d'Albuquerque lhe fez promulgar um decreto em que prohibia a Persas e Arabes, a todos emfim, que não fossem Portuguezes, o andarem armados.

Depois mandou que fossem proscriptos os parentes e partidarios de Bas-Ahmed; logo depois, a pretexto de que havia noticias de que vinha do Egypto uma armada, mandou-lhe pedir toda a artilheria e obteve-a; chegou emfim a mandar para Gôa quinze principes da familia real de Ormuz, a que, segundo o barbaro uso do despotismo oriental, se tinham arrancado os olhos para que não podessem aspirar á corôa. Emfim, tanto fez que, a pouco e pouco, foi tirando ao pobre e submisso Torun-Schah todo o regio poder deixando-lhe apenas uma sombra de auctoridade e o vão titulo da realeza. Não era elle mais do que Timoia em Goa, ou Utimutaraia em Malaca, os chefes dos indigenas, que sempre Affonso d'Albuquerque escolhia entre os homens principaes da sua raça, mas que estavam completamente subordinados á auctoridade portugueza.

Approximavam-se comtudo os ultimos momentos de Affonso d'Albuquerque. Esse homem de ferro, prostrado pela fadiga dos derradeiros annos, sentia-se já pender para o tumulo. E não era só isso que o matava, eram tambem os dissabores, as angustias, que provinham da intriga que os cortezãos de D. Manuel teciam contra elle e que se manifestava claramente na frieza das ultimas ordens que o monarcha lhe enviára e na subita resolução que tomára, como veremos, de lhe nomear um successor. Quando findaram os seus tres primeiros annos de governo, não ousou el-rei D. Manuel chamal-o ao reino. Ao conquistador de Gôa e de Malaca, admirado já em toda a Europa, louvado em plena côrte pontifical, perante o papa Leão X, por um erudito romano, Camillo Porcio, não se podia, quasi sem grave escandalo, arrancar o governo da India; mas agora as intrigas venciam a gloria, e Lopo Soares d'Albergaria vinha tomar das mãos victoriosas de Affonso d'Albuquerque as redeas do poder. Ao menos deixára traçados e completos os lineamentos principaes do seu vasto plano. Ormuz, Gôa e Malaca, as tres chaves do Oriente, legára-as elle aos seus successores, conquistadas pelo seu valor e pela sua politica. E a rara sagacidade da escolha ainda hoje é confirmada pela politica ingleza, que foi, para assim dizermos, a herdeira directa das tradições de Albuquerque. Tentou este estabelecer-se em Aden, não descançaram os Inglezes emquanto em Aden não se estabeleceram. Fixou-se o

Digitized by Google

nosso grande governador em Ormuz: lá foram as frotas inglezas occupar as ilhas Bahrein. A Malaca succedeu Singapura, cidade bem proxima, a Gôa Bombaim.

Todos os planos d'Albuquerque os vemos accolhidos favoravelmente e desenvolvidos pelos Inglezes.

Assim aconteceu em tudo: o genio dos nossos grandes homens foi o pharol que illuminou a estrada que os estrangeiros seguiram.

CAPITULO XLV

Final da administração de Affonso d'Albuquerque —Ultimas relações d'este homem com el-rei D. Manuel.—Morte do vice-rei

FFONSO d'Albuquerque sentiu a morte já proxima, porque os annos, as fadigas e os desgostos afinal tinham estragado a sua vigorosa organização, e por isso tractou de prover a tudo quanto era necessario nos negocios da India, nomeando para capitão da fortaleza de Ormuz seu segundo primo Pedro d'Albuquerque, e preparando os capitães para que, depois da sua morte, obedecessem á pessoa que elle nomeasse, porque não sabia ainda da nomeação feita por el-rei. Depois d'isso tractou de voltar a Gôa, onde desejava expirar, e onde tinha o tumulo preparado, tumulo para o qual trouxera, como dissemos, de Malaca, seis leões de bronze que se afundaram a bordo da náu *Flôr de la mar*. A ser verdadeiro o que diz Damião de Goes, mas que os *Commentarios* não confirmam, Affonso d'Albuquerque pediu a el-rei D. Manuel que lhe désse o titulo de duque de Gôa, e que o deixasse morrer na India, conservando o governo d'ella. Ninguem, como elle, merecera tão alta recompensa, mas não diz bem o pedido com o caracter de Affonso d'Albuquerque, e por isso não nos parece que mereça grande credito a simples asserção de Damião de Goes. O que é certo é que a intriga dos cortezãos foi, como sempre, poderosa no animo d'el-rei D. Manuel, e que o monarcha venturoso nomeou para governador da India Lopo Soares d'Albergaria, inimigo reconhecido de Affonso d'Albuquerque, e por isso mesmo escolhido, «parecendo-lhe, diz Damião de Goes, que na execução de fazer embarcar Affonso d'Albuquerque faria todas as diligencias necessarias por saber que não era seu amigo[1].» Que intelligente, que perspicaz soberano não era este senhor rei D. Manuel!

Dizia-se á bocca cheia em Lisboa que o grande conquistador queria levantar-se com a India, e fazer-se lá independente, calumnia tão vil quanto absurda, mas que, por essas duas razões, encontrou facil entrada no espirito d'el-rei.

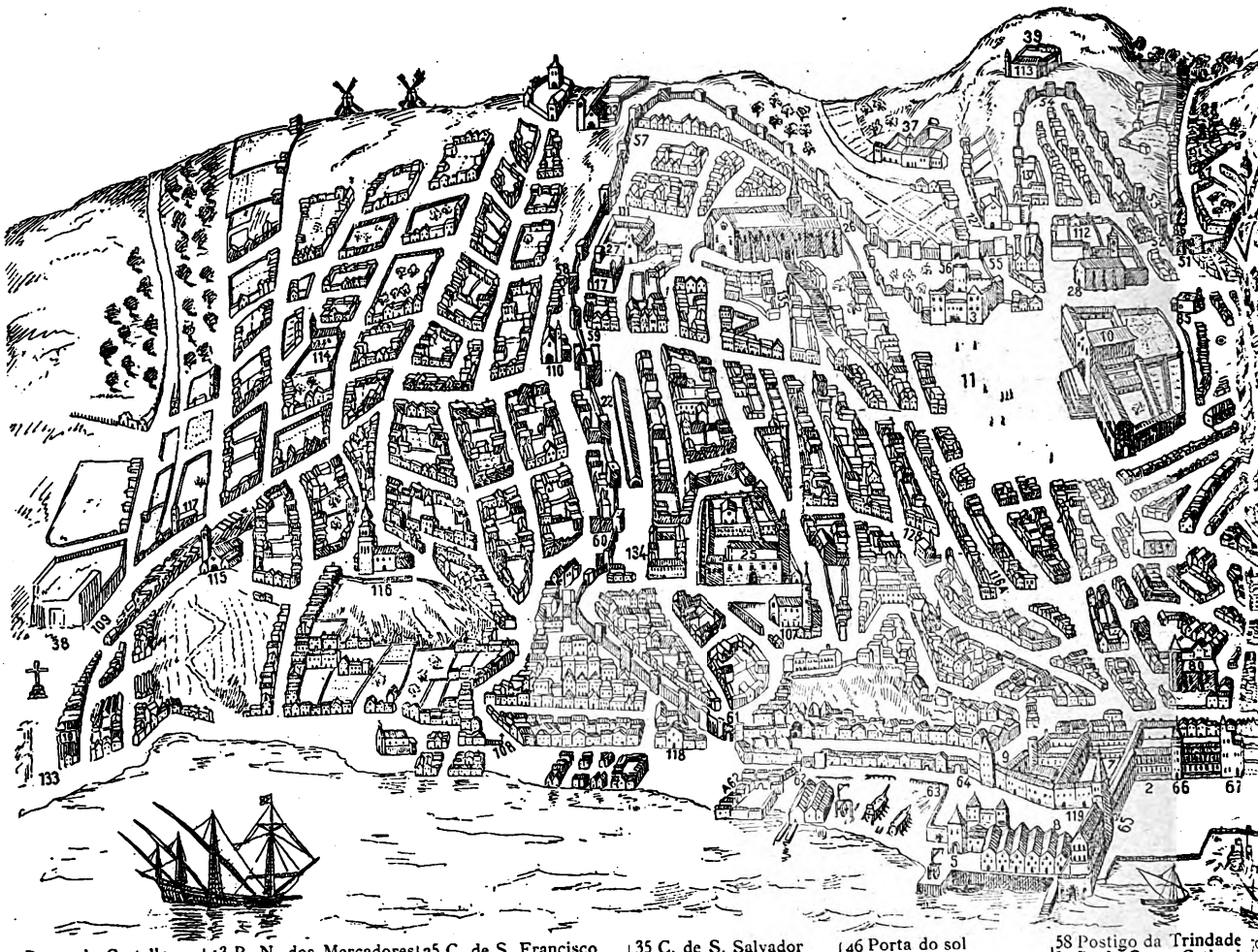
Este golpe, que devia acabar com a existencia de Affonso d'Albuquerque, ia acondimentado de maneira que elle não podesse deixar de sentir todo o peso do desagrado do soberano. Todos os capitães, que eram manifestamente inimigos de Affonso d'Albuquerque, voltavam á India providos nos mais importantes car-

[1] *Chronica d'el-rei D. Manuel*, 3.ª parte, cap. 77, fl. 132.

Digitized by Google

ASPECTO DE LISBOA

VISTA DE



1 Paços do Castello
2 Paços da Ribeira
3 Paços dos Estáus
4 Paços de Santo Eloy
5 Alfandega
6 Terreiro do Trigo
7 Casa velha da India
8 Casa nova da India
9 Arsenal
10 Hospital de Todos os Santos
11 Rocio
12 Pelourinho velho
13 R. N. dos Mercadores
14 Chafariz d'el-rei
15 Ribeira do Peixe
16 Carceres do Limoeiro
17 Castello da cidade
18 A Alcaçova
19 Caes do carvão
20 Fornos da cal
21 Caes da Madeira
22 Cordoaria Nova
23 Escholas Geraes
24 Paço da Madeira (convento de frades)
25 C. de S. Francisco
26 Convento do Carmo
27 C. da Trindade
28 C. de S. Domingos
29 C. de Santo Eloy
30 C. de S Vicente dos Conegos regulares
31 Convento da Graça
32 Collegio de S. Roque (Jesuitas)
33 Collegio e Eschola de Santo Antão
34 Collegio dos Orphãos
35 C. de S. Salvador
36 C. de N. S. da Rosa
37 C. da Annunciada
38 C. da Esperança
39 C. de Sant'Anna
40 C. de Santa Clara
41 Porta de Ferro
42 P. do Mar ou Postigo da R. das Canastras
43 P. do Mar a S João
44 Postigo do Chafariz de El-rei
45 Porta de S. Pedro
46 Porta do sol
47 Porta da Alfofa
48 Porta de D. Fradique
49 Porta do Moniz
50 Postigo de S. Lourenço
51 Porta da Mouraria
52 Postigo da R da Palma
53 Porta do Jogo da Pela
54 Postigo de Sant'Anna
55 Porta de Santo Antão
56 P. da Estrebaria d'El-rei
57 Postigo de S. Roque
58 Postigo da Trindade
59 P de Santa Catharina
60 P. do Duque de Bragança
61 P. do Corpo Santo
62 P. dos Corte-Reaes
63 Porta do Ouro
64 Porta do Armazem
65 Arco dos Pesos
66 Postigo da Moeda
67 Arco dos Pregos
68 Arco dos Barretes
69 Porta da Ribeira

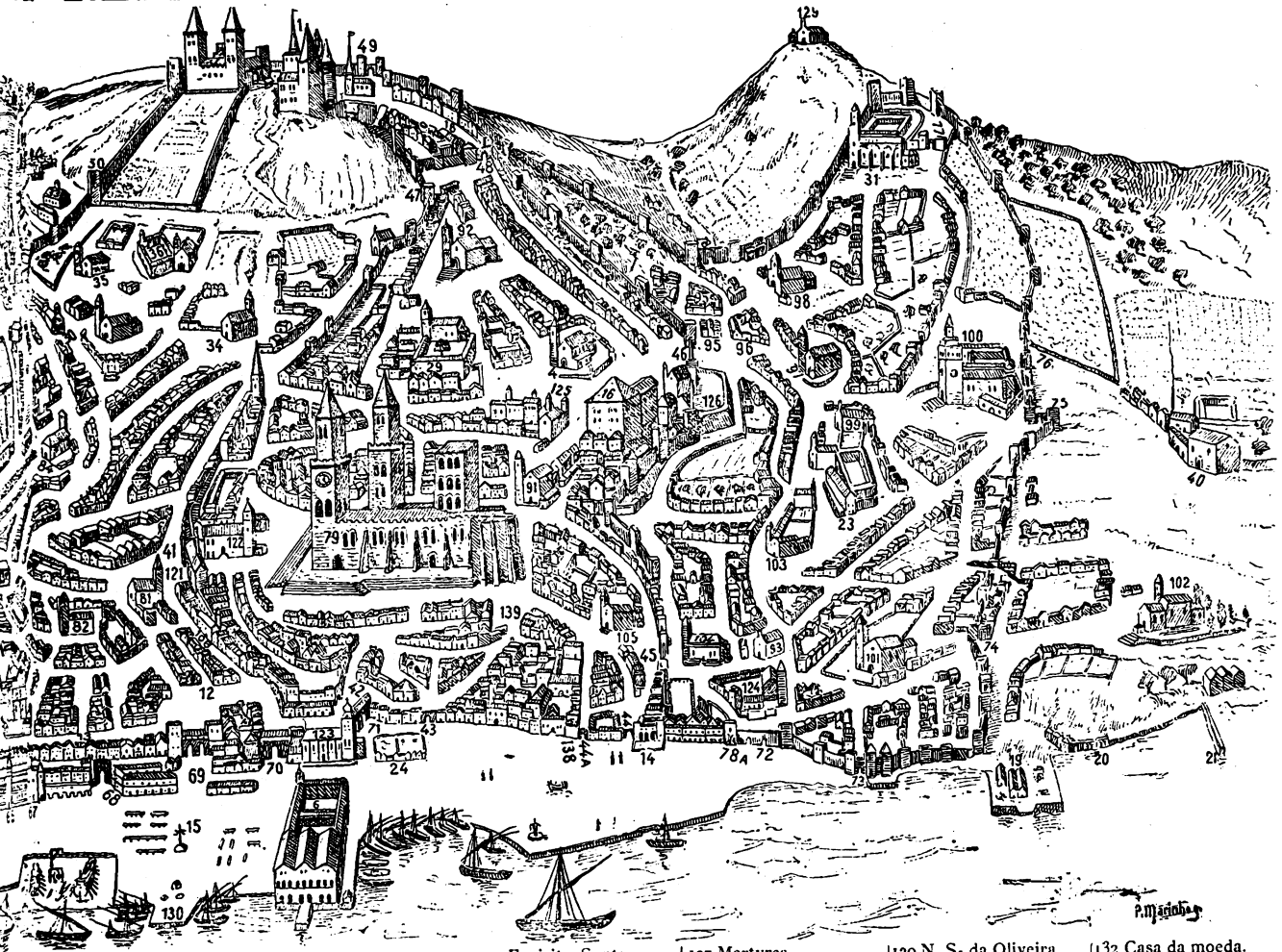
PRESPECTI

1 Casa da India — 2 Arsenal e Praça da Ribeira — 3 Martyres — 4 Carmo — 5 Hospital de Todos os Santos — 6 Convento de S

Digitized by Google

BOA NO SECULO XVI

DE RELANCE



70 Portagem
71 Porta do Mar
72 P. do chafariz dos cavallos
73 Postigo da Polvora
74 Porta da Cruz
75 Porta de S. Vicente
76 Postigo de S. Vicente
77 Postigo de N. S. da Graça
78 Porta de Santo André
79 Sé Cathedral
80 Egreja de S. Julião
81 Magdalena
82 Conceição
83 S. Nicolau
84 Santa Justa
85 S. Mathias
86 S. Seb. da Mouraria
87 Santo Antão
88 S. Lourenço
89 S. Christovam
90 S. Mamede
91 S. Jorge
92 S. Bartholomeu
93 S. Thiago
94 Espirito Santo
95 Santa Cruz
96 S. Salvador
97 S. Thomé
98 S. André
99 Santa Marinha
100 S. Vicente de Fóra
101 Santo Estevam
102 N S. do Paraiso
103 S. Miguel
104 S. Pedro
105 S. João da Praça
106 S. Seb. da Pedreira
107 Martyres
108 S. Paulo
109 Esperança
110 Loreto
111 Trindade
112 N. S. da Escada
113 S Clara
114 Fieis de Deus
115 Santa Catharina
116 Chagas
117 Victoria
118 Corpo Santo
119 S. Thomé
120 N. S. da Oliveira
121 N. S. da Consolação
122 Santo Antonio.
123 Misericordia.
124 Esp. Sant. de Alfama
125 S. Martinho.
126 S. Braz. e St.ª Luzia.
127 S. Luiz.
128 Esp. S.to da Pedreira.
129 N. S. do Monte.
130 Caes da Pedra.
131 Carcere privado da cidade.
132 Casa da moeda.
133 Pal. do D de Aveiro.
134 P do D de Bragança.
135 Palacio do Marquez de Villa Real.
136 Palacio do Conde de Portalegre.
137 P. do C de Redondo
138 Palacio do Conde de Linhares.
139 Largo dos Canos.
140 Ermida de N. S da Palma.

ECTIVA GERAL

ento de Sant'Anna — 7 Convento de S. Domingos — 8 Terreiro do Paço — 9 Sé — 10 Paços do Castello — 11 Graça — 12 S. Vicente de Fóra

Digitized by Google

gos: Diogo Mendes de Vasconcellos ia nomeado capitão de Cochim; Francisco de Tavora, um dos capitães rebeldes em Ormuz, Jorge de Brito, Alvaro Telles Barreto, inimigos d'Albuquerque, todos vinham na esquadra, e, assim que chegaram a Cochim, começaram, segundo o costume, a desfazer tudo o que Albuquerque fizera, do que D. Garcia de Noronha, que então alli se achava de volta de Ormuz, se mostrou muito aggravado.

Entretanto Affonso d'Albuquerque partia de Ormuz muito doente, e, quando chegou á altura de Calayete, encontrou uma barca de Diu, que trazia cartas para elle dos Indios que lhe eram mais dedicados, e em que lhe davam parte das novidades que havia. Foi então que soube da chegada de Lopo Vaz d'Albergaria, de tudo o mais que se passára com seu sobrinho D. Garcia, e de como já os Arabes, satisfeitos com a partida do homem que fôra o seu flagello, começavam a levantar a cabeça. Foi então que Albuquerque, ao lembrar-se das inimizades que grangeára obrigando os seus subordinados a cumprirem o seu dever, e a servirem o monarcha, e ao vêr-se assim recompensado, levantou os olhos ao céu, e proferiu a celebre phrase: «Mal com os homens por amor d'el-rei, mal com el-rei por amor dos homens!»

O desgosto foi profundo, e Affonso d'Albuquerque sentiu que a morte se approximava. Pegou na penna com a mão já trémula, e escreveu a el-rei a carta notavel pelo seu laconismo, que anda na memoria de todos: «Senhor quando esta escrevo a Vossa Alteza estou com um soluço que é signal de morte. N'esses reinos tenho um filho; peço a Vossa Alteza que m'o faça grande, como meus serviços merecem, que lhe tenho feito com minha serviçal condição, porque a elle mando, sob pena de minha benção, que vol-os requeira. E quanto ás coisas da India não digo nada, porque ella falará por si e por mim [1].»

Quando escreveu esta carta, já a fraqueza era grande, e Affonso d'Albuquerque mal se podia ter em pé. A esquadra comtudo continuava a navegar, e approximava-se de Gôa. No dia 15 de dezembro, a *Flôr de la rosa*, em que Affonso de Albuquerque ia embarcado, chegou á barra da capital do Oriente portuguez. Quando vinha a romper a aurora do dia 16 de dezembro de 1515, quando os olhos enfraquecidos do grande homem já podiam distinguir, mas confusamente, os lineamentos da brilhante cidade que a Portugal doára, Affonso de Albuquerque expirou.

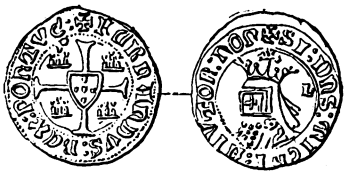
Foi então, só então, que o seu vulto se levantou, em toda a sua magestade, deante dos olhos dos seus contemporaneos, dos seus subordinados. Ao vêrem extendido no leito mortuario esse grande homem, que fôra a um tempo a admiração e o terror do Oriente, os Portuguezes sentiram-se pequenos e como que desamparados. Os Gentios, ao saberem da morte d'elle, corriam a bordo para o vêrem, e choravam, porque Affonso de Albuquerque sempre fôra para elles bom e justo. «Foi sobretudo, escreve Ferdinand Denis, quando o grande homem cessou de viver, que se sentiu qual fôra a sua influencia extraordinaria sobre os povos do Oriente. Conta-se que, quando foi necessario leval-o para o ultimo asylo que elle escolhera para si, Gôa lhe fez magnificas exequias. Todos os velhos soldados, que o tinham seguido tantas vezes em perigosas expedições, o acompanharam á capella designada pelo seu testamento, e que mandára levantar para lhe servir de sepultura temporaria, ordenando o codicillo que os seus ossos fossem transportados para Portugal. Revestido com o seu habito de commenda-

[1] *Commentarios de Affonso d'Albuquerque*, tom. IV, cap. 45, pag. 229.

Digitized by Google

dor de S. Thiago, levado a rosto descoberto por homens que se disputavam essa honra, diz-se que os seus olhos não se tinham fechado, e que no leito mortuario a sua barba branca, agitada pelo vento, fluctuava sobre o seu peito. Os Indios não podiam acreditar na sua morte: «Não morreu, exclamavam elles, foi commandar os exercitos do céu.» A isto accrescentam os *Commentarios* uma pagina tocante: «Foi homem de muita verdade, diz o filho do illustre governador, e tão inteiro na justiça, que os Gentios e Mouros, depois da sua morte, com qualquer aggravo que recebiam dos governadores da India se vinham a Gôa á sua sepultura, e offereciam-lhes boninas e azeite para a sua alampada, pedindo-lhe que lhes fizesse justiça[1].» E bastantes vezes teriam d'ir em romaria ao tumulo, porque os successores d'Albuquerque estiveram bem longe de lhe seguir o exemplo.

Todos os monarchas indianos sentiram um incrivel abalo quando souberam da morte de Affonso d'Albuquerque; o proprio rei d'Ormuz, a quem o grande capitão despojára da sua auctoridade, pranteou a morte do grande homem. É porque Torun Schah, privado do regio poder, de que aliás não sabia usar, encontrára ao menos sempre em Affonso d'Albuquerque um tutor benevolo e generoso, um protector affavel; o rajah de Cochim, que já déra provas do sincero affecto que votára a Albuquerque, recebendo mal o seu successor Lopo Soares d'Albergaria, tambem lamentou o seu fallecimento. Hidal-Khan e Melek-Iaz, seus inimigos encarniçados, confessaram que nunca tinham encontrado na sua vida, e nem sequer nas longinquas tradições da sua patria, um vulto por tal forma grande, vulto que estiveram a ponto de considerar como uma nova incarnação do Vishnú indiano. Em Constantinopola o sultão sentiu-se como que desaffrontado; mas, conversando com D. Alvaro de Sande, fidalgo hespanhol que lá estava captivo, não se pôde eximir a dizer-lhe que nunca mais insigne general apparecera no mundo. Os monarchas do extremo Oriente, os da Indo-China, da Malasia, o rei de Sião, o imperador do Celeste Imperio, que lhe chamavam o *leão do mar*, ficaram assombrados, recebendo a noticia da morte do conquistador de Malaca. O schah da Persia, Ismael, que estivera em correspondencia com Affonso d'Albuquerque, seu alliado natural contra o sultão de Constantinopla, inimigo eterno que ainda hoje, apezar da mais terrivel visinhança do colosso moscovita, tem o privilegio de despertar constantemente os odios e as rivalidades dos monarchas de Teheram, o schah da Persia pois, que, sabendo da demissão d'Affonso d'Albuquerque, mandára dizer que, deixando o serviço de um monarcha ingrato, fosse viver na sua côrte, onde lhe confiaria os destinos de seu imperio, ao contarem-lhe a morte do illustre governador, previu que nunca mais poderia realizar o vasto plano que o grande Portuguez concebera e lhe fizera acceitar[1]. Todo o Oriente, emfim, como que se sentiu abalado pela queda d'este colosso.



Meia barbuda, de D. Fernando

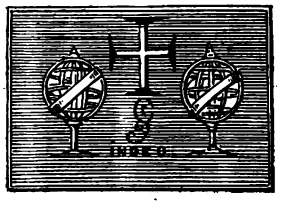
Parece que antes que chegasse a noticia á Europa, alli se fez sentir a reper-

[1] *Commentarios*, etc., tom. IV, cap. 46, pag. 235.

[1] Albuquerque propozera-lhe irem ambos tomar Meca. O grande homem, tão profundamente iniciado na politica oriental, conhecia e aproveitava as discordias religiosas, que dividem o islamismo, os Persas e os Turcos e Arabes. Effectivamente, aquelles são sectarios d'Ali e estes d'Omar, dissidencias que podemos comparar com a que dividiu desde tempos remotos em duas grandes fracções o Christianismo, a grega e a latina. Como Gregos e Latinos ainda hoje disputam constantemente entre si o uso dos Lo-

Digitized by Google

cussão d'este abalo, e que um vago remorso da sua inepcia e da sua ingratidão entrou no espirito de D. Manuel. Concorreram para lh'a fazer sentir tanto a noticia de que o sultão da Turquia preparava no Egypto uma nova esquadra para ir ainda disputar aos Portuguezes a preponderancia, como a aberta desapprovação com que seu sogro, o astuto politico D. Affonso V o Catholico, então nos ultimos annos de existencia, acolheu esta medida.



Sello de D. Manuel

Em março de 1516 partiu pois uma esquadra para as Indias, e n'essa esquadra iam duas cartas, uma para Affonso d'Albuquerque, e outra para Lopo Soares d'Albergaria, em que D. Manuel, arrependendo-se da decisão anterior, dividia a India em duas fracções, e deixando uma parte do Malabar e o extremo Oriente debaixo das ordens de Lopo Soares, confiava de novo a Affonso de Albuquerque o governo desde a costa de Cambaya até Moçambique, devendo elle estabelecer a sua residencia em Aden, que conquistaria, ou em qualquer outro ponto do estreito de Babel-Mandeb. As tropas e navios que n'esse anno partiam para a India, ficariam tambem debaixo do seu commando immediato, e dos dois governadores seria elle quem teria a preeminencia com o titulo de vice-rei, e todas as honras e prerogativas juntas a essa dignidade. D. Manuel levava a sua condescendencia felina a ponto de pedir ao grande homem que desculpasse o elle dividir assim a India em dois governos, mas que bem via a necessidade urgente que tinha Portugal de estabelecer no Mar Roxo a sua supremacia. A carta para Lopo Soares avisava-o da mesma decisão, e dizia-lhe que, tendo sabido da vinda d'uma armada do Egypto, não lhe parecia que bastasse elle só para contrastar esforços tão poderosos, e que a experiencia de Affonso d'Albuquerque tornava este ultimo proprio para rebater o ataque de que a India estava ameaçada. D'estas duas cartas a ultima fôra já publicada nos *Commentarios* de Albuquerque; a primeira descobriu-a José Joaquim Soares de Barros nos archivos d'Alcobaça e publicou-a nas *Memorias de litteratura* da Academia Real das Sciencias. Que sorriso amargo franziria os labios de Affonso d'Albuquerque se chegasse a receber estas cartas, escriptas já depois da sua morte, e que por conseguinte chegaram muito posteriormente á India!

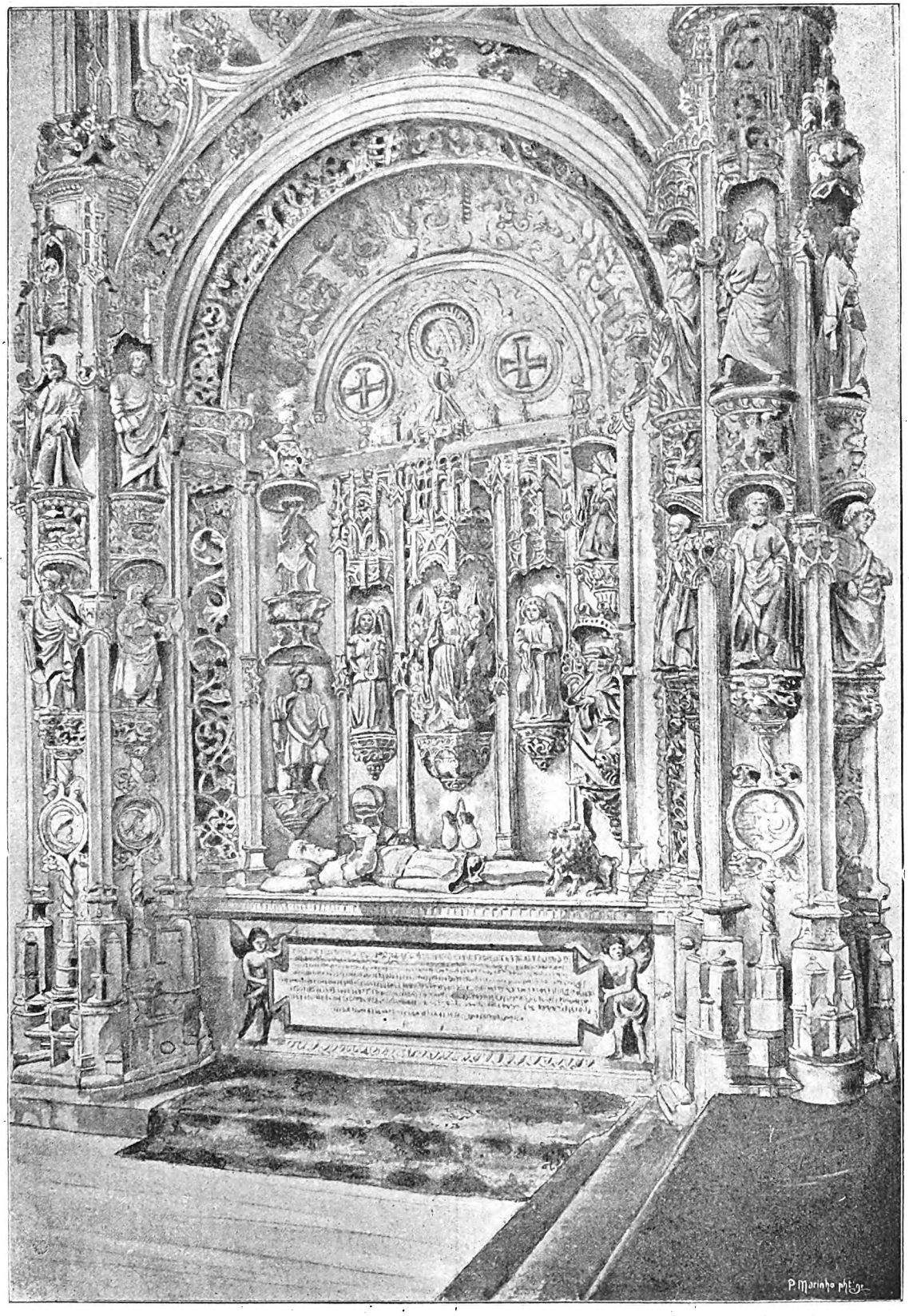
Não era só el-rei D. Manuel que percebia emfim a grandeza do seu logartenente; os seus companheiros de armas, que tantos obstaculos lhe tinham suscitado, que o tinham impedido de tomar Ormuz, que o haviam obrigado a desamparar Gôa, e que assim o forçaram a fazer quatro expedições para juntar á corôa portugueza essas duas cidades, esses homens, inimigos constantes de Albuquerque, reconhecendo agora o seu genio, não se cançavam de o louvar, e glorificavam-se de terem assistido ás bravas pelejas de Ormuz, de Malaca e de Gôa. Conta o filho do grande homem, na Dedicatoria da 2.ª edição dos *Commentarios*, a el-rei D. Sebastião, que, muitos annos depois da morte do 2.º governador da India, um soldado que o ti-

---

gares-Santos, assim os sectarios d'Omar e os d'Ali disputam a posse de Meca. Está esta em poder dos Arabes, mas os Persas desde muito lh'a cubiçam, tánto mais que, quando lá vão em romaria, são insultados asperamente pelos Arabes que os designam debaixo do nome de *schiitas*, * Albuquerque sabia isto e tencionava aproveital-o. O seu grandioso plano foi abandonado, como todos os outros, pelos seus successores. O que sabiam elles de allianças e de vastas combinações politicas?

* Veja-se o estudo de M. A. d'Avril intitulado «La Péninsule Arabique depuis cent ans—Revue des deux mondes 1867.»

Digitized by Google



SANTA CRUZ DE COIMBRA — TUMULO DE D. AFFONSO HENRIQUES

Digitized by Google

vera a elle por inimigo, vendo, já veterano e alquebrado, a decadencia do nosso poder no Oriente, e, mais ainda, a decadencia dos espiritos e das coragens, ia ao tumulo do conquistador, e, batendo-lhe com o bordão, exclamava: «Levanta-te, que se perde o que ganhaste», esquecendo assim as antigas injurias na veneração d'essa gloria, que tanto mais brilhante parecia, quanto maiores eram as sombras que se accumulavam rapidamente no céu da India portugueza.

Já bastantes vezes no decurso d'esta narrativa explicámos a politica, os planos, o caracter e a indole do genio de Affonso d'Albuquerque, para que nos seja necessario repetirmos agora essas considerações; mostrámol-o erudito, conhecendo a fundo a litteratura antiga, tanto sagrada como profana, adivinhando as riquezas litterarias que jaziam enterradas no fundo dos templos indianos, sendo talvez o primeiro a perceber a existencia especial do sanscrito, lingua sagrada e litteraria que é, dizem os *Commentarios*, como entre nós o latim; vimol-o penetrando os segredos da politica oriental, aproveitando as rivalidades dos pequenos principes do Industão, respeitando aqui as antigas allianças, além substituindo a sua auctoridade energica á fraqueza dos monarchas indigenas, benevolo com os Gentios, despiedoso com os Arabes, que sentia inimigos irreconciliaveis, respeitando, apezar de viver n'uma epocha de devoção e de ser elle mesmo fervente catholico, respeitando, apezar d'isso, os escrupulos religiosos dos povos da India, e não se fazendo nunca propagandista, mania do seculo, que foi uma das causas da nossa perda. Vimol-o emfim lançando com mão firme as bases do nosso imperio indiano, e agora apenas accrescentaremos duas palavras para falarmos de um projecto gigante, por elle concebido, e de cuja execução o desviaram, principalmente, as repugnancias do rei D. Manuel, atterrado com as concepções audaciosas do seu logar-tenente. Oiçamos o que diz a esse respeito F. Denis:

«Quando a morte, diz elle, veiu surprehender Albuquerque, um projecto, mais vasto talvez do que todos os que até alli concebera, agitava, segundo se diz, o seu pensamento. Tractava-se de arruinar o implacavel inimigo dos Portuguezes, desviando do seu curso o rio que em todo o tempo fôra a causa unica da fertilidade do Egypto. A ideia, apezar de ser agigantada, não pertencia comtudo originalmente a este homem extraordinario: nascera na cabeça a um tempo scismadora e ardente d'um Arabe. Elmacin concebera-a antes que o general portuguez pensasse em a fazer executar. O que é certissimo, e o que geralmente se ignora, é que este projecto, em breve esquecido, recebeu, para assim dizermos, um principio de execução: o proprio filho do governador, redactor dos *Commentarios*, affirma que seu pae escrevera mais de um vez ao rei D. Manuel, para lhe supplicar que mandasse ir para a Abyssinia algumas centenas d'esses camponezes da Madeira, que eram reputados os mais perseverantes trabalhadores d'essa epocha para o córte das serras, costumados, pela natureza do terreno da ilha, a arrazarem montanhas e a aplanarem valles, afim de fazerem levadas com que mais facilmente regassem as suas cannas de assucar. Accrescentava elle que o soberano, a que se dava ainda o titulo de Prestes João, que o Négus, n'uma palavra, a desejava com fervor, mas que o suspendiam as difficuldades quasi insuperaveis da execução. É certo, como já fizemos observar, que este projecto devia ter resultados eguaes ao caracter imponente da empreza. Um velho viajante portuguez, que conhecia perfeitamente o projecto de Albuquerque, não via n'elle senão uma brilhante chimera; mas um sa-

Digitized by Google

bio francez, que se póde considerar como tendo uma auctoridade muito mais importante do que a de Telles em tal materia, não julgou d'esse modo. O general Andréossy estudára muito bem, como é sabido, os paizes de que se tracta, e é de parecer que esse plano, por muito extraordinario que nos pareça, poderia ter exito, se se lhe fizesse algumas modificações, indispensaveis no seu entender, e cuja relação apresenta. Albuquerque pensava primeiro que bastava cortar uma das montanhas da Abyssinia para realizar esse grande projecto, mas ha n'isto reconhecido engano. É provavel que, chegando á execução, essa alta intelligencia modificaria os seus primeiros planos.»

Este general Andréossy, a quem Ferdinand Denis se refere, foi companheiro de Bonaparte na sua expedição do Egypto. Á grande imaginação do futuro imperador de França sorria o designio de Albuquerque, mas, como o seu interesse não era empobrecer o Egypto, antes enriquecel-o, o seu desejo, em vez de desviar o Nilo do seu leito, era traçar um canal, que o unisse com o Mar Vermelho, que punha por conseguinte em contacto com o Mediterraneo. Este ultimo plano foi realizado n'este seculo de um modo ainda mais agigantado, pela abertura do isthmo. N'um estudo que lêmos ácerca da obra de Lesseps, lá vem citado mais d'uma vez o nome de Affonso d'Albuquerque. Este colosso portuguez, em pleno Oriente, divisa-se de todos os pontos entre as dispersas ruinas do nosso antigo imperio.

A lucta attendia pois o genio d'Albuquerque. Seu filho, relanceando no fim da sua obra os olhos para o vasto *ensemble* das emprezas d'Albuquerque, dá-nos de todas ellas um quadro resumido e esplendido, no capitulo que se intitula: *Do estado em que o grande Affonso d'Albuquerque deixou a India no tempo de seu fallecimento.*

O terror do seu nome, e a habilidade da sua politica, fizeram com que a India toda se apaziguasse, que ninguem ousasse aggravar os Portuguezes, de fórma que nos tres ultimos annos do seu governo pôde emprehender a expedição da Arabia e a de Ormuz, sem que se perturbasse a paz profunda da India; a sua sombra immensa como que, até na sua ausencia, protegia a bandeira portugueza. «Ao tempo do seu fallecimento, diz ainda seu filho, deixou em Malaca, que tomou aos Mouros duas vezes, uma fortaleza muito forte e muita artilheria, e muita gente n'ella. Deixou feita outra fortaleza em Ormuz, com muita gente e artilheria, e o reino todo á obediencia do rei de Portugal, o qual tomou duas vezes aos Mouros por força. Deixou uma fortaleza feita em Calicut, muito forte, com gente e artilheria. Deixou a fortaleza de Cochim acabada e como agora está, que elle começou a primeira vez que foi á India[1], e sete elephantes n'ella muito grandes para servirem na ribeira das náus. Fez a fortaleza de Cananor de pedra e cal, que d'antes era de taipa. Deixou armadas em todas estas fortalezas, para guarda e provimento d'ellas. Deixou a cidade de Gôa fortificada com muitos castellos de redor d'ella, para segurança, a qual tomou por força duas vezes aos Mouros. Deixou n'ella muitos Portuguezes casados, muitos Gentios feitos christãos e muita gente de cavallo. Deixou muitos armeiros e officiaes de fazer cravação, selleiros, adargueiros, ferreiros,

Brazão d'armas de V. N. de Portimão

[1] É n'este ponto inexacto o filho de Affonso d'Albuquerque. A fortaleza de Cochim mandou-a construir D. Francisco d'Almeida, e, ainda que se queira dar o nome de fortaleza á tranqueira que d'antes existia, a honra da sua construcção pertence a Francisco d'Albuquerque. Seria pois Affonso quem a acabou, mas não foi quem a começou.

Digitized by Google

pedreiros, fundidores d'artilheria, mestres de fazer espingardas, carpinteiros da ribeira, calafates; e os mais d'estes Portuguezes, e outros christãos naturaes da terra, vassallos e subditos d'el-rei de Portugal, como naturaes Portuguezes. Deixou os armazens de Gôa com muitas armas, muitas cobertas de cavallo, muitas sellas, muita polvora, pelouros e todas as outras munições necessarias á guerra. Deixou no porto uma armada de cincoenta vélas, entre náus e navios e galés e fustas, que para aquelle tempo era muito, afóra paráos, e navios de chatins, que n'essa conta não entram. Mandou lavrar moeda em nome d'el-rei de Portugal, em Gôa e em Malaca, a qual corria por todas as partes da India. Foi o primeiro capitão d'el-rei de Portugal que entrou no estreito do Mar Roxo. *Y quien mas hiziere passe adelante*, que é o lettreiro que o conde Fernão Gonçalves mandou pôr na sua sepultura, que está á entrada da porta da egreja do mosteiro em que está enterrado[1].»

Ninguem fez mais nem tanto. Ao contemplarmos este vulto grandioso, e ao lembrarmo-nos da sua morte christã, dos seus sentimentos profundamente religiosos, occorre-nos sempre o magnifico remate da ode em que um grande lyrico italiano celebra o grande vulto de Napoleão:

Bella, immortal, benefica,
Fé vencedora, ufana,
Mais um triumpho, alegra-te,
Que nunca outra mundana
Grandeza egual do Golgotha
A affronta se inclinou;
Exulta, e o resto exanime
Guarda-lhe da maldade,
Quem mata e abre os tumulos,
Quem pune e tem piedade,
Deus do seu lado funebre
Ao lado se assentou[2]

CAPITULO XLVI

Lopo Soares d'Albergaria.—Ceylão.—Commercio com as ilhas Molucas.—Diogo Lopes de Sequeira.—Relações com a Abyssinia

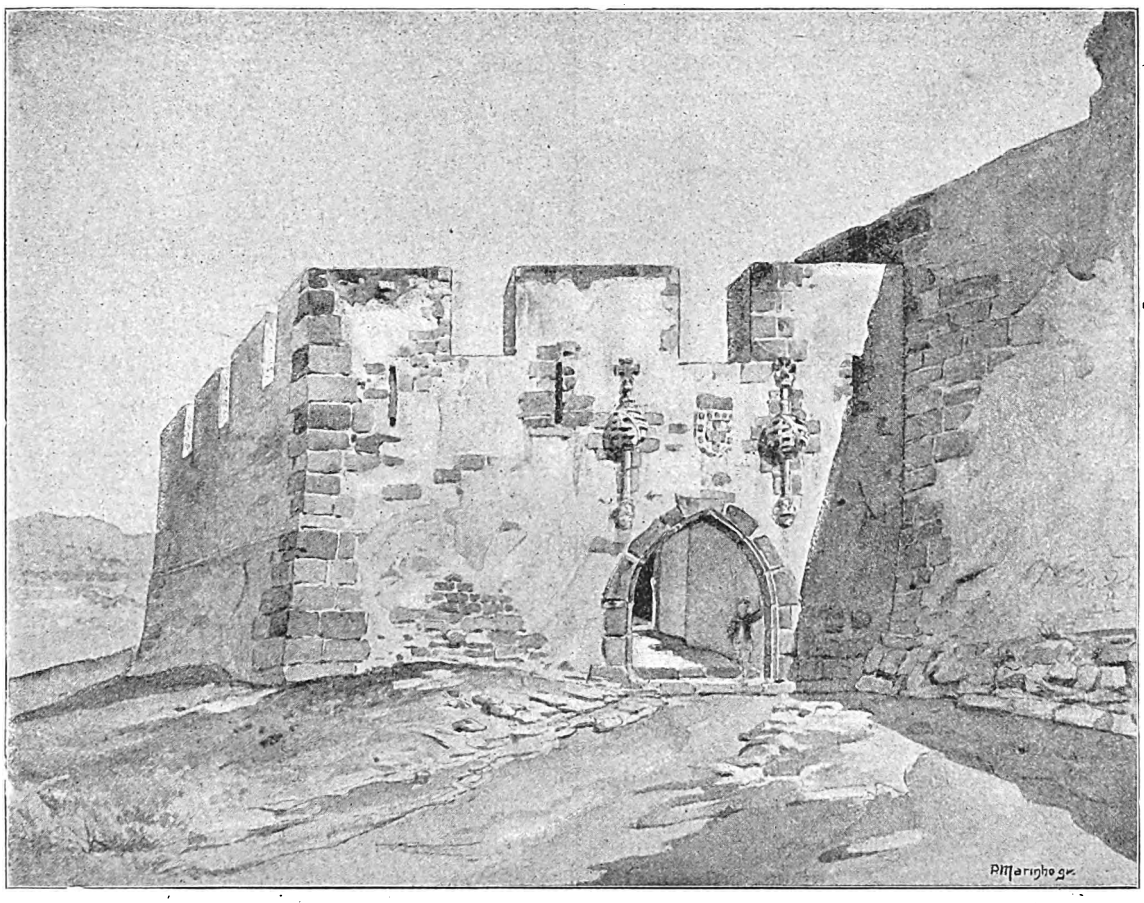
Ainda de Ferdinand Denis que tomamos a bella pagina com que abrimos este capitulo. «Coge-Sofar, escreve o illustrado francez, escrevia, segundo se diz, ao rei de Cambaya que Albuquerque conquistára mais reinos do que soldados tinha na realidade para escravizar. Esta hyperbole, toda oriental, faz perfeitamente perceber o magico terror, a admiração com que este capitão audacioso ferira o espirito dos seus inimigos. Com Albuquerque o dominio portuguez constitue-se, e de tal fórma se consolida, que na verdade nada tem que temer dos pequenos soberanos orientaes, nem mesmo do sultão do Egypto, que Veneza continúa a excitar. Se Pacheco dá principio á serie de prodigiosas victorias, que tentámos fazer perceber, se D. Francisco d'Almeida, destruindo os Rumes, anniquila o poder mais terrivel que Portugal poderia temer n'esses paizes, Albuquerque, mais admiravel ainda, acaba o que elles fizeram, multiplicando em todos os pontos a acção portugueza. Podemos por conseguinte dizer, sem receiarmos que nos taxem de exaggeração, que é a Duarte Pacheco, appellidado pelo poeta o Achil-

[1] *Commentarios*, loc. cit.

[2] Manzoni, *Cinque Maggio*, traducção do sr. Ramos Coelho.

Digitized by Google

les lusitano, a Almeida, que se chamou o Machabeu portuguez, e a Albuquerque que se deve o esplendor prodigioso de que Portugal se reveste aos olhos das outras nações, desde os primeiros annos do seculo XVI. Para os seus mesmos contemporaneos, o segundo governador das Indias é o mais audacioso cador[1]; e se o rei de França pede, por louvor especial, o retrato de Silveira[2], contemporaneo d'estes conquistadores, para o collocar na primeira fileira dos homens a cuja effigie presta culto, os povos da India quasi que deificam o vencedor de Gôa. Pacheco, Almeida e Albuquerque são os tres nomes que devem ser collocados na frente d'esta historia. E com effeito é depois das suas victorias quasi miraculosas que o poeta mais popular d'essa epocha[3] póde dizer com razão o que disse.



ENTRADA DO CASTELLO DE TORRES VEDRAS

pitão que visitou estas regiões: o epitheto de grande não lhe é recusado nem pelos seus inimigos. Um dos espiritos mais eminentes d'este seculo, Gil Vicente, na sua admiração quasi motejadora[1], colloca-o ao lado do impera-

---

[1] Não percebemos bem esta phrase «*admiration presque railleuse!* Os versos a que F. Denis se refere são os seguintes:

Affonso d'Albuquerque, *irmão*
Que foi ao imperador,
Que sino tem por senhor,
E porque a sua condição
Não poderá ser melhor?

Farça do *Clerigo da Beira*, t. 3.º das *Obras de Gil Vicente*, pag. 252 (Lisboa, 1852).

[1] Carlos V.

[2] O defensor de Diu, no seu primeiro cêrco.

[3] Gil Vicente.

Digitized by Google

Posto que bastante gloria adquiriram ainda os Portuguezes depois da morte de Affonso d'Albuquerque, podemos dizer comtudo que a decadencia começa, porque já não vemos em Lopo Soares um plano fixo e seguido; porque não tem ideias geraes de politica e administração, ou se as tem são erroneas; porque a severa disciplina mantida por Almeida e Albuquerque principia a affrouxar, e tornam-se vulgares as escandalosas dissensões e rixas dos Portuguezes.

Comtudo Lopo Soares, sem ser um homem notavel, foi um bravo general e um governador activo, e durante a sua administração o imperio portuguez no Oriente não só não se restringiu, mas até se dilatou, o que (digamol-o ainda assim) era um mal, logo que se não seguia ao mesmo tempo o systema conciliatorio empregado por Affonso d'Albuquerque. Só com as pequenas forças de Portugal, sem a alliança dos Indios, não era possivel sustentar estabelecimentos tão dispersos.

Lopo Soares, que chegou á India em setembro de 1515, trazia ordem de derribar a cidade de Gôa; felizmente, e por conselho unanime de todos os capitães, entendeu que não a devia cumprir. A ordem absurda fôra dada ainda por odio a Albuquerque; este morrera, já não fazia sombra a pessoa alguma: Gôa, a sua filha predilecta, estava perdoada, podia viver.

Feito isto, despachou logo Fernão Peres d'Andrade para Malaca, e D. Aleixo de Menezes para Ormuz. Este devia cruzar na costa da Arabia, aquelle, proseguindo no infatigavel empenho dos Portuguezes de descobrirem novas terras, devia ir devassar os mysterios do vasto imperio da China, d'esse lendario Cathay, de que tantas maravilhas se contavam. Passando pela ilha de Sumatra, onde ajustou pazes com o sultão de Pacem, que lhe permittiu a construcção d'uma fortaleza no seu reino, Fernão Peres d'Andrade arribou á Cochinchina, onde hoje tremúla dominadora a bandeira franceza, e depois foi ter a Cantão, onde os Chinezes o receberam com espanto. Era a primeira vez que uma esquadra européa sulcava as aguas do imperio do Meio. Accolheram-n'o comtudo affavelmente, e, emquanto Jorge de Mascarenhas, correndo as costas, se informava de tudo o que podia importar ao commercio e á politica de Portugal, Fernão Peres d'Andrade em Cantão estabelecia pazes com os mandarins, preparava o terreno para amigaveis relações entre Portugal e a China, e voltava depois ao reino trazendo varios especimens da industria d'esse paiz longinquo e maravilhoso, que era então o que fôra vinte seculos antes, e o que hoje ainda é. Infelizmente, Simão d'Andrade, irmão de Fernão Peres, soldado brutal que foi á China em 1518 commandando uma esquadra, transtornou o que seu irmão esboçára perfeitamente, e fez com que o nosso embaixador Thomé Pires, que chegára a ir a Pekim, e fôra primeiro bem recebido, afinal viesse preso para Cantão e fosse no carcere envenenado. Se isto succedesse no governo de Affonso d'Albuquerque, Simão d'Andrade pagaria caro o seu procedimento cruel e impolitico.

Ao mesmo tempo chegava tambem da Persia o segundo embaixador que Affonso d'Albuquerque lá enviára, e que se chamava Fernão Gomes. Trazia mil protestos de amizade do schah Ismael, amplas informações do que era esse paiz quasi desconhecido na Europa, e duas cartas do schah para D. Manuel e para o governador da India, cartas que Damião de Goes transcreve, e que teem effectivamente os caracteristicos todos do estylo oriental, e principalmente do estylo persa. «Vossas grandezas, dizia o schah a D. Manuel, são como rosas de

Digitized by Google

bom cheiro.» «Me contentastes muito, dizia o schah tambem a Affonso d'Albuquerque, e sois grande em minha vontade, assim como, quando amanhece, a claridade, e assim como o cheiro do almiscar[1]». Parece que estamos ouvindo o poeta Hafiz com os seus versos sempre floridos e rescendentes.

Tempos antes Gregorio de Quadra, captivo dos Musulmanos, percorria a Arabia toda, e, solto por influencia de Affonso d'Albuquerque, voltava ao reino. Da Arabia, da Persia e da China vinham a cada instante para Portugal noções curiosas, que d'aqui se espalhavam pela Europa, a cujos orientalistas fomos nós os primeiros que ensinámos os rudimentos da sua sciencia.

Mas nem só estes cuidados occupavam Lopo Soares: a armada do Egypto, que ameaçára a India durante o governo todo de Affonso d'Albuquerque, vinha definitivamente, agora que o grande homem morrêra, atacar as possessões portuguezas. Uma esquadra de 27 vellas, artilhada com mais de quinhentos canhões, saiu de Suez, commandada por Bas-Suleyman, a que se juntou Mir-Hussein, que fôra tão completamente derrotado por D. Francisco de Almeida. Felizmente os dois chefes tiveram desavenças entre si no porto de Djeddah, onde se demoraram bastante tempo. Lopo Soares, que dispunha de forças consideraveis, reuniu uma esquadra de quarenta e tres navios e entrou no Mar Rôxo. O porto de Djeddah protegeu da furia portugueza a esquadra musulmana, mas a apparição formidavel dos nossos navios desenganou Suleyman de que estava frustrada a empreza. Comtudo Lopo Soares nada pôde fazer tambem; as suas tripulações soffreram muito de fome e de sêde, e o governador, para não regressar sem algum triumpho, resolveu-se a ir queimar na costa da Ethiopia uma cidade arabe, chamada Zeila. D'ahi voltou á India, sem ter conseguido mais do que paralyzar a esquadra musulmana, o que, ainda assim, não era pequeno serviço. Foi em 1517.

O funesto desejo dos Portuguezes d'augmentarem sempre o numero das fortalezas em que tinham guarnição fez com que ainda, para punir o soberano de Quilon, ou Coulam, d'affrontas feitas aos Portuguezes, lá mandassem Lopo Soares construir uma cidadella.

Meia barbuda, de D. Fernando

Ao mesmo tempo Lopo Soares continuava infatigavelmente desenvolvendo as relações dos Portuguezes com todos os paizes do Oriente. Não havia ponto da India em que não tremulasse respeitado o pavilhão das quinas. D. João da Silveira visitára a costa de Coromandel, e, indo até o fundo do golfo de Bengala, chegára ás boccas do Ganges, e pozera-se em contacto com os subditos do Grão-Mogol, recentemente estabelecido na India. Effectivamente, em 1517 houvéra na historia da India essa grande peripecia. Chamado por um dos principes musulmanos da India, o de Lahor, Baber descendente do famigerado Tamerlan passou de Kasul, onde reinava, ao Indostão, submetteu-a toda até ao Dekkan exclusivamente, e estabeleceu em Dehli a séde do seu imperio. Este facto importantissimo, de que não achamos nos nossos chronistas a mais leve noticia, não passaria decerto despercebido, se Affonso d'Albuquerque ainda vivesse. Mas morrêra com elle o seu plano gigante; não sabiam os seus successores senão construir fortalezas e exigir tributos: politica seguida e fixa não a tinham.

D. João da Silveira, que primeiro travou relações amigaveis com os capitães do Grão-Mogol, fez logo cousas que pro-

[1] Goes, *Chronica d'El-rei D. Manuel*, cap. 11, fol. 15, 4.ª parte.

Digitized by Google

vocaram hostilidades; não foi mais feliz no visinho reino d'Arakan, reino que hoje faz parte do vasto imperio dos Birmans, e voltou a Gôa sem ter conseguido estabelecer allianças em dois pontos tão importantes.

Entretanto Lopo Soares estabelecia a dominação portugueza n'uma das partes mais ricas da India, a ilha de Ceylão, a que já D. Lourenço d'Almeida aportára. No anno de 1518 partiu Lopo Soares para essa ilha com uma esquadra de dezesete navios, e foi construir uma fortaleza em Colombo; mas a politica habil dos seus dois antecessores não tinha em Lopo Soares um discipulo e um seguidor. A fortaleza fundou-se, porém, á custa de sangue derramado, contra vontade do soberano, a quem além d'isso Lopo Soares impôz um pesado tributo. Era pois Colombo mais uma causa de lucta constante para os Portuguezes. Como podia o nosso pequeno reino bastar a esta guerra continuada que ardia nas quatro partes do mundo?

Affonso d'Albuquerque ou conquistava, tornando as cidades de que tomava posse completamente portuguezas, ou então fazia dos reis indios alliados seguros. Lopo Soares, activo, intrepido, mas homem de mediocre talento, e sobretudo parece que orgulhoso e avaro, não attendia a essas distincções, levava os negocios d'espada em punho, e logo pensava em levantar contribuições nos reinos onde erigia fortaleza.

«A antiga Taprobana, escreve Ferdinand Denis, a ilha deliciosa de Lanskã, onde a mythologia india folgava de collocar os combates de Rawan contra o grutesco Hanouman, devia ser em breve theatro de guerras mais terriveis sem duvida, e sobretudo mais reaes do que essas de que uma nobre poesia conservou a recordação...

«Na época em que os Portuguezes primeiro tinham posto pé n'estas praias, vagamente conduzidos pela historia, que por todo o Oriente circulava, das riquezas de Lanskã, faltava muito para que a ilha estivesse debaixo do dominio d'um monarcha. Primeiro contava-se o reino de Cota e o de Colombo; seguia-se depois immediatamente Peigan, e na ponta mais austral o reino de Gale, que, ao nascente, confinava com o de Jaula e ao norte com o Seitavaca; Kandi e Uva formavam Estados occupando o centro da ilha; Vilacem extendia-se ao oriente d'esses reinos. Os Estados maritimos mais orientaes, os que ficavam fronteiros aos paizes que designamos, pelo menos em parte, eram d'um lado Batecalu, e mais acima Triquilamale, Sofragan, Maturé-Cotiar, e sobretudo Jafanapatam com a ilha de Manar[1].

«Depois, e sobretudo quando os Portuguezes extenderam successivamente as suas conquistas, não só a fórma dos governos se alterou, mas os nomes dos reinos desappareceram, e d'esses Estados independentes aquelles que não tardaram a cahir debaixo da jurisdicção por-

[1] Estes pormenores, diz em nota o illustre escriptor francez, são tirados d'uma obra preciosa, escripta por João Rodrigues de Sá e impressa em Lisboa em 1681. Filho d'um antigo governador de Ceylão, o auctor d'este livro, pouquissimo conhecido, offerece ácerca da antiguidade do paiz, das suas antigas divisões, e emfim das suas tradições poeticas, um interesse incontestavel. Falando das noções que Roma teve ácerca de Ceylão e que deveu ás suas conquistas, o auctor d'esta curiosa historia menciona as moedas romanas encontradas na fortaleza de Manr em 1575; fala, sobretudo, das minas magnificas de Mangulcorla, celebres nos cantos tradicionaes dos Chingulezes e debaixo do nome *d'Amouraiai pouro*, e que elle attribue erradamente ao dominio romano, devendo ser provavelmente classificadas entre os vestigios do culto buddhico. Affirma que alli se via um palacio que tinha mil e seiscentas columnas de marmore, cuja architectura em nada se parecia com a dos monumentos do Oriente. Extende-se com condescendencia na descripção d'um templo que tinha 366 pagodes consagrados aos dias do anno. Como se não póde duvidar da sinceridade d'este historiador, seria bom examinar a sua narrativa. Não devemos esquecer que a ilha de Ceylão, cujo perimetro é de 300 leguas, tem uma superficie de perto de 700 leguas quadradas, e que o seu territorio immenso póde offerecer ainda ao explorador alguma esquecida maravilha.

Digitized by Google

tugueza viram-se obrigados a ter o nome de provincias. Só foram reconhecidos como reinos os de Kandy, d'Uva e de Jafanapatam.

«Immediatamente depois das primeiras conquistas, e mesmo no tempo de Affonso d'Albuquerque, o rei de Cota, protegido pelos Portuguezes, viu accrescentar-se o seu poder. Madume, seu irmão, é verdade que se ligou com o Samori, e lhe fez uma guerra perseverante. Foi em razão d'essa guerra prolongada que se tornou então Colombo o logar mais perigoso das Indias; era, segundo nos diz o épico Sá de Menezes, a eschola onde vinha aprender-se o valor e a disciplina militar».

Até ao fim do nosso dominio teve sempre Colombo essa reputação, e a sua defeza contra os Hollandezes é ainda segundo veremos, um dos mais bellos feitos da nossa historia.

Apezar d'essas guerras continuadas, o dominio portuguez entranhou-se tanto em Ceylão que ainda hoje d'elles restam vestigios consideraveis. Transcreveremos, como prova d'isso, uma pagina de um escriptor estrangeiro, que é altamente lisongeira para o nosso orgulho nacional:

«Se ha ilha no mundo, escreve um official da marinha franceza, M. Edmond Du Hailly, para a qual se exgotasse o arsenal das fórmulas admirativas, é seguramente a ilha de Ceylão. Os sectarios de Brahma chamam-n'a Lanskã, a resplandecente; os de Buddha vêem n'ella uma perola cahida da corôa da India; para os Chinezes é a ilha das joias, Laou-Tchou; para os Gregos, é a terra das pedrarias; e o enthusiasmo de certos commentadores biblicos chegou até a collocar alli o Eden do Genesis. Para o marinheiro mais prosaico, que nunca perde de vista o interesse do seu navio, esse paraizo terrestre pecca pela base, porque acha alli um fundeadouro que deixa muito a desejar. Um simples lance de olhos, deitado para o mappa dos mares da India, basta para mostrar que a extremidade meridional da ilha de Ceylão é um dos pontos mais naturalmente indicados pela geographia para centro maritimo. Talvez seja o porto que possue os mais veneraveis titulos historicos, se é verdade que n'ella se deve ver a Uharsis d'Ezequiel e d'Isaias, para onde se dirigiam as frotas que o rei Salomão equipava em Akber Gaber, nas margens do Mar Roxo.

JOÃO DE BARROS

«Em todo o caso é a antiga Taprobana d'Ovidio,

Aut ubi Taprobanem Indica cingit aqua

e é ainda ella que nós encontramos depois na ilha de Serendib, aonde Sindbad, o marinheiro, é levado na sua sexta viagem, e cuja descripção é singular-

Digitized by Google

mente exacta para ser das *Mil e uma noites*[1].

«Ceylão e Malaca, prosegue o sr. Du Hailly, conheceram os mesmos senhores, atravessaram as mesmas phases desde a epocha da descoberta. Os Portuguezes ahi se estabeleceram primeiro no principio do seculo XVI; no meiado do seculo XVII, os Hollandezes os substituem, e emfim os Inglezes aproveitam-se das guerras da revolução para se substituirem a estes ultimos, em 1796. O regimen hollandez poucos vestigios deixou no paiz, *ao passo que os Portuguezes deixaram no espirito da população recordações cujo rasto ainda subsiste.* Preoccupados do progresso da sua fé mais do que das vantagens do seu commercio, *podem honrar-se de ter fundado na ilha um catholicismo, que victoriosamente resistiu a dois seculos de dominio protestante. A lingua portugueza, é verdade que um tanto corrompida, é ainda o idioma das classes medias em muitas cidades*[1], n'uma palavra, o indigena parece ter esquecido a crueldade dos seus primeiros conquistadores para só se lembrar da bravura cavalheiresca de que deram tantas provas, e *isso é tão verdadeiro que certos chefes não só ainda se orgulham de usar o titulo de «dom» como os seus antepassados, mas de bom grado lhe juntam os nomes pomposos e sonoros do kalendario lusitano.* Novecentas familias nobres portuguezas habitavam em Colombo quando uma capitulação fez passar a cidade para as mãos dos Hollandezes, em 1656. Por isso talvez, observando com attenção, se poderia descobrir aqui e além entre os Singhalezes alguns vestigios de sangue portuguez, emquanto, graças ao céu, nenhum d'elles apresentará a bocca torta ou o nariz grotesco que não cessaram de caracterizar os Flamengos desde Téniers e Van-Ostade[2].»

---

[1] Esta descripção, a que se refere o illustrado official francez, é a seguinte: «A ilha de Serendib está situada justamente debaixo da linha equinocial; assim os dias e as noites são sempre de doze horas; e tem oitenta parasangas de comprimento, e outras tantas de largura. A cidade capital está situada na extremidade de um bello valle formado por uma montanha que fica no meio da ilha, e que é a mais alta das que ha no mundo. Com effeito vê-se do mar a tres dias de navegação. Alli se encontra o rubim, muitas especies de mineraes, e todos os rochedos são pela maior parte de esmeril, que é uma pedra metalica que serve para cortar as pedrarias. Alli se encontra toda a especie d'arvores e de plantas raras, sobretudo o cedro e o côco. Pescam-se tambem as perolas ao longo das suas praias e nas emboccaduras dos seus rios, e alguns dos seus valles fornecem o diamante. Fiz tambem por devoção uma viagem á montanha, no sitio para onde Adão foi desterrado de pois de ter sido banido do paraizo terrestre, e tive a curiosidade de subir até ao cimo. *Historia de Sindbad, o maritimo*, sexta viagem, traducção franceza publicada no *Journal pour tous*, tomo 10.º, pag. 299 (*livraison* de 4 de julho de 1862). O fundo da descripção é effectivamente verdadeiro, posto que bordado com todas as maravilhas da imaginação oriental. N'esse pico d'Adão, a que Sindbad se refere, vê-se uma excavação com a fórma de umas pégadas humanas, em que, segundo as suas crenças, uns vêem os vestigios do pé de Adão, outros o de Buddha, outros o de Brahma, e outros finalmente o de S. Thomé. A natureza benevola presta-se a todas as explicações.

[1] O nosso amigo Augusto de Castilho, filho do grande poeta, e distincto official da nossa marinha, trouxe de Ceylão, á volta de uma das suas viagens, uma Biblia, impressa na ilha, e escripta n'esse portuguez corrupto de que fala M. Du Hailly. Tivemos occasião de a vêr, e de sentir um certo orgulho ao pensarmos que o nome e o idioma portuguez, tão desprezados na Europa, ainda são grandes no Oriente. A principal corruptella que notámos foi a suppressão da conjugação dos verbos portuguezes. Todos os modos e tempos dos verbos portuguezes são substituidos pelo infinito: *Eu ser, nós ser*, etc.

[2] Edmond Du Hailly, *Souvenirs d'une campagne dans l'extrême Orient. V. De Saignon en France*, *Revue des deux mondes*, tomo 67.º, pag. 446 e 456 (15 de janeiro de 1867). Citaremos ainda o que o mesmo official e escriptor diz a respeito de Malaca: «... a antiga Malaca, hoje ingleza como Singapura e Pinang, mas esquecida e decahida do tradicional esplendor que fez d'ella a rainha d'estes mares. Os Portuguezes e os Hollandezes deixaram alli comtudo nobres vestigios. Dos primeiros resta uma altiva cathedral ainda imponente debaixo das suas abobadas arruinadas, onde se fez ouvir a voz de S. Francisco Xavier, onde ajoelhou sem duvida o grande Albuquerque. Dos segundos é o palacio dos governadores, *Stad-House*, vasta e massiça construcção, marcada com o irrecusavel cunho, caracteristico da architectura hollandeza do seculo XVII e XVIII. A mais curiosa d'estas reliquias de outro seculo é um nucleo de familias portuguezas, que, atravez de muitos cruzamentos malaios, conseguiu conservar a lembrança da sua nacionalidade, assim como a linguagem e quasi que o trajo de seus paes. A sorte pouco sorriu a estes filhos dos conquistadores. Os mais aventurosos vão tentar fortuna a Pinang, a Singapura

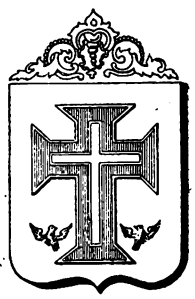
Digitized by Google

Coube pois a Lopo Soares d'Albergaria a gloria de ser o primeiro a submetter a Portugal essa ilha esplendida, que devia conservar do dominio portuguez tão profundos vestigios.

Mas, entre os acontecimentos brilhantes que, ainda assim, assignalam o governo de Lopo Soares, como se começam a fazer sentir os vicios, as desordens que nos hão de conduzir á ruina! Livres da mão vigorosa de D. Francisco d'Almeida e de Affonso d'Albuquerque, os aventureiros portuguezes começam a satisfazer ás soltas as suas más paixões, e acontecimentos escandalosos excitam a indignação dos homens honrados e o jubilo desprezador dos nossos inimigos. Assim, na costa da Ethiopia, n'um navio portuguez, que alli foi arribar, passaram-se tristissimas scenas: o capitão D. Alvaro da Silveira foi morto por dois dos subalternos, Jeronymo Pereira e Mendo Affonso. Contra estes levantou-se então outro cavalleiro, chamado João Rodrigues Pau, que matou Mendo Affonso e trouxe Jeronymo Pereira preso para Gôa.

O commandante d'esta cidade, D. Guterres de Monroy, esteve para occasionar a sua perda, afim de satisfazer odios particulares e criminosas paixões.

Tinha elle amores com a mulher d'um Fernão Caldeira, que, tanto por isso como por causa d'uma rixa com um Henrique de Toro a quem déra uma cutilada, fugiu de Gôa e refugiou-se em Pondá, onde governava um Mouro a que Damião de Goes chama Ancostan. Exigiu D. Guterres a entrega do fugitivo; recusou-lh'a o Mouro, e D. Guterres, incitado pelo fogo do amor adultero, mandou secretamente um sicario, chamado João Gomes, assassinar Fernão Caldeira. Cumpriu João Gomes o mandado; mas o chefe mouro, indignado com a traição, mandou justiçar João Gomes. D. Guterres, para vingar a morte do seu emissario, foi em segredo assaltar Pondá, mas achou Ancostan prevenido, e soffreu uma derrota em que, entre mortos, feridos e prisioneiros, perdeu perto de duzentos homens.



Brazão d'armas da Villa da Calheta na ilha de S. Jorge

E ainda isto não foi tudo, porque logo Hidal-Khan, sabendo o caso, veiu sobre a cidade, e Gôa perder-se-hia, se não apparecesse felizmente D. Aleixo de Menezes, vindo d'Ormuz, com uma esquadra que fez levantar o cêrco.

Em Malaca succediam-se constantemente as discordias sobre a successão no commando da fortaleza, que todos ambicionavam: os capitães, que julgavam ter direito ao governo, prendiam-se uns aos outros, e nem ao menos sabiam conservar-se em paz com os soberanos dos reinos em que estava encravada Malaca, sendo necessario, para se conservar essa importante conquista practicarem-se a cada momento acções heroicas, de que felizmente, no meio de todos os seus vicios, eram prodigos os nossos antepassados.

Entretanto haviam acabado os tres annos de governo de Lopo Soares d'Albergaria, e Diogo Lopes de Sequeira chegava em setembro de 1518 para lhe succeder.

O governo do successor de Lopo Soares distingue-se pelas mesmas qualidades e defeitos que assignalam o que acabamos de narrar. A figura dos governadores geraes, que durante os primeiros dez annos dominava o quadro, agora amesquinha-se e entra na sombra. Sen-

---

onde se encontram empregados nas hospedarias, nas casas de commercio, nas imprensas sobretudo; mas o maior numero conserva-se fiel a Malaca, onde vivem de pouco sem grande trabalho. Muitas vezes os vi á noite, deante da sua porta, tirando de alguma velha guitarra um canto plangente que não se cansam de escutar a mulher e os filhos.» *Ibidem*, pag. 445.

Digitized by Google

te-se n'elles uma ausencia completa de plano de governo e d'administração; cada capitão de fortaleza procede como entende, e o governador, occupado tambem particularmente nas numerosas emprezas de que el-rei D. Manuel o encarrega, não póde ou não sabe dar instrucções particulares aos seus subordinados.

Diogo Lopes de Sequeira visitou, como Lopo Soares, o mar da Arabia; mas o seu fim principal foi lançar em terra um embaixador que o *Negus* da Abyssinia enviára a Portugal a el-rei D. Manuel, e um embaixador portuguez que este em troca lhe mandava. Chamava-se o embaixador D. Rodrigo de Lima, e ia na sua companhia Francisco Alvares, que depois escreveu um livro celebre[1], dando conta das suas viagens, e riquissimo de noticias curiosas e exactas ácerca da Abyssinia, que foram as primeiras que a Europa teve, e que absolutamente concordam com as relações modernas, entre as quaes citaremos as viagens e estudos de M. Lejean[2].

D. Rodrigo de Lima encontrou na Abyssinia Pero da Covilhã, outr'ora enviado por D. João II. Teremos ainda de nos occupar das relações dos Portuguezes com o *Négus*, em cujos Estados exercemos grande influencia, de que ainda hoje restam profundos vestigios. Na sua *Viagem á Abyssinia*, publicada por M. Guilherme Lejean no *Tour du monde*, o escriptor francez fala em pontes construidas pelos Portuguezes que rivalizam pela solidez com os monumentos immortaes de que os Romanos semeavam os paizes conquistados. No estudo intitulado *Theodoro II e a Abyssinia*, publicado na *Revista dos dois mundos*, o mesmo escriptor diz ainda: «Os Portuguezes salvaram no seculo XVI a monarchia ethiopia».

[1] *Verdadeira informação das terras do Prestes João das Indias* (Lisboa 1540).

[2] Publicadas no *Tour du monde*, t. XII e t. XV, e na *Revista dos dois mundos* de 1864.

Os portos da Abyssinia, em que Diogo Lopes de Sequeira esteve na sua viagem ao Mar Rôxo, foram o de Massah e o d'Arkiko. No primeiro d'estes desembarcou em 1868 a expedição ingleza, commandada por sir Robert Napier, hoje lord Napier de Magdala em commemoração da victoria que destruiu o poder de Theodoro, o ultimo *Négus* da Abyssinia.

Para o lado oriental continuavam tambem os Portuguezes a travar amigaveis relações com os soberanos indigenas. Antonio Correia, enviado por Diogo Lopes, ia em embaixada a Pegú, e, voltando da capital d'este reino, salvava Malaca do cêrco apertado que o rei de Bintam lhe tinha posto. Foi um dos heroes da India este Antonio Correia[1]: acompanhando Diogo Lopes n'uma viagem ao Golfo Persico, tomou as ilhas de Bahrein, que não queriam reconhecer a suzerania do rei d'Ormuz e por conseguinte a suzerania indirecta de Portugal, e, succedendo na capitania do mar da India a Diogo Fernandes de Beja, o amigo de Affonso d'Albuquerque morto n'uma batalha naval contra Mohammed Aga, general do rei de Cambaya, derrotou completamente este Mouro, que ousára medir-se com os Portuguezes d'um modo vantajoso.

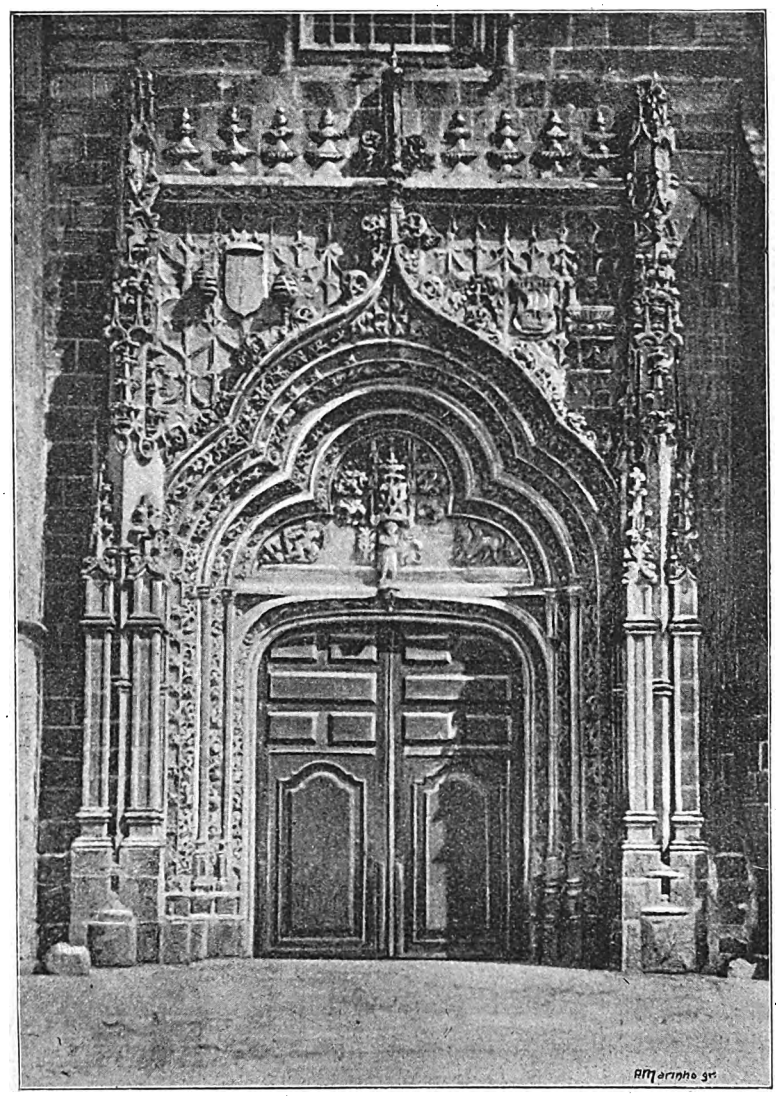
Com effeito uma das cousas que D. Manuel recommendava a todos os governadores que enviava para a India, era que lhe construissem uma fortaleza em Diu. Sequeira, voltando do mar da Arabia, tentára entrar em negociações com Melek-Iaz, mas não conseguira o que pretendia, e tivéra de retirar deante de

[1] Lembram-se os leitores do feitor Ayres Correia, que foi na expedição de Pedro Alvares Cabral, e morreu a golpes dos Indios, no traiçoeiro assalto que em Calicut foi dado á fronteira portugueza? Dissemos então que os marinheiros tinham salvo um filho do feitor, criança de dez annos que ainda viria a ser o flagello dos Arabes e dos Indios. Pois era este Antonio Correia que vêmos agora practicando façanhas miraculosas.

Digitized by Google

manifestações hostis, promettendo voltar, e deixando para continuar a guerra Diogo Fernandes de Beja. Entretanto fôra elle a Ormuz visitar o pobre rei tributario, e em Ormuz, como vimos, practicára Antonio a façanha de tomar as ilhas Bahrein. Quando voltou á India, achou que se Diogo Fernandes de Beja não conseguira fundar uma fortaleza em Diu, fundára em compensação outra em Chaul, cidade collocada entre Diu e Gôa, ao norte d'esta e ao sul d'aquella; não fôra feliz nos seus encontros com Mohammed-Aga e morrêra n'um dos combates. Deu o commando da esquadra a Antonio Correia, que desaffrontou as armas portuguezas, e contentou-se tambem com a fortaleza de Chaul, em vez da planeada fortaleza de Diu.

Não cessavam os Portuguezes d'alargar o ambito do seu dominio. Os inconvenientes d'essa dispersão de forças começavam a fazer-se sentir. Assim, quando Diogo Lopes estava no Mar Roxo, a fortaleza de Coulam ou Quilon foi cercada pelos indigenas sublevados. Heitor Rodrigues, commandante da fortaleza, apenas dispunha de trinta homens: pediu soccorro para Gôa, onde governava D. Aleixo de Menezes durante a ausencia de Diogo Lopes, e este só lhe pôde enviar vinte e cinco homens de reforço, commandados por D. Affonso de Menezes. Esta insignificante guarnição defendeu a fortaleza contra milhares de Indianos, e obrigou o rajah de Coulam a pedir que se renovasse a paz. Com prodigios de tão sobr'humano heroismo é que os nossos antepassados sustentavam em equilibrio o nosso desmesurado imperio. Mas essas temeridades felizes inspiravam-lhe um desprezo inaudito pelas mais simples regras da prudencia. Foi o que succedeu em Colombo, onde commandava Lopo de Brito. Ouçamos Damião de Goes, que sempre disfarça quanto póde as cousas que redundam em descredito dos nossos:



VILLA DO CONDE—PORTA DA EGREJA MATRIZ

Digitized by Google

«Feita a fortaleza, onde os da terra, anojados das sem razões que lhe os nossos faziam, e sobre tudo de lhe tolherem seus tractos com os mercadores mouros e gentios que soíam de vir áquelle porto, começaram de tractar mal alguns d'aquelles que iam a terra, nem traziam mantimentos á fortaleza como soíam fazer, o que Lopo de Brito dissimulou com elles, mandando recado aos governadores do logar, que pozessem n'isso cobro; mas os soldados, que pela maior parte têem mais por costume murmurar que bem dizer, lançavam isto a covardia, o que sabendo Lopo de Brito por cumprir com a furia d'esta gente, contra sua propria vontade, determinou de commetter cousa da qual, quer sahisse vencido quer vencedor, havia forçadamente de ficar de guerra com toda aquella ilha, do que não podia resultar bem nem proveito, assim que vencido da dôr da injuria, pospondo a honra a todo o mal e perigo que lhe podesse vir, deu um dia pela sésta com cento e cincoenta soldados portuguezes na povoação de Colombo, tempo em que todos repousavam bem descuidados de os sobresaltarem, pelo que cada um dos moradores, trabalhando por se salvar, desamparou a cidade, os quaes depois de serem no campo movidos do amor das mulheres e filhos que lá ficavam, voltaram com tanto impeto sobre Lopo de Brito que o fizeram recolher á fortaleza com mais de trinta feridos, e feririam muitos mais se os não embaraçasse o fogo que Lopo de Brito mandou pôr em uma das ruas principaes que ia direita para onde estava a fortaleza. Moveu tanto este insulto todos os d'aquella ilha que vieram logo cercar a fortaleza com mais de vinte mil homens e muita artilheria e munições de guerra, fazendo seus vallos e tranqueiras até armarem dois baluartes de madeira junto da fortaleza, de que lançavam dentro tiros d'artilheria e bombas de fogo de noite e de dia, continuando n'isto por espaço de cinco mezes, em que pozeram os nossos em tanto aperto que não havia nenhum que se não arrependesse e lhe pezasse d'esta guerra ser começada pelos meios que foi, sem os da terra terem commettido o castigo que lhes quizeram dar[1].»

Estas imprudencias ainda os Portuguezes as resgatavam com a sua habitual bravura. Da mesma fórma que no cêrco de Coulam, fez-se sentir no de Colombo a falta de tropas, que não podiam accudir a tantos pontos em que as reclamava a guerra. De Cochim não poderam enviar a Colombo mais do que um reforço de cincoenta soldados! E comtudo Lopo de Brito, depois de um longo cêrco, desanimou os assaltantes com uma sortida maravilhosa, em que os pôz em derrota, e dictou a paz ao inimigo.

Casos eguaes em toda a parte se repetiam; em Ormuz tambem a insolencia dos Portuguezes suscitou uma revolta: o capitão da fortaleza, D. Garcia Coutinho, estava tão desprevenido que não tinha agua para mais de quinze dias, e os baluartes achavam-se empachados de fórma que a muito custo se despejaram para se assestar a artilheria. Comtudo a revolta suffocou-se.

O mesmo no extremo Oriente. Jorge d'Albuquerque, provido na capitania de Malaca, dirigindo-se ao seu destino, interveiu de passagem nas questões internas de Pacem na ilha de Sumatra, depôz um sultão, arvorou outro, e levantou uma fortaleza, de que deu a capitania a D. Sancho Henrique, á testa d'uma guarnição de cem homens; Jorge de Brito, dirigindo-se ás Molucas, para onde se voltavam cada vez mais as attenções de Portugal, teve discordias com o sultão de Achem, foi

[1] Damião de Goes, *Chronica d'el-rei D. Manuel*, 4.ª parte, cap. 62, fol. 77.

Digitized by Google

morto em combate, e as reliquias da sua expedição a custo foram ter a Malaca.

Os Portuguezes tinham desenvolvido n'essa batalha uma bravura heroica e uma dedicação cavalheiresca pela pessoa do seu chefe, que, apezar de todos os seus esforços, não conseguiram salvar. Os sultões de Achem e o de Bintam eram os mais terriveis inimigos do nosso estabelecimento de Malaca. Ao ultimo porém infligiu em 1521 Jorge d'Albuquerque uma licção severa.

Como dissemos, as ilhas Molucas chamavam cada vez mais a attenção dos Portuguezes. «A noz muscada, o páu sandalo branco, que só n'essas regiões se colhia, e de que o Kanará, Narsinga e Tambaya faziam tão particular estima, o ouro que alli se colhia com certa abundancia, o aljofar ou a semente de perolas, que se utilizava com tanto gosto nos ornatos da Renascença, tudo devia contribuir para fazer cessar para elles o descanço em que os deixavam os soberanos orientaes de Java e de Malaca.» São palavras de Ferdinand Denis.

Em breve a deserção de Fernão de Magalhães e a sua audaciosa empreza, deviam attrahir para as Molucas a attenção dos dois governos da Peninsula Iberica: então nos occuparemos d'ellas mais desenvolvidamente.

Chegára Portugal ao mais alto grau de esplendor, a que jámais attingiu, e n'elle se poderia sustentar por muito tempo, se o espirito do proselytismo religioso, e o modo fanatico e sanguinario por que elle se exerceu durante o reinado de D. João III não tivessem feito dos Portuguezes e dos seus subditos do Oriente irreconciliaveis inimigos. Voltaremos a occupar-nos do estado da metropole; mas ao fecharmos este periodo brilhante, relanceêmos os olhos para o complexo de trabalhos herculeos, executados pelos Portuguezes no Oriente, durante essa maravilhosa epocha do reinado d'el-rei D. Manuel.

Foi em 1498 que pela primeira vez Vasco da Gama aportou a Calicut, e foi tractado pelo Samori e pelos Arabes com soberano desprezo. Logo em 1500 apparece Pedro Alvares Cabral á testa de uma poderosa esquadra, e annuncia, por um terrivel bombardeamento, que formidaveis inimigos são esses homens do extremo Occidente: dois rajahs, o de Cochim e o de Cananor, procuram a sua protecção e alliança.

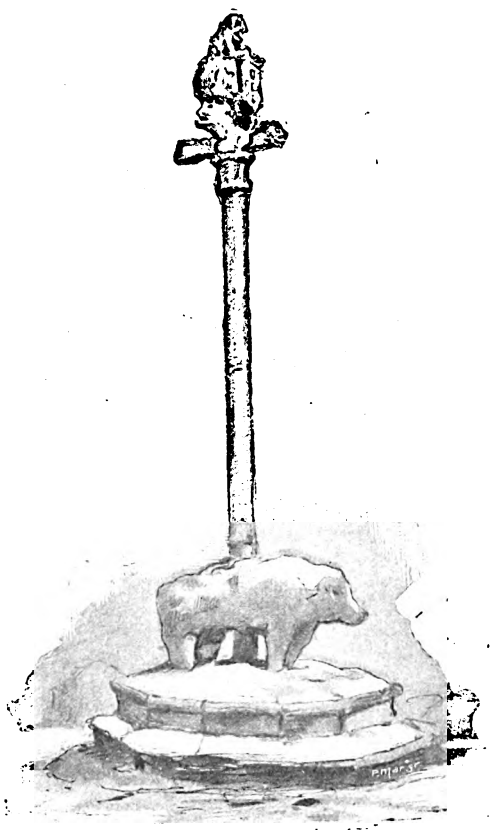
Meia barbuda, de D. Fernando

Em 1501 João da Nova, com uma pequena esquadra, derrota forças immensamente superiores, e começa a estabelecer para os Portuguezes o renome de invenciveis. Em 1502 D. Vasco da Gama de novo surge deante dos olhos de Samori, e fal-o amaldiçoar o dia em que tractou com tanto desprezo os foragidos navegantes que lhe demandavam o porto. Em 1503 Affonso e Francisco d'Albuquerque mostram ao rajah de Cochim que a amizade dos Portuguezes é tão invejavel quanto é terrivel a sua inimizade.

Em 1504 Duarte Pacheco enche de espanto a India e o mundo com as suas façanhas sobre humanas. N'esse mesmo anno Lopo Soares d'Albergaria aporta pela primeira vez á India, e os navios da sua esquadra, já mais conhecedores dos mares que sulcam, voltam sem naufragio á patria. Em 1505 chega D. Francisco d'Almeida á India, com o titulo de seu primeiro vice-rei: a sua administração benefica, a sua diplomacia prudente, o seu valor incontestavel, e os seus raros talentos de estrategico lançam para Portugal as bases d'uma prosperidade perduravel; as fortalezas de Cochim e Cananor são fundadas. Nos fins de 1509 succede-lhe Affonso d'Albuquerque, e este, desenvolvendo os seus vastos pla-

Digitized by Google

nos, não funda já fortalezas, conquista cidades. A India Portugueza tem uma capital, é Gôa; Malaca e Ormuz são tambem cidades portuguezas; Calicut, subjugado, vê uma fortaleza nossa levantar-se tambem na sua decahida capital. Em 1515 succede no governo Lopo Soares d'Albergaria, que levanta as for-



PELOURINHO DE BRAGANÇA

talezas de Colombo e Coulam. Em 1518 segue-se Diogo Lopes de Sequeira, e construem-se as fortalezas de Chaul e Pacem.

Desde as portas do Golfo Persico até ás portas do mar da China em dez cidades tremúla já a bandeira portugueza; o Malabar subjugado reconhece a nossa preponderancia; o Grão-Mogol vê os audaciosos navios portuguezes irem provocal-o na foz dos seus rios; os Arabes estão desapossados do commercio indiano, e tremem pela segurança da sua casa santa de Meca; os Malaios, só á força de perfidias e traições conseguem uma ou outra vez vantagens parciaes sobre esses estrangeiros, que lhes impõem um jugo odiado; os reis de Sião e de Pegu procuram a nossa protecção; o imperador da China entreabre, em nossa honra, as portas, implacavelmente cerradas, do seu vasto e original imperio; a Persia deseja a nossa alliança; a Turquia, omnipotente na Europa, vencida por nós na Asia, recorre até ao Papa, o sentimento christão da Europa, pondo a suspensão dos nossos progressos como preço da salvação do Santo Sepulchro: por toda a parte circulam os Portuguezes, abrindo novos mundos á sciencia, novos caminhos ao espirito humano, á civilização um horizonte desconhecido, e juntando á corôa do seu rei novos e esplendidos florões. — As façanhas dos Portuguezes são o espanto do mundo e a constante conversação da Europa.

Durante o periodo que se vae seguir, as conquistas, as descobertas continuarão ininterruptamente; a bravura nos Portuguezes continuará a ser o terror da Asia; vultos notaveis pelo valor, pelos talentos, pelo caracter resplandecerão ainda na historia das nossas possessões orientaes; mas, apezar d'isso, podemos dizer que a decadencia começa inevitavel e fatal, assim que morre Affonso d'Albuquerque. Logo que o seu grandioso plano não encontra quem o comprehenda, logo que as pedras das fortalezas levantadas na India teem de ser a cada momento cimentadas pelo sangue dos defensores, e pelo sangue dos inimigos, logo que a conquista se não assenta em bases solidas e que se torna a guerra permanente, é facil de prevêr que um pequeno reino como Portugal não póde sustentar dominios em que tantas vidas se dispendem. Imagine-se n'um paiz em que são tão arreigadas as suas crenças religosas, o fanatico proselytismo dos logares-tenentes de D. João III

Digitized by Google

O REI DE MELINDE VISITA A ESQUADRA DE VASCO DA GAMA

Digitized by Google

offendendo a cada instante os mais caros sentimentos das populações indigenas, e tornando d'esta fórma a sublevação permanente. Affonso d'Albuquerque, aliás homem religioso e fervente catholico, soube comtudo, com o seu genio, comprehender os sentimentos da raça que combatera, e nunca deixou que os ferissem, não só com violencias, mas até mesmo com importunas prédicas.

Vem os successores de Albuquerque, vem os frades, os jesuitas, que se umas vezes se restringem ao seu dever de missionarios, frequentemente ultrapassam os justos limites; vem sobretudo a inquisição. D'este modo, como se podia fundar o imperio luso-indiano que Affonso d'Albuquerque devaneiára? e, não se fundando esse imperio, não se estabelecendo entre a raça conquistadora e a raça conquistada uma fusão que nos permittisse dominar o Oriente com auxilio dos seus proprios habitantes, como era possivel que Portugal sustentasse, com as pequenas forças de que dispunha, tão longinqua e tão vasta possessão? A Inglaterra mesma não succumbiria na tarefa, se aos cincoenta mil homens de tropas européas que tem habitualmente n'essa peninsula asiatica não juntasse um formidavel exercito de mais de cento e vinte mil Cipayos fieis e disciplinados? A prova d'esta verdade é que em 1857, quando os Cipayos se revoltaram, a Inglaterra teve de desenvolver immensos esforços, e esteve quasi perdendo a India.

Ora, o que a Inglaterra, com todos os recursos de que dispõe, não póde fazer, podiamos fazel-o nós, que muito sobre posse mantinhamos na India, quando muito, em tropas européas, a decima parte das que lá tem o governo britannico? É já um milagre estupendo que tantos annos alli nos sustentassemos, á força de victorias incrediveis e de sobre humanas façanhas.

E como se conserva submisso o exercito indigena? Como se conserva tranquilla, debaixo do dominio inglez, a população indostanica? Só porque os Inglezes, apezar do seu orgulho intoleravel, e da sua rudeza natural, respeitam escrupulosamente os preconceitos religiosos dos seus subditos. A leve suspeita de que subrepticiamente procuravam os Inglezes offender as suas crenças religiosas, bastou para provocar a explosão de 1857[1].

Se tão frivolos e insignificantes escrupulos, involuntariamente menospresados, produziram uma explosão por tal fórma terrivel, imagine-se a que formidaveis insurreições, a que permanente guerra não dariam logar as offensas con-

---

[1] «Todos os jornaes contaram, escreve um historiador d'esta revolta, como em 1856 se quizera introduzir no exercito dos Cipayos o uso das carabinas, com que os Inglezes se tinham dado tão bem na Criméa. Mas havia uma pequena difficuldade a que se não attendeu bastante: os cartuchos de que as armas d'esta especie necessitam são preparados com banha de porco ou gordura de boi. Ora, é de saber que os Musulmanos, e os Indios, gente muito escrupulosa em cousas de religião, consideram como impuro, os primeiros o porco, os segundos o boi. Emquanto esta particularidade do fabrico lhes foi desconhecida, serviram-se os Cipayos sem repugnancia das novas carabinas. Infelizmente, em consequencia de uma circumstancia quasi insignificante, esse facto lhes foi em breve revelado. Um lascar, empregado no arsenal, atreveu-se um dia a pedir de beber na jarra de um brahmane. Um tal pedido revoltou o brahmane. Para os homens da sua casta um lascar é menos do que um cão, é o Judeu da edade média, cujo assassinio era punido apenas com quatro soldos de multa.

«O nobre guerreiro recusou por conseguinte, com supremo desdem, fazer ao lascar o serviço que este d'elle reclamava. D'ahi nasceu uma rixa. O lascar chegou a dizer ao brahmane que havia muito tempo que elle perdera a casta, da mesma fórma que todos os seus companheiros, pois que se serviam de cartuchos preparados com a banha de um animal prohibido. A esta revelação inesperada, o brahmane deu um pulo, como homem que vê em muito sério risco a sua salvação eterna, e pediu provas. O lascar deu-lh'as immediatamente, levando-o ao arsenal e explicando-lhe todos os mysterios da fabricação. Convencido pelo que vira com os seus proprios olhos, o brahmane divulgou tudo aos seus camaradas, e communicando-se contagiosamente a sua indignação, em breve estava em revolta aberta o regimento a que o Cipayo pertencia.» Robert Hyenne. *L'insurrection de 1857, précis historique*, pag. 16 (Paris, 1857)

Digitized by Google

tinuadas feitas pelos governadores portuguezes aos sentimentos mais caros, ás mais respeitaveis tradições do povo brahmanico?

Junte-se a esta causa permanente de guerra outras accidentaes, provenientes das perfidias, dos roubos, das violencias pelos nossos practicadas, accrescentem-se as rivalidades internas que devoravam os conquistadores, a raridade cada vez maior de vultos notaveis, juntem-se emfim os desastres do reino, e, logo depois, a apparição dos Inglezes e dos Hollandezes nos mares do Oriente, e facilmente se terá comprehendido qual o motivo por que foi tão ephemero o portentoso imperio d'Albuquerque.

O dominio passou; mas a gloria é immortal. Hoje, decahidos e pobres, ameaçados a cada instante de nos vêrmos submettidos ao odiado jugo de uma nação mais rival do que irmã, podêmos sentir comtudo um nobre orgulho ao lembrarmo-nos do que fomos e do que fizemos.

O passado não volta, diz-se, essas lamentações são estereis, fanfarrão esse appellar constante para a historia. Oh! não o negamos: se se imagina que somos dispensados de trabalhar e de luctar, porque outr'ora luctámos e outr'ora trabalhámos, não ha decerto engano mais fatal. Não queremos que a Europa, attendendo ao nosso glorioso passado, nos dê a importancia politica que não temos, e que nada justificaria na actualidade; mas o que desejamos é que os homens estudiosos nos dêem a importancia historica que nos pertence mais do que a nenhuma outra nação. O que! Anda na bocca de todos, historiadores, poetas, romancistas, o nome de Veneza, e o nome da Hollanda; estudam-lhes a historia, exaltam-lhes os feitos, lamentam em sentidas estrophes a sua decadencia, chamam á tella do romance os grandes periodos da sua historia, e nós que tanto excedemos nas armas, na sciencia, na audacia, e na desgraça tambem, uma e outra nação, veremos a nossa historia desconhecida, os nossos fastos menosprezados, o nosso nome lançado no mais aviltante olvido! Só por esmola é que se pronuncia esse glorioso nome, e não houve ainda um d'esses historiadores, que possuem a grande faculdade generalizadora, que, ao traçar o quadro da civilização européa, nos désse n'elle o grande e luminoso logar que incontestavelmente nos compete. Ah! protestêmos, ainda que seja aqui entre nós e n'esta lingua hoje ignorada, contra esquecimento por tal fórma injusto. Digâmos bem alto que no seculo XVI o grande papel da civilização européa cabe a Portugal e a Italia; esta reaccende o fogo quasi apagado da erudição antiga, aquelle junta a essa luz ardente um novo e radiante facho; desenterra a Italia do seio do passado os thesouros de uma civilização escondida, como Pompeia debaixo das lavas do Vesuvio, por uma triplice camada de barbaria; Portugal junta a esse riquissimo peculio outro ainda mais rico, de novos conhecimentos e de novas idéas; á Italia deve o mundo o renascimento da civilização antiga; mas a Portugal tudo o que constitue a seiva, a audacia, a originalidade da civilização moderna.

Meia barbuda de D. Fernando

Digitized by Google

CAPITULO XLVII

Embaixada de D. Manuel ao Papa

issémos no fim do capitulo antecedente que foram no seculo XVI Portugal e a Italia os dois povos corypheus da Renascença, e que, se na Italia se franqueavam ao espirito humano os riquissimos thesouros da civilização antiga, abria-lhe Portugal novos e resplandecentes horizontes. Vamos agora vêr um espectaculo maravilhoso: é o de uma ceremonia solemne em que Portugal, chegado ao auge da sua prosperidade, vae apresentar á Italia, tambem no auge do seu esplendor, o resultado dos seus perseverantes esforços; em que, finalmente, o Portugal de D. Manuel e a Italia de Leão X se encontram n'uma ceremonia pomposa aos olhos do mundo estupefacto: em que o magnifico pontifice, rodeado da sua côrte deslumbrante de grandes artistas, de poetas notaveis, de sabios illustres, recebe a homenagem das nossas conquistas orientaes, em presença dos embaixadores de toda a Europa; em que, n'essa Roma, duas vezes veneravel, pelas suas recordações gloriosas e pelo seu caracter sagrado, pelas suas ruinas e pelos seus altares, passam, entre as reliquias sublimes do mundo antigo como que resuscitado, as riquezas não menos admiraveis de um mundo quasi desconhecido, lançadas pelos Portuguezes no gremio da civilização occidental.

Nos fins de 1513, quando chegára já a Portugal a noticia de que Malaca, tomada por Affonso d'Albuquerque, se defendera victoriosamente dos ataques dirigidos contra ella pelos sultões dos differentes reinos de Java, quando já pareas opulentas, vindas de todos os pontos do Oriente, enchiam o thesouro d'el-rei D. Manuel, quiz elle, n'uma embaixada solemne, apresentar, como bom catholico, a homenagem de todas essas conquistas ao chefe da Christandade, ao mesmo tempo que aproveitava o ensejo para fazer em Roma algumas reclamações que julgava opportunas, reclamações que versavam umas sobre os interesses da Egreja portugueza, outras sobre os interesses communs da Egreja catholica.

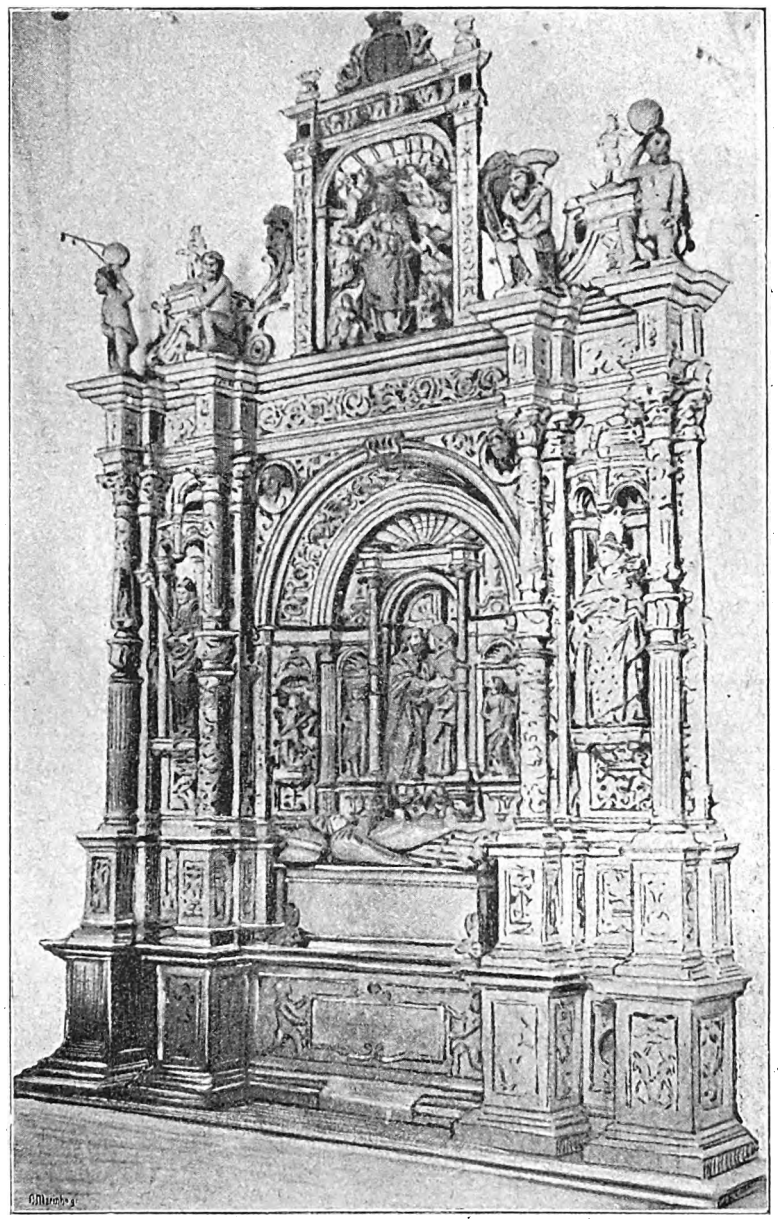
Não lhe era difficil, entre os homens eminentes em lettras e armas que rodeiavam o seu throno, escolher um que fosse adequado para a alta missão que devia desempenhar. O escolhido foi Tristão da Cunha, fidalgo, como vimos, muito e muito justamente respeitado e considerado. Juntava elle comtudo aos seus incontestaveis merecimentos politicos e militares um grande tacto de cortezão, porque n'um reinado em que era difficil a um homem de merito conservar o valimento régio, pôde Tristão da Cunha, n'um periodo de nove annos, ser escolhido para primeiro vice-rei da India, receber o commando de uma das esquadras annuaes que partiam para o Oriente, e ser finalmente eleito para chefe da embaixada de Roma. Para perseverar assim no valimento, não lhe bastava decerto o merito, que não era menor o de Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral, Duarte Pacheco, D. Francisco d'Almeida, Affonso d'Albuquerque, todos desgraciados segundo os caprichos do monarcha venturoso.

Eram tres negocios principaes os que esta embaixada havia de tractar: «a saber: a prosecução das sessões, desde

Digitized by Google

certo tempo suspensas do concilio de Latrão, onde se devia tractar da tão anciosa e longamente desejada reforma, não, já se vê, no dogma invariavel como d'alli a quatro annos imaginou Luthero, mas em varios pontos disciplinares, como pensava, entre outros doutores orthodoxos, Erasmo, aquelle forte e zeloso espirito, tão grande defensor da Christandade, como perseguidor dos abusos introduzidos n'ella; a liga offensiva e defensiva de todos os principes christãos contra os Turcos, que, ensoberbecidos com as victorias de Solimão na Palestina, ameaçavam invadir os estados meridionaes da Europa, e, finalmente, a impetração de uma collecta temporaria em diversas rendas do clero regular e secular, para augmento das recompensas que se davam aos que iam servir na Asia e em Africa, e a concessão que el-rei D. Manuel tinha ainda mais a peito obter, e ácerca da qual escreveu mui empenhadamente ao pontifice, das muitas e mui importantes graças especiaes em cujo complexo está envolvido e amplificado o padroado das egrejas do Ultramar, que elle então pediu que fosse incorporado á ordem de Christo, da qual, antes de subir ao throno, e depois, continuára a ser grão-mestre, dignidade que só no seguinte reinado fôra unida á corôa[1].»

Era, por conseguinte, necessario que n'essa embaixada fosse Portugal representado não só por homens que dessem uma alta idéa da dignidade do paiz, mas



TUMULO DE D. JORGE DE MELLO, BISPO DA GUARDA
(No Convento de S. Bernardo — Portalegre)

[1] Marquez de Rezende, *Embaixada d'el-rei D. Manoel ao papa Leão* X, artigo publicado no *Panorama*, vol. XI (3.º da 3.ª série), pag. 219. Este artigo, abundantissimo de noticias compendiadas com o luxo d'erudição que caracteriza o nosso distincto compatriota, e os capitulos 55, 56, e 57 da 3.ª parte da

Digitized by Google

tambem por diplomatas que podessem tractar bem os negocios que lhes eram confiados. A escolha foi optima: em Portugal, n'essa época, abundavam os eruditos, nas universidades estrangeiras iam os nossos compatriotas derramar a luz do saber, e um, entre outros, Ayres Barbosa, leccionando em Salamanca, mereceu, de sabios estrangeiros, uma commemoração elogiosa em quadros, aliás resumidos, da litteratura hespanhola, n'esse periodo[1].

Juntou, pois, D. Manuel a Tristão da Cunha tres homens que podiam figurar sem vergonha ao lado dos mais sabios litteratos e dos mais finos diplomatas da illustradissima Roma d'essa época. Foram elles: Diogo Pacheco, jurisconsulto de primeira ordem e latinista que pôde, sem desdouro, falar na lingua de Cicero em presença da famosa cohorte de Ciceronianos, que então brilhava em Roma[2]; João de Faria, «magistrado d'alto conselho, diz o marquez de Rezende, versadissimo na jurisprudencia civil e canonica, e que, não crendo em utopias, que só se acham nos livros, e que é o vicio em que costumam fraquear os doutos, passava por uma das melhores cabeças de Portugal[1]»; e, emfim, Garcia de Rezende, o antigo moço de escrivaninha d'el-rei D. João II, pessoa, como os leitores sabem, muito recommendavel pelos seus variados talentos e a sua vasta erudição.

Acompanhavam a embaixada os tres filhos de Tristão da Cunha, Nuno, Simão e Pedro, e um grande numero de parentes seus. Deviam apresentar ao papa Leão X um riquissimo presente, constando d'um pontifical d'alto valor, como opulencia de materia prima, e de preço inestimavel pela mão d'obra, de um elephante de Ceylão, d'um cavallo da Persia, d'uma onça domesticada que o rei d'Ormuz enviára a el-rei D. Manuel, de dois leopardos, e d'um rhinoceronte, que morreu quando estava para embarcar.

Partiu a esquadra portugueza de Lisboa nos primeiros dias de janeiro de 1514. Salteou a tempestade as nossas galés assim que entraram no Mediterraneo, e obrigou-as a procurarem abrigo no porto d'Alicante. Foram ainda forçados a arribar ás Baleares, primeiro a Iviça e depois a Maiorca, e chegaram, emfim, depois d'um mez de viagem, ao porto d'Ercole na Toscana, onde a embaixada desembarcou.

«Saltando alli em terra Tristão da Cunha, diz ainda o marquez de Rezende, com os seus collegas e a comi-

---

Chronica de Damião de Goes, foram que nos serviram principalmente para base do nosso estudo n'este facto brilhante do reinado de D. Manuel.

[1] Outro nome digno de commemoração, diz Prescott, depois de ter falado de Antonio de Lebrija, é o d'Arias *(Ayres)* Barbosa, sabio Portuguez, que, depois de passar alguns annos, como Lebrija, nas escholas da Italia, onde estudou as linguas antigas, debaixo da direcção de Policiano, foi induzido a estabelecer a sua residencia em Hespanha. Em 1480, achamol-o em Salamanca, onde residiu vinte, ou, segundo outros dizem, quarenta annos, ensinando grego e rhetorica. No fim d'esse periodo voltou a Portugal, onde superintendeu a educação d'alguns membros da familia real, e viveu até annos muito adeantados. Barbosa era considerado como inferior a Lebrija em extensão de erudição varia, mas como superior a elle no conhecimento do grego, e em critica poetica. No conhecimento do grego, parece que obteve effectivamente maior fama do que outro qualquer erudito hespanhol do seu tempo. Compôz algumas obras, especialmente sobre antiga prosodia. A incansavel assiduidade e o exito completo dos seus lavores academicos, asseguraram-lhe uma alta reputação entre os restauradores da antiga erudição, e especialmente a de contribuir para que revivesse o gosto pelo estudo do grego, conduzindo-o pelos principios de critica pura, do mesmo modo que Lebrija fez com o latim. Prescott, *History of the reign of Ferdinand and Isabella*, cap. XIV pag. 402.

[2] A'cerca d'esta seita dos Ciceronianos, que levavam a extremos de ridiculo a sua adoração pelo grande orador, a ponto de não empregarem nas suas obras latinas palavras que não viessem nos escriptos de Cicero, é digno de se lêr o magnifico livro de D. Nisard, intitulado *Etudes sur la renaissance*. Encerra tres estudos ácerca de Erasmo, de Melanchton, e de Thomaz Morus. No estudo ácerca de Erasmo é que se tracta dos Ciceronianos.

[1] Marquez de Rezende, *Embaixada*, etc., pag. 255, do vol. XI do *Panorama*.

Digitized by Google

tiva, deixando n'aquelle porto Nicoláu de Faria, estribeiro-menor d'el-rei, encarregado de dirigir o desembarque e conducção dos presentes, commissão difficil por causa da multidão de gente curiosa, que obstruia a estrada para vêr passar os animaes vindos da India, tomaram os ministros e o sequito o caminho que, d'aquelle littoral da antiga Etruria, se vae metter na estrada real que corre de Florença para Roma. Sahindo d'um valle, e transposto o monte, além do qual, como ainda hoje a gente do campo circumvisinho em dois versos costuma indicar aos viandantes[1], se avista a cidade de Sena, patria de Piccolomini, de Ptolomei, de Colombini, de Cerretani, a qual, debaixo da protecção tutellar da famosa Loba, que a fabula deu por ama aos fundadores de Roma, e que aquelle municipio tambem tomou por armas, ainda então gosava da liberdade e importancia que lhe grangeou o sobrenome *del bel potere*[2]. Chegando aqui os nossos patricios, depois de subirem o monte de onde elle parece vir descendo por duas largas e bem traçadas rampas, deram de rosto, ao passarem do ante-mural pela barreira, com um monumento recordador d'uma malfadada alliança da corôa portugueza em um não longinquo reinado. Uma pyramide de marmore, que ainda não ha muitos annos existia, marca alli, como se lia n'uma elegante inscripção latina, coroada das quinas portuguezas, o logar da primeira entrevista da nossa formosa, amavel e discreta infanta D. Leonor, filha do *eloquente* rei D. Duarte, com seu desditoso esposo Frederico IV, principe não estulto, mas indolente, cujo longo reinado só teve de celebre a invenção da imprensa.

[1] «Trascorso il valle, ed passato il monte
Mira, e vedrai Sienna in fronte.»

[2] Citamos textualmente, mas, decerto, por erro typographico, devemos confessar que não está n'este periodo respeitada a grammatica.

«Caminhando depois trinta e seis milhas (como se infere do antigo *Itinerarium Italiæ*, e da viagem que Montaigne fez n'aquelle paiz, e escreveu cincoenta annos mais tarde) os diplomatas portuguezes, ora pela estrada aspera e fragosa que segue ao lado do monte Alcino, onde os Francezes d'alli a vinte annos foram vencidos pelos imperiaes, ora por uma erma e arida charneca, onde a espaços se encontram, como plantas isoladas, as ainda pequenas povoações de Lusignano, Buonconvento, Paglia e San-Quiricio, e, atravessando o pequeno rio Sentino, que d'este ultimo logar volteia a sua corrente até ao sitio onde Gregorio X mandou construir uma ponte nos antigos confins dos Estados Pontificios, proseguindo d'alli a *Acqua Pendente*, antiga *Aquala*, assim chamada pelo salto d'agua com que a natureza a embellezou, e indo pelas aldeias de S. Lourenço das Grotas e Bolseno ao extenso lago d'este nome, antigamente chamado *Vulsinium*, tomando depois por Monte Fiascone, d'antes denominado *Mons Faliscorum*, e pela deliciosa veiga da qual sahe recostada sobre uma engraçada collina a cidade de Viterbo, nomeada pelas suas fontes e pela industria dos seus habitantes, dirigiram-se d'aquelle ponto ao termo, distante apenas quinze leguas, da sua viagem, pelo mesmo caminho por onde outr'ora, e em differente fortuna, transitaram os legados dos Allobrogos, implicados na conjuração de Catilina[1].»

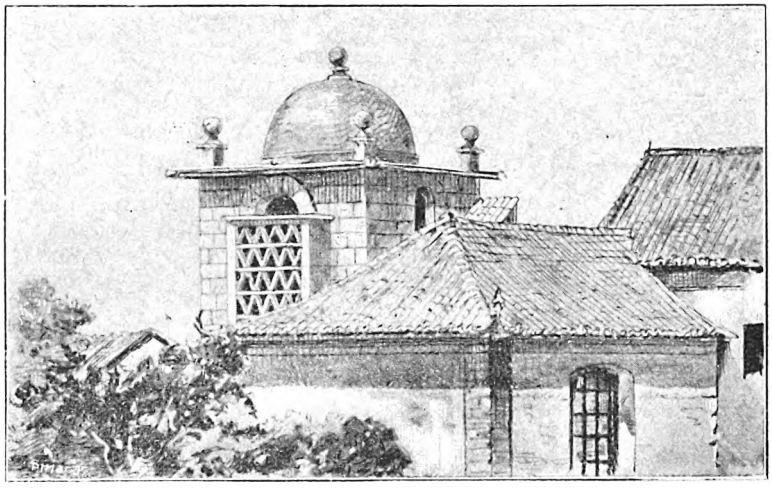
A 14 de fevereiro de 1514 chegou finalmente Tristão da Cunha á vista da esplendida Roma; entrou por uma das suas doze portas, e foi levado, pela rua *dei Banquieri*, a uma casa magnificamente adornada, que o esperava no Campo da Flora.

Leão X reinava então, e o homem que, da mesma fórma que Pericles, Augusto

[1] Marquez de Rezende, *Embaixada*, etc., pag. 261.

Digitized by Google

e Luiz XIV, deu o nome ao seu seculo! Era digno d'essa honra, porque foi elle a synthese mais esplendida das qualidades e dos defeitos do seu tempo, e tambem porque foi n'elle que se consubstanciou, para assim dizermos, o espirito immortal da Italia, sempre calcada aos pés, e sempre vencedora de seus proprios escravizadores pela fascinação quasi incomprehensivel de uma serena e radiosa magestade, que a adorna, e que a predestinou outr'ora para rainha das nações.



TORRE DO CONVENTO DA ESPERANÇA, EM LISBOA
(Hoje demolida)

«A Italia está decahida, diz um escriptor muito pouco favoravel aos pontifices, J. Ferrari; os Allemães accusam-n'a de alimentar o Anti-Christo; os Francezes compadecem-se da sua anarchia; os Hespanhoes acham-n'a indocil, dir-se-hia que está quasi a soltar o ultimo suspiro como Faenza e Forli, ou como Lodi e Pavia. Mas não: habituada a retomar incessantemente o sceptro dos Romanos, no meio das mais completas derrotas, confunde ainda uma vez a falsa sabedoria dos politicos pelas maravilhas religiosas e sociaes do seculo de Leão X[1].»

Filho de Lourenço de Medicis, o magnifico, João de Medicis, revestido, ainda em creança, da purpura cardinalicia pelo papa Innocencio VIII, justificou depressa a escolha, que era aliás escandalosa. Apenas appareceu em Roma, elle, o mais novo dos membros do sacro collegio, seduziu todos os seus collegas pela affabilidade das suas maneiras, pela sua modestia verdadeira ou affectada, porque seguia escrupulosamente no seu procedimento as lições de seu pae, o eminente politico florentino[1]. Julio II teve-lhe grande affecto, e emfim João de Medicis foi eleito papa, ainda muito novo, n'uma edade em que raros (ou talvez nenhum) dos seus predecessores ou successores conseguiram cingir a thiara pontifical.

Apenas subiu ao solio, parece que só o influxo do seu nome bastou para que emtorno d'elle se reunissem os artistas mais eminentes de que a Italia se póde glorificar, diremos até os mais eminentes do mundo inteiro; os sabios, os poetas correram a abrigar-se á sombra protectora do novo Augusto. É certo que o pontificado não teve então o caracter austero e sacerdotal que verdadeiramente lhe compete: o solio dos papas não foi a humilde cadeira do vigario de Jesus Christo, foi o mais esplendido, o mais altivo de todos os thronos, mas foi tambem, e em todos os sentidos o mais illustrado.

---

1 *Histoire des Révolutions d'Italie ou Guelfes et Gibelins*, t. 4.º, cap. 5.º, pag. 235 (4.ª edição, Paris, 1858).

No summario d'este capitulo, que se intitula *Le siécle de Léon X*, escreve o auctor: «*Léon X résume et developpe la grandeur de ses devanciers*. Quem quizer formar uma idéa imparcial do caracter d'este pontificado, deve lêr e cotejar a *Vida de Leão X* escripta por Leão Audin debaixo de um ponto de vista ultra-catholico, e a *Vida de Leão X* do protestante Roscoe.

1 Veja-se na *Vida de Lourenço de Medicis* que sabios conselhos este homem eminente deu a seu filho cardeal.

Digitized by Google

A Roma de Leão X não é a sagrada successora da Roma das catacumbas, é, pelo contrario, a successora da Roma dos Cesares, mas dos Cesares Augusto e Trajano. A reforma veiu lembrar á Egreja que se esquecera demasiadamente da sua celeste origem, e a voz rude e insolente de Luthero, falando em nome das tradições evangelicas menosprezadas, obrigou Roma triumphante a suspender-se no caminho que a conduzia ao Capitolio radioso do paganismo; porém a reacção, que então se operou no seio da Egreja catholica, transpondo tambem os justos limites, foi parar ao Santo Officio.

Era pois no meio d'essa côrte esplendida, bastante profana sim, mas que por isso mesmo representava melhor as grandezas da Italia do seu tempo, que ia apparecer com toda a solemnidade a embaixada portugueza, que egualmente representava todos os esplendores do Portugal victorioso d'essas éras. Devia de ser forçosamente um espectaculo deslumbrante.

Como sabemos, os presentes vinham mais vagarosamente do que o resto da embaixada, e Tristão da Cunha teve por conseguinte de esperar que elles chegassem para fazer a sua entrada solemne. Todos em Roma esperavam com anciedade esse momento, e Leão X déra ordem para que se fizessem as maximas honras aos nossos embaixadores, e para que o prestito fosse verdadeiramente magnifico.

Finalmente, chegaram as dadivas, e a entrada solemne fixou-se para o dia 12 de março, primeiro domingo de quaresma. Na madrugada d'esse dia sahiram os embaixadores da cidade e foram-se postar na villa Adriani, nos suburbios de Roma, d'onde a embaixada devia partir.

Ás duas horas da tarde pôz-se o prestito em marcha caminhando pela via Flaminia; a pouca distancia da villa Adriani vieram juntar-se á embaixada Francisco Sforza, duque de Bari, irmão do duque de Milão, e muitos outros membros do corpo diplomatico.

FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA

Assim chegaram á porta do Populo, onde o governador de Roma os veiu receber, acompanhado tambem por muitos outros membros da prelatura.

Chegando alli, a embaixada suspendeu-se um momento: deante dos seus olhos deslumbrados desenrolava-se Roma!

«Todas as cabeças se inclinam, diz um grande escriptor francez, qnando se

Digitized by Google

profere o nome d'esta cidade que não precisa de ser nomeada, porque ha dezoito seculos que o poeta a designou como a cidade por excellencia, *Urbs*. Similhante ao primeiro rei do Lacio que deu hospitalidade a Saturno, Roma tem dois semblantes, duas almas, dois pensamentos: canta hymnos para os seus triumphos e lamentações para as suas ruinas; reinou pela loba e pela cruz; inclinou-se deante dos seus imperadores e dos seus papas; domou o mundo e o mundo domou-a. Se dormiu durante muitos seculos, á borda do seu rio e á sombra das suas collinas, merecera o seu descanso: nenhuma cidade laboriosa trabalhára mais do que Roma para destruir ou para fundar; as suas mãos poderosas abalaram o mundo, calçaram com montanhas as estradas, acorrentaram as margens de todos os rios, regaram de sangue todas as planicies, e levantaram em todos os caminhos o marco miliario de um arco de triumpho. Escavae as solidões, os bosques, as praias, os archipelagos, as entranhas da terra: por toda a parte encontrareis a loba amamentando os gemeos, essa immortal assignatura do povo-rei. Hoje os principes do exilio, os homens que padecem, ruinas vivas e descoroadas, vêm a esta grande enfermaria, a esta Roma que de tudo consola porque de tudo soffreu, e nenhum d'esses augustos afflictos ousa proferir uma queixa deante d'esse relicario immenso, onde cada grão de areia é uma lagrima ou uma gota de sangue humano.

«Quem sobe ao Janiculo, e se colloca deante da fonte Paulina ou no cimo de San Pietro in Montorio, e traz comsigo para as suas meditações um thesouro de sciencia, de idéas de philosophia, desce d'essa região aerea com mais juizo e experiencia do que dá uma vida toda passada no tumulo das escholas, no pó das arenas politicas, e nas discussões ociosas das nossas cidades. Do alto d'esse ponto culminante parece que se assiste á resurreição do mundo, porque tudo o que foi grande passou por este caminho, deixou alguma cousa do seu corpo e da sua alma n'esta necropolis das nações, esta Josaphat romana onde os mortos aprazam aos vivos uma perpetua entrevista[1]».

O espectaculo d'esta soberba Roma devia impressionar muito, pela grandeza das duplas tradições politicas e religiosas, as imaginações d'esses guerreiros christãos e eruditos que compunham a embaixada.

Na porta del Populo formou-se o prestito na ordem que devia seguir, e os Romanos, maravilhados, poderam vêr passar pelas suas ruas inundadas do sol da primavera o sumptuoso sequito que vamos descrever.

Abriam a marcha trezentas azemolas cobertas de ricos reposteiros de seda lavrada e matizada, guiadas por trezentos azemeis que vestiam as mais soberbas galas; em seguida iam os criados dos cardeaes romanos e dos nossos embaixadores; logo immediatamente os muitos Portuguezes, tanto ecclesiasticos como seculares, que então residiam em Roma, e entre os quaes se contavam alguns pintores que D. Manuel mandára estudar á Italia, Fernão Gomes, Gaspar Dias e Anselmo Manuel Campello[2]. Seguiam-se os parentes dos embaixadores, que não faziam parte da embaixada officialmente, e que eram mais de cincoenta, vestindo todos com a maior riqueza, ostentando tellas e brocados, os chapeus bordados, ou antes inundados de perolas e aljofar, e a tiracollo cadeias de pedras preciosas engastadas em ouro, e os

[1] Mery, *La Juive au Vatican*, t. I, cap. XVII. *Les deux Romes*, p. 107 (Paris, 1859).

[2] Veja-se ácerca d'estes tres pintores, todos tres discipulos de Miguel Angelo, a *Lista d'alguns artistas portuguezes*, do cardeal D. Francisco de S. Luiz, pag. 27, 32, 36, 42 (Lisboa 1839).

Digitized by Google

cavallos em que montavam opulentissimamente arreiados. Caminhava depois uma companhia de besteiros a cavallo, e em seguida os officiaes da casa do Papa, acompanhados por duas guardas d'honra, uma de archeiros suissos com os seus capacetes e alabardas, e os seus gibões brancos, e borzeguins encarnados de canhões verdes, outra de soldados gregos com o seu trajo nacional, barretes vermelhos, espada suspensa do boldrié, e lança em punho. Em seguida, montando em bons cavallos ricamente ajaezados, os musicos da embaixada portugueza d'envolta com os trombeteiros e charamelleiros das guardas nobres do pontifice.

Começava então o espectaculo que verdadeiramente excitava o espanto e o enthusiasmo da plebe romana, e essa parte brilhante do sequito era, por assim dizermos, capitaneada pelo estribeiro-menor d'el-rei, Nicolau de Faria, montado n'um ginete ajaezado com esmaltes de ouro e perolas. Depois o magnifico elephante de Ceylão, acobertado com guarnições de oiro macisso, levava nas robustas espaduas o cofre que encerrava o pontifical offerecido por el-rei D. Manuel ao Papa. Obedecia o elephante á voz do seu cornaca, um Naire Malabar, que ia montado n'elle e cujos excentricos e riquissimos trajos, da mesma fórma que a sua physionomia e as suas maneiras, não eram das cousas que menos estranheza causavam á plebe da cidade eterna; em seguida ao elephante ia o cavallo persa, montado por um caçador d'Ormuz, e levando, deitada na garupa, com a sua esplendida pelle mosqueada como que a matizar com variegados recamos uma coberta nevada e dourada, a panthera em que já falámos e que, perfeitamente domesticada e ensinada, tinha de ser, pela sua rara agilidade, o enlevo do Papa e dos cardeaes.

Vinha emfim o corpo da embaixada portugueza, sendo os primeiros os fidalgos addidos á legação, e o secretario Garcia de Rezende; logo depois o rei d'armas de Portugal, Antonio Rodrigues, com a sua cota vestida; em seguida, os maceiros do Papa, e a final os tres embaixadores, Tristão da Cunha entre o duque de Bari e o governador de Roma, Diogo Pacheco entre o bispo de Nicosia e o conde Alberto Caspio embaixador do imperador de Allemanha, João de Faria entre o bispo de Napoles e o celebre e sapientissimo Guilherme Budée[1], embaixador de França.

Brazão d'armas da villa de Evora Couto de Alcobaça

Rematavam o cortejo os embaixadores de Castella, Inglaterra, Polonia, Veneza, Milão, Bolonha, Lucca, todos levando bispos ao lado, e marchando a dois e dois. Quasi toda a prelatura residente em Roma se seguia ao corpo diplomatico, e terminava este esplendido sequito.

Assim entrou a embaixada pelas ruas de Roma ao som alegre das salvas de artilheria, e do repicar dos sinos das innumeras egrejas, que enchiam os ares com festival harmonia, a que se juntavam os clamorosos vivas de perto de trinta mil pessoas accumuladas nas ruas do transito, que manifestavam o seu enthusiasmo á vista de espectaculo tão novo e tão deslumbrante, com a expansão que sempre caracterizou os meridionaes e principalmente os Italianos[2].

---

1 Este sabio, o Hespanhol Luiz Vives e o Hollandez Erasmo formavam como que um triumvirato, cujos oraculos eram escutados com respeito por toda a Europa illustrada. A'cerca d'este vulto notavel é digno de se consultar o livro de Henrique Prat, intitulado *Etudes littéraires du XIV et XV siécles*. N'esse livro, collecção amenissima de licções de litteratura dadas em Paris a um auditorio de senhoras, Guilherme Budée é apresentado como o coripheu da litteratura franceza no tempo de Francisco I.

2 A população de Roma, segundo affirmava Paulo

Digitized by Google

Passando da praça del Populo para a *strada* del Corso, d'alli foi ter ao castello de Santo Angelo pelas ruas della Fontanella, della Tinta, di Monte Brianza, del Orso, e di Tordinona, e pela praça e ponte Elia ao castello de Santo Angelo, onde o pontifice a esperava. Por todas as ruas do transito, mercadores florentinos, habeis em aproveitarem as occasiões favoraveis ao negocio, tinham disposto fontes de vinho, onde se ia dessedentar a confusa turba dos espectadores.

Quando chegaram defronte do castello de Santo Angelo, foram os embaixadores portuguezes cumprimentados com uma salva de artilheria, e, logo que o fumo dos tiros se dissipou, viu-se a bella figura do papa Leão X, tal como o vemos no magnifico retrato que d'elle deixou Raphael. O seu vulto magestoso e nobre, o seu aspecto verdadeiramente de rei dos reis, impregnado d'aquella altivez pontifical, que nós consideramos (sem razão) como o cunho da grandeza na terra dos representantes de Deus, tornavam-n'o digno de presidir a essa grande scena, e a Roma dos consules e dos imperadores podia ufanar-se de se vêr representada n'esse triumpho, o maior de todos a que assistira, por esse padre que vencia em magnificencia, em magestade, os Scipiões ou os Cesares da cidade de Romulo.

Rodeavam-n'o muitos cardeaes, e entre outros os seus dois celebres secretarios, cardeal Bembo e Sadoleto, ambos benemeritos das lettras e dos que as cultivavam, aquelle de espirito fino e açacalado, este de meiga indole e tolerante inclinação; aquelle o ciceroneano enthusiasta, este o correspondente de Melanchton, com quem, apezar das graves dissidencias religiosas que os separavam, manteve sempre um doce commercio epistolar.

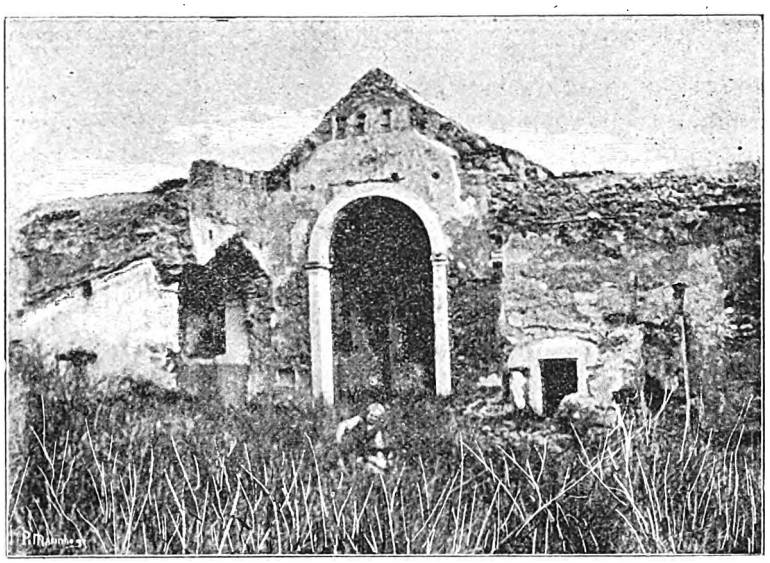
Ao apparecer na varanda o pontifice, o Naire, cornaca do elephante, avisado por um signal de Nicolau de Faria, fez apresentar ao colosso em que montava um grande vaso d'agua cheirosa, succo distillado de differentes hervas, e o elephante, previamente industriado, mergulhou n'elle a tromba, e rociou por tres vezes, primeiro e pontifice, depois o povo, o que tanto enlevou os que presenceiaram esta scena curiosa e nova, que não só a turba applaudiu a cortezia d'esse animal estranho, mas tambem um dos muitos poetas latinos que abundavam na côrte de Leão X, Aurelio Sereno, celebrou o caso em disticos, os quaes decerto não rivalizam com os de Vida, de Fracastor, ou de Sannazaro.

«Tendo Leão X assignado, diz ainda o marquez de Rezende, a segunda-feira 20 de março para a audiencia publica dos embaixadores portuguezes, chegaram elles á hora marcada, ao palacio do Vaticano, precedidos da musica da embaixada, do rei de armas de Portugal, e do secretario e mais cavalheiros empregados n'aquella missão, e, quando ao subirem a escada régia, então apenas acabada de fazer, e por onde teem ascendido tantas e tão differentes embaixadas historicas de todas as nações n'estes tres ultimos seculos, se não fartavam de admirar os grandes primores de arte d'aquella elegante e magnifica obra de pedra, todos os grandes mestres, que nas famosas logeas estavam occupados, suspendendo os trabalhos que os immortalizaram e fizeram de Roma a aula do mundo, vieram tambem, pela sua parte, vêr com espanto os representantes da corôa de um cantinho da Europa, que em todas as partes do globo tinha hasteado a sua bandeira. No topo da escada, e junto á

Jove, o sabio bispo de Nocera, era n'essa epocha de 85:000 almas; calculou-se que um terço d'essa população estaria accumulada nas ruas do transito.

Digitized by Google

estatua do grande imperador, que deu a paz e a permissão de fundar estabelecimentos á Egreja, estava o primeiro official da casa pontificia esperando os embaixadores do monarcha que, com as suas armas, tinha, como diz o nosso Homero, *dilatado a fé no Oriente*. Passando depois aquelles ministros, entre duas fileiras de guardas nobres, pelas differentes salas admiravelmente pintadas pelo divino Raphael, foram, por esses como degraus de reverencia e culto, chegando á presença do pontifice, collocado em um estrado elevado na chamada sala ducal, tendo junto a si o seu secretario Sadoleto, e em torno d'elle o collegio cardinalicio, o corpo da prelatura, e as principaes pessoas da nobreza romana. Subindo todos os da embaixada e comitiva áquelle estrado, beijaram devotamente os pés do chefe vizivel da Egreja, e collocados depois segundo a categoria de cada um, em proporcionada distancia do pontifice, leu o secretario Garcia de Rezende, como então era estylo, em voz alta, o transumpto das credenciaes, que Tristão da Cunha, depois d'esta practica, entregou reverentemente a Leão X; e posto então todo aquelle numeroso e douto auditorio em silencio, rompeu, depois de breve espaço, Diogo Pacheco com o eloquente discurso em latim, que começa por esta apostrophe: *Eloquar aut sileam?* (Falarei ou ficarei callado?)... Dando, depois d'uma breve pausa, aquelle abalizado jurisconsulto, não inferior aos Ciceroneanos que o ouviam, livre curso á sua altiloquencia, historiou os gloriosos feitos dos Portuguezes em ambos os mundos, e, apresentando as nossas descobertas, navegações e conquistas como outros tantos meios dispostos pela Providencia Divina para levar a clara e civilizadora luz do Christianismo a tão remotos e, até poucos annos antes, incognitos climas, fechou a sua bella oração com uma chave verdadeiramente d'ouro, observando que n'aquelle mesmo tempo d'aguas envoltas em tantas partes da Europa, e quando n'ella se temia uma invasão das aguas do Indo e do Ganges, as do Tejo e do Tibre confluiam docemente para o mesmo importante ponto, debaixo dos felizes auspicios d'um rei poderoso e magnanimo, e d'um pontifice virtuoso e esclarecido. O papa respondeu mais largamente do que em taes occasiões se costuma practicar, com palavras honradoras da corôa e da nação portugueza; retirando-se em seguida os embaixadores com o mesmo sequito com que tinham vindo.



RUINAS DA EGREJA DO CONVENTO DE N. S. DA ROSA, EM CAPARICA

«No dia seguinte foram os embaixadores portuguezes, com o mesmo acompanhamento nacional, levar a Leão X os presentes que haviam trazido; e fazendo-lhe elles entrega no *Cortile* (pateo) *del*

Digitized by Google

Belvedere, do cofre, contendo os magnificos paramentos e preciosos adornos, todos feitos em Portugal, e que elle examinou um por um, admirando todos, passou depois a receber as seis raridades do reino animal, merecendo-lhe particular attenção as dextrezas e habilidades da onça no jardim contiguo, d'onde, depois de despedir-se dos ministros e comitiva com palavras obsequiosas e benevolas, se retirou pelo velho corredor que communica aquelle passeio com o palacio do Vaticano[1].»

Já se vê pois que a embaixada portugueza foi recebida por Leão X com desusadas honras. D'uma, e que não foi das menos notaveis, não fala o marquez de Rezende, mas encontramos noticia d'ella em differentes volumes consagrados á litteratura hespanhola, e principalmente na magnifica obra que Ticknor escreveu sobre este assumpto.

Entre os vultos notaveis que de todas as partes do mundo vinham procurar a sombra protectora de Leão X, contava-se um dos tres fundadores do theatro hespanhol (tomando esta palavra no sentido de peninsular) Bartholomeu de Torres Nabarro. Dos seus dois companheiros e contemporaneos, Gil Vicente e Juan de la Encina, este ultimo estava tambem n'essa occasião em Roma; porém a Torres Nabarro é que foi incumbida a honra de compôr uma comedia allegorica, a primeira n'esse genero que na moderna Europa se compoz, em honra de el-rei D. Manuel e das victorias dos Portuguezes, comedia que foi representada na presença de Tristão da Cunha e do resto da embaixada.

Figura esta comedia, que se intitula a *Trophea*, na collecção das obras completas de Torres Nabarro, publicada em 1517 em Napoles, para onde o poeta se retirou, porque em Roma as suas satyras começavam a fazer sangue e a attrahir-lhe inimigos.

Este genero novo que Torres Nabarro encetava, não tardou a ser adoptado em Portugal pela musa alegre e viva de Gil Vicente. Quando a infanta D. Beatriz, filha de el-rei D. Manuel, casou com o duque de Saboya, Gil Vicente escreveu, para se representar antes da partida da nova duqueza, o auto das *Côrtes de Jupiter*. Essa peça foi aproveitada por Almeida Garrett para servir de fundo ao admiravel drama que deu principio, n'este seculo, á regeneração do nosso theatro nacional, e que se intitula *Um Auto de Gil Vicente*.

O enredo d'essa peça será Ticknor quem nol-o conte:

«... Intitula-se *La Trophea*, escripta em honra do rei de Portugal, D. Manuel, e dos descobrimentos e conquistas feitas, debaixo dos seus auspicios, na Africa e na India. É uma peça muito magra e muito pobre. Depois do prologo, que se compõe de mais de trezentos versos, a Fama entra no primeiro acto e annuncia que o grande rei ganhou, nas suas guerras santas, mais terras do que as que Ptolomeu descreveu. Ptolomeu, que uma licença especial de Plutão auctorizou a deixar a região dos tormentos, apparece de subito e nega o facto, que é forçado a admittir depois de uma larga discussão, mas fazendo uma reserva que salva a sua honra. No segundo acto, dois pastores vêm á scena, e varrem-n'a para o momento em que el-rei appareça. Primeiro regozijam-se com o esplendor que os cerca; um d'elles senta-se no throno e imita burlescamente o prior da sua aldeia. Mas em breve teem uma rixa e o seu mau humor continua até que um pagem do rei se interpõe, e os obriga a continuarem a arranjar o aposento. Enche o terceiro acto inteiro o singular discurso de um interprete, versando ácerca de vinte reis do Oriente e da Africa, reis

[1] Marquez de Rezende, *Embaixada*, etc., *Panorama*, etc., pag. 272.

Digitized by Google

incapazes de se exprimirem por si mesmos, mas que confessam, ainda que a arenga seja muito fastidiosa, a sua submissão ao poder de Portugal, submissão que o rei não julga digna de uma palavra de resposta. O acto seguinte é cheio absurdamente pela régia recepção de quatro pastores, que trazem de presente uma rapoza, um cordeiro, uma aguia e um gallo, e que explicam a allegoria de um modo bastante picante e bastante prolixo. Mas tudo isto se passa com tão pouca resposta da parte do rei quanta fôra a que dera quando lhe offereceram a homenagem de fidelidade dos vinte reis pagãos. No quinto e ultimo acto, Apollo transmitte versos, em louvor do rei, da rainha e do principe, á Fama, que distribue copias d'elles aos espectadores. Recusa-as a um dos pastores, e levanta-se entre ella e elle uma violenta disputa. O pastor offerece-se, com violencia, á Fama, para espalhar, em seu logar, comtanto que ella lhe empreste as azas, a gloria do rei D. Manuel por todo o mundo. A deusa consente n'isso; o pastor põe as azas e procura voar, mas cae de cabeça para baixo e este triste motejo e um *villancico* terminam a peça[1].»

Vêmos, por conseguinte, que o Papa, grato á homenagem do rei de Portugal, tractava com a maxima honra os seus enviados; foi ainda condescendente quando se chegou á parte séria da embaixada, mas é certo que as cousas que D. Manuel reclamava, e que diziam respeito, em grande parte, aos negocios geraes da Egreja, não foram muito attendidas. Effectivamente, el-rei D. Manuel, assustado, como todos os principes christãos, com o progresso da desmoralização do clero, e principalmente do alto clero, com o movimento dos espiritos, que este procedimento escandalizava, e, emfim, com todos esses graves prenuncios do grande schisma que ia em breve dividir a Egreja Christã do Occidente, instava com o Papa para que proseguisse com as sessões do concillio de Latrão, que fôra interrompido, e para que reformasse a Egreja. O concilio fôra já continuado, mas não teve grandes resultados, nem satisfez os votos geraes dos fieis: em vez de conjurar a tempestade propinqua, começou a empregar os meios vexatorios, os mais inefficazes de todos. É do concilio de Latrão que datam as primeiras tentativas repressivas da liberdade de imprensa.

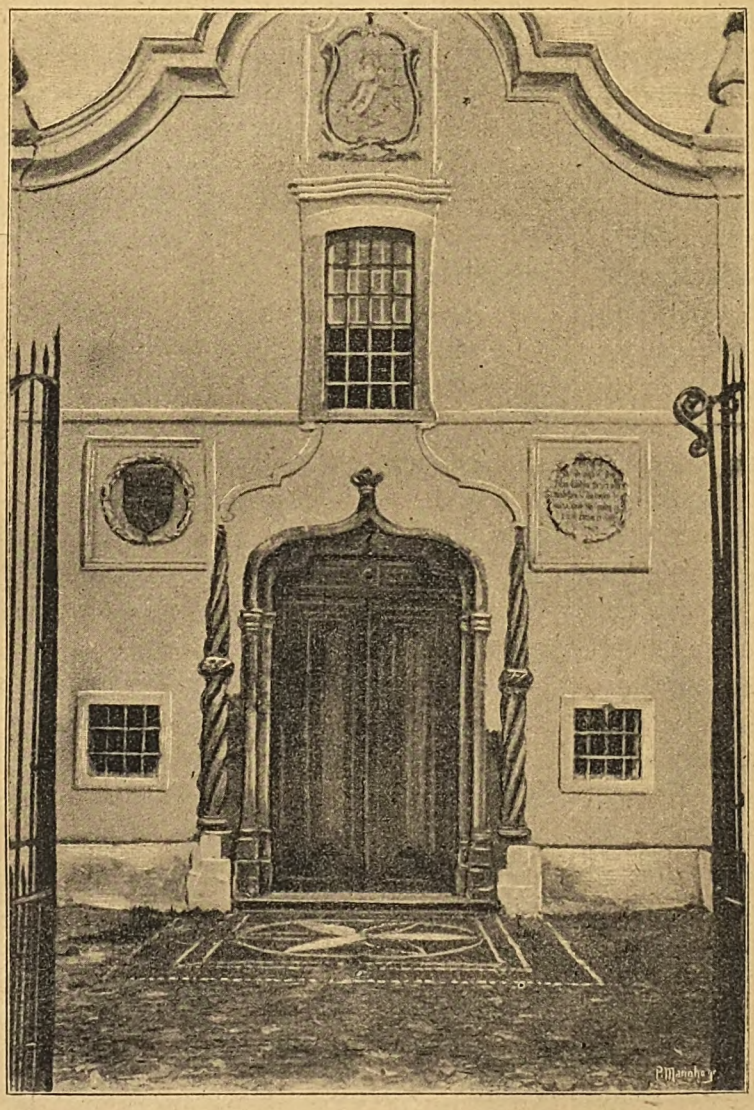
O desejo da reforma do clero era geral e tão vivo o sentimento do tedio que a sua desmoralização inspirava, que em toda a parte, em plena côrte, a plena luz, se erguia um brado severo contra a Egreja, e se diziam cousas que hoje fariam erguer altos brados a todos os defensores do altar e adoradores do passado. Gil Vicente não era dos menos audaciosos proclamadores, e, entre muitos outros, o seu *Auto da feira* encerra censuras á Egreja mil vezes mais acres do que hoje as poderia escrever o *impio* mais audacioso, o mais anathematizado pelos satellites do ultramontanismo.

Por essa reforma todos instavam, o proprio Leão X não lhe seria adverso; mas eram tamanhos os obstaculos, e julgava-se o perigo tão distante, que todos iam adormecendo n'uma fatal segurança, quando os acordou de subito a voz trovejante de Luthero. Então passou-se de um extremo a outro, da nimia indulgencia, á nimia severidade; mas ainda assim a severidade foi para os leigos, e o concilio de Trento achou mais commodo suffocar as vozes que bradavam contra os escandalos da clerezia do que suffocar os escandalos, domar as mais leves tentativas de emancipação do espirito humano, do que tornar as doutrinas da Egreja compativeis com os progressos da razão.

[1] Ticknor, *Historia da litteratura hespanhola* (tr. fr. de Magnabal), pag. 272.

Digitized by Google

A outra medida geral que D. Manuel reclamava era a cruzada contra o sultão da Turquia; tambem isso não conseguiu, mas devemos dizer que o papa Leão X, por melhor vontade que tivesse, não podia fazer jus ao pedido de D. Manuel. Effectivamente, no seculo XVI já o ardor das cruzadas estava muito esmorecido, e os interesses politicos, em questões de guerra, tomavam sempre a direita aos interesses religiosos. Não vinha longe o tempo em que o rei christianissimo Francisco I não desdenharia a alliança do sultão da Turquia, Solimão o Magnifico, afim de destruir o poder do imperador Carlos V. E tambem, confessemol-o, D. Manuel podia affoitamente dizer que era desinteressadamente que elle vinha assim appellar para o sentimento da Europa? Era o puro ardor das cruzadas que o impellia a desejar essa colligação dos principes christãos? Não, decerto: o motivo principal era incontestavelmente o de abater esse inimigo terrivel, que nem um momento cessava de nos trazer sobresaltados nas nossas conquistas do Oriente.



SINES — ENTRADA DA EGREJA DE N. S. DAS SALVAS

Nos pedidos que D. Manuel dirigiu ao Papa ácerca dos negocios particulares do seu reino, foi mil vezes mais feliz. D. Manuel desejava poder levantar um certo tributo sobre as egrejas, mosteiros, abbadias, etc., tanto por causa das guerras contra os inimigos da fé como para fundar commendas, etc. Isso foi-lhe promptamente concedido pelo papa Leão X. Além d'isso, outhorgou, diz Damião de Goes: «cruzada a el-rei que trouxe este nuncio, na execução da qual, por mau resguardo, culpa e demasiada tyrannia dos officiaes d'ella, foi o reino mui avexado, e sobretudo a gente popular, a quem faziam tomar por força as bullas fiadas por certo tempo, no cabo do qual, se não pagavam, lhes vendiam seus moveis e immoveis, publicamente em pregão, por muito menos do que valiam, pela qual deshumanidade os mais dos executores d'esta cruzada houveram máu fim,

Digitized by Google

O SAMORIM RECEBENDO PEDRO ALVARES CABRAL

Digitized by Google

de que não quero dizer os nomes, por os netos e filhos d'alguns d'estes ainda viverem[1].»

Segundo se vê, os delegados do Papa faziam por cá o mesmo que a essas horas excitava a indignação da Allemanha, e a escandalosa venda das bullas era estygmatizada por Damião de Goes com tanta energia como pelos prégadores protestantes. A Egreja precisava de uma reforma, e não teria sido mil vezes melhor que tivesse partido dos pontifices ou dos concilios essa iniciativa sensata, evitando-se assim que uma deploravel scisão viesse dilacerar para sempre o mundo catholico?

Damião de Goes só fala nos pedidos que expozemos, dirigidos por D. Manuel ao Papa. O marquez de Rezende affirma e prova que se obteve n'este ensejo uma concessão ainda mais importante. Ouçamos o erudito escriptor.

A concessão foi a do padroado do Oriente, que tem sido causa de tantas negociações diplomaticas entre Portugal e a egreja de Roma.

«Tendo Leão X, como se vê no 1.º e 2.º paragrapho da primeira bulla que vou citar, recebido de João de Faria a instancia, por parte d'el-rei D. Manuel, para se impetrar aquelle padroado ou ampliação do antigo dado e confirmado por Nicolau V, Calixto III, e Xisto IV, á ordem de Christo, da qual aquelle principe, antes e depois de subir ao throno, foi mestre, ficando todas as possessões ultramarinas que elle abrangia sujeitas ao vigario de Thomar, prelado d'aquella religiosa e benemerita milicia, deferiu o Papa áquelle pedido pelas lettras apostolicas: *Dum fidei constantiam*, expedidas em 7 de junho de 1514, concedendo bem assim, e tambem a pedido da mesma corôa, pelas subsequentes bullas *Pro excellenti* e *Præcelsæ devotionis*, datadas de 13 de junho e de 3 de novembro do mesmo anno, uma segunda amplificação do referido padroado, comprehendendo n'elle as terras mais recentemente descobertas pelos Portuguezes, e todas as que elles houvessem de descobrir, pondo-as debaixo da auctoridade ecclesiastica dos bispos do Funchal.

«D'esta breve narração se colhe que no padroado das egrejas ultramarinas, impetrado em nome dos tres maiores amplificadores do imperio portuguez, por jurisconsultos que foram a honra da toga, e que, incorporado nas nossas leis, constitue uma das mais bellas regalias da corôa, se encerram, além do direito, que eu reputo temporal, d'aquelle padroado, attribuições que, pertencendo ao poder espiritual, só pelo pontifice podiam ser outhorgadas, e, bem que este complexo de faculdades, a que estão inherentes obrigações reciprocas, possa cessar, por accordo das partes, ou por effeito de uma variação de circumstancias, emquanto elle subsiste deve ser respeitado.

«Finalmente, concedeu Leão X a el-rei D. Manuel pela bulla: *Providum universalis ecclesiae*, de 29 de abril de 1514, as terças e dizimos das cathedraes, e mais egrejas e mosteiros, concessão de que aquelle monarcha cedeu, mediante a somma de cento e cincoenta e tres mil cruzados, que os prelados e mais ecclesiasticos se obrigaram a pagar em tres annos.

«Em troca dos presentes que recebeu d'aquelle magnanimo principe, mimoseou-o o Papa com uma grande chaminé, guarnecida de marmore branco, com figuras em relevo, obra completa no seu genero e que alguem attribue a Buonarotti. N'esta chaminé, que estava no paço d'Almeirim, d'onde el-rei D. José a mandou trasladar para um dos camarins do paço de Cintra, e á qual se

[1] Damião de Goes, *Chronica d'el-rei D. Manuel*, 3.ª parte, cap. 66, fl. 101 v.

Digitized by Google

aqueceu o monarcha afortunado, vi eu, já depois das nossas desgraças, aquentar ferros de engommar, e pannos de copa[1]!»

Tal foi esta solemnidade magnifica, em que D. Manuel revelou á Italia e ao mundo espantado a grandeza de Portugal. Se nos demorámos em descrevel-a, é porque nos parece que foi ella a sumptuosa consagração da nossa gloria no seculo XVI. Muito tempo se falou em Roma d'esse maravilhoso espectaculo, e o conde Alberto Caspio, embaixador da Allemanha na côrte pontifical, escrevendo a seu amo o imperador Maximiliano, consagrava uma longa carta, que Damião de Goes traduz e transcreve, á descripção d'essas opulencias de que fôra testemunha, e que lhe inspiraram uma admiração que não occulta pelas victorias e conquistas de Portugal, e a magnificencia do seu rei, dizendo ao imperador que se deve ufanar de ser parente de tão poderoso monarcha. Maximiliano, com effeito, era, como sabemos, por sua mãe D. Leonor, neto do nosso rei D. Duarte.

Que momento este, não só na nossa historia, mas tambem na historia do mundo! Roma, a cidade das grandezas, debaixo do governo de um pontifice como Leão X, rodeado dos vultos mais notaveis que a Italia moderna produziu, via chegar esse cortejo triumphal, em que eram os triumphadores os filhos da velha Lusitania! Se a devia assaltar um sentimento de tristeza, pensando que não eram seus filhos os que marchavam na frente dos despojos das nações barbaras, devia ufanar-se tambem lembrando-se de que, mesmo descahida do seu diadema, ainda assim julgavam as outras nações que só os seus triumphos seriam definitivos, quando os presenceasse a cidade eterna, quando os triumphadores calcassem, nas suas largas vias imperiaes, o pó indelevel que alli deixára a roda dos carros de Cesar e Trajano, quando desfilassem, emfim, em presença d'esse Capitolio immortal, em cuja fronte, sempre serena e dominadora apezar da tempestade, campeava, em vez da aguia dos imperadores, a cruz pontifical.

CAPITULO XLVIII

A Africa durante os ultimos annos do reinado de D. Manuel

s nossos chronistas, que ignoram completamente, para assim dizermos, as leis da perspectiva, consagram tão longos capitulos á narração dos feitos africanos como ás nossas guerras indianas. Não deve ser assim, porque effectivamente não teem importancia egual: as campanhas d'Africa são gloriosas mas estereis; alli iam os nossos fidalgos, por um verdadeiro espirito de cavallaria andante, buscar muitas vezes a morte nas pontas das lanças mouriscas, sem que d'isso resultasse grande proveito á patria e ao mundo. Boa eschola de guerra eram as praças d'Africa; isso incontestavelmente. Nas correrias quotidianas ganhavam-se quando muito algumas vaccas, e algumas captivas que os fidalgos portuguezes offereciam como escravas ás suas damas; em troca, porém aprendiam-se todas as rudezas do offi-

[1] Marquez de Rezende, *Embaixada*, etc., *Panorama*, etc., pag. 275.

Digitized by Google

cio militar, e as licções não deixavam de ser severas, porque se pagavam frequentemente com a morte, como succedeu ao moço D. Fernando de Castro, que morreu ás portas d'Arzilla, victima da sua audaciosa temeridade.

Arzilla era a praça preferida pelos fidalgos portuguezes, porque havia guerra continuada n'essa cidade; estava por isso constantemente atulhada de moços *fronteiros*, que alli iam ganhar as esporas de cavalleiro, e que não deixavam aos Mouros um momento de socego. Os Mouros eram bellicosos e por isso retribuiam-n'o bem. O rei de Fez, depois do final succedido cêrco, de que já demos noticia, voltára ainda a vêr se destruia esse ninho de valentes, mas foi repellido, sem que o seu ataque suscitasse, como o antecedente, o alvoroço que vimos na côrte e no reino.

Os annos de 1509, 1510, 1511 e 1512, tão gloriosos na India para as armas portuguezas, enchem-nos na Africa apenas escaramuças de cada dia, em que muito se distinguem dois fidalgos, que uma certa rivalidade incitava a tentarem, como que ao desafio, emprezas perigosas. Eram o futuro conde de Vimioso, D. Francisco, filho do bispo d'Evora D. Affonso (estas filiações confessavam-se altamente, e Damião de Goes cita-as sem fazer o mais leve reparo), e o visconde de Villa Nova de Cerveira; fronteiros d'Arzila, onde commandava o conde de Borba e tambem Nuno Fernandes d'Athayde, o mais celebre, n'este periodo, dos nossos generaes da Africa.

No anno de 1510 estava, comtudo, Nuno Fernandes d'Athayde governando Zafim, e tinha por adail Lopo Barriga, quando a 12 de dezembro veiu uma grande multidão de Mouros pôr cêrco á cidade. Imagine-se as façanhas que se practicariam n'um sitio onde estavam capitaneando esses dois homens, cujo nome era o terror dos Mouros, Lopo Barriga e Nuno Fernandes d'Athayde. O cêrco levantou-se no fim de dezenove dias, graças ao valor dos defensores, á pericia e energia do capitão, e tambem á promptidão dos soccorros que chegaram da ilha da Madeira, onde Nuno Fernandes os mandou pedir. Na prolixa narração d'este cêrco, feita por Damião de Goes, notamos que fala o chronista n'umas companhias de Judeus que tomaram parte na defeza ao lado dos Portuguezes; é mais uma prova do que diremos adeante, a saber que, depois da mortandade em Lisboa, a politica de tolerancia prevalecera no conselho d'el-rei D. Manuel.

Foi Zafim, emquanto alli governou Nuno Fernandes d'Athayde, o principal theatro das façanhas portuguezas. Tanto o heroico governador, como o seu adaíl Lopo Barriga, em continuadas correrias, espalhavam o terror n'aquella provincia, impunham tributos ás cidades onde não dominavam, e, por mais d'uma vez, desbarataram o proprio emir de Marrocos, vindo em soccorro dos seus maltractados subditos. Os fidalgos portuguezes tinham como grande honra servir debaixo das ordens de tão illustre capitão; alli encontramos o nome de Nuno da Cunha, o moço heroe que se estreiára na India, que ainda havia de governar debaixo dos gloriosos auspicios de D. Francisco d'Almeida e Affonso d'Albuquerque, D. Nuno de Mascarenhas, D. Luiz de Menezes, filho do conde de Tarouca, e D. Alvaro de Noronha, vieram alli tambem fazer as suas primeiras armas. Muitos nomes illustres achamos na historia d'esta pequena guerra, mas a Nuno Fernandes d'Athayde e a Lopo Barriga é que verdadeiramente podemos chamar os heroes da Africa, porque foi esse o theatro da predilecção das suas façanhas, porque não quizeram despir nunca a sua rude armadura de fronteiros, para irem, mar em fóra, procurar nos cam-

Digitized by Google

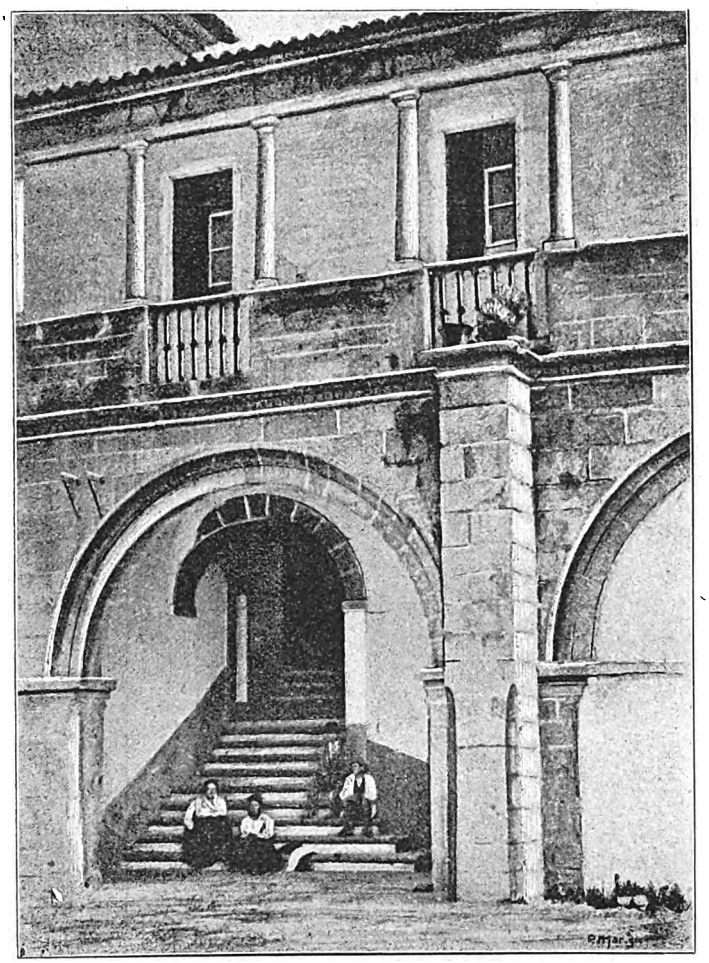
pos resplandecentes da India mais dilatada fama, e proveito mais seguro.

Esse mesmo espirito de cavallaria, que levava tantos fidalgos a alistarem-se debaixo da bandeira de Nuno Fernandes d'Athayde, levou tambem o duque de Bragança a fazer as suas primeiras armas n'uma grande expedição, que D. Manuel lhe confiou mais para lhe dar ensejo de conquistar uma facil gloria do que porque a empreza intentada precizasse de muito maior numero de forças do que as que existiam na Africa.

Sempre nas côrtes dos reis absolutos foi uso e costume emprehenderem-se estas expedições de apparato, para se proporcionar a um principe de sangue o ensejo de triumphar; todos os elementos de successo se reunem para que não possa haver nem a sombra d'um desaire, e o principe, rodeado dos melhores generaes, a quem verdadeiramente incumbe a responsabilidade do commando, dá um passeio glorioso, e volta ovante e coroado de louros, sem ninguem se sorrir d'isso, senão os velhos capitães, encanecidos nas luctas quotidianas, que apreciam no seu devido valor essas apregoadas façanhas.

A India estava longe para que D. Jayme lá fosse colher a gloria, que seu real parente lhe queria outorgar; a Africa estava á mão, a cidade d'Azamor, rica pelas sùas pescarias, e que, do productod'ellas, pagava aos Portuguezes um avultado tributo, tendo os nossos, além d'isso, conquistado alli, desde o tempo de D. João II, muito amplos privilegios, a cidade d'Azamor, pois, mostrára, havia pouco tempo, sentimentos hostis: resolveu D. Manuel conquistal-a, e confiou a empreza ao duque de Bragança.

Para que não se imagine que errámos, classificando, como fizemos acima, esta expedição d'apparato, basta que façamos o seguinte parallelo: Affonso d'Albuquerque tomou Gôa, Malaca e Ormuz com forças que variavam entre quatrocentos e dois mil homens, entre seis e trinta navios: a expedição d'Azamor compunha-se de quatrocentas vélas e de dezoito mil homens de desembarque!



ENTRÀDA PRINCIPAL DO PALACIO DOS CONDES DE BASTO, EM EVORA

Era tão poderosa a casa de Bragança que d'esses dezoito mil homens, diz-nos Damião de Goes «quinze mil iam a soldo d'el-rei e os tres eram do duque de Bragança, que fez vir de suas terras,

Digitized by Google

onde, antes que viessem, lhes mandou ensinar o modo da ordenança por Gaspar Vaz, Pedro de Moraes, e João Rodrigues, que ia por capitão da guarda do mesmo duque. E depois d'estes serem em Lisboa, tomou o duque, á custa d'el-rei, de gente que andava solta, mil homens de que deu a capitania a Christovam Leitão, e os fez todos quatro coroneis de mil homens cada um, aos quaes todos o duque mandou dar á sua custa calças, gibões e gorras de panno branco, com cruzes vermelhas no peito, e nas costas, e aos coroneis, alferes, cabos d'esquadra, e sargentos do campo, deu vestidos de seda: os quaes capitães vinham por giros, cada dia com os seus mil homens, dar mostra a el-rei, no terreiro dos Paços da Ribeira onde faziam seus caracoes, cunhas, quadras e corôas[1] em tão boa ordem como se o usaram por todo o decurso de suas vidas. Levou mais o duque quinhentos e cincoenta homens de cavallo seus criados, e vassallos em que entravam cem acobertados. A outra gente nobre que el-rei mandou n'esta armada dos moradores de sua casa passavam de dois mil de cavallo, e duzentos acobertados, afóra a peonagem que cada um d'elles levava[2]».

Como era d'esperar, toda a fidalguia da côrte foi servir debaixo das ordens do representante da casa que era a primeira entre a nobreza de Portugal. O verdadeiro commandante da expedição era D. João de Menezes, o heroe que vimos capitão d'Arzilla e que depois salvou a cidade cercada pelo rei de Fez. A D. Jayme cabia a gloria e a honra do commando nominal.

Esta luzida esquadra partiu de Lisboa a 17 d'agosto de 1513, e no dia 27 de agosto foi aportar na barra do rio d'Azamor; mas, porque o tempo foi contrario, o desembarque operou-se em Mazagão, duas leguas distante de Azamor. O resto da campanha foi um verdadeiro passeio triumphal. Depois d'umas leves escaramuças, em que o duque teve o prazer de desembainhar a espada, veiu-lhe noticia de que estava Azamor desamparada pelos seus defensores. Tete[1] e Almedina tambem se renderam, só com o boato da chegada d'este exercito. O que admirava? Quando Nuno Fernandes d'Athayde com uns centos d'homens todos os dias os escarmentava, atrever-se-hiam os Mouros a fazer frente aos dezoito mil soldados do duque D. Jayme?

Deixando Ruy Barreto commandante da nova cidade portugueza, e D. João de Menezes para capitão do campo, o duque de Bragança voltou a Portugal, aonde chegou no dia 21 de novembro d'esse anno de 1513. A côrte recebeu-o com o alvoroço que accolhe sempre estes guerreiros principes, e os poetas cortezãos afinaram a lyra para cantarem as façanhas do illustre duque. Um tal Luiz Henriques, a proposito d'essa campanha, escreveu um poemeto[2] que não deixa de ter seu mérito, em oitavas e em versos d'arte-maior, e que figura no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende.

Estando D. João de Menezes como capitão do campo em Azamor, e Ruy de Brito como capitão da cidade, cargos cujas attribuições não eram bem definidas, provieram d'isso graves desavenças entre elles, ao que se accrescentou tambem a rivalidade de Nuno Fernandes d'Athayde, que não queria partilhar com outros a gloria que alli ganhava. Isto por força havia de resultar da visinhança de dois capitães tão celebres nas

[1] Nome, segundo se vê, de differentes manobras militares do tempo. A tactica principiava.

[2] Damião de Goes, *Chronica d'el-rei D. Manuel*, 3.ª part. cap. 46, fol. 80.

[1] Tete, ou antes Tett, já não existe; mas as suas vastas ruinas ainda se divisam na costa de Marrocos sete milhas a Sudoeste do cabo de Mazagão.

[2] Foi um dos excerptos do *Cancioneiro* que tomaram logar na *Livraria Classica* publicada pelos irmãos Castilhos.

Digitized by Google

guerras africanas, como D. João de Menezes e Nuno Fernandes de Athayde. Como porém essas rivalidades eram de honra e não de interesse, resultava d'ellas unicamente um verdadeiro desafio de temeridades, não havendo cousa que um fizesse que o outro não desejasse ultrapassar. Assim, no principio do anno de 1514 as correrias dos Portuguezes de Azamor e Zafim chegaram a nove leguas de Marrocos; o emir de Mequinez foi desbaratado completamente, dois alkaids do emir de Fez foram egualmente destroçados, e isto continuaria se a morte não viesse colher, no meio dos seus triumphos, o heroico D. João de Menezes, que morreu em Azamor a 15 de maio de 1514. Então el-rei mandou vir Ruy de Brito para o reino, nomeou para a capitania de Azamor D. Pedro de Souza, supprimindo o cargo de capitão de campo, a fim de evitar futuras discordias.

Não nos permitte a indole d'esta historia que sigamos o chronista na sua prolixa descripção das continuadas batalhas, correrias e assaltos, em que as differentes guarnições portuguezas dos nossos castellos africanos gastavam os seus dias. Entre os mais activos encontraremos sempre Nuno Fernandes d'Athayde, cujo fito constante era tomar Marrocos; Lopo Barriga, e o almocadem Diogo Lopes, todos tres da guarnição de Zafim, e todos tres terriveis aos Mouros. Leia-se a terceira parte da *Chronica de D. Manuel*, e alli se verá como Lopo Barriga tomou, com um punhado de soldados, o castello de Amagor; como, n'outra occasião, derribado do cavallo, ferido e prisioneiro, se salvou sósinho montado no proprio cavallo de um dos seus captivadores. Alli se verá tambem como Nuno Fernandes d'Athayde e D. Pedro de Sousa, capitão de Azamor, fizeram em maio de 1515 uma expedição contra a cidade de Marrocos e a tiveram quasi tomada; como, finalmente, em Arzilla, o capitão D. João Coutinho, filho do conde de Borba, em Tanger o capitão D. Duarte de Menezes, e na propria Ceuta, habitualmente mais tranquilla, o conde de Alcoutim D. Pedro de Menezes, practicavam façanhas dignas de menção.

O heroe da Africa, Nuno Fernandes d'Athayde, morreu no theatro das suas façanhas, e no meio de toda a sua gloria. N'uma entrada que fez a 19 de maio de 1516, encontrou, depois de ter já tomado uma preza consideravel, forças muito superiores ás suas, cujo embate elle ainda assim supportou com o habitual valor; mas emquanto sustentava a retirada, um dos chefes inimigos, que o conheceu, e que, tendo entre as captivas que Nuno Fernandes levava para Zafim, a sua esposa predilecta, sentiu por conseguinte o amor duplicar-lhe as forças e a colera, vibrou-lhe uma azagaya que o estendeu morto. A esse malfadado acontecimento seguiu-se a derrota dos nossos, não só porque a morte de tão esforçado cavalleiro espalhou o desalento na columna portugueza, mas tambem porque houve tal discordia para se escolher um novo chefe, que chegaram os nossos (em presença do inimigo!) a virem ás mãos uns com os outros.

Meia barbuda de D. Fernando

A morte de Nuno Fernandes d'Athayde foi muito sentida, não só nas praças africanas, mas tambem em Portugal. Os Mouros parece que depois d'esse acontecimento cobraram mais audacia; mas ainda assim encontravam officiaes valentes para os repellirem, taes como o conde d'Alcoutim, governador de Ceuta, D. Pedro de Sousa, capitão de Azamor, e D. Nuno de Mascarenhas, que foi o successor de Athayde no governo de Zafim.

Desde a morte de Nuno Fernandes d'Athayde até á morte de el-rei D. Ma-

Digitized by Google

nuel nada mais succedeu de importante em Africa, nem houve novas conquistas, apezar de que el-rei em 1517 ordenou que se tomasse a cidade de Targa, que fica a dez leguas de Ceuta; mas por discordias ácerca de preeminencias entre o conde de Alcoutim, governador d'esta ultima cidade, e Diogo Lopes de Sequeira, encarregado do commando da expedição, não teve ella bom exito. El-rei D. Manuel tambem mandou sondar a barra do rio de Tetuão para alli fundar uma fortaleza, mas isso não teve resultado, e a bandeira portugueza continuou a tremular só nas praças que tinham ficado sendo nossas desde a expedição do duque D. Jayme, e nas que até ahi já o eram: Ceuta, Alcacer-Ceguer, Tanger, Arzilla, Azamor, Zafim, Mazagão, e o castello de Santa-Cruz junto do cabo de Guer. Tete e Almedina parece que ou foram abandonadas logo, ou ficaram sendo apenas tributarias de Portugal, porque não encontramos mencionados nas chronicas nomes de capitães d'estas praças.

CONVENTO DOS TIBAES

Sempre era a Africa o predilecto theatro das façanhas da juvenil fidalguia portugueza, e raros generaes encontraremos na India que não tivessem feito as suas primeiras armas nas praças de Marrocos. Assim, nos ultimos cinco annos do reinado d'el-rei D. Manuel, os heroes d'essas continuadas escaramuças foram D. Duarte de Menezes, depois quinto governador da India, D. Henrique de Menezes e D. Pedro de Mascarenhas, que tambem governaram os nossos Estados Orientaes, D. João Coutinho, governador de Arzilla e posteriormente conde de Redondo, D. Alvaro de Noronha, e finalmente Vasco Fernandes Cesar, adail de Azamor e digno rival do seu collega de Arzilla, Lopo Barriga.

Não foi só a correrias contra os Mouros dos arredores das nossas praças que se limitaram os grandes feitos de Vasco Fernandes Cesar. O mar foi o principal theatro da sua bravura, e, cruzando no estreito de Gibraltar para protege-

Digitized by Google

o commercio portuguez contra os ataques dos piratas barbarescos, practicou acções dignas de memoria.

Temos extremo pezar de não poder seguir passo a passo nas suas campanhas d'Africa estes heroes aventurosos que arriscavam a vida com um sorriso, e que, não pensando em interesse, como na India, onde as riquezas orientaes os deslumbravam, são por isso mesmo mais sympathicos e mais dignos da attenção do escriptor. A historia não póde attender a esses feitos sem consequencias, mas a chronica está-os reclamando, e que pittoresca, animada e interessante chronica se poderia escrever contando a historia das nossas guerras africanas!

Se Leão Plée, narrando os dezoito annos de campanhas de Alger, que decorreram desde a conquista pelo marechal Bourmont até ao tempo da proclamação da republica, pôde fazer um livro de tão agradavel leitura, o que não faria um escriptor portuguez com esses tres seculos de continuada lucta!

E o romancista! Que maravilhosos typos lhe não apresentam as chronicas! Esse cavalheiresco Fernandes d'Athayde, cioso da gloria como outros o poderiam ser das riquezas! o formidavel Lopo Barriga! o destemido Vasco Fernandes Cesar, e principalmente D. João Coutinho, governador d'Arzilla, que foi depois conde de Redondo, verdadeiro heróe de romances de Mery, intrepido e chistoso, dizendo uma chufa entre duas ballas, e *fazendo arrebentar de riso* (palavras de Damião de Goes) os valentes que regressavam d'alguma expedição heroica.

Este D. João Coutinho, pois, era *homem d'espirito*, paladino chistoso, a quem não faltava nunca *le petit mot pour rire*. Dizia elle brincando a Vasco Fernandes Cesar, quando este com a sua caravella arribava ao porto d'Arzilla, que tanto se havia d'atrever com as galeotas mouriscas, que ainda havia de ter noticias

DUARTE PACHECO PEREIRA

d'elle pela via de Tetuão ou de Larache, querendo com isto dizer que havia de cair prisioneiro dos piratas. Vasco Fernandes ria-se tambem do agouro e protestava desmentil-o. Effectivamente, uma vez viu-se junto de Malaga cercado por seis galeotas mouriscas. O valente Portuguez dispunha apenas da sua caravela; ainda assim resistiu valentemente, mas ia perdendo a esperança de vencer: já as galeotas, agrupadas em torno do seu navio, o estreitavam n'um circulo de

Digitized by Google

fogo, quando Vasco Fernandes teve a felicidade de que um bombardeiro seu desarvorasse com um tiro uma das galeotas. Vasco Fernandes cobrou animo, rompeu o circulo, e por tal modo se houve que pôz as galeotas em fuga, e ainda se atreveu a perseguil-as, e só as não tomou porque o vento lhe foi contrario. Isto succedeu em 1520; quando Vasco Fernandes Cesar voltou a Portugal, encontrou D. Manuel morto, e D. João III no throno. Este, comtudo, quiz recompensal-o e deu-lhe um brazão d'armas com seis galeotas no escudo e uma caravela no timbre. Se os fidalgos, que hoje por ahi se criam aos milhares, podessem ter brazões d'armas similhantes!...

Ha uma outra façanha mourisca no tempo em que D. João Coutinho governava Arzilla, que não nos esquivaremos a contar, não só para alegrarmos a narrativa, mas tambem porque deu assumpto a um conto em verso escripto por um dos nossos poetas.

Havia em Arzilla um homem que exercia o emprego de porteiro dos contos, e que estava tisico. Chamava-se Diogo Pires. Receitaram-lhe os medicos que comesse kágados, remedio que passava no seculo XVI por especifico soberano contra as doenças de peito. Diogo Pires sujeitou-se á indicação, mas, para obter kágados, era preciso ir a um rio que ficava a alguma distancia da villa e que se chamava Rio Doce. Ora o rei de Fez andava n'essa occasião em correria nos arredores d'Arzilla: por conseguinte não deixava de ser perigoso o passeio, e era muito possivel que os taes kágados curassem d'uma vez para sempre o bom do Diogo Pires da sua doença do peito. Não recuavam deante de taes receios os nossos valentes antepassados; por isso, juntaram-se uns vinte e foram em alegre cavalgada ao Rio Doce. Viu-os passar um almocadem do rei de Fez, e julgando que eram almogaraves que sahiam a descobrir campo, correu a avisar o acampamento. O rei de Fez era bellicoso, e não quiz deixar passar ensejo de levar para a sua capital uns vinte prisioneiros portuguezes, em represalia de tantos que os nossos todos os dias lhe tomavam. Montou a cavallo e sahiu logo a campo.

Entretanto os Portuguezes tinham chegado ao Rio Doce, e, vendo tudo sereno, o rio limpido, e nem o mais leve signal d'apparição de inimigos, despiram-se e deitaram-se a nado. De subito apparecem os Mouros, e os nadantes portuguezes, surprehendidos na mesma situação que as nymphas da ilha dos Amores, mas não tendo decerto os mesmos encantos que ellas a apresentar aos perseguidores, viram-se obrigados a saltar para fóra do rio, e, sem poderem nem sellar os cavallos, nem vestir as camisas, desencravando apenas as lanças do chão em que as tinham espetado, montaram em osso, e, defendendo-se como podiam, largaram a galope em direcção a Arzilla. Devia de ser realmente um espectaculo curioso o d'estes Adões antes do peccado a defenderem-se de lança em punho contra os tostados Berebéres, que não sabiam se se haviam de rir, se deviam perseguil-os. Um dos fugitivos, chamado João Martins, caiu do cavallo, e ia sendo prisioneiro; mas o chefe da partida, que se chamava Antonio Coutinho Mourisco (provavelmente Mouro converso como o appellido indica), veiu em soccorro d'elle, tomou-o na garupa, e lá se foi juntar á graciosa cavalgada, depois de ter repellido ás lançadas os Mouros mais proximos. A noticia comtudo chegára á villa; tocára logo a rebate, e D. João Coutinho saira em pessoa para proteger a retirada. Não foi pequeno o seu espanto, nem foram poucas as suas gargalhadas, quando viu surgir-lhe n'um galope infernal aquelle

Digitized by Google

grupo vestido... de innocencia, não diremos, mas de bravura, o que, emquanto a fato, vinha a dar na mesma. Os Berebéres suspenderam a perseguição assim que viram o soccorro, mas o espectaculo desafiou a veia comica de D. João Coutinho, que até á villa foi *fazendo espirito* á custa dos caçadores de kágados, que iam morrendo de riso, depois de terem escapado de morrer de lançadas. Chegaram finalmente a Arzilla, mas antes de entrarem foi necessario que os companheiros de D. João Coutinho prestassem aos nadadores o mesmo serviço que Japhet, o filho piedoso, prestou ao descomposto e embriagado Noé. D. João Coutinho, perfeito cortezão, não queria pôr em risco o pudor das damas d'Arzilla.

Muito tempo se commentou o caso nos raros ocios das nossas guarnições africanas. Damião de Goes inseriu-o na sua chronica, e um poeta nosso aproveitou-o, como dissemos, para um conto em verso.

Taes eram as cavalheirescas façanhas, em que os paladinos de Africa se adextravam para irem depois dissipar só com o vento das suas espadas os esquadrões innumeraveis dos Indios e dos Arabes do Oriente. Era aquelle campo de serios torneios, aberto sempre á sua actividade, a tentação constante dos juvenis fidalgos que se agrupavam em torno do solio dos reis, na côrte de Lisboa; tentação que veiu a ser fatal, quando salteou o espirito ardente, a imaginação exaltada d'um ascetico e denodado moço que cingia por nosso mal a corôa portugueza, e que a foi deixar, juntamente com a fortuna da patria, nos areiaes sangrentos de Alcacer-Kibir.

CAPITULO XLIX

Situação dos Israelitas em Portugal.—Mortandade dos Judeus em Lisboa

FASTANDO agora os olhos d'essas maravilhas das embaixadas a Roma, das glorias da India e dos heroismos de Africa, voltemol-os para Portugal e fitemol-os em deploraveis scenas de eterna vergonha para a nossa patria. Perto de setenta annos antes da celebre mortandade da noite de S. Bartholomeu em França, o fanatismo portuguez apresentava ao mundo attonito o espectaculo de uma carnificina ignobil.

Acontecimentos recentes, factos contemporaneos, explicam até certo ponto, sem de fórma alguma o desculparem, esse episodio horroroso da nossa historia. A agitação anti-semitica da illustradissima Allemanha, a agitação mais terrivel e mais brutal da Russia contra os Judeus, fazem-nos comprehender melhor o odio formidavel que armava os nossos antepassados contra a infeliz raça de Judá. Quando os homens mais eruditos, quando os primeiros pensadores da Allemanha, não hesitam em reclamar providencias governamentaes, e em formar associações contra a preponderancia que elles julgam funesta da grei hebraica, quando os Slavos das provincias meridionaes da Russia, que não são movidos pelo fanatismo religioso, repetem nas cidades moscovitas as scenas horriveis do domingo de Paschoela em Lisboa no seculo XVI, continuamos a con-

Digitized by Google

demnar os nossos antepassados que perpetraram tão horrorosos crimes, mas reconhecemos que se, em vez de darmos a este capitulo a denominação de *Mortandade dos judeus em Lisboa* lhe chamassemos, á moderna, *Agitação anti-semitica em Lisboa*, tornariamos menos odiosos e menos despreziveis os assassinos de 1506 aos olhos dos sabios germanicos, que são hoje verdadeiros dictadores em questões de philosophia da historia.

E comtudo o motivo que guiava os Lisbonenses no seculo XVI era o mesmo que hoje dicta aos sabios de Berlim os seus artigos anti-semiticos, e que arma os camponezes russos com o facho do incendio e com o punhal das carnificinas. Cobria-se então ou exacerbava-se mesmo essa causa determinante com o manto religioso, como hoje na Allemanha se envolve em roupagens ethnologicas e sociologicas; mas o verdadeiro movel dos crimes, o verdadeiro inspirador dos rancores era e é ainda hoje a inveja, que sempre inspirou a todos essa raça activa, industriosa, trabalhadora, intelligente e soffrega tambem é certo, e usuraria sem duvida, que soube constantemente enriquecer e prosperar á custa dos proprios que a desprezavam, que a perseguiam, que a insultavam ou que a hostilizavam.

Desde o tempo dos Godos que a raça judaica vivia e prosperava em Hespanha no meio de transes continuados, condemnada e muitas vezes expulsa pelos reis, e pelos concilios, sujeita a mil vexames, esmagada com impostos, e victima frequentemente das convulsões populares. Mas os seus conhecimentos e os seus recursos financeiros tornavam-n'a sempre necessaria, de fórma que lá vinham ao mesmo tempo leis protectoras compensar o effeito das leis de perseguição e de intolerancia. Sisebuto expulsa-os de Hespanha, ou obriga-os a receber o baptismo, Receswintho protege-os, mostra-se com elles tolerante. O povo odeia-os sempre[1].

Nas novas monarchias hespanholas, erigidas logo depois da conquista arabe, a situação dos Judeus continua a ser a mesma. Victimas a cada instante das sublevações populares, encontram nos governos quasi sempre uma protecção que elles compram á custa de muitas humilhações, e sobretudo á custa de pesadissimos tributos. Um documento citado por Amador de los Rios, mostra que os Judeus de Castella pagavam em 1228 a somma enormissima de 2.801:346 maravedis[2]. Affonso X, o Sabio, ao passo que lhes impõe a obrigação de viverem em bairros separados, de trazerem signaes distinctivos, e outras condições que attestem a sua situação inferior na sociedade christã, concede-lhes largas liberdades e protege-os efficazmente. Depois da sua morte voltam a ser perseguidos cruelmente, mas D. Pedro I, o Cruel, tracta-os de novo com extrema benevolencia. É verdade que essa benevolencia de D. Pedro, e de muitos outros soberanos, era devida a causas que ainda mais aggravavam o odio do povo contra elles.

Os Judeus, habeis em tudo o que dizia respeito a questões financeiras, eram excellentes exactores fiscaes, e os reis da Peninsula, dando-se bem com a sua administração financeira, e vendo que lhes cresciam os rendimentos quando eram os Judeus que os arrecadavam, escolhiam-n'os para seus thesoureiros e recebedores dos tributos, o que decerto os não tornava sympathicos ao povo que pagava os impostos, sobretudo quando os Judeus, para merecerem a confiança e protecção dos soberanos, esmagavam o contribuinte o mais que podiam.

---

[1] Amador de los Rios, *Études historiques, politiques et littéraires sur les juifs d'Espagne*, tr. franceza de Magnabal, cap. I (Paris, 1801).

[2] Ibid., cap. II pag. 53.

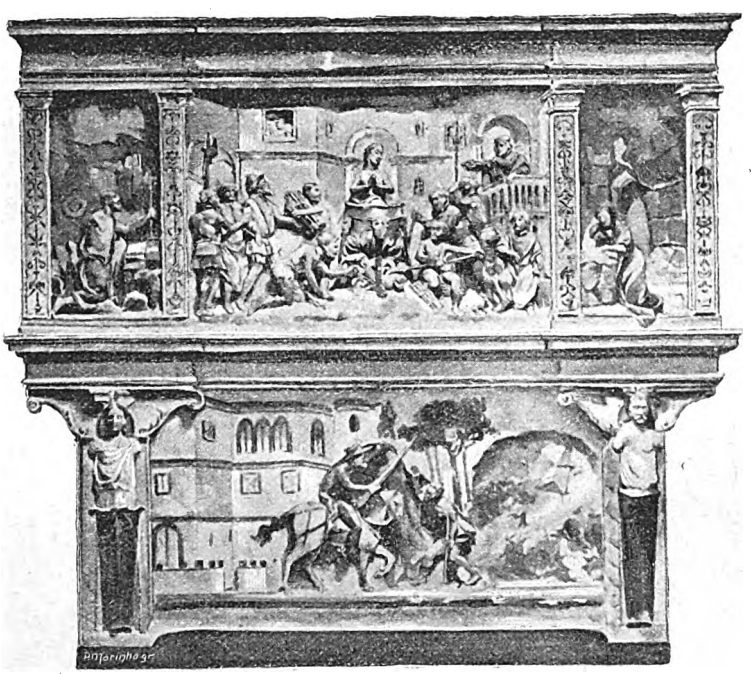
Digitized by Google

Não é esta uma simples hypothese. Um dos escriptores mais notaveis da edade media, Pero Lopes de Ayala, o famoso chronista castelhano que cahiu prisioneiro dos Portuguezes em Aljubarrota, escrevia o seguinte no seu *Rimado del palacio:*

Alli vienen Judios que estan aparejados
para beber la sangre do los pueblos cuitados:
presentan sus escriptos que tienen concertados
et prometen sus dones et joyas mui preciados
....
Disen luego al rey «Por cierto vos tenedes
Judios servidores et merced les faredes
et vos pujan las rentas por cima las paredes
otorgadeslas, señor, ca buen recabdo avredes.»
....
Dise luego el-rey: «A mi place de grado,
de les faser merced: que mucho han pujado,
orgaño las mis rentas.» Et non cata el cuitado
que toda esta sangre caye de su costado [1].

O que se passa no resto do seculo XIV e em todo o seculo XV em Hespanha é horroroso. As carnificinas dos Judeus repetem-se a cada momento. Em Valença essa matança é tão horrorosa que os Judeus fogem em massa para as egrejas, pedindo o baptismo, e os padres fecham-lhes as portas.

A apparição de S. Vicente Ferrer é para elles um immenso beneficio. Porque? Porque vem prégar a tolerancia? Não, porque os baptisa. E os escriptores hespanhoes exaltam S. Vicente Ferrer pelo grande numero de conversões que opéra!



COIMBRA — MOSTEIRO DE CELLAS
Retabulo da sacristia dondo ao convento pelo dr. Martinho d'Azpilcueta Navarro celebre lente de canones da Universidade

Dá-se então um facto curioso: os rabbinos, que se converteram, cedendo ao medo, querem desculpar a sua abjuração e propõem-se convencer os seus antigos collegas, com o proprio *Talmud*, do erro que commettem, perseverando na sua fé antiga! Travam-se a esse respeito disputas theologico-hebraicas até perante o papa Benedicto XIII; mas os rabbinos de mais prestigio e de mais auctoridade não se deixam convencer pelos renegados!

Porque é comtudo que os Judeus são assassinados pelo povo até quando querem converter-se, até depois de convertidos? E' porque o povo persegue n'elles tanto os inimigos da fé christã como os exactores da fazenda publica, os arrematantes dos impostos que os esmagam para encherem os cofres publicos e os seus cofres particulares, e os agiotas que lhes fazem pagar carissimo qualquer emprestimo. Quando um tumulto rebenta hoje n'uma terra de Portugal, qual é a primeira pessoa contra a qual se volta a colera do povo? o escrivão de fazenda, ou o arrematante dos impostos munici-

[1] Citado por D. José Amador de los Rios na obra a que nos temos referido, pag. 64.

Digitized by Google

paes. O fanatismo religioso exacerbava de um modo notavel esse odio natural do contribuinte contra o exactor oppressivo e cruel; mas no fundo era essa a causa principal do odio. Quando Izabel a Catholica promulgou o seu famoso decreto da expulsão dos Judeus, obedeceu sem duvida ao seu fanatismo, mas cedeu tamben ao impulso do odio popular, exacerbado então, porque o cerco de Granada, a organização de um exercito permanente, trouxera comsigo a necessidade de fornecedores da tropa. Esse novo ramo de commercio fôra logo monopolizado pelos Judeus, que tinham enriquecido com elle. Os Christãos viam com rancor profundo essa prosperidade da *raça semitica*.

Em Portugal as cousas tinham seguido o mesmo caminho, mas com muito mais moderação. O povo odiava os Judeus, tanto mais que elles eram aqui tambem como em Castella os arrematantes das rendas reaes e thesoureiros do rei. Eram muitas vezes victimas d'esse odio; mas nunca houvera em terras portuguezas essas mortandades horrorosas, que principalmente no seculo xv se repetiam a cada instante nas cidades castelhanas. D. Diniz tambem como Affonso X, cujo exemplo tantas vezes seguiu, protegera os Judeus. Affonso IV mostrára-se-lhes menos favoravel, mas a tolerancia em geral predominava.

Conta-se que os Judeus residentes em Portugal diziam aos de Hespanha aconselhando-lhes a que se refugiassem aqui:

«Vinde: a terra é boa, o povo é tolo, a agua é nossa, tudo nos pertencerá». Se consideravam o povo tolo, porque os não assassinava em massa, tinham razão. A vida corria-lhes aqui muito mais suave do que no paiz visinho.

Sobreveiu porém a emigração forçada dos Judeus de Hespanha. D. João II auctorizára primeiro a entrada de seiscentas familias; mas foi-lhe impossivel conter a torrente que se dirigiu para este lado, apenas se soube que tinham aqui asylo. A população hebraica augmentou espantosamente de um momento para o outro, e entre esses emigrados vinham muitos riquissimos. A má vontade que a população christã votava aos Judeus por fanatismo religioso, por inveja, pelo odio um pouco justificado que naturalmente inspiram os que abusam da sua posição ou da sua riqueza para se locupletarem á custa das amarguras dos pobres, tudo isso se exacerbou com o espectaculo d'essa invasão subita. A politica deploravel seguida por D. Manuel no principio do seu reinado concorreu ainda mais para ateiar esses odios. Querendo entrar no systema da politica hespanhola, D. Manuel forçou os Judeus a converter-se ou a emigrar; mas acima de tudo desejava que elles ficassem para que não sahisse de Portugal a riqueza, que, apezar de todas as precauções e de todos os vexames, os Judeus tinham conseguido trazer de Hespanha. Para isso recorreu a medidas odiosissimas, como foi a de lhes arrancar os filhos, a de lhes difficultar o embarque por todos os modos ainda os mais perfidos. O que resultou d'ahi? Resultou que essas medidas governamentaes exacerbaram o odio dos christãos, exaltaram o sentimento religioso dos Judeus, e essa má vontade que em Portugal nunca se manifestára de um modo violento, e que se conservára até certo ponto latente graças á indole menos sanguinaria do nosso povo, transformou-se n'uma irritação que se manifestava de todos os modos, e que mais tarde ou mais cedo havia forçosamente de explosir de um modo terrivel.

A situação tal como a tinham estabelecido as violencias de D. Manuel era impossivel, e debalde o governo procurava remediar o erro que até certo ponto reconhecia, não só porque D. Manuel, apezar dos seus innumeros defeitos, ti-

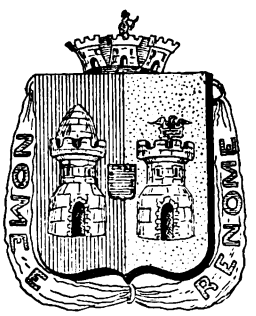
Digitized by Google

nha incontestavelmente bom senso, e não pode por forma alguma equiparar-se a D. João III, mas tambem porque os homens de Estado e os proprios prelados n'essa época, em que ainda a reacção contra o protestantismo não desvairára a Egreja catholica, eram os primeiros a condemnar como iniquas e odiosas as providencias tomadas por D. Manuel no principio do seu reinado, o que em época mais fanatica não hesitou em dizer tambem o grande bispo do Algarve, D. Jeronymo Osorio.

Assim, para remediar os deploraveis effeitos da conversão forçada, determinára-se que durante vinte annos se não inquirisse do procedimento religioso dos christãos-novos. Era ordenar a hypocrisia, e fazer com que os filhos da raça hebraica, afferrados ás suas crenças, e muito mais n'esta época de perseguição que sempre avigora a fé perseguida, voltassem immediatamente a seguir a religião de seus paes. Tendo porém de se occultar para celebrar as ceremonias e os ritos do seu culto, affectando seguir exteriormente as praticas do catholicismo, davam azo a que o publico ignorante e excitado pelas prégações fanaticas lhes attribuisse a practica de toda a qualidade de occultos maleficios. Então renasceram as lendas, que em Hespanha tambem corriam, das crianças christãs roubadas e crucificadas pelos Judeus, lenda que se repete sempre que uma associação qualquer, religiosa ou profana, tem de se occultar, por causa das perseguições.

E' essa a criança legendaria, que, no dizer dos pagãos, os sectarios de Christo trucidavam nas catacumbas, é essa a criança legendaria que não escapava, no dizer dos nossos catholicos avós, ás garras ferozes dos pedreiros livres, é a criança que as bruxas, as feiticeiras, os auctores de todos os maleficios trucidam, no dizer do povo, sempre que conseguem roubal-a aos desventurados paes[1].

Apezar pois da protecção das leis, os christãos novos viam pela attitude da população que já não estavam seguros em Portugal, e tractavam de realizar os seus haveres para se pôrem a salvo. Accudiu o governo de D. Manuel, desejoso de se não privar d'esses opulentos subditos, com medidas tyrannicas, ordenando pelos alvarás de 20 e 21 de abril de 1499 que se lhes não consentisse o fazer cambios, nem vender bens de raiz, nem sahir do reino sem licença d'el-rei.



Brazão d'armas de Villa Nova de Gaya

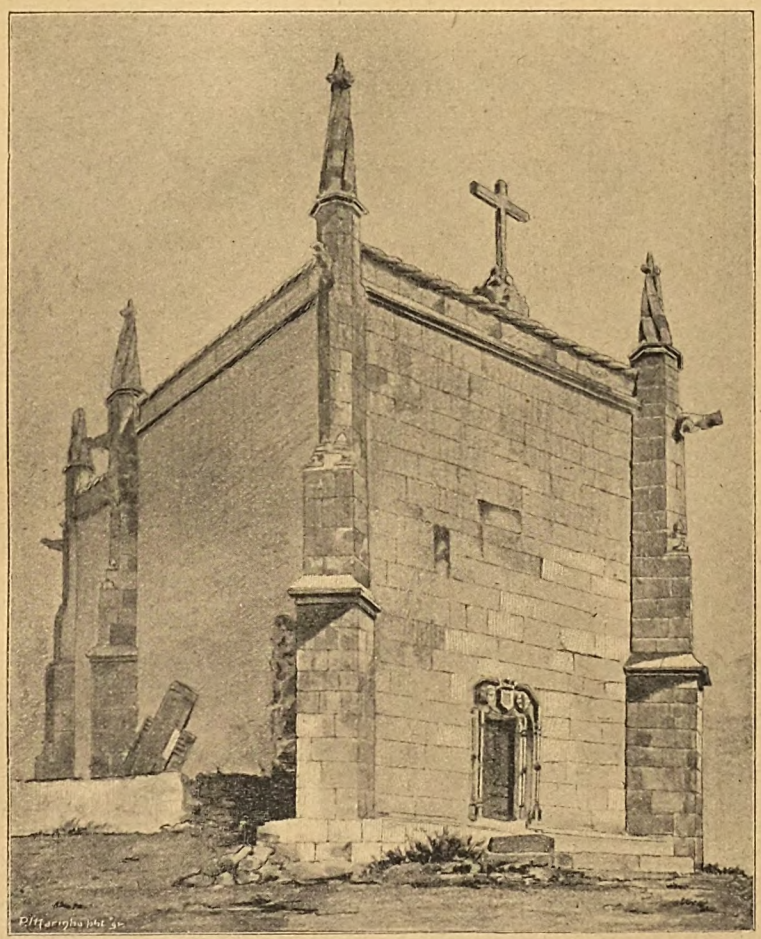
Estas medidas, como era natural, ainda mais inquietaram os christãos novos. Fizeram todos os sacrificios para lhes fugir, e o governo de D. Manuel, obrigado a proseguir de violencia em violencia pela fatalidade do declive em que se collocára, teve de processar os que favoreciam a fuga dos christãos-novos, e aos fugitivos mandava-os vender como escravos. A severidade da punição não fazia senão augmentar os sustos dos christãos-novos, e exacerbar o seu desejo de se pôrem a salvo, ao passo que excitava cada vez mais o odio dos christãos-velhos contra esses desgraçados, que o proprio governo lhes apresentava como sendo criminosos, collocando-os fóra da lei commum.

As manifestações d'esse odio appareciam por toda a parte, e exacerbavam-

[1] Ainda ha poucos annos em Lisboa correu entre o povo o boato, acreditado por muitos, de que um pobre homem, vendilhão das ruas, que tinha um viver um pouco mysterioso, roubava e matava crianças. Em Braga, quando começou a illuminação a gaz, o povo beato affirmava que essa luz diabolica era produzida pelos corpos de crianças que os empreza-rios roubavam e queimavam!

Digitized by Google

n'as as prédicas dos frades. Se muitos bispos portuguezes se mostravam tolerantes e verdadeiramente evangelicos, como os proprios Judeus confessavam, os frades, principalmente os dominicanos, conformavam-se com o proceder dos seus confrades hespanhoes, porque



CAPELLA DOS JERONYMOS EM BELEM

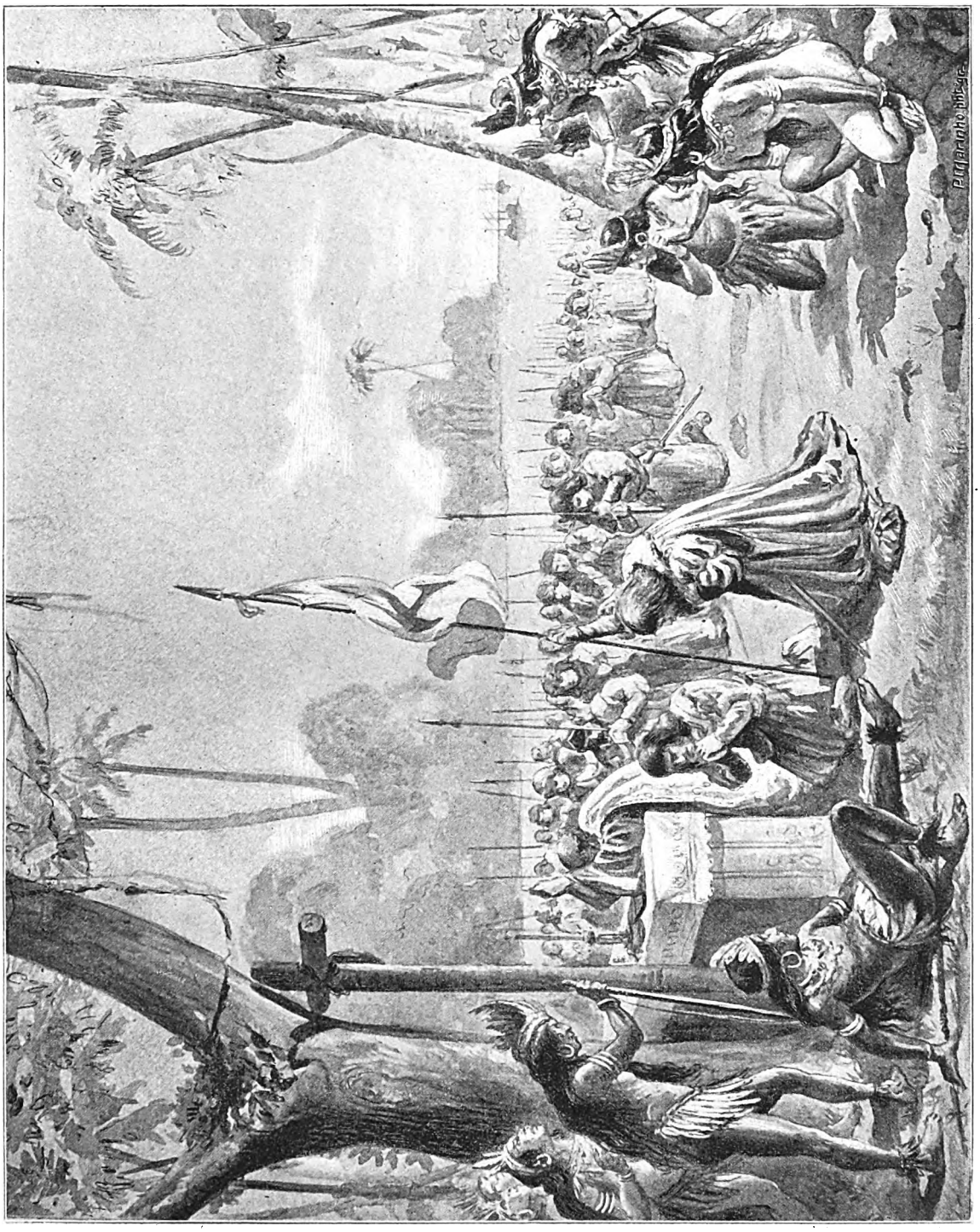
era esse o grande vicio das corporações monasticas, que tinham quasi sempre um proceder regulado mais pelos interesses e deliberações da ordem, que não conhecia fronteiras, do que pelos interesses e politica das nações a que pertenciam. Em Hespanha os frades faziam aos Judeus uma guerra feroz. João de Padilla, no seu poema *Quadro da vinda de Christo* chamava-lhes «Cães crueis a que me não arrependo de chamar cães debaixo de fórma humana!»[1] Os frades portuguezes seguiam tão nobres exemplos.

Emquanto o governo procurava proteger os christãos-novos contra os odios populares, os frades excitavam o povo contra esses desgraçados. Foi o que succedeu em Cintra, onde da prégação de um frade em S. Pedro resultaram accusações estupidas contra os Judeus, que os tribunaes superiores de Lisboa annullaram, reprehendendo severamente os juizes de Cintra, que tinham accolhido similhantes embustes. Em Lisboa tambem uns garotos que se tinham reunido para insultar cruelmente um grupo de christãos-novos que conversavam na Rua Nova no dia de Pentecostes de 1504 foram punidos com severidade; era evidente comtudo que esta intervenção do governo, comprimindo essas manifestações parciaes de um odio profundamente arreigado no espirito popular, não faziam senão exacerbal-as, e preparar a explosão terrivel, cuja narrativa vamos transcrever do magnifico livro de Herculano *Da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, porque é uma das mais bellas paginas historicas, que se podem encontrar na lingua portugueza:

«Era na primavera de 1506. A irregularidade das estações nos dois annos antecedentes, irregularidade que se protrahiu até ao anno seguinte, deu em re-

[1] Amador de los Rios, *Os Judeus de Hespanha*, etc. pag. 171.

Digitized by Google



PRIMEIRA MISSA NO BRAZIL

Digitized by Google

sultado a fome. Ainda n'aquella epocha a falta de subsistencias trazia, em regra, por companheiro um flagello então trivial, não só por esta mas tambem por outras causas. Era a peste. Já no outomno de 1505 se manifestavam em Lisboa os symptomas do terrivel mal. A côrte, fugindo ao perigo, á medida que se approximava, passára successivamente para Almeirim, Santarem e Abrantes. D'alli el-rei, atravessando o Tejo, dirigia-se a Beja, onde então residia a infanta D. Beatriz, sua mãe, quando, ao chegar a Aviz, vieram salteal-o novas tão espantosas como inesperadas. Uma revolução popular contra os christãos-novos rebentára em Lisboa, e essa revolução fôra assignalada por scenas horriveis. Tomadas as providencias mais urgentes, e passando rapidamente por Beja, D. Manuel veiu fixar a sua residencia em Setubal, resolvido a proceder severamente contra os habitantes da capital. Eis os factos, que, suscitando a indignação d'el-rei, e exigindo exemplar castigo, resultaram dos inqueritos a que se procedeu, logo que foi possivel conter o tumulto e restabelecer a paz.

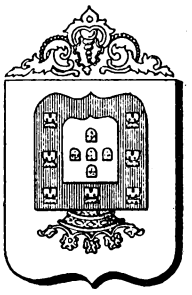
«Desde janeiro que a peste redobrava de intensidade em Lisboa, e nos principios d'abril era tal o progresso da epidemia que a mortalidade subia alguns dias ao numero de 130 individuos. Faziam-se preces publicas, e a 15 do mez ordenou-se uma procissão de penitencia, que, sahindo da egreja de S. Estevam, se recolheu na de S. Domingos, seguindo-se celebração de preces solemnes. Durante ellas o povo implorava em gritos a misericordia divina. No alto da capella chamada de Jesus havia n'aquelle tempo um crucifixo, e no lado da imagem do Salvador um pequeno receptaculo que servia de custodia a uma hostia consagrada. No excesso da exaltação religiosa houve quem crêsse vêr ahi, e talvez visse, uma luz estranha. Espalhou-se logo voz de milagre. Ou que os Dominicanos, aproveitando a illusão, realizassem artificialmente a supposta maravilha, ou que a credulidade, fortalecida pelos terrores da peste, predispozesse cada vez mais a imaginação do vulgo para vêr aquelle singular clarão, é certo que ainda nos dias seguintes havia quem affirmasse divisal-o perfeitamente. Entretanto o voto mais commum era que essa maravilha não passava d'uma fraude, e ainda muitos dos mais crentes suspeitavam que o facto existiria apenas nas imaginações escandecidas. Durante quatro dias a crença no prodigio foi ganhando vigor. No domingo seguinte ao meio dia, celebrados os officios divinos, examinava o povo a supposta maravilha contra cuja authenticidade recresciam suspeitas no espirito de muitos espectadores. Achava-se entre estes um Christão novo ao qual escaparam da bocca manifestações imprudentes de incredulidade ácerca do milagre. A indignação dos crentes, excitada provavelmente pelos burladores, communicou-se á multidão. O miseravel blasphemo foi arrastado para o adro, assassinado, e queimado o seu cadaver. O tumulto attrahiu maior concurso de povo, cujo fanatismo um frade excitava com violentas declamações. Dois outros frades, um com sua cruz, outro com um crucifixo arvorado, sahiram então do mosteiro, bradando: *heresia*, *heresia!* O rugido do tigre popular não tardou a reboar por toda a cidade.

«As marinhagens de muitos navios estrangeiros, fundeados no rio, vieram em breve associar-se á plebe amotinada. Seguiu-se um longo drama de anarchia. Os Christãos novos, que giravam pelas ruas desprevenidos, foram mortos ou mal feridos, arrastados ás vezes semivivos para as fogueiras, que rapidamente se tinham armado tanto no Rocio como nas ribeiras do Tejo. O juiz do crime que com os seus officiaes pretendera

Digitized by Google

conter o motim, apedrejado e perseguido, teria sido queimado com a propria habitação, se um raio de piedade não houvera momentaneamente tocado o coração do tropel furioso que o perseguia, ao verem as lagrimas da sua esposa, que desgrenhada implorava piedade. Os dois frades enfureciam as turbas com seus brados, e guiavam-n'as com actividade infernal n'aquelle tremendo lavor. O grito da revolta era: *Queimae-os!* Quantos Christãos novos encontravam arrastavam-n'os pelas ruas, e iam lançal-os nas fogueiras da Ribeira e do Rocio. N'essa praça foram queimadas n'essa tarde trezentas pessoas, e ás vezes, n'esse e n'outro logar, ardiam a um tempo grupos de quinze ou vinte individuos. A ebriedade d'aquelle bando de cannibaes não se desvaneceu com o repouso da noite. Na segunda feira as scenas da vespera repetiram-se com maior violencia, e a crueldade da plebe, incitada pelos frades, revestiu-se de fórmas ainda mais hediondas. Acima de quinhentas pessoas tinham perecido na vespera: n'este dia passaram de mil. Segundo o costume, ao fanatismo tinham vindo associar-se todas as ruins paixões: o odio, a vingança covarde, a calumnia, a luxuria, o roubo. As inimizades acharam no motim popular ensejo favoravel para atrozes vinganças, e muitos Christãos-velhos foram levados ás fogueiras com os neophytos judeus. Alguns só obtinham salvar-se mostrando publicamente, deante dos assassinos, que não eram circumcidados. As casas dos Christãos-novos foram accommettidas e entradas. Mettiam a ferro homens, mulheres e velhos: as creanças arrancavam-n'as dos peitos das mães, e, pegando-lhes pelos pés, esmagavam-lhes o craneo nas paredes dos aposentos. Depois saqueavam tudo.

«Aqui e acolá, viam-se nas ruas alagadas de sangue pilhas de quarenta ou cincoenta cadaveres que esperavam a sua vez na fogueira. Os templos e os altares não serviam de refugio aos que tinham ido acoitar-se á sombra d'elles, e abraçar-se com os sacrarios e imagens dos santos. Donzellas, e mulheres casadas, expellidas do sanctuario, eram prostituidas e depois atiradas ás chammas. Os officiaes publicos, que por qualquer modo buscavam pôr diques a esta torrente de atrocidades e de infamias, escapavam, a custo, pela fuga, ao impeto irresistivel das turbas concitadas, porque, além da gente dos navios estrangeiros, mais de mil homens da plebe andavam embebidos n'aquella carnificina. A noite, que descia, veiu afinal cobrir com o seu manto este espectaculo medonho, que se renovou no dia seguinte. Mas já as hecatombes eram menos frequentes porque escasseavam as victimas.



Brazão d'armas da villa de Castello Rodrigo

«Os Christãos-velhos, que ainda acreditavam em Deus e na humanidade, tinham aproveitado o cansaço dos algozes para salvar grande numero d'aquelles desgraçados, escondendo-os ou facilitando-lhes a fuga, inutil até certo ponto, porque ainda varios d'elles foram assassinados nas aldeias circumvizinhas. Até terça feira á tarde o numero dos mortos orçava por dois mil individuos. Á medida que faltavam alfaias que roubar, mulheres que prostituir, sangue que beber, a multidão asserenava, e os filhos de S. Domingos, recolhendo-se ao seu antro, iam repousar das fadigas d'aquelle dia.

«Não era porém só o cansaço e a falta de victimas que induziam as turbas á moderação. O regedor da justiça, Ayres da Silva, e D. Alvaro de Castro, governador da casa do Civel, tinham-se entretanto approximado de Lisboa com os

Digitized by Google

officiaes de justiça e gente armada, e, fazendo alto junto ás muralhas contiguas a S. Vicente de Fóra, haviam mandado lançar pregão para que os cidadãos pegassem em armas e fossem reunir-se á força publica, sob pena de perdimento dos seus bens. Os moradores da capital estranhos á carnificina, e talvez alguns dos proprios assassinos, corriam a apresentar-se no campo junto de S. Vicente. Assim o temor devia fazer resfriar os ardores do fanatismo. Alguns frades, porventura compromettidos n'aquelles negros successos, buscaram ser medianeiros entre a gentalha e a força publica. Accordaram com elles os magistrados que a revolta acabaria, promettendo-se a impunidade, promessa que equivaleria á quebra de todas as leis do mundo moral, se não fosse o unico meio de restabelecer o socego e de facilitar a punição dos culpados[1].»

El-rei D. Manuel procedeu n'esta occasião com a mais louvavel energia. Ninguem diria que fôra elle mesmo quem promulgara as leis crueis de 1497. A punição dos criminosos foi terrivel. O prior do Crato e o barão de Alvito, munidos por el-rei de amplos poderes, entraram em Lisboa, reuniram os juizes, procederam com rapidez, julgaram summariamente os criminosos que se prenderam, e quarenta ou cincoenta foram immediatamente enforcados. Os dominicanos foram expulsos do seu convento e este entregue a administradores clerigos seculares. Os frades promotores da matança foram levados para Setubal, depois para Evora e condemnados á pena de garrote, pena que se executou. Lisboa perdeu muitos dos seus privilegios, apezar das supplicas da camara. D. Manuel entendia que era necessario dar-se um exemplo severo.

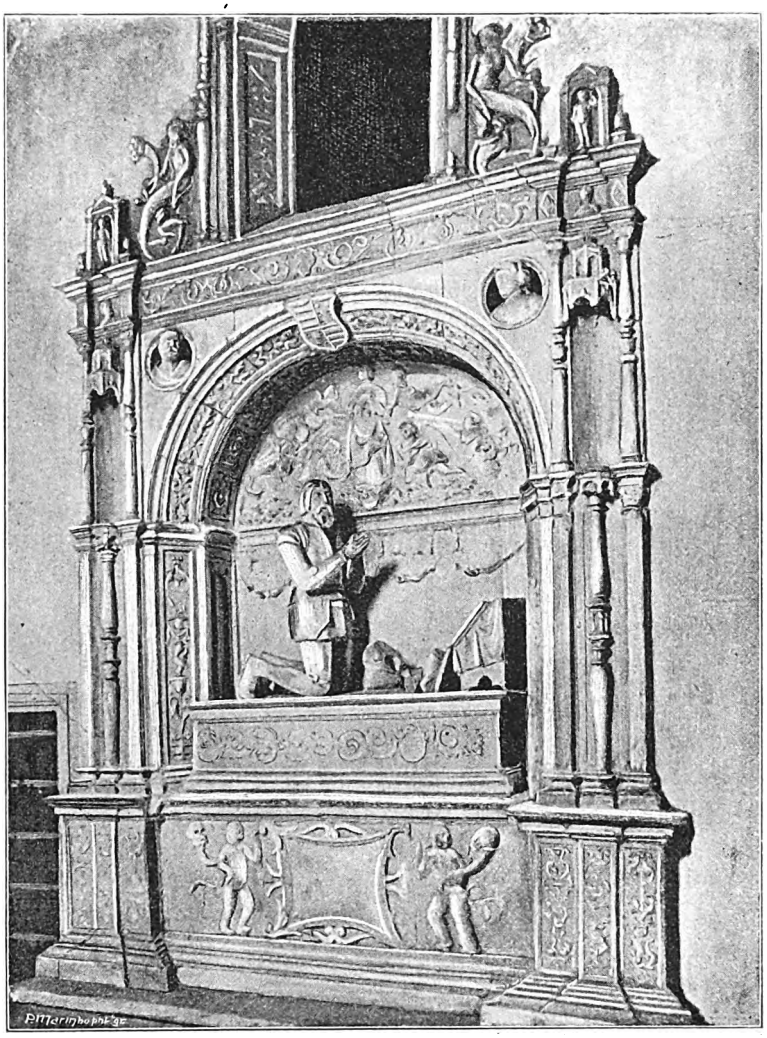
Mas o que mais honra o bom senso do soberano ou dos que fizeram predominar essa opinião nos seus conselhos, é a politica de tolerancia que d'ahi por deante se segue em Portugal. Já antes d'estes successos que narramos, tomando-se todas as precauções para que não podessem entrar em Portugal, como pedia o governo hespanhol, Judeus que fugissem das perseguições do Santo Officio, se negava ao mesmo tempo abertamente e energicamente ao mesmo governo a extradição que elle reclamava de subditos seus processados por esse tribunal odioso. Agora porém ia-se muito mais adeante. Reclamando o governo hespanhal, fazendo uma *deprecada* como hoje diriamos, para que um certo numero de Christãos-novos fossem depôr n'um processo em Sevilha, o governo portuguez não os deixou ir sem ter todas as garantias de que seriam restituidos sãos e salvos á terra que lhes déra asylo. Ao mesmo tempo todas essas leis que levantavam innumeras difficuldades á saida dos christãos-novos foram revogadas. Poderam gosar livremente dos direitos concedidos a todos os cidadãos, apenas com a restricção de que não passariam para terras que não fossem christãs, e de que não iriam senão em navios portuguezes. Suscitava-se a observancia de todas as leis protectoras dos christãos-novos, ampliava-se até o prazo em que era defezo inquirir de qualquer fórma do seu procedimento religioso.

Póde-se imaginar como os infelizes Judeus respirariam desafogados n'esta atmosphera que se lhes tornára tão suave, póde-se imaginar como elles seriam gratos ao paiz, que, depois de os ter tratado tão asperamente, lhes offerecia agora um asylo seguro, tranquillo, aqui a dois passos d'essa Hespanha que estava sendo para elles um continuo inferno. Essa mudança subita e confirmada por todos os actos do governo illudiu-os.

[1] A. Herculano, *Da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal. — Tentativa historica*, t. I, pag. 154 (Lisboa, 1854).

Digitized by Google

Não imaginaram que podesse mudar de um momento para o outro tão cordeal politica. Poucos aproveitaram as facilidades que tinham agora de sahir de Portugal. Quizeram mostrar o seu agradecimento, respeitando as exterioridades do culto catholico, mostrando-se, não christãos ferventes, mas exactos cumpridores dos deveres que a sua religião official lhes impunha. Procuraram enlaçar-se por meio de casamentos com familias de christãos-velhos, alguns até abraçaram o sacerdocio catholico. Diz com razão Herculano que, a não se ter alterado a politica do governo portuguez, até se conseguiria com o decorrer do tempo o que os fanaticos catholicos diziam desejar: a conversão sincera dos Judeus, que a pouco e pouco se confundiriam completamente com a massa catholica da população portugueza. Mas esse periodo de tolerancia tinha de ser curto, e os Judeus iam despertar em breve d'esse sonho que os illudia. Ao mediocre, egoista, mas sensato D. Manuel ia succeder o inepto e fanatico D. João III, e o clarão que os pobres Judeus consideravam como a aurora da sua redempção era apenas o prenuncio das primeiras chammas do Santo Officio.



TUMULO DO CONDE DA SORTELHA, EM GOES

Digitized by Google

CAPITULO L

Instituições do rei D. Manuel — Estado moral e administrativo do paiz durante o seu reinado

HEGADOS ao fim d'este reinado de vinte e seis annos, tão cheio de successos notaveis, e antes de voltarmos á côrte para historiarmos os pequenos acontecimentos que precederam a morte do rei afortunado, é bom que vejamos qual era o estado do reino e da legislação, quaes emfim as condições internas da sociedade portugueza, que o estrangeiro contemplava com admiração e respeito.

Assistimos, na historia do reinado de D. João II, á lucta decisiva que se travou entre esse grande monarcha e a nobreza, e que terminou com desvantagem d'esta ultima a batalha de seculos em que a realeza, auxiliada pelo povo, foi cerceando a um e um os privilegios da aristocracia. Completamente esmagada por D. João II, a classe fidalga julgou que poderia recuperar o seu antigo poder com a subida ao throno d'el-rei D. Manuel. Este effectivamente, chamando de Castella os filhos do duque de Bragança, tractando com extremado affecto aquelles a quem D. João II fizera sentir o pezo do seu odio, parecia querer seguir um caminho completamente diverso do que seguira o *Principe Perfeito*. Mas o golpe vibrado por este fôra rude, e a nobreza perdera toda a energia que tivera na edade média; as tendencias centralizadoras de toda a Europa, o espirito dos tempos eram contra ella; os fidalgos tinham curvado a cerviz debaixo da mão de ferro de D. João II, não ousaram fazer mais do que beijar a frouxa mão de D. Manuel; demais, as guerras da Africa e da India abriram um vasto campo á sua actividade inquieta: os indomaveis foram conquistar reinos no Oriente, como Affonso d'Albuquerque, ou defender contra os Mouros as praças da Barbaria, como Nuno Fernandes d'Athayde; os outros agruparam-se em torno do solio, e fizeram-se cortezãos.

«Foi Francisco I, diz um escriptor francez, que inventou o que teve o nome de *Côrte;* a côrte exerceu uma influencia decisiva sobre os costumes da nobreza. Estes fidalgos, que a realeza a custo reprimia nos seus castellos, quando se viram na côrte, prostraram-se espontaneamente, e de todo o gosto se fizeram servis. O que era n'esse caso a côrte? Digamol-o em duas palavras.

«O rei aposenta e sustenta em sua casa, n'algum grande palacio apropriado para isso, a flôr dos fidalgos francezes. Alguns d'esses fidalgos vivem junto d'elle com o titulo *d'officiaes da sua casa*, como camaristas, mordomos, copeiros, estribeiros, monteiros, etc. Justamente para motivar a sua presença criaram-se grande numero de cargos domesticos. Outros moram alli sem funcção, simplesmente com o titulo de hospedes. Alguns d'elles, tendo casa e mesa, teem além d'isso pensões. Uma terceira classe tem apenas aposento e sustenta-se á sua custa; mas todos á custa do rei é que teem recreios, divertimentos, festas e prazeres. Bailes, torneios, cerimonias faustosas, grandes jantares, grandes partidas onde se joga um jogo infernal, espectaculos, conversações animadas pela presença de bellas senho-

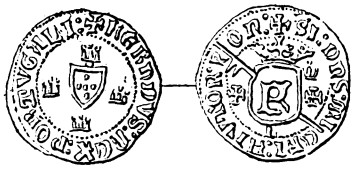
Digitized by Google

ras, palestras de todos os generos, em que póde cada qual escolher, em que os espiritos delicados e litterarios acham entretenimento, da mesma fórma que os vaidosos e os devassos, e eis a vida na côrte. É realmente uma cousa muito diversa da existencia brutal e monotona do senhor feudal encerrado no seu castello, no fundo d'uma provincia. Por isso de todos os lados os nobres affluiam á côrte; ahi iam buscar a satisfação dos prazeres mais requintados, assim como das paixões mais grosseiras. Um chega com esperança de ganhar, porque, se o rei quizer, póde enriquecer um homem com uma palavra só. O outro apresenta-se para obter um posto no exercito, ou uma funcção lucrativa nas finanças, ou uma abbadia, ou um bispado. Assim que os reis tiveram côrte, juraram não conceder cousa alguma senão aos fidalgos que na côrte vivessem. Os fidalgos, que se obstinavam a ficar nos seus castellos, passavam a fazer, como hoje diriamos, opposição...

«A ambição attrahiu os nobres á côrte; a ambição, a sociabilidade, a discrição alli os retinha. Incorrer no desfavor do monarcha, ser exilado da côrte, era em primeiro logar perder toda a esperança de ascensão, de engrandecimento; era tambem cahir do paraizo no purgatorio; houve pessoas que d'isso morreram.

«Comtudo a vida era muito mais cara na côrte do que nos castellos; havia alli como em todas as sociedades onde está cada qual constantemente em presença do seu vizinho, uma concorrencia illimitada para vêr quem havia de brilhar mais, quem seria mais magnifico. Os antigos réditos do senhorio já não bastavam. E exactamente, longe de augmentarem, diminuiam, pelo effeito inevitavel da ausencia do senhor. Emquanto este augmentava todos os dias as suas despezas em Chambord e em Versalhes, o seu intendente, só no castello, sem fiscalização, ia enviando cada trimestre, menos dinheiro. Para continuar na vida que até ahi passára, era o fidalgo obrigado a solicitar, a mendigar uma pensão do rei. Aqui temos pois a antiga altivez, a independencia feudal cahida muito em baixo.

«Como se obtinham as pensões, os cargos, os postos, os favores todos? A que virtude, a que merito attendiam os reis? Não eram as virtudes civicas, a capacidade, os serviços proveitosos ao publico que acima de tudo presavam e recompensavam, o que agradeciam era naturalmente a dedicação á sua pessoa, a cega obediencia, a lisonja, o servilismo.



Grave, de D. Fernando

«Durante a edade média, os sentimentos realistas, a affeição e admiração pelo rei tinham sido partilha sobretudo do povo e da burguezia, que só viam o rei como o seu protector natural contra a tyrannia dos grandes, e com esse pensamento obstinavam-se em consideral-o como innocente de todos os erros do governo.

«A nobreza fôra muito tempo bastante refractaria a esses sentimentos, por causa da contrariedade dos interesses. Mas desde a creação da côrte, abandonando a idéa de resistir ao rei para abraçar a de explorar o seu valimento, teve de cahir, com mais ou menos sinceridade, na admiração, no culto da realeza, como as outras classes. Então concorreram todos, como que ao desafio, para elevarem o idolo bem acima da terra, longe dos simples mortaes, até ás nuvens.

«O concerto de todas estas vozes achou-se perfeito no tempo de Luiz XIV. O rei Luiz XIV recebeu homenagens inebriantes que lhe fizeram acredi-

Digitized by Google

tar que era um deus, ou pelo menos um semi-deus[1].»

Podemos applicar, quasi textualmente, palavra por palavra, o que diz Lacombe, ácerca da côrte franceza estabelecida por Francisco I, á côrte portugueza fundada verdadeiramente por D. Manuel. Accrescia em Portugal que o rei, além dos cargos do palacio, dos beneficios, etc., com que engodava a ambição dos fidalgos, tinha ainda o Oriente e os seus rendosos governos, que bastavam para que a esperança de os obter transformasse em cortezãos servis os altivos nobres que tinham ousado resistir face a face a el-rei D. João II.

Por conseguinte, o fim desejado por D. João II conseguira-se, graças, não á habilidade de el-rei D. Manuel, mas simplesmente á força das cousas, e aos resultados naturaes da politica do Principe Perfeito; mas o que lucrou com a victoria o povo, alliado fiel da corôa nas suas prolongadas pelejas? Nada. A fabula do cavallo e do homem ligados contra o veado realizou-se plenamente: o veado foi vencido; mas o cavallo não poude mais saccudir o jugo a que imprudentemente se sujeitára.

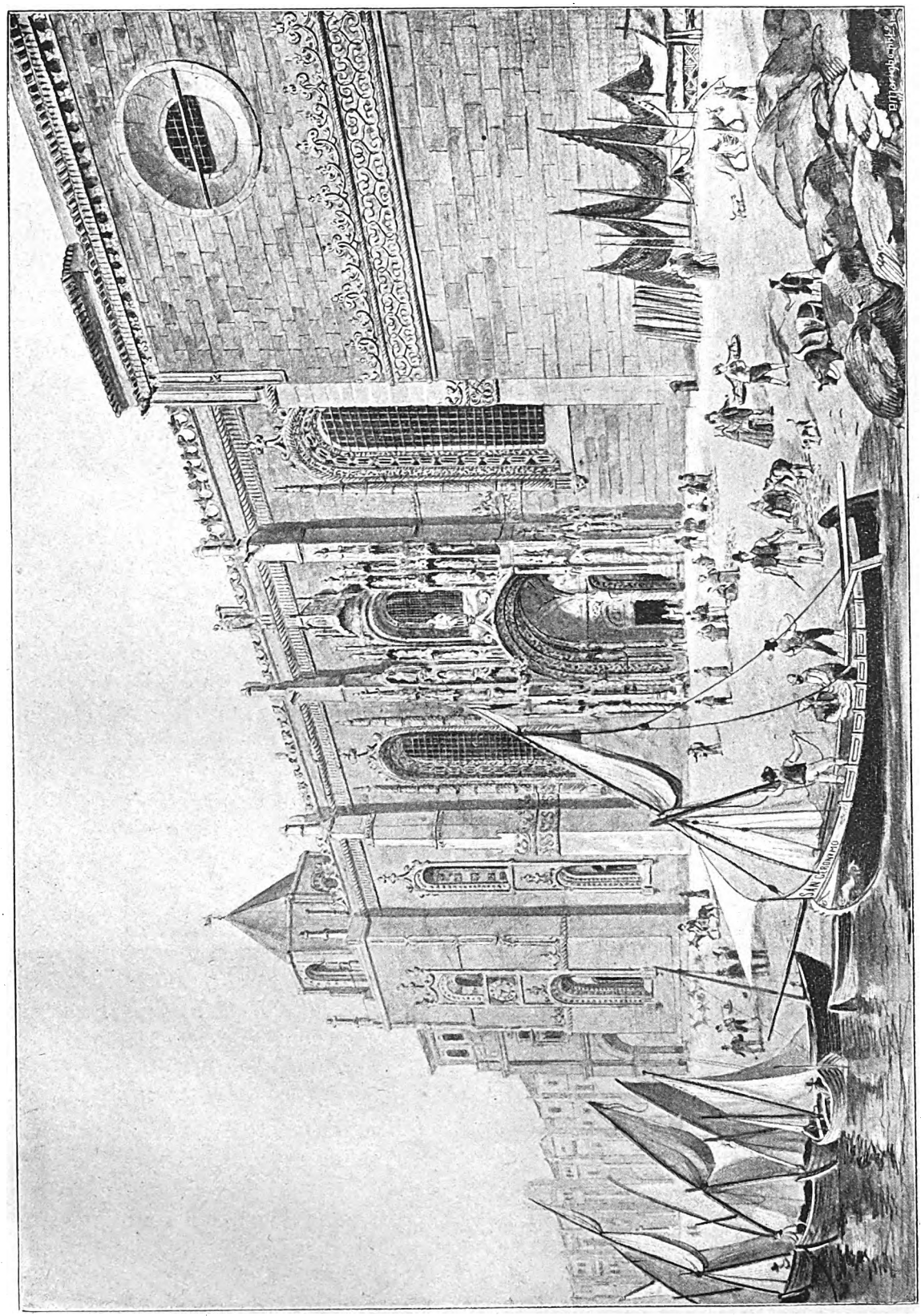
Os vexames que o povo outr'ora recebia dos fidalgos, e contra os quaes pedia auxilio aos monarchas, era agora do mesmo soberano que os soffria, e por conseguinte ficára sem ter sequer tribunal para que podesse appellar. Os capitulos apresentados pelos procuradores dos concelhos nas côrtes de Torres Novas de 1525, quatro annos depois da morte d'el-rei D. Manuel, e reproduzidos nas de 1535, denunciam bem que o povo estivera muito longe de lucrar com a transformação completa da monarchia semi-feudal na monarchia absoluta. D'esses capitulos dá-nos incidentemente noticia A. Herculano na sua optima *Historia da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal:*

«Os vexames e abusos na administração da justiça practicavam-se em todas as instancias desde as inferiores até ás mais elevadas, e não só no fôro secular, mas tambem no ecclesiastico[1]. O reino estava cheio de vadios que viviam opulentamente sem se saber como[2]. O vicio do jogo predominava em todas as classes, com as suas fataes consequencias de roubos, discordias e miseria domestica[3]. O luxo era desenfreado[4]. A côrte andava atulhada de ociosos, e a casa real dava o exemplo da falta de ordem e de economia[5]. Nos paços dos fidalgos via-se um sem numero de creados, bem superior ao que permittiam as suas rendas, de modo que faltavam os braços para o trabalho, sobretudo para a agricultura[6]. Qualquer viagem d'el-rei era um verdadeiro flagello para os povos por meio dos quaes transitava. A immensa comitiva de parasitas de todas as ordens e classes devorava a substancia dos proprietarios e lavradores. Mantimentos, cavalgaduras, carros, tudo era tomado, e os detensores ou não pagavam, ou pagavam com escriptos de divida, divertindo-se os cortezãos, muitas vezes, em destruirem os fructos, as fazendas e as mattas[7]. Se, porém, no civil ia mal o reino, não ia melhor no ecclesiastico. Nem os bispos nem os prelados das terras pertencentes ás ordens militares cumpriam com as suas obrigações. Do que se tractava era de comer os dizimos e rendas, e muitas vezes faltavam ao povo os officios divinos e os sacramentos. As

[1] Paul Lacombe, *Petite histoire du peuple français*, cap. XXIII, pag. 147 (Paris, 1868).

[1] Côrtes de 1525 a 35 (Lisboa, 1539 in fol.) c. 1, 3, 7, 14, 16, 17, 20, 35, 37, 43, 50, etc.
[2] Ibid. c. 150.
[3] Ibid. c. 183.
[4] Ibid. c. 182.
[5] Ibid. c. 98, 99, 102.
[6] Ibid. c. 103.
[7] Ibid. c. 98 e 157.

Digitized by Google



MOSTEIRO DOS JERONYMOS, EM BELEM, NO SECULO XVII

Digitized by Google

visitas feitas pelos prelados não tinham por fim reformar os costumes ou prover ao culto, mas sim extorquir dinheiro. Um dos grandes males do paiz eram os juizes apostolicos especiaes, que se obtinham por via de rescriptos de Roma, e que avocavam a si causas tanto do fôro secular, como do ecclesiastico, constituindo-se assim frades e clerigos ignorantes em magistrados. O abuso dos interdictos era intoleravel. A ordem de Christo, emfim, que tinha o padroado de centenares de parochias, offerecia na miseria e abandono das suas egrejas, pela falta de residencia dos pastores, um escandalo vergonhoso e deploravel[1].

Se outr'ora as visitas dos reis, como D. Pedro I e D. João II, eram uma benção para os povos, porque sempre estes obtinham justiça contra os aggravos dos fidalgos, agora, desde que a nobreza vencida passára a servir o vencedor, e se acolhera á sua sombra, essas visitas eram um verdadeiro flagello; porque os fidalgos, que formavam a côrte, multiplicavam os vexames, seguros da impunidade. Infelizmente D. Manuel teve tendencias vagabundas, e andou constantemente de cidade em cidade, de villa em villa, o que não concorreu pouco para justificar os queixumes dos procuradores dos concelhos.

«Ainda não tinham decorrido sessenta annos, escreve Coelho da Rocha, depois da publicação das Ordenações Affonsinas, quando D. Manuel as mandou revêr e reduzir a melhor fórma, ou fosse por ambição d'ajuntar aos seus titulos o de Legislador, ou (o que é mais natural) por querer divulgar pela imprensa, que então começava a generalizar-se em Portugal, um codigo mais perfeito. Esta reforma foi em 1505 encarregada ao chanceller-mór Ruy Botto, ao licenciado Ruy da Grã, e ao bacharel João Cotrim; publicada pela imprensa em 1514; e finalmente, ou emendada, ou concluida a sua impressão em 1521. É conhecida na historia pelo nome do rei que a mandou fazer.

«Os compiladores das novas Ordenações poucos defeitos emendaram das antigas. A divisão da obra, o systema, o espirito, os principios geraes da legislação, tudo é o mesmo: unicamente lhes inseriram as novas providencias, e alterações, que, no intervallo entre uma e outra compilação, haviam sido publicadas. O estylo é mais conciso e em toda a parte decretorio; não se encontra o theor, apenas em alguns logares o extracto das leis antigas. Apezar d'algumas mudanças na collocação das materias, a falta de deducção e de methodo ficou no mesmo estado[1].»

As *Ordenações Manuelinas* mostram que, depois das *Ordenações Affonsinas* houvera alterações importantes na organização judiciaria, principalmente na organização dos tribunaes superiores. O Desembargo do Paço fôra separado da Casa da Supplicação por D. João II, e ficara incumbido de resolver com el-rei os negocios de graça. As *Ordenações Manuelinas* organizaram completamente a Casa do Civel, dando-lhe regedor, chanceller-mór, desembargadores de aggravo, ouvidores do crime, etc. Crearam-se os *juizes de vintena* nas pequenas povoações com alçada até quatrocentos réis. Do regulamento que figura n'estas ordenações, e que determina o modo como os contadores devem prover ácerca dos residuos e estabelecimentos de piedade veiu a originar-se a magistratura dos privadores das comarcas, magistratura importantissima.

---

[1] Côrtes, etc., c. 161, 162, 163, 194. *Da origem e estabelelecimento da inquisição em Portugal*, tomo I, liv. III, pag. 183.

[1] Coelho da Rocha. *Ensaios sobre a historia do governo e da Legislação de Portugal*, 6.ª epocha, art. 6.º *Ordenações Manuelinas e alterações subsequentes*, pag. 130 da ed. cit.

Digitized by Google

Muitas coisas se ommittiram n'estas Ordenações, como os regimentos de empregados e officiaes que não eram de justiça, a legislação relativa a Mouros e Judeus, que era inutil desde o momento que a lei deixara de conhecer a existencia d'essas religiões em Portugal.

O regimento dos védores de fazenda, almoxarifes e contadores, decretado por D. Manuel em 1516, a lei de 1519 que creava em todos os concelhos uns magistrados chamados *avisadores* ou *concertadores*, que tinham por obrigação procurar auxiliar os demandistas, lei que logo caducou, e varias outras providencias de D. Manuel deixaram de ser encorporadas nas *Ordenações*. Depois da publicação d'uma collecção das nossas leis, muitas outras foram promulgadas tanto por D. Manuel como por D. João III que alteravam as disposições das leis codificadas. D. João III por exemplo reformou a ordem de processo, simplificando-a um pouco, supprimindo formulas, encurtando prazos; D. Manuel esse reviu o regimento do chanceller-mór do reino, os da Casa da Supplicação, os dos desembargadores do Paço, deu regimento ao juiz da chancellaria, e creou finalmente a Meza de Consciencia e Ordem, que tinha a seu cargo tudo o que dizia respeito ás ordens militares, o que era n'esse tempo um expediente enorme, e ainda a fiscalização das universidades, capellas e estabelecimentos de piedade.

Succederam-se além d'isso as pragmaticas e leis policiaes, tendentes a cohibir o luxo, e filhas da ignorancia das leis economicas e sociologicas que fazia com que os seus promulgadores imaginassem que podiam esses decretos e ordens pôr um dique a essa torrente de corrupção, que provinha das riquezas orientaes e da dissolução dos costumes.

Emprehendeu D. Manuel tambem a *reforma dos foraes*, dando como pretexto a necessidade de os pôr em harmonia com a nova legislação. A verdade é que se tractava de dar o ultimo golpe na velha organização descentralizadora da meia edade. O encarregado d'essa reforma foi Fernão de Pina que, para estudar a questão, percorreu o reino todo, menos o Algarve, de 1513 a 1517. O assumpto foi mal estudado, e provieram d'essa reforma uma immensidade de litigios e uma confusão enorme. Em todo o caso conseguiu-se o fim d'el-rei D. Manuel. Annullaram-se as velhas garantias municipaes, e as suas antigas cartas de foral passaram apenas a ser consultadas quasi como documentos historicos para se reclamar aqui ou além um privilegio.

Brazão d'armas da cidade de Abrantes

O systema tributario mudára tambem completamente. Nos primeiros tempos da monarchia bastavam para as despezas geraes alguns impostos sobre a agricultura. A' medida que as novas necessidades da civilização tornavam mais complicada a administração do Estado, recorreu-se aos impostos sobre as transacções. As sizas e os direitos das alfandegas foram a base do systema tributario no tempo d'el-rei D. Manuel.

A centralização arraigava-se em Portugal, e essa tendencia, que fôra primeiro favoravel ao povo porque destruia as tyrannias feudaes, agora que os fidalgos estavam vencidos, voltava-se contra elle porque lhe cerceava todos os privilegios municipaes, que tinham feito a sua força durante a edade média. Esta reforma dos foraes, que esteve muito longe de ser uma simples medida para esclarecimento de duvidas, tanto assim que as duvidas, em vez de diminuirem augmentaram, pela precipitação e descuido de Fernão de Pina, como Damião de Goes

Digitized by Google

declara[1], ou talvez antes porque não seria mais do que o pretexto para dar um golpe bem fundo nas liberdades dos concelhos, essa reforma dos foraes deu por certo occasião a medidas que nos parecem importantissimas para a historia das instituições portuguezas.

Assim, por exemplo, em 1503 tirou D. Manuel ao municipio do Porto o antigo privilegio que possuia de não ser permittido a fidalgos morarem dentro dos muros da cidade[2], privilegio de que os Portuenses eram tão zelosos que ainda no tempo de Affonso V fizeram motins formidaveis para sustentarem os seus direitos contra alguns fidalgos insolentes; mas o tempo foi correndo, a fidalguia, de inimiga da corôa, tornára-se sua alliada servil; o braço de D. João II fortalecera immensamente o regio poder, e no tempo d'el-rei D. Manuel já esses indomitos burguezes não ousavam boquejar contra uma medida que seria cincoenta annos antes o signal d'uma terrivel insurreição.

A instituição dos juizes de fóra, que tambem se lhe deve, e que D. Affonso IV tentára debalde estabelecer, foi mais um profundo golpe nas velhas liberdades populares. «Pôz juizes de fóra, diz Damião Goes, nas cidades e villas de todo o reino á custa de sua fazenda, parecendo-lhe que os naturaes podiam por affeição errar no que julgavam[3];» a providencia era paternal, como se vê; mas com a vinda dos juizes de fóra lá se perdia o mais querido privilegio dos municipios.

A uma e uma cahiram essas garantias, palladio da liberdade, e o que era peior era que o povo nem o percebia, nem protestava, d'enlevado que estava com os successos e as riquezas do Oriente. Um ou outro protesto se fazia ouvir apenas isolado e sem forças. Assim em 1520, estando D. Manuel em Evora, impôz ao reino um formidavel tributo, sem que as côrtes ao menos por simples formalidade o votassem. «Por conselho e parecer, diz Damião de Goes, de lettrados e dos officiaes de sua fazenda, ordenou que as novidades que colhessem seus sujeitos se estimassem e que, rebatido o que os alvidradores dissessem ser necessario aos senhorios para despeza de suas casas e familias, lhe pagassem logo a siza do demais, o que, posto que por todo o reino fosse mal tomado, *pôde tanto o querer d'el-rei que muitas cidades e villas do reino consentiram n'estas imposição*[1]. Pois o tributo era a um tempo illegal e iniquo, e bastante enfraquecida devia estar a antiga altivez municipal, para que os concelhos se resignassem a soffrer assim uma imposição por tal fórma arbitraria.

Ao menos d'esta vez ainda houve uma voz que protestasse: João Mendes Cecioso, vereador d'Evora, recusou-se a pagar o tributo lançado a capricho do rei, e nem os pedidos nem as ameaças de D. Manuel, que em Evora residia n'essa occasião, como dissemos, poderam fazer com que elle desistisse do seu firme proposito. Juntando a violencia á iniquidade, D. Manuel mandou-o prender e declarou-o inapto d'ahi em deante para exercer qualquer cargo municipal; mas em breve se arrependeu da ordem precipitada, e, ou porque quizesse grangear uma facil popularidade, tractando com benevolencia o unico sobrevivente da velha raça dos rijos populares de D. João I, ou porque temesse tambem abusar do servilismo do povo, obrigando-o a contemplar friamente este acto ultra-despotico, D. Manuel mandou soltar Cecioso, louvou muito a sua inteireza de caracter, e revogou a ordem que déra privando-o de exercer cargos munici-

[1] *Chronica d'el-rei D. Manuel*, P. 1.ª, cap. 25.
[2] Ibid., P. 4.ª, cap. 86, fol. 346.
[3] Ibid., 4.ª parte, cap. 86, fol. 346.

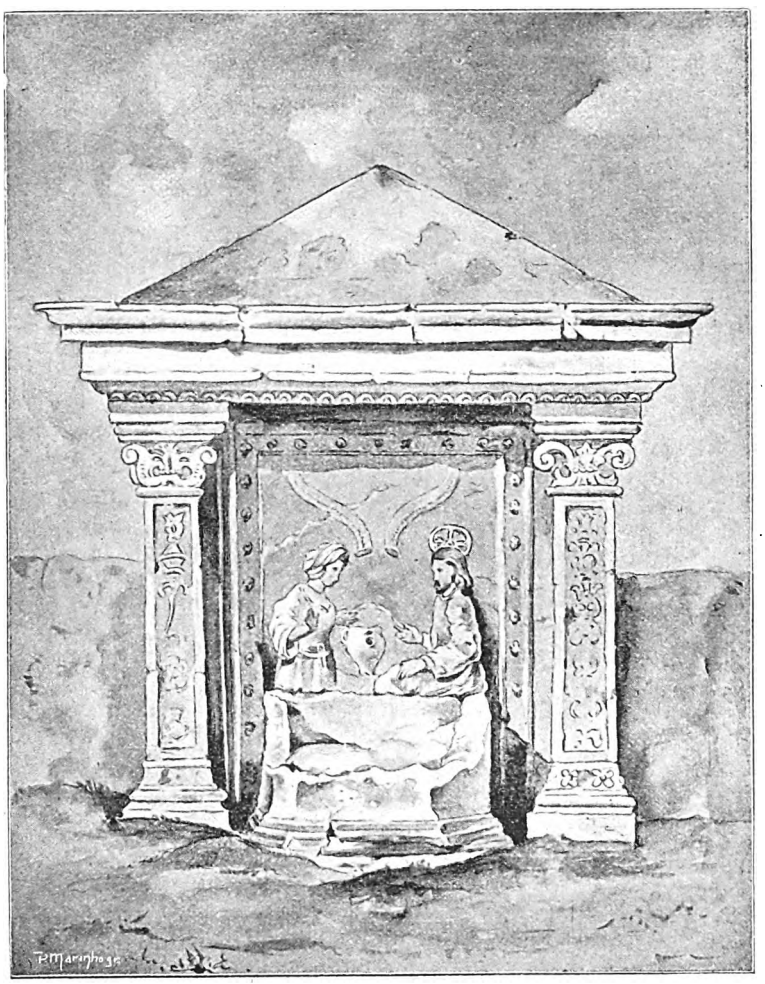
[1] *Chronica d'el-rei D. Manuel*, fol. 346, verso.

Digitized by Google

paes, dizendo pelo contrario que folgaria de que todos os cargos do reino fossem desempenhados por homens d'aquella tempera. Não era difficil a benevolencia a quem via aliás a sua vontade servilmente respeitada por um povo inteiro. Os chronistas louvam-n'a muito... Ah! como o velho Fernão Lopes se espantaria de ouvir louvar um acto que elle julgaria naturalissimo!

Como se vê d'este facto, como se deduz facilmente da imposição de tão pesado tributo, o estado financeiro do reino, apezar da affluencia das riquezas do Oriente, estava longe de ser satisfatorio. É incontestavel que o commercio se elevára a um grau de riqueza inaudito, e que por conseguinte os direitos das alfandegas, e os tributos sobre as transacções deviam render enormemente, mas as expedições que a cada instante se aprestavam para a India, a continuada e infructifera guerra africana, a sustentação d'uma côrte magnifica absorviam todos esses tributos, e o *deficit* permanecia. Demais faltavam os braços para a agricultura e para a industria; as guerras absorviam todas as forças vivas d'este pequeno reino, os ociosos abundavam como succede sempre nos grandes centros de opulencia e de luxo, onde o parasitismo é rendoso. Portugal estava já sendo simplesmente o corrector na Europa das riquezas orientaes, como o foi depois das riquezas do Brazil. Que importava que o ouro corresse em Lisboa a rodo, se elle não fecundava o paiz, e ia fertilizar o estrangeiro, que nos enviava não só os productos da sua industria, mas tambem os fructos da sua agricultura?

«Logo no reinado de D. Manuel, escrevia Alexandre de Gusmão, o intelligentissimo secretario particular d'el-rei D. João V, queixando-se do mesmo mal, que no seu tempo, e ainda em grau mais elevado, corroia o reino, logo no reinado de D. Manuel os estrangeiros que vinham d'antes carregar trigo a Portugal, principiaram a vir sustentar-nos, levando em troca as riquezas que iamos buscar ás conquistas.» É uma grande verdade: em Portugal, que era na edade-média, como o leitor teve já occasião de vêr, o



FONTE DA SAMARITANA, EM XABREGAS

Digitized by Google

celleiro da Europa, houve no tempo de D. Manuel fome espantosa, sendo necessario que el-rei mandasse por toda a parte navios numerosos comprar trigo para subsistencia do povo.

Se de fóra tinhamos de mandar vir os fructos da agricultura, o mesmo succedia com a industria fabril, que estava em Portugal completamente estagnada, tanto por falta de braços, como tambem (ajuizadamente o nota Coelho da Rocha) pelas pragmaticas contra o luxo, que D. Manuel promulgou para evitar o empobrecimento da nobreza, que não conseguiam o seu fim, porque eram sempre violadas, mas que em troca matavam a industria. Effectivamente, ninguem se arrisca a intentar um negocio que as leis prohibem, mas aquelles que não fazem caso das leis vão provêr-se ao estrangeiro, e o abuso continúa, até que uma nova lei o venha suspender por instantes.

Assim, apezar das muitas riquezas que aqui affluiam, a pobreza do reino nem por isso era menor. Quem verdadeiramente lucrava com as nossas conquistas era a industriosa Flandres, a laboriosa Inglaterra, para onde corria o nosso ouro, e que em troca nos enviavam os productos das suas fabricas. Antuerpia, por exemplo, é que era o verdadeiro emporio das riquezas do Oriente; Antuerpia é que se locupletava á nossa custa, e tamanho commercio tinhamos com aquella cidade que lá existia uma feitoria portugueza para facilidade das transacções[1]. As moedas portuguezas circulavam por toda a Europa a ponto tal que Shakespeare fez dizer no *Othello* a Desdemona, quando a juvenil veneziana dá pela falta do lenço, que serviu de base á intriga de Iago: «Antes queria perder a minha bolsa *cheia de cruzados*[1]», prova de que eram tão vulgares e tão apreciadas na Europa essas moedas portuguezas como hoje o podem ser as libras da Inglaterra.

Sim! o valor representativo da riqueza abundava por cá, e D. Manuel fartou-se de lavrar novas moedas. Fez em 1499 os *Portuguezes* de ouro que valiam 10 cruzados, e *Indios* de prata que valiam 33 reaes, em 1504 mandou lavrar *Portuguezes* de prata que valiam 400 reaes; quartos de cruzado de ouro; os quartos dos *Portuguezes* de prata eram os *tostões* valendo cinco vintens, e cada vintem vinte reaes brancos: estas divisões subsistem, como se vê. Foi tambem o primeiro que fez meios tostões de prata; mas querem vêr como esta abundancia de moeda estava longe de significar riqueza? Ouçam Damião de Goes:

«Fez reaes de cobre de seis ceitis cada real, que de uma banda tinham um R debaixo d'uma corôa e da outra o escudo das armas do reino, e o letreiro d'ambas as bandas diz Emanuel Rex Portugaliæ, etc., *dos quaes reaes de cobre correram poucos por o preço das cousas que valiam um ceitil, ou pouco mais, se alevantar logo ao d'um real*[1].» Quer dizer: o preço dos objectos sextuplicou d'um momento para o outro. É a eterna lei economica da procura e da offerta que mais uma vez se manifestava, demonstrando que estereis são as riquezas monetarias, quando não ha outras mais solidas.

Por conseguinte, apezar das conquistas e da descoberta do novo caminho para a India, o Estado não enriquecera, os encargos sobrelevavam a receita, e o *deficit* entranhava-se nas nossas finanças. Por isso el-rei D. Manuel teve de ser rigoroso no levantamento dos tribu-

[1] Um dos mais celebres historiadores da revolta dos Paizes Baixos era filho do feitor portuguez em Antuerpia. A sua obra, escripta em latim, é muito apreciada.

[1] I had rather have lost my purse.
Full of *cruzadoes*.
Othello the moor of Venice, acto 3.º, scena 4.ª, pag. 220 das *Dramatic works of William Shakespeare* (Londres, 1830).

[2] *Chronica*, etc., loc. cit.

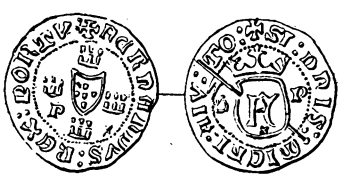
Digitized by Google

tos, e, se, quando foi ás côrtes de Aragão para ser reconhecido como herdeiro d'esse reino, em consequencia do seu casamento com a princeza D. Izabel, tomou a seguinte medida, de que Damião de Goes nos vae falar, medida bem pouco propria para diminuir os seus embaraços financeiros, bem cedo se arrependeu d'ella. Diz Damião de Goes:

«Estando el-rei em Saragoça, por sua devoção, de motu-proprio, deu liberdade á clerezia d'estes reinos de não pagarem siza, nem dizima, nem outros direitos reaes que até alli os clerigos eram costumados pagar, assim como os leigos, e d'isso mandou fazer um privilegio de exempção dos taes direitos, o qual mandou ao reino por Fernão de Pina, que o entregou a D. Martinho da Costa, arcebispo de Lisboa, irmão do cardeal D. Jorge da Costa e elle o recebeu e levou nas mãos com procissão solemne ao mosteiro de S. Domingos, onde se leu publicamente, em uma prégação que se sobre isso fez. Esta mesma liberdade deu el-rei depois no anno de 1504 aos commendadores e cavalleiros da ordem de Christo para elles e seus criados[2].»

Mas esta medida, inspirada por idéas d'uma devoção acanhada, devia contrarial-o bastante no decurso do seu governo, porque não só o vêmos pedir e obter do Papa, com pretexto de guerras de religião, o direito de levantar grandes collectas sobre os rendimentos ecclesiasticos, mas tambem o encontramos legislando novamente sobre um abuso, que já no tempo de D. Affonso II a corôa procurára reprimir, D. Diniz voltára a coarctar, e que sempre ia subsistindo com grave prejuizo do reino e da fazenda publica. Falamos da grande quantidade de bens territoriaes que o clero comprava, bens amortizados que nunca mais se vendiam, que ficavam por conseguinte exemptos para sempre dos impostos sobre as transacções, além de todos os outros inconvenientes que os economistas reconhecem na amortização territorial, felizmente hoje abolida pelas leis liberaes em quasi toda a Europa.

Era comtudo, e continuou a ser por muito tempo, e cada vez mais, um poder respeitavel a Egreja; o clero não fôra derribado, como a nobreza, pelo braço poderoso dos reis. Perdêra, é certo, as suas preeminencias feudaes; deixára de haver grandes senhores ecclesiasticos, da mesma fórma que deixára de haver grandes senhores seculares, mas o clero, agrupado agora em torno do solio dos Papas, exercia uma influencia temivel, influencia toda moral, mas mais poderosa talvez do que quando tinha para appoiarem o seu poder os innumeros vassallos das terras em que dominava.



Grave, de D. Fernando

«A jurisdicção dos bispos, e sobretudo dos metropolitanos, continuou a ser deprimida pelo pretendido poder universal dos pontifices romanos. Além dos negocios chamados a Roma, os legados e nuncios arrogavam-se em Portugal a mais ampla auctoridade, sem receio da opposição dos prelados, e quasi certos da condescendencia dos reis. Leão X concedeu ao capellão-mór do rei auctoridade para prover e conhecer das questões relativas aos beneficios da corôa, toda a jurisdicção ecclesiastica sobre as pessoas empregadas ao serviço do rei, inclusivè os magistrados, quaesquer que fossem os seus ordinarios; e além disso o conhecimento sobre as excommunhões ou interdictos, que os bispos irrogassem ás auctoridades, ou n'algum logar, ainda que fosse da sua diocese. Por esta maneira os privilegios e exempções da jurisdicção dos ordinarios multiplicaram-

[1] *Chronica de D. Manuel*, parte I, cap. 31, fol. 28.

Digitized by Google

se ao infinito com grande transtorno da disciplina[1]».

Devemos dizer comtudo, em honra de el-rei D. Manuel, ou antes devemos citar como mais uma prova da sua felicidade, que ainda assim, durante o seu reinado, não tomou o clero demasiada preponderancia. Prova de felicidade, repetimos que é, porque D. Manuel morreu exactamente quando rebentou a Reforma, e quando, por conseguinte, a Egreja catholica assustada lançou mão de todos os meios repressivos para conservar os fieis no seu gremio. O que faria elle, se se achasse n'essas difficeis circumstancias, se a sua devoção, posto que mais esclarecida do que a do seu filho, se visse intimada a accolher os Jesuitas, a fundar a inquisição? Não podêmos dizel-o; o que é certo é que teve a rara ventura de não se encontrar a braços com essas difficuldades.

DIOGO DO COUTO

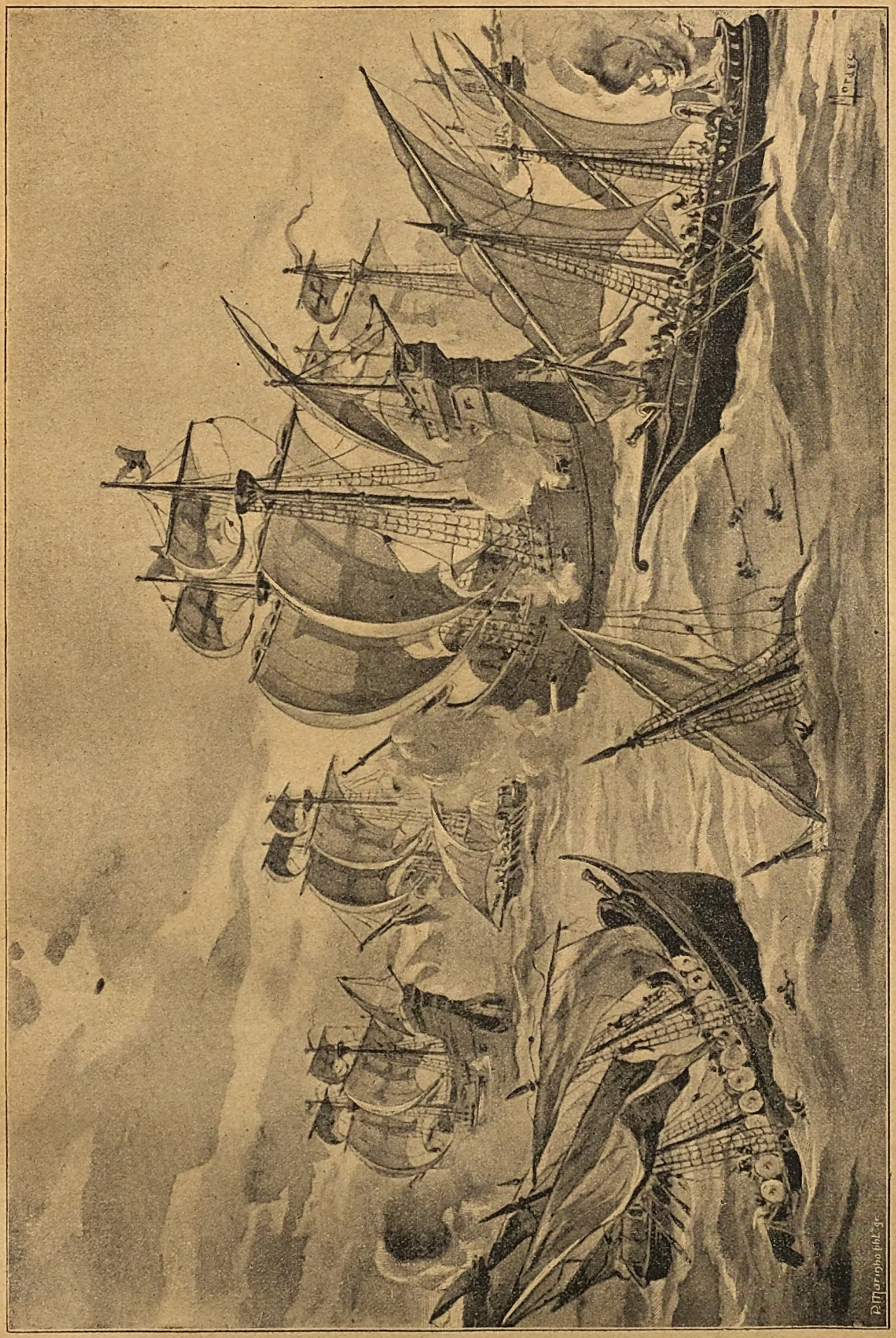
«O estado da Egreja era comtudo em Portugal tão pouco edificante como em toda a Europa: «Os bispos, diz ainda Coelho da Rocha, pela maior parte distrahidos com os negocios civis e politicos, e muitas vezes com os militares, pouco cuidado prestavam ao seu officio apostolico, attentos unicamente em zelar, com o respeitavel nome do bem da religião, os interesses temporaes da egreja, que muitas vezes não eram senão os da sua ambição individual. A lei canonica da residencia não era respeitada; a accumulação de muitos beneficios, e até de muitos bispados era ordinaria[1]: não se estranhava o provimento das egrejas em menores[2] ou em homens indignos pelo seu comportamento ou ignorancia; e esta desordem communicava-se a todos os graus inferiores. Mas onde a relaxação campeava, sobretudo, era nos claustros das ordens religiosas: não só estava esquecida a obri-

1 Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a historia do governo*, etc., pag. 161.

1 Quando morreu em Roma o cardeal D. Jorge da Costa, conhecido pelo nome de Cardeal d'Alpedrinha, vagaram duzentos beneficios que elle disfructava. Veja-se «Historia de Portugal composta em inglez por uma sociedade de litteratos, trasladada em vulgar com as addições da versão franceza e notas do traductor portuguez, Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro» (Lisboa, 1826, 3.ª edição) tom. II, part. II, pag. 219, nota 1. «Foi, diz Coelho da Rocha, deão de Lisboa, Braga, Guarda, Porto, Lamego, Vizeu, Silves, e Burgos com o seu chantrado. Teve oito abbadias da ordem de S. Bento, dez de conegos regrantes de Santo Agostinho, e seis da ordem de S. Bernardo em que entrava a d'Alcobaça. Foi D. Prior de Guimarães, bispo de Silves, Porto, Vizeu, e Evora, arcebispo de Braga e de Lisboa, além d'outros grossos beneficios que teve fóra do reino».

2 Leão X, foi cardeal aos 10 ou 12 annos.

Digitized by Google



JOÃO DA NOVA EM LUCTA COM CEM PARÁOS

Digitized by Google

gação dos votos e a disciplina das regras, mas nem ao menos eram respeitadas as leis do decoro. Frequentes são os exemplos de frades e freiras, solicitando a legitimação de seus filhos sacrilegos[1].

A relaxação introduzira-se pois na Egreja como em toda a sociedade, e não era por conseguinte ás suas virtudes que o clero devia a sua grande influencia: d'essa influencia uma das causas principaes era o estudo da jurisprudencia. Em Portugal as Ordenações Manuelinas, da mesma fórma que as Affonsinas, consideravam como fontes subsidiarias o Direito Romano e o Direito Canonico. Ora se os textos do Direito Romano punham acima de todas as leis a vontade do Principe, os do Direito Canonico proclamavam como superior a todas as jurisdicções humanas a vontade do Pontifice, representante da vontade da Egreja, e por conseguinte interprete directo e indiscutivel da vontade do Céu. Os soberanos infelizmente deixavam passar sem réplica estas theorias de tão perigosas consequencias, e o proprio D. João II não fôra exempto de culpas, porque, levado pelo desejo d'agradar ao Papa talvez para o tornar favoravel á legitimação de seu filho D. Jorge ou aos interesses de Portugal na questão de divisão das descobertas e das conquistas com a Hespanha, permittiu que as bullas pontificaes podessem ter curso em Portugal sem o beneplacito régio, imprudencia terrivel que veiu a ter funestas consequencias. Por conseguinte, dos quatro poderes que outr'ora se combatiam mutuamente, a realeza, o povo, a nobreza e o clero, quasi sempre alliados os dois primeiros contra os dois ultimos tambem unidos, a victoria definitiva pertencia ao rei e ao clero. A esta épocha podêmos quasi que fazer subir a famosa formula do «throno e do altar» que tantas tormentas occasiona, e que só então podia começar a ser invocada. Seria decerto um contra-senso quando o clero depunha D. Sancho II, ou quando D. Pedro I fazia sentir ao bispo do Porto o pezo da sua colera.

Dos outros dois poderes, a nobreza resgatára-se d'uma perda completa e da profunda humilhação transformando-se em cortezã; o povo, esse, calcado aos pés por todos os combatentes, só lucrava com a victoria d'uns ou d'outros o sentir sempre o pêzo de dobrados encargos.

O que eram já as côrtes no tempo d'el-rei D. Manuel? Umas vãs assembléas sem significação nem poder.

As famigeradas côrtes d'Evora, de 1481, foram as ultimas em que o povo tomou verdadeira iniciativa: alli, aos golpes dos procuradores dos concelhos, dirigidos na sombra pela mão occulta de D. João II, cahiram a um e um, e para não mais se levantarem, os privilegios da nobreza. Mas, depois de terem prestado esse grande serviço á corôa, para que eram mais necessarias as côrtes, que não podiam senão embaraçar a marcha do governo? Por isso, mal sabiam os procuradores das côrtes d'Evora que, lavrando a sentença condemnatoria das classes privilegiadas, suas constantes inimigas, assignavam ao mesmo tempo a sua sentença de morte. A guerra acabava: era, por conseguinte, desnecessario o seu concurso.

Durante os vinte annos de reinado de D. Manuel, apenas foram convocadas quatro vezes, e sempre para se lhes pedir dinheiro, até que, afinal, se percebeu que para isso mesmo eram escusadas, porque, lançando D. Manuel o celebre imposto, contra o qual protestou honradamente o vereador d'Evora João Mendes Cecioso, sem intervenção das côrtes, deu para pretexto d'essa illegalidade que a peste que ardia no reino lhe não per-

[1] Coelho da Rocha, *Ensaio*, etc., loc. cit.

Digitized by Google

mittira convocar os Tres Estados; o povo acceitou, sem muitos murmurios, o pretexto, e D. Manuel comprehendeu que soára definitivamente a hora do poder absoluto. Assim era, e os seus successores comprehenderam-n'o egualmente: as côrtes estavam mortas, ainda arrastaram uma existencia miseravel, até que D. Pedro II as dispersou definitivamente, com a mesma sem-ceremonia com que Oliveiros Cromwell enxotou o parlamento, ou Bonaparte os dois Conselhos da Republica Directorial. Ser-se expulso por um Cromwell ou por um Bonaparte, vá; mas por um D. Pedro II, lá custa!

Tem Alfredo de Vigny um drama que se intitula *Le Maréchal d'Ancre*; o enredo d'esse drama funda-se no conhecido caso da morte de Concini. Um dos personagens da peça, um dos personagens phanthasiados, Picard, sargento da guarda urbana, é o symbolo do povo. Para se livrar do oppressor Concini, liga-se com os fidalgos inimigos d'este, e coopéra no assassinio. A obra nefanda conclue-se, e, apenas Concini jaz morto, os fidalgos, sem nem sequer olharem para Picard e para os seus companheiros, exclamam: «Vamos apresentar as nossas homenagens a el-rei Luiz XIII,» quer dizer, «vamos receber as honras e as recompensas que el-rei nos outorgará, agora que o livrámos d'este audacioso Mentor.»

Ficando só com os seus companheiros juncto ao cadaver do assassinado, Picard volta-se para elles, e exclama apenas:

—*Et nous?*

Cahe o panno.

Ah! se no tempo d'el-rei D. Manuel viviam ainda, como era natural, muitos dos procuradores das côrtes d'Evora de 1481, bem podiam exclamar, como o personagem de Vigny, voltando-se para os seus mandatarios:

—E nós?

Ainda decorreram tres seculos antes que o povo, surgindo, emfim, do seu duradouro lethargo, encontrasse uma resposta energica para essa tão singella e tão conceituosa interrogação.

CAPITULO LI

Acontecimentos do Paço.—Morte d'el-rei D. Manuel —Politica d'este soberano.—A sua corte

IMOS que el-rei D. Manuel, incitado por uma paixão antiga, e talvez tambem um pouco pela ambição de vir a ser elle ou seu filho rei de toda a Peninsula Hispanica, regeitou a mão da infanta D. Maria, que os reis catholicos lhe offereciam, para pedir em casamento a princeza D. Izabel, filha mais velha dos soberanos de Hespanha, e viuva do filho de D. João II. Esse casamento, mal agourado pelas iniquidades que D. Manuel practicou para o tornar possivel, teve um funesto desenlace: pouco tempo depois de dar á luz o principe D. Miguel, a rainha falleceu, o filho não tardou a seguil-a no tumulo, e D. Manuel achou-se, d'ahi a pouco tempo, viuvo, sem filhos, com a sua ambição mallograda e com mais um remorso, e que remorso! na consciencia.

Como vimos tambem, D. Manuel foi ainda procurar segunda esposa á familia real de Hespanha, casando a 30 de outubro de 1500, em Alcacer do Sal,

Digitized by Google

com a infanta D. Maria, que anteriormente regeitára, e a quem os paes dotaram ricamente. Quiz o destino que fossem rainhas todas as quatro filhas de Fernando e Izabel, duas, Izabel e Maria, rainhas de Portugal, Joanna, rainha de Hespanha, e Catharina, rainha de Inglaterra.

No dia 6 de junho de 1502 nasceu em Lisboa o principe D. João, que tinha de ser o rei D. João III, nascimento que foi assignalado por uma terrivel tempestade. É facil imaginar que sinistros agouros não tirariam d'esta coincidencia os espiritos supersticiosos dos Portuguezes no seculo XVI, e o peior foi que o rei que nascia então justificou todas as lugubres prophecias que sobre o seu berço pairaram. Devemos notar que foi padrinho de D. João III Pedro Pascoaligo, embaixador da republica de Veneza. Não deviam ser muito agradaveis as bençãos que lançaria ao afilhado o representante de um paiz, a que as nossas descobertas tinham feito perder toda a importancia commercial e politica.

A 24 de outubro de 1503 nasceu, em Lisboa tambem, a infanta D. Izabel, que foi a formosa princeza que desposou o imperador Carlos V, e que, para fatalidade nossa, deu á luz D. Filippe II. Foi em 1526 que esse casamento se fez, e o motivo que levou o imperador Carlos V, cuja mão tão disputada era pelas mais nobres princezas da Europa, a vir escolher noiva em Portugal, não deixaria de ser o seu opulento dote de novecentos mil cruzados, e cem mil em joias e enxoval. Mas depois a formosura e as nobres qualidades da Portugueza imperatriz exerceram a sua legitima influencia no espirito de D. Carlos, que sempre a estremeceu, sempre attendeu muito aos seus conselhos e vontades, e que ainda no convento de S. Justo levava horas a contemplar o retrato que d'esta gentil Portugueza tirára o grande pintor Ticiano.

A 31 de dezembro de 1504, anno assignalado em Portugal por grandes terramotos, em Hespanha pela morte da rainha D. Izabel I, nasceu em Lisboa a infanta D. Beatriz, a formosissima infanta que foi duqueza de Saboya, mãe do celebre general Manuel Felisberto, duque de Saboya, o vencedor da batalha de S. Quintino. Enlaça-se com o gracioso nome d'esta princeza D. Beatriz a semilegendaria historia dos amores de Bernardim Ribeiro.

A 3 de março de 1506 nasceu em Abrantes o infante D. Luiz. A côrte fôra para essa villa, fugindo á peste que então ardia em Lisboa. Este infante, respeitado por seu irmão D. João III, muito popular, e dotado de altas qualidades de espirito e de coração, foi discipulo de Pedro Nunes e collega de D. João de Castro; desejou muito passar á Africa, e principalmente á India, onde decerto o seu governo seria altamente benefico, ainda que não fosse senão porque o prestigio do seu nascimento faria emmudecer muitas rivalidades. D. João III nunca lh'o consentiu, não sabemos porque mesquinhas razões; fez parte, como voluntario, da expedição de Carlos V contra Tunis, e esteve para ser rei da Polonia, se tivesse seguimento a negociação que Damião de Goes encetou em Cracovia para o casamento do infante com Edwige, filha de Sigismundo rei d'esse paiz. Este casamento fôra lembrado por dois palatinos que tinham estado em Portugal. Effectivamente, n'um reino electivo, como era essa nação hoje tão desgraçada, um principe estrangeiro dotado das qualidades do infante D. Luiz, e casado com uma princeza polaca, tinha as maiores probabilidades de obter a corôa, como a obteve em 1572 o principe Henrique de Valois, que a abandonou, depois de pouco tempo de reinado, para vir cingir o diadema francez com o nome de Henrique III.

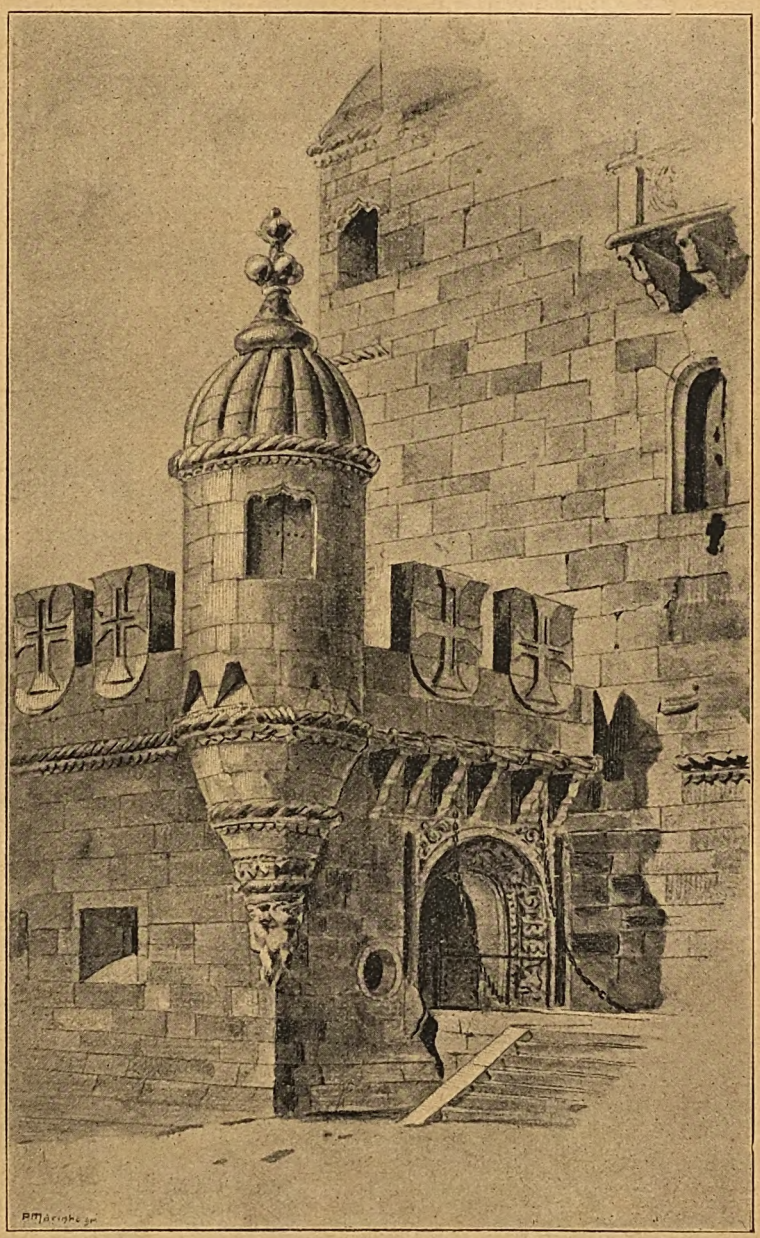
Digitized by Google

Este principe D. Luiz teve um filho bastardo, que foi D. Antonio, prior do Crato, o rival desgraçado de Philippe II.

Em Abrantes tambem, e no dia 5 de junho de 1507, nasceu o infante D. Fernando, que foi casado com D. Guiomar Coutinho filha do conde de Marialva. A este casamento liga-se uma historia altamente romantica e dramatica, e que, como tal, tem sido aproveitada por muitos dos nossos escriptores modernos, entre outros os srs. Camillo Castello Branco e Bernardino Pinheiro, que n'um drama aquelle[1], e este n'um romancinho[2], aproveitaram o magnifico assumpto.

Foi o infante D. Fernando, homem muito dado ao cultivo das lettras, e ao amor das artes, como nos informa Damião de Goes, que foi por elle encarregado, quando esteve em Flandres, de lhe enviar todas as chronicas que podesse reunir, e que recebeu tambem do infante D. Fernando varias encommendas para um celebre illuminador Simão de Bruges.

Em Evora, no dia 23 de abril de 1509, teve a rainha D. Maria um outro filho, que foi o infante D. Affonso. Com este principe se practicou mais uma vez um escandalo ecclesiastico então frequente. Tinha apenas sete annos quando, em 1516, lhe enviou o papa Leão X o chapeu de cardeal, com o titulo de Santa Luzia. Faziam d'estas os Papas, elevavam uma creança ao mais alto grau da hierarchia ecclesiastica, e depois queixavam-se da apparição de Luthero. Deus abandonaria a sua Egreja contra a formal promessa de Jesus, se na hora do escandalo lhe não enviasse o flagello e o castigo.



ENTRADA PARA A TORRE DE S. VICENTE DE BELEM

[1] *O marquez de Torres Novas.*
[2] *D. Guiomar Coutinho.*

Digitized by Google

Renovava pois Leão X com um principe portuguez o que fôra com elle practicado. Houve uma differença, porém: foi que Leão X justificou a escolha de Innocencio VIII, e o cardeal portuguez D. Affonso não justificou de modo algum a escolha de Leão X. Nunca foi senão um fanatico de espirito acanhado, para quem, apezar de todos os seus desejos cortezãos, Damião de Goes não acha outro louvor senão de que foi «assaz douto em lingua latina», o que estava muito longe de ser uma raridade no seculo XVI entre os homens da Egreja.

Foi bispo de Evora e arcebispo de Lisboa, e encontraremos o seu nome nas questões relativas ao estabelecimento da Inquisição.

A 31 de janeiro de 1512 nasceu em Lisboa o infante D. Henrique, depois cardeal, e finalmente rei, para desgraça de Portugal. Nada mais diremos por agora d'este principe, já que por infelicidade o teremos de encontrar no primeiro plano da nossa historia, depois da catastrophe de Alcacer-Kibir.

A 7 de setembro de 1515 nasceu em Lisboa tambem o infante D. Duarte, que não se tornou de modo algum notavel na nossa historia, conquistando apenas a fama de bom musico e de grande caçador. Foi casado com uma irmã do duque D. Theodosio de Bragança, e d'esse casamento nasceram duas filhas, D. Maria e D. Catharina, e um filho posthumo, D. Duarte. D. Catharina foi a mesma que se apresentou em 1580 como pretendente á corôa, e cujos direitos, os mais legitimos de todos, foram frustrados pela força e pelas manhas de Philippe II.

No dia 9 de setembro de 1516 nasceu tambem em Lisboa o infante D. Antonio, que morreu logo em seguida, e em consequencia d'esse parto pouco feliz ficou sempre doente a rainha D. Maria, que veiu a fallecer no dia 7 de março de 1517, de edade de trinta e cinco annos. A physionomia d'esta rainha de Portugal pouco avulta na historia; é um pallido rosto de devota que mal se divisa ao lado do de seu marido, entre a fanatica e, apezar d'isso, não antipathica D. Izabel e a desgraçada D. Leonor, que, depois de viuva de el-rei D. Manuel, foi esposa de Francisco I de França.

Depois da morte da rainha D. Maria, teve el-rei D. Manuel um pensamento, que mal se comprehendia no monarcha venturoso, que não via uma só nuvem a ensombrar-lhe o luminoso horizonte. Projectou abdicar em seu filho mais velho, ficando apenas com a soberania do Algarve, para poder emfim realizar o seu projecto favorito de fazer guerra na Africa aos infieis. Obrigou-o comtudo a desistir d'esse plano a incapacidade de seu filho, que se deixava facilmente dominar por homens indignos. Com effeito o futuro rei D. João III não se mostrou, emquanto principe, muito atilado, e já se podia prevêr a que funestos erros o arrastaria o seu estreito espirito. Transpirando a noticia d'esta intenção d'el-rei D. Manuel, muitos fidalgos moços, companheiros dos desvarios de juventude do principe real, e desejosos de o verem no throno para poderem satisfazer as suas ambições, começavam a dispôr contra seu pae o espirito de D. João.

El-rei, vendo isto, não pensou mais em abdicar, e puniu os fidalgos que julgava maus conselheiros de seu filho. Luiz da Silveira foi exilado da côrte, bode expiatorio das culpas, que mais directamente seriam do principe, a quem o nascimento assegurava a impunidade.

Foi tambem então que D. Manuel se resolveu casar terceira vez; o negocio tractou-o secretamente Alvaro da Costa, que fôra a Castella dar as boas vindas ao rei Carlos I (depois imperador d'Allemanha Carlos V) que chegára de Flandres havia pouco tempo, levando a mis-

Digitized by Google

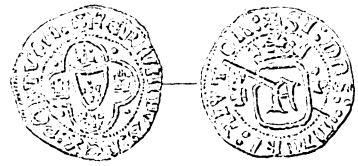
são ostensiva de tractar do casamento do rei de Hespanha com a infanta D. Izabel de Portugal, e do principe D. João com a infanta D. Leonor, irmã do rei D. Carlos, mas parece que já com o verdadeiro intento de negociar o casamento d'esta princeza com o proprio rei de Portugal. Dizem outros que effectivamente o primeiro intento não fôra disfarce, mas que D. Manuel, tendo visto um retrato de D. Leonor, namorou-se d'elle perdidamente, e ordenou a Alvaro da Costa que mudasse os nomes dos noivos, e offerecesse o rei em vez do principe. A ser verdadeira esta ultima supposição, o caso seria para estampar um ridiculo indelevel no caracter de D. Manuel, homem de cincoenta annos que toma para si a noiva do filho.

Fosse como fosse, quando estalou em Portugal a nova subita de que se achava negociado o terceiro casamento d'el-rei D. Manuel, houve grande descontentamento entre os partidarios do principe, e D. João esse nunca mais poude disfarçar o profundo resentimento que o alanceára.

No dia 24 de novembro de 1518 casou D. Manuel no Crato com a infanta D. Leonor. A deduzirmos do que se seguiu quando D. João III subiu ao throno, nos olhos do principe real e de sua joven madrasta se leu a pena que ambos sentiam por se ter desfeito a idéa do primitivo casamento, muito mais racional pela conformidade nas edades dos noivos.

Em todo o caso, obtida a dispensa do Papa, visto serem parentes os dois desposados, o terceiro matrimonio do rei D. Manuel consumou-se, mau grado o torvo aspecto de seu filho, e D. Manuel nem sequer pensou em imitar a abnegação heroica do rei Seleuco, abnegação que serviu d'assumpto de comedia a um não menor poeta do que Luiz de Camões.

Este casamento, celebrado com toda a pompa[1], por occasião do qual recebeu D. Manuel a ordem do Tosão d'Ouro, honra que retribuiu mandando fazer, para a capella da egreja da ordem, em Bruxellas, um riquissimo pontifical, esteve longe de ser infecundo. A 18 de fevereiro de 1520 deu a rainha D. Leonor áluz em Evora um filho,



Grave, de D. Fernando

que teve o nome de Carlos, e que morreu com pouco mais d'um anno d'edade, em Lisboa, no dia 15 d'abril de 1521. N'este ultimo anno, em Lisboa tambem, e no dia 8 de junho, nasceu a infanta D. Maria, a ultima filha d'este prolifico monarcha. Esta princeza foi notavel pelos dotes d'espirito e de coração, e tambem pela infelicidade que a perseguiu durante a sua vida toda, impedindo com varios obstaculos todos os casamentos que foram para ella negociados, e obrigando-a a viver afastada de sua mãe que a estremecia, e que não passava menos attribulada vida em Pariz, esposa trahida do rei Francisco I de França, voluvel como a historia nol-o pinta[2].

---

[1] Quem negociou na côrte hespanhola esse casamento, e que foi por isso ricamente recompensado por el-rei D. Manuel, foi Guilherme de Croy, senhor de Chièvres, um d'aquelles fidalgos flamengos que tantos odios excitaram em Hespanha, mas que exerciam indispensavel influencia no espirito do joven rei D. Carlos.

[2] *A infanta D. Maria.*—Filha d'el-rei D. Manuel e de sua terceira esposa D. Leonor, irmã de Carlos V, distinguiu-se esta princeza não só pelas suas virtudes e notavel erudição, mas pelo muito que protegeu as lettras e as artes e aquelles que as cultivavam, fazendo de seus paços uma verdadeira academia em que dominavam, tanto pelo prestigio da belleza, como pelo da sciencia, muitas mulheres notaveis, entre as quaes devemos contar Luiza Sigéa e a celebre Paula Vicente, filha do fundador do nosso theatro.

«N'um seculo, em que tantas princezas eruditas imperavam nas côrtes de França e d'Italia, a um tempo musas e poetizas, inspiradoras e inspiradas, Portugal, que então caminhava a par das outras nações, quando se lhes não avantajava, teve na infanta

Digitized by Google

Estava já proxima a ultima hora d'el-rei D. Manuel; antes, porém, teve ainda o gosto de casar sua filha D. Beatriz com o duque de Saboya, que havia muito a pedira, sendo-lhe finalmente concedida n'esse anno de 1521, em que vieram embaixadores de Saboya buscar a sua nova duqueza, celebrando-se o casamento por procuração em Lisboa, ceremonia pomposa, de que não foi o menor ornamento o *auto de Gil Vicente*, que serviu d'assumpto ao admiravel drama de Garrett, que tem esse titulo, e que deu o signal da restauração do nosso theatro no seculo XIX.

Não é aqui logar nem occasião d'averiguar o que ha de verdade n'esses amores do poeta Bernardim Ribeiro, que não podemos considerar absolutamente legendarios, mas que não terão tambem a importancia que a tradição lhes attribue, não passando talvez de serem o louco devaneio d'um poeta fascinado pela formosura da princeza gentil. Fosse como fosse, o que é certo é que a nova duqueza de Saboya foi uma extremosa esposa, que partilhou fielmente as alegrias e as tribulações de seu marido, o qual, victima da lucta entre Francisco I e Carlos V, teve a dôr de vêr os seus Estados em poder da França, sem que no tractado de paz Carlos V, por cuja causa padecia, o favorecesse. Comtudo é verdade que mais de uma vez lhe valeu durante essa terrivel lucta a amizade do poderoso imperador, compellido a protegel-o pela intercessão de sua mulher, a imperatriz D. Izabel, que votava um vivo affecto fraternal a sua irmã D. Beatriz. Essa protecção desappareceu provavelmente com a morte da gentil duqueza, e Carlos de Saboya foi sacrificado despiedosamente[1]. O seu filho, e herdeiro, Manuel Felisberto, confiou na sua coragem e no seu talento para recuperar a perdida herança paterna, e com effeito desenvolveu taes dotes de general que Philippe II d'Hespanha, seu primo, lhe confiou o commando do exercito á testa do qual ganhou a famosa victoria de S. Quintino, que pôz a França a dois dedos da sua perda. No tractado de Chateau-Cambrésis não foi olvidado o general victorioso, e os seus Estados hereditarios foram-lhe restituidos, obtendo ao mesmo tempo a mão da princeza Margarida, irmã d'Henrique II de França. Devemos considerar como portugueza, em parte, a gloria d'este heroe, em cujas veias corria sangue portuguez, e que sempre venerou a memoria do avô, de quem tinha o nome, e da mãe, a quem votára o mais extremoso affecto.

Depois d'uma vida não longa, mas cheia de prosperidade, ia D. Manuel adormecer no eterno somno, podendo

---

D. Maria uma rival das duas Margaridas de Navarra, de que se ufanava a França, e de tantas princezas italianas, que mantinham acceso nas côrtes dos pequenos Estados da formosa peninsula o sacro fogo das lettras, das sciencias e das artes.

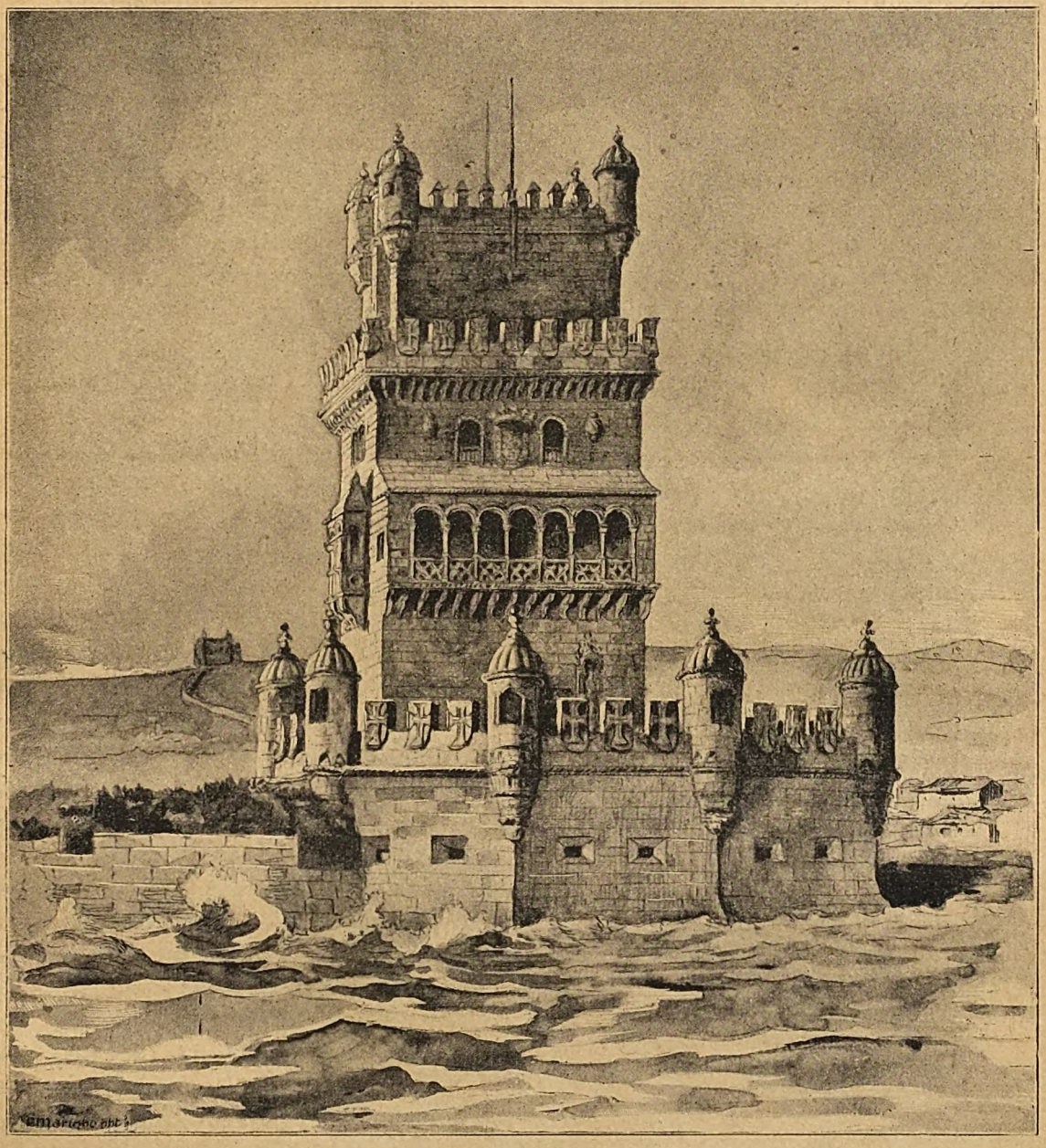
«Na sua vida particular não foi muito feliz a illustre senhora. Nascida no dia 8 de junho de 1521, logo n'esse anno perdeu o pae, e d'ahi a pouco tempo viu-se privada dos carinhos maternaes, porque a rainha viuva D. Leonor teve d'ir desposar em segundas nupcias el-rei Francisco I de França, e em Portugal não se lhe consentiu que levasse comsigo a pequenina infanta.

«Nunca a pobre mãe conseguiu ter a seu lado a filha; quando esta chegou á edade nubente, D. Leonor ajustou-lhe successivamente varios casamentos que a fariam sahir de Portugal, o primeiro com o delphim de França, o segundo com o duque d'Orleans. Ambos os noivos morreram. Esteve ainda para casar com seu tio Fernando, que foi posteriormente imperador d'Allemanha, e com seu primo Philippe II, mas sempre os casamentos se desmancharam, e veiu a fallecer solteira, em Lisboa, no dia 10 d'outubro de 1577.» *Portuguezes illustres* por M. Pinheiro Chagas, pag. 68 (Lisboa, 1869).

[1] Veja-se a *Hist. da Italia* por Leo e Botta, vol. 2.º Não é portanto nem verdadeiro nem sequer verosimil o que diz Damião de Goes, de que o duque de Saboya tomára o partido do imperador Carlos V para satisfazer os desejos da esposa. O soberano de um pequeno territorio não pode ter d'estes caprichos: obrigado, pela situação da Saboya, a optar por um dos dois contendores, inclinou-se para o lado do que lhe pareceu tambem mais forte e d'aquelle a quem o ligavam os laços de familia.

Digitized by Google

dizer que nunca mais esplendido reinado resplandecêra nos fastos de Portugal, sem que isso se devesse ás altas qualidades do soberano, que não tinha mais do que um natural bom-senso, que ainda assim não é para desprezar, junto com este egoismo tranquillo, optimo viatico para o caminho da vida, porque nos preserva dos grandes abalos e das fortes commoções. Com uma tal organização el-rei D. Manuel teria uma larga e prospera existencia, se lh'a não atalhassem umas febres então endemicas em Lisboa e que os medicos não souberam combater. Veiu a fallecer nos paços da Ribeira no dia de Santa Luzia, 13 de dezembro de 1521, tendo d'edade 52 annos, 6 mezes e 13 dias, e de reinado 26 annos, 1 mez e 19 dias. Eram 9 horas da noite quando expirou.



TORRE DE S. VICENTE DE BELEM

Digitized by Google

A acreditarmos o que nos diz Gil Vicente, ou antes, a darmos mais importancia do que a que se concede a um poema official, á peça de versos que elle compôz com o titulo e na fórma de romance popular quando morreu el-rei D. Manuel, a morte d'este soberano teria sido muito sentida. Devemos regeitar o testemunho como d'epicedio cortezão, mas não resistimos ao desejo de citar um fragmento d'esse lindo romance, que mostra quanto aquelle grande poeta, Gil Vicente, filho do povo pela inspiração, ainda que fosse o paço o theatro do seu engenho, quanto elle estava familiarizado com o tom e os segredos da musa popular:

Pranto fazem em Lisboa,
Dia de Santa Luzia,
Por el-rei Dom Manuel,
Que se finou n'esse dia.
Choram duques, mestres, condes,
Cada um quem mais podia;
Os fidalgos e donzellas
Muito tristes em porfia;
Os Infantes davam gritos,
A Infanta[1] se carpia;
Seus cabellos, fios d'oiro,
Arrincava e destruia;
Seus olhos maravilhosos
Fontes d'agua parecia,
Bem merecem ser escriptas
As lastimas que dizia.
«Paço tão desamparado
«Derribado merecia,
«Pois a sua fortaleza
«Se tornou em terra fria.
«O' minha senhora madre,
«Rainha D. Maria,
«Quem a vós levou primeiro
«Mui grande bem vos queria,
«Pois que vos livrou da pena
«Que passamos n'este dia.
E outras magoas, que de tristes
Contar não n'as ousaria.
O principe dava suspiros
Que a alma se lhe sahia;
Suas lagrimas, prudentes
Como a gran senhor cumpria[2].

De dia sempre velava,
De noite nunca dormia.
A Rainha estrangeira[1]
Já chorar o não podia:
Com rouca voz dolorosa
Estas palavras dizia[2]:

Segue-se depois uma lamentação em hespanhol, por ser a lingua materna da rainha a que se allude, logo a descripção do enterro de D. Manuel, e, finalmente, uns versos sentidos em forma d'oração a Nossa Senhora, que Gil Vicente põe na bocca do duque de Bragança, mestre de Santiago, marquez de Villa Real, marquez de Torres, conde de Marialva, bispo d'Evora, conde de Tentugal, conde da Feira, conde de Penella, conde d'Alcoutim e conde de Portalegre.

A morte d'el-rei D. Manuel não devia excitar nem o pranto universal, como em França a de Henrique IV, nem jubilo universal, como em França tambem a de Luiz XIV. Não era D. Manuel homem que inspirasse grandes sympathias, nem antipathias profundas; espirito mediocre, dotado, incontestavelmente, d'um bom senso natural, que o impedia de commetter graves erros, excepto quando uma paixão mais viva lhe offuscava a razão, era tambem incapaz de tomar uma iniciativa ousada, ou de comprehender mesmo os pensamentos dos grandes homens que o serviam. Não era um tyranno, mas era um egoista. Encontrou tudo preparado para as grandes obras que durante o seu reinado se emprehenderam; não pôz, pela sua impericia, obstaculos á sua realização, mas tambem nada preparou para o futuro. O seu pensamento parecia ser, ainda que não chegasse nunca a reduzil-o a uma formula favorita, o mesmo que dictava posteriormente a Luiz XV o

[1] Devia ser a infanta D. Izabel, depois imperatriz; porque D. Manuel ainda não tinha um anno, e D. Beatriz estava já em Turim.

[2] Estas *lagrimas prudentes* o que nos revelam é que o principe D. João sentiu mui pouco a morte do pae, e que o facto não passou despercebido na côrte, pois que Gil Vicente não ousou pintal-o mergulhado em prantos, limitando-se a interpretar do modo mais benevolo possivel o sentimento demasiadamente moderado do homem que se ia chamar D. João III.

[1] D. Leonor.

[2] *Romance á morte d'el-rei D. Manuel*, 4.ª das *Obras varias* publicada no vol. 3.º das *Obras de Gil Vicente*, pag. 345 (Lisboa, 1852).

Digitized by Google

celebre motto: *Après moi le déluge*. Por isso tambem foi o seu reinado o ponto culminante da nossa prosperidade, ponto a que haviamos de chegar, se assim o podemos dizer, pela velocidade adquirida, mas d'onde começámos logo a descer, sem que D. Manuel soubesse ou tentasse reter-nos no auge a que tinhamos subido. Se não se sentiu logo a decadencia, foi porque esse movimento de descensão, ao principio quasi imperceptivel, accelera-se para o fim; mas a verdade é que foi então que elle principiou.

Este juizo que formamos de D. Manuel é, parece-nos, completamente desassombrado. Se uma ou outra vez nos inflammou a indignação, quando tivemos de narrar as suas grandes ingratidões, agora que lançamos um rapido e frio olhar para o panorama completo do seu governo, para os seus actos de rei ou de homem, procuramos formar um juizo seguro, sem nos cegarem as sympathias pelas victimas do seu egoismo ou da sua fraqueza. Egoismo! Eis com effeito a palavra explicativa, quasi sempre, do procedimento de D. Manuel, como é tambem a que explica quasi sempre o procedimento de Luiz XIV, que tão pouco mereceu, como o nosso soberano, o epitheto de Grande, e com quem tem D. Manuel tantos pontos de contacto.

Tanto Luiz XIV como D. Manuel tiveram o raro dom de conhecer e escolher os homens. É verdade que D. João II deixara a D. Manuel, discriminados entre todos os cortezãos, aquelles a quem podia confiar grandes emprezas. Mas D. Manuel soube aproveitar a escolha, o que já não é pouco. Vasco da Gama, Cabral, Pacheco, D. Francisco d'Almeida, Affonso d'Albuquerque, enviados successivamente á India, provam que D. Manuel sabia reconhecer as verdadeiras capacidades; mas, ainda da mesma fórma que Luiz XIV, entendia, parece, que era o régio favor a fonte das grandes qualidades dos seus subditos, e que elle, do alto do seu throno, como Deus, omnipotente e impassivel, não devia a esses homens nem consideração pelo seu talento, nem gratidão pelos seus serviços. Bastava que os cortezãos lhe ferissem a vaidade, ou lhe sobresaltassem o ciume do poder, para que nem a India pacificada e domada valesse a D. Francisco d'Almeida, nem o Oriente prostrado a nossos pés e cheio de terror do nosso nome a Affonso d'Albuquerque: o desvalimento régio lá os ia ferir no meio das suas glorias.

Brazão d'armas da villa de Trevões

Isso não prova só o egoismo do soberano, prova tambem a estreiteza das suas vistas. Quem envia a demissão a Affonso d'Albuquerque no meio dos seus trabalhos herculeos, é porque não comprehende a grande obra que o seu grande general tentára, e que seria a unica base possivel do nosso dominio perduravel no Oriente. É isto o que nos prova, mais do que tudo, a mediocridade do espirito de D. Manuel; debatem-se perante elle dois grandes planos, o de D. Francisco d'Almeida, querendo apenas o commercio da India, o de Affonso d'Albuquerque, votando pela conquista, mas com a fusão das duas raças conquistadora e conquistada. Qual é o plano adoptado por D. Manuel? Nenhum: parece que nem comprehende a discussão. Comtanto que se levante mais uma fortaleza, e que as riquezas do Oriente affluam todos os annos a Lisboa, D. Manuel está satisfeito. Emquanto os dois grandes homens na India ouvem, no silencio da noite, as confidencias do seu genio, D. Manuel attende apenas ás pequenas intrigas da camarilha, e este pretor, invertendo o proloquio latino, é das cousas minimas que se occupa de preferencia.

O mesmo na guerra d'Africa: — D.

Digitized by Google

João II concebera um plano que daria a formação de um imperio luso-africano, conquistando um cordão de praças em Marrocos, e attrahindo, por meio da benevolencia, os selvagens bereberes a agruparem-se em torno das praças portuguezas. Este plano foi o que a França realizou, com grande trabalho, em Alger, da mesma forma que do plano de Albuquerque foi na India herdeira a Inglaterra; D. Manuel nem um nem outro comprehendeu. Na Africa tomou bastantes praças, é verdade, e com enorme dispendio de dinheiro e de soldados; mas as correrias dos nossos continuavam sempre, o que não era decerto o melhor modo de domesticar as tribus indigenas. Que querem? A rainha D. Maria mostrava desejos de ter escravas mouras, e os Portuguezes, como bons cortezãos, corriam a tomal-as nos aduares, deixando ficar inextinguivel odio no coração dos paes e dos maridos.

O mesmo vimos na administração interna: não foi D. Manuel mau gerente da fazenda publica, e não repetiu as prodigalidades de Affonso V; péza até sobre elle a accusação de avaro, accusação que o honra, porque partiu decerto da bocca de alguns fidalgos descontentes por se não locupletarem á custa da fazenda publica.

Teve, é certo, uma côrte magnifica, dispendeu com mão prodiga em ceremonias de apparato as riquezas da India, mas emfim, durante o seu reinado, não se viu o thesouro nos apuros que no subsequente governo produziram a bancarota. Mas tambem quão longe esteve de fundar, em bases seguras, a riqueza do paiz! Que formidaveis impostos não fez, como vimos, pezar sobre as classes tributadas! Como desprezou a agricultura! Como esterilizou a industria entre outras cousas com as pragmaticas! Desejava cohibir o luxo? Como o poderia fazer se, ao passo que intentava impedir os fidalgos de exhibirem magnificencias sobre posse, lhes dava ao mesmo tempo o exemplo da sumptuosidade e lhes excitava indirectamente a emulação, quasi convidando-os a rivalizarem em esplendor?

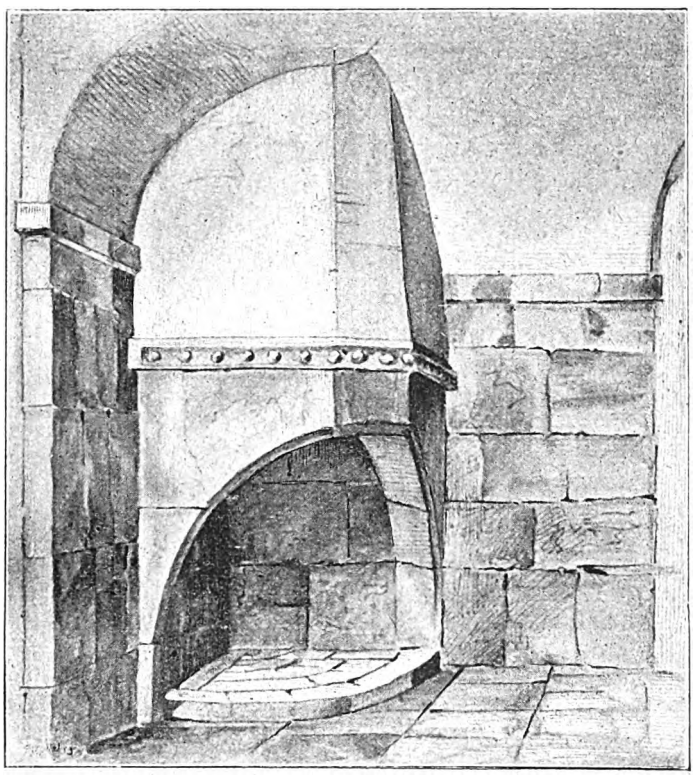
Se durante a sua vida não teve que soffrer com as pretenções e influencia do clero, não semeava desgraças para o futuro, deixando os padres tomar na sua côrte uma preponderancia, que tinha de ser omnipotente no espirito de D. João III e causar todas as desgraças de Portugal? Desprezando as côrtes, reduzindo-as a assembléas sem vontade e sem prestigio, não preparava o paiz para assistir, quasi com indifferença, á conquista de Philippe II? Não era elle que formava, por assim dizermos, aquellas doceis côrtes de 1580, em que só a voz de Phebo Moniz resoou altiva, portugueza e independente? Fazendo dos fidalgos simples cortezãos ambiciosos de honras e de riquezas, não lançava os germens d'aquella fidalguia depravada que o rei hespanhol tão facilmente comprou com as *cédulas* de Christovam de Moura? Dir-nos-hão que d'estas ultimas cousas eram principalmente culpados o espirito dos tempos e as tendencias geraes da Europa: é verdade, mas confessem tambem que, se não foi D. Manuel pessoalmente o causador de todas essas cousas vis, tambem o não foi de todas as grandes cousas do seu reinado, e que, homem de limitado espirito, e de curtissimas vistas, assistiu, quasi como mero espectador, aos factos historicos do seu tempo, sem se levantar deante d'elles como um obstaculo.

Na questão de tolerancia religiosa vimol-o tambem representar pouco mais ou menos o mesmo papel. Não tem, é certo, o fanatismo estupido de seu filho, mas tambem está muito longe dos altos pensamentos do seu antecessor. No principio do reinado estampa-se a mácula indelevel da prescripção dos Judeus e

Digitized by Google

dos Mouros; comtudo, passado esse impeto da paixão, o seu bom senso natural de novo o domina, e vendo os funestos resultados da forçada conversão dos Judeus, resultados funestos que ainda mais evidentes lhe torna a matança de Lisboa, D. Manuel recúa, e é com palliativos que pretende evitar as consequencias do golpe terrivel que vibrou. É certo que durante os ultimos quinze annos do seu reinado, estiveram os desgraçados christãos-novos a abrigo das antigas perseguições; mas collocados n'uma posição falsissima, sem terem, como Judeus, a protecção das leis especiaes, sem estarem, como os christãos-velhos, a abrigo da lei commum, bastava que o soberano quizesse para que desabasse o raio, sempre suspenso sobre as suas cabeças condemnadas. Foi o que succedeu no tempo de D. João III. O que importava isso a D. Manuel? *Après moi le déluge.*

Foi este o principio que regeu em tudo a politica de D. Manuel, crêmos tel-o sufficientemente demonstrado, e vamos desenvolvel-o ainda, falando da politica externa.



LAREIRA NA TORRE DE S. VICENTE DE BELEM

As prosperidades do reinado de D. Manuel foram um resultado, resultado que elle não estorvou, que auxiliou pelo contrario, mas que eram a consequencia legitima dos germens lançados á terra pelos seus antecessores. Fundação propria d'elle é o que nós debalde procuramos; systema cuja iniciativa lhe pertencesse, plano a que désse impulso, bases que lançasse de felicidade duradoura para Portugal, não as encontramos, porque, effectivamente, não ha nem vestigios de cousa similhante. Pois D. Manuel viveu n'um tempo em que era necessario tomar uma resolução qualquer para que não se perdesse em breve o fructo de tantos esforços accumulados! Em presença de tantos reinos reunidos á corôa portugueza, de tantos acontecimentos novos que alteravam profundamente os habitos da sociedade portugueza, era necessario regularizar essa nova existencia da nação, accommodar as leis e os costumes aos destinos esplendidos que para Portugal se abriam, traçar, emfim, um rumo certo á náu do Estado, que se achava, de subito, em desconhecidos e procellosos mares. Não vêmos que D. Manuel o fizesse; culpariamos principalmente os seus successores, se elle tivesse traçado um caminho de que os seguintes governos se afastassem. Não succedeu assim. Gozando a sua prosperidade, D. Manuel em nada mais pensou, e, quando adormeceu no tumulo, os pilo-

Digitized by Google

tos que tomaram o leme das suas mãos enregeladas, não encontraram carta de marear que os orientasse: continuaram á tôa, e á tôa foi indo o galeão portuguez, até que, finalmente, encalhou, desfazendo-se no fragil escolho de Alcacer Kibir.

E' ainda o mesmo principio que veremos presidir aos actos da sua politica externa. Sem desconhecermos a habilidade com que el-rei D. Manuel soube conservar-se em paz no meio das ambições rivaes que dividiam a Europa, e que de todos os lados o solicitavam, habilidade que o visconde de Santarem classifica de obra-prima diplomatica[1], tambem suppomos que esse systema concorreu bastante para que Portugal perdesse, meio seculo depois, a sua independencia, sem excitar na Europa uma unica sympathia.

Effectivamente, D. Manuel foi quem inaugurou em Portugal o systema politico do isolamento e da abstenção de alianças. Permittiu-lhe isso entregar-se, sem perturbação, ás suas grandes expedições maritimas, porém, deixando assim Portugal como que excluido da communhão dos povos europeus, tambem contribuiu para que fosse pela Europa abandonado quando Philippe II extendeu sobre este reino a sua garra de tigre.

Em 1521 rompeu a guerra entre Hespanha e a França, e a 9 de julho d'esse mesmo anno, participava o rei Carlos esse rompimento a Portugal, pedindo a seu cunhado que o auxiliasse, quanto podesse, na guerra que emprehendia.

A mesma supplica lhe dirigiu o papa Leão X, que julgava ter razões de queixa de Francisco I de França, e que pedia ao nosso soberano que enviasse a esquadra que levára a Saboya a infanta D. Beatriz, a unir-se á esquadra hespanhola. D. Manuel a todas essas instancias resistiu: não o criminaremos por isso, tanto mais quanto o seu alliado natural devia ser o rei de França, ao passo que intimos laços de familia o uniam ao rei de Hespanha. Quando rebentou contra o mesmo rei de Hespanha a revolta chamada das *Comunidades*, vieram os *comuneros* offerecer a D. Manuel a corôa de Castella: ainda d'esta vez não quiz o rei intervir nos negocios do visinho reino; ora, D. Manuel tão estreitamente se ligára com o soberano hespanhol que não podia acceitar a offerta, e que não podemos tambem nós criminal-o pela abstenção; mas não nos é licito lamentarmos que D. Manuel dispozesse por tal fórma a direcção da sua politica exterior que, sem elle lhe apresentar o minimo obstaculo, se fosse levantando ao seu lado esse colosso que nos havia de absorver, e que, mesmo depois de nos libertarmos das suas garras, continuaria a ser para nós uma perpetua ameaça?

Quando Alexandre Herculano, na sua *Historia de Portugal*, narra a união dos reinos de Leão e de Castella, ao mesmo tempo lamenta que as discordias, que então dilaceravam Portugal no tempo de D. Sancho II, o impedissem d'attender a esse facto importante que se estava consummando, e que tão ameaçador tinha sempre de ser para a nossa nacionalidade. Não devemos tambem lamentar, e com muito mais razão, agora que os dois reinos d'Aragão e Castella se unem definitivamente n'uma só cabeça e que de sua mãe lhe veem, os Estados hereditarios de seu pae, essa riquissima herança dos duques de Borgonha, e além d'isso a corôa imperial da Allemanha, que seu avô cingira e que em 1520 a eleição lhe outorga, não devemos lamentar, dizemos ainda, que Portugal assista de tal

[1] «Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias, ordenado e composto pelo visconde de Santarem,» t. 4.º, «Introducção,» p. 65.

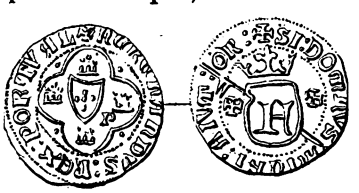
Digitized by Google

modo impassivel á formação do colosso, como se esse facto lhe fosse completamente indifferente, como se não fosse, pelo contrario, de todos os reinos da Europa o que mais devia soffrer com esse augmento d'influencia do seu poderoso visinho?

E quer o visconde de Santarem que louvêmos a politica de D. Manuel! estranha que Damião de Goes, homem versado na diplomacia, não renda a devida homenagem á habilidade do soberano! Se Damião de Goes era realmente homem capaz de comprehender os grandes e verdadeiros interesses da nação, se estava, como parece por muitos capitulos da sua chronica, ao facto das mais intrincadas questões da politica européa contemporanea, é impossivel que não comprehendesse o erro que D. Manuel commettia, conservando-se estranho á grande questão de preponderancia que dividia a Europa e que depois se desenlaçou, no sentido mais funesto para Portugal, nos campos de Pavia. E, se para algum lado se inclinou D. Manuel, foi, como vimos, antes para Carlos V, com quem o ligavam os mais multiplicados laços de parentesco! Pois o funesto resultado d'essa abstenção e d'esses parentescos, sentiu-o Portugal quando em 1580 Philippe II nos conquistou com tanta facilidade. A politica de D. Manuel, que o visconde de Santarem quer que nós louvêmos, preparára por todos os modos este resultado: não se oppondo nunca ao augmento do colossal imperio que tinha a Hespanha por cabeça, e que abrangia quasi a Europa toda; dando com as multiplicadas ligações de familia um pretexto sério a Philippe II para se apresentar como pretendente; e finalmente privando-nos d'allianças e desinteressando a Europa da nossa causa.

Politica imprevidente foi essa, fecunda comtudo em optimos resultados immediatos: no meio da tempestade que revolvia a Europa, soube Portugal manter-se neutro, e pôde-se entregar, sem perturbações, nem distracção, ás suas expedições e conquistas do Oriente, e ás suas cruzadas d'Africa, bem infructiferas e bem escusadas, devemos confessal-o.

Parece-nos portanto que, mais uma vez, demonstrámos que o *Après moi le déluge* podia ser tomado affoitamente como divisa por el-rei D. Manuel.



Grave, de D. Fernando

Assim, todas as negociações de Portugal com as potencias estrangeiras tendem apenas a garantir, directa ou indirectamente, as nossas conquistas orientaes, a protegel-as contra as ambições dos subditos das outras potencias, a manter contra a Hespanha a linha divisoria das navegações dos dois paizes, a reclamar contra os corsarios francezes e escocezes, que perseguiam o nosso commercio, e que levaram muitas vezes severas licções, quando os seus governos não attendiam ás reclamações do nosso, como succedeu ao corsario francez Mondragon, que foi derrotado na altura do cabo de Finisterra pelo immortal Duarte Pacheco, e a um corsario inglez que Vasco Fernandes Cesar aprisionou no estreito. Isto ás vezes suscitava represalias, sem que isso alterasse a boa intelligencia entre os governos. Vêmos por exemplo na ratificação do tractado d'Ayton, ratificação de 4 de fevereiro de 1498[1], entre Inglaterra e Escocia, Portugal incluido como alliado da Inglaterra, e ficando por conseguinte alliado da Escocia: ainda apparece comprehendido na ratificação de Streveling de 20 de julho de 1498[2], e apezar d'este duplo tractado d'alliança, com a data de 26 de novem-

[1] Rymer *Foedera*, vol. XII, pag. 673.
[2] Ibid., pag. 727.

Digitized by Google

bro de 1505 figura no Museu Britannico, Bibliotheca Lansdowniana n.º 171, fl. 129, uma cópia escripta em latim d'uma «carta de represalia passada por Diogo IV rei d'Escocia, a favor d'André Barton e seus herdeiros, contra os Portuguezes que haviam capturado o pae do dito André[1].» E nem vestigios restam de que por isso se interrompessem as boas relações entre Portugal e a Escocia.

MARTIM DE AZPILCUETA NAVARRO

O que os nossos principes e diplomatas zelavam principalmente com muita cautella era que os monarchas estrangeiros não permittissem aos seus subditos navegar e commerciar nos sitios onde os nossos navios commerciavam e navegavam, e por isso os soberanos, que tinham comnosco relações de amizade, não concediam nunca privilegio de navegações, sem estipularem que os navegadores respeitassem os direitos dos Portuguezes.

Preoccupou sempre muito el-rei D. Manuel o pensamento de uma cruzada contra os Turcos. O que mais tinhamos a temer no Oriente eram as forças e a influencia do sultão, e vimos que sobresalto produzia em Portugal e na India portugueza a noticia de que se preparava no Mar-Roxo alguma esquadra, que mostrava querer-se dirigir contra as nossas conquistas. Por isso D. Manuel, habitualmente tão surdo aos pedidos de alliançcas feitos pelas outras potencias europêas, accudiu logo ao reclamo da republica de Veneza, como vimos, e enviou-lhe a Corfú, contra os Turcos, a esquadra de que ia por almirante o conde de Tarouca.

Por isso tambem não cessava elle de instar com os outros soberanos europeus para se cruzarem contra o Turco, ora para o lançarem fóra de Constantinopla, ora para conquistarem a Terra Santa, proposta que estava muito longe, como já dissemos, de ser desinteressada, e de a inspirar o sentimento religioso que D. Manuel apresentava como pretexto. Fo-

[1] *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal*, etc., *composto e ordenado* pelo visconde de Santarem, t. XV, secção XIX. *Relações diplomaticas entre Portugal e Inglaterra*, p 6 (Lisboa 1865).

Digitized by Google

SORTIDA DOS PORTUGUEZES EM CALICUT

Digitized by Google

ram baldados os seus esforços; ninguem o attendeu, estavam todos empenhados nas suas contendas particulares, e o proprio Papa, a quem D. Manuel se dirigiu por occasião da sua sumptuosa embaixada, tinha decerto mais interesse em arredondar o patrimonio de S. Pedro, e em destruir a republica florentina para restabelecer a familia dos Medicis, a que pertencia, do que em conquistar a Terra Santa, e em arvorar a cruz nas muralhas de Byzancio.

Ora, se o Papa estava por tal modo frio n'esta questão da cruzada, imagine-se como estariam os outros principes christãos a quem D. Manuel se dirigia.

O visconde de Santarem dá-nos conta, do seguinte modo, de uma d'essas negociações:

«Nos principios do anno de 1506, el-rei D. Manuel havia mandado Francisco Zuzarte a Hespanha, para communicar a el-rei catholico as instrucções que el-rei de Portugal enviava para el-rei de Inglaterra. Era este negocio a proposta de um concerto entre estes soberanos, para effectuarem uma expedição á Terra Santa. El-rei de Hespanha dispôz-se a enviar a Lisboa os seus embaixadores para ajustarem este negocio, mas lembrava o arcebispo de Toledo a el-rei D. Manuel, na carta que lhe escrevia em 5 de abril do dito anno de 1506, em resposta á que o mesmo rei lhe havia enviado com as instrucções, que convinha que estes partissem para Lisboa, com todos os poderes, logo que se soubesse que el-rei de Inglaterra enviava tambem os seus á mesma côrte; propunha o mesmo arcebispo a el-rei D. Manuel quanto convinha que mandasse a Inglaterra, para esse effeito, o padre fr. Henrique, por se achar muito ao facto d'esse negocio, o que podia persuadir Henrique VII a mandar os seus embaixadores mais bem instruidos de tudo, para que, na conclusão, não houvesse demora.

«Finalmente, quando isto se tivesse concluido, se poderia então communicar aos outros principes, por causa do segredo que elle, rei D. Manuel, dizia que se devia guardar. O cardeal deplorava as consequencias que tinham resultado da injusta destruição dos Templarios, o que havia enfraquecido e destruido no levante o poder da Christandade.

«Vê se que o plano d'el-rei D. Manuel era aproveitar-se do terror de que se achavam possuidas as potencias christãs, dos progressos dos Musulmanos, depois da conquista de Constantinopla, da Grecia, e de toda a Palestina, para os atacar no Egypto e na Palestina, e diminuir assim as forças d'elles, que se tornavam mui perigosas, e que causavam grandes embaraços e perigos á conservação das nossas conquistas no Oriente, que, n'esta epocha, era o pensamento politico dominante d'el-rei e da côrte de Portugal.

«No dia 10 do mesmo mez e anno, el-rei de Castella escreveu a el-rei D. Manuel, respondendo á carta que este monarcha lhe havia escripto, e lhe dizia que tinha visto as instrucções que elle tinha mandado ao arcebispo de Toledo, chanceller-mór de Castella, bem como tinha tomado conhecimento das instrucções d'el-rei de Inglaterra, que elle, D. Manuel, tinha mandado communicar. Que lhe parecia mui urgente, para se ajustar convenientemente este negocio, que se enviassem reciprocamente embaixadores um ao outro, e do mesmo modo el-rei de Inglaterra, afim de se ajustar e concluir este na côrte de Portugal, por ser esta mais proxima das outras duas, de Londres e de Castella.

«Rogou el-rei de Castella ao de Portugal que, logo que el-rei de Inglaterra tivesse enviado embaixador para este effeito, elle, rei D. Manuel, o avisasse da chegada do mesmo, afim de mandar partir o seu, munido com os poderes

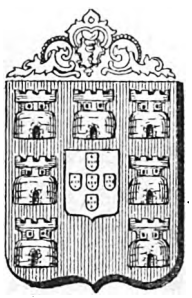
Digitized by Google

necessarios, e pelo contrario, o embaixador de Portugal em Hespanha, João Mendes de Vasconcellos, escrevia que os negocios que se tractavam entre Portugal, Castella e Inglaterra, se deviam concluir em Valladolid, com assistencia dos embaixadores.

«Qual fosse o progresso que teve a negociação com a Inglaterra, de que acabamos de tractar, nenhum documento encontrámos que nos podesse dar a menor noção a este respeito; os factos, porém, mostram que de tal negociação não surdiu effeito algum, pois o Egypto e a Palestina não foram atacados pelas forças combinadas da Inglaterra, de Hespanha e de Portugal[1].»

Esta cruzada, que D. Manuel tantas e tão repetidas vezes aconselhava, estava por conseguinte muito longe de ter fins puramente religiosos, o que não prova ainda assim que D. Manuel não tivesse a devoção caracteristica da sua epocha, e não fizesse a essas idéas então predominantes os maiores sacrificios. Vimos com que ardor se empenhava nas estereis guerras d'Africa, vimos a sua liberalidade para com a Egreja, e n'uma romaria que fez a Santiago de Compostella, deixou na egreja querida dos Hespanhoes presentes magnificos, e entre outros uma admiravel lampada de prata, que foi por muito tempo a maravilha do templo.

D. Manuel era um monarcha faustoso, mas faustoso á moda dos principes seus contemporaneos, e nós que lhe não poupámos a censura, não seremos tambem escassos de louvores. O seu gosto esclarecido pelas bellas artes, a sua erudição, o seu fino conhecimento do bello fazem com que a gloria do seu nome não desluza da de Francisco I e de Leão X, seus esclarecidos contemporaneos. Se a côrte portugueza se não póde ufanar de ter, como a de Roma, os vultos mais esplendidos da arte moderna, ou, como a de Paris, de accolher no seu seio alguns illustres filhos da Italia, taes como Primatice, Leonardo de Vinci, ou Benevenuto Cellini, nem por isso lhe faltaram brilhantes cultores das artes, que el-rei D. Manuel enviava á Italia buscar o ensino dos grandes mestres, ou que aqui mesmo obedeciam ás inspirações do genio nacional que na architectura, por exemplo, accolhendo as idéas harmoniosas da Renascença, sem abandonarem as tradições poeticas da edade média, deram origem a esse estylo mixto e admiravel conhecido pelo nome de *Estylo manuelino* e de que Belem é a mais aprimorada expressão. Á sombra da protecção que esse rei de finissimo gosto lhes concedia, João de Castilho, Boutaca, Thomé Velho, etc., faziam brotar de todos os cantos do paiz as suas cinzeladas maravilhas de architectura. Tendo n'um alto grau o amor dos edificios, D. Manuel semeou o seu reino de joias de pedra, cujos finos lavores ainda hoje, entre as suas ruinas e as ruinas da patria, symbolizam admiravelmente essa epocha de nunca excedido esplendor.



Brazão d'armas de S. Martinho das Mouras

São innumeraveis as construcções que D. Manuel emprehendeu. Citaremos algumas: o convento e egreja de Belem, esse admiravel poema de pedra, cujas estrophes cinzeladas parecem cantar ainda hoje o hymno da nossa gloria como nos echos da Batalha resôa o clamor festivo da nossa independencia; a casa da confraria da Misericordia de Lisboa, o convento da Pena em Cintra, o da senhora do Matto e o das Berlengas; a reconstrucção, debaixo d'um plano admiravel, do convento de Christo em Thomar, o

[1] Visconde de Santarem: *Quadro elementar das relações politicas*, etc., t. XV, Introducção, parte XI, (2.ª edição 1865).

Digitized by Google

convento de Santa Clara d'Extremoz, de Santo Antonio do Pinheiro, o mosteiro da Annunciada de Lisboa, a sé d'Elvas, o convento das freiras de S. Bento no Porto, o mosteiro de Santa Clara em Tavira, de Santo Antonio junto de Serpa. Reconstruiu as egrejas de Soure, S. João Baptista de Thomar, Santo Antonio de Lisboa, a Conceição Velha em Lisboa, no sitio onde outr'ora se levantava a synagoga dos Judeus, egreja cujo arrendado portal é ainda hoje uma das maravilhas da nossa velha cidade. Reconstruiu egualmente as egrejas d'Alcacer do Sal e d'Olivença, e a do mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, em cuja capella-mór mandou fazer os dois bellos tumulos d'Affonso Henriques e de Sancho I, que ainda lá se admiram. Mandou continuar as capellas dos reis na Batalha, que não deslustram, se é que não excedem, o trabalho primitivo; acabou tambem a sumptuosa fabrica do hospital de Todos os Santos em Lisboa, que D. João II começára. Fundou os hospitaes de Coimbra, e Montemór-o-Velho; construiu a egreja de S. João de Moura, o mosteiro de freiras dominicanas de Montemór-o-Velho. Construiu a egreja de S. Julião em Lisboa, mandou reparar o côro e a capella-mór do convento d'Alcobaça, mudou para edificio que apropriou melhor ao seu destino a Universidade, ou, como então se dizia, as Escolas Geraes estabelecidas em Lisboa, e reconstruiu o Caes da Pedra. Construiu os sumptuosos Paços da Ribeira, onde sempre os soberanos portuguezes habitaram até o terremoto infausto de 1755. Fez de novo as casas dos armazens de Lisboa, e as casas de contractação de Guiné e India. Em Coimbra reconstruiu os Paços, e fez a nova ponte sobre o Mondego. Construiu em Lisboa tambem a cadeia do Limoeiro, e os paços da Casa de Supplicação. Lançou uma ponte sobre o Guadiana. Reparou o castello d'Almada; fez as fortalezas d'Alfaiates e Castelbom, as cêrcas d'Olivença e Campo-Maior, e a magnifica sé do Funchal, cidade que fôra erigida em bispado em 1514, e finalmente a elle se deve tambem, pois que a mandou construir segundo o plano dado por Garcia de Rezende, a formosa torre de Belem, que ainda hoje admiramos, pallida pelo decorrer do tempo, mas conservando na fronte vetusta não sei que gracioso reflexo dos esplendores que lhe cercaram a juventude, a torre de Belem a que um nosso grande poeta chamou:

> ..... sentinella
> Solitaria do Restello,
> Padrão glorioso e bello
> Da nossa edade mais bella[1].

Estamos longe de louvar essa prodigalidade d'edificios principalmente religiosos, de que D. Manuel semeou o reino; mas entre tantas egrejas e mosteiros muitas havia que eram verdadeiros primores d'arte, de que ainda hoje nos gloriamos, e que fazem a admiração dos estrangeiros illustrados.

Se a lepra da corrupção e da desordem lavrava já no intimo do reino, quê brilhantes eram comtudo as exterioridades! Não havia côrte na Europa, n'esse seculo em que eram tão esplendidas as côrtes, que podesse vencer em culta magnificencia a de D. Manuel. Nos magestosos paços da Ribeira, nos deliciosos paços de Cintra, aformoseados por este soberano, e onde consagrára uma salla aos brazões da nobreza, que submissa se agrupava em torno d'elle, nas numerosas residencias dos nossos monarchas, a mais luzida assembléa se reunia ás noites, e os serões da côrte n'esse tempo, ainda Francisco de Sá de Miranda os lembrava com enthusiasmo, citando as amenas conversações, os delicados galanteios, as formosas trovas, que desa-

[1] Mendes Leal, *Pavilhão negro.*

Digitized by Google

brochavam ao calor do sorriso de tantas damas gentis. Muitos fidalgos eram poetas, como se vê do *Cancioneiro* de Garcia de Rezende, e mais d'uma voz trovejante, que nas angustias do Oceano dominava o bramir das procellas ou no fragor dos combates reunia, para os lançar contra o inimigo, os esquadrões portuguezes, sabia nos Paços, em amorosos versos, gargantear os mais lindos requebros. Volteiando em torno da gentil D. Beatriz, cuja formosura garrida e buliçosa dava realce á gentileza mais suave da loura D. Izabel, a futura imperatriz, Bernardim Ribeiro suspirava as suas melancholicas trovas, afinadas pelos metros cultos dos antigos, mas ainda todas impregnadas no perfume da musa popular. Gil Vicente fazia representar os seus autos, cuja fama chegava aos confins da Europa, e abria os horisontes desconhecidos do theatro á inspiração moderna, fresca, original e que não ficava devendo nada á veia comica dos antigos; o velho cortezão Garcia de Rezende, um pouco *laudator temporis acti*, mas infelizmente com sobeja razão, afiava o gume levemente malicioso da sua de quando em quando epigrammatica Miscellanea: para outro lado palestravam em arte os architectos, os pintores que D. Manuel mandava estudar a Roma; os sabios (e não faltavam elles, e dos melhores da Europa, como vimos) discutiam gravemente. A boa rainha D. Leonor, viuva de D. João II e irmã do monarcha reinante, pensava, conversando com o bom fr. Miguel de Contreiras, nas suas fundações pias. Foi esta rainha que fundou o hospital das Caldas, foi ella tambem que primeiro na Europa se lembrou d'instituir misericordias, instituição que D. Manuel accolheu com muito favor, dando logo casa e uma rica dotação á confraria de Lisboa. *Vimos tambem*, diz Garcia de Rezende na sua *Miscellanea:*

PORTA DE S. FRANCISCO DE ALEMQUER

Vimos tambem ordenar
A misericordia santa:
Coisa tanto de louvar

Digitized by Google

Que não sei quem não se espanta
De mais cedo não se achar:
Soccorre a encarcerados
E conforta os justiçados,
A pobres dá de comer,
Muitos ajuda a suster,
Os mortos são sotterrados.

E digamos entre parenthesis que, se nos podemos ufanar de que uma rainha nossa fosse a primeira a conceber a idéa das Misericordias, tambem a um principe portuguez, filho d'el rei D. Manuel, o intelligente infante D. Luiz, se deve a primeira fundação d'uma especie d'hospicio d'invalidos militares, pois no convento de Belem instituiu um estabelecimento onde eram recolhidos e sustentados os soldados das guerras da Africa e da India, que as suas feridas impossibilitavam de continuar a servir.

Tal era pois a brilhante côrte d'el-rei D. Manuel, e ahi o vulto do rei dominava sem favor a turba que se apinhava em torno d'elle. Tem este nosso monarcha numerosos pontos de contacto com Luiz XIV. A um e a outro deram os chronistas lisongeiros o epitheto de *Grande;* um e outro bem pouco o mereceram; mas a nenhum se póde negar a perspicacia natural com que sabiam rodear-se de homens notaveis, que os illuminavam com os reflexos do seu genio. Ambos souberam impressionar a posteridade com a magnificencia dos monumentos que lhe legaram, com os canticos laudatorios dos poetas, dos escriptores que sempre favoreceram, e que lhes pagaram com a immortalidade a protecção illustrada. Se Luiz XIV teve Colbert, Louvois e outros ministros notaveis a cujas sabias medidas deveu a França o esplendor, cuja gloria a Luiz XIV se attribue, a gloria de D. Manuel tambem principalmente se deve attribuir aos grandes homens que lhe governaram a India, e talvez não pouca ao modesto ministro que viveu sempre junto d'elle na sombra, mas cujos talentos administrativos são incontestaveis, a Antonio Carneiro. O filho d'este homem, Pedro d'Alcaçova, depois conde da Idanha, encontral-o-hemos na côrte de D. João III, procurando, mas debalde, manter, no meio da torrente de estupido fanatismo que assoberba a governação, as boas tradições da politica paterna. D. Manuel, para ser em tudo feliz, morreu deixando no mundo ainda Antonio Carneiro, e com elle o segredo da sua administração e da sua politica, nunca de vistas largas, como já dissemos, mas sempre habil e prudente. Luiz XIV, para desgraça da sua gloria, sobreviveu a Colbert, e os desastres financeiros, a rapida decadencia da França, a miseria a que chegou, revelaram ao mundo que o genio que elle admirava não estava na cabeça do rei mas sim na do ministro. Quem sabe que revelações d'esse genero não teriamos tambem, se Antonio Carneiro precedesse no tumulo el-rei D. Manuel?

Em todo o caso, ainda que uma parte da gloria se deva attribuir a Antonio Carneiro, fica a D. Manuel a de ter sabido comprehender o seu ministro, e de se curvar com docilidade ás suas boas inspirações. Pero d'Alcaçova herdára o talento de seu pae, e comtudo não poude impedir a decadencia terrivel, e os erros crassos do governo de D. João III.

Uma grande nodoa, a expulsão dos Judeus e dos Mouros, manchou o reinado de D. Manuel, como a revogação do édito de Nantes estampou indelevel mácula no reinado de Luiz XIV. Mais feliz ou mais atilado do que o soberano francez, D. Manuel voltou depressa a melhores inspirações, e nos ultimos quinze annos do seu governo sanou quanto poude a larga ferida que imprudentemente rasgára no seio da patria.

Sem grandes qualidades e sem grandes defeitos, D. Manuel achou-se por tal fórma collocado na historia portu-

Digitized by Google

gueza, que poude colher os fructos dos grandes pensamentos de D. João II, e que deram relevo á sua politica as inspirações estupidas do seu successor — de D. João III. Assim, a figura de D. Manuel, que em circumstancias anormaes passaria despercebida, foi levada a plena luz pelo acaso dos tempos, e rodeou-a d'um glorioso nimbo a chamma sublime das nossas grandes acções. A historia, reconhecendo a pequenez do seu vulto, que só de longe parece grande pela altura do pedestal, tem comtudo por elle uma certa veneração, como pelo homem que presidiu aos nossos destinos, quando elles tinham attingido o mais alto grau de ventura. A constante felicidade d'este principe, o exito constante das suas emprezas desarmam o historiador. Quando com a morte de D. Manuel temos verdadeiramente de fechar o cyclo da grandeza de Portugal, quando parece que no seu tumulo se encerrou com elle a fortuna da patria, não ha animo para ir levantar a bandeira gloriosa em que jaz amortalhado, e apontar a um e um os defeitos do homem. Se elle não foi grande, foi-o Portugal então: teve tacto bastante para deixar correr as cousas sem as estorvar; foi perante a Europa e a posteridade, pela cultura do espirito, pela magestade natural, pela magnificencia dos seus habitos, um digno representante do Portugal do seu tempo. Não investiguemos mais, curvemo-nos silenciosamente perante o seu tumulo, onde dorme o seu somno debaixo das arcarias de Belem, e ponhamos tristemente o pé no primeiro degrau d'essa rapida escada de infortunios, por onde Portugal foi rolando, triturado e sanguinolento, do mais vertiginoso pincaro a que uma nação tem subido, ao fundo do abysmo em que jazemos hoje, e de onde parece que já não temos espiritos que nos possam levantar mais alto.

CAPITULO LII

Reinado de D. João III.—A rainha viuva —Casamento do soberano

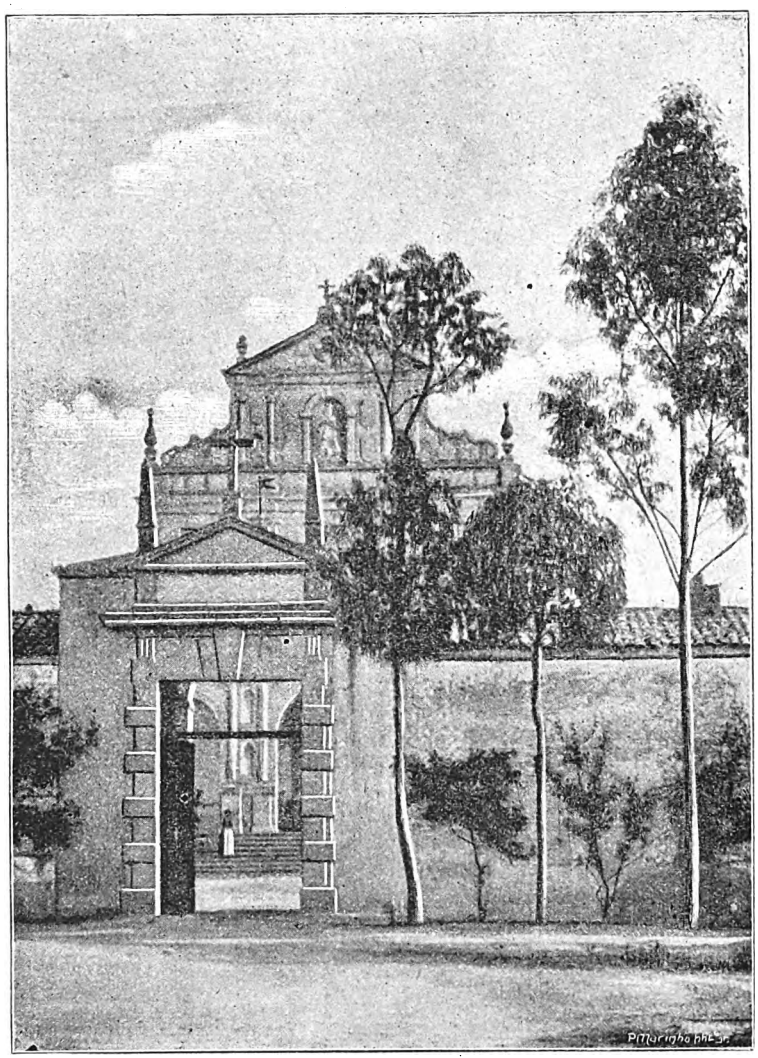
INHA pouco mais de dezenove annos quando subiu ao throno o primogenito de D. Manuel, e a sua intelligencia acanhada fôra sempre para seu pae um motivo de receio, assim como foi sempre para os seus chronistas uma tortura. O proprio frei Luiz de Sousa, com todos os recursos do seu estylo admiravel, não consegue disfarçar a curteza dos talentos do principe D. João, pois confessa que, apezar de haver tido por mestres os homens mais sabios do seu tempo, nunca poude aprender o latim, e pouco ficou sabendo das outras doutrinas que lhe ensinaram.

Para formarmos uma idéa do novo rei e da nova côrte, que iam decidir os destinos da nação, é Herculano o mais seguro guia que podemos adoptar:

«Fallecido D. Manuel, diz o nosso illustre historiador, em dezembro de 1521, succedeu-lhe D. João, seu filho mais velho, que ainda não contava vinte annos completos. Os chronistas que escreveram debaixo da influencia dos immediatos successores d'este principe, tendo deante dos olhos o latego da censura, pintam-n'o como dotado de alta intelligencia e de qualidades dignas de um rei,

Digitized by Google

Durante a vida de seu pae muitos havia que o conceituavam como intellectualmente imbecil, ou que, pelo menos, o diziam[1]. O proprio D. Manuel mostrára receios do predominio, que, em tenra edade, exerciam em seu espirito homens indignos[1]. O que é certo é que, ou por distracção, ou por incapacidade, nunca poude aprender os rudimentos da sciencia, e nem sequer os da lingua latina[2].



CARTUXA DE EVORA DA ORDEM DE S. BRUNO

Durante o seu reinado, as questões fradescas figuram sempre entre os mais graves negocios do Estado, e, apenas ao sahir da infancia, o seu primeiro enlevo foi a edificação de um convento de dominicanos. Eram, digamos assim, presagios que annunciavam um rei inquisidor. Fosse resultado do curto engenho e da ignorancia, fosse vicio da educação, D. João III era um fanatico. A intolerancia do seu reinado, embora favorecida por diversos incentivos, deveu-se, em nossa opinião, principalmente ao caracter e inclinações do chefe do Estado. Os factos relativos ao estabelecimento da Inquisição, que vamos narrar, provar-nos-hão, mais de uma vez, a espontaneidade do rei n'esta materia, e que, por grande que haja sido a preponderancia dos seus ministros nos negocios publicos, no que tocava ás questões religiosas essa preponderancia era subordinada á sua von-

[1] Sousa, *Annaes de D. João III*, parte 2.ª, cap. 3.º e 4.º. A esta citação, feita por Herculano, accrescentaremos outra, que é bastante curiosa, por nos mostrar de que habeis circumloquios se póde servir um chronista cortezão para chamar tolo a um monarcha. Depois de dizer que D. João III era homem intelligentissimo, Francisco de Andrade accrescenta: «todavia, porque os pueris passatempos d'aquella edade o divertiam d'este cuidado e diligencia que são necessarios para se fazer fructo no que se aprende, e tambem porque no modo de o ensinarem se não teve perfeita conta com ser de maneira que lhe não causasse fastio, *ficou elle com menos conhecimento da lingua latina do que se podéra esperar do tempo que aprendeu, dos auctores que ouviu, e do mestre que lh'os leu.*» *Chronica de D. João III, composta por Francisco d'Andrade, chronista-mór*, parte I, cap. 3.º, fol. 3 (Lisboa, na officina de Jorge Rodrigues, 1613.)»

[1] «Goes, *Chronica d'el-rei D. Manuel*, parte 4.ª, c. 36. *Osorius, de Rebus Emmanuelis*, L. 11.

[2] Sousa, *Annaes de D. João III*, p. 1.ª, c. 2.º; Faria e Sousa, *Europa Portugueza*, tit. 2.º, p. 4.ª, c. 2.º.

Digitized by Google

tade. É certo que os fios da administração, na epocha mais importante d'aquelle reinado, parece terem estado nas mãos de Pero d'Alcaçova Carneiro; mas, quando esse facto veiu a verificar-se, já o estabelecimento da Inquisição era cousa resolvida, apezar de existirem ainda no poder, ao menos em parte, os ministros que haviam mantido a politica tolerante do reinado antecedente. O secretario de D. Manuel, Antonio Carneiro, que mereceu, durante largos annos, a sua estima e confiança, e que continuou a servir o novo rei, quando o cansaço o foi afastando de um cargo, que ainda conservou nominalmente por muitos annos, deixou por successor seu filho segundo, Pero d'Alcaçova. Este homem, que achamos depois, dirigindo ao mesmo tempo os negocios mais variados, e cuja actividade parece incrivel[1], collocado junto de um principe, cuja falta de cultura os seus proprios panegyristas não podem occultar, devia, na verdade, ser, como n'uma epocha posterior foi o marquez de Pombal, o rei de facto nas resoluções das questões mais arduas. Pero d'Alcaçova parece até haver excedido o ministro de D. José I n'uma qualidade excellente para os ambiciosos do poder nas monarchias absolutas. Não ostentava a sua influencia, collocando-se na penumbra do throno, e deixando o brilho da importancia e valimento, muitas vezes estereis, a uma nobreza vaidosa, e, entre esta, áquelles por quem el-rei mostrava decidida predilecção. A influencia do ministro na politica d'essa epocha mal se poderia apreciar, se, reduzidos ás me-

ENTRADA DA CAPELLA DE MONTE-MÓR

[1] Será difficil encontrar no Archivo Nacional, e ainda nas collecções das bibliothecas e d'outros archivos, minutas de correspondencias, instrucções, providencias, etc., expedidas em nome de D. João III, pelo menos desde o anno de 1532 ou 1533, que não sejam da lettra de Pero d'Alcaçova, sobretudo no que toca á Inquisição, e em que não se encontre um fundo de idéas, e uma forma de as exprimir, sempre analogas, como filhas de uma intelligencia unica. Ainda abstrahindo das minutas hoje perdidas, custa a crêr como um individuo só bastou ao trabalho de redigir tantos papeis, que nos restam sobre uma infinidade de negocios, desde as mais ridiculas questões fradescas até ás mais graves materias do governo do Estado.

Digitized by Google

morias historicas, não tivessemos milhares de documentos, não divulgados ainda, para nos darem indubitaveis provas da sua acção immensa no regimen de Portugal. Todas as negras manchas, porém, que affeiam o governo de D. João III, poderão attribuir-se-lhe, menos a da fundação do horrivel tribunal da fé. N'esta parte, embora a accusação material partisse d'elle, o impulso vinha do monarcha.

. . . . . .

«Novos actores entravam, de feito, na scena a desempenhar papeis importantes. D. Antonio d'Athayde, depois conde de Castanheira, valido do moço rei, mancebo como elle, e que fôra seu intimo consocio nos desvarios da puberdade[1]; Luiz da Silveira, mais adeantado em annos, e que por accusações, talvez infundadas d'aconselhar mal o herdeiro da corôa, fôra desterrado por D. Manuel[2]; aquelles, em summa, que D. João III mais estimava quando principe, e, sobretudo, os antigos officiaes da sua casa, foram chamados aos altos cargos do paço. Ao conde de Portalegre, D. João da Silva, deu-se o cargo de mordomo-mór, e a D. Pedro de Mascarenhas o d'estribeiro-mór. Era natural rodear-se dos seus amigos o novo monarcha, e, moço, mostrar maior affeição aos moços, que, em vida de seu pae, tinham pensado mais no futuro que no presente, e sacrificado a benevolencia do rei que era, á do rei que havia de ser. Se, porém, na côrte occorreram as mudanças proprias do tempo e das circumstancias, os cargos que tocavam á administração do reino não mudaram. Os conselheiros e ministros de D. Manuel foram conservados no exercicio das suas funcções, sem exceptuar o conde de Villa-Nova e D. Alvaro da Costa, de quem D. João III se reputava aggravado. O escrivão da puridade, D. Antonio de Noronha, depois conde de Linhares, o secretario Antonio Carneiro, os védores da fazenda, todos os chefes, em summa, dos diversos ramos d'administração, de cujas luzes e experiencia D. Manuel, no seu ultimo testamento, recommendára ao filho se aproveitasse, continuaram a dirigir o leme do Estado. Os panegyristas e historiadores officiaes, ou officiosos, d'este rei, attribuem o facto á alta capacidade do principe e á grandeza do seu animo[1]. Seria mais simples e verdadeiro attribuil-o a necessidade inevitavel. Sem acreditarmos que D. João III fosse idiota, suppômol-o uma intelligencia abaixo da mediocridade. Inhabil para governar, tinha forçadamente d'acceitar os ultimos conselhos paternos, porque era impossivel que os seus valídos, mancebos e homens inexperientes nos negocios, e não affeitos ás pesadas e tediosas occupações do governo, podessem e soubessem encarregar-se d'ellas n'uma monarchia que se extendia pelas quatro partes do mundo então conhecido, e cujas relações internas e externas eram complicadissimas, como sabem todos os que conhecem, ainda superficialmente, a situação politica e economica de Portugal n'aquella epocha[2].»

Antes de voltarmos a tractar das grandes guerras do Oriente, sigamos a historia da côrte, que, n'estes primeiros annos do reinado de D. João III, nos apresenta um fertil campo d'observação.

Vimos como el-rei D. Manuel tomára para si a noiva que o principe D. João julgára sua. Não agradou, nem ao principe portuguez nem á infanta hespanhola, a mudança, e o embaixador de D. Ma-

---

[1] Faria e Souza, *Europa Portugueza*, t. 2.º, p. 49, c. 2.º, n.º 12.

[2] Sousa, *Annaes*, p. 1.ª, cap. 4.º.

[1] Sousa, *Annaes*, c. 5 e 6 Castilho, *Elogio de D. João III.* Trigoso, *Memoria sobre os escrivães de puridade e sobre os secretarios dos reis*, etc.

[2] Herculano, *Origem e estabelecimento da Inquisição*, vol. 1.º, l. III, pag. 171.

Digitized by Google

nuel, que tractava do negocio na côrte do rei D. Carlos, para diminuir o dissabor da princeza, parece que lhe pintou, d'um modo bem pouco favorecido, o successor da corôa portugueza, e que não só lhe revelou todos os defeitos que se notavam no moço principe, mas que até os exaggerou notavelmente. O procedimento não era muito louvavel, e D. João não devia tardar a conhecel-o, porque a rainha o revelou involuntariamente. Entrando na villa do Crato, aonde o principe a veiu receber, e, notando n'elle uma certa seriedade e compostura de maneiras, muito differentes do que julgava encontrar em quem lhe tinham pintado como um ente desgracioso e ridiculo, não pôde conter-se que não se voltasse para D. Brites de Mendonça, que a acompanhava, e não dissesse com espanto: *Este es el bovo?*

Desde então até á morte de D. Manuel houve sempre, como vimos, uma certa má vontade latente entre o pae e o filho. Não succedia o mesmo entre este e a madrasta, e, ainda que ambos respeitassem escrupulosamente as leis do decóro, parece que em olhares furtivos ou em suspiros reprimidos se trahia mais ou menos uma certa inclinação natural, que ambos disfarçavam o mais possivel, mas que não escapava ás perspicazes vistas dos cortezãos. Quando morreu el-rei D. Manuel, involuntariamente accudiu ao pensamento d'ambos a idéa de que nada seria mais facil do que unirem-se emfim pelos láços do casamento, e involuntariamente tambem o seu antigo affecto reappareceu mais vivo. Quiz D. Leonor retirar-se para o convento d'Odivellas, como sendo tão sagrado logar aquelle em que mais decorosamente podia passar o tempo do seu nojo; mas el-rei D. João III instou com ella para que tal não fizesse, allegando que seu irmão o imperador Carlos V podia ordenar as suas cousas d'outro modo, e que devia estar prompta a seguir as indicações que lhe viessem de Madrid. O pretexto, devemos confessal-o, não era dos mais fortes, mas a rainha rendeu-se a essas razões, e foi habitar para Xabregas em casa de Tristão da Cunha. N'este meio tempo a terrivel peste que ardia em Lisboa, obrigou a familia real a passar para o sul do Tejo, e ahi, vivendo em maior intimidade, as visitas de D. João III a sua madrasta, que já não eram poucas em Lisboa, tornaram-se mais frequentes, foram accolhidas com agrado, e as murmurações dos cortezãos redobraram.

Brazão d'armas da villa de Tondella

Mas o povo, que não vira com muito bons olhos o terceiro casamento d'el-rei D. Manuel, e que já então acharia muito mais rasoavel o casamento da infanta hespanhola com o principe portuguez, entendia agora que esse matrimonio, primeiramente mallogrado, se podia realizar finalmente, o que seria muito vantajoso para o reino, em cujas finanças começava a entrar uma temivel desordem, e que ia ser obrigado a enviar mais ouro para o estrangeiro na dotação da rainha, além das complicações que haviam de nascer forçosamente da existencia da infanta D. Maria, que D. Leonor quereria levar comsigo, o que não estava nas intenções dos ministros portuguezes.

Attendendo a tudo isto, e sabendo tambem pelo que transpirava da côrte, que D. João III e D. Leonor não eram indifferentes um ao outro, o povo lisbonense dirigiu a el-rei e á rainha uma mensagem em fórma, rogando-lhes que se unissem pelos laços do casamento, o que seria por todo o reino considerado uma ventura.

As respostas d'um e d'outro foram um

Digitized by Google

pouco evasivas; mas sentiu-se, entre os seus agradecimentos constrangidos, entre as frouxas razões que allegavam para não condescenderem com a vontade do povo, que o desejo intimo de o fazerem não era pequeno. D. Leonor dizia que não podia decidir cousa alguma sem consentimento de seu irmão imperador; D. João III lembrava que não se podia habituar a considerar como esposa pessoa que por tanto tempo tractára como mãe: a verdade era que um e outro recuavam deante do sentimento vago do escandalo.

Mas havia então na côrte portugueza um homem chamado Christovam Barroso, que era agente de Carlos V e que nutria contra D. Leonor um odio profundo. Qual o motivo d'esse odio não o podêmos nós averiguar, mas o certo é que existia. Francisco d'Andrade aponta-nos uma causa, mas por tal modo frivola, que a não podêmos acceitar como origem verdadeira da intriga tenebrosa que Barroso teceu. Diz Francisco d'Andrade: «O secretario Christovam Barroso, de que atraz disse que era agente do imperador n'esta côrte de Portugal, homem de sua natureza inquieto e mal considerado, e desejoso d'acrescentar em seu nome por qualquer via que fosse, estava n'este tempo queixoso de Christovam de Mello, porteiro-mór d'el-rei, porque estando elle coberto na casa onde el-rei estava, o fez que se descobrisse, e comquanto elle estava algum tanto afastado da vista d'el-rei, e em parte onde parecia que não podia ser visto d'elle, e se mudou d'aquelle logar para outro mais escuso, desculpando-se com ser mal disposto da cabeça, todavia o seu demasiado brio e a sua natural vaidade faziam suspeitar esta desculpa; elle comtudo parece que, sentido e desejoso de se satisfazer d'esta desgraça, negociou por todos os meios e intelligencias que pôde com que o imperador lhe mandasse nome de seu embaixador, dando como razão que era para tractar seus negocios com mais auctoridade, e alcançou o que pretendia. Feito embaixador, crescendo-lhe quiçá a ufania com a dignidade, tomou atrevimento não sómente de estranhar muito ao povo o alvoroço que mostrava para o casamento d'el-rei com a rainha D. Leonor, mas tambem de condemnar a innocencia da rainha, e a virtude e boa tenção com que el-rei a visitava, e dar conta d'isso ao imperador, porém tanto que veiu a entender que a rainha começava a ter sentimento do que elle secretamente escrevia, por se receiar d'antemão da sisania que tinha semeado, se preveniu com o imperador de tal maneira que, quando a rainha lhe veiu a escrever sobre isso, elle, como descontente lhe não respondia outra cousa senão dar-lhe pressa á sua ida deste reino, a qual ella ia entretendo para vêr se podia acabar com el-rei seu enteado que consentisse levar comsigo a infanta D. Maria sua filha, para isto se valia tambem da auctoridade do imperador seu irmão[1].»

Por muito pundonoroso que fosse o Castelhano, parece-nos impossivel que de causa tão mesquinha nascessem tão sérias consequencias. Outro motivo decerto havia para o odio profundo que Barroso consagrava a D. Leonor. É possivel tambem que elle, perseguindo-a e intrigando-a, não quizesse fazer mais do que mostrar um grande zêlo pelo serviço do imperador. Effectivamente Carlos V tinha ácerca d'esta sua irmã vistas, que o casamento com el-rei de Portugal não podia senão contrariar. Tinha Carlos V quatro irmãs que foram todas quatro rainhas, Leonor rainha de Portugal e depois de França, Catharina que foi tambem rainha de Portugal, Maria

[1] Francisco d'Andrade *Chronica d'el-rei D. João III*, parte I., cap. XX, fl. 19 (Lisboa 1613).

Digitized by Google

rainha d'Hungria, e Izabel rainha de Dinamarca; mas as suas duas predilectas foram sempre Maria e Leonor; se apreciava mais a primeira pelos seus raros talentos politicos, tinha mais intima affeição a Leonor, que era carinhosa e meiga. Foi a noticia da morte d'ella recebida no convento de S. Justo que lhe abbreviou a existencia[1]. Portanto Carlos V, que julgava que a felicidade consistia unicamente nos gosos da ambição, destinára *in mente*, a Leonor a corôa mais invejada da Europa, depois da imperial, a de França. Esperava ao mesmo tempo que fosse a mão de Leonor um penhor seguro de paz entre elle e o seu mortal inimigo Francisco I.

E' possivel pois que o embaixador Christovam Barroso, sciente dos projectos de seu amo, quizesse dar mostras de grande zêlo em auxilial-os. Commettia porém uma imprudencia, como se viu depois. Esquecendo o respeito devido a uma pessoa de sangue real, a uma senhora, a uma rainha, ultrapassou todas as raias. Não contente de informar constantemente Carlos V do procedimento de sua irmã, que, dizia elle, dava as mais evidentes provas d'amor ao rei D. João III, não satisfeito de mostrar publicamente o seu descontentamento pelos requerimentos da camara de Lisboa, ousou ainda, uma vez que el-rei passava do Barreiro para Almeirim, e que a rainha D. Leonor e a infanta D. Izabel iam em seu seguimento acompanhadas pelo duque de Bragança, D. Jayme, ousou ordenar positivamente á rainha que não fosse mais adeante «dando a entender que o fazia por ordem do imperador[1]».

PEDRO NUNES

[1] O fim tão rapido d'uma irmã a quem era profundamente affeiçoada, diz um escriptor belga depois de ter falado na morte da rainha Leonor que succedeu a 18 de fevereiro de 1558, consternou Maria d'Hungria. Não podia dominar a sua dôr; em presença de Luiz Quijada, que Carlos V enviára a Talaveruela, desaffogava livremente a sua afflicção, cortavam-lhe os soluços a palavra quando queria occupar-se de negocios. Resolveu-se a voltar a Yuste para procurar consolações junto de seu irmão; mas o imperador não estava menos afflicto do que ella. Quando soube que a rainha Leonor morrêra, as lagrimas inundaram-lhe as faces e tristes presentimentos lhe agitaram o espirito. Leonor era mais velha do que elle quinze mezes, sentiu o imperador que não tardaria a seguil-a. Antes que estes quinze mezes passassem, disse elle, é muito possivel que eu lhe vá fazer companhia». Theodoro Juste, *Les Pays-Bas sous Charles-Quint. Vie de Marie de Hongrie, tirée des papiers d'Etat*, cap. VII, pag. 254 (Bruxellas, 1861).

[1] Francisco d'Andrade, *Chronica de D. João III*, loc. cit.

Digitized by Google

A rainha, extremamente offendida, mas não querendo dar mostras de que desobedecia a seu irmão, parou em Muge, onde Barroso lhe fizera tão inconveniente intimação; porém queixou-se com amargura a Carlos V. Este, comtudo, desejoso principalmente de que ella voltasse para Hespanha, não fazia senão redobrar de instancias que se transformaram quasi em ameaças.

As difficuldades para a sua ida cresciam entretanto; obstinava-se ella, com ternura de mãe, em querer levar a filha, obstinava-se o governo portuguez em não a deixar partir. Além d'isso, os nossos apuros financeiros obstavam tambem a que se tomasse uma resolução, que as instancias de Carlos V e a falsa posição em que se achava D. Leonor tornavam indispensavel. As difficuldades venceram-se emfim: ficou a infanta D. Maria; mas D. Leonor partiu em maio de 1523. Não foi Christovam Barroso que concluiu este negocio. As acerbas queixas de D. Leonor tinham movido o animo de seu irmão, e, logo que ella se mostrou absolutamente resolvida a cumprir as suas ordens, encontrou-o tambem disposto a vingal-a das insolencias do embaixador. Effectivamente mandou-o sahir de Portugal, e, assim que elle chegou a Hespanha, foi enviado para as galés, onde pôde meditar á vontade um aphorismo para uso dos cortezãos, que Talleyrand havia de formular, seculos depois, na célebre phrase: *Surtout pas trop de zèle.*

Assim acabou esta longa intriga, em que o amor teve seguramente uma parte occulta. D. João III tractou de apertar mais os laços que o uniam a Carlos V, casando com D. Catharina, irmã do imperador, nos fins do anno de 1524, e dando ao imperador por esposa sua irmã D. Izabel, no anno de 1525.

Mas, se este amoroso enredo parece rodear d'uma certa auréola de poesia o vulto do nosso monarcha, vamos agora vêr desenrolar-se um enredo tenebroso e infame, que ha de terminar accendendo as fogueiras da Inquisição, que illuminam com sinistra luz o reinado de D. João III.

CAPITULO LIII

Estabelecimento da Inquisição em Portugal

O estabelecimento do Santo Officio entre nós esteve por muito tempo cercado de nuvens; corria ácerca d'elle, e nos livros mais serios, uma historia evidentemente fabulosa, segundo a qual um falso legado obrigára D. João III a fundar em Portugal o tribunal terrivel. Ferdinand Denis, apezar de não ter bases seguras para contrariar a narrativa, transcreve-a sim, mas chamando-lhe «uma especie de lenda», e ao mesmo tempo indica de relance os topicos principaes da verdade, tal como a poude apurar d'um manuscripto italiano intitulado *Informazione sumaria del principio e progresso della conversione che anno havuto i Giudei nel regno de Portugallo,* e dos documentos diplomaticos inseridos no *Quadro elementar.* O que a perspicacia natural de Ferdinand Denis entrevira veiu confirmal-o e demonstral-o um dos optimos livros de Alexandre Herculano. Desde que o nosso illustre compatriota escreveu a sua Historia da origem e estabelecimento da Inquisição, vieram a plena luz, trazidos com rara sagacidade, as machinações tenebrosas d'essa

Digitized by Google

longa intriga em que o fanatismo, a hypocrisia, a torpe cubiça se revelam de um modo repellente.

Procuraremos resumir n'uma breve narrativa os factos que resultam das laboriosas investigações a que se devem os tres volumes de Herculano.

Vimos que, depois da terrivel mortandade de 1506, a politica tolerante prevalecera nos conselhos d'el-rei D. Manuel, e que os Judeus portuguezes, ou antes os christãos-novos, graças a uma conversão mais ou menos ficticia, mas cuja sinceridade a lei lhes promettia não investigar durante um certo prazo, que se fôra prorogando successivamente até 1534, podiam viver tranquillos no seio da patria, ou passar livremente ao estrangeiro, se preferiam essa resolução incontestavelmente mais segura. A permanencia dos ministros de D. Manuel nos cargos que occupavam parecia garantir aos Judeus a continuação d'essa politica. Mas a influencia moral do rei foi sempre omnipotente, durante este governo, em questões religiosas, e D. João III, por infelicidade, desde creança se mostrára fanatico, e inimigo encarniçado da raça hebréa. Sabiam-n'o os Judeus, e por isso temiam a sua subida ao throno.

Mas o que tornava o caso ainda mais grave, era o odio que o povo nutria tambem contra essa pobre raça condemnada. Ricos, industriosos, agentes da fazenda publica, era-lhes difficil evitarem os odios das classes pobres e tributarias. Tendo por inimigos a um tempo o monarcha e o povo, por defensores apenas o pequeno numero de homens esclarecidos, que não se deixavam seduzir pelas tentações da cubiça, ou pelos habitos cortezãos da lisonja, como poderiam os christãos-novos escapar á tempestade que se preparava contra elles?

Confiavam porém na fé publica, e pensavam que as solemnes promessas do governo os garantiam contra as perseguições. As surdas ameaças do povo deviam comtudo prevenil-os. Reunidas as côrtes em Torres Novas, no anno de 1525, para se lhes pedir dinheiro, unico fim para que se estavam então convocando essas assembléas populares, os representantes do povo, juntamente com muitas queixas justas e legitimas contra os abusos da fidalguia, do clero e da côrte, queixas de que já demos conta, e que illuminam com lugubre clarão o estado interno do reino em epocha de tanta prosperidade apparente, vociferavam tambem, com todo o ardor do fanatismo, contra os christãos novos.

Grave, de D. Fernando

Accusavam-os de que, sendo muitos d'elles medicos e boticarios, se mancommunavam para assassinarem os christãos velhos dando-lhes peçonha nos remedios; pediam para que esses misteres fossem prohibidos aos christãos-novos, e citavam como provas das suas allegações que um medico de Campo Maior, prezo em Hespanha pelos inquisidores de Llerena, confessara nos tractos que envenenára muitos dos seus doentes. Seria bom que estes conspicuos accusadores fossem tambem postos a tractos, que era para vêr se elles não confessavam que tinham envenenado o rei e o Papa e Jesus Christo até.

Felizmente, o governo pouca attenção deu a tão parvas representações; mas, como diz A. Herculano, entre o procedimento official do governo e o sentir particular do rei, havia um profundo desaccordo. Ao passo que os ministros se sorriam das queixas fanaticas dos procuradores dos concelhos, o rei, cedendo á sua natural propensão, e ás incitações do fanatismo intolerante, dos hypocritas, dos invejosos, dos que desejavam locupletar-se á custa dos bens confiscados dos

Digitized by Google

christãos-novos, mostrava claramente o seu desejo de accender o facho da perseguição. Tudo era investigar secretamente o modo de proceder dos christãos-novos, procurar saber se cumpriam escrupulosamente os seus deveres religiosos. Servia-se para isso dos meios que mais repugnam ao espirito do Christianismo.

«Jorge Themudo, diz A. Herculano, a quem vocalmente encarregára em Montemór d'esta delicada commissão, communicava-lhe em 13 de julho d'esse anno o que apurára das informações dos parochos de varias freguezias com quem tractára o assumpto sob o sigillo da confissão. Resultava d'essas informações que os christãos-novos deixavam de assistir aos officios divinos nos domingos e dias festivos; que não se enterravam nas egrejas parochiaes, mas sim nos adros d'alguns conventos, ou nos claustros d'elles, em sepulturas profundas, ou em terra virgem; que, moribundos não tomavam nem pediam a extrema-uncção; que nos testamentos não mandavam dizer missas por suas almas, ou, se algumas se diziam, era raramente; não ordenavam nunca trintarios nem suffragios ao oitavo dia do obito, nem anniversarios; que havia suspeitas de guardarem os sabbados e Paschoas antigas; que se confessavam durante a quaresma commungando em quinta-feira santa, ou em dia de Paschoa; que na doença se confessavam, e uns tomavam o sacramento e outros não, dizendo que não podiam, ou não o mandando buscar; que exerciam actos de caridade entre si, porém, não para com os christãos-velhos; que em tempo de peste enterravam cuidadosamente os mortos sem distincção de raça; que se desposavam á porta da egreja, e baptisavam os filhos guardando á risca todos os ritos e solemnidades do estylo. Taes eram os factos que caracterizavam os habitos religiosos dos christãos-novos conforme o testemunho do clero curado; apezar d'isso, propunha o estabelecimento da Inquisição como meio de verificar melhor qual era a verdadeira crença da gente hebréa[1].»

Taes eram as accusações, umas frivolas e absurdas, outras dictadas evidentemente pelos sentimentos mais abjectos, que os parochos ousavam formular contra os christãos-novos. O peccado que mais pungia os venerandos ecclesiasticos era seguramente o de não deixarem os christãos-novos designados nos seus testamentos, legados pios e trintarios. Note-se que um dos mais doutos theologos portuguezes, Francisco da Conceição, que figurou d'um modo notavel no concilio de Trento, chamava aos trintarios «cousa na verdade altamente supersticiosa, e não isempta da mancha da cubiça!» Nota A. Herculano com uma ironia perfeitamente justificada: «Os conversos davam, portanto, documento de judaismo evitando cousas que os theologos reputavam supersticiosas e eivadas de simonia[2].»

Não era só Jorge Themudo que D. João III encarregava de devassar o procedimento religioso dos christãos-novos. No seio d'essa mesma raça perseguida encontrára o rei de Portugal um espia ainda mais seguro, porque era um traidor, Henrique Nunes, que recebera do rei de Portugal o significativo sobrenome de Firme-fé. Convertendo-se ao Christianismo, esse Henrique Nunes, que era um Alemtejano de Borba, fôra criado do inquisidor Lucero, digno discipulo de Torquemada, digno agente de Deza, faccinora que enchera de terror Cordova, que horrorizára os mais fanaticos, e a quem não se dava outro nome senão o de *Tene-*

---

[1] Herculano, *Origem e estabelecimento da Inquisição*, tomo 1.º, liv. 3.º, pag. 189.

[2] Herculano, *Origem e estabelecimento da Inquisição*, tomo 1.º, liv. 3.º, pag. 193.

Digitized by Google

SCENA DE ATROCIDADE PRATICADA POR VASCO DA GAMA

Digitized by Google

brero. O seu procedimento encarregou-se elle mesmo de o resumir n'uma fórmula célebre: «*Dá me o Judeu, dar t'o-hei queimado*», dizia Lucero. Era um bom mestre este, e Henrique Nunes, não decerto por fanatismo christão, mas pela fatalidade da situação dos traidores, que, não se sentindo nunca seguros, se vêem obrigados a ultrapassar todas as raias do zêlo mais feroz para não serem accusados de tibieza, Henrique Nunes, pois, introduziu-se por ordem de D. João III no seio das familias dos conversos, que o accolhiam como a irmão, e denunciava depois, como criminosas, as suas prácticas mais innocentes, dando conta dos mais leves resaibos de judaismo que elle, melhor do que ninguem, sabia notar, no viver intimo das familias dos conversos.

Ora, ao passo que elle andava assim exercendo o seu mister infame, D. João III renovava á gente hebréa as promessas de garantias de segurança, com que a ia adormecendo. Era uma perfeita infamia a que este rei perverso commettia. Não seria ainda assim, nem a maior nem a ultima.

Percorria Henrique Nunes o reino esquadrinhando tudo, quando em Olivença ou em Evora os Judeus percebêram finalmente que o seu antigo irmão de crenças não era mais do que um espia. Teve Henrique Nunes o presentimento de que estava descoberto, e tractou de se pôr a salvo em Hespanha; mas os trahidos Judeus não se resolviam facilmente a largar de mão a sua vingança: dois mais exacerbados seguiram-n'o, passando a fronteira, e foram apanhal-o a Valverde, no termo de Badajoz, onde o cozeram a punhaladas. Sem querermos desculpar um assassinio, que é sempre um crime grave, sejam quaes forem as circumstancias attenuantes que o acompanhem, parece-nos que nunca houve outro que mais facilmente se podesse justificar. Comtudo, esse assassinio, se era uma represalia mais legitima, era uma imprudencia terrivel para os Judeus, na situação em que se achavam. Aproveitou-se o facto para se exacerbar mais a cólera do povo contra os christãos-novos; os assassinos, que eram Diogo Vaz d'Oliveira e André Dias de Vianna, soffreram a pena ultima com inauditos requintes d'atrocidade. O espia, o traidor, o renegado Henrique Nunes, esse pouco faltou para que o não canonizassem como a bem-aventurado martyr. Attribuiam-se-lhe milagres sem conto, e a terra da sua sepultura adquiriu a reputação de ser remedio infallivel contra as febres intermittentes. Não chegou a côrte de Roma a dar-lhe um logar no kalendario: foi pena. Seria um santo portuguez digno de emparelhar como S. Pedro d'Arbués de que o Aragão se ufana. Seria então o segundo martyr inquisitorial.

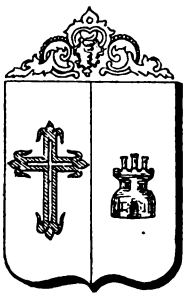
A morte d'Henrique Nunes foi amplamente explorada pelos fautores da Inquisição, que tinham sido recentemente reforçados com a vinda da rainha D. Catharina, que partilhava as idéas intolerantes da côrte onde fôra educada, idéas bebidas com o leite materno, preconceitos tão fortes que não se pôde eximir a elles a altissima intelligencia de Carlos V. Muitos dominicanos hespanhoes vieram tambem juntar-se aos portuguezes. Todos procuraram fazer o maximo barulho com a morte de Firme-fé. Vieram deposições, verdadeiras ou falsas, d'um processo feito na Inquisição de Llerena em que se indicavam suppostos cumplices dos assassinos d'Henrique Nunes. Um celebre Portuguez, Pedro Margalho, philosopho notavel e professor na universidade de Salamanca, foi quem trouxe os documentos, e quem prestou aos conselhos dos apologistas da Inquisição o auxilio da sua voz eloquente.

Ao mesmo tempo uns Castelhanos, perseguidos pela Inquisição de Badajoz, refugiaram-se em Campo Maior, e, jun-

Digitized by Google

tando bastante gente armada, voltaram a Badajoz e tomaram á viva força uma mulher que a Inquisição não deixava sahir da cidade. Novos clamores, e d'esta vez auxiliados pelas exigencias da Inquisição de Castella, que requeria, a plena voz, a extradição dos criminosos; o inquisidor de Badajoz, dr. Selaya, escrevia directamente a D. João III, aproveitando a occasião para lhe dar os mais salutares conselhos, que proporcionaram a Herculano as seguintes reflexões:

«A carta de Selaya a D. João III é um monumento curioso; porque, melhor talvez que nenhum, pinta ao vivo as ideas dos inquisidores d'aquella epocha. Não temos motivos para reputar Selaya um hypocrita, e por isso devemos suppôl-o fanatico sincero. Depois de narrar como a sua auctoridade fôra vilipendiada e de pedir desaggravo, o inquisidor de Badajoz entra em considerações geraes sobre o dever que tinha o rei de Portugal de perseguir os pseudo-christãos, imitando o exemplo de Castella. Fazendo-se cargo do facto da conversão violenta, que os Judeus invocam em seu abono, para continuarem a seguir as antigas crenças, Selaya declarava esta razão futil; primeiramente porque não se podia dizer violentado quem, embora á força, tinha recebido um beneficio tamanho como era o do baptismo; segundariamente porque essa violencia não fôra absoluta, mas só condicional, visto que aos conversos ficara sempre livre o alvedrio de se deixarem matar antes de acceitar o baptismo, imitando a fortaleza dos Machabeus. A estes absurdos, o inquisidor accrescentava outros ainda mais singulares. Relatava como dois ou tres annos antes apparecera em Portugal um judeu do Oriente, que annunciava a proxima vinda do Messias, a liberdade dos Israelitas, e a restauração do reino de Judá. Asseverava que este homem astuto não só retivera no erro os que n'elle se conservavam, mas tambem reduzira outra vez ao Judaismo innumeraveis christãos-novos, assim de Portugal como de Castella. D'este facto concluia Selaya, que, ainda admittindo a legitimidade da religião de Moysés, esse homem e os seus sectarios eram herejes em relação ao Judaismo, visto que davam novas interpretações ao velho testamento, contra a opinião dos karaitas, unica seita orthodoxa, que entendia a Biblia ao pé da lettra. O bom do inquisidor, nos termos d'este dilemma, via sempre a necessidade de perseguir os Judeus. Para elle era indifferente queimal-os em nome da orthodoxia judaica, ou em nome da orthodoxia christã. Em ambos os casos o resultado era o exterminio[1].»



Brazão d'armas da villa de Alcanede

Estas imprudencias dos christãos-novos animavam os seus inimigos, e excitavam-os a exacerbarem com mentiras infames os espiritos já indignados pelos factos verdadeiros. Em Gouveia mão mysteriosa perpetrou um desacato em uma imagem da Virgem, para d'elle serem accusados os christãos-novos, contra os quaes se concitou uma sublevação. Tres christãos-novos, indigitados como auctores do crime, foram levados ao tribunal do nuncio, que era então um Portuguez, D. Martinho de Portugal, e condemnados á fogueira. Os tres desgraçados morreram beijando com fervor o crucifixo. Quiz o acaso ou a Providencia, para que se tornasse mais digno do horror da posteridade este nefando crime que fossem Judeus sinceramente convertidos os que assim morriam nas chammas. Não tardou que se desco-

[1] «Carta do dr. Selaya, março de 1528, g. 2, m. 1, n.º 46.» Herculano, *Origem e Estabelecimento da Inquisição*, etc., tomo I, pag. 210.

Digitized by Google

brisse o mysterio d'este drama. Os dois accusadores, Richart Henriques e um fulano Barbuda, tiveram uma rixa, e no calor da disputa Henriques accusou o seu collega de ter sido elle que perpetrára o desacato para depois accusar os conversos. Provou-se o facto; Barbuda foi preso, mas logrou evadir-se, auxiliado naturalmente pelos seus poderosos cumplices, que desejavam abafar o escandalo. Este caso não foi comtudo bastante para suspender as iras da plebe contra os desgraçados, a quem todos, grandes e pequenos, odiavam.

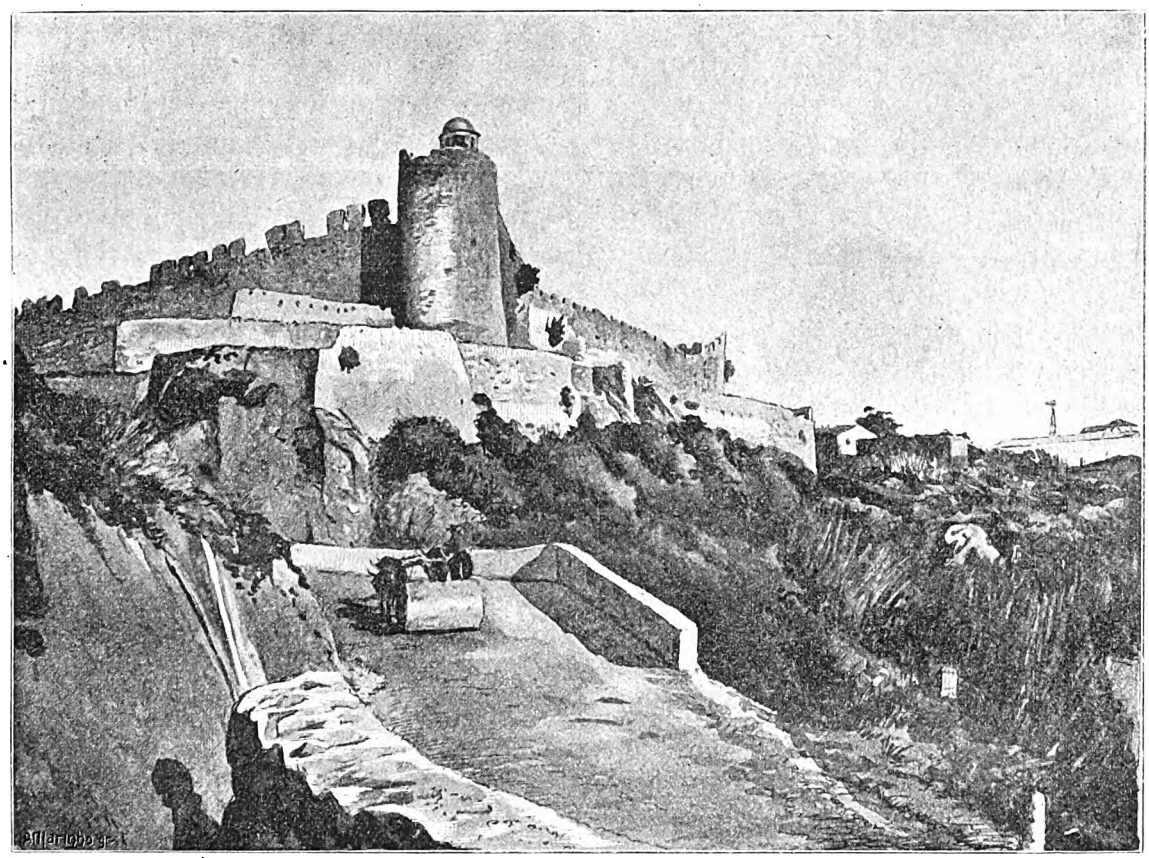
Durante o anno de 1530 as desordens continuram em Gouveia, levantando-se a infima plebe alta noite, ao som do rebate, para insultar, roubar, e assassinar os christãos-novos, episodios dispersos d'essa pagina da nossa historia tão sangrenta como a da noite de S. Bartholomeu em França. No territorio de Olivença, que estava debaixo da jurisdicção ecclesiastica de um fanatico, D. Henrique, bispo de Ceuta, como que já se achava a Inquisição organizada. D. Henrique fizera-se inquisidor por alvedrio proprio. Alguns homens esclarecidos protestavam comtudo contra estes menoscabos do direito, da razão, e da humanidade. Para honra das lettras devemos dizer que um dos que mais alto e mais energicamente bradaram foi o celebre Gil Vicente, o fundador do nosso theatro, que em Santarem ousou fulminar a intolerancia estupida dos frades e dos clerigos, que não temiam excitar o povo contra os christãos-novos, accusando-os de serem os causadores, por suas impiedades, do terramoto de 1531. Foi mais adeante o grande poeta, porque ousou communicar o que fizera n'uma carta que escreveu a D. João III e que anda impressa nas suas obras. O rei não devia apreciar summamente a independencia de espirito do seu poeta de côrte, e, se lh'a não desculpou como chocarrice de jogral, chocarrice mais seria do que as habituaes, talvez possâmos attribuir a esta opposição surda de Gil Vicente a obscuridade dos seus ultimos annos, que bem póde occultar algum mysterio de desvalimento.

Tambem dois ecclesiasticos veneraveis, D. Fernando Coutinho, bispo de Silves, e D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, se mostravam indignados com esta intolerancia tão contraria ao espirito do Christianismo, e com esta quebra infame das mais solemnes promessas. Isso de nada valeu: D. João III resolvia-se finalmente a impetrar de Roma o estabelecimento da Inquisição.

Nos principios de 1531, sendo papa Julio de Medicis com o nome de Clemente VII, deu D. João III ao seu embaixador na côrte pontifical, o dr. Braz Netto, instrucções especiaes para que pedisse *muito em segredo* o estabelecimento da Inquisição. E o que torna mais infames todos estes actos, é que não é só o fanatismo que os inspira, é a torpe cubiça, vestindo as roupas da hypocrisia. Vêl-a-hemos d'aqui a pouco ainda mais saliente. De que principalmente se tractava era de apanhar os christãos-novos desprevenidos, para que as suas riquezas não èscapassem á garra insaciavel do fisco. As condições principaes, que D. João III queria que fossem adoptadas no estabelecimento do Santo-Officio, eram, diz Herculano, «que se tomasse por norma a Inquisição de Castella, dando-se aos inquisidores portuguezes as mesmas attribuições que haviam sido concedidas aos do resto da Hespanha, ou mais, se mais se pudessem dar, e que se entendesse perpetua a concessão do novo tribunal; que o rei fosse investido de poderes para nomear os inquisidores e outros ministros e officiaes do mesmo tribunal, quer tirados do clero secular, quer do regular, incluindo as ordens mendicantes, e ainda

Digitized by Google

para escolher, em caso de necessidade, alguns ministros leigos e casados, uma vez que tivessem ordens menores, sendo além disso auctorisado para os substituir definitiva ou temporariamente, e para nomear um inquisidor-geral tambem amovivel, que presidisse aos outros e os dirigisse, que os novos inquisidores aquelles intervir nos processos começados por estes; que os bispos obedecessem aos inquisidores, logo que chamassem alguns d'elles para degradar das ordens os ecclesiasticos condemnados, sem que importasse a diocese a que pertencia o prelado, ou se o réu era seu subdito; que a Inquisição não conhecesse



CASTELLO DE SILVES

fossem revestidos de amplissimas faculdades para processarem, condemnarem, impôrem quaesquer penas, exercendo em toda a plenitude o seu ministerio, privando quem entendessem, quer fossem seculares, quer ecclesiasticos, de quaesquer dignidades, sem a minima dependencia dos prelados diocesanos, e sem sequer lhes dar parte, que, desde o momento em que os inquisidores tomassem conhecimento de uma causa, ficassem os bispos inhibidos de se intrometter na questão, podendo pelo contrario tamsómente dos crimes de heresia, mas tambem dos de sortilegio, feitiçaria, adivinhação, encantamento e blasphemia; que a ella pertencesse, em todos os precedentes delictos, sujeitos á sua jurisdicção, levantar excommunhões, minorar penas, reconciliar e absolver os réus; que o inquisidor geral ficasse auctorizado para nomear inquisidores subalternos nas cidades, villas, logares e bispados que bem lhe parecesse, demittil-os, e bem assim dar-lhes e tirar-lhes officiaes e ministros, vigiar estes, punil-os e absol-

Digitized by Google

vel-os; finalmente, que a Inquisição podesse avocar a si quaesquer causas de heresia, estivessem em que juizo e estado estivessem, sem exceptuar d'esta regra as que pendessem dos auditores, juizes e delegados apostolicos.

«Seculos antes o imperante que pedisse ao primaz do Occidente a instituição de um tribunal ecclesiastico, organizado com as condições que se pediam n'esta instrucção, moveria o riso ou a compaixão dos fieis, e o Papa ordenaria preces nos templos de Roma para que Deus se condoesse do infeliz monarcha e lhe restituisse a alienada razão. No começo do seculo XVI não succedia assim. A pretenção tinha difficuldades; mas, como o tempo o demonstrou em Portugal e já o tinha demonstrado em Castella, não era absolutamente impossivel. Importava apenas a quasi annullação do episcopado, a translação de parte das suas mais elevadas funcções para os delegados do poder civil, a sujeição dos bispos, não a regras estabelecidas, mas aos simples caprichos dos inquisidores. Se qualquer prelado cahisse no desagrado d'elles, poderia ser accusado, processado, condemnado, exauctorado, sem que aos seus co-episcopos, ao seu metropolita sequer fosse licito intervir n'essa subversão monstruosa de toda a disciplina da Egreja. No centro d'aquella rede immensa de inquisidores, notarios, promotores, conciliarios, procuradores, carcereiros, alguazis, rede que abrangeria em breve todo o paiz e cobriria todas as cabeças, porque ninguem tinha a certeza de nunca ser reputado feiticeiro ou hereje, estava o inquisidor-geral nomeado pelo rei, amovivel á vontade d'elle, e que por consequencia era apenas um instrumento passivo nas suas mãos. Assim, o monarcha ajuntaria ao terror do poder civil toda a força do terror religioso exercida indirectamente sobre os subditos, e D. João III chegaria por meio do excesso do zelo catholico a obter o mesmo resultado que Henrique VIII de Inglaterra obtivera quebrando a unidade da Egreja. Cumpre por outra parte confessar que, estabelecida a Inquisição com as funcções que se lhe attribuiam, e posto á frente d'ella um inquisidor-mór, um chefe supremo e absoluto, esse homem, se não dependesse inteiramente do principe, seria, mais do que este, posto que de modo indirecto, o verdadeiro rei de Portugal. Não havia fugir d'aquelle dilemma, desde que se pretendia annullar a auctoridade dos bispos, introduzindo na economia da Egreja um elemento novo. Ou a servidão do imperio, ou a servidão do legitimo sacerdocio[1].»

Pasma-se de que um soberano ousasse impetrar tão absurda concessão, mas sentiremos um horror e uma repugnancia invenciveis ao seguirmos as peripecias d'essa negociação em Roma, e ao observarmos quaes são as molas occultas que a dirigem. Não saberemos o que havemos de admirar mais, se a incrivel corrupção da côrte romana, se o descaramento, e impudencia da côrte portugueza, principalmente quando virmos a idéa que formavam uns dos outros os agentes d'essa intriga repellente.

Apresentou Braz Neto a Clemente VII o pedido de seu amo; encontrou, porém, hostil a côrte pontifical, tendo a Inquisição por adversario principal um dos cardeaes mais influentes do sacro-collegio, Lourenço Pucci. As razões que elle allegava contra o deferimento da pretenção portugueza eram as mais justas e as mais louvaveis. Dizia elle que o fim verdadeiro que se tinha em vista, com o estabelecimento d'esse tribunal, não era outro senão o de espoliar os Hebreus. O embaixador portuguez, bem ao facto dos costumes da côrte romana, entendia, porém,

---

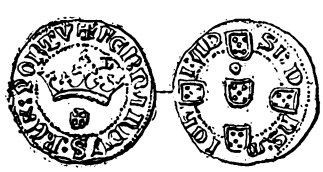
[1] Herculano, *Da Origem*, etc., tomo I, liv. 3.º, pag. 282.

Digitized by Google

que não era a justiça da causa que armava contra nós o velho cardeal. Um Judeu portuguez, estabelecido em Roma, e chamado Diogo Pires, parece que déra a Pucci razões muito mais fortes em metal sonante, que o embaixador esperava vencer, e por isso não cessava de pedir para Portugal que lhe enviassem bastante dinheiro. Satisfez-se o pedido, e, effectivamente, o cardeal Pucci mudou d'um momento para o outro, e já, d'ahi a pouco tempo, encontramos o embaixador lamentando que uma enfermidade do cardeal lhe não permittisse advogar, perante a curia, a pretenção de D. João III.

Apezar, porém, da doença, e, logo depois da morte do cardeal, apezar tambem de estarem nos interesses dos christãos-novos alguns dos cardeaes a cujo voto Clemente VII mais attendia, já em setembro de 1531 o negocio estava tão bem figurado para a Inquisição portugueza, que, enviando el-rei D. João III o dr. Luiz Affonso, como reforço a Braz Neto, mandava por elle tambem a nomeação de fr. Diogo da Silva para inquisidor geral, afim de ser confirmada pelo Papa, o que prova que o Papa conhecera o perigo de deixar a nomeação de tão importante cargo exclusivamente dependente do soberano, e que avocára a si, por assim dizermos, a instituição canonica.

«Effectivamente, diz A. Herculano, a 17 de dezembro, expediu-se uma bulla dirigida ao minimo fr. Diogo da Silva, e pela qual o Papa o nomeava commissario da sé apostolica, e inquisidor no reino de Portugal e seus dominios. Os fundamentos d'essa bulla eram que, tendo-se tornado communs n'este paiz os fataes exemplos de volverem aos ritos judaicos muitos christãos-novos, que os haviam abandonado[1], e de os abraçarem outros que, nascidos de paes christãos, nunca tinham seguido aquella crença, accrescendo o disseminar-se no reino a seita de Luthero, e outras egualmente condemnadas, e bem assim o uso de feitiçarias reputadas heréticas, se conhecera a necessidade de atalhar o mal com prompto remedio, de modo que a gangrena não eivasse os espiritos. Á vista d'essas considerações, o Papa revestia o dito inquisidor de attribuições extraordinarias, dando-lhe a faculdade de inquirir, havendo sufficientes indicios, de proceder á captura e encarcerar, condemnar e impôr penas, de accordo com os prelados diocesanos ou sem elles, se, chamados a isso, recusassem intervir, a quaesquer individuos implicados, directa ou indirectamente, em taes delictos, sem excepção de pessoa alguma, fosse qual fosse o seu estado, qualidade, condição, ou gerarchia, nomeando procurador fiscal, notarios, e outros officiaes precisos, para d'elles se servir no desempenho das funcções que lhe eram incumbidas, de modo que conviesse ao bom expediente da Inquisição, podendo escolher, para este effeito, clerigos ou frades, sem dependencia da permissão dos respectivos superiores.



Pilarte, de D. Fernando

«Auctorizava-o ainda para intervir e proceder cumulativamente com os prelados ordinarios em todas as causas relativas aos delictos mencionados na bulla, já previamente começadas pelos bispos, e a convocar qualquer d'estes para coadjuvar o diocesano quando fosse preciso degradar das ordens algum ecclesiastico incurso nos crimes contra a fé, constrangendo á obediencia os renitentes pelos meios juridicos, e invocando o adjutorio do braço secular. Dava-lhe poderes

[1] *ad ritum judæorum, a quo discesserant:* bulla *Cùm ad nihil magis* 16.º kal. Jan. 1531, no m. 2 n.º 6 de Bullas e g. 2 m. 1 n.º 35 e 44 no Archivo Nacional.

Digitized by Google

para absolver, depois da abjuração e juramento de não reincidirem, quaesquer pessoas incursas nos casos previstos na bulla, impondo-lhes penitencias se o entendesse conveniente e quaes entendesse, admittindo os reus ao perdão da Santa Sé e á unidade da Egreja, e minorando as penas canonicas. Finalmente, habilitava-o para fazer, n'esta parte, tudo o que julgasse opportuno para refreiar os delictos religiosos, extirpal-os radicalmente, e que por direito e costume pertencesse ao officio inquisitorial. Para facilitar a execução d'estas providencias, o inquisidor geral ficava auctorizado para nomear seus delegados ecclesiastico idoneos, comtanto que estivessem constituidos em dignidade, ou fossem mestres em theologia, doutores ou licenciados em direito civil ou canonico, ou membros de algum cabido, transmittindo-lhes as mesmas faculdades e jurisdicções a elle concedidas, podendo, todavia, demittil-os e substituil-os por outros quando lhe aprouvesse. O Papa derogava para este caso as constituições e ordenações apostolicas contrarias aos fins da bulla, e revogava todos os indultos particulares, concedidos pelos pontifices, que estivessem no mesmo caso, e que de qualquer modo podessem impedir ou retardar os effeitos das provisões contidas n'aquelle diploma[1].»

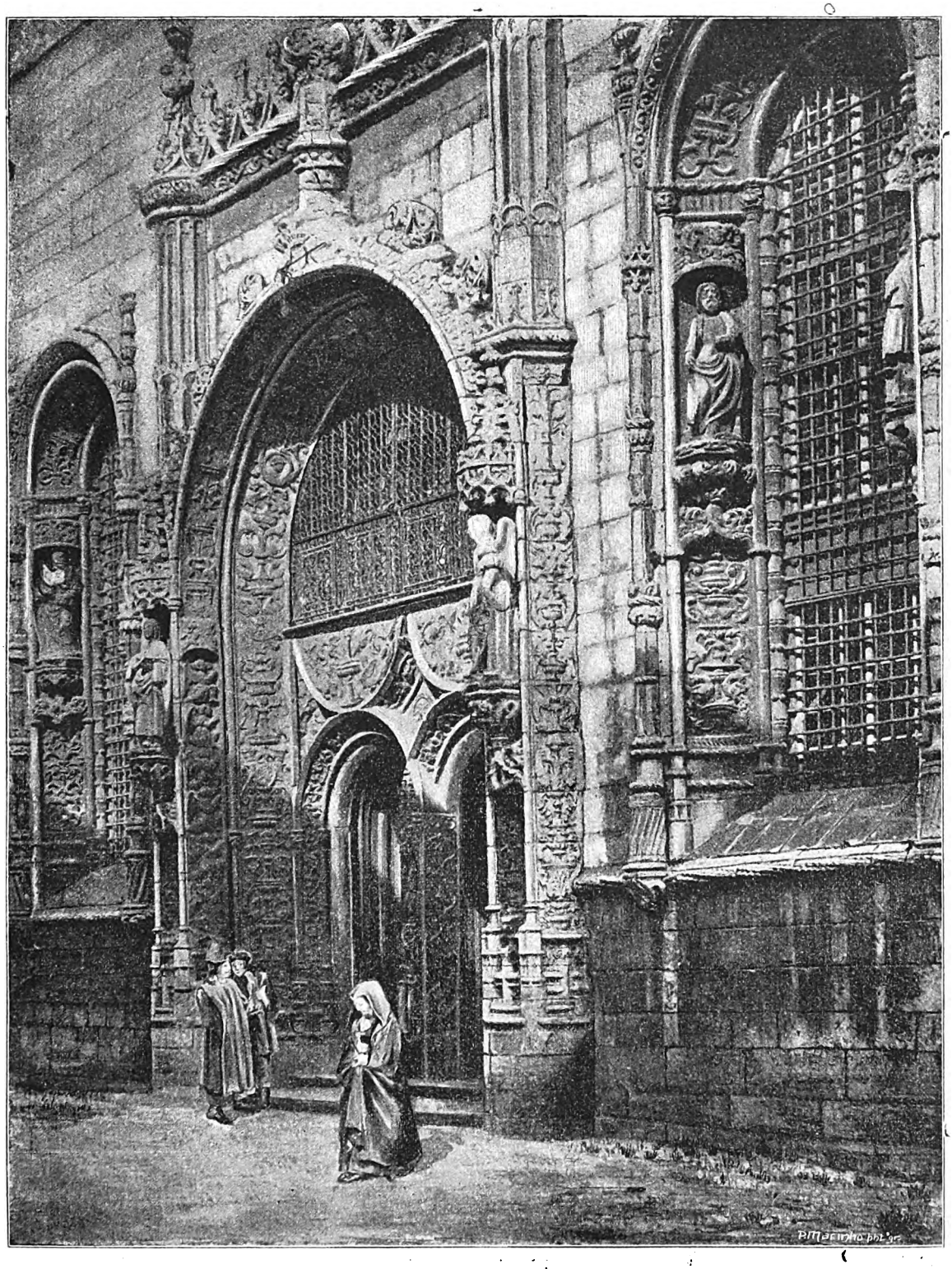
Nota Herculano que entre os muitos absurdos implicados n'esta bulla havia tambem a falsidade das bases em que ella assentava, porque nem os Judeus se tinham afastado voluntariamente da lei de Moysés, nem em Portugal lavrára a lepra da heresia allemã, nem os esclarecidos cortezãos de Julio de Medicis podiam receiar seriamente que os Portuguezes estivessem sujeitos a bruxedos, sortilegios e encantamentos. O rei de Portugal, impetrando assim o estabelecimento de um tribunal, que punha debaixo dos pés o episcopado portuguez, abria á Santa Sé uma ampla fonte de rendimentos, e dava-lhe uma ingerencia nociva em todos os nossos negocios ecclesiasticos. «Resalvando, diz Herculano, a concorrencia dos prelados diocesanos no julgamento das causas sujeitas ao novo tribunal, mas deixando incertos a extensão e os limites d'esta concorrencia, e referindo-se vagamente ao direito, aos costumes, e á utilidade, o Papa abriu campo immenso ás collisões e competencias cuja resolução lhe pertencia. Como Moysés, tocando o rochedo com a vara, creava um manancial opulento de dependencias e proventos nas duvidas e antagonismos que approvava. Se a bulla de 17 de dezembro não brilhava nem pela solidez dos motivos, nem pelos principios de justiça e de boa disciplina contidos nas suas provisões mais importantes, não deixava por isso de ser monumento digno de uma politica artificiosa e previdente[1].»

O que ha em tudo isto mais infame é que se D. João III conservava secretas as negociações que dirigia em Roma, conservava tambem secreta a bulla depois de a ter recebido, e ao mesmo tempo ia na sombra pedindo informações á Inquisição de Hespanha ácerca dos Judaizantes que lá constasse que existiam em Portugal. Ao mesmo tempo tambem promulgava, a 14 de junho de 1532, uma lei que prohibia severamente aos christãos-novos o sahirem do reino, condemnava a pena ultima quem os ajudasse a serem contraventores do decreto, prohibia-lhes passarem os seus bens para o estrangeiro, ou por lettras de cambio ou por qualquer outra via, e era-lhes defeso venderem qualquer propriedade que

[1] Bulla *Cum ad nihil magis* e Breve a fr. Diogo da Silva, de 13 de janeiro de 1532, no m. 2 de bullas n.° 13. A. Herculano, *Da origem*, etc., t. 1.°, liv. 3.°, pag. 240.

[1] Bulla, etc., pag. 145.

Digitized by Google



LISBOA — FACHADA DA EGREJA DA CONCEIÇÃO VELHA

possuissem. Ora, note-se que, ao mesmo tempo tambem, a bulla de 17 de dezembro de 1531, que não podia ser executada senão nos fins do anno seguinte, se conservava secreta, e depois de se pensar n'isso, veja-se com que nome suave

Digitized by Google

se póde classificar este acto, pelo qual se armava um laço infame a uma raça inteira, contra a qual se preparava em silencio o instrumento do supplicio.

Esta lei, revelando que as intenções do governo eram á raça hebrea o mais hostis possivel, exacerbou os odios populares, e inspirou aos conversos um terror profundo. O povo sentiu que podia commetter todas as violencias, porque tinha a tacita adhesão do monarcha, e em muitos pontos do reino, mas principalmente em Lamego, practicou as maximas desordens.

Foi necessario que o alcaide da cidade sahisse com soldados a reprimir as turbas, que não só se dispunham a repetir as scenas de Lisboa em 1506, mas que á mesma tropa resistiram. Em toda a parte, e até nos Açores e na Madeira, se repetiram episodios similhantes. Os christãos-novos, vendo-se perdidos, entenderam que só appellando para a côrte pontifical se podiam livrar da sorte que os ameaçava. Roma tinha egual reputação entre os Judeus e os Christãos; uns e outros sabiam que lá não imperava nem o zelo catholico, nem o fanatismo, e que era unicamente o dinheiro que decidia as questões avocadas áquelle tribunal. Em Roma, d'onde partiam as bullas que iam instituir a Inquisição n'outros paizes, viviam os Judeus muito socegadamente, e os seus negocios discutiam-se livremente deante da curia. O rei D. João III, segundo se vê, era mais catholico do que o Papa!

Determinaram pois os christãos-novos enviar a Roma um delegado seu para lhes advogar a causa, e esse delegado foi bem escolhido, porque era homem intelligentissimo, habil diplomata, encarregado frequentemente pelo proprio governo portuguez de várias negociações. Chamava-se Duarte da Paz; foi até aproveitando uma missão que D. João III lhe confiára, que elle pôde sahir de Portugal, e dirigir-se a Roma, onde ia tractar dos negocios dos conversos.

As circumstancias tinham-lhe tornado mais facil o terreno; a promulgação da odiosa lei de 14 de junho, as violencias commettidas em Lamego e n'outros pontos do reino, e que eram d'essa lei os mais terriveis commentarios, tudo isso eram razões mais que sufficientes para que o Papa Clemente VII revogasse a bulla que outorgára. Ao mesmo tempo, fr. Diogo da Silva, o inquisidor-mór nomeado, renunciára ao cargo. A nova nomeação precisava de nova bulla, e o ensejo era por conseguinte propicio para a revogação da antecedente. Que a apologia de Duarte da Paz já exercêra alguma influencia no espirito de Clemente VII vê-se pelo breve de 17 d'outubro de 1532, que principia *Venerabilis frater*, bréve dirigido a Marco della Ruvera, bispo de Sinigaglia, nuncio em Portugal, e que suspendia todos os effeitos da bulla de 17 de dezembro. Era uma victoria formidavel alcançada pelos christãos-novos; mas ao mesmo tempo, Satanaz, protector da inquisição, equilibrava os effeitos d'esta victoria, insinuando no espirito de Duarte da Paz o pensamento da traição. Tão intelligente quanto vil, digno collega de Henrique Nunes Firmefé, Duarte da Paz offerecia-se a D. João III para lhe entregar seus irmãos: ao mesmo tempo succedia a Braz Netto na côrte de Roma um embaixador mais importante, D. Martinho de Portugal. Os conversos não podiam por conseguinte cantar victoria, não estava a intolerancia derrotada: ia pelo contrario travar-se a batalha com muito mais seriedade.

«N'este estado, diz A. Herculano terminando o 3.º livro e 1.º volume da sua tentativa historica, estavam as coisas nos primeiros mezes de 1533. O theatro, em que temos visto passar as scenas iniciaes do drama horrivel e ainda mais

Digitized by Google

repugnante do estabelecimento da Inquisição, ampliou-se. Os outros actos representar-se-hão em Portugal e em Roma. Se até aqui o fanatismo disputou á hypocrisia e á corrupção moral o primeiro plano, vêl-o-hemos, n'essa tella, cuja vastidão duplica, alongar-se para o fundo do quadro. Mas a licção será ainda mais proficua. O fanatismo tem a nobreza de todas as paixões ardentes: ergue os olhos para Deus, que calumnia, mas a quem crê servir e honrar; é a tempestade do coração humano que passa grandiosa como as da natureza, e que deixa apoz si um sulco d'estragos. A hypocrisia, suprema perversão moral, é o charco podre e dormente que impregna a atmosphera de miasmas mortiferos, e que salteia o homem no meio de paizagens ridentes: é o reptil que se arrasta por entre as flôres e morde a victima descuidada. A civilização, nos seus progressos, enfraquece gradualmente o fanatismo até o anniquillar. A hypocrisia vive com todos e com tudo, e accommoda-se a qualquer grau de cultura social. Se mão robusta lhe rasga o manto de religiosidade de que se cobriu rindo impiamente, e aponta aos que passam as suas pustulas asquerosas, brada contra a calumnia, chora, e declara-se martyr, reservando no peito para os dias propicios vinganças que ultrapassam a offensa, e que, vindas d'ella, são sempre implacaveis.

«Foi por isso que o Salvador assignalou a hypocrisia com o sello da sua tremenda maldicção. Aquelle para quem o futuro não tinha mysterios sabia que ella seria em todos os tempos a mais cruel inimiga do Christianismo e da humanidade[1].»

CAPITULO LIV

Continuação da historia do estabelecimento da Inquisição em Portugal

EM Roma pois, que se ia travar a porfiada lucta, onde as armas principaes foram o dinheiro e a intriga. O embaixador portuguez D. Martinho de Portugal, e Antonio Pucci, sobrinho do fallecido Lourenço Pucci, cardeal do titulo de Santiquatro, eram os advogados officiaes da causa da Inquisição portugueza. Duarte da Paz, ainda que traidor, era tambem o defensor official dos conversos. Entre estes se devia debater o pleito que tinha Clemente VII por juiz supremo.

O principio do anno de 1533 foi assignalado com um triumpho para os christãos-novos. O breve de 17 d'outubro de 1532 foi ampliado com uma bulla de perdão concedida a 7 d'abril de 1533. Essa bulla annullava todos os processos d'heresia, e declarava perdoados todos os christãos-novos que viessem confessar as suas culpas ao nuncio, ou a sacerdotes por elle delegados. A bulla emfim era amplissimamente tolerante com os conversos; mas ao mesmo tempo não esquecia as vantagens da curia romana, dando-lhe uma enorme preponderancia em Portugal, constituindo o nuncio, como diz A. Herculano, «pelo que tocava aos christãos-novos... bispo

---

[1] Herculano, *Da Origem*, etc., tom. 1.º, liv. 3.º, pag. 285.

Digitized by Google

universal de todas as dioceses do reino e conquistas, immediata e exclusivamente suffraganeo da Santa-Sé[1].» Essa bulla tambem custára bom dinheiro aos Hebreus, que de Portugal passára para as mãos de Duarte da Paz, e das d'este agente para as do Papa. Mas, fossem quaes fossem os motivos secretos que inspiravam a bulla, é certo que presidia a ella o espirito da tolerancia, e que devia cahir como um raio sobre os estupidos fanaticos da nossa côrte.

D. João III, completamente atordoado com este golpe tão decisivo dado nas suas pretenções, não pôde fazer mais do que ordenar ao seu embaixador em Roma, elevado havia pouco tempo á dignidade d'arcebispo do Funchal, primaz do Oriente, que pedisse ao Papa que mandasse suspender a execução da bulla, emquanto não ia um embaixador extraordinario a Roma communicar a Clemente VII as objecções, que o rei de Portugal tencionava apresentar á decisão da curia. Primeiro, Clemente VII, a quem o bispo de Sinigaglia de Lisboa incitava, respondeu asperamente insistindo em que se cumprisse a bulla, e mandando ao nuncio que empregasse todos os meios para que fosse revogada a celebre lei de 14 de junho. Mas afinal o embaixador portuguez em Marselha, aonde Clemente VII se dirigira por causa dos negocios que revolviam então a França, conseguiu que elle suspendesse por dois mezes a execução da bulla.

«Estes factos passavam-se, diz Herculano, nos ultimos mezes de 1533. Em dezembro d'esse mesmo anno tinha já o Papa voltado para Roma. Transmittido á côrte de Portugal o exito da negociação em Marselha, foi encarregado D. Henrique de Menezes da missão extraordinaria juncto á curia romana. Cumpria, porém, preparar todas as armas para combater o perdão de 7 de abril; colligir todos os factos e argumentos que podessem invalidal-o. Não era negocio facil. Clemente VII tinha de antemão mandado examinar as doutrinas da bulla e os seus fundamentos na universidade de Bolonha, e dois dos mais celebres professores d'aquella eschola de jurisprudencia, Parisio, depois elevado ao cardinalato, e Veroi, tinham redigido duas extensas dissertações nas quaes as providencias do pontifice a favor dos christãos-novos eram plenamente justificadas. Consultava-se entretanto em Portugal sobre as instrucções que se deviam dar de viva voz e por escripto ao novo agente que se enviava a Roma e ao que já lá se achava. Assentou-se em que a primeira coisa que cumpria estranhar no procedimento do Papa era que, tendo sido concedida a Inquisição havia tão pouco tempo, agora, sem se darem novas circumstancias, se annullasse assim esse acto anterior; que, attendendo-se, para isso ás supplicas dos christãos-novos (embora na bulla se dissesse falsamente o contrario) nunca se quizera dar ouvidos ao embaixador portuguez.

Julgou-se tambem necessario recapitular com clareza as causas que houvera para a instituição do tribunal da fé, e ponderar-se que, á vista d'essas causas, devera ter sido o Papa quem trabalhasse no estabelecimento da Inquisição, em vez de se lhe mostrar adverso; que, admittindo ter havido no principio da conversão dos Judeus algumas violencias, se devia advertir que esta não fôra precisa, mas condicional, e que, portanto, para os conversos, os que, aliás, tinham frequentado depois por muitos annos os sacramentos da Egreja, dando-se por Christãos, era obrigatorio o baptismo; que o rei godo Sisebuto forçára os Judeus a converterem-se, e todavia fôra elogiado de religiosissimo pelos padres do XII concilio toledano, e que

[1] Herculano, *Origem*, etc., tom. 2.º, liv. 4.º, p. 12.

Digitized by Google

egual louvor mereciam os principes que o imitavam; que os Judeus tinham tido tempo de sahirem do reino, e muitos o haviam feito; que os que ficaram com capa de Christãos não eram provavelmente nem uma cousa nem outra, escarnecendo, por incredulos, dos sacramentos que recebiam; que a bulla estendia o perdão aos obstinados, cousa prohibida pelos canones, e que perdoar no fôro externo por confissões secretas, que podiam ser fingidas, era absurdo; que similhante perdão seria uma crueldade para o orbe catholico; que para os arrependidos serem perdoados bastavam as provisões canonicas e o *tempo de graça* que a Inquisição costumava conceder; que se, apezar de todas estas considerações, o Papa insistisse no perdão geral, este negocio deveria ser commettido ao inquisidor-mór e aos seus delegados, limitando-se o dito perdão aos que, arrependidos, viessem especificadamente confessar seus erros, substituindo-se para esses as penas de direito por penitencias arbitrarias, publicas ou occultas, e escrevendo-se as confissões assignadas pelo confessor e pelo confitente em registros, por onde depois se podessem saber os delictos que lhes haviam sido perdoados, ficando em todo o caso excluidos do perdão os relapsos. Sobretudo devia insistir o embaixador em que de nenhum modo este negocio se commettesse ao nuncio, mas sim a uma pessoa que o rei designasse, declarando-se que sem esta condição se não podia admittir nenhuma resolução pontificia relativa ao assumpto. Cumpria exigir a conservação do tribunal de fé como fôra concedido e agora se propunha de novo, suspendendo-se quaesquer provisões passadas a favor dos Judeus, e finalmente insinuar-se a Clemente VII ser voz publica em Portugal, que todas essas providencias contrarias á Inquisição eram obtidas por avultadas peitas dadas na côrte romana, e que novos actos no mesmo sentido não fariam senão confirmar similhantes accusações[1].»

RUY DE MENEZES

[1] «He fama n'estes reynos que por peita grossa de dinheiro que se deo em sua côrte se negoceam estas provisões contra tão santa e tão necessaria obra.»

Digitized by Google

A hypocrisia desmascarava-se emfim e mostrava-se com toda a hediondez. Se a intenção de D. João III era com effeito manter a pureza da fé catholica, pouco lhe devia importar que se perdoassem aos Judeus conversos as suas antigas culpas, uma vez que, á primeira infracção das regras do Christianismo que perpetrassem depois de concedido o perdão, estavam sujeitos a todas as penas inquisitoriaes. Mas D. João III tinha sêde do sangue e do ouro dos seus subditos; o rancor que votava áquella raça infeliz não se satisfazia senão lançando-os em massa nas fogueiras, que se obstinava em ateiar.

Em fevereiro de 1534 chegou D. Henrique de Menezes a Roma, levando instrucções similhantes ás que D. Martinho de Portugal recebera, e indo além d'isso encarregado de obter a confirmação do cargo de inquisidor-mór em D. Fernando de Menezes Coutinho, bispo de Lamego, nomeado por D. João III, em virtude da renuncia de fr. Diogo da Silva.

Juntou-se aos dois embaixadores o cardeal protector Santiquatro para obter do papa Clemente VII o que D. João III desejava, mas a côrte portugueza demorava-se nas suas diligencias, e o cardeal achava isto difficil. Effectivamente, o Pontifice não respondeu ás supplicas do rei de Portugal, senão ordenando-lhe positivamente que fizesse executar a bulla de 7 de abril.

Voltou D. Henrique de Menezes á carga, fazendo uma longa exposição a favor das pretenções de D. João III; insistiu o cardeal Santiquatro; empenhou-se Carlos V por cartas em que o negocio se resolvesse do modo que a côrte portugueza queria, é verdade que os seus embaixadores fallaram n'um sentido contrario a essas cartas, o que neutralisava o empenho; o Papa a tudo isto respondeu apenas, nomeando uma commissão para julgar o reu. Não sabemos se o ouro dos christãos-novos influiu na decisão dos cardeaes; é certo que, inspirado pela simonia, ou pela verdade evangelica, este documento é, depois de tantas vergonhosas, hypocritas e phreneticas exposições, um descanço para o espirito. Em pleno seculo XVI ainda havia felizmente na côrte de Roma quem soubesse falar uma linguagem digna dos apostolos. Ouçamol-a:

«Nem as razões que os ministros de Portugal apresentaram contra a politica de tolerancia adoptada pelo Pontifice, nem os seus esforços indirectos, nem o appoio moral de Carlos V, se existiu, tiveram, todavia, força bastante para alterar essa politica. Em resultado dos debates, os theologos, que haviam assistido como consultores ás conferencias dos ministros portuguezes com os cardeaes Santiquatro, de Cesis, e Campeggio, redigiram uma larga defeza da bulla de 7 de abril em que se analysavam e refutavam os argumentos oppostos. Além d'isto, apresentou-se em nome do Papa outra dissertação não menos extensa, e cujo intuito era o mesmo. Porventura a sua redacção pertencia aos dois cardeaes commissarios, e resumia as ponderações a que haviam recorrido na discussão oral[1]. Posto que, como já advertimos, a bulla, pelo illogico das suas deducções preceptivas em relação aos seus fundamentos theoricos, e pelo desprezo das verdadeiras doutrinas da Egreja ácerca da auctoridade episcopal, que as attribuições conferidas ao nuncio n'esta parte annullavam, fosse, absolutamente falando,

---

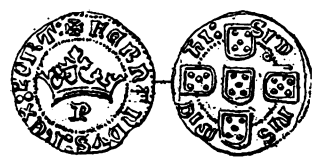
Minuta sem data na G. 2, M. 2, n.º 35 no Arch. Nac. Do seu contexto vê-se que este projecto de instrucções pertence á epocha em que o collocamos. Era talvez destinado a D. Martinho, porque diz na rubrica que é a «instrucção que S. A. deve mandar escrever ao embaixador.» Se fosse para D. Henrique diria *dar ao embaixador*.

[1] Estas duas allegações constituem os n.os 16 e 17 dos documentos juntos ao Memorial dos christãos-novos de 1544, na Symm. vol. 31, fl. 395 e seguintes.

Digitized by Google

facil de combater, não o era relativamente, para homens que lhe oppunham pretenções muito mais absurdas, e essencialmente contrárias, não só á disciplina da Egreja, mas tambem á indole do Christianismo e ás tradições evangelicas. Na essencia a razão estava do lado do Papa, e embora, n'uma ou n'outra particularidade, ás ponderações feitas em nome d'el-rei não se podessem oppôr decisivos argumentos, é certo que o todo das respostas dadas pelos cardeaes e pelos consultores produz a convicção. Rememorando as palavras e obras de Christo, dos apostolos e dos padres primitivos, a doçura, o respeito pelo livre alvedrio humano na adopção d'uma crença nova, a indulgencia para com as fragilidades e desvios dos antigos neophytos, que espontaneamente e sem nenhuma coacção vinham alistar-se debaixo das bandeiras da cruz, os defensores da bulla de 7 d'abril punham em contraste com esse admiravel quadro de tolerancia e de moderação nos primeiros seculos da Egreja as scenas de brutal tyrannia com que se procedera em Portugal á conversão dos Judeus. Ao quadro do abandono em que os prelados e clero de Portugal tinham deixado homens trazidos sem vocação ao gremio da Egreja, elles contrapunham o zêlo modesto, mas incessante, a paciencia e brandura com que na origem do Christianismo os apostolos e os seus successores iam guiando os debeis passos dos convertidos, e alimentando com a instrucção religiosa os animos vacillantes dos que, abrindo os olhos á luz da eterna verdade, ainda não tinham a robustez precisa para supportar todo o seu esplendor, sacrificando até, ás vezes, a disciplina christã a habitos arreigados que não era possivel extirpar de repente, quando esses habitos não feriam a pureza do Christianismo.

«Este contraste, estribado d'um lado no Novo Testamento e nos monumentos primordiaes da Egreja, e do outro nos factos que se haviam passado em Portugal, nos ultimos quarenta annos, era fulminante. «Se porém, diziam, as tradições e a práctica da mansidão e indulgencia da Egreja para com aquelles que de livre vontade entravam no seu gremio, eram taes, quanto maior devia ser a brandura, e a caridade para com homens violentados ao baptismo, e abandonados nas trevas do seu erro?» Os theologos de Clemente VII vinham depois á concessão da bulla de 17 de dezembro de 1531 e á inconsistencia que se notava entre esse acto e a bulla de perdão. N'esta parte a resposta não era menos fulminante. «Sua Santidade, diziam elles, entende que é melhor referir ingenuamente a verdade do que recorrer a subtilezas. Levaram-n'o a conceder a Inquisição por meio de informações sinistras, persuadindo-lhe coisas que prefere calar para não fazer os que a solicitaram odiosos a seus proprios naturaes, infamando-os perante o orbe christão com o ferrete da deslealdade.

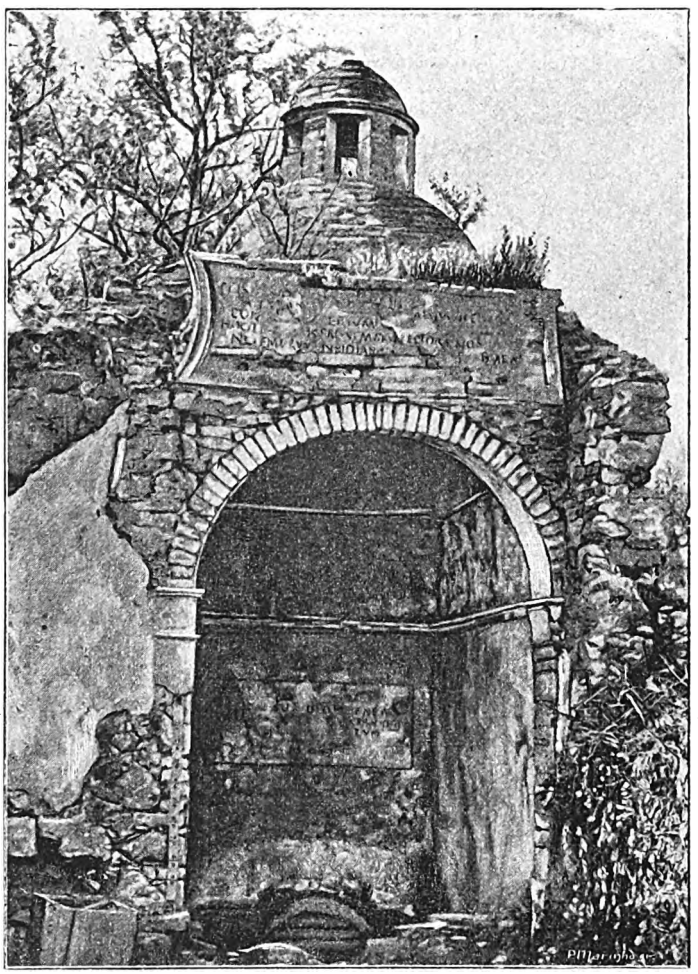


Pilarte, de D. Fernando

«Seria essa a consequencia de se patentearem as mentiras que forjaram para perder esta misera gente. Só depois Sua Santidade soube que os factos eram, pela maior parte, mui alheios do que se pintavam, e isto por informações de diversos individuos, dadas por escripto ou vocalmente. As barbaridades que se practicam são taes que custa a perceber como haja forças humanas que possam soffrer tanta crueldade.» Passavam depois a fazer o extracto de uma d'essas informações dignas de maior credito. «Se é delatado ás vezes por testemunhas falsas qualquer d'esses mal-aventurados por cuja redempção Christo morreu, os

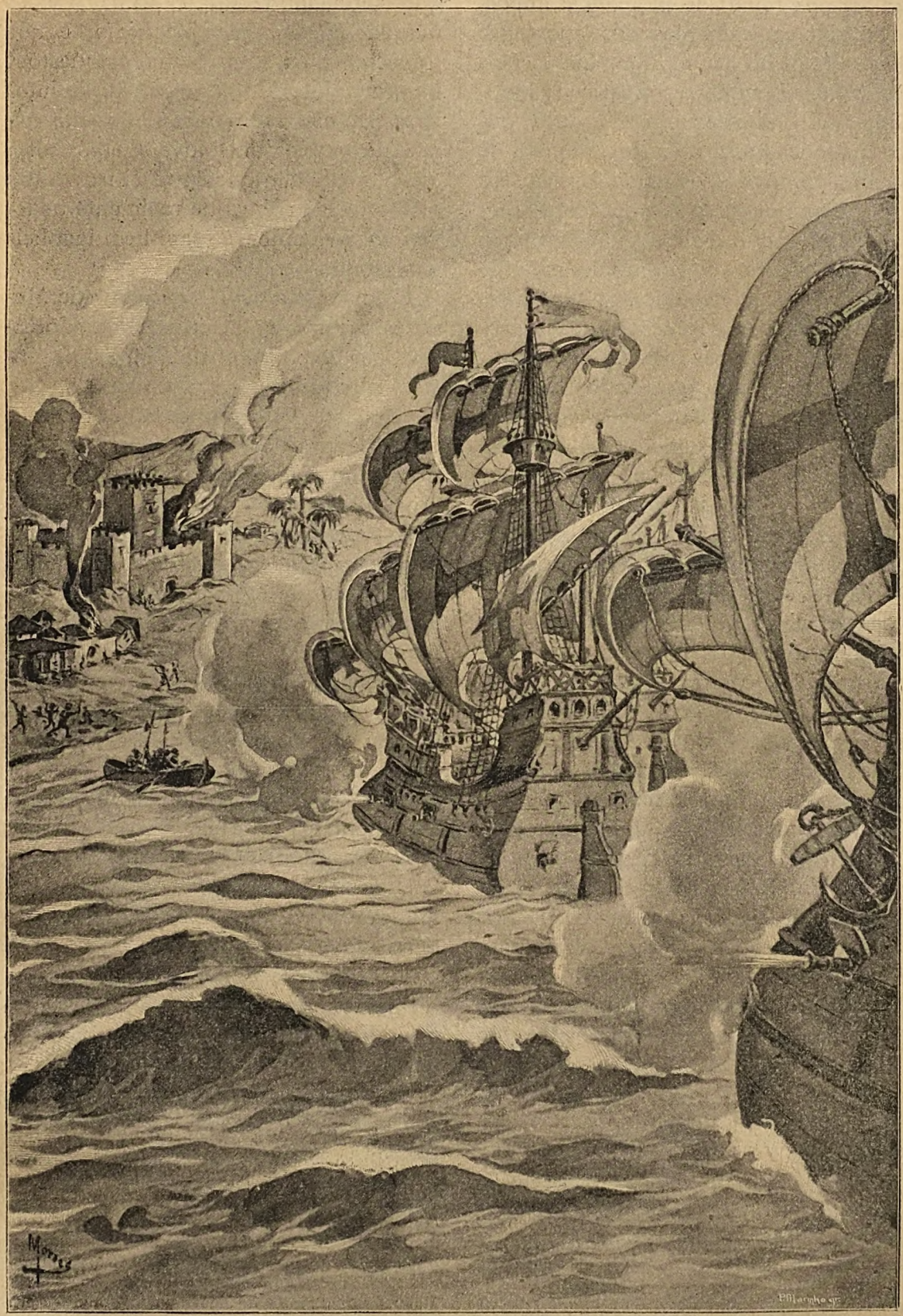
Digitized by Google

inquisidores arrastam-n'o a um calaboiço, onde lhe não é licito vêr céu nem terra, e nem sequer falar com os seus para que o soccorram. Accusam-n'o testemunhas occultas, não lhe revelam o logar nem o tempo em que practicou isso de que o accusam. O que póde é adivinhar, e, se atina com o nome de alguma testemunha, tem a vantagem de não servir contra elle o depoimento d'essa testemunha. Assim mais util seria ao desventurado ser feiticeiro do que Christão. Escolhem-lhe depois um advogado, que frequentemente, em vez de o defender, ajuda-o a leval-o ao patibulo. Se confessa ser Christão verdadeiro, e nega com constancia os cargos que d'elle dão, condemnam-n'o ás chammas, e os seus bens são confiscados. Se confessa taes e taes actos, mas dizendo que os practicou sem má tenção, tractam-n'o do mesmo modo, sob pretexto que nega as intenções. Se acerta a confessar ingenuamente aquillo de que é culpado, reduzem-n'o á ultima indigencia, e encerram-n'o em carcere perpetuo: chamam a isto usar com o réu de misericordia. O que chega a provar irrecusavelmente a sua innocencia é em todo o caso multado por certa somma, para que se não diga que o tiveram retido sem motivo. Já se não fala em que os presos são constrangidos com todo o genero de tormentos a confessar quaesquer delictos que se lhes attribuam. Morrem muitos nos carceres, e ainda os que sahem soltos ficam deshonrados, elles e os seus, com o ferrete da perpetua infamia. Em summa os abusos dos inquisidores são taes que facilmente poderá entender quem quer que tenha a menor idéa da indole do Christianismo que elles são ministros de Satanaz e não de Christo.» Tal era o extracto. Accrescentavam os theologos que, certificado por testemunhas indubitaveis d'estes factos, convencido de que o dever do Pontifice era edificar e não destruir, e vendo que os inquisidores tractavam os conversos não como pastores mas como ladrões, e mercenarios, não só suspendêra a Inquisição, mas tambem, conhecendo que contribuira por falta de são conselho para taes horrores, quizera dar uma reparação ás victimas, concedendo aquelle amplo perdão; que não lhe importava se os seus predecessores tinham, acaso levianamente, concedido ou tolerado taes



FONTE DE ANDRÉ DE REZENDE

Digitized by Google



BOMBARDEAMENTO DE CALICUT

Digitized by Google

cousas nos reinos de Hespanha: importavam-lhe os exemplos dos apostolos, que o Espirito Divino illuminava; pois elle não suppunha ser vigario de Innocencio VIII, de Alexandre VI, ou de outro qualquer papa, mas sim d'aquelle de quem, conforme o sentir da Egreja, era proprio compadecer-se e perdoar. Notava-se emfim que el-rei estranhasse tanto esta indulgencia do Pontifice, quando seu pae havia concedido aos christãos-novos privilegios e isenções que elle proprio confirmára, ao passo que o Pontifice, absolvendo-os agora, não fazia propriamente senão dilatar, por um praso demasiado curto, os effeitos das concessões havidas por elles da benevolencia real[1].»

A licção era severa, e fulminante. A não observarmos senão o procedimento official da curia, só podêmos admiral-o. Roma explicava, interpretando-as admiravelmente, as sãs doutrinas do Christianismo, as boas tradições do Evangelho, e o fanatismo de D. João III não tinha sequer a desculpa de lhe ser aconselhado ou suggerido pelo chefe do Christianismo. Mas infelizmente nem era sincero o fanatismo da côrte portugueza, nem o tolerante espirito da côrte de Roma. Em Roma e em Lisboa só dinheiro se desejava; era o que D. Henrique de Menezes mandava dizer para Portugal, era o que o bispo de Sinigaglia mandava dizer para Roma. É o que justifica as admiraveis observações com que Herculano remata o primeiro volume da *Historia da Inquisição*, e que transcrevemos aqui. É que as questões de principios, de tolerancia ou de intolerancia, não eram mais do que as armas de que os dois adversarios se serviam, no duello que entre si travavam: os motivos porém que realmente os levavam ao combate eram bem ignobeis e vergonhosos.

N'uma carta de D. Henrique de Menezes mostra-se que a batalha não estava perdida, apezar da fulminante consulta dos theologos romanos.

Clemente VIII propunha abrogar á bulla de perdão, a bulla do estabelecimento do Santo-Officio, e começar de novo a tractar o assumpto.

A prolongação do negocio era exactamente o que mais se desejava em Roma; porque era meio seguro de tornar inexgotavel essa fonte de rendimento.

Até agora os actos exteriores não parecem justificar muito o que dissemos ácerca das traições de Duarte da Paz, agente dos christãos-novos. Effectivamente as cousas corriam bem em Roma, e elle parecia justificar a confiança dos seus constituintes; mas pelas cartas de D. João III aos seus embaixadores sabemos que ao mesmo tempo Duarte da Paz denunciava para Lisboa os mais ricos dos seus correligionarios, e indicava os meios com que se podia impedir a sua fuga. Este homem, infame e habil como

---

[1] «Nas respostas dos theologos e cardeaes, nas allegações dos christãos-novos, em todos os documentos nos quaes se allude aos privilegios concedidos por D. Manuel aos seus subditos hebreus e confirmados por D. João III, suppõe-se constantemente que o praso em que, por aquelles privilegios, ficavam a coberto da perseguição, era de vinte e nove annos. Entretanto, sendo a primeira concessão feita em 1487 de vinte e a prorogação feita em 1512 de mais dezeseis (veja-se vol. I, pag. 159) era rigorosamente de trinta e seis esse prazo, porque é obvio que se devia contar depois de expirado o periodo da primeira concessão. D. João III parece porém ter considerado essa prorogação como devendo contar-se da data em que foi expedida, isto é de 1512, sendo aliás clara a intelligencia contraria a quem lêr o respectivo diploma inserido em confirmação de 1522 no liv. I da chancellaria de D. João III, fl. 44 v. Acceitaram os christãos-novos aquella interpretação forçada ou alteraram-se os transumptos que se lhes deram quando se confirmou a concessão em 1522? No systema de deslealdade que então predominava, não sabemos o que pensar a tal respeito. Notaremos a circumstancia singular de não acharmos na chancellaria de D. Manuel um diploma do seu reinado, como é a prorogação de 1512, encontrando-o na de seu successor. E' um facto para nós inexplicavel.» Herculano, *Da Origem*, etc., vol. II, liv. IV, pag. 36.

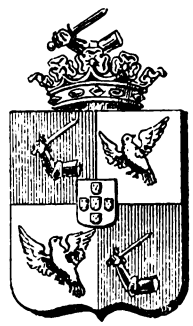
Digitized by Google

poucos, trabalhando energicamente a prol dos christãos-novos, e continuando na sombra os seus proprios enredos, não fazia mais do que prolongar a lucta, o que sobremodo convinha aos seus interesses. Auxiliava-o n'isto, quem o diria? o proprio embaixador portuguez, D. Martinho de Portugal, arcebispo do Funchal!

Repetimol-o, na historia portugueza, na historia européa, não ha intriga mais infame do que esta que teve por fim o estabelecimento da Inquisição. Não podêmos levantar o veu que nos esconde a causa de uma das peripecias d'esse drama, que não encontremos uma torpeza, um acto de immoralidade e de devassidão. Espanta-nos effectivamente que, depois de um acto tão decisivo como o da bulla do perdão, e do breve que o confirma ainda, os embaixadores portuguezes conservem uma luz de esperança; não nos espanta menos que os christãos-novos não desanimem depois de actos oppostos com que triumpha a intolerancia. E' porque nós não vêmos os fios que movem os personagens, e que Herculano descortinou com a sua habitual sagacidade.

Eram Duarte da Paz e D. Martinho de Portugal alliados secretos, ao passo que se combatiam ostensivamente. D. Henrique de Menezes, que Herculano, baseando-se na sua correspondencia, nos pinta como um homem rude, franco, leal, que obedecia n'essa negociação ás ordens do seu soberano, como o faria nas praças da Africa e da India, mas maldizendo muitas vezes a missão de que fôra encarregado, e que era tão contraria ao seu genio, D. Henrique de Menezes, pois, foi que nos revelou e revelou ao seu soberano a dobrez de D. Martinho de Portugal. Mas havia n'aquellas negociações uma tão enredada teia de immoralidades, de perfidias e de traições, que, exactamente como na comedia de Beaumarchais, D. Henrique de Menezes podia perguntar: — Quem é aqui o enganado?

Effectivamente, que importava que elle dissesse a seu amo que D. Martinho de Portugal tinha a cada hora communicações secretas com Duarte da Paz? D. João III, que sabia que Duarte da Paz trahia os seus constituintes, não podia estranhar as secretas conferencias que lhe eram denunciadas. Mas, por outro lado, Duarte da Paz, se atraiçoava os conversos que o tinham enviado, tambem atraiçoava o rei, que o julgava seu cumplice. D. Martinho de Portugal, esse atraiçoava o rei, e atraiçoava Duarte da Paz: o Papa zombava de todos elles, e de todos recebia dinheiro.



Brazão d'armas da cidade de Angra do Heroismo

D. Henrique de Menezes, no meio d'aquellas intrigas descaradas, esbravejava e pedia por amor de Deus a D. João III que o tirasse d'aquelle inferno.

Com effeito, D. Martinho de Portugal tinha na curia uma pretenção que não podia revelar a D. João III, porque este lh'a levaria muito a mal. D. Martinho desejava obter a purpura cardinalicia; ora, D. João III, que obtivéra essa dignidade para um irmão seu, D. Affonso, não queria que um subdito portuguez hombreasse, nas honras da Egreja, com um principe de sangue. Por outro lado, a pretenção de D. Martinho era difficil de obter, visto não poder ser cardeal quem tivesse a mancha da bastardia; ora, o arcebispo primaz do Oriente era, nem mais nem menos, do que bastardo do bispo de Evora e d'uma tal Briolanja de Freitas. Esta bastardia mais de uma vez elle a reconhecêra, pedindo a dispensa d'ella na côrte de Roma, para se habilitar a cardeal, e sempre a curia a recusara. Agora D. Martinho seguia

Digitized by Google

uma senda mais segura; empregava o dinheiro, e para isso tinha em Duarte da Paz um optimo alliado. Duarte da Paz dispunha francamente da farta bolsa dos seus perseguidos irmãos, e, recorrendo a ella, D. Martinho achou testemunhas falsas, documentos falsos, e consciencias faceis, que acceitaram da melhor vontade todas essas provas em contradicção manifesta com as proprias confissões de D. Martinho, existentes nos cartorios pontificaes.

Ora, por aqui se percebe como o arcebispo do Funchal tinha interesse em protrahir a lucta, deixando que os seus adversarios ganhassem algumas victorias. Duarte da Paz não tinha menos interesse em protrahil-a; o Papa tambem, e a propria côrte de Portugal não se dava mal com a demora, porque o nuncio vira-se obrigado a sobr'estar na bulla do perdão, visto a opposição aberta de D. João III, que não consentia que ella se publicasse, allegando que enviava a Clemente VII novas objecções, que, naturalmente, alterariam o seu modo de pensar.

Esta suspensão era implicitamente auctorizada pelo Papa, que, no breve de 2 de abril de 1534, dizia a D. João III que estaria prompto a ouvir as allegações que elle tivesse a objectar. D'este modo todos lucravam com a demora, e só quem padecia eram os pobres christãos-novos, cuja bolsa, espremida por todos, Papa, emissarios, nuncios, e monarcha, mal podia accudir a todas estas infamissimas extorsões.

Entretanto morria Clemente VII, mas, antes de morrer, pungido pelos brados da consciencia, ou, como escrevia D. Henrique de Menezes a D. João III, porque o seu confessor lhe disséra que, pois recebera o dinheiro dos christãos-novos, era justo que lhes deixasse um perdão completo, expedia um breve com data de 26 de julho, em que, tendo esperado debalde, durante quatro mezes, a resposta de Portugal, e sabendo que, entretanto, os conversos gemiam debaixo d'uma oppressão intoleravel, lhe ordenava que désse, emfim, execução á bulla de 7 de abril do anno antecedente.

Era mais uma batalha perdida; mas Clemente VII fallecia entretanto, e a lucta podia recomeçar, com outro aspecto, debaixo d'um novo papa. É curioso assistirmos, com Herculano, nos bastidores, á representação d'esta tragi-comedia, e vermos como se tractavam os actores uns aos outros, apenas sahiam da scena e depunham a mascara theatral.

«Fallecido Clemente VII, a 25 de setembro, e reunido o conclave, começaram os enredos eleitoraes. N'essa conjunctura escrevia D. Henrique de Menezes a el-rei, fazendo votos para que subisse á cadeira pontificia algum individuo cujo animo fosse favoravel ás pretensões da côrte portugueza. «Mas, accrescentava elle, hão-de escolhel-o trinta e seis diabos, que tantos são os cardeaes eleitores.» Apezar, porém, da qualificação que dera aos membros do conclave, pedia a Deus que os illuminasse n'aquelle empenho[1]. Afinal, saiu eleito, a 13 de outubro, o cardeal Alexandre Farnese, decano do sacro-collegio, com o nome de Paulo III. Eis como o arcebispo do Funchal, homem cujo defeito não era, por certo, a falta de capacidade, pintava a D. João III o novo pontifice: Paulo III tinha setenta annos, e affirmava que havia de viver ainda sete, mas que, se passasse além d'elles, viveria ainda outros tantos. Cria o vulgo que este vaticinio o fazia por ser astrologo, ao passo que o Papa dava a entender que era por divina revelação. Nobre e rico, a sua eleição não encontrou resistencia nem fóra nem

[1] «C. de D. H. de Menezes, de 4 de outubro de 1534: Corpo Chronol. p. 1. m. 35, n.º 120, no Arch. Nac. Veja-se tambem a c. de 25 de setembro, ibid. n.º 113.

Digitized by Google

dentro do conclave. A reunião de um concilio, onde se procurasse pôr termo ás dissidencias suscitadas por Luthero e por outros reformadores, era idéa geralmente bem acceita na Europa, mas que sempre a Clemente VII repugnára. Paulo III, que a adoptára emquanto cardeal, não podia deixar de mostrar-se empenhado em que se realizasse aquelle pensamento. Assim, apressou-se em enviar para diversas partes nuncios que tractassem do assumpto com os principes catholicos. Um dos seus primeiros actos foi nomear uma commissão de varios cardeaes para proceder á reforma dos abusos introduzidos na curia romana. Devia estar resolvido a restabelecer o imperio da rigorosa justiça, desprezando todas as influencias e esmagando todas as reacções. Affirmava que não queria augmentar a propria fortuna, e que, duas netas que tinha as casaria, não com membros de familias reaes, mas sim com individuos eguaes a ellas em condição. Aproveitando, todavia, o exemplo dos seus predecessores, promoveu ao cardinalato dois netos, que tambem tinha, posto que nenhum excedesse a quinze annos de edade, abuso extremo, que, aliás, elle reconhecia, e de que promettia abster-se, logo que estivessem concluidas as reformas que meditava. Não se conhecia pessoa que o dominasse, e todas as resoluções tomava de seu motu proprio. Era prolixo e pouco practico em relação ás formulas da chancellaria, adoptando de preferencia as do seculo anterior. Tractava com menos consideração os embaixadores, dando-lhes raramente audiencia, e valia mais para elle um cardeal do que todos os ministros estrangeiros juntos. Gozava opinião geral de incorruptivel, e estabelecera como regra respeitar os actos do seu predecessor, para tirar o costume inveterado, dizia elle, de destruir um Papa o que o outro havia feito. Isso, porém, não obstava a que fosse grandemente cioso da auctoridade e regalias da Sé Apostolica, quebrando quaesquer isen-

JANELLA DA CASA DE GARCIA RESENDE EM EVORA

Digitized by Google

ções ou privilegios concedidos por esta, fosse a que principe fosse, quando esses privilegios feriam de algum modo as prerogativas legitimas e os direitos da curia romana[1].»

Era pois este o homem que havia de ser juiz da longa contenda travada entre o rei de Portugal e os seus subditos conversos. Tinham chegado a Roma as respostas enviadas pelos theologos portuguezes aos fundamentos da bulla de 2 de abril de 1534, e os embaixadores podiam finalmente abrir de novo a campanha. Não lhes foi ella favoravel: Paulo III queria timbrar em ser imparcial, e, para julgar o caso sujeito, nomeou uma commissão composta dos cardeaes Simonetta e Ghinucci, o primeiro homem integro e de sã consciencia, o segundo inimigo figadal da Inquisição, cujos horrores presenciára quando estivera embaixador em Hespanha. É verdade que a poderosa influencia do cardeal Santiquatro e a de Carlos V, que déra ordens positivas ao seu enviado para que interviesse a favor dos embaixadores portuguezes, eram mais que sufficientes para equilibrar a influencia dos commissarios. Mas Duarte da Paz era um habil adversario, e reservara para o ultimo momento uma cartada decisiva. Emquanto D. Henrique de Menezes, que não tinha instrucções seguras da sua côrte a esse respeito, allegava perante a curia que não eram motivo para que se concedesse o perdão geral da bulla de 7 de abril os privilegios concedidos por D. Manuel aos conversos e confirmados por D. João III, Duarte da Paz deixava por mentiroso o embaixador portuguez, apresentando traslado authentico d'esses privilegios. D. Henrique teve de se confessar derrotado, e de amaldiçoar a sua embaixada, que o punha na obrigação, a elle homem leal, de passar por falso e perjuro. Comtudo a victoria não fôra decisiva para os christãos-novos; sempre ficára uma porta aberta a ulteriores negociações, segundo o systema antigo. É verdade que a bulla do perdão era mantida e revalidada, mas o estabelecimento da Inquisição confirmava-se, ainda que muito mais limitada e promettendo-se aos christãos-novos que na bulla da fundação se lhes dariam muitas garantias contra o despotismo dos inquisidores.

Era por conseguinte o resultado uma derrota para ambos os partidos: são curiosas as impressões que produziu este resultado no espirito franco e leal de D. Henrique de Menezes.

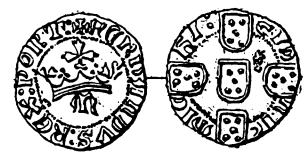
«A carta de D. Henrique de Menezes, diz A. Herculano, em que dava particularmente conta ao rei do menos feliz resultado da sua missão, tinha um caracter diverso da do seu collega. Ahi a magua e o despeito são evidentemente sinceros. Revela-se no estylo d'ella certa rudeza de pensamento e de phrase, propria d'uma indole irritavel e impetuosa, mas franca e leal. Descrevia os invenciveis obstaculos que encontrára, e expunha resumidamente as concessões que se tinham podido obter. Queixava-se amargamente de não haverem dado instrucções ácerca dos christãos-novos. Insistia no que já por mais d'uma vez pedira, em que o mandassem sahir de Roma, porque estava saciado de desprezos e humilhações. «Empregue-me vossa alteza n'outras partes e em outros negocios para que eu possa prestar. Os meus desejos são servir-vos de alma e vida, mas não me retenha aqui vossa alteza um unico dia, que o tomarei por aggravo e morrerei de paixão.» Enfurecia-se com a importancia que davam na curia romana a Duarte da Paz, e, no seu orgulho de nobre, via uma offensa mor-

[1] «Carta de D. Martinho de 14 de março de 1535, na g. 2. m. 1, n.º 48.» Herculano, *Da Origem e Estabelecimento*, t. 2.º, l. 4.º pag. 66.

Digitized by Google

tal em lh'o terem dado por competidor, consentindo-lhe que interviesse n'uma questão entre principes. «Mas estes, accrescentava D. Henrique alludindo aos cardeaes, não são principes nem são nada. São mercadores e belforinheiros que não valem tres pretos[1], homens sem educação, a quem só movem ou o medo ou o interesse temporal, porque o espiritual cousa é de que não curam.» Em harmonia com a idéa que concebera ácerca da côrte pontificia, tambem indicava os expedientes que D. João III tinha a adoptar, concordando em parte com o arcebispo, mas sem aconselhar o systema de perfidia que o seu collega propunha. Na sua opinião, tinha el-rei a escolher entre dois arbitrios: negar de todo a obediencia ao Papa como a Inglaterra, ou acceitar a Inquisição do modo que lh'a concediam[2], havendo-se depois com justiça e moderação o novo tribunal; porque, logo que se visse que em Portugal não havia Luceros, e que os inquisidores procediam honestamente, dentro em pouco se obteria tudo. Terminava reiterando as supplicas para que se lhe permittisse voltar quanto antes a Portugal[3].»

Faz pena realmente vêr um homem de bem, como era D. Henrique de Menezes, mettido entre essa turba de principes e de cardeaes o qual mais impudente. A negociação que elle tinha a dirigir era por tal fórma absurda, que o pobre embaixador via-se forçado, pela logica da situação, a aconselhar os mais risiveis contrasensos. Assim, incita elle D. João III a revoltar-se contra a côrte de Roma, a fazer-se hereje como Henrique VIII d'Inglaterra... para quê? Para estabelecer um tribunal que tinha por um dos seus fins principaes extirpar as heresias!! D. João III, para obedecer ás leis da logica, devia n'esse caso fundar a Inquisição, e logo depois ser queimado por ella, visto que um tribunal, que decerto queimaria Henrique VIII d'Inglaterra, se o apanhasse, não devia hesitar em queimar D. João III, que lhe seguira o exemplo. Fazer-se hereje para dar cabo das heresias era decerto uma das soluções mais engraçadas que se podiam suggerir ao fanatismo do nosso monarcha. É certo que não andaram muito distantes d'ellas todos os fautores da Inquisição, e christão-novo que dissesse ácerca dos principes da Egreja metade das cousas que diziam os embaixadores portuguezes e o proprio monarcha, seria queimado inevitavelmente, e tres vezes em logar d'uma.



Pilarte, de D. Fernando

O soberano portuguez, continuando pois no seu systema, obstinava-se em desobedecer ás ordens de Roma, e não só perseguia os christãos-novos, mas não consentia que se promulgasse a bulla de 7 d'Abril. Paulo III indignou-se com isso, e reprehendeu el-rei severamente, ao passo que ordenava ao bispo de Sinigaglia que instasse cada vez mais pela revogação da famosa lei de 14 de junho. O bispo de Sinigaglia era comtudo o homem menos proprio para obter isso por bem, porque entre elle e D. João III reinava havia muito tempo uma hostilidade surda. D. João III accusava o bispo de simonia, o bispo caracterizava o procedimento do rei para com os christãos-novos, qualificando-o da mais torpe e descarada cubiça. Suppômos que ambos tinham razão.

Podiam, comtudo, chamar-se em voz alta os mais feios nomes, porque os negocios que os justificavam não se faziam

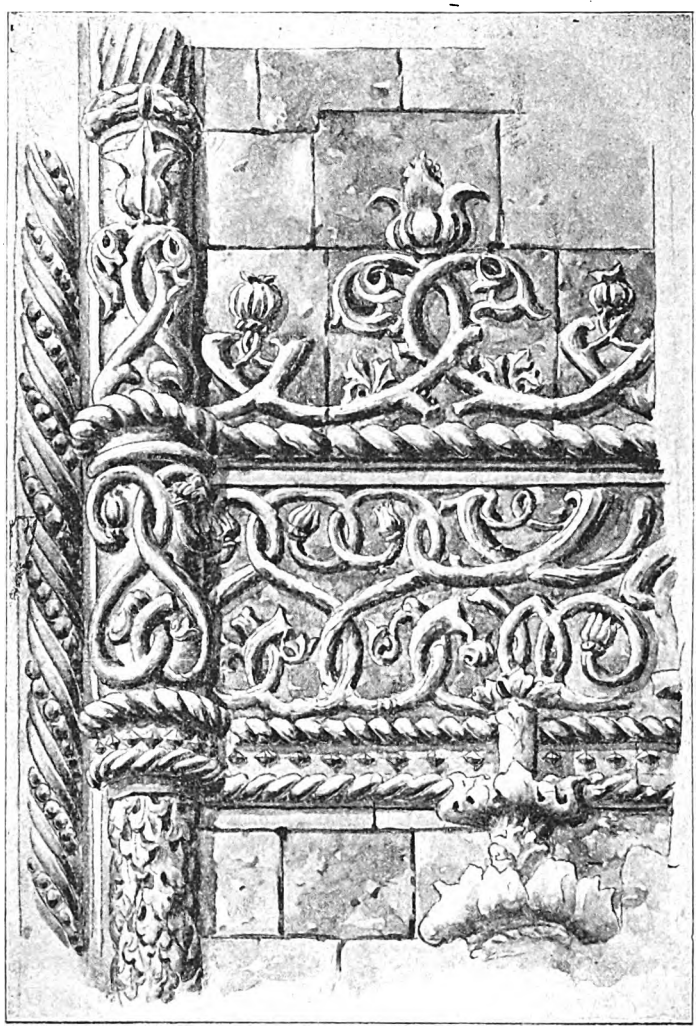
[1] «Reaes pretos: moeda de cobre miudo que então corria.»

[2] «Desobedecer muy inteiramente ao Papa, como Inglaterra: Carta de D. Henrique de Menezes de 17 de março de 35, liv. cit.

[3] Ibid. Herculano, *Origem e Estabelecimento*, etc., t. 2.º, liv. 4, pag. 101.

Digitized by Google

clandestinamente. Os christãos-novos não receiavam propôr directamente ao Papa uma transacção vergonhosa, que nos mostra ao mesmo tempo qual era a situação oppressiva em que elles estavam, para que vantagens tão legitimas, em que se compromettiam a dar ao Papa trinta mil ducados, se elle conviesse em acceder ás propostas que annexavam ao contracto. Esta somma, porém, diminuiria, dadas diversas hypotheses[1]. Eram as principaes condições que fosse absolutamente supprimido o tribunal da fé, como instituição independente, ficando o conhecimento das culpas de judaísmo pertencendo aos bispos; que se decretasse para taes culpas o processo ordinario dos delictos civis; que se não acceitasse a querella passados vinte dias depois de perpetrado o crime; que não houvesse confiscos; que lhes fosse licito escolher por advogados ou procuradores quem quizessem; que não se instruissem previamente as testemunhas sobre os actos que podiam ser taxados de hereticos ou não, mas pura e simplesmente se lhes exigisse a declaração exacta do que haviam presenciado ou ouvido; que não se admittisse o testemunho d'escravos e gente vil, nem o dos co-réos, nem d'individuos culpados ou já sentenciados pelo mesmo crime; que se publicassem os nomes dos delatores; que houvesse appellação para Roma das sentenças definitivas ou que tivessem força de definitivas; que se estabelecesse como doctrina de direito commum a liberdade para os conversos de sahirem do reino com todos os seus bens. Na hypothese de não querer o Papa denegar inteiramente a



FRISO NA FACHADA SUL DO CONVENTO DOS JERONYMOS

tão impossiveis de se negarem a quaesquer accusados só julgassem poder obtel-as a preço de dinheiro.

«Provavelmente, diz Herculano, por insinuações de Duarte da Paz, tão conhecedor dos habitos e idéas da curia romana, os chefes da raça hebréa em Portugal redigiram, nos fins d'abril, de accordo com o nuncio Sinigaglia, um singular documento. Era uma obrigação

[1] «Confessa-o o proprio nuncio na carta de 1 de março de 1536, que se acha na Symmicta, vol. 2.º f. 232 e que adeante havemos de citar «*fariano quanto se erano per scritto meco obligati*.»

Digitized by Google

Inquisição, mas addiando a questão do seu estabelecimento para ser ventilada no futuro concilio (de cuja convocação se tractava n'aquella conjunctura) ou no tribunal de Rota, lhe dariam desde logo dez mil escudos, e os outros vinte mil depois, no caso d'uma resolução conciliar conforme com as condições propostas. Suppondo, porém, que no concilio se resolvesse o contrario, dariam outros dez mil escudos, mandando o Pontifice expedir a bulla com as limitações que propunham. Finalmente, se Paulo III quizesse por si conceder a Inquisição com as condições relativas á forma do processo, e ficando os culpados exemptos por doze annos dos confiscos, e, depois d'isso, dependendo estes da approvação pontificia, uma dadiva de quinze mil escudos seria a prova da gratidão dos conversos[1].»

Esta promessa teve effeito immediato. A côrte de Portugal, aterrada ao principio com a resolução de Roma, tentára illudir os christãos-novos com apparente indulgencia, para que elles, cahindo no laço, não sahissem de Portugal e viessem depois a ser victimas da Inquisição, quando estabelecida. Mas suppondo que esta fingida indulgencia não illudiria ninguem, resolveu D. João III recorrer aos meios extremos e renovar a lei de 14 de junho. O Papa, irritadissimo, respondeu com um breve em que fulminava com a excommunhão todos os que obstassem a que os christãos-novos sahissem livremente do reino. Decididamente os christãos-novos triumphavam; mas D. João III não desanimava, e ia renovar as suas tentativas diplomaticas, seguro agora do auxilio efficaz de Carlos V. Antes da victoria, havia de soffrer comtudo novas derrotas: os protectores dos christãos-novos eram tambem poderosos, o austero e honrado Simonetta exercia em Roma grande influencia, e, para cumulo de desastres, os dois embaixadores em Roma andavam

TRISTÃO DA CUNHA

desavindos. D. Henrique de Menezes viéra a ter pleno conhecimento das intrigas secretas do arcebispo do Funchal, e, ainda que este mostrasse redobrar de zêlo, aconselhando, para cumulo de disfarce ou d'infamia, que se mandasse assassinar Duarte da Paz, como o contrario mais temivel que a pretenção da corôa portugueza tinha em Roma, comtudo bem percebeu que estava descoberto. D. Henrique de Menezes tambem sentiu que o arcebispo do Funchal não ignorava o que se dizia d'elle, e, conhe-

[1] «Os capitulos e a obrigação assignada pelos dois chefes da gente hebréa, Thomé Serrão e Manuel Mendes, acham-se transcriptos no codice do Vaticano n.º 966 na Symmicta vol. 29 f. 67, e vol. 46, f. 449». Herculano, *Origem*, etc. t. 2.º l. 4.º pag. 107.

Digitized by Google

cedor da indole do seu collega e dos costumes antigos da côrte de Roma, começava a ter muito serios receios de ser envenenado ou lançado ao Tibre por alguma noite sem luar. Não eram tão antigas que estivessem obliteradas as tradições dos Borgias. «Santiquatro me disse ante-hontem, escrevia elle em carta de 1 de novembro de 1535, que este homem (D. Martinho) lhe começava a dizer mal de mim, e que eu me devia de mudar d'aqui *ou guardar-me muito bem de peçonha*[1].» E adeante na mesma carta acrescentava: «Por cá ha um rio, a que chamam o Tibre, onde já se lançaram muitos homens melhores do que eu, e ha tambem peçonhas com que se despacharam outros mais honrados; e darão a entender que os christãos-novos m'o fizeram[2].» Já se vê que os dois embaixadores depositavam um ou outro uma tocante confiança.

Todas estas circumstancias fizeram com que não se podesse accudir ao novo golpe que o Papa ia vibrar á côrte portugueza. Uma bulla, promulgada no dia 12 de outubro de 1535 e affixada em Roma no dia 2 de novembro d'esse anno, revalidava a de 7 d'abril de 1532, ampliava-a ainda, concedendo o perdão a todos os reus de judaismo, dando-lhes o espaço de um anno para o aproveitarem e annullando assim virtualmente a Inquisição, segundo a phrase de Herculano. Além dos motivos já conhecidos que inclinavam Paulo III para a causa dos christãos-novos, uma havia mais recente e que a côrte de Lisboa lhe proporcionára. Era o desaforo do pulpito, onde estrugiam as maiores blasphemias, e onde a Sé Apostolica não era poupada.

A bulla de 12 de outubro foi por conseguinte fulminada com energia, a ponto de desanimar o rei e seu irmão o cardeal D. Affonso, um dos mais ardentes entre os fautores da Inquisição. O desanimo, comtudo, tinha de ser passageiro, e os christãos-novos fizeram mal, se adormeceram sobre os louros d'esta victoria. Do longo drama que se representava em Portugal e em Roma, findára apenas o primeiro acto, e ainda muitas e vergonhosas peripecias se haviam de desenrolar, para licção da posteridade e opprobrio de um seculo tão illustre pelo progresso intellectual quanto parece que desprovido completamente do sentimento da moralidade.

Effectivamente uma influencia decisiva ia actuar no espirito de Paulo III e obrigal-o a abandonar os conversos, que até alli protegera. Carlos V vinha de Napoles a Roma. Precisado como estava, em consequencia das suas guerras com os Barbarescos, dos auxilios navaes de Portugal, então a primeira potencia maritima da Europa, não duvidou, solicitado instantemente por Alvaro Mendes de Vasconcellos, embaixador portuguez junto da sua côrte, e por D. Henrique de Menezes, que o foi procurar a Napoles, de ordenar quasi ao Papa que accedesse aos desejos de D. João III. Ao mesmo tempo D. Martinho de Portugal era revocado ao reino, e Duarte da Paz, o agente dos christãos-novos, cahia nas ruas de Roma, atravessado por quatorze punhaladas, que seriam mortaes, se o habil diplomata não andasse desde muito precavido contra taes occorrencias com secretas armas defensivas. O ferido accusou bem alto o rei de Portugal de o ter mandado apunhalar; e offereceu-se a proval-o; a defeza de D. João III não deixa de ser curiosa pela impudencia.

«Acerca das feridas que lá lhe foram dadas (a Duarte da Paz) affirmae tambem a S. S. que nunca em tal cuidei, nem foi em minha sabedoria, e crêde vós tambem e o affirmae a S. S. que, se eu em tal cousa cuidára, se fizera de

[1] Citado no t. 2.º da *Origem*, etc. pag. 137 n.º 1.
[2] Ibid. pag. 138 n.º 2.

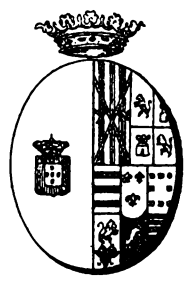
Digitized by Google

outra maneira *e que lhe ficára pouco logar para as suas malicias*, e certo que eu recebi muito desprazer de tal lhe ser feito tanto em presença do Santo Padre, como dizeis[1], e *que* o que me foi dito depois de seu ferimento foi *dizerem-me* que um clerigo com que elle tinha debates lhe fizera ou mandára fazer aquelle ferimento.» Minuta da carta d'el-rei a Santiquatro, depois de junho de 1536, na g. 2, m. 1, n.º 28. O que vae em italico está riscado[2].»

Mas, ainda que fosse a suggestões do rei que Duarte da Paz tivesse recebido as punhaladas, esse crime não fazia mal ás pretenções portuguezas; estava-se habituado em Roma a essas soluções mais ou menos habeis. Os motivos que obrigavam a côrte pontifical a mudar de politica eram por si bastante escandalosos, para que esse escandalo mais não assustasse a curia.

A pressão de Carlos V, vimos já que exercêra bastante influencia em Paulo III, para que elle houvesse de resolver o negocio da Inquisição de um modo favoravel aos desejos do rei de Portugal, mas era muito possivel que a astuta côrte de Roma achasse uma tangente por onde se escapasse, sem descontentar o imperador e sem descontentar os christãos-novos, se estes não houvessem commettido a grave imprudencia que Herculano vae narrar:

«... Os peiores adversarios da causa dos christãos-novos, diz o nosso illustre historiador, eram acaso, n'aquella conjunctura, elles proprios; eram n'o as avaras propensões de uma raça envilecida pela oppressão e pelo desprezo. O leitor está por certo lembrado das offertas pecuniarias feitas pelos chefes da gente hebrèa, em virtude das quaes se obrigavam ao pagamento de quantias mais ou menos avultadas, conforme o gráu de favor que encontrassem nas resoluções pontificias ácerca das materias da Inquisição. Ou fosse que se esperasse pelos effeitos das novas intrigas que se urdiam, ou fosse pela impressão que produziu o ultimo perdão, é certo que as perseguições tiveram um termo. Elles mesmos confessavam os beneficos resultados da bulla de 12 de outubro. Tendo de partir para Roma, aonde era chamado, o bispo de Sinigaglia exigiu, portanto, o cumprimento dos contractos occultos e simoniacos, em que elle proprio tinha intervido, e das promessas que Duarte da Paz fizera na curia anteriormente. Com a previsão propria de um agente da côrte mais astuta da Europa, o nuncio foi differindo a publicação solemne e a intimação da nova bulla até concluir aquelle negocio. N'uma carta, que d'elle nos resta, dirigida a pessoa interessada n'estas transacções ignobeis (talvez o filho de Paulo III), nos ficaram vestigios profundos de alguns dos factos que, nas trevas, acompanhavam as peripecias d'aquelle drama, e que, se fossem todos conhecidos, explicariam as que parecem inexplicaveis[1]. Consta d'essa carta que, ás exigencias do nuncio, os christãos-novos de Lisboa responderam que estavam promptos a pagarem aquillo a que, por



Brazão d'armas da villa da Chamusca

[1] Duarte da Paz voltava de uma conferencia com o Papa quando foi apunhalado.

[2] Herculano, *Origem*, etc., tomo 2.º. liv. 5.º, pag. 152, n.º 1.

[1] «Esta carta, que se acha no Codice do Vaticano, 6210 a p. 21, foi transcripta na Symmicta (vol. 2 f. 232) com a data de 1 de março de 1550, quando do proprio contexto se conhece pertencer ao anno de 1536, porque, entre outros indicios, o nuncio allude não só á ida de Carlos V a Roma, como coisa que ainda se esperava, mas tambem ao casamento do infante D. Duarte, que se dizia D. João III ter em mira fazer, e que effectivamente se realisou em 1537. Duarte da Paz é alli denominado constantemente *il commendatore*. Escripta com interrupções, vê-se que foi começada a redigir em janeiro, e só se fechou no 1.º de março».

Digitized by Google

escripto, se haviam obrigado; mas que recusavam cumprir as promessas de Duarte da Paz. As instancias, as ameaças, feitas de modo que ficassem as apparencias salvas[1], não poderam fazer-lhes mudar de tenção. Diziam que lhes faltavam os recursos; que o seu agente procedêra sem auctorisação; que quizera indispol-os com o Papa[2], promettendo coisas acima das possibilidades dos seus committentes. Invectivavam acremente Duarte da Paz, affirmando que os tinha roubado, do que eram prova quatro mil ducados que mettêra no banco de Roma, os quaes pediam a Sua Santidade mandasse alevantar, porque d'elles lhe faziam presente. Replicava Sinigaglia defendendo o procurador dos conversos, e ponderando-lhes que se fosse verdade o que affirmavam, seria isso mais uma razão para se mostrarem bizarros, baldando-lhe, por tal modo, as damnadas tenções; e que o Pontifice se julgaria enganado[3] vendo-os ficar satisfeitos com a bulla e recusar o preço d'ella; que, presupposto não se haver por isso de se torcer a justiça da Sé Apostolica, todavia era possivel virem elles a achar de futuro certa frieza no Papa e nas pessoas influentes da curia[4]. Propunha-lhes por fim que representassem ao Summo Pontifice a insufficiencia dos proprios recursos; mas nem sequer este partido acceitaram. Partindo para a côrte, que se achava em Evora, Sinigaglia ventilou a materia com os christãos-novos alli residentes; mas achou da parte d'elles as mesmas repulsas. Vendo o espirito que predominava entre os commerciantes d'origem hebréa, com quem especialmente tractava, recorreu a tres lettrados que exerciam poderosa influencia sobre os conversos, e que por elles eram consultados em tudo o que tocava á lucta com a Inquisição. A estes procurou atemorisar o nuncio com a intervenção de Carlos V, de que já havia noticia. Concordando em que as pretenções de Marco della Ruvere eram justas, elles prometteram convencer os seus clientes da necessidade de virem a um accordo, o qual se tomaria n'uma conferencia celebrada longe da côrte, para o que foi escolhida Santarem. Mas todos estes planos se transtornaram. Emquanto o nuncio tractava d'obter lettras de cambio pela somma de cinco mil escudos, que os christãos-novos estavam compromettidos a pagar, mestre Jorge d'Evora, homem de proverbial avareza[1], que tinha entrada com el-rei e que era um dos chefes dos conversos, ou revelou o que se passava, ou, colhido de subito, confessou o que talvez el-rei descobríra por diversa maneira. A colera de D. João II subiu ao maior auge. Os tres jurisconsultos, que haviam aconselhado o accordo com o nuncio, foram obrigados a persuadir o contrario aos seus clientes, tarefa mais facil, dadas as propensões d'estes. Procurava-se ao mesmo tempo assustar os christãos-novos com a perspectiva de se renovarem as scenas horriveis de 1506 e da propria bocca do cardeal infante D. Affonso se ouviu o brutal gracejo de que, dando dinheiro á côrte de Roma, ficariam os conversos habilitados para pedir soccorro ao Papa no primeiro tumulto popular que contra elles houvesse[2]. Assim se empregaram todos os meios para que o dinheiro despendido com mão larga não servisse, n'aquella conjunctura tão propicia, d'obstaculo, tal-

[1] «ne con metterli timore, servato il decoro: «Ibid».
[2] «havea ció fatto per ruinarla con Nostro Signore. «Ibid.»
[3] «che Nostro Signore si riputeria ingannato: «Ibid »
[4] «dubitavo nel futuro ritrovassero sua santitá tutti gli altri fredi: «Ibid.»

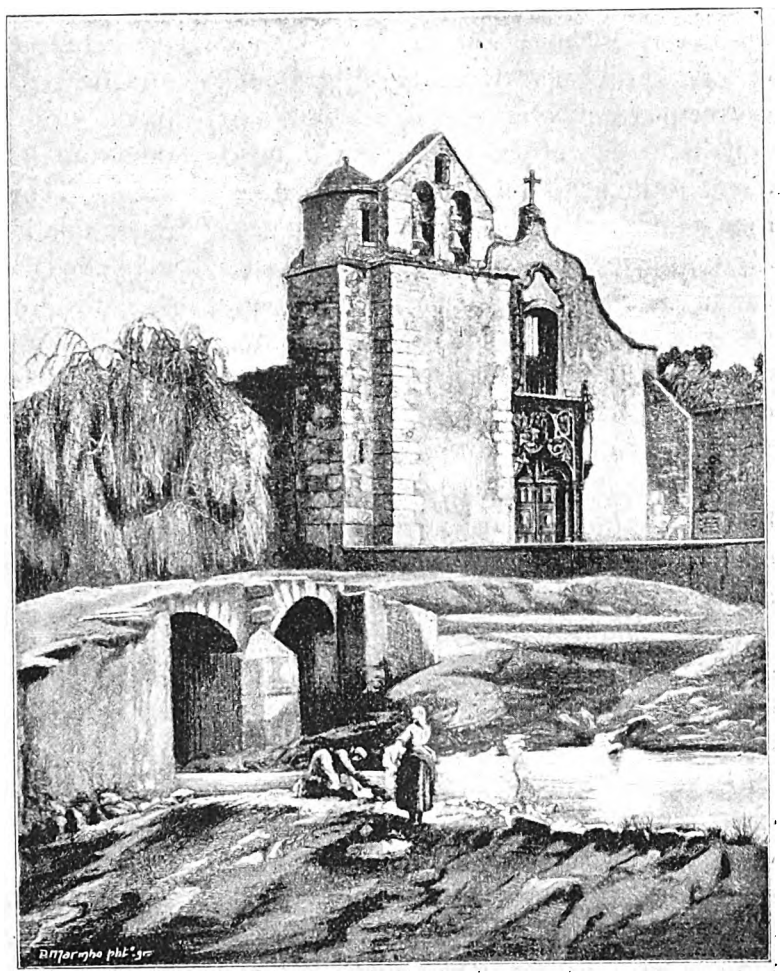
[1] «piú misero che la miseria: «Ibid.».
[2] «Il cardinal... li disse: quando si fará un'altra unione contro di voi, anderete al Papa, che vi prodeda:» Ibid.

Digitized by Google

vez insuperavel, aos esforços de Carlos V a favor da Inquisição portugueza.

Escrevendo para Roma, de Braga, onde parára alguns dias, na sua volta a Italia, Marco della Ruvere expunha estes successos, o estado dos negocios, e o que havia a fazer. Tinha destinado ir por Flandres, onde esperaria a resposta dos chefes dos conversos, annuindo elles ao pagamento de todas as quantias. Se não o fizessem; era que estavam seguros d'outra parte quanto ao futuro, aliás seria preciso suppôl-os dementes[1]. A ida a Flandres tinha por objecto falar com Diogo Mendes, o mais rico e respeitado Hebreu portuguez, e com a viuva de seu irmão, Francisca Mendes, a qual subministrára já a maior quantia para a solução dos cinco mil escudos recebidos. Convinha, portanto, que se esperasse pela sua chegada a Roma, sem se tomar nenhum arbitrio novo, porque, se a obstinação dos conversos continuasse, dependendo tudo directa ou indirectamente do Papa, cumpria provar-lhes que eram uns loucos, se, á força de dinheiro, haviam procurado assegurar-se de quem não podia salval-os, em vez de o dar a quem podia, e que então justa e santamente se retiraria a mascara[2].

«Logo que o Pontifice désse mostras de querer admittir a Inquisição com o rigor com que se pedia, acabariam todas as hesitações e repugnancias. Desconfiava por outra parte Marco della Ruvere que estivessem á espera dos resultados da ida do imperador a Roma, supposto o que, não mudando a politica da curia por esse facto, pagariam promptamente. No que respeitava a Duarte da Paz, advertia que o mais que se podia esperar era que lhe arbitrassem um ordenado fixo, e isto pelas instancias d'elle nuncio, sem as quaes já o teriam demittido de seu procurador



PAROCHIA D'EL-REI D. MANUEL

[1] «Che siano li maggiori asini del mondo:» Ibid.

[2] «si potrá trovar qualche modo, se sono asini di farlilo conoscere, et si per danari si sono voluti assicurar da chi non puó, il medesimo faccino con chi puó, che in tal caso si potrá cavar la maschera gusta e santamente :» Ibid.

Digitized by Google

pelos muitos escandalos que lhes havia dado. Era necessario que elle procedesse honestamente, e se abstivesse de excessivas despezas, porque já lhes tinha gasto dez mil escudos. Lembrava que, se o agente era largo no prometter, os constituintes eram parcos no cumprir, e que em Roma não deviam, n'estes negocios, fiar-se em promessas vocaes, mas exigil-as por escripto. Pelo que pertencia á execução da bulla de 12 de outubro, accrescentava que varios conversos tinham solicitado do cardeal-infante D. Affonso a sua notificação definitiva aos prelados; mas o infante a havia restituido sem a fazer notificar, por insinuação d'el-rei, seu irmão, segundo se dizia: que então tinham recorrido a elle nuncio, para a mandar, emfim, publicar solemnemente; que vendo a estreiteza em que se achavam, aproveitára o ensejo para os obrigar a abrirem as bolsas, respondendo-lhes que não lhe parecia prudente dar esse passo decisivo, accendendo com elle, ainda mais, a colera d'el-rei; mas que, desempenhando a palavra do seu procurador, e pagando tudo, poderiam mandar, por um expresso, supplicar a Sua Santidade ordenasse a prompta notificação d'aquelle importante diploma: que, além d'este, lhes suggerira outro arbitrio, sempre supposta a base do prévio pagamento: era enviar a cada bispo transumpto authentico do processo para a publicação da bulla, e escrever elle nuncio, ao rei, dizendo-lhe que, tendo sabido como prohibira ao cardeal-infante fazer aquella publicação, do mesmo modo que já obstára a que se fizesse pela nunciatura, não podia deixar de communicar isso ao Papa, afim d'este dar as providencias. De tal modo não haveria motivo para el-rei os accusar. Os que tractavam do assumpto em Braga approvaram este ultimo conselho, rogando-lhe que não escrevesse para Roma até ao fim de fevereiro, para terem tempo de tractar com os chefes dos conversos, e virem a um accordo sobre o negocio fundamental. Não se cumpriram, porém estas bellas promessas, e Marco della Ruvere, perdidas já as esperanças, remettia, a 1 de março, apenas as lettras dos cinco mil escudos, mesquinho resultado de trafico tão indecente[1].»

Herculano fez bem em acompanhar, passo a passo, a sua narrativa com as citações da carta do nuncio, porque de outro modo, difficilmente se acreditaria uma tão impudente negociação. Felizmente, a curia romana, com uma certa ingenuidade que não deixa de ser louvavel, conservou preciosamente, n'um codice do Vaticano, este precioso documento, tão illustrativo da politica pontifical, n'um seculo em que o schisma de Luthero estava sendo para a Egreja uma tão severa advertencia.

Não se comprehende, realmente, como os christãos-novos poderam regatear ao Papa o dinheiro de que dependia a sua salvação. É certo que estavam fartos de dispender profusamente, e sem resultado definitivo, mas as consequencias immediatas mostraram que valia a pena fazer mais este sacrificio.

Effectivamente a curia, já abalada pelas instancias de Carlos V, apenas soube da recusa dos christãos-novos, rompeu contra elles as hostillidades, exonerando de membro da junta encarregada dos negocios da Inquisição, o cardeal Ghinucci, decidido protector dos conversos, e substituindo-o nada menos do que pelo cardeal Santiquatro, todo devotado aos interesses de D. João III, a cujo soldo estava. A conclusão do negocio não se demorou.

Foi rapido o effeito da carta do nuncio Marco della Ruvere; escrevêra elle a 1 de março, e a 23 de maio expediu-se uma bulla, «pela qual se instituia defini-

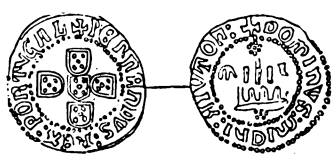
[1] Herculano, *Origem*, etc., tomo 2.º, liv. 5.º pag. 154.

Digitized by Google

tivamente a Inquisição em Portugal e virtualmente se annullava nos seus effeitos a de 12 de outubro do anno anterior, sem todavia a offender na apparencia. Por ella se nomeavam inquisidores geraes os bispos de Coimbra, Lamego e Ceuta aos quaes seria adjunto outro bispo, frade ou clerigo constituido em dignidade e doutor em theologia ou em canones, escolhido por el-rei. Eram estes encarregados de proceder contra todos os que houvessem delinquido em materias de fé depois do ultimo perdão, e contra quem quer que os seguisse, protegesse ou advogasse a sua causa, publica ou secretamente, não sendo dos que o haviam feito em virtude do breve de 20 de julho de 1535, e em harmonia com as suas disposições.

«Resalvava-se até certo ponto a jurisdicção dos bispos auctorizando-os a intervirem nos processos da Inquisição, quando se tractasse d'alguma das respectivas ovelhas, ainda que d'isso se houvesse abstido no começo da causa. Ordenava-se que, durante os primeiros tres annos depois da publicação d'esta bulla, se adoptasse as fórmulas do processo civilmente usadas para os crimes de furto e homicidio, seguindo-se tamsómente d'ahi ávante os estylos da Inquisição.

«Exceptuavam-se, todavia, os delictos perpetrados dentro dos mesmos tres annos, ácerca dos quaes continuaria a subsistir o processo civil. A faculdade concedida aos ordinarios de tomarem conhecimento dos actos dos inquisidores era compensada com ficarem estes habilitados para fazerem o mesmo nas causas de heresia intentadas pelos bispos. Durante os primeiros dez annos os bens dos condemnados ao ultimo supplicio deviam passar aos seus herdeiros mais proximos, ou aos immediatos, se aquelles fossem inhabeis para succeder, e não haveria confiscos. Os inquisidores ficavam revestidos do poder de nomearem procurador fiscal, notarios, agentes seculares ou ecclesiasticos; sem dependencia dos respectivos prelados; de fazerem executar os criminosos, sendo clerigos de ordens sacras, por qualquer bispo ajudado de dois abbades[1], ou por outros individuos revestidos de dignidades ecclesiasticas, relaxando depois os culpados aos tribunaes seculares; de remo-



Meio tornez, de D. Fernando

verem todas as resistencias com os meios canonicos; de receberem a abjuração dos reus não relapsos e de os admittirem no gremio da Egreja sem dependencia de intervenção dos ordinarios; de exercerem, em summa, todos os actos pertencentes por direito ao ministerio de inquisidores, delegando os seus poderes, com as devidas limitações, em quaesquer sacerdotes, bachareis em theologia, em canones, ou em direito, e de edade de trinta annos, pelo menos, quando não fossem pessoas revestidas de alguma dignidade ecclesiastica, ficando todos estes ministros e agentes sem excepção sujeitos á jurisdicção dos inquisidores pelos delictos que commettessem no desempenho do seu cargo. Creava-se um conselho geral nomeado pelo inquisidor-mór, e regulava-se o systema das appellações, que deviam subir dos inquisidores delegados para o inquisidor-mór e d'este para o conselho.

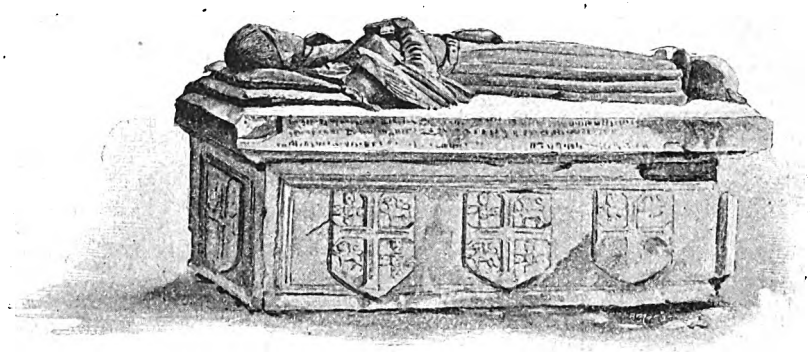
«Simulava-se até certo ponto o desejo de proteger os christãos-novos declarando-se nullas e de nenhum effeito quaesquer lettras apostolicas ou leis civis, que os mandassem considerar a todos como pessoas poderosas para se lhes não revelarem, quando reus, os nomes dos denunciantes das testemunhas, devendo-se manter ácerca d'elles a distin-

[1] palavra *Abbatibus* falta na bulla impressa.

Digitized by Google

cção de direito commum entre poderosos e não poderosos, revelando-se a estes ultimos os nomes dos seus accusadores e dos que depozessem contra elles para poderem impugnal-os e defender-se. A bulla[1] terminava abrogando todos os privilegios que obstassem á sua execução.»

Ainda assim os protectores dos christãos-novos conservaram em Roma alguma influencia porque a bulla da Inquisição, promulgada em maio, só foi expedida no meiado de julho, trazendo-a para Portugal D. Henrique de Menezes, que se via emfim livre do cargo de embaixador. Era nomeado inquisidor-mór o bispo de Ceuta, aquelle mesmo fr. Diogo da Silva que anteriormente renunciára o cargo, que os proprios christãos-novos consideravam homem honrado e leal. Effectivamente, a Inquisição ao principio mostrou-se moderada, ou em consequencia das tendencias benevolas do inquisidor-mór, ou porque D. João III, satisfeito com o triumpho, não quizesse abusar d'elle ou porque não desejasse tambem dar pretexto a Roma para levantar novas difficuldades. Mas, se na practica e nos primeiros tempos não podiam os christãos-novos queixar-se da Inquisição, as theorias inquisitoriaes eram tão terriveis como sempre. O bispo de Ceuta, apezar da sua cordura, publicou um monitorio que indicava aos denunciantes quaes eram os crimes que elles podiam delatar como provas de judaismo, e, segundo taes indicações, não havia acto da vida usual em que um inimigo não podesse lançar veneno. «Este monitorio, diz Herculano, era um tremendo roteiro que assignalava os parceis onde se tornaria facil o naufragio. Os actos ahi enumerados, que deviam servir de indicio de heresia, eram tantos, e alguns tão insignificantes e até ridiculos, que ninguem se poderia considerar seguro de não ser accusado de erro em materias de fé, quanto mais aquelles que a malevolencia geral espiava. Não eram só a celebração dos ritos e das festas judaicas, a circumcisão, as doutrinas manifestamente oppostas ao Catholicismo que pelo monitorio do inquisidor-mór deviam ser denunciadas dentro de trinta dias por quem quer que soubesse que alguem havia practicado aquellas ou propagado estas depois do perdão de 12 de outubro; era tambem um sem numero d'actos innocentes em si e que embora coincidissem com superstições judaicas, os mais puros Christãos podiam practicar sem malicia, como ainda hoje subsistem entre o povo crenças, cuja origem remonta ás superstições do polytheismo romano, sem que por isso o povo se haja de reputar pagão. O modo de matar as rezes ou aves, o provar o fio de facas ou cutellos na unha da mão, e não comer certas variedades de carne ou peixe, a altura das mezas em que se tomavam



SARCOPHAGO DE D. GONÇALO DE SOUSA

[1] Bulla *Cum ad nihil magis*, de 23 de maio de 1537. M. 9 de bullas, n.º 15, no Arc. Nac. Collectorio das bullas da Inquisição, fl. 1 v. e seguintes. Symm. vol. 32, fl. 1 v. Herculano *Origem*, etc. tomo II, liv. V pag. 163.

Digitized by Google

RECEPÇÃO DE VASCO DA GAMA POR D. MANUEL

Digitized by Google

as refeições, a natureza d'estas, o logar do aposento onde se estava por occasião da morte de qualquer individuo, o pôrem os paes as mãos sobre a cabeça ou no rosto dos filhos, o renovar as torcidas dos candieiros ou limpal-os á sexta feira, e outros actos similhantes, obrigavam em consciencia, e sob pena de excommunhão, quem quer que os visse practicar ou d'elles tivesse noticia a denuncial-os á Inquisição. Não só se ficava obrigado a accusar como hereje todo aquelle que negasse a immortalidade da alma e a divina missão de Jesus Christo, mas tambem cumpria delatar os que andavam de noite, como as bruxas e feiticeiras, em companhia do demonio, ou que chamassem por este para o haverem de interrogar ácerca dos successos futuros[1]»

Este monitorio assustou, como é bem de imaginar, os conversos, que, vendo perdidas todas as esperanças, procuraram abrandar o animo de el-rei, usando da influencia do infante D. Luiz, homem illustradissimo, de quem el-rei se temia como de todos os grandes espiritos se temem as intelligencias acanhadas, mas a cujas vontades ao menos não ousava muitas vezes resistir. Não obteve comtudo o infante que os Hebreus conseguissem, como desejavam, que se prorogasse por mais um anno o praso de reconciliação concedido pela bulla de 12 de outubro, mas parece que ao menos a sua influencia não foi estranha á moderação relativa que se nota nos primeiros actos inquisitoriaes.

Ao mesmo tempo as supplicas em Roma continuavam; a situação voltára a não ser desfavoravel aos christãos-novos; e elles aproveitavam a ausencia de Carlos V para actuarem de novo com os meios de que dispunham, e que eram omnipotentes n'uma côrte devassa, sobre os espiritos da curia. O bispo de Sinigaglia, vendo que os Hebreus se resolviam emfim a abrir os cordões da bolsa, estava outra vez ao seu lado, e levava a condescendencia a ponto de se encarregar elle mesmo de peitar os seus collegas. A influencia de todos estes agentes não tardou a fazer-se sentir. Um novo nuncio, Jeronymo Ricenati Capodiferro, foi enviado a Portugal. Levava amplas instrucções que tendiam definitivamente a constituil-o protector dos christãos-novos contra as demasias do tribunal da fé.

Habilitado pelo Papa officialmente para suspender os inquisidores, ou limitar-lhes o exercicio, para inspeccionar e fiscalizar todos os seus actos, Capodiferro levava ordem tambem de dirigir a el-rei um pedido para que suspendesse elle mesmo a Inquisição, emquanto se debatia de novo na curia a conveniencia ou inconveniencia de similhante tribunal. No caso d'el-rei não consentir em similhante cousa, Capodiferro devia tomar uma iniciativa energica, intervindo em todos os processos e fiscalizando rigorosamente o procedimento dos inquisidores.

«Tal era, diz Herculano, a politica da côrte de Roma. O leitor não póde ter deixado de notar as phases por que passou até esta conjunctura o negocio da inquisição. Concedido a principio sem grande resistencia, e só com as restricções que convinham ao predominio da curia, o terrivel tribunal fôra supprimido á força das diligencias e do ouro dos conversos, não porque as convicções ou as circumstancias mudassem, mas sim porque o seu restabelecimento se casava com as conveniencias politicas, e os christãos-novos se mostravam remissos em cumprir os contractos pecuniarios feitos com Sinigaglia. Embora o Papa houvesse invocado para o supprimir as

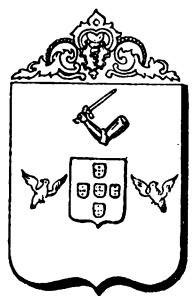
[1] Monitorio de 18 d'agosto de 1536 no Collectorio f. 5 e seguintes, Herculano *Origem* etc., tomo 1.º liv. 5.º, pag. 171.

Digitized by Google

doctrinas immutaveis de caridade, tolerancia e justiça promulgadas no Evangelho: essas doutrinas eram condemnadas pela voz imperiosa de Carlos V, e a curia romana não hesitou em condemnal-as tambem. Agora as cousas mudavam. Os christãos novos entendiam melhor outra vez os seus verdadeiros interesses, e as doutrinas evangelicas readquiriam preponderancia em Roma. Pôr na tella da discussão um assumpto já debatido até á saciedade, se não trazia mais luz aos espiritos, trazia sem duvida novos e avultados proventos aos arbitros e aos mantenedores do combate. Dir-se-hia que Roma, com o dedo no pulso da gente hebréa, lhe calculava os alentos para, sem deixar de se alimentar do seu sangue, não a reduzir a inutil cadaver. N'isto dava provas de maior prudencia do que D. João III, o qual, cégo pelo fanatismo, e aconselhado pela falta de recursos, sonhava talvez no avultado dos confiscos que de futuro lhe devia trazer o exterminio d'aquella raça infeliz, sem attender a que transigindo com ella, mas conservando-lhe sempre deante dos olhos o phantasma da Inquisição, teria achado um systema de espoliação perpétua. Das duas politicas a mais franca era a d'el-rei, mas a de Roma era sem contradicção a mais sagaz[1].»

Os successos da politica geral da Europa obrigaram comtudo Paulo III a modificar as instrucções que primeiro déra ao nuncio Capodiferro, de modo que o rei de Portugal não se julgasse por ellas offendido. Effectivamente, Paulo III tinha o maior empenho em que se promovesse uma cruzada geral contra os Turcos, e para isso precisava tanto dos auxilios de D. João III como da sua intervenção para se restabelecer a paz entre Carlos V e Francisco I, esses dois irreconciliaveis inimigos. Queria tambem o Papa lançar um tributo de duas decimas nas rendas ecclesiasticas de Portugal, e por isso precisava urgentemente de não desgostar o soberano d'este reino.

Capodiferro porém tinha seguido fielmente as tradições interesseiras do seu antecessor, e tinha aproveitado largamente o poder que o Papa lhe concedera, para subtrahir os judaisantes, a troco de boas recompensas, ao poder da Inquisição. Ao mesmo tempo os christãos-novos continuavam a solicitar em Roma, e assim correram os annos de 37 e 38 sem que novos acontecimentos exacerbassem os espiritos. A Inquisição não practicava grandes excessos, o nuncio não instava para que ella fosse abolida, e contentava-se em avocar a si processos rendosos. D. João III, empenhado tambem em não conceder ao Papa as duas decimas que elle desejava, motivo porque mandára a Roma como embaixador D. Pedro de Mascarenhas, um dos mais habeis diplomatas de que Portugal se ufana, distrahira-se dos seus queridos negocios inquisitoriaes, quando um facto estranho veiu, nos principios de 1539, accender de novo a lucta.



Brazão d'armas das ilhas dos Açores

Nas portas da sé e das egrejas de Lisboa appareceram uns papeis sediciosos e hereticos, em que se liam blasphemias contra o Christianismo. A irritação dos fanaticos foi desmedida; a idéa que naturalmente primeiro nos occorre é que esses papeis absurdos teriam sido feitos por algum christão-velho fanatico, para exaltar os espiritos contra os christãos-novos. Foi tambem o pensamento que accudiu ao bom inquisidor-mór; mas parece que não era d'esta vez esse o caso. Algum Hebreu, fanatico tambem da sua religião, commettera essa estu-

[1] Herculano, *Origem*, etc., tom. 2.°, liv. 3.°, p. 192.

Digitized by Google

pida imprudencia e attrahira de novo sobre a cabeça dos seus infelizes irmãos as iras do terrivel tribunal estabelecido por D. João III.

Comtudo o processo do criminoso, que não tardou a descobrir-se, não se moldou pelas fórmas atrozes dos processos inquisitoriaes. Foi queimado o fanatico, mas sem os requintes da crueldade que depois se usaram. O animo de fr. Diogo da Silva repugnava a essas torturas.

«Mas diz o sr. Herculano, um inquisidor-mór tolerante e illustrado, um nuncio que, fosse por que motivos fosse, puzésse obstaculos á condemnação definitiva dos implicados no crime de judaismo, um tribunal emfim cujas abobadas não resoassem de continuo com os gritos dos atormentados, e onde a polé e o potro jazessem no pó e esquecidos, eram cousas monstruosas aos olhos dos fanaticos, sobretudo depois do ruidoso acontecimento que escandalizára e irritára o povo da capital. Duas providencias urgiam: obter do Papa maior liberdade para o arbitrio dos inquisidores, restringindo a acção do legado apostolico, e substituir um inquisidor-mór pouco energico por outro cujo espirito não fosse accessivel á piedade, nem demasiado escrupuloso no que tocava aos preceitos da caridade e tolerancia evangelicas, Para se tomar a primeira, recommendava-se a D. Pedro Mascarenhas que trabalhasse por alcançar as necessarias isenções[1]. Realizar a segunda era mais facil. Como a bulla de 23 de maio de 1536 auctorizava el-rei para escolher um quarto inquisidor-geral, além dos tres bispos de Ceuta, Lamego e Coimbra, e como só o primeiro tinha exercido esse cargo, nada mais havia do que pôr á frente da Inquisição, em logar d'elle, um individuo de maior confiança e de mais solta consciencia. Foi o que se fez. Allegando a sua provecta edade e pouca saude e a necessidade de administrar a pequena diocese de Olivença, fr. Diogo da Silva pediu para ser substituido por pessoa mais habilitada do que elle para exercer o mister de inquisidor geral. Esta supplica era evidentemente resultado de uma insinuação régia[1]; porque o bispo de Ceuta não tardou a ser eleito arcebispo de Braga, dignidade mais laboriosa que essa de que se exonerava. Tinha-a então o infante D. Henrique, irmão d'el-rei, mancebo de vinte e sete annos e que na edade de quatorze fôra promovido a prior de Santa Cruz de Coimbra; e na de vinte e dois a metropolita bracharense; tão bem sabia a hypocrisia d'aquelle tempo conciliar as demonstrações do zelo religioso com a quebra de todas as leis da decadencia e da disciplina ecclesiastica! Foi escolhido o infante para substituir o bispo de Ceuta, e reanimar a Inquisição de um lethargo que não condizia nem com a sua indole nem com os fins para que fôra creada[2]. Não podendo exercer elle proprio o officio de supremo inquisidor, D. João III mostrava ao menos bons desejos nomeando para o cargo um membro da sua familia[3].»

A nomeação do infante D. Henrique para inquisidor-mór, terrivel ameaça para os christãos-novos, não era natural que fosse bem acceita em Roma. Havia po-

[1] «Minuta da carta de 19 de março cit. Carta de D. Pedro Mascarenhas de 21 e 20 de junho de 1539, liv. cit., fl. 93 v. e 95.»

[1] «O proprio bispo de Ceuta o dá a entender na carta a el-rei de 10 de junho) Collectorio das bullas da Inquisição, fl. 9) dizendo que pede a exoneração «por minha edade... e fraca disposição... e por outros justos motivos; *como tambem por me parecer que sirvo a Vossa Alteza em lhe lembrar isto.*»

[2] «Carta régia de 22 de junho de 1539 no Collectorio, fl. 9 v. e segg. Sousa, *Historia genealogica* tom III, pag. 625 e segg.»

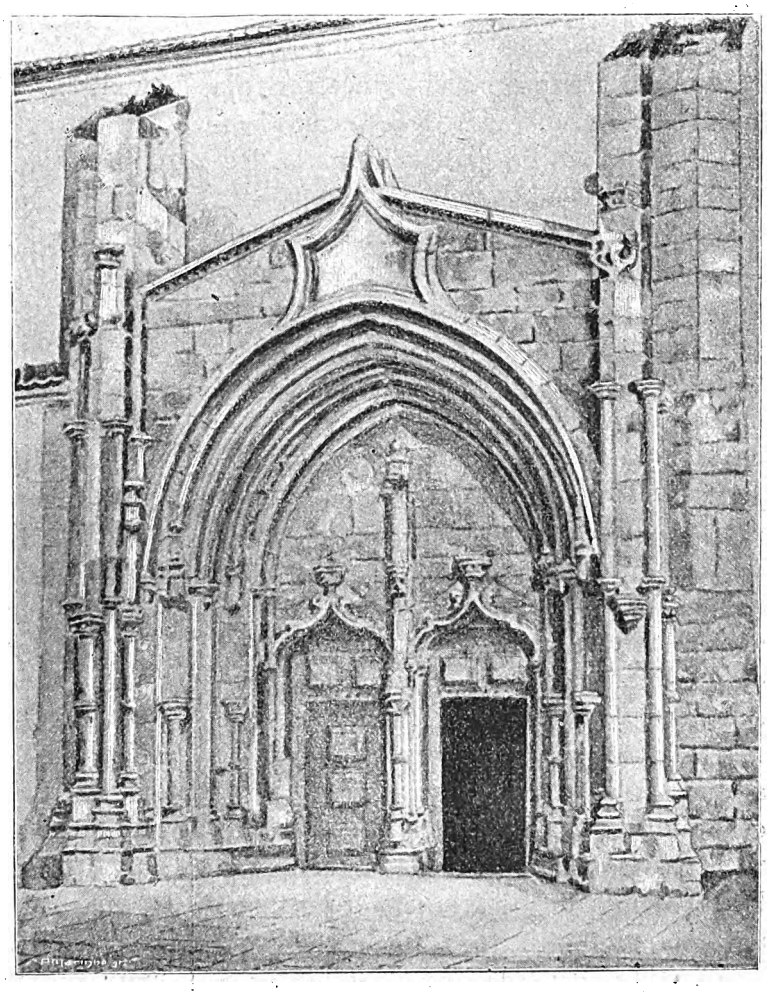
[3] «Isto que alguem supporia inventiva nossa, dil-o o proprio D. João III: «se este cargo (o de inquisidor-mór) fôra de principe secular com muy grande gosto me empregára nelle.» Minuta de carta a D. Pedro Mascarenhas na G. 13, M. 8, N. 6 no Arch. Nac.» Herculano, *Da Origem*, etc., tom. II, liv. V, pag. 210.

Digitized by Google

rém na côrte pontifical um homem capaz de levar a bom termo essas negociações e outras ainda mais difficeis. O reinado de D. João III foi muito fertil em habeis diplomatas; Lourenço Pires de Tavora e D. Pedro Mascarenhas podem affoitamente collocar-se ao lado dos mais illustres negociadores europeus. Muito mais intelligente do que D. Henrique de Menezes, professando o mesmo desprezo pela côrte pontifical, mas, em vez de se irritar, motejando de tudo e de todos com um sorriso sarcastico, D. Pedro Mascarenhas é um dos typos mais curiosos d'este longo e complicado drama. Para que havemos porém de insistir em descrevel-o? os periodos em que A. Herculano caracteriza o embaixador portuguez e a côrte em que residia, constituem talvez uma das mais bellas paginas do optimo estudo historico que vamos seguindo:

«As difficuldades com que o agente portuguez em Roma tinha de luctar eram grandes, assim por que a curia mostrava decisivas tendencias para favorecer os christãos-novos, como por outras circumstancias. Irritavam o Papa as resistencias e artificios que empregava a côrte de Portugal para evitar a extorsão das duas decimas nas rendas ecclesiasticas, ou para ao menos ter quinhão na preza[1].

Por outro lado, nomeando-se o infante inquisidor-mór, tinha-se previsto e calculado uma collisão com o nuncio que désse fundamento plausivel para expulsar este[1], e Capodiferro não podia ignoral-o, nem deixar de augmentar a irritação da sua côrte, prevenindo-a contra



PORTA PRINCIPAL DO CONVENTO DE JESUS EM SETUBAL

D. Henrique. Entretanto, posto que homem de poucas lettras, D. Pedro Mas-

[1] «Esta negociação complicada entreteve quasi exclusivamente no primeiro semestre de 1539 o embaixador Mascarenhas, cujos habeis esforços foram em parte frustrados pela impericia dos ministros de D. João III. Consulte-se a sua curiosa correspondencia, de que existe grande parte na bibliotheca d'Ajuda, e algumas cartas na torre do Tombo.»

[1] «Esta emleição... do infante... se não para com ele poder mylhor deytar dese reyno o nuncyo.» Carta de D. Pedro Mascarenhas de 21 de septembro de 1539 na correspondencia original de D. Pedro Mascarenhas, fl. 132, v. e 133.»

Digitized by Google

carenhas era uma intelligencia superior que sabia apreciar as cousas e os homens, e sahir com vantagem das luctas em que se empenhava. Caracter, ao que parece, recto e desinteressado, tinha a qualidade d'alguns estadistas, que, collocados em logares eminentes, no meio de uma sociedade e de uma epocha pervertida, se aproveitam da corrupção para realizarem os seus intuitos sem se corromperem a si proprios; caracteres cuja triste e suprema crença deve ser um profundo desprezo do genero humano. Residira já em Roma tempo sufficiente para avaliar bem a curia pontificia, e a ideia que fazia d'ella era extremamente desfavoravel. Na sua opinião, para bem negociar com Paulo III não havia outro meio senão fazer-lhe crêr que ganhava no negocio[1] e por isso tinha aconselhado a el-rei, na questão das decimas, que não pozesse obstaculo a uma extorsão que só recahia sobre o clero, comtanto que parte da preza revertesse em beneficio do fisco, arbitrio que fôra acceito, embora a transacção não chegasse depois a concluir-se com todas as condições que o embaixador desejava[2]. Assim entendera tambem desde logo que seria impossivel tirar-se ao nuncio o direito de revista nos processos da Inquisição, por ser prerogativa grandemente rendosa e de que o Papa se não despojaria senão por mais avultados lucros[3].

«A sua regra para prognosticar a solução dos negocios de Roma era saber quem dava mais. Dotado do talento de physionomista, tantas vezes util na vida aos que o possuem, lia no rosto do Papa qualidades de espirito que lhe repugnavam profundamente, mas n'essa mesma repugnancia tinha incentivo para sempre estar precavido em tudo quanto com elle tractava[1]. Convencido de que onde reina a venalidade só a corrupção póde dar o triumpho, obtinha na sua côrte os meios de corromper, e empregava esses meios como quaesquer outros. Tentava tudo e a todos. Nem a propria reputação de Simonetta, cuja probidade severa parecia excluir quaesquer esperanças, o fez recuar. Acaso não cria n'ella. A influencia d'este prelado e a de Ghinucci eram as que mais temia. Importava-lhe compral-os. Recebidas de Lisboa as sommas necessarias, tentou Simonetta por intervenção de Santiquatro. Repellida a offerta pelo pobre velho, esperou confiado que alguma precisão instante lhe trouxesse o arrependimento da honestidade. Não tardou este. N'um apuro pecuniario, Simonetta lamentou-se de ter perdido a offerta espontanea do embaixador; mas a offerta não tardou a ser renovada por diverso canal e foi acceita. Ha o quer que seja infernal nas ironicas desculpas com que D. Pedro Mascarenhas narra ao seu principe a prostituição d'aquellas cãs. «Entre os cardeaes, diz elle, Simonetta era tido pelo mais severo na distribuição da justiça; como tal o collocou o Papa no logar que occupa; como tal o consulta e a Ghinucci em todos os ne-

[1] «...tudo o que V. A. quizer negocear bem com este papa ade ser pondo-lhe seu emteresse diante» Carta de D. Pedro Mascarenhas de 21 de junho na correspondencia original fl. 93»

[2] «...tudo se fará com o lhe nom tocarem no seu emteresse, e V. A. deste pam de seu compadre deixe ao afilhado levar a parte que quizer, comtanto que a de V. A. nom seja mays pequena, e nom queira ser mays piadoso da fazenda ecresiastica do que ho he seu proprio dono e vigayro unyversal.» Ibid.

[3] «...tirando o nuncyo nom aver demtender nella (na Inquisição) ho quall se nom fará emquanto ahi ouver nuncyo nesse Reino em vida d'este papa, porque lhe vay n'isso seu emteresse o que ele nom allarga senão por outro tall ou maior.» Ibid.

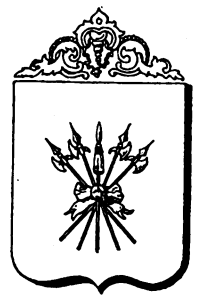
[1] «... guardará (o papa) o primeyro que tem feyto *pela composyçam* que tem recebida, *senom ouver outro lanço maior sobre mym.*» Ibid. fl. 101 v.—«Com esta mando a V. A. uma medalha em que o papa está tirado pelo natural bem ao proprio para que veja a filosomia deste pryncepe com quem negocêa, a esperança que de si promete, e quanta rezão tenho de desyar que V. A. m'acupe em qualquer outro serviço por mais trabalhoso que seya, e tire d'aqueste em que o nom posso servir, sem doença da alma e do corpo.» Ibid.

Digitized by Google

gocios mais ou menos graves. Estes foram os trances que passei com elle. O que fez não se toma em Roma por maldade nem se estranha porque é o costume da terra. Não me espanta por isso o valimento que teve aqui Duarte da Paz, tendo-lhe dado a comer tantos cruzados e portuguezes[1].» Depois de referir a triste victoria que obtivera, annunciava outras mais ou menos faceis. «Trabalho, proseguia elle, por amansar Ghinucci, não para me servir, mas para não me empecer. Está mais pacifico e promessas não faltam. Se lhe podesse fazer devorar alguns cruzados, faria bom serviço a Vossa Alteza. Não desespero d'isso, porque sei os usos de Roma. Comecei a encetar os dois mil cruzados, que V. A. me mandou dar para taes obras, e não creio me fundisse mal a despeza, nem que damne no porvir. Fie-se V. A. da minha má consciencia, crendo que sou menos escasso da propria fazenda do que da fazenda real[2].» Com um agente d'estes o negocio da Inquisição teria, n'aquella conjunctura, ganhado muito, se, como dissemos, a questão das duas decimas não absorvesse quasi inteiramente as attenções de D. Pedro Mascarenhas, e não lhe repugnasse, conforme se deprehende da sua correspondencia, tractar d'um assumpto enredado de interminaveis debates juridicos, que a sua alta intelligencia devia condemnar embora não ousasse manifestal-o[3].»

Eis o que era a côrte de Roma, e qual o caracter do embaixador portuguez que alli residia quando se ia encetar a nova lucta, que formava mais uma peripecia da já tão longa intriga do estabelecimento da Inquisição.

Estava D. João III descontente com a ingerencia que o nuncio tomava em Lisboa em todos os negocios inquisitoriaes, e anceiava por aproveitar um ensejo para romper de novo as hostilidades. A nomeação do infante D. Henrique para inquisidor-mór não tinha outro fim senão, como dissemos, provocar uma collisão. A collisão não tardou a apparecer.



Brazão d'armas da villa de Dilly Timor

Um medico e astronomo, Ayres Vaz, foi accusado por crime de astrologia judiciaria perante os tribunaes da Inquisição. Era curioso o facto n'um tempo em que o proprio Papa se entregava a esse genero de trabalhos, e em que por toda a parte reis e principes davam pleno credito aos absurdos d'essa supposta sciencia. Era natural que ninguem o incommodasse por similhante cousa, se elle não fosse christão-novo, o que terrivelmente aggravava o successo. Mas Ayres Vaz tinha um irmão que era pagem do nuncio, e este prelado affeiçoara-se extremamente a essa familia. Deliberou-se por conseguinte a tirar o medico das garras do inquisidor João de Mello, um dos accessores do bispo de Ceuta, e homem de todo o ponto digno do terrivel tribunal a que pertencia. Effectivamente, quando elle estava para ser julgado, appareceu um official da nunciatura, chamando a causa á presença do legado apostolico. João de Mello cedeu, mas certo de que não tardaria a sua vingança. Conhecia as disposições d'el-rei, sabia que o inquisidor-mór bispo de Ceuta seria em breve substituido e esperava tranquillamente o resultado de tudo isto.

«Passavam-se estas cousas nos meia-

---

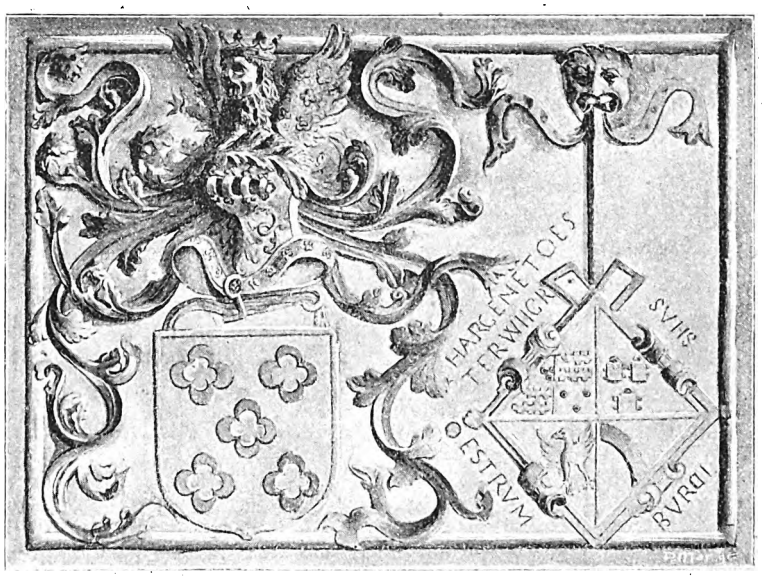
[1] «O portuguez era uma moeda d'ouro d'aquelle tempo.»

[2] Carta de D. Pedro Mascarenhas de 20 de junho de 1539 na correspondencia original fl. 104 v. N'uma carta posterior (12 de dezembro de 1539) falando da morte de Simonetta, o embaixador mostra a sua magua, accrescentando uma ponderação singular «e o pior foy perder V. A. aquelle servidor que já lhe estava comprado.» Ibid., fl. 199, v.

[3] Herculano, *Origem*, etc., tomo 2.º, liv. 5.º, pag. 214.

Digitized by Google

dos de junho quando a nomeação do infante para substituir o bispo de Ceuta estava já resolvida. Contava por isso João de Mello com o desforço. Foi o primeiro passo para elle collocarem-n'o á frente da Inquisição em Lisboa; mas o seu orgulho exigia-o mais completo. Aos autos do interrompido processo, ajuntaram-se os votos dos theologos mestres Olmedo, fr. João Soares, fr. Je-



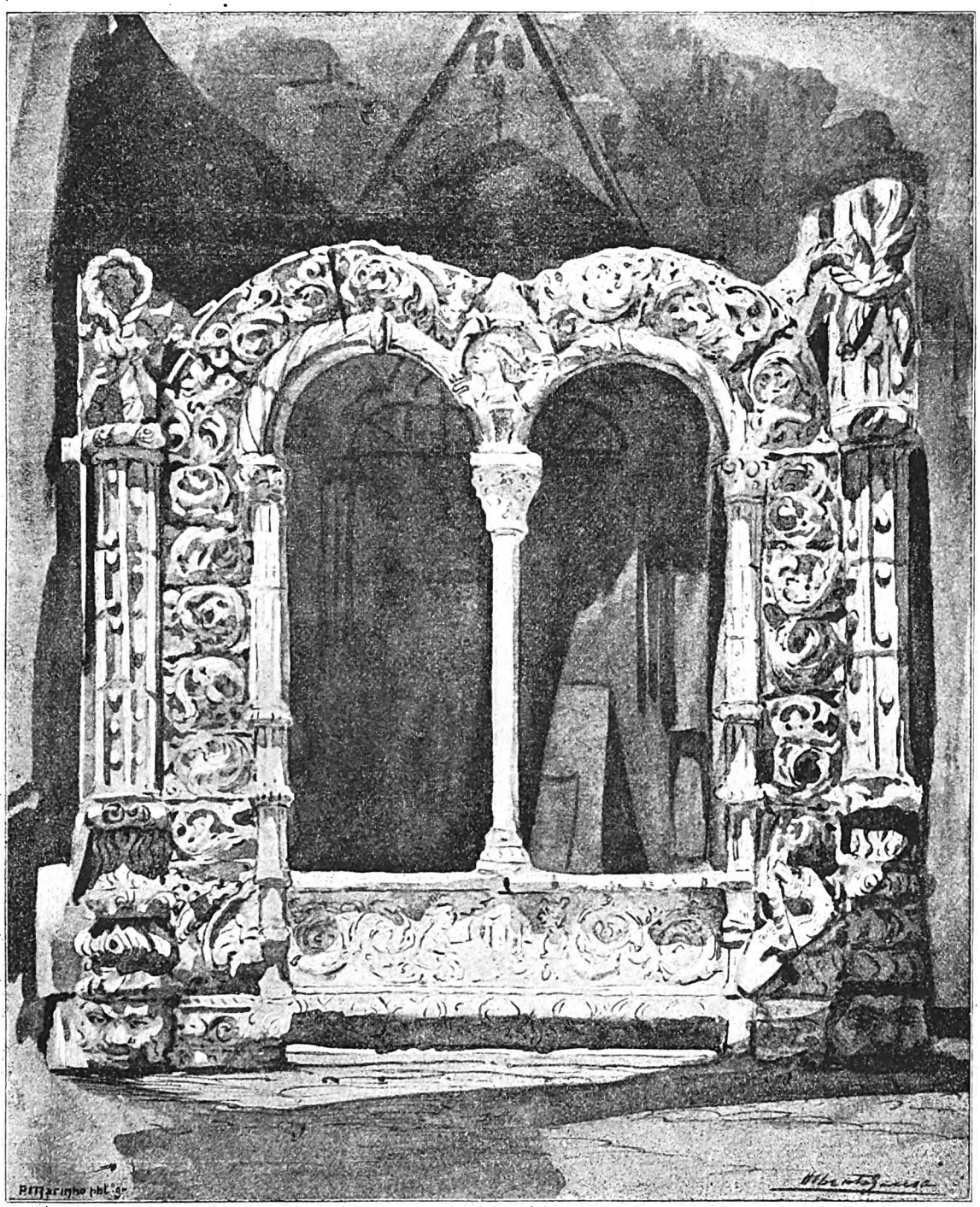
ARMAS DE DAMIÃO DE GOES NA EGREJA DA VARZEA DE ALEMQUER

ronymo de Padilha, fr. Luiz de Montoya, e fr. Francisco de Villafranca. Eram frades mais ou menos influentes na côrte. O escripto fôra unanimemente julgado por elles heretico. Revestido o infante da nova magistratura, um dos seus primeiros actos foi, portanto, ordenar a prisão d'Ayres Vaz, que os officiaes do cardeal D. Affonso, arcebispo de Lisboa, arrastaram aos carceres do Aljube. A lucta estava encetada. O nuncio, que debalde tentára obstar á prisão, mandou intimar o infante D. Henrique para que lhe entregasse o processo, e o cardeal D. Affonso para que soltasse o preso; mas o promotor da Inquisição deu por suspeito o nuncio, que recusou a suspeição. Posto que este tractasse o infante de pseudo-inquisidor, o infante appellou para a Santa Sé, appellação que Capodiferro egualmente regeitou. Os textos de direito canonico e dos praxistas voavam de parte a parte. Era um drama em que o excesso do ridiculo só se temperava pela terrivel perspectiva d'uma fogueira para o pobre astrologo, se, na refrega entre o agente do Papa e os infantes, estes, que tinham a força material, não cedessem ás ameaças dos interdictos, cousa pouco provavel, visto que o intuito da nomeação de D. Henrique fôra causar um escandalo que désse em resultado a sahida de Ricenati[1].»

Aproveitou-se logo effectivamente a questão para se promover a lucta que se desejava, e D. Pedro Mascarenhas queixou-se amargamente em Roma do desacato practicado pelo nuncio contra o infante. Paulo III redarguiu com aspereza, o embaixador insistiu com arrogancia, e seguiu-se d'ahi uma longa batalha diplomatica, descripta por A. Herculano com viva animação, e em que a astucia italiana e sacerdotal de Paulo III não levou a melhor á rudeza affectada do embaidor. Mas, se por um lado perdia o combate, porque se via obrigado a chamar o nuncio a Roma, ainda que adoçando-lhe a pillula com as maiores provas d'affecto, por outro lado aproveitava o ensejo para pôr de novo em discussão a velha questão do Santo-Officio. O ouro dos conversos corria a fluxo em Roma, e era necessario dar-lhes alguma cousa que os não fizesse chorar o dinheiro em-

[1] *Origem*, etc., tomo 2.º, liv. 5.º, pag. 224.

Digitized by Google



JANELLA ORNAMENTAL DOS JERONYMOS

pregado, e que os incitasse mesmo a gastarem mais. Sob o evangelico pretexto de que ficavam agora, com a partida do nuncio, desamparados de protecção immediata os réus da Inquisição, tendo de mais a mais terminado o praso em que eram obrigados os juizes inquisitoriaes a empregarem as fórmulas do processo civil, o Papa allegou que não devia deixar sem protecção nem garantias os pobres Hebreus perseguidos. As nunciaturas n'esse tempo ainda não eram

Digitized by Google

permanentes, e os reis e embaixadores portuguezes não cessavam de reclamar contra o uso que a côrte romana ia introduzindo subrepticiamente de ter legados constantemente em Lisboa. Fôra primeiro um Portuguez, D. Martinho de Portugal, em seguida logo dois Italianos, Marco della Ruvere e Jeronymo Ricenati Capodiferro, que ambos tinham attrahido contra si a animadversão da côrte de D. João III, e que D. Pedro de Mascarenhas accusava altamente d'escandalosas concussões. Paulo III consentia pois em revocar, sem o substituir, o nuncio Capodiferro, mas ao mesmo tempo, e logo posteriormente ao breve dirigido ao nuncio, expedia uma bulla que «estatuia que em qualquer causa crime sobre materias da fé, sendo o réu d'origem judaica, se procedesse conforme as condições e regras que se estabeleciam agora. Eram ellas, que o inquisidor-mór não podesse delegar a sua auctoridade senão por impedimento absoluto e em individuo que tivesse todos os requisitos canonicos; que os inquisidores ordinarios não fossem vitalicios, nem recebessem salarios ou emolumentos pagos pelos bens dos réus, prestando juramento no acto de posse de bem servirem, sendo punidos, e resarcindo as partes lesadas pelas injustiças e abusos que practicassem; que os accusadores e testemunhas sendo achados em falsidade, fossem tambem punidos e reparassem o damno; que não se lhes indicasse previamente o que e por que modo deviam depôr; que ninguem fosse prezo sem sufficientes indicios, e que os carceres servissem para retenção e não para castigo; que não se déssem tractos sem fortes motivos, ouvidos primeiramente os réus, e que esses tractos não excedessem os que se davam nos outros crimes; que não se procedesse contra os christãos-novos, só por delação dos encarcerados, feita no meio dos tormentos ou ainda fóra d'elles; que os nomes dos accusadores e testemunhas d'accusação fossem communicados aos réus, não se reputando estes por poderosos só por serem christãos-novos, tanto mais que se devia attender a quanto a Inquisição era protegida por el-rei; que, no caso porém de se dar a hypothese d'um réu poderoso, assim o declarassem por escripto e de commum accordo o inquisidor-geral e o respectivo prelado diocesano, dando-se ao réu vista da declaração para a contrariar; que se podesse pôr suspeições aos inquisidores, promotor, notarios e mais officiaes da inquisição; que em caso nenhum houvesse distincções odiosas nas prisões, na ordem do processo e nos castigos entre os christãos-velhos e os christãos-novos, que as commutações das penas em dinheiro se não consentissem sem acquiescencia dos sentenciados; que em todos os casos se admittisse a reconciliação dos réus, não sendo relapsos, ainda depois de julgados, dos sacerdotes até serem degredados das ordens, e dos seculares até o momento do supplicio, embora se allegasse que os movia não o arrependimento, mas o medo; que a sentença em virtude da qual alguns fossem relaxados ao braço secular se publicasse antes de cumprida, logo que se requeresse a sua publicação; que a interposta appellação para a Santa Sé das sentenças interlocutorias injustas, ou d'algum outro aggravo, quer fosse do inquisidor-mór, quer dos menores, quer do conselho geral, o negocio ficasse parado até haver resolução pontificia; que se não prégassem sermões escandalosos excitando os povos contra os conversos, devendo sobretudo evitar similhantes abusos os prégadores e os parochos. Emfim, ordenou-se expressamente que em todas as dúvidas que recrescessem tanto ácerca da intelligencia d'esta bulla, como de tudo o mais que dizia respeito ás attribuições da Inquisição, se recorresse á Sé Apos-

Digitized by Google

tolica. As cautellas de direito para que as precedentes providencias não fossem burladas, e a imposição das penas canonicas contra os que as menoscabassem era o remate de tão importante documento[1].

«Esta bulla era uma nova victoria que a tolerancia alcançava, embora para a obter se houvesse derramado profusamente o ouro. A's concessões n'ella contidas, a benevolencia da curia romana acrescentou pouco depois outra não menos importante, posto que a occasião de a aproveitar ainda estivesse remota. Faltavam sete annos para terminar o praso em que a condemnação dos réus de heresia não podia ser aggravada pelo perdimento dos bens. Apezar d'isso passou-se uma bulla secreta aos christãos-novos pela qual os confiscos nos crimes religiosos ficavam perpetuamente abolidos. Era uma prevenção a que podiam soccorrer-se, terminados os sete annos, se n'essa conjunctura as circumstancias lhes fossem menos propicias[2].

«Tal era o estado da contenda nos fins de 1539. No proseguimento da narrativa, veremos como essa victoria dos perseguidos não passava de uma vã esperança, e como a indomavel pertinacia dos seus adversarios, a traição dos seus proprios irmãos e a má fé da curia romana, e dos delegados pontificios vinham dentro de pouco tempo tornar inuteis tantos esforços e sacrificios[3].»

O ouro dos christãos-novos fôra, como vimos, o que principalmente lhes obtivera as vantagens de que démos agora noticia. Mas a insaciavel cubiça da côrte de Roma ia tirar-lhes de novo com uma das mãos o que lhes déra com a outra. Tinham elles de mais a mais por inimigo o astucioso e infame Duarte da Paz, que lhes sahia dispendiosissimo, além de os trahir, e a quem elles por conseguinte retiraram a sua confiança. Já posto de banda tambem pelo rei de Portugal, e refugiado em Veneza, Duarte da Paz quiz ao menos vingar-se dos seus clientes que lhe estancavam fontes de rendimentos que julgára inexgotaveis. Para isso dirigiu ao Papa uma carta impressa, em que revelava tudo o que sabia ácerca do modo de viver e das practicas secretas dos seus correligionarios, ao passo que empregava toda a sua inteligencia em provar a necessidade do estabelecimento da Inquisição. Ainda que n'um ponto já discutido milhares de vezes novos argumentos de pouco serviam, não deixou comtudo D. Pedro Mascarenhas de aproveitar a alliança, posto que despresasse profundamente o infamissimo alliado.

Brazão d'armas das cidades de Pernambuco e Bahia

«Para não voltarmos, diz Herculano, a falar d'este miseravel, mencionaremos aqui os poucos vestigios que se encontram do resto da sua tenebrosa existencia.

«Não contente com aquella especie de manifesto dirigido ao Papa, Duarte da Paz publicou um libello famoso contra o individuo que o substituira, e contra Affonso Vaz, christão-novo residente em Roma, e provavelmente accessor de Diogo Antonio.

«Accusado judicialmente pelo fiscal da fazenda e da camara apostolica (talvez porque as infamias lançadas sobre os dois agentes dos conversos reflectiam sobre os ministros e officiaes da curia romana) o insolente Hebreu foi processado á revelia e condemnado á

---

[1] «Bulla *Pastoris æterni* 4 id. octobr. 1539, na Symmicta, vol. XXXIX, fl. 123 v. e segg.»

[2] *Memoriale* na *Symm.* vol. XXXVIII, fol. 56 v. —Esta bulla, de que não se encontra outros vestigios senão a menção que d'ella faz o Memorial, devia ser pouco posterior á de 12 de outubro; talvez dos fins de 1539 ou principios de 1540.»

[3] Herculano, *Origem*, etc., tom. II, liv. V, p. 254.

Digitized by Google

forca[1]. Depois d'isto, apenas consta que estivera algum tempo preso em Ferrara, onde parece que vivia e onde practicára algumas das suas usuaes villanias[2]. Já então ou pouco depois tinha-se declarado de novo sectario da lei de Moysés. Para emfim coroar a série das suas façanhas passou em seguida á Turquia onde abraçou o islamismo. Alli, segundo parece, acabou obscuramente a carreira d'esse desgraçado, maldito de Deus, infamado na patria e fóra d'ella, e exemplo singular da abjecção extrema a que o desenfreiamento das paixões póde conduzir o homem[3].»

Ao desviarmos os olhos, porém, d'este homem repugnante, não se nos depara espectaculo mais satisfatorio. A traição insinuára-se no seio dos perseguidos, e, ou o medo, ou a cubiça, ou talvez tambem um fanatismo sincero pela religião christã, que tinham sido em crianças compellidos a abraçar, faziam com que muitos conversos seguissem o exemplo de Duarte da Paz. Para desgraça d'aquella raça infeliz, quiz o acaso que fosse um d'esses traidores o emissario que o agente dos christãos-novos em Roma enviou a Lisboa como portador da bulla de 12 de outubro. Demorou elle, pois, não só a viagem, mas tambem, depois de chegar a Portugal, a entrega da bulla, o que teve as mais funestas consequencias. Effectivamente, como D. Pedro Mascarenhas obtivera que fosse revocado o nuncio Capodiferro, este partiu de Lisboa antes de receber a bulla, ou allegou, pelo menos que assim acontecera. A verdade, porém, era mais uma vergonha para a côrte pontificia. O nuncio não déra cumprimento á bulla de 12 de outubro, porque exigia, para isso, novas sommas dos conversos. Estes, que a tinham já comprado em Roma a peso de ouro, não quizeram de novo abrir a bolsa. Era uma loucura, decerto, mas não era verdade tambem que um desespero profundo se devia ter apoderado dos Hebreus, vendo que, por mais dinheiro que dispendessem, não conseguiam nunca de Roma uma protecção definitiva?

Faziam mal, porque ao menos iriam ganhando tempo. Assim, pelo contrario, a Inquisição aproveitava a folga para desenvolver toda a sua violencia, tanto mais que o Pontifice obstinava-se em não reconhecer como inquisidor-mór o fanatico e intolerantissimo infante D. Henrique.

«Vimos, diz A. Herculano, como D. Pedro Mascarenhas, ponderando os obstaculos que se oppunham a que o infante exercesse a suprema magistratura do tribunal da fé, aconselhava a D. João III que cedesse n'esta parte. Não foi acceito o conselho. Longe d'isso, a 10 de dezembro de 1539[1], el-rei escreveu uma carta, dirigida ao embaixador, mas cujo verdadeiro destino era ser lida perante o Papa, carta onde as ameaças indirectas

---

[1] «Copia da sentença acha-se a fl. 133 da Corresp orig. de D. Pedro Mascarenhas. O folheto impresso que deu motivo a ella, e que não podemos encontrar, talvez ainda exista n'alguma bibliotheca da Italia.»

[2] «De Duarte da Paz nom veo mais avyso; e o derradeiro que tyve foy estar preso em ferrara por mandado do duque sobre trampas que entre elle e seus parentes nunca faltam.» Carta de D. Pedro Mascarenhas de 10 de março de 1540 na Corresp. orig. fl. 219

[3] «Consta da bulla *Circumspecta* de 28 de outubro de 1542 em que é revogada outra concedida a Duarte da Paz para não serem elle e os seus parentes por consanguinidade ou affinidade perseguidos ou presos pela Inquisição. Ahi diz o Papa: «præfatus Eduardus postmodum christianam fidem abnegaverit, et non solum ad hebraicam perfidiam *redierit*, rerum etiam Turcarum sectam publicé profitectur et damnabiliter sequatur.» Original no cartorio da Inquisição no Arch Nac. N'uma carta de Pedro Domenico de 27 de abril de 1542 (G. 2. M. 2, n.º 53) allude-se a este facto de Duarte da Paz abraçar o Islamismo. A. Herculano, «Origem», etc., tom. II, liv. VI, pag. 267.

[1] «A minuta d'esta carta acha-se a fl. 37 da correspondencia original, sem data; mas a fl. 265 está a copia da versão d'ella feita por Santiquatro, para ser lida ao Papa. N'esta copia encontra-se a data de 10 de dezembro.»

Digitized by Google

se misturavam com as expressões mais submissas de obediencia filial, e com os queixumes mais sentidos da falta de affeição e confiança da parte do summo pastor. D. João III attribuia a resistencia d'este a ter dado mais credito ás falsas informações dos conversos do que á sincera palavra real, e procurava principalmente mostrar quanto era absurdo imaginar que elle, rei, procedesse como procedia por outro motivo que não fosse o zelo da religião.

«É extrema a importancia d'aquella carta n'este ponto, porque envolve a confissão explicita das tristes consequencias economicas que tivera para o paiz o cego fanatismo do monarcha. Segundo ahi se affirmava, os christãos-novos constituiam uma grande parte da nação e parte mais util que todo o resto do povo. Por elles, pelos seus cabedaes, o commercio, a industria e as rendas publicas cresciam de dia para dia, quando a perseguição veiu mirrar a seiva da prosperidade geral, sendo notoria a saida de sommas enormes de Portugal para Flandres desde que a Inquisição se estabelecera. Razões de odio contra os conversos não as tinha; porque sempre fôra por elles leal e zelosamente servido, e a muitos fizera por isso assignaladas mercês. Cubiça de lhes tomar as riquezas não se lhe devia attribuir, visto que cedera do direito de confisco pelo espaço de dez annos, durante os quaes os maus seriam exterminados, e aos bons não haveria que confiscar. A este proposito declarava que, se o Papa quizesse dar á Inquisição todos os poderes e independencia que para elle se pediam, de bom grado cederia para sempre d'aquelle direito. Depois d'esta prova de liberalidade não podia deixar de deplorar que, sacrificando elle interesses legitimos ao incremento do

D. MARIA, INFANTA DE PORTUGAL, FILHA D'EL-REI D. MANUEL

Digitized by Google

Catholicismo, Roma sacrificasse o Catholicismo a interesses ignobeis e mesquinhos. «Por cada cruzado que lá se possa ganhar com os conversos, dizia D. João III, tem-se em Portugal perdido cem, e, todavia, sou vilmente calumniado de querer o sangue das minhas ovelhas[1].» Todas as diligencias dos christãos-novos tinham unicamente por alvo retardarem o estabelecimento definitivo da Inquisição pelo tempo que lhes fosse necessario para pôrem a salvo corpos e fazendas. Dava então a entender que, se a côrte de Roma com tão estranho procedimento desservia a causa de Deus, elle poderia, se não tractasse de reprimir o proprio despeito, fazer justiça por si como bem lhe parecesse, resolução extrema a que esperava não chegaria nunca pela consideração em que tinha a pessoa de Paulo III. Vindo á questão de ser ou não ser inquisidor-mór o infante, mostrava-se altamente resentido da opinião que havia na curia de que tanto mais suspeito devia ser o juiz supremo do tribunal da fé quanto mais seu parente proximo fosse. Era preciso ter alma superior a todas as injurias para se não vingar d'esta; mas em nome de Deus exigia do Papa que lhe pedisse a elle perdão de tamanha affronta, para evitar o castigo que a Providencia costuma reservar aos paes que desprezam e maltractam os bons filhos. Se fizera seu irmão inquisidor com abatimento da regia estirpe, conforme as opiniões humanas, fôra justamente por dar, na imparcialidade do tal principe, uma garantia aos christãos-novos, que elles deveriam comprar a peso de ouro, se não tivessem melhor recurso nas intrigas que manejavam em Roma. Asseverava, finalmente, que, se descia a queixar-se e a fazer estas ponderações, era porque, pospondo os estimulos da honra offendida, só curava de obedecer á voz da propria consciencia[1].»

Temia D. Pedro de Mascarenhas que esta carta irritasse o Papa; mas não succedeu assim, porque o astucioso Italiano, aproveitando uma passagem da carta de el-rei, que falava, como vimos, em se abster dos confiscos, fez d'esse ponto questão principal, e, apezar de se revoltar contra as idéas geraes expendidas na carta, e contra uns apontamentos que os inquisidores portuguezes tinham enviado em resposta á bulla pontificia, ao mesmo tempo declarou que tudo se poderia acceitar se el-rei persistisse na idéa de se abster dos confiscos. O ponto capital em que elle insistia porém era em que se revogasse a nomeação do infante D. Henrique para o cargo de inquisidor-mór, porque, ainda que fosse verdadeiro tudo o que el-rei allegava, desde o momento em que os homens que tinham de ser julgados pelo tribunal da fé, davam por suspeito o seu juiz superior, era do dever do Pontifice insistir na sua revogação. Comtudo, accrescentava elle que, logo que os christãos-novos conhecessem o desinteresse d'el-rei, não teriam duvida em acceitar o principe para inquisidor-mór.

«Até este momento, diz Herculano, a conferencia indicava que se chegaria a uma transacção tão breve como inesperada. Mas era necessario sahir dos termos geraes, e dar demonstrações de mutua boa vontade na questão do infante. Devia o Papa ceder desde logo n'este ponto e acceitar como conveniente e valida a nomeação de D. Henrique?

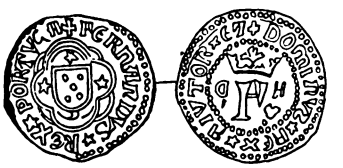
Não o parecia, e novos motivos occorriam para elle assim pensar. N'uma effusão de sinceridade, verdadeira ou simulada, Paulo III revelou a D. Pedro Mascarenhas o que se passava. Chegára

[1] «...e ysto tudo he com huum tão desavergonhado fengimento que eu queria degolar as minhas ovelhas.» Ibid. fl. 39.»

[1] Herculano, *Da Origem*, etc., tom. 2.º, liv. 6.º, pag. 274.

Digitized by Google

a Roma n'aquella conjunctura um Hebreu portuguez, trazendo novas supplicas dos conversos contra o infante. Elle proprio fôra victima das usuaes violencias. Salteado e repellido no caminho por D. Henrique, espoliado dos papeis que trazia, e reconduzido prezo para Lisboa, conseguira illudir a vigilancia dos seus guardas e passar a Hespanha, d'onde viéra implorar d'elle Summo Pontifice justiça e desaggravo para si e para seus opprimidos irmãos. Taes factos, no entender do Papa, independentemente do que por si mesmo significavam, eram altamente offensivos para a Santa Sé, impedindo-se por taes meios o recurso para elle em cousas de que lhe pertencia conhecer. Este facto, citado pelo Papa, collocava o embaixador n'uma situação difficultosa; todavia D. Pedro Mascarenhas, com a presença d'espirito que o caracterizava, soube evitar o escolho. Longe de recorrer a desculpas submissas, adoptou a linguagem da dignidade offendida. Interrompendo o Papa, como representante da côrte portugueza, exigiu d'elle que mandasse immediatamente pôr a ferros o miseravel, que ousava com tão grosseira mentira calumniar um infante de Portugal, attribuindo-lhe actos de salteador. Fôra, na sua opinião, a Providencia que trouxera a Roma em tal tempo aquelle embusteiro, para que Sua Santidade se convencesse de que tudo quanto os christão-novos allegavam era uma serie de mentiras e aleivosias, e para elle lhe poder declarar francamente que o motivo que levára á curia romana aquelle desgraçado era solicitar a execução da bulla de 12 outubro. Narrou então o procedimento de Capodiferro antes de sahir de Lisboa, como se Paulo III o ignorasse, e asseverou-lhe que esse homem vinha encarregado de pagar em Roma as sommas recusadas em Lisboa ao nuncio. Pelo menos dizia-se isto, e os indicios justificavam a voz publica; porque aliás seria inexplicavel como um diploma tão importante, e que Sua Santidade mandára expedir sem querer esperar a resposta d'el-rei, reputando-o urgentissimo, ficára sem execução, não lhe tendo o governo portuguez opposto o menor obstaculo. Ou os christãos-novos ainda se não haviam dado por satisfeitos, ou o nuncio tinha prevaricado. Não se podia fugir d'este dilemma. As intenções do Pontifice, inutilizadas pelo seu proprio representante, e as calumnias do emissario chegado a Roma, que davam occasião a elle dizer a verdade inteira a Sua Santidade, offereciam uma coincidencia singular; mas havia ainda outra circumstancia que dava a esse conjuncto de factos um caracter mysterioso e terrivel: era terem engulido as ondas o navio em que vinham os thesouros de Capodiferro, fructo das peitas dos conversos, do preço por que elle vendêra o sangue de Jesus Christo[1]. Combatia o céu pela Inquisição, porque se tractava da causa da fé, e Sua Santidade devia pensar n'isto. Pelo que tocava ao indigno calumniador, D. Pedro insistia em que fosse lançado em um calabouço, até se averiguar a verdade, para depois ser punido, acompanhando as supplicas com a ameaça de que, se não se fizesse justiça, elle saberia tirar desforço de um vassallo traidor ao seu rei, não havendo extremo a que não se abalançasse para vingar a offensa[2].



Meio tornez, de D. Fernando

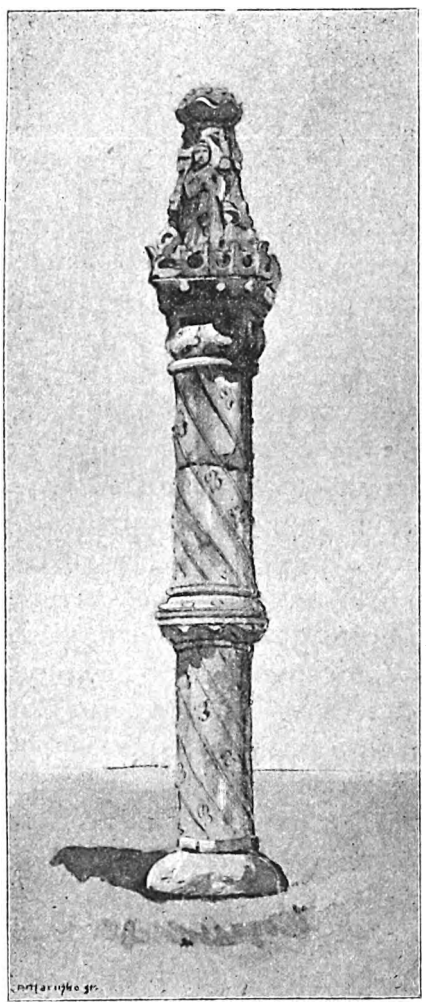
Apezar, porém, da altivez com que falava D. Pedro Mascarenhas, a verdade era que elle estava inquieto porque não

[1] «E a náao do seu nuncyo que vynha carregada dos espolyos do sangue de nosso senhor Jesus Christo e das peitas d'aquelle povo seu aversayro nam sem causa fora sovertida no mar. Ibid.»

[2] Ibid. Herculano, *Origem e estabelecimento*, etc. t. 2.°, liv. 6.°, pag. 287.

Digitized by Google

sabia se seria ou não verdadeiro o facto de que o inquisidor-mór era accusado. O facto déra-se effectivamente, e por isso D. Pedro Mascarenhas achou prudente não insistir, senão por fórma, no castigo do embusteiro a quem déra pri-



PELOURINHO DO COUTO D'EVORA (ALCOBAÇA)

meiro alto e bom som o epitheto de traidor. Por conseguinte a posição era para D. Pedro Mascarenhas mais difficil de sustentar; manobrando, porém, com a sagacidade que n'elle temos reconhecido, D. Pedro Mascarenhas soube ainda alcançar uma victoria, que foi obter do Papa um breve em que declarava que permaneceria tudo no estado em que se achava antes da bulla de 12 de outubro, que se consideraria como não promulgada, até que el-rei resolvesse tambem a questão dos confiscos, de cuja solução ficava pendente o reconhecimento do infante D. Henrique por inquisidor-mór. Ao mesmo tempo conseguiu tambem que não fosse enviado a Lisboa um novo nuncio, pretenção em que tinha um alliado, que o interesse proprio fazia fervoroso, e que era o cardeal Santiquatro. Na sua qualidade de penitenciario-mór, o cardeal via-se prejudicado pela nunciatura em Portugal, porque por esta corriam então a maior parte dos negocios que iam aliás a Roma ser resolvidos na penitenciaria. Estas questões de dinheiro tudo em Roma decidiam.

Comtudo aquillo a que o embaixador não poude obstar foi que no breve obtido se fixasse a D. João III o praso de quatro mezes para responder sobre a questão dos confiscos. Essa vantagem foi comtudo annullada de facto, porque passaram muito mais de quatro mezes sem D. João III enviar uma resposta definitiva, e entretanto a Inquisição principiava a desenvolver todos os seus terrores. Os processos avultavam com uma rapidez incrivel, a perseguição, a principio branda tomava um atroz incremento debaixo da influencia do cardeal infante D. Henrique.

Mas surgia ao mesmo tempo aos christãos-novos um outro alliado que elles não esperavam e que ia fazer pender um pouco a balança em seu favor.

«D. Miguel da Silva, irmão do conde de Portalegre e bispo de Vizeu, era n'aquella conjunctura escrivão da puridade, cargo de que fôra revestido em 1525, e que, dadas as differenças do tempo, equivalia ao de ministro do reino. As circumstancias da nomeação de D. Miguel ligam-se intimamente com os successos occorridos quinze annos depois. Tinha elle sido educado em França e em Italia, distinguindo-se na sua mo-

Digitized by Google

NAUFRAGIO DE VICENTE SODRÉ

Digitized by Google

cidade por subidos dotes litterarios. Enviado a Roma como embaixador d'el-rei D. Manuel em tempo de Leão X, alli renovara com os homens superiores que ornavam essa côrte, foco de todo o brilho das sciencias e das lettras n'aquella epocha, as suas relações da juventude. Quizera o Papa retel-o perpetuamente alli, dando-lhe a purpura cardinalicia; mas, ou fosse por um movimento de gratidão e patriotismo, ou porque outras eram as suas ambições, D. Miguel preferiu continuar a servir o seu soberano e a patria. Subindo ao throno pontificio, Clemente VII pensou em elevar o embaixador portuguez á dignidade que este já uma vez recusara, e que, segundo parece, agora se mostrava propenso a acceitar. Soube-o D. João III, cuja politica era não consentir houvesse um subdito seu, cujas prerogativas ecclesiasticas o fizessem hombrear com os membros da familia real. O antigo embaixador foi mandado retirar, sendo substituido por D. Martinho de Portugal. Chegado o novo agente a Roma, D. Miguel da Silva quiz mostrar, pelo seu procedimento, que era digno d'aquella situação, a que o queria elevar um principe estranho a quem longamente servira. Declarou ao Papa que a sua tenção era obedecer e sahir immediatamente de Roma para Lisboa. Na verdade o sacrificio não era tão grande como pelas apparencias se poderia conjecturar. Nos vivos desejos que tinha de obstar ao engrandecimento do seu ministro junto á curia, D. João III não poupára as promessas de honras e beneficios, promessas que aliás mal se cumpriram. Chegando a Portugal, D. Miguel da Silva foi na verdade eleito bispo de Vizeu, e nomeado para o eminente cargo de escrivão da puridade[1].

«Exercia-o então D. Antonio de Noronha, conde de Linhares, cunhado do bispo; mas este de certo modo reputava já sua aquella dignidade por ter sido escrivão da puridade de D. João III, quando principe. Confirmado n'ella quando fôra revocado, porque el-rei se compromettera a isso com Clemente VII, logo que chegou á côrte quiz exercer pessoalmente o officio. O cunhado, valido e ainda parente do soberano, disputou-lhe a posse, d'onde procederam entre os dois contendas que se protrahiram por alguns mezes.

«A dignidade episcopal não lhe custou menos dissabores: a apresentação ao Papa, a impetração da bulla para dispôr de varios beneficios da sua sé, tudo lhe foi embaraçado por muito tempo. Espalhavam-se acintemente rumores contra o seu procedimento moral, que, de feito, podia não ser dos mais severos, tendo vivido em verdes annos na côrte de Leão X. Faziam-se, além d'isso, inqueritos extra-officiaes, tendentes a desacredital-o, sendo o secretario Antonio Carneiro, que principalmente o hostilisava, adversario de temer. Obrigando-o a abandonar as suas esperanças do cardinalato, e dando-se-lhe com tão visiveis signaes de repugnancia as compensações que o proprio Clemente VII pactuára para elle, todas essas demonstrações de malevolencia deviam azedar-lhe o animo, e tornar perennes os resentimentos entre

---

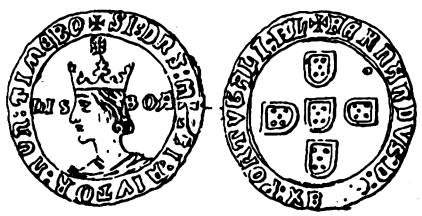
[1] «A historia da primeira epocha da vida do celebre D. Miguel da Silva encontra-se não tanto na *Lusitania Purpurata* de Macedo, no opusculo de Pereira, *Portuguezes nos concilios geraes*, ou na *Memoria sobre os escrivães da puridade* de Trigoso, trabalhos assaz imperfeitos, como nos breves de 7 a 30 de julho de 1525 e de 23 de março de 1526, no m. 26 de bullas, n.os 21, 22 e 23, e nas cartas do mesmo D. Miguel e de D. Martinho de Portugal, no Corpo Chronologico p. 1, m. 30, n.os 55, 59, 61, 62, 63 e 66, e m 32, n os 56 e 60, no Arch. Nac. Lança tambem grande luz sobre essa primeira epocha uma especie de manifesto publicado por D. Miguel em resposta á carta régia de 23 de janeiro de 1542, pela qual foi banido do reino, resposta que temos de aproveitar largamente. A biographia do cardeal da Silva, que mais rasteja a verdade, posto que ás vezes seja inexacta, é a de fr. Luiz de Sousa nos *Annaes de D. João III*, p. 2, cap. 1.º.

Digitized by Google

o bispo-ministro e os seus inimigos, que nunca mais o deixaram readquirir a confiança do soberano. Effectivamente exercendo D. Miguel da Silva as funcções externas e officiaes de primeiro ministro, Antonio Carneiro, e depois seu filho Pedro d'Alcaçova, foram sempre aquelles por cujas mãos passavam os negocios de maior vulto, e de quem el-rei fiava os segredos mais importantes do Estado[1].»

Era, com effeito, D. Miguel da Silva homem intelligentissimo, muito considerado em Roma, e que alli contava entre os seus intimos amigos o cardeal Farnese, que subiu, como vimos, ao solio pontifical com o nome de Paulo III. Ha uma altissima prova da estima em que era tido D. Miguel da Silva, prova que escapou a Herculano, mas que nos parece eloquente. Era um dos litteratos mais apreciaveis da Italia o conde Balthazar Castiglione, cujo livro do *Cortegiano* é citado em todas as historias da litteratura italiana como modelo de elegancia de estylo e de boa linguagem. Estimado por todos os papas illustradissimos que occuparam a cadeira de S. Pedro, amigo intimo de Raphael, convivendo com todos os grandes artistas que resplandeciam em Roma, não lhe faltavam decerto pessoas a quem podesse dedicar o seu bello volume. Pois foi, comtudo, ao portuguez D. Miguel da Silva que elle o dedicou, facto honrosissimo para Portugal, e que prova quanto era apreciado na patria das lettras e das artes esse homem illustre, que um rei fanatico e estupido perseguia.

Subindo, pois, o cardeal Farnese ao solio, pensou logo no seu antigo amigo, e quiz chamal-o ao sacro collegio. Oppunha-se, porém, a isso ainda a côrte portugueza; Paulo II não deixou de fazer a nomeação, mas fel-a secreta, reservando-se declaral-a para tempos mais propicios. Morrendo em 1540 o cardeal infante D. Affonso, quando D. Miguel da Silva desde 1539 tinha occultamente a purpura, julgaram que seria o ensejo



Tornez, de D. Fernando I

favoravel. Desapparecêra, effectivamente, a causa allegada por D. João III, e, não havendo na familia real um principe da Egreja, podia sel-o um dos seus subditos. A régia opposição continuava apezar d'isso. Deliberou então D. Miguel da Silva recorrer á astucia, e, como o papa Paulo III convocára n'essa occasião um concilio, que veiu a ser depois o celebre concillio de Trento, D. Miguel da Silva, como bispo de Vizeu, annunciou a sua partida. Prohibiu-lh'a el-rei com pretextos mais ou menos frivolos. D. Miguel da Silva partiu então a occultas. D. João III, que fazia já d'esse negocio uma questão de capricho, empregou todos os meios para o rehaver ás mãos. Enviou um emissario ao Papa rogando-lhe que não recebesse o bispo culpado de crimes de abuso de confiança, etc.; pediu a Carlos V que désse ordens para que fosse preso, se o encontrassem nos seus Estados, e, ao mesmo tempo, enviava ao bispo uma carta, por seu sobrinho, filho do conde de Portalegre, em que lhe rogava, com as mais ternas palavras que voltasse ao reino, para dar assim uma prova de obediencia a el-rei, sendo-lhe licito depois sahir livremente. O bispo não se deixou seduzir: continuou a desenvolver astucia, mas uma astucia audaciosa. Declarou que tinha inimigos, que precisava de um seguro

[1] «Decreto contra il signore D. Michele da Silva et Risposta al detto Decreto, etc., na Symmycta. Vol. 29, fl. 83 e segg. Herculano, *Origem e estabelecimento da Inquisição*, vol. 2.°, l. 6.°, pag. 304.

Digitized by Google

real contra todos os que pretendessem maltratal-o, da punição dos seus calumniadores, de cartas dos infantes muito benevolos e cortezes, e que, além d'isso, queria ir residir para Vizeu, continuando, apezar de tudo, a possuir o cargo de escrivão da puridade. Tudo isto lhe foi concedido! É verdade que el-rei tinha tanto a intenção de cumprir as promessas, como D. Miguel de voltar ao reino. A prova é que, ao mesmo tempo, partia de Lisboa um homem, chamado o capitão Correia, acompanhado de espias e soldados disfarçados e encarregados de assassinar o bispo, e este, não tendo já que pedir para Portugal, mandava pedir a Carlos V um salvo-conducto, que lhe foi negado. Era o pretexto que D. Miguel desejava.

N'esta longa comedia representava tambem Paulo III um papel: instado por el-rei D. João III para que convencesse D. Miguel a voltar a Portugal, o Papa prometteu fazer para isso todos os esforços, mas, ao mesmo tempo, D. Miguel, de combinação com elle, ia residir para Veneza, onde não cessavam de o ir perseguir as solicitações e as instancias do rei de Portugal.

N'este intervallo os negocios dos conversos tomavam de novo em Roma face melhor, graças ao ouro despendido com mãos largas e á influencia exercida por alguns christãos-novos intelligentissimos, que tinham vindo residir para Roma, e que gosavam das boas graças do pontifice. A questão versava agora principalmente sobre a enviatura d'um nuncio, idéa em que Paulo III insistia e que de Lisboa era repellida com violencia. Depois de dramaticas luctas, travadas a esse proposito entre o novo embaixador Christovam de Sousa e o Papa, decidiu-se que fosse enviado a Portugal um lettrado habil, pospondo-se mais uma vez a resolução definitiva do negocio da nunciatura; mas, ao mesmo tempo, um facto gravissimo vinha fazer com que rompessem de todo as hostilidades entre a côrte pontificia e a portugueza. No dia 2 de dezembro de 1541, D. Miguel da Silva era proclamado solemnemente cardeal.

Então o despeito de D. João III fez explosão, e uma carta regia violentissima, fulminada contra o novo cardeal, foi o desabafo terrivel do odio latente que o rei nutria contra o seu subdito. Accusado de todos os crimes, privado de todas as honras e dignidades e bens que possuisse em Portugal, D. Miguel da Silva, a quem nem se quer se concedia o titulo cardinalicio, que aliás ninguem lhe podia tirar nem negar, porque lh'o dera quem unicamente o podia fazer, o bispo de Vizeu era posto mais raso do que a lama. Ao mesmo tempo o embaixador Christovam de Sousa recebia ordem de dizer ao Papa que, se não désse a D. João III uma satisfação condigna, partiria elle de Roma e ficariam rotas as relações diplomaticas entre as duas côrtes. O Papa, que podia responder a isso que fizera D. Miguel da Silva cardeal, porque fôra da sua vontade, e a nomeação livre dos cardeaes era uma prerogativa que ninguem poderia negar-lhe, ainda comtudo se justificava mais plenamente mostrando as cartas que D. João III escrevêra, emquanto procurava com boas palavras fazer voltar ao reino o bispo expatriado. Então eram tudo elogios e doçuras, e essas missivas apresentavam por conseguinte a contradicção mais flagrante com a carta-regia fulminada havia pouco tempo. Christovam de Sousa não sabia que responder a isto, e tambem não podia formular muito precisamente a satisfação que D. João III desejava. A unica legitima seria verdadeiramente a demissão do cardeal, cousa completamente insolita e impossivel de se conceder. Christovam de Sousa, por conseguinte, em conformidade

Digitized by Google

com as instrucções do seu augusto amo, sahiu de Roma. «É notavel, diz A. Herculano, que, bem como D. Henrique de Menezes, e como D. Pedro Mascarenhas, Sousa, respondendo á carta d'el-rei, agradecesse a este a mercê de o tirar da capital do mundo catholico; d'essa Roma que comparava á prostituida Babylonia, e onde os poucos dias que lhe restavam de demora eram para elle como se jazesse no inferno[1].»

D. Miguel da Silva não ficou silencioso; em resposta á carta régia de D. João III publicou uma defeza em que todos os escandalos da côrte portugueza, de que elle fôra victima, eram contados miudamente. Graças a estas frequentes disputas entre esses graves personagens, poude a posteridade apreciar dignamente essa epocha *religiosa*, e em que a *fé mais pura* dominava em todos os corações.

Mas o *tertius gaudet* foram, n'esta occasião, por algum tempo, os christãos-novos. D. Miguel da Silva lançou-se francamente no seu partido, e a sua influencia, grande em Roma, teve peso bastante para fazer pender por algum tempo a balança em favor dos conversos.

«Depois de tantos disfarces e occultos meneios, diz Herculano, a guerra tinha emfim rompido implacavel entre el-rei e o cardeal da Silva. Suppostos os termos a que as cousas haviam chegado, nenhum d'elles devia esquecer meio algum de mutuamente se offenderem. Um dos que mais obviamente se offereciam a D. Miguel consistia em se ligar com os christãos-novos e ser o seu mais energico protector na curia. Hostilizar a Inquisição era ferir el-rei n'uma das suas

PORTA DA EGREJA DE S. PEDRO EM TORRES VEDRAS

mais caras affeições, e ao velho prelado não faltavam para isso recursos, não só como membro do sacro collegio, mas tambem como amigo pessoal do Papa, circumstancia importante e que tinha dobrada força por se dar egualmente em outro Portuguez com quem D. Miguel podia ir de accordo na empreza. Era elle o medico Ayres Vaz, ao qual a Inquisição tivera o desaccordo de con-

[1] *Origem*, etc., tom. 2.º, liv. 6.º, pag. 335.

Digitized by Google

sentir fosse justificar-se em Roma. Alli Ayres Vaz achára em Paulo III um sectario da sciencia astrologica, e o Papa e o Hebreu vieram brevemente a unir-se pela sympathia que nasce da identidade de estudos e opiniões. O Pontifice fez Ayres Vaz seu clerigo, familiar, e commensal, e para mostrar o apreço em que o tinha expediu uma bulla na qual exemptava da jurisdicção dos inquisidores, não só todos os parentes, ainda os mais remotos do seu collega em astrologia, mas até os advogados que em Lisboa o haviam defendido perante o tribunal da fé e as suas respectivas familias. Com as esperanças que nasciam d'estas duas influencias, que parecia deverem ser efficazes e do rompimento entre el-rei e o Papa, os agentes dos conversos podiam empregar com probabilidade de bom exito novos esforços para se melhorarem n'esse rude combate de vida ou morte, que com elles se travára. Incitava-os não só a opportunidade do ensejo, mas egualmente o progresso de perseguição, a qual ia tomando maiores dimensões e se tornava cada vez mais intoleravel. A intervenção de D. Miguel da Silva n'aquelle negocio e as novas phases por que a lucta passou até o que se póde considerar como o seu definitivo desfecho, darão materia ao resto d'esta tentativa historica. Desde esse desfecho, as resistencias e os esforços dos Hebreus portuguezes não são mais do que o estrebuchar da presa moribunda nas garras da besta-féra. Fica tudo: a atrocidade dos inquisidores, a dobrez e a cubiça da curia romana, o fanatismo das multidões, a hypocrisia de muitos e a corrupção de quasi todos; mas falta a esperança, ao menos a esperança fundada e plausivel, das victimas. No fim de vinte annos de negruras, de traições, de crimes, de villanias de toda a especie, a Inquisição, assentada sobre solidas bases, cessa de temer a propria ruina. Roma ousa apenas disputar-lhe a espaços algumas victimas, e nem sempre n'essas disputas Roma obtem o triumpho. Ao espectaculo variado que temos visto representar, e a que ainda faltam as scenas d'um periodo de seis annos, succede o silencio, só interrompido pelo crepitar nocturno das fogueiras, pelo correr de ferrolhos nos carceres que se convertem em sepulchros, e pelos gemidos que se alevantavam do meio das hecatombes. É a tragedia d'Alfieri depois da de Shakespeare.

Que o leitor indulgente nos siga ainda atravez dos ultimos recessos d'este pandemonio repugnante em que o fizemos entrar e que allumia uma luz sinistra. Acabará de convencer-se de que a sociedade d'esses tempos, que ignorantes ou hypocritas ousam propôr-nos como modelo, não só estava longe de valer a actual, mas tambem, considerada de um modo absoluto, era profundamente depravada. Não serão illações ou conjecturas nossas que pintarão aquella epocha de decadencia moral; serão as phrases inflexiveis dos documentos, as palavras dos principaes actores de tão longo drama que nos subministrarão, como até aqui, a contextura da restante narrativa[1].»

[1] Herculano, *Origem*, etc., tomo 2.º, liv. 6.º, pag. 340.

Digitized by Google

CAPITULO LV

Fim da historia do estabelecimento da Inquisição

o entanto, porém, emquanto as cousas em Roma se dispunham de um modo mais favoravel para os christãos-novos, a Inquisição em Portugal, completamente ás soltas e livre da embaraçosa fiscalização do nuncio, continuava a commetter os maximos excessos, e extendia sobre Portugal inteiro uma rede de terror. Em seis inquisições se dividia o reino, a de Lisboa, que tinha á sua frente João de Mello, um dos mais fanaticos entre os satellites do infante D. Henrique; a de Evora, que abrangia na sua jurisdicção o Alemtejo e o Algarve; a de Coimbra, que tinha tambem sujeita a diocese da Guarda; a do Porto, que incluia o arcebispado de Braga; a de Vizeu, que dominava tambem no bispado de Lamego; emfim, a de Thomar, estabelecida especialmente no exemplo da Ordem de Christo.

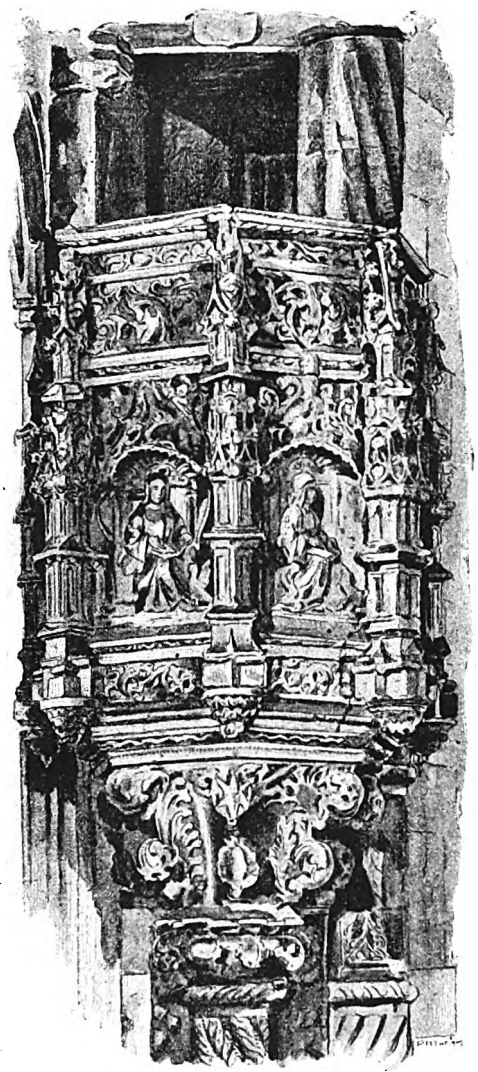
Em Roma, com vimos, depois da questão relativa ao cardeal Silva, não ficara subsistindo embaixador permanente portuguez, mas tinha lá D. João III um agente habil chamado Pier Domenico. A sua influencia porém não podia contrabalançar a de D. Miguel da Silva e a do ouro dos conversos, e foi por isso que estes conseguiram o que tanto D. João III contrariava, isto é, que fosse a Portugal um nuncio syndicar o procedimento dos inquisidores. O homem escolhido para esse cargo foi Luiz Lippomano, bispo metonense e coadjutor de Bergamo, homem que em Roma gosava grande reputação de virtude, mas que nem por isso deixou de ser accusado de receber dinheiro dos christãos-novos.

O pretexto com que vinha a Portugal o coadjutor de Bergamo era o de tractar das questões relativas ao proximo concilio: os verdadeiros motivos eram comtudo, como sabemos, o negocio da Inquisição e o do bispo de Vizeu. Os conversos tinham arrancado a Paulo III a promessa de que o nuncio faria dar cumprimento á bulla declaratoria de 12 de outubro, e de que para sempre acabaria com os confiscos nos processos religiosos; mas a situação entre Roma e Portugal estava n'essa occasião bastante delicada: o Pontifice não queria perder os proventos que auferia da nossa catholicissima côrte, e o coadjutor de Bergamo trazia instrucções para proceder com muito tacto nas questões de que vinha encarregado. Para o ajudarem no desempenho da sua difficil missão, deram-lhe em Roma largas instrucções, que são precioso subsidio para a historia de Portugal n'esse periodo.

Informavam-n'o primeiramente do caracter dos differentes personagens influentes na côrte; pintavam-lhe o infante D. Luiz como homem violento e de bastante influencia no animo de seu irmão; a rainha D. Catharina egualmente ambiciosa, mas ao mesmo tempo devota; o arcebispo de Lisboa era homem sem alcance; o bispo de Coimbra, timido prelado sem influencia; o da Guarda, homem violento e desregrado, adverso á Santa Sé, mas afastado da côrte; o bispo do Porto e confessor da rainha adversario para temer; o de Lamego tolo, mas não máu. Quem tinha mais influencia na côrte eram os frades, principalmente fr. João Soares, fr. Francisco Vil-

Digitized by Google

la-franca, fr. Luiz de Montoya, e o Valenciano fr. Miguel. De D. Antonio de Athayde, conde de Castanheira, e do conde de Vimioso aconselhava-se ao coadjutor que desconfiasse como de hypocritas que punham mascaras de san-



PULPITO DE SANTA MARIA DE BELEM (JERONYMOS)

tos para comerem regaladamente á sombra da Egreja. Do estado economico, politico e moral do reino faziam essas instrucções a mais triste pintura. Podiamos desconfiar d'ella como sendo feita por inimigos, e inimigos exacerbados, mas o que A. Herculano accrescenta ao extracto das instrucções é mais digno de fé e ao mesmo tempo ainda mais desconsolador.

«Já n'outros logares temos tido occasião d'alludir ás difficuldades da fazenda publica na epocha de D. João III, e á má administração economica do reino. As actas das côrtes de 1525 e 1535 dão grande luz sobre este assumpto. Algumas notas estatisticas, relativas a annos posteriores, esclarecem-nos ainda melhor a tal respeito. São essas notas do conde da Castanheira, védor da fazenda, e por isso homem especialmente habilitado para apreciar a situação do erario. A divida publica era em 1534 de mais de dois milhões, somma avultadissima n'uma epocha em que o orçamento ordinario da receita e despeza não chegava talvez annualmente a cinco milhões de cruzados[1]. Levantavam-se emprestimos por todos os modos, e, como n'outro logar dissémos[2], só o juro do dinheiro negociado em Flandres subia em 1537 a cento e vinte mil cruzados[3]. Em 1543 já a divida estrangeira era proximamente egual a toda a divida publica de 1534[4]. Os juros vencidos d'aquelles emprestimos tinham sido tão exorbitantes que a sua importancia excedia o capital. Calculava-os o feitor portuguez de Flandres em 25 por cento ao anno, termo medio, de modo que a divida dobrava em cada quatro annos[5]. Para alliviar até onde fosse possivel estes intoleraveis encargos pediu el-rei nas côrtes de Almeirim de 1544 duzentos mil cruzados ao terceiro estado, o qual offereceu cincoenta mil[6]. Recorria depois aos emprestimos individuaes.

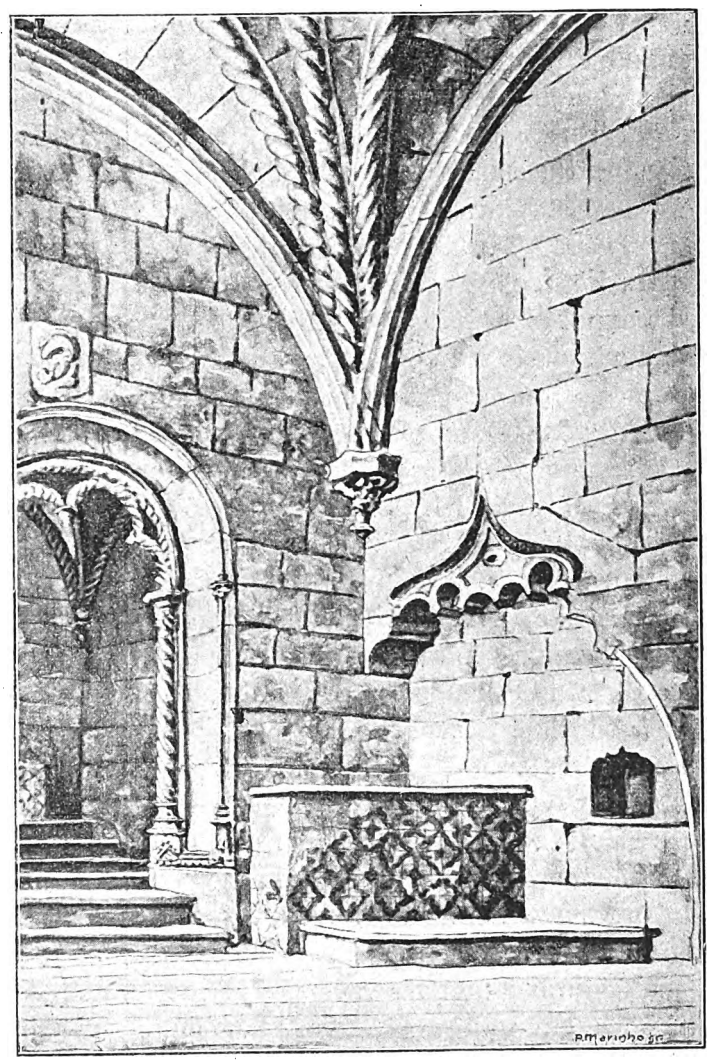
«Para isso mandava escrever cartas ás pessoas abastadas do reino, significando a cada uma com quanto deseja-

1 Sousa, Annaes, Memor. e Doc. pag. 385.
2 V. ante T. 2.º, pag. 190.
3 Sousa, Ibid. pag. 401.
4 Ibid. pag. 409 e seg.
5 Ibid. pag. 410 e 417.
6 Ibid. pag. 417.—Memorias de Litter. da Acad. T. 2.º pag. 102.

Digitized by Google

va que concorresse[1]. Estes convites do fundador da Inquisição não eram de desattender, e a generosidade devia tornar-se virtude assaz commum, embora a agricultura, o commercio e a industria padecessem com essa absorpção de capitaes. As cousas haviam chegado a termos, ainda antes de 1541, que as pessoas sisudas e experientes quasi de todo desanimavam. Nunca de memoria de homens tinha sido tão profunda á desorganização da fazenda publica. Nem o rei, nem os subditos podiam já com os encargos, e era facil prevêr que cada vez menos poderiam com elles. Desde que se encetara o caminho ruinoso dos emprestimos, nunca mais se abandonára, e o estado quasi que exclusivamente vivia d'esse expediente. Como as necessidades cresciam, tractou-se de vender padrões de juro, isto é, de ajunctar a divida puramente interna á externa, e, apezar da resistencia do conde de Castanheira, venderam-se illimitadamente titulos da divida publica. Parou-se quando deixou de haver quem comprasse. O proprio védor da fazenda achava que já não restavam recursos, nem sequer na alienação das jurisdicções, isto é, dos direitos magestaticos, pela simples razão de faltar quem tivesse dinheiro para dar por ellas. Mas os emprestimos feitos fóra do paiz tambem não tardariam a cessar na opinião do conde da Castanheira, e ainda tardariam menos, mostrando-se que o rei de Portugal não cuidava em reduzir as despezas; ou em crear novos recursos para a manutenção do Estado[1].

«Vê-se, pois, que as idéas recebidas na curia romana ácerca da situação economica do povo portuguez não eram inexactas. O conceito que se póde formar do estado moral do paiz, á vista das instrucções dirigidas ao novo nuncio, não é menos seguro. A dissolução dos costumes associava-se á miseria e á fraqueza, cobrindo-se com as formulas de uma religiosidade fervente, como a pobreza e a debilidade se encobriam sob a



INTERIOR DA CAPELLA DOS JERONYMOS EM BELEM

[1] Sousa, *Annaes*, pag. 412 e 413.

[1] *Carta do conde da Castanheira a el-rei.* Ibid. pag. 456.

Digitized by Google

apparencia do esplendor, e sob a linguagem altiva da omnipotencia. De muitos testemunhos d'essa triste verdade escolheremos dois que nos parecem acima de toda a suspeita. Serão o de D. João III e o do carmelita fr. Francisco da Conceição, frade portuguez, homem de lettras, e consultor do concilio de Trento, na conjunctura em que este se fixara temporariamente em Bolonha. Tomou o carmelita a seu cargo informar os padres do concilio do estado moral e religioso da sua patria, para que a assembléa geral dos pastores accudisse com remedio aos males que deplorava. Era necessario para isso expôl-os sem disfarce. Foi o que fez n'uma especie de consulta, que chegou até nós, e que se póde considerar como confirmação e complemento do quadro que resulta dos documentos officiaes do proprio D. João III.

«Envolvido de continuo em questões ecclesiasticas, e, sobretudo, em questões fradescas, e deixando, como acabamos de vêr, caminhar o Estado á ultima ruina, o rei de Portugal entretinha-se, nos intervallos de descanço que lhe concediam as materias da Inquisição, em pensar na creação de novas sés, na translação de mosteiros de ordem para ordem, na reformação, fundação, ou suppressão de outras, em introduzir frades na gerarchia ecclesiastica, em intervir nas luctas de ambição sobre prelazias monasticas, e em todos os demais negocios d'esta especie, muitas vezes inferiores aos cuidados proprios de um rei. A mesma reforma da universidade, idéa generosa e grande a principio, descêra ás proporções de uma intriga de claustro, sobretudo desde a entrada dos Jesuitas no reino. As questões ecclesiasticas tornavam para isso a enviatura de Roma a mais trabalhosa de todas, e volumosissima a correspondencia com os ministros e agentes n'aquella côrte. Quem quizesse ceifar por entre o pó dos archivos a immensa seara de vergonhas e miserias, que se dilata por essa correspondencia, cansaria talvez no meio de tão repugnante lavor. Para o nosso intuito basta que aproveitemos alguns factos, que sobejamente indicam a decadencia moral e religiosa d'aquella deploravel epocha.

«Se acreditarmos D. João III ou os que falavam em seu nome, a immoralidade pullulava por toda a parte, sobretudo entre o clero, e especialmente entre o regular que elle tanto favorecia. Os ecclesiasticos, por exemplo, da vasta diocese de Braga eram um typo acabado de dissolução. Os parochos abandonavam as suas egrejas, e o povo não recebia a necessaria educação religiosa, faltando castigo para tantos desconcertos[1]. Os mosteiros offereciam os mesmos documentos de profunda corrupção, distinguindo-se entre elles o de Longovares, da ordem de Santo Agostinho, e os de Ceiça e Tarouca, da ordem de Cister[2]; ou antes nenhum dos mosteiros cistercienses se distinguia, porque em todos elles os abusos eram intoleraveis. Os abbades, que, segundo a regra, occupavam o cargo vitaliciamente, faziam recordar, no seu modo de viver, os devassos barões da edade-média. A opulencia manifestavam-n'a em custosas e nedias cavalgaduras, em aves e cães de caça, e n'uma numerosa clientella, completando alguns essa existencia de luxo com mancebas e filhos, que mantinham á custa do mosteiro. Viviam os monges pelo mesmo estylo, na crapula e na bruteza, servindo muitas vezes como creados do abbade, de modo que, na opinião de el-rei, não havia na ordem de

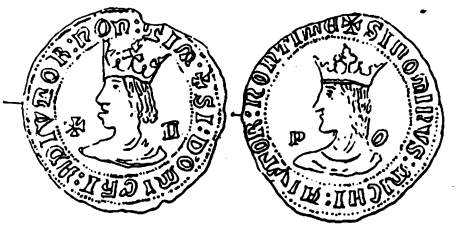
[1] «Collecção de correspondencias e papeis originaes do reinado de D. João III, pertencente ao sr. A. J Moreira. Quaderno 19. (Informações para se erigirem as sés de Miranda e Leiria).»

[2] «Ibid. (Informações para se mudarem ou annexarem os mosteiros de Ceiça, Tarouca, Longovares S. Fins de Friestas, etc.)»

Digitized by Google

Cister senão ignorantes e devassos[1]. Os conventos de freiras não se achavam em melhor estado, sendo o de Chellas, o de Semide e outros, theatro de continuos escandalos[2]. A historia de Lorvão e da sua abbadessa, D. Filippa d'Eça, é um dos quadros mais caracteristicos d'aquella epocha. Lorvão contava então cento e setenta freiras, entre professas, noviças e conversas. A familia d'Eça preponderava alli. D'ella eram tiradas sempre, havia sessenta annos, as abbadessas e outros tantos havia que a dissolução era completa em Lorvão. Das freiras então actuaes uma parte nascera no mosteiro. Suas mães não só não se envergonhavam de as criar no claustro e para o claustro, mas ahi mantinham tambem seus filhos do sexo masculino. D. Filippa era uma d'essas bastardas, fiel ás tradições maternas. Andava ausente quando falleceu D. Margarida d'Eça, a ultima abbadessa. Aquellas, que tinham vivido em verdes annos com D. Filippa, e que contavam com a sua indulgencia chamaram-n'a e elegeram-n'a successora de D. Margarida, estando esta moribunda. Seguiu-se uma longa demanda em Portugal e em Roma, demanda cheia de estranhas peripecias. Entre estas a mais singular foi o serem certa vez encontradas D. Filippa e outra freira em casa de um clerigo de Coimbra, escondidas com a sua amante ordinaria que a justiça buscava. A penna recusa-se a descrever o estado em que todas tres foram achadas[3]. Taes eram as devassidões e os escandalos de que vamos encontrar memoria nos mais insuspeitos documentos.

«Mas se estes nos revelam o estado, não só do clero hierarchico, mas tambem do monachismo portuguez, as considerações offerecidas por fr. Francisco da Conceição aos padres de Trento



Tornezes, de D. Fernando I

teem um caracter de generalidade que abrange todas as classes, e descobrem ulceras de diverso genero, porém não menos asquerosas. Os bispos, com raríssimas excepções, nunca residiam nas suas dioceses, contentando-se com enviar para lá vigarios geraes, cargo em que por via de regra eram eleitos aquelles que mais barato o faziam, embora d'elle fossem indignos. Os bispos do ultramar nem sequer curavam de similhante formalidade, e essas regiões, mais ou menos remotas, estavam completamente privadas de pastores. Segundo affirmava o bom do Carmelita, as superstições mulheris, sobretudo nos conventos e nas casas fidalgas, eram monstruosas, além d'outras relativas ao culto publico a que já anteriormente alludimos[1]. O sigillismo tinha-se introduzido em larga escala. Com o pretexto de ser para fins honestos e com permissão dos penitentes, os confessores revelavam os segredos da confissão. Os abusos e miserias que se passavam nos pulpitos eram quotidianos. Prégadores havia os em nome, mas eram na realidade raros, e esses poucos tractados com desprezo. O commum d'elles o que buscavam era honras e dinheiro, lisongeando as paixões do

[1] «Do que se segue em os ditos mosteiros (de Bernardos) nom aver religiosos homens de bem e de boa religiam, e serem todos ignorantes e homens de pouco saber.» Correspondencia original de Balthazar de Faria, fl. 196 (Carta d'el-rei de 21 d'agosto de 1546) na Bibliotheca d'Ajuda.»

[2] «Carta d'el-rei a Balthazar de Faria, de 6 de setembro de 1545, ibid. fl. 138.»

[3] «Cartas d'el-rei ao mesmo, de 19 de novembro de 1543, de 9 de julho de 1546; ibid. fl. 36 e 185.»

[1] «Vidè ante T. 1.º pag. 193.»

Digitized by Google

auditorio. O povo ignorava a religião, porque os oradores sagrados só curavam de vãs subtilezas. Um dos males que mais affligiam o reino era a excessiva multidão de sacerdotes. Havia pequena aldeia onde viviam até quarenta, do que resultava andarem sempre em competencias, disputando uns aos outros as missas, enterros e solemnidades do culto, com altissimo escandalo do povo. Augmentava-se desmesuradamente esse escandalo com o numero prodigioso e com a immoralidade d'aquelles, que só pertenciam ao clero por terem tomado ordens menores. Muitos tractavam de receber esse grau só para se exemptarem da jurisdicção civil. Um dos abusos frequentes que estes taes commettiam era casarem clandestinamente, podendo assim delinquir sem perigo, porque, se os processavam por algum crime de morte, declinavam a competencia dos tribunaes seculares, e suas mulheres, para os salvarem, não hesitavam em se envilecerem a si proprias perante os magistrados, declarando-se concubinas. Malvados havia que, aproveitando as declarações d'aquellas que lhes tinham sacrificado a ultima cousa que a mulher sacrifica, o pudor publico, as abandonavam depois, servindo-se da generosa confissão que lhes salvara a cabeça, para despedaçarem os laços santos, embora occultos, que os ligavam ás infelizes. Os casamentos clandestinos, que facilitavam taes horrores, e que eram vulgarissimos, produziam ainda outros resultados não menos deploraveis. Negava-se não raro, depois a existencia de um facto que se não podia provar, e o receio do rigor dos paes fazia com que muitas filhas acceitassem segundas nupcias pertencendo já a outro homem. Ainda quando não chegavam a esta situação extrema, a vergonha e o temor produziam infanticidios em larga copia. Por outro lado, a difficuldade e o preço das dispensas para os consorcios entre parentes completavam a obra dos casamentos clandestinos. Inhabilitados por falta de recursos para legitimarem as uniões vedadas, não tendo animo para abandonarem a mulher que amavam, e vergando debaixo do peso das censuras canonicas, muitos individuos calcavam aos pés o sentimento religioso, e adoptavam uma especie de atheismo brutal, esquecendo todos os actos externos do culto.

«Ha poucos annos que um livro admiravel[1], agitou profundamente os espiritos, descrevendo a existencia do escravo nos Estados americanos. As scenas repugnantes ou dolorosas, descriptas n'aquelle célebre livro, poderiam ter sido collocadas no nosso paiz no meiado do seculo XVI com a mudança dos nomes dos personagens e dos logares, mas talvez com mais carregadas côres. A vida do escravo, se acreditarmos a narrativa do informador dos padres de Trento, era n'essa epocha verdadeiramente horrivel em Portugal. Mas um povo affeito a vêr tractar assim uma porção dos seus similhantes, deixaria de corromper-se conservando instinctos de nobreza e generosidade? Os escravos mouros e negros, além dos outros trazidos de diversas regiões, aos quaes se ministrava o baptismo, não recebiam depois a minima educação religiosa. Fé não a tinham, ignorando completamente o credo e até a oração dominical, o que não procedia só do desleixo de seus senhores, mas tambem de relaxação dos prelados. Era permittido entre elles o concubinato, misturando-se baptisados e não baptisados, e tolerando-se até essas relações illicitas entre servos e pessoas livres. Os senhores favoreciam esta dissolução para augmentarem o numero das crias, como

[1] *Uncle Tom's Cabin*, pela Americana Beecher Stowe.

Digitized by Google

quem promove o accrescimo d'um rebanho. Os filhos de escravos até á terceira ou á quarta geração[1], embora baptisados, eram marcados na cara com um ferro em brasa para se poderem vender, e por isso as mães, desejosas de evitar o triste destino que esperava os filhos, procuravam abortar, ou commettiam outros crimes.

«Os maus tractos de seus donos, accumulando o odio nos corações dos escravos, faziam com que estes ás vezes recusassem tenazmente o baptismo, que nenhum allivio lhes trazia. De feito, nas crueldades que sobre elles se exerciam não havia distincção. O castigo que ordinariamente lhes davam era queimal-os com tições accesos, ou com cêra, toucinho, ou outras materias derretidas. Uma circumstancia aggravava o procedimento que se tinha com estes desgraçados: boa parte d'elles nem eram captivos na guerra pelos Portuguezes, nem comprados por estes aos vencedores nas luctas entre as nações e tribus barbaras da Africa, da Asia e da America; eram homens naturalmente livres, arrebatados da patria pelos navegadores, e trazidos a Portugal para serem submettidos a perpetua servidão. Finalmente, os consorcios legitimos entre pessoas escravas e livres, consorcios assaz frequentes, tornaram-se para os senhores n'um meio de satisfazerem os mais baixos e ferozes instinctos de crueldade; de folgarem com o espectaculo das agonias mais pungentes do coração humano. Quando o livre queria remir a consorte captiva, oppunha-se o senhor, e não raro a pretenção dava origem a scenas de violencia e de sangue, ou a ser vendida a pobre escrava para terras longinquas, quebrando-se assim por um impio capricho os laços que santificára a Egreja.

«Tal era o estado da religião e da moral n'um paiz que se lançava nos extremos da intolerancia e onde se preten-

D. ISABEL, IMPERATRIZ DA ALLEMANHA, FILHA DE D. MANUEL

[1] In tertiam et quarta generatione. «As familias servas, principalmente os pretos, os Indios e Americanos, não podiam passar ainda da terceira ou quarta geração, attenta a epocha dos descobrimentos e conquista. Dos captivos mouros de Berberia poucos podia haver, pela necessidade frequente de os trocar por captivos christãos.»

Digitized by Google

dia conquistar o céu com as fogueiras da Inquisição; tal era o estado economico d'esse mesmo paiz, que expulsava do seu seio ou assassinava judicialmente os cidadãos mais activos, mais industriosos e mais ricos, destruindo um dos principaes elementos da prosperidade publica, ao passo que os desconcertos e prodigalidades d'um governo inepto sepultavam na voragem da usura todos os recursos do Estado. A côrte de Roma, que nas suas relações officiaes com a de Portugal, lisongeava, não raro as vaidades do rei e do reino, vê-se que sabia, nas suas notas secretas, apreciar devidamente os meritos d'um e as forças do outro. O leitor, porém, habilitado para avaliar a exacção das apreciações da curia, egualmente o fica para ajuizar ácerca dos sentimentos de lealdade, de desinteresse, e sobretudo de caridade christã, que serviam de norte á politica de Roma para com uma nação pobre e corrompida, que ella propria reconhecia como supersticiosa e fanatica, e para com um rei que reputava inhabil, e cuja força moral se reduzia, conforme ella affirmava, a encobrir a extrema fraqueza debaixo das vãs fórmulas d'uma linguagem altiva[1].»

Eis como A. Herculano nos pinta, com o seu estylo vigoroso e a sua habitual lucidez, o estado do reino durante o governo de D. João III. As paginas que transcrevemos resumem, d'um modo brilhantissimo, a historia intima do paiz no começo da nossa decadencia. Não teremos agora senão de historiar os factos externos.

A causa dos Hebreus, apezar da protecção do cardeal da Silva, parecia irremediavelmente perdida, quando a noticia da vinda do nuncio inspirou um certo terror á côrte portugueza. Para accudir a esse golpe, serviu-se evidentemente o rei de Portugal de um meio de comedia, que A. Herculano conta minuciosamente e que nós apenas referimos, muito pelo alto mas que é sem duvida o que A. Herculano suppõe, um estratagema da côrte de Lisboa para desconceituar os protectores dos Hebreus, e para tirar toda a força moral ao nuncio que vinha com missão de syndicar o procedimento dos inquisidores.

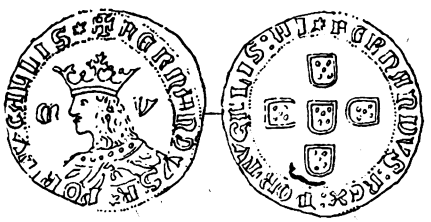
Um mensageiro do procurador dos conversos em Roma por alguns Hebreus de Portugal foi apprehendido, e encontraram-se-lhe differentes cartas com cifra que denunciavam altamente a connivencia do bispo de Vizeu, cardeal da Silva, com os Hebreus, e que tambem lançavam suspeitas vehementes sobre a moralidade do coadjutor de Bergamo. Que essas cartas eram forjadas pelos ministros portuguezes, com cumplicidade de algum Hebreu traidor, é o que nos parece resultar com toda a evidencia da narrativa de A. Herculano. Mas em todo o caso o meio surtiu o effeito desejado. A influencia do cardeal da Silva diminuia em Roma visivelmente: privado das rendas do seu bispado, o cardeal mal podia sustentar a dignidade da sua gerarchia, quanto mais expalhar profusamente o ouro emtorno de si; a bolsa dos Hebreus começava a exgotar-se; o Papa e os parentes do Papa esperavam obter do rei de Portugal avultadas pensões; Carlos V, fanatico tambem, apezar da sua alta intelligencia, e que de mais a mais não perdia muito com as perseguições inquisitoriaes, porque os Judeus, que empobreciam a Hespanha com a sua fuga, iam-lhe enriquecer Flandres, punha a sua alta influencia em Roma ao serviço de seu cunhado... tudo isto fez com que a balança pendesse de novo na curia contra os conversos, e com que, aproveitando o pretexto, se désse ordem ao nuncio para entrar em Portugal, mas sem intervir de

[1] Herculano, *Origem*, etc., t. 3, l. 7, pag. 30 a 44.

Digitized by Google

modo algum nos negocios da Inquisição.

Como se ainda isto não bastasse para resolver a perda dos christãos-novos, uma outra circumstancia vinha peiorar ainda a sua situação já deploravel. A Inquisição estabelecia-se tambem em Roma. Destinado especialmente a punir as heresias, que, partindo da Allemanha se insinuavam tambem na Italia, o terrivel tribunal, arvorado na capital do catholicismo, não desprezava os reus de judaismo que lhe apparecessem. É verdade que os Hebreus em Roma estavam n'uma posição muito mais favoravel do que em Portugal, porque podiam seguir a sua religião sem estarem sujeitos ás investigações inquisitoriaes, mas aquelles que se davam como christãos, e que, apezar d'isso, judaizavam, cahiam-lhes nas garras, circumstancia esta que punha os agentes dos christãos-novos na dependencia do tribunal, e por conseguinte na dependencia tambem dos embaixadores portuguezes, que, pela communidade do fanatismo e pelo ouro de que dispunham e que espalhavam com profusão, exerciam grande preponderancia no animo dos cardeaes collocados á frente d'essa instituição. Foi o que succedeu: Diogo Fernandes Netto, agente dos christãos-novos, foi por mais de uma vez sepultado nos carceres da Inquisição romana. Ao mesmo tempo a cubiça da curia deixava-se tentar pelas propostas de D. João III, e os confiscos havia muita probabilidade de que fossem concedidos, com tanto que o Papa tivesse o seu quinhão na presa; para cumulo de vergonhas, o Papa, que até ahi favorecera o seu amigo D. Miguel da Silva, o homem que fizera cardeal, não duvidando expôr-se por elle a uma ruptura com o governo portuguez, dava agora mostras de querer abandonal-o. Tinha para isso razões fortissimas. Insistira por muito tempo com D. João III para que restituisse ao cardeal as rendas do seu bispado de Vizeu; agora o rei de Portugal estava disposto a dar-lh'as a elle Papa. Não havia amizade que resistisse á tentação. A causa dos christãos-novos podia-se dizer perdida. Tudo



Tornez, de D. Fernando I

isto era, na phrase de Talleyrand, principio do fim.

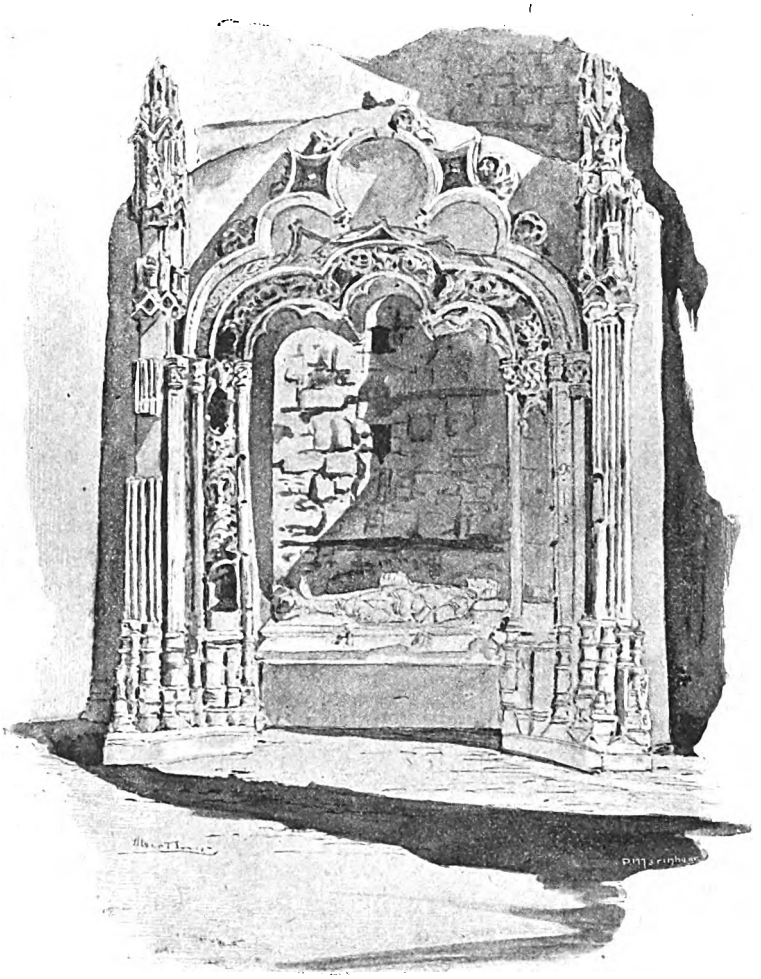
«Assim, tudo se combinava, dizia A. Herculano, para a ultima ruina dos christãos-novos. A grande maioria do collegio dos cardeaes inclinava-se para o partido de D. João III; Santiquatro e Faria[1] não dormiam, e Diogo Fernandes jazia de novo nas masmorras da Inquisição. O Papa afastava de si D. Miguel, e fingia que começava a convencer-se de que elle era merecedor de severo castigo. Esperava o resultado das suas ultimas propostas. Por outra parte o orgulhoso prelado viu-se reduzido a vender as alfaias mais necessarias, e quasi que só subsistia das esmolas dos Hebreus portuguezes. Os seus numerosos credores sitiavam já o Pontifice pedindo justiça contra elle[2]. O pobre cardeal tornava-se n'aquella difficil conjunctura um bem debil alliado; porque a falta de dinheiro não era por certo o melhor titulo de consideração em Roma. Em similhante situação quem não perderia a esperança? Não a perderam inteiramente os christãos-novos. Fiel aos caracteres que a distinguiram em todos os tempos, aquella raça tenaz ainda tentou uma vez renovar a lucta, salvar-se por um supremo esforço, que por incom-

[1] Balthazar de Faria, agente de Portugal em Roma.

[2] «Carta de Balthazar de Faria em 15 de outubro de 1545, liv. cit.»

Digitized by Google

pleto teve a sorte de todos os anteriores. Numerosos, opulentos, engenhosos, illustrados, faltavam-lhes os dotes mais nobres, o valor, o desapego da fortuna, o desprezo da vida deante da tyrannia, o sentimento indomavel da dignidade, e a consciencia energica do proprio direito,



TUMULO DE RUY DE MENEZES

dotes em que mais d'uma vez os opprimidos teem achado recursos para fazer recuar os seus oppressores. Com outros brios, os Judeus portuguezes teriam talvez padecido menos, e contraposto ao terror que pretendiam incutir-lhes graves apprehensões que perturbassem as noites dos seus assassinos.

«Apezar das preoccupações populares, ainda quando esmagados, teriam ao menos conquistado nos supplicios a consideração e as sympathias que nunca faltam á desgraça nobremente supportada, sympathias que, mais tarde ou mais cedo, fazem surgir das cinzas dos martyres os seus vingadores. A perseguição, que torna indomaveis os animos nobres, que os purifica e os eleva acima do vulgo nas epochas de profunda decadencia, não os elevava a elles. A' mentira oppunham muitas vezes a mentira, á hypocrisia a hypocrisia, á corrupção a corrupção; mas não era n'estas artes ignobeis que podiam levar vantagem aos seus adversarios. Depois, Roma sabia calcular: as grossas sommas que elles podiam despender, o que despendiam de feito, eram um ganho transitorio; as pensões que o rei de Portugal podia conceder e concedia, eram permanentes e seguras. As graças temporarias, as demonstrações passageiras da protecção e benevolencia correspondiam ao transitorio: ao permanente deviam corresponder concessões definitivas. A curia romana buscava conciliar tudo, o maximo lucro com a ponderação dos valores e com a mais alta probidade commercial no trafico das cousas santas [1].»

Comtudo os christãos-novos não tinham perdido inteiramente a esperança, e, como as perseguições em Portugal redobravam, redobravam tambem na curia as reclamações dos conversos, pedindo immunidades e revisões de processos. Balthazar de Faria, agente de

[1] Herculano, *Origem*, etc., t. 3.º, l. 7.º, pag. 90.

Digitized by Google

NO DIA 25 DE MARÇO DE 1505 PARTE PARA A INDIA D. FRANCISCO DE ALMEIDA

Digitized by Google

Portugal, descoroçoou um momento quando viu que os Hebreus, incitados pelas crueldades dos inquisidores portuguezes, espalhavam o ouro com profusão inacreditavel. Ao mesmo tempo muitos christãos-novos, fugidos de Portugal, faziam verdadeiro escandalo, clamando em pleno Vaticano contra as atrocidades do Santo Officio. A Europa toda presenciava a constante expatriação dos Judeus portuguezes, que, apezar de todos os obstaculos, fugiam, preferindo todos os perigos a supportarem mais tempo a sua vida miseravel na patria. Por outro lado, D. João III não resolvêra a questão das rendas do bispado de Vizeu; o Papa, julgando-se burlado, resolvêra mostrar-se mais uma vez adverso á Inquisição.

Foi n'este ensejo que os christãos-novos dirigiram ao cardeal Farnese, neto do Pontifice, um extenso memorial, em que são narradas todas as atrozes perseguições de que eram victimas. O quadro que alli se desenrola, e que confirmam informações mais fidedignas, tiradas dos proprios processos ainda existentes, é com effeito horroroso e repugnante.

Em primeiro logar vê-se que de pouco serviam os breves comprados em Roma, e pelos quaes eram avocadas á curia algumas causas sujeitas á Inquisição. O que succedia n'estes casos é que os processos não se concluiam e que os desgraçados réus, esquecidos no fundo dos carceres, lá morriam miseravelmente; mas o fanatismo, contradizendo-se a si proprio, recusava obediencia ao chefe da Egreja.

Ás atrocidades inquisitoriaes accresciam as atrocidades populares, que renovavam a cada momento em diversos pontos do reino as scenas de Lamego, depois da publicação da celebre lei de 14 de junho. Os emissarios da Inquisição desenvolviam um zêlo ferocissimo; homens carregados de crimes tomavam esse mister e atravessavam o reino fazendo ao acaso uma seara de victimas. A sua missão era pretexto não só para barbaridades sem nome, mas tambem para repugnantes extorsões. São celebres as façanhas de Francisco Gil, que fechava nas egrejas o povo das aldeias e o intimava para que declarasse alli se havia no seu seio alguns Judeus occultos. Uma voz partindo de dentro da multidão bastava para denunciar um pobre homem, que era logo preso e processado. Este algoz apanhava dinheiro por todos os modos, chegando a fazer pagar aos presos os grilhões com que os acorrentava, extorsão pelo menos original. Havia gente que fazia officio de ser testemunha de accusação contra os réus de judaismo. A defeza era uma burla: quem a intentasse a serio expunha-se ao odio terrivel dos inquisidores. Muitas pessoas eram presas antes de ser denunciadas, depois é que se procuravam as culpas que se lhes deviam attribuir.

Um dos typos mais curiosos do inquisidor d'esses ominosos tempos era fr. Bernardo da Cruz, bispo de S. Thomé, reitor da universidade, e inquisidor de Coimbra. Algumas anecdotas da sua vida, contadas por A. Herculano, habilitar-nos-hão para o podermos avaliar.

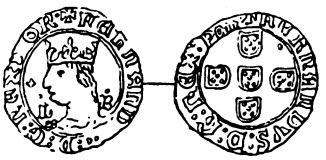
«Simão Alvares era um christão-novo, que viera do Porto haveria nove annos, com sua mulher e uma filha de pouco mais de seis mezes, residir em Coimbra. Esta familia foi uma das primeiras sacrificadas. Pae, mãe, e filha achavam-se nas prisões do castello. Segundo parece, a denuncia contra elles falava de crimes de judaismo perpetrados no Porto, e provavelmente faltavam testemunhas de accusação. O bispo precisava de provar esses crimes. Occorreu-lhe um arbitrio para sahir da perplexidade. Mandou vir á sua presença a filha de Simão Alvares, e, pondo-lhe deante um brazeiro cheio

Digitized by Google

de carvões accesos, disse-lhe que, se não confessasse ter visto seu pae e sua mãe açoitando um crucifixo, havia de lhe mandar queimar as mãos n'aquelle brazeiro. A criança aterrada confessou que assim vira fazer no Porto a seu pae, e o bispo teve a prova que desejava, embora a testemunha se referisse a uma epocha em que apenas contava pouco mais de seis mezes de edade.

«Tractava-se do processo de uns presos de Aveiro, marido e mulher. Uma criada que os seguira foi chamada á Inquisição, e d'ella exigiu o bispo que declarasse ter visto practicar a seus amos actos contrarios á fé. A declaração porém da testemunha foi exactamente o contrario. Irritado, o Dominicano fel-a encerrar n'um carcere. De tempos a tempos, mandava advertil-a de que, se queria ser solta, accusasse os amos. Resistiu sempre. Desenganado de que nem o amor da liberdade, nem algumas demonstrações de benevolencia, a que recorreu, abalavam a constancia d'aquelle nobre caracter, chamou-a um dia ante si, e elle proprio tentou convencel-a. Tudo foi baldado. Acceso de colera, o frenetico frade começou a espancal-a com um páu até lh'o quebrar na cabeça e nas costas, deixando-a lavada em sangue, e o algoz sagrado fez lavrar o depoimento que quiz ao som dos gritos da desgraçada. Este methodo de apurar a verdade parece ter sido o systema predilecto de fr. Bernardo da Cruz, mas ás vezes obtinha o resultado sem recorrer ao uso extremo do baculo pastoral, e contentava-se com despertar os animos remissos com bofetões e punhadas, incumbindo das varadas e açoites os esbirros inferiores. É verdade que o systema só era applicado a gente infima ou a escravos. E até, quando estava de bom humor, o bispo limitava-se a deixar apodrecer os teimosos no fundo dos carceres.

«Quando os réus do judaismo começaram a povoar as enxovias do castello, foram escolhidas para serventes dos presos uma creada do alcaide e a mulher de um mulato alli retido, ao qual tinham decepado as orelhas por crime de roubo. As duas serventes estavam possuidas da doutrina pregada pelo bispo de S. Thomé sobre a necessidade de vingar nos christãos-novos a morte do Redemptor.



Tornez, de D. Fernando I

«Os presos eram inexoravelmente roubados: roubavam-lhes até a comida. A fome vinha associar-se-lhes aos outros martyrios. Eram tão continuos os seus clamores que o Dominicano temeu lhe morressem de inedia essas victimas que destinava ás suas chammas. Foi-lhes permittido no fim de alguns mezes o serviço dos seus familiares, e que recebessem das mãos d'elles os alimentos necessarios á vida.

«O Dominicano era pois capaz de piedade. Tinha até accessos de bom humor, que manifestava de modo assaz expressivo. Gostava de mandar vir á sua presença mulheres casadas e donzellas pudibundas encerradas nos escuros recessos do castello de Coimbra com seus paes, irmãos ou maridos. Tractava então com singular humanidade de lhes afastar do animo os tristes presentimentos, as idéas lugubres que as acabrunhavam. Debalde se mantinham em silencio, e recusavam ouvil-o: não lh'o tolerava. Fazia votos para que Deus lhes multiplicasse as venturas: e protestava que sua alteza, a rainha, não podia gabar-se de ter em seus paços tantas e tão formosas damas. Pundonoroso em provar o seu dito, extasiava-o a belleza dos olhos d'esta, as fórmas airosas d'est'outra. Não menos o enterneciam os padecimentos do sexo fragil. Se alguma adoe-

Digitized by Google

cia, ia-se-lhe assentar ao pé da cama, e, apezar de todas as resistencias, pegava-lhe no braço e tomava-lhe o pulso. Talvez para esconder as suas apprehensões ácerca do estado das enfermas, distrahia-as, emquanto estudava o progresso do mal, com observações de entendedor ácerca dos contornos mais ou menos ideaes do braço que retinha, e essas observações serviam-lhe de thema a uma série de facecias, por tal modo espirituosas, que o rubor de pejo subia ás faces das desgraçadas, reduzidas a invocar a futura justiça de Deus contra taes infamias, visto que os seus naturaes vingadores jaziam, como ellas, em ferros[1].»

Os delegados d'este monstro de iniquidade eram pela maior parte dignos d'elle.

Em Aveiro, na Covilhã, as atrocidades repetiam-se; os christãos-novos fugiam do reino logo que podiam, porque, collocados entre as arbitrariedades do Santo Officio e as iras fanaticas do populacho, não viam luzir em parte alguma esperança de salvação.

A Inquisição do Porto não era menos asquerosa do que a de Coimbra, mas por motivos differentes.

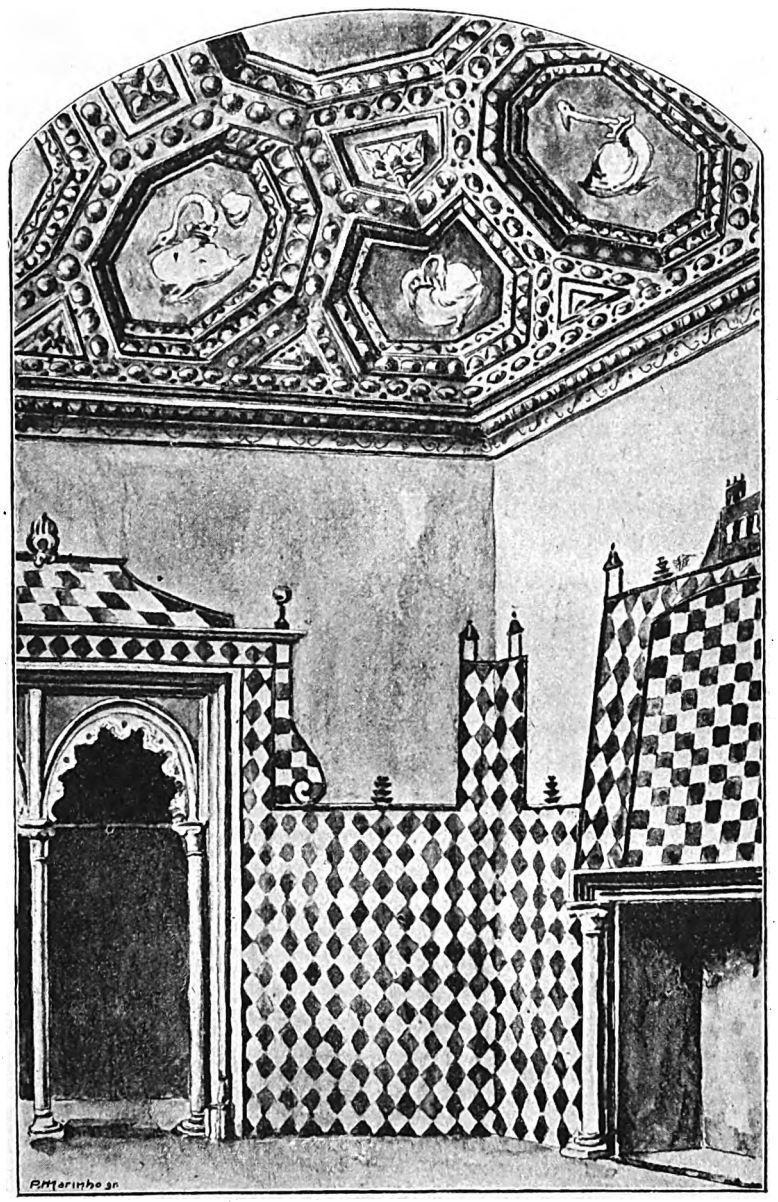
O bispo do Porto, D. Balthazar Limpo, era um homem austero, fanatico sim, mas parece que sinceramente fanatico. O seu caracter, comtudo, extremamente irritavel e violento tornava-o tão perigoso como os hypocritas que se serviam das armas da Inquisição para satisfazerem as suas brutaes paixões. Tinham os christãos-novos commettido a imprudencia de o irritar n'uma questão da construcção de uma egreja; não foi preciso mais para que a violencia da sua indole fizesse explosão, e para que todos os meios lhe fossem bons na empreza de se vingar de uma raça infeliz. O seu braço despiedoso não se cansava de segar messes humanas. Procedia n'esse trabalho odioso com um ardor febril. Em Mesão-Frio ouviu n'um só dia trezentas testemunhas de accusação contra innumeros reus de judaísmo. Era um processo mais que summario. Sendo, como dissemos, homem de costumes austeros, a cegueira da vingança fazia com que delegasse a sua auctoridade em homens da mais baixa esphera e dos mais baixos sentimentos, que a requintes de crueza junctavam, sem que o bispo a isso attendesse, requintes de immoralidade e roubos impudentes.

«O carcereiro e o guarda dos carceres, diz Herculano, pertenciam ao bando dos zelosos. Antigo creado de D. fr. Balthazar Limpo, o carcereiro escolhêra um guarda que fosse instrumento da propria maldade. De concerto os dois opprimiam por mil modos os réus para lhes extorquirem dinheiro e submetterem-n'os a todos os seus caprichos, fazendo *ao* mesmo tempo acreditar ao bispo que as suas mãos eram puras, e que só o zêlo os tornava rigorosos até á crueldade. A carceragem de cada preso era de ordinario uma ou duas dobras; mas, quando a riqueza verdadeira ou supposta de algum accendia a cubiça do carcereiro, a taxa subia ás vezes a vinte. A sorte dos que não podiam pagar era desgraçada. O guarda completava, por sua parte, as extorsões do carcereiro. Sem dinheiro não se abriam as portas para os advogados e solicitadores falarem aos presos, e nem sequer para entrarem nas lobregas masmorras as cousas mais necessarias á vida. Posto que casado, Antonio Pires (era este o nome do chaveiro) parece que não achava longas e tediosas as horas passadas nos claustros inquisitoriaes. Havia ahi duas christãs-novas, mãe e filha, julgadas já, e cuja sentença fôra carcere perpetuo com o trajo chamado sambenito. Estas mulheres estavam á mercê de Antonio Pires, e pala-

[1] Herculano, *Da Origem*, etc. t., III, liv. VIII, pag. 134.

Digitized by Google

vras de um amor brutal soaram, acaso pela primeira vez, n'aquelles recessos humedecidos do suor de mil agonias. A donzella foi deshonrada. Esta mulher, para quem, na primavera dos annos, tinham deixado de existir as torrentes da luz do sol, o aspecto do firmamento, os verdores dos bosques e campinas, a alvorada e o crepusculo, o aroma e o matiz das flores; para quem, ao passo que, por assim dizer se lhe affundira ante os olhos a natureza physica, se lhe haviam affundido tambem todas as esperanças do mundo moral, e cuja vida de dilatados horizontes só ficára povoada por dois sentimentos, o da perpetuidade do carcere e o de saudades inuteis, devia ser bem desgraçada! A masmorra era-lhe patria adoptiva, o sambenito vestidura, e mortalha. Que pensamentos seriam os seus, quando, prostituida, e tendo por testemunha da prostituição um amor de mãe, a consciencia lhe disse que descêra ainda um degráu, que parecia não poder existir na escala das miserias da vida? Em circumstancias d'aquellas, o coração humano ou estala ou se alevanta á terrivel grandeza de um coração de demonio. Verificou-se o segundo phenomeno. A victima de Antonio Pires chegou a gloriar-se na deshonra, mostrando orgulho de trazer no seio o fructo do torpe adulterio. Eumenide no meio das suas antigas companheiras, era ella quem completava os tractos da polé e do potro, quando os esbirros davam treguas aos martyrios. A humilhação e as privações das



SALA DOS CYSNES NO PALACIO DE CINTRA

que eram infelizes sem serem infames como que lhe refrigeravam o espirito. Os seus caprichos eram lei. A' menor desobediencia a vingança descia prompta; o feroz Antonio Pires distribuia com mão larga os máus tractos e as injurias, impedia a entrada dos alimentos, e in-

Digitized by Google

ventava quantas oppressões lhe suggeria o seu animo damnado. Se acreditarmos as memorias dos christãos-novos, estes factos eram publicos no Porto. Não podia portanto o bispo ignoral-os. E D. fr. Balthazar Limpo, esse homem que, poucos annos depois, trovejava no Vaticano contra a immensa corrupção de Roma; que fazia curvar a fronte do Pontifice deante das ameaças proferidas por elle em nome de Deus, tolerava os dramas repugnantes que se passavam nos calabouços da Inquisição, como se fosse uma obra pia e digna de louvor. Exemplo tremendo dos precipicios a que podem arrastar-nos as tres peiores paixões humanas, o fanatismo, a vingança, e o orgulho insensato[1].»

Estes desavergonhamentos repetiam-se, debaixo de differentes fórmas, em todo o reino. Differiam os caracteres dos inquisidores, mas a atrocidade era a mesma. Em Evora o inquisidor Pedro Alvares Paredes, Castelhano, tinha os meios mais seguros para achar culpados. Fingia bilhetes dos parentes dos presos, aconselhando-lhes que tudo confessassem, outras vezes apparecia nos carceres trazendo uma supposta sentença que condemnava os réus a morte, quando os processos ainda não estavam concluidos, e, depois de ter os presos bem aterrados, insinuava-lhes que fizessem uma confissão explicita de todos os crimes que lhes eram imputados, porque assim obteriam o seu perdão. Os infelizes afferravam-se a essa taboa salvadora, e confessavam tudo quanto se queria: pois essas confissões é que serviam para se concluir o processo, e se proferir deveras a sentença condemnatoria.

O inquisidor de Lisboa, João de Mello, reunia em si as diversas feições da indole de todos os outros. Libidinoso como fr. Bernardo da Cruz, feroz como D. fr. Balthazar Limpo, astuto como Pedro Alvares Paredes, dava nos carceres da Inquisição de Lisboa o exemplo de todas as atrocidades e de todas as devassidões. Aqui os tractos eram inacreditaveis, insolitos os estratagemas para se obter uma confissão das victimas, e o abusar das presas ultrapassava todas as raias da immoralidade. Aos réus não era permittido escolherem advogados a seu bel-prazer; havia tres ou quatro, entre os mais insignificantes do fôro, que podiam unicamente ser eleitos para esse cargo, que desempenhavam como simples formalidade, porque lhes era indifferente salvarem ou não os seus clientes. João de Mello, insensivel, não se contentando com os judaisantes que lhe eram denunciados, dava frequentes saltadas nos navios que estavam para se fazer de vella, e sempre vinha de lá trazendo uma colheita de christãos-novos que procuravam pôr-se a salvo. Como os carceres estavam constantemente a trasbordar, faziam-se frequentes autos de fé, como medida hygienica, para desatulhar as masmorras e impedir que os ares se corrompessem com as exhalações d'aquella multidão accumulada!

«Resta-nos, diz Herculano, uma carta de João de Mello, escripta a el-rei, sem data de anno, mas que coincide com esta epocha[1]. É a descripção de um auto de

[1] Herculano, *Da Origem e estabelecimento da Inquisição*, t. 3, l. 8, pag. 157.

[1] «G. 2., M. 2, n.º 40 no Arch. Nac. A carta é original e datada de Lisboa, a 14 de outubro. El-rei, portanto, estava fóra da capital, provavelmente em Evora. De 15 de novembro de 1542 existe tambem uma carta original de D. João III datada de Lisboa, e dirigida ao infante D. Henrique, dando-lhe conta de um auto de fé que se acabava de celebrar. (Corpo Chronol. P. 1.ª M. 73, n.º 16 no Arch. Nac.) Na carta de João de Mello menciona-se o supplicio da mulher e da filha de um mercador chamado mestre Thomaz, o que do Memorial dos christãos-novos na Symmicta se vê tinha sido anterior a 1544. Assim a carta de João de Mello é com probabilidade de 1542, sendo de crer que, queixando-se elle do *pejamento* dos carceres em 14 de outubro, se fizesse outro auto de fé d'ahi a um mez para os *despejar*, e que el-rei viesse assistir a elle. Além d'isso, João de Mello allude na carta aos autos de fé dos *annos passados*, em que

Digitized by Google

fé redigida no mesmo dia, e poucas horas depois d'aquella festa de cannibaes. Ao tomar nas mãos o horrivel documento, como que nos sussura aos ouvidos o crepitar das chammas, e o murmurio anhelante dos que se asphyxiam nos rolos de fumo; como que respiramos o cheiro das carnes que se carbonizam, dos ossos que se calcinam. É uma illusão da phantasia. O que está deante de nós é uma folha de papel que os seculos amarelleceram, coberta de caracteres legiveis e firmes, traçados por mão que não tremia, por mão que está alli revelando um coração de bronze. Feliz o nosso seculo, em que taes corações são pouco vulgares! O chefe da Inquisição em Lisboa começa por dizer a el-rei que o céu estava esplendido. Aquelle homem ousava olhar para o céu! Os dias antecedentes haviam sido procellosos, e João de Mello notava essa circumstancia, porque o povo acreditaria que a formosura do dia era signal de favor celeste. O prestito sahiu depois das seis horas da manhã, da Misericordia, e dirigiu-se ao cadafalso. A fidalguia rodeava o clero. Os membros do tribunal da fé foram assentar-se ao lado dos juizes do tribunal ecclesiastico da diocese. Não tardaram a chegar os sentenciados. Eram proximamente cem, que, notava o Inquisidor, faziam um prestito magnifico. Conduziam-n'os as justiças seculares e acompanhava-os a clerezia das duas parochias de Santiago e de S. Martinho. Chegados junto ao cadafalso, cantou-se o hymno *Veni, Creator spiritus*. Um frade subiu ao pulpito, e orou. Devia ser o discurso um admiravel tecido de blasphemias. Foi breve o frade; porque a obra talhada para aquelle dia era longa. Começou a leitura das sentenças: primeiro as de degredo e de prisão temporaria, depois as de carcere perpetuo, afinal as de morte. Estas eram vinte. Os padecentes, sete mulheres e doze homens, foram successivamente atados ao poste fatal e assados vivos. Uma só mulher poude escapar ao seu horrivel destino; porque, diz a carta, se mostrou verdadeiramente arrependida, confessando melhor as suas culpas. Além d'isso, no entender do Inquisidor, aquelle acto de indulgencia servia para provar a commiseração e doçura do tribunal. Quanto ao arrependimento dos outros, esse era mais duvidoso. Tinham em geral sido relaxados ao braço secular por judaizaram nos carceres. Isto provava quanto era necessaria a inflexibilidade. Advertia o inquisidor que conservava ainda afferrolhada muita gente prestes para servir em egual espectaculo, e que o pejamento das masmorras era excessivo, restando além d'isso muitos réus que processar. A inferencia d'estes factos tiral-a-hia el-rei. Se n'aquelle dia não queimára ou não atirara para a sepultura em vida, destino talvez mais atroz, maior numero de individuos, era que não gostavam de excessos de severidade.

Meio tornez de D. Fernando I

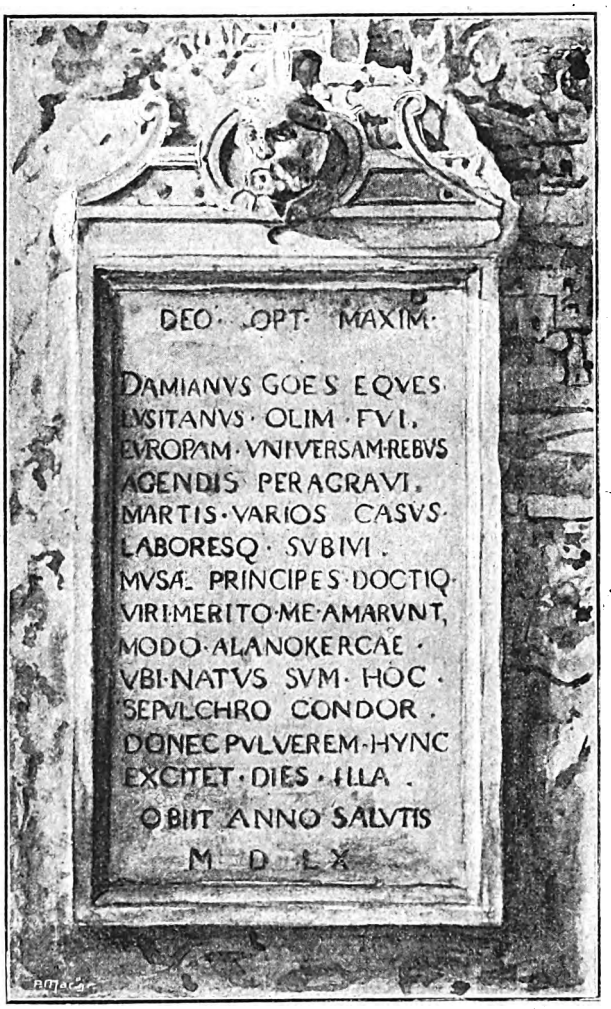
«É difficil dizer o que predomina n'aquella carta, se a hypocrisia se a ferocidade. No fim d'ella escapa todavia ao inquisidor um grito de remorso. Uma cousa havia que lhe tinha feito impressão. Ao separarem-se os paes dos filhos, as mulheres dos maridos, os irmãos dos irmãos, nem uma lagrima cahira, nem um gemido soára. A ultima benção paterna, o ultimo beijo d'esposos, o ultimo estreito abraço fraterno tinham sido silenciosos e tranquillos. Era uma tranquillidade que o algoz não comprehendia. João de Mello devia espantar-se de vêr martyres

interviera, e elle só fôra transferido para a Inquisição de Lisboa nos meiados de 1539. Em todo o caso a carta não póde ser posterior a 1543.

Digitized by Google

e heroes. Na côrte de D. João III não era facil encontral-os, e elle provavelmente ignorava a historia dos primitivos christãos. Se não a ignorasse, e crêsse que era verdadeira, não seria inquisidor[1]».

É horroroso este quadro traçado por Herculano com o seu habitual vigor; horroroso, mas verdadeiro, porque as allegações do Memorial dos christãos-novos são, como vêmos, confirmadas pelo proprio punho dos inquisidores. Para os christãos-novos, por mais sincera que fosse a sua adhesão ao catholicismo, não havia pois em Portugal segurança, e, por maior que fosse tambem o aferro á terra do seu berço, fugiam todos para irem procurar em Flandres asylo favoravel. As queixas dos desgraçados soavam bem alto em Roma, dava-lhes mais força e mais valor o ouro espalhado profusamente. Paulo III, que era a causa primaria d'estes horrores, porque fôra elle quem instituira definitivamente a Inquisição, sentia que pesava sobre elle perante Deus uma tremenda responsabilidade, e, como D. João III tivera a imprudencia de não lhe affogar os remorsos debaixo do pêso das rendas do bispado de Vizeu, o Papa deixava despertar a consciencia, e resolvia attender ás queixas dos conversos. O coadjutor de Bergamo estava já desauctorizado para exercer qualquer influencia em Portugal; foi pois escolhido para substituil-o João Ricci de Montepoliziano, homem energico e mordomo do cardeal Farnese.



EPITAPHIO DA SEPULTURA DE DAMIÃO DE GOES

A este supremo esforço dos christãos novos, auxiliado pela curia, preparou-se a côrte portugueza a fazer uma resistencia tenaz, começando logo por prohibir a entrada do reino ao novo nuncio João Ricci, mandando-lhe dizer a Castella que sabendo-se em Lisboa que elle vinha com tenções de intervir nos negocios da Inquisição, se lhe não consentiria que transpuzesse a fronteira sem se receber do

[1] «de nenhua cousa estou tão espantado como *dar nosso senhor tanta paciencia* em fraqueza humana que visse n os filhos levar seus pais a queimar, e as molheres seus maridos, e huns irmãos aos outros, e que não houvesse pessoa que fallasse nem chorasse, nem fizesse nenhum outro movimento senão despedirem-se huns dos outros com suas bençõe como que se partissem para tornar ao outro dia.» Carta de João de Mello. l. cit. O inquisidor esquecia-se de que anteriormente dissera que duvidava da contricção dos suppliciados. Aqui attribue a sua admiravel constancia á graça divina. A giria devota faz ás vezes cahir ainda os mais habituados em erros de theologia».

A. Herculano, *Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, tom. 3.º, liv. 8.º, pag. 174.

Digitized by Google

Pontifice uma explicação categorica. João Ricci allegou que tal não era, que elle vinha simplesmente substituir na nunciatura o coadjutor de Bergamo, nomeado na Italia para outro cargo ecclesiastico, estando disposto a seguir em tudo os exemplos do seu antecessor. A' vista d'isso, concedeu-se-lhe entrada livre e franca, mas ao mesmo tempo o coadjutor de Bergamo, agora bispo eleito de Verona, mandava affixar em todas as esquinas de Lisboa um breve de Paulo III de 22 de setembro de 1544, em que mandava que ficassem suspensos todos os processos inquisitoriaes até á chegada de Ricci, vindo expressamente para averiguar o que havia de verdadeiro nas queixas dos christãos-novos.

A publicação d'este breve exaltou ao maior ponto a ira de D. João III. Ao passo que tomava as medidas mais severas contra os nuncios, escrevia para Roma, queixando-se amargamente d'esse acto, que tomava como uma desconsideração pessoal, por tal fórma elle se consubstanciára na Inquisição. Um enviado especial, Simão da Veiga, ia encarregado, além d'isso, de negociar occultamente de modo que contrabalançasse o effeito produzido pelo ouro dos christãos-novos, porque n'essa contenda asquerosa, os algozes e as victimas não faziam senão despejar dinheiro nas guellas insaciaveis da Babylonia romana.

«Com os elementos que se preparavam, diz Herculano, para combater a preponderancia que os christãos-novos haviam tornado a adquirir na curia, e com as demonstrações de firmeza que o poder civil dava ao Papa, era difficultoso que o animo d'este e dos seus ministros não vacillasse. A irritação da côrte de Portugal tomava um caracter assaz grave. A prohibição da entrada do novo nuncio, acompanhada da ameaça de fazer sahir de Lisboa o bispo eleito de Verona, era um aresto que não convinha deixar na historia das relações diplomaticas entre as duas côrtes. É certo porém que, apezar de todos os elementos que se haviam colligido para assegurar exito feliz á negociação, Roma entendeu que, deante da altivez com que o assumpto era tractado e da linguagem asperrima da carta dirigida por D. João III ao Pontifice, devia manter, ao menos na apparencia, a propria dignidade, recusando ostensivamente ceder. Como veremos, as negociações eram activamente conduzidas por Simão da Veiga e por Balthazar de Faria; mas, posto que tudo fizesse esperar feliz desenlace, o Pontifice não podia deixar de fazer uma publica manifestação de despeito. A 16

CHRISTOVAM DA COSTA

Digitized by Google

d'este mez Paulo III expediu um breve, em que respondia no tom da dignidade offendida á carta mais que severa do rei de Portugal. Ponderava que as suspeitas calumniosas que, na questão dos Judeus portuguezes e da Inquisição, se lançavam sobre os ministros e officiaes da curia romana podiam ser retorquidas com egual fundamento contra os ministros e officiaes da corôa, porque em toda a parte as funcções publicas acarretavam aos que as exerciam o inconveniente da diffamação. O breve inhibitorio, pelo qual se obstára á execução das sentenças por crimes religiosos até á chegada de Ricci, não podia explicar o procedimento que se tivera com o nuncio, porque esse procedimento fôra anterior ao breve. Este era apenas um acto d'equidade e justiça. As queixas que se faziam em Roma contra a Inquisição de Portugal eram terriveis, e os proprios agentes d'el-rei tinham convindo em que os factos se averiguassem por intervenção do novo nuncio, e se verificasse assim de que lado estava a verdade. As instrucções dadas a Montepoliziano limitavam-se a este exame; mas, depois da partida do nuncio, tinham recrescido novos e mais altos clamores sobre as scenas tremendas que se passavam em Portugal, onde já muitos christãos-novos haviam sido pasto das chammas, e muitos mais no fundo das masmorras esperavam egual supplicio. Entendêra então elle, Pontifice, que as informações de Montepoliziano seriam uma inutilidade quando só lhe restasse procural-as ácerca de homens reduzidos a cinzas. Pôr um dique a taes horrores era não só obrigação sua como supremo pastor, mas era-o até como simples christão. Suspendendo a execução das sentenças, não favorecia a impunidade; porque os réus lá ficavam em poder dos inquisidores. Se fossem culpados, podiam depois ser punidos, se fossem innocentes podiam ser salvos. Qualificando-se de parcial tão justo procedimento, mostrava-se porventura mais desejo d'encobrir os erros dos juizes, do que d'impôr condigno castigo aos culpados.

«A Inquisição era uma delegação da Sé Apostolica e o seu objecto inteiramente espiritual: ninguem portanto podia disputar-lhe a elle o direito d'examinar os actos dos inquisidores e d'escutar as queixas dos perseguidos. Em vez de o injuriar e de offender a Santa Sé na pessoa do nuncio, el-rei devia ter agradecido aquelle arbitrio, se as suas intenções eram sinceras e puras. Evitava-se assim que Deus buscasse algum dia nas mãos d'ambos, rei e Papa, os vestigios do sangue de tantas victimas. A'cerca da questão do bispo de Vizeu, Paulo III não se exprimia menos energicamente, posto que as doctrinas que estabelecia e os factos que citava estivessem longe da solidez dos que invocava a respeito dos christãos-novos. Pondo no esquecimento as phases por que esse negocio passára, o Pontifice recordava-se tão sómente de que el-rei devêra ter restituido a D. Miguel da Silva as rendas e beneficios de que o privára, ou, suppondo-o criminoso, tel-os entregado ao nuncio ou a outro delegado da Santa Sé. Se as provas dos seus crimes lhe tivessem sido presentes, elle Papa não o teria eximido de severo castigo. Se não o fizera, fóra por ignorar quaes eram os seus delictos. Mas, ainda em tal hypothese, era á Sé Apostolica que competia dispôr das rendas ecclesiasticas do prelado portuguez. Terminava deplorando que n'este assumpto el-rei se mostrasse tão differente não só dos antepassados, mas de si proprio, e dava a entender que, se o rei de Portugal não viesse a melhores termos, usaria para com elle de mais heroicos remedios[1].»

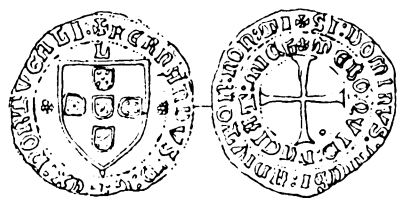
---

[1] «Breve *Attulit ad nos* de 16 de julho de 1545 no

Digitized by Google

Magnificas palavras eram estas, e obrigaram por um momento a côrte portugueza a um silencio cheio de confusão. Não havia que responder a essas allegações terminantes; mas o que torna digna do desprezo da posteridade essa curia infamissima, é que, ao passo que proclamava em voz alta estas doctrinas evangelicas, estava prompta á socapa a entrar com o fanatismo nos mais vergonhosos ajustes. Desmentiu-se a si mesma a troco d'uma larga pensão concedida ao cardeal Farnese, a troco do protectorado de Portugal entregue directamente ao pontifice Paulo III. Morrêra o cardeal Santiquatro, protector de Portugal, cargo que era uma fonte d'optimos proventos para quem advogava os interesses d'uma potencia, que tinha, como a nossa, constantes pretenções em Roma. Outros cardeaes ambicionando a sobrevivencia do cargo, Paulo III não desdenhou acceital-a, promptificando-se para postergar os nobres principios que proclamára no breve *Attulit ad nos*, não tendo nem sequer assim a desculpa da cegueira do fanatismo: porque via claramente e prégava o bem, e ao mesmo tempo practicava o mal!

Comtudo, se eram muito para se desejar as dadivas opulentas de D. João III entendia o Papa que não se devia desprezar o ouro dos christãos-novos. Seguia para esses dois fins uma politica astuciosa, e demorava a conclusão do negocio; e, ao passo que embalava o rei de Portugal com as mais doces esperanças, instruia secretamente o nuncio para que protegesse em Lisboa efficazmente as victimas da Inquisição, revisse os processos, e embaraçasse de todos os modos a marcha do terrivel tribunal. Não podêmos seguir passo a passo estas torpes manobras; o que é certo é que Paulo III concedeu o estabelecimento da Inquisição com todas as liberdades e exempções que para ella el-rei reclamava, mas ao mesmo tempo concedia um perdão geral aos conversos até então accusados. O praso dos dez annos para



Meio tornez, de D. Fernando I

não haver confiscos terminara, pois que se estava em 1546; o Papa prorogou-o por mais um anno. Estas restricções ainda incommodavam o fanatismo d'el-rei e dos inquisidores. Foi contra ellas que se travou a ultima batalha seguida d'uma victoria definitiva para o tribunal do Santo Officio.

E comtudo o perdão concedido pelo Papa tinha tantas restricções que se tornava quasi illusorio, e um breve que o acompanhava e em que Paulo III rogava ao rei de Portugal que concedesse um anno aos christãos-novos para sahirem de Portugal se preferissem isso a sujeitar-se ás investigações da inquisição, não tendo o caracter de preceito, não podia tambem proteger muito efficazmente os conversos. É verdade que, nas instrucções dadas ao nuncio, se lhe recommendava que insistisse tanto no cumprimento d'este breve, como se elle não tivesse a fórma rogatoria, que o Papa lhe déra para mostrar a consideração em que tinha o soberano portuguez.

D. João III respondeu a esse pedido, ordenando que vigorasse por mais tres annos a lei que prohibia aos christãos-novos a sahida do reino. Comtudo, encarregando Balthazar de Faria de fazer revogar em Roma essas incommodas restricções, D. João III mostrou-se ao mesmo tempo disposto a affrouxar um

---

Codex Diplomatico vol. 3.º (Symmict, 45) p. 563, vertido em vulgar na collecção do sr. Moreira, *Quad.* 3.º *in fine.*º Herculano, *Da Origem*, etc., vol. 3.º, l. 9, pag. 208.

Digitized by Google

pouco a sua inflexibilidade, e a conceder aos christãos-novos mais algumas garantias de justiça nas fórmulas do processo inquisitorial.

O que movia D. João III a estas concessões era o receio que tinha de que, apezar da renovação da lei citada, a má fiscalização das fronteiras e dos portos de mar não lhe permittisse obstar completamente a que os conversos se evadissem do reino. Ao mesmo tempo o que impellia a côrte de Roma a insistir em que lhes fosse concedida a sahida livre, era o desejo que tinha de que fossem para lá os Hebreus opulentar o territorio pontificio, motivo egual ao que induzia Carlos V a favorecer o fanatismo de seu cunhado, porque assim ia augmentando sempre, com a expatriação dos Hebreus portuguezes, a prosperidade dos seus Estados de Flandres.

Mas a hesitação de D. João III ia fazendo mal á sua causa predilecta. Percebendo-a, Roma entendeu que podia prolongar a lucta, e continuar a colher d'essa prolongação as vantagens que por tantos annos auferira. Quem derrubou estes ultimos reductos foi o bispo do Porto, D. Fr. Balthazar Limpo, que então se achava na Italia, assistindo ao concilio de Trento que se transferira para Bolonha. A violencia do seu caracter, a impetuosidade da sua rude e selvagem eloquencia, a austeridade dos seus costumes, tinham lhe dado uma certa influencia no concilio, influencia que fazia d'elle uma verdadeira potencia em presença do Papa. Falando vigorosamente na desmoralização da Egreja, e não cessando de pugnar a favor do estabelecimento da Inquisição sem restricções, lembrando ao mesmo tempo que o negocio das rendas do bispo de Vizeu, ainda pendente, não se resolveria decerto d'um modo satisfactorio para o Papa, se a concessão do Santo-Officio não se fizesse como el-rei queria, D. Fr. Balthazar Limpo ganhou uma victoria decisiva.

A Inquisição foi definitivamente estabelecida pela bulla de 16 de julho de 1547; o preço d'esse ignominioso trafico recebeu-o o neto do Papa, porque lhe foram entregues emfim as rendas do bispado de Vizeu, e emquanto as victimas d'esta negociação, os christãos-novos, e o cardeal D. Miguel da Silva, cahiam, aquelles, sem esperança d'allivio, nas garras dos inquisidores, este, na miseria mais profunda e, o que é ainda peior, na mais desprezivel abjecção, os triumphadores regalavam-se com a victoria, D. João III banhando os pés em torrentes de sangue humano, Paulo III dourando os seus ultimos dias com os vís esplendores das torrentes d'ouro, que tinham sido o preço d'um dos mercados mais infames que se encontram na historia da humanidade.

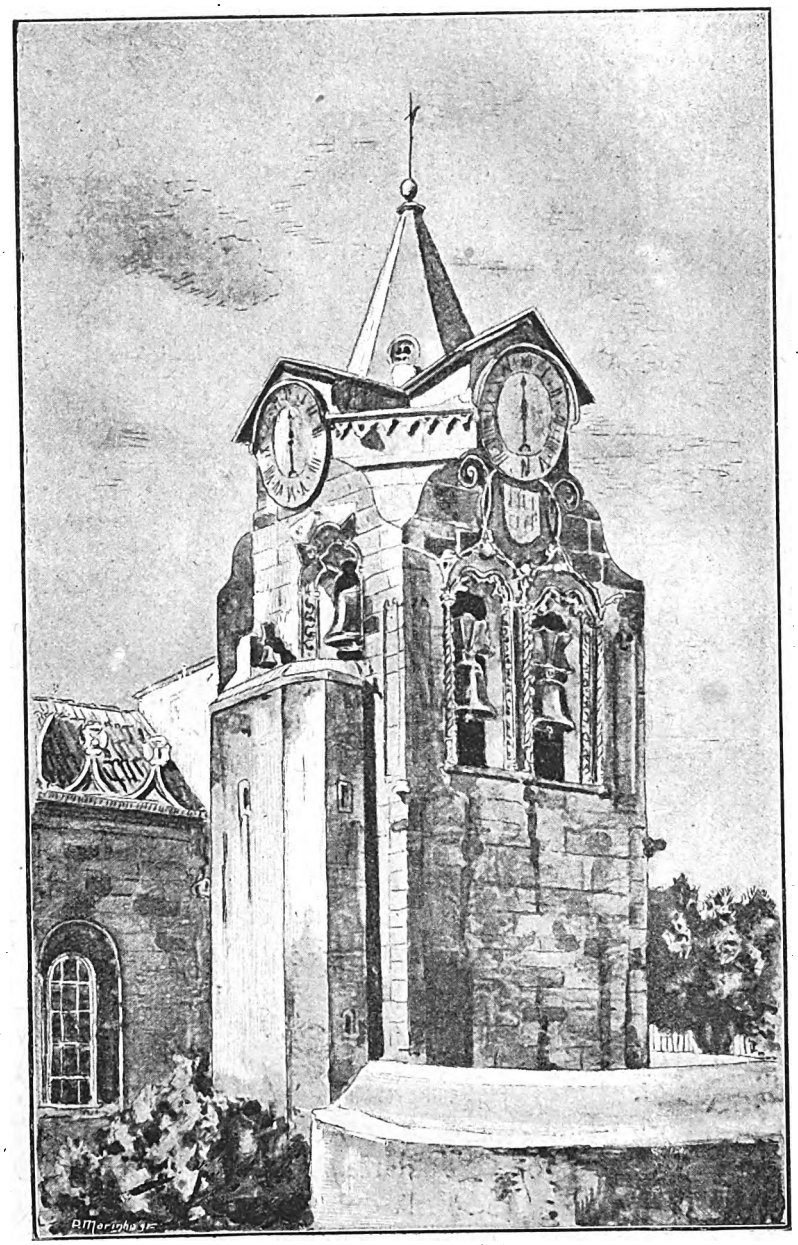
«Tal foi o desfecho, diz Herculano, terminando o seu livro, d'essa lucta de mais de vinte annos, cujas phases e peripecias nos propozemos narrar. Como já n'outro logar dissemos, as familias hebréas, que não poderam esquivar-se a uma situação intoleravel fugindo de Portugal, ainda, na successão dos tempos, mais d'uma vez ergueram as mãos supplicantes para o Supremo Pastor, e fizeram rolar o ouro nos covís da corrupção romana; ainda mais d'uma vez souberam despertar ou comprar a compaixão e o favor da côrte papal; mas os resultados estavam longe de corresponder aos esforços e aos sacrificios. Podia por esse meio salvar-se algum raro individuo, ou retardar-se por mais alguns mezes a torrente impetuosa da intolerancia; mas o edificio da Inquisição ficava cada vez mais solido, e o terror e o silencio que ella fazia em redor de si tornava-se cada vez mais profundo.

«Depois de 1548, posto que ás vezes parecesse renovar-se a lucta, esta não

Digitized by Google

existia realmente. Era apenas, como já observamos, o estrebuchar, mais ou menos agitado, das victimas. A seguinte narrativa póde dar-nos uma idéa da negra historia do tribunal da fé em 1561, depois da sua constituição definitiva.

«Tinham passado doze annos, e era nuncio em Portugal Prospero Santa Croce, bispo de Chisamo. D. João III morrêra, e regia o paiz, na menor-edade de D. Sebastião, a rainha D. Catharina. O infante D. Henrique continuava a presidir ao tremendo tribunal. Não era demasiado o affecto entre a rainha e o cunhado; mas, quanto ás idéas da intolerancia, estavam accordes: pertenciam ambos á sua época. A côrte de Roma achava-se na melhor harmonia com a de Lisboa, e o nuncio recebêra instrucções para se amoldar em tudo aos intuitos do inquisidor-geral. Os christãos-novos, que não tinham logrado sair do paiz, mal podiam esperar favor efficaz da curia, não só por causa d'aquelle bom accordo, mas tambem porque a emigração occulta havia naturalmente levado para longes terras muitos dos mais opulentos e ousados. O excesso porém do padecer arranca, ás vezes, ainda aos mais insoffridos, queixumes inuteis. A gente da nação, cujos males subiam de ponto, ergueu ainda uma vez os seus clamores até o solio pontificio, occupado então pelo duro Pio IV. Apontavam na supplica as principaes tyrannias que supportavam: prendiam-n'os sem indicios sufficientes, retinham-n'os nos carceres annos e annos sem processo, e continuavam a queimal-os sem piedade, apezar de expirarem nas fogueiras como verdadeiros christãos, invocando o nome de Jesus.



TORRE DA EGREJA DAS CALDAS DA RAINHA

Digitized by Google

Ordenou-se então ao bispo de Chisamo que verificasse até que ponto existiam aquelles aggravos. Respondeu que effectivamente os christãos-novos eram não só prêsos, mas tambem postos a tormentos sem sufficientes indicios. Tinha-se distinguido n'este genero de violencias um homem d'alta reputação litteraria, o célebre Oleastro ou fr. Jeronymo d'Azambuja[1], o qual, como inquisidor, disputára a palma da crueldade a João de Mello. Os seus excessos haviam sido taes que o infante fôra obrigado a substituil-o. O proprio D. Henrique confessou ao nuncio que Oleastro ultrapassára todas as métas da moderação. Não era menos exacto o que allegavam ácerca do barbaro systema de se deixarem apodrecer nas masmorras, esquecidos até para o tracto e para o supplicio, grande numero de individuos. Partiam os inquisidores da idéa de que todos os que se prendiam não eram christãos senão no nome; e que por isso pouco importava impôr-lhes a pena de longo e triste captiveiro, ainda antes de se lhes provar o crime de heresia. Finalmente, o bispo de Chisamo concordava em que muitos dos queimados, como Judeus convictos, morriam abraçados com a cruz, dando todas as demonstrações de sincero christianismo; mas observava que, apezar d'isso, era indispensavel continuar a queimar os réus sentenciados; porque, se demonstrações taes podessem salval-os n'essa hora tremenda, recorriam áquelle expediente todos os verdadeiros herejes e nenhum seria punido[2]. A opinião do bispo de Chisamo era que se não tocasse n'este assumpto, ou, quando muito, que se indicasse de algum modo suave ao cardeal inquisidor e ao poder civil que não seria talvez conveniente levar aquelles desgraçados até o gráu de desesperação, tendo, aliás, provado os rigores presentes e passados que a crueldade não subministrava meios demasiado efficazes de conversão[1].

«Taes eram os factos mais importantes que o nuncio verificára; tal era a apreciação insuspeita que d'elles fazia; taes as idéas da justiça d'aquella época. N'esses tres factos capitaes, manifestação completa das tendencias e do espi-

---

[1] «Oleastro, depois de ter voltado do concilio de Trento, foi nomeado inquisidor de Evora em 1562, e transferido para a Inquisição de Lisboa em 1555. Sousa. De Orig. Inquisit., pag. 20 e 24.»

[2] Ao lado da prosa de Alexandre Herculano pode-se collocar affoitamente a prosa de Emilio Castelar, um dos mais brilhantes estylistas da Europa moderna, e decerto o mais vigoroso orador e escriptor da Hespanha. Nas suas cartas ao bispo de Tarragona ha um paragrapho admiravel que é a melhor resposta que se poderia adduzir contra esse incrivel argumento da intolerancia, allegado pelo bispo de Chisamo, e citado por Herculano. Eis o paragrapho a que alludimos:

«Christo, senhor, diz Emilio Castelar ao bispo a quem se dirige, prégou a tolerancia. Como era homem do povo, o homem simples da natureza, o ingenuo filho de Deus explicava estas verdades em parabolas. Assim o escutavam extaticos desde os jovens até ás mulheres, todo o mundo, como se ouve o ruido de um pequeno arroio, ou o cantico de uma ave. O céu, dizia, é similhante a um homem que semeou bom trigo em seu campo. Mas, emquanto os jornaleiros dormiam, chegou um malevolo, semeou sisania entre o trigo e abalou. Cresceu o trigo e a sisania tambem. E os servos do senhor d'aquelle campo disseram: «Senhor, não semeastes vós boa semente? como nasce sisania?» E lhes respondeu: «Semeou-a um inimigo meu.»—«Quereis que a arranquêmos?»—«Não, em verdade, respondeu ainda, não aconteça que, ao arrancar a sisania, arranqueis tambem o trigo» Vêde, senhor, explicada aqui singelamente a tolerancia na terra. No dia da colheita, quer dizer, no dia da morte, então julgará Deus os bons e os maus, então separará o segador do trigo a sisania. Portanto, senhor, se vos incitarem a pedir perseguições e castigos, respondei o que respondeu Christo, quando seus dois discipulos, João e Santiago, lhe pediram que chovesse fogo do céu sobre Samaria, porque não lhes havia querido dar poisada, ao passarem fatigados os tres para Jerusalem: «Não conheceis, dizia Christo, o espirito que vos anima. O filho do homem não veiu perder almas, mas salval-as.» D. Emilio Castelar, *Cartas a um bispo, traducção de Henrique J. d'Andrade*.—Carta 6.ª, pag. 81 (Elvas, 1869).

Ah! os fautores e advogados da Inquisição tinham forçosamente de fechar a sete chaves o Evangelho, e de cuspir a blasphemia nas faces do Christo para pregarem as suas hediondas doutrinas!

[1] «Negoziato di Monsignore Prospero Santa-Croce, Vescovo di Chisamo in Spagna et in Portogallo: Lettera al cardinale Borromeo 23 maggio 1561: Collecção geral de Doc. de Roma, vol. 2, fol. 372, na Biblioth da Ajuda.»

Digitized by Google

rito da mais atroz, da mais anti-christã instituição que a maldade humana poude inventar, se resume a historia da Inquisição portugueza, nas capturas arbitrarias, nos longos captiveiros sem processo, nas fogueiras devorando promiscuamente o Christão e o Judeu por honra da Inquisição e gloria de Deus. Eis o que se fizera antes de 1547; eis o que se fazia depois. Os escandalos especiaes n'um ou n'outro caso, as espoliações, as falsificações, as mentiras impudentes, os attentados contra os bons costumes, as hypocrisias insignes, as barbaridades occultas, as hecatombes publicas de victimas humanas não podiam ser diversos. O que, á vista dos documentos relativos a tempos posteriores, se poderia escrever ácerca do tribunal da fé, não passaria da reproducção das scenas repugnantes que delineámos, e cuja continuação não interrompida o indisputavel testemunho do bispo de Chisamo nos attesta. Repetir isso tudo poderia ser um pasto para a curiosidade; não já um estudo para o entendimento. As phases da lucta entre os fautores da Inquisição e as suas victimas n'aquelles primeiros vinte annos, as peripecias d'essa lucta, o espectaculo da gangrena moral que tinha invadido a Egreja e o Estado eis o que encerra proficuas licções para o presente e para o futuro. Coordenar e expôr essas graves licções foi o intuito d'este livro: crêmos ter satisfeito ao nosso proposito. Forcejámos para que fossem mais os documentos do que nós quem falasse; tambem crêmos tel-o obtido. Nas ponderações que o assumpto exigia, ou para clareza da narrativa, ou para concatenação dos successos, buscámos ser justos com os oppressores e não nos deixarmos prevenir pelo dó dos opprimidos. Precavia-nos contra as fraquezas da compaixão a baixeza dos ultimos na desgraça: a extrema hediondez moral dos primeiros temperavanos pelo asco quaesquer demasias de odio.

Tornez de D. Fernando I

«Na verdade, uma ou outra vez, o espectaculo da suprema depravação humana, impondo silencio á voz tranquilla da razão historica, impelliu-nos a traduzir n'um brado d'indignação as repugnancias irreflexivas da consciencia irritada.

«Mas este senão, se é senão, nunca poderá evital-o inteiramente o historiador que conservar os sentimentos de homem e tiver de estudar, á luz dos documentos, infinitamente mais sinceros que os analystas, um ou diversos periodos da historia do seculo XVI, d'aquelle seculo corrupto e feroz, de que ainda hoje o absolutismo, ignorante do seu proprio passado, ousa gloriar-se, e que, tendo por inscripção no seu ádito o nome obsceno do papa Alexandre VI, e por epitaphio em seu termo o nome horrivel do castelhano Philippe II, o rei filicida, póde, em Portugal, tomar tambem para padrão, que lhe assignale metade do curso, o nome d'um fanatico, ruim de condição e inepto, chamado D. João III[1].

[1] A. Herculano. *Origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, t. 3.º, l. 10.º, pag. 327.

Digitized by Google

CAPITULO LVI

A lenda do falso nuncio.—Chegada dos Jesuitas a Portugal.—Influencia que obteem na corte de D. João III

Já vimos, guiados por Herculano, como se estabeleceu na nossa patria o odioso tribunal, que, deshonrando a religião, e estancando as forças vivas do paiz, não foi decerto das menos poderosas causas da nossa decadencia. O illustre escriptor, que tão preciosos serviços tem prestado á nossa historia, derramou luz bem triste mas completa n'essa época de tanta gloria e de tantas vergonhas. Deante da investigação severa de Herculano fugiu a absurda lenda do falso nuncio, que ia adquirindo fóros de historica, e que parecia tender a tirar de cima dos hombros de D. João III e do Pontifice a terrivel responsabilidade da fundação da Inquisição. Não deixaremos comtudo de a narrar, como especimen do modo por que se escreveu muitas vezes a historia de Portugal.

Ferdinand Denis relata-a, mas o seu bom senso indica-lhe que uma tal historia não póde senão ser absurda, e, sem poder referir a verdade, porque a não conheceu tal como A. Herculano a deduziu do estudo accurado dos documentos, regeita comtudo a versão dos antigos escriptores.

Eis como elle se exprime:

«Vejâmos agora a especie de lenda que tem curso nos livros mais serios ácerca do estabelecimento do Santo-Officio em Portugal. Ainda aqui será um manuscripto pouquissimo conhecido da bibliotheca régia que nos dará os factos, cujo summario simplesmente apresentamos.

«O impostor de que se tracta era filho d'um capitão hespanhol chamado Juan Perez de Sahavedra ou Saavedra, e seu tio desempenhára o honroso cargo de membro da casa dos Vinte e Quatro de Jaen e Cordova. Depois da morte de seu pae, veiu a Valladolid, onde se tornou d'uma habilidade prodigiosa na arte da calligraphia. Segundo a narrativa inedita que nos deixou, a primeira assignatura falsa por elle fabricada foi destinada a fazer uma boa acção. Em breve todavia imitou a assignatura de muitos grandes personagens, sem exceptuar o imperador, e executou um grande numero de ladroeiras. O encontro fortuito d'um Theatino fez nascer n'elle a idéa audaciosa d'estabelecer o Santo-Officio em Portugal; instruiu-se minuciosamente com esse religioso de todas as formalidades impostas pela côrte de Roma para a creação d'esse tribunal, e imitou então uma bulla de Paulo III, sem que nada lhe faltasse: sello e bocetas officiaes, tudo foi gravado em Tavira. Hernando de Saavedra lembrou-se então d'um estratagema inaudito: foi ter com um provincial de Franciscanos, residente em Ayamonte, muito longe da capital do Algarve, pois que o seu convento estava situado nas fronteiras de Castella, e annunciou ao bom padre que elle, pobre homem sem lettras, achára na estrada real uma bulla que lhe trazia; accrescentou que era muito possivel que pertencesse a um dignitario da Egreja que encontrára na vespera, e que, para bem das cousas da Egreja, ainda que isso tivesse de lhe custar uma grossa quantia,

Digitized by Google

D. MANUEL ACOMPANHANDO EM PROCISSÃO, PARA A EGREJA DE S. DOMINGOS, DUARTE PACHECO

Digitized by Google

estava decidido a levar esses diversos objectos, se tinham real importancia, ao prelado que os perdêra. Em poucos instantes obtivéra-se o effeito desejado; lia o provincial com enthusiasmo a falsa bulla d'instituição, e alguns dias depois Saavedra percorria as cidades fronteiras, como legado *á latere*. Ainda isto não é tudo, depois de ter furtado uma enorme quantia ao intendente do marquez de Tarifa, dirigiu-se a Llerena onde a Inquisição tinha uma casa; foi visitar esse edificio, e o nosso manuscripto hespanhol accrescenta que levou comsigo tres inquisidores residindo ainda n'essa época em Portugal; nomeia-os, e eram o licenciado Pedro, Alvares de Bezerra, e o licenciado Cardenas.

«Foi de Badajoz que o insigne impostor enviou as suas cartas apostolicas ao rei que, «por extraordinario com isso se escandalizou.» João III resistiu, pediu um prazo que lhe foi concedido; o falso nuncio chegou ás palavras vehementes; mas, depois, o monarcha, intimidado pela sua attitude, permittiu-lhe a entrada d'Elvas, prevenindo-o, todavia, de que folgaria bastante de o receber em pessoa, e no logar da sua residencia. Saavera ficou tres mezes na côrte, e empregou outros tres mezes a percorrer o reino, impondo castigos aos christãos-novos, castigando com o fogo aquelles que oppunham resistencia. Só, no fim d'esse tempo, se teve noticia vaga da sua fraude, foi preso, mettido n'uma liteira e conduzido debaixo de uma forte escolta ás fronteiras; alli entregaram-n'o nas mãos do marquez de Villa-Nueva, fez-se-lhe processo, e foi condemnado ás galés, onde esteve dezoito annos.

«Repetimos que estamos muito longe, accrescenta Ferdinand Denis, de querer dar a esta anecdota o gráu d'importancia que diversos auctores lhe attribuiram. Comtudo faremos notar que se acha aqui entre documentos authenticos do seculo XVI, roubados, por assim dizermos, aos archivos da Inquisição, e que a nossa narrativa encerra circumstancias ignoradas de Luiz Paramo[1], que foi o primeiro que fez, até certo ponto, digna de credito a historia de Saavedra. Ainda que não fosse senão como *curiosidade historica*, era importante lembrar a historia do supposto fundador da Inquisição em Portugal, tanto mais que o audacioso charlatanismo d'um habil impostor era muito possivel que se houvesse misturado, durante o seculo XVI, com as perseguições intentadas contra os Mouriscos e os Judeus[2].»

A narrativa de Herculano, narrativa que resumimos o mais substanciosamente que nos foi possivel, dispensa-nos de combatermos as hesitações do escriptor francez n'este caso da lenda do falso nuncio.

Aproveitando tão largamente os subsidios fornecidos pelo eminente historiador, não foi só intenção nossa ornarmos as nossas paginas com os inexcediveis primores do estylo de Herculano; mas a historia do estabelecimento da Inquisição liga-se tão intimamente com a historia social do reino durante esse nefasto governo; no quadro traçado pelo grande escriptor avultam com tão vivas cores as physionomias do rei, dos ministros, dos personagens influentes então, que, ao passo que narravamos um acontecimento importante dos nossos fastos,

---

[1] «Este auctor, que escreveu um volume ácerca da origem da Inquisição, chama a este Hernando de Saavedra Pedro e fal-o nascer em Cordova. Um volume, publicado em Lisboa em 1821, e com o titulo *d'Historia completa das Inquisições d'Italia, Hespanha e Portugal*, faz representar esse papel a um frade; outros, exaggerando ainda, attribuem-n'o a um judeu. A historia d'este personagem foi tambem publicada em hespanhol com este titulo: Saavedra (Alonso Peres) *Vida del falso nuncio de Portugal, escripta por el mismo.* (1788).»

[2] «O que parece impossivel é que muito depois da publicação da obra de Herculano, Paulo Féval n'um livro pseudo-historico, intitulado os *Tribunaes Secretos*, dê esta historieta como a historia authentica da introducção do Santo-Officio em Portugal.

Digitized by Google

desenrolavamos tambem o panorama da decadencia de Portugal, e apresentavamos bem vivas aos olhos dos leitores as causas que iam conduzindo o paiz, do apogeu do poderio, da gloria e da riqueza, á humilhação que havia de ter por desenlace fatal o desastre d'Alcacer-Kibir.

Depois, mostrando quaes foram os vilissimos motivos que presidiram á fundação do Santo-Officio, pintando em toda a sua hediondez os excessos, os crimes d'essa instituição odiosa, logo no primeiro periodo da sua existencia, bem claramente revelámos que sinistra influencia não deveria exercer na nossa vida de nação esse parasita sanguinario, que, durante dois seculos, não cessou de sugar o sangue e as riquezas da parte mais intelligente da população portugueza.

A permanencia da Inquisição foi um desastre economico, uma iniquidade sem nome, e um obstaculo invencivel ao progresso do espirito humano em Portugal.

Ao mesmo tempo que a Inquisição entrava em Portugal, entrava tambem a companhia de Jesus.

Eram duas instituições inimigas, e, comtudo, ambas haviam de contribuir efficazmente para a nossa ruina.

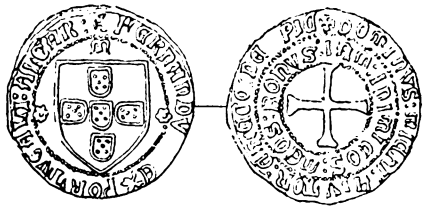
A Inquisição combatia a intelligencia em toda a parte onde a encontrava: a Companhia de Jesus aproveitava-a pelo contrario, para servir aos seus intentos secretos d'egoista ambição.

A Inquisição, combatendo a luz, os Jesuitas, monopolizando-a, produziam, afinal, um resultado unico: fabricavam trévas.

E n'essas trévas nos debatemos por espaço de dois seculos e meio.

A Companhia de Jesus tivéra por fundador um homem realmente notavel, Santo Ignacio do Loyola.

Asceta e diplomata, ambicioso mas d'uma ambição bastante elevada para desprezar as frivolas grandezas da sociedade, e bastante férvida para não recuar deante de meio algum de a satisfazer, concebêra esse grande homem o projecto de fortalecer o catholicismo, assegurando-lhe outra vez o imperio so-



Tornez, de D. Fernando I

bre as almas, senão convencendo-as e fascinando-as, pelo menos subjugando-as e vencendo-as. O domador de féras, que acaricia o tigre infantil, quando este sente crescer com os annos a ferocidade, impõe-lhe respeito assentando-lhe no lombo a vara esbraseada. O espirito humano, emquanto estivéra envolto nas faixas da infancia, deixára-se guiar cégamente pelo catholicismo; mas no seculo XVI, sentindo-se robusto, procurára emancipar-se. Ignacio de Loyola acceitou a lucta, curvou-o sob o joelho, e reprimiu-o com o ferro em brasa. A Companhia de Jesus, phalange disciplinada rigorosamente por Loyola, tinha por missão actuar sobre o espirito humano, tomando-lhe em tudo a frente, e dirigindo-o depois pelo caminho que devia conduzir essa energica sociedade ao predominio absoluto. Julgando vêr na milicia de Santo Ignacio novos e utilissimos alliados da sua causa, os pontifices e os reis accolheram-n'a de braços abertos. Não foi o nosso D. João III o ultimo a recebel-a. Entre os primeiros que haviam sido fascinados pela palavra de fogo do antigo cavalleiro hespanhol, entre os ferventes sectarios, que, reunidos em Paris na collina de Montmartre em torno do mestre, haviam feito voto solemne de irem á Terra Santa, ou de se pôrem á disposição do Papa, havia um Portu-

Digitized by Google

guez, Simão Rodrigues d'Azevedo. Foi esse o destinado pelo patriarcha da nova religião a ir plantar no extremo occidental da Europa uma vergontea da grande arvore, cujas raizes estavam em Roma, porém cujos ramos, viçosos e flexiveis, haviam de cingir o mundo inteiro no seu vasto e possante abraço.

Tinha grande importancia a missão de Rodrigues de Azevedo, porque Portugal estava sendo a porta do Oriente, e, no seu ardor de missionarios, era esse mundo novo para o Christianismo o que elles mais desejariam conquistar. Por isso Ignacio de Loyola enviou a Simão Rodrigues d'Azevedo, para o auxiliar na ardua tarefa que emprehendia, o espirito mais elevado, mais santo, mais nobre, mais puro de todos quantos elle inflammára com o ardor da sua eloquencia e do seu genio. Era esse o grande apostolo das Indias, o homem que ainda hoje é venerado nas terras orientaes, S. Francisco Xavier.

D. João III accolheu a Companhia de Jesus com o enthusiasmo que lhe inspiravam todas as instituições devotas. Em 1540 foi a Companhia approvada pelo papa Paulo III, e logo no dia 30 de maio d'esse anno entravam em Portugal os primeiros Jesuitas.

D'ahi a pouco estavam senhores do ensino, dominavam o pulpito, imperavam, como confessores, na consciencia dos principes, e, ardentes missionarios, exerciam indisputada preponderancia nas nossas colonias e conquistas.

Comtudo a Companhia não deixou de encontrar aqui em Portugal, como em toda a Europa, tenazes oppositores, que, prevendo a sua ambição e a preponderancia que havia de adquirir, procuravam, mas debalde, acautellar o reino contra os perigos do espirito invasor da nova sociedade.

Ouçâmos o que a esse respeito escreve Rebello da Silva:

«Antes de exercer tão grande ascendente sobre a nossa côrte, a Companhia, no reinado de D. João III, tinha sido contrariada por adversarios, que a inquietavam, ameaçando-a de ruina immediata.

«Quando no anno de 1540, em Almeirim, se discutiu em conselho se deviam partir, ou não, para a India, como missionarios, os quatro Jesuitas, que então frequentavam o paço, D. Henrique, servindo-se das expressões benevolas com que a sua dissimulação de ordinario encobria a má vontade, decidiu-se pela prompta sahida dos padres, invocando a caridade christã para que se accudisse á parte mais fraca e á necessidade mais evidente, e ajuntando que no reino havia muitas ordens religiosas e infinitos pregadores, e que os gentios careciam de quem os ensinasse. O inquisidor-geral concluiu que deixasse el-rei ir os socios para onde o Espirito Santo os chamava com tão vehemente inspiração; e já que os trouxéra de Italia para tão gloriosas emprezas, que não resistisse a Deus negando o pão da doutrina aos pobres, e retendo em Portugal estes ministros da palavra, especialmente quando o intento do monarcha era querer antes o Oriente convertido do que conquistado[1].

«Este discurso, em que se retratava o animo do inquisidor-geral, alludia ao pensamento que D. João III communicára a D. Pedro Mascarenhas, amigo intimo de Santo Ignacio e grande devoto da Companhia, o qual acabava de se recolher da embaixada de Roma.

«A idéa de admittir nos seus Estados a sociedade, ainda que lhe custasse muito de suas rendas, tinha-se apoderado do espirito do rei, que, no seu ardor de combater as heresias e dilatar a fé, via

[1] Balthazar Telles, *Chronica da Companhia de Jesus na provincia de Portugal*, liv. I, cap. X, pag. 49. n.º 8.

Digitized by Google

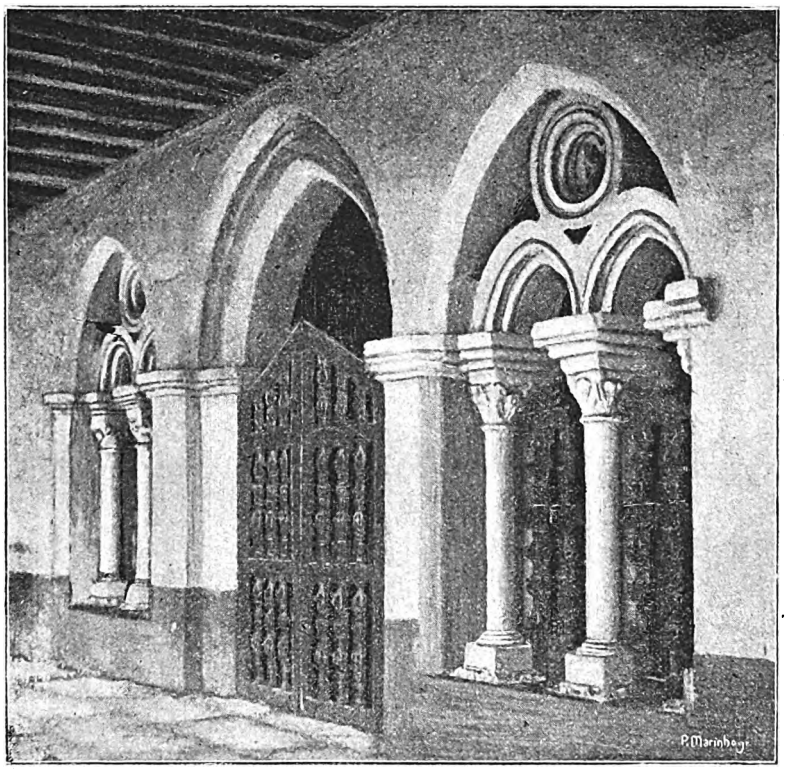
nos Jesuitas, exteriormente austeros, soffredores e enthusiastas, homens segundo o seu coração, e instrumentos habeis e adequados para a execução dos seus designios contra os que não professavam a fé catholica[1].

«A rainha D. Catharina d'Austria mostrava-se animada de eguaes sentimentos a favor dos discipulos de Ignacio de Loyla, mas é de crêr que em segredo os não presasse tanto como ostentava em publico, sobretudo emquanto não ouviu as vehementes exhortações do duque de Gandia, Francisco de Borja.

«Mas os novos religiosos, que as antigas ordens olhavam com emulação e vigiavam com desconfiança, tinham na côrte protectores valiosos e decididos.

«O infante D. Luiz admirava-os sinceramente, e não cessava de os applaudir e abraçar, não só como dignos imitadores dos apostolos, mas como vivos exemplos de abnegação, de pobreza, e de todos os sacrificios, citando os mais illustres que se haviam soltado do mundo, e das maiores esperanças e grandezas d'elle para buscarem só a Deus, e confundirem a soberba e o orgulho do seculo com o espectaculo da sua penitencia e humildade[2].

«No conselho de Almeirim, este principe tão illustrado, e que foi o filho mais similhante a D. Manuel nas qualidades de intelligencia, não hesitou em defender a causa da Companhia, como propria, queixando-se de que os rigores e as suspeitas do cardeal seu irmão, nos levassem a ficar o reino privado de tão poderosos meios de salvação, como eram os padres, tendo-os em casa, para irmos soccorrer a quem menos estimação faria d'elles, enviando-os aos orientaes conquistados.



CAPELLA DO CLAUSTRO DE S. FRANCISCO DE GUIMARÃES

«D'este parecer eram tambem o conde de Castanheira, D. Antonio d'Athayde, os fidalgos da familia de Mascarenhas, tão extensa e ramificada e tão bem vista do soberano, e o proprio neto de D. João II, D. João de Lencastre, duque de Aveiro.

«Por fim prevaleceu, conforme devia esperar-se, a opinião de que os padres permanecessem em Portugal, que era aquella a que D. João III se inclinava, dizendo que ao deante proveria ácerca da India quando fosse tempo[1].

[1] Balthazar Telles, *Chronica da Companhia de Jesus na provincia de Portugal*, t. 1.º, cap. X, pag. 47, n.º 5.

[2] Ibid., pag. 49, n.º 9.

[1] Balthazar Telles. *Chronica da Companhia de Jesus na provincia de Portugal*, Liv. 1, cap. X e XI.

Digitized by Google

«Mas D. Pedro Mascarenhas, que parece ter sido o agente particular de Santo Ignacio, em algumas das confidencias mais secretas, mudou a resolução do rei, convencendo-o com uma carta de Loyola. Depois d'ella mandou-se o mestre Francisco Xavier ao Oriente, e conservou-se em Portugal o padre Simão Rodrigues para a fundação de um seminario. Assim terminou este assumpto, que tomou quasi as proporções de uma questão de Estado, o que usualmente acontecia em todos os negocios fradescos, em que D. João III intendia pessoalmente, desenvolvendo sempre ardente zelo, e firmando vontades proprias com grande deliberação.

«Seguiu-se em 1541 a doação real á Companhia do mosteiro de Carquere, situado junto ao rio Douro, a tres leguas de Lamego, e a creação do collegio de Lisboa no mosteiro de Santo Antão-o-Velho, e desde logo começou a crescer o instituto em rendas e valimento, bafejado pela boa sombra de affeição do soberano e dos ministros.

«Entretanto apezar de todos os favores do monarcha, o cardeal D. Henrique não desistiu do mau animo que tinha denunciado contra a sociedade; antes dava d'elle em 1544 novas provas[1].

«Os Jesuitas, desde a origem, contavam inimigos e adversarios em toda a Europa, e excitavam contra si as suspeitas de alguns varões virtuosos, homens de grande doutrina e avisado juizo, que apercebiam no futuro, por baixo das ostentações de rude austeridade, e de humildade affectada no principio, a ambição inquieta e dominadora, que de feito dentro de poucos annos se tornou a feição proeminente da sociedade.

«Em 1545 Melchior Cano, bispo das Canarias, e um dos theologos mais sabios do seu seculo, prophetisava que a nova religião causaria á Egreja grandes males, e comparava os filhos de Santo Ignacio aos percursores do Anti-Christo, sustentando que era d'elles que tinha falado S. Paulo no capitulo 3.º da epistola a Timotheo.

«Na carta ao confessor de Carlos V, o douto prelado escrevia em 1548 que, se porventura deixassem caminhar os padres da Companhia com os mesmos passos rapidos, permittisse Deus que não chegassem a tempo em que os reis, querendo resistir-lhes, já não podessem[1].

«D. João Martins Siliceo, arcebispo de Toledo e depois cardeal, prohibiu em 1552 o confissionario aos padres de Jesus, na sua diocese, e publicava sentença de excommunhão contra os que se confessassem com elles, ordenando aos parochos e prelados das ordens religiosas que os não consentissem a prégar e a dizer missa nas suas egrejas.

«Eustachio du Bellay, bispo de Paris, na censura feita por obediencia ao Parlamento em 1554 sobre o instituto e as bullas dos Jesuitas, accusa-os de usurparem os direitos espirituaes dos bispos e até do Papa, e os das universidades, de serem perturbadores da paz da Egreja e de terem nascido mais para destruir do que para edificar[2].

«Os erros e abusos que precipitaram a Companhia no seculo XVIII principiaram logo a apparecer no seculo XVI.

«Francisco de Borja, seu terceiro geral, não se illudia em 1560, quando vaticinava na carta do mez de abril aos seus padres que viria tempo em que a sociedade, toda occupada no estudo das sciencias humanas, esquecesse o exercicio das virtudes. A ambição ha de do-

[1] Balthazar Telles, *Chronica da Companhia de Jesus na provincia de Portugal*. L. I, cap. XXXIV.

[1] «Orlandini, *Historia da Companhia de Jesus*, liv. VIII, n.º 45 e 46. Carta de Melchior Cano ao padre Regla, confessor de Carlos V, 1548.

[2] Eustachio du Bellay. Censura sobre a instituição, e as bullas da fundação da Companhia de Jesus Anno de 1554.

Digitized by Google

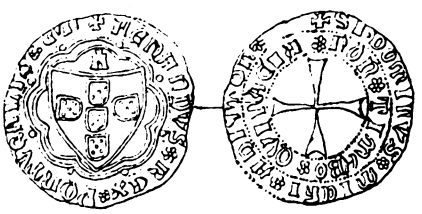
minal-a, exclamava o duque de Gandia, e o orgulho a irá arrastando á redea solta; depois ninguem a poderá reprimir. Se os olhos de nossos irmãos, accrescenta, se voltarem para as riquezas e para as grandes allianças, se fizerem demaziado caso das conveniencias mundanas, ver-se-hão na abundancia dos bens terrestres, mas ficarão privados de todas as virtudes solidas[1].

«As queixas, que por vezes subiram em outras monarchias aos ouvidos dos principes, demorando ou atalhando os progressos da companhia, em Portugal e na universidade de Coimbra sobretudo acharam seculares e religiosos sisudos que as repetiram, estranhando a facilidade com que o rei abria as portas do reino e das aulas a homens novos de quem se desconfiava muito e que pouco se conheciam ainda.

«Os lentes mais respeitados perguntavam alvoroçados porque haviam de attrahir estes estrangeiros sem lettras, por meio de invenções e biocos, a flor dos estudantes, despovoando os Estudos da gente nobre e escolhida em que a Universidade trazia os olhos e o reino as esperanças?

«Depois observavam que os padres convertiam ainda os mais inquietos e turbulentos apenas tractavam com elles, tornando-os logo brandos, modestos, alheios do mundo e como alienados dos sentidos, e attribuiam estas repentinas mudanças a embustes ou a algum modo d'*alumbramento*, concluindo que todas estas alterações eram effeitos de certas meditações a que os *franchinotes*[2] chamavam exercicios, e a que se entregavam com as portas e janellas fechadas no meio de extasis e de visões e de grandes arrebatamentos[3].

«Os mais severos notavam por fim que d'esta maneira era possivel que os padres formassem alguns *alumbrados*, como se dizia então, e que estes vivessem na tréva da ignorancia para, com a mascara de beatos fingidos, propagarem verdadeiras heresias, ajuntando que, sob



Tornez, de D. Fernando I

capa de santidade, podiam aquelles estrangeiros semear perigosos erros, porque vinham de logares inficionados pelo veneno heretico.

«Estas opiniões, em parte inspiradas pelo fanatismo obscuro, em parte pela inveja e emulação, não eram todavia tão despidas de fundamento que não merecessem particular exame.

«O systema adoptado pelos collegios jesuitas na practica dos Exercicios denominados de Santo Ignacio influia no animo e no espirito d'um modo prompto, transtornando quasi subitamente a indole e fazendo muitas vezes dos mais altivos e despegados os mais obedientes e humildes.

«A sociedade vangloriava-se com estes seus triumphos e procurava rodear-se de numerosas sympathias; mas os seus inimigos não socegavam e seguiam-lhe os passos com olhos vigilantes.

«Alguns frades subiam ao pulpito, e, tomando-a para texto de sermões violentos, prégavam contra as mortificações publicas que Simão Rodrigues ordenava, clamando que a virtude verdadeira não se queria assoalhada por fóra, mas recolhida dentro da religião como o thesouro do Evangelho; ajuntando que os

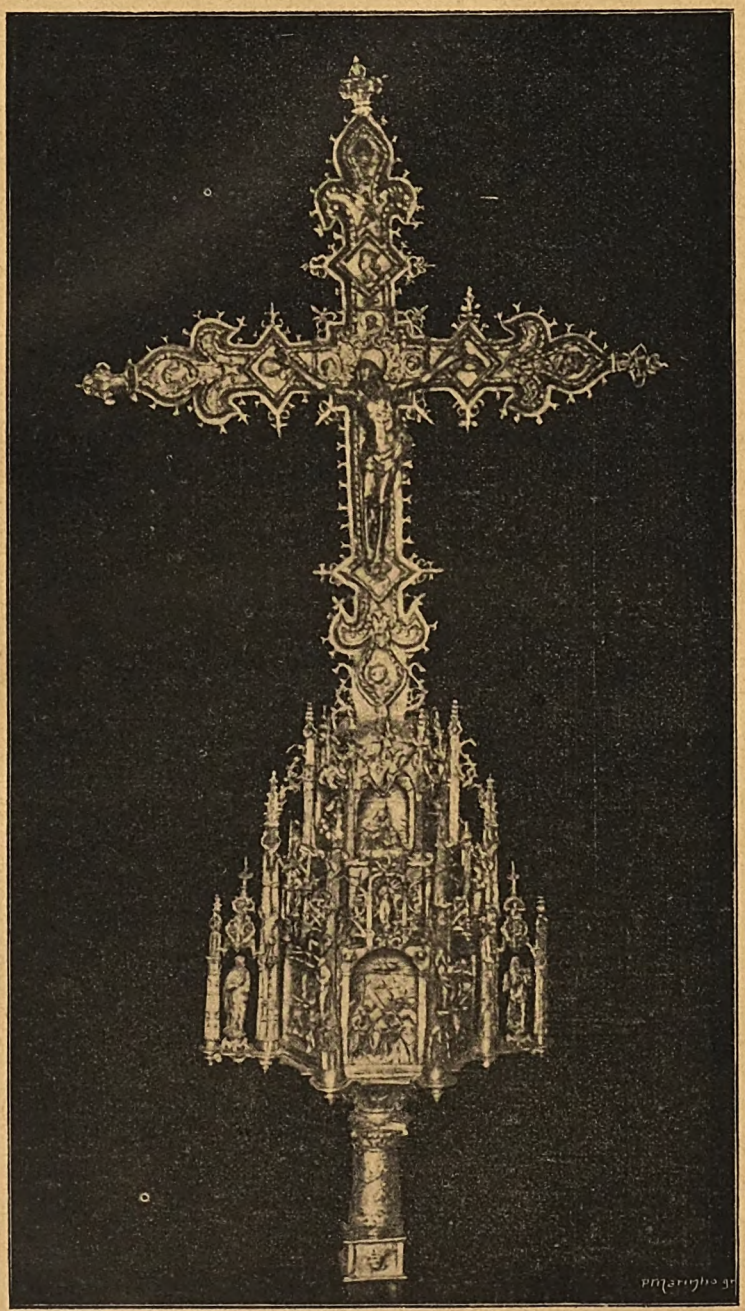
[1] Francisco de Borja, Carta do mez de abril de 1560.

[2] «Era palavra usada pelos aggressores da Companhia.»

[3] «Balthazar Telles, *Historia da Companhia de Jesus na provincia de Portugal*, tom. 1, cap. 34, pag. 173, n.° 2 e 3.»

Digitized by Google

que traziam o espelho da sua virtude á vista pelas ruas e praças, com extravagancias e esgares, practicavam acções



CRUZ PROCESSIONAL GRANDE DA COLLEGIADA DE GUIMARÃES

d'hypocritas fingidos, e não obras de varões sinceros.

«Não contentes com isto, os zeladores sahiram logo com papeis diffamatorios contra a Companhia, impondo-lhe desobediencia e rebellião aos decretos apostolicos, e sustentando que as unicas regras do seu governo eram as que lhe dictava a absoluta vontade de Simão Rodrigues, contra o qual assestavam as accusações, e memorias, como contra o auctor d'aquelle novo modo de vida, e das invenções de que mais se lastimavam os mestres da Universidade.

«O cardeal D. Henrique, aproveitando a occasião, tomou logo o negocio entre mãos, e, depois d'alcançar o consentimento de D. João III, mandou tirar uma inquirição severa contra Simão Rodrigues e seus companheiros, incumbindo-a a fr. Diogo de Murça, da ordem de S. Jeronymo, reitor da Universidade de Coimbra, e pessoa de muitas lettras, auctoridade e virtude, segundo affirmam os chronistas[1].

«A devassa correu os tramites ordinarios; e o exame sahiu favoravel ao novo instituto. Desde esse tempo o cardeal inquisidor deixou de o hostilisar, passando pelo contrario a ser um dos seus mais fervorosos protectores.

«As murmurações cederam ou abrandaram, e os castigos com que el-rei puniu alguns dos diffamadores mais ousados pozeram termo aos sermões e aos libellos, patenteando aos discipulos de Santo Ignacio uma vereda exempta de perigos, por

[1] «Balthazar Telles, *Historia da Companhia de Jesus*, liv. 1.º cap. 34, pag. 173 n.º 3 e 4.

Digitized by Google

onde caminharam depois seguros e desassombrados[1]. «Debellados os primeiroso obstaculo, e firmada a sua existencia, o instituto, desaffrontado d'inimigos, ergueu a cabeça com mais audacia e alargou os braços por todo o reino.

«A victoria alcançada em 1544, no momento mais critico, assegurando-lhe a posse das vantagens presentes, promettia-lhe a do futuro, e, com o appoio de toda a côrte, e com a adhesão das principaes familias da nobreza conteve e reprimiu sem grande esforço a rivalidade das outras ordens religiosas: se alguma, por mais imprudente e temeraria, se levantou hostil, teve de se arrepender em pouco tempo.

«O pulpito e as missões, o confessionario e o ensino, foram os elementos irresistiveis da sua influencia. Era seu o coração dos reis, dos conselheiros; e, com as gerações novas da sua parte, não achou senão facilidade e louvores. Todas as opposições emmudeceram desarmadas, e em breve a roupeta da Companhia appareceu tão poderosa que os seus prelados mais perspicazes levantavam quasi como um perigo a opulencia dos filhos de Santo Ignacio em Portugal[2].»

Eis como se introduziram na nossa patria esses dois flagellos, a Inquisição e a Companhia de Jesus.

Voltaremos ainda a narrar o modo como os Jesuitas invadiram a sociedade e as escolas portuguezas, e como conseguiram o monopolio da instrucção; mas, agora que já mostramos como principiavam a desenvolver-se com incrivel rapidez os germens da nossa espantosa decadencia, agora é tempo que voltemos ao theatro das nossas glorias, e que vejamos como resplandecia ainda o nome portuguez no Oriente, e que sublimes feitos, que estupendas acções escondiam aos olhos do mundo a nossa incuravel dissolução. Na India, se bem que não

ANTONIO GALVÃO

exempta dos vicios que iam corroendo o reino, grandes capitães sustentavam em batalhas sem conto as tradições d'Almeida e Albuquerque, e nas vagas do Oceano, onde como que se conservava ainda o sulco da náu de Vasco da Gama, Argos que fôra a um tempo navio e estrella, e cujo rasto d'espuma era ao mesmo tempo um rasto de luz, que para sempre dissipára as sombras do mar tenebroso, um Portuguez ia traçar a derradeira e talvez a mais sublime estrophe da epopéa das nossas navegações.

[1] Balthazar Telles, *Historia da Companhia de Jesus*, liv. 1.º, cap. 34, pag. 175, n.º 6 e 7.

[2] Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, etc. colligido e coordenado pelo visconde de Santarem, e continuado e dirigido por Luiz Augusto Rebello da Silva, tom. XVI Introd. pag. CXXIX.

Digitized by Google

CAPITULO LVII

Fernão de Magalhães

homem, cujo nome se deve inscrever a par dos do infante D. Henrique, de Christovam Colombo, de Vasco da Gama, e que fórma com elles a pleiade verdadeiramente gloriosa que resplandece no campo das sciencias geographicas, era portuguez tambem, e chamava-se Fernão de Magalhães. Foi elle o primeiro que circumnavegou a terra, foi elle o primeiro que deu, com o sulco espumoso do seu navio, argenteo cinto ao globo.

Nascido, segundo parece, em Sabrosa e residente no Porto, porque não temos informações positivas ácerca da vida d'este grande homem[1], Fernão de Magalhães, varão de esclarecida linhagem, foi educado na côrte de D. João II, e moço fidalgo do serviço da rainha D. Leonor. Depois continuou a servir na côrte d'elrei D. Manuel, até que o tentaram as façanhas dos seus compatriotas na India, e para esse paiz encantado partiu a bordo da esquadra de que ia por capitão-mór D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da India. Estreiava-se bem, e o seu primeiro chefe era digno de o ter por subordinado.

Na India se distinguiu, e nas frequentes expedições nos mares do Oriente pôde desenvolver os seus conhecimentos na arte da navegação, em que era perito, tendo não só tinturas de cosmographia como quasi todos os fidalgos portuguezes da sua época, mas conhecendo-a a fundo, attrahido para esses estudos pelas disposições peculiares da sua altissima intelligencia[1]. Fez parte da expedição de Diogo Lopes de Sequeira a Malaca, e ahi talvez sentiu germinar-lhe na mente o grandioso projecto a que tinha de dever a sua gloria immortal.

Voltando ao reino, passou depois á Africa, e nas contínuas correrias das nossas guarnições se distinguiu como brioso cavalleiro, tornando-se afamado o seu nome entre os dos mais valentes defensores d'Azamor.

Recolheu-se a Portugal, e foi então que houve na sua existencia uma peripecia decisiva, que privou Portugal da gloria da sua expedição, sem nos privar comtudo da honra de termos por compatriota um dos mais illustres vultos da historia da geographia.

Conscio de que merecia galardão pe-

---

[1] Um illustre escriptor chileno, o sr. Barros Areña, escreveu em hespanhol uma vida de Fernão de Magalhães, que foi traduzida recentemente em portuguez pelo sr. Fernando de Magalhães Villas Boas, secretario da Eschola Polytechnica de Lisboa, e que, sendo homonymo do grande navegador e ainda seu descendente, não quiz que passasse despercebida em Portugal a homenagem prestada ao nosso compatriota por um dos homens mais notaveis do Chili como diplomata e como escriptor. Comtudo essa obra não accrescenta dados importantes aos que já possuiamos ácerca da vida de Fernão de Magalhães.

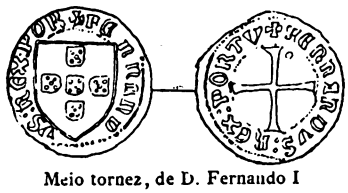
Do testamento feito por Fernão de Magalhães a favor de sua irmã Thereza, em Lisboa a 29 de dezembro de 1504, declara que nasceu na Sabrosa, em Traz-os-Montes, não longe de Villa Real, e no testamento de 24 de agosto de 1519 declara-se «visinho do Porto».

[1] Fernão de Magalhães era como D. João de Castro, como Duarte Pacheco, como Martim Affonso de Sousa e como outros fidalgos portuguezes, muitissimo perito na arte de navegação. Foi um dos muitos que se occuparam do phenomeno da declinação da agulha, um dos grandes problemas da navegação do seculo XVI. «Pigafetta, diz o sr. Andrade Corvo .. informa-nos de que o celebre navegador conhecia o phenomeno da declinação da agulha de marear, se bem que erradamente o attribuisse á pouca intensidade da attracção magnetica no hemispherio austral» *Roteiro de Lisboa a Gôa por D. João de Castro, annotado por João de Andrade Corvo.* Appendice, pag. 381. (Lisboa, 1882).

Digitized by Google

los serviços que na India e na Africa prestára, Fernão de Magalhães requereu a el-rei D. Manuel um augmento na sua moradia, augmento de cem réis mensaes, diz-nos Gaspar Correia nas suas *Lendas da India*, de meio cruzado por mez segundo a versão de fr. Luiz de Souza nos *Annaes de D. João III*[1]. O que elle recebia até então era, segundo nos diz Fernandes Navarrete na sua *Colecion de viages* t. 4.°, authenticando o dito com o recibo de Fernão de Magalhães, passado no dia 14 de julho de 1512, mil oitocentos e cincoenta réis por mez[2].

D. Manuel recusou a Fernão de Malhães esta ligeira recompensa; intrigas cortezãs provavelmente a isso o incitaram, mas o pretexto que deu foi que o seu procedimento estava ennublado por accusações, que contra elle corriam, de menos limpo de mãos n'um caso de divisão de presa passado em Azamor[1]. Fernão de Magalhães passou á Africa, reuniu todas as provas justificativas do seu procedimento, voltou a mostral-as a el-rei, e tornou a requerer o augmento de moradia; el-rei tornou a recusar-lh'o. «Fernão de Magalhães, diz Gaspar Correia, d'isso aggravado, porque o muito pediu a el rei e elle o não quiz fazer, pediu licença para ir viver com quem lhe fizesse mercê, em que alcançasse mais dita que com elle. El-rei lhe disse que fizesse o que quizesse; pelo que lhe quiz beijar a mão que lhe el-rei não quiz dar[2].»



Meio tornez, de D. Fernando I

Era a segunda vez que ruins cortezãos incitavam monarchas, aliás illustrados, a repellirem de si, com tão desdenhosa indifferença, homens d'aquelles que a Providencia só de seculos a seculos envia á humanidade.

Da primeira vez o repellido chamava-se Christovam Colombo, da segunda Fernão de Magalhães.

D'ambas as vezes foi Castella que aproveitou com os erros dos nossos governos.

Foi sempre, e ha de ser sempre assim.

Vejâmos como um grande escriptor contemporaneo e compatriota aprecia o procedimento de Fernão de Magalhães, aliás estygmatizado por Luiz de Camões na sua epopéa immortal.

Cedâmos a palavra ao sr. Latino Coelho.

---

[1] Outro documento authentico affirma porém que Fernão de Magalhães recebia dois mil trezentos e doze reis por mez. E' o livro das moradias da casa real, que diz assim:

«Fernão de Magalhães, filho de Pedro de Magalhães, haverá onze dias de janeiro d'este anno e dezeseis dias de maio e todo o junho a *dois mil e trezentos e doze réis por mez*.»

Este documento é citado por lord Stanley de Alderley que traduziu, annotou e commentou a narrativa de Pigafetta, para inserir a traducção na collecção das publicações da sociedade de Hakluyl. No appendice a essa traducção, publicada em Londres em 1874, vem o documento que citámos, com o n.° 4, a pag. XIII. Lord Stanley esteve em Lisboa, estudou affincadamente a lingua e a historia portugueza, frequentou a Torre do Tombo, e alli alcançou a copia authentica e segurissima de alguns documentos da mais alta importancia para a historia de Fernão de Magalhães.

[2] Sabemos agora que a questão foi de cem réis mensaes e tinha razão Gaspar Correia.

Entre os documentos transcriptos por lord Stanley ha um preciosissimo E' uma carta escripta a D. Manuel pelo feitor portuguez em Sevilha, Sebastião Alvares, homem finissimo, que dá conta a el-rei de uma conversação que teve com Fernão de Magalhães, procurando fazêl-o voltar ao bom caminho, e em que o informa de tudo o que se passa com relação á viagem de Fernão de Magalhães com uma tal minuciosidade e exactidão que mostra que sabia escolher os seus informadores. Contando como dissera a Magalhães que os aggravos que suppunha ter recebido de D. Manuel nada valiam em comparação das affrontas que estava soffrendo na côrte hespanhola, refere que lhe dissera: «E que pesasse ele se a vinda de purtugall *q' fora por çem rrès mais ou menos de morida, q' v alteza lhe deixara de dar* por naó quebrar sua ordenança». Doc. citado em Stanley *The first voyage round the world by Magellan*, Appendix, n.° II, pag. VI (London, 1874)

[1] O bispo D. Jeronymo Osorio affirma que D. Manuel recusou a Fernão de Magalhães o augmento de moradia que lhe elle pedira para não abrir um precedente. Parece que foi um pretexto, porque Sebastião Alvares diz tambem, no trecho anteriormente citado, que D. Manuel recusára o augmento de moradia «por não quebrar sua ordenança.»

[2] Gaspar Correia, *Lendas da India*, tom. 2.°, p. 2.ª pag. 625 a 626.

Digitized by Google

Conformâmo-nos completamente com a sua opinião, e não saberiamos decerto exprimil-a em tão brilhante phrase.

«Fernão de Magalhães desnaturalizou-se de Portuguez e foi-se a Castella pedir que o inscrevessem alli como cidadão.

«Fez mal? Fez bem?

«Castella era n'aquelle tempo, como antes, como depois, a inimiga de Portugal, ainda quando a paz dissimulava nas apparencias da concordia a hereditaria hostilidade das duas corôas peninsulares, que aspiravam á exclusiva supremacia. Castella era a émula de Portugal nas conquistas transatlanticas. Castella era na Europa a nação perpetuamente ambiciosa da estreita orla occidental, que as lanças portuguezas haviam sempre defendido contra os partidarios da unidade hispanica; era nos mares o Estado que comnosco litigava o imperio e o poderio. Renegar a patria e ir-se a Castella era tão feia acção, como na antiguidade o accolher-se um Atheniense ou um Spartano á côrte dos reis da Persia, depois d'haver contra elles pelejado em Marathona ou em Platéa.

«Desnaturalizar-se de Portuguez e ir offerecer a sua espada aos reis catholicos era porventura maior sacrilegio, então, do que renegar a pureza da verdadeira fé, e transviar-se nos erros de Luthero e de Calvino.

«No Portuguez não foi para ser louvada a represalia. No homem que havia de pertencer á civilização e á humanidade mais do que aos estreitos limites da sua patria, podêmos relevar o impulso da offendida dignidade e do amor-proprio justificado.

«Para ser Portuguez havia de vêr menos-presada a sua gloria e mal galardoados os seus feitos. Para não faltar á religião da patria havia de faltar á religião da honra; havia de devorar as affrontas em silencio e reprimir no peito os rebates da sua varonil indignação. Para ser Portuguez havia de votar-se talvez para sempre á obscuridade, e vêr frustrado o seu empenho de conseguir para si um nome illustre, a par de quantos houve mais distinctos na historia das modernas navegações.

«Com a fidelidade de Fernão de Magalhães lucrava a patria e o rei um natural, e um vassallo. Mas perdia o drama glorioso dos descobrimentos transatlanticos um eminente personagem, Portugal um nome venerando, a moderna civilização um d'estes fervorosos operarios que da espada e do navio teem feito os mais poderosos instrumentos do progresso.

«Fernão de Magalhães pagou-nos generosamente o desamor e affronta de renegar-nos. Servia a Castella quando circumnavegava o globo. Mas o nome de Magalhães ficou sempre portuguez, e a gloria das suas navegações ha de ser perpetuamente gloria tambem de Portugal.»[1]

Por isso nos pareceu que deviamos na nossa historia engastar esse feito glorioso, ainda que fosse practicado ao serviço de outra nação. Os proprios historiadores, que, como João de Barros, estygmatizavam asperamente o proceder de Fernão de Magalhães, não se esqueciam, comtudo, de commemorar, como gloria de Portugal, a sua audaciosa empresa.

Passou, pois, Fernão de Magalhães a Castella, levando em sua companhia outro Portuguez, tambem sabio cosmographo, e que se chamava Ruy Faleiro. Já no espirito de Fernão de Magalhães existia a idéa de tentar, pelo sul da America, uma passagem para a India. Fôra esse o pensamento favorito de Christovam Colombo, quando, depois de ter encontrado a ilha Hispaniola no seu cami-

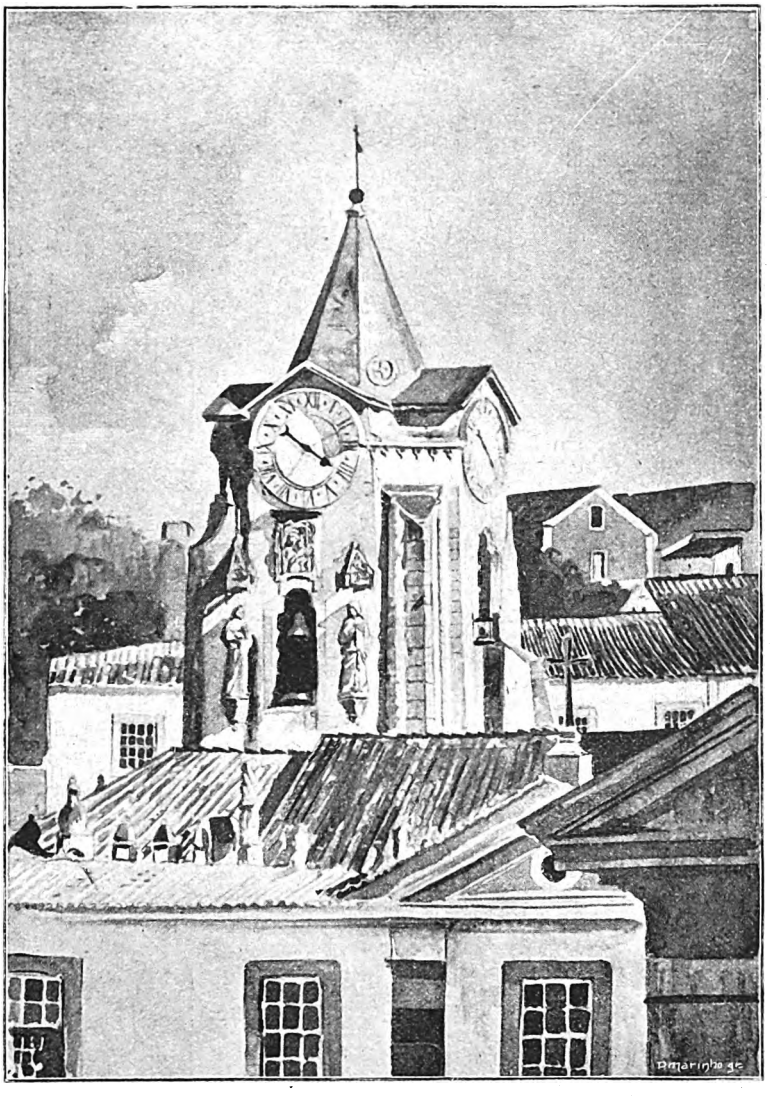
[1] Latino Coelho, *Fernão de Magalhães*, artigo publicado no vol. VI do *Archivo Pittoresco*, pag. 264 (1803).

Digitized by Google

nho, procurava ainda, nas subsequentes viagens, navegando mais ao sul, encontrar a desejada passagem. Foi lhe obstaculo constante a massa enorme da America meridional. Estava reservada á audacia de Fernão de Magalhães a gloria d'insistir energicamente n'esse proposito, e d'encontrar, emfim, não se cansando de correr na direcção do polo austral, a abertura que o devia fazer passar do Atlantico ao Pacifico, e d'este ao mar das Indias.

Foi Fernão de Magalhães residir para Sevilha; ahi casou com a filha d'um homem rico, sem desistir nunca da sua idéa, que se enlaçava para elle sempre com o tenaz pensamento de se vingar do rei de Portugal. Foi por isso que, falando com os regedores da Casa da Contractação, de Sevilha, disse que as Molucas e Malaca estavam incluidas na parte concedida á Hespanha pelas demarcações entre as duas corôas da Peninsula. Responderam-lhe que todos sabiam isso e o imperador tambem, mas que, para chegar a tomar posse d'essas preciosas terras, era necessario atravessar os mares que pertenciam a Portugal, o que seria contrario aos tractados. Fernão de Magalhães replicou dizendo que lhe déssem navios, e que elle os saberia conduzir por um novo e ignorado caminho.

Participou-se esta resposta ao cardeal Ximenes, que governava a Hespanha, na ausencia de D. Carlos, então em Flandres, e o cardeal, homem talhado para comprehender as grandes empresas, asseverou ao Portuguez que, logo que el-rei voltasse, attenderia ao seu projecto, e decerto lhe daria os meios de o levar á execução.



OUTRO ASPECTO DA TORRE DA MISERICORDIA DAS CALDAS DA RAINHA

Effectivamente, quando este voltou a Hespanha, Fernão de Magalhães foi procural-o a Burgos, e circumstanciou-lhe a sua proposta.

Accolheu-a com boa sombra o neto dos reis catholicos, e, tendo opinado

Digitized by Google

tambem favoravelmente o conselho de Castella, D. Carlos deu ordem para equipar uma frota de cinco caravellas, cujo commando foi dado a Fernão de Magalhães, que recebeu do rei d'Hespanha a cavallaria de Santiago.

N'este meio tempo enlouqueceu o cosmographo Ruy Faleiro, e Fernão de Magalhães ficou sósinho para dirigir a audaciosa empresa. Acompanhavam-n'o alguns Portuguezes, que lhe haviam de valer muito em criticas occasiões.

As cinco caravellas que iam circumnavegar o globo chamavam-se *Trinidad*, *Santo Antonio*, *Concepcion*, *Victoria* e *Santiago*. A primeira commandava-a pessoalmente Fernão de Magalhães, a segunda João de Cartagena, a terceira Gaspar de Quesada, a quarta Luiz de Mendonza, e a quinta João Serraceno. Como piloto da *Concepcion* ia o famigerado Sebastião Elcano, que devia levar ao cabo a expedição começada por Magalhães, e adquirir, ainda que um pouco injustamente, uma porção da gloria que toda competia ao intrépido Portuguez.

A 1 de agosto de 1519 partiu a armada de Sevilha, descendo o Guadalquivir, e a 17 de setembro d'esse anno largavam de San-Lucar de Barrameda, dirigindo o rumo ao Occidente. A tripulação de toda a esquadra não ascendia a mais de duzentos e trinta e sete homens. As tres expedições mais aventurosas dos tempos modernos, e as mais fecundas em grandes resultados, a de Colombo, a de Vasco da Gama, e a de Fernão de Magalhães, foram todas emprehendidas com um punhado de gente e uma exiguidade de recursos que nos deixam maravilhados.

Não faltaram tambem a Fernão de Magalhães as difficuldades que estiveram, por mais d'uma vez, para entorpecer o caminho aos seus dois gloriosos antecessores. A revolta rugiu-lhe a bordo, e tambem elle a soube suffocar com uma energia que nada fica devendo, antes pelo contrario sobreleva, á de Vasco da Gama.

Não foram, comtudo, só os perigos do mar e os pavores inspirados pela audacia da empresa que impelliram os tripulantes da esquadra de Fernão de Magalhães a revoltarem-se contra o seu chefe. Ou porque a soberba castelhana se não resignasse facilmente a acceitar um Portuguez como chefe supremo, ou porque a indole, visivelmente rispida, de Fernão de Magalhães os tivesse indisposto logo no meio dos preparativos da viagem, o que é certo é que já d'Hespanha elles tinham partido com tenção feita de se livrarem d'elle. D'isso foi Magalhães avisado nas Canarias, aonde arribára para fazer aguada, por uma carta que seu sogro lhe mandou n'um barco expressamente enviado para esse fim. Fernão de Magalhães não trepidou, comtudo, e proseguiu a sua viagem, como se não soubesse que cada navio da sua esquadra era uma mina de polvora, que podia, de subito, rebentar-lhe debaixo dos pés.

Tinham chegado á costa da America do sul, e tinham ido correndo ao longo do Brazil, passando pelo Rio de Janeiro, cabo de Santa Maria até que chegaram ao rio de S. Julião, onde determinaram, emfim, revoltar-se, contra Fernão de Magalhães, os capitães da sua esquadra.

Prevenido, como estava, já d'antemão, não foi difficil a Fernão de Magahães descobrir o projecto, e mallogrou-o, empregando para isso uma admiravel energia, e castigando depois os capitães, talvez com demasiada severidade. João de Barros crimina-o por isso, mas parece-nos que, se ha occasião em que seja desculpavel uma repressão cruel, é decerto em occasião similhante a esta. Em frente d'uma equipagem sublevada ou

Digitized by Google

hesitante, e inimiga toda, podendo contar unicamente com tres ou quatro Portuguezes que o acompanhavam, Fernão de Magalhães não podia hesitar: ou havia de ceder e perder o fructo das suas longas vigilias, vêr esvair-se em fumo o deslumbrante sonho do seu genio, ou desenvolver uma audacia tal que só a encontrâmos similhante na historia de Affonso d'Albuquerque, o immortal capitão, quando, em presença d'Ormuz, vendo sublevada a tripulação da náu de João da Nova, ousou domal-a só com o prestigio da sua presença, da sua voz, da sua formidavel energia.

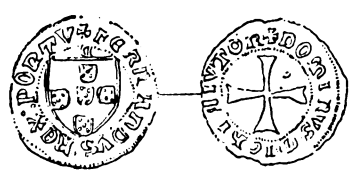
Luiz de Mendonza degolado pelo meirinho Ambrosio Fernandes, João de Cartagena esquartejado, e outros seis cabeças da rebellião enforcados nas vergas, foram os terriveis exemplos com que Fernão de Magalhães soube conter a rebeldia dos seus subordinados.

A 24 d'agosto de 1520 fez-se a esquadra de novo á vella, indo o Portuguez Duarte Barbosa por capitão da náu de Luiz de Mendonza, e outro Portuguez, Alvaro de Mesquita commandando o navio de João de Cartagena.

Sempre ao sul, ao sul, costeando a America meridional, vão navegando as audaciosas caravellas. Uma tempestade metteu a pique a *Santiago*, conseguindo, comtudo, salvar-se a tripulação e a carga. As quatro restantes fizeram aguada n'um rio a que puzeram o nome de Santa-Cruz, e no dia 18 d'outubro sahiram de novo ao mar, continuando a sua aventurosa derrota.

No dia em que a Egreja celebra a festa das onze mil virgens, houveram vista d'um cabo a que por isso puzeram o nome de Cabo das Virgens. Os homens da nau *Victoria*, que navegava na frente, notaram que para o sul do cabo ia-se internando o mar. Preveniram d'isso a Fernão de Magalhães, que mandou reconhecer a costa e percebeu que era alli a bocca d'um estreito a que poz o nome de estreito da *Victoria*, do nome do navio que primeiro o descobrira.

Antes de se aventurar n'elle, mandou Fernão de Magalhães sondal-o pelos tres navios *Concepcion*, *Santo Antonio* e *Victoria*. A equipagem do *Santo Antonio*, aproveitando-se da separação, rebellou-se contra o seu chefe Alvaro de Mesquita, prendeu-o, e fez-se de vela para a Hespanha; os outros dois navios, depois de visitarem o estreito, voltaram trazendo as noticias mais seguras a Fernão de Magalhães que os aguardava a bordo do *Trinidad*, e que, depois de esperar muito tempo mas debalde a caravella de Alvaro de Mesquita, entrou no estreito, vendo sempre a costa d'um lado e d'outro, mas não divisando outros signaes de habitação que não fossem fogueiras accesas no alto dos outeiros, que banhavam os pés nas vagas. A 27 de novembro de 1520 percorrêra Fernão todo o estreito, que perdeu o nome que lhe puzéra de Victoria para tomar o que ainda hoje conserva de Estreito de Magalhães, e as tres caravellas da esquadrilha balouçavam-se com orgulho nas aguas d'um novo Oceano, que era o Pacifico, o mesmo que Vasco Balboa divisára com espanto das alturas de Quarequa no isthmo de Panamá, o mesmo que Alonso Martin sondára n'um fragil batel, mas que pela primeira vez se sentiu domado pelas quilhas de uma esquadra europea, esquadra que obedecia a um Portuguez, a um Portuguez, cujo brilhante genio adivinhára a existencia da communicação entre os dois mares, e cuja destemida audacia todos os obstaculos superára até afinal encontral-a.

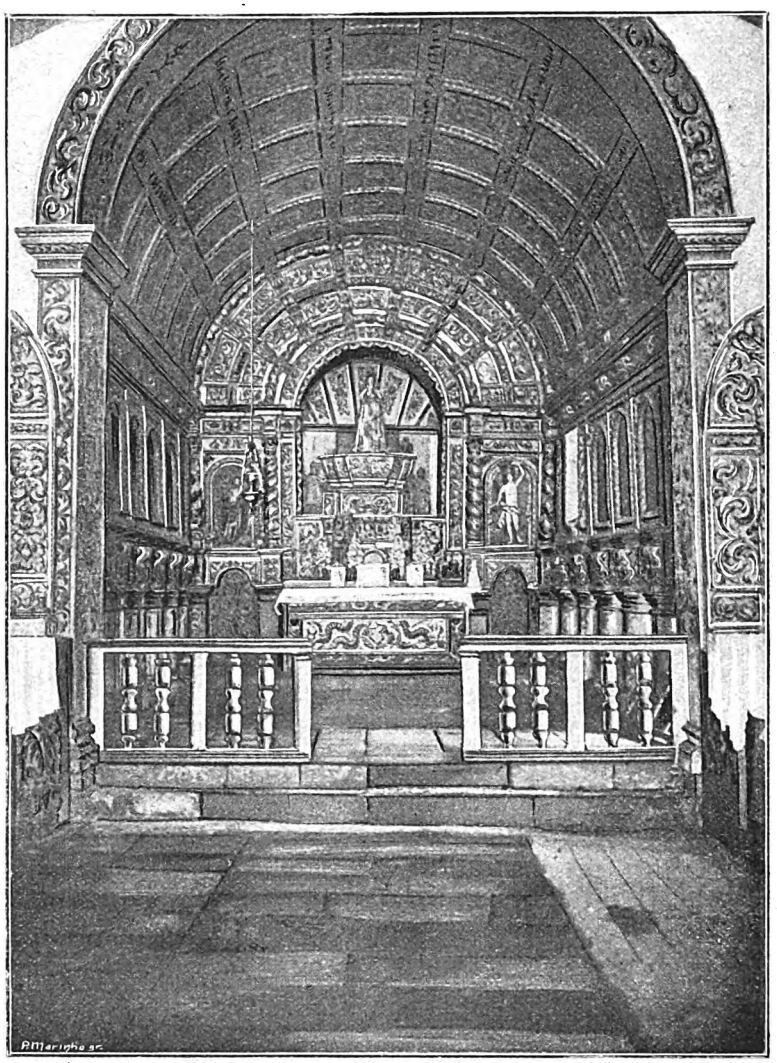


Meio tornez, de D Fernando I

«O estreito novamente descoberto, diz o sr. Latino Coelho, recebia o nome de

Digitized by Google

Magalhães, que ainda hoje conserva, e mais uma gloria portugueza ficava me-



CAPELLA MÓR DA EGREJA DE SANTA MARIA DO CASTELLO EM PINHEL

morada nos fastos da moderna geographia.»

Assim o nome de Portugal associava-se constantemente a todas as grandes conquistas da civilização. Embora a nossa decadencia principiasse, embora a chamma sinistra dos autos de fé começasse a projectar a sua rubida luz no horizonte de Portugal, embora a companhia de Jesus viesse suffocar n'este canto da Europa, com as suas regras atrophiadoras, o desenvolvimento livre e espontaneo da intelligencia humana, embora vacillasse já o nosso imperio na India, e começassem a sentir-se os symptomas da proxima perda da nossa independencia, estava segura a immortalidade de Portugal, porque os filhos gloriosos d'este paiz, fecundo em altas intelligencias e em corações audazes, soltavam á espuma de todos os Oceanos as folhas da nossa epopéa, semeavam de nomes portuguezes a carta geographica, e era o nome de Portugal o que primeiro aprendiam os echos das virgens solidões e das terras desconhecidas.

Digitized by Google

CAPITULO LVIII

Continuação da viagem.—Morte de Fernão de Magalhães —Fim da primeira circum-navegação

A relação da viagem que nos occupa, escreve Ferdinand Denis, não nos chegou unicamente por narrativas indirectas ou por truncadas e imperfeitas informações; um nobre cavalleiro de Rhodes, Antonio Pigafetta, acompanhou Magalhães na sua navegação, e, á volta d'essa expedição prodigiosa, apresentou a Carlos V a narrativa da viagem, redigida, segundo elle mesmo diz, na conformidade d'um diario escripto sem interrupção, desde o momento da partida até á volta. Uma questão, cujo interesse ninguem contestará, se apresentou n'estes ultimos tempos: tractava-se de saber em que lingua fôra escripta a primeira viagem á roda do mundo. Ainda que a nação, a que pertencia o historiador da expedição, affirmasse que foi em italiano, as eruditas investigações, que o sr. Raymundo Thomassy consignou no Boletim da Sociedade de Geographia, não deixam duvidas algumas a esse respeito. Como a relação de Marco Polo, a do fidalgo Vicentino foi escripta primitivamente em francez. Antonio Pigafetta era certamente do numero d'esses bons espiritos italicos, que já no seculo xv tinham adivinhado as verdadeiras propriedades da lingua franceza, propriedades em que João Lemaire insiste. Podia-se dizer d'elle que a presava e honrava, e palestrava n'ella melhor do que na sua propria «por causa da sua resonancia, gentilesa, e cortesia humana».

«Foi por conseguinte n'esse francez, tal como se falava na côrte de Francisco I, que nos chegou, em toda a sua exactidão e em toda a sua ingenuidade,

D. DUARTE DE MENEZES

a narrativa da morte do grande navegador; a ella se deve recorrer para se conhecerem as circumstancias que acompanharam a catastrophe.»

A ella recorreremos quando chegarmos a esse ponto.

Digitized by Google

Proseguiremos agora na narrativa da viagem.

Estava pois resolvido o grande problema, que preoccupára o espirito de Christovam Colombo, e a que Fernão de Magalhães tivéra a gloria de encontrar solução. Fluctuando no mar Pacifico, bastava agora que as caravellas, banhadas pelos esplendores orientaes d'esse berço da aurora, continuassem a seguir no rumo do Occidente para encontrarem as Molucas, para d'ahi regressarem á patria, e completarem assim a sua longa viagem de circumnavegação, a primeira que se executava.

Seguindo no rumo de noroeste, chegou Fernão de Magalhães a uma ilha deserta situada a 16° 15′ de latitude sul, ilha a que deu o nome de S. Paulo, e a 11° 18′ encontrou outra a que deu o nome de ilha dos Tubarões.

A 13 de fevereiro de 1521 passou o Equador, e aos 13° de latitude boreal encontrou um archipelago povoado, a que deu o nome de ilhas dos Ladrões. Possuiam effectivamente essa prenda os habitantes das ilhas hoje conhecidas pelo nome de Mariannas.

Proseguindo na sua navegação, chegou Fernão de Magalhães a outro archipelago, mais povoado e mais vasto, a que deu o nome de S. Lazaro, que hoje é conhecido pelo nome de archipelago das Philipinas, e que fórma com as duas Antilhas, Cuba e Porto Rico, a mais florescente reliquia do vasto imperio colonial de Hespanha.

Ahi se demorou Fernão de Magalhães, e procurou lançar o germen d'uma colonia castelhana, convertendo os naturaes á fé christã, e fazendo-os reconhecer a supremacia do imperador Carlos V.

O régulo d'uma das ilhas, Zebú, onde Fernão de Magalhães estava, promptamente se sujeitou ao que o Portuguez d'elle exigiu; outro, porém, o da ilha de Matan, mostrou-se rebelde, e Fernão de Magalhães, despresando demasiadamente a natural bravura e a ingenita ferocidade d'estas populações selvagens, foi á testa de quarenta homens subjugar as resistencias. Reuniu o régulo de Matan mais de tres mil homens para o receberem, e apezar da bravura desenvolvida pelos Castelhanos e da heroica tenacidade do seu chefe, foram destroçados os Europeus, e morto Fernão de Magalhães ás fréchadas.

Foi essa a recompensa dos seus longos trabalhos, da sua audacia, e do seu genio.

Um tumulo ignorado em terra barbara foi o monumento, que, ao cabo de tantas fadigas, para si lavrou o destemido e illustre Portuguez.

Desamparados do chefe, escolheram os Castelhanos dois homens para o substituirem; ainda eram dois Portuguezes, Duarte Barbosa, cunhado de Magalhães, e o piloto João Serrão.

Mas com a morte de Magalhães e a derrota dos seus soldados haviam cobrado animo os naturaes das Philipinas, e o rei de Zebú, que não se convertêra á fé christã senão movido pelo terror das armas europêas, projectou livrar-se d'um jugo detestado.

Convidando para um banquete João Serrão e uma numerosa comitiva, o perfido gentio armou-lhes uma cilada, e á falsa fé matou vinte e quatro Castelhanos, juntamente com o piloto, que, arrastado á praia mal ferido debalde, supplicava aos seus que lhe valessem. Estes faziam-se apressadamente á vélla, receiosos de egual destino.

Chegados á ilha de Peñol, outra das Philippinas, queimaram os Castelhanos uma das suas caravellas, a *Concepcion*. Os duzentos e trinta e sete homens que tinham partido de Castella estavam reduzidos a cento e quinze, que mal chegavam para tripular as duas caravellas restantes.

Digitized by Google

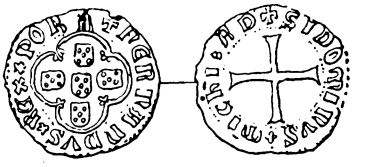
Tomou o piloto Sebastião d'Elcano o commando da expedição, e foi aportar á ilha de Bornéo. Ahi embarcou pilotos naturaes que o levaram ás Molucas, onde estabeleceu, em nome do imperador Carlos V, paz e amisade com o sultão de Tidore, carregou os navios de especiarias, e fez-se á vella para a Europa.

A 7 de julho de 1522 o unico navio que restava da expedição, a *Victoria*, aportava á ilha de S. Thiago de Cabo Verde, compellido a isso pela fome e a doença que o haviam salteado. Receberam-n'o bem os Portuguezes, porque o julgaram vindo das Antilhas, mas a verdade transpirou, e o governador da ilha resolveu aprisionar a caravella, como ousando navegar nos mares da demarcação portugueza. Tambem isto constou aos Castelhanos, que tomaram as suas precauções e se fizeram de vella, mas com tal pressa que tiveram de deixar um barco tripulado por treze homens, que foram presos e remettidos a Lisboa com aviso ao rei D. João III do que acabava de se passar. El-rei mandou logo quatro navios para tomarem a *Victoria*, mas esta fizera diligencia, e chegára a San-Lucar de Barrameda no dia 7 de setembro de 1522, levando a bordo apenas dezoito homens. Eram os unicos sobreviventes da audaciosa expedição.

Então D. João III, empenhado em fazer respeitar os seus direitos ao exclusivo da conquista e commercio do Oriente, mandou a Castella, como embaixador, Luiz da Silveira para fazer as suas reclamações a Carlos V. Carlos V respondeu, queixando-se das violencias practicadas pelos Portuguezes de Cabo-Verde contra os seus subditos, e assim continuou por longos annos a disputa, sem nunca se chegar a um accordo bem definitivo.

Entretanto Sebastião d'Elcano apresentava-se ao imperador, e dava-lhe conta dos successos da viagem, recebendo elle tambem a recompensa que a Fernão de Magalhães competiria, se a fortuna invejosa o não fizesse cahir ás mãos dos barbaros, banhado no seu sangue, nas prais das Philippinas.

Além d'outros premios, recebeu Sebastião d'Elcano por brazão uma esphera com a seguinte letra *Primus circumdedisti me* (Primeiro me circumdaste).



Meio tornez, de D Fernando I

Mas o brazão de Fernão de Magalhães esse estampou-se em lettras indeleveis não só na carta geographica, onde o seu nome figura para designar o estreito que o seu genio adivinhou e a sua audacia descobriu, mas tambem no hemispherio celeste umas nebulosas, primeiro observadas durante a viagem do illustre Portuguez, do que nos dá testemunho o relatorio de Pigaffetta, receberam o nome de *Nuvens de Magalhães*, depois de terem sido designadas primeiro pelo nome de nuvens do Cabo.

Escolheremos, para fecho d'ouro d'este capitulo, alguns periodos do sr. Latino Coelho, trechos preciosos, que, engastados na nossa prosa descolorida, lhe darão relevo e ornato.

«Não ha esplendor que illuminasse já o genio de Portugal, diz o illustre escriptor que citámos, que não viesse a emulação d'estranhos escurecel-o com uma nuvem.

«Nunca o sol das glorias se levantou para esta nação, que não viesse uma inveja toldar-lhe o horizonte. Nunca ceifámos uma palma talhando-a de palmeira virgem em terra nunca d'antes visitada por Europeus, que não viessem dizer-nos que era furtada. Nunca cingimos um laurel que o não dissessem logo arrancado d'outra fronte!

«Fomos os primeiros que, ao sahir da

Digitized by Google

edade média, começámos a *dilatar a fé e o imperio* por esses mares, aonde ninguem se aventurára, e, depois da empreza feita, ou a taxaram de facil, ou a accusaram de imitada.

«Dobrámos o cabo da Boa-Esperança, e duvidaram que fossem os Portuguezes os primeiros que ousassem affrontar as tormentas d'aquelles mares.

«Descobrimos o *nonio*, origem de fecundas invenções na arte de medir espaços pequenissimos, e logo se adeantaram os Francezes a oppôrem o seu Vernier ao nosso famigerado Pedro Nunes.

«Não é pois de pasmar que tambem a gloria da primeira circumnavegação a queiram indivisa para si, os que nem sonhavam na empreza antes que o exilado portuguez a delineasse.

«Foi, é verdade, um Castelhano o que veiu á côrte de Castella a receber o premio d'aquella inaudita navegação. Foi Elcano o que voltou, e Magalhães o que morreu. Foi Magalhães o que recebeu as frechadas em Matan, e Elcano o que recebeu em Madrid o parabem e o galardão. Foi Magalhães a hostia d'aquelle grande sacrificio em honra da civilização, e Elcano o que acceitou as offrendas da gratidão. Foi Magalhães o heróe d'aquella empreza memoravel, e Elcano o que se engrandeceu com as honras do triumpho.

«Mas que importa que o Castelhano, mais mimoso filho da fortuna, viesse addir as honras e grandezas da herança de Magalhães?

«A maior parte dos trabalhos, e o melhor dos descobrimentos d'aquella navegação quem os padeceu com animo sempre egual e varonil, quem os realizou por sua constancia e entendimento senão o benemerito Portuguez?

«Quem deu passos para se descobrir o estreito? Quem partiu de Portugal para Castella, e de Castella para o Oceano, levando a crença funda e inabalavel de que ao sul do continente americano se acharia passagem para o mar Pacifico? Quem suffocou, por sua fortaleza, a rebeldia dos Castelhanos, os quaes, por seu desanimo e tibieza, iam pondo a expedição a dois passos do seu desastroso acabamento? Quem luctou contra todas as difficuldades d'uma navegação tão larga e tão trabalhada d'accidentes e contradicções? Quem descobriu as ilhas Mariannas? Quem as Philipinas? Quem, d'entre os capitães, deu primeiro o seu sangue para ser martyr da empreza e da idéa, de que fôra confessor em Portugal, prégador ardentissimo em Castella, apostolo fervente no Oceano, soldado fidelissimo em terra de gentios?

«Pois aos que idearam e governaram as expedições, e as levaram a bom caminho, só porque a má fortuna lhes tirou a vida, ha de vir a inveja tirar-lhes tambem os louros? Só porque não poderam vir ao triumpho, hão de outros triumphar por elles na côrte, e, o que mais é, no conceito da posteridade? Porque Newton não viveu mais cem annos para adivinhar toda a moderna astronomia, e toda a optica moderna, havemos de negar-lhe a primeira estatua? Porque Napoleão deixou ainda a Kléber no Egypto espaço para talhar um glorioso campo de batalha, é justo que tenha Kléber, e não Bonaparte, a maior gloria da expedição? Porque um grande homem deixa a outros alguns sobejos da sua gloria, ha de um raio do sol valer mais do que a esplendida luz de todo o astro?

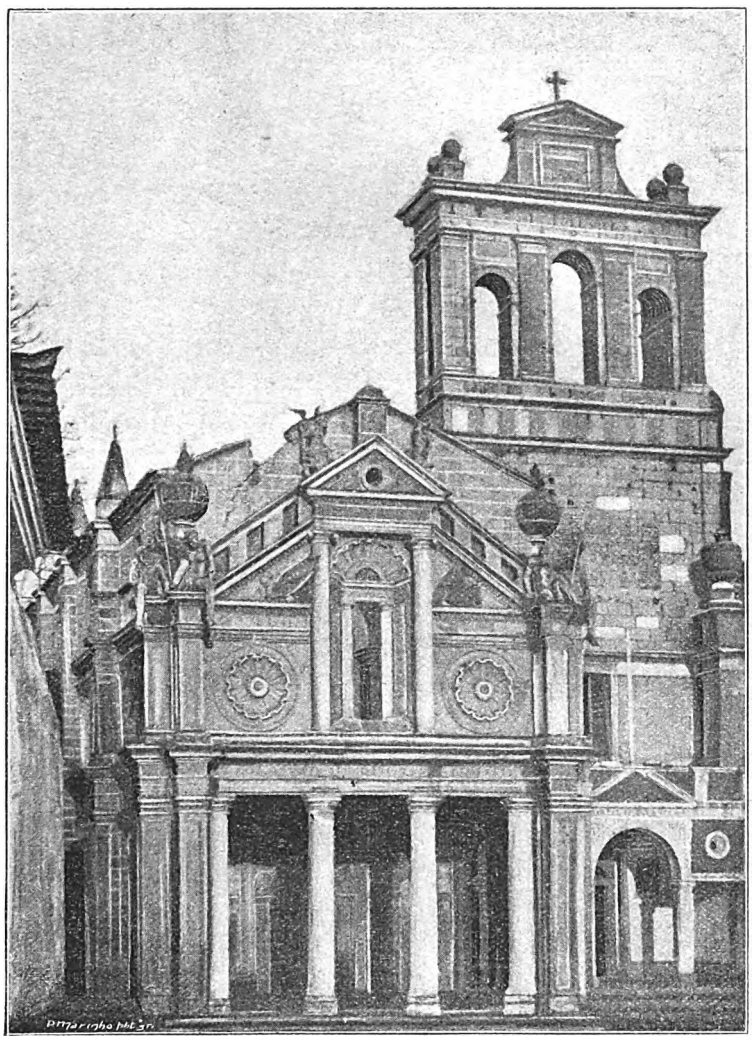
«Felizmente os estrangeiros mais illustres respeitam em Fernão de Magalhães o auctor da primeira circumnavegação, e attribuem-lhe a gloria de haver sulcado a vez primeira as aguas do Pacifico. Não ha estreito que tenha nome de Sebastião d'Elcano, mas de *Estreito de Magalhães*. E hoje que os estrangei-

Digitized by Google

ros teem mudado muitos nomes, com que os nossos antigos navegadores attestaram a originalidade dos seus descobrimentos, ha dois ainda que andam consagrados na geographia universal: O Cabo da Boa-Esperança, o Estreito de Magalhães.

«São as duas sentinellas que guardam o thesouro precioso das nossas tradições: emquanto os estranhos não houverem conseguido apagar do mappa estes dois nomes gloriosos, não poderão a seu salvo expungir dos fastos modernos a memoria dos nossos descobrimentos, nem despojar-nos das nossas glorias nas regiões orientaes e no continente americano.

«Isto ao menos teem de consolador os legitimos e immorredouros monumentos. E' que ainda na terra que já não é nossa dão brado eloquente da nossa fama[1].»



CONVENTO DA GRAÇA, EM EVORA, MANDADO CONSTRUIR POR D. JOÃO II

[1] Latino Coelho, *Archivo Pittoresco*, loc. cit. pag. 309. Seria completamente original a empreza de Fernão de Magalhães? E' essa uma questão levantada agora incidentemente pelo sr. Andrade Corvo nas suas magnificas notas do *Roteiro de D. João de Castro*, obra em que se revela uma extraordinaria erudição, e um elevadissimo criterio.

Transcrevendo um trecho do *Esmeraldo de Situ orbis*, famoso manuscripto de Duarte Pacheco, que em breve será publicado, com auxilio da Academia Real das Sciencias, pelos srs. Corvo e conde de Ficalho, o sr. Corvo mostra que desde 1498 tinham começado os Portuguezes a percorrer a costa americana. O sr. Corvo deduz comtudo d'esse trecho que já antes de 1500 tinham os Portuguezes conhecimento do Brazil, illação que nos parece menos fundamentada, como rapidamente mostraremos:

«Bemaventurado principe, diz Duarte Pacheco a el-rei D. Manoel, temos sabido e visto como no terceiro anno do vosso reinado do anno de Nosso Senhor de 1498, d'onde nos vossa alteza mandou descobrir a parte occidental passando além a grandeza do mar oceano onde ha achada e navegada uma tão grande terra firme com muitas e grandes ilhas adjacentes a ella que se estende a setenta graus de ladeza (latitude), da linha equinocial contra o polo arctico, e posto que seja assaz fria, é grandemente povoada» etc., Citado pelo sr. Corvo na nota a pag. 98 do *Roteiro de Lisboa a Goa* de D. João de Castro.

Estas phrases de Duarte Pacheco provam apenas que já em 1498 os Portuguezes conheciam a America Septemtrional e confirmam as expedições de Côrte Real á Terra Nova.

Continua porém:

«Assim que temos sabido que das praias e costas do mar d'estes reinos de Portugal e do promontorio de Finisterra e de qualquer outro logar da Europa e da Africa e da Asia, atravessando além todo o oceano direitamente a occidente ou a oeste, segundo ordem de marinharia por trinta e seis graus de lonjura (longitude) que serão 648 leguas de caminho, contando a dezoito leguas por grau e a logares algum tanto mais longe é achada esta terra não navegada pelos navios de Vossa Alteza, e por vosso mandado e licença os dos vossos vassallos e naturaes, e

Digitized by Google

CAPITULO LIX

A India durante o reinado de D. João III.— Governo de D. Duarte de Menezes

O ultimo governador, que el-rei D. Manuel nomeou para a India, foi o successor de Diogo Lopes de Sequeira, D. Duarte de Menezes, filho do prior do Crato, conde de Tarouca, e celebre capitão das nossas guerras africanas.

O governo de D. Duarte de Menezes é mais um degráu da escada de vergonhas, por onde o nosso imperio indiano foi rolando, ora vagarosa ora precipitadamente, até de todo desabar, sem que ficassem nem vestigios do épico sonho de Albuquerque. Feitos brilhantes assignalam comtudo a historia d'este governo; mas o que principalmente havemos de commemorar são perfidias, imprudencias ou traições.

De plano politico ausencia total: D. Duarte de Menezes, da mesma fórma que Lopo Soares d'Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira, não imprime uma direcção qualquer ao conjuncto dos nossos esforços; cada capitão governa como entende a sua fortaleza, e o governador da India não se preoccupa senão com os negocios que estão dentro da esphera immediata da sua actividade.

Demais, D. Duarte de Menezes nem mesmo a esses attendia muito: o que mais lhe importava eram os negocios do seu interesse particular. A voz publica na India dizia que antepunha não só as suas conveniencias ao serviço d'el-rei, mas que tambem se deixava peitar facilmente pelos inimigos, e que as allianças ou as guerras as fazia elle segundo a isso o impelliam os dinheiros que recebia dos Indios que com ellas interessavam.

E a tanto chegaram estes boatos, tal consistencia tomaram, que seu irmão D. Luiz de Menezes, homem de mais austera probidade, ainda que um pouco rispido, uma vez que vinha de conserva d'Ormuz para Chaul, e que o governador demorou a esquadra para fazer umas

---

indo por esta costa sobredita do mesmo circulo equinocial em diante por vinte oito graus de ladeza contra o polo antarctico é achado n'ella muito e fino brazil com outras coisas de que os navios n'este reino vem grandemente carregados...» Ibid. pag. 99.

Do trecho citado infere-se que o Brazil estava descoberto no tempo em que Duarte Pacheco escrevia, mas não que o fôra em 1498, porque essa data só a fixa Duarte Pacheco para a expedição dos Portuguezes á America Septemtrional.

E' certo, porém, que o estreito chamado depois estreito de Magalhães ficou conhecido, ou antes já era suspeitado dos Portuguezes, facto sabido porque o proprio Pigafetta declara que Fernão de Magalhães o dissera. «Esta enseada, diz Pigafetta referindo-se á que era formada pelo cabo das Onze mil Virgens, era um sitio redondo, cercado de montanhas, como eu já disse, e o maior numero dos marinheiros pensaram que não havia logar por onde podessem entrar no mar Pacifico. Mas o capitão-general disse que havia outro estreito para se sair, e disse que o conhecia bem, porque o vira n'uma carta marinha do rei de Portugal, mappa que fôra feito por um grande piloto chamado Martim de Bekaim.» Narrativa de Pigafetta, na traducção ingleza de lord Stanley *The first voyage round the world*, pag. 58.

Tambem o estreito apparece no globo de Schoener de Nuremberg, datado de 1520, quando ainda não houvera tempo de se conhecer a descoberta de Fernão de Magalhães.

O que prova isso? Prova que outros, como Fernão de Magalhães, estavam convencidos de que tinha razão Colombo quando procurava a India pelo Occidente. Toda a America se foi descobrindo em busca sempre da passagem para o Oriente. Colombo, depois de descobrir as Antilhas, desceu ao sul a procural a. Descoberto o Brazil, mais para o sul tiveram de ir as conjecturas. E não conjecturam hoje todos os geographos que existe a famosa passagem do noroeste? Diminuiria isso por acaso a gloria do feliz navegador que conseguisse encontral-a? Não de certo. Pois o mesmo succedeu a Fernão de Magalhães. Encontrou a passagem que Colombo debalde demandára, que só alguns geographos sonhavam, que o vulgo julgava impossivel, e que se tornou uma realidade, graças á audacia e á sciencia do grande navegador pertuguez.

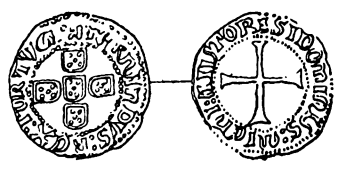
Digitized by Google

prêsas, lhe disse asperamente que não era digno d'um representante da pessoa real andar fazendo officio de pirata; que tinha com isso muito abatimento a sua honra de governador, e a sua honra de gentil homem. Da primeira era só responsavel perante el-rei, mas da segunda era tambem responsavel perante a sua familia, e elle, como seu irmão, lhe rogava que a soubesse manter pura.

Para D. Duarte acceitar as reprehensões, sem se escandalizar, porque pelo contrario vemos d'ahi a pouco D. Luiz encarregado de um commando importante, e tambem para este romper no excesso de aggravar assim seu irmão, em vez de o defender contra os outros que o insultavam, era necessario que os factos fossem bem conhecidos, e que não podesse haver duvida ácerca da sua veracidade.

Quando o governador era assim, quando o exemplo partia de tão alto, é facil de imaginar o que fariam os capitães das fortalezas. Um rapido elenco dos acontecimentos do governo de D. Duarte nos esclarecerá sufficientemente ácerca dos espectaculos, com que principiavamos a rejubilar e a anojar a um tempo os Orientaes, espantados de que tanta heroicidade se podesse casar com tanta baixeza.

Vimos que a fortaleza de Ormuz fôra cercada pelos naturaes revoltados, e que o seu capitão D. Garcia Coutinho estava por tal fórma desprevenido e descuidado, que tinha até a fortaleza empachada de fardos e desartilhada. Suffocou-se comtudo a revolta, graças a soccorros promptos que chegaram de Mascate e Calayate onde estavam então por fortuna navios portuguezes. O governador avisado mandou logo seu irmão D. Luiz com uma esquadra, mas, quando elle chegou, estava já tudo sereno, e el-rei de Ormuz desamparára a cidade e refugiára-se na ilha de Kischmisch, juntamente com o seu ministro omnipotente, homem a quem os nossos chronistas chamam Rais Xarafo, e que era um digno successor de Khodja-Atar, e de Bas-Ahmed, tanto no odio aos Portuguezes, como na preponderancia que exercia sobre o fraco soberanno, a quem Affonso de Albuquerque deixára apenas uma sombra do poder, que Xarafo lhe queria agora restituir inteiro, para o exercer em nome d'elle.



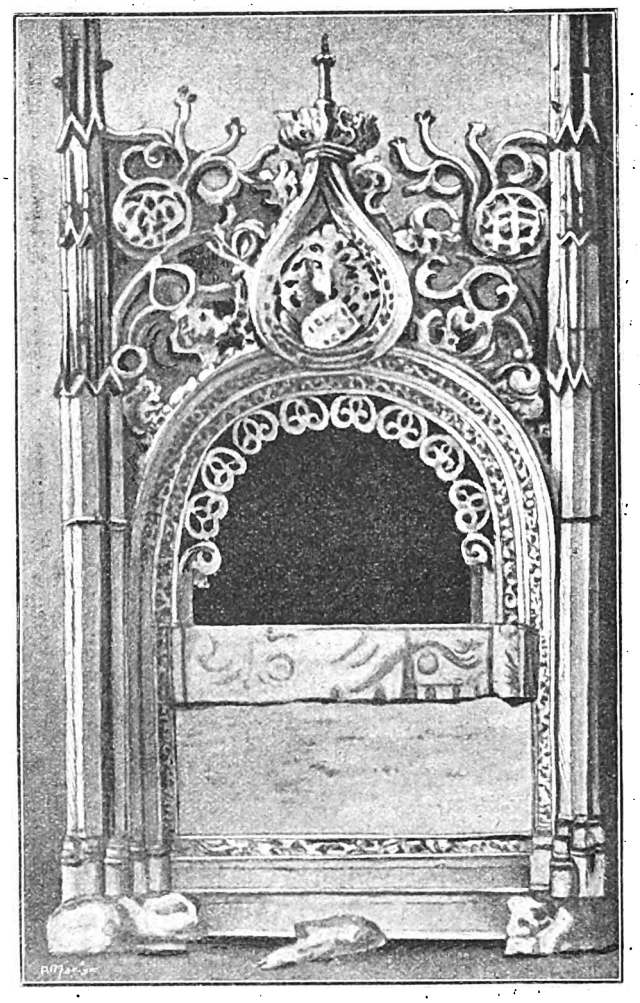
Meio tornez, de D. Fernando I

Os Portuguezes, com a sua habitual insolencia e cubiça, davam bastantes razões de queixa ás populações subjugadas para que não fosse difficil a um homem habil insurgil-as. A revolta rebentou pois com um aspecto terrivel, muitos Portuguezes foram mortos, muitos mais ainda roubados. Quando porém se tractava de desembainhar a espada, readquiriam os nossos toda a sua preponderancia. Xarafo á sua custa percebeu que, se a virtude portugueza affrouxára desde os tempos de Affonso de Albuquerque, não lhes affrouxára comtudo nem a coragem nem a robustez do braço.

Quando D. Luiz de Menezes chegou e encontrou a revolta domada, depois de ter dado o commando da fortaleza de Ormuz a João Vaz de Noronha, por D. Garcia Coutinho ter acabado o seu tempo, tractou de ver se podia pôr as cousas no mesmo pé em que estavam antes da revolta. Mas o rei de Ormuz recusava-se obstinadamente a toda e qualquer composição, não por elle, que bem desejoso estava de voltar aos seus habitos indolentes, mas por Xarafo que lhe não consentia tal. Então D. Luiz de Menezes, pouco escrupuloso, como eram em geral os homens do seculo XVI, tractou de ver se se desfazia de Xarafo

Digitized by Google

como Affonso de Albuquerque se desfizera de Ahmed, pelo assassinio. Da mesma fórma que n'este ultimo caso, o fraco soberano de Ormuz estava mais desejoso de se ver livre do seu imperioso ministro, do que de o ajudar nos seus planos bellicosos, e intelligencias secretas se estabeleceram entre elle e os Portuguezes para se levar a cabo o que ambas as partes desejavam. Xarafo, porém, menos energico talvez, mas decerto mais astucioso do que Ahmed, presentiu o conluio e antecipou-se a elle. O rei de Ormuz foi assassinado.



TUMULO DO MARQUEZ D'ABRANTES (D. JOSÉ D'ALMEIDA)

D. Luiz de Menezes precisava de partir para a India, mas queria deslindar este caso, que era grave. Partiu todavia, deixando encarregados de terminarem a negociação, ou pela morte do Xarafo, ou por algum concerto com elle, o novo capitão da fortaleza, João Vaz de Noronha e o antigo D. Garcia Coutinho, em quem tinha mais confiança para esse effeito, por ser mais practico do caracter dos inimigos com quem tinha de tractar.

Não tardou D. Garcia a achar um homem que, a troco de obter o cargo que o Xarafo exercia em Ormuz, se encarregou de o matar, com tanto mais gosto quanto tinha motivos de odio particular contra o irmão do Xarafo, e podia assim satisfazer a um tempo a sua vingança, e a sua ambição. Este duplo fim mallogrou a combinação, porque o assassino, a quem os nossos chronistas chamam Rais-Xemesim, matando primeiro o irmão do Xarafo, involuntariamente avisou este, que estava sempre álerta, do que se tramava, e o habil ministro mais uma vez poude escapar, fugindo da ilha. Teve porém de se refugiar em Ormuz, onde foi descoberto e preso. Um phantasma de rei, que Xarafo pozera em logar do outro que assassinára, fez logo as pazes com os Portuguezes, e D. Garcia, ordenando que se conservasse o preso á disposição do Governador D. Duarte, que não tardaria a chegar a Ormuz, é pondo no logar de *guusil*, como os nossos chronistas dizem, o Xemesim, a quem esse cargo se promettera, partiu para a India, aonde não teve porém a ventura de chegar porque naufragou no caminho.

Isto passára-se no anno de 1521 e anno de 1522; em fevereiro de 1523 D. Duarte de Menezes fez-se de vella de Gôa para Ormuz, onde estava preso o Xarafo esperando a sua determinação. Com grande espanto de D. todos, Duarte

Digitized by Google

INTERIOR DA EGREJA DE S. FRANCISCO (GUIMARÃES)

Digitized by Google

de Menezes o que fez foi mandal-o soltar, dando como pretexto que muito lh'o pedira o rei d'Ormuz com quem ia entrar de novo em amigavel concerto. Começaram a correr logo vozes desfavoraveis á probidade do governador, que tomaram mais força, quando, no tractado que assentou com o rei d'Ormuz, se fixaram para os Portuguezes muito menos vantagens do que as que Affonso d'Albuquerque já deixára firmadas. Emfim o escandalo concluiu-se quando, em vez de ser punido o Xarafo, pelo contrario o foi Xemesim, o seu mais cruel inimigo, o mesmo que, a incitamento dos Portuguezes, fôra á ilha de Kischmische para o matar. Estava este descontente de vêr outra vez o seu mortal inimigo solto e poderoso, e proferiu em publico palavras pouco respeitosas para com o governador. Aproveitou-se este pretexto, aproveitaram-se outras pequenas cousas, intrigas movidas pelo proprio Xarafo, e o governador mandou matar secretamente Xemesim, contra a opinião de muitos membros do seu conselho, que não percebiam esta politica de sacrificar um amigo talvez imprudente, mas firme e leal.

Estas cousas todas, cuja explicação não se podia encontrar senão na grande riqueza de Xarafo, indispozeram muito os animos contra o governador, e desacreditaram-n'o bastante no conceito dos Portuguezes honrados, que ainda na India existiam. Foi quando voltou d'Ormuz para Gôa que lhe succedeu com seu irmão D. Luiz o caso que antecedentemente narrámos, e que prova, emquanto a nós, que a consciencia do governador lhe dizia que era culpado.

D. Luiz fôra encarregado por seu irmão de ir a Massuah no Mar Vermelho buscar D. Rodrigo de Lima, nosso embaixador na Abyssinia, que devia estar esperando ensejo de voltar a Portugal. Infelizmente esperava isso longe da beira-mar, e não teve tempo bastante para vir embarcar-se, antes que a armada se visse obrigada pelo tempo a levantar ferro. Sem ter cumprido a sua missão, mas depois de ter destruido na costa da Arabia a cidade de Xael, voltou D. Luiz a encontrar-se com seu irmão. Soube então do que succedera em Ormuz, e desgostoso lançou asperamente em rosto ao irmão o seu procedimento.

Destruiu D. Luiz, dissemos nós, a cidade de Xael, e quantas vezes temos de citar factos analogos! Assim é que os Portuguezes conseguiam ter guerra em toda a parte: não se contentavam de sustentar a que lhes promoviam; eram elles que por toda a parte a andavam promovendo.

E comtudo cada vez extendiamos mais a nossa esphera de actividade; a cada instante se construiam fortalezas novas. Garcia de Sá fôra em 1521 negociar ás ilhas de Banda e estabelecer relações com as Molucas; o sultão de Ternate, uma das ilhas d'este ultimo archipelago, que andava em guerra constante com um seu visinho, o sultão de Tidore, desejando ter os nossos da sua parte, pediu para que lhe construissem os Portuguezes uma fortaleza na sua terra. Isso foi-lhe facilmente concedido, e logo, no anno seguinte de 1522, Antonio de Brito, partindo de Malaca, foi edificar a nova fortaleza de Ternate. Era a decima-primeira que possuiamos na Asia. Tinhamos seis no Malabar, uma no Golfo Persico, outra na Indo-China, outra em Sumatra, outra em Ceylão, e agora outra nas Molucas e em toda a parte guerra.

Esta nova fortaleza tambem foi cimentada com sangue; construiu-se, e certo, muito por vontade do sultão de Ternate, mas Antonio de Brito, irritado porque o sultão de Tidore recebêra favoravelmente os Castelhanos da expedição de Fernão de Magalhães, e ao mesmo

Digitized by Google

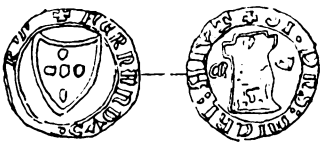
tempo forte com a chegada d'um navio commandado por D. Rodrigo da Silva, ordenou positivamente ao sultão de Tidore que não vendesse cravo a mais ninguem, e que expulsasse do seu porto uns juncos das ilhas de Banda, que alli tinham vindo fazer negocio. Tal exigencia era uma insupportavel tyrannia, e o sultão de Tidore revoltou-se contra ella. Para o forçar a ceder, Antonio de Brito enviou-lhe uma fusta com 20 homens e 7 peças d'artilheria, commandada por Antonio Tavares, com ordem de expulsar os juncos a tiro, se o sultão não quizesse obedecer.

Assim se fez, mas um temporal, que sobreveiu, arrojou a fusta á costa e os naufragos foram mortos desde o primeiro até o ultimo. Estas represalias, em que eramos victimas de demasiada confiança no nosso prestigio, iam-se tornando cada vez mais frequentes.

Depois de muitas peripecias, o sultão de Tidore foi derrotado pelos Portuguezes, e o nosso predominio estabeleceu-se definitivamente nas Molucas, mas baseado na força, e não em solidas allianças. O sultão de Tidore continuou a ser nosso adversario constante, prompto sempre a aproveitar-se dos nossos revezes e das nossas dissensões.

No extremo Oriente acontecia o mesmo; a fortaleza de Pacem na ilha de Sumatra tinha por inimigo implacavel o sultão d'Achem, assim como a cidade de Malaca tinha por adversario constante o sultão de Bintam.

O commandante da fortaleza de Pacem era n'esta epocha D. André Henriques, homem cubiçoso e cobarde, que excitava com as suas rapinas o odio dos indigenas, e que tremia depois deante d'elles quando sublevados lhe cercavam o castello. Felizmente os soldados eram melhores do que o capitão, e Pacem defendeu-se valentemente contra o sultão d'Achem, mas D. André Henriques, doente de medo, enviou a Cochim um seu creado Pedro Serrão, a pedir soccorro ao governador e a pedir-lhe ao mesmo tempo que lhe enviasse um substituto para a capitania, que elle renunciava antes de acabar o tempo, porque se não sentia com forças de lhe sustentar os encargos.



Meio tornez, de D. Fernando I

D. Duarte de Menezes, recebendo este recado, enviou logo o soccorro pedido, e á sua frente Lopo de Azevedo, encarregado de tomar o governo da fortaleza. Quando lá chegou porém estava já D. André melhor, e este, que era um verdadeiro imbecil, mero instrumento nas mãos de um seu cunhado alcaide-mór da fortaleza, homem ambiciosissimo que se chamava Ayres Coelho, recusou entregar a capitania a Lopo de Azevedo.

O pobre capitão, joguete de alheias ambições, não fazia isto por vontade propria, obedecia ás suggestões de Ayres Coelho, que via os seus planos desconcertados pela convalescença de D. André e a chegada de Lopo d'Azevedo. Effectivamente, o astucioso alcaide, vendo seu cunhado gravemente enfermo, esperava que este já estivesse morto quando o novo governador chegasse. Estaria elle então commandando a fortaleza, e, pelo menos até ao fim do tempo que haveria cabido a D. André, ninguem lhe disputaria a elle o governo.

Mas D. André estava bom, e em disposições cada vez maiores de largar a capitania; isto era o que Ayres Coelho não queria, e forçou-o, como dissemos, a contradizer-se, recusando entregar a fortaleza a Lopo de Azevedo; queria elle comtudo que este lhe deixasse a gente que commandava. As tropas que acompanhavam Azevedo, declararam porém, unanimemente, que só ficariam

Digitized by Google

na fortaleza tendo como governador o homem que os viera commandando desde Cochim. Como D. André, ou antes Ayres Coelho, persistisse na sua recusa, Lopo de Azevedo partiu para Malaca, deixando a fortaleza entregue ás suas proprias forças. O pobre André, vendo isto, sentiu-se tão aterrado pela responsabilidade que sobre elle cahia que de novo adoeceu. Ayres Coelho tomou-o sem mais cerimonia, metteu-o a bordo de um navio, e mandou-o embora. Os Mouros de Achem entretanto continuavam a apertar a fortaleza, e a reduzil-a á ultima extremidade, animados pelas discordias vergonhosas que viam lavrar entre os sitiados.

Entretanto D. André fazia-se de vella para Cochim, e encontrando no caminho uma esquadra portugueza, commandada por Sebastião de Sousa, disse-lhe o que succedera em Pacem, o perigo em que a fortaleza estava, e pediu-lhe que de passagem a visitasse e soccorresse. Assim o fez Sebastião de Sousa, e encontrou effectivamente a fortaleza nos ultimos apuros, os Mouros quasi victoriosos, a guarnição descontente e quasi em plena revolta contra Ayres Coelho. Saudaram todos com immenso jubilo a chegada da esquadra portugueza, e pediram a Sebastião de Sousa que tomasse o commando da fortaleza, sendo o proprio Ayres Coelho um dos que mais insistiam com elle para isso. Sebastião de Sousa não quiz fazel-o, comtudo, e disse apenas que estaria prompto a auxilial-os na defeza, o que effectivamente fez com proveito e efficacia. N'isto, porém, apparece uma nova complicação na pessoa de D. André Henriques, que, compellido por uma tempestade a arribar a Pacem, e vendo a fortaleza quasi desaffrontada de inimigos, entendeu no seu acanhado juizo que podia retomar o governo e assim o exigiu. Sebastião de Sousa mostrou-se disposto a reconhecel-o como governador, mas declarou que, estando a fortaleza provida de tudo quanto lhe era necessario e tambem de commandante, ia elle partir para o seu destino.

Voltaram os terrores a apoderar-se do espirito de D. André, e tudo era insistir para que Sebastião de Sousa o não desamparasse. Sebastião de Sousa, anojado com as irresoluções de D. André, declarou-lhe positivamente que, se tinha medo de defender a fortaleza, lh'a entregasse, que elle a saberia manter em paz ou em guerra, acompanhando esta declaração de recriminações severas contra o procedimento que elle tivéra anteriormente. Emfim as cousas chegaram a ponto que os partidarios de Sebastião de Sousa e os de D. André Henriques e os d'Ayres Coelho não ousavam confiar-se uns dos outros, e que afinal desampararam a fortaleza, entregando-a aos inimigos, não com receio d'elles, mas com receio das suas mutuas traições.

É este um episodio vergonhoso das nossas guerras indianas, que bem mostra quão profunda era a nossa decadencia, e quão justo era o dito do rajah de Cochim, dito que Diogo do Couto nos transmittiu no seu *Soldado pratico:* «O imperio d'Albuquerque perde-se, dizia elle, porque de Portugal deixaram de vir tres cousas: verdade, espadas largas, e Portuguezes d'ouro[1].»

Eram já de chumbo vil os Portuguezes da tempera de D. André Henriques.

Malaca tinha, como dissemos, por inimigo acerrimo o sultão de Bintam. No primeiro anno do governo de D. Duarte de Menezes, sendo commandante de Malaca Jorge d'Albuquerque, veiu uma armada do sultão contra a cidade. Quando ainda estava dez leguas distante d'ella, viu-a um navio portuguez, que foi logo participar isso a José

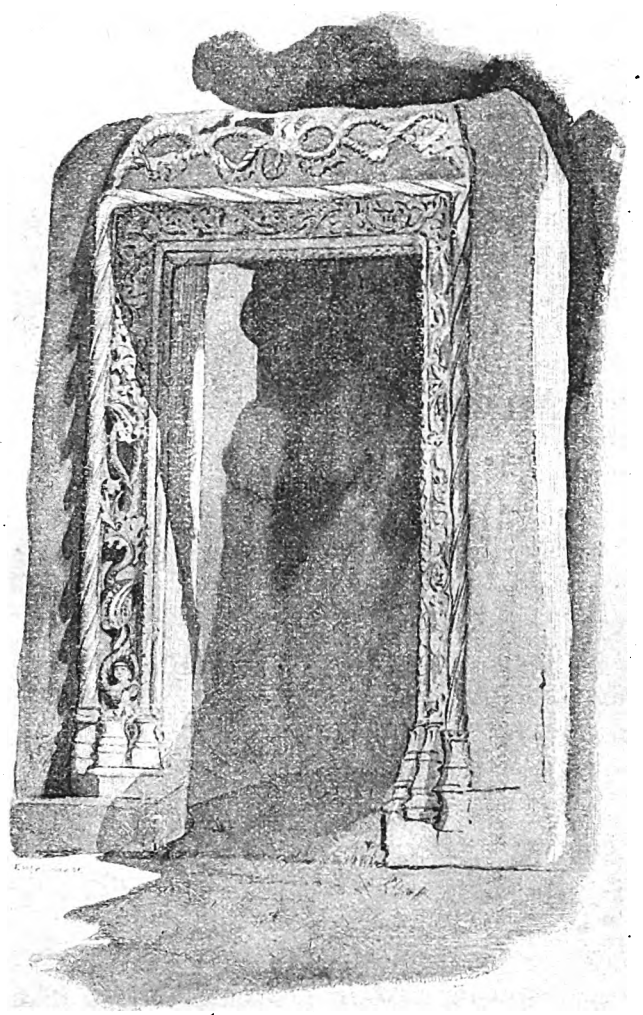
[1] Diogo do Couto, *Soldado pratico*, parte 2.ª, scena 2.ª, pag. 91 (Lisboa, edição de 1790).

Digitized by Google

d'Albuquerque. Este, para que os inimigos não fossem senhores do mar, enviou uma esquadra de seis lancharas, uma galeota, um outro navio e um galeão, commandados por D. Sancho Henriques para fazerem o mal que podessem ao inimigo. Entrando no rio de Muar encontraram os nossos a armada do sultão, e alli se travou crua peleja. A desproporção de forças era grande, o capitão-mór, D. Sancho Henriques, valente mas pouco habil, os inimigos poderam concentrar todas as suas forças primeiro contra tres lancharas, depois contra outras tres, afinal contra a galeota, sem que nem o galeão nem o navio lograssem soccorrel-as, e afinal um desastre terrivel fulminou os Portuguezes, ficaram alli mortos setenta, os outros a muito custo conseguiram salvar-se.

Não pararam aqui os revezes: levantando a cabeça com esta derrota dos nossos, os outros régulos da costa começaram a mostrar a sua inimizade, e o sultão de Pam, que até ahi sempre procurára a nossa alliança, não temeu mandar assassinar desde o primeiro até ao ultimo os tripulantes d'um junco portuguez, commandado por Antonio de Pina, que fôra commerciar ao seu reino.

Uma acção heroica resplende com inexcedivel fulgor n'estas paginas negras, e mostra que ainda não era a bravura que nos faltava. D. Sancho Henriques para vingar um pouco o desastre do rio de Muar, fôra correndo a costa a fazer prezas, acompanhado por outros dois navios que André de Brito e Ambrosio do Rego commandavam. André de Brito foi arribar ao porto de Pam, que tinha como amigo, porque ainda se não sabia do caso de Antonio de Pina, e ahi soffreu sorte egual á d'este desgraçado. D. Sancho Henriques e Ambrosio do Rego apanharam uma tempestade que os separou, e D. Sancho foi parar tambem ao mesmo fatidico porto, onde estavam, para cumulo de desastres, trinta lancharas do sultão de Bintam. Recebido primeiro com mostras fingidas de amisade, não tardou D. Sancho a perceber que era trahido. Sessenta lancharas se encaminharam para o galeão portuguez, em som de guerra.



SETUBAL—PORTAL MANUELINO
(Pertencente a uma quinta do visconde da Torre da Murta)

A defeza dos Portuguezes foi heroica, e devemos particularizal-a. O combate, tal como Francisco d'Andrade o descreve, é perfeitamente no genero d'essas

Digitized by Google

batalhas que nos contam os modernos viajantes, e em que o ataque dos Malaios, verdadeiramente infernal, torna de todo inutil a defeza.

As lancharas avançaram, formando um vasto circulo, que se foi pouco a pouco estreitando ao approximar-se do galeão. D. Sancho pozera homens nas gaveas, outros na tolda para lhes fornecerem pedras com que fulminassem os inimigos, oito Portuguezes em cada bordo, oito na prôa, elle com os restantes no chapiteu da pôpa, e deu ordem aos bombardeiros que não fizessem fogo senão quando vissem bem proximos os inimigos.

Assim se fez, e a primeira descarga pôz fóra do combate doze ou quinze lancharas, mas as outras continuaram a avançar, unindo-se cada vez mais, implacaveis e velozes. D'ahi a pouco estava o navio afferrado por todos os lados, e, máu grado á tenaz resistencia dos Portuguezes, aquelles demonios cobreados entravam por todas as portinholas, içavam-se por os cabos. A lucta era terrivel, feroz, sanguinolenta, mas era enorme a desproporção das forças; os inimigos recresciam a cada instante, os nossos a cada momento diminuiam. Os homens das gaveas faziam muito mal aos Malaios, mas estes, que no féro ardor do combate curavam mais de aggredir do que de se defender, não descançaram emquanto, á custa de graves perdas, os não deixaram a todos sem vida, e entretanto em baixo a lucta continuava. Já restavam apenas treze Portuguezes, e D. Sancho, reunindo-se a todos na tolda, e abrigando-os com o chapitéo, continuava o combate, fazendo tanto mal aos inimigos, que estes desamparavam o galeão, e, refugiando-se nas lancharas, de longe ás fréchadas e espingardadas os foram matando, sem que nenhum dos nossos pensasse em render-se. Morriam como leões, vendendo bem cara a vida, iam cahindo successivamente, e os que sobreviviam continuavam n'aquelle combate desesperado, sombrio, implacavel, sem tréguas nem luz de salvação. O ultimo que morreu foi D. Sancho, e os Malaios só poderam cantar victoria, quando o galeão, ermo completamente, não balouçou mais do que um monte de cadaveres sobre as vagas do Oceano.

Essa victoria sangrenta fôra comprada pelos Malaios á custa de mais de quinhentos dos seus. Arrojaram os cadaveres ao mar, vararam o galeão em terra, tiraram-lhe a carga e a artilharia, e lançaram-lhe fogo. Emquanto o não viram reduzido a cinzas, parecia-lhes sempre que essa habitação fluctuante de tantos heróes se animaria por si, e arrojaria os inimigos do seu seio.

Feito heroico é este que devemos commemorar com ufania; mas façanhas de tal ordem abundam tanto na nossa historia, e o habito de as narrrar torna os nossos chronistas por tal fórma desdenhosos, que, ao passo que a França guarda preciosamente a memoria do *Vengeur*, esse navio republicano, que se deixou ir a pique sempre combatendo e vomitando torrentes de fogo e ferro de cada bateria, á medida que se ia abysmando nas aguas, feito decerto glorioso que elles apresentam como um protesto do heroismo francez contra os ininterruptos triumphos das esquadras inglezas nos fins do seculo passado e principios do actual, emquanto elles eternizam pois de todos os modos, pelo hymno, pela pintura, pela recordação guardada preciosamente na historia, a sublime acção do *Vengeur*, nós até ignorâmos o nome do galeão de D. Sancho Henriques!

Mas estes grandes feitos não suspendiam os males que opprimiam a cidade de Malaca, sempre em continuada e desastrosa guerra com os de Bintam. Ainda D. Garcia Henriques, querendo vingar a morte de seu parente D. Sancho,

Digitized by Google

soffreu um desastre similhante, e perdeu dois navios. O sultão de Bintam, animado com todas estas victorias, veiu pôr cêrco a Malaca, e reduziu-a ao extremo aperto. Defenderam-se os nossos valentemente, e o assedio levantou-se afinal, restabelecendo-se a fortuna portugueza com a chegada de soccorro da India, commandado por Martim Affonso de Sousa. Este valente capitão percorreu a costa da Indo-China, e fez sentir aos inimigos o pêso do forte braço portuguez; Bintam, Pam e Patane soffreram castigo cruel, e foi n'este ensejo que renovaram dois galeões, com mais prospera fortuna, a façanha de D. Sancho Henriques. Rodeados por uma multidão de lancharas, e acorrentados um ao outro, lograram destroçal-as a todas, graças á habilidade dos seus bombardeiros, que souberam empregar a sua artilheria com mais acêrto do que os bombardeiros de D. Sancho Henriques. Os commandantes d'estes dois galeões, que, á sua volta a Malaca, foram extraordinariamente festejados, chamavam-se Alvaro de Brito e Jorge Correia.

Entretanto nas Molucas Antonio de Brito firmava o nosso dominio, mas cimentando com sangue as pedras da fortaleza, conciliava a inimisade dos indigenas, e renovava os antigos odios, sopitados ou domados por Affonso d'Albuquerque; Heitor da Silveira, enviado ao Mar Roxo, conseguia fazer o scheick d'Aden vassallo da corôa portugueza. O nosso commercio dilatava-se com a pescaria das perolas de Ceylão, de que o governo portuguez se declarava senhor, arrendando-a depois, e auferindo d'isso amplos proveitos; fundava-se um feitoria na costa de Coromandel, e o nome de Portugal continuava a inspirar aos régulos do Oriente respeito e pavor.

Mas os odios fermentavam cada vez mais; a cubiça portugueza revelava-se com toda a sua hediondez e o procedimento do governador D. Duarte de Menezes tornava-se por esse lado escandaloso. Não pensava senão no seu interesse, e todos os actos do seu governo eram a isso subordinados. Foi então que el-rei D. João III se lembrou de mandar governar a India o homem illustre que alli primeiro aportára. D. Vasco da Gama, posto de parte pelo rei ingrato a quem servira, era chamado por D. João III a exercer o governo da India com o titulo de vice-rei; mas esse velho venerando parece que não acceitou o encargo senão para ir procurar ao Oriente um tumulo digno da sua estatura gigante. Era o que melhor do que nós exprimia na sua phrase altiloqua e no seu verso inspirado o grande poeta o sr. Mendes Leal, quando, arrebatado pelo ardor do seu genio, dizia, dirigindo-se a Vasco da Gama n'uma das suas duas bellas *Indianas:*

Vaes aos cryptos monstruosos
Dos Brahmanes e dos reis,
Empoz dias tormentosos,
Aos teus guerreiros fieis
Escolher as sepulturas;
Não achas, em vão procuras.
Não davam taes estaturas
Nem as indicas Babeis.

Para terem, Titães novos,
Sepulchro digno de ti,
Vences povos sobre povos
Até dizeres: «aqui!»
No espaço não te constranges;
Dás ás prostradas phalanges
Por campa o leito do Ganges,
Por loisa os serros d'Elhi. [1]

[1] Mendes Leal, *Indianas, Vasco da Gama*, pag. 264 do Livro 2.º dos *Canticos* (Lisboa, 1858).

Digitized by Google

CAPITULO LXX

Vasco da Gama é nomeado vice-rei.—Sua morte

Um dos motivos por que se escolhera para governar a India o homem que descobrira o novo caminho para o Oriente, foi porque era grande a fama da sua indomavel energia, e as noticias que vinham d'essas remotas possessões claramente indicavam a necessidade d'um pulso forte que mantivesse na obediencia tantos capitães indisciplinados, e cohibisse as demasias e as dissoluções que lavravam no estado fundado por Albuquerque. D. Duarte de Menezes era conhecidamente improprio para esse cargo, pois que, em vez de reprimir os seus subordinados, dava-lhes o exemplo da cubiça e da simonia. Por isso mandou D. João III chamar á villa da Vidigueira, onde então residia, o grande Vasco da Gama, e pediu-lhe que se encarregasse d'esse governo, com o titulo de vice-rei e todos os poderes e vantagens que elle quizesse para si e para seus filhos. Acceitou o velho navegador a missão de que o encarregavam, e mostrou logo nos preparativos da viagem e nas ordens que deu ainda em Lisboa, que não tinham affrouxado os annos o vigor do seu espirito, e o impetuoso ardor da sua indole.

CALICE DE PRATA DOURADA (SECULO XVI)
Pertencente á irmandade de Santa Marinha da Costa (Guimarães)

Mantendo sempre a armada em severa disciplina, chegou Vasco da Gama á India, e, quando estava proximo das costas do Malabar, um phenomeno maritimo espalhou o terror na frota, dando ao mesmo tempo ensejo ao conde da Vidigueira de mostrar aquella rara presença d'espirito que o fizéra atravessar, impavido e sereno, as várias peripecias da viagem do descobrimento. Uma convulsão submarina agitou as vagas, e imprimiu aos navios um terrivel balanço, de fórma que a tripulação de cada baixel julgava ter tocado n'algum escolho, e fazia signaes para os outros, afim de os precaver contra esse imaginario perigo. Quando, porém, perceberam que a todos succedia o mesmo, e que uma causa geral e desconhecida produzia, por conseguinte, essa vacillação assustadora, o terror augmentou, e os Portuguezes julgaram-se deveras perdidos. Mas D. Vasco da Gama, erguendo-se sereno no meio dos marinheiros aterrados, bradou com a sua voz firme e sonora que os echos da procella estavam

Digitized by Google

ASSALTO DE MOMBAÇA

Digitized by Google

costumados a respeitar: «Não hajaes medo; tremem de nós os mares.» Esta fanfarronada sublime, impressionando o espirito dos marinheiros, dissipou os sustos e fez voltar a tranquillidade a todos os animos. Commemoram os historiadores, com justificado enthusiasmo, este dito do vice-rei, e Antonio Diniz da Cruz e Silva aproveitou a anecdota para um dos seus bellos e conceituosos epigrammas, tomando-se esta palavra não no sentido moderno, mas no seu verdadeiro e primitivo sentido, no que lhe attribuiam os Gregos, que o designavam por um dito agudo e conceituoso.

Assim como D. Vasco da Gama conservava inteira a coragem dos seus annos juvenis, conservava a mesma impetuosidade cega, a mesma rudeza d'indole, que o fazia temido dos adversarios e dos subordinados. Apenas tocou em Chaul, que tinha por capitão Simão de Andrade, logo este percebeu que vinha com intenções reformadoras, e que estava disposto a cauterizar sem piedade para conseguir o seu fim, e curar a India das ulceras que a corroiam. Entregou a capitania de Chaul a Christovam de Sousa, que n'ella vinha provido do reino, e ordenou-lhe que, se alli apparecesse D. Duarte de Menezes, que então estava em Ormuz, o não reconhecesse como governador, e em nada lhe obedecesse. Dito isto partiu para Gôa.

Em Gôa fez logo capitão D. Henrique de Menezes, que tambem para essa capitania vinha nomeado, obrigou Francisco Pereira Pestana, o antigo capitão que practicára muitas exacções, a compensar os queixosos das perdas que lhes fizéra soffrer. Francisco Pereira era homem arrebatado e temido, um heroe nos campos de batalha, e um leão indomavel no tracto usual. Atrevera-se, como vimos em tempo, a retorquir a Affonso d'Albuquerque; teve, comtudo, de se curvar, sempre rugindo mas obedecendo, deante da severidade do vice-rei. Em Gôa tambem mandou D. Vasco da Gama açoutar tres mulheres, que tinham vindo de Portugal na esquadra, contrariando as suas ordens. Debalde intercederam por ellas as pessoas mais respeitaveis da cidade, tanto da ordem civil, como da ordem ecclesiastica; a sentença foi executada, e parece que essas instancias ainda mais exacerbaram o vice-rei. E comtudo, a severidade era demasiada, e D. Vasco da Gama tacitamente o reconheceu, porque, á hora da morte, legou cem mil réis a cada uma d'ellas; mas D. Vasco da Gama tinha uma d'estas indoles obstinadas e terriveis, que a menor contrariedade irrita. Era, comtudo, d'um homem assim que a India precisava no estado de dissolução a que tinha chegado. Infelizmente, a morte não lhe deixou tempo de proseguir no curso das suas energicas reformas.

Deixando em Gôa o seu capitão D. Henrique de Menezes, que não tardou a assignalar o seu governo com uma victoria obtida sobre umas fustas de Dubal por uma esquadrilha que elle contra ellas enviou, capitaneada por Christovam de Brito, que n'esse combate conquistou honrada e gloriosa morte, o vice-rei partiu para Cochim, aonde determinou que fosse ter D. Duarte de Menezes quando voltasse d'Ormuz. N'essa cidade estava D. Luiz de Menezes, que, vindo receber o conde da Vidigueira, percebeu logo que as suas intenções não eram muito favoraveis a seu irmão, posto que o tratasse a elle pessoalmente com a maior cortezia. Effectivamente, quando D. Duarte de Menezes chegou, D. Vasco da Gama ordenou-lhe que se recolhesse preso a uma náu, onde viria para o reino dar a D. João III contas do seu governo. D. Duarte de Menezes tentou resistir, e, declarando que tinha permissão d'el-rei para voltar a Portugal no navio que recolhesse, recusou entregar-se á

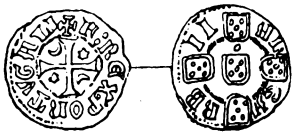
Digitized by Google

prisão. D. Vasco da Gama intimou-o officialmente para que obedecesse, e logo preparou a artilheria dos galeões para metter a pique a náu em que o seu antecessor se conservava, se elle persistisse no seu intento. Debalde D. Luiz intercedeu por seu irmão, allegando que não eram tamanhas as suas culpas que merecesse tão aspero tractamento. Como na discussão, inflammado pelo amor fraternal, se descommedisse um pouco, D. Vasco da Gama ordenou-lhe immediatamente que fosse para bordo. D. Luiz de Menezes obedeceu, e fez mais: conseguiu que seu irmão obedecesse tambem, indo elle, banhado em lagrimas, rogar-lhe que acceitasse com resignação as ordens do destino, e que o tivesse como companheiro de infortunio.

E' um nobre typo este de D. Luiz de Menezes, que já tivemos occasião de apreciar no capitulo anterior: na épocha da prosperidade de D. Duarte foi elle o primeiro a reprehendel-o e a criminal-o; mas, quando soou a hora da desgraça, esqueceu tudo o mais para só se lembrar de que era seu irmão.

Esta energia do vice-rei espalhara em Cochim um verdadeiro terror; D. Luiz de Menezes tinha muitos partidarios; ninguem ousou comtudo nem sequer acompanhal-o, quando Lopo Vaz de Sampaio, o novo capitão da fortaleza, e mais tarde tambem governador da India, declarou que era vontade do vice-rei que elle se recolhesse a bordo.

Tudo annunciava que voltariam por um pouco os aureos tempos d'Albuquerque; Fernão Gomes de Lemos, governador da fortaleza de Ceylão, era accusado de malversações; logo foi substituido e intimado para vir dar contas a Cochim. Ao mesmo tempo o vice-rei entendia nos perparativos d'uma guerra geral contra os Mouros do Malabar; como faltava artilheria nos armazens, e elle sabia que muitos negociantes a tinham para a venderem aos Mouros (abuso escandaloso que já começava a ser frequente em Portugal, e que posteriormente chegou a um excesso inacreditavel, como se vê das instrucções dadas pela côrte de Roma ao coadjutor de Bergamo, na parte que dizia respeito ao estado moral e economico do reino) sabendo isso pois ordenou Vasco da Gama que a entregassem, sob pena de morte, nos armazens d'el-rei todos os que possuissem, e tal era o respeito que o seu nome inspirava que d'ahi a poucos dias os armazens, quasi desprovidos, estavam atulhados de canhões.



Dinheiro, de D. Fernando I

Mas todos estes cuidados, se não poderam dobrar a rijeza do seu espirito, roubaram-lhe o vigor ao corpo, e uma doença perigosa o salteou, aggravada ainda pela impaciencia que lhe causava o não poder encarregar-se, com a diligencia que desejava, das occupações do governo. A doença foi augmentando, até que se declarou mortal, e effectivamente o vice-rei morreu em Cochim no dia 25 de dezembro de 1524, contando apenas pouco mais de tres mezes de governo. Morria pois na terra que a Portugal doára o grande homem, cujo nome figura na lista dos grandes navegadores, ao lado do de Christovam Colombo. Será ainda a Mendes Leal que pediremos o verbo inspirado com que pinta em tres magnificas estrophes esse grande vulto, um dos mais bellos que resplendem nos nossos opulentos annaes:

D'esse Gama o vulto infindo
Quem o póde ir hoje erguer?
Era um Nestor reflectindo,
Um Ajax a combater.
Não cansa o braço possante;
Ganha um mundo, segue ávante
E vae depois, como Atlante,
O mesmo mundo suster.

Digitized by Google

Inda todo salpicado
Do sanguinoso matiz,
Leva o saio arregaçado
Trasbordando de rubis.
Au seu rei sagra contente
As novas joias do Oriente,
Arrancadas ao crescente
Da c'rôa dos Çamoris.

Quando a juba sacudia
O leão occidental,
Gôa arfava, Adem tremia
No seu leito de cristal.
N'um gesto, heroe generoso,
Do teu braço glorioso
Chamaste um rei venturoso,
Fizeste um povo immortal.

CAPITULO LXXI

D. Henrique de Menezes

Vasco da Gama foi o primeiro governador que levou para a India as cartas que receberam o nome de vias de successão, e é notavel que inaugurasse el-rei esse systema exactamente quando se tornou necessario. Talvez fosse a velhice do vice-rei escolhido que lhe inspirasse um tal pensamento.

Determinou pois o governo que, para evitar as discordias que podia haver na India no caso de morrer um governador antes de acabar o seu tempo, ou antes de chegar de Portugal o seu nomeado successor, levasse cada governador tres cartas assignadas por el-rei lacradas e selladas com o sêllo real, e já designadas com o numero de 1.ª, 2.ª e 3.ª vias de successão. Estas cartas deviam-se conservar escrupulosamente fechadas e selladas, emquanto vivesse o governador nomeado por el-rei; mas, se este morresse, abrir-se-hia a primeira, onde ia designado para successor um dos capitães das fortalezas da India; no caso d'este já não existir, abrir-se-hia a segunda, e, repetindo-se o caso, a terceira. Era pouco provavel que falhassem todas.

Foi, como dissemos, D. Vasco da Gama o primeiro governador que levou do reino estas cartas, e logo se tornaram ellas necessarias, pois que o illustre conde da Vidigueira morreu depois de tres mezes de governo.

Assim que elle expirou, reuniram-se todas as pessoas importantes de Cochim e Lopo Vaz de Sampaio, o commandante da fortaleza, e Affonso Mexia védor da fazenda, procederam com todo o ceremonial á abertura das vias de successão. Verificaram todos os circumstantes, primeiro que estavam intactos os sellos do sacco, onde vinham as provisões, depois, tomada uma d'ellas, lêram no sobrescripto «Primeira via de successão para o governo da India» firmadas estas palavras com a assignatura régia. Verificando-se tambem que estavam intactos os sellos d'esta carta, procedeu-se á sua abertura.

Como deviam bater apressados os corações de tantos ambiciosos alli reunidos! Que scena dramatica essa em que Lopo Vaz de Sampaio, o homem que depois tantas villanias havia de commetter para se apoderar do governo, desdobrava com mão trémula a carta em que ia talvez lêr o seu nome.

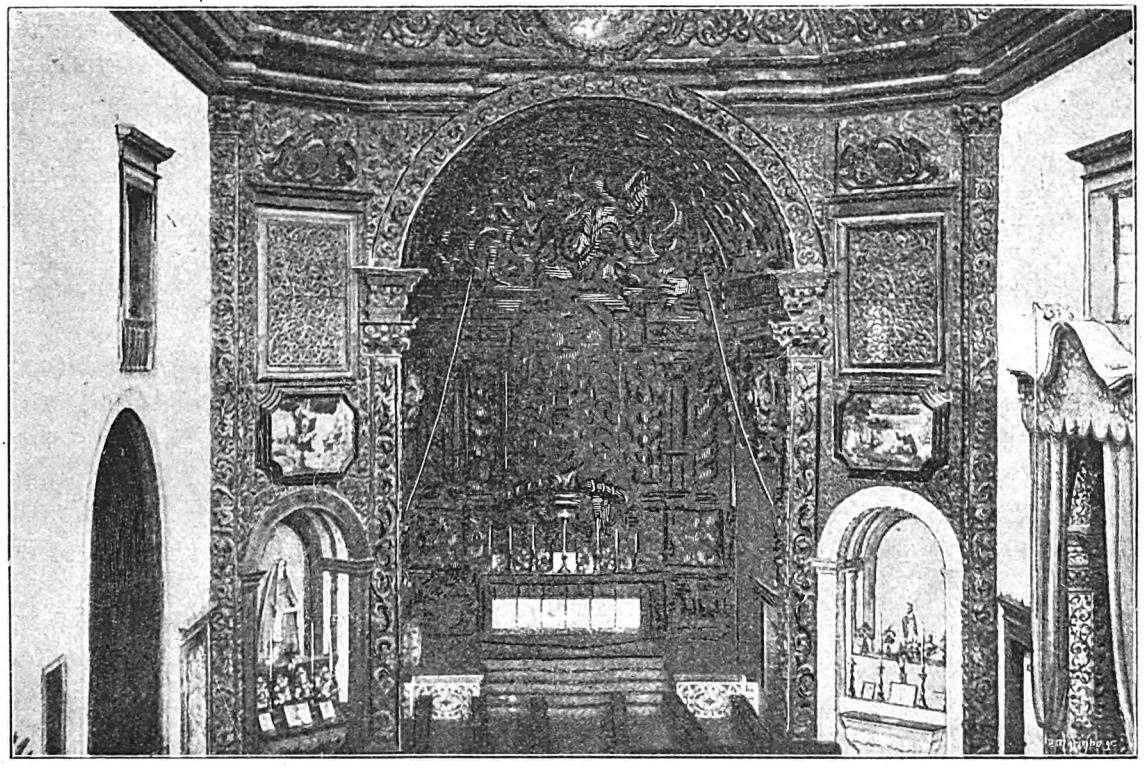
Se elle soubesse que a appetecida nomeação dormia, agora inutil, no fundo d'esse fatidico sacco...!

Lopo Vaz de Sampayo percorreu emfim com os olhos a carta, e leu, com a voz tremula decerto, e com a pallidez no rosto, o nome de D. Henrique de Menezes.

Digitized by Google

Era o capitão de Gôa.

D. Vasco da Gama, talvez pela influencia das recordações da sua primeira viagem não se podéra resignar a considerar Gôa como a capital da India; fôra habitar de preferencia em Cochim, e alli reunira de novo todo o mechanismo do governo, de fórma que, emquanto não chegava a D. Henrique de Menezes aviso da sua nomeação, foi



EVORA — CAPELLA DA EGREJA DO COLLEGIO

necessario que se instituisse uma especie de regencia para provêr a negocios urgentes. Tomaram, pois, o governo, o védor da fazenda Affonso Mexia, e Lopo Vaz de Sampayo, que deram as ordens indispensaveis para o andamento regular dos negocios, enviando, entre outras cousas, Antonio de Miranda ao Mar Roxo afim de ir buscar a Massuah o embaixador na Abyssinia D. Rodrigo de Lima, cuja vinda já por duas vezes falhára e que ainda devia falhar este anno, por causa de um successo inesperado.

Vimos que no anno antecedente Heitor da Silveira, ao passar por Aden fizera o scheick d'esta cidade tributario de el-rei de Portugal, sem mesmo ser necessario guerra, o que não deixava de ser maravilhoso quando Aden ousára resistir e com vantagem a Affonso d'Albuquerque. Effectivamente, a facilidade com que Aden se reconhecera vassalla do rei de Portugal não fôra senão um estratagema para evitar um conflicto; e, apenas Heitor da Silveira se afastára, os Arabes tinham morto a guarnição de um bergantim portuguez que ficára no porto; e muitos navios portuguezes, entre os quaes um de Ceylão, que, sabendo que estava aberto o porto de Aden, tinham corrido lá para commerciar, foram tomados e roubados á falsa fé.

Isto soube Antonio de Miranda por um negro, que fugiu de bordo de um navio mercante de Aden, com quem Antonio de Miranda estivera em amigavel correspondencia. Inflammou-se em co-

Digitized by Google

lera o capitão portuguez, ao constar-lhe similhante cousa, e tomou logo o navio, o que era uma represalia justa, mas já o não era o que se lhe seguiu, e que Francisco de Andrade nos vae contar:

«Antonio de Miranda com isto, diz o velho chronista, com isto mandou trazer os Mouros da náu, e mettidos a tormento lhe confessaram que não era verdade o que o negro dizia, pelo qual mandou logo descarregar a náu, e metter as fazendas nos seus navios e a gente do serviço d'ella repartir por elles, para a bomba, e os mercadores levou no seu galeão a bom recado, e foi surgir no porto de Aden, levando tambem comsigo a náu dos Mouros, em que mandára metter trinta Portuguezes: alli disse aos mercadores que mandassem um marinheiro a terra a nado com recado a suas mulheres e parentes que os viessem resgatar, senão que alli deante dos seus olhos havia de fazer justiça d'elles, o que elles logo fizeram, e Antonio de Miranda lhes deu um seguro para os que viessem fazer o resgate. A isto veiu logo da terra um Mouro a vêr-se com os mercadores, que eram todos naturaes de Aden, e estavam presos pelos pescoços em uma corrente de ferro, e concertaram o resgate em trinta mil xerafins de ouro, que logo foram trazidos, e depois de contados Antonio de Miranda mandou os mercadores soltos para a sua náu, onde entrando foram presos e atados de pés e de mãos pelos Portuguezes que estavam n'ella, perante dois Mouros que trouxeram o dinheiro de terra, que assim o tinha mandado Antonio de Miranda, os quaes se tornaram logo a elle queixar-se do que se fazia aos mercadores, pois eram já resgatados e o resgate pago. Antonio de Miranda lhes disse que assim os havia de ter a todos até que fossem dizer a el-rei que pois elle sendo rei quebrára a paz e a amizade que promettêra e fôra falso e traidor, não devia de estranhar serem-n'o outros que não eram reis, e que com enganos e traições feitos aos seus haviam de pagar os males e roubos que elle com engano e traição lhe tinha feito aos Portuguezes, e, partidos os Mouros com este recado, mandou pôr fogo á náu, e os bateis de redor d'ella para que nenhum se podesse salvar a nado. Chegando este recado á cidade, as mulheres, filhos e parentes dos mercadores, que era muita gente, se foram a el-rei queixando-se d'elle com muitos gritos e clamores, o qual mandou tirar contra a nossa armada muita artilheria; porém Antonio de Miranda, fazendo pouco caso d'isso, mandou os bateis queimar muitas naus que estavam no porto, e não quiz mandar bombardear a cidade por não damnificar os seus navios[1].

Eis a singular moral dos Portuguezes no Oriente! Quando não eram elles mesmos os primeiros a practicar alguma acção reprehensivel, quando a provocação partia do inimigo, respondiam á perfidia com outra perfidia ainda maior, exacerbavam os odios, e justificavam o procedimento dos Orientaes com a atrocidade das represalias.

O homem escolhido por el-rei para substituir D. Vasco da Gama era o mais proprio possivel para reagir contra esta desmoralização progressiva dos Portuguezes. Se peccava, era por excesso de virtude, e os inconvenientes que podiam resultar da rudeza da sua integridade eram minimos em comparação dos beneficios que podia produzir. Infelizmente a curta duração do seu governo não lhe permittiu remediar com efficacia os males do nosso imperio oriental.

Vejâmos pois quem era D. Henrique de Menezes, setimo governador na India.

«D. Henrique de Menezes, diz um

[1] Francisco de Andrade, *Chronica d'el-rei D. João III*, part. 1.ª, cap. 66, fol. 76.

Digitized by Google

dos seus biographos, commendador de Mendamarques na ordem de Christo e d'outras commendas, e segundo senhor de Louriçal, nasceu no anno de 1496. Seu pae, D. Fernando de Menezes, appellidado o Roxo ou Ruivo, pela côr do cabello, primeiro senhor do Louriçal, illustre progenitor dos condes de Ericeira, depois marquez do Louriçal, foi casado com D. Maria de Castro: houve porém este filho fóra do matrimonio, d'uma mulher nobre da familia dos Marizes, chamada Constança Vaz. Educado por um guerreiro, que muito se assignalara por longos e bons serviços feitos á patria, e deslisando-se os seus primeiros annos ao som do brado das victorias dos Portuguezes na Asia e na Africa, o moço D. Henrique sentiu brotar-lhe no peito, em edade prematura, o amor das armas e a nobre ambição da gloria. Assim pois, na verdura dos annos, contando apenas doze, eil-o ahi vae, barra fóra a rumo d'Africa, e esta terra, tão regada de sangue dos nossos maiores foi o primeiro theatro das suas proezas[1]. Porém outro campo mais vasto lhe destinava a sorte para se extender por elle a sua fama[2].»

Tinha pois vinte e nove annos D Henrique de Menezes quando a morte de Vasco da Gama o chamou ao governo da India.

Quando em Gôa recebeu a noticia, teve D. Henrique um verdadeiro movimento de terror, que não era decerto fingido. Tão pesado cargo que fazia vergar os mais robustos, devia assustar esse moço de vinte e nove annos, a quem ia caber a herança do velho D. Vasco da Gama, do mais respeitado capitão d'esses tempos. Dirigir tantas e tão multiplicadas guerras e negociações; tractar os indigenas de modo que fizesse respeitar o prestigio portuguez, sem provocar escusadas inimizades; conter essa turbulenta massa de Portuguezes que viviam no Oriente, aonde iam só para enriquecer, e que mal se sujeitavam ás leis da disciplina, ás da moral e ás da religião; impedir as discordias, cohibir as demasias, reprimir a soffrega cubiça, castigar a ferocidade, soffrear a ambição, e ao mesmo tempo ser galardoador da bravura, apreciador do heroismo, qualidades que tantas vezes se uniam com os vicios mais abjectos, eis as pesadas obrigações de um governador da India, que D. Henrique de Menezes tinha ainda mais difficuldade em cumprir do que outro qualquer.

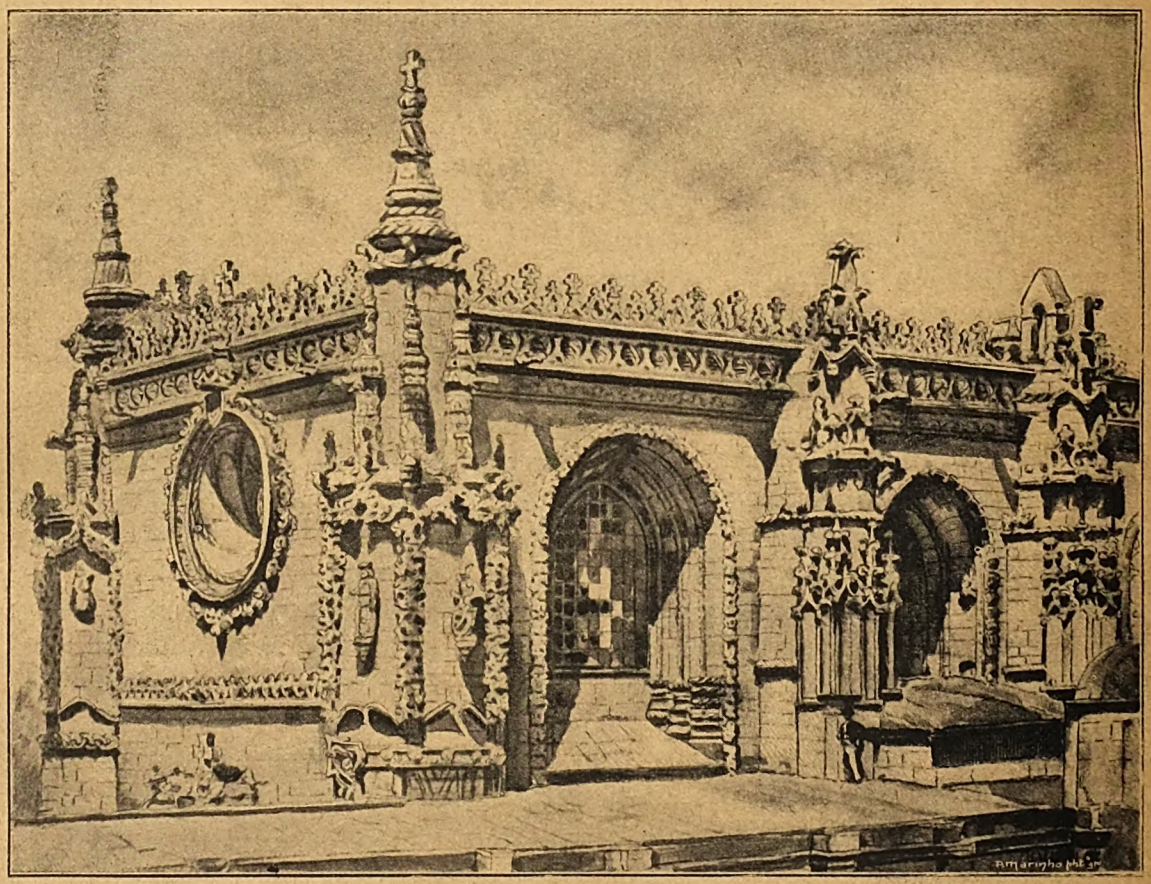
Effectivamente, a morte livrára inopinadamente os Portuguezes do jugo de ferro com que os opprimia o austero e implacavel conde da Vidigueira. Costumados, debaixo do governo froixo de Lopo Soares de Albergaria, de Diogo Lopes de Sequeira, e principalmente de D. Duarte de Menezes, a dar francamente largas ás suas más paixões, os heroes da India tinham-se resentido summamente dos extremos rigores do velho D. Vasco da Gama. A compressão energica, mas pouco duradoura, exercida pelo vice-rei, devia forçosamente preparar uma fortissima reacção, e todas essas paixões, um instante esmagadas, deviam resurgir com uma força de expansão proporcional á força compressiva, tanto que não deviam esperar de um um moço governador energia bastante para as conter. Estava d'isso conscio D. Henrique de Menezes; e, homem da tempera de Vasco da Gama, educado na severa eschola dos batalhadores africanos, zeloso mantenedor das grandes tradições de D. Francisco de Almeida e de Affonso de Albuquerque, desejou logo mostrar aos seus subordinados que

[1] «D. Henrique de Menezes partiu para Azamor em 1508 em companhia de seu tio D. João de Menezes e se distinguiu, quanto a sua edade o permittia, n'aquelle logar, em Arzilla, e outras partes.

[2] *Universo Pittoresco*, vol. III, pag. 180 (Lisboa 1843.)

Digitized by Google

se enganavam completamente se contavam com a sua mocidade para praticarem livremente o mesmo que praticavam antes da chegada de D. Vasco da Gama, se esperavam encontrar n'elle um cumplice ou um instrumento. Fel-o talvez esta idéa cahir n'um certo exaggero: o receio de parecer que cedia á influencia pessoal, não poucas vezes o impelliu a offender reis alliados, a descontentar os indifferentes, a exacerbar os inimigos. O seu dito predilecto era este: «Eu não sou como os outros governadores.» Querendo-se pois distanciar do procedimento culpado dos que o tinham antecedido, cahiu muitas vezes n'um excesso con-



ASPECTO EXTERNO DA PARTE SUPERIOR DO CORO DE THOMAR

dos seus subalternos impelliu-o muitas vezes a não acceitar conselhos justos e razoaveis, e a ir por deante com imprudencias e temeridades, que elle reconhecia, mas em que se obstinava para que ninguem se gabasse de que o podia demover do seu proposito; o desejo tambem de mostrar aos inimigos que não era elle homem que se deixasse seduzir, como D. Duarte de Menezes, pelas pompas orientaes, nem que fizesse guerras ou allianças a capricho do seu interesse trario. Mas estas demasias de virtude não eram decerto pouco salutares no estado de dissolução em que se achava a India.

Quando é grande o mal, nunca é excessivo o remedio. Infelizmente o governo de D. Henrique de Menezes durou apenas um anno; e uma guerra porfiada com o reino de Calicut impediu-o, durante esse mesmo tempo, de espalhar a sua attenção por todos os pontos do vasto imperio cuja adminis-

Digitized by Google

tração lhe incumbia, e que todos precisavam das suas reformas.

O primeiro acto do governador mostrou comtudo que, se elle estava disposto a não se deixar dirigir pelos seus subalternos e a proceder com certa energia e rudeza, não provinha essa intenção d'um orgulho desmesurado, mas sim do escrupulo e da consciencia dos deveres que tinha a cumprir. Vimos com effeito que D. Vasco da Gama se obstinára em enviar o seu antecessor preso para Portugal, e que tractára rudemente D. Luiz de Menezes só porque este, com a generosidade propria do seu caracter, quizéra defender seu irmão. D. Henrique entendeu que não lhe ficava bem a elle, moço governador que ainda tinha, por assim dizermos, de conquistar as suas esporas de ouro, arvorar-se em juiz de homens como D. Duarte e D. Luiz. O que podera fazer, sem que se estranhasse muito, o velho fidalgo que tinha o nome glorioso de Vasco da Gama, não podia ser feito egualmente por D. Henrique de Menezes. Ainda estava pois em Gôa, quando mandou ordem a Cochim para que deixassem sahir D. Duarte para o reino, a bordo do navio que elle mesmo escolhesse, reservando a el-rei o cuidado de o julgar e de o punir, se o achasse culpado. A viagem de D. Duarte, digâmol-o já, foi um pungente drama.

Seu irmão, D. Luiz de Menezes, que se lhe mostrára affeiçoado na desgraça, mas que era o primeiro a reconhecer as suas culpas, entendeu que estava a sua honra empenhada em que D. Duarte se não esquivasse ao julgamento regio. Exerceu por conseguinte sempre sobre elle uma vigilancia obstinada: D. Duarte percebeu-a, e fez todos os esforços tambem para se esquivar a ella. Devia de ser uma tragedia dolorosa

D. BRITES, FILHA DE D. MANUEL

essa que se representava mudamente entre os dois irmãos, um dos quaes tinha de ser para o outro carcereiro despiedoso. Teve um sombrio desenlace, porque D. Duarte conseguiu escapar, mas com o auxilio d'uma tempestade em que seu irmão se perdeu. Chegando a Portugal, o ex-governador não ousou apparecer logo na côrte, e foi desembar-

Digitized by Google

car em Cezimbra. Ahi o prenderam comtudo, e em Lisboa el-rei tractou-o com dureza, e mandou-o encarcerar. Tudo seria justissimo, se se lhe instaurasse processo; mas as harpias da côrte preferiram prolongar-lhe os tormentos e o captiveiro, porque iam empolgando a pouco e pouco as grandes riquezas que na India accumulára.

Vejâmos entretanto o que fazia D. Henrique de Menezes no Oriente.

As costas do Malabar estavam infestadas de corsarios, resultado natural do procedimento dos Portuguezes. Se estes salteavam as náus dos Mouros, e queriam para si o monopolio exclusivo do commercio, era claro que d'ahi havia de resultar o contrabando ou a pirataria. Os Mouros de Cananor, de Calicut, de Diu e de muitos outros pontos da costa armavam em guerra os seus navios para protegerem as suas fazendas, e para exercerem tambem, quando podiam, algumas represalias. Já D. Vasco da Gama tencionára reprimir essa turba de corsarios; a morte não lhe déra tempo de o fazer; mas o astuto Melek-Iaz, senhor de Diu, que tivéra noticia vaga d'esses projectos, e que temia principalmente que se dirigissem contra elle os esforços do vice-rei, enviou-lhe um embaixador, offerecendo grandes sommas para resgatar os males que os seus subditos podiam ter feito ao commercio portuguez e mandou a D. Vasco da Gama directamente um presente. O embaixador encontrou já D. Henrique de Menezes de posse do governo. Aproveitou este com jubilo o ensejo de dar á India um exemplo de desinteresse, a que não estava costumada havia muito. «Já que Melek-Iaz é de tão boa condição, disse elle ao enviado, que quer pagar com dinheiro os males que tem feito, eu lhe mandarei resposta conforme ao seu sabor; o presente lh'o torna a levar que pois não vinha para mim não é bem que o acceite nem tampouco devo recebel-o, porque são armas que nós não tomamos dos Mouros senão nas guerras que temos com elles.»

Despedido com esta resposta o embaixador de Melek-Iaz, dirigiu-se D. Henrique de Menezes para Cochim, e no caminho encontrou e derrotou completamente uma esquadra de corsarios, entre os quaes estava um Mouro de Cananor. Levou-o D. Henrique de Menezes comsigo, e, ao entrar no porto d'esta cidade, alli o mandou enforcar, sem que lhe valessem nem as offertas riquissimas dos parentes, nem as supplicas, instancias e ameaças do rajah de Cananor, que não poude de modo algum dobrar a resolução inflexivel de D. Henrique de Menezes. «Eu não sou como os outros governadores» repetia elle a cada momento.

De Cananor passou D. Henrique de Menezes a Cochim, não entrando em Calicut, que lhe ficava no caminho, porque as relações com o Samori estavam longe de ser benevolas. Era Calicut o ninho principal dos corsarios que infestavam os mares, e era de todos os portos d'este reino que sahiam essas aves de presa a prear os nossos vasos de commercio. Effectivamente, a guerra não tardou a declarar-se abertamente entre os Portuguezes e o Samori. Rompeu as hostilidades D. Henrique, mandando queimar por Heitor da Silveira os paráos de Calicut fundeados em Marabia, e juntamente a povoação que lhe servia de refugio. Heitor da Silveira, que era commandante da fortaleza de Cananor, cumpriu pontualmente as ordens que lhe tinham sido dadas, e queimou tanto Marabia, como outras povoações de Calicut que ficavam para cima do rio Tramapatam, e que serviam egualmente de abrigo aos corsarios. Depois d'isto o proprio governador se dispôz a fazer a guerra em mais larga escala.

A 18 de fevereiro de 1525 uma ar-

Digitized by Google

mada de 50 vellas com dois mil homens a bordo sahia de Cochim, debaixo do commando do governador D. Henrique de Menezes, e ia accommetter e queimar Panane, o que executou no dia 26 de fevereiro. Ahi deu D. Henrique de Menezes prova da sua bravura e sangue-frio. Saltando d'uma galé para um batel antes do desembarque, deslocou um braço. Assustaram-se os Portuguezes, julgando vêr n'isto um mau agouro, segundo as idéas supersticiosas do tempo. «Deixae, accudiu D. Henrique em resposta a algumas observações que os seus subalternos lhe faziam, deixae que antes agora vejo que me não é necessario braço para pelejar; basta-me pôr os pés em terra[1].» Já se vê que D. Henrique de Menezes era em tudo da grande eschola de Vasco da Gama.

Destruida Panane, D. Henrique passou em som de guerra por deante de Calicut, desamparada pelo Samori; queimou os paráos que estavam fundeados no porto, e, n'uma entrevista que teve com D. João de Lima, governador da fortaleza, aconselhou-lhe que procurasse meios de deitar fogo á cidade, conselho que D. João de Lima executou, graças ao auxilio de um Indio christão, chamado Duarte Fernandes, que sahiu da fortaleza disfarçado com trajos de fakir, metteu-se com os seus antigos correligionarios, e secretamente conseguiu incendiar algumas casas de palmeira. O fogo ateou-se com incrivel rapidez, e uma grande parte da cidade foi consumida pelas chammas.

Entretanto D. Henrique de Menezes dirigia-se a Coulete, cidade forte do reino de Calicut, defendida por grandes entrincheiramentos e protegida por uma numerosa esquadra de paráos. Apezar do conselho de seus capitães, que opinavam: primeiro que se não intentasse o ataque, por causa da grande fortaleza do inimigo, e depois, quando o governador decidiu atacar, que se combatessem primeiro os paráos e depois as tranqueiras; apezar pois d'esse conselho, ou talvez antes por causa d'elle, D. Henrique de Menezes obstinou-se em atacar ao mesmo tempo a esquadra e as fortificações. A bravura do general e dos soldados resgatou a imprudencia, e Coulete foi tomada e queimada, graças ás épicas façanhas dos nossos valentes antepassados. Encontraram-se nas tranqueiras trezentas e sessenta peças de artilheria, muitas das quaes foram lançadas ao mar por não servirem para os navios, e tomaram-se cincoenta e tres paráos, além dos que se queimaram e metteram a pique. Este grande movimento de forças explica-nos o conselho dos capitães, mas D. Henrique de Menezes, sempre ancioso de mostrar aos seus subalternos que se não deixaria governar, obstinou-se no ataque, felizmente coroado de bom exito.

De volta a Cochim, passou por deante de Cananor, e, entrando no porto, mais uma vez mostrou a rudeza da sua integridade. Quiz presenteal-o o rajah, como costumava fazer a todos os governadores da India. D. Henrique recusou-se obstinadamente a acceitar a dadiva; foi necessario que os capitães lhe dissessem á uma que, recusando, fazia uma injuria mortal a um rei, nosso antigo alliado, para que elle se resolvesse a acceitar o presente, e ainda assim foi com a firme tenção, que cumpriu, de enviar essa rica offerta a el-rei D. João III. O mesmo fez depois a um rico fio de perolas e uns pannos de seda que lhe enviara el-rei de Ormuz.

Assim mostrava sempre D. Henrique uma honestidade, diriam os Francezes, *effarouchée*. Era o excesso d'uma virtude, chegaria mesmo a ser defeito ou ridiculo, e naturalmente os capitães riam-se á socapa d'este medo de D. Henrique

[1] João de Barros, *Asia*, Década III liv. X.

Digitized by Google

de passar por interesseiro; é certo comtudo que, se todos os governadores da India tivessem tido este ridiculo, não haveria tantas manchas na historia das nossas conquistas orientaes.

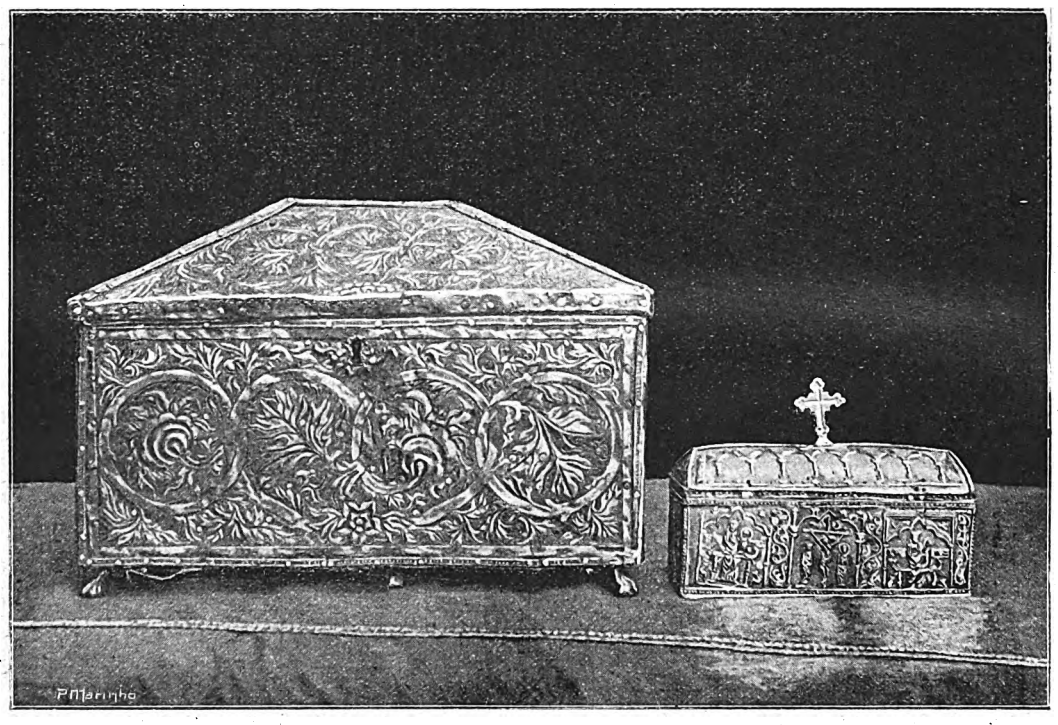
Essa desconfiança das dadivas dos inimigos e dos conselhos dos subalternos impellia algumas vezes D. Henrique, devemos confessal-o, a estranhas cousas. Com o rajah de Cochim succedeu um caso que faz mais honra ao nosso alliado do que ao governador. Foram presos uns naires accusados de terem roubado uma peça de artilheria a um navio portuguez; esses roubos eram frequentes em Cochim, e o governador jurára reprimil-os; mas as circumstancias da accusação mostravam a sua inverosimilhança, e demais o rajah de Cochim reclamou-os, para os punir se lhes reconhecesse culpa. Os capitães aconselhavam a D. Henrique o entregal-os: era incitar aquelle animo desconfiado a fazer o contrario. Os naires eram d'um principe visinho que estava de visita em Cochim. O pobre rajah, nosso alliado, pediu, supplicou, instou com D. Henrique, sem obter d'elle mais do que promessas vagas. O principe estava já resolvido a vir ás mãos com os Portuguezes, mas o rajah, sempre nosso fiel amigo, interpôz-se, jurando ao principe que, para fazer a guerra aos Portuguezes, teria de passar por cima do cadaver do seu hospede. Commovido emfim por esta prova de dedicação, D. Henrique de Menezes entregou os naires e foi mesmo desculpar-se com o rajah e o principe ou kaimal estrangeiro; mas confessava elle aos seus intimos que nada lhe custára tanto na sua vida como aquella prova de deferencia que entendera dever dar ao rajah de Cochim, máu grado á irritação do seu orgulho. Não se conformava com a idéa de que fôra obrigado a ceder, e, para desabafar o seu máu humor, quiz levantar um muro que separasse o bairro portuguez da cidade de Cochim. Ainda todos os do seu conselho lhe representaram que era uma offensa gratuita feita ao nosso mais fiel e mais antigo alliado indiano, quando elle acabára de nos dar uma prova da sua constante amizade. D. Henrique respondia que isto não tinha outro fim senão evitar para o futuro conflictos similhantes a esse que proviera da prisão dos tres naires. Tornavam os conselheiros allegando que uma tal obra se não devia fazer sem ordem expressa, ou pelo menos consentimento d'el-rei de Portugal. D. Henrique bem sentia no fundo a verdade d'essas observações, e, quando se acalmou a sua irritação, abandonou tambem a sua idéa, mas sem o declarar positivamente para não parecer que cedia; o que fez foi mandar cercar de muro a ribeira, de modo que podiam os conselheiros imaginar que era esse o principio da grande obra projectada; mas na verdade em tal obra já elle não pensava. Puerilidades d'um grande espirito!

Entretanto uma guerra obstinada e séria lhe chamava toda a attenção. O Samori resolvêra-se a travar com os Portuguezes mais uma lucta de morte, e viéra cercar a fortaleza de Calicut, commandada por D. João de Lima. O inverno entrava, estava em Cochim o governador; seriam por conseguinte difficeis ou impossiveis os soccorros, e achava-se a fortaleza quasi desamparada. Tinham os Mouros esperança de que a poderiam tomar.

O cêrco de Calicut, da mesma fórma que o cêrco de Cananor no tempo de D. Francisco d'Almeida, é menos célebre do que os dois cêrcos de Diu, e comtudo não se practicaram alli menos façanhas, não houve menos perseverança no ataque, nem menos heroismo na defeza. Mas os nomes d'Antonio da Silveira e de D. João de Mascarenhas são

Digitized by Google

immortaes, emquanto o de D. João de Lima e o de Lourenço de Brito, os defensores de Calicut e de Cananor não acordam na historia os mesmos echos sonoros. Injustiças da posteridade, cuja culpa se deve attribuir principalmente ao capricho dos poetas e dos chronistas. O verso pittoresco de Jeronymo Côrte-Real, e a prosa magica de Jacintho Freire d'Andrade contribuiram mais para a glo-



COFRES DE PRATA LAVRADA DA COLLEGIADA DE GUIMARÃES

ria de D. João de Mascarenhas do que os actos de bravura com que illustrou as muralhas de Diu.

Estava pois recolhido o governador em Cochim, e D. Simão de Menezes andava correndo a costa, como capitão do mar, quando o Samori reuniu um grande exercito e pôz cêrco á fortaleza de Calicut. D. João de Lima avisou logo do caso Heitor da Silveira, capitão de Cananor, o governador da India, e D. Simão de Menezes, que o auxiliaram quanto poderam; mas o inverno estava cerrado, e os soccorros não podiam ser efficazes; combatiam a prol do inimigo os ventos e as tempestades. D. Simão de Menezes conseguiu lançar viveres na fortaleza, cento e vinte homens de reforço, e de Cochim vieram alguns fidalgos, parentes e amigos de D. João de Lima, desejosos de combaterem ao seu lado, e de ganharem gloria n'essa praça onde se podiam practicar, em honra d'el-rei e da patria, as maximas gentilezas. D. João de Lima pôde tambem desembaraçar-se de muitas boccas inuteis, que lhe seriam impecilho á defeza, e, feitos estes preparativos, esperou com plena confiança o ataque dos inimigos.

Seria fastidioso enumerar as façanhas que alli se practicaram durante esse longo inverno de 1525 (correspondente ao nosso verão) emquanto D. Henrique de Menezes, ancioso por vêr chegar o termo da invernia, preparava a esquadra em que iria descercar a fortaleza e enviava parcialmente a D. João de Lima todo o soccorro que podia.

Digitized by Google

No exercito inimigo havia um renegado italiano, conhecedor da arte dos assedios, e que inventava muitos engenhos com que fazia grande mal á fortaleza; tinha, porém, D. João de Lima para se defender contra as artes do renegado dois grandes auxiliares: um era o condestavel da artilheria, homem perito na sua arte, que dirigia sempre de maneira o tiro dos seus canhões que desfez uma grande parte das machinas do Italiano: chamava-se Fernão Pires este homem habil. Outro era Duarte Fernandes, denominado Malabar, e a quem D. João de Lima permittira que usassem do seu proprio appellido, em recompensa do serviço que prestára lançando fogo a Calicut. Este Duarte Fernandes de Lima andava pois entre os Indios disfarçado em fakir, e tão bem desempenhava o papel que ninguem desconfiava d'elle; de fórma que, a abrigo do respeito que a todos inspiram na India estes penitentes, conhecia os segredos do assedio, e vinha depois revelal-os a D. João de Lima, por um meio de communicação que tinham imaginado.

Comtudo a fome fazia-se sentir na fortaleza, e o continuo tiroteio em que os nossos espingardeiros estavam fazia com que já faltassem polvora e armas. A tudo isto accudiu Heitor da Silveira, que enviou de Cananor por duas vezes os soccorros mais necessarios. De Cochim tambem vinham a pouco e pouco auxilios efficazes; mas os inimigos estavam já álerta, e era difficil introduzir na fortaleza viveres, munições e principalmente soldados; não se conseguia tal senão á custa de muito sangue derramado, como succedeu a Christovam Juzarte, capitão de uma caravella de Cochim, e a um paráo que Francisco Pereira Pestana enviou carregado de mantimentos á sua custa, e que ambos tiveram de ser auxiliados por sortidas da fortaleza, e de combater bravamente para introduzirem no castello uma porção, ás vezes bem pequena, dos soccorros que lhe levavam.

Entretanto Heitor da Silveira, com uma dedicação pouco vulgar, não cessava de enviar de Cananor mantimentos e provisões a Calicut, indo elle mesmo uma vez á testa de um reforço, que D. João de Lima agradeceu mas não acceitou, porque já lhe sobejavam soldados. Ao mesmo tempo o inverno começava a levantar e os soccorros chegavam de toda a parte. De Cochim mandava o incansavel governador dezeseis vellas commandadas por D. Simão de Menezes; de Gôa ia Pero de Faria com vinte navios. Os sitiadores começavam a desanimar, porque a artilheria da fortaleza desmoronava-lhes os engenhos de assedio; se levantavam muros para os abrigarem, os Portuguezes em sortidas impetuosas vinham deitar-lhes fogo, sortidas em que muito se distinguiu D. Vasco de Lima, parente do governador; se formavam minas logo encontravam a contra-mina; os espingardeiros da fortaleza pareciam adivinhar as embuscadas para as crivarem de balas, o que não admirava, pois de tudo era D. João de Lima informado pelo espião Duarte Fernandes. Os assaltos eram repellidos com graves perdas dos assaltantes, a guarnição parecia que se multiplicava, e nunca a encontravam desprevenida. D. João de Lima tivera o cuidado de vestir mulheres com fatos masculinos, illudindo assim os sitiadores. A final, quando o inverno levantou de todo, appareceu deante de Calicut D. Henrique de Menezes em pessoa á testa de vinte e cinco navios. Com os que estavam já no porto, vindos de Cananor, de Gôa e de Cochim, subia a esquadra portugueza a cento e trinta e tantas vellas, tendo a bordo dois mil e quatrocentos Portuguezes, quatro mil escravos que tambem pelejavam, mil Canarins de Gôa, e oitocentos Malabares de Cochim. Eram pois

Digitized by Google

ao todo oito mil e duzentos homens, fóra a guarnição da fortaleza. Poucas vezes tinhamos apresentado em linha tão formidavel exercito; por isso o Samori achou preferivel a combater pedir paz, apezar dos seus quarenta mil homens, e acceitar as mais humilhantes condições que aprouvesse a D. Henrique impôr-lhe. Este, porém, levou as cousas ao extremo, exigindo a expulsão dos Arabes de Calicut, exigencia egual á que Vasco da Gama fizera vinte e tres annos antes, e a que o Samori não podia razoavelmente submetter-se. Foi necessario então travar-se batalha. A victoria coube aos Portuguezes sem contestação, e o Samori assignou humilhado a paz, sellada agora com o sangue de muitos dos seus subditos. Essa paz comtudo ainda foi pouco duradoura, em consequencia de um acto, realmente pouco justificavel, de D. Henrique de Menezes.

Resolvêra-se o governador a derrubar a fortaleza, que, pensava elle, dava mais trabalho e gasto do que proveito. Não foram d'esse parecer os capitães, e, como de costume, por isso mesmo se obstinou D. Henrique de Menezes no seu projecto. Afinal os lisongeiros que sempre rodeiam quem governa, e entre os quaes era talvez o principal Lopo Vaz de Sampaio, a quem tantas villanias a ambição obrigaria a commetter, adheriram ao parecer do governador, e assignaram um papel em que lhe aconselhavam o que elle desejava; só Antonio de Miranda assignou vencido. D. Henrique de Menezes mandou minar a fortaleza, de modo que d'ahi a tres horas jogassem as minas, e fez-se de vella com a armada. Vendo a fortaleza desamparada, correram a visital-a os habitantes de Calicut, e, quando admiravam como em tão pequeno espaço durante uns poucos de mezes tinha podido sustentar-se um punhado de heroes, ouviu-se de subito um tormidavel estampido, e as quadrellas da fortaleza voaram arrastando comsigo a turba indefeza, no meio das maldicções, dos gritos e das blasphemias. Esta indigna traição destôa por tal fórma do caracter integro e leal de D. Henrique de Menezes, que mal sabemos como explical-a. Leval-o-hia só a obstinação a perseverar no seu projecto de destruir a fortaleza, e o seu espirito, dizendo-lhe de manso que parecia mal, aconselhar-lhe-hia ao mesmo tempo um estratagema que lhe permittiria attribuir em parte ao acaso a destruição do castello? Talvez: não podemos dizel-o; é certo que, depois de termos tributado a D. Henrique os merecidos louvores pelo seu valor, pela sua integridade, pela nobreza do seu caracter, não podemos deixar tambem de o censurar asperamente por esta inqualificavel traição, que cerra de um modo bem triste uma carreira gloriosa.

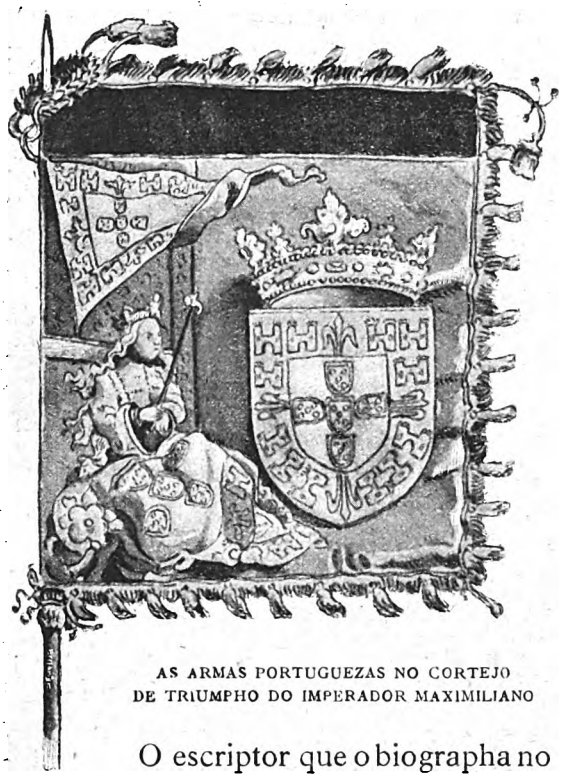
Effectivamente, estava a findar o curto governo, e a curta existencia de D. Henrique de Menezes; uma chaga antiga que tinha n'uma perna aggravára-se-lhe com estes continuados combates e luctas, e como a sua incessante actividade lhe não permittia repouso nem tractamento, foi a doença tomando um caracter por tal fórma grave que, ao desembarcar em Cananor, aonde ia afinal tentar um curativo seguido, accommetteram-n'o todos os symptomas de morte proxima, e veiu a fallecer no dia 2 de fevereiro de 1526, de edade de trinta annos, posto que Francisco d'Andrade diga, contrariando João de Barros, mas não sabemos com que fundamentos, que tinha quarenta e cinco.

D'este governador diz o eloquente João de Barros o seguinte:

«Era homem de grande e honrada presença, a quem com razão se podia chamar gentil-homem. Era catholico, muito amigo da justiça, e trabalhava que se fizesse mui inteiramente pelos ministros d'ella. Limpo em seu officio, mui-

Digitized by Google

to cubiçoso de honra, e sem nenhuma cubiça de fazenda, posto que andava na India, onde ha grande materia de tentações... Naturalmente era inclinado á guerra de Mouros, e bem afortunado n'ella, assim nas vezes que se achou em Africa nos logares do reino de Fez e Marrocos, como no que vimos na India n'esse pouco tempo que viveu. Muito amigo do serviço d'el-rei, e dos homens que elle via seguir esta sua natureza[1].»



AS ARMAS PORTUGUEZAS NO CORTEJO DE TRIUMPHO DO IMPERADOR MAXIMILIANO

O escriptor que o biographa no *Universo Pittoresco*, seguindo os habitos exclusivamente laudatorios dos nossos compatriotas quando se fala dos grandes homens da historia portugueza, faz de D. Henrique de Menezes uma especie de heroe de Plutarcho, todo virtudes sem mácula de defeito. Eis como esse mesmo biographo se exprime acerca do nobre governador:

«Muitos outros heroes enriqueceram as paginas da nossa historia com maior numero de façanhas que as suas; mas poucos as ennobreceram com tantos exemplos d'austera virtude. Poucos tiveram a fortuna de juntar, como elle, a prudencia da velhice, a ousadia e o valor da juventude. E foi n'estas qualidades que se enlevou el-rei D. João III, quando nomeou para successor do grande Vasco da Gama, no importante cargo de governador da India, um mancebo de 29 annos de edade: caso unico nos annaes d'aquellas nossas conquistas. Bem soube el-rei o que fez; as suas esperanças não foram illudidas, porque D. Henrique só tinha de mancebo a edade, a presença e a coragem, em tudo o mais obrava como ancião, experimentado nos negocios, prudente no conselho, discreto nas palavras, moderado nos transportes da alma, misturando o respeito com a affabilidade, e a justiça com a clemencia[1].»

Quando um escriptor nos apresenta d'este modo os typos historicos, faz-nos vêr semideuses e não homens. Nós n'este estudo queremos pelo contrario encontrar principalmente a verdade humana; assim, expozemos o que se póde deduzir das chronicas ácerca de D. Henrique de Menezes, o bem e o mal. Mostrámol-o com todos os seus defeitos, que não eram felizmente senão excessos de virtudes, e assim mesmo parece-nos que o não fizemos descer do pedestal em que o collocou a veneração da posteridade com tanta mais justiça, quanto o seu nobre e luminoso vulto destaca bem em relevo no ádito de um periodo de sombras, em que vamos agora entrar, periodo vergonhoso em que as mesquinhas ambições e as torpes discordias livres de freio revelam que profunda gangrena lavrava no nosso imperio colonial, gangrena que tentaram cauterizar, sem o conseguirem, tanto pela curta duração do seu governo, como pelo adeantamento do mal, essas duas altivas figuras, que a

[1] Barros, *Asia*, decada III, liv. X, cap. X, *in fine*.

[1] *Universo pittoresco*, vol. 3.º, pag. 180.

Digitized by Google

UM AUTO DE FÉ

Digitized by Google

morte ceifou successivamente, a primeira vergada ao peso dos louros e dos annos, a de D. Vasco da Gama, a segunda na flôr da mocidade, toda radiante de promessas e de esperanças, a de D. Henrique de Menezes[1].

CAPITULO LXXII

Dissensões vergonhosas ácerca da successão do governo da India —Pero de Mascarenhas.—Administração de Lopo Vaz de Sampaio e Mello

um dos periodos mais vergonhosos da historia das nossas conquistas orientaes este que se seguiu immediatamente á morte de D. Henrique de Menezes. Todos os nossos historiadores contam com muitas particularidades as peripecias da lucta que se travou entre Pero Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio. Inclinam-se uns, porém, ao partido do primeiro, outros ao do ultimo; os que nos parecem mais imparciaes são Francisco de Andrade e Gaspar Correia, este porque, se o seu credulo espirito acceitava ingenuamente e sem criterio as fabulas que lhe eram narradas, tinha tambem por isso mesmo ingenuidade bastante para contar imparcialmente os successos que presenceára, ou que se tinham passado no seu tempo; Francisco de Andrade porque, escrevendo n'uma epocha em que estavam as paixões já acalmadas, e podendo comparar e cotejar as narrações dos differentes historiadores da India portugueza, estava mais habilitado a formar um juizo seguro ácerca d'esses acontecimentos.

Por isso seguiremos de preferencia estes dois historiadores, sem deixarmos de cotejar a sua narrativa com a de João de Barros e Diogo do Couto, pondo de parte a de fr. Luiz de Sousa nos *Annaes de D. João III*, porque não fez senão reproduzir o que os seus antecessores disseram, e a de Fernão Lopes de Castanheda porque não temos n'este momento presente a sua obra, parecendo-nos sufficiente a *Chronica de D. João III* de Francisco de Andrade, as *Lendas da India* de Gaspar Correia, e as *Décadas* de João de Barros e de Diogo do Couto para nos esclarecerem ácerca d'este notavel e triste caso da nossa historia.

A narrativa de Gaspar Correia e a de Francisco d'Andrade são habitualmente de tal modo conformes que se diria que um dos historiadores copiou o outro; Diogo do Couto e João de Barros tambem não differem no essencial, mas resumem muito mais a narrativa, e discordam principalmente um do outro nas apreciações, sendo João de Barros visivelmente partidario de Lopo Vaz de Sampaio, emquanto Diogo do Couto defende, com honrada indignação, a causa de Pero Mascarenhas, que nos parece merecer as sympathias de todos os que présam a justiça.

A apreciação diversa d'este incidente feita pelos dois auctores das *Décadas*

[1] Não se deve confundir este governador da India com o outro D. Henrique de Menezes, homem tambem integro e rude, que vimos embaixador em Roma, tractando dos negocios do estabelecimento da Inquisição.

Digitized by Google

serve-nos tambem para caracterizar a indole dos dois historiadores. Fez um acaso com que ambos tractassem o mesmo periodo, quando aliás Diogo do Couto é simplesmente continuador de Barros.

Effectivamente, quando João de Barros morreu, tinham ficado impressas apenas as tres primeiras décadas, que levavam a historia da India até á morte de D. Henrique de Menezes. A quarta estava escripta sim, mas d'um modo incompleto e incorrecto; muito tempo jazeu sem que se ousasse tocar-lhe, e entretanto Diogo do Couto, encarregado por Philippe II de continuar a obra de Barros, tomava o fio da narração no termo da terceira década. Depois João Baptista Lavaña coordenou o manuscripto de Barros, e publicou-o, havendo por conseguinte duas décadas que tractam o mesmo assumpto. Facilitava pois isto a comparação dos dois escriptores, cujo caracter, pondo de parte as questões de estylo, em que Barros tem incontestavelmente a primazia, nos parece poder-se classificar do seguinte modo: João de Barros é um escriptor cortezão; Diogo do Couto é um escriptor soldado.

João de Barros vê os acontecimentos do Oriente pelo prisma da côrte; regalado e amimado na sua quinta d'Alitem, não poude comprehender os trabalhos e os soffrimentos d'aquelles, que, por noites de temporal, vêem no mar alto a morte cem vezes deante dos olhos; d'aquelles que affrontam serenamente o clima da costa africana, as inimizades do Malabar; d'aquelles que pelejam e morrem, e que vêem tantos serviços, tantos padecimentos menospresados por um rei ingrato, que ouve mais as palavras aduladoras da sua camarilha de intrigantes do que o protesto que sae pelas boccas das feridas ainda gottejantes de sangue, que o ferro inimigo abriu no peito dos heroes da India, dos heroes que teem por unica recompensa as algemas a magoarem-lhe as cicatrizes do pulso que vibrou a espada.

Mas Diogo do Couto está em circumstancias muito differentes. Diogo do Couto vive e combate no Oriente, soffre o que os heroes soffreram, lamenta, como elles lamentaram, as ingratidões e a cegueira da côrte, assiste de perto ás intrigas, ás miserias, ás atrocidades dos Portuguezes. Da medalha, cujo esplendor João de Barros contemplára de longe, vê elle de perto o verso e o reverso. Espirito elevado, assiste ao desabar do nosso imperio, e segue com profunda tristeza o trabalho nefando das torpezas que o alluem. Tudo isto se reflecte nas paginas das nossas *Décadas*, e isso mesmo, ainda quando Diogo do Couto possuisse a eloquencia de Barros, bastaria para apagar na historia os traços épicos com que intentasse delineal-o. Dos vultos, que ao longe se assimilham aos heroes de Plutarcho, vê elle as fraquezas humanas e os crimes. D'ahi menos enthusiasmo pelos heroes, mas justiça mais exacta. Dos reis a que o mundo chama grandes vê elle tambem os erros e as indignidades. Eis o motivo por que as *Décadas* de Diogo do Couto não são escriptas com enthusiastica eloquencia, mas antes com simples e severa austeridade.

Contando a escandalosa dissensão entre Pero de Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio, João de Barros não estranha muito esses factos, que estiveram para produzir na India, entre fidalgos de prosapia e de fama, a miseravel guerra civil, que por esse tempo ardia no Perú entre aventureiros hespanhoes de infima especie e baixissimos sentimentos.

A reflexão com que João de Barros acompanha a narração d'este successo, que inspirou aos proprios Indios um profundo despreso pelo nosso caracter, resume-se no seguinte: que tamanho é o amor que os Portuguezes consagram aos

Digitized by Google

seus reis, que todas estas discordias nasceram unicamente de disputas sobre qual dos dois governadores entendera melhor o verdadeiro sentido das régias provisões.

Como vêmos, nada ha de mais innocente! É uma simples questão de hermeneutica, uma discussão casuistica, uma difficuldade que póde ser resolvida por algum doutor de leis!

Nem uma reflexão melancholica sobre o desprestigio que essa lucta dava ao nome portuguez, nem um brado de indignação mais ou menos comprimido, contra aquelles que deixavam macular a real bandeira, arrastando-a pelos tremedaes das suas ambições mesquinhas. Nada de tudo isso! João de Barros parece acreditar que o successo tudo legitima, e nada acha de extraordinario nas peripecias repugnantes d'essa partida, onde se jogava o vice-reinado da India, como no tempo da decadencia de Roma se jogava o imperio a dados nos acampamentos das legiões provinciaes ou nas casernas dos pretorianos.

Que differença em Diogo do Couto! Com que profunda tristeza nos conta elle essas miserias! como nos descreve o espanto dos rajahs indianos em presença d'esta anarchia repugnante que lavra nas fileiras dos seus vencedores! Que mal reprimida colera a sua, quando narra as prepotencias de Lopo Vaz, a indignidade de um monge, que, do alto do pulpito, do alto da cadeira sagrada, fomenta o odio e a divisão entre aquelles a quem devia prégar paz e justiça! Com que repugnancia nos fala nos miseraveis enredos do usurpador, chamando ao seu partido os capitães das fortalezas, comprando uns, ameaçando outros, illudindo os honestos, introduzindo creaturas suas no tribunal que deve julgar a pendencia! Não é já um cortezão o escriptor, é um soldado franco e leal a quem essas intrigas indignam, e que sente ruborizarem-se-lhe as faces, vendo a gloria immensa dos Portuguezes arrastada no lodo pelos mesmos que haviam inscripto acções tão gloriosas nos annaes da sua patria.

Agora que mostramos qual o credito que merecem os differentes historiadores que se occuparam das dissensões de Pero Mascarenhas e de Lopo Vaz de Sampaio passaremos a fazer a narração d'esse estranho episodio.

Morrêra, como vimos, em Cananor, a 2 de fevereiro de 1526, o governador D. Henrique de Menezes, e tractou-se logo de se abrir a segunda successão com as mesmas formalidades que se tinham guardado na morte de Vasco da Gama. Aberta a provisão encontrou-se o nome de Pero Mascarenhas, capitão de Malaca, e logo foi por conseguinte reconhecido governador da India; mas sobreveiu uma difficuldade a que foi necessario dar prompto remedio. Pero Mascarenhas estava em Malaca, e por conseguinte muito distante da India. Precisando de aproveitar as monções, não podia chegar senão d'ahi a uns poucos de mezes e entretanto era necessario provêr-se alguem no governo interino. D'ahi nasceram grandes discussões; queriam uns que se nomeasse por votos quem devia exercer o governo, outros que se abrisse a terceira successão, para que o governador que viesse nomeado por el-rei tomasse o governo, devendo restituil-o ao seu titular quando este viesse de Malaca. O chefe dos que aventavam este ultimo parecer era Affonso Mexia, védor da fazenda, inimigo figadal de Pero Mascarenhas, com quem tivera graves discordias quando elle partira para o seu governo de Malaca. Não podendo chegar a um accordo definitivo, partiram todos para Cochim, onde a grande influencia de Affonso Mexia os determinou a adherirem ao seu parecer. Abriu-se pois a terceira successão, e en-

Digitized by Google

controu-se o nome de Lopo Vaz de Sampaio, a quem todos juraram obediencia, jurando elle tambem entregar o governo a Pero Mascarenhas, assim que este chegasse de Malaca.

Era claro que Affonso Mexia, opinando com tanto ardor para que se abrisse a terceira successão, tinha já

Os acontecimentos justificam plenamente esta nossa supposição.

Em todo o caso, Lopo Vaz de Sampaio tomou o governo a 13 de fevereiro de 1526. Entregou a capitania de Cochim, em que até então estava investido, a D. Vasco d'Eça, seu parente; deu a capitania de Cananor a D. Simão de

CAMARA MUNICIPAL DE VIANNA DO CASTELLO

pensamentos reservados, que lhe inspirava a sua animosidade contra Pero Mascarenhas. Effectivamente era facil de prevêr que o homem que sabia que tinha de vir a governar a India por ordem d'el-rei, não se sujeitaria facilmente a largar o governo, e, ainda que o largasse de bom grado, estaria sempre collocado n'uma falsa posição, e não se poderia sujeitar ao papel de subalterno, a que o condemnára o acaso da enumeração das successões.

Menezes; Heitor da Silveira mandou-o a Massuah buscar o embaixador D. Rodrigo de Lima, a capitania do mar da India, deu-a a Antonio de Miranda; mandou Jorge Cabral cruzar com uma esquadra nas aguas das ilhas Maldivas, onde os Portugueses tinham uma feitoria, que Lopo Vaz confiou a Luiz Martins; para cruzar nas aguas de Coromandel enviou tambem uma esquadra commandada por Manuel da Gama; nas ilhas da Sonda mandou construir uma

Digitized by Google

fortaleza por Francisco de Sá, fortaleza que se não chegou a fazer; nomeou para governador da fortaleza de Ternate D. Jorge de Menezes, porque entre os capitães antecedentes, Antonio de Brito e D. Garcia Henriques, houvera discordias vergonhosas; para capitão-mór do mar das Molucas nomeou Simão Galvão; e enviou finalmente Duarte Coelho a Malaca participar a Pero Mascarenhas a sua nomeação. Feito isto, passou de Cochim a Cananor, proseguiu na guerra contra Calicut, e, depois de ter queimado alguns paráos ao Samori, dirigiu-se a Ormuz para compôr discordias que lhe diziam haver por lá entre o rei da terra e Diogo de Mello commandante da fortaleza.

Entretanto Jorge Cabral, que fôra, como dissemos, enviado a cruzar no mar das Maldivas, desejoso de ser o primeiro a levar a Pero Mascarenhas a fausta noticia, separou-se da esquadra, debaixo d'um fingido pretexto, e, fazendo força de vella, dirigiu-se a Malaca e noticiou o que succedia a Pero Mascarenhas. Obteve em alviçaras a propria capitania de Malaca. Pouco depois chegou Duarte Coelho trazendo a participação official. Logo que foi o tempo favoravel, partiu Pero Mascarenhas para a India, mas um desastre maritimo obrigou-o a voltar para traz, e o que foi peior foi que teve de esperar seis mezes antes que lhe viesse outra monção. Respeitador acerrimo da legalidade, Pero de Mascarenhas nem sonhava o que se lhe estava preparando; por isso não lhe deu grande cuidado essa demora, pelo contrario quasi folgou com ella, pois que lhe dava ensejo de proseguir fortemente na guerra que trazia principiada com o sultão de Bitam, o implacavel inimigo de Malaca. Effectivamente, apertou de maneira o inimigo que terminou a campanha com a tomada da sua propria capital, e quasi houve ás mãos o terrivel sultão, victoria assignalada, que a um tempo vingou tantos desastres que o sultão de Bintam nos infligira; livrou Malaca dos terrores que a perseguiam constantemente; assegurou a sua prosperidade; fez em toda a costa respeitado o nome Portuguez, e rodeou a fronte de vencedor com uma tal auréola de gloria que, depois do nome de Affonso de Albuquerque, nenhum havia repetido a India com mais respeito do que o de Pero Mascarenhas! Pois nem esse prestigio valeu perante os seus ambiciosos compatriotas.

Entretanto Lopo Vaz de Sampaio estava bem longe em Ormuz de practicar eguaes e tão puras façanhas. Invadir-lhe-hia já o espirito a ideia de conservar o governo? É o que não poderemos dizer. Parece comtudo que dispunha as cousas de maneira a conciliar partidarios, porque, em vez de punir Diogo de Mello, a quem a voz publica em Ormuz accusava de prevaricação e abuso de auctoridade, manteve-o no seu cargo, e o que fez no Golfo Persico foi tambem pescar nas aguas turvas, porque não parece que voltasse de lá com as mãos vasias. Para a lucta que ia travar tornava-se indispensavel não só adquirir partidarios, mas tambem fornecer-se de dinheiro.

Entretanto Heitor da Silveira recebera emfim a bordo o embaixador portuguez na Abyssinia, D. Rodrigo de Lima e um monge ethiopio que o négus enviava á Europa, e viéra unir-se em Ormuz com Lopo Vaz de Sampaio. Voltaram então ambos á India, onde se ia realizar a primeira peripecia d'esse longo e vergonhoso drama.

Tinham chegado a Cochim as náus do reino, e os capitães que traziam as cartas d'el-rei para o governador, não encontrando pessoa alguma n'esse cargo, porque D. Henrique de Menezes morrêra, e Pero Mascarenhas estava em

Digitized by Google

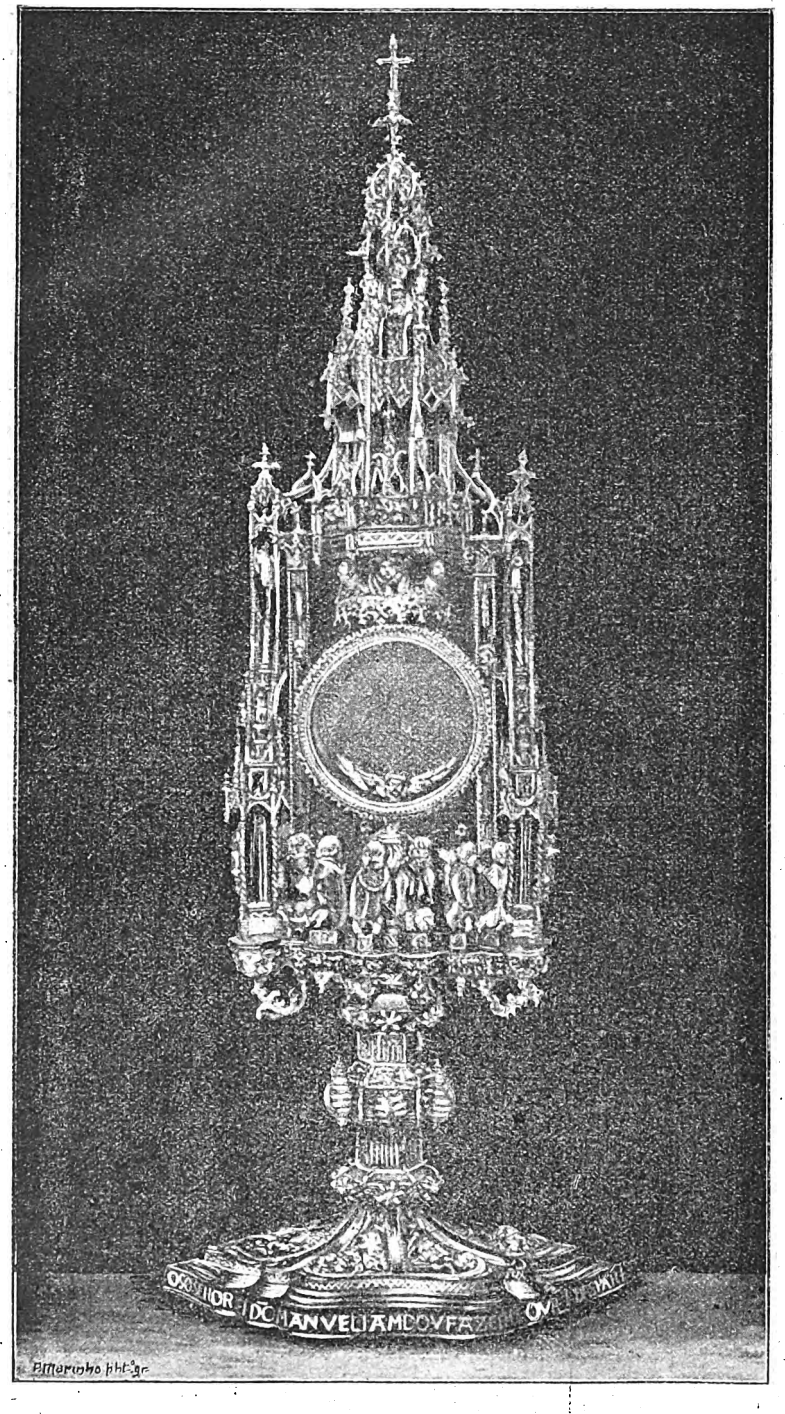
Malaca, não sabiam a quem haviam de entregal-as. Insistia com elles Affonso Mexia para que as mandassem a Lopo Vaz; mas os capitães, que não achavam muito leal a nomeação d'este ultimo, recusavam-se a fazel-o. Effectivamente, a ordem expressa d'el-rei era que não se abrisse uma provisão emquanto vivesse o governador nomeado na antecedente, ora, a provisão em que vinha o nome de Lopo Vaz fôra aberta estando ainda vivo e são Pero Mascarenhas nomeado na antecedente.

Affonso Mexia, porém, a quem o seu cargo de védor da fazenda dava uma enorme importancia, e que, por occasião das dissensões que tivéra com Pero Mascarenhas, sendo ainda vivo D. Henrique de Menezes, escrevêra aos ministros dizendo-lhes infinito mal de Pero Mascarenhas, esperava que n'estas náus viessem algumas noticias favoraveis aos seus odios, e ardia em desejo de as conhecer. Mais lhe accenderam esse desejo cartas particulares que recebeu de amigos seus de Portugal, em que se lhe dizia que el-rei attendêra muito ás suas queixas e procedera em conformidade com ellas. Não podendo resistir á anciedade, e vendo a hesitação dos capitães, valeu-se do seu cargo de védor da fazenda, e, declarando que precisava urgentemente de conhecer as determinações d'el-rei ácerca de differentes negocios relativos á sua gerencia, obteve que os capitães lhe entregassem as cartas. Abriu-as e viu que el-rei mandava a D. Henrique de Menezes que lhe remettesse para o reino, fechadas como deviam estar ainda, as antigas successões, que voltariam substituidas por outras. Era intenção, evidentemente, do governo de D. João III evitar dissensões entre o governador da India e o védor da fazenda. Mas Affonso Mexia declarou mais; declarou que D. João III ordenava que o governo interino da India ficaria a Lopo Vaz de Sampaio, emquanto não viessem as novas successões. Ajudou-o a propalar essa mentira, segundo se affirma, um falsificador notavel da India, que Gaspar Correia nos declara chamar-se Nuno Redondo, o qual dizia depois a todos muito claramente: «Se Lopo Vaz é governador, a mim agradeça.»

Que esse alvará era falso, é o que nos parece indubitavel. Em primeiro logar, como podia D. João III nomear Lopo Vaz de Sampaio governador interino da India, quando nem sabia, nem podia saber ainda da morte de D. Henrique de Menezes? em segundo logar, por que motivo, nas dissensões que se seguiram, nunca Lopo Vaz se atreveu a apresentar um documento, que punha termo a todas as disputas, apezar de Pero Mascarenhas declarar que, se tal documento existisse, lh'o mostrassem, e que elle mesmo, fiel servidor d'el-rei, immediatamente lhe obedeceria, apezar de todos os fidalgos, tanto os partidarios de Mascarenhas, como os partidarios sinceros de Sampaio, instarem com este ultimo para que assim pozesse termo á lucta? porque tambem, quando os arbitros proferiram a favor de Lopo Vaz a sentença final, em vez de invocarem esse motivo, o mais forte de todos, para justificarem a sua decisão, foram invocar outras razões mais ou menos frivolas, tendo aliás um documento tão decisivo? Em ultimo logar, por que razão, se D. João III tivesse lavrado esse alvará, se julgaria obrigado pois a dar uma prova do seu respeito pela justiça processando Lopo Vaz, ainda que á condemnação se seguiu logo uma indulgencia plenaria? D. João III mostrava não ter grande vontade de punir Lopo Vaz, e não estar muito bem disposto a favor de Pero Mascarenhas, e comtudo a relação de Lisboa annullou a sentença dos juizes da India! Como a poderia annullar, se o alvará existisse?

Digitized by Google

Isto mesmo sentiram os fidalgos que não acceitaram de boa mente a declaração d'Affonso Mexia, e começou logo a haver grande alvoroço em Cochim, que augmentou ainda quando chegou Lopo Vaz de Sampaio, que se proclamou governador da India, até vir nova successão de Lisboa. Quasi toda a fidalguia da India protestava contra isso, mas Affonso Mexia e Lopo Vaz de Sampaio eram dois homens energicos e pouco escrupulosos. O primeiro, principalmente, como vedor da fazenda, e por conseguinte gerente supremo dos negocios de carregação, etc., podendo facilmente enriquecer quem lhe agradasse, tinha na sua mão a maior parte dos fidalgos, que não ousavam abertamente ir contra o seu parecer. Ao mesmo tempo Lopo Vaz punha as fortalezas da India na mão dos seus partidarios, dava a Capitania de Gôa a Pero de Faria, ao proprio Affonso Mexia a de Cochim, desterrava aquelles que eram da parcialidade de Pero Mascarenhas, e que não tinham bastante influencia pessoal para que fosse perigoso tocar-lhes. Ainda assim, e apezar de todos esses meneios, os fidalgos andavam por tal fórma alvorotados juntamente com o povo, e o proprio rajah de Cochim mostrava-se tão indignado com a imprudencia de Lopo Vaz, que entenderam os dois chefes d'esta conspiração que era necessario dispersar a fidalguia, a qual, se estivesse accumulada em Cochim quando chegasse Pero Mascare-



A CUSTODIA DOS JERONYMOS, FEITA DO PRIMEIRO OURO VINDO DO BRAZIL

Digitized by Google

nhas, podia acclamal-o tumultuariamente e desfazer n'um momento esta longa obra d'iniquidade. Os symptomas de inquietação eram evidentes; um frade de S. Domingos ousára do alto do pulpito anathematizar em phrases virulentas os que não reconheciam Lopo Vaz de Sampaio como legitimo governador. Isto excitou por tal fórma a indignação de todos, que o frade teve de voltar para o reino, para evitar que o matassem.

Lopo Vaz andava preoccupado com isto, e resolveu partir para Gôa levando comsigo os principaes fidalgos; declarou portanto que tencionava ir ao encontro d'uma esquadra do sultão que se fazia prestes para vir contra a India, e ordenou que se preparassem para o acompanhar. Mas a fidalguia andava tão revolta que se recusou obstinadamente a fazel-o, declarando todos que ficariam esperando em Cochim a chegada do governador Pero Mascarenhas, para lhe prestarem obediencia. Então Lopo Vaz de Sampaio recorreu a um estratagema audacioso e indigno. N'um domingo á missa, quando se estava levantando a hostia, Lopo Vaz de Sampaio ergueu a voz, e declarou que jurava por aquelle Santissimo Sacramento em como ia a Gôa preparar-se contra os Rumes, e que declarava traidores todos os que recusassem acompanhal-o. A solemnidade do juramento impressionou os fidalgos, que, assim intimados, julgariam quasi um sacrilegio perseverar na sua intenção. Embarcaram todos, ficando apenas em Cochim os que eram da parcialidade d'Affonso Mexia.

Que tempo de fé viva era o seculo XVI! Já Alexandre Herculano nos mostrava na sua *Historia da Inquisição* o que a esse respeito deviamos pensar. Este facto ainda mais nos confirma na idéa de que não houve seculo em que mais se vilipendiasse a fé christã do que esse em que, em nome da religião, tantas atrocidades se practicaram! Assim Lopo Vaz de Sampaio, para conseguir o seu fim, não recuava deante do sacrilego pensamento de fazer sobre a hostia consagrada um juramento falso! É verdade que o juramento não era falso absolutamente, porque Lopo Vaz partiu para Gôa, como dissera...

D. FRANCISCO D'ALMEIDA

Restricção mental digna dos Jesuitas, que não tardariam a entrar n'um paiz tão bem preparado para os receber!

Entretanto Pero Mascarenhas, sem suspeitar o que succedia, partiu de Malaca, e, chegando á India, arribou a Coulam, onde soube o que se passava. Ficou logo bastante confuso e turvado, mas como o capitão d'esta fortaleza, um Henrique Figueira, lhe disse que só a elle reconhecia como governador, e não fazia caso das ordens de Lopo Vaz, Pero Mascarenhas proseguiu mais socegadamente o seu caminho para Cochim, julgando que a sua presença bastaria para

Digitized by Google

que entrasse tudo na ordem. Foi o que perdeu Pero Mascarenhas, digamol-o, ainda que pareça paradoxal: foi a justiça evidente da sua causa. Sempre lhe pareceu impossivel que ousasse alguem resistir-lhe; demais, querendo proceder conforme com a legalidade, dava um grande partido ao seu inimigo, a quem nenhuns escrupulos prendiam.

Chegou a Cochim Pero Mascarenhas em março de 1527, e, logo que se approximou da barra, appareceu um catur a demandar a náu, trazendo a bordo o thesoureiro, os escrivães da feitoria, os juizes e os vereadores da cidade. Logo Pero Mascarenhas percebeu que não lhe traziam boas novas, porque o salvaram com o apito uma vez só, e não duas, como pertencia á sua dignidade de governador da India. Mas dêmos a palavra, para nos contar este episodio dramatico de Cochim, a um articulista do *Archivo Pittoresco* (provavelmente o sr. Silva Tullio) que resume habilmente a narrativa de Gaspar Correia, narrativa n'este ponto em tudo conforme com a de Francisco de Andrade e Diogo do Couto.

«Entrando (os passageiros do catur) fizeram uma cortezia, e Pero Mascarenhas os mandou sentar a todos em bancos, na tolda, estando elle n'uma cadeira. Então o thesoureiro, que trazia o recado do védor, se levantou com o barrete na mão, dizendo: «Senhor, aqui somos vindos por mandado de Affonso Mexia, capitão de Cochim, para dizer a vossa mercê cousas que cumprem ao serviço de el-rei nosso senhor. Pelo que, senhor, peço licença, para as dizer.»

«Pero Mascarenhas, vendo que lhe não falava por senhoria como a governador, lhe respondeu: «Vós a quem trazeis esse recado?» E o thesoureiro lhe respondeu: «A vossa mercê.» Mascarenhas lhe retorquiu: «E eu quem sou?» Tornou-lhe o thesoureiro: «Vossa mercê é o senhor Pero Mascarenhas.» Este replicou-lhe: «E não sou governador da India?» O thesoureiro lhe respondeu: «Senhor, isso me não pergunte vossa mercê a mim, que só direi o recado que sou mandado. Cumpre ao serviço de el-rei nosso senhor...

«Pero Mascarenhas atalhou dizendo: «Olhae não vades fóra do caminho que deveis ao serviço d'el-rei.» O thesoureiro, continuando, apresentou a provisão de Lopo Vaz de Sampaio, a qual dizia que, se Pero Mascarenhas quizesse ir a terra como simples capitão, se lhe fizesse toda a honra, mas que logo ao outro dia se embarcasse para Gôa, onde se tractaria das cousas da governança; e que, não querendo elle obedecer, se não consentisse o desembarque.

«Então Mascarenhas, voltando-se para os vereadores, perguntou-lhes o que fariam; e, respondendo-lhe que executavam o que deixára ordenado Lopo Vaz, mandou pelo seu ouvidor lavrar um auto de tudo o que se passara, o qual foi assignado por todos. E depois, mandou buscar uma boceta, tirou d'ella a successão que tinha d'el-rei e os juramentos e menagens que lhe haviam feito, o que tudo mandou lêr, perguntando se aquelles instrumentos eram falsos ou verdadeiros. Respondendo-lhe todos que eram verdadeiros, disse: «Agora quero que me digaes aqui onde estaes quem é o governador da India?» A esta pergunta ficaram todos em confusão, e o thesoureiro disse: «Senhor, a isso responda a cidade de Cochim, que aqui está por seus vereadores.» O vereador Manuel Lobato respondeu; «Senhor, a cidade obedece a tudo o que el-rei nosso senhor manda »

«Esta resposta mandou Pero Mascarenhas escrever; depois do que lhes disse que, visto ser elle o legitimo governador da India, o tinham desacatado, vindo com tal recado; e por isso haveriam a justiça que seus erros mereciam,

Digitized by Google

E logo os mandou prender a todos no galeão; mas, como dessem suas razões e desculpas, os soltou, e que fossem para suas casas, privados dos cargos que exerciam.

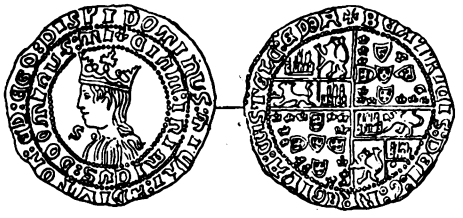
«O védor Affonso Mexia, assim que soube da prisão dos vereadores, mandou repicar o sino da fortaleza, que accudiu toda a gente com armas em grande alvoroço, bradando elle: Traição, traição ao serviço d'el-rei, pedindo que o ajudassem a defender aquella fortaleza e cidade de el-rei que lh'a queriam tomar. Ao que todo o povo correspondeu dizendo que, como capitão que era, os mandasse, que elles obedeceriam até morrer pelo que fosse serviço d'el-rei, cujos vasallos eram.

«Pero Mascarenhas, que não sabia do que se passava em terra, embarcou-se em dois bateis, levando o seu ouvidor e meirinhos com suas varas; e elle vestido d'aljubeta de solia, com um barrete redondo e umas contas na mão, porque ia á egreja por ser dia de missa. Antes de atracar, chegou-se a elle um tone com intimação de Affonso Mexia para que soubesse que todos quantos sahissem a terra haviam de ser mortos ás lançadas.

«Mascarenhas affrontou-se muito com este recado, e com palavras agastadas disse ao mensageiro: «E como! Affonso Mexia me tolherá que vá vêr a Deus, o que se não pode tolher a hereges que querem ser christãos, quanto mais a nós que o somos? Que elle não ia mais que vêr a Deus; e que, se os matassem morreriam martyres. E foi remando para terra.

«O védor, logo que recebeu o recado do tone, mandou outra vez repicar o sino, sahindo á praia todo o povo da cidade, muitos a cavallo e com armas; e elle Affonso Mexia com adaga e lança.

«Os bateis de Pero Mascarenhas, com a corrente, foram ter defronte do mosteiro de Santo Antonio, e, querendo chegar á praia, lhe atiraram da fortaleza com um falcão, que passou por cima da cabeça de Pero Mascarenhas. Affonso Mexia, mettendo o cavallo na agua, bradou: Senhor Pero Mascarenhas, requeiro-vos da parte de el-rei que não desembarqueis d'esse batel; e vos torneis aos navios, senão faço juramento de vos matar.



Moeda de prata, de D. Beatriz, infanta de Portugal

«Mascarenhas não respondeu, e mandou chegar á terra; e ahi se pôz ao hombro d'um marinheiro, e assim fizeram os outros. Affonso Mexia, vendo Pero Mascarenhas em terra, baixou a lança para elle, e o matára, se lhe não deitára a mão um clerigo chamado Carneiro, que sahiu da egreja com a sua sobrepeliz, para pacificar aquella briga, vendo que era de christãos contra christãos; mas não teve tanta força que evitasse uma ferida que Pero Mascarenhas recebeu nos peitos, com o que cahiu na agua levantando-o os marinheiros, e levando-o outra vez para o batel, a tempo que Affonso Mexia recolhia a lança para dar outro bote, em cujo manejo cortou os dedos das mãos ao clerigo, que ficou bradando: sacrilegio! sacrilegio!

«Todos os que acompanharam Pero Mascarenhas se embarcaram com agua pelo pescoço; indo muito mal ferido Jorge de Mello, parente de Mascarenhas, e o meirinho, que esteve á morte; e mais oito, sem nenhum arrancar a espada. O que vendo Pero Mascarenhas, exclamou com as lagrimas nos olhos e com muita paciencia. «Por isto se diz arraial de villa». Curadas as feridas, mandou pelo seu ouvidor fazer um auto de tudo que se passára, o qual remetteu a Lopo Vaz com

Digitized by Google

uma carta, queixando-se do que lhe fizera Affonso Mexia, e avisando-o de que partiria d'alli para Gôa[1]».

Eis as scenas que se passaram em Cochim, e que os Indios contemplaram com espanto. O nosso antigo alliado, o rajah, com o seu natural bom-senso, percebeu que Affonso Mexia não andára bem, e disse altamente que o repellir-se Pero Mascarenhas fôra uma indignidade, e que tinha pena que o vencedor de Bintam o não tivesse procurado no seu palacio, porque elle o receberia com as honras devidas ao verdadeiro e legitimo representante d'el-rei de Portugal. Os Indios não percebiam essas subtilezas de velhas e de novas successões, mas não podiam comprehender como o heroe de Malaca, o homem cujo nome era repetido com terror e admiração em todo o Oriente, podia ser tractado de tal modo pelos seus compatriotas. Para elles essa victoria brilhantissima, ganha sobre um dos mais poderosos e temidos sultões da Malasia, era de todos os titulos o mais legitimo que justificava o outorgar-se-lhe o governo da India.

Narrando estas scenas, Diogo do Couto não póde conter a sua indignação, e a sua voz grave e austera imprime um immortal estígma na memoria de Lopo Vaz de Sampaio e d'Affonso Mexia, e sobretudo do rei que não soube punir, como devia, este duplo desacato á magestade da gloria e á auctoridade legitima.

«Aquelle a que tanto numero de inimigos não podér fazer nojo, virem os amigos, em sua propria cidade, desembarcando elle pacificamente, a affrontarem e maltratarem, coisa foi nunca imaginada de Portuguezes, e menos castigada de todas as que vimos, sendo ella digna de um exemplar castigo; porque, quando n'essa nossa historia se lêsse um caso tão abominavel, se achasse logo junto d'elle a justiça, para que visse o mundo quão inteiramente os reis de Portugal a guardam com todos: e que, assim como sabem remunerar serviços, assim teem por obrigação castigar culpas e delictos[1]».

Este procedimento d'Affonso Mexia fez uma grande impressão em toda a India, e na propria Gôa, onde estava Lopo Vaz de Sampaio, produziu grande alvoroço, tanto que Lopo Vaz andava sempre rodeado de uma guarda de homens armados, e apezar d'isso a inquietação era grande, e pasquins affixados em muitos pontos da cidade ameaçavam o governador intruso com a colera d'el-rei e do povo. Um papel pregado na propria casa de Lopo Vaz dizia, segundo nos conta Gaspar Correia: «Lopo despeja a casa a seu dono que vindo é o messias dado por el-rei nosso senhor a nós seu povo.» Receiando pois que a chegada de Pero Mascarenhas a Gôa suscitasse uma insurreição que lhe tirasse o governo, Lopo Vaz determinou impedir a sua entrada na capital da India portugueza, e despachou-lhe um navio com uma carta em que lhe dizia que, sendo inconveniente decidirem a sua questão, estando ambos no mesmo sitio, fosse elle Pero Mascarenhas para Cananor, e d'alli enviasse os seus papeis e documentos para se saber a validade que elles teriam.

Pero Mascarenhas, porém, não recebeu o recado; quando passára por deante de Cananor, o commandante da fortaleza D. Simão de Menezes, mandou-lhe dizer que, se elle queria desembarcar, o receberia com as honras devidas a tão illustre capitão, mas não como a governador, porque não o podia reconhecer como tal, emquanto se não resolvesse a

[1] *Archivo Pittoresco*, vol. 6.°, pag. 279, art. *Pero Mascarenhas*.

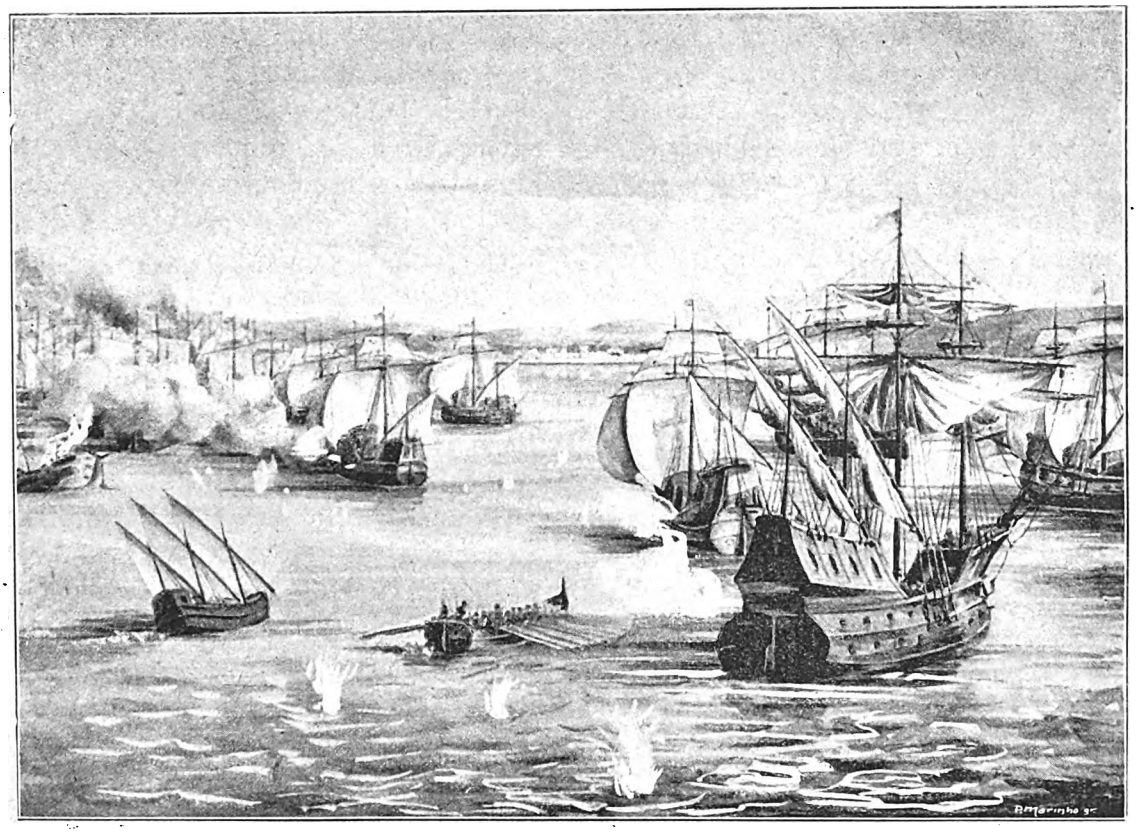
[1] Diogo do Couto, *Asia*. Déc. IV, I. II, c. V.

Digitized by Google

pendencia que a esse respeito se levantára.

Á vista d'isto, Pero Mascárenhas não desembarcou, e mandou a Cananor pedir unicamente um catur, afim de continuar a sua viagem com tres ou quatro companheiros apenas, e chegar a Gôa o mais depressa possivel. Uma tristeza immensa inundava o espirito de Mascarenhas, vendo que tantos fidalgos tomavam o partido do seu adversario. Illudiu-se, comtudo, illudiu-se sempre até ao fim da lucta, e isso concorreu para que elle fosse vencido. O que dava força a Lopo Vaz era a energia e firmeza, a sem-ceremonia com que se arrogava o titulo e as prerogativas de governador, e usava plenamente do poder. Havia um grande numero de fidalgos hesitantes, que reconheceriam Pero Mascarenhas, se este reclamasse com vigor a auctoridade, e não se apresentasse quasi como simples pretendente, que não quer recorrer á violencia e que se fia unicamente na justiça da sua causa.

Lopo Vaz é que estava bem longe de ter similhantes escrupulos. Sabendo que Pero Mascarenhas proseguia o seu caminho para Gôa, mandou guardar as barras, e enviou Antonio da Silveira com um navio ao seu encontro, com ordem de o fazer retrogradar para Cananor, obrigando-se elle a não sahir d'esta cidade sem mandado de Lopo Vaz, e dando por isso mensagem. No caso de Mascarenhas não querer acceder a esta ordem, Antonio da Silveira devia pôr-lhe ferros aos pés e leval-o assim a Cananor. A ordem era tal que Antonio da Silveira não a quiz executar sem a receber por escripto. Lopo Vaz não hesitou um instante em lhe passar esse documento, para salvar a sua responsabilidade. Esta audacia illimitada foi que deu



COMBATE NAVAL DEANTE DE CALICUT

Digitized by Google

a vantagem a Lopo Vaz de Sampaio emquanto durou a sua contenda com Pero Mascarenhas. Nunca deixou de ser verdadeiro o velho proloquio latino: *Audaces fortuna juvat.*

Tudo se passou como Lopo Vaz previra: Pero Mascarenhas recusou dar a mensagem, e Antonio da Silveira mandou-o pôr a ferros. «Antonio da Silveira, diz Gaspar Correia, chamou pelo meirinho da galé, que logo veiu com um grosso grilhão, e, assentando-se o governador lh'o deitou. Pero Mascarenhas, alevantando as mãos e olhos com lagrimas disse: «Senhor, mais mereço por meus peccados com que a ti tenho offendido. O meirinho com a turvação tremiam-lhe as mãos[1].»

E era realmente um caso inaudito, e nunca visto! Que um governador nomeado por el-rei fosse desauctorado e preso por outro que lhe usurpava o poder! que um heróe, dos mais extremados que tinham apparecido na India, que o vencedor de Bintam fosse posto a ferros como um criminoso vil. Ah! Lopo Vaz de Sampaio devia-se lembrar ao menos de que essa suprema injuria aos heróes era em Portugal o privilegio da ingratidão dos reis! Que as algemas com que se martyriza o pulso que brande a espada costumavam forjal-as no ocio das côrtes as intrigas das camarilhas! que os companheiros de combates e de gloria se deviam mutuamente mais respeito e estima, mesmo na inimizade! que esse espectaculo vergonhoso offerecido aos nossos inimigos não infamava só nem a victima, nem o algoz, infamava a nação toda. Ah! o meirinho tinha razão em sentir tremerem-lhe as mãos ao passo que o heróe infeliz exclamava com dolorosa ironia: Mais, mais, que mais merece este traidor de Pero Mascarenhas!

A noticia da prisão do governador produziu em Gôa uma commoção violenta, e Lopo Vaz, inquieto e não confiando talvez plenamente em Antonio da Silveira, enviou outro fidalgo mais da sua confiança, Fernão de Moraes, para, na sua caravella, conduzir o preso a Cananor. «Andam commigo d'Herodes para Pilatos» dizia Pero Mascarenhas com a resignação que adoptára. D. Simão de Menezes recebeu o preso na sua fortaleza de Cananor, mas a consciencia começou a dizer-lhe que estava sendo cumplice d'uma grave injustiça; por isso fez indirectamente com que se requeresse em Gôa a Lopo Vaz que se pozesse em direito, segundo a phrase dos chronistas, com Pero Mascarenhas, quer dizer, que mostrasse o afamado alvará que o nomeava governador, e cuja apresentação Pero Mascarenhas em vão requeria. Mas Lopo Vaz de Sampaio, que vira que a inquietação dos habitantes de Gôa não tivera consequencias, julgando-se já seguro no governo, tractou com violencia os requerentes, e conciliou assim a animadversão de D. Simão de Menezes, que logo se determinou a soltar Pero Mascarenhas, e a reconhecel-o como governador, determinação que não tardou a realizar solemnemente e com todo o ceremonial, entregando a Pero de Mascarenhas as chaves da propria fortaleza, em que o recebêra captivo.

Cedâmos agora por um momento a palavra ao eloquente, mas nem sempre imparcial, historiador da India, João de Barros. Esta parte da sua narrativa é absolutamente conforme com as dos outros historiadores, e tem o merecimento de ser um resumo claro e elegante, a que não ousamos substituir a nossa prosa.

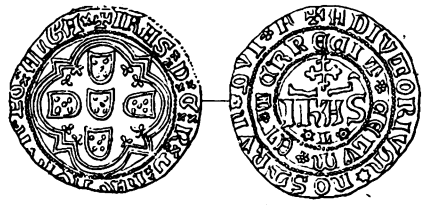
«... Houve-se Lopo Vaz por seguro, parecendo-lhe que se haviam quietado os bandos e dessocegos em que a gente de Gôa andava. Mas não o deixaram estar muito tempo quieto, porque Christovam de Sousa, capitão de Chaul, sabendo como Lopo Vaz de Sampaio que-

[1] Gaspar Correia, *Lendas da India*, l. cit.

Digitized by Google

ria proceder com Pero Mascarenhas, e que o mandava aguardar na barra de Gôa para o prenderem, com parecer do feitor, alcaide-mór, e officiaes da fortaleza e dos fidalgos que com elle estavam, que eram muitos, escreveu uma carta a Lopo Vaz (que lhe deram depois da prisão de Pero Mascarenhas) em que lhe dizia, que, para se apagarem as dissensões que começavam a nascer sobre a preferencia da successão do governo, cumpria pôr-se em justiça pelo perigo em que se punha o Estado da India, principalmente em tempo em que cada dia se esperavam os Rumes: para o que era necessario accrescentar o poder e não diminuil-o, dividindo-se a gente que em si era pouca, cuja perdição estava certa; porque se grandes imperios, feitos e arraigados, se perderam por serem divisos, que se podia esperar de um que então começava, e que tinha as raizes tão pouco fundadas e o soccorro em logar tão remoto? pelo que o desenganava que elle não havia de obedecer a quem se não pozesse em direito.

«Era Christovam de Sousa um fidalgo de muita qualidade em sua pessoa, mui esforçado e mui humano, de gentil conversação, e de condição alegre e familiar com todos; e não sómente esplendido na continua mesa que dava, mas no soccorro que do seu dinheiro fazia aos que o não tinham; pelo que em Chaul invernava maior numero de fidalgos que em nenhuma outra parte da India; e como elle tinha tanta auctoridade e tantos do seu bando, ficava muito de vantagem a parte a que elle se acostasse; e assim a sua carta fez muito abalo ao governador quando a viu, entendendo por ella que não estava pacifico no cargo; e por conselho de seus amigos, a quem em segredo mostrou aquella carta, escreveu a Christovam de Sousa como Pero Mascarenhas estava preso com approvação de todos os fidalgos e capitães da India que a elle Lopo Vaz reconheciam por governador; pelo que lhe pedia quizesse conformar-se com os mais, e obedecel-o, pois que não havia divisão, nem se podia receiar; e lhe rogava quizesse escrever a Pero Mascarenhas que desistisse da pretenção do governo [1].»



Real de 9 dinheiros, de D João I

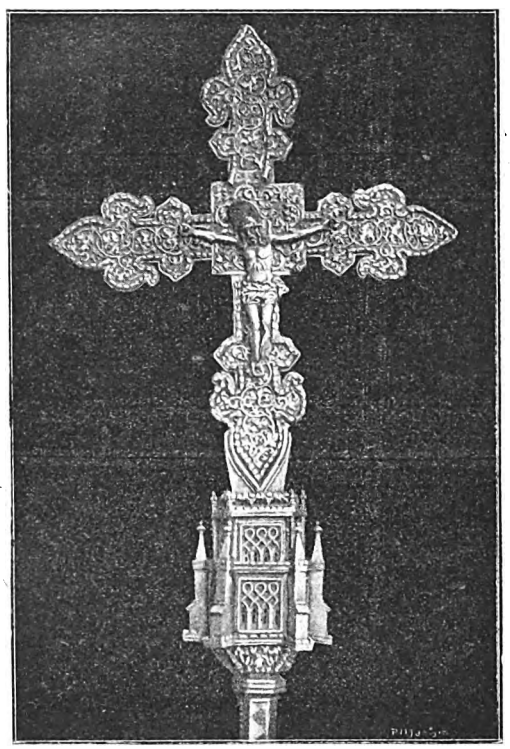
Não produziu esta carta effeito algum em Christovam de Sousa, que, recebendo d'ahi a pouco outra de Pero Mascarenhas, em que lhe noticiava que fôra reconhecido como governador por D. Simão de Menezes, capitão de Cananor, respondeu reconhecendo-o egualmente. Logo em seguida Pero Mascarenhas enviou a Lopo Vaz de Sampaio e aos vereadores e povo de Gôa requerimentos, em que pedia que ou o reconhecessem como governador, ou lhe mostrassem o alvará de el-rei que o demittia d'esse cargo. A esses requerimentos não deu Lopo Vaz outra resposta que não fosse rasgal-os, e mandar espancar os tabelliães que acompanhavam os portadores d'elles, já que a estes mesmos o não podia fazer sem offender gravemente a fidalguia da India. Estes despropositos de Lopo Vaz tinham indisposto contra elle a maior parte dos fidalgos, e nunca estivera tão bem figurada a causa do seu adversario. Christovam de Sousa trouxera ao seu partido o auxilio da sua grande influencia e do prestigio do seu nome. D. Simão de Menezes sahira das suas primeiras indecisões e mostrava-se prompto agora a sustentar, por todos os modos, a causa do legitimo governador; em Gôa estavam os animos por tal forma ir-

[1] Barros, *Asia*, decada IV, liv. II, cap. II.

Digitized by Google

ritados, que Heitor da Silveira e muitos outros fidalgos combinaram apresentarem a Lopo Vaz um ultimo requerimento, e, se elle o não attendesse, prenderem-n'o, e proclamarem governador o seu rival.

Perdeu-se a causa de Pero Mascarenhas, como já d'uma vez succedera, por demasiado afferro ás formulas legaes. Se

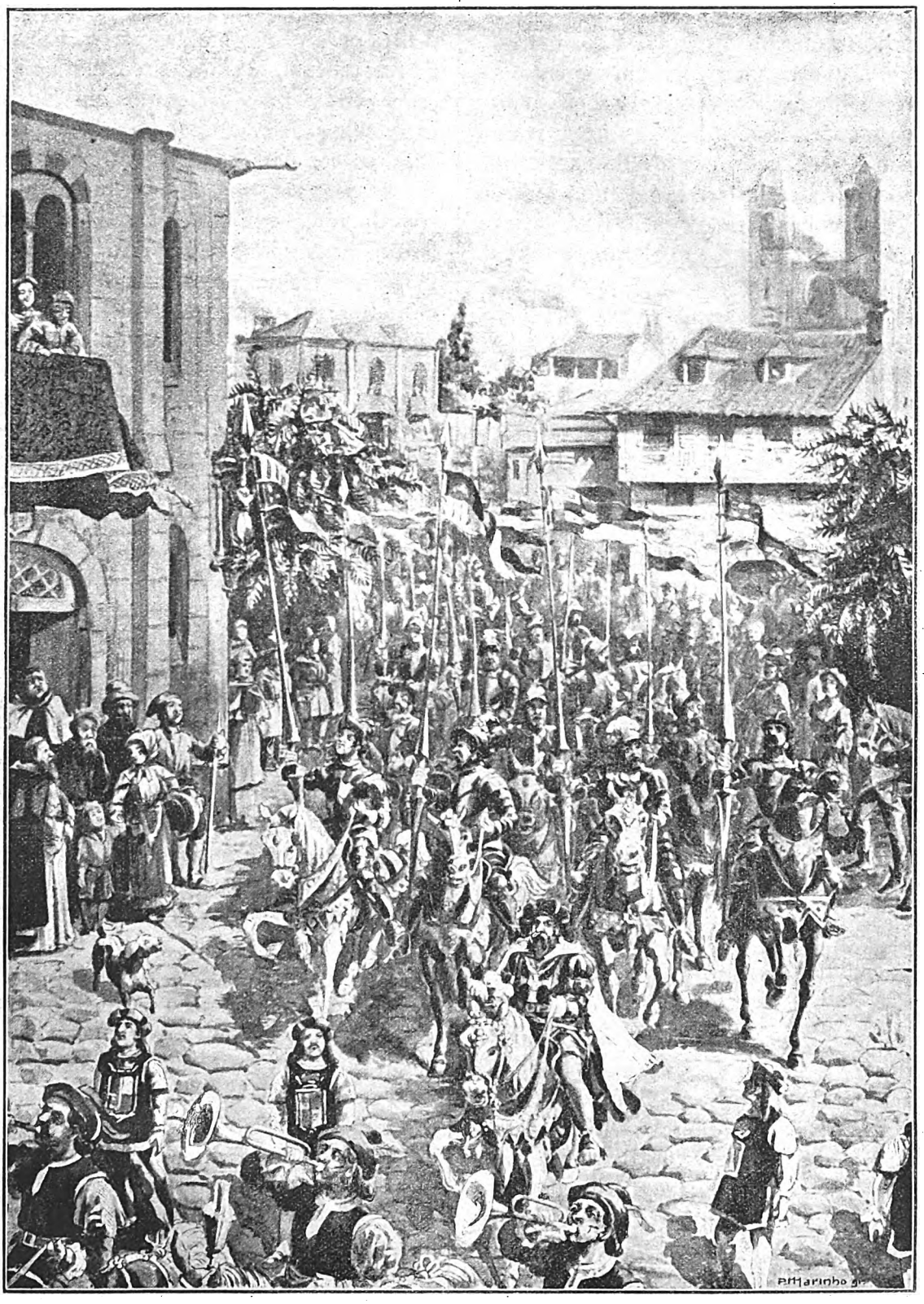


CRUZ PROCESSIONAL DO CABIDO DA COLLEGIADA DE GUIMARÃES

Pero Mascarenhas, tomando uma iniciativa audaciosa, partisse de Cananor para Gôa, podia n'esse momento ir prender Lopo Vaz no seu proprio palacio; mas o heroe de Bintam jurára não provocar a guerra civil: Christovam de Sousa, verdadeiro *grand-seigneur*, tal como Barros nol-o descreve, tambem lhe aconselhava a que fizesse o mesmo, e tractava com demasiado desdem as intrigas do seu adversario. O capitão de Chaul não estava longe de suppôr que a sua adhesão ao partido de Pero Mascarenhas arrastaria immediatamente a de todos os fidalgos, e que Lopo Vaz se veria desamparado, sem ser necessario desembainhar a espada. As cousas caminhavam n'este sentido, mas era preciso um certo impulso. A inacção austera de Pero Mascarenhas e a tranquillidade desdenhosa de Christovam de Sousa deixaram campo livre ao activo e energico Lopo Vaz. Não se descuidou elle; um dos collegas de Heitor da Silveira na conspiração formada em Gôa, vendo que Pero Mascarenhas não se movia, achou mais acertado voltar ao partido de Lopo Vaz, e denunciou-lhe tudo. Lopo Vaz não hesitou um instante, e foi elle mesmo prender os conjurados. Heitor da Silveira não era homem que se prendesse tão facilmente, e a lucta esteve para se travar, mas Silveira percebeu as hesitações de muitos dos seus companheiros, viu que Pero Mascarenhas não parecia disposto a auxiliar, d'um modo efficaz, os seus esforços, entendeu que, accendendo a guerra civil em Gôa, não serviria a causa da legalidade, e faria cahir sobre si uma responsabilidade pesada; deu-se por conseguinte, á prisão. A maior parte dos seus companheiros seguiram-lhe o exemplo, e quasi todos logo tractaram de se reconciliar com Lopo Vaz, que era decididamente o mais forte dos dois luctadores.

Tendo assim domado as resistencias em Gôa, quiz vêr Lopo Vaz se, por força ou por manha, conseguia paralyzar Christovam de Sousa, e para isso mandou-o chamar a Chaul, pedindo-lhe que viesse a Gôa para alli discutirem ambos pausadamente o negocio do governo. A sua intenção era prendel-o assim que elle desembarcasse. Mas Christovam de Sousa, avisado, apenas entrou no rio de Gôa, voltou logo para Chaul, não sem mandar dizer altivamente a Lopo Vaz que, se desembarcasse, não seria preso, prendel-o-hia a elle com as suas proprias mãos, mas que preferia evitar discordias.

Digitized by Google



CORTEJO DE D. FRANCISCO DE ALMEIDA

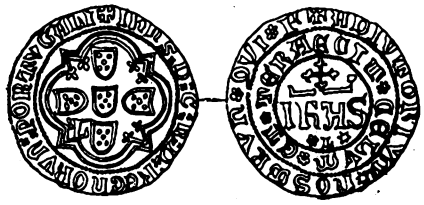
Digitized by Google

O falhar-lhe este projecto, o modo como o tractaram os capitães das naus do reino, que recusaram positivamente entregar-lhe as missivas de el-rei emquanto não se decidisse a questão no governo, as insistencias do povo e da camara de Gôa, os repetidos requerimentos de Pero Mascarenhas, os conselhos dos seus proprios partidarios abalaram, emfim, o animo de Lopo Vaz, que se sujeitou a propôr a arbitros a questão entre elle e Pero Mascarenhas. O que o moveu a ceder, foi principalmente o pensar que, graças aos muitos partidarios que grangeára com as suas larguezas, ao prestigio que lhe déra sobre os animos timidos, não lhe seria difficil obter uma sentença a favor, contra todas as leis da justiça e da equidade. Declarou, portanto, que estava prompto a mostrar a juizes, eleitos entre os fidalgos da India, os documentos que o investiam no governo, que Pero Mascarenhas fizesse o mesmo e que os juizes decidissem a questão. Nomeou para seu procurador Antonio da Sílveira e o procurador de Pero Mascarenhas foi Christovam de Sousa. Estes dois procuradores, com todos os fidalgos, nomearam entre si doze a quem tocou resolverem o modo como se havia de proceder n'este caso de sentença. A resolução, que elles tomaram, foi a seguinte, conforme o texto de Francisco de Andrade:

«Que estes apontamentos se escreveriam na camara da cidade, perante os officiaes d'ella, os quaes os teriam em segredo até se haverem de publicar. Que para o caso ser julgado se fariam doze juizes, seis para cada parte, de que elles nomeariam os seis, tres para cada uma, e seria n'esta fórma que Pero Mascarenhas nomeasse primeiro um juiz por um escripto seu, e Lopo Vaz apoz elle por outro escripto seu nomeasse dois, e logo Pero Mascarenhas nomeasse dois, e apoz elle Lopo Vaz um, e os outros seis juizes nomeariam os fidalgos da pauta e dariam tres d'elles para cada uma das partes. E logo no mesmo instante que fossem nomeados estes juizes, seriam mettidos em algum logar seguro, onde ninguem falasse com elles, e lhes dessem juramento que não recebessem recado nem escripto de pessoa alguma, nem elles falassem uns com outros nem soubessem para quaes das partes eram nomeados, que sendo caso que alguma das partes tivesse maneira para se dar escripto ou recado seu a algum dos juizes, que o voto d'este juiz ficaria em favor da parte contraria, ainda que o desse contra ella. Que, sendo os juizes juntos, lhe dariam juramento na sagrada hostia que em tudo guardariam justiça e verdade, e descobririam qualquer peita ou recado que lhes fosse dado ou por alguma das mesmas partes, ou por interpostas pessoas, e que a sentença que dessem seria julgada pelos papeis que lhe fossem apresentados. Que apoz este juramento se confessariam e tomariam o Santissimo Sacramento, e além d'isto dariam suas fés e menagens por um instrumento publico, em que todos assignariam, que no juizo d'este caso não fariam falsidade alguma, e pelo mesmo juramento declarariam se tinham particular odio ou affeição a alguma das partes. Que o caso fosse julgado em Cochim dentro no mosteiro de Santo Antonio, onde os juizes seriam mettidos apartados uns dos outros cada um em sua cella fechada á mão do guardião, de maneira que nenhum d'elles com outro, nem o mesmo guardião falassem com qualquer d'elles, nem os largaria das cellas até acabarem todos de votar, e de tudo isto seria tambem dado juramento ao Guardião. Que Lopo Vaz e Pero Mascarenhas cada um por si dariam a cada um dos juizes os traslados dos seus papeis, arrasoados e apontados, assignados por elles, cerrados e sellados, por onde os juizes dariam sentença, a qual, depois

Digitized by Google

de dada, entregariam ao mesmo guardião, assignada e cerrada com os mesmos papeis, o qual, recolhendo-se com os juizes n'um logar secreto, elle só veria os votos, e, achando-se que eram tantos por uma parte como por outra, elles todos elegessem outro juiz, que o guardião por sua pessoa iria chamar e levaria ao mosteiro sem falar com pessoa alguma, nem com nenhum dos juizes, o qual, depois de confessado e commungado faria juramento na sagrada hostia na forma dos outros juizes, e sendo mettido n'uma cella com os papeis todos daria seu voto cerrado e sellado como fizeram os outros, o que acabado se tornariam todos a recolher n'um logar afastado, e apurariam bem os votos, e por aquella parte em que se achassem os sete se escreveria a sentença com todos os fundamentos d'ella muito bem declarados, na qual assignariam os sete juizes que dessem n'ella seus votos, e os votos dos outros seis se dariam tambem pela mesma maneira á parte que ficasse de fóra para seu resguardo. Que esta sentença, dada por estes juizes, seria de tanta força como se n'ella assignára el-rei nosso senhor, e de novo fizera governador aquelle por quem fôr dada, o qual seria em tudo obedecido por todos. Que o que d'elles ficasse de fóra fosse logo embarcado para o reino na náu que elle escolhesse das que houvesse no porto, a que se daria todo o bom aviamento que lhe fosse necessario, para se partir primeiro que as outras, e se lhe dariam todos os papeis e instrumentos que pedisse, e com elle se podessem embarcar todas as pessoas que quizessem, assim na sua náu como nas outras, sem lhe ir á mão o governador que ficasse, antes lhe mandasse dar todos os despachos que pedisse. Que o governador que ficasse faria juramento na hostia sagrada de não empecer em cousa alguma a qualquer pessoa, que n'estas differenças fôra de contrabando nem desfaria cousa alguma das que o outro governador tivesse feito, e que o que se fosse para o reino podesse citar e emprazar o que ficasse na India para deante d'el-rei nosso senhor e d'isso lhe dessem seus instrumentos. Que para este negocio se poder fazer com a quitação e segurança necessaria, Lopo Vaz desistiria da governança e ficaria no estado em que estava Pero Mascarenhas, e ambos dessem suas fés e menagens por um instrumento publico assignado por ambos, que tambem tomariam juramento na hostia sagrada, que muito inteiramente cumpririam o que fosse determinado pela sentença que então se désse sem lhe pôrem replica ou contradicção alguma, nem mandarem recado a qualquer dos juizes, ou fossem os seus ou os da outra parte, por si nem por outros, antes nem depois da sentença Que, sendo ambos despossados da governança, Antonio de Miranda, por ser capitão-mór do mar, fosse feito governador da India, jurado e obedecido por todos até ser dada sentença, e que, em sendo dada, logo entregaria a governança ao que fosse julgado por governador; porém antes que isso fosse feito se confessasse e commungasse, e na hostia sagrada fizesse juramento de cumprir isto muito inteiramente, e que sendo acaso commettido por alguma das partes, para n'isto ou em alguma outra cousa lhe dar favor e ajuda, ou elle por si fazer cousa em contrario d'estes apontamentos, o descobrisse logo, e seria tomado por uma voz contra o que tal commettesse. E que o mesmo Antonio de Miranda, como governador que então era, levaria ambas



Real de 9 dinheiros, de D. João I

Digitized by Google

estas partes na armada, e daria ordem com que isto se fizesse com quietação e segurança d'haver alvoroços, debates, nem reboliços, sobre o que faria todas as diligencias necessarias para se não impedir a direita justiça, com todo o rigor que cumprisse, e dar castigo a qualquer que negociasse ou pretendesse o contrario. Que estes apontamentos seriam assignados por todos os officiaes de justiça e da fazenda, e das camaras de Gôa e Cochim, e por todos os fidalgos, e, se houvesse alguem que não quizesse assignar, sendo requerido, e desobedecesse a estes apontamentos, fosse logo mettido em ferros e n'elles mandado ao reino. Que os principaes, que para isso fossem requeridos, dariam suas menagens assignadas de, em tudo, cumprirem e guardarem o conteúdo n'estes apontamentos, e serem contra todo o que fosse contra elles, até se pôrem por isso em armas, ainda que fosse ecclesiastico. Que n'estes apontamentos assignariam tambem Lopo Vaz e Pero Mascarenhas. E, sendo acabados n'esta fórma com todas as clausulas necessarias para a segurança d'elles, e assignados por todos, foram logo apregoados com a bandeira real desenrolada, ao som de muitas trombetas, e com outras solemnidades de grande magestade, encommendando a todos que os guardassem e fizessem guardar, e propondo graves penas aos que lhes não obedecessem, e pedindo tambem que os que soubessem, alguma cousa que pertencesse áquelles apontamentos a fossem em segredo descobrir á camara, onde com o mesmo segredo seriam ouvidos, e o que soubesse que se ordenava alguma cousa contra os apontamentos e a não descobrisse incorresse nas mesmas penas propostas [1].»

Como consentira Lopo Vaz, depois de se ter por tanto tempo obstinado em conservar contra toda a legalidade o governo da India, como consentira elle em acceitar o arbitrio dos doze juizes, e em resignar na mão do terceiro o poder de que era tão ambicioso? Parece-nos descobrir n'essa repentina condescendencia mais um mysterio de iniquidade. Com effeito Lopo Vaz aproveitára o tempo em que tivera nas mãos a auctoridade suprema em grangear partidarios; muitos dos fidalgos que defendiam a causa de Pero Mascarenhas tinham sido deportados, outros seduzidos pelas liberalidades e promessas de Lopo Vaz, outros subjugados pelas suas ameaças, outros finalmente, e entrava n'esse numero Heitor da Silveira, que era aliás um dos heroes da India, fatigados d'estas longas discussões, e vendo que Pero Mascarenhas não reclamava o poder com bastante energia, estavam meio resolvidos a acceitar o facto consummado. Todos porém, ou para justificarem a sua traição, ou para se desculparem perante a sua conscienca, desejavam que a causa de Lopo Vaz tivesse emfim uns vislumbres de justiça, desejavam que uma sentença qualquer lhes offerecesse o pretexto que elles ambicionavam para poderem abraçar a causa do governador intruso.

Fossem pois quaes fossem os fidalgos que julgassem a demanda, já o seu espirito estava bastante prevenido a favor de Lopo Vaz; o ardor que alguns tinham mostrado em pugnar pela justiça de Pero Mascarenhas esfriára com o tempo, e pensavam até em conservar o poder a Lopo Vaz ainda que não fosse senão para fugirem a uma lucta, que tornavam inevitavel a indole e influencia de Affonso Mexia e do intruso governador.

Havia por conseguinte bastantes probabilidades de vencer Lopo a sua causa contra toda a razão, e apezar d'isso foi com extrema repugnancia que accedeu ao conselho dos seus partidarios. Mas o lance era decisivo, Christovam de Sousa

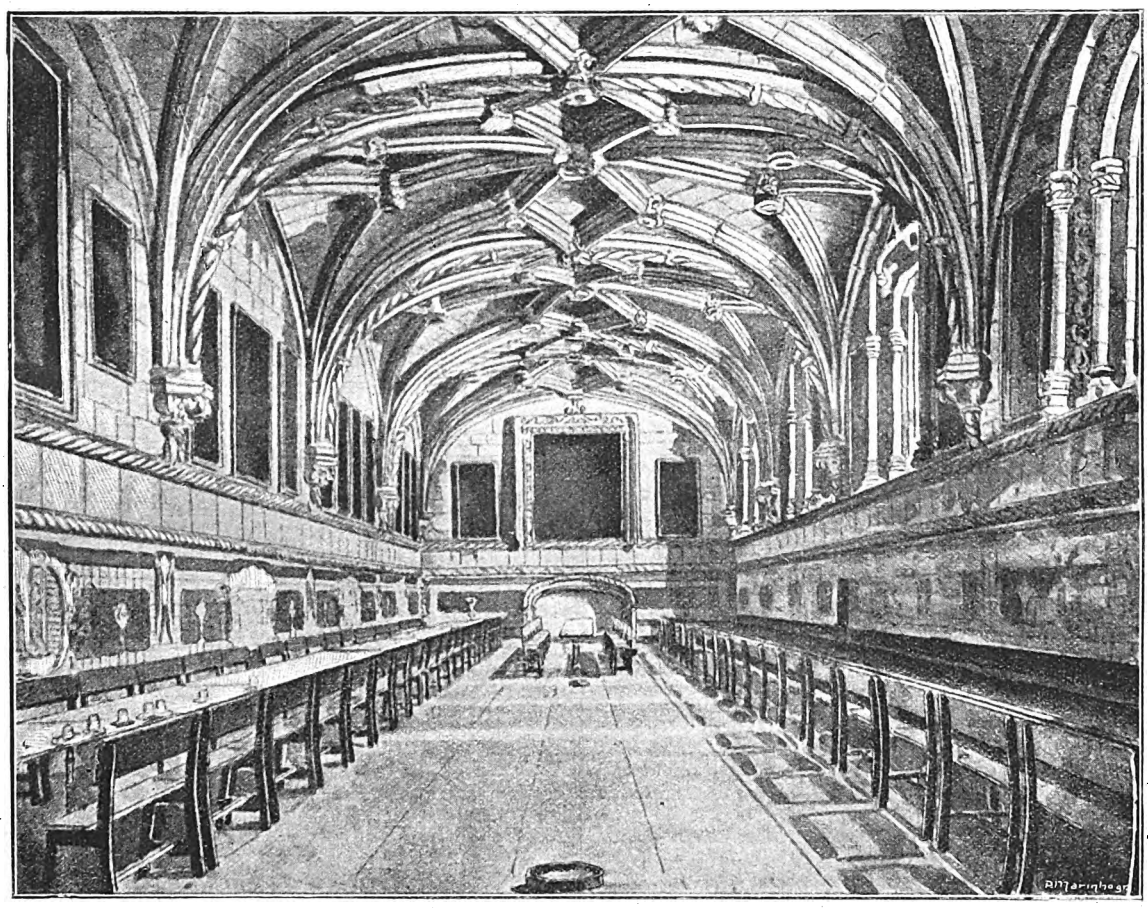
[1] Francisco d'Andrade, *Chr. de D. João III*, p. 2.ª, cap. 24, f. 34.

Digitized by Google

tinha força bastante para suscitar serios embaraços ao governador; Pero Mascarenhas, livre e senhor da fortaleza onde fôra captivo, podia n'um momento de colera appellar para uma medida energica. Fazendo pois da necessidade virtude, Lopo Vaz de Sampaio jurou os apontamentos que lhe foram apresentados, e o mesmo fez Pero Mascarenhas, partindo ambos para Cochim, e tomando Antonio de Miranda o governo da India.

Segundo nos conta Diogo do Couto, el-rei D. João só criminava depois muito Antonio de Miranda por não ter aproveitado o poder temporario, que tivera nas mãos, para lhe enviar presos para o reino os dois contendores, que entre si disputavam o governo da India.

Antonio de Miranda não era homem para tomar essas resoluções energicas. Brando e indolente, mas ainda assim tenaz por baixo da sua mansidão exterior, conservára-se apartado sempre d'estas discussões, sem querer tomar partido nem por um nem por outro, indo até invernar a Cochim com a esquadra que commandava, para não ser perseguido em Gôa ou em Cananor pelas intimações de Lopo Vaz de Sampaio e de Pero Mascarenhas.



REFEITORIO NOS CLAUSTROS DOS JERONYMOS (BELEM)

Mas, assim que tomou o governo, cumpriu fielmente o que os apontamentos lhe determinavam, e nem os ferros de Lopo Vaz o fizeram desviar do seu proposito, nem as altivas observações de Christovam de Sousa, acoimando-o de condescendente para com Sampaio, o demoveram tambem do rumo que tencionava seguir. Mas o que nos parece incontestavel é que elle foi logrado por uma co-

Digitized by Google

media habilmente desempenhada por Lopo Vaz de Sampaio e Affonso Mexia. Vamos procurar demonstral-o.

Determinavam os apontamentos que os juizes d'esta causa se reunissem em Cochim. Os partidarios de Pero Mascarenhas não deixavam de dizer que essa clausula tendia apenas a collocar os juizes debaixo da influencia immediata de Affonso Mexia, o que a nós tambem nos parece extremamente provavel. Mas Affonso Mexia, para desviar essas suspeitas do espirito de Antonio de Miranda, fez um grande alvoroço intimando-o para que levasse os juizes a Coulam, porque elle em Cochim não os receberia, e nem reconheceria como governador outro que não fosse Lopo Vaz de Sampaio. Antonio de Miranda insistiu com a sua mansa energia, se assim nos podemos exprimir, e Affonso Mexia fingiu ceder de má vontade; o mesmo repetiu ainda quando se tractou de jurar os apontamentos, mas afinal jurou-os, logo que Antonio de Miranda lhe declarou que, usando dos seus poderes de governador interino, o mandaria preso para o reino, depois de o ter desapossado da sua capitania.

Afinal reuniram-se os doze juizes, e todos esperaram com anciedade em Cochim a sua decisão; mas era tão visivel a influencia dos partidarios de Lopo Vaz de Sampaio, que, apezar da justiça incontroversa da causa de Pero de Mascarenhas em presença dos documentos, os votos dividiram-se e appareceram seis favoraveis a Pero Mascarenhas e seis a Lopo Vaz de Sampaio. Segundo estava tambem determinado nos apontamentos, os doze juizes foram chamar um decimo terceiro que viesse decidir a causa, e que foi Balthazar da Silva, um dos capitães das náus do reino. Este veiu para o convento, mas, apezar de todas as penas comminadas contra quem falasse aos juizes, é certo que Affonso Mexia falou a Balthazar da Silva, ou antes lhe metteu na mão de passagem uns papeis que não foram de pouco peso na votação final. Parece que os argumentos que Affonso Mexia allegava n'esses papeis a favor do governador que elle escolhera, tinham sido tirados principalmente da védoria da fazenda a seu cargo; o incontestavel é que Balthazar da Silva deu o seu voto a Lopo Vaz de Sampaio.

A iniquidade estava consummada, a justiça fôra vilmente calcada aos pés, e Lopo Vaz de Sampaio colhia, em vez de um castigo, a recompensa da sua audacia, da sua impudencia e da sua perfidia.

Os homens que andavam de boa fé n'este enredo vergonhoso, ficaram maravilhados de decisão tão inesperada, os que estavam no segredo da comedia não disfarçaram comtudo a sua escandalosa alegria, e os canhões da fortaleza de Cochim annunciaram com salvas, e os sinos das egrejas com repiques, a nomeação definitiva de Lopo Vaz de Sampaio, a sancção de uma tremenda iniquidade.

Os indecisos, os que fluctuavam entre os dois partidos, promptos a inclinarem-se para o partido do mais forte, e que por isso se tinham encostado á facção de Lopo Vaz de Sampaio, esses congratularam-se pela sua habilidade e a sua previsão, vendo que Pero Mascarenhas, respeitando a legalidade, até quando essa legalidade não era mais do que uma apparencia, um vão phantasma, se sujeitava á sentença, e apenas appellava d'ella para el-rei, decidindo-se immediatamente a voltar a Portugal.

É certo que Lopo Vaz de Sampaio não se resignaria com a mesma facilidade, e que appellaria para a guerra civil, para a força aberta, se lhe tivesse falhado a astucia.

Por esse lado tinham procedido com acerto os honrados padres-conscriptos da India, e ninguem póde desconhecer a sua habilidade em encontrarem expedientes que os livrassem das difficulda-

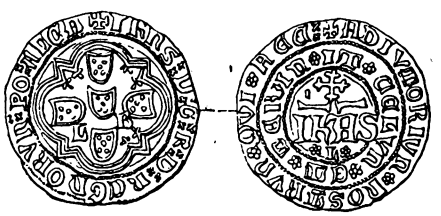
Digitized by Google

des que só elles afinal tinham suscitado, com a sua subserviencia, e a sua pusillanimidade em frente de um crime audacioso e feliz.

A sentença proferida pelos treze juizes é um documento bastante curioso para que deva ter logar n'esta historia, já que Gaspar Correia teve o cuidado de nol-o transmittir.

«Vistos estes autos, processados entre partes Pero Mascarenhas auctor, contra Lopo Vaz de Sampaio e papeis por elles apresentados, a saber: libello de Pero Mascarenhas e contrariedade de Lopo Vaz réo, réplica e tréplicas e razões allegadas, e prova dada pelos papeis com que as partes se lançaram em signal, o que tudo por nós visto e bem examinado, conformando-nos com a vontade de el-rei nosso senhor pelo alvará apresentado pelo réo, que precede todas as provisões d'elle feitas, em que sua alteza desfez as successões velhas, mandando que d'ellas se não usasse e cerradas lhe fossem levadas, em que claro mostra não querer que o auctor Pero Mascarenhas seja governador, mas que se usasse de novas successões que mandava, resguardando que, não sendo passadas á India, todavia não se abrissem as velhas, e que entanto Lopo Vaz fosse governador até ellas chegarem, porque na primeira successão o fazia governador: pelo que, conforme a manifesta vontade de el-rei nosso senhor, julgamos que *por bem de todos, e da India ficar mais assentada em mansidão do povo, e por se escusarem os males que podem succeder do impeto que o auctor tem contra os que lhe males fizeram, de que se queixa e mostra aggravado:* julgamos que Lopo Vaz de Sampaio esteja em sua posse da governança da India, em que está, e seja governador, segundo nos parece, por direita justiça. E o auctor Pero Mascarenhas, se quizer, se torne á sua capitania de Malaca, se a quizer acabar de servir, dando a obediencia e menagem a Lopo Vaz governador; e, se não quizer, se vá para o reino, ante el-rei requerer a sua justiça, se entender que a tem, e lhe sejam dados todos os instrumentos e papeis que pedir, sem sair a terra [1]».

As palavras que pozemos em italico



Real de 9 dinheiros, de D. João I

estão denunciando, parece-nos, o espirito de iniquidade que presidiu á promulgação da sentença. Alli involuntariamente se revelou, como por um grito de remorso, por um sobresalto de consciencia, a perfidia dos juizes. Como se percebessem que se leriam claramente na sua decisão os verdadeiros motivos que a haviam dictado, os membros do tribunal appellavam indirectamente para todos os egoismos, lembrando que o bem da India, o socego do povo e a segurança das pessoas que tinham aggravado Pero Mascarenhas reclamavam aquella decisão, procuravam appoiar-se n'um grande numero de cumplices, e ao mesmo tempo confessavam tacitamente que nada valia perante a recta justiça o primeiro considerando da sua sentença.

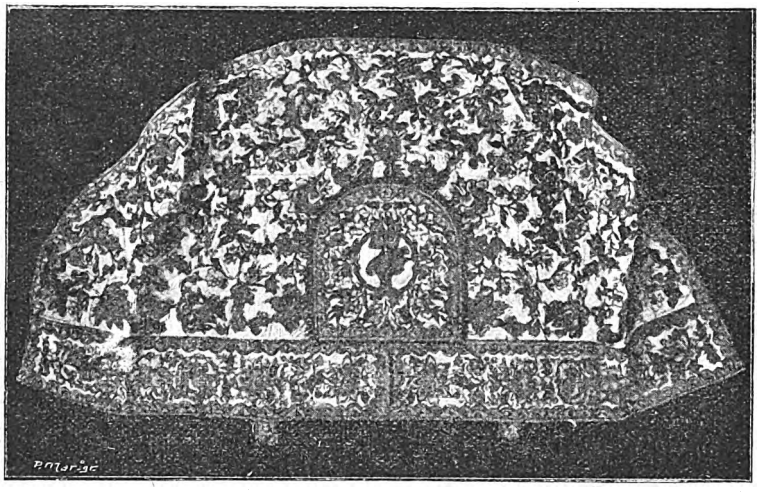
Pois que! os juizes reconhecem como verdadeiro o alvará que nomeára Lopo Vaz governador; nem sequer põem em duvida a sua authenticidade, e ainda acham necessario ir procurar outros argumentos para justificarem a sua decisão final. Mas, se esse alvará existia, nem era precisa a reunião dos arbitros, pois que Pero Mascarenhas era o primeiro que declarava estar prompto a curvar-se perante uma ordem d'el-rei, assim como

[1] Gaspar Correia, *Lendas da India*, I cit.

Digitized by Google

unicamente se obstinava em reclamar a auctoridade, porque entendia ser um desacato ao regio poder, que lh'a conferira, o quererem-lh'a arrebatar.

Assim como el-rei podia nomear os governadores, assim os podia demittir e substituir. Se o alvará, em que Lopo Vaz se fundava, era verdadeiro, que outros motivos precisavam d'invocar os juizes? Mas que esse alvará era falsissimo ainda mais uma vez se prova pelo seguinte:



CAPA BORDADA A MATIZ, OURO E PEDRAS PRECIOSAS
(Pertencente á Ordem de S. Francisco de Guimarães (seculo XVI)

Pero Mascarenhas partiu para o reino, como dissemos; a relação de Lisboa julgou a sua causa, e annullou immediatamente a sentença dos juizes de Gôa, e condemnou Lopo Vaz de Sampaio a pagar a Pero Mascarenhas os ordenados de governador, e dez mil cruzados de indemnisação. Mas essa satisfação á justiça bastou ao monarcha, e Pero Mascarenhas soffreu na côrte a pena da sua indole exempta e nobre. Como não andou apregoando os seus serviços, esqueceram-n'os com toda a facilidade, e o vencedor de Bintam, o heróe do extremo Oriente, o homem que, segundo a confissão d'um tribunal supremo e do proprio soberano, fôra illegalmente frustrado do governo da India, recebeu como recompensa a capitania d'Azamor! e afinal, na esquadra que D. João III enviou a Carlos V para o auxiliar na sua expedição de Tunis, lá morreu obscuramente, a bordo d'uma caravella, o infeliz, o denodado, o nobre Pero Mascarenhas.

Lopo Vaz de Sampaio, quando voltou a Portugal, foi de novo condemnado á perda dos seus honorarios, á pesada multa que a relação lhe impozera, e a uns annos de degredo para a costa de Africa. Mas Lopo Vaz tinha, como vimos, uma indole bastante diversa da de Pero Mascarenhas. Em Lisboa soubera tão facilmente grangear partidarios como na India, e passada esta primeira severa manifestação, logo el-rei, em attenção aos seus serviços, lhe perdoou todas as penas e o restituiu ao seu valimento.

Magnifico exemplo dado por el-rei D. João III aos seus subditos e á posteridade!

Todas as insubordinações, todas as revoltas, todas as violencias, todas as usurpações receberam assim, n'este caso de Lopo Vaz de Sampaio, um *bill d'indemnidade* da propria bocca do soberano desacatado.

Este triste desenlace d'um tão vergonhoso episodio contribuiu immensamente para a desmoralisação dos Portuguezes na India, foi a mais vigorosa enxadada que se vibrou ao nosso imperio oriental: a mão do proprio rei affrouxou os laços da disciplina, que eram o mais seguro fiador do nosso dominio, em terra onde eramos tão poucos, perdidos entre ondas de inimigos.

As consequencias d'esta relaxação não tardaram a fazer-se sentir em todos os pontos do Oriente. As vergonhosas discordias de Cochim reproduziram-se nas

Digitized by Google

Molucas, e os governadores da fortaleza de Ternate practicaram o que viam practicar aos governadores supremos da India.

E percebe-se isto facilmente. Lopo Vaz de Sampaio, para consummar a sua usurpação, teve de conciliar as sympathias dos fidalgos, e viu-se por conseguinte fatalmente obrigado a fechar os olhos aos seus excessos e abusos de poder. Ora, em Ternate, quando D. Garcia Henriques fôra substituir no commando Antonio Brito, este não quizéra entregar-lhe a fortaleza, e, depois de longas contendas, se se resolvêra a partir para a India, fôra levando comsigo uma grande parte da guarnição, artilheria e munições, de fórma que Ternate ficou exposta aos insultos dos inimigos, e D. Garcia Henriques teve de mandar immediatamente pedir soccorros a Malaca.

Este procedimento de Antonio de Brito era incontestavelmente digno de severo castigo; mas n'essa occasião estava accesa a discordia entre Lopo Vaz de Sampaio e Pero Mascarenhas; cada um d'elles o que desejava era reunir em torno de si o maior numero possivel de partidarios, e Antonio de Brito não só não recebeu castigo, mas foi até um dos doze juizes escolhidos para julgarem a contenda entre os dois pretendentes.

Era um triste exemplo que se dava a esses capitães de fortalezas longinquas, verdadeiras sentinellas avançadas do dominio portuguez, collocadas bem longe da acção e da vigilancia do governador da India. O que succedeu? Quando D. Jorge de Menezes foi substituir D. Garcia Henriques, as mesmas scenas se repetiram, mas com inacreditaveis requintes. Os dois governadores prenderam-se successivamente, assalariaram assassinos um contra o outro, e D. Jorge de Menezes insultou em publico D. Garcia Henriques. Este, depois de se terem reconciliado, n'um banquete á falsa fé captivou o seu adversario e os que lhe seguiram o partido.

Não contentes com isso, faziam intervir nas suas discordias os soberanos indigenas, ensinando-lhes assim elles mesmos o ponto fraco do nosso dominio, mostrando-lhes bem claro e bem patente o calcanhar d'estes Achilles, que até ahi

O PAPA JULIO II

os Indios se tinham costumado a considerar como invulneraveis.

O que tornava a situação mais grave era que os Castelhanos, desde a expedição de Fernão de Magalhães, continuavam a ter pretensões sobre a posse e o commercio das Molucas, e que uns navios das Canarias tinham levado a Tidor uma expedição que fundára uma fortaleza, d'onde os nossos debalde haviam tentado expulsal-os. Pois a tanto chegára o desvergonhamento dos Portuguezes, desvairados pelos seus odios particulares, por esse demonio da guerra civil, que sessenta partidarios de D. Jorge de Menezes, quando D. Garcia Henriques o

Digitized by Google

prendeu, retiraram-se para uma das montanhas da ilha, e declararam que se D. Jorge não fosse solto, iriam reunir-se aos Castelhanos para fazerem guerra aos seus compatriotas!! Foi então que D. Garcia Henriques se resignou a ceder o commando ao seu competidor, e a partir para a India, mas fazendo o mesmo que se lhe fizera, quer dizer, levando uma grande parte da guarnição, e deixando assim a fortaleza exposta ás incursões dos Castelhanos e dos indigenas, e por conseguinte a uma ruina completa.

O proprio Lopo Vaz de Sampaio não tardou a perceber as consequencias do seu procedimento; levado ao poder pelos seus subalternos, que se tinham feito cumplices da sua usurpação, fizeram-lhe elles sentir, frequentemente, o peso da sua cumplicidade. Uma vez, na costa de Cambaya, onde andava fazendo guerra, os murmurios que se levantaram entre os officiaes contra as diversas disposições que tomou, attingiram os limites de uma verdadeira insubordinação, que elle devorou em silencio, porque a sua auctoridade, tendo um vicio d'origem, não a sentia bastante forte para a invocar e fazer respeitar por aquelles que illegalmente lh'a tinham outorgado.

Ora, esta lepra da indisciplina lavrava por toda a parte. Quiz Lopo Vaz mandar de novo uma esquadra ás ilhas de Sonda para n'ellas construir uma fortaleza. Uma expedição anterior, commandada por Francisco de Sá, fôra mal succedida, e os nossos soldados mostravam grande repugnancia em voltarem a essa empreza. Essa repugnancia domal-a-hia com severidade o homem que se chamasse D. Francisco d'Almeida, ou Affonso d'Albuquerque; mas Lopo Vaz de Sampaio, apezar da sua energia nativa, não ousava combatel-a de frente. Essa energia empregára-a elle principalmente em minar as bases da auctoridade legitima; ora, é mais facil destruir do que reedificar, desencadeiar as revoltas do que pôr-lhes um termo, e o homem que agitou as massas falando ás suas paixões ruins, perdeu o direito de as conter quando ellas passam dos limites que tentou marcar-lhes. Este caso da expedição ás ilhas de Sonda offereceu d'isso um triste exemplo: para se conseguir que os soldados embarcassem, foi necessario enganal-os, dizendo-lhes que iam ás presas no mar de Bengala. Quando perceberam o engano, uns desertaram, outros revoltaram-se, outros, levando a insubordinação a extremos de desvairada loucura, quizeram deitar fogo á esquadra. Um miserando naufragio, e o captiveiro ainda mais miserando, dos que escaparam ás furias do pelago, eis o desenlace d'essa malfadada expedição, cujo commandante era Martim Affonso de Mello Juzarte.

O governo de Lopo Vaz de Sampaio, que durou até 1529, não se distinguiu por factos notaveis, além dos que já mencionámos, e que encheram, d'um modo bem triste o anno de 1527. Lopo Vaz era valente, e, proseguindo a guerra com os rajahs de Calicut e de Cambaya, levou sempre a vantagem, queimando os paráos d'um e d'outro soberano, onde quer que os encontrava, devastando a costa e dominando o mar. Na guerra de Cambaya distinguiu-se immensamente Heitor da Silveira, heroe a quem havemos de consagrar um capitulo especial. A tomada e incendio de Porká, cidade situada a doze leguas de Cochim, e cujo *arel*, como lhe chamam os nossos chronistas, mostrára pelos Portuguezes menos respeito de que elles exigiam, assignala o ultimo anno do governo de Sampaio.

Como administrador, tambem não temos que notar a sua iniciativa em qualquer ramo. É, comtudo, digna de louvor a actividade com que procedeu nas construcções navaes e no concerto das fortalezas, deixando ao seu successor uma formidavel esquadra, e reparando, melho-

Digitized by Google

rando e ampliando as fortalezas de Cananor, Cochim, Gôa, Chaul e Ormuz.

Mas, ainda que acções de immensa gloria enchessem o periodo do seu governo, não conseguiria elle apagar o estygma indelevel que lhe estampou na fronte o seu procedimento com Pero Mascarenhas. Desacatando a auctoridade real, servindo-se da corrupção, da intriga, da fraude, da violencia para conseguir os seus fins ambiciosos, legou aos seus successores um terrivel exemplo, desenvolveu os germens da dissolução que existiam no nosso imperio oriental, e concorreu, mais do que ninguem, para desfazer o prestigio que rodeiava no Oriente o nome portuguez, revelando aos Indios, espantados, as fraquezas dos homens que elles consideravam como heroes, ou antes como semi-deuses. É o que a historia nunca ha de perdoar a Lopo Vaz de Sampaio, já que lh'o perdoou esse rei de acanhadissimo espirito, que era, ainda assim, logico, desculpando a perfidia dos seus subordinados, pois que elle era o primeiro a empregal-a quando negociava em Roma o estabelecimento da Inquisição.

CAPITULO LXXIII

Nuno da Cunha

No anno de 1528 recebera o titulo de governador da India este homem célebre, filho do não menos celebre Tristão da Cunha, que vimos embaixador em Roma, conduzindo ao papa Leão X a solemne e pomposa homenagem d'el-rei D. Manuel.

Creança, Nuno da Cunha acompanhára seu pae á India; combatera com precoce valor ao seu lado e ao lado de Affonso d'Albuquerque; tivera a honra de ser armado cavalleiro por este grande capitão na tomada de Brava; proseguira depois, com seu pae, no caminho do Oriente; para que nenhuma gloria faltasse a este prematuro heroe, pelejára debaixo das vistas benevolas de D. Francisco d'Almeida, ao lado de seu heroico e infeliz filho D. Lourenço, e, finalmente, quando, voltando ao reino, quiz, como tantos outros jovens fidalgos portuguezes, colher gloria nas razzias africanas, foi debaixo das ordens de Nuno Fernandes d'Athayde, o heroe de Zafim, de Tednest e d'Amagor, que elle quebrou lanças contra os Berebéres.

Depois, acompanhando o pae a Roma, pôde vêr de perto os esplendores da côrte de Leão X, da capital do Catholicismo: o seu espirito juvenil cedo sazonára em presença d'estes grandes espectaculos, e D. João III, ou antes o seu governo, procedera com acerto escolhendo Nuno da Cunha para restabelecer na India o prestigio do nome portuguez.

Integro e austero como D. Henrique de Menezes, a sua virtude tinha a mesma aspereza. Não era, comtudo, exempto de defeitos; vêl-o-hemos no decurso d'esta narrativa. Educado na eschola de D. Francisco d'Almeida e de Affonso d'Albuquerque, imitou estes dois grandes homens nas crueldades que deslustraram, uma ou outra vez, o brilho da sua gloria, e essas crueldades não as resgatam egualmente nem os desvarios d'uma colera passageira, como a de D. Francisco de Almeida, depois da morte d'um filho, nem as exigencias implacaveis da alta concepção d'um grandioso plano, como

Digitized by Google

o de Affonso d'Albuquerque. As crueldades practicadas na ilha de Beth, e a morte do sultão Bahdur, de Cambaya, deshonram a memoria, aliás gloriosa e pura, de Nuno da Cunha.

A sua viagem para a India foi infeliz: as tempestades saltearam-n'o no caminho, não pôde aproveitar o tempo da monção e viu-se obrigado a invernar na costa da Africa oriental. Para aproveitar o ensejo, tomou e destruiu Mombaça, cujo scheick, sempre nosso secreto inimigo, apezar das severas licções que recebera, estava longe de dar aos navios portuguezes que arribavam ao seu porto a hospitalidade que elles encontravam em Melinde.

D'Africa partiu Nuno da Cunha para Ormuz, e ajudou o rei d'essa ilha a domar um seu vassallo que se rebellára com a ilha de Bahrein. A expedição portugueza, capitaneada por um irmão do governador, Simão da Cunha, não foi feliz na sua tentativa, porque a salteou uma enfermidade contagiosa, que a dizimou completamente, e que não poupou o seu proprio chefe. Mas o vassallo revoltado percebeu que esse passageiro successo, devido a um puro acaso, de nada lhe valeria, e que sentiria em breve o peso da colera dos dominadores da India, e preferiu a isso sugeitar-se ao seu soberano.

Nuno da Cunha não teve noticia da derrota dos seus soldados e da morte de seu irmão, porque partira para a India antes da expedição regressar. Dois irmãos trouxera o governador de Portugal; ambos lhe morreram antes de chegarem ao seu destino: Simão do modo que dissémos, Pero Vaz n'um naufragio.

Em setembro de 1529 chegou Nuno da Cunha a Gôa, onde foi recebido solemnemente como governador. Foi Nuno da Cunha o primeiro que estabeleceu definitivamente n'esta cidade a capital do Oriente portuguez, porque, ainda que Affonso d'Albuquerque a tomára com essa intenção, ainda que os subsequentes governadores ahi tambem fizessem mais ampla residencia, comtudo em Cochim ficára a védoria da fazenda e as outras repartições que constituem as molas do mechanismo governamental.

Depois de algum tempo de demora em Gôa, partiu Nuno da Cunha para Cochim, e em Cananor encontrou Lopo Vaz de Sampaio, que ahi o estava esperando; mas não quiz desembarcar para receber d'elle o governo, porque as ordens que trazia de Portugal não lhe permittiam usar de cortezias com o seu antecessor, e, não as tendo, suscitava um escandalo dispensavel. Esperou por conseguinte que elle viesse a bordo, recebeu-o bem na tolda do seu navio, mas, quando se recolheu com elle á sua camara, foi logo acompanhado pelo ouvidor, que prendeu com menagem o homem que ousára lançar ferros aos pés de Pero Mascarenhas. Assim foram ambos para Cochim, onde Nuno da Cunha encontrou as náus do reino e n'ellas ordens para proceder ainda mais rigorosamente com Lopo Vaz de Sampaio. Cumpriu-as, e Lopo Vaz, indignado, e lembrando-se talvez de que estava sendo punido pela pena de Talião, foi essa pena tambem que invocou contra Nuno da Cunha, a quem desejou que o seu successor fizesse o mesmo que elle lhe fazia. E a verdade é que a prophecia realizou-se. As intrigas e o ciume dos cortezãos confundiam nas mesmas humilhações os culpados e os innocentes.

Partindo Lopo Vaz de Sampaio, entendeu logo Nuno da Cunha nas cousas do governo, e tractou de proseguir na guerra que sustentavamos contra o sultão de Cambaya e o rajah de Calicut. Esta ultima sabemos que se originára, no tempo do governo de D. Duarte de Menezes, da protecção que o Samori dava aos corsarios que infestavam os mares. A guerra com o sultão de Cambaya tinha naturalmente a mesma ou si-

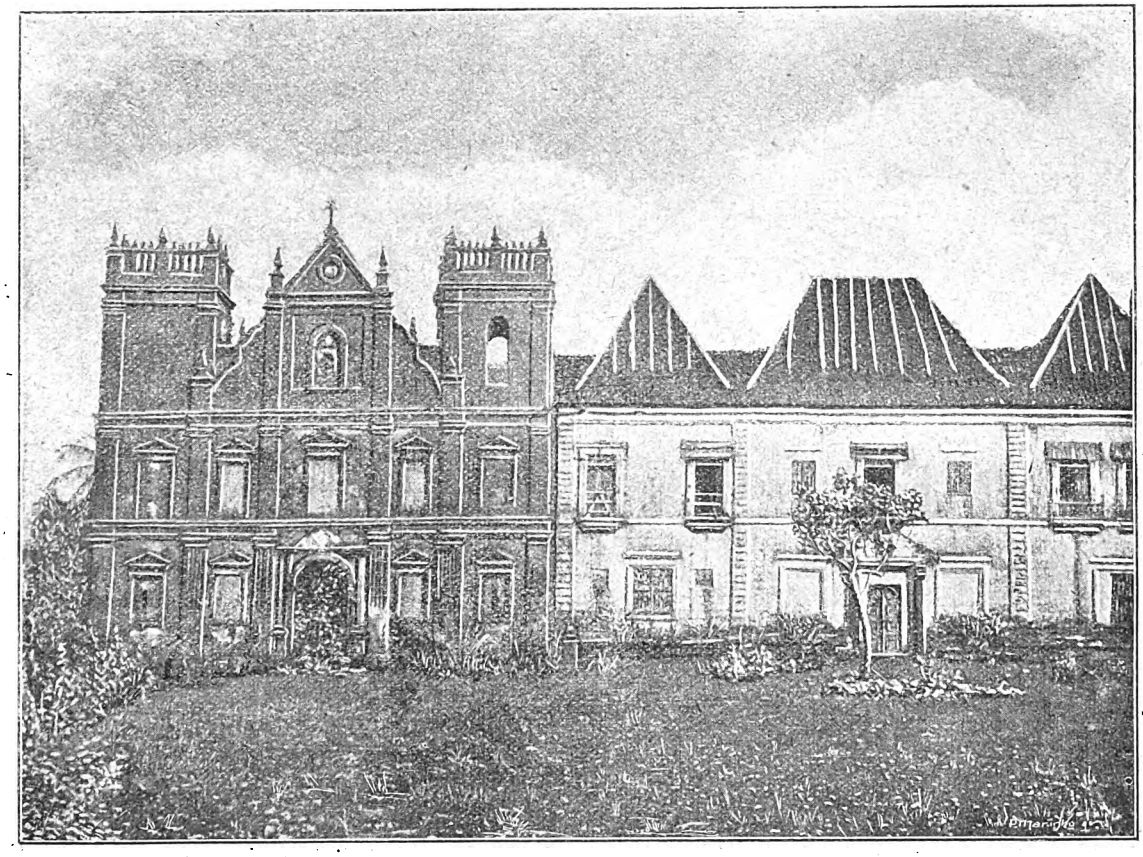
Digitized by Google

milhante origem. A pretenção dos Portuguezes ao monopolio do commercio indiano, o habito em que estavam de aprezar as náus de Méca, fosse qual fosse o ponto da India d'onde procedessem, deviam mantel-os por força em guerra constante com os monarchas poderosos do Oriente, que se revoltavam a cada instante contra tão exorbitantes exigencias.

Nuno da Cunha vinha demais a mais com a intenção premeditada de levantar uma fortaleza em Diu. Fôra esse o desejo incessante do governo portuguez, e, desde o tempo de Affonso d'Albuquerque, não cessava a côrte de instar com os governadores da India para que realizassem esse projecto querido. Emquanto vivêra o astuto Malek-Iaz, sempre este soubera desviar a tempestade que o ameaçava; mas Melek-Iaz morrêra, e Nuno da Cunha estava decidido, custasse o que custasse, a levantar a ambicionada fortaleza.

Por isso proseguiu vigorosamente na guerra contra o sultão de Cambaya, a quem Diu pertencia, guerra que Lopo Vaz de Sampaio fizera com prospera fortuna. Antonio da Silveira foi o escolhido para fazer sentir a Bahdurschah o peso do nosso braço. Ao mesmo tempo Diogo da Silveira era encarregado de proseguir na guerra contra o Samori. Ambos se desempenharam admiravelmente do encargo, e as costas de Cambaya e de Calicut, semeadas de destroços fumegantes, assignalaram a passagem terrivel das esquadras portuguezas.

Antonio da Silveira, commandando uma esquadra de cincoenta navios, e correndo a costa de Cambaya, queimou Reinel, Surate, Bombaim, Damão e aldeias sem conto.



RUINAS DO CONVENTO DOS FRADES DE S. JOÃO DE DEUS, EM GÔA

Digitized by Google

Diogo da Silveira, esse incendiou muitos paráos do rei de Calicut, arrazou completamente Mangalor, depois de um rude combate em que os nossos desenvolveram a sua habitual e temeraria bravura. Ficou a cidade por tal fórma arrazada que nunca mais tornou a ser o que era. Entretanto Heitor da Silveira, enviado ao Mar-Roxo, obrigava o scheick de Aden a reconhecer-se de novo tributario do rei de Portugal.

Esta acção multiplicada dos Portuguezes no Oriente não era mais do que a fita de relampagos, que, entrecruzando-se na atmosphera, annunciam a trovoada. Passava-se isto em 1530, e o novo governador dispunha-se para a expedição de Diu. Em todas as fortalezas da India ferviam os preparativos.

A esquadra, que se achou prompta no fim do anno de 1530 para com ella Nuno da Cunha ir conquistar a fortaleza de Diu, era a mais poderosa que até ahi os Portuguezes haviam apresentado: foi por isso talvez que a expedição não teve o exito que se esperava. Com cinco vellas tomou Affonso d'Albuquerque Ormuz, e com mais de quatrocentas vellas retirou Nuno da Cunha, sem ter conseguido desembarcar em Diu. Haveriam os Portuguezes perdido essa coragem indomita que os fazia invenciveis? Não; mas o desenvolvimento do luxo, a praga da escravidão faziam com que cada exercito portuguez fosse agora seguido por uma incrivel multidão de boccas inuteis de não combatentes, que embaraçavam os movimentos e prejudicavam a actividade das tropas. A armada de Nuno da Cunha fôra equipada com extraordinario luxo; oito mil escravos iam a bordo, e, ainda que podiam tambem tomar armas e combater, não era natural que os Portuguezes depositassem n'elles uma grande confiança, tanto mais quanto a maior parte d'esses escravos tinham sido tomados a bordo das náus de Méca, e nutriam por conseguinte mais affecto pelos seus correligionarios, contra os quaes eram condemnados a combater, do que pelos seus senhores, a quem eram obrigados a servir.

Sempre que um Antonio da Silveira ou um D. João de Castro forçava os seus soldados a voltarem á simplicidade militar dos aureos tempos d'Albuquerque, o valor portuguez reapparecia com toda a sua temeridade sublime, com a sua incontestavel audacia, com o seu maravilhoso e irresistivel prestigio.

Fôra tambem o que succedera na antiga Roma. Deante das muralhas da intrepida Numancia, fatigaram-se debalde innumeras legiões; mas, apenas veiu o austero Scipião tomar o commando do exercito de sitio, e, limpando o acampamento dos parasitas que o atulhavam, prohibindo o luxo nocivo que transformava os arraiaes n'uma voluptuosa Sybaris, obrigou os soldados romanos a voltarem á simplicidade primitiva, á frugalidade e á disciplina militar, as legiões recuperaram o seu antigo prestigio, e Numancia cahiu.

A armada de Nuno da Cunha constava pois de oito náus, quatorze galeões, duas galeaças, doze galés razas, duzentos vinte e oito bergantins, catures e fustas, vinte e cinco juncos malaios carregados de mantimentos, e sambucos e cotias malabares com gente que ia para fazer negocio vendendo vinho e outras mercadorias aos tripulantes. Nos juncos iam tambem muitas familias para se estabelecerem em Diu assim que esta se tomasse; presumpção um pouco vaidosa, que o exito constante das expedições portuguezas justificava, mas que o resultado d'esta pôde fazer passar por méra fanfarronada.

As munições não faltavam; artilheria com abundancia, muita da qual fôra tirada das fortalezas; polvora, ballas, engenhos de assedio, artificios pyrotechnicos, etc. Os navios eram bem construi-

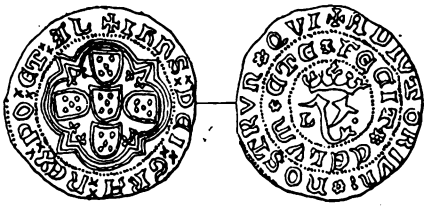
Digitized by Google

dos, e o galeão, em que ia embarcado Nuno da Cunha, e que se chamava *S. Matheus*, jogava vinte e duas peças e era o mais bello que havia na India. Os capitães dos navios eram a flôr da fidalguia portugueza. Mencionaremos apenas os nomes dos capitães das náus e dos galeões, e poucos encontraremos que não tivessemos já ouvido repetidos com assombro e terror pelos echos do Oriente.

Os capitães das náus eram Heitor da Silveira, mais digno ainda de nome de Achilles do que de Heitor, que o acaso do baptismo lhe pozera, heroe que n'essa expedição ia encontrar a morte e de cujas façanhas pessoaes falaremos em capitulo especial, porque nunca indole mais aventurosa se ligou a mais temeraria bravura: Ruy Vaz Pereira; Tristão Gomes de Gand; Manuel de Brito; Martim de Lemos; Fernão Rodrigues Barba; Lopo de Mesquita; D. Francisco de Eça; nomes todos illustres ou que iam alli começar a sua illustração, depois mais notoria.

Os capitães dos galeões eram D. Antonio da Silveira; Antonio de Miranda, o que foi governador interino da India emquanto se decidiu a questão Mascarenhas Sampaio; Martim Affonso de Mello Jusarte, que se illustrára em Malaca e nas ilhas da Sonda, e recentemente ainda se tornára celebre pelas suas desgraças, naufragio e captiveiro na costa de Bengala; Antonio da Silveira, o mesmo que espalhára o terror na costa de Cambaya e que devia immortalizar o seu nome com a defeza de Diu no primeiro cêrco; Diogo de Saldanha; Antonio da Silva; Manuel de Sousa Henriques; Antonio de Lemos; D. Affonso de Menezes; Fernão de Lima; João da Silveira; Henrique de Sousa, e Luiz Falcão.

Além d'estes iam outros fidalgos celebres nas guerras indianas: Diogo da Silveira, o mesmo que assolára a costa de Calicut, destruira Mangalor e obrigára o Samori a pedir paz; D. Vasco de Lima que se illustrára, no tempo de D Henrique de Menezes, na defeza de Calicut, defeza dirigida pelo seu parente D. João de Lima; Jorge Cabra, que fôra capitão de Malaca, nomeado por Pero Mascarenhas, e que ainda tinha de ser governa-



Real de 10 dinheiros, de D. João I

dor da India; Diogo Botelho Pereira, que, para dar a D. João III a noticia de que se fundára em Diu uma fortaleza, levou a cabo a navegação mais audaciosa e temeraria de que ha noticia e de que daremos conta em capitulo especial; e finalmente Gaspar Correia, o auctor das *Lendas da India*, foi n'essa expedição, segundo elle mesmo diz, n'um catur armado á sua custa [1], exemplo que foi seguido por muitos Portuguezes, que armaram navios com os seus dinheiros, e foram como voluntarios tomar parte na expedição.

Esta numerosa esquadra, que mettendo na conta os catures, cotias e outros navios malabares de que falámos, constava de mais de quatrocentas vellas, levava a bordo, segundo as participações dadas pelos capitães a Nuno da Cunha em conformidade com as suas ordens, tres mil quinhentos e sessenta e tantos soldados,

[1] Quando narrámos as dissensões de Lopo Vaz e Pero Mascarenhas notámos a concordancia que havia entre a narrativa de Gaspar Correia e a de Francisco de Andrade, concordancia que chegava a ponto de se exprimirem ambos quasi com as mesmas palavras. Essa conformidade involuntariamente nol-a explica a *Chronica de D. João III*, dizendo o seguinte: «Gaspar Correia, de cujos escriptos se tomaram estas e muitas outras informações, etc.» (*Chronica de D. João III*, p. 2.ª, cap. 66, fol. 64) e adeante repete: «Gaspar Correia, de cujos escriptos já disse atraz que se tirára muita parte das informações d'esta historia, etc.» (Ibid. cap. 68, fol. 97.)

Digitized by Google

mil quatrocentos e cincoenta e tantos marinheiros, ao todo cinco mil e tantos Portuguezes, dois mil soldados e quatro mil marinheiros malabares, oitocentos malaios remadores dos juncos, oito mil escravos, e contando os vendilhões, as familias que iam residir em Diu, notou o governador com espanto, e quasi com terror, que levava comsigo mais de trinta mil pessoas; quiz obrigar muitos a desembarcarem, temendo a falta de mantimentos: mas os capitães persuadiram-n'o de que cada homem ia munido do que lhe era necessario, e que a esquadra estava abastecida para cinco mezes. Partiram pois.

CAPELLA DO SENHOR MORTO, EM BRAGA

Era tão numerosa a esquadra, que entendeu o governador que não podia fazer-se á vella toda junta, e enviou por conseguinte adeante umas poucas de divisões, dando para ponto de reunião geral a ilha de Bombaim. Foi ahi que elle passou uma revista a essa numerosa armada. Mettendo-se n'um navio de remos foi visitar as náus, os galeões, as caravellas, as galeaças, os navios redondos, as albetoças, pequenos baixeis, especie de baterias fluctuantes que levavam apenas mareantes e bombardeiros. No dia immediato todos os outros navios desfilaram deante do galeão do governador, empavesados, salvando com a sua artilheria, e foi um espectaculo maravilhoso esse que allumiou com os seus raios ardentes o sol da India. A esquadra portugueza occupando uma vasta extensão do mar, o ceu escurecido pelo fumo das salvas, e, prolongando-se de echo em echo, o estampido da artilheria, cujo rumor distante ia expirar no ouvido dos habitantes de Cambaya, que escutavam pavidos, sem saberem ainda bem qual seria a primeira cidade fulminada pelo raio, que esses longinquos trovões lhe annunciavam.

Era isto no fim de janeiro de 1531. Da ilha de Bombaim partiu a armada portugueza, repartída em tres divisões: a vanguarda, commandada por Manuel de Albuquerque e constante de trinta e cinco vellas; a rectaguarda, de vinte vel-

Digitized by Google

EXTERMINIO DOS PORTUGUEZES EM COULÃO

Digitized by Google

las, commandada por Tristão d'Athayde; e o resto da esquadra, no centro, dirigido pelo proprio Nuno da Cunha. Assim caminharam ao longo da costa de Cambaya, não achando que destruir, porque a nova da passagem da esquadra despovoava todos os sitios de beira-mar. Em Damão, que estava, como todas as outras cidades, desamparada pelos seus habitantes, mandou Nuno da Cunha apregoar tres recompensas: uma de mil cruzados, outra de quinhentos, e a ultima de trezentos para o primeiro, segundo e terceiro que subissem a hastear nas muralhas de Diu a bandeira portugueza. Depois, tornando a embarcar, proseguiu Nuno da Cunha na sua derrota, chegando á ilha de Beth, onde um general turco, ao serviço do rei de Cambaya, estava com mil gastadores e oitocentos soldados da sua nação construindo uma fortaleza, ou antes, transformando a ilha, que era por si muito defensavel e eriçada de penedias, n'uma vasta fortificação. Aterrado com a approximação da armada portugueza, o Turco bem quizera fazer alguma capitulação com que salvasse a vida dos seus, que seria de outro modo inutilmente sacrificada, e para isso procurou entrar em concerto com Nuno da Cunha, propondo-lhe entregar a ilha e retirando-se elle com a guarnição. Nuno da Cunha não quiz conceder outras condições senão entregar-se a guarnição prisioneira de guerra, no que não consentiu o Turco denodado, que mostrou n'este ensejo uma admiravel intrepidez. Em presença d'essa recusa, decidiu-se Nuno da Cunha a tentar o assalto, contra o conselho dos seus capitães, que entendiam que não valia a pena sacrificar algumas vidas, e, no caso de infeliz exito, a força moral das tropas á conquista de uma fortaleza, que por si cahiria logo que Diu fosse tomada. Mas Nuno da Cunha respondia a isto, dizendo que, deixando de atacar a ilha, ia encher de ufania os adversarios, e dar-lhes por conseguinte uma grande força moral; emquanto uma primeira victoria espalharia de certo um grande desalento entre os defensores de Diu.

No dia 2 de fevereiro de 1531 effectuou-se o ataque, operado por tres columnas de assalto, que formavam apenas ao todo dois mil homens. Apezar das forças superiores dos Portuguezes, o pouco espaço offerecido ao ataque pela penedia que formava a defeza da ilha, e a sua inexpugnabilidade, equiparavam o combate, e por isso não é menos digna de louvor a audacia da investida, posto que não devâmos negar os merecidos elogios á intrepidez da resistencia, que foi na realidade heroica. Os Turcos defenderam a fortaleza palmo a palmo. Quando não poderam sustentar já o impeto dos nossos, que por toda a parte escalavam os muros, retiraram-se para a mesquita, e alli protrahiram o combate com verdadeira ferocidade. Mas não era menor nem menos selvagem a bravura dos nossos; e a exaltação dos combatentes era tal, que Nuno da Cunha, para fazer sahir os Turcos do seu ultimo refugio, não duvidou usar de aquelle meio horrivel e repugnante, que o rei de Castella empregára em 1383 contra os infelizes moradores das villas portuguezas que encontrava no seu caminho, e que Pelissier repetiu em pleno seculo XIX contra os Arabes d'uma tribu argelina. Nuno da Cunha tambem inscreveu o seu nome n'esta lista execranda; porque na ilha de Beth mandou queimar montes de palha deante da porta da mesquita, para asphyxiar os desgraçados que alli se tinham refugiado.

Os que intentavam escapar a esse terrivel fim encontravam a lança e a espada dos Portuguezes que lhes impediam a fugida. Alli morreu o valente commandante da fortaleza, tendo elle mesmo arrancado as barbas, segundo nos diz Francisco de Andrade, de desespero de se

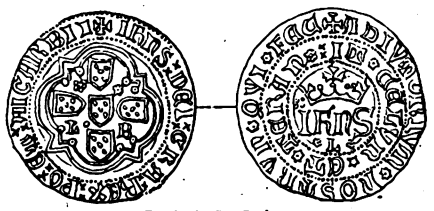
Digitized by Google

vêr impossibilitado de continuar a combater, depois de uma grande ferida que recebera. Gaspar Correia conta-nos, nas suas *Lendas*, que viu elle mesmo um Turco degolar, com o maior sangue-frio, as mulheres, que, não tendo podido largar a terra-firme a bordo d'uma jangada, porque o impediam as nossas fustas, preferiam morrer assim a cahir nas mãos dos Portuguezes. Tal era a reputação de crueldade e desregramento que tinhamos adquirido, que incitavamos os nossos inimigos a estes actos extremos de desespero!

Poucos foram os Turcos escapos a esta carnificina, e tal foi a impressão produzida no animo das tripulações da esquadra pelo aspecto da ilha coberta de cadaveres, que lhe chamaram a ilha dos Mortos, e a fama d'essa batalha sangrenta, d'essa formidavel matança extendeu-se de maneira que a ilha de Beth perdeu o seu antigo nome e ilha dos Mortos se ficou para sempre chamando.

Comtudo esta victoria tinhamol-a comprado bem cara, porque entre os mortos do nosso lado jazia n'esta ilha, theatro do valor e da ferocidade portugueza, o intrepido Heitor da Silveira, o heróe de quem já por tantas vezes temos celebrado a gloria.

Foi grande o effeito produzido em Diu pela noticia d'esta victoria, e o governador da praça, Melek-Tu-Khan, já assustado com a nova da immensa esquadra que se preparara contra elle, não falava senão em enviar propostas de paz ao governador, timido projecto de que o desviaram dois homens, que o sultão de Cambaya lhe enviou e que eram por elle muito considerados, um turco, Mustaphá, e um renegado albanez Khodja-Safar, bem conhecido de nós pelo nome de Coge Çofar, tantas vezes citado na *Vida de D. João de Castro* de Jacintho Freire de Andrade. Estes dois valentes, educados na grande eschola guerreira dos sultões de Constantinopla, que eram n'essa epocha o terror da Europa, conhecédores da arte da defeza das praças, e incapazes, tanto por orgulho como por natural valentia, de cederem ao panico produzido habitualmente nos Indios pelo prestigio do nome portuguez, lan-



Real, de D. João I

çaram em rosto a Melek-Tu-Khan a sua covardia, e incitaram-n'o a não fazer ao menos propostas de paz antes de ser atacado, o que seria uma vergonha indelevel.

No dia 22 de fevereiro de 1531 surgiu a armada portugueza em frente de Diu, e logo no dia 26 se deu começo ao ataque. Nuno da Cunha, que esperára muito do effeito que devia produzir a vista da sua formidavel esquadra, ficou um pouco desapontado quando viu os fortes de Diu preparados para o receberem em som de guerra, os soldados a postos, e a cidade em visivel attitude de defeza. Depois de esperar quatro dias que viesse um parlamentario, não vendo apparecer pessoa alguma, decidiu-se a começar o bombardeamento, que devia preludiar ao ataque alluindo os muros da cidade. Mas teve n'isso um novo desapontamento, e pôde convencer-se então que tinha Diu habeis generaes para lhe dirigirem a defeza, porque as albetoças, as galeaças, as galeotas approximaram-se dos seus muros sem despertarem os canhões mudos das ameias, apezar de os provocarem com furiosas descargas; mas, quando chegaram bem perto, accordou de subito a artilheria silenciosa, e inflammou-se a linha dos baluartes, e os canhões vomitaram fogo, ferro e fumo, formando uma nuvem espessa que escure-

Digitized by Google

ceu a atmosphera. Quando se dissipou, estavam muitos dos nossos navios ligeiros destroçados. O bombardeamento continuou, desde pela manhã até á noite; mas com mais prejuizo nosso do que dos inimigos, porque os muros de Diu, de pouca espessura, deixavam-se atravessar pelas balas sem se alluirem, ficando apenas crivados de buracos redondos. Os nossos navios pelo contrario sofferam muito, principalmente da primeira descarga, que os apanhou atravessados.

Isto comtudo era apenas um desastre passageiro, que não tardaria a reparar-se, e não devia ser pequeno o espanto dos fidalgos, quando no dia seguinte Nuno da Cunha lhes communicou o projecto que formára de se retirar, justificando-o com umas ordens d'el-rei, que ou eram absurdas ou falsas, porque diziam que, se o governador de Diu se não rendesse logo, apenas visse a formidavel esquadra que era contra elle dirigida, não se obstinasse Nuno da Cunha, e não arriscasse nem uma vida! Formar com immensas despezas uma esquadra de 400 vellas, só para metter medo ao inimigo, e com a prohibição expressa de a aproveitar em combate, é um despauterio de tal ordem que não podemos deixar de suppôr que Nuno da Cunha se valeu do nome d'el-rei para córar uma resolução toda pessoal.

Mas o que motivaria essa resolução? Suppômos que Nuno da Cunha imaginára effectivamente que Diu seria tomada d'assalto, n'um impeto, n'um combate feliz, por um *coup de main*, como os Francezes diriam. Mas, encontrando uma resistencia inesperada que lhe prognosticava um cêrco mais duradouro, Nuno da Cunha pensou nos elementos de indisciplina que tinha a bordo, e que já se haviam manifestado, como Francisco d'Andrade nos dá a entender por estas palavras: «e dizem que mostrou o governador este capitulo, porque tinha sabido que, depois de tomada a ilha dos Mortos, se praguejava muito d'elle na armada.»

Accrescente-se a esta tendencia a influencia perniciosa que devia forçosamente exercer nos soldados aquella turba de gente sem fé nem lei que volteava em torno do exercito, como um enxame irrequieto e zumbidor; pense-se no resultado que teria uma similhante agglomeração durante os longos dias de um demorado assedio, e ter-se-ha comprehendido por que motivo Nuno da Cunha não quiz dar ao inimigo o espectaculo da dissolução d'uma tão apparatosa phalange como essa que elle commandava.

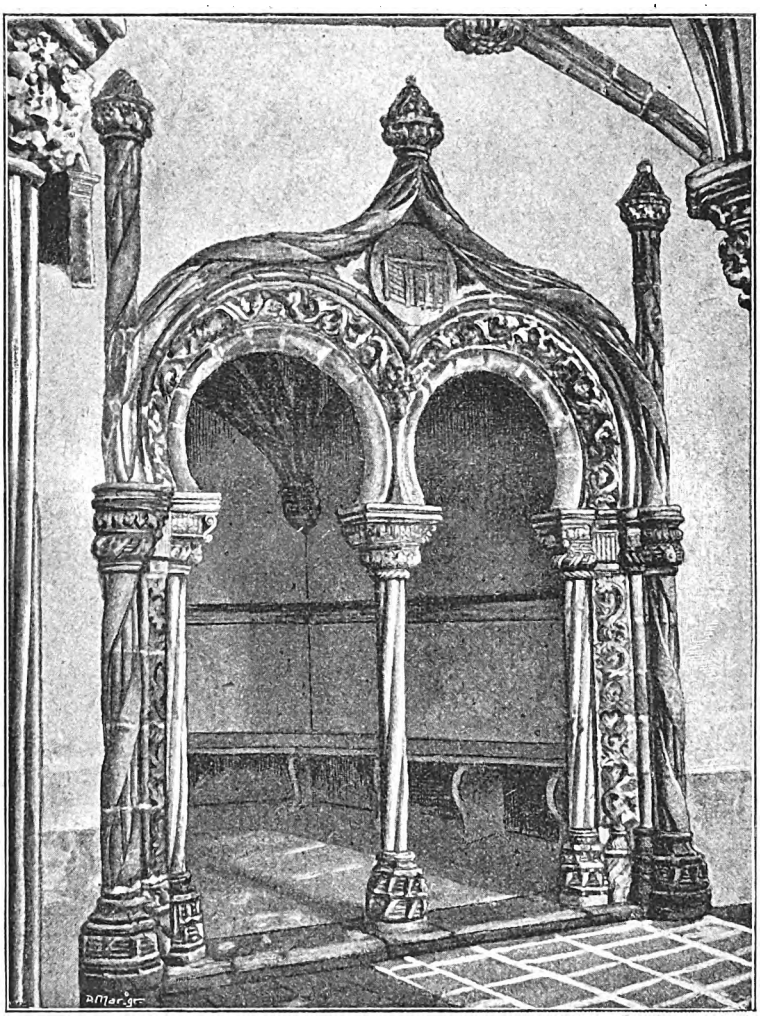
Por isso Nuno da Cunha se retirou para Gôa, onde já estava no fim de março, depois de ter mandado tres esquadras, debaixo do commando de Antonio de Saldanha, Manuel d'Albuquerque e D. Antonio da Silveira para correrem a costa de Cambaya assolando tudo, e para vigiarem a chegada dos Rumes, que se annunciava para breve.

Tal foi o fim que teve esta primeira expedição de Diu, fim que não deixou de ser um pouco ridiculo em vista da enormidade dos preparativos, e do seu nenhum resultado. A fabula da montanha e do rato agora tinha a mais perfeita applicação. Não foi pequeno o jubilo e o orgulho dos nossos inimigos, e o sultão de Cambaya julgou ter desfeito para sempre o renome de invenciveis dos Portuguezes. Os dois estrangeiros, que mais para isso tinham contribuido, foram elevados ás nuvens, e acclamados heroes; Mustaphá, a quem principalmente competia a gloria da defeza, recebeu o titulo de Khan. Este titulo honorifico, junto á designação da sua nacionalidade, substituiu completamente o seu nome proprio de Mustaphá, e Rume Kan, transformado pelos nossos chronistas em Rumecão, figura repetidas vezes na historia das nossas guerras indianas, nas estrophes ma-

Digitized by Google

ravilhosas d'essa Iliada que se desenrolou em torno dos baluartes de Diu, como a outra se desenrolára em frente das muralhas de Troia.

Entretanto Nuno da Cunha tractava de remediar a sua decepção, fundando na India outras fortalezas que podessem dominar a costa e proteger as nossas armadas, que perseguiam incansaveis o commercio arabe. A questão da pimenta era a questão vital da India portugeza; apromptar a boa carregação d'essa especiaria para as náus, que todos os annos vinham á India, era o maior desejo dos governadores, impedir que os Arabes a levassem para a introduzir na Europa pelo levante era a sua maior preoccupação. Ora, obstar a esse commercio era quasi impossivel, pois que elle persistia apezar do perigo que os navios arabes corriam de serem apresados pelas nossas esquadras, e do perigo em que estavam os reis da India de provocarem o resentimento dos nossos. As guerras constantemente repetidas não tinham outro motivo. O Samori pedira paz a Nuno da Cunha, e essa paz fôra-lhe concedida, mas o governador portuguez bem sabia que as condições do tractado nem por isso eram mais bem cumpridas. Tornava-se indispensavel construir uma fortaleza que substituisse a de Calicut, destruida por D. Henrique de Menezes, fortaleza que podesse servir de refugio aos nossos navios, quando estes andassem cruzando na costa de Calicut para impedirem o contrabando da pimenta. O ponto que pareceu mais proprio para isso foi Chale, terra situada entre Calicut e Cochim, e a pouca distancia da primeira cidade. Chale pertencia a um pobre rajah dependente dos seus visinhos, mas que nem por sombras ousaria resistir ás exigencias dos Portuguezes. O que elle teve foi a habilidade de se fazer pagar por Nuno da Cunha grossas quantias debaixo de differentes pretextos. Mas a fortaleza construiu-se sem obstaculos, e, começada no fim de 1531, foi concluida no principio do anno de 1532.



EVORA — PORTAL DA SALA CAPITULAR DOS LOYOS

Entretanto o reino de Cambaya continuava a ser victima das nossas incursões. N'esse anno de 1532 Diogo da Silveira

Digitized by Google

foi correr a costa, e renovou os estragos practicados pelos seus antecessores, Antonio da Silveira e Manuel d'Albuquerque.

Emquanto percorria assim as aguas do Guzarate, percebeu Diogo da Silveira que em Baçaim, cidade situada entre Chaul e Diu, se fazia um grande commercio com a Arabia, que era um ninho de corsarios, e um bom refugio para as esquadras dos Rumes, quando vinham á India tentar abater o poder portuguez. Voltando a Gôa em abril de 1532, communicou Diogo da Silveira as suas reflexões a Nuno da Cunha, e propoz-lhe irem a Baçaim construir uma fortaleza que substituisse a de Diu. Estava o governador inclinado para esse projecto, mas os seus conselheiros disseram que Baçaim estava proximo de Chaul, que duas fortalezas tão visinhas se inutilizariam uma á outra, e que o melhor seria destruir a fortaleza que o sultão de Cambaya alli tinha, incendiar a povoação, arrasar emfim completamente aquella escala das náus de Méca.

Accedeu Nuno da Cunha ao conselho, e em dezembro d'esse anno de 1532 partiu elle em pessoa para Baçaim, levando trinta vellas grossas e outros navios pequenos. Juntaram-se deante da cidade, que tencionava atacar, as esquadras de Manuel d'Albuquerque e Diogo da Silveira, que com a armada do governador completavam o numero de cem vasos, tendo a bordo dois mil Portuguezes e bastantes Malabares. A fortaleza era defendida por tropas numerosas commandadas por um sobrinho do governador de Diu, Melek-Tu-Khan.

O mau exito da tentativa antecedente enchera d'orgulho os Guzarates, que se julgavam predestinados a destruirem o poder dos Portuguezes na India. Cêdo se desenganaram, porque no dia 20 de janeiro de 1533 saltaram os Portuguezes em terra, e, divididos em tres esquadrões, investiram com tal impeto uns entrincheiramentos avançados, em que os Guzarates se tinham estabelecido com toda a fortaleza, que os obrigaram a despejal-os abandonando a artilharia, com as carretas e os bois que as puxavam. Os bois que tinham servido para conduzirem contra os Portuguezes os canhões que os deviam fulminar, serviram aos Portuguezes para improvizarem um alegre repasto com que celebraram a victoria. Quando se preparavam para investir a fortaleza, perceberam que estava desamparada. Um terror panico salteára os inimigos, vendo desfeitos com tanta rapidez os entrincheiramentos em que haviam depositado a maxima confiança. Baçaim era nosso. Alli se demorou o governador algum tempo, e depois, minando a fortaleza, que não tardou a ir pelos ares, e arrasando completamente a cidade, não tardou a partir para Gôa, deixando assim com esta rapida victoria abatida a ufania dos Guzarates, que tanto se haviam ensoberbecido com o resultado da expedição de Diu em 1531.

Não deixava comtudo Nuno da Cunha de pensar continuadamente nos meios de levantar uma fortaleza n'essa cidade, e por isso não foi pequeno o seu jubilo quando recebeu um recado de Melek-Tu-Khan, pedindo-lhe que lhe enviasse alguem de confiança para tractar com elle cousas de muita importancia. Logo lhe mandou Vasco da Cunha, e juntamente com este enviado Tristão de Gand, para ir a Cambaya tractar com Bahdur-Schah d'um concerto para uma fortaleza. Ao principio d'esta dupla missão não resultou senão desapontamento, porque Vasco da Cunha nada fez, e Tristão de Gand passou largo tempo em Cambaya muito bem tractado por todos, mas sem chegar a um accordo no ponto importante de que se tractava. Melek-Tu-Khan não quizera entrar em negociações com o governador senão para se precaver contra

Digitized by Google

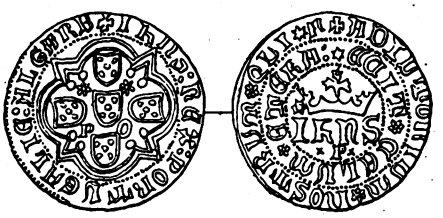
seu amo Bahdur, que julgava mal disposto pelas informações que lhe dera Mustaphá ou Rume-Khan.

N'esta occasião fôra-se refugiar em Gôa entre os Portuguezes um irmão de Bahdur, fugindo á crueldade do sultão. Esta noticia devia influir no animo do soberano de Cambaya, receioso de que os Portuguezes se servissem do seu hospede como d'um instrumento para accenderem a revolta no Guzarate.

Bahdur é o typo mais rematado do despota oriental, cujos caprichos são lei para milhões d'homens, e que chega a commetter as maiores extravagancias pelo habito em que está de não encontrar obstaculos, e pela estranha anciedade que devora sempre o espirito humano, arrojando-o n'uma aspiração infinita para o impossivel. Bahdur era o capricho incarnado; hoje infantil, malicioso, ámanhã cruel até extremos de ferocidade; hoje practicando as maiores perfidias, ámanhã mostrando aos seus inimigos uma confiança quasi insensata e uma boa fé espantosa. Tal era Bahdur-Schah, tal se mostrou sempre nas suas relações com os portuguezes.

A resposta final que deu a Tristão de Gand, foi que iria elle mesmo a Diu, onde, se o governador alli se quizesse dirigir, folgaria muito de ter com elle uma entrevista.

Enthusiasmado com o recado, que lhe annunciava um bom exito para a sua missão. Tristão de Gand apressou-se em participar ao governador o desejo de Bahdur. Aprasou-se que seria a entrevista na ilha de Beth, para onde logo Nuno da Cunha se dirigiu. Entretanto a intenção de Bahdur era armar uma traição a Nuno da Cunha, de modo que o podesse captivar a elle e aos Portuguezes que o acompanhassem. Mas no caminho mudou de intento; achou que não merecia a pena, por causa d'umas presas insignificantes que os Portuguezes todos os annos faziam no commercio de Cambaya, dar-se ao trabalho de ter uma conferencia com o governador, e entendeu que era melhor divertir-se logrando-o, sem nunca chegar com elle á fala. Passou por conseguinte muitos dias na ilha dos Mortos, folgando muito de presenciar os divertimentos que os Portuguezes lhe deram variando o seu prazer com o gosto de acirrar um Portuguez novo e valente, Manuel de Macedo, que, achando-se injuriado por umas palavras de Rume-Khan, o desafiava a combate particular, e finalmente desenfadando-se com mil cousas, mas addiando indefinidamente a sua entrevista com o governador, até que este, furioso, partiu, ameaçando Bahdur com uma guerra de exterminio.

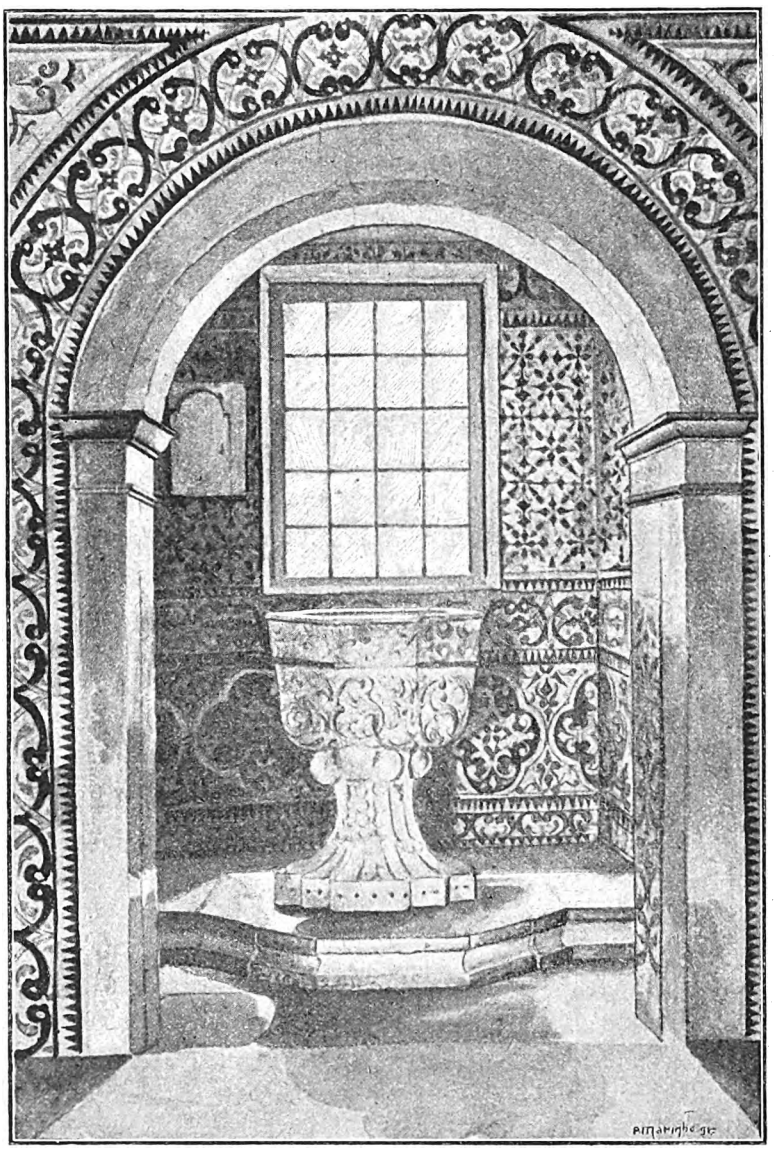


Real, de D. João I

Não tardou porém que Bahdur se arrependesse de ter levado muito longe a malicia, e de ter irritado Nuno da Cunha, principalmente n'uma occasião em que lhe podia fazer grande mal a inimizade dos Portuguezes, porque um poderoso visinho ameaçava Cambaya. Os Mogoes, estabelecidos em Dehli desde 1517, depois de terem conquistado todo o norte da peninsula indostanica, avançavam para o sul, desejosos de tambem o sujeitarem á sua obediencia, e estavam já ná fronteira de Cambaya, que era o primeiro reino que encontravam no seu caminho. Reflectindo em tudo isso, Bahdur, tão excessivo nas suas generosidades como inconsiderado nas suas provocações, mandou um embaixador a Nuno da Cunha, enviando-lhe as suas desculpas pelo modo como procedera com elle, queixando-se da precipitação com que o go-

Digitized by Google

vernador partira, sem esperar que elle se desembaraçasse dos negocios que o occupavam, e que lhe não tinham permittido dar-lhe toda a attenção, e offerecendo-lhe a propriedade plena e inteira



CALDAS DA RAINHA — BAPTISTERIO DA MISERICORDIA

de Baçaim. Nuno-da Cunha preferia a concessão d'uma fortaleza em Diu; arrasara Baçaim por entender que era dispendiosa de sustentar, mas, logo que Bahdur lhe outorgava a plena propriedade da terra, com as suas rendas, que eram consideraveis, não deixou de aproveitar a offerta, e mandou Martim Affonso de Sousa, que chegára do reino havia pouco tempo, tomar posse da terra que se lhe entregava, fundando alli não uma fortaleza, mas uma simples feitoria. Passava-se isto nos fins de 1534 e principios de 1535. Como vêmos, o governo de Nuno da Cunha protrahia-se apezar das intrigas que na côrte ferviam contra elle, e das cartas malevolas que muitos fidalgos enviavam da India para o reino. Mas o governo de D. João III tinha, como o de D. Manuel, muito a peito a fundação d'uma fortaleza em Diu, e não achava homem tão competente como Nuno da Cunha para levar a cabo essa importante empreza.

Approximava-se ella do seu feliz desenlace, porque os Mogoes tinham finalmente invadido Cambaya, derrotado Bahdur, obrigando-o a fugir a unhas de cavallo, acompanhado por alguns dos seus fieis, ao passo que muitos dos seus generaes, entre outros o proprio Rume-Khan, o trahiam. Bahdur não via a salvação do seu reino senão em lançar-se nos braços dos Portuguezes, a quem logo mandou pedir auxilio com muita instancia, offerecendo espontaneamente o logar que elles em Diu escolhessem, para construirem a appetecida fortaleza. Nuno da Cunha acceitou com ambas as mãos; logo Martim Affonso de Sousa, que estava em Baçaim, se fez de

Digitized by Google

vella para Diu, onde Bahdur o esperava, e Nuno da Cunha não tardou a seguil-o com os navios que pôde juntar.

Passando da extrema desconfiança á confiança extrema, do odio acceso á cega amizade, Bahdur concedeu a Nuno da Cunha tudo quanto elle quiz, logar para erigir a fortaleza, trabalhadores e materiaes, e tão affeiçoado se mostrava aos Portuguezes que estava sempre com elles, assistindo ás obras, presenteando-os continuadamente, e ordenando aos seus subditos que nada lhes recusassem. Com este auxilio e esta boa vontade não foi demorada a construcção da fortaleza, que ficou de pé n'esse anno de 1535. Levaram a appetecida nova a Portugal: por terra um judeu enviado por Martim Affonso de Sousa; por mar Diogo Botelho Pereira, cuja viagem ficou celebre pela inaudita temeridade.

Bahdur, continuando sempre a mostrar-se enthusiasmado pelos Portuguezes, dizia a todos que não tinha outros amigos em quem mais se fiasse. Deu effectivamente d'isso uma prova bastante notavel, quando, ao partir para a guerra contra os Mogoes, deixou sua mãe e os seus thesouros, e a propria cidade de Diu, entregues a Nuno da Cunha, a quem pediu que enviasse com elle alguns Portuguezes capitaneados por Martim Affonso de Sousa, que tinha em muita consideração. Nuno da Cunha, posto que, conhecendo bem o genio voluvel de Bahdur, não estivesse muito disposto a entregar-lhe assim sem garantia um punhado de Portuguezes, não se pôde esquivar a fazel-o, e mandou que Martim Affonso de Sousa o acompanhasse com cincoenta cavalleiros, todos fidalgos, e com espingardeiros. Esta pequena força sustentou dignamente a honra do nome portuguez, e os Mogoes, que ainda não tinham tido occasião de se medir com os nossos soldados, sentiram rijamente o peso do nosso braço. Bahdur, alegre como uma creança, mas como uma creança cruel, ao vêr fugirem os inimigos, não largava Martim Affonso de Sousa, e folgava em matar elle mesmo com a sua espingarda os fugitivos. Era um novo genero de caça que lhe agradava muito, e não sabia como recompensar os Portuguezes por lhe haverem proporcionado estas deliciosas commoções. Chegaram até Ahmedabad, e, não encontrando mais destacamentos do exercito Mongolico, regressou Bahdur para Diu, muito satisfeito com os seus novos companheiros.

NUNO DA CUNHA

Pouco tempo depois tornou um pequeno troço de portuguezes, commanda-

Digitized by Google

dos por Manuel de Macedo, a distinguir-se na defeza de Bhuroch, salteada pelos Mogoes. Ahi comtudo o terror dos habitantes fôra tamanho, que, por maiores esforços que os Portuguezes fizessem para se opporem á sua fuga, não o conseguiram, e tiveram de desamparar tambem a cidade, mas quando só perderam a esperança de a salvar da furia dos inimigos.

Para compensar o desgosto que esta noticia produziu no animo de Bahdur, quiz Nuno da Cunha restituir-lhe uma fortaleza importante que os Mogoes lhe tinham tomado e que era a chave da fronteira septemtrional do seu reino, fronteira que separa o Guzarate da Radjputana e Sindhia. Encarregou d'essa empreza Vasco Pires de Sampaio, que não tardou a leval-a a bom termo. Bahdur, alegre com esta nova, de tal modo auxiliou Nuno da Cunha na construcção da fortaleza, que em março de 1536 estava ella de todo prompta.

Mas esse ardor não tardou a modificar-se, quando os Mogoes, depois de terem saqueado um grande numero de cidades, se ausentaram, Bahdur pode respirar desaffogado. Começou a pensar, com a natural inconstancia do seu genio, que não fizera bem em deixar os estrangeiros dominadores tomarem pé no seu territorio. As concessões, que fizera, procurou subrepticiamente retiral-as agora, pedindo a Nuno da Cunha que mandasse tapar umas bombardeiras que pareciam ameaçar Diu, outras vezes protestando que levantaria entre a fortaleza e a cidade um muro, protesto a que um enviado nosso respondeu, sorrindo, que os Portuguezes não consentiam nunca que lhes tirassem a vista.

Havia muito tempo que Nuno da Cunha esperava esta mudança nas intenções de Bahdur, mudança que estava muito no seu caracter; mas, emquanto não teve a fortaleza concluida, foi contemporizando sempre: depois, para evitar collisões, Bahdur evitava ir ás entrevistas a que elle o convidava, finalmente, aproveitando uma ausencia do soberano de Cambaya, partiu elle tambem para Baçaim, onde mandára construir uma fortaleza, cuja capitania déra a Garcia de Sá. Na capitania de Diu foi provido Manuel de Sousa, a quem o governador deixou uma guarnição de seiscentos homens, abundantes munições de guerra, uns poucos de navios ligeiros, e recommendação de se acautelar muito contra as traições provaveis de Bahdur.

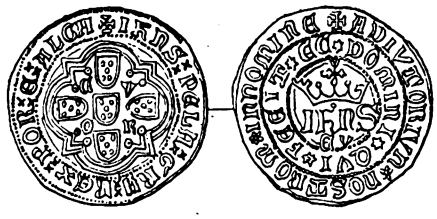
Emquanto estas cousas se passavam em Diu, em Gôa a nossa insaciavel ambição fazia nascer um novo fermento de guerra e discordia. Um dos vassallos de Hidal-Khan, Aced-Khan, em desavença com o soberano por umas questões de successão, offereceu aos Portuguezes, para os ter por alliados, as terras de Salsete e Bardez, proximas da cidade. Acceitou logo o capitão de Gôa a offerta, e, para tornar a posse d'essas terras indisputavel, mandou levantar uma fortaleza em Rachol, cuja capitania deu a Christovão de Figueiredo. Mas as discordias entre os Indios compozeram-se, e a primeira cousa que o Hidal-Khan exigiu do seu vassallo foi que recobrasse as terras que cedera aos Portuguezes, e que fizesse com que estes destruissem o castello. Não estava o capitão de Gôa muito disposto a consentir n'isso, e, depois de prolongadas negociações, em que nada conseguiu Aced-Khan, veiu a decidir-se a contenda á força aberta. D'ahi resultou uma guerra prolongada, toda d'escaramuças e saltadas, em que os Portuguezes levaram quasi sempre a melhor. Mas essa guerra era pouco do gosto dos habitantes de Gôa, habituados a ocios pacificos, e desejosos de disfructarem tranquillamente as riquezas adquiridas pelo commercio. Para repellir cada incursão d'Aced-Khan custava sempre muito a

Digitized by Google

juntar em Gôa homens de boa vontade. Apezar d'isso os nossos infligiam constantes derrotas ao inimigo, e entre outros capitães Antonio da Silveira deu ao inconsiderado Mouro uma licção severa. Mas uma vez tambem soffreram os Portuguezes um desbarato, e Nuno da Cunha, ainda que desejoso de vingar o desastre, vendo que essa lucta não fazia senão distrahil-o d'outras mais sérias em que estava empenhado, resolveu-se a derrubar o castello de Rachol, satisfazendo assim em parte as exigencias d'Aced-Khan, porque as terras de Bardez e Salsete não as quiz elle largar. A posse d'esses pequenos territorios, foi sempre fecunda origem de discordias entre os Portuguezes e o Hidal-Khan, mas é notavel que ainda hoje conservemos um paiz tão disputado, e que, protegidos pela visinhança de Gôa, formem Bardez e Salsete uma das reliquias do nosso vasto imperio colonial.

As guerras em que o governador andava empenhado, e que o obrigaram a comprazer com Aced-Khan, destruindo a fortaleza de Ráchol, eram duas, uma com o Samori, outra com Bahdur Digâmos já qual foi o successo da primeira, para podermos depois narrar seguidamente a outra, de que proveiu uma grande vergonha e uma grande gloria: a vergonha foi a do assassinio de Bahdur, a gloria foi a da defesa de Diu no seu primeiro cerco.

Estavam os Portuguezes em paz com o Samoudri-Rajah, a quem, por abreviar, temos chamado sempre, como os nossos chronistas, o Samori, quando questões, que nos eram completamente indifferentes, accenderam a guerra entre o rajah de Calicut e o rajah de Cochim. Queria aquelle ir coroar-se á ilha de Repelim, ceremonia religiosa d'alta importancia para elles, e por esse mesmo motivo queria impedil-o o seu inveterado inimigo, porque, se o Samori conseguisse o que desejava, adquiriria uma grande influencia entre os rajahs do Malabar. Bem queriam os nossos conservar-se indifferentes a essa contenda, mas não só era pouco decoroso abandonar o rajah de Cochim ás suas proprias forças, mas tambem, pondo a prolongação da guerra entre os dois rajahs em risco muito serio a carregação da pimenta para as náus, o que era a questão capital que dirigia toda a politica portugueza, resolveu o capitão de Cochim auxiliar o rajah na guerra, e poz á sua disposição quatrocentos homens, que lhe valeram muito, porque obstaram, com a sua conhecida bravura, á passagem do rajah de Calicut, o qual, assim que teve nova que chegava soccorro enviado pelo governador, e commandado por Martim Affonso de Sousa, cuja grande reputação se começava a espalhar por toda a India, achou mais prudente retirar-se para reunir um exercito de oitenta mil homens, com que podesse vencer os invenciveis Portuguezes.



Real, de D. João I

O governador mandára esse soccorro de muito má vontade, porque para o lado de Diu começavam a turvar-se os ares, e Nuno da Cunha não achava gosto nenhum em se empenhar n'uma guerra, que ia distrahir tantas das suas forças, que lhe eram mais necessarias n'outro ponto. Martim Affonso pois estava desejoso de findar a lucta o mais depressa que podesse; o melhor expediente que lhe lembrou, visto haver-se retirado o Samori, foi ir destruir a ilha de Repelim. Effectivamente a questão era impedir o rajah de Calicut de se coroar sobre uma pedra sagrada que n'essa ilha existia. Por conseguinte nada havia mais simples do que arrasar

Digitized by Google

a ilha e trazer a pedra para Cochim. Martim Affonso, como Alexandre, em vez de deslaçar o nó gordio, cortava-o com a espada.

Mas a ilha de Repelim estava bem fortificada, e era defendida por quinze mil Naires, circumstancia que resfriava um pouco o ardor com que o rajah de Cochim e outro principe com quem se alliára haviam abraçado o projecto de Martim Affonso de Sousa. Resolveram-se emfim a mandar um doze mil Naires, outro cinco mil para acompanharem Martim Affonso na sua expedição.

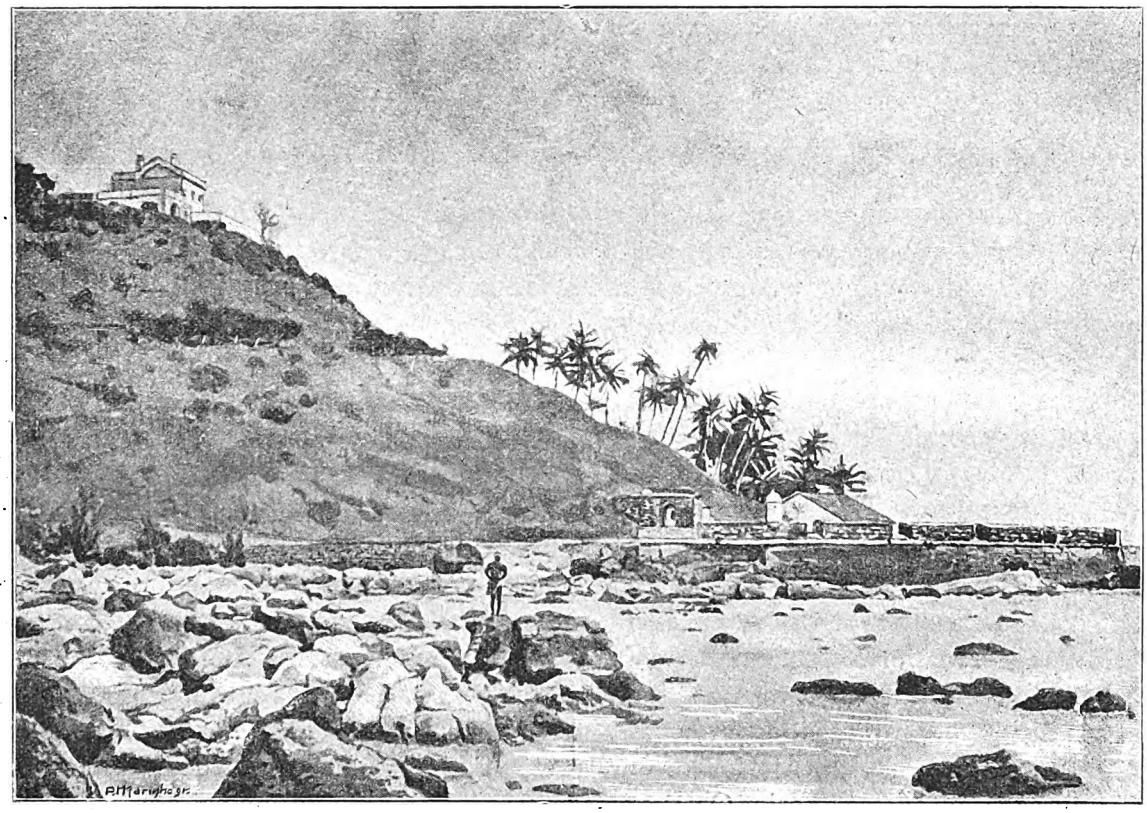
Repelim estava situada a pouca distancia de Cochim; Martim Affonso partiu adeante com oitocentos Portuguezes, devendo ser immediatamente seguido pelos Naires. Mas quando chegou deante da ilha, ainda não havia novas dos seus alliados. Os Portuguezes ardiam em desejos de combater; não estiveram para esperar mais tempo, e arrojaram-se ás tranqueiras com o seu impeto irresistivel. A victoria não foi um instante duvidosa: chegaram d'ahi a pouco as tripulações das náus de carga, que estavam em Cochim, desejosas de colherem tambem alguns louros, e guiadas por Jorge Cabral. Quando soltavam bellicosos clamores para investirem as fortificações, responderam-lhes de dentro d'ellas outros clamores festivos. A victoria fôra tão rapida que nem dera tempo a estes ardentes auxiliares para virem tomar parte n'ella. O que poderam fazer foi ajudarem os vencedores a queimarem e arrasarem completamente a cidade deserta, porque o senhor de Repelim e os seus Naires, tomados de um verdadeiro panico, tinham desapparecido. Os dezesete mil Indios, que tinham ficado prudentemente á rectaguarda, viram, rubros de vergonha, voltar os aventurosos Portuguezes carregados com os despojos, entre os quaes se distinguia a celebre pedra sagrada.

Esta victoria maravilhosa é uma das que dão mais perfeita idéa do caracter temerario do valor portuguez na India. Tinham os nossos compatriotas uma tal confiança em si e um tal desprezo pelo inimigo, que practicavam, com todo o desassombro e com a maior naturalidade, estas portentosas façanhas.

O rajah de Calicut, vendo o seu projecto frustrado pela expedição portugueza, resolveu ao menos vingar-se do rajah de Cranganor, que, para conciliar a amizade dos Portuguezes, lhes dera logar para construirem na sua cidade um pequeno forte, apenas defendido por vinte homens. Sabedor d'este projecto um regulo, cujos territorios ficavam no caminho que o Samori havia de percorrer, avisou Martim Affonso de Sousa, que lhe foi impedir a passagem. Quiz o acaso que Martim Affonso se achasse apenas á testa de noventa portuguezes em presença d'uma divisão de cinco mil homens do exercito de Calicut. Os soldados do regulo nosso alliado, a que os chronistas chamam Mangate, possuidos d'um immenso terror, fugiram, apenas houveram vista do inimigo; os noventa Portuguezes tambem não estavam muito tranquillos em presença de uma tal desproporção de forças; mas Martim Affonso de Sousa é que não se achava resolvido a voltar costas aos Indios, fosse qual fosse o seu numero. Por isso, segurando com a sua propria mão Mangate, que queria seguir o exemplo dos seus soldados, obrigou-o a ficar para presenciar, dizia elle, como o Deus dos Christãos protegia os seus adoradores. O pobre Indio, heroe á força, não ousava resistir ás ordens de similhante doido, porque tal lhe parecia Martim Affonso. Os noventa portuguezes, recobrados do seu primeiro e involuntario terror, e invocando a memoria de Duarte Pacheco, arrojaram-se ao inimigo com tal impeto que espalharam uma grande desordem nas suas fileiras. O combate prolongou-se: foram apparecendo reforços portugue-

Digitized by Google

zes, os Naires de Mangate, envergonhados por similhante heroismo, voltaram á refrega, e os fugitivos soldados de Calicut foram annunciar ao Samori que tinham voltado os ominosos tempos do passo de Cambalam, e que os soldados de Martim Affonso de Sousa seguiam fielmente as tradições dos companheiros de Duarte Pacheco Pereira. Profundamente



FORTALEZA DE SINQUERIN (GOA)

desanimado, o rajah de Calicut regressou á sua capital, e ahi se deixou estar tranquillo, até que os successos de Diu o incitaram a tentar de novo a sorte das armas, auxiliando Bahdur.

Vejamos então o que se passára em Diu.

O caprichoso Bahdur, tão depressa concedeu aos nossos a fortaleza, arrependeu-se logo da concessão. Estava livre dos Mogoes: não precisava por conseguinte do auxilio portuguez, e principiou a mostrar claramente a má vontade que nos tinha. O exemplo, partindo de tão alto, não tardou a produzir os seus fructos. Os Mouros, que a amizade de Bahdur pelos nossos reprimia unicamente, poderam emfim dar largas ao seu resentimento. Frequentes rixas nas ruas de Diu revelaram as suas disposições; a pouca diligencia que as auctoridades empregavam em punir os assassinos dos Portuguezes, mostrou quaes eram tambem as disposições do sultão; mas o commandante da fortaleza é que não percebia cousa alguma. Não era Manuel de Sousa homem para essas circumstancias difficeis; tinha elle um predicado raro entre os Portuguezes d'esse tempo, a moderação; mas, como acontece muitas vezes, levava-a ao excesso, de fórma que se transformava em fraqueza. Desejoso de evitar discordias com Bahdur, dissimulava as offensas, e julgando sanar o mal, não fazia senão aggraval-o, por-

Digitized by Google

que os Mouros, seguros da impunidade, redobravam d'audacia. Por outro lado, os soldados portuguezes, pouco habituados a este procedimento, indignavam-se, bradavam contra o seu commandante, accusavam-n'o de covardia, e, vendo que elle não tomava a Bahdur as devidas satisfações, vingavam-se pelas suas proprias mãos, do que resultava crescerem a cada momento as rixas, e transformarem-se quasi n'uma pequena e continuada guerra.

Tomou d'isso pretexto Bahdur para mandar escrever a todos os soberanos do Malabar, convidando-os a expulsarem d'uma vez os Portuguezes da India, confiado no auxilio dos Rumes, que, tambem a convite d'elle, se preparavam para passarem de novo ao Oriente.

Manuel de Sousa não percebia cousa alguma, e só começou a desconfiar de que se tramava o que quer que fosse, quando Bahdur, com os seus habitos devassos de despota oriental, commetteu uma imprudencia que podia ser causa da sua immediata ruina. Uma noite foi bater, acompanhado por uns poucos dos seus validos, á porta da fortaleza. Entrou, e logo Manuel de Sousa conheceu que o digno sultão não cumprira rigorosamente os preceitos do Al-Koran, porque vinha furiosamente ebrio. Os Portuguezes poderam gosar então uma scena pouco edificante, e divertir-se á custa do sultão, que afogára em ondas de vinho a sua dignidade magestatica. No meio das palavras balbuciantes e desconnexas que a embriaguez lhe arrancava, aquelles dos Portuguezes que percebiam a lingua guzarate ouviram-n'o proferir ameaças sinistras, e revelar a meio os planos de exterminio que concebera. Os seus companheiros quizeram abafar a sua voz e distrahir os Portuguezes, mas Manuel de Sousa, ainda que deixou sahir Bahdur são e salvo, ficou preoccupado, e mandou dizer a Nuno da Cunha que fosse a Diu, logo que podesse, porque lhe parecia haver por lá novidade.

Nuno da Cunha já fôra informado do que se tramava por confidencia d'Aced-Kan, desejoso de ter os Portuguezes por amigos. Inquieto com a noticia, porque Aced-Khan communicára-lhe a carta escripta por Bahdur a todos os soberanos do Malabar, Nuno da Cunha partira logo para Diu, mandando chamar a Cochim Martim Affonso de Sousa, e enviando um recado a Manuel de Sousa, em que lhe revelava o que se estava tramando na cidade sem elle o suspeitar, e ordenando-lhe que, se podesse apanhar de novo Bahdur na fortaleza, o prendesse. Ao mesmo tempo, prevenindo-se já para fazer o mesmo, Nuno da Cunha, de Baçaim por deante, fingiu-se enfermo, que era para Bahdur o ir visitar á náu, e poder d'esse modo captival-o facilmente. Passava-se isto em dezembro de 1536.

Não foi pequeno o espanto de Manuel de Sousa quando recebeu estas inesperadas informações: sem o saber, dormia sobre um vulcão, e agora todo o seu desejo era vêr chegar o governador, para assim se poder livrar da tremenda responsabilidade que sobre elle pesava.

Não tardou este a apparecer nas aguas de Diu, correndo o mez de fevereiro de 1537. A sua firme intenção era chamar Bahdur a uma entrevista, e não só prendel-o, mas matál-o. Confirmára-o mais n'esse pensamento a noticia que lhe déra um homem que enviára a Diu, das más disposições de Bahdur para com os Portuguezes, e do projecto que elle parecia nutrir de matar o proprio Nuno da Cunha, assim que se lhe offerecesse ensejo.

Affirmam os nossos chronistas que Bahdur tinha tanto desejo d'assassinar Nuno da Cunha, como este de se livrar d'elle, e que o motivo por que, assim que elle chegou, foi logo Bahdur visital-o ao galeão, foi porque tinha pressa d'attrahir assim a sua casa o governador para o ma-

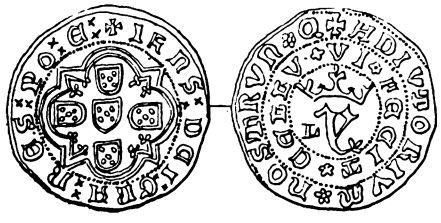
Digitized by Google

tar. Vão muito longe comtudo os nossos chronistas de provar o que affirmam, e estamos convencidos de que esta affirmação completamente vaga tem só por fim desculpar o crime de que o governador se tornou réo.

Mas, prosigâmos na narrativa, que depois faremos as reflexões que este caso infando naturalmente pede.

Bahdur andava á caça quando Nuno da Cunha chegou, e logo o mandou presentear com os despojos da sua caçada, avisando-o ao mesmo tempo de que tencionava ir visital-o em breve ao galeão. Uma das hesitações que, n'esta circumstancia, frequentemente saltearam Nuno da Cunha, e que não eram senão os gritos da sua consciencia, veiu apoderar-se d'elle, e algum tempo esteve sem saber a que havia de decidir-se. Emfim mandou empavezar o galeão, ornal-o de flammulas e galhardetes, e ao mesmo tempo ordenou que viessem dos outros navios mais de duzentos homens, entre os quaes sessenta eram fidalgos, todos desejosos de cravarem o punhal no peito de Bahdur.

Chegou emfim o sultão n'uma rica fusta, acompanhado por uma numerosa comitiva, e trazendo ao seu lado o proprio capitão da fortaleza, Manuel de Sousa, mais pallido e enfiado do que o descuidoso sultão de Cambaya, a quem a frivolidade da sua indole chegava a dar uma certa côr de intrepidez. Toda a armada o saudou com salvas de apitos, segundo o uso do tempo, e quando chegou ao galeão de Nuno da Cunha, veiu o proprio governador, tambem descontente de si proprio, e levou-o com muitos cumprimentos á sua camara. Ahi tiveram uma practica de cujo assumpto ninguem sabe: devia comtudo ter sido agitada, porque Bahdur, ao sahir da conferencia, vinha evidentemente assustado e Nuno da Cunha preoccupado. Já todos os fidalgos apertavam com a mão o cabo do punhal occulto, ou desembainhavam as espadas, quando viram o sultão metter-se apressadamente na sua fusta sem que Nuno da Cunha fizesse o mais leve signal que se podesse traduzir por uma sentença de morte. Angustiava-o n'esse momento a amargura da immensa responsabilidade que ia pesar sobre elle. Mas, quando viu o rei metter-se com tanta



Real, de D. João I

rapidez na fusta, que nem esperou por Manuel de Sousa, quando reparou que todos os fidalgos cravavam n'elle os olhos com espanto, acordou como d'um profundo lethargo, e voltando-se para elles exclamou: «Acompanhae el-rei.» Todos descobriram a sinistra significação d'estas simples palavras, e logo se lançaram nos bateis para perseguirem o sultão, e com tal ancia que se atropellavam nas fustas com perigo de as metterem a pique. Bahdur, percebendo, já ao longe, a intenção dos nossos, mandou fazer força de remos, mas a fusta em que ia o capitão da fortaleza Manuel de Sousa, conseguiu approximar-se de Bahdur, e travou-se entre os dois pequenos navios um furioso combate, em que os Guzarates desenvolveram uma rara intrepidez, principalmente um moço, pagem de Bahdur, que despejava o carcaz de seu amo com incrivel presteza, sendo rara a frecha que não empregava com mortifero effeito. Alli morreu Manuel de Sousa, alli morreram ou ficaram feridos muitos outros fidalgos. Bahdur conseguiu escapar-se, graças tambem á dedicação de tres navios seus, chegados n'esse momento de Mangalor, e que se metteram ousadamente entre os nossos bateis, distrahindo a attenção dos Portuguezes e procurando por todos os modos salvar o seu soberano.

Digitized by Google

Alargara-se immensamente a scena do drama, que estivera para se representar na tolda d'um galeão, e que tinha agora por palco a enseada. A fusta de Bahdur fazia força de remos, e o sultão já se podia considerar salvo, quando um catur portuguez, que sahia de Diu, accudindo ao rebate, se lhe atravessou no caminho, e disparou-lhe um tiro de peça com tanto acerto que lhe matou dois ou tres remeiros. Isto, junto com a força da maré, fez com que a fusta atravessasse e começasse a vogar em sentido contrario ao que seguia, levando outra vez o sultão para o centro da armada portugueza. Então o desgraçado Bahdur, com a cabeça completamente perdida, atirou-se ao mar e nadou na direcção d'um dos nossos bateis, pedindo misericordia. Commandava esse batel Tristão de Paiva, que estava resolvido a acolher o infeliz soberano, mas um marujo, bestialmente devorado por essa sêde de sangue que n'estas grandes crises transforma os homens de paixões desregradas em verdadeiras feras, levantando uma chuça, cravou-a com toda a força no peito do misero que erguia as mãos supplicantes para os Portuguezes. Debalde! a vista do sangue parecia que os desvairára a todos, e dezenas de braços se ergueram para crivarem de feridas o infeliz Bahdur, cujo cadaver boiava d'ahi a pouco, ludibrio das vagas, que tingia de vermelho com o sangue, objecto miserando de piedade para uns, de satisfação para outros, mas de secreto remorso para todos.

VELHISSIMA IMAGEM DA VIRGEM DA OLIVEIRA DE GUIMARÃES

Apenas constou na cidade este successo tragico, espalhou-se um panico tal, que se começou a despejar de moradores, inconveniente a que Nuno da Cunha proveu, com auxilio de Khodja-Safar, politico habil, que acceitava, como tal, os factos consumados, reservando-se para tirar d'elles o proveito que podesse. Nuno da Cunha immediatamente desembarcou, mandou recolher o thesouro do sultão, reuniu a esquadra que se achava na enseada, e que mandou para Gôa, e, depois de ter provido a capitania de Diu, vaga por morte de Manuel de Sousa, em Antonio da Silveira, que tanto n'esse posto se havia de illustrar, e de se ter mostrado favoravel ás pretenções de Mirza-Ahmed, que desejava succeder a Bahdur, partiu para Gôa nos fins de março de 1537.

Este assassinio de Bahdur entre os proprios Portuguezes encontrou quem o reprovasse, e um dos censores foi Martim Affonso de Sousa, que chegou a Diu quando estava tudo acabado. Não era natural que o offendesse a pouca moralidade do successo, porque não era este futuro governador da India muito severo emquanto ao respeito das leis da moral, mas indignou-o naturalmente a pouca habilidade com que o crime fôra commettido.

Nós agora, juizes imparciaes, completamente livres das paixões que offuscavam o animo dos contemporaneos, pronunciaremos affoitamente o veredictum,

Digitized by Google

que não póde deixar de ser uma acre censura ao procedimento de Nuno da Cunha.

Não o avaliaremos comtudo, segundo as regras mais severas da moralidade actual. No seculo XIX um crime é um crime, sejam quaes forem as razões de Estado que se alleguem para o desculpar; no seculo XVI não se julgava assim, e a punhalada era muitas vezes um desenlace que não repugnava ás consciencias. Não queremos que Nuno da Cunha pensasse de um modo diverso dos seus contemporaneos; mas, comparando esse assassinio de Bahdur com o de Bas-Ahmed, mandado practicar por Affonso de Albuquerque, acharemos contra o primeiro uma

COIMBRA — A DEPOSIÇÃO AO TUMULO EM SANTA CRUZ (SECULO XVI)

Digitized by Google

série de circumstancias aggravantes que o tornam mais hediondo.

Bahdur, dissemol-o já, e repetimol-o ainda, era o capricho incarnado. O que pensava hoje era o contrario do seu pensamento de ámanhã, e quem quizer achar no seu procedimento politico uma intenção fixa e seguida desconhece completamente a indole pessoal do soberano, e tambem os habitos das côrtes despoticas orientaes, onde não póde haver plano seguido de politica, porque tudo depende da vontade constante de um só homem.

Ora, se é incontestavel que Bahdur tivera a orgulhosa idéa de expulsar os Portuguezes da India, é-o muito menos que essa idéa ainda se agitasse no seu cerebro quando Nuno da Cunha chegou a Diu, e ainda menos que pensasse em assassinar o governador. A confiança com que o foi visitar ao galeão mostra que o não preoccupavam esses pensamentos, porque devia temer n'esse caso que a mesma idéa salteasse o espirito do governador e que este se quizesse antecipar fazendo-lhe o que realmente lhe fez.

Assim, todo o odioso cahiu sobre Nuno da Cunha, que tomou uma iniciativa, que, pelo menos apparentemente, nada justificava. A *mise-en-scéne*, se assim nos podemos exprimir, ainda augmentou esse odioso. Devia ser um espectaculo repugnante o de tantas fustas atulhadas de Portuguezes, sulcando velozmente as aguas para empolgarem um navio unico, onde ia embarcado Bahdur. Devia parecer um bando de aves de presa, uma nuvem de falcões sangui-sedentos cahindo de chofre sobre uma timida garça real. Depois, quando Bahdur se lança á agua e começa a supplicar misericordia aos seus algozes, desviamos os olhos com horror ao vermos de todas as partes responderem a essas humildes preces do agonizante os remos levantados, os punhaes erguidos, as lanças em riste, ao passo que é uma ignobil chuça, que dá o signal da morte, que se crava primeiro n'esse peito indefezo. Esse grito de horror que soltamos agora, nós que sabemos todas as circumstancias que explicam esta morte, devia repercutir-se tremendo na India inteira, accordando longos echos de vingança, e de maldicção. Effectivamente, os Orientaes viam apenas um soberano que se mostrára affeiçoado aos Portuguezes, a ponto de excitar a colera dos seus subditos: que lhes concedera espontaneamente uma fortaleza no melhor porto dos seus reinos; viam-no assassinado pelos mesmos Portuguezes com requintes de atrocidade, quando voltava, cheio de confiança, de uma entrevista amigavel com o governador Nuno da Cunha!

Isto devia inspirar, e effectivamente inspirou aos Indios um tal odio pelos Portuguezes que, de então para deante mais do que nunca, tornou impossivel a realização do plano de Affonso de Albuquerque. Veiu ainda um homem notavel, D. João de Castro, mostrar que nem todos os Portuguezes desconheciam as regras mais elementares da justiça e da moralidade; mas já não pôde reconciliar com os seus despiedosos conquistadores as raças que habitavam o Malabar.

Depois o assassinio de Bahdur fôra inhabil. Albuquerque, mandando assassinar Ahmed, dava um desenlace á questão de Ormuz, quebrava o unico obstaculo que se oppunha á dominação dos Portuguezes no golfo Persico, antecipava-se evidentemente ao astuto Mouro, que nutria os mesmos designios, e, emfim, coloria tudo com a approvação, mais ou menos sincera, do rei de Ormuz, que não desgostava tambem de se desembaraçar d'um tutor importuno. Ahmed era o centro de todas as resistencias, era o unico homem capaz de se oppôr aos planos de Albuquerque. Matando-o, Albuquerque terminava tudo, tornava desnecessarias guerras prolongadas. Nuno da Cunha,

Digitized by Google

matando Bahdur, não cortava difficuldades algumas, ia creal-as novas; não terminava guerras, lançava a semente de futuras contendas. Bahdur era um homem nullo, um titere cujas cordas eram movidas muitas vezes por Khodja-Safar, e este, o nosso verdadeiro inimigo serio, ficava de pé, tendo tido demais a mais a habilidade de desviar de si as suspeitas dos Portuguezes. Bahdur vivo pouco podia fazer contra nós, morto ia collocarnos em gravissimos embaraços; o seu nome ia ser a senha de todas as conspirações, a sua morte o brado para todas as vinganças, o seu espectro, durante largos annos, o phantasma perseguidor dos Portuguezes. Foi invocando essa recordação que se juntou por duas vezes deante das muralhas de Diu todo o poder da India, foi assim que se renovaram as colligações, foi assim que a insurreição por toda a parte se inflammou. Tinha razão Martim Affonso em criminar Nuno da Cunha. Practicára este um crime, e commettera um erro; o primeiro fez-lhe mal perante a posteridade, o segundo perante el-rei. A sua memoria ficou para sempre maculada, e, apezar das brilhantes qualidades que o caracterizavam, este governador não se pôde livrar da accusação de ter, mais do que ninguem, preparado a perda do Oriente portuguez. O sangue de Bahdur, tingindo as aguas de Diu, foi-se alastrando, avermelhando as ondas do Indico mar, até que estas como que se sublevaram contra os heroes que primeiro as tinham domado e sulcado, mas que as deshonravam agora, manchando-as com o estygma d'esse perfido assassinio.

CAPITULO LXXIV

Primeiro cerco de Diu.—Governo de D. Garcia de Noronha

Não tardaram a revelar-se bem claramente as desastrosas consequencias do assassinio de Bahdur. Em Cambaya, um sobrinho do sultão assassinado levantou-se com o reino, e declarou guerra de morte aos Portuguezes. Em toda a India se ergueu um immenso brado de indignação. Uns prisioneiros portuguezes, que estavam em Bengala, foram logo tractados com extremo rigor, e Nuno da Cunha tanto sentiu o passo errado que déra, que tractou de se desculpar com uma mentira, allegando que Bahdur morrêra por um desastre. Em Diu não se sublevára immediatamente a população, porque o habil Khodja-Safar, esperando a chegada dos Turcos do Egypto, achára melhor dissimular com os Portuguezes. Não tivera o mesmo disfarce Lur-Khan, e começára a impedir que passassem viveres á fortaleza. Antonio da Silveira sentia em torno de si estes vagos prenuncios de guerra, este rumor agourento da procella; mas, esperando que ainda as cousas se compozessem, mandou dizer a Lur-Khan que o governador Nuno da Cunha não tardaria a vir a Diu, que então se ajustaria tudo, e que seria melhor haver treguas até elle chegar. Lur-Khan accedeu ao pedido, e, effectivamente, em fevereiro de 1538 chegou a Diu o governador.

Mas Lur-Khan desejava apenas ganhar tempo, e não queria chegar de modo algum a uma paz definitiva, quando,

Digitized by Google

para abrir a campanha, só esperava a chegada dos Rumes. Por isso ausentou-se de Diu, e foi por emissarios que negociou com o governador; este-bem percebeu que não podia ter esperanças de evitar a guerra, e por isso, como se via forçado a ir invernar a Gôa, proveu o melhor que pôde de gente, de artilharia e de munições a fortaleza, mandou construir um baluarte avançado proximo de um arrabalde de Diu, chamado a villa dos Rumes, e depois partiu para Gôa, inquieto bastante, porque um Genovez, vindo d'Ormuz, lhe déra noticia certa de que em Suez ficára prompta a fazer-se de vela uma formidavel armada commandada por Soleyman-Pachá.

Essas noticias multiplicavam-se, e Antonio da Silveira cada vez as recebia mais circumstanciadas. Esperava ainda ao menos que não tivesse contra si todas as forças do reino de Cambaya, e que só os partidarios do sobrinho do Bahdur se juntariam aos Turcos. Animava-o n'essa esperança a persistencia de Khodja-Safar em Diu, pessoa que todos sabiam que exercia em Cambaya a maxima influencia, e que, entretanto, se mostrava affecto aos Portuguezes, e seu grande partidario. Mas um dia Khodja-Safar desappareceu de subito. Antonio da Silveira pôde então admirar a astucia e a politica de Khodja-Safar, mas teve ao mesmo tempo que lamentar a sua longa illusão, preparando-se para resistir, como podesse, a todas as forças reunidas do Guzarate e do Egypto.

Infelizmente, os Portuguezes não podiam concentrar todas as suas forças na defeza de Diu, porque, segundo o costume, estavam em guerra accesa com outros soberanos da India. O Samori, apenas recebêra a carta de Bahdur, aproveitára logo o ensejo para vingar a affronta que Martim Affonso de Sousa lhe infligira em Repelim e Cranganor, e preparara uma formidavel esquadra, cujo commando déra a um célebre corsario a que os nossos chronistas chamam Patemarcar, e que se mostrou digno da confiança que n'elle depositára o rajah de Calicut. Astucia e valor, mas principalmente astucia, foram as qualidades que elle desenvolveu em supremo grau.

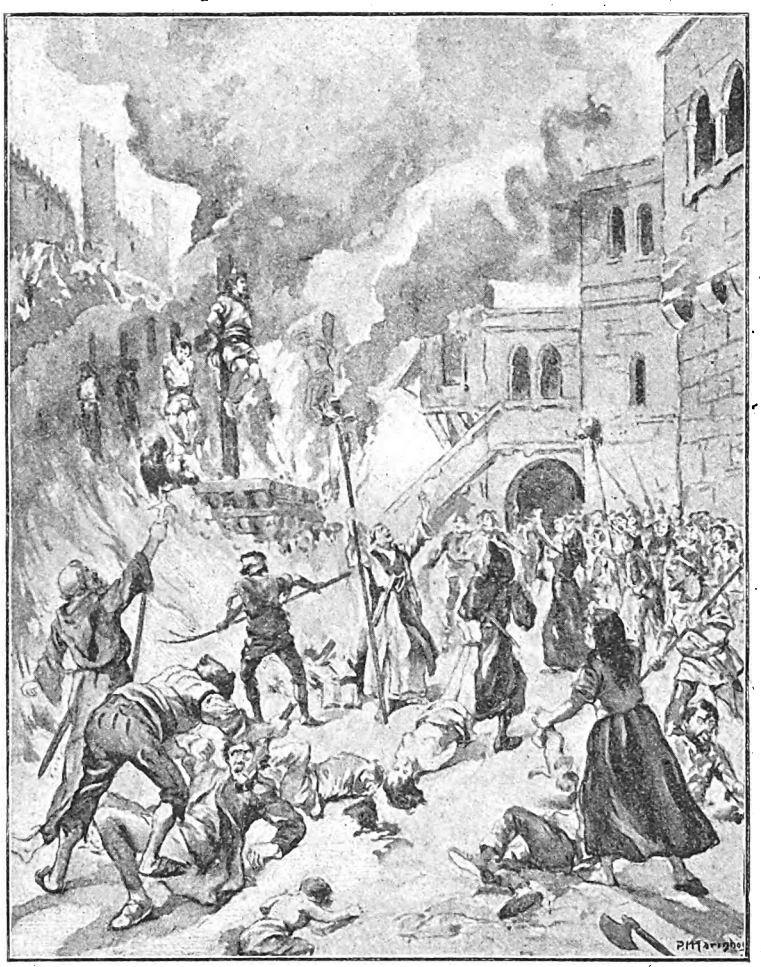
Martim Affonso de Sousa, apenas soube que esta esquadra andava correndo a costa, sahiu ao seu encontro com uma pequena armada, em que iriam quando muito seiscentos homens, e foi bloqueiar a frota de Calicut no rio de Panane, onde ella se accolhêra. Sabia Patemarcar que, apezar da sua superioridade numerica, não seria facil a victoria, e por isso recorreu a um estratagema, que mostra o profundo conhecimento que elle tinha da indole e dos costumes dos Europeus. Mandou dizer a Martim Affonso de Sousa que era pouco cavalheiresco bloqueal-o assim n'um rio e esperal-o na foz, onde lhe seria forçosamente favoravel a fortuna das armas; que seria mais digno da sua bravura esperal-o no alto mar, onde tomaria o combate as proporções d'um duello gigante. Martim Affonso cahiu no laço com uma ingenuidade que estava nas idéas cavalheirescas do seculo XVI, ainda todo impregnado nas tradições romanticas dos Galaores e dos Amadizes, mas que não esperavamos de Martim Affonso de Sousa, homem pouco accessivel a idéas de generosidade. Mandou-lhe pois este responder que lhe deixava livre a barra, e que o ia esperar junto do monte Dely. Apenas Patemarcar se viu desembaraçado, sahiu effectivamente, mas foi para andar ás presas na costa do Malabar, deixando Martim Affonso de Sousa ingenuamente á sua espera no sitio aprazado. Se Martim Affonso adivinhára D. Quixote, devemos confessar que o astuto corsario da India presentira a zombeteira figura do bacharel Samsão Carrasco.

Bastantes navios portuguezes, que an-

Digitized by Google

davam separados, fiando-se na protecção da esquadra de Martim Affonso, foram victimas d'esta manha de Patemarcar, e deu isso tambem ensejo a que o brilhante valor dos nossos compatriotas mais uma vez se revelasse. Vinham tres navios de Ceylão, commandados por Francisco Freire, quando encontraram a armada de Calicut. O combate foi terrivel, mas a esquadra, vendo que nada conseguia, afastou-se dos navios portuguezes, que tinham soffrido immensamente, como se pode suppôr, e onde não havia já senão mortos ou feridos. Informados, por um escravo desertor, do miserando estado em que ficavam os vencedores, tornaram os Indios á carga, mas, assim mesmo feridos e extenuados, os Portuguezes sobreviventes repelliram os inimigos, e conseguiram arrojar ás fustas panellas de polvora inflammadas, com que lhes pegaram fogo. Foi isto causa do desastre que terminou esta heroica resistencia, porque umas fustas, chegando-se para os nossos navios, incendiou-os tambem, e os tres vasos, faltos de tripulantes para abafarem o incendio, arderam todos devorando no seu seio os valentes, que tinham honrado tanto, na procella dos combates, o nome glorioso de Portugal.

Martim Affonso, furioso com o engano de Patemarcar, voltou a Cochim, e sahiu de novo em sua procura. De novo Patemarcar se lhe escoou por entre as mãos, deixando-o logrado e irado; mas da segunda vez foi mais feliz, e tal derrota infligiu para além do cabo Comorim ao audacioso corsario, que este apenas se poude salvar desembarcando acompanhado por vinte dos seus fieis, emquanto as reliquias da sua esquadra desbaratada iam levar a Calicut a noticia d'esta nova victoria dos Portuguezes. Martim Affonso, proseguindo o curso da sua prospera fortuna, tres esquadrilhas destroçou successivamente, e, havendo assim limpado os mares dos corsarios de Calicut, poude recolher-se a Cochim a gozar de um repouso que bem merecera.



MATANÇA DOS CHRISTÃOS NOVOS

Mas é tempo de voltarmos a Diu, onde já começou o primeiro cêrco, em que tanta gloria haviamos de colher.

Vimos que a partida secreta de Khodja-

Digitized by Google

Safar annunciára claramente a Antonio da Silveira que estava declarada a guerra, e que não podia contar em Cambaya com um unico alliado. Não tardou isso a manifestar-se. Khodja-Safar dirigira-se a Ahmedabad a conferenciar com o novo sultão de Cambaya, e não tardou que partisse outra vez para Diu á testa de quatro mil homens, que deviam ser seguidos por doze mil que obedeciam a Lur-Khan. No dia 26 de junho appareceu elle em Diu, salteando logo o baluarte chamado da villa dos Rumes, de que era commandante Francisco Pacheco. Defendeu-se este valentemente; Khodja-Safar foi repellido. Antonio da Silveira tractou logo de fortificar á pressa os passos do rio que separa Diu da terra firme, de encher a cisterna da fortaleza, e de cohibir os Mouros da cidade, que andavam revoltos. Mas não tardou a perceber que a defeza assim dividida se enfraqueceria muito, e quando a 3 de agosto chegaram os doze mil homens de Lur-Khan, Antonio da Silveira entendeu que era melhor concentrar as suas tropas na fortaleza, abandonando a cidade. Essa operação effectuou-se n'uma noite tempestuosa, e foi por isso assignalada por bastantes desastres. Os nossos soldados, que depois haviam de practicar prodigios de valor, foram salteados por um verdadeiro panico, e só tractaram de fugir para a fortaleza, deixando no poder do inimigo navios e munições, que tinham ordem de inutilizar.

Recolhidos todos á fortaleza, tractou Antonio da Silveira de dividir as estancias, dando o commando do baluarte de S. Thomé a Gonçalo Falcão, a Gaspar de Sousa o d'um baluarte que ficava ao canto do rio, e a Lopo de Sousa Coutinho a guarda das mulheres e creanças, que, para não serem boccas inuteis, deviam ir buscar agua a uns poços que havia na cidade, e lenha, etc. Foi este Lopo de Sousa que abriu a série das miraculosas façanhas que n'esse cêrco se practicaram, porque, no dia 14 de agosto, surprehendido com mais quatorze homens nas ruas da cidade por quatrocentos soldados de Khodja-Safar, não só lhes sustentou o impeto, mas até os repelliu, sendo necessario fazer-lhe signal da fortaleza para elle desistir da perseguição. Entretanto o exercito assaltante estabeleceu-se na cidade, em numero de dezeseis mil homens, e a armada do Egypto chegou a Diu. Esta armada, segundo a relação authentica d'um Veneziano, que n'ella navegou, enviado de certo pela republica do Adriatico, alliada secreta e constante do sultão do Egypto contra nós, constava de setenta e seis velas, e era commandada por Soleyman-Pachá, governador que fôra do Egypto. Tudo isto mandou Antonio da Silveira participar a Nuno da Cunha.

Depois de avizar o governador do perigo em que estava, tractou Antonio da Silveira de ordenar o serviço da fortaleza durante o longo assedio que se preparava. Vimos que do baluarte de S. Thomé e do que ficava ao canto do rio fizera capitães Gonçalo Falcão e Gaspar de Sousa; a defeza do panno de muro que ligava estes dois baluartes foi confiada a Francisco Henriques, Antonio Foreiro e Manuel de Vasconcellos; a Lopo de Sousa Coutinho confiou o panno de muro que ligava o baluarte do rio com o da feitoria velha, sendo Antonio da Veiga o commandante da feitoria velha, e do baluarte da couraça Payo Rodrigues d'Araujo, e do da barra ou do mar Francisco de Gouveia, substituido depois por Antonio de Sousa; Francisco Pacheco estava destacado no baluarte da villa dos Rumes, apenas com setenta homens, mas provido de bastantes munições, porque a sua communicação com a fortaleza podia ser frequentemente interrompida.

Entretanto a armada turca desembarcava a sua poderosa e formidavel arti-

Digitized by Google

lharia no dia 8 de setembro de 1538, e Soleyman-Pachá, preparando-se para investir o baluarte da villa dos Rumes, mandava fazer uma formidavel machina, que Francisco de Gouveia foi de noite queimar. N'este meio tempo chegava de Gôa Fernão de Moraes com recado do governador, avisando Antonio da Silveira de que toda a India portugueza se movia para o ir salvar. Esta noticia reanimou completamente os nossos soldados, que zombavam dos engenhos d'assedio e da colossal artilharia dos Turcos, machinas que tinham effectivamente mais formidavel apparencia do que verdadeira efficacia.

Entretanto chegava de Lisboa um novo governador, que vinha render Nuno da Cunha, conservado, por excepção rarissima, dez annos no poder. O seu substituto vinha com o titulo de vice-rei, que antes d'elle só tinham desfructado D. Francisco d'Almeida e D. Vasco da Gama.

Quem era pois o homem que merecêra a D. João III a honra de que os nossos reis se mostravam tão avaros? Era um cortezão d'alta nobreza, e d'avançada edade, que se chamava D. Garcia de Noronha. Ao seu valimento no Paço devêra unicamente o importante cargo que ia occupar, e o titulo de vice-rei, que só devia ser recompensa d'altos serviços, foi n'esta occasião dadiva outhorgada pelo capricho real. D. Garcia de Noronha era pobre, e tinha numerosa familia. Entendeu el-rei que o melhor modo de o enriquecer, sem abrir o seu regio bolsinho, já bastante empobrecido, era darlhe o governo da India, para onde partiu acompanhado por seu filho D. Alvaro. D. Garcia de Noronha era um optimo pae de familia, o que o devia impedir um pouco de ser um optimo governador.

Em septembro de 1538 chegou D. Garcia de Noronha a Gôa, onde Nuno da Cunha o recebeu com alguma frieza, sendo tambem tractado por elle com pouca affabilidade. As intrigas da côrte haviam vencido afinal a consciencia que o governo tinha, de que Nuno da Cunha era na India um homem necessario. Nuno da Cunha indignava-se com razão de ter que reconhecer, depois de dez annos de serviços constantes e gloriosos, um superior n'um fidalgo que só ao valimento da côrte devêra o titulo de vice-rei, de que vinha adornado.

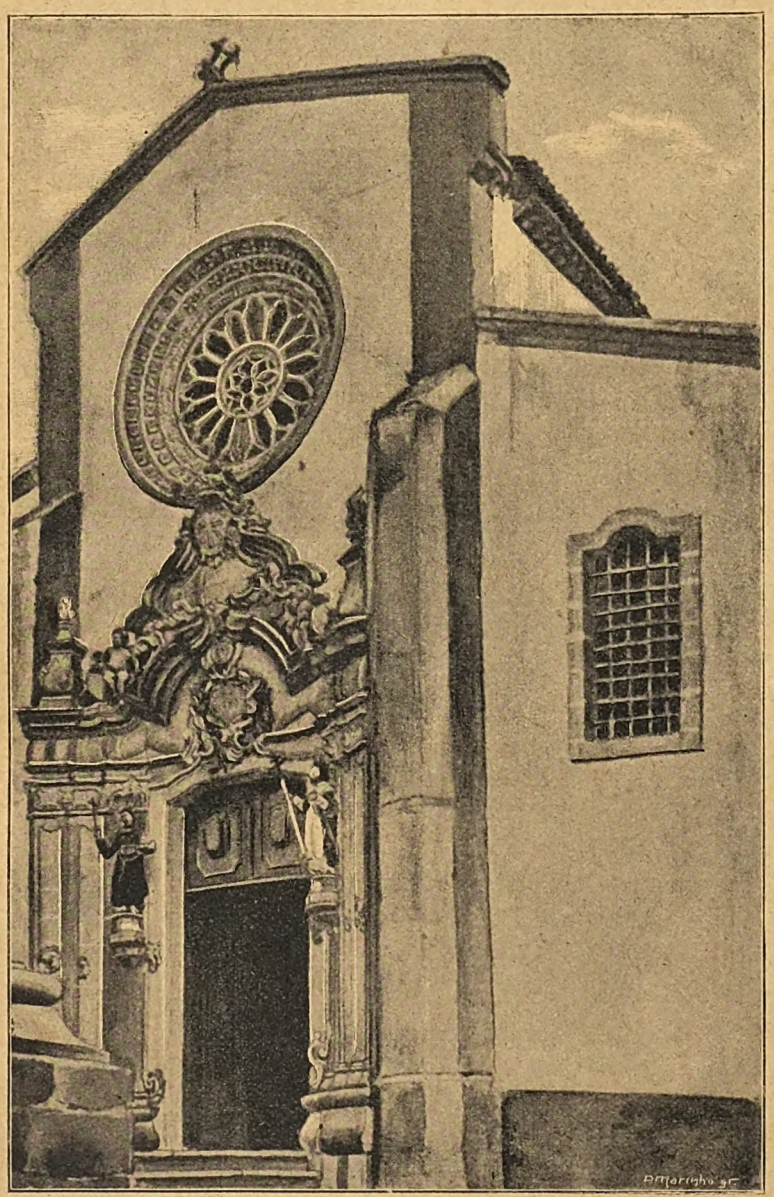
Brazão d'armas da villa de Peniche

A frieza das relações entre os dois governadores exacerbou-se, e degenerou em discordia, quando o vice-rei pediu um dinheiro emprestado a Nuno da Cunha. Este aproveitou o ensejo para se vingar da tacita affronta que recebêra, e recusou-lh'o, partindo logo depois para o reino, aonde não tinha que chegar. Durante a viagem salteou-o uma enfermidade, em consequencia da qual morreu proximo dos Açores. A morte livrou-o d'uma suprema affronta, porque na ilha Terceira esperava-o um delegado d'el-rei com ordem de o trazer prêso e agrilhoado ao reino. Foi pena que assim não succedesse. Parece-nos que seria um espectaculo digno dos commentarios da posteridade o da entrada d'esse homem illustre em Lisboa. Com grilhões aos pés o vencedor de Cambaya e de Calicut, o heroe de Baçaim, o fundador da fortaleza de Diu! Elle parece que presentiu a affronta que lhe estava reservada, por que a sua ultima vontade foi ser sepultado no Oceano, tumulo mais condigno d'esses gigantes do Oriente, do que a terra de Portugal, que tantos heroes produzia, mas que tantos vis pisavam![1]

[1] Quem nos revela os motivos d'essa extraordinaria severidade do rei para com o governador Nuno

Digitized by Google

O *Non possidebis ossa mea* foi a amarga saudação que Nuno da Cunha dirigiu á sua patria, como fôra outr'ora a maldi-



EGREJA DE S. DOMINGOS, DE GUIMARÃES

cção extrema arrojada por Scipião á ingrata Roma.

Apenas tomou posse do governo, D. Garcia de Noronha tractou de enviar a Diu um navio a avisar Antonio da Silveira de que seria em breve soccorrido, e immediatamente começou a preparar a esquadra com que devia cumprir a sua promessa. Foi isto difficil, porque faltava dinheiro, muitos voluntarios que accudiam ao reclamo de Nuno da Cunha voltaram ás suas casas, apenas souberam que o governador fôra substituido. Comtudo a urgencia do caso convenceu os Portuguezes de que a sorte da India estava dependente da salvação de Diu, e os voluntarios tornaram. As vereações das cidades levantaram dinheiro para emprestarem ao governador, e o proprio rajah de um dos reinos de Ceylão enviou uma quantia forte a D. Garcia de Noronha.

Entretanto Diu defendia-se tão heroicamente, que a armada que devia descercal-a chegou quando já estava levantado o assedio.

Mas não antecipêmos, e sigâmos passo a passo as peripecias d'essa magnifica epopéa. Como dissemos, os Turcos determinaram atacar primeiro o ba-

---

da Cunha, é Gaspar Correia, que nos conta que D. Garcia de Noronha, assim que partiu o seu antecessor, enviou logo para Portugal Diogo Botelho Pereira com officios para o governo, em que se queixava, ao que parecia, da falta de recursos que encontrára na India. Diogo Botelho, o celebre navegador de quem adeante falaremos, que já atravessara os mares n'um barco pequeno para levar a Portugal a noticia da fundação da fortaleza de Diu, não tardou a passar adeante da armada de Nuno da Cunha, e, achando-se no mar alto, abriu a correspondencia toda que levava, deitou fóra as cartas dos amigos do ex-governador, de quem era inimigo capital, e levou a el-rei todas as que suppoz que podiam malquistar D. João III com o pobre Nuno da Cunha, que regressava ao reino muito satisfeito e muito confiado nos seus serviços!

Veja-se *Lendas da India*, T. IV, cap. II, pag. 14 e 15.

Digitized by Google

SE ASSIM O FIZERES DOU-TE O MEU FILHO POR CAPTIVO

Digitized by Google

luarte da villa dos Rumes, por estar afastado da fortaleza e não poder ser soccorrido por ella. No dia 27 de setembro a esquadra turca passou por deante da fortaleza, trocando com ella formidaveis descargas, e foi fundear proximo do baluarte. Disposta a artilharia, começaram a batel-o com tal porfia que lhe derribaram um panno de muro, cujas ruinas formaram os esboroados degraus d'uma especie de escada por onde setecentos homens subiram ao assalto. Presenciaram então os defensores da fortaleza um espectaculo maravilhoso. No cimo do baluarte dois homens appareceram a sustar o impeto dos inimigos; mas esses dois homens parecia que se multiplicavam. O espaço que elles defendiam era estreito, e os Turcos não podiam aproveitar a sua immensa superioridade numerica senão para renovarem a cada momento os assaltantes, que iam sendo despenhados pelos dois intrepidos Portuguezes, que, ora com panellas de polvora, ora com as lanças, ora rolando enormes penedos, não deixaram nem um só Turco tomar raiz na brecha. Este combate homerico durou até ao sol posto, em que os Turcos desistiram afinal da sua empreza, sem terem conseguido fatigar a intrepida obstinação dos dois soldados, d'um só dos quaes a historia nos conservou o nome. Chamava-se Antonio Pinheiro, tinha vinte e cinco annos, e era filho d'um cavalheiro de Faro.

Admirando com lagrimas de enthusiasmo o valor de aquelles seus dois compatriotas, não podiam os defensores da fortaleza perceber por que motivo elles sós se tinham mantido defendendo o baluarte.

Esse enigma explicou-lh'o Antonio Faleiro, que n'essa noite veiu á fortaleza pedir a Antonio da Silveira uma entrevista. Enviava-o Francisco Pacheco. O bombardeamento não alluira só as muralhas, fizéra tambem profundo estrago na guarnição, de que poucos sobreviveram, estando esses poucos sobreviventes quasi todos feridos.

Como o espaço era estreito, os dois heroes bastaram para a defeza, ajudados por uma pequena reserva que lhes passava as armas carregadas e as panellas de polvora e que estava prompta para substituir qualquer d'elles que morresse.

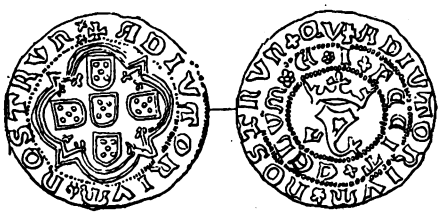
Mas a impossibilidade de prolongar uma defeza assim era evidente, e Francisco Pacheco mandava pedir licença a Antonio da Silveira para capitular. Concedeu-lh'a com tristeza, mas com resignação Antonio da Silveira, que entendia não ter direito de ordenar que morressem homens que elle não podia soccorrer. Capitulou Pacheco, estipulando que teriam todos a vida salva, e que seriam considerados como refens até á conclusão da guerra, devendo então restituir-se-lhes a liberdade. No dia seguinte tomaram os Turcos posse do baluarte, que estava comtudo destinado ainda a ser theatro de grandes façanhas dos nossos. Quando os Turcos levantaram a sua bandeira, arriando o estandarte das quinas, apoderou-se uma colera tal d'alguns soldados portuguezes, entre outros d'um velho debil, por nome João Pires, que, arremessando-se, a exemplo d'este, á bandeira, derrubaram-n'a. De novo os Turcos a hastearam, foi de novo derrubada, e assim continuou, até que os vencedores mataram todos os que tinham cedido a esse movimento d'ira patriotica. Foram ainda menos felizes os que, a exemplo de Francisco Pacheco, tinham confiado na capitulação. Primeiro foram agrilhoados e obrigados a remar nas galés, depois, quando o cerco se levantou, degolados sem piedade. Mais lhes valêra terem seguido a sua primeira resolução, que era de fazerem uma sortida, e morrerem matando; em vez da morte gloriosa que assim poderiam conquistar,

Digitized by Google

tivéram a morte opprobriosa e obscura.[1]

Tomado o baluarte dos Rumes, concentraram os Turcos os seus esforços no baluarte do canto do rio, e assestaram contra elle as suas formidaveis peças. Este bombardeamento durou até o dia 12 de outubro, e a muralha alluida daria facil entrada aos inimigos, se Antonio da Silveira não estivesse mandando incessantemente fazer reparos, e, principalmente, se não houvesse mandado construir um muro interior, que os Turcos encontraram com espanto quando assaltaram o baluarte, de que era commandante, como sabemos, Gaspar de Sousa. Foram repellidos; renovaram d'ahi por deante os assaltos duas ou tres vezes por dia, e sempre tiveram a mesma sorte.

Mas a fortaleza com isso não lucrava muito, porque ia perdendo defensores, que não podiam ser substituidos, emquanto que um desfalque muito superior nem se fazia sentir nas fileiras inimigas. Para cumulo de desgraças veiu o escorbuto dizimar a guarnição; os mantimentos faltavam, e não havia senão pão e arroz. A agua da cisterna era pessima. Mas parece que a Providencia déra, contra estes males excepcionaes, forças ex-



Real, de D. João I

cepcionaes aos nossos. As mulheres partilhavam com os homens todas as fadigas, distinguindo-se entre ellas Izabel da Veiga, formosa madeirense, que era o anjo bom da fortaleza, e que a todos infundia coragem e resignação, e Anna Fernandes, mulher de um medico, velha

[1] Teve o grande poeta Victor Hugo a justa audacia de substituir nos *Miseraveis*, na descripção da batalha de Waterloo, a phrase rhetorica posta na bocca de Cambronne por um declamador qualquer, pela palavra energica e soldadesca que elle de certo proferiu, e que dá bem idéa do ardor desesperado da lucta, d'essa loucura do heroismo que exalta os espiritos, que põe em vibração os nervos, que queima o sangue nas veias na hora suprema do combate. Para que o general Cambronne respondesse aos Inglezes a phrase academica: *La garde meurt, mais ne se rend pas*, era necessario que elle estivesse muito tranquillo, muito correcto, respondendo com toda a serenidade a um parlamentario; mas na ultima hora da batalha de Waterloo, quando passa em torno do ultimo quadrado francez a derrota desgrenhada e louca, quando Cambronne vê perdidas as ultimas esperanças, humilhada a sua bandeira, demolido para sempre o Imperio, arruinada de novo e violada a patria, quando, apezar d'isso, ou por isso mesmo, quer continuar a lucta até ao ultimo momento, até ao ultimo cartuxo, até á ultima gotta de sangue, quando tomou essa resolução desesperada e louca, o que o general arroja aos Inglezes que lhe pedem que se renda, o que o general diz n essa hora terrivel, quando está negro de polvora, com a farda rasgada, cheio de sangue e de pó, devorando as lagrimas de raiva, não é, não póde ser a phrase solemne que a legenda lhe attribue, é a palavra soldadesca, expressão violenta do estado da sua alma: *Merde!*

Gaspar Correia na sua descripção do cerco de Diu, faz uma restituição similhante á narrativa verdadeira d'esse heroico cerco de Diu Antonio da Silveira tambem, quando lhe tomam o baluarte de Francisco Pacheco, quando vê os muros alluidos, a sua pequena guarnição a diminuir e o immenso exercito sitiador a augmentar, os mares cerrados, perdida a esperança de soccorro, acha se n'um estado de exaltação de espirito, de heroico desespero que lhe não permitte arredondar phrases, nem fazer discursos levianos como os que Jacintho Freire de Andrade põe na bocca de D. João de Mascarenhas. Isso é que é rhetorico e ficticio. Mas o que dá bem a idéa da furia desesperada de Antonio da Silveira é a carta que Gaspar Correia nos conta que o governador de Diu enviou a Soleyman pachá, quando este general, que era, segundo parece, um eunuco como tantas vezes succedia no Oriente, onde esses entes abjectos eram elevados frequentemente aos mais importantes cargos, o intimou para se render. Exacerbado ainda pelo modo traiçoeiro como Soleyman-pachá tractava os Portuguezes que do baluarte tinham capitulado, escreveu o seguinte, que respira a furia, a resolução firme e desesperada de morrer debaixo das ruinas da fortaleza:

«E sabe por certo que aqui estão Portuguezes acostumados a matar muitos moiros, e que tem por capitão Antonio da Silveira, que tem um par de c... mais fortes que os pelouros dos seus bazaliscos, que não ha medo nenhum a quem não tem c..., nem verdade e de judeu faz traição.» Gaspar Correia, *Lendas da India*, t. IV, pag. 36 (Lisboa, 1864.)

Não se sente n'esta phrase desbragada e violenta o sentimento de desespero e de furia heroica, que dicta a Antonio da Silveira a injuria obscena, que se torna sublime quando é vibrada de dentro de um baluarte alluido e quasi sem defensores ao general do poderoso exercito que cerca a fortaleza?

Digitized by Google

já, mas tão destemida e caridosa que ia, entre as balas, pensar os feridos, á noite render ella mesma as sentinellas fatigadas. Ninguem na fortaleza recuára deante dos sacrificios necessarios. Faltava pedra para reparar os muros, logo cada um dos moradores tractou de derrubar as suas casas para fornecer os materiaes.

Como era contra o baluarte de Gaspar de Sousa que se dirigiam principalmente os assaltos dos Mouros, tanto que por isso já os nossos lhe chamavam o baluarte dos Combates, foi alli tambem que Antonio da Silveira mandou fazer mais e mais solidos reparos. Os Turcos, entretanto, avançavam com as suas estancias até proximo do fosso; para o fazerem com maior segurança, caminhavam protegidos sempre por uma especie de cestões, que eram uns saccos de couro cheios de terra, onde as balas da fortaleza se amorteciam. No dia 10 de outubro deram um assalto que foi repellido, apezar da columna de assalto ter sessenta homens de frente, e serem apenas doze ou treze os que lhe sustentavam o impeto. Esse logar perigoso era por todos invejado, e um mancebo, João da Fonseca, perigosamente ferido, teve, comtudo, de ser arrancado á força da muralha, para o substituir Duarte Mendes de Vasconcellos. O dia terminou com uma sortida feliz e atrevidissima de Lopo de Sousa Coutinho. Mandára-o Antonio da Silveira descer ao fosso com um cento de soldados para fazer uma diversão que desembaraçasse o baluarte accommettido. Tinha apenas ainda trinta e cinco homens comsigo, quando o avisaram de cima que um Turco os vira e ia correndo avisar os seus camaradas. Entendendo que a surpreza era o principal elemento de exito, Lopo de Sousa nem attendeu a que tinha comsigo apenas um punhado de homens. Correu ao inimigo, e no primeiro impeto destroçou tudo.

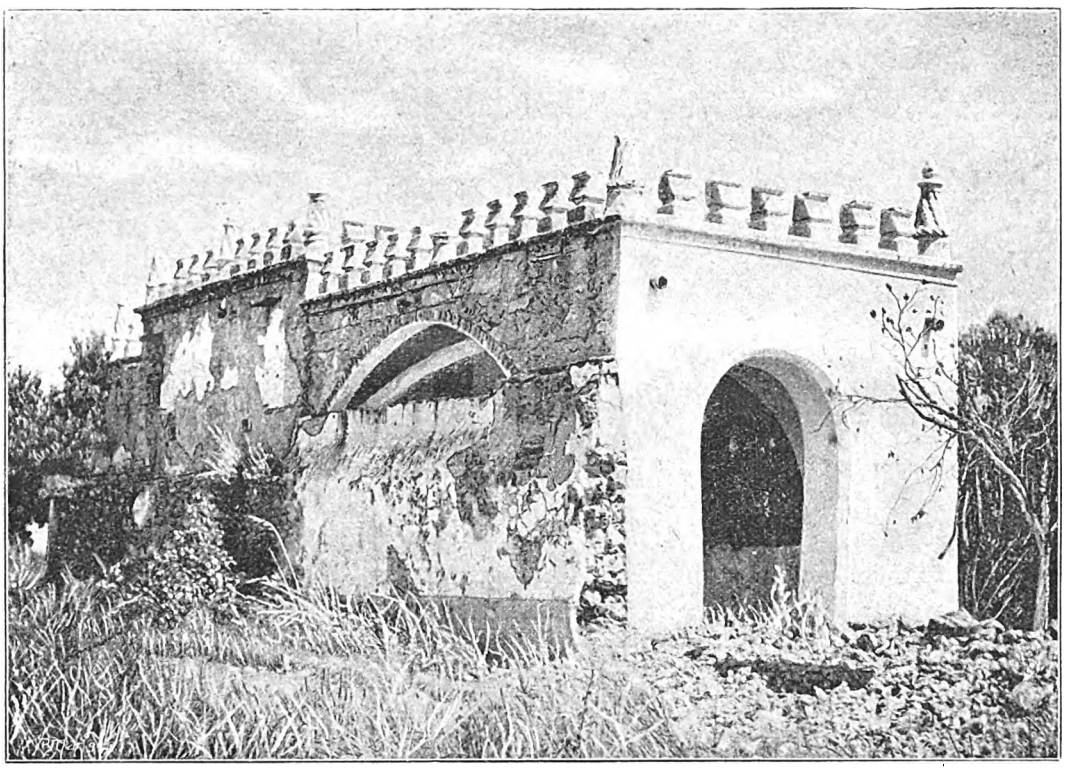
Mas, entretanto, a desanimação era grande nos sitiados: estava cerrado o inverno, faltavam as munições, e não chegava o soccorro promettido pelo vicerei. A artilheria dos Turcos não cessava de trovejar; o panno de muro, confiado a Lopo de Sousa Coutinho, já estava todo em ruinas, e o que lhe valia ainda era a artilheria do baluarte do mar, que o protegia. Por isso os Turcos recorreram ao systema das minas, e levaram uma até já ao meio do baluarte dos Combates sem que os nossos os presentissem. Mas, advertido por vagos indicios, Gaspar de Sousa saiu com setenta homens a ver o que os Turcos andavam fazendo, e, investindo as estancias, fez n'elles grande destroço. Retirou depois em muita ordem, indo sempre na rectaguarda a vigiar que não ficasse atraz algum dos seus, e com tal zelo cumpriu este dever de capitão que se viu sósinho entre os Turcos, e foi morto depois de valorosa resistencia. Antonio da Silveira deu o commando do seu baluarte a Rodrigo Proença, e uma contra-mina inutilizou os trabalhos subterraneos dos assaltantes.

O pequenissimo numero dos Portuguezes fazia com que tivessem de recorrer a toda a especie de estratagemas para prolongarem a defeza. Entre outros occorreu-lhes o de conservarem sempre um fogo violento acceso na brecha do baluarte de Rodrigo Proença. Os Turcos dispersavam com a artilheria os combustiveis, mas, quando queriam subir ao assalto, encontravam as pedras a escaldar. Finalmente, conseguiram desfazer este meio de defeza, que não podia ser duradouro, e, no dia 26 de outubro, deram um assalto impetuoso. Foram repellidos, mas nem por isso desanimaram, e os assaltos repetiam-se a cada instante, principalmente contra o baluarte do mar. Por felicidade nossa, chegaram de Gôa quatro catures trazendo a bordo cincoenta homens, commandados por

Digitized by Google

Gonçalo Vaz Coutinho, Martim Vaz Pacheco, Antonio Mendes de Vasconcellos e Francisco Mendes de Vasconcellos, barris de polvora e refrescos para os feridos. Este pequeno soccorro valeu de muito, comtudo, aos defensores da fortaleza, e, graças a elle decerto, é que Antonio de Sousa, commandante do baluarte do mar, poude resistir a um formidavel assalto dado por um corpo escolhido de setecentos Turcos, que vieram em barcos até ao sopé do baluarte.

No dia 30 de outubro houve novo assalto, e d'essa vez ao baluarte dos Combates. Foi ainda repellido, mas graças a verdadeiros prodigios de valor. Pelo seguinte acto que vamos narrar de um soldado portuguez, poderão vêr os leitores qual era o espirito que animava os nossos compatriotas. Fernão Penteado recebeu uma ferida grave na cabeça; retirou-se da peleja para se curar, e encontrou o cirurgião occupadissimo. Emquanto esperava a sua vez, chegou-lhe aos ouvidos o rumor a cada instante maior do combate. Não pôde conter-se, e, ferido como estava, tornou á brecha. Nova ferida na cabeça o obrigou a ir procurar de novo o cirurgião: encontrou-o ainda mais occupado, e o estrondo do combate ainda mais formidavel lhe chegava aos ouvidos. Pois tornou a pelejar até que uma terceira ferida n'um braço o obrigou definitivamente a recolher-se á ambulancia!



CAPELLA DE GARCIA DE REZENDE NA CERCA DO CONVENTO DO ESPINHEIRO (VISTA EXTERIOR)

Escusâmos de dizer que o assalto foi repellido; mas em que estado tambem ficou a guarnição? Apezar do reforço de Gôa havia apenas duzentos e setenta homens validos, as muralhas não eram senão ruinas, e por conseguinte a vigilancia tinha de ser constante, e a defesa um combate peito a peito. As munições escasseavam e os viveres egualmente. Ninguem pensava comtudo em se render, e

Digitized by Google

a serena constancia, a inabalavel intrepidez de Antonio da Silveira infundiam a todos animo e valor.

Fatigados tambem d'esta prolongada lucta, Soleyman-Pachá e Khodja-Safar resolveram fazer um esforço decisivo que lhes désse a victoria, e para isso empregaram um estratagema que lhes podia sortir effeito, se Antonio da Silveira não tivesse todas as qualidades requeridas n'um capitão: bravura, constancia e prudencia.

Na manhã do dia 30 de outubro fôra dado ao baluarte de Rodrigo de Proença o assalto em que falámos. N'essa mesma tarde o exercito turco desfilou, com as bandeiras soltas ao vento, por deante da fortaleza, e embarcou á vista de todos, fazendo-se logo a esquadra á vela. Desconfiou Antonio da Silveira d'este apparato de partida, e, ainda que os Portuguezes festejassem alegremente o que julgavam a sua salvação, Antonio da Silveira ordenou pelo contrario que redobrasse a vigilancia, e elle mesmo andou, desde o cahir da noite, rondando as muralhas. Effectivamente, quando se rendiam as sentinellas no quarto da madrugada, ou *vela de modorra*, como então se dizia, um dos soldados notou um rumor quasi imperceptivel ao sopé das muralhas. Logo Antonio da Silveira mandou arrojar umas poucas de panellas de polvora inflammadas e, á claridade brilhante que ellas espargiam, póde vêr os Turcos arvorando escadas para subirem ao baluarte. Ao cahir da noite haviam desembarcado, e, formados em tres batalhas, cada uma de mais de mil homens, sustentados por mais de dez mil Guzarates de Khodja-Safar, preparavam-se para travar um combate definitivo.

Felizmente commetteram os Turcos um erro grave, que sempre haviam commettido durante o cêrco, foi concentrarem todos os seus esforços n'um baluarte — o dos Combates; de fórma que poderam tambem os Portuguezes concentrar todas as suas forças, que aliás pouca resistencia poderiam offerecer. Quando os nossos perceberam porém o systema do inimigo, já a irrupção formidavel da primeira columna havia desalojado a guarnição do baluarte, e uns duzentos Turcos, estabelecidos n'uma especie de praça formada pelas ruinas da muralha, tentavam arvorar a sua bandeira: mas Antonio da Silveira trouxe para alli a maior parte dos soldados de Diu, vinte e cinco ou trinta se arrojaram aos duzentos Mouros, e despenharam-n'os do alto da muralha.

Que tremendo combate alli teve de se travar!

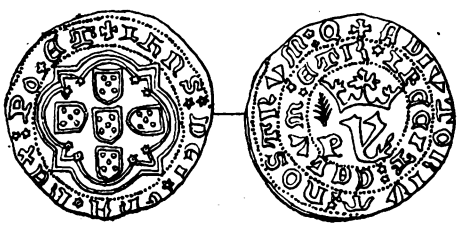
Andava tão accesa a briga, e era tal a ondulação d'aquellas massas humanas travadas peito a peito, estreitamente enlaçadas como duas serpentes luctando, que um Portuguez, homem de sessenta annos, chamado Fernando Affonso, tendo cahido ao chão, mas sem a mais leve ferida, morreu apezar d'isso, pisado aos pés e suffocado pelos combatentes, sem que lhe ouvissem os gritos, sem elle encontrar um pequeno espaço que lhe permittisse o levantar-se!

A victoria porém estava longe de ser decisiva. Já a manhã rompêra, e os nossos, extenuados pela vigilia e pelo combate, não tiveram um momento para respirar, porque logo as reliquias da primeira columna, que tinham repellido, voltaram incorporadas na segunda columna, toda de tropas frescas, a dar novo assalto ao baluarte. O impeto d'esta segunda investida foi irresistivel, pois que os nossos, exhaustos de força, já não podiam combater com a mesma energia; mas o sentimento do perigo duplicou-lhes as forças, e Antonio da Silveira, multiplicando-se, substituindo os sãos pelos feridos, dirigindo contra os esforços que os assaltantes a cada momento recebiam,

Digitized by Google

a artilheria dos outros baluartes, logrou infundir animo aos diminuidos defensores, exaltados tambem por exemplos de sobre-humana coragem que alguns lhes deram. Assim, conta-se d'um espingardeiro, que não tendo já ballas, arrancou um dente (que devia já de andar bem abalado, accrescenta em commentario um das nossos chronistas) e com esse projéctil d'um novo genero fez ainda um tiro. Antonio Mendes de Vasconcellos, ferido na cara e na garganta, continuou a pelejar até que uma outra ferida, atravessando-lhe o hombro esquerdo, o constrangeu a desamparar o baluarte, morrendo instantes depois. O heroico Rodrigo Proença já morrêra tambem com uma frecha que pelos olhos lhe entrára no cerebro. Mas o mais notavel de todos estes actos de heroismo é o de João Rodrigues, que foi decisivo. Quando a batalha já parecia perdida, appareceu elle trazendo uma jarra de polvora, com um morrão acceso, e bradando: «Deixae-me passar que levo aqui o ataúde para nós e para os inimigos.» Era tal a exaltação dos Portuguezes que ninguem lhe fez obstaculo. Todos preferiam a morte á perda do combate. Mas foi tão feliz João Rodrigues, que, atirando a jarra ao meio dos inimigos, fez voar pelos ares muitas pedras da fortaleza, e com ellas mais de quarenta d'elles, ficando intacta a parte que os nossos ainda occupavam! Esta especie de milagre redobrou a coragem dos Portuguezes, e com tal impeto retomaram a offensiva, tendo além d'isso a ventura de matar um genro de Khodja-Safar, que a segunda columna desanimada e dizimada, abandonou a fortaleza e o assalto da terceira já foi tão frouxo, tanto porque era composta de gente menos escolhida, como porque estava desalentada com o resultado dos dois primeiros combates, que não tiveram os nossos grande trabalho em repellil-os.

Este furioso combate fôra glorioso, mas terrivel para a guarnição: quatorze mortos, e mais de duzentos feridos haviam reduzido os defensores validos da fortaleza a quarenta homens apenas. Felizmente os Turcos nem suspeitavam qual era a força verdadeira da guarnição, e, a avalial-a pela energia da resistencia,



Real, de D. João I

julgal-a-hiam pelo contrario superior á força dos assaltantes. Por isso completamente desalentados pelo mau resultado do ultimo combate, e não querendo ser surprehendidos pela chegada da esquadra do vice-rei, no dia 1 de novembro embarcaram definitivamente, fazendo-se á vela no dia 5 d'esse mez. N'essa mesma noite partiu tambem Khodja-Safar com o exercito de Cambaya, e chegaram á fortaleza duas fustas commandadas por D. Luiz d'Athayde e D. Martinho de Sousa, destacadas por uma esquadra de 14 fustas e catures, de que era capitão Antonio da Silva Menezes, e que formava a guarda avançada da armada do vice-rei. Chegava tarde: o heroismo dos nossos soldados soubera dispensar auxilios, e a Providencia parecera querer-lhes recompensar a constancia, porque os livrára dos inimigos, exactamente quando a resistencia se tornára de todo impossivel.

A fama d'esta resistencia heroica, de esta assignalada victoria, não tardou a espalhar-se pela Asia e pela Europa, e na India redobrou o terror que o nome portuguez inspirava. Na Europa todos escutaram a narrativa d'esses feitos com admiração respeitosa. E' porque essa victoria não fôra ganha sobre timidos Indios,—pois que os Guzarates, que são

Digitized by Google

ainda assim, dos mais valentes soldados da peninsula indostanica, se haviam conservado sempre no segundo plano,—mas sobre os Turcos, sobre os Janizaros, essa milicia formidavel que fazia tremer a Europa; que dava a Solimão, o Magnifico, o prestigio que tornava a sua alliança requestada pelos monarchas christãos; que, havia bem pouco tempo ainda, ceifára nos campos de Mobacz a flôr da nobreza hungara, commandada pelo seu rei Luiz II, cunhado de Carlos V; que tomára Rhodes aos Hospitalarios; que arrancára a Grecia aos Venezianos; que assustava a Italia, e reprimia ao Norte as hordas barbaras dos Russos. Por isso conquistou esta defeza de Diu uma fama que não obtivera nenhuma outra victoria dos Portuguezes; por isso Francisco I, o rei gentil-homem, quiz ter o retrato de Antonio da Silveira na sua galeria de homens illustres do palacio de Fontainebleau; por isso emfim, valeu mais essa resistencia heroica, para consolidar o nosso poder na India, do que trinta victorias obtidas sobre os indigenas; por isso veremos o Samori pedir paz ao vice-rei, os rajahs de Ceylão solicitar a nossa alliança; por isso Diu ficou celebre entre todas as fortalezas indianas, celebridade que veiu sanccionar a segunda não menos heroica defeza, que essa foi immortalizada por Jeronymo Côrte-Real e Jacintho Freire de Andrade.

A armada que D. Garcia de Noronha juntou para vir descercar Diu constava de cento e cincoenta velas, e levava a bordo cinco mil homens de desembarque e mil e quinhentos marinheiros. Mas uma tempestade dispersou-a, o vice-rei navegou com todo o vagar, porque foi pelo caminho cuidando mais dos seus interesses particulares do que das urgencias do Estado. Quando chegou a Diu, levava apenas cincoenta velas. Era em janeiro de 1539, Antonio da Silveira veiu recebel-o, e foi accolhido com as honras que se deviam ao muito que se distinguira; o aspecto da fortaleza desmantellada maravilhou os proprios Portuguezes da esquadra, que, habituados a practicar façanhas sobre-humanas, não percebiam comtudo como sobre taes ruinas se haviam podido manter contra tão numeroso e aguerrido exercito um punhado de homens enfraquecidos e doentes. D. Garcia de Noronha tractou de levantar a fortaleza, e de concluir as pazes com o sultão de Cambaya. Não esperou que lh'as pedissem como a vencedor, foi elle mesmo propol-as. Que supremo desaire! Conseguiram os Indios, a peso de ouro, todas as condições que não tinham podido impôr a ferro e a fogo. Levantou-se o muro entre a cidade e a fortaleza, entregou-se ao thesouro de Cambaya a alfandega da villa dos Rumes e metade da de Diu, etc. Tinha esta cidade de ser theatro da gloria e da vergonha dos Portuguezes; da gloria dos guerreiros, da vergonha dos negociadores. Onde Antonio da Silveira cingira a fronte com os louros immarcessiveis de uma victoria sobre-humana, aviltára D. Garcia de Noronha os seus cabellos brancos. Apenas desapparecia na bainha a espada heroica do combatente, apparecia logo a insaciavel garra do salteador sem freio!

FIM DO TERCEIRO VOLUME

Digitized by Google

EXPLICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO

DAS

Gravuras comprehendidas no presente volume

Pag. 5 — Capiteis do Claustro de Cellas

Já a paginas 269 do primeiro volume d'esta nossa edição da Historia, apresentámos um aspecto do claustro do pittoresco edificio; mas tão curioso elle é, que não resistimos ao desejo de reproduzir mais um trecho d'aquelle monumento do seculo XIII, pois que o convento de Cellas, de Freiras Bernardas, foi fundado em 1210, pela infanta D. Sancha, filha de D. Sancho I. A historia d'essa unda ção é simples, mas curiosa, por isso não duvidamos trasladal-a para aqui. Havia em Alemquer, que pertencia áquella infanta, umas mulheres a que chamavam encelladas ou emparedadas, que viviam n'uma pobre casa. D. Sancha, que possuia perto de Coimbra a quinta de Uvimarães, resolveu alli edificar um convento com 30 cellas, a fim de para alli as transportar, o que fez, mandando vir de Lorvão algumas freiras para as instruir, e impondo-lhes a regra de S. Bernardo, professando ahi tambem a mesma infanta.

Pag. 8 — Claustro do convento de S. Bernardo

Apezar de já havermos dado, em paginas 560 e 601 do volume 2.º d'esta *Historia*, dois aspectos d'este pittoresco convento de Portalegre, tão interessantes trechos de arte do seculo XVI elle apresenta, que não duvidamos fazer a reproducção de mais este aspecto do vetusto claustro.

Pag. 9 — D. João II, o Principe Perfeito

O nosso desenhador dando-nos o retrato a cavallo do nosso glorioso monarcha da segunda dynastia, nem n'um apice foi infiel em reproduzir o seu classico retrato, que nos é dado por Oliveira Martins no seu interessante livro *O Principe Perfeito*, e que já Ferdinand Denis publicára na sua curiosissima obra *Le Portugal*, Paris, 1846.

Pag. 13 — A prova do fogo

A paginas 592 do 2.º volume d'esta nossa edição da *Historia de Portugal* encontra o leitor a explicação do assumpto a que se refere a nossa gravura, e que é, nem mais nem menos, do que a prova do fogo a que eram sujeitas as mulheres accusadas de algum crime. Eram ainda restos da barbaria dos tempos medievaes, que mais tarde, e com mais intensidade, foram applicados pelo iniquo tribunal da Inquisição, como, pelo decorrer da leitura da *Historia*, o publico terá occasião de apreciar.

Pag. 17 — Heroismo do Decepado

E' a paginas 454 do 2.º volume da nossa edição da *Historia* que se encontra a descripção d'este rasgo extraordinario de heroismo, practicado pelo valente guerreiro portuguez, o alferes Duarte de Almeida, na infausta batalha de Toro.

Pag. 21 — Claustro do Mosteiro de Cellas

O que já dissemos linhas acima, bem como o que ficou dito nas notas que acompanham o 3.º volume d'esta nossa edição da *Historia* dispensa-nos de nos alargarmos aqui em minuciosas considerações ácerca do velho mosteiro de Cellas.

Pag. 25 — D. Joanna de Castella

Encontra-se na obra de Simão Beninc (V. pag. 609 e 612 do 1.º volume da nossa *Historia*), o retrato da «excellente senhora», que vem reproduzido no primeiro volume do livro do sr. Benevides, *Rainhas de Portugal*, e que serviu de modelo para o que aqui publicâmos da sympathica princeza portugueza.

Pag. 29 — Fragmento do Côro de Santa Cruz

Tanto no final do volume 1.º como no do 2.º d'esta nossa edição da *Historia*, nos referimos a este mosteiro, fundação do arcediago D. Tello. Agora damos um trecho do côro, ácerca do qual se lê o seguinte no *Guia historico do Viajante em Coimbra* do erudito antiquario Augusto Mendes Simões de Castro: «E' sustentado n'um grande arco de cantaria lavrada de gosto differente do das outras partes do templo, e diz-se ter sido traçado por um mestre biscainho. E' muito vistoso pelas suas 72 cadeiras e pelos ornatos de talha representando cidades, castellos, embarcações, arvores, espheras, etc., tudo bellamente dourado e feito de excellente madeira que D. Manuel mandou vir da Allemanha.»

Pag. 32 — Pedra tumular da familia Solla Telles, existente em Trancoso

Esta antiquissima pedra, com uma cercadura tosca, desegual, mas elegante, tem muito valor historico. Ao centro tem um brazão, dividido em quatro quarteis; no primeiro e quarto as armas dos Telles Silvas, leões rompantes; no terceiro cinco estrellas em campo pontuado, que são as armas dos Affonsecas; no segundo as antigas armas dos Sollas, que são um castello riscado, com portas e frestas, de preto, em campo pontuado. Sobre o capacete tem o leão dos Telles Silvas. Notaremos aqui que este segundo quartel é egual á bandeira usada por Bernardim Solla na batalha de Aljubarrota, gravura que publicámos a paginas 192 do 2.º volume da nossa edição da *Historia de Portugal*; a gravura d'essa bandeira, tirada d'um velho manuscripto intitulado *Tropheus*, por Teixeira Passos, foi-nos enviada pelo sr. Antonio de Menezes e Barros, que, pelo lado Telles de Menezes, é parente da familia Solla.

Pag. 33 — O jantar de um principe

É unicamente com o fim de esclarecer o publico menos conhecedor dos costumes do seculo de que se tracta n'estas primeiras paginas do 3.º volume da *Historia*, que dâmos este quadro caracteristico, desenhado com todo o rigor sob a direcção do nosso collaborador artistico sobre as indicações e documentos da epocha.

Pag. 37 — Casa da camara de Guimarães

Situada na praça da Oliveira, a mais notavel da cidade de Guimarães, a casa que a nossa gravura representa é toda feita sobre arcarias de pedra e é obra de D. Manuel, cujas armas se vêem na frente do edificio. Não podemos por agora alcançar mais apontamentos ácerca d'esta casa.

Digitized by Google

Pag. 41 -- **D. Leonor de Lencastre, mulher de D. João II**

Tanto quanto possivel authentico é este retrato da virtuosa princeza, pois que é cópia do que existe no *Quadro do Panorama de Jerusalem*, no côro da egreja do mosteiro da Madre de Deus, em Lisboa. E' tradição que este retrato foi mandado pintar pela propria D. Leonor n'aquelle quadro, o qual lhe foi enviado de presente pelo seu primo Maximiliano, imperador da Allemanha. E' o unico retrato que d'esta princeza se conhece, a qual quiz retratar-se do modo por que com frequencia se vestia, com o habito de Santa Clara, para ir passar algum tempo em companhia das religiosas do convento da Madre de Deus, por ella fundado, e que ficava contiguo ao palacio em que habitualmente residia. Este retrato appareceu já no excellente livro do sr. Benevides, *Rainhas de Portugal*, e no ultimo de Oliveira Martins, *O Principe Perfeito*.

Pag. 45 — **Claustro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra**

O que a nossa gravura representa é o Claustro do Silencio, um dos tres que opulentam o vetusto mosteiro. Será ainda ao livro do sr. Augusto Mendes de Castro, filão inexgotavel para este genero de trabalhos, que iremos soccorrer-nos para elucidar o leitor ácerca d'este monumento da architectura manuelina, pois que foi em tempo de D. Manuel que elle foi reedificado. «De cada um dos seus lanços, formados por arcadas de agradavel apparencia, se abrem para o centro cinco arcos de volta em ogiva, todos divididos ao meio por columnas, umas retorcidas, outras de diversos feitios, e que em certa altura se ramificam para os lados e terminam por um gracioso olhal. No centro do claustro levanta-se uma esbelta fonte pyramidal, rematada por uma pequena estatua, e adornada com duas taças, de uma das quaes se despenha para a outra a agua em doce murmurio. Ha em dois cantos d'este claustro mais duas fontes, de que brota grande abundancia de agua, e cobertas por uma graciosa abobada; outra de marmore côr de rosa, mas está secca. Nas paredes dos lanços interiores, que são em parte guarnecidas por bellos azulejos, vêem-se tres esculpturas em relevo muito bem executadas. Na parede do sul está embebida uma lapide, que tem gravada uma inscripção, cuja maior parte está destruida... Fazem frente para este claustro algumas capellas mui bem ornadas e conservadas em grande aceio. A principal é a do *Santo Christo*, onde se notam dois tumulos bastante elegantes.... Superiormente aos quatro lanços do claustro corre uma galeria, cujas tres partes são cobertas e tem o tecto apoiado sobre pequenas columnas; a quarta, porém, está incompleta. Contigua a esta ficava a rica *Capella dos Meninos de Palhavã*, filhos naturaes de D. João V, a qual hoje está no mais deploravel estado. Foi edificada no tempo d'aquelles principes para seu uso, e era riquissima em lavrados, douraduras e preciosidades de madeiras.»

Pag. 48 — **Um trecho do Castello de Monte-Mór-o-Velho**

E' devido ao trabalho indefesso do illustre amador sr. Valle e Sousa, que devemos o prazer de poder apresentar este fragmento das ruinas do nobre e vetusto castello de Monte-Mór-o-Velho. A paginas 549 do 2.º volume da nossa *Historia* já démos o seu aspecto geral, e a descripção, ainda que rapida, que d'elle publicámos a paginas 632 e 633 do mesmo volume, dispensa-nos agora de maiores explicações.

Pag. 49 — **Princeza Santa Joanna**

E' cópia do lindissimo retrato publicado na celebrada collecção de *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, etc., que tão bellos subsidios têem dado para a nossa galeria, o que publicámos a paginas 49 d'este volume da *Historia*. O auctor do texto que acompanha o retrato n'aquella collecção explica assim a sua origem: «No Altar-mór da egreja d'aquelle convento (o de Jesus, em Aveiro) estava collocado um quadro de pincel, vera effigie sua, trajada á maneira que andava no seculo, que o bispo D. João de Mello, por occasião do processo da sua beatificação, trasladara com licença das Religiosas ao seu Paço de Coimbra. Muitos consta que havia na provincia, em que estava no habito dominico. Offerecemol-o conforme ao primeiro quadro, segundo o traz o P. Vasconcellos na *Anacephaleosis*, bem similhante ao que vem na «*Acta Sanct.*, Maio. Tom. III, pag. 692.»

Pag. 53 — **Relicario contendo as roupas da Princeza Santa Joanna**

Existe no convento de Jesus em Aveiro, convento em que viveu por largos annos a Santa Princeza, o cofre que a nossa gravura reproduz, cofre de crystal e prata, onde se guardam as contas e o habito da excelsa princeza. Esta reliquia costuma ser exposta á admiração e curiosidade dos fieis no dia 12 de maio, em que a Egreja Lusitana celebra a festa de Santa Joanna.

Pag. 57 — **Tumulo da Princeza Santa Joanna**

Com a morte d'esta princeza, em 12 de maio de 1490, cresceu a fama das suas virtudes, a ponto de em 1687 se tractar de alcançar de Roma a sua beatificação, em resultado do que em 1689 foi desenterrado o caixão em que se guardavam as suas cinzas, debaixo do côro do convento de Jesus de Aveiro, de que se lavrou auto, seguindo os tramites convencionaes, até que foi beatificada em 1693. Pouco depois da beatificação, a pedido de Fr. Pedro Monteiro, prior do convento da Misericordia da mesma cidade, D. Pedro II mandou fazer o sumptuoso mausoleu que a nossa gravura representa, encarregando-se da obra o architecto portuguez João Antunes, tumulo que foi construido justamente debaixo do côro do convento de Jesus, indo entretanto o caixão contendo os restos da Santa Princeza para a capella de Nossa Senhora da Conceição, onde se conservaram pelo espaço de 12 annos, sendo trasladados para o seu rico mausoleu, processionalmente e com toda a sumptuosidade em 21 de outubro de 1711. Em 1750 foi este tumulo aberto, afim de novamente se proceder ao exame dos restos mortaes da mesma princeza, quando se tractou da sua canonização.

Pag. 61 — **Egreja Matriz da Trofa**

São muito curiosos os apontamentos historicos que ácerca d'esta egreja nos dá o *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal, d'onde tomamos a liberdade de os transcrever. «A primitiva egreja matriz d'esta freguezia estava na aldeia de Covellos, ao N. da villa... No local onde era a antiga egreja, ainda ha poucos annos se acharam ossos humanos, azulejos, tijolos e alicerces de paredes... Estando a dita egreja de Covellos em estado de ruina e grassando alli então uma grande epidemia, muitos dos seus moradores fugiram para um sitio perto do logar da Mourisca, a que se chama *as Choupanas*, e outros para o logar de Christovães; e como por essa occasião já os fidalgos da Trofa aqui existiam, offereceram a sua capella particular para capella-mór de uma egreja, que alli edificassem, dando o terreno necessario para isso, mas com a condição de elles fidalgos ficarem com o direito de apresentarem o parocho (direito que até então residia no prior d'aquella freguezia de Covellos). Acceite a proposta dos fidalgos e edificada a nova egreja, ficaram estes com o direito de apresentação... Ignora-se a data da fundação d'esta egreja.» A acompanhar as outras gravuras que d'esta

Digitized by Google

mesma egreja adeante damos, encontrará o leitor a nóticia d'este curioso e antigo monumento.

Pag. 64 — **Ambula contendo cabellos de Santa Joanna**

E' de crystal e prata esta ambula, em que se guardam os louros cabellos da excelsa princeza, cortados em 25 de janeiro de 1475, quando resolveu tomar o habito. Esta ambula que, como o tumulo e o cofre contendo o seu habito, se guardam no côro do convento de Jesus em Aveiro, é exposta á veneração dos fieis no dia da sua festa, em 12 de maio.

Pag. 65 — **D. João II dirigindo os preparativos da expedição á India**

No capitulo V e seguintes d'este terceiro volume da *Historia* encontra o leitor minuciosamente explicada a razão d'esta gravura, e se vê o interesse que o grande D. João II tomou pela *dilatação da Fé e do Imperio*, pelas remotas regiões até então occultas pelo *Mar Tenebroso*.

Pag. 69 — **Tumulo de D. João de Albuquerque, em S. Domingos de Aveiro**

E' esta uma das antigualhas mais curiosas da velha egreja de S. Domingos de Aveiro. E' um tumulo de pesada architectura, como claramente se vê da gravura que publicamos, e está na capella chamada do Senhor Jesus. Este D. João de Albuquerque, cujas cinzas se diz estarem alli depositadas, foi senhor de Angeja e Canellas, fidalgo de illustre stirpe e legou grande parte dos seus bens áquelle convento.

Pag. 73 — **Ayres da Silva (o da Graciosa)**

Ao curioso cuidado do sr. Valle e Sousa, de Coimbra, devemos o prazer de dar este retrato até agora inédito, que aquelle cavalheiro copiou da estatua jacente que do seu tumulo existe no convento de S. Marcos. Este Ayres da Silva, 2.º de nome, foi camareiro-mór do principe D. João, mais tarde D. João II, e um dos seus famulos. Foi elle quem prendeu o Duque de Bragança, em Evora, no palacio das cinco quinas no dia 29 de maio de 1483. Fez brilhante figura nos torneios do casamento do principe D. Affonso (1490) e assistiu á desastrada morte do desditoso noivo em Santarem. Assistiu á morte de D. João II em Alvor e recebeu do moribundo o testamento que nomeava D. Manuel successor da corôa.

Pag. 77 — **Capella-mór da egreja de S. Francisco de Guimarães**

Esta egreja de S. Francisco tem a seguinte simples historia: Em tempo de D. João II foram residir para Guimarães dois Franciscanos, fr. Gualter e um companheiro, que viviam a principio n'uma pobre casinha no cimo da Serra. D'aqui, dirigiram-se para a villa, para um hospital, que existia junto do sitio da Torre Velha. Ao longo da parede d'este hospital, lançou em 1290 o arcebispo de Braga D. Fr. Tello a primeira pedra para o convento, onde foram residir os dois franciscanos. Pouco depois, porém, como do cimo d'este convento os partidarios do infante D. Affonso fizessem grande damno á gente de D. Diniz, na contenda havida entre pae e filho, foi, por ordem do monarcha destruido o convento, que só no tempo de D João I, em 1400, e com licença d'este se tornou a edificar, com a condição de não ser mais chegado á villa do que estava o de S. Domingos. A capella, ainda que pouco tendo já do primitivo templo, é uma das mais bellas cousas do curioso edificio.

Pag. 80 — **Pateo do castello de Alvito**

Já a paginas 632 do 2.º volume d'esta edição da *Historia de Portugal* dissémos o que de mais importante se nos offerecia acerca do historico castello de que aqui dâmos um dos aspectos interiores.

Pag. 81 — **Execução do Duque de Bragança**

Descreve-se no capitulo II d'este volume, paginas 18 e seguintes, esta scena, um dos sanguinosos episodios com que iniciou o seu reinado—que, no emtanto, tão glorioso havia de ser,—D João II, o Principe Perfeito.

Pag. 85 — **Tumulo do bispo D. Pedro Gavião**

O elegante tumulo que aqui reproduzimos está na capella de Sancto Christo, que faz frente para o claustro do Silencio no historico mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e tem aberta esta inscripção:

AQVI IAZ DOM PEDRO BISPO DA GVARDA PRI
OR DESTE MOSTEIRO E CAPELLAM MÓR DE
EL REI DOM MANUEL. HO QVAL MANDOV FAZE
R A IGREJA COM A CAPELLA E CAPITVLO DESTA
CASA E OVTRAS MVITO BOAS OBRAS COM QVE
A ENNOBRECEV. FALECEV EN HO ANNO DO SE-
NHOR DE MDXLI. EM OS XIII DIAS DE AGOSTO

As armas d'este prelado, que se vêem no vão do arco do seu tumulo e constam de cinco gaviões em aspa, com o chapeu e cordões de bispo, estão tambem na casa do capitulo, e no frontispicio da egreja, obras que foram feitas no seu tempo.

Pag. 89 — **Alexandre VI**

E' feito sobre o retrato que vem no livro *Principe Perfeito* de Oliveira Martins, e cujo original o fallecido escriptor indicou ao seu desenhador, como um dos mais authenticos que se conhecia do famigerado Borgia.

Pag. 93 — **Coro do Mosteiro de Santa Cruz**

Depois do que acima dissémos (paginas 609) ao falar do trecho do mesmo coro de que dâmos a reproducção de um fragmento a paginas 29 d'este volume da *Historia*, julgâmo-nos dispensados de tractar agora do assumpo.

Pag. 96 — **Claustro do Mosteiro de Santa Cruz**

Já a paginas 610 d'este volume dissémos acerca d'este magnifico claustro o bastante, para que agora voltemos a tractar do mesmo assumpto.

Pag. 97 — **Assassinio do Duque de Vizeu**

A paginas 27 e seguintes d'este volume, capitulo IV, se descreve este acto de força de D. João II.

Pag. 101 — **Convento e cruzeiro de S. Domingos em Aveiro**

Este edificio, que é mais conhecido pela denominação de Nossa Senhora da Misericordia, assim como o fôra de Nossa Senhora do Pranto e de Nossa Senhora da Piedade, foi fundado pelo infante D. Pedro em 1443, quando regente do reino, diz-se que para commemorar a milagrosa apparição da Virgem sobre um dos bastiões da muralha a um velho chamado Affonso Domingues, que de ha muito estava na cama tolhido de pés e mãos, que alli o levára uma noite. A fabrica do convento era magnifica e de solida construcção, e tem sido reformada em varias epochas. D. Jorge de Almeida sagrou a egreja em 1664. Um incendio que destruiu grande parte do convento, em 1843, esteve por pouco a reduzir a cinzas a egreja, devendo-se a sua salvação aos esforços do então governador militar de Aveiro, o tenente-general Visconde de Santo Antonio. A fachada da egreja que ora se vê é toda de pedra de Ançã e foi construida em 1719. A torre é de construcção muitissimo mais moderna, pois data de 1860.

Pag. 105 — **Damião de Goes**

A'cerca da authenticidade d'este retrato, feito sobre o que vem incluido no celebrado livro *Retratos*

Digitized by Google

e Elogios de Varões e Donas, etc., veja-se o que na biographia que o acompanha se lê na mesma obra: «O seu retrato é copiado do que vem na Collecção dos Varões insignes, impressa em Anvers em 1572, aberto por Filippe Gallo, mui similhante ao de Hogen na edição de algumas obras suas latinas em Colonia e officina de Birckman em 1602».

Pag. 109 -- **Portico da sacristia do Mosteiro de Santa Cruz**

Data do principio do seculo XVII, 1622, a construcção d'este magnifico portico da sacristia de Santa Cruz, a cujas bellezas artisticas a *Historia de Portugal* tem prestado a devida justiça reproduzindo algumas das que são consideradas mais caracteristicas e curiosas.

Pag. 112-- **Costumes do seculo XV**

Ao aturado estudo e investigação dos nossos collaboradores artisticos devemos o prazer de dar ao leitor mais este aspecto caracteristico dos costumes portuguezes no seculo de D. João II e de D. Manuel.

Pag. 113 — **D. Manuel beijando a mão de D. João II**

E' a continuação da scena reproduzida a paginas 97 d'este 3.º volume da nossa edição da *Historia* e magistralmente descripta por Manuel Pinheiro Chagas no capitulo IV, pag. 27 e seguintes.

Pag. 117 — **Porta do convento de S. Thomaz**

Collegio e não convento lhe devemos chamar, pois que foi costume dos dominicanos de Coimbra fundarem um collegio separado do proprio convento, que servisse só para os que estudavam na Universidade. O que ahi vemos não é o edificio primitivo, pois que este, fundado em 1227, foi inundado pelo Mondego, cujo leito alteou, sendo os frades obrigados a abandonal-o; o que a nossa gravura reproduz é a fachada do edificio fundado tres seculos depois, e que, pelo que se vê, era magestoso, e tão magestoso, que só o collegio se completou, ficando da egreja apenas construida a capella-mór; «mas o que ficou lavrado, diz o sr. A. Mendes de Castro, é obra de tanto primor e custo, que póde competir com as que no reino são mais louvadas.»

Pag 121 — **D. Brites de Menezes fundadora do mosteiro de S. Marcos**

O retrato que apresentamos, trabalho do illustre excavador de antigualhas, sr. Valle e Sousa, a quem devemos tão repetidos favores no genero, é feito sobre a sua estatua tumular, (que mais adeante reproduzimos completa) existente no mosteiro de S. Marcos, do qual ella foi a fundadora. Esta dama era filha de D. Thereza Coutinho, camareira-mór da rainha D. Philippa de Lencastre. Foi senhora de grande prudencia e auctoridade e leal conselheira da rainha D. Izabel, mulher de D. Affonso V e sua camareira-mór; com os seus sensatos avisos conseguiu a reconciliação dos reaes esposos, depois da morte do infante D. Pedro, duque de Coimbra. Foi mãe de Fernão Telles Menezes, cujo tumulo já veiu reproduzido a paginas 509 do 2.º volume da nossa *Historia*.

Pag. 125 -- **Exterior da Bibliotheca da Universidade**

Este esplendido edificio é obra de D. João V, pelo que se comprehende que apresente um tão magnificente aspecto. O portico que para ella dá entrada, e que a nossa gravura representa, é elegante e grandioso, de ordem jonica, e decorado de graciosos ornatos de cantaria em relevo, e coroado pelas armas reaes lavradas com esmero. Nos livros especiaes encontrará o leitor a descripção minuciosa não só da parte externa do grandioso edificio, mas ainda do interior, que é uma maravilha de arte, bem como a enumeração das principaes riquezas bibliographicas que constituem essa livraria. E' um excellente subsidio para se conhecer esta Bibliotheca o *Guia historico do viajante em Coimbra*.

Pag. 128 -- **Tumulo de D. Brites de Menezes no mosteiro de S. Marcos**

O que poucas linhas atraz deixâmos dito ácerca d'esta senhora, fundadora do mosteiro de S. Marcos dispensa-nos de aqui nos alargarmos mais sobre o assumpto.

Pag. 129 — **Queda mortal do principe D. Affonso**

Illustra esta gravura a scena da queda do mallogrado filho de D. João II, magistralmente descripta por Pinheiro Chagas em paginas 64 d'este volume da nossa edição da *Historia de Portugal*.

Pag. 133 -- **Vista geral de S. Thiago do Cacem**

Esta villa, cabeça de concelho, como n'outra parte dissemos, está fundada segundo alguns auctores no sitio em que existiu a *Merobriga*, dos Romanos. Está collocada em logar alto, a 12 kilometros do oceano e dista 21 kilometros da capital do districto, que é Lisboa. D. Manuel deu-lhe foral em 1512. Tem alguns bons edificios, como hospital, casa da Misericordia, etc. Lá no alto vêem-se ainda as ruinas de um antigo castello. Antes da extincção das ordens religiosas tinha um convento de franciscanos, que fôra fundado em 1505.

Pag. 137 — **Triumpho da Egreja**

E' uma das obras de arte dignas de admiração na vetusta Sé de Braga, este frontal, que está n'uma das capellas lateraes do lado da epistola. Representa elle, em quadro allegorico de esculptura em madeira, o triumpho da religião christã, e a condemnação dos herejes; as figuras são em alto relevo e pintadas a côr e ouro; este frontal é resguardado por outro, movel.

Pag. 141 — **João da Silva (O Galindo)**

Mais um dos serviços prestados á *Historia de Portugal* pelo sr. Valle e Sousa é a reproducção, até agora inedita, d'este retrato, que aquelle nosso amigo obsequiosamente copiou da sua estatua tumular no convento de S. Marcos, com o fim de enriquecer esta nossa edição da *Historia*. Este João da Silva, 2.º de nome, era filho de D. Brites de Menezes, a fundadora do convento de S. Marcos. Foi um dos mais denodados capitães do seu tempo. Quando o principe Perfeito, D. João II, nas contendas com a Hespanha, foi reconquistar Ouguella, um dos seus companheiros de armas foi João da Silva. Uma noite em que as forças de uma e outra parte sahiam em reconhecimento, encontrou-se de subito o capitão portuguez com o Mestre de Alcantara, D. Martim Galindo, e tão violento foi o combate, que ambos pagaram com a vida o seu heroismo. O castelhano cahiu logo morto; o nosso guerreiro sobreviveu-lhe ainda 25 dias.

Pag. 144 — **Tumulo da familia Lemos na egreja da Trofa**

Os Lemos, senhores da Trofa, tinham os seus mausoleus em uma capella sua particular, que, como acima dissemos, ficou sendo a capella-mór da egreja d'aquella villa. São quatro os mausoleus e acham-se dois de cada lado embebidos nas paredes, debaixo de arcos, forrados de pedra de Ançã, com muitos e delicados lavores. Sobre o tumulo do lado da epistola, que é o que a nossa gravura representa, vê-se de joelhos e com as mãos erguidas uma estatua da mesma pedra, representando o vulto de um guerreiro em tamanho natural; ao lado vê-se a viseira,

Digitized by Google

tambem de pedra. O tumulo tem esta inscripção, que está em parte quasi inintelligivel:

AQVI IAZ DVARTE DE LEMOS FILHO QVE FOI
DE IOANA GOMEZ DE LEMOS E NETO DE GOMEZ
MIZ O QVAL POR SERVIÇO DE DS E POR ONRA
DE SVA LINHAGEM MÃDOV FAZER ESTA CAPELA
PERA SEV PAI E AVOOS PERA SI E PERA
SVA MOLHER E FOI FEITA ESTA CAPELLA NA ERA
DE MIL 584 ANOS O QVAL FALECEV AOS VINTE
E SETE DIAS DE JVNHO ANO DE 1588

Pag. 145 — **Festejos por occasião do casamento do infante D. Affonso. — Os torneios**

Foram brilhantissimos, como nos conta a historia, taes festejos, e o nosso desenhador, cingindo-se aos documentos, quiz dar-nos, para que se podesse fazer idéa do que eram os torneios, um quadro d'esse caracteristico espectaculo tão proprio das epochas guerreiras em que elles se deram. A paginas 56 d'este volume encontra o leitor noticia detalhada de taes festejos.

Pag. 149 — **Capella-mór da egreja da Trofa**

Ficou já dito acima (a paginas 610) que esta capella da familia Lemos passou depois a servir de capella-mór da egreja matriz. E' esta, como tambem já dissemos, a parte mais importante da egreja, principalmente pelos primorosos ornatos com que estão lavrados os mausoleus dos Lemos, d'um dos quaes, o mais curioso, démos gravura a paginas 144 d'este mesmo volume.

Pag. 153 — **Fr. Miguel de Contreiras**

O retrato d'este sympathico vulto da Historia Portugueza, pois que aos esforços d'elle se deve a famosa instituição das Misericordias em Portugal, é feito sobre o que vem no tantas vezes citado livro *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, e a sua authenticidade é comprovada nas seguintes palavras do artigo que na sobredita collecção acompanha essa figura: «No convento de Lisboa (da Trindade) está o seu verdadeiro Retrato nas varandas do Claustro pequeno, em quadro de pintura antiga, donde se fez copiar, mui similhante, o que acompanha esta sua memoria; outro, mais moderno, se acha na casa do *De Profundis* do Convento de Santarem; outros mais aponta o moderno chronista da sua ordem, o diligentissimo P. M. Fr. Jeronymo de S. José, que se podem vêr a paginas 329 da sua *Historia Chronologica*, tomo I.»

Pag. 157 — **Convento de Santa Clara de Coimbra**

Resumâmos o que ácerca d'este grandioso monumento diz o sabio investigador Augusto Mendes Simões de Castro: «Determinado el-rei D. João IV a fundar um novo mosteiro para as religiosas de Santa Clara, afim de as livrar dos incommodos e grandes perigos a que no antigo estavam expostas pelos frequentes insultos do Mondego, incumbiu o conde de Cantanhede, D. Antonio Luiz de Menezes, de dar impulso á construcção do edificio. A planta das obras encarregou o mesmo monarcha ao engenheiro-mór do reino Fr. João Turriano, e o lançar a primeira pedra ao reitor da Universidade Manuel de Saldanha, que, a 3 de julho de 1649, procedeu com grande pompa a essa cerimonia. A obra tão solemnemente inaugurada foi-se edificando com lentidão, porque escasseaaram os braços e os meios necessarios absorvidos pelas necessidades da guerra da independencia. Entretanto, como o Mondego tornasse cada dia mais incommoda e perigosa a habitação das religiosas no antigo mosteiro, não se esperou pela conclusão do novo edificio para a mudança da communidade com os preciosos despojos da Rainha Sancta, e no dia 29 de outubro de 1079, effectuou-se a trasladação com extraordinaria magnificencia e deslumbrante pompa, depositando-se o corpo da sancta em um cofre muito rico de prata e crystal que anteriormente mandára fazer o bispo conde, D. Affonso de Castello Branco, cofre que foi collocado primeiramente n'uma capella. Concluido o templo, effectuou-se em 3 de julho de 1696 solemnemente a trasladação d'esse cofre para a tribuna da capella-mór. As obras do mosteiro só se completaram passados muitos annos. A egreja, que tem treze altares e é d'uma só nave e toda de cantaria, é nobremente fabricada no estylo romano. O mosteiro é um edificio vasto, magestoso e de aspecto regular, assentando vistosamente no cimo da collina fronteira á cidade. Dois grandiosos pavilhões, cada um em seu extremo do longo dormitorio, dão grande realce á nobre perspectiva do convento.

Pag. 160 — **Divisa de D. João II**

E' copiado do livro *Vita Christi*, de Ludolpho, edição rarissima, de 1496, este emblema, que era a divisa de que sempre usou D. João II.

Pag. 161 — **Torquemada atirando o crucifixo a Fernando e Izabel**

«Judas vendeu Christo por trinta dinheiros, Vossas Altezas querem vendel-o por trinta mil; ahi o têem, realizem o mercado.» E' esta a phrase que Torquemada proferiu ao lançar para cima da mesa, a Fernando e Isabel de Hespanha, um crucifixo, quando os reis catholicos pensaram por um momento em tolerar no seu reino a permanencia dos judeus, e foi esta scena, magnificamente tracejada por M. Pinheiro Chagas, a paginas 72 d'este 2.º volume da nossa edição da *Historia*, que o nosso collaborador artistico para aqui quiz transportar, pela illustração.

Pag. 165 — **Mosteiro de Lorvão**

E' duvidosa a data da fundação d'este mosteiro, um dos mais antigos da Peninsula, e talvez da Europa. Sustentam alguns escriptores que elle já existia no principio do seculo v. O que é certo é que já existia no seculo VIII, como convento de frades bentos, e que até os Arabes fizeram em favor d'elle uma excepção, isentando-o de pagar os tributos estabelecidos para os outros mosteiros christãos que quizessem ter exercicio em terras de Mouros. Pelo andar dos tempos, adquiriu tantas propriedades e rendas que chegou a ser riquissimo. Esta prodigiosa riqueza mudou os frades de humildes cultivadores em grandes e ociosos senhores, vivendo com a maior magnificencia, o que trouxe comsigo a relaxação da regra. Estavam as cousas n'este estado, quando, annullando-se o casamento de D. Thereza com Affonso IX de Leão, aquella princeza se resolveu a passar o resto dos seus dias n'um mosteiro; e como soubesse dos costumes desregrados dos monges de Lorvão, pediu a seu pae (o nosso D. Sancho I), para que os expulsasse, cedendo-lhe a ella o convento, para n'elle fundar um mosteiro de freiras. Isto foi acceite, e D. Thereza, seguida de varias senhoras que a quizeram acompanhar, passou alli o resto dos seus dias, e alli morreu. Tanto a egreja como o mosteiro têem soffrido em varias epochas grandes modificações, reedificações e ampliações, podendo dizer-se que pouco ou nada existe da primitiva fundação. O que existe é obra do fim do seculo XVII. A egreja é vasta, elegante e sumptuosa, tem um magnifico altar-mór com columnas de pedra admiraveis pelo seu tamanho, e mais sete altares lateraes, em dois dos quaes se encontram os cofres que contêem as reliquias das infantas Santa Thereza e Santa Sancha. Na egreja ha primorosas pinturas do artista portuguez Paschoal Parente. O côro, dividido da egreja por uma artistica grade de ferro, com engastes de bronze, é magnificamente adornado com cem cadeiras de bella madeira do Brazil primorosamente entalhada.

Digitized by Google

Pag. 169 — **Christovam Colombo**

Foi extrahido d'uma excellente revista illustrada hespanhola, que por seu turno o copiára d'uma chronica contemporanea da vida do grande descobridor, o retrato que aqui dâmos de Christovam Colombo, que, embora não fosse portuguez, de algum modo se prende com a nossa Historia, pois que em Portugal esteve, e a um monarcha portuguez offereceu os seus serviços, que, com grande detrimento para a gloria do nosso nome, não foram acceites. aproveitando-os a Hespanha, para assim conquistar um novo mundo.

Pag. 173 — **Bibliotheca da Universidade**

Um pouco acima, a paginas 612, já nos referimos a esta magnifica obra de D. João V, quando acompanhámos d'algumas linhas a gravura que representa o exterior d'este edificio. Do interior, para nos não alongarmos muito, apenas diremos que tem tres magnificas salas de leitura, que o publico vê pela gravura que tem presente, salas esplendidas e as mais bem decoradas que possue a Universidade. A columnata, as varandas e as estantes são de grande primor e belleza, não só quanto aos trabalhos de esculptura, mas tambem quanto á sua pintura, que é de optimo effeito. Um dos trabalhos mais apreciaveis são as pinturas a fresco das cimalhas e tectos. No topo da terceira sala está o retrato de D. João V, entre grandiosos ornatos trabalhados com muita arte. Pelas tres salas acham-se distribuidas seis mezas riquissimas, sendo quatro de ebano e duas de gandarú, todas com embutidos e com ornatos resaltados de petiá, e trabalhados com a maior perfeição. Anda por 200:000 volumes os que esta Bibliotheca possue, entre os quaes alguns que são verdadeiras preciosidades bibliographicas.

Pag. 176 — **Pulpito da egreja do Salvador**

E' uma riquissima obra de talha, notavel tanto pelo valor da madeira em que é trabalhado, como pela sua perfeição artistica, este pulpito, que constitue uma das mais maravilhosas cousas do celebrado convento de S. Salvador, em Braga. Este convento era de freiras bentas e fôra fundado no campo da Vinha em 1602 pelo arcebispo D. Fr. Agostinho de Castro. Foram para alli formar aquelle convento as freiras do antigo convento de Victorino das Donas, que foi então supprimido. Tinha as egrejas e seus dizimos de Victorino das Donas, Santa Maria da Cabração, e S. Thiago de Fontão.

Pag. 177 — **Forte no Ilhéu no Funchal**

E' uma das cousas pittorescas do porto do Funchal este ilhéu, que está fortificado, constituindo uma das defezas d'aquella ilha, e que se acha ligado á terra, por uma cortina de alvenaria; fica da banda do sul, e serve de registo do mesmo porto.

Pag. 181 — **D. Manuel o «Venturoso»**

E' feito sobre o retrato d'este monarcha que se encontra no celebrado quadro existente na Misericordia de Lisboa, ao qual mais adeante nos referimos, o que aqui damos de D. Manuel.

Pag. 182 — **Portico da Capella da Universidade**

Pelo gosto do seu portico, janellas e arco da capella-mór, este edificio indica ser fundação do reinado de D. Manuel. Gosa esta capella da preeminencia de real e é além disso exempta da jurisdicção episcopal prelaticia. Foi n'esta capella que, por ordem de D. João IV, a Universidade prestou, em 1646, juramento solemne de defender o mysterio da Conceição da Virgem.

Pag. 185 — **D. João II ante o corpo inanimado de seu filho**

Este quadro completa a triste scena começada com o quadro de paginas 129. O tragico acontecimento vem descripto a paginas 64 e seguintes d'este 3.º volume da *Historia*.

Pag. 189 — **Ruinas do Convento de S. Francisco em Evora**

Teve este convento sua origem pelos annos de 1244 ou 1245, e a actual egreja, que substituiu a antiga, foi mandada fazer por D. João II e por D. Manuel, como se deprehende do pelicano e esphera armillar, emblemas d'aquelles reis. Esta egreja, cuja abobada é de cantaria, não tem uma unica columna que a sustente, e as paredes em que se apoia tem apenas 0,70 de largo. No pavimento vêem-se muitas sepulturas e inscripções, entre as quaes a de um dos membros da familia Cogominho, a do esforçado Mem Rodrigues de Vasconcellos, que na batalha de Aljubarrota commandára a *Ala dos Namorados*. Muitas d'estas campas foram para alli levadas da egreja e convento da Graça quando a esbulharam do culto. Nos altares collateraes da capella-mór ha quadros que se attribuem a Grão Vasco. E' curiosa n'esta egreja a *Casa dos ossos*, assim chamada por serem as suas paredes revestidas de caveiras, femures e tibias.

Pag. 192 — **A Santa Veronica**

Existe esta imagem de Nossa Senhora na sacristia dos Conegos, da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, n'uma capella feita ou reconstruida em 1686. A imagem, que é venerada pelos fieis com grande devoção, é de pintura muito antiga, e, segundo refere a tradição e se acha escripto em um velho pergaminho, existente no archivo da Collegiada, foi trazida de Roma para esta egreja de Nossa Senhora da Oliveira, no reinado de D. Diniz, por Paio Domingues, dom prior de Guimarães e deão da Sé d'Evora.

Pag. 193 — **Porta da egreja matriz da Gollegã**

Logo pelo aspecto se vê quem foi o seu fundador: D. Manuel, que a mandou edificar em principios do seculo XVI. Exteriormente é aquella belleza que o leitor póde apreciar pela gravura que nós damos. Interiormente é um templo de tres naves, vasto e sumptuosissimo, de proporcionada altura, sendo as naves divididas por amplas arcadas ogivaes, esbeltas e bem lançadas, mas singelas, á excepção do arco-cruzeiro, que é adornado de todas as galas do gothico florido e coberto de lavores primorosos. Ha n'esta egreja um quadro, já bastante damnificado, que se attribue a Grão Vasco.

Pag. 197 — **Vista de Villa Viçosa**

Situada em um valle extenso e plano, a 4 kilometros da margem direita da Ribeira de Borba, Villa Viçosa é uma das villas mais interessantes do sul de Portugal. A sua fundação data do tempo dos Romanos. A primitiva povoação arruinou-se provavelmente nas guerras dos Visigodos e Alanos; mais tarde entrou no dominio dos Arabes, aos quaes, em 1217, a tomou D. Affonso II, mas já arruinada pelas continuas guerras d'esses tempos. Destruida a antiga villa, começou-se o sitio a povoar de novo, até que D. Affonso III lhe deu foral e creou a villa (1270), com o titulo de Villa-Viçosa, que hoje tem. O castello foi mandado construir por D. Diniz. D. João I doou-a ao condestavel D. Nuno Alvares Pereira. D. Affonso V instituiu-a titulo e cabeça de marquezado, em favor de D. Fernando, filho segundo do primeiro duque de Bragança, em 1455. Os representantes d'esta casa fixaram alli a sua residencia desde 1501, data da fundação do palacio pelo duque D. Jayme. A grande tapada foi mandada fazer pelo duque D. Theodosio em 1540. — Villa-Viçosa tem muralhas antigas com 5 portas e um castello, pro-

Digitized by Google

priedade da casa de Bragança. Na praça chamada Terreiro do Paço é que está o palacio a que acima nos referimos, hoje real. A capella d'este palacio era tão importante n'outros tempos como qualquer sé, tanto na dignidade, honras e riqueza como na sumptuosidade das suas festas. Tambem n'esta villa existe o antigo palacio dos bispos e antiga casa dos corregedores, tudo pertencente á mesma casa de Bragança. Antes da extincção das ordens religiosas havia tambem n'esta villa seis conventos e mosteiros, n'um dos quaes, o de N. S. da Graça, existem os soberbos mausoléus dos duques de Bragança.

Pag. 201 —Entrevista de D. João II com Christovam Colombo

Serve esta composição artistica para illustrar a scena tão brilhantemente descripta por Pinheiro Chagas, a paginas 77 e seguintes d'este terceiro volume da *Historia de Portugal*.

Pag. 202 — Porta de Montalvão

Montalvão é povoação muito antiga, mas não se sabe como nem por quem foi fundada, situada a umas 7 leguas de Portalegre, n'um alto, á direita do rio Sever. D. Manuel deu-lhe foral em 1512. D. Diniz é que lhe mandou construir o castello e cerca de muralhas, o que tudo ainda existe, mas em estado de ruina, como quasi todas as fortificações portuguezas.

Pag. 208 — Vista geral de Cezimbra

Esta villa, situada n'uma baixa, á beira mar, a uns 35 kilometros da capital, foi fundada pelos gallo-celtas e tomada aos Mouros por D. Affonso Henriques. Concedeu-lhe o titulo de villa D. Diniz e deu-lhe foral D. Manuel em 1514. E' cercada de alcantiladas serras. Tem uma fortaleza junto á praia e um castello, onde fica uma das suas freguezias, em posição eminente, a 1 kilometro de distancia. No dorso da montanha, que fórma o cabo do Espichel, a 12 kilometros da villa, acha-se a ermida de Nossa Senhora do Cabo, celebre pela romaria que todos os annos alli se faz, com grande pompa e solemnidade.

Pag 209 — Os christãos arrancando os filhos ás mães hebraicas

E' uma das muitas scenas de inhumana barbaria practicadas pelos nossos intolerantes avós, scenas descriptas a paginas 99 e seguintes d'este terceiro volume da nossa *Historia*.

Pag. 213 — Custodia de Ilhavo

E' este um typo pouco vulgar de custodias entre nós. O corpo architectonico, o tabernaculo, que costumava abrir a particula sagrada nas custodias do seculo XV e XVI, desappareceu: o caixilho extraordinariamente augmentado revestiu-se de raios como um sol. Esta custodia, que é de prata dourada e pertence á junta de parochia de Ilhavo, tem as seguintes dimensões: 0,80 de alto por 0,33 de largo. Remata com a figura do Salvador, tem dois anjos adornando a hostia que se firma nas azas de uma especie de urna realçadas com dois pingentes de crystal; a haste é esbelta, e talhada em secções muito bem proporcionadas; o nó é hexagonal e dividido em nichos com figuras de anjos alados.

Pag. 217 — D. Izabel de Castella, primeira mulher de D. Manuel

Este retrato, que tambem já veiu publicado no excellente livro do sr. Benevides, *Rainhas de Portugal*, e no *Principe Perfeito*, de Oliveira Martins, é reproducção do que publicou Carderera na celebrada *Iconografia Española*; foi tirado do grande quadro dos reis catholicos que existe no Museu de Madrid pintura do seculo XV e contemporanea, e que é por alguns attribuida a *Berruguete*. O quadro, que era destinado ao convento de Avila, contém a Virgem com o Menino Jesus, o rei Fernando, a rainha Izabel, e seus filhos, o principe João e a princeza Izabel, que foi rainha de Portugal, S. Thomaz d'Aquino, S. Domingos e S. Pedro, martyr de Verona.

Pag. 221 — Torre de Ornellas

E' feita sobre uma photographia do sr. dr. José Forbes Costa, a gravura que aqui dâmos d'esta torre solar da familia Ornellas, uma povoação do mesmo nome perto de Amares, no Minho. Chama-se esta torre a *Torre do Outeiro*, é quadrada, e tem uns 14 metros de alto. Pretendem alguns auctores que n'esta torre nasceu o celebre mestre dos Templarios D. Gualdim Paes; mas é menos verdade, pois o denodado guerreiro nasceu em Marecos. Os caseiros da quinta, que andava annexa á torre, pagavam-lhe annualmente 15 varas de bragal.

Pag. 224 — Pulpito da Penha

Ainda que de um gosto diverso do pulpito do Salvador, este da Penha é tambem uma primorosa obra de arte, havendo principalmente a admirar o trabalho de talha do baldaquino. Este mosteiro da Penha, da ordem da Conceição, terceira fundação da ordem no arcebispado de Braga, foi fundado em 1625 pelo conego Geraldo Gomes, que falleceu em 1648 e jaz enterrado na egreja do mesmo convento. Sendo abastado de bens de fortuna, todos elle gastou n'esta edificação, que fez opulenta, como se vê, chegando a morrer tão pobre que foi preciso que um sobrinho lhe fizesse á sua custa as despezas do funeral, como consta de um *Livro de Obitos*, guardado no archivo do Seminario diocesano de S. Pedro.

Pag. 225 — Roteiro de Vasco da Gama na sua primeira viagem á India

E' tudo quanto ha de mais exacto este roteiro, pois que é feito sobre a carta demonstrativa da viagem que em descobrimento da India fez Vasco da Gama em 1497, carta que acompanha o *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama em MCCCCXCVII*, segunda edição correcta e augmentada de algumas observações principalmente philologicas, por A. Herculano e o barão do Castello de Paiva, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.

Pag. 229 — Castello da Louzã

E' um pequeno castello em que apenas se podem defender uns 40 soldados, construido sobre um acervo de rochedos gigantes; mas tão bem construido que, apezar de antiquissimo e das excavações dos serranos em busca de thesouros encantados, ainda se conserva quasi inteiro, e a torre sobretudo está n'um perfeito estado de conservação. Na frente do castello vêem-se as ruinas d'uma antiquissima povoação, que era a antiga Louzã, mudada para o sitio actual, ao que parece do tempo de D. Sancho I. A fundação do castello é remotissima, suppondo-se que fôra construido pelos Arabes, e reconstruido pelo conde D. Sisnando, governador de Coimbra em 1080. Tornou de novo a cahir em poder dos Mouros, a quem foi reconquistado pelos Portuguezes no seculo XII.— Ligada á conquista d'este castello anda uma lenda, em que se diz ter n'elle apparecido um livro antigo espedaçado e ensanguentado, contendo, entre outras cousas, o celebre poema attribuido ao ultimo rei godo D. Rodrigo, e que principia por este verso :

O rouço da cava imprio de tal sanha

Pag. 232. — Capitel de Santa Cruz

O muito que já temos dito ácerca d'este vetusto monumento coimbrão dispensa-nos de accrescentarmos mais alguma cousa sobre o capitel representado pela nossa gravura, e que é um dos mais au-

Digitized by Google

thenticos vestigios da primitiva fundação d'aquelle velho edificio.

Pag. 235 — D. Maria de Castella, segunda mulher de D. Manuel

Existe na Casa Pia, em Belem, um retrato, de que é copia o que aqui damos. Acerca d'este retrato, escreveu o sr. Benevides no seu já por vezes citado livro, *As Rainhas de Portugal:* «Parece ser este retrato bem authentico; o trajo e o physico da rainha estão muito de accordo com o que se sabe a respeito d'esta princeza. O quadro de que fomos tirar este retrato acha-se no quarto n.º 7 da Real Casa Pia em Belem; foi restaurado em 1864, pelo pintor Antonio Caetano da Silva».

Pag. 237 — Casamento de D. Manuel com sua terceira mulher D. Leonor d'Austria

Foi D. Alvaro da Costa, primeiro provedor da Misericordia, e cujo retrato á esquerda se destaca, tendo na orla do manto o seu nome, *D. Alvaro da Costa, primeiro Provedor d'esta Casa*, quem encommendou ao pintor toledano Blas del Prado o quadro existente na Misericordia de Lisboa, no gabinete do Provedor, de que mandámos fazer para esta nossa edição da *Historia* uma reproducção em gravura. Todo o quadro foi feito por informações, pois que ha uma circumstancia importante n'este casamento de D. Manuel, que é ter sido elle feito de noite, e comtudo não se vê no quadro lampada ou vela que faça lembrar esse facto. D'este quadro só se conhecem quatro retratos: o de D. Manuel, o de sua mulher D. Leonor, o de D. Alvaro da Costa que foi negociar o casamento, e o do bispo de Lisboa que o celebrou; os outros personagens não se sabe quem sejam.

Pag. 240 — Interior da capella de Garcia de Rezende

A capella que a nossa gravura representa, construcção do seculo XVI, como se vê pelo seu estylo architectonico, existe na cerca do convento de Nossa Senhora do Espinheiro, em Evora, fundação do então bispo d'aquella diocese, D. Vasco Perdigão, e é n'elle que jazem os restos do poeta e chronista Garcia de Rezende.

Pag. 241 — D. Leonor d'Austria, terceira mulher de D. Manuel

Este retrato é calcado sobre o que vem no celebrado quadro do *Casamento de D. Manuel*, existente na Misericordia de Lisboa, e que nós reproduzimos a paginas 237 d'este volume da *Historia*. O que da mesma rainha o sr. Benevides fez publicar no seu livro *Rainhas de Portugal* é copia do desenho de uma medalha antiga feita por P. Morganti, que sahiu no tomo VII da obra intitulada *Aquila Augusta*, por João Palacio, em Veneza, em 1679, e que se reproduziu no tomo IV da *Historia genealogica da Casa Real Portugueza*.

Pag. 245 — Egreja matriz de Castro Verde

Segundo tradição muito vulgarizada principalmente n'aquella freguezia, a capella denominada das Chagas do Salvador e vulgarmente Senhor dos Remedios, acha-se no mesmo sitio em que existiu a pequena capella em que vivia o ermitão, que, conforme a lenda, annunciou a D. Affonso Henriques a apparição de Christo, na vespera da batalha de Ourique. Philippe II mandou-a reedificar ampliando-a muito, instituindo para essas obras a feira de outubro, applicando para ellas os rendimentos do terradêgo. No interior d'ella ha grandes quadros a oleo de cerca de 2 metros de alto, representando a batalha dada por D. Affonso Henriques aos Mouros no sitio denominado Cabeças de Rei, vulgo S. Pedro das Cabeças, aonde existe a ermida do mesmo santo e que dista 2 ou 3 kilometros da villa de Castro Verde; a tomada de Santarem; o juramento de D. Affonso Henriques; o rei conversando com o ermitão; Affonso Henriques adorando Christo, etc. No interior da egreja matriz ha os mesmos quadros em maiores proporções, mas em azulejos, muito bem conservados e de grande valor.

Pag. 249 — Partida de Vasco da Gama para a India

Creou-se esta composição para illustrar o capitulo XVII d'este volume da nossa *Historia*, em que a descripção da partida de Vasco da Gama em demanda do novo caminho da India é, por Pinheiro Chagas, tractada magistralmente.

Pag. 253 — D. Alvaro da Costa, chanceller do tempo de D. Manuel

A authenticidade d'este retrato consiste em ter elle sido desenhado sobre o que d'este personagem se vê no quadro representativo do *Casamento de D. Manuel*, existente na Misericordia de Lisboa, e por nós reproduzido a paginas 237 d'este terceiro volume da *Historia*.

Pag. 256 — Cruz processional de S. Martinho da Sardoura

O sr. Joaquim de Vasconcellos nas palavras com que historía cada um dos objectos expostos na Exposição districtal de Aveiro de 1882, diz o seguinte referindo-se a esta cruz que appareceu n'aquelle certamen de arte: «A' primeira vista reconhece-se o typo caracteristico do principio do seculo XV; mas na cruz lê-se a data de 1561. A contradicção explica-se facilmente; a obra da cruz, os lineamentos, foram traçados com effeito, no principio do seculo XV. Era uma peça de cobre, lisa e muito modesta, mas na segunda metade do seculo XVI cobriram-n'a com um lavor de *rótulos e pendurados*, gravado no estylo do Renascimento, e douraram-n'a pondo-lhe a data citada. A urna da haste que prende a cruz por um processo de encaixe é da mesma epocha de 1561, e bem assim a figura de bronze do Christo.» Esta cruz mede $0^{m},65$ de alto por $0^{m},33$ de largo (nos braços).

Pag. 257 — Vasco da Gama subjugando uma insurreição a bordo

Veja-se em paginas 131 e seguintes d'este volume a descripção d'este acto de força do heroico descobridor do novo caminho da India.

Pag. 261 — Aqueducto de Evora

Foi edificado sobre os restos do que se attribuiu a Sertorio, quando reinou em Portugal D. João III, o aqueducto do qual damos um aspecto. Começaram os trabalhos da edificação logo depois de 1531, durando 7 annos. A agua vem das proximidades da aldeia de Nossa Senhora da Graça do Divor, distante pouco mais de 9 kilometros d'Evora, e corria antigamente n'um chafariz da praça principal da cidade pelas boccas de quatro leões de marmore; julga-se mesmo que chegou a ir até ao templo de Diana, por se haverem encontrado uns tanques em torno do templo em 184... Actualmente está muito arruinado.

Pag. 264 — Capiteis da Sé de Coimbra

Não queremos aqui alargar-nos mais sobre este monumento da archeologia christã, ácerca do qual já dissemos bastante nas notas com que rematámos os primeiros dois volumes da *Historia*. Esta gravura serve para mostrar ao leitor os diversos typos de columnas, e respectivos capiteis representativos das epochas em que elles foram lavrados.

Digitized by Google

Pag. 265 — **Paços de D. Manuel em Evora**

Entrando a porta do Rocio, diz o auctor de um curioso *Roteiro da cidade de Evora*, referindo-se ao passeio e restos do palacio de D. Manuel, prende naturalmente as attenções ao forasteiro o passeio d'esta cidade. Surprehende em verdade aquella esplendida vegetação, aquella variedade de flôres mimosas, aquelles hymnos mysteriosos dos rouxinoes, o que tudo, ao modo de ameno oasis n'estas planicies do Alemtejo, o encanta e delicia. Erguendo-se tisnado pelo halito dos seculos o palacio de D. Manuel com suas janellas geminadas entre verdura e flôres, é de um admiravel effeito, e desperta n'alma poeticas saudades d'aquelles tempos d'esplendor nacional, de saraus, festins e musicas que por aquellas abobadas resoariam.

Pag. 269 — **Tumulo de D. João de Noronha no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra**

E' este o segundo tumulo da capella do Sancto Christo (veja-se o que dissemos a paginas 610 e paginas 611) e que fica da parte da epistola. Tem esta inscripção:

AQVI IAS DOM IOÃO DE NORONHA. E. MENE
ZES. XXV. PRIOR MOR DESTE MOSTEIRO.
FILHO DE DOM PEDRO DE MENEZES
PRIMEIRO MARQVES DE VILLA REAL. E DA
MARQVEZA DONA BRITES DE LARA. FALECEO. A
24 DE AGOSTO. ANNO DO SENHOR. 1506 ·:·

Este D. João de Noronha foi o famigerado prelado que não quiz acceitar de D. João II o arcebispado de Braga, tendo em mais do que esse arcebispado o priorado de Sancta Cruz.

Pag. 272 — **D. Martinho da Costa, Arcebispo de Lisboa**

Foi este prelado quem celebrou o casamento de D. Manuel com sua terceira mulher, sendo o retrato que aqui damos copiado do famoso quadro representando aquelle casamento, existente na Misericordia de Lisboa e do qual, a pagina 237, damos a reproducção.

Pag. 273 — **Recepção de Vasco da Gama por el-rei D. Manuel**

Leia-se a pagina 149 d'este volume a descripção d'esta solemne cerimonia, em que o venturoso monarcha recebe o heroico navegador, depois da sua primeira viagem á India.

Pag. 277 — **Casa onde, segundo a tradição vivêu Christovam Colombo**

Foi o Dr. Rodrigues de Azevedo quem, em 1873 nas notas ás *Saudades da Terra* de Gaspar Fructuoso, revelou por escripto a tradição de que Christovam Colombo residira na Madeira na casa do Esmeraldo, que a nossa gravura representa. Sobre que ha duvida é sobre se a casa foi fundada em 1457 e reedificada em 1487, ou se foi fundada n'esta ultima data; seja como fôr é certo que n'ella habitaram por algum tempo os Esmeraldos nobres flamengos, que foram para a Madeira em 1480, mas que pouco depois a abandonaram. «Que destino teve, porém, a casa da rua do Esmeraldo durante quasi quatro seculos não é facil averiguar, diz o sr. Brito Rebello; parece servia ha muito de celleiro, porque de memoria de homem é conhecida pelo nome de *Granel do poço*, tirando esta designação do fim a que era destinada e d'um poço que havia no pateo de entrada. Esta casa pertencia ainda em 1873 ao sr. conde de Carvalhal. Depois d'este tempo, e tendo deixado de pertencer ao vinculo, consta que foi a casa vendida a negociantes ou commerciantes, e ultimamente demolida no anno da graça de 1877.» Se o açaso não levasse á ilha da Madeira, ainda a tempo, o illustrado escriptor hespanhol sr. D. Ventura de Callejon que sobre o assumpto publicou uma desenvolvida noticia na *Illustração Hespanhola* de 15 de outubro de 1878, que secundado pelo habil photographo sr. Camacho obteve da casa as vistas principaes, não só nada conheceriamos d'ella, mas, passado algum tempo, se houvera apagado toda a tradição.

Pag. 280 — **Altar-mór de pedra de Ançã na Sé de Braga**

É uma das curiosidades archeologicas da velha Sé de Braga, este frontal do seu altar-mór, pela antiguidade e pela belleza e relativa perfeição artistica de sua esculptura.

Pag. 281 — **Vasco da Gama**

Por muitos annos foi este retrato considerado o mais authentico do illustre navegador, dizendo-se que fôra feito sobre um que, por indicações de Portugal, fôra mandado pintar no estrangeiro ainda em vida do heroico descobridor da India. O retrato authentico porém do valente marinheiro encontrou-o ha bem pouco tempo ainda um dos descendentes de Vasco da Gama, e a sua reproducção daremos n'uma das primeiras paginas do novo volume da nossa *Historia*.

Pag. 285 — **Portal do Mosteiro de Cellas**

Tivemos já occasião de nos referir a este mosteiro nas notas dadas nos anteriores volumes da *Historia*; pelo que nos limitaremos aqui apenas a dizer que este gracioso portal é obra da abbadessa D. Leonor de Vasconcellos, senhora de bastante nobreza, que mandou reformar a egreja, que é de excellente e admiravel estructura. O curioso portico reproduzido pela nossa gravura tem no cimo, ao centro, uma coroa de espinhos e esta legenda: DV MEVS DECORAVIT MEE.—Inferiormente, nas bases das columnas, lê-se esta outra dividida pelos dois lados d'esta forma: ET ERIT IN PACE MEMORIA EIVS 1530.

Pag. 288 — **Cruz processional de Rocas**

Mede 1,10 de alto por 0,45, nos braços a cruz representada pela nossa gravura e que pertence á junta de Parochia de Rocas, no districto de Aveiro. E' de prata sem vulto de Christo, com quatro campainhas pendentes, bellissimo trabalho do seculo XVII, exemplificando os differentes processos da officina, que eram o lavor de martello (nó da haste), de lima e de buril.

Pag. 289 — **Partida de Alvares Cabral**

Substituam-se as nossas pallidas palavras pela prosa brilhantissima de estylo com que Pinheiro Chagas descreve esta partida de Pedro Alvares Cabral em busca de um novo mundo, o que se encontra a paginas 162 e seguintes d'este terceiro volume da *Historia*.

Pag. 293 — **O convento da Pena no seculo XVI**

O que poderiamos aqui dizer ácerca d'este primoroso monumento já o dissemos em paginas 627 do 2.º volume d'esta *Historia*, quando tivemos de acompanhar de algumas palavras a gravura representativa do mesmo edificio no seculo XV, gravura publicada a paginas 373 do mesmo volume.

Pag. 297 — **Pedro Alvares Cabral**

O retrato que ora damos do heroico descobridor do Brazil é feito sobre o que vem nos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, livro tantas vezes por nós citado, e em que se encontra, no texto, as seguintes palavras explicando a sua authenticidade: «O seu Retrato da mesma sorte que aqui vae, é conforme ao que está no Paço Velho».

Digitized by Google

Pag. 301 — Portico do jogo da bola na quinta de Santa Cruz

A cerca que junto do seu mosteiro tinham os conegos regrantes de Santa Cruz era uma das maiores e mais bellas que possuiram as extinctas ordens religiosas. Apresentava tal riqueza e magestade nas suas ruas, escadarias, lagos, pontes e cascatas; achava-se adornada com tal sumptuosidade e magnificencia, que mais parecia faustoso parque de poderoso monarcha, que a cerca de uma communidade religiosa. Todas essas obras magestosas foram construidas no tempo do reformador da Congregação dos Cruzios, D. Fr. Gaspar da Encarnação, no reinado de D. João V. Não foi, porém, sem estranheza e murmuração do povo que se fizeram essas construcções magnificas e luxuosas, improprias da vida do claustro. — Depois da extincção das ordens religiosas tem-se praticado na quinta de Santa Cruz vandalismos inauditos. Grande parte dos seus arvoredos gigantescos têem sido abatidos, e muitas ruas destruidas com o fim de alargar a cultura dos cereaes por mais alguns metros de terreno, que antes, acobertado pela espessura do bosque, apresentava estancias deleitosas, impenetraveis aos raios do sol. Todavia ainda resta muito que admirar na quinta de Santa Cruz. Apezar das grandes devastações e estragos n'ella praticados, convidam ainda a visitar a cerca dos cruzios algumas ruas largas e extensas, toldadas de arvoredo frondoso; o celebrado lago circular orlado por altas paredes de cedro; o grandioso terreiro do jogo da bola (que a nossa gravura representa) com os seus tres lindos arcos coroados pelas estatuas da Fé, Esperança e Caridade, com a sua lindissima cascata e com os gigantescos e copados arvoredos que o assombram; as escadarias magestosas entremeadas de vistosos repuxos; a paragem encantadora da fonte da Nogueira, etc. *Guia Historico do Viajante em Coimbra e arredores.*

Pag. 304 — Porta-paz de prata, de Evora

Pertence actualmente á Academia de Bellas-Artes de Lisboa este maravilhoso specimen da ourivesaria portugueza do seculo XVI, que, ao que parece, fez parte do rico thesouro do mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, em Evora, mosteiro principiado por D. Vasco Perdigão, então bispo d'aquella diocese, em 1452, e concluido em 1458.

Pag. 305 — Pedro Alvares Cabral recebendo a bordo dois indigenas

O leitor encontra a paginas 165 e seguintes d'este volume a descripção da scena representada por esta gravura.

Pag. 309 — Portal gothico do Hospital de Todos os Santos

E' feita sobre um desenho que appareceu na excellente publicação *Archivo Pittoresco* a gravura que damos d'este gracioso portal, unico specimen artistico que podemos dar do monumental edificio destruido por um incendio em 1750 e pelo terremoto de 1755. O hospital ficava situado no lado oriental do Rocio, ficando a maior parte a dentro do espaço occupado hoje pela Praça da Figueira. Foi fundado por D. João II, que lhe lançou a primeira pedra em 1492, e concluido por D. Manuel em 1501. Formava uma cruz de quatro braços eguaes, tendo nos quatro angulos quatro grandes claustros e uma horta. Um dos braços d'essa cruz era a magnifica egreja, que fazia face para o Rocio e para a qual se subia por uma escadaria de 21 degraus. A porta principal era, como se vê pela mesma gravura, ornada de primorosa architectura gothica floreada, com os emblemas dos reis fundadores, o *Pelicano*, de D. João II, e a espheira armillar, de D. Manuel. Os outros corpos do edificio continham diversas enfermarias. Foi incendiado em 27 de outubro de 1601, e outra vez a 10 de agosto de 1750, o que o reduziu quasi completamente a cinzas, escapando unicamente a fachada e escadaria da egreja, e uma enfermaria o que tudo o terremoto de 1755 acabou de destruir. A posse d'este desenho, lê-se no artigo do *Archivo Pittoresco*, que acompanhava a gravura que serviu de modelo á nossa, unica que existe d'aquelle grandioso edificio, deve-se ao zelo e amor pelas antiguidades nacionaes, do sr. José Valentim de Freitas, desenhador da Intendencia das obras publicas, que o houve de um architecto contemporaneo da demolição.

Pag. 313 — D. Christovam da Gama

Encontra-se na *Collecção de Memorias relativas ás façanhas dos Portuguezes na India* o retrato d'este heroe cuja reproducção damos n'este logar da nossa edição da *Historia*.

Pag. 315 e 316 — Aspectos de Lisboa no seculo XV

As gravuras do quadro que n'estas paginas apresentamos são rigorosamente feitas, ainda que em linhas mais nitidas, para maior clareza, segundo as gravuras, do *Theatrum Urbium* de J. Braunio.

Pag. 321 — Tumulo de D. Affonso Henriques

Este tumulo, bem como o de D. Sancho I, já publicado no primeiro volume da nossa *Historia*, foi mandado fazer por D. Manuel, que, tendo visitado em 1502 as antigas sepulturas em que jaziam os restos do fundador da monarchia e do conquistador de Silves, as achou mesquinhas para tão grandes homens. São obra primorosa, do mais puro estylo gothico; são ambos eguaes nas suas principaes fórmas, mas um detido exame mostra que differem nos ornatos mais delicados, posto que pareçam identicos, á primeira vista.

Pag. 325 — Entrada do Castello de Torres Vedras

Na classe dos monumentos antigos, escreve o erudito Manuel Agostinho Madeira Torres na sua *Descripção historica e economica da villa e termo de Torres Vedras*, merece o primeiro logar o castello situado sobre um monte, que não só cobre e domina a Povoação e egualmente as estradas todas que d'ella partem, como outros tantos raios, para a circumferencia do seu Termo, e mais logares; mas até fica destacado de outro qualquer monte, e formado desde a sua base até ao cume, com figura tão proporcionada que offerece indicios de haver-se aperfeiçoado pela arte. A muralha exterior do Castello, que tem uma unica porta, é lançada a pouco mais de meia altura do monte, em cuja eminencia se conservam as paredes de um amplo edificio, que parece haver sido destinado para residencia do governador ou alcaidemór e quartel da gente que servisse de guarnição. N'esse edificio houve casas divididas e habitaveis até ao terremoto de 1755; e segundo a tradição, no primeiro tempo da monarchia foram residencia de algumas das nossas rainhas. Antes da invenção e uso da artilheria não era facil tomar-se o castello, senão pela ultima extremidade da fome, a que se reduzisse a guarnição, o que experimentou el-rei D. João I, desistindo do projecto de assalto. Para que não se padecesse falta de agua, não sómente havia tres cisternas no seu recinto, mas tambem um caminho subterraneo por onde se descia á margem do Sisandro. Ha memoria de que fôra reparado por el rei D. Fernando, parece que tambem o seria no tempo d'el-rei D. Manuel, pois as armas collocadas sobre a porta teem a divisa do seu reinado.

Pag. 329 — João de Barros

Mais uma vez recorremos á excellente collecção *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, d'onde copiámos o retrato que damos de João de Barros, o ele-

Digitized by Google

gante historiador que todos os classicos accordaram em chamar, pela elegancia da fórma litteraria e belleza de estylo, o Tito Livio Portuguez. Da *Memoria*, que acompanha esse retrato reproduzimos as seguintes palavras justificando a sua authenticidade: «Ha um retrato seu na Quinta de Real em Braga, que guarda com veneração o herdeiro de sua casa. Está fielmente copiado n'esta estampa de um quadro antigo de boa pintura que possue, e offereceu por contribuir generosamente ao bem do publico, o nosso amigo Francisco José dos Santos Marrocos, que por suas diligencias muito promove a nossa litteratura, bem similhante ao que fez na sua vida Severim de Faria em seus discursos varios.»

Pag. 333 — **Porta da Egreja Matriz de Villa do Conde**

Esta egreja, de que, pelo desenho que damos, se póde fazer idea do lavor artistico da frontaria é uma das maiores bellezas de Villa do Conde. E' um templo magestoso, de tres naves, que assentam sobre duas ordens de arcaria de granito, a que correspondem no exterior duas series de ameias que adornam as paredes em toda a sua extensão. E' notavel ainda n'esta egreja o côro, com as suas opulentas cadeiras de espaldar. Excusado será dizer que esta egreja foi mais uma das brilhantes obras do reinado de D. Manuel.

Pag. 336 — **Pelourinho de Bragança**

Nos livros que consultámos ácerca d'esta antiquissima cidade de Traz-os-Montes, não conseguimos vêr a que data attribuir o famoso pelourinho que aqui damos e que é um dos mais curiosos monumentos do genero em Portugal. Bragança esteve por muitos seculos sujeita ás differentes alternativas das outras cidades peninsulares e sob o jugo de differentes dominadores. Foi antigamente uma forte praça de armas, toda murada e com um antiquissimo e grande castello edificado por D. Diniz no seculo XIII, mas ampliado depois por D. João I, cujas armas se vêem no castello.

Pag. 337 — **O rei de Melinde visita a esquadra de Vasco da Gama**

Descreve-se esta scena representada pela composição que o leitor tem á vista, a paginas 138 d'este 3.º volume da *Historia de Portugal*.

Pag. 341 — **Tumulo de D. Jorge de Mello, bispo da Guarda**

E' sumptuosissimo este tumulo do magnificente prelado egitanense, existente no convento de S. Bernardo, fundado pelo proprio D. Jorge de Mello em 1575. Era bispo da Guarda o cardeal D. Affonso, filho de D. Manuel; e querendo seu pae dar-lhe um logar mais rendoso, instou com D. Jorge de Mello, ao tempo abbade de Alcobaça, para que trocasse esta abbadia pela mitra da Guarda. D. Jorge, violentado pelo pedido, acceitou, mas nunca exerceu a nova dignidade na sua cathedral, fixando a sua residencia em Portalegre, que ainda então pertencia ao bispado da Guarda, cidade onde nunca quiz entrar, dizendo: «Não quero ir á terra onde matam os bispos», allusão ao assassinio do seu predecessor Alvaro de Menezes. Entretanto D. Jorge exerceu o seu cargo durante 3 annos residindo sempre em Portalegre, onde falleceu em 5 de agosto de 1548.

Pag. 344 — **Torre do Convento da Esperança em Lisboa**

Foi destruido não ha ainda vinte annos este velho mosteiro, (e com elle a curiosa torre, de que um acaso providencial nos deixou o desenho que serviu de modelo para a gravura que hoje damos) para a abertura da Avenida de D. Carlos em Lisboa. Era mosteiro de freiras franciscanas, e fôra fundado em 1520 por D. Izabel de Mendanha que por sua morte lhe deixou a maior parte das suas fazendas. Do convento da Conceição do Funchal vieram nove freiras para esta fundação e duas do convento de Santa Clara de Santarem. Chegou a ter 60 religiosas, quasi todas fidalgas. Tinha boas rendas.

Pag. 345 — **Fernão Lopes de Castanheda**

E' feita sobre a estatua representativa d'este historiador da India, uma das que adornam o monumento de Camões em Lisboa, o retrato que aqui damos de Fernão Lopes de Castanheda. Para prova da sua authenticidade, leia-se o que dissémos ácerca de Fernão Lopes, Gomes Eannes de Azurara e Vasco Mousinho, o primeiro, a paginas 616 do 1.º volume, e os outros dois a paginas 618 e 624 do 2.º volume de esta nossa edição da *Historia*.

Pag. 349 — **Ruinas da egreja do convento de Nossa Senhora da Rosa, em Caparica**

Como se vê são só ruinas o que existe d'este convento de frades paulistas, fundado n'um valle profundo da freguezia de Caparica, por Mendo Gomes de Seabra, em 1410. Tinha uma cerca muito importante, na qual nascia uma agua, que, segundo a tradição, curava a lepra e outras molestias cutaneas.

Pag. 352 — **Entrada da egreja de Nossa Senhora das Salvas, em Sines**

Foi fundada esta ermida, que fica situada na costa do mar, por D. Vetaça Lascaris em principios do seculo XV e reedificada por Vasco da Gama em 1529. E' muito formosa e elegante, está muito bem conservada e diz-se que quando Vasco da Gama passava na costa em frente d'esta ermida a mandava sempre *salvar*, d'onde o nome de Nossa Senhora das *Salvas*; outros dizem das *Salas*. No frontispicio, tem, como se vê, duas tarjas circulares, uma de cada lado; na da esquerda o escudo das armas dos Gamas, e na da direita a seguinte inscripção em lettra gothica:

ESTA CASA DE NOSA SR.ª DAS SALAS
MANDOU FAZ.R O M.TO MAGNIFICO S.OR DŌ BASCO DA GAMA
CŌDM DA V.DIG.RA ALMIRĀTE VYSEREI DAS YNDIAS
FOY FEITA NO ANO DE NOSO S.RO JHU XPŌ DE 1529

Dentro do templo ha varios quadros representando naufragios. São *ex-votos*, commemorando o salvamento de naufragos, que a Fé attribue a Nossa Senhora das Salvas.

Pag. 353 — **O Samorim recebendo Pedro Alvares Cabral**

Leia-se em paginas 169 d'este 3.º volume da *Historia* a descripção d'este curioso episodio da navegação de Alvares Cabral, quando se dirigia ao descobrimento do Brazil.

Pag. 357 — **Entrada principal do palacio dos condes de Basto, em Evora**

Já a paginas 631 do 2.º volume da *Historia* tractámos d'este palacio, o que nos dispensa de voltarmos agora a falar d'elle.

Pag. 360 — **Convento de Tibães**

Sentimos não dispôr de espaço porque seria curioso dar aqui uma desenvolvida noticia d'este famoso mosteiro de monges benedictinos, fundado em Mire de Tibães, perto de Braga, por S. Martinho de Dume no anno 562. Em 1080, ou por estar velho, ou por ser acanhado, ou por ter sido destruido pelos Mouros quando senhores da Peninsula, D. Paio Guterres da Silva, governador de Braga por D. Affonso VI de Leão, mandou-o reedificar e ampliar. O conde D. Henrique coutou-o em 1110, e D. Affonso Henri-

Digitized by Google

ques, ainda principe, confirmou-lhe o encoutamento em 1135, reunindo-lhe o logar de Donim, junto ao Ave. Depois d'aquella data até 1539 soffreu ainda muitas reparações, mas as principaes foram as que entre 1534 e 1550 mandou fazer o seu abbade Fr. Antonio de Sá, que lhe acrescentou varias officinas e um dormitorio novo. Em 1640 soffreu novas obras. Com a extincção das ordens, foi o edificio do mosteiro vendido a um particular, assim como a cerca e a capella de S. Bento que estava na cerca. Entre os abbades que teve este mosteiro conta-se o famoso cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa.

Pag. 361 — Duarte Pacheco Pereira

E' delineado sobre o que existe no tecto da Sala nobre da Camara Municipal de Lisboa, este retrato do invencivel heroe da India, Duarte Pacheco, cujos feitos assombraram n'aquella epocha o mundo inteiro.

Pag. 365 — Retabulo da sacristia do mosteiro de Cellas

Mostra-se ao visitante do mosteiro de Cellas, como uma das suas curiosidades, este retabulo que lhe foi doado pelo celebre lente da Universidade de Coimbra, dr. Martinho de Azpilcueta Navarro.

Pag. 368 — Capella dos Jeronymos em Belem

A devoção de D. Manuel por S. Jeronymo, em toda a parte se manifestou; não contente em construir o magnifico templo de Santa Maria de Belem, e respectivo mosteiro para frades Jeronymos, quiz dedicar-lhe capella especial, o que fez, mandando construir aquella cuja gravura damos, no alto da cerca do mesmo convento, e que se acha hoje completamente abandonada e pouco menos do que em ruinas. Está profanada esta capella, e já chegou a ser deposito de polvora, no tempo em que se quiz crear com os alumnos da Casa Pia uma especie de batalhão escolar. O estylo da capella claramente demonstra a epocha em que foi feita e a architectura a que obedeceu, e que é nem mais nem menos do que a que presidiu a toda a construcção do magnifico templo dos Jeronymos, de que damos a estampa a paginas 377.

Pag. 369 — Primeira missa no Brazil

O assumpto e o quadro são demasiado conhecidos, para que n'este logar d'elles nos occupemos. Sabe-se que tempos de viva fé eram aquelles, e como qual, portanto, seria o primeiro movimento de christãos, e portuguezes, ao encontrarem, depois de tantissimos dias de viagem, um mundo novo, cujos destinos elles bem longe estavam de suspeitar.

Pag. 373 — Tumulo do conde da Sortelha em Goes

O primeiro conde da Sortelha foi D. Luiz da Silveira, guarda-mór de D. Manuel, do seu conselho e veador mór das obras, terras, residuos, hospitaes e capellas d'estes reinos e senhorios; o titulo foi-lhe dado por D. João III. D. Sebastião reformou esse titulo em Diogo da Silveira, filho do primeiro conde; e D. Philippe III em D. Luiz da Silveira. Sortelha é uma villa da Beira Baixa, a 12 kilometros do Sabugal; e Goes, onde existe o tumulo d'esta familia, fica tambem na Beira Baixa e não a grande distancia da Sortelha.

Pag. 377 — Mosteiro dos Jeronymos

Este mosteiro, da invocação de Santa Maria de Belem, um dos mais sumptuosos monumentos de Portugal e representativo da epocha mais gloriosa das navegações e conquistas dos portuguezes, está situado na margem do Tejo, a uma legua de Lisboa, n'um logar chamado antigamente barra do Restello, onde havia uma ermida de Nossa Senhora d'aquelle titulo fundada pelo infante D. Henrique. (Veja-se o que diremos quando tractarmos da Conceição Velha, a paginas 621 d'este mesmo volume). Foi D. Manuel, quando Vasco da Gama regressou da primeira viagem, que resolveu fundar esse monumental edificio, em acção de graças por tal acontecimento. Risco e desenho são do architecto Boytaca. A egreja é de tres naves; o tecto, todo de abobada lavrada e ornada de laçarias, é sustentado por oito columnas de marmore de côres. A capella-mór não se concluiu por morrer D. Manuel, e aquella a que se dá esse nome é obra de D. Catharina, mulher de João III. Sentimos não dispôr de espaço para darmos do colossal monumento uma descripção ao menos ligeira; o leitor, porém, curioso de conhecer o sumptuoso mosteiro, encontra em monographias especiaes tudo quanto possa dizer-se a tal respeito.

Pag. 381 — Fonte da Samaritana em Xabregas

Hoje já ella se não encontra no estado em que a nossa gravura nol-a representa; o tempo e o nenhum cuidado têem destruido a pouco e pouco esta unica reliquia do seculo XV. E' reproducção de um desenho de 1843, publicado no *Jornal das Bellas Artes*, d'onde resumimos a sua descripção historica. A Fonte da Samaritana foi mandada construir á beira da estrada pela devota rainha D. Leonor; ahi se vêem em relevo, em pedra de tosca esculptura, a imagem de Christo e a da mulher da Samaria e abertas em duas fitas gravadas com lettras gothicas as primeiras palavras do dialogo que o Salvador teve junto ao poço de Jacob, visinho de Sichar, com a Samaritana. No tanque da fonte estava a empresa das armas da rainha, que é uma rede de arrastar. Apezar de mutilado, é um dos monumentos mais perfeitos do seu estylo que entre nós existe.

Pag. 384 — Diogo do Couto

Na interessante collecção intitulada *Retratos e Elogios de Varões e Donas* se encontra o retrato do illustre chronista, d'onde fizemos tirar o que aqui publicâmos. Da sua authenticidade infere-se pelas seguintes palavras que destacamos da *Memoria* que, n'aquella collecção, acompanha o dito retrato: «Vem seu retrato nas Decadas, com esta letra em cima: — *Effigie Jacobi do Couto Regii apud Indes historiographi*; e na parte inferior o distico seguinte:

EXPRIMIT EFFIGIE QUOD SOLUM IN CAESAR VIVUM EST HISTORIAM CALAMO TRACTAT, & ARMA MANU.

Pag. 385 — João da Nova em lucta com cem paraus

Encontra-se a pag. 175 d'este volume a descripção do famoso successo que é o assumpto da presente gravura.

Pag. 389 — Entrada para a torre de S. Vicente de Belem

No artigo immediato encontrará o leitor noticia ligeira do encantador mimo de arte manuelina que se chama Torre de Belem, e de que o trecho de que damos aqui a reproducção em gravura é um lindissimo fragmento.

Pag. 393 — Torre de S. Vicente de Belem

E', como o mosteiro de Santa Maria de Belem, da qual fica situada a pouca distancia, obra de D. Manuel, concluida em 1520. E' o mais lindo monumento que do genero existe em Portugal. Construido originariamente no meio das ondas, hoje está no pontal de uma lingueta. Uma das maiores curiosidades d'esta torre é a chamada *sala regia*. E' quadrada, mas tem o tecto elliptico; duas pessoas, uma a cada canto, ouvem-se perfeitamente ainda que falem baixo, não sendo ouvidas por outras que se encontrem no meio d'ellas.

Digitized by Google

Pag. 397 — Lareira na Torre de S. Vicente de Belem

Até agora só se conhecia a Torre de Belem no seu gracioso conjuncto; isto nos levou a apresentar d'ella alguns fragmentos soltos, a fim de dar ao leitor que não a possa visitar a idéa de que, ainda nos seus mais pequenos pormenores, cada uma das partes d'esse *bijou* de arte corresponde á graciosidade do aspecto geral.

Pag. 400 — Martim de Azpilcueta Navarro

Foi um dos vultos mais notaveis do seu seculo em sciencias e lettras, e, apezar de hespanhol de origem, incluimol-o na nossa galeria, porque foi em Portugal que elle prestou os seus relevantes serviços. Falleceu com 92 annos em 1586, em Roma, aonde o levara o desejo de defender um dominicano, a quem a Inquisição de Hespanha processára como suspeito na Fé. Sobre o seu tumulo, vê-se o seu retrato em busto, e d'elle foi copiado o que vem nos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, d'onde tirámos o que apparece na nossa *Historia*.

Pag. 401 — Sortida dos Portuguezes em Calicut

Veja-se a paginas 182 d'este volume a descripção pormenorizada de mais este feito de armas dos Portuguezes na India.

Pag. 405 — Porta de S. Francisco em Alemquer

No edificio a que pertence a porta de que damos a gravura está actualmente estabelecido o hospital da Misericordia da Villa de Alemquer. A fundação do convento é do seculo XIII, como se comprova pela seguinte inscripção gravada em uma pedra por baixo do côro da egreja:

A INFANTA D. SANCHA, FILHA D'EL-REI D. SANCHO,
NETA D'EL-REI D. AFFONSO HENRIQUES,
PRIMEIRO REI DE PORTUGAL, FUNDOU ESTE MOSTEIRO
NO ANNO DE 1222.
ESTA SENHORA RECOLHEU AQUI OS SANTOS CINCO MARTYRES DE MARROCOS, PELO QUE MERECEU VEL-OS
NA HORA DO SEU MARTYRIO GLORIOSO

A fundação da egreja tambem consta de duas inscripções gravadas em pedra, que estão collocadas sobre a porta da entrada principal d'ella, uma de cada lado:

ESTA EGREJA FUNDOU A MUI NOBRE RAIGHA DONA BRITES
E ACABOU-A O MUI VIRTUOSO SEU FILHO
REI DE PORTUGAL, COMPENDIO DE VIRTUDES, DOM DINIZ

A da esquerda diz:

HOC PERFECISTI NIMIS INCLITÆ RES DYONYSY;
QUO VIRTUS, TIBI GAUDIA DET PARADISI. AMEN.

Pag. 408 — Cartuxa d'Evora, da ordem de S. Bruno

Lê-se no *Roteiro da cidade de Evora e breve noticia dos seus principaes monumentos*: «No dia 8 de setembro de 1587 chegaram a esta cidade quatro religiosos da ordem de S. Bruno, vindos de Hespanha por diligencias do arcebispo D. Theotonio de Bragança, sobrinho e successor do cardeal-rei, com o fim de estabelecerem a regra do mesmo santo, que ainda não existia no reino a esse tempo, no que muito se empenhava aquelle virtuoso prelado, que vivêra pobremente para dispender as suas rendas com estas e outras obras de piedade. Foram os religiosos habitar nos paços reaes de S. Francisco, emquanto se cuidava da edificação d'essa grandiosa fabrica, arruinada pelo tempo e pelos homens que se nos depara a nornoreste, e em distancia de um kilometro da cidade, para a qual se passaram no anno de 1598, consagrando-a á Virgem sob o titulo de *Scala cœli*. O frontispicio, de primorosos marmores, com seus nichos, baldaquinos e imagens, é uma obra que o viajante curioso de antiguidades não deve deixar sem exame. A egreja, grande e formosa, não serve já ao culto, celebrando-se apenas missa aos domingos e dias santos, n'uma capella contigua; e o convento, que era espaçoso, jaz na maior parte abandonado e exposto á intemperie das estações. A cerca, com suas dependencias, por lei de 7 de julho de 1862, tinha sido destinada a uma eschola practica de agricultura, mas acaba de ser vendido tudo por vinte e tantos contos de réis.»

Pag. 409 — Entrada da Capella de Monte-Mór

Já nos referimos a esta capella, quando tivemos de acompanhar de noticia explicativa uma outra gravura apresentando o aspecto geral d'esta capella, a paginas 632 do 2.º volume da *Historia*.

Pag. 413 — Pedro Nunes

O retrato d'este celebre mathematico portuguez, o famigerado auctor do *nonio*, é feito sobre a sua estatua em pedra que faz parte do grupo de oito que rodeia o monumento a Camões em Lisboa. Sobre a sua authenticidade, leia-se o que acima dissemos, ao tractarmos de Fernão Lopes de Castanheda.

Pag. 417 — Scena de atrocidade praticada por Vasco da Gama

Têem ás vezes d'estas fraquezas os grandes heroes, principalmente quando é na lucta e na guerra que se lhes tem desenvolvido a força e a energia. Veja-se a descripção do acto que a nossa gravura representa, a paginas 185 d'este 3.º volume da *Historia*.

Pag. 421 — Castello de Sines

O que a nossa gravura representa é um grande e antigo castello com dois baluartes para o lado do mar, sendo considerada uma das fortalezas destinadas a defender a praça de Sines, e não de Silves, como, por lapso typographico, se lê na epigraphe que acompanha a nossa gravura.

Pag. 425 — Fachada da egreja da Conceição Velha

Querendo D. Manuel, em memoria do descobrimento da India, construir no sitio onde existia a ermida de Nossa Senhora de Belem no Restello, pertencente á ordem dos Freires, uma casa religiosa de grandes dimensões (que foi o sumptuoso mosteiro dos Jeronymos), deu por troca á ordem de Christo a casa que tinha sido Synagoga dos Judeus no sitio chamado Villa Nova, junto dos muros da cidade. O templo foi purificado e consagrado a Nossa Senhora da Conceição e feito de novo. D. Manuel dotou-a com rendimentos para a sua sustentação e deu-lhe regimento em 1507, eximindo a egreja e pessoas d'ella do poder do ordinario e sujeitando-as a el-rei como administrador da Ordem de Christo. Em 1568 era alli creada por D. Sebastião a parochia de Nossa Senhora da Conceição, que se conservou n'ella 114 annos, sendo mudada em 1682 para a ermida de Nossa Senhora da Victoria, e em 1699 para a Conceição Nova, que fôra começada no anno anterior. Proximo do sitio onde fôra construida a egreja dos Freires, foi mandado levantar tambem por D. Manuel o templo da Misericordia, que ficou sendo o maior e o mais sumptuoso que então havia em Lisboa, depois do de Santa Maria de Belem. «A porta principal olhava para o occidente, diz um chronista; a porta travessa deitava para o sul. Portas e janellas ostentavam todas as galas de architectura gothica. Vinte columnas de marmore de elevadissima altura e curiosamente lavradas, seis dividindo a egreja em tres amplas naves e quatro meio embebidas nas paredes, sustentavam a abobada, toda de laçaria de paredra, com artesões e florões, onde se alternavam os emblemas da

Digitized by Google

fé christã com as divisas do rei fundador. A capella-mór era um monte de ouro em obra de talha, relevada de excellente esculptura. No cruzeiro viam-se duas ricas e elegantes capellas occupando os topos, e dois bem armados altares nas paredes lateraes. No corpo da egreja não havia primitivamente capella ou altar; mas no terceiro quartel do seculo XVI uma dama abastada, chamada D. Simôa, edificou n'elle uma capella do lado do Evangelho, que dedicou ao Espirito Santo, dotando-a liberalmente... Dois recolhimentos de orphãos, um hospital, espaçosas salas para a secretaria, cartorio e mais officinas, tornaram-se juntamente com a egreja um edificio vasto e grandioso. Um dia bastou para lançar por terra esta soberba fabrica que tantos annos levou a erigir-se. Derrocou-a o terramoto do 1.º de novembro de 1755 e o incendio que a seguir reduziu a cinzas quasi tudo quanto o cataclismo poupára.» A egreja da Conceição dos Freires não escapou á catastrophe e padeceu tão grave ruina que teve de ser demolida inteiramente bem como os predios que formavam as ruas e travessas proximas. O Marquez de Pombal ordenou então que dos restos da egreja da Misericordia, de que ficára unicamente de pé a capella do Espirito Sancto e a porta travessa que lhe ficava em frente, com as suas duas esguias e elegantissimas janellas, se formasse uma egreja para ser dada aos Freires da ordem de Christo em vez da sua que estava irremediavelmente perdida. A egreja que então se construiu com os restos da primitiva Misericordia é essa que ahi vemos na rua da Alfandega, e que o publico denomina da Conceição Velha, cuja reproducção damos em gravura, representando-a entre os annos de 1818 e 1880, pois que durante esse periodo esteve o portico privado do magnifico tympano que tinha primitivamente, que n'aquella data (1818) foi tirado pelos Freires, e substituido por uma grade, para dar mais claridade ao côro, e que em 1880 foi reposto no seu logar; no novo volume da *Historia* daremos um novo aspecto da fachada d'esta egreja, com o respectivo tympano, que ora lá se vê, e que representa em alto relevo, a imagem de Nossa Senhora da Misericordia, de manto aberto, sustido por dois anjos e a seus pés, de um lado, el-rei D. Manuel, a rainha D. Leonor, sua irmã, viuva de D. João II e principes d'aquelle tempo, todos de joelhos; e do outro o papa Leão X, fr. Miguel de Contreiras, o instituidor da Misericordia, cardeaes e bispos que concederam a estes reinos a fundação de hospitaes, misericordias e albergarias.

Pag. 429 — Ruy de Menezes

O personagem cujo retrato aqui damos, viveu no seculo XVI e foi mordomo-mór da terceira mulher de D. Manuel. É feito este retrato pela sua estatua jacente do seu tumulo, existente hoje no Museu Archeologico do Carmo, para onde foi transportado de Santarem, onde estava n'um dos conventos d'aquella cidade. A paginas 480 damos tambem a reproducção de todo o tumulo e seu arco, que são realmente muito artisticos, e que é pena acharem-se tão damnificados.

Pag. 432 — Fonte de André de Rezende

E' uma das mais pittorescas antigualhas de Evora; ignoramos, porém, o motivo porque se lhe ligou o nome de André de Rezende, esse celebre antiquario portuguez, um dos mais distinctos humanistas do seculo XVI, e de cujo nascimento Evora se deve orgulhar como de um dos seus mais illustres filhos.

Pag. 433 — Bombardeamento de Calicut

A descripção d'este heroico feito de armas dos Portuguezes na India, encontra-se a paginas 188 d'este 3.º volume da nossa *Historia*.

Pag. 437 — Janella da casa de Garcia de Rezende, em Evora

Quando se tirou a photographia que serviu para a photogravura que damos da casa em que residiu Garcia de Rezende, já haviam sido feitas n'esta grandes modificações, de modo que desapparecera a antiga porta cuja cimeira ainda apparece na gravura que damos a paginas 541 do 1.º volume da nossa *Historia*, e que fôra d'uma gravura antiga por nós encontrada entre muitos papeis velhos. Dâmos de novo esta janella, para podermos apresentar o aspecto geral de uma casa, que é na verdade muito curiosa sob todos os pontos de vista.

Pag. 440 — Friso na fachada sul do convento dos Jeronymos

Apenas como specimen da belleza architectonica ainda nos mais pequenos pormenores d'este grandioso edificio, é que dâmos esta gravura. Quanto ao aspecto geral leia-se o que já ficou dito a paginas 620

Pag. 441 — Tristão da Cunha

O retrato d'este illustre guerreiro, que tão brilhante figura fez na nossa historia maritima encontra-se no livro *Collecção de Memorias relativas ás façanhas dos Portuguezes na India*.

Pag. 445 — Parochia de D. Manuel

Representa esta gravura, copia d'uma excellente photographia de Carlos Relvas, as ruinas da egreja que sob a invocação da Exaltação de Santa Cruz, D. Manuel mandou edificar na Batalha, que elle honrou tambem desannexando-a da jurisdicção de Leiria e dando lhe a categoria de villa.—Foi construido o novo templo no terreno chamado da *Mouraria*, a pequena distancia da grandiosa cathedral de N.ª S.ª da Victoria, e em reconhecimento ao seu fundador, ficou desde então até hoje chamado pelo povo *Parochia de D. Manuel*. — Tendo começado as obras ahi por 1514, concluiu-se a edificação no reinado de D. João III, em 1532, data que ainda hoje se lê na porta principal, por debaixo das armas reaes.— Em 1834 já o templo estava em tal estado de deterioração que o serviço parochial teve de ser transferido para a egreja de N.ª S.ª da Victoria; e o terremoto de 1858 acabou de destruir o templo, abatendo o madeiramento do corpo da egreja, deixando de pé só as paredes, a torre e a capella-mór com as sacristias contiguas. N'esse estado se acha ainda hoje a antiga *Parochia de D. Manuel*, que serve actualmente de cemiterio, e em cujas ruinas venerandas se ostenta ainda intacta a bella porta principal, specimen muito interessante do chamado estylo manuelino.

Pag. 448 — Sarcophago de D. Gonçalo de Sousa

Existe no Museu Archeologico do Carmo, d'onde o mandamos copiar, este sarcophago de D. Gonçalo de Sousa, commendador-mór da ordem de Christo e esmoler-mór de D. Affonso V. Veiu para o Museu do Carmo do extincto convento de S. Domingos de Santarem. Tem á volta a seguinte legenda que é muito curiosa, e que parece estar já incompleta: «... o do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1469 edificou e mandou fazer esta capella e casas com todo o seu circuito o honrado cavalleiro D. Fr. Gonçalo de Sousa Commendador-mór da Cavallaria da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo; do conselho d'el-rei D. Affonso V; criado e feitura de menino do muito nobre e excellente e comprido de muitas virtudes o infante D. Henrique, que foi governador e minist... que de Vizeu e Senhor de Covilhãn, o que achou... tificou todas as ilhas da Madeira e dos Açores, com toda a costa de Guiné até ás Indias: filho do mui nobre rei D. João I e da Rainha D. Filippa o qual commendador-mór foi vedor da casa e fazenda do dito infante, e seu chan-

Digitized by Google

celler e alferes-mór; as quaes virtudes que em este infante havia, este commendador-mór as mandou aqui escrever e são estas:... deu nenhuma cousa ao demo, e quando lhe fazia desprazer tudo dava a Deus; nem dizia mal de nenhum, nem cobiçava a nenhum mal; nem bebia vinho; nunca jurou por Deus, nem por santos... Das quaresmas e festas de Jesus Christo e de Santa Maria, e Apostolos e outros santos jejuava, e pela maior parte a pão em agua; era muito catholico, e cumpria em tudo o officio de igreja; foi muito obediente e seu pae e mãe e a seu rei e a todo...

Pag. 449 — Recepção de Vasco da Gama por D. Manuel

Veja-se a paginas 150 d'este volume a descripção da scena representada pela nossa gravura.

Pag. 453 — Porta principal do convento de Jesus em Setubal

E' a egreja cuja fachada a nossa gravura representa o mais notavel edificio de Setubal. Foi fundado em 1489 por Justa Rodrigues Pereira, ama de D. Manuel, sendo o risco do celebrado Boytaca. É de tres naves sustentadas por columnas salomonicas, sendo a abobada toda de pedra. O tecto da capella-mór é de trabalho admiravel, sendo a tribuna de rica talha dourada. A parte superior das paredes lateraes interiores do templo, até á cimalha, está revestida de 16 quadros magnificos, quasi todos offerecidos pelo imperador Maximiliano. O portico é de um primoroso trabalho; o que é pena é que já esteja muito damnificado como está.

Pag. 450 — Armas de Damião de Goes

As armas de Damião de Goes são as que elle havia emendado, nas de sua geração, lê-se na Memoria que acompanha o seu retrato nos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, com licença do imperador Carlos V, e lhe concedeu por carta sua el-rei D. Sebastião, para as poder usar *como chefe d'ellas em todos os lugares costumados, e em sua propria sepultura e seus descendentes por linha direita, e outra alguma pessoa não.* Está no R. Archivo Liv. 6 de Privileg. d'El-Rei D. Sebastião e D. Henrique fol. 252; e com ella o Alvará passado ao Rei d'Armas Portugal Gaspar Velho, com data de Lisboa, em 11 de abril do mesmo anno, para lh'as mandar registar nos Livros da Nobreza, em razão dos serviços feitos por elle a el-rei D. Manuel, e D. João III. São por diminuição em campo azul cinco quadernas de luas de prata em aspa, elmo de prata aberto guarnecido de ouro, paquife de prata e azul, timbre meio leão de prata ornado de ouro, e coronel do mesmo entre duas azas de azul, sobre as quaes estão as mesmas quadernas das armas semeadas; e diz-se por diminuição, porque os Goes têem por armas em campo azul seis quadernas em crescentes de prata em duas palas, por timbre dragão azul armado de prata.

Pag. 457 — Janella ornamental dos Jeronymos

O que ficou dito a paginas 620 ácerca de todo o edificio dispensa-nos de voltarmos agora ao assumpto; basta-nos dizer que, se houvessemos de esmiuçar todas as bellezas architectonicas do sumptuoso templo de Santa Maria de Belem, não nos bastaria um volume inteiro da nossa *Historia*.

Pag. 461 — D. Maria, infanta de Portugal

Nasceu em 1521, nos paços da Ribeira esta formosa princeza, filha de D Manuel e de sua terceira mulher D. Leonor de Austria. E' este retrato tirado do que vem na collecção *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, e acompanham n'o estas palavras explicativas: «O retrato que d'esta senhora offerecemos, é copiado de um quadro do seu mesmo tempo, que a representa ao natural com muito primor: conserva-se no Real mosteiro da Encarnação d'esta cidade com grande veneração; e devemos á excellentissima commendadeira a generosa franqueza, com que prestou seu consentimento para utilidade do publico. Outro ha tambem muito similhante na egreja do convento da Luz, dentro da capella do Sacramento».

Pag. 464 — Pelourinho do Couto de Alcobaça

Constitue este pelourinho uma das mais curiosas antiguidades do antigo Couto, que é povoação muito antiga, sendo mandada povoar por D. Sancho I em 1201. D. Manuel deu-lhe foral em 1514, e tem misericordia fundada no seculo XVI.

Pag. 465 — Naufragio de Vicente Sodré

Foi como que um castigo infligido á desenfreada ambição de Vicente Sodré este naufragio em que o aliás valente soldado portuguez perdeu a vida e fazendas adquiridas de um modo bem pouco honroso. Veja-se a paginas 191 a noticia d'este naufragio, que deu margem a que sobre elle Manuel Pinheiro Chagas bordasse um interessantissimo romance historico, a que deu o mesmo titulo que serve de epigraphe á nossa gravura.

Pag. 469 — Porta da egreja de S. Pedro em Torres Vedras

Não conseguimos saber a data da fundação d'esta egreja, mas é muito antiga, talvez do principio da monarchia, porque a rainha D. Brites, viuva de D. Affonso III havia apenas 30 dias (D. Affonso morreu em 16 de fevereiro de 1279), fez uma doação, em latim, datada de Palmella em 27 de março de 1317 (era de Cesar, e 16 de março de 1279, era de Christo), ao mosteiro de Alcobaça, do padroado da egreja de Torres Vedras de que era donataria. Apezar da sua antiguidade, é um bom templo e está bem conservado, graças ás suas successivas reparações.

Pag. 472 — Pulpito de Santa Maria de Belem

E' uma das maravilhas architectonicas do grandioso templo este pulpito, que em nada fica a dever em gosto e em antiguidade ao monumental pulpito de Santa Cruz de Coimbra de que já no volume 2.º (paginas 32) demos a gravura. Para a historia do templo dos Jeronymos, em geral leia-se o que fica dito acima, a paginas 620.

Pag. 473 — Interior da Capella dos Jeronymos

Tem todo o aspecto caracteristico das obras do seculo XVI este interior, que em nada desmerece da architectura manuelina do grande edificio, a que andava annexa a capella dos Jeronymos, de que já fica dada noticia a paginas 620 d'este volume.

Pag. 477 — D. Izabel, imperatriz da Allemanha, filha de D. Manuel

E' a terceira filha d'este monarcha e nasceu em 1503; foi sua mãe a segunda mulher de D. Manuel, D. Maria. Foi esposa do imperador Carlos V, com quem casou em março de 1526, vindo a fallecer em Toledo 15 annos depois, em 1539. O retrato que aqui damos é feito sobre o que vem nos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, e acerca de sua authenticidade veja-se o que na *Memoria* que o acompanha n'essa publicação se lê: «Seu retrato, copiado de uma estatua de bronze ao natural, feita por Leão Avelino pae de Pompeu, insignes esculptores, que estava no Palacio novo de Madrid, vem nas *Memorias das Rainhas* por Flores, tomo 2.º O mesmo aponta outro de corpo inteiro em um manuscripto original, que possuia, de estatuas por Diogo Villalla. Acha-se tambem na estampa de uma medalha inserta no tomo 4.º da *Historia Genealogica*, fol. CC segun-

Digitized by Google

do João Palacio no seu livro *Aquila Augusta*, impresso em Veneza, anno de 1679. Tem esta medalha na face em que está insculpida a imagem da imperatriz a lettra: *Diva Isabella Augusta. Caroli V. Uxor;* no reverso a empresa que seu marido lhe deu, que eram as tres graças conhecidas dos poetas em triplicado amplexo, das quaes uma produzia rosas, outra um ramo de murta, e a terceira um ramo de carvalho com suas glandes, as quaes eram o hieroglyfico da sua peregrina belleza, do amor que lhe tinha, e da sua fecundidade, com estas palavras por orla: Has. Habet. et. Superat. Veja-se Luckio, *Sylloge Numismatum elegantiorum*, pagina 95. Poderia notar se ainda outros, que vem apontados nas Act. da Academia de Leipsic anno de 1761 no 1.º de Agosto, pagina 367.»

Pag. 480—**Tumulo de Ruy de Menezes**

Já nos referimos a este tumulo quando linhas acima tractámos do retrato d'aquelle personagem historico.

Pag. 481—**No dia 25 de Março de 1505 parte para a India D. Francisco de Almeida**

Esta partida de D. Francisco de Almeida, o primeiro vice-rei da India, é uma das mais maravilhosas e deslumbrantes scenas que se desdobraram em Lisboa no seculo XVI. A sua descripção, que nos parece um conto de fadas, encontra-se a paginas 212 d'este volume da nossa *Historia*. A scena representada por esta gravura é um dos episodios d'essa partida representando o embarque do inclito capitão. Outra, representando esse brilhante cortejo encontra-se a pag. 561.

Pag. 485 — **Sala dos Cysnes no palacio de Cintra**

Tem tambem o nome de sala dos Infantes; mas o nome pelo qual é mais conhecido é sala dos Cysnes, em virtude de nos 27 paineis de que se compõe o tecto d'esta magnifica sala estarem pintados uns cysnes em cada um, em memoria dos dois que os embaixadores de Philippe o Bom trouxeram á sua noiva, a infanta D. Isabel, filha de D. João I, que n'esta sala recebera os embaixadores. E' de grande pé direito; as paredes até quasi á altura das portas e janellas, são forradas de azulejos brancos e verdes; o tecto é, como dissémos, dividido em 27 paineis octogonos, com molduras douradas, e em cada um d'elles está pintado um cysne, com seu gorjal e campainhas ao pescoço, em memoria das gorjas de velludo carmezim com campainhas, que a infanta, logo que recebeu os cysnes enviados pelo seu noivo, lhes poz ao pescoço. E' uma das mais antigas curiosidades do vetusto paço de real de Cintra esta sala.

Pag. 488 — **Epitaphio da sepultura de Damião de Goes**

Lê-se este epitaphio na sepultura que do egregio chronista existe na egreja de Santa Maria da Varzea em Alemquer. A data de 1560 que alli se lê não é verdadeira; suppõe-se que, tendo-se arruinado a capella, quando se tractou de a reparar alguem se lembrasse de accrescentar aquella data, pois que ha documentos comprovativos de Damião de Goes ainda viver em 1572.

Pag. 489 — **Christovam da Costa**

Foi botanico e medico insigne, natural de Ceuta ou de Tanger, pelo que lhe chamavam o *Africano*, que vivia no seculo XVI, e que passou á India acompanhando o vice-rei D. Luiz de Athayde. Depois de alli haver desempenhado por alguns annos a profissão de medicina, juntamente com o exercicio das armas, emprehendeu largas e trabalhosas peregrinações em climas longinquos, para melhor estudar a natureza. Recolhendo a Portugal, d'aqui passou a Castella, onde compoz e imprimiu varias obras, entre as quaes o *Tratado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales*, Burgos, 1578, extrahido em grande parte do celebrado livro de Garcia da Horta, *Colloquios de simples e drogas*. O retrato d'este insigne portuguez encontra se na Bibliotheca Nacional de Lisboa, de onde fizémos copiar o que vem inserto na nossa *Historia*.

Pag. 493 — **Torre da egreja das Caldas da Rainha**

E' esta torre o monumento mais artistico das Caldas, pela sua delicadeza, variedade de architectura e belleza. Está annexa ao Hospital das Caldas da Rainha, edificio fundado, como se sabe, em 1490 por D. Leonor, mulher de D. João II, e que D. João V reconstruiu e ampliou, o que dá logar a que tanto na egreja como no hospital se admirem tão variados estylos.

Pag. 497—**D. Manuel acompanhando em procissão para a egreja Duarte Pacheco**

Em paginas 205 e seguintes d'este terceiro volume da *Historia*, se encontra minuciosamente descripto este interessante episodio, que tanto se prende com a historia das conquistas e descobrimentos dos Portuguezes na India.

Pag. 501.—**Capella do claustro de S. Francisco de Guimarães**

Como já a paginas 611 nos referimos a este celebrado convento de Franciscanos, para ahi remettemos o leitor que queira ter rapida noticia d'esse velho monumento christão.

Pag. 504—**Cruz processional grande da collegiada de Guimarães**

E' obra do seculo XVI, toda de prata branca e doada á egreja da Collegiada pelo conego Gonçalo Annes. Fórma a base da cruz um como throno sextavado, composto de quatro corpos, tres a modo de degraus, e o quarto, em que assenta a cruz, representando o Calvario. Cada uma das dezoito faces d'aquelles tres corpos tem esculpido um quadro de baixo relevo. Os seis do corpo inferior representam: Judas entregando a Christo; Jesus Christo em casa de Pilatos; o Senhor com a cana verde na mão; Christo amarrado á columna; os Judeus açoutando o Senhor; Jesus indo para o Calvario—Os seis paineis do segundo corpo são mais pequenos, porque os degraus vão diminuindo de altura. Representam: Dois passos da vida de Nossa Senhora, dois da vida de Christo, a degolação de S. João Baptista, e o propheta Daniel.—Nos seis baixos relevos do terceiro corpo vêem-se: S. João Evangelista escrevendo o Apocalypse na ilha de Patmos; S. Matheus escrevendo o Evangelho; Nossa Senhora com Jesus Christo morto nos braços; A resurreição; S. Marcos; S. Lucas. Todos esses quadros são divididos uns dos outros por muito bem lavrados pilares adornados de nichos com as estatuas de Salomão, de Moysés, dos seis prophetas, dos quatro Evangelistas, e dos quatro doutores da Egreja. Os pilares, rematando em esbeltas agulhas, ornados de relevos muito delicados, os brincados baldaquinos que cobrem as estatuas e os quadros, e os variadissimos relevos, que resaltam por toda esta fabrica, tudo no estylo gothico florido, dão-lhe um aspecto grandioso e encantador. O pequeno calvario sobre o qual se ergue a cruz é todo lavrado em arvores, penedos, caveiras e covas. A cruz é toda guarnecida com muita diversidade de lavores, entre os quaes avultam onze medalhas de cada lado, umas quadradas outras circulares com differentes bustos. Pesa esta cruz 71 marcos e meio. Serve para ser levada nas procissões em certos dias festivos, alçada em uma haste de pau.

Digitized by Google

Pag. 505. -- **Antonio Galvão**

Este insigne portuguez, chamado por antonomasia o *Apostolo das Molucas*, onde foi capitão e governador, nasceu na India em principios do seculo XVI e falleceu pobrissimo no hospital, em Lisboa, em 1557. Escreveu um *Tractado... dos diversos e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veyo da India ás nossas partes e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos em o anno de 1550*. Lisboa, 1563, obra que sahiu reimpressa em 1791 com o titulo de *Tractado dos descobrimentos antigos e modernos, feitos até á era de 1550*, etc. O retrato d'este celebrado portuguez existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa, d'onde o fizemos copiar para a nossa *Historia*.

Pag. 509 — **Outro aspecto da Torre da Misericordia das Caldas da Rainha**

Remettemos o leitor para o que a paginas 624 ficou dito ácerca d'este encantador monumento, uma das mais interessantes curiosidades artisticas das Caldas da Rainha.

Pag. 512 — **Capella-mór da egreja de Santa Maria do Castello, em Pinhel**

Revela este templo, que é matriz de Pinhel, grande antiguidade, julgando-se anterior á fundação da monarchia. Tem 30 metros de comprido e 10 de largura; a capella-mór é toda revestida de talha dourada, o tecto é apainelado e tem 14 pinturas a oleo representando os principaes factos da vida da Virgem Maria. Além das custosas decorações da capella-mór, que a nossa gravura deixa entrever, o que ha de mais notavel n'este templo é o tumulo do abbade Antonio Velloso do Amaral, fallecido em 1622. Ha no archivo parochial d'esta egreja um livro de obitos curioso, que tem a data de 1598, e que é marcado e rubricado pelo dito abbade Antonio Velloso do Amaral.

Pag. 513 — **D. Duarte de Menezes**

Foi um dos mais illustres filhos de Santarem. Nascido em 1414, foi armado cavalleiro em 1430, tal foi a bravura que n'aquella edade, 15 annos apenas, mostrou n'um ataque contra os Mouros, a quem, posteriormente, derrotou muitas vezes, principalmente em quanto esteve governando Ceuta, na ausencia de seu pae, D. Pedro de Menezes. Taes feitos practicou em Africa que, quando veiu a Lisboa, foi aqui accolhido com grandes festas, recebendo do monarcha as maiores honras e distincções, o que tudo já contámos, quando, a paginas 628, tivemos de alludir ao tumulo cuja gravura publicámos a pag. 401 do 2.º volume. O retrato, que copiamos do que vem nos *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, é feito sobre a sua estatua jacente, que, como se vê d'esta gravura, existe no seu tumulo de Santarem.

Pag. 517 — **Convento da Graça, em Evora mandado construir por D. João III**

Este edificio da munificencia de D. João III foi construido entre os annos de 1525 a 1530, no logar já d'antes habitado por alguns religiosos da ordem de Santo Agostinho, á qual foi destinado. Apresenta de notavel o frontispicio, todo de granito, tendo de cada lado duas figuras da mesma cantaria, com fórmas athleticas, ás quaes chamam por antiphrase *Meninos da Graça*. N'esta egreja foram sepultados os primeiros condes de Vimioso (marido e mulher), cujo tumulo magnifico foi trasladado para o Museu Cenaculo, e na capella-mór do lado do Evangelho, ainda existe o tumulo do bispo d'Evora, D. Affonso de Portugal, de custosa e elegante architectura da Renascença. O convento serve actualmente de hospital militar e de quartel de infanteria; na egreja, onde já se não celebra o culto, achava-se ha pouco estabelecida uma eschola.

Pag. 520 — **Tumulo do Marquez de Abrantes**

Existe na egreja de Santa Maria do Castello, em Abrantes, egreja muito antiga, e da qual se não sabe quando nem por quem foi fundada. E' pequena, mas encerra muitos objectos de arte de grande primôr, principalmente os mausoleus dos Marquezes de Abrantes, d'um dos quaes, o de D. Alvaro de Almeida, nós aqui damos a gravura.

Pag. 521 — **Interior da egreja de S. Francisco de Guimarães**

Para a historia da fundação d'este velho monumento da piedade christã, reportamos o leitor para o que ficou dito a paginas 611, quando nos referimos ao convento no seu aspecto geral.

Pag. 525 — **Portal manuelino, em Setubal**

O acaso deparou ao nosso director artistico o pittoresco portal que ahi se vê, n'uma das suas digressões a Setubal, o que nos proporcionou o prazer de o podermos aqui reproduzir, conservando por este modo a memoria d'um lindo portal manuelino, que talvez em pouco se perca de todo, tal é o estado de abandono em que tão primorosa obra se encontra, e bastante damnificado já.

Pag. 528 -- **Calice de prata dourada de Guimarães**

Como tivemos occasião de dizer, é Guimarães uma das cidades de Portugal em que maior numero de riquezas sacras se accumulam, o que é devido ao cuidado que, em todos os tempos, alli houve de esconder, a tempo, á rapacidade dos invasores, essas joias de maior merecimento pelo seu valor artistico, do que propriamente pelo seu valor intrinseco. Uma das lindas cousas que lá se conservam, e da qual não encontrámos a descripção, é o calix que a nossa gravura representa e que pertence á irmandade de Santa Marinha da Costa, d'aquella cidade.

Pag. 529 -- **Assalto de Mombaça**

Veja-se a paginas 134 a descripção de mais esta façanha practicada pelos nossos valentes soldados, no Oriente.

Pag. 533 — **Capella da egreja do Collegio**

É ao cardeal-rei D. Henrique que se deve a fundação d'esta grandiosa egreja, annexa á qual estão as casas que serviram de universidade e o collegio da Purificação destinado pelo fundador para seminario, e onde realmente funcciona o seminario archidiocesano de Evora. A egreja do Collegio, de que a nossa gravura representa a capella-mór, é muito clara, formosa e de uma só nave. N'um dos topos do cruzeiro está o mausoleu antiquissimo do cardeal-rei. Em sepultura rasa, á entrada da sacristia, jaz o grande arcebispo D. Fr. Manuel do Cenaculo.

Pag. 536 -- **Aspecto externo da parte superior do côro do convento de Thomar**

Representa parte da fachada do lado norte do magnificente templo de Thomar a gravura que aqui damos. Os gigantes ou botaréos que a gravura tão claramente nos deixa vêr são decorados com estatuas sobre peanhas postas em meio de graciosas molduragens de fructos e folhas em alto relevo. Duas d'estas estatuas representam D. Diniz, o fundador da ordem de Christo, e D. Manuel, fundador do edificio. O oculo e as janellas que dão luz á egreja ostentam egual riqueza de esculpturas. As janellas são muito grandes e formadas de diversos arcos ogivaes, que vão diminuindo no grosso da parede. Coroa-se emfim este edificio com uma larga e delicada varanda, composta na parte inferior de espheras armillares, divisa do fundador, e na parte superior de cruzes da ordem de Christo.

Digitized by Google

Pag. 537—D. Brites, filha de D. Manuel

Nasceu em Lisboa em 1504, foi filha de D. Maria, segunda mulher de D. Manuel, e casou em 1522 com o duque de Saboia, Carlos III, o Bom. Falleceu em janeiro de 1528, com pouco mais de 33 annos. O nosso retrato é tirado dos *Retratos e Elogios de Varões*, que, por sua vez, o copiára d'uma medalha, como se vê por estas palavras: «Dentre algumas medalhas de prata, que mandou cunhar em sua memoria o Duque Carlos seu marido, traz Manuel Guichenou a estampa de uma na sua *Historia Genealogica da Casa de Saboia*, que copiou no tomo IV das Medalhas D. Antonio Caetano de Sousa, fl. CC. Tem esta lettra: *Beatrix Ducissima Sabaudiæ, Lusitaniæ Regis Filia*, com estas duas cifras no meio de um e de outro lado: I H S MA. que symbolisam os dois nomes *Jesus* e *Maria:* e no reverso, em redor de uma esphera: *Saluti Patrie & ad perpetuam memoriam. An. sal. 1554.* D'esta mesma medalha foi tirado o retrato que aqui se offerece.»

Pag. 541.—Cofres de prata lavrada da Collegiada de Guimarães

É um dos mais ricos do paiz o thesouro da Collegiada de Guimarães, e o leitor já no decorrer da *Historia* tem tido occasião de o apreciar, pelo avultado numero de objectos de arte que d'aquelle thesouro aqui temos reproduzido. São tambem dignos de admiração estes dois cofres, cuja antiguidade é bem manifesta.

Pag. 544.—As armas portuguezas no triumpho do imperador Maximiliano

Vem no bello livro de Albrecht Haupt, *A renascença em Portugal*, Frankfort, 1890, estas armas, que figuraram no celebrado cortejo. No livro de Haupt, apparecem não só as armas, mas ainda um personagem contemporaneo d'aquelle imperador, montado n'um cavallo magnificamente ajaezado, e empunhando o magnificente estandarte.

Pag. 545 — Um auto de fé

Não cabe aqui descrever os horrores que uma d'estas execuções representava. Na desenvolvida historia que Pinheiro Chagas fez da introducção do tribunal do Santo Officio em Portugal, encontrará o leitor elementos sufficientes para comprehender as atrocidades de que a nossa gravura é um pallido reflexo.

Pag. 549 — Camara municipal de Vianna do Castello

A casa dos Paços do Concelho, que fórma o lado oriental da praça da Rainha, antigo campo do Forno, na encantadora cidade situada á foz do Lima, foi principiada nos primeiros annos do seculo XVI. O edificio, em parte occupado pela cadeia civil, tem soffrido varias modificações nas reformas de 1630, 1700, 1790, 1896 e na ultima, de 1896, houve o cuidado de iniciar a sua restauração.

Pag. 552 — A custodia dos Jeronymos, feita do primeiro ouro vindo do Brazil

Merece noticia especial este bellissimo especimen da ourivesaria portugueza no seculo XVI; essa noticia iremos buscal-a ao *Catalogo da sala de sua magestade El-rei*, na exposição de arte sacra realizada em Lisboa em 1895, por occasião do centenario de Santo Antonio, catalogo cuja confecção se attribue ao primoroso escriptor sr. Ramalho Ortigão: «E' de ouro lavrado e esmaltado, e tem sido repetidas vezes descripta. No friso inferior lê-se em lettras de esmalte branco a conhecida inscripção: O MUITO. ALTO. PRINCIPE. E. PODEROSO. SENHOR. REI. DÔ. MANUEL. I MDOV. FAZER. DO. OURO. I. DAS. PARIAS. DE. QUILVA. AQUABOV. CCCCCVI. A base, de plano oval, é repartida em encasamentos de flores e aves, esmaltadas e esculpidas em alto relevo. O nó é constituido por seis espheras armillares. As figuras em volta, polychromicas, dos apostolos em adoração circumdam o pé do hostiario. A cupula, de cujo fecho se suspende o symbolo do Espirito Santo sobre a imagem de S. Pedro abençoando, são do mais fino stylo gothico perpendicular, prodigiosamente florido. O sr. Carlos Iriarte, referindo-se a esta joia em um artigo consagrado á exposição retrospectiva de 1882 na *Gazette des Beaux-arts* exprime-se nos termos seguintes, que trasladamos, porque elles teem um duplo relevo formulados por uma penna estrangeira: «E' uma obra excepcional, em muitos pontos de vista; tem todos os generos de merecimento e de interesse. Considerada pelo lado technico é de execução extraordinaria; os seus esmaltes, n'um paiz onde elles se executavam d'uma maneira relativamente inferior, são de um brilho nunca visto e da solidez mais demonstrada. Parecem collaborados por Limoges. A composição é magestosa, arrojada e audaz. O artista que desenhou o monumento patenteou as suas qualidades inventivas e a sua fertilidade de imaginação até o ponto de fazer ler na sua obra prima as suas preoccupações e a historia do tempo que a viu nascer. Vasco da Gama volta do descobrimento de um novo mundo, e traz ao rei, que confiou n'elle, o primeiro ouro que pagaram as tribus subjugadas. D. Manuel encommendou ao seu ourives um monumento commemorativo do grande feito do seu reinado, como ao seu architecto havia encommendado o soberbo mosteiro de Belem. Não precisaria o artista de escrever a sua legenda historica na base d'esta custodia; as espheras que entram nas armas do seu rei, as aves esmaltadas, de rutilante plumagem, as flores e vegetação das Indias, que ornam a base, são inteiramente um symbolo. E' bem esta uma obra typica, historica, nacional, e eminentemente portugueza; é o ponto de partida de toda uma serie de obras da mesma natureza; é um estadio, uma data, um padrão.» Tem de altura 83 centimetros.

Pag. 553 — D. Francisco de Almeida

O retrato que do primeiro vice-rei da India aqui apresentamos é feito sobre o que vem na collecção de *Retratos e Elogios de Varões e Donas*, em cuja memoria se lê o seguinte justificando a sua fidelidade: «Na sala do Palacio dos Governadores, e Vicereis da India, se acha em pintura o seu retrato, com todos os de seus successores, d'onde os fez copiar Manuel de Faria e Sousa. Pedro Barreto de Rezende nas noticias, que escreveu de todas as praças dos Portuguezes na India segundo traz Barbosa em o Tom. III da sua *Bibliotheca Lusitana* tinha-o primorosamente debuxado com os dos outros vice-reis em figuras illuminadas até o Conde de Linhares. Tambem ha um quadro de antiga pintura em casa do excellentissimo Marquez do Lavradio, que o representa ao natural. Outros mais vimos em outras partes; mas aqui procuramos imital-o na melhor fórma possivel do que traz Faria e Sousa na Parte I da sua Asia Portugueza, em particular no modo de vestir d'aquelles tempos, e nas armas, que então se usava».

Pag. 557 — Combate naval deante de Calicut

Veja-se a pagina 182 a descripção de mais este feito das armas portuguezas na India.

Pag. 560 — Cruz processional do cabido da collegiada de Guimarães

Descrevendo esta cruz, diz o illustre antiquario Ignacio de Vilhena Barbosa: «Outra cruz de prata, processional, com 0,82 de altura, toda lavrada de folhagem de carvalho, com as extremidades rematadas em flôr de liz, assenta sobre dois corpos octavados de estylo gothico puro, tão similhante á architectura da egreja da Batalha, que a estão denun-

Digitized by Google

ciando como obra da nossa epocha, não obstante a tradição, que diz ter servido a S. Giraldo na solemnidade do baptismo de D. Affonso Henriques. Provavelmente foi mandada fazer e doada por el-rei D. João I á pequena egreja de S. Miguel do Castello á qual pertence, posto que se guarde no thesouro da collegiada de Nossa Senhora da Oliveira.»

Pag. 561 — **Cortejo de D. Francisco d'Almeida**

Leia-se a paginas 212 d'este volume a descripção d'este extraordinario espectaculo que Lisboa presenciou no seculo XVI.

Pag. 565—**Refeitorio nos claustros dos Jeronymos**

Serve actualmente de refeitorio aos alumnos da Casa Pia, installada no antigo edificio de Santa Maria, de Belem esta casa que foi egualmente refeitorio dos frades Jeronymos. Da sua belleza architectonica, basta dizer-se que era em tudo digno do mosteiro de que fazia parte, e de que já a paginas 620 démos uma rapida noticia.

Pag. 568 — **Capa bordada a matiz, ouro e pedras preciosas**

Faz parte do precioso thesouro de S. Francisco de Guimarães, e é obra do seculo XVI a esplendorosa capa bordada, de que a gravura que aqui damos é um pallido reflexo.

Pag. 569 — **O papa Julio II**

A parte que tomou nas questões em que Portugal andou com a Hespanha, e ainda n'outras respeitantes á politica interna do nosso paiz, é que nos levou a incluir o retrato d'este intelligente pontifice, um dos ornamentos da cadeira de S. Pedro, na nossa galeria de retratos.

Pag. 573 — **Ruinas do convento dos Frades de S. João de Deus em Gôa**

Apezar de tão arruinado, não se pode considerar muito velho este edificio, pois que foi fundado em 1685 e dedicado a N. S. do Bom Successo. Mais tarde, pela extincção das ordens religiosas foi convertido em hospital, e ainda posteriormente comprado pelas freiras de Santa Monica, de Velha Gôa.

Pag. 576 — **Capella de Nossa Senhora da Conceição (vulgo do Senhor Morto) em Braga**

Foi fundada em 1525 pelo dr. João de Coimbra, provisor do Arcebispo D. Diogo de Sousa, instituindo n'ella morgado aos 16 de fevereiro de 1530. Dois annos depois, em 1527, dotou a capella com bens de raiz por auctorisação de el rei D. João III. O instituidor dedicou-a a Deus Nosso Senhor e a sua Madre Santa Maria da Conceição. Em frente construiu um palacete nobre, que ainda hoje se conserva com as suas janellas ricamente esculpturadas em granito fino, e ao qual se dá a denominação de *Palacete dos Coimbras*. A capella é interiormente de abobada de pedra coberta de nervuras, e todas as imagens e lavores, como um grupo do enterro, em figuras de tamanho natural, são tambem primorosamente esculpturadas em pedra de Ançã. Este *Senhor Morto* é o que tem dado ultimamente a invocação á capella, que é de fórma acastellada, tendo exteriormente em toda a volta estatuetas de marmore muito apreciaveis. Sobre o alpendre ou galilé da porta principal tem as estatuas de S. Paulo e Santo Antão, eremitas, com um grande leão em descanço, e ainda um Fauno e um Satyro, figuras mythologicas muito usadas na architectura religiosa quinhentista.

Pag. 577 — **Exterminio dos Portuguezes em Coulão**

Como em campo aberto não era possivel aos Mouros vencerem na India os Portuguezes, recorriam á traição, e quando os nossos estavam despreoccupados, para practicarem os seus actos de selvajeria. Representa um d'esses actos a nossa gravura, cuja explicação se encontra a paginas 224 e 225 d'este 3.º volume da nossa *Historia*.

Pag. 581 — **Portal da Sala Capitular dos Loyos**

Attrahe a attenção de todos os visitantes da vetusta cidade de Evora, pela sua originalidade e belleza artistica, este portal do convento dos Loyos, que é um dos mais curiosos monumentos artisticos de aquella cidade. Foi D. Rodrigo de Mello, primeiro conde de Olivença, quem, em 6 de maio de 1495, lançou a primeira peça a este grandioso edificio. Acabado por seus herdeiros e bem dotado de sua fazenda, pertence actualmente á casa de Cadaval. Elegante e alegre a egreja, tem magnificos objectos, por ventura da celebre fabrica que existia em Evora. Tem uma tribuna moderna com bonitos lavores em jaspe, d'onde a familia dos fundadores assistia ás festividades religiosas. Mais de quarenta sepulturas existem n'esta egreja dos membros da casa de Olivença, Tentugal, Ferreira e d'outras, sendo muito para notar as do fundador e de sua mulher na capella-mór. São duas campas rasas de marmore, nas quaes se vê delineado em baixo relevo o vulto de cada um, contendo na orla o respectivo epitaphio em gothico quadrado. Á similhança d'estas existem na capella de Nossa Senhora do Rosario as campas de Ruy de Sousa, senhor de Sagres e Beringel, e de sua mulher D. Branca de Vilhena. São notabilissimas e talvez unicas no reino, por serem de bronze bem lavradas, e em alto relevo representam os mortos illustres, cujas cinzas cobrem. No cabido do convento ha sepulturas de muitos varões notaveis nas armas e nas lettras. No claustro ha a notavel porta que a nossa gravura representa, de lavor manuelino sobrepujada de um escudo com uma fortaleza, allusiva á gloriosa acção do conde de Olivença na expugnação do castello de Arzilla, em que sua vida correu perigo e que o mesmo conde tomou por divisa. Annexo existe o palacio dos condes fundadores, facil de conhecer por duas grandes torres ameiadas que o distinguem, e em uma das quaes esteve preso o infeliz duque de Bragança D. Fernando II, antes de subir ao cadafalso. N'aquelle mesmo palacio pousou D. João II por esse tempo e alli foi que, ouvindo dobrar a finados o sino de Santo Antão na Praça, quando a cabeça do duque rolára no chão, cahiu de joelhos dizendo: *Rezemos por alma d'aquelle nosso irmão*. Pertença da mesma casa existe a torre chamada de Sertorio, onde está estabelecido o posto meteorologico. Não é romana, como parece inculcar o nome, mas da edade media, e foi rebocada ainda ha poucos annos.

Pag. 584 — **Baptisterio da Misericordia das Caldas da Rainha**

É contemporaneo da fundação d'este edificio o curioso baptisterio pela nossa gravura representado, e, que, embora não seja d'uma grande belleza artistica, tem comtudo todo o valor da originalidade e da antiguidade, demais que se acha em excellente estado de conservação.

Pag. 585—**Nuno da Cunha**

Foi copiado do hoje já raro album de Arthur Patricio, *Collecção de memorias relativas ás façanhas dos Portuguezes na India*, o retrato que d'este inclito governador da India inserimos nas paginas da nossa *Historia*.

Pag. 589—**Fortaleza de Sinquerim**

O que a nossa gravura representa é tudo quanto resta da vetusta fortaleza de Nova Goa, que tantos combates sustentou com gloria dos Portuguezes contra as innumeras legiões indigenas.

Digitized by Google

Pag. 592—**Velhissima imagem da Virgem da Oliveira em Guimarães**

Tem esta imagem de altura um metro pouco mais ou menos. Refere a lenda que a trouxera a Guimarães, isto é á villa velha, o apostolo S. Thiago e que a collocára em um templo gothico, que alli existia dedicado a Ceres, o qual fôra n'essa occasião purificado e consagrado á Virgem pelo dito Apostolo. Diz-nos a lenda que n'esse templo se conservou a imagem até que a condessa Mumadona a trasladára para a egreja do seu mosteiro, onde tem permanecido até hoje. Segundo a opinião de alguns antiquarios, a actual egreja parochial de S. Paio occupa o logar em que se erguia o mencionado templo de Ceres. Ainda que a imagem da Virgem, diz Ignacio de Vilhena Barbosa a quem temos seguido n'estas informações, não tenha tanta antiguidade como a lenda lhe attribue, é sem questão antiquissima, e tem toda a probabilidade de ser do tempo da condessa Mumadona.

Pag. 593—**A deposição no tumulo em Santa Cruz**

É mais uma das maravilhas de arte do famoso mosteiro, ao qual por tantas vezes já nos temos referido no decorrer d'estas notas.

Pag. 597—**Matança dos christãos-novos**

O horroroso d'esta scena acha-se esplendidamente descripto por M. Pinheiro Chagas n'um dos primeiros capitulos do volume IV da nossa *Historia*.

Pag. 600—**Egreja de S. Domingos de Guimarães**

Para a historia da sua fundação recorremos ainda ao *Portugal antigo e moderno*, inexgotavel filão para assumptos d'esta natureza: Em 12 de dezembro de 1270 (em uma sexta feira), o prior da villa que com fr. Alvaro, prior do convento de S. Domingos do Porto, fr. Estevam e outros frades da mesma ordem, se tinham congregado na egreja de S. Thiago, deram licença aos ditos frades para a fundação do convento; dando muitos particulares logo, para isso, dinheiro, campos, casas e quintas. Principiou logo a obra no sitio onde é a *Porta da Villa*, que vae para S. Domingos. Este convento foi derribado depois, porque nas contendas entre D. Diniz e seu filho D. Affonso (depois Affonso IV), estando a villa pelo rei, de cima do mosteiro faziam os do infante grande damno aos da villa. No reinado de D. Affonso IV (pelos annos de 1350) se tornou a edificar este convento no sitio onde hoje está. Aqui foi conventual S. Gonçalo de Amarante, quando o convento era ainda no primeiro sitio.

Pag. 601—**Se assim o fizeres, dou-te o meu filho por captivo**

Representa esta gravura a scena brilhantemente tracejada por M. Pinheiro Chagas a paginas 230 d'este 5.º volume da nossa *Historia*, scena em que D Francisco de Almeida mais uma vez mostrou os seus altos dotes de politico, sabendo aproveitar até a ingenua sympathia que pelo seu filho nutria o rajah hindú.

Pag. 605—**Capella de Garcia de Rezende na cerca do convento do Espinheiro**

Com esta gravura se completa a outra d'esta capella, de que já demos a paginas 240 d'este volume o aspecto interno. Veja-se a sua descripção a paginas 616.

Digitized by Google

DESCRIPÇÃO DOS BRAZÕES DE ARMAS

Reproduzidos nos volumes I, II e III d'esta edição da Historia de Portugal

1 — **ABRANTES** (Pag. 379, vol. III)

Villa e séde de concelho e de comarca, no districto de Santarem, sita á margem direita do Tejo. 6:000 habitantes. *Brazão de armas:* um escudo com quatro flores de liz e quatro corvos, com uma estrella no meio em campo azul. As flôres de liz, em memoria do seu primeiro alcaide-mór ter sido de origem franceza; os corvos em memoria d'um dente de S. Vicente que lhe foi levado e que alli se conserva em grande veneração; a estrella, em recordação de ter sido terra de Mouros.

2 — **AÇORES** (Pag. 451, vol. III)

Archipelago formado de nove ilhas, orientadas no rumo O. N. O., no Oceano Atlantico. 260:000 habitantes. *Brazão de armas:* um escudo tendo ao centro as cinco quinas, ao alto e por cima um braço empunhando uma espada, e dois açores, um de cada lado.

3 — **ALBUFEIRA** (Pag. 363, vol. II)

Villa e provincia do Algarve, séde de concelho. 9:000 habitantes. *Brazão de armas:* em campo azul uma vacca de ouro.

4 — **ALCACER DO SAL** (Pag. 107, vol. I)

Villa da Extremadura, séde de concelho, districto de Lisboa. 1:450 habitantes. *Brazão de armas:* navegando sobre as ondas uma náu, em recordação da armada de cruzados que auxiliou o conquistador da villa, D. Affonso Henriques; timbre, as armas reaes.

5 — **ALCANEDE** (Pag. 419, vol. II)

Villa e freguezia da Extremadura, concelho e districto de Santarem. 3:000 habitantes. *Brazão de armas:* escudo bi-partido ao alto, tendo á direita a cruz de Aviz, e á esquerda um castello com tres torres.

6 — **ALEMQUER** (Pag. 355, vol. II)

Villa da Extremadura, séde de concelho, districto de Lisboa. 5:000 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo de prata um cão pardo preso por um grilhão de ouro a uma arvore, em memoria da lenda da tomada d'esta villa aos Mouros, por D. Affonso Henriques.

7 — **ALJUBARROTA** (Pag. 183, vol. II)

Villa e freguezia da Extremadura, concelho e comarca de Alcobaça, districto de Leiria. 1:700 habitantes. *Brazão de armas:* Um escudo tendo ao centro uma mulher do povo empunhando uma pá de ferro, allusão á celebrada padeira de que reza a *Historia*, que matou sete Castelhanos com a pá do forno. Outros auctores são de opinião que no meio do escudo deve figurar só a pá.

8 — **ALMADA** (Pag. 83, vol. II)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto de Lisboa, sita na margem esquerda do Tejo, em frente da capital. 5:200 habitantes. *Brazão de armas:* Um escudo, tendo ao centro um castello, recordação do castello, de que já não ha vestigios, alli levantado pelos Inglezes no seculo XIII.

9 — **ALMEIDA** (Pag. 199, vol. II)

Villa da Beira-Baixa, séde de concelho, districto e bispado do Porto. 2:000 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado; á esquerda o escudo das armas reaes, á direita a esphera armillar, divisa de D. Manuel, que lhe deu este brazão.

10 — **ALTER DO CHÃO** (Pag. 131, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho, comarca de Fronteira, districto de Portalegre. 2:700 habitantes. *Brazão d'armas:* Escudo apresentando ao centro em campo verde uma fonte de prata, e ao alto um escudo com as cinco quinas.

11 — **ALVERCA** (Pag. 491, vol I)

Villa e freguezia da Extremadura, concelho e comarca de Villa Franca de Xira. 1:700 habitantes. *Brazão de armas:* Um escudo, tendo ao centro as armas reaes de D. Affonso IV.

12 — **ALVITO** (Pag. 403, vol. II)

Villa do Alemtejo, séde de concelho, comarca de Cuba, districto de Beja. 1:900 habitantes. *Brazão de armas:* Um touro correndo por um campo fóra, em memoria do seguinte caso: por occasião de uma festa que n'aquelle sitio se fez, houve corrida de touros, um dos quaes fugiu, o que causou grande alvoroto; minutos depois appareceu o touro agarrado por alguns homens que vinham gritando *alvitre, alvitre*, corrupção de *alviçaras*, ficando-se a villa chamando por esse facto *Alvito*.

13 — **ANCIÃES** (Pag. 295, vol. II)

Villa de Traz os Montes a O. da Torre de Moncorvo. *Brazão de armas:* Um escudo, tendo ao centro um castello, e em volta a legenda *Anciaens leal no reino de Portugal.*

14 — **ANGRA DO HEROISMO** (Pag. 435, vol. III)

Districto do archipelago dos Açores, abrangendo as ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge. A cidade que é na ilha Terceira, tem 12:000 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo esquartelado de branco e vermelho; nos quarteis brancos uma pomba, nos vermelhos, um braço empunhando uma espada; ao centro um escudete com as cinco quinas; tem este escudo por timbre uma corôa, da qual sahe um braço armado de espada; pendente do escudo a commenda da Torre e Espada.

15 — **ARCOS DE VAL DE VEZ** (Pag. 203, vol. II)

Villa do Minho, séde de concelho e de comarca, districto de Vianna do Castello. 2:600 habitantes. *Brazão de armas:* O escudo das quinas, tendo á esquerda a esphera terrestre e á direita a cruz de Christo.

16 — **ARGANIL** (Pag. 139, vol. I)

Villa da Beira Baixa, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Coimbra. 2:800 habitantes. *Brazão de armas:* Um escudo tendo ao centro uma amoreira.

Digitized by Google

17 — **AROUCA** (Pag. 19, vol. II)

Villa do Douro, séde de concelho e de comarca, districto de Aveiro, bispado do Porto. *Brazão de armas*: Ao centro de um escudo as armas reaes coroadas.

18 — **ARRAIOLOS** (Pag. 35, vol. II)

Villa do Alemtejo, séde de concelho, comarca, districto e arcebispado de Evora. 2:;00 habitantes. *Brazão de armas:* Ao centro do escudo as armas de Portugal.

19 — **ARRIFANA DE SOUSA** (Pag. 307, vol. 1.º)

Povoação do Douro proximo do Porto. *Brazão de armas:* Escudo com uma cruz da ordem de Christo entre duas espadas: timbre uma aguia coroada.

20 — **ARRONCHES** (Pag. 176, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho; comarca e bispado de Portalegre. 2:000 habitantes *Brazão de armas:* Um escudo, tendo, em campo de purpura, um castello.

21 — **ARRUDA DOS VINHOS** (Pag. 283, vol. I)

Villa da Extremadura, concelho de Sobral de Mont'Agraço, comarca de Villa Franca de Xira. 2:100 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo branco tendo ao centro uma espada de Santiago, com uma concha de peregrino ao meio, em memoria de ter sido a villa pertença da commenda de S. Thiago da Espada: timbre uma corôa de barão.

22 — **ATHOUGUIA DA BALEIA** (Pag. 259, vol. I)

Villa e freguezia da Extremadura, concelho de Peniche, districto de Lisboa. 3:100 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo, tendo ao centro, em campo de purpura, um boi sustentando um castello em cada uma das pontas.

23 — **AVEIRO** (Pag. 295, vol. I)

Cidade do Douro, séde de concelho, de comarca e de districto. 7:200 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado; em campo verde duas estrellas e duas meias luas alternadas; em baixo um cysne nadando.

24 — **AVIZ** (Pag. 12 e 591 vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho, districto de Portalegre. 1:700 habitantes. *Brazão de armas:* Um escudo tendo ao centro a cruz verde de S. Bento de Aviz, e em baixo duas aguias uma de cada lado; a razão d'este brazão é ter sido n'aquelle logar que se fundou o castello e convento de S. Bento de Aviz, pelo mestre da ordem Fernão de Annes.

25 — **AZAMBUJA** (Pag. 247, vol. I)

Villa da Extremadura, séde de concelho, comarca do Cartaxo, districto de Lisboa. 2:400 habitantes. *Brazão de armas:* Um escudo, tendo ao centro um zambujeiro, e uma flôr de liz vermelha de cada um dos lados.

26 — **BARCELLOS** (Pag. 171, vol. I)

Villa do Minho, séde de concelho e de comarca, districto e arcebispado de Braga. 3:100 habitantes. *Brazão de armas:* N'um escudo uma ponte sobre o rio Cávado, a meio da ponte uma arvore com pomos de ouro, aos lados dois castellos de prata, e sobre tudo isto tres escudos, tendo os dois dos lados as quinas de Portugal e o do centro uma aspa vermelha em campo de prata, divisa de D. Affonso filho de D. João I.

27 — **BARDEZ E SALSETE** (Pag. 579, vol. II)

Villas da India portugueza, cujo *brazão de armas* é commum: um escudo tendo ao meio uma roda de navalhas, e sobre o centro do raio da roda as armas reaes assentes em paquifes.

28 — **BARQUINHA** (Pag. 211, vol. I)

Villa da Extremadura, séde de concelho, comarca da Gollegã, districto de Santarem. 1:000 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo partido em pala, orlado na parte inferior por duas palmas cruzadas e atadas com uma fita azul em que se lê *Villa Nova da Barquinha 1836*. No escartel da esquerda tem um barco á vela, no da direita uma oliveira com duas infusas de barro preto aos lados.

29 — **BEJA** (Pag. 215, vol. I)

Cidade do Alemtejo, séde de concelho e de comarca, districto de Lisboa. 4:300 habitantes. *Brazão de armas:* Ao centro do escudo, uma cabeça de touro sustendo entre as armas as armas reaes de Portugal; ao alto, á esquerda, uns muros torreados; á direita n'um recanto uma aguia preta esvoaçando; á esquerda, de baixo do muro torreado, outra aguia tambem voando.

30 — **BELEM** (Pag. 411, vol. II)

Logar e freguezia do concelho de Lisboa, de cujo centro dista 5 kilometros, á beira do Tejo. 8:000 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo bipartido, apresentando na parte superior a figura em busto de Vasco da Gama, e na inferior a Torre de S. Vicente de Belem e a vista do Tejo; timbre, uma corôa de conde. E' muito similhante ao brazão da Vidigueira.

31 — **BENAVENTE** (Pag. 299, vol. I)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto de Santarem, arcebispado de Evora. 2:900 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo tendo ao centro a cruz de Aviz, por ter sido alli que, em 1200, D. Sancho I confirmou a ordem militar de S. Bento de Aviz; aos lados duas correntes de bronze, e entre a corrente da esquerda e a cruz uma bandeira vermelha.

32 — **BENGUELLA** (Pag. 547, vol. II)

Cidade da Africa occidental, capital do concelho e do districto do mesmo nome. 3:000 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo amarello um elephante, como symbolo do muito commercio de marfim que alli se fazia d'antes.

33 — **BERINGEL** (Pag. 303, vol. I)

Villa e freguezia do Alemtejo, concelho, comarca, districto e bispado de Beja. 2:400 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho um braço de ouro com azas, empunhando uma espada.

34 — **BORBA** (Pag. 203, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho, comarca de Estremoz, districto e arcebispado de Evora. 3:600 habitantes. *Brazão de armas:* Um escudo apresentando duas cabeças de barbo apparecendo á flor d'agua, como recordação da origem lendaria do nome da terra, que foi o apparecimento d'um barbo n'uma fonte, em epocha já muito remota.

35 — **BRAGA** (Pag. 179, vol. I)

Cidade do Minho, séde de concelho, de comarca, de districto e de arcebispado. 21:000 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado, tendo no meio a imagem de Nossa Senhora com o menino nos braços, collocada entre duas torres, e no alto do escudo a mitra pontifical.

36 — **BRAGANÇA** (Pag. 275, vol. I)

Cidade de Traz-os-Montes, séde de concelho, de comarca, de districto e de bispado. 5:500 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado, tendo ao centro em campo azul sobre prado verde um castello de prata.

Digitized by Google

37—**CABEÇO DE VIDE** (Pag. 219, vol. I)

Villa e freguezia do Alemtejo, concelho de Alter do Chão, comarca de Fronteira, districto e bispado de Portalegre. *Brazão de armas:* Um castello cercado pelos ramos e folhas d'uma só cepa.

38—**CALDAS DA RAINHA** (Pag. 199, vol. I)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto de Leiria. 2:800 habitantes. *Brazão de armas:* Ao centro do escudo, o escudo real de D. João II, com as palas grelhadas de sua mulher D. Leonor; á esquerda e ao alto um escudete com um pelicano no ninho, e á esquerda, egualmente em outro escudete, uma rede semi-espherica pendurada por tres prisões.

39—**CALHETA** (Pag. 331, vol. III)

Villa, freguezia e cabeça de concelho, districto e bispado de Angra. 1:800 habitantes. *Brazão de armas:* Ao centro do escudo a cruz de Christo, com dois açores voando, na parte inferior, um de cada lado.

40—**CAMINHA** (Pag. 403, vol I)

Villa do Minho, séde de concelho, comarca e districto de Vianna do Castello. 2:600 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho uma fortaleza sobre o mar.

41—**CAMPO MAIOR** (Pag. 155, vol. II)

Villa do Alemtejo, comarca de Elvas, districto de Portalegre, arcebispado de Evora. 5:400 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo tendo a um lado as armas reaes portuguezas e a outro a imagem de S. João Baptista, patrono da villa.

42—**CARTAXO** (Pag. 395, vol. I)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto de Santarem. 5:700 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo branco, tendo ao centro as armas reaes de Portugal, e em volta, pela parte inferior, a legenda: *Camara Municipal do Cartaxo.*

43—**CASTANHEIRA** (Pag. 55, vol. II)

Villa e freguezia da Extremadura, concelho e comarca de Villa Franca de Xira, districto de Lisboa. 900 habitantes. *Brazão de armas:* Em escudo azul, quatro barras de prata, que são as armas dos Athaides.

44—**CASTELLO BRANCO** (Pag. 391, vol. I)

Cidade da Beira Baixa, séde de concelho e de districto, bispado de Portalegre. 7:500 habitantes. *Brazão de armas:* N'um escudo coroado, em campo vermelho, um castello de ouro.

45—**CASTELLO RODRIGO** (Pag 371, vol. III)

Villa e freguezia da Beira Baixa, concelho e comarca de Figueira de Castello Rodrigo, districto e bispado da Guarda. 500 habitantes. *Brazão de armas:* Um escudo com as armas reaes as avessas, como castigo que lhe infligiu D. João I, porque os seus habitantes, seguindo o partido de Castella, se recusaram a abrir-lhe as portas, quando aquelle soberano por alli passou em direcção á praça de Chaves.

46—**CASTELLO DE VIDE** (Pag. 327, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho, comarca, districto e bispado de Portalegre. 4:500 habitantes. *Brazão de armas:* No meio do escudo, um castello cercado por uma vide, com seus cachos e parras.

47—**CASTRO MARIM** (Pag. 355, vol. I)

Villa do Algarve, séde de concelho, comarca de Tavira, districto de Faro, Bispado de Coimbra. 4:000 habitantes. *Brazão de armas:* Um escudo com uma povoação cercada de muralhas; no alto as armas reaes.

48—**CEIA** (Pag. 351, vol. I)

Villa da Beira Baixa, séde de concelho e de comarca, districto e bispado da Guarda. 2:400 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo azul, uma torre branca e redonda, tendo porta e por cima d'esta uma fresta redonda; por cima das ameias uma estrella de prata com cinco pontas, e aos lados da torre duas azinheiras.

49—**CELORICO DA BEIRA** (Pag. 375, vol. I)

Villa da Beira Baixa, séde de concelho e de comarca, districto e bispado da Guarda. 3:100 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo partido em pala; na primeira parte, em fundo azul, meia lua e cinco estrellas, allusão ao sitio do Castello pelos Castelhanos em 1187, que D. Rodrigo, auxiliado pelo luar, atacou impavidamente e desbaratou; na segunda parte, uma aguia deixando cahir uma truta dentro do castello, allusão a uma lenda muito conhecida, dos sitiados, estando o cerco apertado e já com fome, mandarem essa truta cahida do céu ao commandante inimigo, o que lhe fez levantar o cerco, suppondo-os ainda bem providos de viveres.

50—**CERTÃ** (Pag. 419, vol. I)

Villa da Beira Baixa, séde de concelho e de comarca, districto de Castello Branco, bispado de Portalegre. 4:000 habitantes. *Brazão de armas:* Ao centro do escudo uma certã, tendo em volta esta legenda: *Certago sternit certagini hostes*, em memoria da heroica coragem d'uma mulher que, arremessando azeite a ferver que trazia n'uma certã ao rosto de alguns soldados romanos, quando estes pretendiam tomar o castello, deu tempo a que chegassem soccorros e este fosse salvo.

51—**CHAMUSCA** (Pag. 443, vol. III)

Villa da Extremadura, séde de concelho, comarca da Gollegã, districto de Santarem. 3:100 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo oval coroado, bipartido ao alto, tendo no primeiro quartel as armas reaes. O segundo é partido em facha, tendo na parte superior tres fachas vermelhas em campo branco e estas cortadas por 2 cotas de ouro, tendo tambem dois pombos de azas abertas; ainda na parte superior ha o escudo das armas da Hespanha, dois leões e dois castellos. Na parte inferior tem seis escudetes, tendo o 1.º tres fachas azues; o 2.º, tres flores de liz; o 3.º oito marquetas vermelhas; o 4.º um leão de ouro e uma aguia de azas abertas com duas cabeças; o 5.º um leão vermelho em campo preto; o 6.º tres fachas brancas em campo verde.

52—**CHAVES** (Pag. 155, vol. I)

Villa de Traz-os-Montes, séde de concelho e de comarca, districto de Villa Real, arcebispado de Braga. 6:600 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo de prata, cinco chaves de ouro, referindo-se ao nome da terra, que é corrupção do seu antigo nome romano *Aquæ Flaviæ.*

53—**CINTRA** (Pag. 71, vol. I)

Villa da Extremadura, séde de concelho, comarca e districto de Lisboa. 5:000 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo verde, um castello sobre uma serra, allusão ao celebrado Castello dos Mouros, cujas ruinas são ainda muito visitadas.

54—**COIMBRA** (Pag. 119, vol. I)

Cidade do Douro, séde de concelho, de comarca de districto e de bispado. 14:000 habitantes. *Brazão de armas:* N'um escudo coroado em campo vermelho, ao centro a imagem da princeza Cindazunda, coroada como rainha, sahindo d'um calix de ouro; aos lados uma figura de um leão de ouro rompente, e um dragão vermelho. A explicação d'este escudo é

Digitized by Google

a seguinte: Ermenerico rei dos suecos (que tinha um dragão vermelho nas suas bandeiras, representado no nosso escudo), deu a batalha contra Ataces, rei dos Alanos quando edificava a cidade de Coimbra (Ataces representado na figura de leão rompente de ouro que era a sua divisa). Ermenerico foi vencido, e para salvar-se e ao exercito, offereceu a mão de sua filha Cindazunda ao vencedor, o que este acceitou.

55—**Collares** (Pag. 387, vol. I)

Villa e freguezia da Extremadura, concelho e comarca de Cintra, districto de Lisboa. 3:200 habitantes. *Brazão de armas*: Em meio de um arvoredo allusão ás muitas arvores que ha na localidade, um castello.

56—**CORUCHE** (Pag. 279, vol. II)

Villa da Extremadura séde de concelho, comarca de Benavente, districto de Santarem, arcebispado de Evora. 4:300 habitantes. *Brazão de armas*: Um castello com duas torres lateraes e ao centro, por cima da porta do castello, uma moldura com a imagem de Nossa Senhora. Do livro dos brazões consta elle só d'um escudo, com uma coruja no centro, em um campo branco, attribuindo-se este brazão á circumstancia da villa se ter chamado primitivamente Coruja, que veiu com o tempo a degenerar em Coruche.

57—**COVILHÃ** (Pag. 415, vol. I)

Cidade da Beira Baixa, séde de concelho e de comarca, districto de Castello Branco, bispado da Guarda. 11:000 habitantes. *Brazão de armas*: No meio do escudo, em campo azul uma estrella, allusão a estar a cidade edificada nas faldas da serra da Estrella.

58—**CRATO** (Pag. 459, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho, comarca de Niza, districto e bispado de Portalegre. 1:400 habitantes. *Brazão de armas*: A meio do escudo, em campo vermelho, a cruz de Malta em prata.

59—**DILLY** (Pag. 455, vol. III)

Cidade e capital do districto do mesmo nome na ilha de Timor, Oceania. 3:000 habitantes. *Brazão de armas*: No meio do escudo, em fundo de prata, cinco alabardas atadas com uma fita azul clara.

60—**ELVAS** (Pag. 255, vol I)

Cidade do Alemtejo, séde de concelho e de comarca, districto de Portalegre, arcebispado de Evora. 11:000 habitantes. *Brazão de armas*: Escudo coroado, e em campo vermelho um guerreiro a cavallo com o estandarte das quinas, em commemoração do feito practicado por um cavalleiro portuguez, que n'um dia de festa em Badajoz foi tirar aos Castelhanos o seu estandarte conseguindo arremessal-o por cima das muralhas d'Elvas, sendo logo em seguida morto pelos inimigos.

61—**ERICEIRA** (Pag. 371, vol. I)

Villa da Extremadura, concelho e comarca de Mafra, districto e patriarchado de Lisboa. 3:000 habitantes. *Brazão de armas*: A meio do escudo um ouriço, em allusão a haver muitos ouriços em toda a costa da Extremadura.

62—**ESTREMOZ** (Pag. 347, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho e de comarca, districto e arcebispado de Evora. 7:800 habitantes. *Brazão de armas*: A meio do escudo uma planta de tremoço, em allusão aos muitos tremoceiros que vestiam o monte, quando começou a edificação da villa.

63—**EVORA** (Pag. 79, vol. I)

Cidade da Extremadura, séde de concelho, de comarca, de districto e de arcebispado. 13:600 habitantes. *Brazão de armas*: Escudo coroado; em campo azul, a figura de Geraldo-sem-pavor a cavallo, empunhando na mão direita a espada e trazendo pendente da esquerda as cabeças dos dois vigias da torre da Atalaya, em Evora.

64—**EVORA—Couto de Alcobaça** (Pag. 347, vol. III)

Villa e freguezia da Extremadura, concelho e comarca de Alcobaça, districto de Leiria. 2:200 habitantes. *Brazão de armas*: A meio do escudo a figura de S. Thiago (orago da freguezia); no chefe do escudo, á direita, um crescente de pontas voltadas á direita, e uma estrella; á esquerda, o sol.

65—**FARO** (Pag. 323, vol. I)

Cidade do Algarve, séde de concelho, de comarca e districto. 9:000 habitantes. *Brazão de armas*: Um escudo coroado e a meio a imagem de Nossa Senhora da Conceição ladeada por duas torres.

66—**FERREIRA** (Pag. 339, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho e de comarca districto e bispado de Beja 4:200 habitantes. *Brazão de armas*: Um escudo tendo ao centro uma mulher com um malho em cada mão, em memoria de uma valorosa mulher que defendeu as portas do castello, por occasião da invasão dos Godos e Suevos.

67—**FIGUEIRÓ DOS VINHOS** (Pag. 383, vol. I)

Villa da Extremadura séde de concelho, comarca de Pedrogão Grande, districto de Leiria, bispado de Coimbra. 3:700 habitantes. *Brazão de armas*: Em campo de ouro cinco folhas de figueira verde e em volta das folhas, inferiormente, esta legenda: *Deus e pela Patria.*

68—**FREIXO D'ESPADA-Â-CINTA** (Pag. 595, vol I)

Villa de Traz-os-Montes, séde de concelho, comarca de Moncorvo, districto e bispado de Bragança. 2:200 habitantes. *Brazão de armas*: A meio do escudo um freixo, com uma espada pendurada d'um dos galhos, em memoria de uma lenda, segundo a qual descançára á sombra d'um freixo que existia n'aquella villa um capitão godo que por alli passára.

69—**FRONTEIRA** (Pag. 431, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho e de comarca districto de Portalegre, arcebispado de Evora. 2:200 habitantes. *Brazão de armas*: Em campo branco a cruz de Aviz, tendo no cruzamento um escudete com as quinas, e á volta da cruz esta legenda: *Patrie pour joie.*

70—**FUNCHAL** (Pag. 519, vol. II)

Cidade e cabeça do concelho, districto, bispado e comarca do mesmo nome, na ilha da Madeira. 21:000 habitantes. *Brazão de armas*: Escudo coroado; em campo verde, symbolo de fertilidade, cinco pães de assucar, allusão á sua muita producção na Madeira; em volta do escudo uma vide e um ramo de funcho.

71—**GARVÃO** (Pag. 411, vol. I)

Villa e freguezia do Alemtejo, concelho e comarca de Ourique, districto e bispado de Beja. 700 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo de prata uma arvore verde, nos cantos superiores do escudo, aos lados, duas cruzes de purpura da ordem de S. Thiago.

72—**GOA** (Pag. 59, vol. III)

Ilha do concelho, districto e comarca das ilhas de Goa, India portugueza. *Brazão de armas:* Escudo coroado; em campo vermelho um castello encimado por uma roda de navalhas, rematada por uma mitra. Querem outros auctores que o escudo tenha uma roda, tendo nos raios a legenda: ***A muito nobre cidade de Goa.***

Digitized by Google

73 — **GOLLEGÃ** (Pag. 387, vol. II)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto de Santarem, patriarchado de Lisboa. 3:800 habitantes. *Brazão de armas:* Em fundo verde, allusão á fertilidade dos campos da Gollegã, uma mulher com uma infusa na mão.

74 — **GOUVEIA** (Pag. 371, vol. II)

Villa na Beira Baixa, séde de concelho e de comarca, districto e bispado da Guarda. 2:900 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo de prata um leão de purpura; timbre, egualmente um leão de purpura. São estas as armas dos Silvas.

75 — **GRANDOLA** (Pag. 471, vol. I)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto de Lisboa, bispado de Beja. 2:800 habitantes. *Brazão de armas:* Um escudo tendo ao centro a cruz de Christo.

76 — **GUARDA** (Pag. 91, vol. II)

Cidade da Beira Baixa, séde de concelho, de comarca, de districto e de bispado. 5:400 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado, e em campo azul uma fortaleza com tres torres, tendo na do centro o escudo das quinas.

77 — **GUIMARÃES** (Pag. 20, vol. I)

Cidade do Minho, séde de concelho e de comarca, districto e arcebispado de Braga. 8:400 habitantes. *Brazão de armas:* Em fundo de prata a imagem da Virgem, tendo nos braços o Menino Jesus, o qual empunha na esquerda um ramo de oliveira.

78 — **HORTA** (Pag. 451, vol. II)

Cidade da ilha do Fayal, séde de concelho, de comarca e districto, bispado de Angra, 7:700 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo de prata, as quinas de Portugal; no segundo, em campo azul, o busto em prata de D. Pedro IV e por contra chefe a corôa e o sceptro de ouro; no terceiro, em campo azul, um livro de prata, com a data 29 de abril de 1826, allusão á Carta Constitucional; no quarto, em campo de purpura, um castello de prata e sobre elle um açor tambem de prata. Em volta uma orla azul com a legenda: *D. Luiz á muito leal cidade da Horta.* Tem corôa ducal e por timbre um braço armado de espada, tudo de prata.

79 — **IDANHA-A-NOVA** (Pag. 323, vol. II)

Villa da Beira Baixa, séde de concelho e de comarca, districto de Castello Branco, bispado de Portalegre. 3:000 habitantes. *Brazão de armas:* A meio do escudo a esphera terrestre.

80 — **JUROMENHA** (Pag. 131, vol. II)

Villa e freguezia do Alemtejo, concelho e comarca do Alandroal, districto e arcebispado de Evora. 600 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo de prata, tendo ao centro, sobre o mar, um castello, com grilhões pendentes das ameias.

81 — **LAGOS** (Pag. 179, vol. II)

Cidade do Algarve, séde de concelho e de comarca, districto de Faro, bispado do Algarve. 8:000 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado e n'elle, banhado pelas aguas, um castello com tres torres, tendo de cada lado uma lança, ao alto.

82 — **LAMEGO** (Pag. 599, vol. I)

Cidade da Beira Alta, séde de concelho, de comarca e de bispado, districto de Vizeu. 8:500 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado; em campo azul um castello de prata com tres torres, sobre campo negro; ao lado uma arvore com pomos; na parte superior, d'um lado o sol, de ouro; do outro a lua, de prata.

83 — **LEIRIA** (Pag. 63, vol. I)

Cidade da Extremadura, séde de concelho, de comarca e de districto, bispado de Coimbra. 3:800 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado; em fundo de prata um castello sobre campo verde, tendo de cada lado um pinheiro verde com um corvo em cima; na parte superior do escudo duas estrellas de ouro.

84 — **LINHARES** (Pag. 495, vol. I)

Villa e freguezia da Beira Baixa, concelho e comarca de Celorico da Beira, districto e bispado da Guarda. 1:200 habitantes. *Brazão de armas:* A meio do escudo meia lua de ouro, rodeada por seis estrellas de prata, allusão a ter sido a villa salva do poder dos Castelhanos n'uma noite de luar.

85 — **LISBOA** (Pag. 427, vol. II)

Capital do reino, á margem direita do Tejo. 500:000 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado com a corôa real, tendo no centro sobre as ondas uma nau com um corvo á popa outro á prôa, brazão dado por D. Affonso Henriques em memoria do navio com dois corvos que, segundo a tradição, transportou do cabo de S. Vicente até Lisboa o corpo de S. Vicente.

86 — **LOULÉ** (Pag. 187, vol. II)

Villa do Algarve, séde de concelho e de comarca, districto de Faro, bispado do Algarve. 15:000 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo branco um castello de prata com tres torres, e sobre a do meio um tronco de loureiro com seus rebentos.

87 — **MACAU** (Pag. 567, vol. II)

Peninsula asiatica, pertencente a Portugal, situada no extremo sudéste do imperio chinez e fazendo parte da ilha chineza de Hiang-Chan. 69:000 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado; em campo de prata as armas reaes, tendo em volta a legenda: *Cidade do nome de Deus não ha outra mais leal.*

88 — **MACHICO** (Pag. 367, vol. II)

Villa da ilha da Madeira, séde de concelho, comarca de Santa Cruz, districto e bispado do Funchal. 5:300 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo branco uma esphera armillar de ouro, e em volta a legenda: *A muito honrada villa de Machico.*

89 — **MARIALVA** (Pag. 59, vol. II)

Villa e freguezia da Beira Alta, concelho e comarca de Mêda, districto da Guarda, bispado de Lamego. 600 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo verde tres montes todos coroados com suas torres redondas, tendo as duas dos lados só ameias, e a do meio sobre a muralha outra torre com bandeira branca.

90 — **MARVÃO** (Pag. 27, vol. II)

Villa do Alemtejo, séde de concelho, comarca, districto e bispado de Portalegre. 1:400 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo azul um castello de ouro, e em cima o escudo das quinas tendo uma chave de cada lado.

91 — **MELLO** (Pag. 339, vol. II)

Villa e freguezia da Beira Baixa, concelho e comarca de Gouveia, districto e bispado da Guarda. 1:400 habitantes. *Brazão de armas:* A meio do escudo, o escudo das armas reaes, tendo uma arvore de cada lado com um melro em cima.

92 — **MERTOLA** (Pag. 139, vol. II)

Villa do Alemtejo, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Beja. 3:700 habitantes. *Brazão*

Digitized by Google

de armas: A meio do escudo a figura d'um cavalleiro de Santiago, a cavallo, brandindo uma espada, e a um dos cantos, na parte superior, dois martellos.

93—**MIRANDA DO DOURO** (Pag. 43, vol. II)

Cidade de Traz-os-Montes, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Bragança. 1:100 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado, tendo ao centro um castello com tres torres, e sobre a torre central a lua em quarto crescente.

94—**MONÇÃO** (Pag. 555, vol. I)

Villa do Minho, séde de concelho e de comarca, districto de Vianna, arcebispado de Braga. 1:800 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo de prata uma torre, da qual sahe uma mulher com dois pães nas mãos; em volta a legenda: *Deus o deu, Deus o ha dado.* Este brazão commemora o seguinte facto historico-lendario: Tendo sido a villa de Monção sitiada pelos Castelhanos, estava prestes a render-se, quando Deus a Deu Martim, esposa do capitão-mór Vasco Soares de Abreu, a salvou, arremessando ao inimigo os ultimos pães que havia nos celleiros da praça, fazendo assim acreditar aos sitiadores que havia ainda grande abastecimento na fortaleza.

95—**MONFORTE** (Pag. 215, vol. II)

Villa do Alemtejo, séde de concelho, comarca de Elvas, districto de Portalegre, arcebispado de Evora. 1:100 habitantes. *Brazão de armas:* Ao centro do escudo tres torres eguaes com seus coruchéus e bandeiras.

96—**MONSANTO** (Pag. 519, vol. I)

Villa e freguezia da Beira Baixa, concelho e comarca de Idanha-a-Nova, districto de Castello Branco, bispado de Portalegre. 1:900 habitantes. *Brazão de armas:* Um escudo, tendo á direita a esphera terrestre, e pairando-lhe por cima, um pouco á esquerda, uma aguia.

97—**MONTE-MÓR-O-NOVO** (Pag. 455, vol. I)

Villa do Alemtejo. séde de concelho e de comarca, districto e arcebispado de Evora. 4:000 habitantes. *Brazão de armas:* Um castello sobre rochedos, e ao longe uma ponte sobre um rio.

98—**MONTE-MÓR-O-VELHO** (Pag. 243, vol. II)

Villa do Douro, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Coimbra. 2:500 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho um castello de ouro, e no alto, ao centro, o escudo das quinas.

99—**MOURA** (Pag. 83, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Beja. 5:700 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo verde um castello, e em frente da porta d'este uma mulher morta extendida.

100—**MOURÃO** (Pag. 523, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho, comarca de Moura, districto e bispado de Evora. 2:100 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo azul, cinco escudos com as quinas postas em cruz; no fundo do escudo, á direita, o sol, em ouro, á esquerda a lua, em prata.

101—**NIZA** (Pag. 283, vol. II)

Villa do Alemtejo, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Portalegre. 2:300 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho, um castello de ouro com tres torres, sobre a do meio a cruz de Christo, de prata, com duas estrellas, egualmente de prata, uma de cada banda; em baixo, á direita o escudo das quinas, á esquerda, a lua em quarto crescente, egualmente de prata.

102—**OBIDOS** (Pag. 127, vol. I)

Villa da Extremadura, séde de concelho, comarca das Caldas da Rainha, districto de Leiria, patriarchado de Lisboa. 3:300 habitantes. *Brazão de armas:* A meio do escudo uma torre de prata em cima de rochedos sobre a qual tremula uma bandeira.

103—**OLIVAES** (Pag. 11, vol. II)

Povoação e freguezia da Extremadura, districto de Lisboa. 3:600 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado com a coroa real, partido em pala; na parte superior da direita, em fundo azul, a rainha Santa Izabel entre D. Diniz e seu filho D. Affonso, em memoria de ter sido na área d'este antigo concelho, no Campo Pequeno, que se deu a celebre reconciliação a que a nossa Historia se refere; na parte inferior, em fundo de ouro, duas oliveiras, allusão á grande abundancia d'estas arvores no sitio; na esquerda as quinas portuguezas, cortadas pelos sete castellos.

104—**OLIVENÇA** (Pag. 147, vol. II)

Cidade e praça de guerra de Badajoz, ainda que por direito pertencente a Portugal, segundo o tractado de 1815. 8:000 habitantes. *Brazão de armas:* Em escudo branco, uma fortaleza quadrada, com uma porta ao meio, e por cima das ameias uma torre quadrada do mesmo feitio; aos lados duas oliveiras.

105—**OUREM** (Pag. 115, vol. I)

Villa e freguezia da Extremadura, concelho e comarca de Villa Nova de Ourem, districto de Santarem, patriarchado de Lisboa. 3:500 habitantes. *Brazão de armas:* Entre dois escudos das quinas uma aguia, e sobre os escudos do lado esquerdo o crescente e do direito uma estrella.

106—**OURIQUE** (Pag. 67, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Beja. 3:600 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho um guerreiro a cavallo, com armadura e elmo, empunhando a espada, na parte superior, em cada angulo uma torre, tendo por cima a da direita um crescente, e a da esquerda uma estrella, tudo de prata.

107—**OVAR** (Pag. 483, vol. I)

Villa do Douro, séde de concelho e de comarca, districto de Aveiro, bispado do Porto, 11:000 habitantes. *Brazão de armas:* Uma villa fortificada; no canto esquerdo do escudo, uma imagem de Nossa Senhora entre nuvens, em meio corpo, com o Menino ao collo.

108—**PALMELLA** (Pag. 99, vol. I)

Villa e freguezia da Extremadura, concelho e comarca de Setubal, districto e patriarchado de Lisboa. 6:600 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho um braço de homem sustentando uma palma, entre dois castellos; por cima de cada castello a cruz de S. Thiago, timbre, as armas reaes de Portugal.

109—**PANOIAS** (Pag. 543, vol I)

Villa e freguezia do Alemtejo, concelho e comarca de Ourique, districto e bispado de Beja. 1:100 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo azul, dois braços de homem cruzados, um de manga amarella e outro de carmezim, entre os dois braços uma cabeça, que figura ser a de Jesus Christo.

110—**PEDROGÃO-GRANDE** (Pag. 211, vol. II)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto de Leiria, bispado de Coimbra. 3:500 habitantes. *Brazão de armas:* A meio do escudo uma aguia pairando, na parte inferior agua, figurando o rio Zezere, na superior, o sol, de ouro.

Digitized by Google

111 — **PENACOVA** (Pag. 331, vol. II)

Villa do Douro, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Coimbra. 3:300 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo verde um castello de tres torres de prata sobre tres pincaros de uma serra, a qual por duas grutas lança agua; sobre a torre do centro tem a data 1605, era da sua fundação; sobre cada uma das lateraes pousa um corvo; do lado direito tem um crescente de prata sobre uma estrella de ouro; do esquerdo, a estrella fica sobre o crescente.

112 — **PENAFIEL** (Pag. 235, vol. II)

Cidade do Douro, séde de concelho e de comarca, districto e bispado do Porto. 4:600 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado, tendo ao centro uma aguia coroada, ladeada por duas espadas.

113 — **PENAMACOR** (Pag. 23, vol. II)

Villa da Beira Baixa, séde de concelho, comarca de Idanha-a-Nova, districto de Castello Branco, bispado da Guarda, 2:700 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho uma espada e uma chave, e no meio dois crescentes de prata contrapostos.

114 — **PENELLA** (Pag. 499, vol. III)

Villa do Douro, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Coimbra. 4:400 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo azul tres castellos de prata eguaes, dois em cima, um, ao centro, em baixo.

115 — **PENICHE** (Pag. 599, vol. III)

Villa da Extremadura, séde de concelho, comarca das Caldas da Rainha, districto de Leiria, patriarchado de Lisboa. 3:000 habitantes. *Brazão de armas:* Vogando sobre as ondas um barco, tendo á prôa S. Pedro e á pôpa S. Paulo, em allusão á industria da villa que é a pesca.

116 — **PERNAMBUCO e BAHIA** (Pag. 459, vol. II)

Ainda que pertencendo a uma nação independente, comtudo, como o brazão d'essas duas cidades da florescente Republica do Brazil lhes foi dado pelos Portuguezes, por isso aqui os damos. O *Brazão de armas* da primeira d'estas cidades é uma donzella com uma canna de assucar na mão direita, revendo-se, como a Verdade, n'um espelho que tem na mão esquerda. O *Brazão de armas* da segunda d'aquellas cidades é: uma pomba com um ramo de oliveira no bico.

117 — **PINHEL** (Pag. 603, vol. I)

Cidade da Beira Baixa, séde de concelho e de comarca, districto e bispado da Guarda. 2:800 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado; em campo de prata um pinheiro verde.

118 — **POMBAL** (Pag. 435, vol. II)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto de Leiria. 4:500 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho uma torre de prata com um pombal e duas pombas tambem de prata. Antigamente o brazão d'esta villa era a figura do archanjo S. Miguel, em vez do pombal.

119 — **PONTA DELGADA** (Pag. 439, vol. II)

Cidade da ilha de S. Miguel, séde de concelho, de comarca e de districto, bispado de Angra. 18:000 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado; ao centro um portico sustentado por quatro columnas, tendo ao meio as armas reaes; sobre as duas columnas da parte interior duas espheras terrestres, sobre as outras duas, duas tochas ardentes; na volta do arco a cruz de Christo, entre o sol, symbolo da Justiça, e a lua, symbolo de Nossa Senhora da Conceição; rematando tudo isto uma corôa real encimada por tres settas e uma palma atravessada.

120 — **PONTE DE LIMA** (Pag. 275, vol. II)

Villa do Minho, séde de concelho e de comarca, districto de Vianna de Castello, arcebispado de Braga. 2:600 habitantes. *Brazão de armas:* Dois castellos ligados por uma ponte.

121 — **PORTALEGRE** (Pag. 407, vol. II)

Cidade do Alemtejo, séde de concelho, de comarca, de districto e de bispado. 7:200 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado, e n'elle duas torres, representativas das duas que estão defronte da porta da Deveza.

122 — **PORTEL** (Pag. 511, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho e de comarca, districto e arcebispado de Evora. 2:200 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho sete castellos de ouro.

123 — **PORTO** (Pag. 192, vol. I)

Segunda cidade do reino, pela sua importancia e população. 110:000 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado, esquartelado; no primeiro e quarto quarteis as armas reaes portuguezas; no segundo e terceiro, em campo azul, a imagem de Nossa Senhora da Vandoma, de prata, entre duas torres tambem de prata; no centro um escudete de purpura, com um coração de ouro em memoria do coração de D. Pedro IV, que lá se guarda, na famosa egreja da Lapa; em torno do escudo corre o collar da ordem de Torre e Espada; timbre, um dragão verde, da casa de Bragança.

124 — **PORTO DE MOZ** (Pag. 595, vol. II)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto de Leiria, patriarchado de Lisboa. 3:700 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho um castello de prata com tres torres, tendo as duas dos lados verdura a sahir-lhe das ameias; aos lados do castello, em baixo, duas mós, com dois pica-peixes pousados; nos cantos de cima duas estrellas; tudo de prata.

125 — **PORTO SANTO** (Pag. 483, vol. II)

Villa na ilha do mesmo nome, séde de concelho, comarca de Santa Cruz, districto e bispado do Funchal 1:800. habitantes. *Brazão de armas:* Um escudo tendo ao centro uma dragoeira, em razão de na ilha de Porto Santo haver muitas d'aquellas arvores.

126 — **POVOA DE VARZIM** (Pag. 419, vol. II)

Villa do Douro, séde de concelho e de comarca, districto e bispado do Porto. 11:200 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo branco um ogival azul, tendo uma ancora pendente d'uma cadeia de prata; ao lado direito da argola que prende a ancora, o sol, de ouro, e ao esquerdo a lua, de prata.

127 — **POVOS** (Pag. 571, vol. I)

Villa e freguezia da Extremadura, concelho e comarca de Villa Franca de Xira, districto e patriarchado de Lisboa. 400 habitantes. *Brazão de armas:* Um castello ao longe, allusão a ter sido a povoação fortificada, e no primeiro plano, á esquerda, uma oliveira, pela grande abundancia que d'esta arvore ha n'aquelle sitio.

128 — **SABROSA** (Pag. 291, vol. II)

Villa de Traz-os-Montes, séde de concelho, comarca e districto de Villa Real, bispado de Lamego. 1:300 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo bipartido ao alto, tendo da esquerda, em fundo branco, um repuxo de ouro, e da direita em fundo vermelho uma arvore com fructos de ouro e uma orla verde com a legenda: *6 de novembro de 1836;* timbre, um braço armado de espada.

Digitized by Google

129—**SABUGAL** (Pag. 267, vol. II)

Villa da Beira Baixa, séde de concelho e de comarca, districto e bispado da Guarda. 1:800 habitantes. *Brazão de armas*; A meio do escudo um sabugueiro, tendo ao lado uma chave, allusão ao antigo castello que defendia a villa.

130—**SANTA CRUZ DA GRACIOSA** (Pag. 459, vol. II)

Villa da ilha Graciosa, na dos Açores, séde de concelho, comarca da mesma ilha, districto e bispado de Angra. 2:400 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo bipartido ao alto, tendo á esquerda, em campo azul, as armas reaes, á direita um açor voando.

131—**SANTAREM** (Pag. 563, vol. I)

Cidade da Extremadura, séde de concelho, de comarca e de districto, patriarchado de Lisboa. 7:600 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo azul, um castello de prata com tres torres, sobre um rio; por cima da ponte do castello o escudo das quinas.

132—**S. MARTINHO DOS GALLEGOS** (Pag. 227, vol. II)

Povoação do Minho, concelho e comarca de Barcellos, districto e arcebispado de Braga. 360 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo branco cinco aguias pretas postas em aspa, voando as duas de cima para os cantos, a do centro para cima, e as inferiores para o centro.

133—**S. MARTINHO DOS MOUROS** (Pag. 403, vol. III)

Povoação e freguezia da Beira Alta, concelho e comarca de Rezende, districto de Vizeu, bispado de Lamego. 2:300 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho, sete castellos de prata, ao centro um escudete com as quinas portuguezas.

134—**S. PAULO** (Pag. 11, vol. III)

Cidade de Angola, Africa occidental, cujo nome todo é S. Paulo da Assumpção de Loanda. *Brazão de armas:* Escudo coroado, bipartido ao alto, tendo da esquerda, em campo azul, a imagem da Virgem, e da direita, em campo vermelho, a de S. Paulo.

135—**S. SEBASTIÃO DE MOÇAMBIQUE** (Pag. 467, vol. II)

Capital da provincia de Moçambique, Africa oriental Portugueza. *Brazão de armas:* Escudo coroado, tendo ao centro, em fundo de prata, cinco setas verdes atadas com uma fita vermelha, e por baixo duas palmas, tudo allusão ao martyrio de S. Sebastião, patrono da cidade.

136—**S. THIAGO DE CABO VERDE** (Pag. 499, vol. II)

A maior das ilhas do Archipelago de Cabo Verde, no Occeano Atlantico. *Brazão de armas:* A meio do escudo dois ramos de purgueira, em aspa, tendo nos quatro intervallos quatro castanhas.

137—**S. THIAGO DE CACEM** (Pag. 383, vol. II)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto de Lisboa, bispado de Beja. 3:300 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado; em campo de prata, a figura do Apostolo S. Thiago a cavallo, envergando no braço esquerdo o escudo em que se vê a cruz da sua ordem; aos pés do cavallo um mouro extendido morto.

138—**SERPA** (Pag. 123, vol. II)

Villa do Alemtejo, séde de concelho e de comarca, districto e arcebispado de Braga. 6:000 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo azul, sobre terreno montanhoso, um castello com ameias e guaritas.

139—**SETUBAL** (Pag. 171, vol. II)

Cidade da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto e patriarchado de Lisboa. 11:200 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado; em campo azul e sobre o mar um castello, em frente da ponte do qual se vê uma embarcação á vela, rodeada de peixes; a cada um dos lados do castello uma cruz de S. Thiago.

140—**PORTELLA** (Pag. 119, vol. II)

Villa e freguezia da Beira Baixa, concelho e comarca de Sabugal, districto e bispado da Guarda. 900 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo branco um annel de ouro com um rubim; o antigo brazão apresentava em vez do annel o crescente.

141—**SOURE** (Pag. 391, vol. II)

Villa do Douro, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Coimbra. 6:300 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo branco, tendo ao centro uma aguia coroada de azas abertas, com as armas reaes sobrepostas ao peito; ao lado direito a cruz de Christo com um crescente por cima; ao esquerdo, uma esphera armillar rematada por uma estrella de prata.

142—**TAVIRA** (Pag. 103, vol. II)

Cidade do Algarve, séde de concelho e de comarca, districto de Faro, bispado do Algarve. 11:700 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo armado; ao centro dois castellos ligados por uma ponte, sobre as ondas; em frente do arco da porta um navio á vela.

143—**THOMAR** (Pag. 551, vol. I)

Cidade da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto de Santarem, patriarchado de Lisboa. 5:300 habitantes *Brazão de armas:* Escudo coroado; em campo de prata a cruz de Christo.

144—**TONDELLA** (Pag. 411, vol. III)

Villa da Beira Alta, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Vizeu. 2:100 habitantes. *Brazão de armas:* A meio do escudo uma mulher em trajos da Beira, tocando em uma trombeta; em volta a legenda: *Ao ton della.*

145—**TORRE DE MONCORVO** (Pag. 311, vol. II)

Villa de Traz os Montes, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Bragança. 2:200 habitantes. *Brazão de armas:* A meio do escudo, uma fortaleza de prata com uma só torre, por cima, d'um e outro lado, voando, dois corvos.

146—**TORRES NOVAS** (Pag. 135, vol. II)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto de Santarem, patriarchado de Lisboa. 8:400 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho, sobre terreno, uma torre de prata, sahindo das ameias um braço de guerreiro armado de uma clava de ferro.

147—**TORRES VEDRAS** (Pag. 531, vol. I)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto e patriarchado de Lisboa. 5:000 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo verde um castello de ouro, com tres torres.

148—**TRANCOSO** (Pag. 547, vol. I)

Villa da Beira Baixa, séde de concelho e de comarca, districto e bispado da Guarda. 2:800 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo verde um castello de prata sobre um outeiro; por cima uma aguia de ouro.

149—**TREVÕES** (Pag. 395, vol. III)

Villa e freguezia da Beira Alta, concelho e comarca da Pesqueira, districto de Vizeu, bispado de Lamego. 1:300 habitantes. *Brazão de armas:* Ao cen-

Digitized by Google

tro do escudo as armas reaes de D. Manuel, encimadas pela esphera armillar; por baixo e aos lados dois ramos de trevo.

150--VALENÇA (Pag. 539, vol. I)

Villa do Minho, séde de concelho e de comarca, districto de Vianna do Castello, arcebispado de Braga. 3:100 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo azul um escudo com as quinas, tendo aos lados, na parte superior, duas meias luas com as pontas para baixo, de prata, e na parte inferior, aos lados, duas estrellas, egualmente de prata.

151—VARZEA (Pag. 343, vol. II)

Freguezia do concelho e comarca de Elvas, districto de Portalegre e bispado de Evora. 900 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo branco um obelisco de pedra, assente em quatro espheras sobre um pedestal, que repousa entre dois degraus; no vertice do obelisco a Cruz de Christo, tendo no encruzamento uma esphera de ouro a encimar o escudo das quinas.

152--VIANNA DO ALEMTEJO (Pag. 75, vol. II)

Villa do Alemtejo, séde de concelho e de comarca, districto e arcebispado de Evora. 2:000 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo azul um leão rompente de ouro, dois escudos de prata esquartelados por uma cruz vermelha, e dois signos de Salomão tambem vermelhos.

153--VIANNA DO CASTELLO (Pag. 167, vol. I)

Cidade do Minho, séde de concelho, de comarca e de districto, arcebispado de Braga. 9:300 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado; ao centro, sobre mar azul, uma nau de ouro á vela, tendo na vela do mastro grande as armas reaes e na prôa uma ancora.

154-- VIDIGUEIRA (Pag. 533, vol. I)

Villa do Alemtejo, séde de concelho; comarca de Cuba, districto e bispado de Beja. 2:500 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo bi-partido sobrepujado por uma corôa de conde; na parte superior a figura de Vasco da Gama, primeiro conde da Vidigueira; na parte superior um castello enlaçado por uma vide.

155--VILLA DO CONDE (Pag. 167, vol. II)

Villa do Douro, séde de concelho e de comarca, districto do Porto, arcebispado de Braga. 5:000 habitantes. *Brazão de armas:* Uma nau navegando de bolina em mar azul.

156--VILLA-FLOR (Pag. 51, vol, II)

Villa de Traz-os-Montes, séde de concelho e de comarca, districto e arcebispado de Bragança. 2:100 habitantes. *Brazão de armas:* As armas reaes com uma flor de liz á direita.

157--VILLA FRANCA DE XIRA (Pag. 375, vol. II)

Villa da Extremadura, séde de concelho e de comarca, districto e patriarchado de Lisboa. 4:300 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo branco, um leão rompente de ouro, que é o brazão da casa dos Condes de Pombeiro.

158--VILLA NOVA DA CERVEIRA (Pag. 567, vol. I)

Villa do Minho, séde de concelho e de comarca, districto de Vianna do Castello, arcebispado de Braga. 1:400 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo verde um cervo sustentando entre as armas as quinas portuguezas.

159--VILLA NOVA DE GAYA (Pag 367, vol. III)

Villa do Douro, séde de concelho, comarca, districto e bispado do Porto. 9:300 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo bi-partido ao alto; ao lado esquerdo em campo de purpura, uma fortaleza com zimborio, commemorando a da Serra do Pilar; no direito, em campo de ouro, um castello tendo nas ameias insignias romanas; ao centro do escudo um escudete azul com a legenda em volta: *Mea Villa de Gaya*; em baixo é circumdado por uma fita branca com a diviza em lettras azues: *Nome e renome;* timbre uma corôa real, de ouro, da qual sahe um guerreiro armado tocando uma buzina, symbolisando o Principe Ramiro quando tirou Gaya do poder de Aboazar.

160--VILLA NOVA DE PORTIMÃO (Pag. 323, vol. III)

Villa do Algarve, séde de concelho e de comarca, districto de Faro, bispado do Algarve. 6:500 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo vermelho um leão de ouro; a meio, em cima, um capacete, nos dois cantos superiores a lettra J, e nos inferiores a lettra B.

161—VILLA DA PRAIA DA VICTORIA (Pag. 531, vol. II)

Villa da Ilha Terceira, séde de concelho e de comarca, districto e bispado de Angra. 3:100 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo partido em facha, tendo na primeira, em campo vermelho, uma torre de ouro, e na segunda, em campo de prata, um navio negro sobre mar de prata e azul; ao centro um escudete de prata com a legenda: *11 de agosto de 1829*; o escudo tem corôa naval, e por timbre uma torre negra com bandeira azul e prata.

162--VILLA REAL (Pag, 147. vol. I)

Villa de Traz-os-Montes, séde de concelho, de comarca e de districto, arcebispado de Braga. 5:600 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo, tendo á direita uma corôa de louro com a legenda *Allêo*, ao centro, e á esquerda, uma espada.

163—VILLA VIÇOSA (Pag. 227, vol. II)

Villa do Alemtejo, séde de concelho e de comarda, districto e arcebispado de Evora. 3:500 habitantes. *Brazão de armas:* Em campo verde um castello de prata, entre duas torres tambem de prata; sobre o castello a imagem de Nossa Senhora da Conceição; por sobre a porta as quinas portuguezas.

164—VIZEU (Pag. 67, vol. II)

Cidade episcopal, séde de concelho, de comarca e de districto. 7:400 habitantes. *Brazão de armas:* Escudo coroado; em campo azul, um castello de prata com tres torres; á direita um pinheiro verde, á esquerda um homem em trajos de peregrino tocando uma buzina.

Digitized by Google

Digitized by Google

INDICE

CAP.		PAG.
I	D. João II.—Principio do seu reinado—Côrtes de Evora	5
II	Morte do Duque de Bragança	18
III	Execução em effigie do Marquez de Montemor	24
IV	Morte do duque de Vizeu	27
V	Fundação do castello de S. Jorge da Mina.—As bullas de Roma.—Novas explorações	35
VI	Descobrimento do Cabo da Boa Esperança	42
VII	Expedição de Pero da Covilhã e Affonso de Paiva—O Prestes João	47
VIII	Guerra da Barbaria.—Chegada a Lisboa de um principe jalofo	52
IX	Casamento do principe D. Affonso—Festas memoraveis—Um jantar de bodas na côrte de D. João II	56
X	A peste.—Subita doença do rei.—Morte do infante D. Affonso	63
XI	Mudanças politicas.—Regresso para Castella da viuva de D. Affonso—Entrada dos Judeus hespanhoes em Portugal	68
XII	Chegada de Christovam Colombo a Lisboa	77
XIII	Intervenção da Santa-Sé—O tractado de Tordesillas	87
XIV	Grave enfermidade de D. João II.—Seu testamento—Morte d'este soberano—Particularidades e anecdotas da sua vida	91
XV	Reinado de D. Manuel.—Expulsão dos Judeus—Casamento de el-rei com a viuva do principe D. Affonso	99
XVI	Preparativos para a expedição das Indias	115
XVII	Primeira expedição dos Portuguezes á India—A partida	120
XVIII	A viagem.—A Bahia de Santa Helena.—O Cabo da Boa Esperança.—Quiloa.—Mombaça.	126
XIX	Melinde.—Chegada a Calicut	137
XX	Desembarque dos Portuguezes em Calicut.—Devoção dos Europeus n'um templo indio.—Audiencia do rajah de Calicut	141
XXI	Estada em Calicut.—Desaccordos.—Regresso de Vasco da Gama a Portugal	146
XXII	Refutação de pretenções francezas á prioridade do descobrimento do novo caminho para as Indias	150
XXIII	A India desde a antiguidade.—Calicut e o Samori	152
XXIV	Segunda expedição ás Indias Orientaes.—Descobrimento do Brazil	162
XXV	Pedro Alvares Cabral na India, Cochim e Cananor	168
XXVI	Expedição de João da Nova.—Descobrimento da ilha da Ascensão e de Santa Helena	174
XXVII	Cortereal e os seus descobrimentos.—Americo Vespucio	177
XXVIII	Segunda expedição de Vasco da Gama.—Incendio de um navio de Calicut.—Bombardeamento d'esta cidade	182
XXIX	Vicente Sodré na India.—Expedições que partem de Lisboa em 1503.—Francisco e Affonso d'Albuquerque.—Antonio Saldanha	191
XXX	Victorias de Duarte Pacheco.—Expedição de Lopo Soares de Albergaria	198
XXXI	Continuação do reinado de D. Manuel.—Seu casamento com a infanta D. Maria de Hespanha.—As praças da Africa	206
XXXII	D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da India.—Partida da sua esquadra.—Tomada de Mombaça.—Sua politica e administração	210
XXXIII	Victoria naval de D. Francisco d'Almeida	218
XXXIV	Fundação da fortaleza de Cochim.—Cerco de Cananor	228
XXXV	O sultão do Egypto manda uma esquadra á India.—Morte de D. Lourenço d'Almeida	234

Digitized by Google

CAP.		PAG.
XXXVI	Carta do vice-rei a D. Manuel.--Expedição contra as esquadras de Melek-Iaz, de Mir Huissen e do Samori.--Fim do governo e morte do vice-rei	242
XXXVII	Acontecimentos d'Africa.—Armadas com destino ao Oriente no vice-reinado de D. Francisco de Almeida	250
XXXVIII	Expedição de Tristão da Cunha.--Armada de Affonso de Albuquerque.--Tomada da fortaleza de Socotorá	255
XXXIX	Façanhas de Affonso de Albuquerque.--Tomada de Ormuz	262
XL	Dissensões com Affonso de Albuquerque.--Renovação da guerra.—Deserção de tres naus.--Affonso de Albuquerque governador da India	274
XLI	Dissensões entre D. Affonso d'Albuquerque e D. Francisco d'Almeida.--Expedição contra Calicut	281
XLII	Tomada de Gôa	287
XLIII	Tomada de Malaca	299
XLIV	Affonso de Albuquerque no Mar Roxo.--Segunda expedição contra Ormuz	310
XLV	Final da administração de Affonso d'Albuquerque.--Ultimas relações d'este homem com el-rei D. Manuel.--Morte do vice-rei	315
XLVI	Lopo Soares d'Albergaria.--Ceylão.--Commercio com as ilhas Molucas.--Diogo Lopes de Sequeira.--Relações com a Abyssinia	324
XLVII	Embaixada de D. Manuel ao Papa	340
XLVIII	A Africa durante os ultimos annos do reinado de D. Manuel	355
XLIX	Situação dos Israelitas em Portugal.— Mortandade dos Judeus em Lisboa	363
L	Instituições do rei D. Manuel.— Estado moral e administrativo do paiz durante o seu reinado	374
LI	Acontecimentos do Paço.—Morte d'el-rei D. Manuel.—Politica d'este soberano.— A sua côrte	387
LII	Reinado de D. João II.-- A rainha viuva — Casamento do soberano	407
LIII	Estabelecimento da Inquisição em Portugal	414
LIV	Continuação da historia do estabelecimento da Inquisição em Portugal	427
LV	Fim da historia do estabelecimento da Inquisição	471
LVI	A lenda do falso nuncio.— Chegada dos Jesuitas a Portugal.— Influencia que obteem na côrte de D. João III	496
LVII	Fernão de Magalhães	506
LVIII	Continuação da viagem. — Morte de Fernão de Magalhães. — Fim da primeira circum-navegação	513
LIX	A India durante o reinado de D. João III. — Governo de D. Duarte de Menezes	518
LX	Vasco da Gama é nomeado vice-rei. — Sua morte	528
LXI	D. Henrique de Menezes	532
LXII	Dissensões vergonhosas ácerca da successão do governo da India. — Pero de Mascarenhas. — Administração de Lopo Vaz de Sampaio e Mello	546
LXIII	Nuno da Cunha	571
LXIV	Primeiro cerco de Diu. — Governo de D. Garcia de Noronha	595
	Explicação e justificação das gravuras comprehendidas no presente volume	609
	Descripção dos brazões de armas reproduzidos nos volumes I, II e III d'esta edição da Historia de Portugal	629

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Digitized by Google

Folio
DP
538
.P6
1899
v.3

DATE DUE

DEMCO 38-297

3 2108 00784 1730